

Relatório do Desenvolvimento Humano 2005

Cooperação Internacional numa Encruzilhada:
Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual



Publicado
para o Programa
das Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

ANA PAULA FARIA EDITORA
Rua Conselheiro Arantes Pedroso, N.º 6 – 3.º Esq.
1150-112 LISBOA
PORTUGAL



AGRADECIMENTO

A tradução e a publicação da edição portuguesa
do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*
só foram possíveis graças ao apoio do
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



Copyright © 2005 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA
<http://www.undp.org/undp/hdro>

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização da Editora.

Editor da versão portuguesa: ANA PAULA FARIA EDITORA, Unipessoal, Lda.
Rua Conselheiro Arantes Pedroso, 6 - 3º Esq.
1150-112 Lisboa, Portugal
Telef. / Fax +351 21 886 75 19 • Telemóvel +962054384
E-mail: APedita@netcabo.pt
URL: www.apfaria-editora.com

Tradução: José Freitas e Silva
Coordenação da tradução e revisão técnica: João Estêvão
Consultora do PNUD para a publicação da versão portuguesa do RDH2005: Ana Paula Faria
(ANA PAULA FARIA EDITORA, Unipessoal, Lda.)
Capa e Design: Grundy & Northedge Information Designers, London
Desenha da informação: G. Quinn Information Design

Paginação e preparação gráfica da versão portuguesa: João Mendes – Arte Gráficas, Lda.
Telemóvel: 919 032 125

Impressão e acabamento: SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda.
Bairro de S. Francisco, Lote 1-6
P.2680-574 Camarate – Portugal
Telefone: +351 219 473 701 • Fax: +351 219 475 970

ISBN: 972-8920-17-2

Depósito Legal: 231539/05

Para qualquer erro ou omissão encontrado no presente Relatório após a sua impressão, consultar website do PNUD em <http://hdr.undp.org>

Equipa para a preparação do Relatório do Desenvolvimento Humano 2005

Director e Redactor Principal

Kevin Watkins

Pesquisa, redacção e estatística

Haishan Fu (Chefe de Estatística), Ricardo Fuentes, Arunabha Ghosh, Chiara Giamberardini, Claes Johansson, Christopher Kuonqui, Andrés Montes, David Stewart, Cecilia Ugaz (Conselheira Política Principal) e Shahin Yaqub.

Conselheiro estatístico: Tom Griffin

Revisor: Charlotte Denny

Responsável pela produção: Marta Jaksona

Revisão técnica e produção: Communications Development Incorporated

Desenho da capa e do layout: Grundy & North-edge Information Designers

Desenho da Informação: G. Quinn Information Design

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH)

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* é o resultado de um trabalho conjunto. Os membros da Unidade do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (NHDRU) não só forneceram comentários pertinentes sobre as versões não definitivas do Relatório e aconselhamento sobre o seu conteúdo, como também ligaram o Relatório a uma rede mundial de pesquisa nos países em desenvolvimento. A equipa do NHDRU é liderada por Sarah Burd-Sharps (Directora-Adjunta) e constituída por Sharmila Kurukulasuriya, Juan Pablo Mejia, Mary Ann Mwangi e Timothy Scott. A preparação do Relatório contou com o apoio administrativo de uma equipa constituída por Oscar Bernal, Mamaye Gebretsadik e Melissa Hernandez. As tarefas do GRDH foram administradas por Yves Sassenrath, com o apoio de Ana Maria Carvajal. O programa de divulgação e promoção do Relatório é administrado por Marisol Sanjines e Nena Terrell.

Prefácio

Este é, infelizmente, o último *Relatório do Desenvolvimento Humano* para o qual escreverei o prefácio, dado que cesso funções como Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Agosto. Quando cheguei ao PNUD, em 1999, disse que o *Relatório do Desenvolvimento Humano* era a jóia da coroa das acções levadas a cabo a nível mundial, quer intelectualmente, quer como meio de promoção da Organização. Seis anos e seis Relatórios depois, posso afirmar com algum orgulho que o seu brilho só tem aumentado.

Assente em fortes bases criadas durante a primeira década do Relatório, os sucessivos Relatórios do Desenvolvimento Humano introduziram e aprofundaram o conceito de desenvolvimento humano e foram ganhando cada vez mais força. Desde examinar o melhor modo de fazer funcionar as novas tecnologias, tanto para os povos mais ricos, como para os mais pobres, até destacar a importância fundamental do reforço dos direitos humanos e do aprofundamento da democracia para proteger e dar poder aos mais vulneráveis, o *Relatório do Desenvolvimento Humano* alargou firmemente as fronteiras intelectuais do desenvolvimento humano no novo milénio. Este salto tem-se reflectido cada vez mais na prática do desenvolvimento, através do trabalho crescente do PNUD e dos seus muitos parceiros no terreno em todas essas áreas críticas.

Em suma, como voz firmemente independente e eloquente que, embora patrocinada pelo PNUD, não reflecte necessariamente a política da ONU ou do PNUD, os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* foram ganhando, ao longo dos anos, uma bem merecida reputação de excelência, a nível mundial. Têm desempenhado, ao mesmo tempo, um papel indispensável de catalisadores ao ajudar a enquadrar e formular respostas concretas para os debates fundamentais da política de desenvolvimento do nosso tempo. Hoje, como o presente Relatório torna claro, o maior desafio que a comunidade do desenvolvimento – e, provavelmente, o mundo – enfrenta é o desafio de cumprir os Objectivos de Desenvolvi-

mento do Milénio até 2015, data estabelecida como meta.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*, recorrendo em grande medida ao trabalho inicial do Projecto do Milénio das Nações Unidas, apoiado pelo PNUD, traçou um primeiro plano de acção pormenorizado sobre o modo como cada Objectivo pode ser atingido. Mas, por mais significativo que tenha sido o progresso feito em muitos países e em relação aos vários Objectivos, globalmente, ainda está aquém do que é necessário fazer. No princípio deste ano, a própria análise do Secretário-Geral das Nações Unidas, cinco anos depois da Declaração do Milénio, concentrando-se exaustivamente no relatório final do Projecto do Milénio e com base no consenso de Monterrey, de 2002, delineou uma vasta agenda sobre o modo como o alvo pode ser atingido. A pedra angular desse pacto histórico é o compromisso dos países em desenvolvimento assumirem a principal responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, com os países desenvolvidos a garantirem que estratégias de desenvolvimento nacionais, transparentes, credíveis e adequadamente custeadas recebam todo o apoio necessário para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Mas, como defende persuasivamente este Relatório, essa agenda não poderá ter o êxito desejado se, na próxima década, não se ultrapassarem decididamente três grandes estrangulamentos que hoje retardam o progresso, num ritmo e escala necessários durante a próxima década, em três grandes áreas:

ajuda, comércio e conflito. Em cada uma destas áreas críticas, este Relatório lança um novo olhar sobre os factos e faz uma análise interessante e abrangente sobre o que deve ser feito – e ser feito já. 2005 será lembrado como um ano de opções, em que os líderes mundiais terão a oportunidade, na próxima Cimeira de Setembro da ONU, de transformar as promessas em acções concretas para ajudar a erradicar a pobreza extrema do nosso mundo. É uma oportunidade que não podemos dar-nos ao luxo de desperdiçar, se quisermos legar um mundo mais seguro e mais justo aos nossos filhos e às futuras gerações.

Terminando este prefácio, quero dizer que, ao mesmo tempo que este é o meu último Relatório enquanto Administrador, ele é também o primeiro a ser escrito sob a liderança de Kevin Watkins, como Director do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. A força e a profundidade da sua análise não deixam dúvidas de que o *Relatório do*

Desenvolvimento Humano e o legado de desenvolvimento humano, que este documento representa e de que é um símbolo, não podiam estar em melhores mãos. Desejo-lhe, a ele, à sua dedicada equipa e ao meu próprio sucessor, Kemal Dervis, o melhor para o futuro.



Mark Malloch Brown
Administrador

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do seu Conselho Executivo, ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente comissionada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano. Kevin Watkins, Director do Gabinete do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, conduziu este trabalho.

Agradecimentos

Este Relatório não poderia ter sido preparado sem a generosa contribuição de muitas pessoas e organizações. Os autores desejam reconhecer publicamente a sua dívida muito especial para com a Amartya Sen, cujo trabalho deu forma à evolução do *Relatório do Desenvolvimento Humano* ao longo dos anos. Mark Malloch Brown, que em breve abandonará o cargo de Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), concedeu-nos um apoio persistente e encorajador. Sentimos o mais profundo reconhecimento pelo seu empenho pessoal. O Relatório beneficiou também largamente dos comentários pormenorizados e substantivos de Kemal Dervis, recentemente nomeado Administrador do PNUD. Quaisquer erros expressos ou por omissões são da inteira responsabilidade dos autores.

Contribuições

Foram preparados muitos estudos de apoio, documentos e notas sobre questões temáticas relacionadas com o Relatório. Para tal, contámos com o contributo de Charlie Arden-Clarke, Catherine Barber, Helen Barnes, Graham K. Brown, Oli Brown, Sarah Burd-Sharps, Simon Chesterman, Bernard Choulai, Giovanni Andrea Cornia, John Crabtree, Carolyn Deere, Nelson Giordano Delgado, Yuri Dikhanov, Kate Dyer, Xibo Fan, Juan Alberto Fuentes, Tony German, Jayati Ghosh, Peter Gibbon, Alissa Goodman, Adele Harmer, Ruth Hill, Catherine Hoffman, Michael Friis Jensen, Alison Johnson, Naila Kabeer, Roman Krznaric, Arnim Langer, Matthew Martin, Ruth Mayne, Kieren McGovern, Calum Miller, Tanni Mukhopadhyay, Ciru Mwaura, Simon Nangiro, Adriano Campolina de Oliveira Soares, Trudy Owens, Franzetska Papadopoulou-Zavalis, Cintia Quiliconi, Judith Randel, Andrew Rogerson, Jorge Oswaldo Romano, Diane Rowland, Emma Samman, Timothy Scott, Abby Stoddard, Diana Tussie e Patrick Watt.

Muitas organizações partilharam generosamente as suas séries de dados e outros materiais: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; Banco Mundial; Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono; Centro de

Comparações Internacionais, na Universidade da Pensilvânia; Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e as Caraíbas; Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico; Comissão Europeia; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; Departamento de Assuntos Legais das Nações Unidas; Divisão de Estatística das Nações Unidas; Divisão das Nações Unidas para a População; Estudos de Rendimento do Luxemburgo; Fundação Kaiser Family; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Fundo Monetário Internacional; Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime; Iniciativas para o Desenvolvimento; Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz; Instituto Internacional de Estudo Estratégicos; Organização para a Alimentação e Agricultura; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; Organização Internacional para a Migração; Organização Internacional do Trabalho; Organização Mundial de Saúde; Organização Mundial para a Propriedade Intelectual; Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA; Projecto do Milénio da ONU; Projecto Global IDP; Secção de Tra-

tados; Secretariado da Comunidade das Caraíbas; União Internacional das Telecomunicações; União Interparlamentar.

Painel consultivo

O Relatório beneficiou grandemente com o conselho intelectual e a orientação fornecidos por um painel consultivo externo de peritos destacados. Do painel fizeram parte: Ekrem Beqiri, Nancy Birdsall, Francesca Cook, Justin Forsyth, Frene Ginwala, Richard Jolly, Donald Kaberuka, Nanak Kakwani, Rashid S.Kaukab, Tony Killick, A.K.Shiva Kumar, Jean-Pierre Landau, Callisto Madavo, Moisés Naím, Deepa Narayan, Benno Ndulu, Dani Rodrik, Mohammad Sahnoun, Ransford Smith, Rehman Sohan, Frances Stewart, Paul Streeten, Ana Toni, Shriti Vadera, Ngaire Woods e Susan L. Woodward. Um painel consultivo sobre estatística prestou uma contribuição valiosíssima. Deste painel fizeram parte Carla Abou-Zahr, Tony Atkinson, Hubert Escaith, Andrew J. Flatt, Rebeca Grynspan, Gareth Jones, Irena Krizan, Ian D. Macredie, Anna N. Majelantle, John Male-MM Marion McEwin, Francesca Perucci, Tim Smeeding, Eric Swanson, Pervez Tahir e Michael Ward. A equipa está agradecida a Brian Hammond, Ian Macredie, Angela Me e David Pearce – o grupo de revisores de estatística que conferiram os dados contidos no Relatório, que assim beneficiou da sua especialização nesta área.

Consultas

Durante a preparação do Relatório foram muitas as pessoas consultadas e que deram o seu valioso conselho, informações e materiais. A equipa do Relatório agradece a Yuhanna Aboona, Carla Abou-Zahr, Yasmin Ahmad, Serge Allegrezza, Anna Alvazzi del Frate, Jacob Assa, Christina Barribeau, Bob Baulch, Elena Bernaldo, Izzy Birch, Eva Busza, Shaamela Cassiem, Duangkamon Chotikapanich, Giovanni Andrea Cornia, Francesca Coullare, Angus Deaton, Yuri Dikhanov, Adama Diop-Faye, Sherman Dorn, Hubert Escaith, Jens Eschenbacher, Gonzalo Fanjul Suárez, Sally Fegan-Wyles, Angela Ferriol Muruaga, Marzia Fontana, Marc-André Franche, Enrique Ganuza, Rosario Garcia Calderon, Leonardo Gasparini, Patrick Gerland, Peter Ghys, Erlinda Go, Luc Grégoire, Michèle Griffin, Brian Hammond, Daniel Hanspach, Lotta Harbom, Rubina Haroon, Nick René Hartmann,

Rana Hasan, Sukehiro Hasegawa, Alan Heston, Catherine Hoffman, Valeria Izzi, Kareen Jabre, Lisa Jones, Alberic Kacou, Douglas Keh, Reetika Khera, Frederik Kok, Suraj Kumar, Muthuswamy Lakshminarayan, Andrea Lall, Jean Langers, Fiona Legg, Clare Lockhart, Charles Lufumpa, Frances Lund, Nyein Nyein Lwin, Esperanza C.Magpantay, Carlos Maldonado, Lamin Manneh, Kieren McGovern, Marcelo Medeiros, Alvaro Melendez, Jorge Mernies, Johan Mistiaen, Jaime Moll-de-Alba, Bruno Moro, Céline Moyroud, Christine Musisi, Ciru Mwaura, Suppiramaniam Nanthikesan, John Ohiorhenuan, Saeed Ordoubadi, Said Ould A. Voffal, Paola Pagliani, Amy Pate, Paul André de la Porte, Mohammad Pournik, Seeta Prabhu, William Prince, Agnès Puyumoyen, Jan Van Ravens, Luca Renda, Yue Renfeng, Rodolfo Roque Fuentes, Diane Rowland, Anuja Singh, Elizabeth Sköns, Jelena Smoljan, Sophia Somogyi, Devi Sridhar, Petter Stalenheim, Mark Stoker, Michel Thieren, Mandy Turner, Fabio Veras, Lotta Viklund, Yan Wang, Michael Ward, Siemon Wezeman, Ian Whitman, Tony Williams e Eduardo Zepeda.

A equipa do Relatório reconhece a sua gratidão pela estimulante contribuição dos participantes no *Scenario Building workshop*: Larry Elliot, Alisher Ilkhamov, Bruce Jenks, William Kalema, Nawal Kamel, Melinda Kimble, Claudia Martinez, Pei Minxin, David Morrison, Archbishop Njongonkulu W. H. Ndungane, Shoji Nishimoto, Precious Omuku, Surin Pitsuwan, Jorge Quiroga, Jose Ramos Horta, Mattia Romani, Adnan Shihab Eldin, Roberto Soares, Angela Wilkinson, SAR o Príncipe Willem-Alexander dos Países Baixos e Ngaire Woods.

Leitores do PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, ofereceu os seus comentários extremamente úteis, sugestões e interpretações durante a fase de elaboração do Relatório. A equipa está particularmente agradecida a Hakan Bjorkman, Philip Dobie, Ghaith Fariz, Marc-André Franche, Cherie Hart, Gilbert Fossoun Hougbo, Bruce Jenks, Inge Kaul, Bruno Lemarquis, Kamal Malhotra, Lamin Manneh, Rosemary Nuamah, Eleanor O’Gorman, Hafiz Pasha, Stefano Pettinato, Richard Ponzio, Liliana de Riz, Turhan Saleh, Ben Slay, Ramaswamy Sudarshan, Mark Suzman, Mounir Tabet, Jan Vandemoortele, Antonio Vigilante e Louisa Vinton.

Revisão, tradução e produção

O Relatório beneficiou do trabalho do seu revisor principal Charlotte Denny. A revisão técnica e gráfica, bem como o *layout*, foram efectuados por Meta de Coquereaumont, Thomas Roncoli, Bruce Ross-Larson, Christopher Trott, Timothy Walker e Elaine Wilson da *Communications Development Incorporated*. A concepção gráfica (incluindo a capa) do Relatório pertenceu a *Grundy & Northedge Information Designers*. A informação estatística incluída no Relatório foi estruturada por *G. Quinn Information Design*.

A tradução, produção, distribuição e promoção do Relatório beneficiaram da ajuda e apoio do Gabinete de Comunicações do Administrador do PNUD: Maureen Lynch, David Morrison, Bill Orme e Elizabeth Scott Andrews. As traduções foram revistas por Jean Fabre, Vladimir Scherbov, Moustapha Soumare, Ayiz Suyyagh e Oscar Yujnovsky.

O Relatório beneficiou ainda do trabalho e dedicação de Noha Aboueldahab, Maria Kristina Dominguez, Laurel Gascho, Tugba Gokalp, Ramzi Mabsout, Aurélie Mazel, Águeda Perez, Gillan Richards, Frederic Rozeira de Mariz e Hanna Schmitt. Özer Babakol e Matthew Bell deram a sua valiosa contribuição à equipa de estatística.

Daniela Costantino e Michele Jack, do Gabinete da Nações Unidas para o Serviço de Projectos, deram um apoio administrativo e organizativo decisivo.



Kevin Watkins

Director

Relatório do Desenvolvimento Humano 2005

Índice

Capítulos

Introdução Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num mundo desigual	1
Capítulo 1 O Estado do Desenvolvimento Humano	15
Progressos e retrocessos do desenvolvimento humano	18
Progressos do desenvolvimento humano – um instantâneo global	19
O progresso visto através do índice de desenvolvimento humano	21
Os limites do desenvolvimento humano	24
O fim da convergência?	25
Desigualdade e parcela dos países pobres no aumento da riqueza global	36
Cenário 2015 – perspectivas para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	39
Cenário 2015 – projecções e não profecias	40
Mudar o percurso e entrar no caminho	45
Capítulo 2 Desigualdade e desenvolvimento humano	49
Porque é importante a desigualdade	52
Justiça social e moralidade	52
Os pobres em primeiro lugar	53
Crescimento e eficiência	53
Legitimidade política	53
Objectivos da política pública	54
Contra-argumentos – contrariados	54
Cadeias de desvantagem – desigualdade dentro dos países	55
Camadas de desigualdade constroem as escolhas de vida	59
Oportunidades desiguais – desigualdades na saúde e os ODM	61
O potencial de desenvolvimento humano do crescimento a favor dos pobres	64
Melhorar a distribuição do crescimento	64
Atingir o crescimento a favor dos pobres	69
Capítulo 3 Ajuda para o século XXI	73
Repensar a ajuda	77
Ajuda como imperativo moral e egoísmo esclarecido	77
Ajuda e desenvolvimento humano	79
Financiamento da ajuda – a história, os problemas, o desafio	83
Quantidade de ajuda	84
Ajuda e os ODM: poderão os países ricos financiá-los?	92
Poderá ser absorvida mais ajuda?	96

Fraquezas na qualidade e efectivação da ajuda	98
Volatilidade e imprevisibilidade da ajuda	98
Condicionalidade e apropriação pelos países	99
Demasiados doadores – coordenação muito insuficiente	100
Transferências ineficientes de recursos: ajuda ligada	102
Apoio a projectos em vez de apoio a orçamentos nacionais	103
Repensar a governação da ajuda	105
Ajuda bilateral – algumas lições de África	105
Iniciativas multilaterais	107
Mudar a ajuda	108

Capítulo 4 Comércio internacional – libertar o potencial de desenvolvimento humano **111**

Um mundo interdependente	114
Comércio e padrões de vida globais	114
Os limites da convergência	116
Comércio e desenvolvimento humano	119
Regras injustas: como o sistema de comércio favorece os países ricos	126
Acesso aos mercados	126
Comércio agrícola	129
Reduzir o espaço para políticas de desenvolvimento	133
Para além das regras: produtos primários, os novos porteiros e criação de capacidade	139
A crise dos produtos primários	139
O papel dos porteiros do mercado	142
Falta de capacidade	143
Tornar Doha uma ronda de desenvolvimento	146
Repensar a governação da OMC	146
Como o comércio poderia contribuir para os ODM	147

Capítulo 5 Conflito violento – pôr em evidência a verdadeira ameaça **149**

O conflito violento no início do século XXI	153
Os riscos de segurança deslocaram-se para os países pobres	153
Custos do conflito em desenvolvimento humano	154
O desafio de Estados propensos ao conflito	162
Desigualdade horizontais	163
Gestão dos recursos naturais	165
Para além das fronteiras	167
A resposta internacional	168
Melhorar a ajuda	169
Gerir recursos naturais e atacar as armas pequenas	171
Criar capacidade regional	174
Desafios para a reconstrução	175

Transições da guerra para a paz e da paz para a segurança	177
Redefinir a segurança e construir a segurança colectiva	179
Notas	183
Nota bibliográfica	186
Bibliografia	188

Caixas

1.1	VIH/AIDS gera múltiplos retrocessos no desenvolvimento humano	22
1.2	Crise de mortalidade na Federação Russa: “faltam” 7 milhões de homens	23
1.3	Índia – uma história de sucesso da globalização com um resultado misto no desenvolvimento humano	30
1.4	Poupar 6 milhões de vidas – possível e acessível	33
1.5	O efeito do copo de champanhe – a distribuição global do rendimento	36
1.6	Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	39
1.7	Bangladeche – crescimento moderado, desenvolvimento humano rápido	46
1.8	Uganda – um progresso impressionante mas desigual	47
2.1	Desigualdade e saúde nos Estados Unidos	58
2.2	China – desigualdades crescentes na saúde	63
2.3	Crescimento progressivo e a favor dos pobres	65
2.4	O objectivo da redução da pobreza infantil no Reino Unido	68
2.5	Investimento público e transformação social	70
3.1	A Grande Sociedade	78
3.2	Reduzir as barreiras de custo	81
3.3	Ajuda para a segurança social na Zâmbia	82
3.4	Da cimeira do G-8 para a Assembleia-Geral – acompanhar as palavras com acção	88
3.5	Alívio da dívida – percorrer o quilómetro a mais	89
3.6	O futuro da Associação Internacional de Desenvolvimento	92
3.7	O Mecanismo de Financiamento Internacional	95
3.8	Minar a capacidade através da ajuda a projecto – o caso do Afeganistão	104
4.1	A abertura é boa para o crescimento?	120
4.2	Vietname e México – uma estória de dois globalizadores	121
4.3	Guatemala – os limites do sucesso conduzido pelas exportações	123
4.4	Suprimir gradualmente o Acordo Multifibras	125
4.5	Para onde vão os subsídios?	130
4.6	Quando é que um subsídio não é um subsídio?	133
4.7	O sector de componentes de automóveis da Índia	134
4.8	Ir para além da Organização Mundial do Comércio	137
4.9	A crise do café	140
4.10	Os limites da assistência técnica na criação de capacidade relacionada com o comércio	145
4.11	À pesca de coerência	145
5.1	República Democrática do Congo – o conflito violento deixa os Estados fracos ainda piores	156
5.2	Impacte da insegurança nos meios de subsistência – o exemplo de Karamoja, Uganda	157

5.3	Territórios Ocupados da Palestina – como se está a inverter o desenvolvimento humano	158
5.4	Costa do Marfim – desigualdades horizontais desfazem o “Milagre Africano”	165
5.5	Benefícios e limites do diálogo participativo na prevenção do conflito	166

Quadros

1.1	Países que observaram uma inversão no IDH	21
1.2	Declínio na privação de rendimento, 1981–2001	34
1.3	Faixas do crescimento do rendimento	35
3.1	A despesa militar excede a ajuda pública ao desenvolvimento nos países ricos	94
4.1	Mudanças no bem-estar na Nicarágua – o custo da queda nos preços do café 1998-2001	141
5.1	Conflitos custam seguramente mais em vidas humanas	153
5.2	Recursos naturais têm ajudado a alimentar conflitos em muitos países	167
5.3	Operações pós-conflito de construção da paz exercitam os poderes governamentais	176

Figuras

1.1	A esperança de vida melhorou na maioria das regiões	19
1.2	As taxas e as tendências de mortalidade de crianças melhoraram	19
1.3	A democracia ganha terreno	20
1.4	O desenvolvimento humano melhorou na maioria das regiões	21
1.5	Rendimento diferente, IDH semelhante	24
1.6	Crianças fora da escola – a maior parte na África e Ásia do Sul	24
1.7	Anos na escola – os hiatos mantêm-se	25
1.8	As possibilidades de sobrevivência na África Subsariana não são muito melhores do que em Inglaterra na década de 1840	26
1.9	O choque demográfico do SIDA excede o da Primeira Guerra Mundial	27
1.10	Menos crianças estão a morrer – mas o progresso está a abrandar	28
1.11	Mortalidade de crianças – o hiato entre países ricos e pobres está a alargar-se	28
1.12	O rendimento não determina a mortalidade neonatal	29
1.13	Crescimento do rendimento e melhoria na mortalidade de crianças divergem na Índia e na China	29
1.14	China e Índia ficam para trás na mortalidade de crianças	30
1.15	Convergência de crescimento – e convergência absoluta de rendimento	37
1.16	Onde está o dinheiro?	37
1.17	Falhar as metas para as crianças	41
1.18	Mortalidade de crianças – o custo humano	42
1.19	Mortalidade de crianças – o custo acumulado das metas falhadas	43
1.20	Sem acesso a água potável – o custo humano	44
1.21	Privação de rendimento – o custo humano	44
1.22	Crianças que não estão matriculadas na escola – o custo humano	45
1.23	Rapárgas que não estão matriculadas na escola – o custo humano	45

1.24	O crescimento não preannuncia a participação segundo o género	46
2.1	Desigualdade de rendimento – países e regiões seleccionados	55
2.2	Fatias do bolo do rendimento	56
2.3	Como vivem os pobres – o rendimento médio é importante, mas também a desigualdade	56
2.4	As crianças dos mais pobres têm mais probabilidade de morrer	57
2.5	O ciclo da desigualdade – do nascimento à adolescência, os pobres vivem pior	57
2.6	Diferenças de desenvolvimento humano nas províncias da China	59
2.7	Os dois mundos da educação mexicana	59
2.8	Crianças rurais enfrentam maior risco de mortalidade	60
2.9	Conclusão escolar no Paquistão	60
2.10	Pobreza na Guatemala – etnicidade e localização	60
2.11	Mortalidade de crianças – um hiato cada vez maior entre ricos e pobres	62
2.12	Tanzânia – a redução da pobreza restringe-se à capital	66
2.13	Pobreza extrema: dois cenários para 2015	67
3.1	Uma visão longa – tendências da ajuda desde 1960	84
3.2	A liga dos doadores	85
3.3	Mais ricos mas menos generosos – a riqueza cresce mais depressa que a ajuda ...	86
3.4	...mas os desempenhos variam	86
3.5	Progressos pós-Monterrey no sentido da meta da APD	87
3.6	O hiato do financiamento dos ODM	88
3.7	A composição do aumento da ajuda	91
3.8	Doadores diferem na ajuda aos países mais pobres	91
3.9	Situação fiscal tensa nos países do G-7	93
3.10	Despesa militar versus ajuda ao desenvolvimento	94
3.11	Avançar ajuda através do Mecanismo de Financiamento Internacional	95
3.12	Volatilidade da ajuda em acção	98
3.13	A liga da ajuda ligada	102
3.14	O imposto da ajuda – custos da ajuda ligada	103
4.1	Exportações aumentam como parcela de rendimento	115
4.2	Crescimento das exportações mundiais de produtos manufacturados	115
4.3	As Tarifas estão a cair	116
4.4	Os Sucessos das exportações estão fortemente concentrados	117
4.5	A quota da África Subsariana no comércio mundial está a cair	117
4.6	Exportações mundiais: os países ricos continuam a liderar	118
4.7	Valor acrescentado da indústria: variação das parcelas do mundo em desenvolvimento	118
4.8	Baixar as tarifas não é uma bola mágica para o crescimento	119
4.9	Graduação perversa nos impostos do comércio	127
4.10	Tributação perversa em operação	127
4.11	Grande e cada vez maior: o apoio dos países ricos à agricultura	129
4.12	Açúcar da UE – como produzir excedentes e inundar os mercados mundiais	131
4.13	Produção de algodão dos EUA – imune às oscilações dos preços mundiais	131
4.14	Preços e produção de café na Etiópia	141

5.1	Menos conflitos desde 1991	153
5.2	Os riscos de segurança estão a deslocar para África	154
5.3	Prioridades da despesa nos países de desenvolvimento humano baixo que viveram conflitos recentemente	160
5.4	Ajuda para a reconstrução pós-conflito – a política acima da necessidade	170

Contribuição especial

	Desafios para a reconstrução pós-conflito: lições do Afeganistão <i>Ashraf Ghani</i>	171
--	--	-----

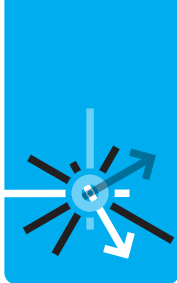
Mapa

1.1	A geografia da mortalidade de crianças – progresso em direcção à meta de 2015 dos ODM	41
------------	---	----

Indicadores de desenvolvimento humano

Guia do leitor	211
Nota do quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano	214
Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .	
1 Índice de desenvolvimento humano	219
2 Tendências do índice de desenvolvimento humano	223
3 Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento	227
4 Pobreza e privação humanas: países da OCDE, Europa do Leste e a CEI	230
. . . para viverem uma vida longa e saudável . . .	
5 Tendência demográficas	232
6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços	236
7 Água, saneamento e estado da nutrição	240
8 Desigualdades na saúde materna e infantil	244
9 Principais crises e riscos de saúde mundiais	246
10 Sobrevivência: progressos e retrocessos	250
. . . adquirirem conhecimento . . .	
11 Compromisso com a educação: despesa pública	254
12 Alfabetização e escolarização	258
13 Tecnologia: difusão e criação	262
. . . terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno . . .	
14 Desempenho económico	266
15 Desigualdade no rendimento ou consumo	270
16 Estrutura do comércio	274

17	Responsabilidades dos países ricos: ajuda	278
18	Responsabilidades dos países ricos: alívio da dívida e comércio	279
19	Fluxos da dívida, capital privado e dívida	280
20	Prioridades na despesa pública	284
21	Desemprego nos países da OCDE	288
... enquanto os preservam para as gerações futuras ...		
22	Energia e ambiente	289
... protegendo a segurança social ...		
23	Refugiados e armamentos	293
24	Vítimas da criminalidade	297
... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens		
25	Índice de desenvolvimento ajustado ao género	299
26	Medida de participação segundo o género	303
27	Desigualdade de género na educação	307
28	Desigualdade de género na actividade económica	311
29	Género, trabalho e afectação do tempo	315
30	Participação política das mulheres	316
Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho		
31	Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos	320
32	Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho	324
33	Indicadores básicos para outros países membros da ONU	328
Nota sobre as estatísticas no <i>Relatório do Desenvolvimento Humano</i>		329
Notas técnicas		
<hr/>		
1	Cálculos dos índices de desenvolvimento humano	340
2	Os dois lados da moeda da redução da pobreza – porque razão o crescimento e a distribuição são importantes	347
3	Avaliação do progresso no sentido dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	352
Definições de termos estatísticos		354
Referências estatísticas		361
Classificação dos países		363
Índice dos indicadores		367
Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores		371



Introdução

Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual

Em cada hora,
mais de 1.200 crianças
morrem longe
do olhar dos meios
de comunicação

O ano de 2004 terminou com um acontecimento que demonstrou o poder de destruição da natureza e o poder de regeneração da compaixão humana. O *tsunami* que varreu o Oceano Índico deixou mais de 300.000 mortos. Milhões de pessoas ficaram sem casa. Dias depois do *tsunami*, uma das piores catástrofes naturais dos últimos anos tinha dado lugar à maior acção mundial de assistência internacional, mostrando o que se pode conseguir através da solidariedade global quando a comunidade internacional se empenha num grande esforço.

O *tsunami* foi uma tragédia imprevisível, em grande medida inevitável e que teve grande visibilidade. Outras tragédias são monotonamente previsíveis, prontamente evitáveis e menos visíveis. Em cada hora, mais de 1.200 crianças morrem longe do olhar dos meios de comunicação. É o equivalente a três tsunamis por mês, todos os meses, a atingir os cidadãos mais vulneráveis do mundo – as crianças. As causas de morte não serão sempre as mesmas, mas a esmagadora maioria pode ser atribuída a uma única patologia: pobreza. Ao contrário do tsunami, esta patologia é evitável. Com a tecnologia, recursos financeiros e o saber acumulado de hoje, o mundo tem as condições necessárias para ultrapassar a privação extrema. Todavia, enquanto comunidade internacional, permitimos que a pobreza destrua vidas numa escala que minimiza o impacto do *tsunami*.

Há cinco anos, no início do novo milénio, os governos de todo o mundo uniram-se para fazer uma promessa notável às vítimas da pobreza em todo o mundo. Reunidos nas Nações Unidas, assinaram a Declaração do Milénio – uma promessa solene de “libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema”. A declaração apresenta uma visão arrojada, firmada num compromisso partilhado com relação aos direitos humanos universais e à justiça social, e apoiada por metas com prazos bem definidos. Essas metas – os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – incluem a redução da

pobreza extrema para metade, diminuição da mortalidade de crianças, provisão de educação para todas as crianças do mundo, redução das doenças infecciosas e a promoção de uma nova parceria mundial para produzir resultados. O prazo para atingir os Objectivos acaba em 2015.

O desenvolvimento humano não se esgota nos ODM. Mas os Objectivos dão uma referência crucial para medir o progresso no caminho que leva à criação de uma nova ordem mundial, mais justa, menos pobre e menos insegura. Em Setembro de 2005, os governos de todo o mundo reunir-se-ão de novo nas Nações Unidas para examinar os progressos conseguidos desde a assinatura da Declaração do Milénio – e traçar um caminho para a década até 2015.

Não são muitos os motivos para celebrações. Registaram-se alguns progressos importantes do desenvolvimento humano desde a assinatura da Declaração do Milénio. A pobreza diminuiu e os indicadores sociais melhoraram. Os ODM proporcionaram um ponto focal para a preocupação internacional, colocando o desenvolvimento e a luta contra a pobreza na agenda internacional, de um modo que parecia inimaginável há uma década. O ano de 2005 tem sido marcado por uma campanha mundial sem precedentes, dedicada a relegar a pobreza para o passado. Essa campanha já deixou a sua marca no progresso da ajuda e do alívio da dívida durante a Cimeira do Grupo das Oito (G-8) principais economias industrializadas. A lição a tirar é a seguinte: argumentos

Este é o momento de provar que a Declaração do Milénio não é apenas uma promessa no papel, mas um compromisso de mudança

convincentes, apoiados pela mobilização pública, podem mudar o mundo.

Todavia, quando os governos se preparam para a cimeira da ONU de 2005, a ficha do relatório global sobre o progresso torna a leitura deprimente. A maioria dos países está fora do caminho para a maior parte dos ODM. O desenvolvimento humano está a esmorecer nalgumas áreas fundamentais e as desigualdades já profundas estão a alargar-se. Podemos encontrar várias formulações diplomáticas e terminologia polida para descrever a divergência entre o progresso no desenvolvimento humano e a ambição plasmada na Declaração do Milénio. Nenhuma delas deveria poder obscurecer uma verdade simples: a promessa aos pobres do mundo está a ser quebrada.

Este ano de 2005 marca uma encruzilhada. Os governos de todo o mundo enfrentam uma escolha. Uma opção é aproveitar o momento e fazer de 2005 o início de uma “década para o desenvolvimento”. Se as políticas e os investimentos necessários para atingir os ODM forem disponibilizados hoje, ainda há tempo para cumprir as promessas da Declaração do Milénio. Mas o tempo está a passar. A cimeira da ONU dá uma oportunidade crítica para adoptar os planos de acção corajosos necessários, não só para voltar ao caminho dos objectivos de 2015, mas também para vencer as profundas desigualdades que dividem a humanidade e forjar um novo e mais justo padrão de globalização.

A outra opção é deixar as coisas como estão e fazer de 2005 o ano em que a promessa da Declaração do Milénio é quebrada. Esta é uma escolha que fará com que os líderes políticos da geração actual sejam lembrados na história como os líderes que deixaram fugir a oportunidade de cumprir os ODM. Em vez de produzir acção, a cimeira da ONU poderá gerar uma outra ronda de declarações altamente sonantes, com os países ricos a oferecerem mais palavras e nenhuma acção. Um resultado destes terá consequências óbvias para os pobres de todo o mundo. Mas num mundo de ameaças e oportunidades cada vez mais interrelacionadas, também porá em perigo a segurança, paz e prosperidade mundiais.

A cimeira de 2005 dá aos governos que assinaram a Declaração do Milénio uma oportunidade crítica para mostrarem que querem acção – e que são capazes de quebrar a rotina. Este é o momento de provar que a Declaração do Milénio não é apenas uma promessa no papel, mas um compromisso

de mudança. A cimeira é o momento para mobilizar os recursos do investimento e para desenvolver os planos necessários para construir as defesas que podem travar o *tsunami* da pobreza mundial. O que é preciso é a vontade política para agir de acordo com a visão que os governos expuseram há cinco anos.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005

Este relatório trata da dimensão do desafio que o mundo enfrenta no início da contagem decrescente de 10 anos até 2015. O seu enfoque é sobre o que os governos dos países ricos podem fazer para manter a sua parte do negócio da parceria global. Isso não implica que os países em desenvolvimento não tenham responsabilidade. Pelo contrário, têm a principal responsabilidade. Nenhum montante de cooperação internacional pode compensar as acções de governos que falham na prioridade ao desenvolvimento humano, no respeito aos direitos humanos, no ataque à desigualdade e na erradicação da corrupção. Mas sem um compromisso renovado com a cooperação, apoiada na acção prática, os ODM não serão atingidos – e a Declaração do Milénio será lembrada na história apenas como um conjunto de promessas vazias.

Focamos três pilares da cooperação, cada um com uma necessidade urgente de renovação. O primeiro pilar é a ajuda ao desenvolvimento. A ajuda internacional é um investimento fundamental no desenvolvimento humano. Os retornos desse investimento podem ser medidos em termos do potencial humano libertado através da prevenção de doenças e mortes evitáveis, provisão de educação para todas as crianças, superação das desigualdades de género e da criação das condições para o crescimento económico sustentado. A ajuda ao desenvolvimento sofre de dois problemas: subfinanciamento crónico e má qualidade. Tem havido melhorias em ambas as frentes, mas continua a haver muito que fazer para fechar os hiatos de financiamento dos ODM e melhorar o valor do dinheiro.

O segundo pilar é o comércio internacional. Nas condições correctas, o comércio pode ser um forte catalizador do desenvolvimento humano. As conversações da “Ronda de Desenvolvimento” de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), lançadas em 2001, deram aos governos dos países ricos uma oportunidade para criar essas condições.

Quatro anos depois, não foi alcançado nada de substancial. As políticas comerciais dos países ricos continuam a negar aos países pobres e às pessoas pobres uma parcela justa da prosperidade global – e elas opõem-se à Declaração do Milénio. Mais do que a ajuda, o comércio tem o potencial para aumentar a parcela dos países e das pessoas mais pobres do mundo na prosperidade global. Limitar esse potencial através de políticas comerciais injustas é inconsistente com o compromisso dos ODM. Mais do que isso, é injusto e hipócrita.

O terceiro pilar é a segurança. Conflitos violentos arruinam a vida de centenas de milhões de pessoas. São uma fonte de violações sistemáticas dos direitos humanos e uma barreira ao progresso no sentido dos ODM. A natureza dos conflitos alterou-se e emergiram novas ameaças à segurança colectiva. Num mundo cada vez mais interligado, as ameaças colocadas pelo fracasso na prevenção de conflitos, ou no aproveitamento das oportunidades de paz, atravessam inevitavelmente as fronteiras nacionais. Uma cooperação internacional mais eficaz podia ajudar a eliminar a barreira ao progresso dos ODM criada pelos conflitos violentos, produzindo as condições para o desenvolvimento humano acelerado e a verdadeira segurança.

A renovação deve acontecer simultaneamente em cada pilar da cooperação internacional. O fracasso em qualquer uma das áreas minará as bases do progresso futuro. Regras mais eficazes no comércio internacional contarão pouco em países onde um conflito violento bloqueia as oportunidades de participar no comércio. Maior ajuda sem regras comerciais mais justas dará resultados abaixo do óptimo. E sem as perspectivas de melhoria do bem-estar humano e de redução da pobreza que podem ser dadas através da ajuda e do comércio, a paz continuará a ser frágil.

O estado do desenvolvimento humano

Há quinze anos, o primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* esperava uma década de rápido progresso. “A década de 1990”, previa com optimismo, “está a definir-se como a década do desenvolvimento humano, pois raramente tem havido um consenso semelhante sobre os objectivos reais das estratégias de desenvolvimento.” Hoje, como em 1990, também há um consenso sobre o desenvolvimento. Esse consenso tem sido expresso com vigor nos relatórios

do Projecto Milénio da ONU e da Comissão para África patrocinada pelo Reino Unido. Infelizmente, o consenso ainda tem de dar lugar a acções práticas – e há sinais agourentos para a próxima década. Existe o perigo eminente de que nos próximos 10 anos, tal como nos últimos 15, o progresso em desenvolvimento humano seja muito menor do que o que o novo consenso promete.

Conseguiu-se muito desde o primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Em média, as pessoas dos países em desenvolvimento estão mais saudáveis, mais instruídas e menos empobrecidas – e têm mais probabilidade de viver numa democracia multipartidária. Desde 1990, a esperança de vida nos países em desenvolvimento aumentou 2 anos. Há menos 3 milhões de óbitos de crianças anualmente e menos 30 milhões de crianças que não frequentam a escola. Mais de 130 milhões de pessoas escaparam à pobreza extrema. Estes ganhos de desenvolvimento humano não devem ser subestimados.

Nem devem ser exagerados. Em 2003, 18 países com uma população conjunta de 460 milhões de pessoas tiveram resultados mais baixos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do que em 1990 – um recuo sem precedentes. No meio de uma economia global cada vez mais próspera, 10,7 milhões de crianças por ano não vivem para ver o seu quinto aniversário e mais de mil milhões de pessoas sobrevivem numa pobreza abjecta, com menos de 1 dólar por dia. A pandemia de VIH/SIDA infligiu a maior inversão simples de sempre ao desenvolvimento humano. Em 2003, a pandemia custou 3 milhões de vidas e deixou outros 5 milhões de pessoas infectadas. Milhões de crianças ficaram órfãs.

A integração global está a forjar uma mais profunda interligação entre países. Em termos económicos, o espaço entre pessoas e países está a diminuir rapidamente, na medida em que o comércio, a tecnologia e o investimento ligam todos os países numa teia de interdependência. Em termos de desenvolvimento humano, o espaço entre países é assinalado por profundas e, nalguns casos, crescentes desigualdades de rendimento e de possibilidades de vida. Um quinto da humanidade vive em países onde muitas pessoas nem pensam antes de gastar 2 dólares por dia num *cappuccino*. Outro quinto da humanidade sobrevive com menos de 1 dólar por dia e vive em países onde as crianças morrem por falta de uma simples rede mosquiteira.

Existe o perigo eminente de que nos próximos 10 anos, tal como nos últimos 15, o progresso em desenvolvimento humano seja muito menor do que tem sido prometido

Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres

No início do século XXI, vivemos num mundo dividido. O tamanho da divisão coloca um desafio fundamental à comunidade humana global. Parte desse desafio é ética e moral. Como disse Nelson Mandela em 2005: “A pobreza maciça e a desigualdade obscena são flagelos tão grandes dos nossos tempos – tempos em que o mundo se gaba de progressos extraordinários na ciência, tecnologia, indústria e na acumulação de riqueza – que têm de ser colocados ao lado da escravatura e do *apartheid* como males sociais.” Os flagelos gémeos da pobreza e da desigualdade podem ser derrotados – mas o progresso tem sido hesitante e desigual.

Tanto os países ricos como os países pobres têm interesse em alterar este panorama. Reduzir o abismo de riqueza e de oportunidade que divide a comunidade humana não é um jogo de soma zero, em que alguém tem de perder para que outros ganhem. Aumentar as oportunidades para que as pessoas dos países pobres possam ter uma vida longa e saudável, darem aos filhos uma educação adequada e escaparem à pobreza, não diminuirá o bem-estar das pessoas dos países ricos. Pelo contrário, ajudará a construir uma prosperidade partilhada e a reforçar a nossa segurança colectiva. No nosso mundo interligado, um futuro construído sobre as bases de pobreza maciça no meio da abundância é economicamente ineficiente, politicamente insustentável e moralmente indefensável.

Os hiatos de esperança de vida estão entre as mais fundamentais de todas as desigualdades. Hoje, uma pessoa que viva na Zâmbia tem menos possibilidades de chegar aos 30 anos do que uma pessoa nascida na Inglaterra, em 1840 – e o hiato está a alargar-se. O VIH/SIDA está no cerne do problema. Na Europa, o maior choque demográfico desde a Peste Negra foi sofrido pela França durante a Primeira Guerra Mundial. A esperança de vida caiu cerca de 16 anos. Por comparação, o Botswana enfrenta uma queda da esperança de vida de 31 anos infligida pelo VIH/SIDA. Para lá dos custos humanos imediatos, o VIH/SIDA está a destruir a infra-estrutura social e económica de que depende a recuperação. A doença ainda não é curável. Mas milhões de vidas já podiam ter sido poupadas se a comunidade internacional não tivesse ficado à espera de que uma grave ameaça se tornasse numa crise declarada.

Nenhum indicador capta a divergência na oportunidade de desenvolvimento humano mais forte-

mente do que a mortalidade de crianças. As taxas de mortalidade entre as crianças de todo o mundo estão a diminuir, mas a tendência está a abrandar – e o hiato entre países ricos e pobres está a alargar-se. Esta é uma área em que o abrandamento das tendências custa vidas. Se o progresso da década de 1980 tivesse sido sustentado desde 1990, este ano haveria menos 1,2 milhões de óbitos de crianças. A África Subsariana responde por uma parcela crescente de óbitos de crianças: a região representa 20% dos nascimentos em todo o mundo e 44% dos óbitos de crianças. Mas o abrandamento do progresso estende-se para além da África Subsariana. Algumas das mais visíveis “estórias de sucesso” da globalização – incluindo a China e a Índia – estão a fracassar na conversão da criação de riqueza e aumento de rendimentos numa redução mais rápida da mortalidade de crianças. Uma desigualdade de desenvolvimento humano profundamente enraizada está no coração do problema.

Os debates sobre as tendências na desigualdade de rendimentos a nível mundial continuam a intensificar-se. Menos aberta ao debate é a escala simples da desigualdade. Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres. Para além destes extremos, os 2,5 mil milhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia – 40% da população mundial – representam 5% do rendimento mundial. Os 10% mais ricos, que vivem quase todos em países de rendimento elevado, representam 54%.

Um corolário óbvio da extrema desigualdade mundial é que mesmo modificações modestas na distribuição, de cima para baixo, podem ter efeitos consideráveis sobre a pobreza. Utilizando uma base de dados da distribuição do rendimento mundial, estimámos um custo de 300 mil milhões de dólares para ajudar 1.000 milhões de pessoas a viverem com menos de 1 dólar por dia acima do limiar de pobreza extrema. Essa quantia representa 1,6% do rendimento dos 10% mais ricos da população mundial. É claro que este valor descreve uma transferência estática. Atingir a sustentabilidade da redução da pobreza requer processos dinâmicos, através dos quais países e pessoas pobres podem produzir a sua saída da privação extrema. Mas no nosso mundo extremamente desigual, uma maior equidade poderia fornecer um catalizador poderoso para a redução da pobreza e o progresso no sentido dos ODM.

Quais são as implicações da actual trajectória de desenvolvimento humano para os ODM? Tratamos esta questão utilizando dados de países para projectar onde estaria o mundo em relação a alguns dos principais ODM, em 2015. O retrato não é encorajador. Se as tendências actuais se mantiverem, existirão hiatos enormes entre as metas dos ODM e os resultados. Esses hiatos podem ser expressos em estatísticas, mas por detrás das estatísticas estão vidas e esperanças de pessoas comuns. Os custos humanos nunca podem ser captados só por números. Mas a nossa projecção para 2015 dá uma indicação da dimensão dos custos. Se os países em desenvolvimento continuarem no caminho actual, terão consequências como as seguintes:

- A meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças não será atingida por uma diferença de 4,4 milhões de óbitos de crianças, evitáveis, em 2015 – um número equivalente a três vezes o número de crianças com menos de cinco anos em Londres, Nova Iorque e Tóquio. Nos próximos dez anos, o hiato entre o objectivo e a tendência actual ascenderá a mais de 41 milhões de crianças, que morrerão antes do seu quinto aniversário por causa da mais prontamente curável de todas as doenças – pobreza. Este é um resultado difícil de compaginar com a promessa da Declaração do Milénio de proteger as crianças de todo o mundo.
- O hiato entre a meta dos ODM de reduzir a pobreza para metade e os resultados projectados é equivalente a mais 380 milhões de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia em 2015.
- A meta dos ODM de ensino primário universal não será atingida nas tendências actuais, com 47 milhões de crianças ainda sem frequentar a escola em 2015.

Estas são simples projecções futuras de tendências actuais – e tendências não são um fatalismo. Como diz a máxima do mercado financeiro, o desempenho do passado não é um guia para resultados futuros. Para os ODM, isso são, indiscutivelmente, boas notícias. Como disse o Secretário-Geral da ONU: “Os ODM podem ser atingidos em 2015 – mas só se todos os envolvidos quebrarem a rotina e, imediatamente, acelerarem e aumentarem substancialmente a acção”. Alguns dos países mais pobres do mundo – incluindo o Bangladesh, Uganda e Vietname – mostraram que o progresso rápido é possível.

Mas os países ricos têm de ajudar a suportar os custos iniciais de uma descolagem do desenvolvimento humano mundial.

Quando os governos se preparam para a cimeira da ONU de 2005, a projecção para 2015 deixa um claro aviso. Falando sem rodeios, o mundo está a encaminhar-se para um desastre fortemente anunciado do desenvolvimento humano, cujos custos se contarão em mortes evitáveis, crianças que não frequentam a escola e perda de oportunidades para a redução da pobreza. Este desastre é tão evitável como previsível. Se os governos forem sérios quanto ao seu empenho nos ODM, a rotina não será uma opção. A cimeira das Nações Unidas de 2005 dá uma oportunidade para traçar um novo caminho para a próxima década.

Por que é importante a desigualdade

Os hiatos do desenvolvimento humano dentro dos países são tão acentuados como os hiatos entre países. Esses hiatos reflectem oportunidades desiguais – pessoas retidas por causa do seu género, identidade de grupo, riqueza ou localização. Essas desigualdades são injustas. Também são um desperdício económico e socialmente desestabilizadores. Vencer as forças estruturais que criam e perpetuam a extrema desigualdade é um dos caminhos mais eficazes para vencer a extrema pobreza, aumentando o bem-estar da sociedade e acelerando o progresso para os ODM.

Os próprios ODM são uma declaração vital da vontade internacional, radicada num compromisso com os direitos humanos básicos. Esses direitos – à educação, igualdade sexual, sobrevivência na infância e nível de vida digno – são universais por natureza. É por isso que o progresso para os ODM deveria ser para todas as pessoas, independentemente do seu rendimento familiar, género ou localização. Contudo, os governos medem o progresso em relação às suas médias nacionais. Estas médias podem esconder desigualdades profundas no progresso assente em disparidades baseadas na riqueza, género, identidade de grupo e outros factores.

Como se mostra neste Relatório, o fracasso em tratar desigualdades extremas actua como um travão ao progresso na realização dos ODM. Em muitos dos ODM, o pobre e o desfavorecido estão a ficar para trás. Análises transversais de países sugerem que as taxas de

A meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças não será atingida por uma diferença de 4,4 milhões de óbitos de crianças, evitáveis, em 2015

Em cada ano, perdem-se cerca de 130.000 vidas jovens na Índia devido à desvantagem associada ao facto de ter nascido com dois cromossomas X

mortalidade de crianças entre os 20% mais pobres da população estão a cair em menos de metade da média mundial. Porque os 20% mais pobres respondem por uma parcela desproporcionalmente grande da mortalidade de crianças, estão a abrandar a taxa global de progresso na realização dos ODM. Criar as condições nas quais os pobres podem avançar, como parte de um progresso global do desenvolvimento humano, daria um novo impulso dinâmico aos ODM. E atacaria também uma causa de injustiça social.

Camadas múltiplas e entrelaçadas de desigualdade criam desvantagens para as pessoas ao longo da vida. A desigualdade de rendimento está a aumentar em países que representam mais de 80% da população mundial. A desigualdade nesta dimensão é importante, em parte por causa da ligação entre padrões de distribuição e níveis de pobreza. O rendimento médio é três vezes mais elevado no Brasil de desigualdade elevada e rendimento médio, do que no Vietname de desigualdade baixa e rendimento baixo. Contudo, os rendimentos dos 10% mais pobres do Brasil são inferiores aos dos 10% mais pobres do Vietname. Níveis elevados de desigualdade de rendimento são maus para o crescimento e enfraquecem a taxa à qual o crescimento é convertido em redução da pobreza: reduzem o tamanho do bolo económico e o tamanho da fatia conseguida pelos pobres.

As desigualdades de rendimento interagem com outras desigualdades nas possibilidades da vida. Nascer numa família pobre diminui as possibilidades da vida, nalguns casos em sentido literal. As crianças nascidas nos 20% mais pobres das famílias do Gana ou Senegal têm 2 a 3 vezes mais probabilidade de morrer antes dos 5 anos do que as crianças nascidas nos 20% mais ricos das famílias. A desvantagem acompanha as pessoas ao longo da vida. As mulheres pobres têm menos probabilidade de ser educadas e menos probabilidade de receber cuidados pré-natais quando estão grávidas. Os seus filhos têm menos probabilidade de sobreviver e menos probabilidade de concluir a escola, perpetuando um ciclo de privação que se transmite através de gerações. As desigualdades básicas das possibilidades da vida não se restringem aos países pobres. Os resultados da saúde nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, reflectem desigualdades profundas baseadas na riqueza e na raça. As disparidades regionais são outra fonte de desigualdades. As linhas de fractura do desenvolvimento humano separam as regiões rurais das urbanas e as regiões pobres

das ricas, do mesmo país. No México, as taxas de alfabetização nalguns Estados são comparáveis às que se encontravam em países de rendimento elevado. Nos municípios predominantemente rurais e indígenas de Estados da cintura de pobreza do Sul, como Guerrero, as taxas de alfabetização das mulheres aproximam-se das do Mali.

O género é um dos mais fortes indicadores mundiais de desvantagem. Esta situação é clara na Ásia do Sul. O grande número de “mulheres que faltam” na região dá testemunho da dimensão do problema. A desvantagem começa à nascença. Na Índia, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos é 50% mais elevada nas raparigas do que nos rapazes. Dito de outra maneira, perdem-se 130.000 vidas jovens por ano devido à desvantagem associada ao facto de ter nascido com dois cromossomas X. No Paquistão, a paridade sexual na frequência escolar daria a mais dois milhões de raparigas a possibilidade de uma educação.

Reduzir a desigualdade na distribuição das oportunidades de desenvolvimento humano é uma prioridade de política pública por direito próprio: isto é importante por razões intrínsecas. Seria também um instrumento para acelerar o progresso no sentido dos ODM. Anular o hiato na mortalidade de crianças, entre os 20% mais ricos e os mais pobres, reduziria os óbitos de crianças em quase dois terços, poupando mais de 6 milhões de vidas por ano – e colocando o mundo de novo no caminho da realização da meta dos ODM de uma redução de dois terços nas taxas de mortalidade de crianças.

Uma distribuição mais equitativa do rendimento funcionaria como um forte catalisador da redução acelerada da pobreza. Utilizamos inquéritos aos rendimentos e despesas das famílias para simular o efeito de um padrão de crescimento em que as pessoas na pobreza obtêm uma parcela do crescimento futuro que é o dobro da sua parcela actual do rendimento nacional. Para o Brasil, esta versão de crescimento a favor dos pobres encurta em 19 anos o horizonte temporal para reduzir a pobreza para metade; para o Quénia, encurta em 17 anos. Conclusão: quando se trata de redução da privação de rendimento, a distribuição é tão importante como o crescimento. Essa conclusão é tão válida para os países de rendimento baixo, como para os países de rendimento médio. Sem uma distribuição do rendimento melhorada, a África Subsariana precisaria de taxas de crescimento incrivelmente elevadas para

reduzir a pobreza para metade até 2015. Podemos acrescentar ainda que o compromisso demonstrado para reduzir a desigualdade, como parte de uma estratégia mais ampla de redução da pobreza, poderia aumentar a disponibilidade para ajuda entre as populações dos países doadores.

Aumentar proporcionalmente os exercícios de simulação nacional utilizando um modelo de distribuição do rendimento global permite destacar os benefícios potenciais da redução da desigualdade para a redução da pobreza mundial. Utilizando esse modelo, perguntamos o que aconteceria se as pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia duplicassem a sua parcela do crescimento futuro. Resultado: um declínio de um terço – ou 258 milhões de pessoas – no número projectado de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia em 2015.

Exercícios como estes descrevem os resultados que são possíveis. Trabalhar para esses resultados exigirá novas orientações de política pública. Deveria ser dado muito mais peso à melhoria da disponibilidade, acessibilidade e provisão dos serviços e ao crescimento da parcela dos pobres no crescimento. Não há um esquema único para conseguir melhores resultados na distribuição do rendimento. Para muitos países, especialmente da África Subsariana, são necessárias medidas para libertar o potencial produtivo da agricultura dos pequenos proprietários e das áreas rurais. Mais universalmente, a educação é uma das chaves para uma maior equidade. Políticas fiscais socialmente transformadoras que dêem segurança e equipem os pobres com os activos necessários para escapar à pobreza também são vitais.

Nada disto implica que seja fácil alcançar maior equidade no desenvolvimento humano. As desigualdades extremas estão enraizadas em estruturas de poder que privam as pessoas pobres das oportunidades de mercado, limitam o seu acesso aos serviços e – de forma crucial – lhes negam uma voz política. Estas patologias de poder são más para o desenvolvimento baseado no mercado e a estabilidade política – e uma barreira para a realização dos ODM.

Ajuda internacional – aumentar a quantidade, melhorar a qualidade

A ajuda internacional é uma das armas mais eficazes na guerra contra a pobreza. Hoje, essa arma está subutilizada, orientada de modo ineficiente e a precisar

de reparação. Reformar o sistema de ajuda internacional é uma necessidade fundamental para voltar ao caminho dos ODM.

Nos países ricos, a ajuda é vista muitas vezes como um acto unilateral de caridade. Essa visão é deslocada. Num mundo de ameaças e oportunidades interligadas, a ajuda é tanto um investimento como um imperativo moral – um investimento na prosperidade partilhada, segurança colectiva e num futuro comum. Não investir hoje numa escala suficiente gerará custos amanhã.

A ajuda ao desenvolvimento está no coração da nova parceria para o desenvolvimento exposta na Declaração do Milénio. Como em qualquer parceria, há responsabilidades e obrigações de ambos os lados. Os países em desenvolvimento têm a responsabilidade de criar um ambiente em que a ajuda possa produzir resultados óptimos. Por seu turno, os países ricos têm a obrigação de agir segundo os seus compromissos.

Há três condições para uma ajuda eficaz. Primeiro, tem de ser prestada em quantidade suficiente para apoiar a descolagem do desenvolvimento humano. A ajuda fornece aos governos os recursos para fazer os múltiplos investimentos na saúde, educação e infra-estruturas económicas necessários para romper os ciclos de privação e apoiar a recuperação económica – e os recursos precisam de ser adequados à escala do hiato de financiamento. Segundo, a ajuda tem de ser prestada numa base previsível, de baixos custos de transacção e valorizada. Terceiro, uma ajuda eficaz exige “apropriação nacional”. Os países em desenvolvimento têm a principal responsabilidade na criação das condições em que a ajuda pode produzir resultados óptimos. Embora tenha havido progressos no aumento da quantidade e na melhoria da qualidade da ajuda, nenhuma destas condições ainda foi satisfeita.

Quando a Declaração do Milénio foi assinada, o copo da assistência ao desenvolvimento estava três quartos vazio – e a vazar. Durante a década de 1990, os orçamentos da ajuda foram sujeitos a profundos cortes, com a assistência per capita à África Subsariana a cair um terço. Hoje, o copo do financiamento da ajuda está quase meio cheio. A Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento, em 2002, assinalou o início de uma recuperação na ajuda. Desde Monterrey, a ajuda aumentou 4% ao ano em termos reais, ou 12 mil milhões de dólares (em dólares constantes de 2003). No seu

A ajuda ligada continua a ser um dos abusos mais chocantes da ajuda ao desenvolvimento dirigida para a pobreza

conjunto, os países ricos gastam actualmente 0,25% do seu rendimento nacional bruto (RNB) em ajuda – menos do que em 1990, mas numa tendência ascendente desde 1997. O compromisso da União Europeia de atingir um limiar de 0,51% em 2010 é especialmente encorajador.

Porém, mesmo que os aumentos projectados sejam integralmente cumpridos, permanece um grande défice de ajuda para financiar os ODM. Esse défice aumentará de 46 mil milhões de dólares em 2006 para 52 mil milhões em 2010. O hiato de financiamento é especialmente grande em relação à África Subsariana, onde os fluxos de ajuda precisam de duplicar em cinco anos para fazer face aos custos estimados de realização dos ODM. O fracasso em anular o hiato do financiamento através de um crescimento faseado da ajuda impedirá os governos de fazer os investimentos na saúde, educação e infra-estruturas necessários para melhorar o bem-estar e apoiar a recuperação económica na dimensão necessária para atingir os ODM.

Embora os países ricos tenham admitido publicamente a importância da ajuda, contudo, até ao momento, as suas acções não têm correspondido às suas palavras. O G-8 inclui três países – Itália, Estados Unidos e Japão – com as mais baixas parcelas da ajuda no RNB entre os 22 países da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Numa nota mais positiva, os Estados Unidos, o maior concessionário de ajuda mundial, aumentaram a ajuda em 8 mil milhões de dólares desde 2000 e são agora o maior doador mundial para África Subsariana. O estabelecimento de metas mais ambiciosas é outro desenvolvimento bem-vindo. Contudo, os doadores não têm bons resultados quando se consideram metas de ajuda – e alguns dos principais doadores não conseguiram passar das metas fixadas para o estabelecimento de compromissos orçamentais concretos e vinculativos. Para que os ODM sejam atingidos, os próximos 10 anos têm de marcar uma clara ruptura com os 15 anos passados. Desde 1990, a prosperidade crescente dos países ricos fez pouco para aumentar a generosidade: o rendimento per capita aumentou em cerca de 6.070 dólares, enquanto a ajuda per capita caiu cerca de 1 dólar. Dados como estes sugerem que os que ganharam com a globalização não deram prioridade à ajuda para os que perderam, mesmo que pudessem ganhar em fazê-lo.

O subfinanciamento crónico da ajuda é um reflexo de prioridades distorcidas na despesa pública. A segurança colectiva depende cada vez mais do ataque às causas subjacentes da pobreza e desigualdade. Todavia, por cada 1 dólar gasto em ajuda, os países ricos afectam outros 10 dólares aos orçamentos militares. Só o aumento das despesas militares desde 2000, se tivesse sido gasto na ajuda, teria sido suficiente para atingir a velha meta da ONU de gastar 0,7% do RNB em ajuda. Não ver a segurança humana para além da segurança militar reflecte-se em subinvestimentos no tratamento de algumas das maiores ameaças à vida humana. A despesa actual com o VIH/SIDA, uma doença que custa 3 milhões de vidas por ano, representa o valor de três dias de despesas militares.

Por vezes levantam-se questões sobre se os ODM são comportáveis. Em última análise, o que é comportável é uma matéria de prioridades políticas. Mas os investimentos necessários são modestos na escala da riqueza dos países ricos. Os 7 mil milhões de dólares necessários anualmente, durante a próxima década, para prover o acesso a água limpa a 2,6 mil milhões de pessoas são menos do que os Europeus gastam em perfume e menos do que os Americanos gastam em cirurgias plásticas. Isto em relação a um investimento que pouparia cerca de 4.000 vidas por dia.

Os doadores reconheceram a importância de atacar os problemas na qualidade da ajuda. Em Março de 2005, a Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda estabeleceu princípios importantes para os doadores melhorarem a eficácia da ajuda, juntamente com metas para monitorizar o progresso de novas práticas. A coordenação está a melhorar, há menor utilização de ajuda ligada e tem sido dada mais ênfase à apropriação nacional. Mas a boa prática está muito aquém do princípio declarado. A concessão de ajuda ainda fica muito aquém das promessas, minando o planeamento financeiro da redução da pobreza. Ao mesmo tempo, a forma específica que a condicionalidade muitas vezes assume enfraquece a apropriação nacional e contribui para rupturas nos fluxos de ajuda. A relutância dos doadores em usar sistemas nacionais aumenta os custos de transacção e enfraquece a capacidade nacional.

A ajuda ligada continua a ser um dos abusos mais chocantes da ajuda ao desenvolvimento dirigida para a pobreza. Ao ligar a ajuda à provisão de produtos e serviços fornecidos pelo país doador, em

vez de permitir que os receptores da ajuda se sirvam do mercado aberto, a ajuda ligada reduz o seu valor. Muitos doadores têm vindo a reduzir a ajuda ligada, mas a prática continua a prevalecer amplamente e a não ser inteiramente revelada. Estimamos, de forma conservadora, os custos da ajuda ligada aos países de rendimento baixo entre 5 a 7 mil milhões de dólares. A África Subsariana paga um “imposto de ajuda ligada” de 1,6 mil milhões de dólares.

Nalgumas áreas, a “nova parceria” da ajuda criada na Conferência de Monterrey ainda parece, suspeitosamente, uma versão reembalada da velha parceria. Há um desequilíbrio continuado das responsabilidades e obrigações. Aos receptores de ajuda exige-se que fixem objectivos para atingir os ODM, que estabeleçam metas orçamentais para serem monitorizadas trimestralmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que cumpram um conjunto desconcertante de condições fixadas pelos doadores e que obedeçam às suas práticas de elevação dos custos de transacção e redução do valor da ajuda. Os doadores, pelo seu lado, não estabelecem metas para eles próprios. Em vez disso, propõem compromissos amplos e não vinculativos sobre a quantidade da ajuda (a maioria dos quais são depois ignorados) e até compromissos mais amplos e mais vagos para melhorar a qualidade da ajuda. Ao contrário dos receptores de ajuda, os doadores podem quebrar os seus compromissos impunemente. Na prática, a “nova parceria” tem sido uma rua de sentido único. O que é necessário é uma “nova parceria” genuína, em que doadores e receptores actuem sob compromisso para salvar as promessas da Declaração do Milénio.

Este ano proporciona uma oportunidade para selar essa parceria e forjar uma nova orientação na cooperação de ajuda ao desenvolvimento. Os países doadores devem honrar primeiro e depois basear-se nos compromissos assumidos em Monterrey. Algumas das necessidades fundamentais:

- *Fixar um calendário para atingir um rácio de 0,7% entre ajuda e RNB até 2005 (e cumpri-lo).* Os doadores deveriam estabelecer compromissos orçamentais num nível mínimo de 0,5% em 2010 para tornar alcançável a meta de 2015.
- *Atacar a dívida insustentável.* A cimeira do G-8 em 2005 produziu uma ruptura importante na dívida acumulada pelos países pobres altamente endividados (PPAE). No entanto, subsistem

alguns problemas, com um grande número de países de rendimento baixo a enfrentarem ainda problemas agudos de cumprimento das obrigações do serviço da dívida. A conclusão da crise da dívida exigirá acções para alargar a cobertura de países e para assegurar que os reembolsos da dívida serão estabelecidos em níveis consistentes com o financiamento dos ODM.

- *Prover financiamento plurianual e previsível através de programas governamentais.* Baseado nos princípios estabelecidos na Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda, os doadores deveriam fixar metas mais ambiciosas para fornecer fluxos estáveis de ajuda, funcionando através de sistemas nacionais, e criando capacidade. Em 2010, pelo menos 90% da ajuda deveriam ser desembolsados de acordo com programas acordados e através de quadros anuais ou plurianuais.
- *Condicionalidade reduzida e eficiente.* A condicionalidade da ajuda deveria concentrar-se na responsabilidade fiduciária e na transparência da informação através de sistemas nacionais, com menos ênfase em amplos conjuntos de metas macroeconómicas e um compromisso mais forte com a construção de capacidades institucionais e nacionais.
- *Fim da ajuda ligada.* Há um método simples para atacar o desperdício de dinheiro associado à ajuda ligada: acabar com ela em 2006.

Comércio e desenvolvimento humano – reforçar as ligações

Tal como a ajuda, o comércio tem o potencial para ser um forte catalisador do desenvolvimento humano. Nas condições certas, o comércio internacional poderia gerar um forte impulso para o progresso acelerado no sentido dos ODM. O problema é que o potencial de desenvolvimento humano inerente ao comércio é diminuído por uma combinação de regras injustas e de desigualdades estruturais dentro e entre os países.

O comércio internacional tem sido um dos motores mais poderosos na condução da globalização. Os padrões do comércio mudaram. Tem havido um crescimento sustentado da quota dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de produtos manufacturados – e alguns países estão a anular o hiato tecnológico. Porém, as desigualdades es-

Ao contrário dos receptores de ajuda, os doadores podem quebrar os seus compromissos impunemente

As barreiras comerciais mais elevadas do mundo estão erigidas contra alguns dos países mais pobres

truturais têm persistido e nalguns casos ampliado. A África Subsariana tem-se tornado cada vez mais marginalizada. Hoje, com uma população de 689 milhões de habitantes, a região é responsável por uma quota mais pequena de exportações mundiais do que a Bélgica, com 10 milhões de habitantes. Se a África Subsariana desfrutasse da mesma quota de exportações mundiais que em 1980, os ganhos em divisas representariam cerca de oito vezes mais o total da ajuda recebida em 2003. Grande parte da América Latina também está a ficar para trás. No comércio, como em outras áreas, as afirmações de que a integração global está a conduzir para uma convergência de países ricos e pobres é excessiva.

Numa perspectiva de desenvolvimento humano, o comércio é um meio para o desenvolvimento e não um fim em si mesmo. Os indicadores do crescimento das exportações, os rácios do comércio para o RNB e a liberalização das importações não são substitutos do desenvolvimento humano. Infelizmente, é cada vez mais assim que são tratados. A participação no comércio oferece oportunidades reais de subida dos padrões de vida. Mas alguns dos principais modelos de abertura e crescimento das exportações – México e Guatemala, por exemplo – têm tido menos sucesso na aceleração do desenvolvimento humano. O êxito das exportações nem sempre tem contribuído para aumentar o bem-estar numa frente ampla. As provas sugerem que é necessário prestar mais atenção às condições em que os países se integram nos mercados mundiais.

Regras comerciais mais justas ajudariam, particularmente no que respeita ao acesso ao mercado. Na maioria das formas de tributação, aplica-se um princípio simples de graduação: quanto mais se ganha, mais se paga. As políticas comerciais dos países ricos viraram este princípio dos pés para a cabeça. As barreiras comerciais mais elevadas do mundo estão erigidas contra alguns dos países mais pobres: em média, as barreiras comerciais enfrentadas pelos países em desenvolvimento que exportam para países ricos são três a quatro vezes mais altas do que as que os países ricos enfrentam quando fazem comércio entre eles. A graduação perversa na política comercial estende-se a outras áreas. Por exemplo, a União Europeia dispõe de grandes provisões devido aos seus compromissos de mercados abertos com os países mais pobres do mundo. Porém, as suas regras de origem, que governam a elegibilidade para as preferências comerciais, minimizam as oportunidades de muitos desses países.

A agricultura é uma preocupação especial. Dois terços das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia, vivem e trabalham em áreas rurais. Os mercados em que operam, os seus meios de subsistência e as suas perspectivas para escapar à pobreza são afectados directamente pelas regras que governam o comércio dos produtos agrícolas. O problema básico a tratar nas negociações da OMC sobre agricultura pode ser resumido em quatro palavras: subsídios dos países ricos. Na última ronda das negociações do comércio mundial, os países ricos prometeram cortar os subsídios agrícolas. Desde então, aumentaram-nos. Agora gastam mais de mil milhões de dólares por ano em ajuda à agricultura nos países pobres e pouco menos de mil milhões de dólares por dia subsidiando o excesso de produção agrícola interna – uma ordenação menos adequada das prioridades seria difícil de imaginar. Para piorar as coisas, os subsídios dos países ricos estão a destruir o mercado de que dependem os pequenos proprietários dos países pobres, puxando para baixo os preços que recebem e negando-lhes uma quota justa dos benefícios do comércio mundial. Os produtores de algodão de Burkina Faso competem com os produtores de algodão dos Estados Unidos, que recebem mais de 4 mil milhões de subsídios por ano – um montante que excede o total do rendimento nacional de Burkina Faso. Entretanto, a extravagante Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia causa a devastação dos mercados mundiais do açúcar, ao mesmo tempo que nega o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados europeus. Os consumidores e os contribuintes dos países ricos estão fechados em políticas de financiamento que estão a destruir os meios de subsistência nalguns dos países mais pobres do mundo.

Em algumas áreas, as regras da OMC ameaçam reforçar sistematicamente as desvantagens enfrentadas pelos países em desenvolvimento e enviar ainda mais os benefícios da integração global em favor dos países desenvolvidos. Um exemplo é o conjunto de regras que limitam as possibilidades dos países pobres desenvolverem as políticas industriais e tecnológicas activas necessárias para aumentar a produtividade e para terem sucesso nos mercados mundiais. O regime actual da OMC condena muitas das políticas que ajudaram os países da Ásia Oriental a alcançar progressos rápidos. As actuais regras da OMC sobre propriedade intelectual colocam uma dupla ameaça: aumentarão o custo da transferência

de tecnologia e, potencialmente, aumentarão os preços dos medicamentos, criando riscos para a saúde pública dos pobres. Nas negociações da OMC sobre serviços, os países ricos procuraram criar oportunidades de investimento para empresas da banca e seguros, limitando ao mesmo tempo as oportunidades de exportação dos países pobres numa área de vantagem óbvia: a transferência temporária de trabalho. Calcula-se que um pequeno aumento dos fluxos de trabalho qualificado e não qualificado poderia gerar anualmente mais de 150 mil milhões de dólares – um ganho muito maior do que o proveniente da liberalização noutras áreas.

A Ronda de Doha das negociações da OMC dá uma oportunidade para iniciar o alinhamento das regras do comércio multilateral com um compromisso com o desenvolvimento humano e os ODM. Até agora, essa oportunidade tem sido desperdiçada. Quatro anos passaram sobre o começo das conversações e nada de substancial foi alcançado. A agenda desequilibrada seguida pelos países ricos e a incapacidade para enfrentar a questão dos subsídios à agricultura estão no centro do problema.

Nem mesmo as melhores regras de comércio agrícola eliminarão algumas das causas subjacentes de desigualdade no comércio mundial. Problemas persistentes, como a infra-estrutura fraca e a capacidade de oferta limitada, precisam de ser enfrentados. Os países ricos desenvolveram uma agenda de ajuda à “criação de capacidade”. Infelizmente, existe uma concentração doentia na criação de capacidade em áreas que os países ricos consideraram estrategicamente úteis. Alguns problemas há muito existentes nem sequer figuram na agenda do comércio internacional. A profunda crise dos mercados de mercadorias, especialmente do café, é um exemplo. Na Etiópia, preços decrescentes desde 1998 reduziu o rendimento anual médio das famílias produtoras de café em cerca de 200 dólares. A emergência de novas estruturas comerciais coloca novas ameaças a um comércio mais equitativo na agricultura. As cadeias de supermercados tornaram-se os porteiros dos mercados agrícolas nos países ricos, ligando os produtores dos países em desenvolvimento aos consumidores dos países ricos. Mas os pequenos agricultores são excluídos pelas práticas de compra de alguns supermercados, enfraquecendo as ligações entre comércio e desenvolvimento humano. A criação de estruturas para facilitar a entrada dos pequenos agricultores nas

redes de mercados mundiais, em termos mais equitativos, permitiria que o sector privado desempenhasse um papel crucial na luta global contra a pobreza.

Fortalecer a ligação entre comércio e desenvolvimento humano é um exercício de longa duração e esforço. A Ronda de Doha continua a ser uma oportunidade para iniciar esse exercício – e para criar a credibilidade e a legitimidade do sistema de comércio baseado em regras. Vista num contexto mais amplo, a ronda é demasiado importante para falhar. Criar prosperidade partilhada exige instituições multilaterais que não só façam progredir o bem público, mas que sejam vistas a funcionar de modo justo e equilibrado.

A reunião ministerial da OMC planeada para Dezembro de 2005 dá uma oportunidade para tratar alguns dos desafios mais prementes. Embora muitas questões sejam técnicas, a necessidade prática é de um quadro ao abrigo do qual as regras da OMC façam mais bem e menos mal ao desenvolvimento humano. Seria irrealista esperar que a Ronda de Doha corrigisse todos os desequilíbrios das regras – mas poderia fixar o cenário de futuras rondas destinadas a pôr o desenvolvimento humano no centro do sistema multilateral. Entre as referências fundamentais para avaliação do resultado da Ronda de Doha encontram-se:

- *Profundos cortes no apoio governamental dos países ricos à agricultura e proibição de subsídios à exportação.* O apoio agrícola, medido pelas estimativas da OCDE do apoio aos produtores, deveria ser reduzido para um máximo de 5% a 10% do valor da produção, com uma proibição imediata dos subsídios directos e indirectos à exportação.
- *Profundos cortes nas barreiras às exportações dos países em desenvolvimento.* Os países ricos deveriam fixar as suas tarifas máximas sobre as importações dos países em desenvolvimento num valor nunca superior ao dobro do nível das suas tarifas médias, ou 5% a 6%.
- *Compensação para os países que perdem preferências.* Embora as preferências dos países ricos pelas importações de alguns países em desenvolvimento distribuam benefícios limitados no conjunto, a sua retirada teria o potencial de causar elevados níveis de desemprego e, em casos particulares, choques na balança de pagamentos. Deveria ser criado um fundo para reduzir os custos de ajustamento que os países vulneráveis enfrentam.

A interação entre pobreza e conflito violento em muitos países em desenvolvimento está a destruir vidas numa escala enorme

- *Protecção do espaço político para o desenvolvimento humano.* As regras multilaterais não deveriam impor obrigações inconsistentes com as estratégias nacionais de redução da pobreza. Essas estratégias deveriam incorporar as melhores práticas internacionais adaptadas às condições locais e modeladas através processos políticos, democráticos e participativos. Em particular, o direito dos países em desenvolvimento de proteger os produtores agrícolas da concorrência injusta das exportações subsidiadas dos países ricos deveria ser respeitado nas regras da OMC.
- *Um compromisso para evitar arranjos “OMC mais” nos acordos regionais de comércio.* Alguns acordos regionais de comércio impõem obrigações que vão além das regras da OMC, especialmente em áreas como o investimento e a propriedade intelectual. É importante que esses acordos não passem por cima das políticas nacionais desenvolvidas no contexto das estratégias de redução da pobreza.
- *Reorientação das negociações de serviços para os movimentos temporários de trabalho.* No contexto de uma ronda de desenvolvimento, deveria ser dado menos ênfase à rápida liberalização dos sectores financeiros e mais ênfase à criação de regras que permitam aos trabalhadores provenientes de países em desenvolvimento melhor acesso aos mercados de trabalho dos países ricos.

O conflito violento como uma barreira ao progresso

Em 1945, o Secretário de Estado dos EUA, Edward R. Stettinus, identificou as duas componentes fundamentais da segurança humana e as suas ligações: “A batalha da paz tem de ser travada em duas frentes. A primeira frente é a da segurança, onde a vitória significa ausência de medo. A segunda é a frente económica e social, onde a vitória significa ausência de necessidade. Só a vitória em ambas as frentes pode assegurar ao mundo uma paz duradoura.” Foi este raciocínio que levou os Estados Unidos a desempenhar um papel fundamental na fundação das Nações Unidas.

Sessenta anos mais tarde e mais de uma década depois do fim da guerra fria, que parecia assinalar uma nova era de paz, preocupações com a segurança voltam a dominar a agenda internacional. Como defendeu o relatório do Secretário-Geral *Em Maior*

Liberdade, vivemos numa era em que a interacção letal entre pobreza e conflito violento impõe graves ameaças, não só às vítimas imediatas, mas também à segurança colectiva da comunidade internacional.

Para muitas pessoas dos países ricos, o conceito de insegurança global está ligado a ameaças colocadas pelo terrorismo e pelo crime organizado. As ameaças são reais. Todavia, a falta da “ausência do medo” é mais nítida nos países em desenvolvimento. A interacção entre pobreza e conflito violento em muitos países em desenvolvimento está a destruir vidas numa escala enorme – e a atrasar o progresso no sentido dos ODM. O fracasso na construção da segurança humana, pondo termo a essa interacção, terá consequências globais. Num mundo interdependente, as ameaças colocadas pelo conflito violento não param nas fronteiras nacionais, por mais defendidas que sejam. O desenvolvimento nos países pobres é a linha da frente na batalha pela paz global e pela segurança colectiva. O problema com o actual plano de batalha é uma estratégia militar sobredesenvolvida e uma estratégia de segurança humana subdesenvolvida.

A natureza do conflito mudou. O século vinte, o mais sangrento da história da humanidade, foi definido, primeiro, pelas guerras entre países e, depois, pelos receios da guerra fria de confronto violento entre duas superpotências. Agora, esses receios deram lugar aos medos das guerras locais e regionais, travadas predominantemente em países pobres, no interior de Estados fracos ou falidos e com pequenas armas como as preferidas. A maioria das vítimas das guerras de hoje é civil. Há menos conflitos no mundo hoje do que em 1990, mas a parcela desses conflitos que ocorre em países pobres aumentou.

Os custos do conflito violento para o desenvolvimento humano não são suficientemente valorizados. Na República Democrática do Congo, as mortes atribuíveis directa ou indirectamente ao conflito excedem as perdas sofridas pela Grã-Bretanha no conjunto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Na região sudanesa do Darfur, mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas devido a conflitos. As vítimas imediatas destes e de outros conflitos ficam periodicamente debaixo dos holofotes dos meios de comunicação internacionais. Mas o impacte de longo prazo do conflito violento sobre o desenvolvimento humano é mais oculto.

O conflito mina a nutrição e a saúde pública, destrói os sistemas educativos, devasta os meios de subsistência e retarda as perspectivas de crescimento

económico. Dos 32 países da categoria de desenvolvimento humano baixo, tal como é medido pelo IDH, 22 experimentaram um conflito nalgum momento, desde 1990. Os países que passaram por conflitos violentos estão fortemente sobrerrepresentados no grupo de países que se encontram fora do caminho dos ODM nas nossas projecções para 2015. Dos 52 países que estão a retroceder, ou a estagnar, nas suas tentativas para reduzir a mortalidade de crianças, trinta passaram por conflitos, desde 1990. A imensidão destes custos fala por si a favor da prevenção e da resolução dos conflitos e da reconstrução pós-conflito, como três das necessidades fundamentais para a construção da segurança humana e para a aceleração do progresso no sentido dos ODM.

Parte do desafio que a insegurança humana e o conflito violento colocam pode ser atribuída a Estados fracos, frágeis e em falência. A combinação dos fracassos em proteger pessoas contra riscos de segurança, em assegurar a satisfação de necessidades básicas e em desenvolver instituições políticas consideradas legítimas é uma característica comum a todos os Estados com tendência para o conflito. Nalguns casos, profundas desigualdades horizontais entre regiões e grupos são um catalizador da violência. Os factores externos também desempenham o seu papel. O “fracasso” de Estados como o Afeganistão e Somália foi facilitado pela disponibilidade de potências externas para intervir na prossecução dos seus próprios objectivos estratégicos. Importações de armamento e a captura dos fluxos financeiros provenientes da venda de recursos naturais por grupos de interesse restritos ajudam a sustentar e intensificar o conflito. A liderança política em Estados propensos ao conflito é uma condição necessária para a mudança, mas não suficiente. Os governos ricos também precisam de prover a liderança.

Novas abordagens da ajuda são um ponto de partida. Os Estados fracos e frágeis não estão apenas insuficientemente ajudados em relação à sua capacidade de usar eficientemente as finanças, mas também estão sujeitos a elevados níveis de imprevisibilidade dos fluxos de ajuda. As provas sugerem que os fluxos de ajuda estão 40% abaixo do que seria justificado pelas instituições e ambiente de política. A natureza e a sequência da ajuda são outro problema. Muito frequentemente, os doadores assumem grandes compromissos de ajuda humanitária em períodos imediatamente pós-conflito, sem completar o apoio à recuperação económica nos anos subsequentes.

As exportações de minerais e outros recursos naturais não criam conflitos violentos. Nem as armas pequenas. Mas os mercados de recursos naturais e de armas pequenas podem prover os meios para sustentar conflitos violentos. Do Camboja ao Afeganistão e aos países da África Ocidental, as exportações de gemas e de madeira têm ajudado a financiar conflitos e a enfraquecer a capacidade dos Estados. Esquemas de certificação podem fechar oportunidades de exportação, como foi demonstrado pelo processo Kimberley de certificação de diamantes. As pequenas armas levam mais de 500.000 vidas por ano, a maioria das quais nos países mais pobres do mundo. Todavia, os esforços internacionais para controlar o mortífero comércio de pequenas armas têm tido um impacto limitado. A imposição continua a ser fraca, a adesão a códigos é voluntária e grandes buracos legais permitem que grande parte do comércio escape à regulação.

Um dos modos mais eficazes como os países ricos poderiam tratar as ameaças ao desenvolvimento humano colocadas pelos conflitos violentos seria através do apoio à capacidade regional. A crise do Darfur poderia ter sido reduzida, se não evitada, pela presença de uma força de manutenção da paz da União Africana suficientemente grande e bem equipada – especialmente se essa força tivesse um mandato forte para proteger civis. Durante o auge da crise, havia menos de 300 soldados ruandeses e nigerianos a monitorizar o que estava a acontecer a 1,5 milhões de darfuris, numa área do tamanho da França. Construir capacidade regional, em áreas que vão desde a criação de sistemas eficazes de aviso precoce à intervenção, continua a ser uma necessidade premente da segurança humana.

Se a prevenção é o caminho mais económico para tratar as ameaças colocadas pelo conflito violento, aproveitar oportunidades para a reconstrução vem logo a seguir. Os acordos de paz são muitas vezes um prelúdio para a violência renovada: metade dos países que sai de um conflito violento volta a uma situação de guerra no prazo de cinco anos. Para quebrar este ciclo é preciso um empenhamento político e financeiro para prover a segurança, supervisionar a reconstrução e criar as condições para o desenvolvimento de mercados competitivos e sectores de investimento privado, num longo trajecto. Esse empenhamento nem sempre tem sido evidente.

Embora os ODM tenham proporcionado um enfoque para o progresso no sentido da “ausência de necessidade”, o mundo ainda carece de uma agenda

Deixar Estados propensos
ao conflito à míngua
de ajuda é mau para
a segurança global

coerente para alargar a “ausência do medo”. Como defendeu o relatório do Secretário-Geral da ONU, *Em Maior Liberdade*, há necessidade urgente de desenvolver um quadro de segurança colectiva que vá para além das respostas militares à ameaça colocada pelo terrorismo e que chegue ao reconhecimento de que a pobreza, a ruptura social e o conflito civil constituem as componentes nucleares da ameaça à segurança global. Entre as necessidades fundamentais para reduzir essa ameaça, contam-se:

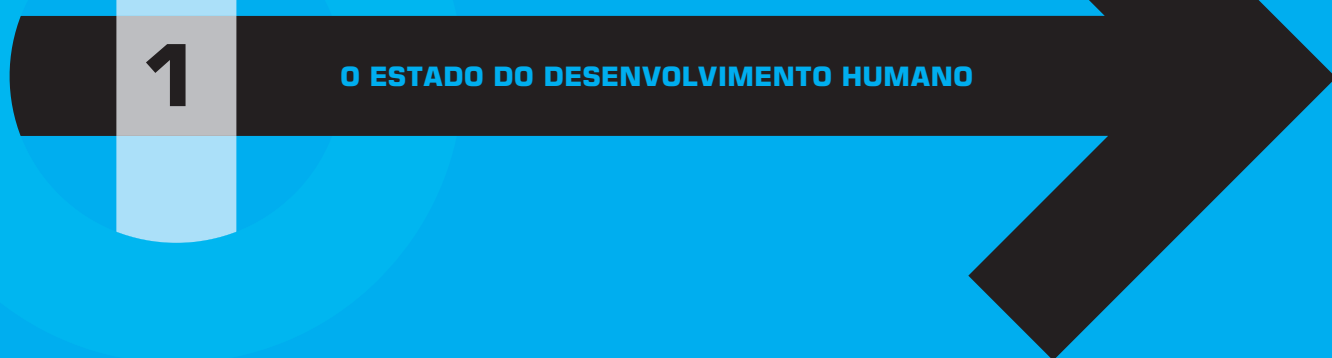
- *Um novo acordo sobre a ajuda.* Deixar Estados propensos ao conflito, ou em situação de pós-conflito, à míngua de ajuda é injustificado. É mau para a segurança humana nos países envolvidos – e é mau para a segurança global. Como parte da necessidade mais ampla de atingir a meta de 0,7% do RNB, os doadores deveriam empenhar-se num esforço maior de ajuda, com maior previsibilidade da ajuda através de compromissos de financiamento de longo prazo. Os doadores deviam ser mais transparentes sobre as condições para afectações da ajuda e sobre as suas razões para reduzir os investimentos em países com tendência para o conflito.
- *Maior transparência na gestão dos recursos.* Como partes dos mercados de recursos naturais que ajudam a financiar os conflitos e, nalguns casos, minam governos responsáveis, as companhias transnacionais envolvidas na exportação de minerais deveriam aumentar a transparência. O quadro legal internacional proposto pela Comissão para África patrocinada pelo Reino Unido para permitir a investigação de práticas corruptas de companhias transnacionais no estrangeiro – como já se pratica ao abrigo da lei dos EUA – deveria ser desenvolvido com prioridade.
- *Reduzir o fluxo de pequenas armas.* A Conferência de Análise das Pequenas Armas, de 2006, fornece uma oportunidade para se chegar a um acordo sobre um tratado abrangente do comércio de armas para regular mercados e cortar os fornecimentos às áreas de conflito violento.
- *Construir capacidade regional.* Para a África Subsariana, uma prioridade imediata é o desenvolvimento, através de apoio financeiro, técnico e logístico, de uma força de manutenção da paz da União Africana, completamente operacional.

- *Construir coerência internacional.* O relatório do Secretário-Geral da ONU apela à criação de uma Comissão Internacional de Construção da Paz para dar enquadramento estratégico a uma abordagem integrada da segurança colectiva. Como parte dessa abordagem, deveria ser criado um fundo global para financiar, numa base de longo prazo e previsível, a ajuda pós-conflito imediata e a transição para a reconstrução de longo prazo.

* * *

Quando os historiadores do desenvolvimento humano olharem para trás, para 2005, vê-lo-ão como um ponto de viragem. A comunidade internacional tem uma oportunidade sem precedentes para disponibilizar as políticas e os recursos que poderiam fazer da próxima década uma verdadeira década do desenvolvimento. Tendo fixado a barreira na Declaração do Milénio, os governos de todo o mundo poderiam fixar um percurso que remodelasse a globalização, desse nova esperança a milhões de pessoas mais pobres e mais vulneráveis do mundo e criasse as condições para a prosperidade e segurança partilhadas. A alternativa da rotina levará para um mundo manchado pela pobreza maciça, dividido por profundas desigualdades e ameaçado por inseguranças partilhadas. Tanto nos países ricos, como nos pobres, as futuras gerações pagarão um preço elevado pelos fracassos da liderança política neste momento de encruzilhadas do início do século vinte e um.

Este relatório fornece uma base para se pensar na dimensão do desafio. Focando três pilares da cooperação internacional, destaca alguns dos problemas que necessitam de ser enfrentados e alguns dos ingredientes críticos para se alcançar o sucesso. O que não coloca dúvidas é a verdade simples de que, enquanto comunidade global, temos os meios para erradicar a pobreza e ultrapassar as profundas desigualdades que dividem os países e os povos. A questão fundamental que continua sem resposta, cinco anos depois de ter sido assinada a Declaração do Milénio, é se os governos de todo o mundo têm a determinação para quebrar com as práticas do passado e agir de acordo com as promessas que fizeram aos pobres de todo o mundo. Se alguma vez existiu um momento decisivo para a liderança política avançar no caminho da partilha de interesses da humanidade, esse momento é agora.



1

O ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

“O teste ao nosso progresso não é saber se acrescentamos mais à abundância daqueles que têm muito; é saber se damos o suficiente àqueles que têm demasiadamente pouco.”

Franklin D. Roosevelt, Presidente dos EUA, discurso de posse do segundo mandato, 1937 ¹

“Temos a responsabilidade colectiva de defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade a nível global. Como líderes, temos, por isso, uma responsabilidade para com todos os povos do mundo, especialmente para com os mais vulneráveis e, em particular, para com as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.”

Declaração do Milénio, 2000²

Há sessenta anos, a Carta das Nações Unidas prometia libertar as futuras gerações da guerra, proteger os direitos humanos fundamentais e “promover progresso social e melhores padrões de vida em maior liberdade”. No início do novo milénio, os governos do mundo renovaram essa promessa. A Declaração do Milénio, aprovada em 2000, expõe uma visão arrojada de “maior liberdade” no século XXI. Essa visão sustenta a promessa de um novo modelo de integração global, construído com base numa maior equidade, justiça social e respeito pelos direitos humanos. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), um conjunto de metas com prazos e quantificados para reduzir a pobreza extrema e alargar os direitos universais até 2015, balizam a avaliação dos progressos. Mais fundamentalmente, reflectem as aspirações partilhadas da comunidade humana global num período de mudança generalizada.

Este ano assinala o início da contagem decrescente de 10 anos até a data de 2015 para atingir os ODM. Hoje, o mundo tem os recursos financeiros, tecnológicos e humanos para fazer uma ruptura decisiva no desenvolvimento humano. Mas se as tendências actuais se mantiverem, não se atingirão, por larga margem, os ODM. Em vez de aproveitarem o momento, os governos de todo o mundo estão titubeantes a caminho de um fracasso do desenvolvimento humano, fortemente anunciado, mas facilmente evitável – um fracasso com profundas implicações não só para os pobres de todo o mundo, mas também para a paz, prosperidade e segurança globais.

Quinze anos depois do lançamento do primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano*, o Relatório deste ano começa por olhar para o estado do desenvolvimento humano. Nesse primeiro relatório, Mahbub ul Haq escrevia que esperava uma década de rápidos progressos: “A década de 1990”, escreveu, “está a definir-se como a década do desenvolvimento humano, pois raramente tem havido um consenso semelhante sobre os objectivos reais das estratégias de desenvolvimento.”³ Desde que estas palavras foram escritas, fez-se muita coisa. Grande parte do mundo em de-

seenvolvimento experimentou um rápido progresso social e uma melhoria dos padrões de vida. Milhões de pessoas beneficiaram da globalização. Todavia, os progressos do desenvolvimento humano estão aquém do que se previa no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1990* – e muito aquém do que era possível.

Visto na perspectiva de 2015, há um perigo cada vez maior de os próximos 10 anos – tal como os últimos 10 – passarem à história, não como uma década de desenvolvimento humano acelerado, mas como uma década de oportunidades perdidas, de fraco empenhamento e fracasso da cooperação internacional. Este ano assinala uma encruzilhada. A comunidade internacional pode permitir que o mundo prossiga no seu actual ritmo de desenvolvimento humano ou, então, que mude de direcção e ponha em vigor as políticas necessárias para transformar a promessa da Declaração do Milénio em resultados práticos.

Continuar no ritmo actual tem consequências que não devem ser subestimadas. Usando dados de tendência a nível nacional, estimámos os hiatos de custo humano, em 2015, entre as metas dos ODM e os resultados previstos se as tendências actuais se mantiverem. Entre as principais consequências:

A meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças não será atingida, com uma margem equivalente a mais de 4,4 milhões de mortes evitáveis em 2015

- A meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças não será atingida, com uma margem equivalente a mais de 4,4 milhões de mortes evitáveis em 2015. Nos próximos 10 anos, o hiato acumulado entre a meta e a tendência actual ascenderá a mais de 41 milhões de crianças, que morrerão, antes do quinto aniversário, vítimas da mais prontamente curável de todas as doenças – a pobreza. Este é um resultado difícil de compaginar com a promessa da Declaração do Milénio de proteger as crianças do mundo.
- O hiato entre a meta dos ODM de reduzir para metade a pobreza e os resultados projectados é equivalente a mais 380 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento a viver com menos de 1 dólar por dia em 2015.
- A meta dos ODM de ensino primário universal não será atingida com as tendências actuais, continuando a haver 47 milhões de crianças sem frequentar a escola nos países em desenvolvimento, em 2015.

Estatísticas como estas devem ser tratadas com cuidado. Projecções baseadas em tendências do passado fornecem perspectivas para um conjunto de resultados possíveis. Não definem o inevitável. Como diz a máxima do mercado financeiro, o desempenho do passado não é um guia para resultados futuros. No caso dos ODM, isso são, indubitavelmente, boas notícias. Ainda há tempo para voltar ao bom caminho – mas o tempo está a escassear. Como disse o Secretário-Geral da ONU, “Os ODM podem ser

atingidos em 2015 – mas só se todos os envolvidos quebrarem a rotina e, imediatamente, acelerarem e aumentarem substancialmente a acção.”⁴

A primeira secção deste capítulo é uma breve visão dos progressos e dos retrocessos do desenvolvimento humano na última década e meia. Destaca o grande recuo infligido ao desenvolvimento humano em muitos países devido ao VIH/SIDA e o abrandamento dos progressos em matéria de mortalidade infantil. Um progresso desigual entre países e regiões é acompanhado de uma divergência do desenvolvimento humano em áreas fundamentais, com as desigualdades a alargarem-se. A segunda secção do capítulo vira-se para os ODM. Os progressos limitados – e em abrandamento – do desenvolvimento humano conseguidos na última década têm implicações directas sobre a realização dos ODM. O rendimento médio nos países em desenvolvimento tem vindo a aumentar com maior intensidade desde 1990. Contudo, este crescimento não colocou o mundo no caminho dos ODM – muitos dos quais não serão atingidos na maioria dos países. Parte do problema deve-se ao facto do crescimento ter sido desigualmente distribuído dentro e entre os países. O problema mais profundo é que o crescimento da riqueza não está a ser convertido em desenvolvimento humano à taxa requerida para tornar os ODM atingíveis. As nossas projecções de dados para países estabelecem um conjunto possível de resultados que se seguirão se o mundo se mantiver na trajectória rotineira contra a qual o Secretário-Geral preveniu.

Progressos e retrocessos do desenvolvimento humano

O desenvolvimento humano tem a ver com liberdade. Tem a ver com a construção de capacidades humanas – com a gama de coisas que as pessoas podem fazer e com o que podem ser. Liberdades e direitos individuais importam muito, mas as pessoas estão limitadas no que podem fazer com essa liberdade se forem pobres, doentes, iletradas, discriminadas, ameaçadas por conflitos violentos, ou se lhes for negada voz política. É por isso que a “maior liber-

dade” proclamada na Carta das Nações Unidas está no coração do desenvolvimento humano. E é por isso que os progressos no sentido dos ODM constituem um indicador dos progressos em matéria de desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano é mais do que os ODM em si mesmos – e muitas das suas metas reflectem um nível modesto de ambição. Mas o fracasso nos ODM representaria um grave retrocesso.

As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são uma vida longa e saudável, ser instruído e ter recursos adequados para um nível de vida digno. Entre as outras capacidades está a participação social e política na sociedade. Nesta secção, analisamos a história do desenvolvimento humano na última década – um período de aprofundamento da integração global.

A era da globalização tem sido marcada por progressos significativos na tecnologia, comércio e investimento – e por um impressionante aumento da prosperidade. Os ganhos no desenvolvimento humano têm sido menos impressionantes. Grande parte do mundo em desenvolvimento tem sido deixada ficar para trás. Os hiatos do desenvolvimento humano entre países ricos e países pobres, já grandes, estão a alargar-se. Entretanto, alguns dos países mais amplamente citados como exemplos de “estórias de sucesso” da globalização estão a achar mais difícil converter o aumento da prosperidade em desenvolvimento humano. O progresso na redução da mortalidade de crianças, um dos mais básicos de todos os indicadores de desenvolvimento humano, está a abrandar, e o hiato entre países ricos e países pobres está a alargar-se. Em relação a todas as realizações altamente visíveis, o alcance da globalização e do progresso científico estão muito longe de acabar com o sofrimento desnecessário, a doença debilitante e a morte por doenças evitáveis, que mancham a vida dos povos mais pobres do mundo.

Progressos do desenvolvimento humano – uma fotografia global

Olhando para a última década, a tendência de longo prazo para o progresso do desenvolvimento humano prosseguiu. Em média, pessoas nascidas hoje num país em desenvolvimento podem prever ser mais ricas, mais saudáveis e mais instruídas do que a geração dos pais. Também têm mais probabilidade de viver numa democracia multipartidária e menos probabilidade de ser afectada por um conflito.

Em pouco mais de uma década, a esperança média de vida nos países em desenvolvimento aumentou dois anos. Neste indicador, o desenvolvimento humano está a convergir: os países pobres estão a apanhar os ricos (figura 1.1). Maior esperança de vida é, em parte, um produto da queda das taxas de mortalidade de crianças (figura 1.2). Hoje, há menos 2 milhões de

Figura 1.1 Esperança de vida melhorou na maioria das regiões

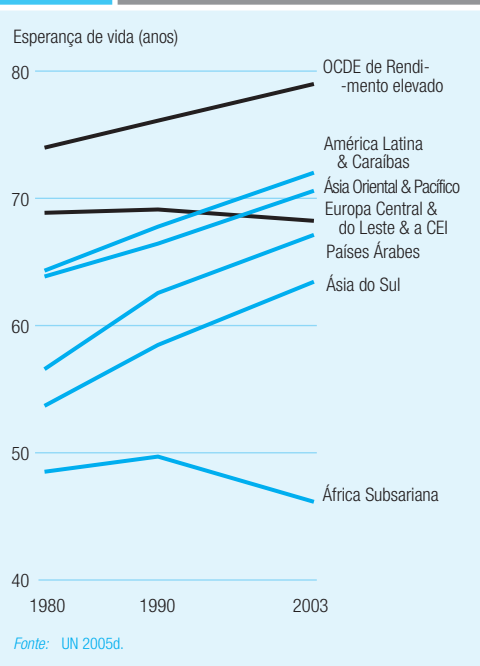
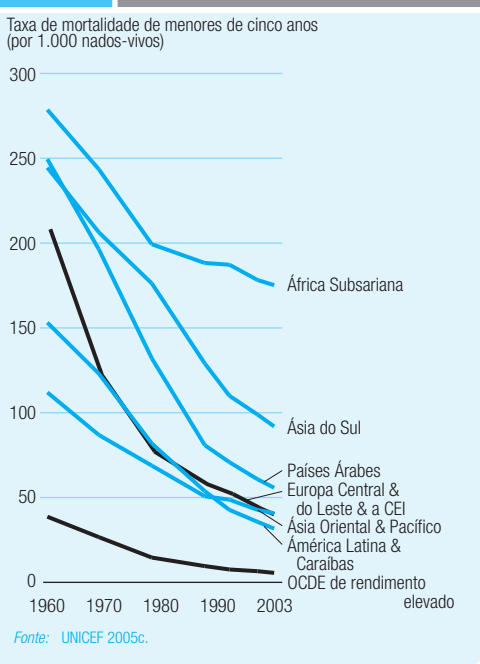


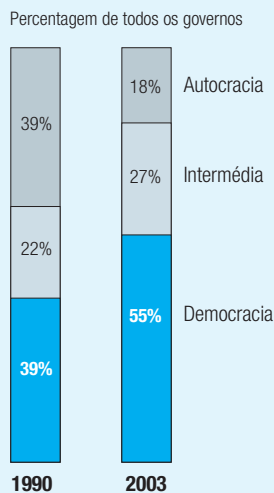
Figura 1.2 As taxas e as tendências da mortalidade de crianças melhoraram



óbitos de crianças do que em 1990 e a probabilidade de uma criança atingir os cinco anos de idade aumentou cerca de 15%. As melhorias no acesso a água e saneamento têm contribuído, reduzindo a ameaça de doenças infecciosas. Mais 1,2 mil milhões de pessoas obtiveram acesso a água potável na última década. O rápido crescimento da vacinação global desde 2001, através da Aliança Global para as Vacinas e a Vacina-

Figura 1.3

A democracia ganha terreno



Fonte: Calculado com base em dados da população, de UN 2005d, e resultados do indicador de sistema político, de CIDCM 2005.

ção, também reduziu o número de óbitos, poupando um total estimado de meio milhão de vidas.

Também têm sido igualmente impressionantes os progressos na educação. Ainda há 800 milhões de pessoas no mundo que carecem de competências básicas de alfabetização. As mulheres representam, desproporcionadamente, dois terços do total. Mesmo assim, os níveis de alfabetização nos países em desenvolvimento aumentaram de 70 para 76% ao longo da última década, e o hiato entre os sexos está a estreitar-se.⁵ Hoje, o analfabetismo reflecte défices do passado em matéria de acesso à educação. Esses défices estão a comprimir-se. Em comparação com a situação em 1990, há menos 30 milhões de crianças em idade escolar da primária que não frequentam a escola e a média de anos de escolaridade aumentou meio ano. Os hiatos entre sexos na escolarização primária, um indicador de igualdade de género reconhecidamente limitado, estreitaram-se, embora as raparigas continuem a representar mais de metade das crianças que não frequentam a escola.

A extrema privação de rendimento tem estado a cair. Existem algumas reservas, legítimas, acerca da utilização da linha de pobreza de 1 dólar por dia para definir as tendências do conjunto dos países – e a utilização desse indicador justifica, por isso, uma extrema precaução.⁶ À parte os problemas de medição, a pobreza é um processo dinâmico que só pode ser parcialmente captado pelos indicadores estatísticos. Mas a tendência aponta em sentido positivo. A pobreza extrema caiu de 28% em 1990 para 21% hoje – uma redução em valor absoluto de cerca de 130 milhões de pessoas.⁷ O crescimento económico é uma das condições óbvias para a redução acelerada da privação de rendimento e para o desenvolvimento humano sustentado. Também aqui as notícias são encorajadoras. Na década de 1990, o crescimento médio do rendimento per capita nos países em desenvolvimento foi de 1,5%, quase três vezes a taxa da década de 1980.⁸ Desde 2000, o crescimento do rendimento médio per capita nos países em desenvolvimento aumentou para 3,4% – duas vezes a média dos países de rendimento elevado. Depois de duas décadas de declínio do rendimento médio, a África Subsariana apresentou um aumento de 1,2% ao ano, a partir de 2000. Ainda é muito cedo para considerar esta recuperação como um ponto de viragem, mas há sinais encorajadores de que o crescimento possa estar a enraizar-se num número crescente de países na região.

Os conflitos são um tema em que as boas notícias são menos óbvias. Desde 1990, o mundo tem assistido ao genocídio no Ruanda, a violentas guerras civis no coração da Europa, a guerras no Afeganistão e no Iraque e a retrocessos no Médio Oriente. O conflito na República Democrática do Congo custou quase 4 milhões de vidas – o maior número de óbitos desde a Segunda Guerra Mundial. No Sudão, um acordo de paz numa das guerras civis mais prolongadas de África serviu de prelúdio a uma nova crise humanitária no Darfur, com mais de 1 milhão de pessoas deslocadas. Apareceram novas ameaças à segurança colectiva. Todavia, a despeito dos desafios ao desenvolvimento humano que os conflitos violentos colocam, há algumas notícias positivas. O número de conflitos caiu desde 1990. Os últimos 15 anos viram muitas guerras civis terminarem através da negociação, sob os auspícios da ONU. De Timor-Leste ao Afeganistão, de El Salvador à Serra Leoa, a paz trouxe novas oportunidades para o desenvolvimento humano e a democracia. Os conflitos violentos constituem uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano acelerado. Mas essa barreira pode ser reduzida.

Os progressos no sentido da democracia também têm sido mistos. A democracia é um aspecto fundamental do desenvolvimento humano. É tão intrinsecamente valiosa e, por isso, um indicador de desenvolvimento humano por direito próprio, como um meio para atingir metas mais amplas de desenvolvimento humano. Medir os progressos é inerentemente difícil. Eleições multipartidárias – actualmente, a forma preferida de governação no mundo – são uma condição. Um poder judicial independente, limitações ao poder executivo, liberdade de imprensa e respeito pelos direitos humanos dão substância à forma de escolha eleitoral. Segundo o indicador composto de democracia Polity (sistema político), a parcela mundial dos países com sistemas eleitorais multipartidários que satisfazem critérios mais amplos de democracia aumentou de 39% para 55%, desde 1990 (figura 1.3). Isto representa um aumento de 1,4 mil milhões de pessoas a viver em regimes de democracia multipartidária.⁹ Mais de dois terços dos africanos vivem actualmente em países com sistemas democráticos de eleições multipartidárias – e os próprios governos africanos tomaram a iniciativa de se opor a um golpe de estado antide-mocrático no Togo.

Porém, eleições multipartidárias não são uma condição suficiente para a democracia – e mesmo nesta medida o copo está quase meio vazio. As eleições multipartidárias estão em grande medida ausentes do Médio Oriente, embora países como o Egipto e a Jordânia estejam a aumentar o espaço democrático para políticas eleitorais. Dos dois países mais populosos do mundo, a Índia é uma democracia bem sucedida, mas na China as reformas políticas ficaram muito atrás das reformas económicas. Muitos países com eleições multipartidárias, em particular alguns países da antiga União Soviética, são democracias de nome e autocracias eleitorais na prática, com líderes políticos vistos pelo seu povo como corruptos, tirânicos e predadores. As eleições multipartidárias podem proporcionar uma cortina de fumo que esconde um poder executivo autoritário, limitações à liberdade de imprensa e abusos dos direitos humanos, que retiram significado à democracia. Nalguns países, os protestos públicos têm sido um forte antídoto a essas práticas. Em 2004 e 2005, presidentes há muito no poder, como na Geórgia, Ucrânia e Quirguistão, foram afastados por protestos públicos contra abusos do processo democrático.

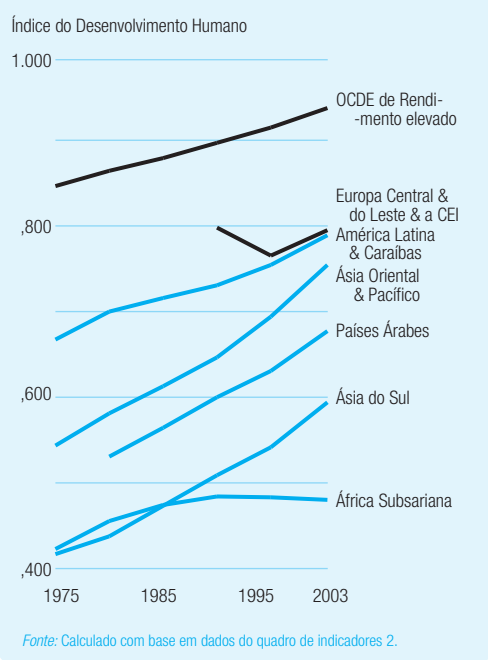
A dimensão dos ganhos de desenvolvimento humano registada na última década não deve ser subestimada – nem deve ser exagerada. Parte do problema das fotografias globais é que escondem grandes variações dentro de cada região e entre regiões. Também escondem diferenças nas diferentes dimensões do desenvolvimento humano. O progresso para o desenvolvimento humano tem sido desigual, tanto dentro de cada região, como entre regiões e entre diferentes dimensões.

O Progresso visto através do Índice de Desenvolvimento Humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um indicador composto. Cobre três dimensões do bem-estar humano: rendimento, educação e saúde. O seu objectivo não é dar uma imagem completa do desenvolvimento humano, mas fornecer uma medida que vá para além do rendimento. O IDH é um barómetro das mudanças no bem-estar humano e um indicador para comparar o progresso de diferentes regiões.

Na última década, o IDH tem aumentado em todas as regiões em desenvolvimento, embora a taxas variáveis e com a excepção óbvia da África Subsariana (figura 1.4).

Figura 1.4 O desenvolvimento humano melhorou na maioria das regiões



Quadro 1.1 Países que observaram uma inversão no IDH

1980-90	1990-2003
Congo, Rep. Dem. do	Botswana
Guiana	Camarões
Haiti	República Centro-Africana
Níger	Congo
Ruanda	Congo, Rep. Dem. do
Zâmbia	Costa do Marfim
	Cazaquistão ^a
	Quênia
	Lesoto
	Moldávia, Rep. da ^a
	Federação Russa ^a
	África do Sul
	Suazilândia
	Tajiquistão ^a
	Tanzânia ^a
	Ucrânia ^a
	Zâmbia
	Zimbabué

a. Este país não possui informação de IDH para 1980-90, por isso o retrocesso pode ter começado antes de 1990.

Fonte: Quadro de indicadores 2.

Contudo, no meio do progresso global muitos países sofreram retrocessos sem precedentes. Dezoito países, com uma população total de 460 milhões de pessoas, registaram resultados mais baixos no IDH em 2003 do que em 1990 (quadro 1.1). (Na década de 1980, apenas seis países sofreram retrocessos desses). Os recuos têm-se concentrado fortemente em duas regiões. Doze dos países

com retrocessos encontram-se na África Subariana. Pouco mais de um terço da população da África Subariana – 240 milhões de pessoas – vive em países que sofreram um recuo do IDH. A antiga União Soviética responde pelos outros seis países em que o IDH deslizou para baixo.

Os retrocessos do IDH reflectem-se na posição relativa dos países. Na África Subariana, a interação letal da estagnação económica, progresso lento na educação e propagação do VIH/SIDA produziu uma queda livre na classificação do IDH (caixa 1.1). A África Austral regista alguns dos declínios mais acentuados – uma queda de 35 lugares na África do Sul, de 23 no Zimbabué e de 21 no Botswana. Dos países da antiga União Soviética, os maiores declínios registaram-se no Tajiquistão, que caiu 21 lugares; na Ucrânia, 17; e na Federação Russa, 15 lugares. A ruptura económica que se seguiu à desintegração da União Soviética foi um dos dois condutores do declínio na classificação do IDH. O outro é a queda

catastrófica da esperança de vida. A Rússia desceu 48 lugares na classificação mundial da esperança de vida, entre 1990 e 2003 (caixa 1.2).

A relação entre classificação da riqueza e classificação do IDH varia de país para país. Bangladeche e China são dois dos mais rápidos trepadores na classificação do IDH. Desde 1990, o Bangladeche subiu 14 lugares no IDH, mas apenas 10 na classificação global da riqueza. O que isso sugere é que o progresso social no Bangladeche ultrapassou o progresso económico, relativamente ao desempenho de outros países. Pelo contrário, a China prosseguiu na sua impressionante ascensão na classificação do IDH, mas o progresso económico ultrapassou o progresso social. O país subiu 20 lugares no IDH e 32 na classificação da riqueza.

Um exercício de decomposição simples do IDH dá alguma perspectiva dos condutores subjacentes à mudança. De pontos de partida diferentes, Bangladeche, China e Uganda, todos melhoraram os seus resultados no IDH em cerca de 20%, desde 1990. Na China, o crescimento económico tem sido a maior componente da mudança. No Bangladeche, o crescimento do rendimento foi importante, embora muito menos do que na China: o rendimento médio aumentou cerca de um quarto da taxa da China. Porém, o Bangladeche conseguiu progressos equilibrados nas três dimensões do IDH, registando ganhos mais fortes na esperança de vida e na educação do que a China. No Uganda, foram conseguidos ganhos mínimos na esperança de vida, com o grosso dos ganhos no IDH a resultar do progresso na escolarização e, em menor extensão, do rendimento. O exercício de decomposição é explicado com mais pormenor na caixa 2 da *Nota sobre as Estatísticas*.

Estes exercícios de decomposição levantam questões importantes para os políticos. O progresso do desenvolvimento humano exige progressos numa ampla frente: perdas no bem-estar humano ligadas à esperança de vida, por exemplo, não podem ser compensadas por ganhos noutras áreas, como o rendimento ou educação. Além disso, os ganhos em qualquer área são difíceis de manter na ausência de progresso global. Por exemplo, a saúde precária pode constrengar o crescimento económico e o desempenho na educação; e o crescimento lento reduz os recursos disponíveis para investimento social. Os exercícios de decomposição do IDH destacam os desafios que diferentes grupos de países enfrentam.

Caixa 1.1 VIH/SIDA gera múltiplos recuos de desenvolvimento humano

Esperança de vida em queda é um indicador que capta o impacto do VIH/SIDA. Mas a epidemia está a gerar múltiplos recuos do desenvolvimento humano, estendendo-se para além da saúde, até à segurança alimentar, educação e outras áreas.

As famílias afectadas pelo VIH são capturadas numa tenaz financeira à medida que os custos de saúde aumentam e os rendimentos baixam. Os custos podem ascender a mais de um terço do rendimento familiar, comprimindo a despesa noutras áreas. Estudos realizados na Namíbia e Uganda encontraram famílias levadas pelo sofrimento a recorrer à venda de alimentos e gado para cobrir as despesas médicas, aumentando a sua vulnerabilidade. Entretanto, o VIH/SIDA corrói o seu activo mais valioso: o seu trabalho. Na Suazilândia, a produção de milho cai em média mais de 50% a seguir à morte de um adulto por VIH/SIDA.

Para além da família, o VIH/SIDA está a corroer a infra-estrutura económica e social. Os sistemas de saúde estão a sofrer de uma interação letal de dois efeitos: fricção entre trabalhadores e uma procura crescente. As infra-estruturas de saúde, já sob pressão excessiva, estão a ser empurradas para a beira do colapso. Na Costa do Marfim e Uganda, por exemplo, os pacientes em estado precário relacionado com VIH/SIDA ocupam mais de metade de todas as camas hospitalares.

O VIH/SIDA está a corroer a capacidade humana numa ampla frente. A Zâmbia perde actualmente dois terços dos seus professores qualificados para o VIH/SIDA e, em 2000, dois em cada três trabalhadores de extensão rural do país comunicaram a perda de um colega no ano anterior.

A disseminação do SIDA é uma consequência e uma causa de vulnerabilidade. O VIH/SIDA elimina o sistema imunitário do organismo e leva à desnutrição. Ao mesmo tempo, deficiências nutritivas apressam o ataque de SIDA e a sua progressão. As mulheres com VIH/SIDA sofrem uma perda de estatuto. A desigualdade de género e o estatuto subserviente das mulheres estão, simultaneamente, no coração das desigualdades de poder, que aumentam o risco de contrair a doença. A violência contra mulheres, especialmente o sexo forçado ou coercivo, é uma importante causa de vulnerabilidade. Outra é a fraca posição negocial das mulheres no que se refere ao uso de preservativo.

Fonte: Gillespie e Kadiyala 2005; Yamano e Jayne 2004; Carr-Hill 2004; Swaziland, Ministry of Agriculture and Co-operatives and Business 2002.

Caixa 1.2 Crise de mortalidade na Federação Russa: “faltam” 7 milhões de homens

A esperança de vida à nascença na Federação Russa está entre as mais baixas dos países industrializados: 65 anos, em comparação com 79 anos na Europa Ocidental. Desde o início da década de 1990 que a mortalidade masculina tem vindo a sofrer um crescimento marcante, que excede as tendências históricas. O número de óbitos adicionais no período de 1992-2001 está estimado em 2,5 a 3 milhões. Na ausência de guerra, fomes, ou de epidemias de saúde, não há precedente histórico recente para a dimensão da perda.

A mortalidade é mais elevada entre os homens do que entre as mulheres, especialmente entre os homens solteiros e menos instruídos. Em 2003, a esperança de vida era de 59 anos para os homens e de 72 anos para as mulheres, um dos maiores hiatos de género do mundo. Se os rácios normais de mortalidade prevalecessem, estariam vivos mais 7 milhões de homens na Rússia. Por outras palavras, a desigualdade de género reduz a dimensão da população total em cerca de 5%.¹

Analisar as causas de morte imediatas dá parte da explicação. A Rússia sofre uma incidência elevada de doenças cardiovasculares, que são reflexo de factores dietéticos e de estilo de vida. Juntamente com esta epidemia do “primeiro mundo”, a Federação Russa está cada vez mais marcada por problemas de doenças infecciosas, com a tuberculose e o VIH/SIDA a constituírem ameaças crescentes. As taxas de homicídio e de suicídio são elevadas para os padrões dos países industrializados e aumentaram na década de 1990, com os dois indicadores estreitamente ligados ao excesso de consumo de álcool.

A reestruturação do mercado de trabalho, a profunda e prolongada recessão económica da década de 1990 e o colapso da provisão social podem ter aumentado os níveis de tensão psicossocial experimentados pela população. Isto reflectiu-se num aumento do consumo de álcool e nas doenças relacionadas com o excesso de álcool. Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento nos crimes violentos, ligados a uma ruptura nas instituições do Estado que lidam com o direito, ordem e segurança. A actividade económica informal e a imposição de contratos através da violência contribuíram para o declínio da esperança de vida: as taxas de homicídio masculino duplicaram na primeira metade da década de 1990.

Para além do crime violento e da tensão psicossocial, a propagação das doenças infecciosas evitáveis – tuberculose, infecções intestinais agudas e difteria, em particular – aponta para falhas no sistema de cuidados de saúde. A despesa pública de saúde diminuiu de 3,5% do PIB, em 1997/98, para uma média de 2,9% entre 1999 e 2001. As famílias mais ricas aumentaram o recurso aos novos serviços de saúde privados, mas para muitas famílias mais pobres a procura alargada de subornos e outros pagamentos informais colocaram a saúde público “gratuita” fora do seu alcance.

As tendências da mortalidade na Rússia colocam um dos mais graves desafios de desenvolvimento humano do princípio do século XXI. Um surto agudo de mortalidade como este destaca a necessidade de pesquisas mais aprofundadas para identificar as causas do excesso da mortalidade masculina e de políticas públicas pró-activas para identificar e proteger as populações vulneráveis nos períodos de transição socioeconómica acelerada. Particularmente importante é o desenvolvimento de instituições que as populações considerem como legítimas e capazes de supervisionar um processo complexo de reforma económica. Outras economias em transição – a Polónia, por exemplo – têm conduzido políticas para inverter as tendências negativas da mortalidade e para aumentar a esperança de vida.

1. “Mulheres em falta” é uma expressão mais frequentemente encontrada na literatura. Tem sido usada para ilustrar os diferenciais de mortalidade feminina nalgumas partes da África Subsariana e da Ásia do Sul (Sen 1998). O número de mulheres ou de homens em falta é calculado comparando o rácio actual de mulheres para homens com o rácio considerado normal, na ausência de enviesamentos de género significativos.

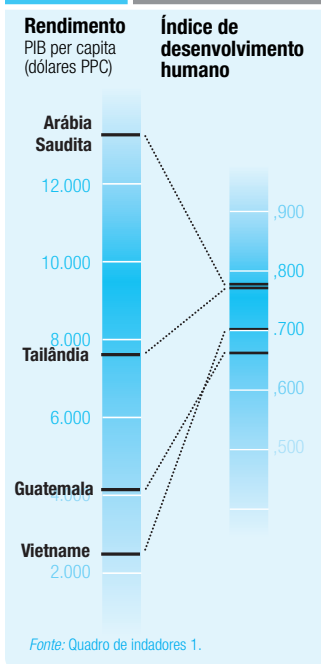
Fonte: Shkolnikov e Cornia 2000; World Bank 2005e; Men and others 2003; Malyutina and others 2002.

Para a China, o desafio é garantir que o aumento brusco do rendimento seja convertido em progresso sustentado em dimensões não económicas do desenvolvimento humano. O rendimento, afinal, é um meio do desenvolvimento humano e não um fim. No Uganda, o desafio é basear-se nas realizações na educação, ao mesmo tempo que se identificam as razões porque os progressos nessa área e no rendimento não se estendem à saúde. O Bangladeche mostra que é possível sustentar um forte progresso do desenvolvimento humano, numa frente ampla, mesmo com

níveis relativamente modestos de crescimento do rendimento. Manter estes progressos e, ao mesmo tempo, acelerar o crescimento económico e a redução da privação de rendimento é crucial para o futuro desenvolvimento.

Alguns países são muito melhores do que outros na conversão da riqueza em desenvolvimento humano, medido pelo IDH. A Arábia Saudita tem um rendimento médio muito maior do que a Tailândia, mas uma classificação semelhante no IDH (figura 1.5). A Guatemala tem quase o dobro do ren-

Figura 1.5 Rendimento diferente, IDH semelhante



dimento médio do Vietname, mas uma classificação mais baixa no IDH. Hiatos largos entre as classificações de riqueza e de IDH são, normalmente, um indicador de profundas desigualdades estruturais que bloqueiam a transmissão da criação de riqueza para o desenvolvimento humano. Também apontam para defeitos da política pública, com os governos a não porem em prática estratégias para aumentar as oportunidades entre os pobres, marginalizados e grupos desfavorecidos. Como o capítulo 2 mostra, as desigualdades estruturais têm uma importante incidência na taxa de progresso para os ODM.

Para além do IDH, continua a haver défices muito grandes na capacidade humana. Metáforas como a do copo do desenvolvimento humano estar meio vazio, ou meio cheio, desviam a atenção de um facto esmagador: o extraordinário nível de privação evitável que existe num mundo cada vez mais próspero.

Os limites ao desenvolvimento humano

Não há indicador mais forte – ou mais perturbador – de privação de capacidade do que a mortalidade de crianças. Mais de 10 milhões de crianças morrem todos os anos antes do seu quinto aniversário.¹⁰ A parcela da mortalidade de crianças está a aumentar na África Subsariana. A região conta com 20% dos nascimentos, mas com 44% dos óbitos de crianças. Quase todas as mortes na infância são evitáveis. A cada dois minutos, morrem quatro pessoas de malária, três das quais crianças. A maioria desses óbitos poderia ser evitada por intervenções simples e de baixo custo. As doenças evitáveis por vacinas – como o sarampo, a difteria e o tétano – representam outros 2 a 3 milhões de óbitos de crianças.¹¹ Por cada criança que morre, milhões adoecerão, ou perderão a escola, apanhadas num círculo vicioso que liga a saúde precária na infância à pobreza na idade adulta. Tal como as 500.000 mulheres que morrem todos os anos por causas relacionadas com a gravidez, mais de 98% das crianças que morrem todos os anos vivem em países pobres. Morrem por causa do sítio onde nasceram.

Os progressos na redução da pobreza têm sido parciais. Uma em cada cinco pessoas do mundo – mais de mil milhões de pessoas – ainda sobrevive com menos de 1 dólar por dia, um nível de pobreza tão abjecto que ameaça a sobrevivência. Cerca de 1,5

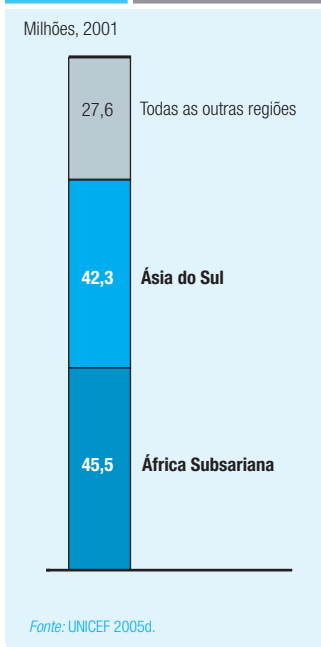
mil milhões de pessoas vive com 1 a 2 dólares por dia. Mais de 40% da população mundial constituem, com efeito, uma subclasse global, diariamente confrontada com a realidade ou com a ameaça de pobreza extrema.

A pobreza de rendimento está estreitamente ligada à fome. Num mundo de abundância, milhões de pessoas ficam todos os dias com fome. Mais de 850 milhões de pessoas, incluindo uma em cada três crianças em idade pré-escolar, ainda estão presas num círculo vicioso de desnutrição e seus efeitos.¹² A desnutrição enfraquece o sistema imunitário, aumentando o risco de saúde precária, o que, por sua vez, agrava a desnutrição. Cerca de metade dos óbitos de crianças em idade pré-escolar são directamente atribuíveis a interações entre desnutrição e doenças infecciosas.¹³ As crianças com insuficiência moderada de peso têm quatro vezes mais probabilidade de morrer de doença infecciosa do que as crianças bem alimentadas.

Por sua vez, a vulnerabilidade às doenças infecciosas é exacerbada pelo acesso inadequado a água potável e saneamento. Mais de mil milhões de pessoas não têm acesso a fontes de água potável e 2,6 mil milhões não têm acesso a saneamento melhorado. As doenças transmitidas pela água, ou por detritos humanos, é a segunda principal causa de óbito de crianças em todo o mundo, depois das infecções do tracto respiratório. O número global de óbitos está estimado em 3.900 crianças por dia.¹⁴

Os hiatos nas oportunidades de educação continuam a ser grandes. Numa economia global cada vez mais baseada no conhecimento, até o ensino primário mais básico é negado a cerca de 115 milhões de crianças.¹⁵ A maioria das crianças que não estão matriculadas na escola são da África Subsariana e da Ásia do Sul (figura 1.6). Em média, uma criança nascida hoje em Moçambique pode prever quatro anos de ensino formal. Uma nascida em França receberá 15 anos e a níveis muitíssimo mais elevados de preparação. A escolaridade média na Ásia do Sul, de oito anos, é metade do nível dos países de rendimento elevado. Além disso, se o hiato da escolarização primária pode estar a fechar-se, o hiato entre países ricos e pobres, medido em termos de média de anos de ensino, está a alargar-se (figura 1.7). Isto é, antes de ter em conta diferenças de qualidade de ensino: menos de um quarto das crianças zambianas sai da escola primária em condições de passar em testes básicos de

Figura 1.6 Crianças fora da escola – a maior parte na África e Ásia do Sul



alfabetização.¹⁶ Entretanto, o acesso ao ensino superior continua a ser privilégio principalmente disponível para cidadãos de países de rendimento elevado. Estas desigualdades educativas de hoje são as desigualdades sociais e económicas globais de amanhã.

A desigualdade de género continua a limitar o ensino das raparigas. Mesmo com o estreitamento dos hiatos de género, as raparigas podem esperar receber, em média, menos um ano de ensino do que os rapazes nos Estados africanos e árabes e menos dois anos na Ásia do Sul. Em 14 países africanos, as raparigas representam menos de 45% da população da escola primária. No Paquistão, representam apenas 41% – a paridade de género colocaria mais 2 milhões de raparigas do país na escola. No conjunto do mundo em desenvolvimento, as taxas de conclusão do ensino primário são de 75% para as raparigas, mas sobe para 85% nos rapazes. As disparidades de género são ainda mais amplas nos níveis secundário e terciário. Estas disparidades profundas representam, não só uma violação do direito universal à educação, mas também uma ameaça às perspectivas futuras de desenvolvimento humano: a escolaridade das raparigas é um dos mais fortes catalisadores do progresso social, num conjunto amplo de indicadores.

O Fim da Convergência?

Na maior parte dos últimos 40 anos, as capacidades humanas têm vindo a convergir gradualmente. Partindo de uma base baixa, o conjunto dos países em desenvolvimento tem vindo a aproximar-se dos países ricos em áreas como a esperança de vida, mortalidade de crianças e alfabetização. Um aspecto preocupante do desenvolvimento humano hoje é que a taxa global de convergência está a abrandar – e para um grande grupo de países, a divergência está a tornar-se a ordem do dia.

Num mundo de desigualdades já extremas, os hiatos de desenvolvimento humano entre países ricos e países pobres estão, nalguns casos, a alargar-se e, noutros, a estreitar muito lentamente. O processo é desigual, com grandes variações de região para região e de país para país. Podemos viver num mundo onde os direitos universais proclamem que todas as pessoas têm igual valor – mas o sítio do mundo onde se nasce determina as possibilidades da vida. As secções que se seguem analisam três áreas em que as desigualdades entre países reflectem e reforçam oportunidades

desiguais de desenvolvimento humano: divergências na esperança de vida, abrandamento dos progressos na mortalidade de crianças e abrandamento nas reduções de privação de rendimento e desigualdade.

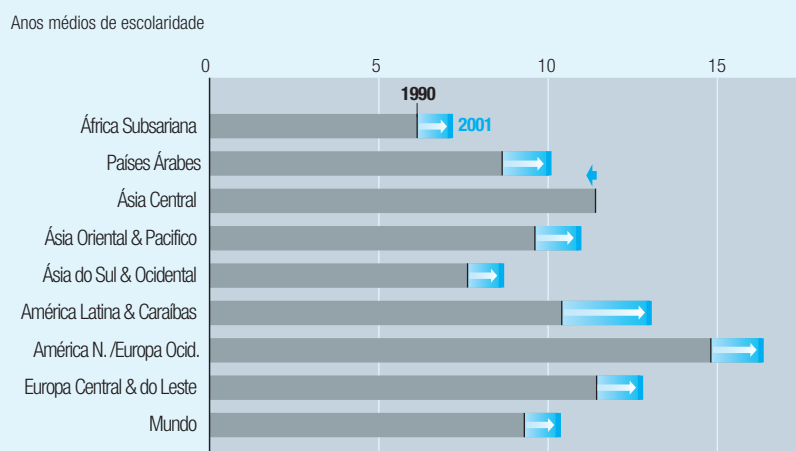
Esperança de vida – a grande inversão

Ter uma vida longa e saudável é um indicador básico para as capacidades humanas. As desigualdades nesta área têm a maior incidência no bem-estar e nas oportunidades. Desde o princípio da década de 1990, tem-se registado um abrandamento da tendência de longo prazo para a convergência na esperança de vida entre ricos e pobres, devido a divergências entre regiões ligadas ao VIH/SIDA e outros retrocessos.

Visto a nível global, o hiato da esperança de vida ainda está a fechar-se. Entre 1960 e os dias de hoje, a esperança de vida aumentou cerca de 16 anos nos países em desenvolvimento e cerca de 6 anos nos países desenvolvidos.¹⁷ Desde 1980, o hiato fechou-se em cerca de dois anos. Porém, a convergência tem que ser contextualizada. A convergência dos dois anos, excluindo três meses, aconteceu entre 1980 e 1999. Depois disso, a convergência parou e os hiatos mantêm-se muito grandes. O hiato da esperança média de vida entre um país de rendimento baixo e um país de rendimento elevado ainda é de 19 anos. Uma pessoa nascida no Burkina Faso pode esperar viver menos 35 anos do que uma nascida no Japão, e uma pessoa nascida na Índia pode esperar viver menos 14 anos do que uma nascida nos Estados Unidos.

A esperança de vida também é um indicador

Figura 1.7 Anos na escola – os hiatos matêm-se



*Nota: Os dados referem-se à esperança de vida escolar.
Fonte: UNESCO 2005, p. 107.*

Segundo os indicadores actuais, uma criança nascida hoje na Zâmbia tem menos possibilidades de viver para além dos 30 anos do que uma criança nascida em 1840, em Inglaterra

para medir o quão saudável se pode esperar ser. Uma maneira de medir o risco é avaliar o nível de mortalidade evitável – o risco adicional de morrer antes de uma idade específica em comparação com um grupo populacional doutro país. Com a média dos países de rendimento elevado como termo de comparação, mais de metade da mortalidade nos países em desenvolvimento é evitável. Os adultos com 15 a 59 anos correspondem a pouco menos de um terço dos óbitos totais nos países em desenvolvimento, mas são apenas um quinto nos países desenvolvidos.¹⁸ As grandes desigualdades na saúde que estão por detrás destes números chamam a atenção para o que tem sido descrito como a “lei do cuidado inverso” – a disponibilidade de cuidados médicos está inversamente relacionada com a necessidade. As desigualdades de financiamento da saúde são fulcrais para esta lei. A despesa per capita com a saúde vai de uma média de mais de 3.000 dólares nos países de rendimento elevado da OCDE, com menores riscos de saúde, até uma média de 78 dólares nos países de rendimento baixo, com os riscos mais elevados, e até muito menos na maioria dos países mais pobres.¹⁹

Os ganhos na esperança de vida têm sido desigualmente distribuídos. A América Latina, Médio Oriente e Ásia têm estado a convergir com os países ricos. Na Ásia do Sul, a esperança de vida aumentou uma década nos últimos 20 anos. Em contrapartida,

os países da antiga União Soviética e da África Subariana têm estado a ficar mais para trás.

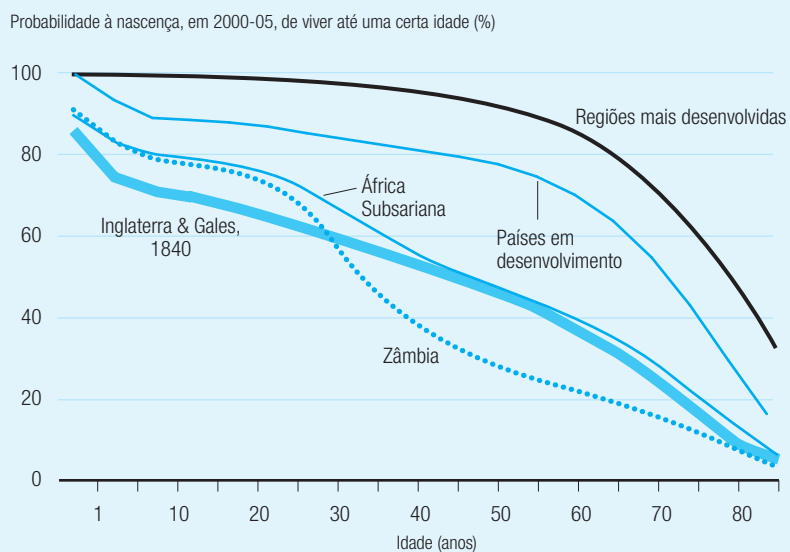
Nos países da antiga União Soviética, a esperança de vida caiu drasticamente, em especial para os homens. Na Federação Russa, a esperança de vida dos homens caiu de 70 anos em meados da década de 1980 para 59 anos hoje – mais baixa do que na Índia. O colapso económico, a erosão da provisão de bem-estar e elevadas taxas de alcoolismo e doença, tudo contribuiu (ver caixa 1.2). Doenças não transmissíveis – como as cardiovasculares e feridas – são responsáveis pela maior parte do aumento dos óbitos, embora as doenças infecciosas também sejam ressurgentes. Se a taxa de mortalidade se mantiver constante, cerca de 40% dos russos que hoje têm 15 anos morrerão antes de atingirem os 60.²⁰

A África Subariana é a região que explica o abrandamento no progresso para uma maior igualdade global na esperança de vida. Há vinte anos, uma pessoa nascida na África Subariana podia esperar viver menos 24 anos do que uma pessoa nascida num país rico, e o hiato estava a estreitar-se. Hoje, o hiato é de 33 anos e continua a aumentar. O VIH/SIDA está no cerne da inversão. Calcula-se que em 2004 tenham morrido 3 milhões de pessoas por causa do vírus e que outros 5 milhões tenham ficado infectados. Quase todos esses óbitos ocorreram no mundo em desenvolvimento, com 70% na África. Cerca de 38 milhões de pessoas estão actualmente infectadas com VIH – 25 milhões das quais na África Subariana (ver caixa 1.1).²¹

As estatísticas não conseguem captar toda a dimensão do sofrimento associado ao VIH/SIDA. Mas podem dar uma perspectiva da dimensão do choque demográfico infligido aos países mais afectados. Segundo os indicadores actuais, uma criança nascida hoje na Zâmbia tem menos possibilidades de viver para além dos 30 anos do que uma criança nascida em 1840, em Inglaterra (figura 1.8). Para a África Subariana como um todo, uma criança nascida hoje tem menos possibilidades de viver para além dos 45 anos.

Severas como são, estas estatísticas subvalorizam o impacto humano do VIH/SIDA. Na Europa, o maior choque demográfico isolado desde a Peste Negra foi experimentado pela França entre 1913 e 1918, quando os efeitos conjugados da Primeira Guerra Mundial e do surto de gripe de 1918 reduziram a esperança de vida em cerca de 16 anos. Trau-

Figura 1.8 As possibilidades de sobrevivência na África Subariana não são muito melhores do que em Inglaterra na década de 1840



Fonte: UN 2005d e University of California, Berkeley e Max Planck Institute for Demographic Research 2005.

mático como foi, este episódio empalidece perante perdas de esperança de vida de 31 anos em países como o Botswana (figura 1.9). Na Zâmbia, a esperança de vida caiu 14 anos desde meados da década de 1980. E a taxa de recuperação projectada é muito mais lenta do que foi em França.

Olhando para o futuro, a África enfrenta os mais graves riscos para o desenvolvimento humano relacionados com o VIH/SIDA. Mas estão a aparecer novas ameaças. Apareceram graves epidemias em vários Estados indianos. No Tamil Nadu, foram encontradas taxas de prevalência de VIH superiores a 50% entre trabalhadoras sexuais, enquanto tanto o Andra Pradesh como Madrastra passaram a marca de prevalência de 1%.²²

A incidência do VIH/SIDA também está a aumentar nos países da antiga União Soviética. A Ucrânia tem actualmente uma das mais rápidas taxas de crescimento da infecção do VIH no mundo, enquanto a Federação Russa, com a segunda mais rápida taxa de crescimento (e 1 milhão de infectados), alberga a maior epidemia da região.²³ A grande maioria das pessoas que vivem com SIDA é jovem, sendo o uso de drogas intravenosas o principal acelerador. Tal como noutras partes da Europa do Leste, a epidemia está nas suas fases iniciais – o que significa que uma intervenção oportuna pode travá-la e invertê-la. Se for negligenciada, há um espaço considerável para a epidemia se expandir quando atingir a população em geral.

A resposta internacional ao VIH/SIDA tem sido profundamente inadequada. Numa era de ciência, tecnologia e prosperidade económica, nada demonstra com mais força o fracasso dos países ricos no combate às doenças que devastam uma grande parte da humanidade. A consciência do vírus da SIDA apareceu no princípio da década de 1980. Quando o primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* foi publicado, em 1990, apenas tinham sido comunicados à Organização Mundial de Saúde (OMS) 133.000 casos, mais de dois terços dos quais na América do Norte. O Relatório concluía: “É provável que a SIDA inverta muitos dos êxitos no... aumento da esperança de vida.” Todavia, só agora – uns 20 milhões de mortes mais tarde – é que está a emergir um esforço internacional credível. Só uma pequena percentagem dos necessitados é que tem acesso a serviços de prevenção e tratamento. Menos de 8% das mulheres grávidas têm acesso a tratamento para evitar a transmissão de

mãe para filho. Em África, menos de 4% das pessoas necessitadas de tratamento anti-retroviral estão a receber medicamentos.²⁴ Há algumas ilhas de sucesso. Países como o Senegal e o Uganda contiveram a crise e começaram a invertê-la. Estas histórias de sucesso demonstram que o objectivo de tratar 3 milhões de pessoas até ao fim de 2005, um primeiro passo para reduzir a epidemia, é viável.

A lenta e limitada reacção internacional à crise do VIH/SIDA contribuiu directamente para o aprofundamento das desigualdades de saúde globais. Também demonstra os custos de uma acção atrasada. Estima-se que em 2004 o mundo tenha gasto 6 mil milhões de dólares a combater o vírus através do Fundo Global para Combater a Sida, a Tuberculose e a Malária.²⁵ Se tivessem sido mobilizados recursos a esta escala há 20 anos, a epidemia podia ter sido invertida. Hoje, essa quantia é insuficiente até para conter a crise, quanto mais para atingir a meta dos ODM de “deter e começar a inverter, até 2015, a propagação do VIH/SIDA”. A reacção da comunidade internacional a uma ameaça global de saúde pública foi completamente inadequada. Ao mesmo tempo, muitos governos dos países mais afectados reagiram ao desafio sem precedentes do VIH/SIDA com negação, estereótipos e negligência, expondo os seus cidadãos a graves riscos.

Mulheres e crianças em último lugar

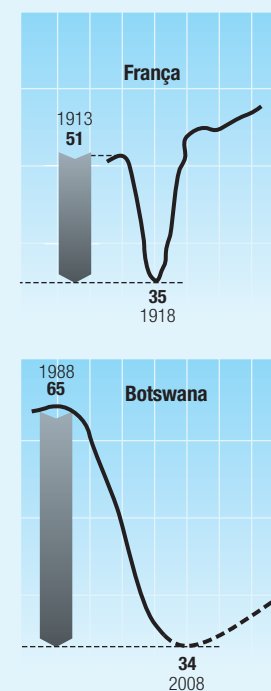
A sobrevivência infantil é um dos indicadores mais sensíveis do bem-estar humano, da saúde relativa das nações e da eficiência da política pública. Contra este pano de fundo, as tendências de mortalidade de crianças estão a aproximar-se rapidamente do ponto que justifica a declaração de uma emergência na saúde internacional. Dos 57 milhões de mortes em todo o mundo em 2002, uma em cada cinco era uma criança com menos de cinco anos – grosso modo, morreu uma criança em cada três segundos. Calcula-se que 4 milhões dessas mortes se deu no primeiro mês de vida, no período neonatal.²⁶ Quase todos os óbitos de crianças se dão em países em desenvolvimento, enquanto a maioria da despesa para evitar óbitos de crianças é feita em países ricos.

As intervenções que podiam evitar ou tratar eficazmente as condições que matam crianças e mulheres em idade reprodutiva são conhecidas. São, na sua maioria, de baixo custo – e altamente poupadoras de custos. Dois em cada três óbitos de crianças po-

Figura 1.9

O choque demográfico da SIDA excede o da Primeira Guerra Mundial

Esperança de vida (anos)



Fonte: UN 2005d e University of California, Berkeley and Max Planck Institute for Demographic Research 2005.

deriam ser evitados através da prestação dos serviços de saúde mais básicos. Todavia, permite-se que continue uma catástrofe sanitária que inflige um número de óbitos maior do que a pandemia de VIH/SIDA. Nada sublinha com mais força o hiato entre o que somos capazes de fazer para ultrapassar o sofrimento evitável e o que optamos por fazer com a riqueza de tecnologias à nossa disposição.

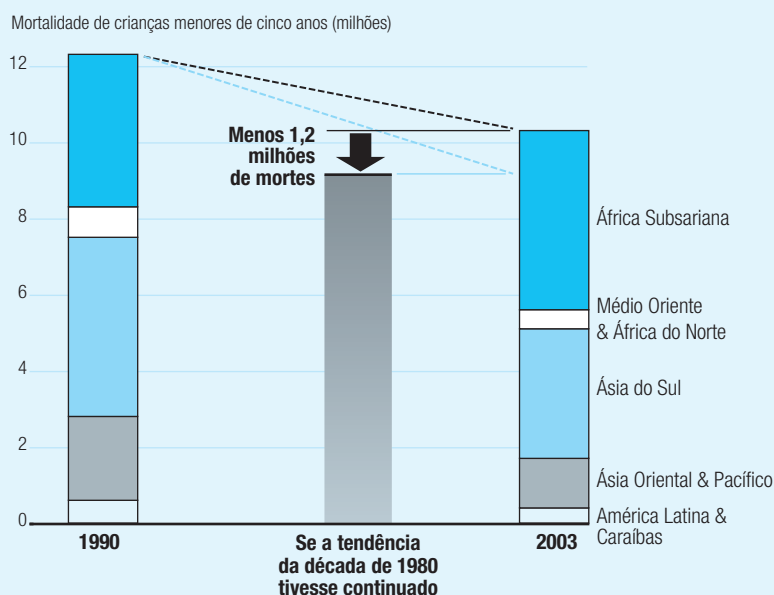
Se o declínio da mortalidade de crianças tem

continuado ao longo da última década, a taxa de declínio parece estar a abrandar com o tempo. Durante o período de 1990-2003, as taxas de mortalidade de crianças nos países em desenvolvimento caíram a um ritmo um terço mais lento do que durante a década de 1980 (figura 1.10).²⁷ O abrandamento tem um custo em vidas. Se o progresso da década de 1980 tivesse sido sustentado durante a década de 1990 e a presente década, mais de um milhão de crianças não teriam morrido em 2003.²⁸ A mortalidade neonatal tem estado a cair muito mais lentamente do que a mortalidade de crianças, com o resultado de que ocorre uma parcela crescente de óbitos de crianças no primeiro mês.²⁹ Dos 4 milhões de óbitos nesse período, três quartos ocorrem na primeira semana de vida.

A história da sobrevivência infantil da última década também é uma história de divergência. O hiato entre países ricos e pobres está a alargar-se, de forma mais espectacular entre os países ricos e os países da África, mas também em relação a outras regiões (figura 1.11). Em 1980, as taxas de mortalidade de crianças na África Subsaariana eram 13 vezes mais elevadas do que nos países ricos. São actualmente 29 vezes mais elevadas. O desafio da mortalidade de crianças estende-se para além da África Subsaariana. Mesmo países que estão a ter um desempenho mais forte no crescimento económico estão a experimentar um progresso lento na redução da mortalidade de crianças. Não há uma causa única para o abrandamento. Grande parte do declínio na mortalidade, desde 1970, pode ser identificado com a subida dos níveis de vida e com a redução dos óbitos por doenças diarreicas e doenças controladas através da vacinação. Outros grandes assassinos directamente ligados à pobreza – como a desnutrição e a infecção respiratória aguda – têm vindo a declinar mais lentamente. E os óbitos por malária têm estado a aumentar.

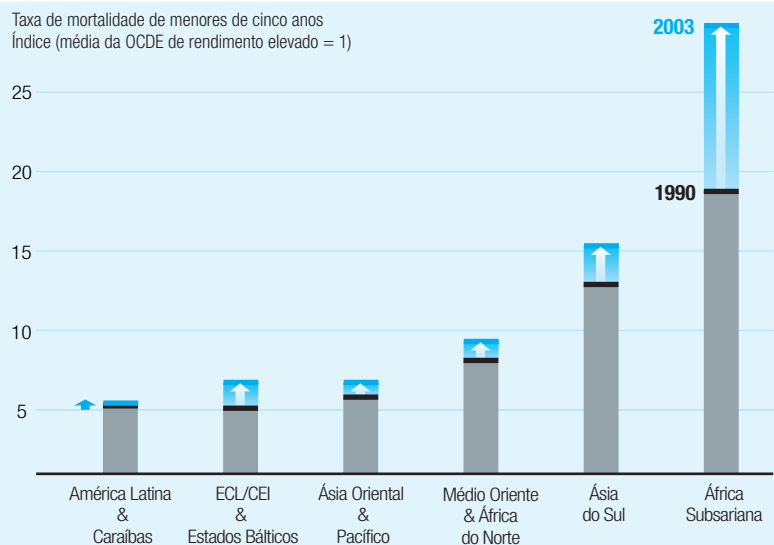
As taxas de mortalidade de crianças sublinham uma das lições fundamentais do desenvolvimento humano: as ligações entre rendimento e progresso social não são automáticas. Em média, as taxas de mortalidade descem à medida que os rendimentos aumentam. Porém, países com níveis semelhantes de rendimento apresentam grandes variações (figura 1.12). Por exemplo, Honduras e Vietname têm níveis de mortalidade neonatal muito mais baixos do que a Índia e o Paquistão. Tal como esses factos sugerem, o crescimento económico não é um caminho garan-

Figura 1.10 Menos crianças estão a morrer – mas o progresso está a abrandar



Fonte: Calculado com base em dados de UNICEF 2005b.

Figura 1.11 Mortalidade de crianças – o hiato entre países ricos e pobres está a alargar



Fonte: UNICEF 2005c.

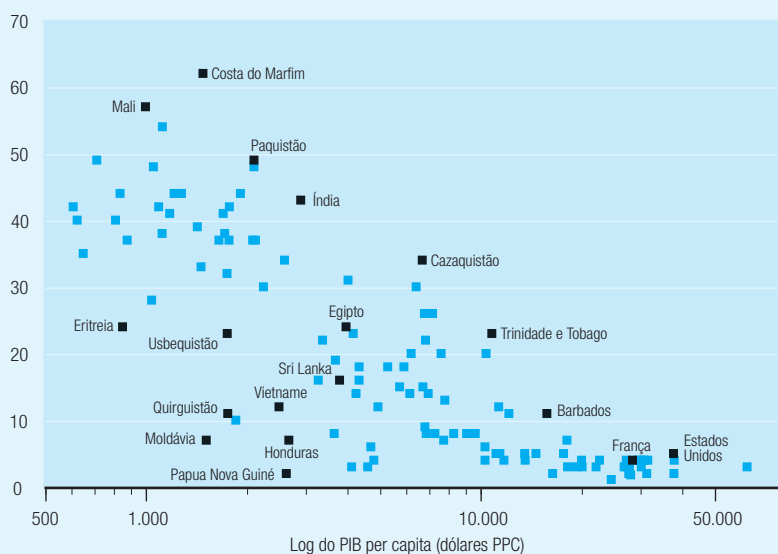
tido para um progresso mais rápido na redução da mortalidade de crianças.

Essa conclusão é apoiada pelos resultados da última década. Algumas das mais visíveis histórias de sucesso em matéria de crescimento económico e de globalização tiveram menos êxito na redução da mortalidade de crianças. A China e, num grau mais modesto, a Índia estão na linha da frente dos países de elevado crescimento em globalização. Todavia, o progresso anual na redução da mortalidade de crianças abrandou em ambos os países, desde 1990, mesmo quando o crescimento económico aumentou (figura 1.13). O caso da China mostra que mesmo as taxas mais espectaculares de crescimento económico e a níveis de vida crescentes não se traduzem automaticamente em declínios mais rápidos da mortalidade de crianças. O crescimento do rendimento per capita aumentou de 8,1% na década de 1980 para 8,5% no período de 1990-2003, mantendo um progresso espectacular na redução da pobreza. Na verdade, a China já atingiu a meta dos ODM de reduzir a privação de rendimento para metade, a partir dos níveis da década de 1990. Porém, com base em dados da ONU, a taxa anual de declínio na incidência da mortalidade de crianças caiu de 2,3% na década de 1980 para 1,9% no período de 1990-2003.³⁰ Há variações dentro desta tendência – e a mudança dos anos de referência produziria resultados diferentes. Mas o abrandamento levantou questões sobre se a China, a despeito de um forte resultado numa vasta gama de indicadores de desenvolvimento humano, atingirá a meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças em dois terços até 2015.³¹

A um nível muito mais elevado de mortalidade de crianças do que na China, a Índia parece estar orientada para uma direcção semelhante. Um crescimento mais rápido pode colocar o país no caminho da meta dos ODM de reduzir a pobreza para metade, mas a Índia está muito distante do caminho da meta da mortalidade de crianças. A taxa anual de declínio da mortalidade de crianças caiu de 2,9% na década de 1980 para 2,3% desde 1990 – um abrandamento de quase um quinto. Tal como na China, o abrandamento ocorreu durante um período de aceleração do crescimento económico. Os desenvolvimentos na Índia e na China têm implicações globais. Só a Índia responde por 2,5 milhões de óbitos anuais de crianças, um em cada cinco do total mundial. A China responde por outros 730.000 – mais do que qualquer

Figura 1.12 O rendimento não determina a mortalidade neonatal

Taxa de mortalidade neonatal, 2003 (por 1.000 nados-vivos)



Fonte: WHO 2004b e World Bank 2005f.

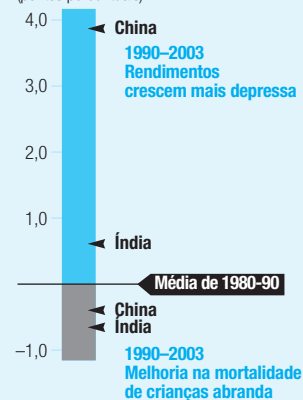
outro país, com excepção da Índia.

Por que razão diminuiu a taxa de progresso? Um ponto de vista defende que é inevitável um abrandamento da taxa de declínio da mortalidade de crianças. Expandir a provisão de saúde pública através de programas de vacinação e outros serviços pode resultar em grandes ganhos de saúde pública, especialmente na redução dos níveis elevados de mortalidade. Uma vez que esses “frutos fáceis de colher” tenham sido colhidos, ainda segundo o mesmo ponto de vista, o problema torna-se mais concentrado em populações que são difíceis de atingir, mais vulneráveis e menos acessíveis a intervenções de política pública, fazendo subir os custos marginais de salvar vidas e reduzindo o progresso.

Aplicado no presente contexto, o argumento do fruto fácil de colher carece de credibilidade. Alguns países – a Malásia é um exemplo – aceleraram a taxa de redução da mortalidade de crianças a partir de níveis já relativamente baixos. Outros sustentaram um progresso rápido ao longo do tempo, mesmo durante períodos de baixo crescimento. Em 1980, o Egipto tinha uma taxa de mortalidade mais elevada do que a Etiópia tem hoje. Ao seu actual ritmo de progresso, atingirá o nível da Suécia em 2010. O Egipto já atingiu a meta dos ODM. O baixo rendimento não é uma barreira ao progresso. O Vietname e o Bangladeche aceleraram ambos o ritmo de redução da taxa de mortalidade de crianças. Na verdade, com níveis mais baixos de rendimento e uma taxa

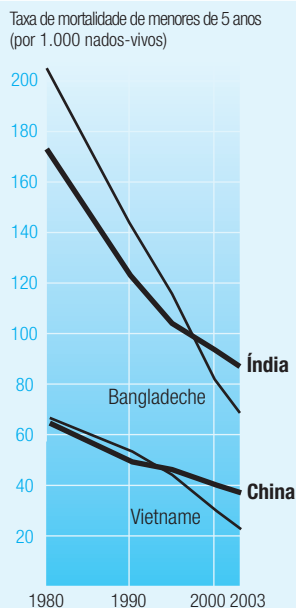
Figura 1.13 Crescimento do rendimento e melhoria na mortalidade de crianças divergem na Índia e na China

Variações com base nas taxas de crescimento médias da década de 1980 (pontos percentuais)



Fonte: Calculado com base em dados da mortalidade de crianças, de UNICEF 2005e, e em dados do PIB per capita (dólares EUA de 2000), de World Bank 2005f.

Figura 1.14 China e Índia ficam para trás na mortalidade de crianças



Fonte: UN 2005b.

comparável de crescimento económico, o Vietname já ultrapassou a China no melhoramento da mortalidade de crianças. De modo semelhante, com um nível de rendimento mais baixo e um crescimento muito inferior, o Bangladeche ultrapassou a Índia (figura 1.14). Estas diferenças têm importância. Se a Índia tivesse acompanhado a taxa de redução da mortalidade do Bangladeche na última década, teriam morrido este ano menos 732.000 crianças. Se a China tivesse acompanhado a taxa do Vietname, poderiam ter sido salvas 276.000 vidas. Há ainda, claramente, um enorme campo para reduções rápidas da mortalidade de crianças na Índia e na China.

Em ambos os países, as tendências da mortalidade de crianças levantam questões mais amplas em relação à saúde pública e à distribuição dos benefícios da globalização nos países em desenvolvimento. A integração em mercados globais melhorou manifestamente a criação de riqueza, gerou dinamismo económico e melhorou os níveis de vida de muitos milhões de pessoas na Índia e na China. Ao mesmo

tempo, os benefícios do êxito económico para o desenvolvimento humano foram lentos a “pingar” para grandes secções da população – e os “pingos” parecem estar a abrandar nalgumas áreas fundamentais da saúde pública.

Alterar este panorama exigirá políticas públicas que resolvam desigualdades profundamente enraizadas entre ricos e pobres, entre homens e mulheres e entre regiões mais e menos prósperas. Estas desigualdades radicam nas diferenças de poder – e são perpetuadas por opções de política pública. Se a Índia apresentasse o mesmo nível de dinamismo e inovação no tratamento de desigualdades básicas de saúde, como apresentou nos mercados tecnológicos globais, poderia entrar rapidamente no caminho da realização das metas dos ODM. Há sinais encorajadores de que a política pública pode estar agora a avançar na direcção certa. Durante o ano de 2005, o anúncio de novos e ambiciosos programas destinados a rever o sistema de saúde e a levar serviços a áreas pobres pareceu assinalar uma nova orientação polí-

Caixa 1.3 Índia – uma história de sucesso da globalização com um resultado misto no desenvolvimento humano

“A lenta melhoria no estado da saúde do nosso povo tem sido matéria de grande preocupação. Temos prestado uma atenção inadequada à saúde pública.”

Dr. Manmohan Singh, Primeiro-ministro da Índia, Abril de 2005¹

A Índia tem sido amplamente citada como uma história de sucesso da globalização. Ao longo das duas últimas décadas, o país passou para a primeira divisão do crescimento económico mundial; as exportações de alta tecnologia estão a crescer explosivamente e os consumidores emergentes da classe média da Índia tornaram-se um íman para os investidores estrangeiros. Como reconheceu sinceramente o Primeiro-ministro da Índia, o resultado do desenvolvimento humano tem sido menos impressionante do que o da integração mundial.

A incidência da privação de rendimento caiu de cerca de 36% no princípio da década de 1990 para algures entre 25% e 30% hoje. Os números exactos são amplamente discutidos por causa dos problemas com os dados dos inquéritos. Mas, sobretudo, há indícios

de que a melhoria do crescimento não se traduziu num declínio proporcional da pobreza. Mais preocupante, as melhorias na mortalidade infantil e de crianças estão a abrandar – e a Índia está agora fora do caminho para estas metas dos ODM. Algumas cidades do sul da Índia podem estar no meio de um boom tecnológico, mas 1 em cada 11 crianças indianas morre nos primeiros cinco anos de vida por falta de intervenções de baixa tecnologia e de baixo custo. A subnutrição, que quase não melhorou na última década, afecta metade das crianças do país. Cerca de 1 em cada 4 raparigas e mais de 1 em cada 10 rapazes não frequentam a escola primária.

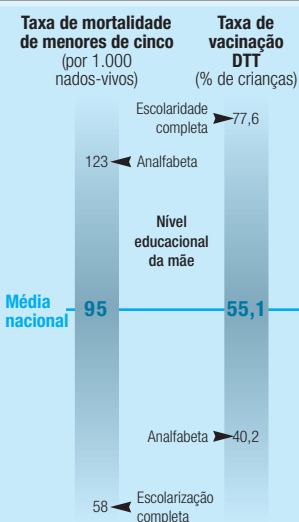
Porque é que o crescimento acelerado do rendimento não levou a Índia para um ritmo mais rápido de redução da pobreza? A pobreza extrema está concentrada em áreas rurais dos Estados da cintura de pobreza do Norte, incluindo Bihar, Madhya Pradesh, Uttar Pradesh e Bengala Ocidental, enquanto o crescimento do rendimento tem sido mais dinâmico sobretudo noutros Estados, em áreas urbanas e nos sectores dos serviços. Embora a pobreza rural tenha caído rapidamente nalguns Estados, como Gujarat e Tamil Nadu, realizaram-se

Diferenças entre Estados na Índia

Indicador	Índia	Kerala	Bihar	Rajasthan	Uttar Pradesh
Parcela feminina da população (%)	48	52	49	48	48
Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)	95	19	105	115	123
Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher)	2,9	2,0	3,5	3,8	4,0
Partos assistidos por técnicos de saúde (%)	42	94	23	36	22
Crianças totalmente vacinadas (%)	42	80	11	17	21

Fonte: IIPS e ORC Macro 2000.

Desigualdades na educação travam o progresso



menos progressos nos Estados do Norte. A nível nacional, o desemprego rural está a aumentar, a produção agrícola está a crescer a menos de 2% ao ano, os salários agrícolas estão a estagnar e o crescimento é virtualmente “sem emprego”. Cada 1% de crescimento do rendimento nacional gerou três vezes mais empregos na década de 1980 do que na de 1990.

O problema mais profundo que a Índia enfrenta é a sua herança de desenvolvimento humano. Em particular, a desigualdade de género predominante, em interacção com a pobreza rural e as desigualdades entre Estados, está a minar o potencial de conversão do crescimento em desenvolvimento humano.

Talvez a mais chocante desigualdade de género seja revelada por este simples facto: as raparigas de 1 a 5 anos têm mais 50% de probabilidades de morrer do que os rapazes. Este facto traduz-se na “falta” de 130.000 raparigas. As taxas de mortalidade feminina continuam a ser mais elevadas do que as masculinas até à idade de 30 anos, invertendo o padrão demográfico típico. Estas diferenças de género reflectem uma preferência generalizada por filhos, particularmente nos Estados do Norte. As raparigas, menos apreciadas do que os irmãos, são muitas vezes levadas para centros de saúde em estado mais avançado de doença, são levadas a médicos menos qualificados e têm menos dinheiro para gastar nos cuidados de saúde. O baixo estatuto e a desvantagem educativa sofridos pelas mulheres têm incidência directa na sua saúde e na dos seus filhos. Cerca de um terço das crianças da Índia nascem com falta de peso, reflectindo a má saúde materna.

A provisão inadequada da saúde pública exacerba a vulnerabilidade. Quinze anos depois da vacinação universal das crianças ter sido introduzida, inquéritos nacionais de saúde sugerem que apenas 42% das crianças estão totalmente imunizadas. A cobertura é mais baixa nos Estados com maiores taxas de mortalidade de crianças e menos de 20% em Bihar e no Uttar Pradesh. A Índia pode ser um líder em serviços de software informático, mas, no que respeita aos serviços básicos de vacinação de crianças nas áreas rurais mais pobres, o resultado não é tão sensacional.

A desigualdade de género é um dos obstáculos mais poderosos ao desenvolvimento humano. A educação das mulheres é importante por si só, mas também está estreitamente relacionada com a mortalidade de crianças. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos é mais de duas vezes superior para os filhos de mães analfabetas do que para as crianças cujas mães completaram o ensino secundário (ver figura). Além de terem menos tendência para a subnutrição, mães mais instruídas têm mais probabilidades de

utilizar serviços básicos de saúde, têm menos filhos numa idade mais avançada e têm mais probabilidades de espaçar os partos – tudo factores positivamente associados com a sobrevivência da criança. Da mesma forma que privam as raparigas de um direito básico, as desigualdades de educação na Índia traduzem-se em mais mortes de crianças.

Desigualdades entre os Estados interagem com desigualdades baseadas no género e no rendimento (ver quadro). Quatro Estados respondem por mais de metade da mortalidade de crianças: Bihar, Madhya Pradesh, Rajasthan e Uttar Pradesh (ver figura). Estes Estados também estão assinalados por algumas das mais profundas desigualdades de género na Índia. Os contrastes com Kerala são chocantes. As raparigas nascidas em Kerala têm cinco vezes mais probabilidades de chegar ao quinto aniversário, tem duas vezes mais probabilidades de ser alfabetizadas e têm a probabilidade de viver mais 20 anos do que as raparigas nascidas em Uttar Pradesh. As diferenças estão ligadas à insuficiência crónica da provisão dos serviços de saúde nos Estados nortenhos de elevada mortalidade, o que, por sua vez, está ligado a estruturas irresponsáveis de governação a nível estadual.

A tradução do êxito económico em progressos do desenvolvimento humano exigirá políticas públicas destinadas explicitamente ao alargamento da distribuição dos benefícios do crescimento e da integração mundial, aumento do investimento público nas áreas rurais e nos serviços e – acima de tudo – liderança política para pôr termo à má governação e enfrentar as causas subjacentes da desigualdade de género.

Há sinais encorajadores de que esta liderança poderá começar a emergir. Em 2005, o Governo da Índia lançou uma Missão Nacional de Saúde Rural de 1,5 mil milhões de dólares, um programa que visava 300.000 aldeias, com uma incidência inicial nos estados mais pobres do Norte e do Nordeste. Foram assumidos compromissos para elevar a despesa pública de saúde de 0,9% do rendimento nacional para 2,3%. A despesa de educação também foi aumentada. Num esforço para criar as condições para o crescimento rural acelerado e para a redução da pobreza, foram criados ambiciosos programas de investimento público para aumentar as infra-estruturas rurais, incluindo o abastecimento de água potável e estradas.

A tradução de um maior empenho financeiro em melhores resultados exigirá um grande enfoque no cumprimento efectivo e em medidas para melhorar a qualidade dos serviços públicos. Não há falta de modelos inovadores a que recorrer. Estados como Himachel Pradesh e Tamil Nadu sustentaram um rápido progresso na educação, não só aumentando a provisão orçamental, mas também aumentando a responsabilidade dos prestadores do serviço e criando incentivos – como refeições escolares gratuitas, bolsas de estudo e livros grátis – destinados a aumentar a participação das famílias pobres.

Ultrapassar a herança de décadas de subinvestimento em desenvolvimento humano e de desigualdades de género profundamente enraizadas coloca imensos desafios. Será necessária uma liderança política de alto nível para resolver estes desafios. Se ela não aparecer e se não forem dadas oportunidades de saúde e educação para todos, independentemente da riqueza e do género, isso funcionará, em última análise, como uma limitação das perspectivas de futuro da Índia na economia global

1. BBC News 2005a.

Fonte: BBC News 2005a; Cassen, Visaria e Dyson 2004; Kijima e Lanjouw 2003; Joshi 2004; Dev 2002; Drèze e Murthi 2001.

O risco de morrer por causas relacionadas com a gravidez varia de 1 em 18 na Nigéria para 1 em 8.700 no Canadá

tica. O êxito económico expandiu os recursos financeiros disponíveis para estes programas – e alguns Estados mostraram que se pode conseguir um rápido progresso. O desafio é garantir que se enraíza uma efectiva reforma nos Estados e áreas que respondem pelo grosso do défice de desenvolvimento humano da Índia (caixa 1.3).

A mortalidade infantil está intimamente ligada à mortalidade materna. Mais de 15 anos depois de os governos de todo o mundo terem lançado a “Iniciativa para a Maternidade sem Riscos”, calcula-se que morram todos os anos 530.000 mulheres na gravidez ou no parto. Esses óbitos são a ponta de um icebergue. Pelo menos 8 milhões de mulheres por ano sofrem graves complicações na gravidez ou no parto, com graves riscos para a sua saúde. Tal como acontece com a mortalidade de crianças, a grande maioria desses óbitos ocorre em países em desenvolvimento, respondendo a Ásia do Sul (onde a taxa de mortalidade materna é de 540 óbitos por 100.000 nados-vivos) e a África Subsariana (onde a taxa é de 920 por 100.000 nados-vivos) por 75% do total. O risco de morrer por causas relacionadas com a gravidez varia de 1 em 18 na Nigéria para 1 em 8.700 no Canadá. E tal como em relação à mortalidade infantil, a maioria dos óbitos é evitável: cerca de três quartos poderiam ser evitadas através de intervenções de baixo custo. Apesar disso, os níveis globais de mortalidade materna parecem ter mudado pouco na última década, especialmente na grande maioria dos países que representam o grosso dos óbitos. O sub-registo e a má classificação das mortes maternas tornam difíceis as comparações entre países e a análise tendencial precisa (ver caixa 5 da Nota sobre as Estatísticas). Porém, indicadores substitutos – como taxas de fertilidade e assistência por técnicos de saúde – indicam que o declínio anual da mortalidade está a abrandar.³²

A saúde infantil e a saúde materna são barómetros para outras áreas do desenvolvimento humano: o estado da saúde pública, o estado da nutrição e a autonomização das mulheres, entre outras. Os fracassos na provisão de saúde pública reflectem-se no facto de a vida de cerca de 6 milhões de crianças poderem ser salvas anualmente através de intervenções simples e de baixo custo (caixa 1.4). O sarampo causa mais de meio milhão de mortes por ano. A difteria, a tosse convulsa (pertússia) e o tétano (DTT) roubam mais meio milhão de vidas. Quase todas estas mortes podiam ser evitadas através da vacinação.³³ Todavia,

37 milhões de crianças em todo o mundo não estão vacinadas contra o tétano e os progressos em matéria de cobertura de vacinação perderam velocidade em grande parte do mundo em desenvolvimento, particularmente entre os pobres. A cobertura de vacinação é inferior a 50% no que se refere a crianças que vivem em lares com rendimentos inferiores ao limiar internacional de pobreza de 1 dólar por dia.³⁴ Só em África, morrem três crianças de dois em dois minutos como resultado da malária.³⁵ Muitos desses óbitos acontecem por falta de um simples mosquiteiro tratado com insecticida. Menos de 2% das crianças que vivem em zonas infectadas com malária dormem em mosquiteiros que as protejam dos mosquitos.³⁶ A um custo médio de 3 dólares por mosquiteiro, isto poderia ser um pequeno investimento na prevenção de uma doença que rouba mais de 1 milhão de vidas por ano e responde por um de cada quatro óbitos de crianças em África. Todavia, é um investimento que a comunidade internacional e os governos nacionais têm sido relutantes em fazer. A despesa com a malária no âmbito do Fundo Global para Combater a Sida, a Tuberculose e a Malária é de apenas 450 milhões de dólares por ano.³⁷

Os factores para além do sector da saúde são igualmente importantes. Louis Pasteur escreveu que “o micróbio não é nada, o terreno é tudo”.³⁸ A pobreza e as desigualdades de poder, e o fracasso em reduzi-las, definem o terreno para a mortalidade infantil e materna. A subalimentação entre as mães é um importante factor que contribui para os óbitos neonatais. E a desnutrição está associada a metade dos óbitos de crianças com menos de cinco anos. As crianças pobres e subalimentadas têm mais probabilidade de ficar doentes e são menos capazes de resistir às doenças da infância. Estima-se em cerca de 3.900 as crianças que morrem diariamente por causa de doenças transmitidas através de água suja ou má higiene.³⁹ Estes obstáculos ao progresso relacionados com a pobreza estão intimamente ligados à desigualdade de género e ao baixo estatuto das mulheres. Em grande parte do mundo em desenvolvimento – especialmente na Ásia do Sul – as mulheres não têm poder para reivindicar o direito à nutrição e a recursos de saúde, expondo-se, elas e seus filhos, a um risco acrescido de mortalidade.⁴⁰

Se a mortalidade de crianças é o indicador mais extremo da desigualdade nas oportunidades de vida, as disparidades entre ricos e pobres chamam a aten-

A maioria das mortes de crianças é evitável. Embora o crescimento económico mais rápido reduza as taxas de mortalidade, estas são mais elevadas do que deveriam ser por causa de uma indefensável subutilização de intervenções eficazes, de baixo custo e baixa tecnologia – e por causa do fracasso na solução das causas estruturais da pobreza e da desigualdade.

Uma investigação transversal a vários países, publicada na Lancet em 2003, identificou 23 intervenções que tiveram o maior impacto sobre a mortalidade de crianças. Essas intervenções – 15 delas preventivas e 8 curativas – iam desde o fornecimento de terapia de reidratação oral até medicamentos e mosquiteiros tratados com insecticida para prevenir a malária, e cuidados pré-natais e obstétricos. A maioria das intervenções pode ser feita numa base de baixo custo, através de trabalhadores de saúde treinados e de comunidades locais. Usando dados de 2000 e assumindo uma cobertura de 100% para essas intervenções, os autores do estudo da Lancet concluíram que cerca de duas em cada três mortes de crianças – 6 milhões no total – podiam ter sido evitadas.

As conclusões destacam o enorme potencial para atacar um dos mais graves problemas de desenvolvimento humano que a comunidade internacional enfrenta. Doenças transmissíveis e infecções sistémicas, como a pneumonia, septicemia, diarreia e tétano, causam duas em cada três mortes – quase todas evitáveis. Os 2,5 milhões de mortes de diarreia e pneumonia poderiam ser substancialmente reduzidos através de intervenções a nível comunitário, apoiadas por agências governamentais. As prioridades exactas de intervenção variam de país para país e não há uma solução única. Mas o problema comum é a baixa cobertura dos serviços, os altos níveis de desigualdade ligados à pobreza, e a negligência da mortalidade neonatal na política pública de saúde.

Vários mitos reforçam a ideia de que a meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças em dois terços pode ser inatingível. Eis alguns dos mais comuns:

- *Mito 1: Atingir um rápido declínio é incomportável. Não é verdade.* Alguns países enfrentam importantes limitações financeiras – daí a necessidade de maior ajuda. Mas a mortalidade de crianças é uma área em que pequenos investimentos produzem elevados retornos. Uma recente investigação transversal a países, acerca da mortalidade neonatal, identifica um conjunto de intervenções que, com 90% de cobertura em 75 países de elevada mortalidade, poderiam reduzir as taxas de mortalidade em 59%, poupando 2,3 milhões de vidas. O custo de 4 mil milhões de dólares representa o equivalente a dois dias de despesas militares, nos países em desenvolvimento.
- *Mito 2. Intervenções de alta tecnologia como unidades de cuidados intensivos são a chave do êxito.* Não é verdade. A Suécia, no fim do século XIX, e o Reino Unido, depois de 1945, conseguiram rápidos declínios da mortalidade neonatal com a introdução de cuidados pré-natais gratuitos, assistência especializada no parto e maior disponibilidade de antibióticos. Países em desenvolvimento como a Malásia e o Sri Lanka conseguiram, igualmente, declínios acentuados nas mortes neonatais, através de intervenções simples, no domicílio, a nível

distrital, apoiadas através da formação de trabalhadores de saúde e de parteiras, e de provisão publicamente financiada.

- *Mito 3. Os países pobres carecem de capacidade institucional para progredir.* Não é verdade. As instituições são importantes, mas muitos países pobres têm conseguido rápidos progressos usando criativamente as estruturas institucionais. O Egipto manteve um dos mais rápidos declínios nas taxas de mortalidade de crianças do mundo, desde 1980. Bangladesh, Honduras, Nicarágua e Vietname também conseguiram progressos rápidos. Em cada caso, programas descentralizados a nível distrital integraram programas de saúde materna e de crianças – incluindo vacinação, tratamento da diarreia e cuidados pré-natais – na prestação de serviços de saúde. Também investiram na formação de trabalhadores da saúde e de parteiras e na concentração de esforços nas populações vulneráveis. Mesmo em países com fraco desempenho não faltam indícios do seu potencial para progredir. No estado indiano de Madrastra, um projecto-piloto de três anos em 39 aldeias, alargou os programas básicos de cuidados pré-natais com o fornecimento de cuidados domésticos e de intervenções clínicas simples, com o custo de 5 dólares por pessoa abrangida. A taxa de mortalidade infantil caiu de 75 óbitos por 1.000 nascimentos no período base (1993-95) para 39 óbitos, três anos mais tarde. No mesmo período, a taxa de mortalidade num distrito adjacente só diminuiu de 77 por cada 1000 nados-vivos para 75 óbitos, no mesmo período.

O potencial de progresso rápido reflecte o grande défice na provisão actual. Na África Subsariana, menos de 40% das mulheres dão à luz com cuidados especializados e na Ásia do Sul, esse número é inferior a 30%. Em cada ano, mais de 60 milhões de mulheres dão à luz sem cuidados especializados. A desigualdade na utilização dos serviços – um tema tratado no capítulo 2 – aumenta a vulnerabilidade. As mulheres mais pobres têm mais probabilidades de ser mal alimentadas e menos probabilidades de aproveitar serviços, seja porque não existem, porque são incomportáveis, ou porque são de qualidade inadequada. Para além da provisão de serviços, desigualdades de género mais profundas exacerbam o problema. As estimativas sugerem que o espaçamento dos nascimentos poderia reduzir as taxas de mortalidade em 20% na Índia e 10% na Nigéria, os países com mais elevadas taxas de mortalidade neonatal, respectivamente em 20% e em 10%. A falta de controlo da fertilidade, que está ligada ao desequilíbrio do poder dentro da família e fora dela, é um aspecto fundamental do problema.

As verdadeiras barreiras ao progresso na redução das mortes de crianças não são institucionais nem financeiras, embora haja limitações em ambas as áreas. A provisão de serviços de má qualidade e o crónico défice de financiamento têm de ser resolvidos. Ao mesmo tempo, as estratégias de redução da pobreza precisam de se concentrar mais nas causas estruturais da elevada mortalidade, ligadas ao baixo estatuto das mulheres, às desigualdades no acesso aos cuidados de saúde e ao fracasso na priorização da saúde infantil e materna.

Fonte: Cousens, Lawn e Zupan 2005; Mills e Shilcutt 2004; Wagstaff e Claeson 2004.

ção para um problema mais vasto. A grande maioria das pessoas que vivem em países ricos têm acesso aos recursos financeiros, tecnologias e serviços que precisam ou, no caso de doenças como a SIDA, pelo

menos adiam a morte. De modo oposto, a grande maioria das pessoas dos países pobres não têm acesso – particularmente se forem pessoas que vivem em situação de pobreza. É esta contínua desigualdade dos

No outro extremo do espectro, a África Subsariana tinha, em 2001, quase 100 milhões mais de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia do que em 1990

resultados da saúde que levanta questões fundamentais acerca do fracasso dos governos dos países ricos em desenvolver um padrão de globalização que incorpore os mecanismos redistributivos para corrigir estes desequilíbrios nas oportunidades de vida.⁴¹

Privação de rendimento – progresso a abrandar num mundo desigual

“A onda de pobreza e de desigualdade que anteriormente subjogava o mundo começa a virar”, declara um influente relatório sobre a globalização.⁴² Este sentimento reflecte uma convicção generalizada de que, no que respeita ao rendimento, a integração global faz prever uma nova era de convergência. Na melhor das hipóteses, este sentimento é mal apoiado pelas provas. A pobreza está a cair, mas lentamente, desde meados de 1990. Entretanto, a desigualdade global continua a níveis extraordinariamente elevados.

A nível agregado, as duas últimas décadas testemunharam uma das mais rápidas reduções da pobreza na história mundial. Porém, qualquer avaliação de tendências da privação de rendimento tem de ter em conta grandes variações de região para região. A redução da pobreza global tem sido largamente conduzida pelo sucesso extraordinário da Ásia Oriental, particularmente da China. No outro extremo do espectro, a África Subsariana tinha, em 2001, quase 100 milhões mais de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia do que em 1990. A Ásia do Sul reduziu a incidência da pobreza, embora não o número absoluto de pessoas pobres. A América Latina e o Médio Oriente não registaram progressos, enquanto a Europa Central e do Leste e a CEI experimentaram um aumento significativo da pobreza. O número de pes-

soas que vivem com menos de 2 dólares por dia na Europa Central e do Leste e na CEI aumentou de 23 milhões em 1990 para 93 milhões em 2001, ou de 5% para 20%.

Numa metáfora militar, a guerra contra a pobreza testemunhou progressos na frente leste, retrocessos maciços na África Subsariana e estagnação numa ampla frente entre esses pólos. A tendência preocupante para o futuro é que o progresso global está a abrandar. Grande parte do sucesso em fazer recuar a pobreza nas últimas duas décadas foi conseguida na década de 1980 e na primeira metade da década de 1990 (quadro 1.2). Desde meados da década de 1990, a pobreza de 1 dólar por dia tem vindo a cair a um quinto da taxa do período entre 1980 e 1996, apesar do crescimento médio dos países em desenvolvimento ter tido um pico na década de 1990, aumentando para mais do dobro a taxa per capita da década anterior. Na China, a taxa a que o crescimento é convertido em redução da pobreza caiu acentuadamente. Entre 1990 e 2001, a incidência da pobreza de 1 dólar por dia declinou 50%, com menos 130 milhões de pessoas a viver abaixo da linha internacional de pobreza. Porém, mais de 90% do declínio deu-se entre 1990 e 1996.

A taxa de progresso na redução da privação de rendimento é função de dois factores: crescimento económico e parcela de qualquer incremento do crescimento capturada pelos pobres. Nenhum país sustentou com êxito o progresso na redução da privação de rendimento com uma economia em estagnação. Na Ásia Oriental, o crescimento tem sido essencial para a redução da privação de rendimento. Mais recentemente, a descolagem económica na Índia criou o potencial para uma redução acelerada da pobreza.

Quadro 1.2 Declínio na privação de rendimento, 1981-2001

Parcela das pessoas que vivem com menos de 1 dólar PPC por dia (%)

Região	1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999	2001
Ásia Oriental & Pacífico	56,7	38,8	28,0	29,5	24,9	15,9	15,3	14,3
Europa & Ásia Central	0,8	0,6	0,4	0,5	3,7	4,4	6,3	3,5
América Latina & Caraíbas	10,1	12,2	11,3	11,6	11,8	9,4	10,5	9,9
Médio Oriente & África do Norte	5,1	3,8	3,2	2,3	1,6	2,0	2,7	2,4
Ásia do Sul	51,5	46,8	45,0	41,3	40,1	36,7	32,8	31,9
África Subsariana	41,6	46,3	46,9	44,5	44,1	46,1	45,7	46,4
Mundo	40,4	33,0	28,5	27,9	26,3	22,3	21,5	20,7

Fonte: World Bank 2005d.

Com taxa de crescimento per capita anual de 4%, obtida desde 1980, os rendimentos duplicam em cada 17 anos. Mas com a taxa de crescimento per capita de 1%, que a Índia experimentou nas duas décadas anteriores a 1980, levou 66 anos a duplicar os rendimentos.

Noutras regiões, o panorama do crescimento tem sido menos encorajador. Os rendimentos médios na África Subsariana são hoje mais baixos do que em 1990. Os últimos anos testemunharam sinais de recuperação em vários países, incluindo o Burkina Faso, Etiópia, Gana, Moçambique e Tanzânia. Porém, a recuperação tem de ser contextualizada. À taxa de crescimento per capita anual de 1,2%, experimentada desde 2000, a África Subsariana terá de esperar até 2012 só para repor os rendimentos médios ao seu nível de 1980. Nos países da antiga União Soviética, a transição trouxe com ela uma das mais profundas recessões desde a Grande Depressão da década de 1930 – e, em muitos casos, apesar do crescimento positivo ao longo dos últimos

anos, os rendimentos ainda são mais baixos do que eram há 15 anos. Desde 1990, os rendimentos reais per capita caíram mais de 10% no Quirguistão, Rússia e Ucrânia e 40%, ou mais, na Geórgia, Moldávia e Tadjiquistão. Na Rússia, 10% da população vivem com menos de 2 dólares por dia e 25% vive abaixo da linha nacional de pobreza absoluta. Muitos países do Médio Oriente e da América Latina assistiram apenas a um aumento marginal do rendimento médio.

Estes números sublinham a experiência mista de países em relação ao crescimento económico. Em alguns países, embora a integração global tenha estado associada ao crescimento acelerado, os padrões actuais de crescimento continuam a ser incompatíveis com os progressos dos ODM. Em média, os países precisam de um crescimento per capita de 1% a 2% ao ano para reduzir a pobreza para metade, num período de 25 anos, como se preconiza nos ODM. Entre 1990 e 2003, mais de mil milhões de pessoas viviam em países que cresciam a menos do

Quadro 1.3 Faixas do crescimento do rendimento

Taxa de crescimento anual do PIB per capita, 1990-2003 (%)

Região	Negativo	0%-1%	1%-2%	Mais de 2%
Países Árabes				
Países	5	4	2	5
População (milhões)	34	70	19	139
Ásia Oriental e Pacífico				
Países	4	1	3	13
População (milhões)	3	6	81	1.814
América Latina & Caraíbas				
Países	4	8	9	12
População (milhões)	43	74	345	79
Ásia do Sul				
Países	0	0	1	7
População (milhões)	0	0	152	1.324
África Subsariana				
Países	18	8	8	11
População (milhões)	319	108	171	76
Europa Central & do Leste & a CEI				
Países	10	5	1	11
População (milhões)	253	58	10	85
OCDE de rendimento elevado^a				
Países	0	2	6	15
População (milhões)	0	135	224	510
Mundo				
Países	41	28	32	76
População (milhões)	653	450	1.081	4.030

a. Exclui a Coreia do Sul, que está incluída na Ásia Oriental e Pacífico.

Fonte: Quadro de indicadores 5 e 14.

Caixa 1.5 O efeito do copo de champanhe – a distribuição global do rendimento

Construir um modelo de distribuição do rendimento global a partir dos inquéritos nacionais às despesas das famílias revela até que ponto o mundo é desigual. Também ajuda a identificar a subclasse global que vive com menos de 2 dólares por dia e a comparar a sua situação com a de outras pessoas que estão no topo da distribuição global do rendimento.

Se o mundo fosse um país, teria havido um rendimento médio de 5.533 dólares em paridades de poder de compra e um rendimento mediano de 1.700 dólares, em 2000. O hiato entre o rendimento mediano e o rendimento médio aponta para uma concentração do rendimento no topo da escala da distribuição: 80% da população mundial tinha um rendimento inferior à média. Entretanto, o rendimento médio dos 20% do topo da população mundial é cerca de 50 vezes o rendimento médio dos 20% da base.

A distribuição do rendimento global assemelha-se a um copo de champanhe (ver figura 1.16 no texto). No topo, onde a taça é mais larga, os 20% mais ricos da população detêm três quartos do rendimento mundial. No fundo, onde o copo é mais estreito, os 40% mais pobres detêm 5% do rendimento mundial e os 20% mais pobres detêm apenas 1,5%. Os 40% mais pobres correspondem aproximadamente aos 2 mil milhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia.

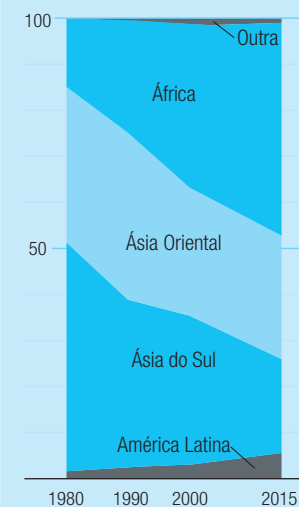
Não surpreende que os países ricos dominem os 20% do topo. Nove em cada dez dos seus cidadãos estão entre os 20% mais ricos. E os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico respondem por 85% do rendimento no decil mais rico.

A distribuição do rendimento global também destaca o grau extraordinariamente elevado de desigualdade na América Latina. Um quarto da população da região dispõe de um rendimento que o coloca nos 20% mais ricos, enquanto mais de 8% estão nos 20% mais pobres da distribuição global.

Fonte: Dikhanov 2005.

Variação das parcelas dos mais pobres do mundo

Distribuição regional do 20% mais pobres no rendimento (%)



Fonte: Dikhanov 2005.

que esta taxa – cerca de metade dos quais na África Subsariana (quadro 1.3). Quinze países da Europa Central e do Leste também apresentaram taxas de crescimento per capita inferiores a 1% durante este período. Porém, nos últimos anos, as tendências têm sido mais encorajadoras, com uma sólida recuperação económica a conduzir a redução da pobreza. A Rússia e Ucrânia registaram taxas médias de crescimento de 6% a 9%, desde 2000, aumentando para 9% a 13% na Arménia, Azerbaijão e Tajiquistão. Na Rússia, os níveis de pobreza baixaram para metade, entre 1999 e 2002, com cerca de 30 milhões de pessoas a escaparem à pobreza.

A estagnação económica tem sido uma característica generalizada da era da globalização: durante a década de 1990, 25 países da África Subsariana e

10 da América Latina experimentaram um período sustentado de estagnação económica.⁴³ A volatilidade ligada às crises dos mercados de capitais tem sido outro problema recorrente na globalização – e um problema com uma incidência importante na pobreza. Nos dois anos que se seguiram ao mergulho da Rússia na crise financeira de 1998, 30 milhões de pessoas foram atiradas para baixo da linha de pobreza.⁴⁴ Na Argentina, a população que vive abaixo da linha de extrema pobreza mais do que triplicou entre 2000 e 2003, sublinhando mais uma vez uma lição dada pela crise financeira de 1997 na Ásia Oriental: a integração nos mercados globais de capitais traz consigo elevados riscos de desenvolvimento humano.⁴⁵

Desigualdade e parcela dos países pobres no aumento da riqueza global

A globalização tem suscitado um prolongado e aceso debate sobre as tendências da distribuição do rendimento global, as suas ligações com a pobreza e se a integração nos mercados globais está a levar a uma convergência, ou a uma divergência, de rendimentos entre países ricos e pobres. As tendências têm importância porque a parcela dos aumentos na riqueza global capturada pelos países pobres tem uma incidência no rendimento médio e, por isso, nas perspectivas de redução da pobreza.

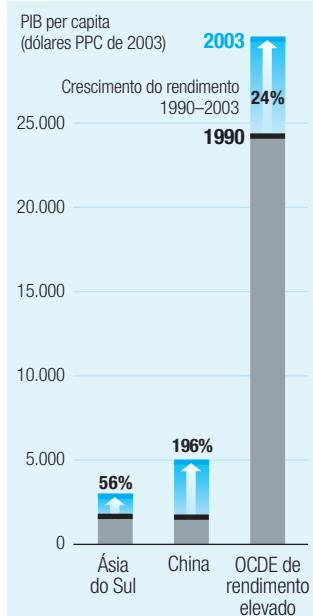
A resposta à questão de saber se os países pobres estão a capturar uma parcela maior, ou menor, dos aumentos globais de riqueza depende em parte da maneira como ela é posta.⁴⁶ Em relação à maioria dos países mais pobres do mundo, a última década manteve uma tendência desanimadora: não só não conseguiram reduzir a pobreza, como também estão a ficar mais para trás dos países ricos. Medido nos extremos, o hiato entre o cidadão médio dos países mais ricos e o cidadão médio dos países mais pobres é grande e está a alargar-se. Em 1990, o americano médio era 38 vezes mais rico do que o tanzaniano médio. Hoje, o americano médio é 61 vezes mais rico. O rendimento em paridades de poder de compra no conjunto dos países de rendimento baixo é treze vezes inferior ao dos países de rendimento elevado.

A ponderação em termos de população muda o panorama. Porque os rendimentos têm estado a cres-

cer mais rapidamente na China e (menos espectacularmente) na Índia do que nos países de rendimento elevado, nas últimas duas décadas, o hiato médio tem estado a fechar-se, em termos relativos. Isso inverte a tendência para maior desigualdade global, que começou na década de 1820 e continuou até 1992.⁴⁷ Mesmo aqui, no entanto, a ideia de convergência tem de ser contextualizada. O elevado crescimento na Índia tem sido uma das forças de convergência mais poderosas. Mas, com as tendências de crescimento no período de 2000 a 2005, a Índia ainda levará até 2016 para apanhar os países de rendimento elevado. Em relação a outros países e regiões, as perspectivas de convergência são ainda mais limitadas. Se os países de rendimento elevado deixassem de crescer hoje e mantivessem as suas actuais trajectórias de crescimento, a América Latina levaria até 2177 para recuperar e a África Subsariana até 2236.

A maioria das regiões em desenvolvimento está a ficar para trás, não recuperando em relação aos países ricos. Além disso, a convergência é um conceito relativo. As desigualdades absolutas de rendimento entre países ricos e pobres estão a aumentar, mesmo quando os países em desenvolvimento têm taxas de crescimento mais elevadas, precisamente porque os hiatos iniciais de rendimento eram muito grandes (figura 1.15). Se os rendimentos médios crescerem a 3% na África Subsariana e na Europa de rendimento elevado, por exemplo, a mudança absoluta será um aumento de 51 dólares por pessoa na África e de 854 dólares por pessoa na Europa.

Figura 1.15 Convergência do crescimento – e convergência absoluta do rendimento

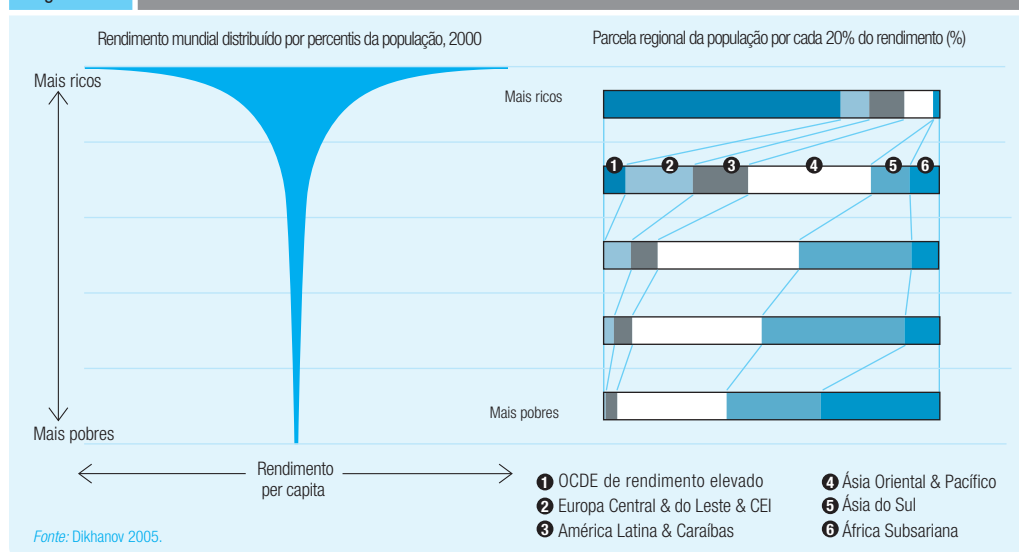


Fonte: Calculado com base em dados do PIB per capita, de World Bank 2005f.

1

O estado do desenvolvimento humano

Figura 1.16 Onde está o dinheiro?



Fonte: Dikhanov 2005.

Defender a globalização, ao mesmo tempo que se ignora as preocupações de equidade global, é uma abordagem cada vez mais anacrônica dos desafios que a comunidade internacional enfrenta

Parte do problema do debate acerca da desigualdade global é que ele ignora uma questão importante. A desigualdade de rendimentos é excepcionalmente elevada, independentemente do modo como for medida e de estar a aumentar ou a diminuir. No pressuposto (conservador) de que as 500 pessoas mais ricas do mundo da lista da revista Forbes têm um rendimento equivalente a não mais de 5% dos seus activos, os seus rendimentos excedem os dos 416 milhões de pessoas mais pobres.⁴⁸

A dimensão da desigualdade global é captada de forma mais clara pelos modelos de distribuição do rendimento global. Estes modelos utilizam dados dos inquéritos nacionais às famílias para criar uma distribuição unificada do rendimento global, colocando toda a gente do mundo numa ordenação unificada, independentemente do local onde vive (caixa 1.5). Representada de forma gráfica, a distribuição do rendimento global assemelha-se a uma taça de champagne, com uma grande concentração do rendimento no topo e um fino pé na base (figura 1.16).⁴⁹ O hiato entre o topo e a base é muito grande – muitíssimo maior do que o hiato encontrado mesmo nos países mais desiguais. No Brasil, o rácio entre o rendimento dos 10% mais pobres da população e o dos 10% mais ricos é de 1 para 94. Para o mundo como um todo é de 1 para 103. Medido mais sistematicamente pelo coeficiente de Gini, o indicador mais amplamente usado para a desigualdade, o padrão global de distribuição do mundo é mais desigual do que o de qualquer país, com excepção da Namíbia. Numa escala em que 0 é a igualdade perfeita e 100 a desigualdade total, o coeficiente de Gini para o mundo é de 67.

As desigualdades de rendimento entre países são responsáveis pelo grosso da desigualdade global de rendimentos (figura 1.17). Cerca de dois terços da desigualdade global podem ser atribuídos a esta origem. A desigualdade no interior dos países responde pelo resto. Reproduzido a nível nacional, o hiato entre países ricos e pobres seria visto como socialmente indefensável, politicamente insustentável e economicamente ineficiente, mesmo em regiões de elevada desigualdade como a América Latina. As desigualdades globais são menos visíveis, mas não menos prejudiciais ao interesse público do que as desigualdades no interior dos países (explicado com mais pormenor no capítulo 2). Uma economia mundial em que 40% da população vive de rendimentos tão baixos que impedem a total participação na cria-

ção de riqueza, dificilmente é boa para a prosperidade e o crescimento partilhados.

Para além dos resultados disfuncionais, a extrema concentração da riqueza no topo da distribuição global do rendimento tem uma consequência importante. Mesmo pequenas transferências relativas do rendimento dos ricos poderiam gerar aumentos muito grandes dos rendimentos dos pobres. Utilizando o modelo de distribuição do rendimento global, calculámos o financiamento global que seria necessário para pôr toda a gente que vive abaixo do linha de pobreza de 1 dólar por dia a viver acima desse limiar. O cálculo tem, assim, em conta a profundidade da pobreza, ou a distância entre o rendimento das famílias e a linha de privação de rendimento. Medido em paridades do poder de compra de 2000, o custo de acabar com a pobreza extrema – o montante necessário para elevar mil milhões de pessoas para cima da linha de pobreza de 1 dólar por dia – é de 300 mil milhões de dólares. Expresso em termos absolutos, parece uma grande quantia. Mas é equivalente a menos de 2% do rendimento dos 10% mais ricos da população mundial.

Isto é apenas um exercício explicativo. Destina-se a chamar a atenção para os modestos recursos financeiros, medidos em termos globais, necessários para ultrapassar a extrema pobreza. Conseguir resultados distributivos prolongados, em vez de descrever os seus benefícios potenciais, levanta mais desafios complexos. A partilha do rendimento global reflecte tendências de crescimento do passado e do presente. Mais fundamentalmente, como em qualquer economia nacional, as desigualdades globais reflectem disparidades de tecnologia, capital humano e recursos de investimento, bem como de factores ligados à geografia, história e – crucialmente – ao poder político e económico. Corrigir resultados desiguais exige medidas para reduzir estas profundas desigualdades estruturais que reflectem.

Algumas pessoas afirmam que os decisores políticos não precisam de considerar as desigualdades para além das fronteiras nacionais. A distribuição do rendimento e da oportunidade entre países, como se argumenta, não é uma questão de política pública. Escrevendo sobre esta tendência, um comentador declarou que “comparações entre países, independentemente da medida que é empregada, não passam de um negócio de dados irrelevante.”⁵⁰ Num mundo cada vez mais interligado e interdependente, estas

opiniões estão em desacordo, quer com as percepções públicas, quer com as realidades políticas. Se fazemos parte da comunidade humana global, a preocupação moral com desigualdades não pode ser confinada às fronteiras nacionais. Isto acontece, em particular, quando as políticas adoptadas num determinado país têm repercussões noutro país. Como é amplamente demonstrado pelo crescimento das alianças de justiça social global sobre questões como a ajuda, comércio e dívida, a distribuição internacional é importante para uma grande parte do eleitorado, quer nos países ricos, quer nos pobres. Defender a globalização, ao mesmo tempo que se ignora as preocupações de equidade global, é uma abordagem cada vez mais anacrónica dos desafios que a comunidade internacional enfrenta.

Por vezes, argumenta-se que, mesmo que a desigualdade global seja importante, falta aos governos a capacidade para influenciar os resultados da distribuição. Esta visão também não é perfeita. Numa economia nacional, os governos que procuram maior equidade nos resultados da distribuição podem utilizar um conjunto de instrumentos de política. Trans-

ferências fiscais, despesa pública para aumentar os activos dos pobres e medidas para aumentar as oportunidades de mercado fariam parte desse conjunto. O investimento público desempenharia um papel essencial, não só na ultrapassagem da desvantagem imediata, mas também no equipamento das pessoas com as capacidades de que precisam para sair da pobreza e aumentar a sua auto-suficiência. Há analogias a nível global. A ajuda internacional é o equivalente a um mecanismo de transferência fiscal redistributiva, com potencial para produzir mudança dinâmica, por exemplo, através de investimentos na saúde, educação e infra-estruturas. De igual modo, as práticas de comércio internacional podem abrir – ou fechar – oportunidades para os países pobres e seus cidadãos capturarem uma fatia maior do bolo económico. O problema, como mostramos nos capítulos 3 e 4, é que estes mecanismos redistributivos estão fortemente subdesenvolvidos.

Cenário 2015 – Perspectivas para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Há quarenta e dois anos, nos degraus do Lincoln Memorial, em Washington D.C., Martin Luther King, Jr. fez um discurso que definiu o movimento dos direitos cívicos. Ao descrever a constituição dos EUA como uma “nota promissória” que garantia a liberdade e justiça social para todos, acusou governos sucessivos de dar aos afro-americanos “um cheque que voltou para trás com o carimbo de ‘fundos insuficientes’”. E continuou: “Mas recusamo-nos a acreditar que o banco da justiça esteja falido. Recusamo-nos a acreditar que haja fundos insuficientes nos grandes cofres de oportunidade desta nação.”⁵¹

Os ODM também podem ser vistos como uma “nota promissória”. Redigidos por 189 governos para

Caixa 1.6

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Em Setembro de 2005, a Assembleia-Geral da ONU analisará o que foi conseguido desde a Declaração do Milénio de 2000, incluindo os progressos em direcção aos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Estes objectivos fornecem referências tangíveis para medir o progresso em oito áreas, com uma data alvo de 2015 para a maior parte deles:

- Objectivo 1** Erradicar a pobreza extrema e a fome. Reduzir para metade a percentagem das pessoas que vivem com menos de um dólar por dia e a percentagem da subnutrição.
- Objectivo 2** Alcançar o ensino primário universal. Garantir que todas as crianças possam completar o ensino primário.
- Objectivo 3** Promover a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres. Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005 e não mais tarde do que 2015.
- Objectivo 4** Reduzir a mortalidade de crianças. Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.
- Objectivo 5** Melhorar a saúde materna. Reduzir a taxa de mortalidade materna em três quartos.
- Objectivo 6** Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças. Deter e começar a inverter a propagação do VIH/SIDA e outras doenças.
- Objectivo 7** Assegurar a sustentabilidade ambiental. Reduzir para metade a percentagem das pessoas sem acesso sustentável à água potável e saneamento.
- Objectivo 8** Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento. Reformar a ajuda e o comércio, com um tratamento especial para os países mais pobres.

Se as promessas solenes e ambiciosas, os compromissos sérios e as conferências de alto nível tirassem pessoas da pobreza, pusessem crianças nas escolas e reduzissem os óbitos de crianças, os ODM teriam sido atingidos há muito

as pessoas pobres de todo o mundo, essa promissória vence-se daqui a 10 anos. Sem um investimento de vontade política e de capital financeiro hoje, também ela voltará para trás com o carimbo de “fundos insuficientes”. Para além dos custos humanos imediatos, um erro de escala em perspectiva terá implicações na credibilidade dos governos que fizeram a promessa e na futura cooperação internacional para resolver problemas globais.

Os ODM não são tudo para o desenvolvimento humano. Mas o progresso para os ODM reflecte o progresso do desenvolvimento humano. Os ODM representam o mais compreensivo e mais pormenorizado conjunto de objectivos de desenvolvimento humano jamais adoptado (caixa 1.6). Eles incorporam indicadores básicos para o desenvolvimento humano nas suas muitas dimensões, incluindo a privação de rendimento, educação, igualdade de género, progresso no combate às doenças infecciosas e o acesso a água potável e saneamento. Os ODM também são direitos humanos básicos. Se indicadores como o rendimento nacional bruto (RNB) global, o valor do comércio e a dimensão do investimento estrangeiro dizem algo sobre o sucesso do mundo na criação de riqueza, os ODM fornecem um marcador para algo mais fundamental: as marcas morais e éticas das nossas interações como comunidade global. É por isso que, como diz o Relatório do Projecto do Milénio da ONU, “os ODM são demasiado importantes para falharem”.⁵²

Mas falharão, a menos que haja uma mudança de velocidade no desenvolvimento humano. A continuação das tendências descritas inicialmente neste capítulo terá consequências fatais para os ODM. Quase todos os objectivos serão falhados pela maioria dos países, algumas delas por margens enormes. Nesta secção, utilizamos projecções país a país para calcular a dimensão dessas margens. Essas projecções destacam os custos potenciais de continuar numa base rotineira de agora até 2015.

Não foi esta a primeira vez que a comunidade internacional abraçou objectivos ambiciosos. Se as promessas solenes e ambiciosas, os compromissos sérios e as conferências de alto nível tirassem pessoas da pobreza, pusessem crianças nas escolas e reduzissem os óbitos de crianças, os ODM teriam sido atingidos há muito. A moeda das promessas da comunidade internacional está nesta altura tão gravemente degradada pelo não cumprimento que é geralmente considerada

sem valor. Restabelecê-la é vital, não só para o êxito dos ODM mas também para a criação de confiança no multilateralismo e na cooperação internacional – as bases gémeas para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Cenário 2015 – Projecções e não profecias

“As acções atingiram o que parece ser um plateau permanentemente elevado”, declarou Irving Fischer, professor de Economia da Universidade de Yale, na véspera da Grande Depressão em Outubro de 1929. Como os acontecimentos haviam de demonstrar uns dias mais tarde, prever o futuro é uma coisa perigosa. Raramente os resultados futuros são uma continuação de tendências passadas.

As nossas projecções para 2015 não são profecias. Utilizando a análise de tendência para 1990-2003, olhamos para onde o estaria mundo em 2015 nos ODM fundamentais se se mantivessem as tendências actuais. As projecções de tendências são baseadas em dados nacionais e não em médias regionais, dando uma imagem mais exacta do sentido das tendências correntes.⁵³ Porém, as tendências não levam a resultados inevitáveis. As tendências podem ser melhoradas – ou pioradas – através de opções de política pública, bem como por meio de factores externos sobre os quais os governos têm influência limitada. Mas projectar o passado no futuro pode ajudar a focar a atenção pública, dando uma versão possível do futuro.

Várias advertências são necessárias para acompanhar a nossa análise de tendência. Não estão disponíveis dados de boa qualidade em relação a muitos países e a vários objectivos. Por exemplo, faltam dados nas séries temporais da educação para 46 países. Também existem problemas quando a análise das tendências é feita objectivo a objectivo. O progresso numa área é fortemente condicionado pelo progresso noutras áreas, com fortes efeitos multiplicadores a intervirem transversalmente nos objectivos – por exemplo, da saúde para a educação. Finalmente, algumas das forças que podem afectar o progresso dos ODM são difíceis de antecipar, incluindo as que poderiam ser consideradas como ameaças sistémicas. Conforme o aviso recente do Fundo Monetário Internacional (FMI), os actuais desequilíbrios da economia global podem, potencialmente, traduzir-

-se em crescimento mais lento – um resultado que feriria os esforços de redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Para além da economia global, há ameaças potencialmente graves para a saúde pública. Por exemplo, se o surto de gripe das aves se materializasse, como largamente prenunciado, teria implicações devastadoras para os ODM, bem como para a saúde pública em todos os países. De igual modo, as consequências totais do aquecimento global e outras pressões ecológicas nos sistemas alimentares poderiam alterar drasticamente o cenário de redução da desnutrição.

Não fazemos nenhuma tentativa para considerar o factor risco sistémico e, por isso, os nossos resultados podem errar por optimismo. Mesmo assim, os resultados apontam, sem ambiguidades, para um grande hiato entre as metas dos ODM e os resultados segundo as tendências actuais. O relatório sobre o progresso global, por países, relativo à mortalidade de crianças e escolarização está resumido na figura 1.17. Mostra quantos países atingiriam cada meta dos ODM até 2015 se se mantivessem as tendências actuais. E mostra, ainda, quantos países não atingirão a meta até 2015, ou mais tarde. Como ilustra o mapa 1.1, a África Subsariana não é a única região fora do caminho da meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças em dois terços.

Um prognóstico igualmente desolador resulta quando analisamos mais amplamente o progresso em direcção a cinco dos ODM – mortalidade de crianças, escolarização, paridade de género no ensino, e acesso a água e saneamento. Entre as conclusões sumárias que emergem da nossa análise das tendências, podemos destacar:

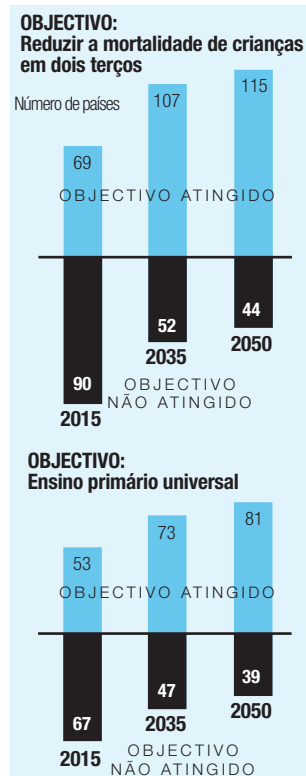
- Cinquenta países, com uma população conjunta de quase 900 milhões de pessoas, estão a andar para trás em pelo menos um ODM. Vinte e quatro desses países situam-se na África Subsariana.
- Outros 65 países, com uma população de 1,2 mil milhões de pessoas, não atingirão pelo menos um ODM até 2040. Por outras palavras, falharão a meta por uma geração inteira.

A seguir, descreveremos em linhas gerais as projecções para 2015 que estão por detrás destas tendências.

Saúde infantil e saúde materna – morrerão mais milhões de crianças

Não há indicador mais forte para demonstrar a dimensão do desafio que a comunidade internacional enfrenta do que a mortalidade de crianças. O abrandamento do progresso, desde 1990, colocou o mundo no caminho de um fracasso completo em relação a este ODM.

Figura 1.17 Falhar as metas para as crianças



Fonte: Calculado com base em dados da mortalidade de crianças e escolarização primária, UN 2005b; para pormenores, ver Nota Técnica 3.

Mapa 1.1 A geografia da mortalidade de crianças – progresso em direcção à meta de 2015 dos ODM

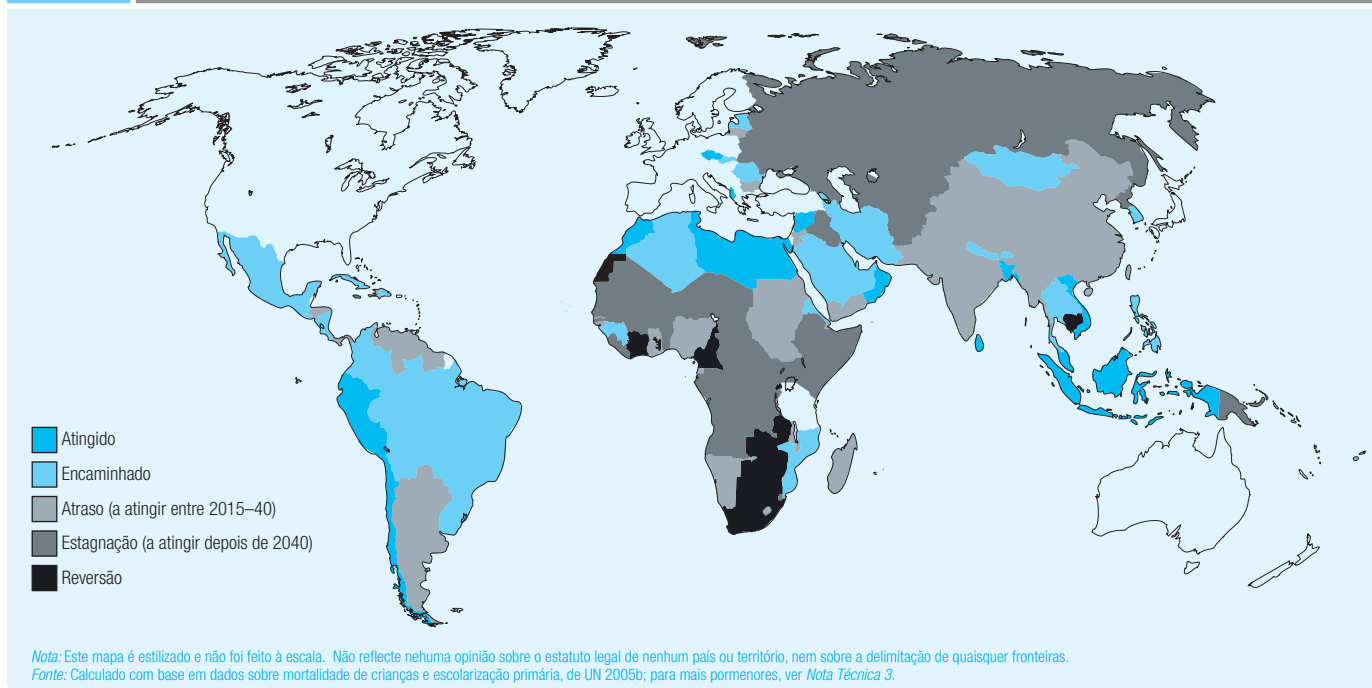
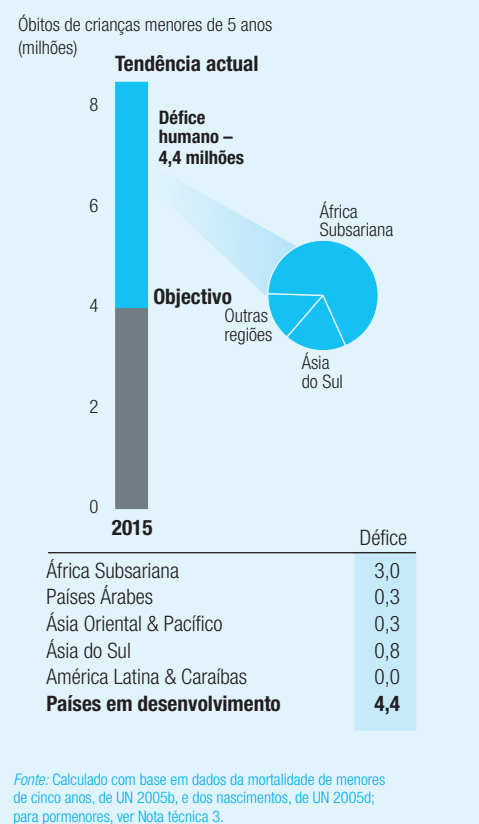


Figura 1.18 Mortalidade de crianças – o custo humano

Nas tendências actuais, o mundo atingirá a redução de dois terços na taxa de mortalidade de crianças estabelecida pelos ODM em 2045 – com 31 anos de atraso. Atingir a meta dos ODM implica uma redução anual média de cerca de 2,7% na incidência da mortalidade de crianças. Isto mais do que duplica a taxa observada para 1990-2002. Menos de um quinto da população do mundo em desenvolvimento vive em países que estão a caminho de atingir a meta. Nenhum país da África Subsariana com população significativa está a caminho de atingir a meta. Nem a China e a Índia.

O hiato projectado entre a meta de 2015 e o resultado que se verificaria se se mantivessem as tendências actuais representa uma enorme perda de vidas. Traduz-se em 4,4 milhões de óbitos de crianças em 2015, acima dos que ocorreriam se a meta dos ODM fosse atingida (figura 1.18). A representação gráfica de uma tendência linear dos custos acumulados de óbitos adicionais de crianças, para 2003-15, fornece um indicador para o hiato entre meta e resultado, numa base anual. O custo acumulado desse hiato representa mais 41 milhões de óbitos de crianças entre hoje e 2015 – quase todos nos países em desenvolvi-

mento (figura 1.19). São vidas que seriam salvas se o objectivo fosse atingido.

Entre os resultados principais da projecção de tendência encontram-se os seguintes:

- Mais de 45% dos óbitos de crianças – 4,9 milhões ao todo – ocorrem em 52 países que estão a andar para trás, ou a fazer poucos progressos na redução do número de óbitos. As crianças nascidas hoje nesses países e que viverem até à idade adulta, terão perspectivas pouco melhoradas sobre a sobrevivência dos seus próprios filhos.
- Nas tendências actuais, a África Subsariana levará até 2115 para atingir a meta dos ODM, desviando-se do caminho por um século. Os dois maiores centros de mortalidade de crianças na África Subsariana são a República Democrática do Congo, onde as condições estão a deteriorar-se, e a Nigéria. A taxa de mortalidade de crianças na Nigéria caiu de 235 para 198 por 1.000 nados-vivos, desde 1990. A esse ritmo, a Nigéria levará mais 40 anos para atingir a meta dos ODM.
- Dois terços de todos os óbitos de crianças ocorrem em 13 países. Desses, apenas dois – Bangladeche e Indonésia – estão a caminho da meta dos ODM. Outros quatro – China, Níger, Índia e Paquistão – atingirão o objectivo entre 2015 e 2040. O resto – um grupo que inclui o Afeganistão, Angola, República Democrática do Congo, Etiópia, Nigéria, Tanzânia e Uganda – ou estão fora do caminho mais de uma geração, ou estão a andar para trás.

As limitações de dados tornam impossível identificar tendências de mortalidade materna com alguma exactidão. As melhores estimativas de tendências derivam de modelos que utilizam indicadores substitutos, como a taxa de fertilidade e a assistência no parto por pessoal médico qualificado. O mais usado desses modelos sugere que o mundo está desviado do caminho e que a taxa de progresso está a abrandar. Para o mundo em desenvolvimento no seu conjunto, a taxa de declínio ponderada pela população necessária para atingir a meta dos ODM está pouco acima de 3%. A África Subsariana está a reduzir a mortalidade materna a menos de metade dessa taxa.⁵⁴

Água e saneamento – mais de mil milhões de pessoas sem acesso

O progresso no acesso a água e saneamento terá uma incidência importante nas taxas de mortalidade de crianças. A nossa análise de tendências sugere que a

meta de reduzir para metade o número de pessoas sem acesso sustentável a fontes de água melhorada será falhada por cerca de 210 milhões de pessoas (figura 1.20). Outros 2 milhões de pessoas também não terão acesso a saneamento melhorado em 2015. A África Subsariana será responsável pelo grosso do défice.

Reduzir para metade a pobreza extrema e a desnutrição depende do crescimento e da distribuição

As perspectivas de redução para metade da pobreza extrema serão moldadas por dois factores: crescimento e distribuição. A pobreza cairá tanto mais depressa quanto mais elevada for a taxa de crescimento dos países pobres e maior for a parcela de qualquer incremento de crescimento capturada pelas pessoas pobres. As projecções para 2015 indicam que se os padrões actuais de crescimento e distribuição continuarem, a meta global agregada será atingida, devido principalmente ao elevado crescimento da China e da Índia. Porém, a maioria dos países falhará o objectivo.

As nossas estimativas indicam que haverá cerca de 800 milhões de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia e mais 1,7 mil milhões a viver com menos de 2 dólares por dia, em 2015. A incidência da pobreza global de 1 dólar por dia cairá de 21% hoje para 14% em 2015. A composição regional da pobreza também mudará. A parcela de pobreza de 1 dólar por dia da África Subsariana subirá acentuadamente, de 24% hoje para 41% em 2015. Como é que esta imagem compara com uma em que cada país atinge a meta de reduzir a pobreza para metade? Segundo as nossas estimativas, haveria cerca de 380 milhões de pessoas a menos a viver na pobreza de 1 dólar por dia, se todos os países atingissem o objectivo (figura 1.21). Mais de metade dessas pessoas viveriam na África Subsariana.

A parcela de pobreza global da África Subsariana, crescente até 2015, reflecte o seu fraco crescimento desde 1990, exacerbado por uma distribuição do rendimento altamente desigual. A região precisaria de atingir uma taxa de crescimento per capita anual implausivelmente elevada, de cerca de 5% na próxima década, para atingir a meta de 2015. Um misto de crescimento acelerado e melhor distribuição dá mais esperanças de encontrar o caminho.

As perspectivas de atingir a meta dos ODM para a desnutrição são ainda menos prometedoras. A incidência da desnutrição caiu desde 1990, de 20% para 17%. Porém, o crescimento da população deixou inal-

terado o número de pessoas desnutridas. O ritmo de progresso terá de duplicar para atingir a meta de 2015. Na actual trajectória, ainda haverá cerca de 6.760 milhões de pessoas a sofrer de desnutrição em 2015, mais 230 milhões do que se a meta fosse atingida. A África Subsariana é responsável por quase 60% do défice.

As projecções regionais mostram um padrão para a desnutrição diferente do da pobreza de 1 dólar por dia. Se as projecções relativas à Ásia do Sul indicam fortes progressos na privação de rendimento, a região responderá contudo por 40% da desnutrição em 2015. Isto é coerente com o padrão actual, em que os países da Ásia do Sul registam níveis de desnutrição comparáveis aos da África Subsariana, a despeito de rendimentos médios mais elevados – um resultado que destaca o papel central das desigualdades de género no bloqueio dos progressos na nutrição.

Educação – falhar a meta da escolarização universal

A educação é um objectivo crucial do desenvolvimento humano por direito próprio e uma chave do progresso noutras áreas. A promessa de pôr todas as

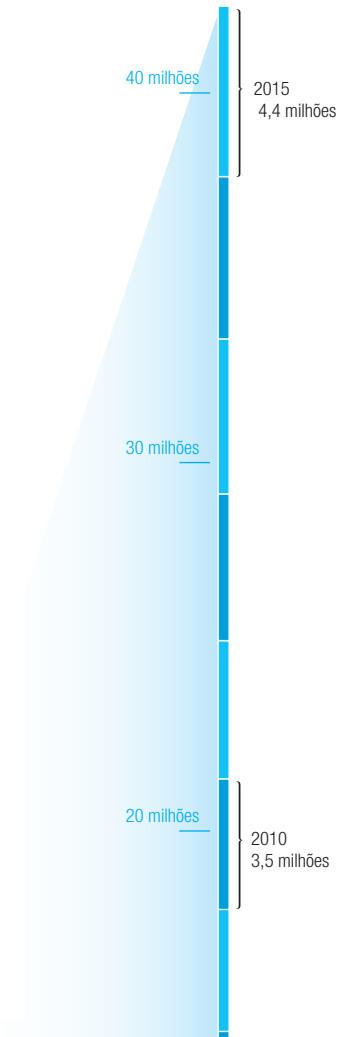


Figura 1.19 Mortalidade de crianças – o custo acumulado das metas falhadas

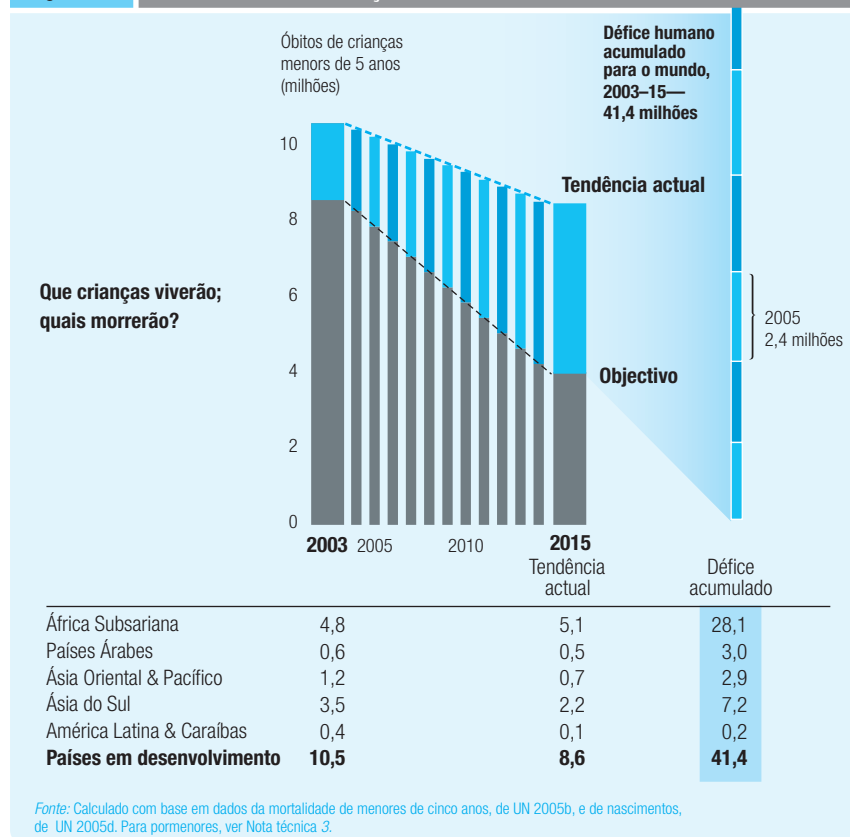
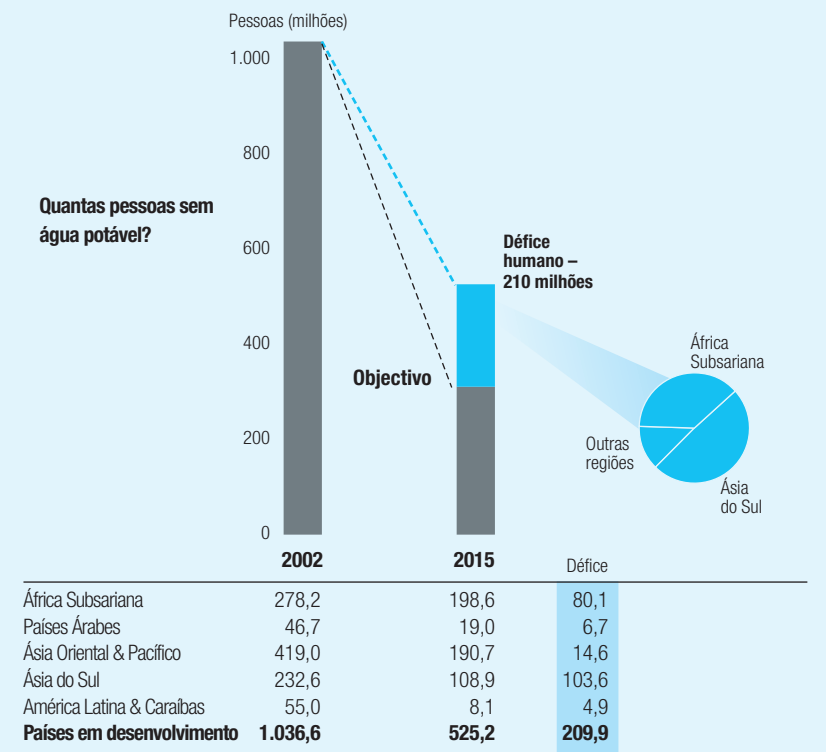
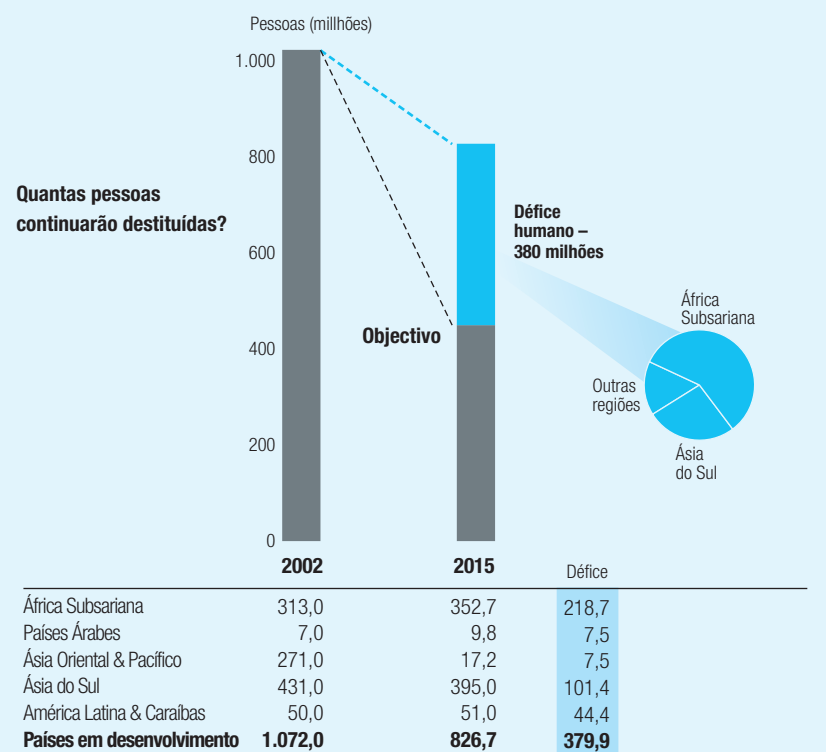


Figura 1.20 Sem acesso a água potável – o custo humano



Fonte: Calculado com base em dados de pessoas com acesso a fontes de água melhorada, de UN 2005b, e dados da população, de UN 2005d; para pormenores, ver Nota técnica 3.

Figura 1.21 Privação de rendimento – o custo humano



Fonte: Calculado com base em dados de pessoas que vivem com menos de 1 dólar PPC por dia, de World Bank 2005d, e dados da população, UN 2005d; para pormenores, ver Nota técnica 3.

crianças na escola e de anular os hiatos entre sexos na educação simboliza fortemente a esperança de que a transmissão da pobreza entre gerações possa ser quebrada.

Essa esperança continuará por satisfazer se se mantiverem as tendências actuais. Embora o mundo esteja a mover-se na direcção certa, o progresso é demasiado lento para se atingir o objectivo de 2015 (figura 1.22). Se as tendências actuais continuarem:

- A meta de atingir o ensino primário universal até 2015 será falhada em pelo menos uma década. Haverá 47 milhões de crianças fora da escola em 2015, 19 milhões das quais na África Subsaariana.
- Quarenta e seis países estão a andar para trás, ou não atingirão a meta antes de 2040. Esses países são responsáveis por 23 dos 110 milhões de crianças que actualmente não frequentam a escola nos países em desenvolvimento.

Paridade de género e autonomização – meta já falhada

Um conjunto de metas já foi falhado. As metas dos ODM de paridade de género na escolarização primária e secundária deveriam ter sido atingidas em 2005. Se essa meta tivesse sido atingida, haveria hoje mais 14 milhões de raparigas na escola primária, 6 milhões das quais na Índia e Paquistão e outros 4 milhões na África Subsaariana. As projecções de tendências não são encorajadoras. Até 2015, o déficit da paridade de género será equivalente a 6 milhões de raparigas fora da escola, a maioria das quais na África Subsaariana (figura 1.23). Em 41 países, responsáveis por 20 milhões de raparigas actualmente fora da escola, o hiato entre os sexos, ou está a alargar-se, ou a fechar-se tão lentamente que a paridade só será atingida depois de 2040. Claro que há mais coisas na paridade de género do que a frequência escolar. Pesquisas em muitos países destacam aspectos mais vastos do desfavorecimento de género, radicado em atitudes e práticas culturais que ofuscam o valor da educação das raparigas. O progresso nessas áreas é inerentemente mais difícil de identificar numa base comparativa, embora seja igualmente fundamental.

Para além da paridade na educação, os ODM incluem a representação de mulheres nos parlamentos como indicador de progresso no sentido da autonomização das mulheres. A medida de participação se-

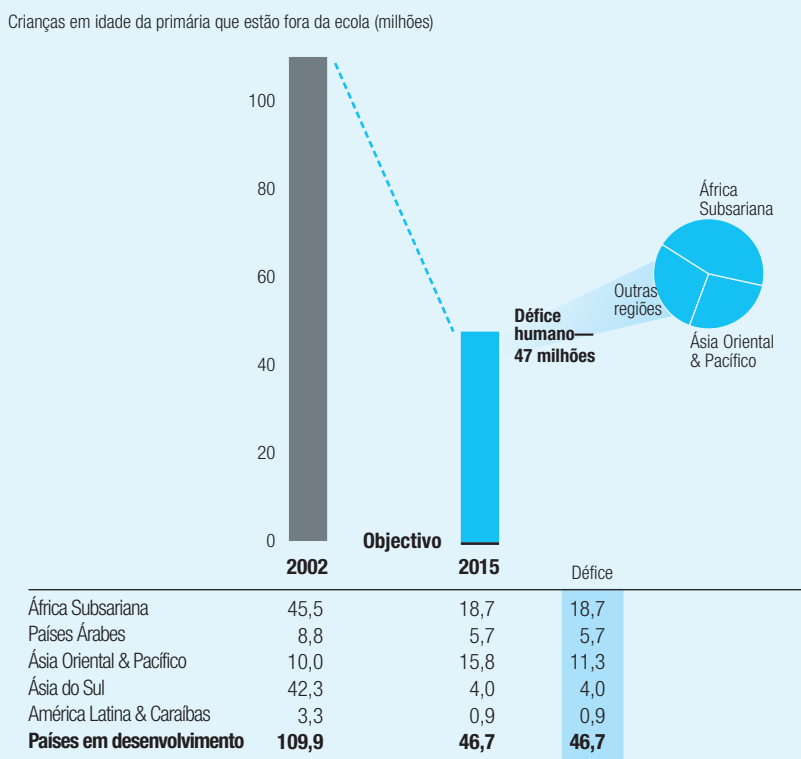
gundo o género (MPG), desenvolvida pelo *Relatório do Desenvolvimento Humano*, inclui esse indicador num índice composto mais amplo que identifica a representação feminina em órgãos legislativos, governos e no sector privado, juntamente com um conjunto de indicadores de rendimento.

A decomposição do MPG para dar uma fotografia da situação actual das mulheres, destaca o limitado progresso no sentido da autonomia de género. Globalmente, as mulheres só detinham 15% dos lugares em assembleias legislativas. Só em 43 países é que o rácio entre parlamentares femininos e masculinos era superior a 1 para 5 e apenas em dois – Ruanda e Suécia – é que o rácio estava mais perto da paridade. Na maioria dos países, a política continua a ser um terreno esmagadoramente masculino.

A Nigéria é um dos 57 países em que as mulheres representam menos de 10% da presença legislativa. As mulheres representam 6% da Câmara de Representantes da Nigéria, menos do que 4% do Senado e não há governadoras estaduais. Em países como a Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos não há representação feminina, reflectindo nalguns casos o uso de leis para excluir as mulheres de votar ou ter cargos. Em países onde a desigualdade de género é uma barreira importante ao progresso na saúde, educação e privação de rendimento, essa sub-representação das mulheres aponta para uma continuação da desigualdade de género e é um obstáculo ao progresso social e ao rendimento.

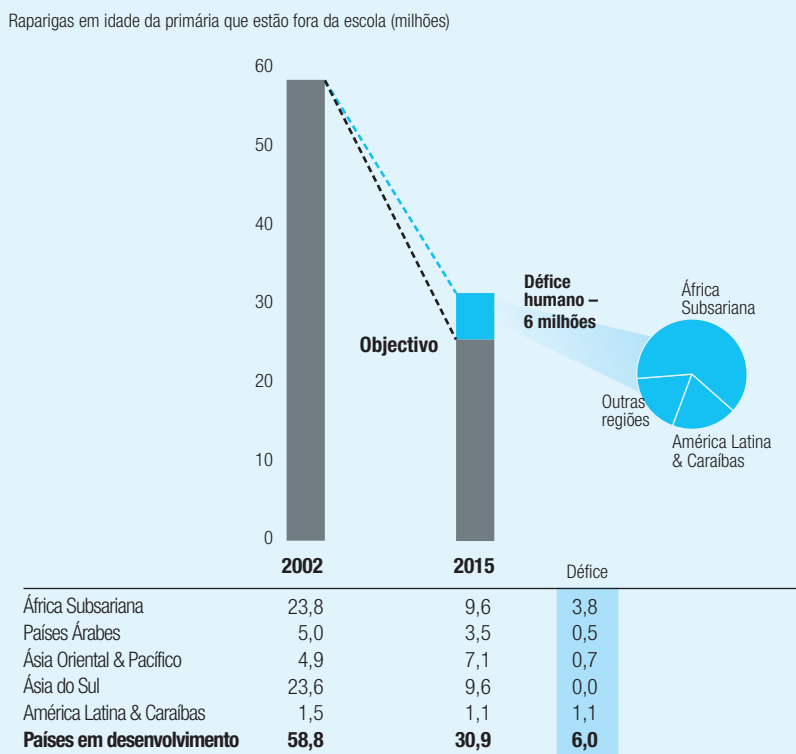
A MPG derruba mitos largamente defendidos acerca da autonomia de género. Primeiro, não há provas de que o Islão represente necessariamente um obstáculo à autonomização das mulheres, tal como é medido pela representação política. A Malásia, um país muçulmano, tem uma MPG muito mais alta do que a Arábia Saudita e comparável ao da Grécia. Segundo, não há provas claras de que as desigualdades de género diminuam automaticamente a níveis mais elevados de rendimento (figura 1.24). Dois países industrializados membros do Grupo dos Sete (G-7) têm maus desempenhos no MPG. Tanto a Itália (ordem 36) como o Japão (ordem 42) ocupam um lugar inferior ao da Argentina e da Costa Rica. De igual modo, tanto o Japão como a Suécia são democracias com níveis comparáveis de desenvolvimento humano, tal como é medido pelo IDH, mas o resultado da Suécia no MPG é quase o dobro do Japão. Conclusão: as normas sociais, a cultura política e as atitudes pú-

Figura 1.22 Crianças que não estão matriculadas na escola – o custo humano



Fonte: Calculado com base em dados de crianças que frequentam a escola, de UNESCO 2005; dados de crianças que estão fora da escola, de UNICEF 2005; e dados da população, de UN 2005d; para pormenores, ver Nota técnica 3.

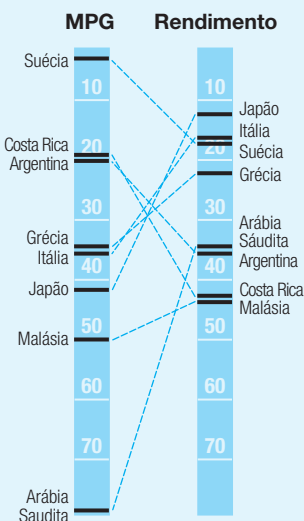
Figura 1.23 Raparigas que não estão matriculadas na escola – o custo humano



Fonte: Calculado com base em dados sobre raparigas que frequentam a escola, de UNESCO 2005, e taxas de crescimento da população, UN 2005d; para pormenores, ver Nota técnica 3.

Figura 1.24 O rendimento não prenuncia a participação segundo o género

Posições entre os 80 países com medida de participação segundo o género



Fonte: Quadros de indicadores 14 e 26.

Caixa 1.7 Bangladesh – crescimento moderado, desenvolvimento humano rápido

No início da década de 1990, o pessimismo quanto às perspectivas de desenvolvimento do Bangladesh estava tão arraigado, como está hoje o pessimismo em relação à África Subsaariana. Crescimento económico lento, crescimento populacional rápido, progresso limitado nos indicadores sociais e grave vulnerabilidade aos desastres naturais provocaram descrições do Bangladesh como “um panorama de desastre”. Esse panorama mudou drasticamente.

Desde 1990, o Bangladesh registou alguns dos mais rápidos progressos do mundo em desenvolvimento nos indicadores básicos do desenvolvimento humano. As taxas de mortalidade infantil e de crianças têm estado a cair a mais de 5% ao ano, a taxa de fertilidade caiu acentuadamente e a desnutrição entre as mães caiu de 52% em 1996 para 42% em 2002. As taxas de escolarização primária passaram de 72% em 1990 para mais de 90%, com quase paridade de géneros, e a escolarização secundária têm estado a aumentar.

Como é que o Bangladesh conseguiu esta transformação no panorama do desenvolvimento humano? Não foi só pelo crescimento económico. É verdade que a década de 1990 assistiu a um crescimento mais rápido, com os rendimentos médios a subirem quase 3% ao ano. Porém, o Bangladesh ainda é um país desesperadamente pobre – o rendimento médio é de 1.770 dólares – e a privação de rendimento tem estado a cair de modo relativamente lento, à volta de 10% entre 1990 e 2002.

Quatro estratégias contribuíram para a descolagem do desenvolvimento humano do Bangladesh:

- *Parcerias activas com a sociedade civil.* As organizações não governamentais (ONG) desempenharam um papel crítico na melhoria do acesso a serviços básicos, através de programas inovadores. Por exemplo, a Comissão para o Progresso Rural do Bangladesh (BRAC) foi pioneiro no lançamento de programas de recrutamento e formação de professoras locais, desenvolvimento de material curricular relevante e apoio ao envolvimento dos pais na gestão das escolas. Mais de 2 milhões de crianças frequentam a escola fora do sistema formal público. Mas as escolas das ONG são importantes na preparação dos alunos para as escolas preparatórias públicas.
- *Transferências por objectivos.* Programas sociais de largo espectro estabeleceram como objectivo a melhoria da nutrição, ao mesmo tempo que também criavam maiores incentivos para o desenvolvimento humano. O programa Alimentação para a Educação oferece refeições gratuitas às famílias pobres se os filhos frequentarem a escola primária. Cerca de 7% da despesa pública de educação é feito através deste programa, atingindo 2,1 milhões de crianças e oferecendo um salário de 3 dólares por mês. As escolas participantes atingiram taxas mais elevadas de frequência de raparigas e taxas mais baixas de abandono escolar, demonstrando que os incentivos podem contrariar as pressões económicas e os preconceitos culturais que mantêm as raparigas fora da escola.
- *Programas alargados de saúde.* A cobertura de vacinação contra seis das principais doenças infantis aumentou de 2% em meados da década de 1980 para 52% em 2001. Os programas de vacinação têm sido executados através de parcerias com agências internacionais e ONG nacionais.
- *Ciclos virtuosos e acção feminina.* Melhor acesso à saúde e à educação para as mulheres, combinado com mais oportunidades de emprego e acesso a microcrédito, aumentaram as escolhas e deram mais autonomia às mulheres. Embora ainda existam disparidades de género, as mulheres tornaram-se catalizadoras poderosas do desenvolvimento, exigindo maior controlo da fertilidade e do espaçamento dos nascimentos, educação para as filhas e acesso a serviços.

O Bangladesh conseguiu estes progressos notáveis com baixos níveis de rendimento e partindo de uma posição de baixa alfabetização, elevada desnutrição e fracas instituições. Os seus êxitos demonstram o que se pode conseguir através de uma acção estatal mais forte e de activismo cívico.

Progressos rápidos num país de rendimento baixo

Indicador	1990	2000
Privação de rendimento (%)	59	50
Coefficiente de Gini	25	30
Crianças menores de 5 anos com peso deficiente para a idade (%)	72	51
Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1.000 nados-vivos)	144	69 ^a
Rácio de raparigas para rapazes no ensino primário (raparigas por 100 rapazes)	87	104 ^b

a. Os dados referem-se a 2003.

b. Os dados referem-se a 2002.

Fonte: Ahluwalia e Hussain 2004; Drèze 2004; Yanus 2004; Ahmed e del Ninno 2001; Sen Mujeri e Quazi 2005.

blicas importam tanto como a riqueza económica e o desenvolvimento humano global na definição de oportunidades para as mulheres.

Mudar de percurso e entrar no caminho

As projecções de tendências identificam um conjunto de resultados possíveis para os ODM. Os resultados reais reflectirão opções políticas feitas pelos governos e pela comunidade internacional, na próxima década. O que emerge do conjunto das projecções aqui apresentadas é um claro aviso. O hiato

entre projecções de tendências e metas dos ODM representa uma enorme perda de vidas humanas e de potencial humano. As boas notícias são que o hiato pode ser fechado.

Alguns países registaram uma taxa extraordinária de progresso para os ODM, muitas vezes a partir de níveis de rendimento muito baixos. O Vietname é um deles.⁵⁵ A privação de rendimento já foi reduzida para metade, tendo caído de 60% em 1990 para 32% em 2000. As taxas de mortalidade de crianças caíram de 58 por 1.000 nados-vivos (uma taxa muito mais baixa do que o rendimento faria prever) para 42 no mesmo período. O crescimento económico rápido e

Caixa 1.8 Uganda – progresso impressionante, mas desigual

Na última década, o Uganda experimentou um crescimento económico sustentado e fez importantes progressos no desenvolvimento humano. A redução da pobreza tem sido uma prioridade nacional, reflectida no planeamento e no orçamento. Porém, o progresso tem sido desigual – e os ganhos continuam a ser frágeis:

- **Privação de rendimento.** Na primeira metade da década de 1990, as políticas públicas concentraram-se na estabilização e no crescimento. Os rendimentos médios cresceram 5% ao ano, entre 1990 e 2000. A privação de rendimento caiu rapidamente na década de 1990, de 56% para 34%, colocando o país no caminho para a meta de 2015 dos ODM. Porém, desde 2000, o crescimento do rendimento abrandou e a incidência da pobreza aumentou. A pobreza está concentrada em áreas rurais, especialmente no Norte e Leste, e é muito maior entre os que produzem apenas alimentos para consumo.
- **Educação.** Na segunda metade da década de 1990, as prioridades de redução da pobreza mudaram para a educação. Foi introduzida o ensino primário gratuito e a despesa pública aumentou. A escolarização primária aumentou de 5,3 milhões para 7,6 milhões entre 1997 e 2003. As taxas de escolarização são iguais, tanto para os 20% mais pobres, como para os 20% mais ricos, e o hiato de paridade de género foi anulado no nível primário. A escolarização universal está agora ao alcance, mas as taxas de abandono tornam quase improvável atingir a conclusão universal em 2015.
- **Saúde.** Os indicadores de resultados de saúde, incluindo a mortalidade infantil, de crianças e materna, estagnaram ou de-

terioraram-se, com a mortalidade de menores de cinco anos a aumentar desde 1995. O Uganda, um dos países africanos com melhor desempenho nos ODM, está actualmente fora do caminho em relação a todos os principais objectivos da saúde. Reconhecendo que o fracasso na redução da mortalidade materna e de crianças ameaça minar o progresso social e económico, o governo criou uma comissão interministerial sob os auspícios do Ministério das Finanças para encontrar soluções.

Estas diversas tendências chamam a atenção para os desafios que o Uganda enfrenta. Alguns desafios são comandados por forças externas, nomeadamente o preço do café. Até 1997, os produtores de café, a principal cultura de rendimento dos pequenos proprietários, beneficiou da subida dos preços internos e de termos de troca favoráveis. Desde então, o colapso nos preços do café inverteu esses ganhos, respondendo em parte pela inversão na privação de rendimento.

Outro problema é que a queda do rendimento coincidiu com o aumento da desigualdade. O coeficiente de Gini aumentou de 34 para 42 desde 1997, sugerindo que o Uganda pode estar em transição de país de baixa desigualdade para país de elevada desigualdade. Corrigir essa tendência exigirá acção para alargar a base do crescimento económico em torno dos pequenos agricultores das áreas rurais, juntamente com o enfoque numa agricultura de exportação mais intensiva em capital.

O progresso no sector da saúde tem sido prejudicado por profundos problemas estruturais. A desnutrição está associada a dois terços dos óbitos de crianças, menos de um terço das mulheres têm partos assistidos por pessoal qualificado e não tem havido decréscimo nos principais assassinos de crianças, como a malária e o sarampo. Elevadas taxas de fertilidade e um espaçamento inadequado dos nascimentos são outro problema. O Uganda tem a terceira taxa de fertilidade mais elevada do mundo.

O contraste entre progresso na educação e estagnação na saúde reflecte, em parte, as prioridades do investimento público. Só no fim da década de 1990 é que a saúde foi identificada como uma importante prioridade do investimento público, embora o orçamento do sector da saúde tenha triplicado nos últimos quatro anos. A prestação de serviços de má qualidade é outra barreira.

Desempenho misto no desenvolvimento humano

Indicador	1992	2002
Privação de rendimento (%)	56	38
Coefficiente de Gini	36	42
Crianças menores de 5 anos com peso deficiente para a idade (%)	62	86
Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1.000 nados-vivos)	167 ^a	152
Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados vivos)	523	505

a. Os dados são de 1990.

Fonte: Uganda, Ministry of Finance, Planning and Economic Development 2003; Ssewanyana e outros 2004.

Mudar de percurso e pôr o mundo no caminho dos ODM exigirá novas parcerias para o desenvolvimento

de base alargada tem contribuído para o êxito do Vietname. O mesmo se pode dizer dos investimentos em desenvolvimento humano durante a década de 1980. O desafio para o Vietname é sustentar a taxa de progresso, atingindo algumas das regiões e alguns dos grupos mais marginalizados do país.⁵⁶

Vietname é um exemplo – e o Chile é outro – de um país que converteu um elevado crescimento em rápido desenvolvimento humano. Outros países têm mostrado que é possível um progresso rápido para os ODM, mesmo a níveis mais baixos de crescimento. No Bangladeche, as políticas públicas e as intervenções da sociedade civil aumentaram o acesso a serviços básicos e a oportunidades, impulsionando o país para uma trajectória mais elevada de desenvolvimento humano (caixa 1.7). Enquanto região, a África Subsariana tem vindo a escorregar nas classificações de desenvolvimento humano. Porém, alguns países registaram avanços acentuados. Gana reduziu a privação de rendimento de 51% em 1991 para 40% no fim da década de 1990.⁵⁷ Uganda combinou a reforma económica com um resultado melhorado na privação de rendimento e na educação, embora os progressos tenham sido desiguais (caixa 1.8).

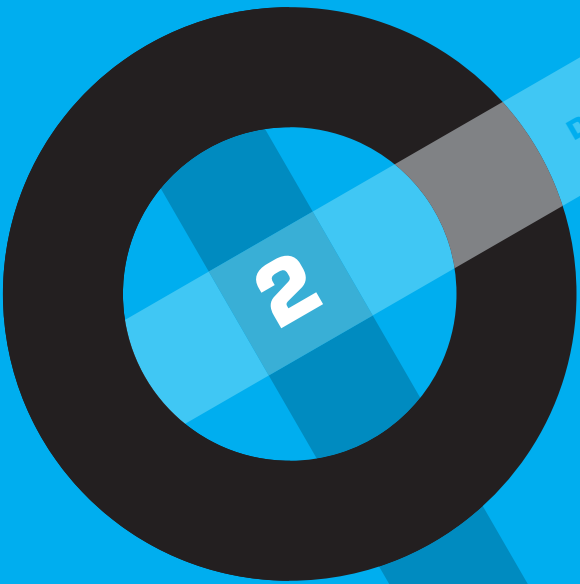
O conflito continua a ser uma potente barreira ao desenvolvimento humano. A paz cria oportunidades para eliminar essa barreira. No Afeganistão, há sinais já encorajadores de que a segurança humana melhorada está a criar oportunidades para uma rápida recuperação da queda livre do desenvolvimento humano que experimentou durante duas décadas de conflito. Ao abrigo de um plano de “regresso à educação”, adoptado em 2001, o governo pretendia aumentar as matrículas escolares em 1,5 milhões. Mais do dobro deste número de crianças matriculou-se no ensino primário, com o número a aumentar para 4 milhões em 2003. Foi aprovado um ambicioso programa de saúde básica que visa estender a provisão de serviços a todo o país. Entretanto, a recuperação económica está a ganhar raízes. Aproveitar estas oportunidades depende decisivamente do modo como os doadores de ajuda apostarem no longo prazo. O perigo: a comunidade internacional perderá o interesse à medida que o foco estratégico se deslocar para outro lado.

Têm sido feitas tentativas para isolar os custos e os benefícios de investimentos em ODM específicos. Esses exercícios são inúteis. O progresso numa área está fortemente condicionado pelo progresso no conjunto dos ODM – e mais do que isso. Pôr as crianças

em escolas bem equipadas, com professores motivados, é uma necessidade vital para atingir a meta dos ODM da educação para todos. Mas o valor total dos investimentos na educação não se concretizará se as crianças estiverem doentes, porque as famílias não têm acesso a água potável e a medicamentos comportáveis. Os efeitos multiplicadores que operam através dos ODM são especialmente fortes em relação à educação das mulheres. A educação e a autonomização das mulheres são objectivos do desenvolvimento humano, por direito próprio: são fins em si mesmos. A autonomização também é um acelerador para os ODM e para os objectivos mais amplos do desenvolvimento humano. Mulheres instruídas são mais capazes de controlar a sua fertilidade e de exigir serviços básicos de saúde, tendo menos probabilidade de contrair VIH/SIDA e mais probabilidade de educar as filhas (ver caixa 1.3).

Mudar de percurso e pôr o mundo no caminho dos ODM exigirá novas parcerias para o desenvolvimento. Muitos dos países que estão a afastar-se muito dos ODM, especialmente em África, mas também noutras regiões de rendimento baixo, têm falta de recursos financeiros para os investimentos públicos necessários para criar um círculo virtuoso de maior investimento em desenvolvimento humano e crescimento mais rápido. O Relatório do Projecto do Milénio da ONU, de 2005, apresenta um enquadramento ambicioso, mas prático, para uma nova parceria baseada em duas traves-mestras. Primeiro, cada país em desenvolvimento precisa de apresentar estratégias nacionais claras para atingir os ODM, incluindo os hiatos de financiamento que têm de ser cobertos. Segundo, os países ricos, no âmbito do seu compromisso com os ODM, precisam de mobilizar os recursos de ajuda ao desenvolvimento para cobrir esses hiatos – uma questão que analisaremos com mais pormenor no capítulo 3.

Para além da questão do financiamento, há outra exigência fundamental para voltar a pôr o mundo no caminho: um enfoque renovado na desigualdade e na equidade distributiva. Como mostramos no próximo capítulo, desigualdades estruturais profundas em capacidades humanas, oportunidades e rendimento funcionam como um forte travão aos ODM. Libertar esse travão, colocando estratégias de maior igualdade no centro das estratégias nacionais, para atingir os ODM, aumentaria consideravelmente as possibilidades de êxito.



DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO



**“Só existem duas famílias
no mundo, como a minha avó
costumava dizer: os ricos
e os pobres.”**

Sancho Pança em *Dom Quixote de la Mancha*, Miguel Cervantes

Em muitos dos ODM,
as pessoas pobres
estão a ficar para trás

“O que é que leva o poderoso e eloquente lóbi a fazer pressão no sentido de maior igualdade?” perguntava Margaret Thatcher, na altura Primeira-Ministra do Reino Unido, em 1975. Ela própria dava a resposta: “Muitas vezes, a razão resume-se a uma conjugação indistinta de inveja e culpa burguesa.”¹ Platão adoptou um ponto de vista diferente. Escrevendo no século V a.C., avisou os legisladores atenienses da ameaça colocada pela extrema desigualdade. “Entre os cidadãos, não devia haver nem pobreza extrema, nem riqueza excessiva”, escreveu ele, “pois ambas são produtoras de grande mal.”²

Dois pontos de vista contrastantes acerca de uma questão que continua a ter forte relevância hoje em dia: a desigualdade tem importância? Se tem, porquê? Neste capítulo, defendemos que a desigualdade tem importância porque é uma questão fundamental para o desenvolvimento humano. As desigualdades extremas nas oportunidades e possibilidades de vida têm incidência directa no que as pessoas podem ser e no que podem fazer – isto é, nas capacidades humanas. Crianças que enfrentam um risco mais elevado de morte na infância por ter nascido numa família de rendimento baixo, ou indígena, ou por ser do sexo feminino, por exemplo, têm claramente menos oportunidades de realizar o seu potencial. A desvantagem herdada nas oportunidades está errada por razões intrínsecas: viola preceitos básicos de justiça social. Também há fortes razões instrumentais para uma preocupação com a desigualdade. Profundas disparidades baseadas na riqueza, na região, no género e na etnicidade são más para o crescimento, más para a democracia e más para a coesão social.

Também são más para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Os ODM não resolvem directamente a desigualdade. Neste sentido, são neutros do ponto de vista distributivo. O progresso mede-se agregando e achando a média da mudança, a nível nacional. Em teoria, os ODM poderiam ser atingidos mesmo que, digamos, as famílias com rendimento baixo estivessem a ficar para trás nas metas

da privação de rendimento e saúde, ou se, digamos, a taxa de redução de óbitos de crianças entre os rapazes fosse suficiente para compensar uma taxa mais lenta de redução entre as raparigas.

O ponto cego distributivo dos ODM é um ponto fraco em dois aspectos. Primeiro, os próprios ODM radicam em ideias acerca da justiça global e dos direitos humanos. São direitos universais e não auxílios opcionais ou discricionários. Decorre daí que o progresso deveria ser para todos, independentemente do estatuto económico, género, riqueza dos pais, ou parte do país em que se vive. Todavia, os ODM não recordam aos governos que o êxito no progresso para os Objectivos deve ser medido em relação a toda a sociedade e não apenas no agregado. As oportunidades que moldam a distribuição de rendimento, educação, saúde e mais amplas possibilidades de vida, em qualquer sociedade, não são distribuídas aleatoriamente. Como mostramos neste capítulo, as disparidades que prejudicam o progresso para os ODM são sistémicas. Reflectem hierarquias complexas de vantagem e desvantagem, que são transmitidas de geração para geração – e reflectem opções de políticas públicas.

A segunda razão para um enfoque na desigualdade relaciona-se com o progresso dentro do quadro dos ODM. Em muitos dos ODM, as pessoas pobres estão a ficar para trás. Como mostramos neste capítulo, um tema recorrente nos dados de um grande grupo de países é que, no que se refere aos 20% mais

A ideia de que as pessoas deveriam estar condenadas a uma morte prematura, analfabetismo, ou cidadania de segunda classe por causa de atributos herdados, que estão fora do seu controlo, viola o sentido de justiça da maioria das pessoas

pobres da população, esse progresso fica bastante abaixo da média nacional. Para além de ser injusto, é ineficiente na perspectiva da consecução dos ODM. As pessoas que são pobres respondem por uma parcela de privação muito maior do que as pessoas que não são. Decorre daí que o progresso acelerado entre as pessoas pobres é um dos caminhos mais eficazes para um progresso nacional mais rápido. Postas as coisas de forma diferente, os padrões actuais de progresso estão a atrasar o progresso global, porque é entre as famílias que representam a maior parte do problema que se registam os resultados mais magros.

Estas considerações têm importantes implicações no desenho das estratégias dos ODM. Para muitos dos ODM, o júri está actualmente de acordo com a prova de que uma abordagem de *trickle down* para reduzir as disparidades e manter o progresso global não funcionará. Os ODM fixam metas quantificáveis que dão à política respostas radicadas em termos técnicos e financeiros. Em última análise, porém, as grandes barreiras ao progresso são sociais

e políticas. Radicam no acesso desigual a recursos e à distribuição do poder dentro e entre os países. A menos que essas desigualdades sejam corrigidas, os primeiros princípios da Declaração do Milénio – compromisso com a justiça social, a igualdade e os direitos humanos – de que derivam os ODM não se traduzirão em progresso do desenvolvimento humano à taxa necessária. A resposta adequada é garantir que a desigualdade e as medidas para vencer as disparidades de oportunidades de vida figure com mais proeminência no desenho das estratégias de redução da pobreza.

Este capítulo expõe as razões pelas quais a desigualdade é importante. Depois, analisa diferentes dimensões da desigualdade e mostra como o encadeamento das desigualdades de rendimento, saúde e educação prejudica os pobres. Conclui mostrando que mesmo pequenos passos no sentido de uma maior equidade distributiva poderiam fazer progredir o desenvolvimento humano e acelerar o progresso a caminho dos ODM.

Por que razão a desigualdade é importante

As ideias acerca da desigualdade, tal como as ideias acerca da equidade e da justiça social, radicam em valores. Como defende Amartya Sen, praticamente toda a gente acredita hoje na igualdade de alguma coisa: direitos iguais perante a lei, liberdades cívicas iguais, igualdade de oportunidades, etc.³ Do mesmo modo, a maioria das pessoas aceitará que nem todas as desigualdades são injustas. A desigualdade de rendimento é um produto inevitável do funcionamento de qualquer economia de mercado, embora se ponham questões em relação à extensão justificável da desigualdade. Ao mesmo tempo, poucas pessoas aceitariam, em princípio, que as desigualdades de oportunidades são toleráveis quando baseadas no género, riqueza herdada, etnicidade, ou noutros acidentes de nascença em relação aos quais os indivíduos não têm controlo. A ideia de que as pessoas deveriam estar condenadas a uma morte prematura, analfabetismo, ou cidadania de segunda classe por causa de atributos herdados, que estão fora do seu

controlo, viola o sentido de justiça da maioria das pessoas.⁴

Numa perspectiva de desenvolvimento humano, há um conjunto de razões intrínsecas e instrumentais, que se reforçam mutuamente, pelas quais a desigualdade é importante. Podem resumir-se genericamente em cinco rubricas.

Justiça social e moralidade

O ponto de vista de que há limites para a privação tolerável é fundamental para a maioria das sociedades e sistemas de valores. Adam Smith exprimiu com força o conceito básico: “Nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz”, escreveu, “se a grande maioria dos seus membros for pobre e miserável.”⁵ Foi Smith que continuou a elaborar a ideia de pobreza relativa, argumentando que todos os membros da sociedade deveriam ter um rendimento suficiente que lhes permitisse aparecer em público “sem vergonha”. Todas

as grandes religiões exprimem preocupações com a equidade e criam aos seus aderentes a obrigação de enfrentarem a privação extrema como um dever moral. As ideias públicas reflectem preocupações normativas mais amplas. Sondagens de opinião mostram que mais de 80% do público da (muito desigual) América Latina acreditam que o hiato entre ricos e pobres é demasiado grande, com apenas percentagem ligeiramente mais pequena a fazer eco desta preocupação no (menos desigual) Reino Unido.⁶ Apesar de só alguns dos respondentes destes inquéritos serem capazes de indicar o que poderia ser um nível aceitável de desigualdade, os inquéritos apontam claramente para uma acentuada percepção de justiça social.

Pôr os pobres em primeiro lugar

A eficiência ou óptimo de Pareto – uma das ideias nucleares da economia moderna – declara que apenas uma mudança que não deixe ninguém numa situação pior pode ser definida como “aumentativa de bem-estar”. A redistribuição dos ricos para os pobres não é um “melhoramento de Pareto”, porque, por definição, deixa alguém numa situação pior do que antes. Mas, como disse Amartya Sen, “uma sociedade pode ser Pareto-óptima e continuar a ser perfeitamente repugnante”.⁷ Este sentimento capta de forma veemente a ideia de que há limites para o nível de desigualdade aceitável.

De facto, a própria economia dá fortes argumentos a favor da redistribuição. A maioria das pessoas, e a maioria dos governos democraticamente eleitos, aceita em princípio que deveria ser dado mais peso à melhoria do bem-estar dos pobres e desfavorecidos do que dos ricos e altamente privilegiados.⁸ O rendimento de uma economia não é uma estatística suficiente para avaliar o bem-estar, precisamente porque ignora a distribuição do rendimento gerado pelo crescimento. A ideia de rendimentos decrescentes da riqueza crescente fornece um quadro para entender uma ideia simples: um dólar adicional nas mãos de um trabalhador rural sem terra na Ásia do Sul, ou de um habitante de um bairro de lata da América Latina, gera maior bem-estar do que uma quantia equivalente nas mãos de um milionário. De facto, uma política que aumente o rendimento dos pobres em 1 dólar pode valer a pena, mesmo que custe ao resto da sociedade mais de 1 dólar. Deste ponto de

vista, pode fazer sentido aos governos escolherem entre caminhos alternativos de crescimento, para seleccionarem a opção que gera maior retorno para os pobres, mesmo onde os efeitos globais do crescimento foram menos certos.

Para além do rendimento, aplicam-se muitos dos mesmos argumentos. Por exemplo, a maioria das pessoas aceitaria em princípio que uma unidade adicional de despesa pública dirigida para a redução dos óbitos infantis, ou para o aumento do acesso à escola primária, fosse preferível, em termos sociais, a uma quantia semelhante gasta em transferências para serviços a prestar aos grupos de rendimento elevado.

Crescimento e eficiência

Se houvesse um trade-off entre crescimento e distribuição, os governos enfrentariam duras escolhas: os ganhos aumentativos do bem-estar resultantes de uma maior equidade poderiam ser eliminados pelas perdas associadas a um menor crescimento. De facto, as provas sugerem que os trade-offs funcionam no outro sentido. A extrema desigualdade não é má apenas para a redução da pobreza – também é má para o crescimento. Eficiência e equidade no longo prazo podem ser complementares. Os pobres continuam a ser pobres, em parte porque não podem contrair empréstimos contra ganhos futuros para investir na produção, educação dos filhos e activos para reduzir a sua vulnerabilidade. Insegurança nos direitos da terra e acesso limitado à justiça podem criar barreiras adicionais ao investimento.

Privados de bens públicos – como informação e direitos legais – os pobres não têm oportunidades de contribuir para o crescimento. Entram nos mercados em termos desiguais e deixam-nos com recompensas desiguais. Onde as desigualdades extremas baseadas na riqueza, género, ou região, deixam uma grande parte da sociedade com activos e dotações insuficientes, a sociedade como um todo sofre com a ineficiência daí resultante. Negar a metade da população o acesso a oportunidades de educação não é apenas uma violação dos direitos humanos. Também é mau para o crescimento. As desigualdades educativas baseadas no género, por exemplo, têm contido o desenvolvimento do Paquistão. Permitir a distribuição desigual dos activos para perpetuar a pobreza em massa é claramente mau para os pobres, mas também restringe o desenvolvimento de oportunidades de in-

A extrema desigualdade não é má apenas para a redução da pobreza – também é má para o crescimento

Pobreza absoluta e desigualdade podem ser conceitos diferentes, mas estão intimamente relacionadas

vestimento e de mercados para o resto da sociedade.

Legitimidade política

Desigualdades extremas também enfraquecem a legitimidade política e corroem as instituições. Desigualdades de rendimento e capacidades humanas reflectem, muitas vezes, desigualdades de poder político. Os grupos desfavorecidos – pobres, mulheres, populações rurais, comunidades indígenas – são desfavorecidos em parte porque têm uma voz política fraca, e têm uma voz política fraca porque são desfavorecidos.

Onde as instituições políticas são vistas como veículos de perpetuação de desigualdades injustas, ou de progresso dos interesses das elites, esse facto mina o desenvolvimento da democracia e cria condições para o colapso do Estado. Em países como a Bolívia e Equador, conflitos por causa da gestão dos recursos naturais têm-se tornado, a um nível mais fundamental, um ponto focal para os grupos indígenas desfavorecidos, a quem é negada voz política pelas instituições tidas como insensíveis.

Objectivos de política pública

A maioria das sociedades vê a redução da pobreza e a eliminação das desigualdades injustas como objectivos importantes da política pública. Disparidades extremas minam a perseguição desses objectivos. Como mostramos neste capítulo, as desigualdades extremas de rendimento limitam a taxa à qual o crescimento pode ser convertido em níveis mais baixos de pobreza. Da mesma forma, as disparidades extremas na saúde e educação reduzem o espaço dos grupos desfavorecidos para tirarem proveito das oportunidades de melhorar o bem-estar.

Contra-argumentos – contrariados

Há contra-argumentos para a afirmação de que a desigualdade é importante. Alguns libertários negam a existência de “justiça social”. O famoso teórico do mercado livre, F.A. Hayek, argumentou que era um disparate falar de recursos justa ou injustamente distribuídos. Segundo ele, competia aos mercados livres, e não à acção humana, determinar a afectação adequada de riqueza e activos. Esta perspectiva subestima o papel da acção humana e

das relações desiguais de poder na estruturação dos mercados.

Outro ponto de vista muito defendido é que algumas desigualdades são mais importantes do que outras e que a igualdade perante a lei importa mais que tudo.⁹ Porém, direitos e liberdades não podem resistir sozinhos. É provável que as pessoas sofram restrições ao que podem fazer com a sua liberdade e os seus direitos se forem pobres ou doentes, se lhes for negada a educação, ou se não têm capacidade de influenciar o que lhes acontece. Para terem significado, as igualdades formais têm de ser apoiadas por aquilo a que Amartya Sen chamou “liberdades substantivas” – as capacidades – de escolher um modo de vida e de fazer coisas que se apreciem. Profundas desigualdades nas possibilidades de vida limitam essas liberdades substantivas, esvaziando a ideia de igualdade perante a lei.

Outros têm argumentado que o enfoque adequado da justiça social é a privação absoluta e não a distribuição. Onde as pessoas se situam em relação às outras, dizem eles, é menos importante do que o seu controlo sobre o rendimento, ou sobre o acesso a serviços de saúde e educativos. “Nós somos contra a pobreza”, diz o refrão vulgar, “mas a desigualdade é um assunto diferente e nada tem a ver com justiça social ou com os ODM.” Também este argumento é frouxo. Pobreza absoluta e desigualdade podem ser conceitos diferentes, mas estão intimamente relacionadas. As disparidades nas possibilidades de vida definem perspectivas de escapar da pobreza. Por exemplo, a desigualdade no acesso a cuidados de saúde, educação ou direitos políticos podem diminuir uma perspectiva individual de escapar à pobreza. Neste capítulo, analisamos algumas das disparidades básicas que interagem com a pobreza. O que liga estas diferentes disparidades é que elas estão radicadas em desigualdades de poder que perpetuam a privação e a destituição. As “patologias do poder”, como um autor as descreveu, estão na essência dos processos que estão a conduzir os países para fora do caminho dos ODM.¹⁰

Como mostraremos mais adiante, o progresso no sentido da redução da pobreza absoluta é fortemente condicionado pela desigualdade. Isto é verdade não só em relação ao rendimento, mas também em relação a desigualdades mais amplas em áreas como a saúde, educação e política. Além disso, a ideia de que a pobreza e o bem-estar humano podem definir-se

unicamente em termos absolutos, com exclusão de considerações relativas, desafia não só a evidência dos factos empíricos, mas também as ideias básicas elaboradas em 1776 por Adam Smith. Smith argumentava energeticamente que a distribuição relativa é fundamental para qualquer avaliação do bem-estar humano: “Por necessidades entendo não só os bens necessários para o apoio à vida, mas também tudo

o que o costume do país torna necessário que pessoas dignas, mesmo da mais baixa condição, tenham. Uma camisa de linho, por exemplo, não é, estritamente falando, uma necessidade da vida... Mas nos tempos actuais, na maior parte da Europa, um jornalista digno envergonhar-se-ia de aparecer em público sem uma camisa de linho.”¹¹

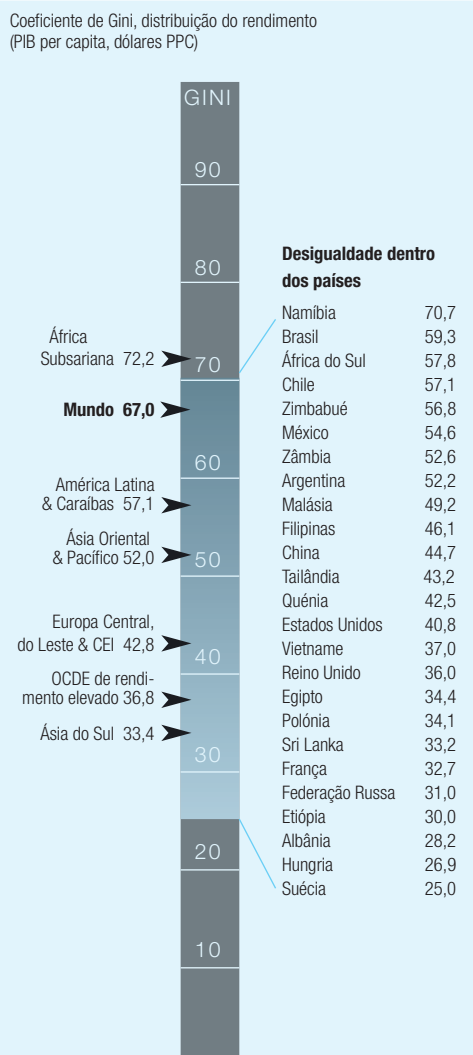
Cadeias de desvantagem: desigualdade dentro dos países

O capítulo 1 ocupou-se das desigualdades entre países ricos e pobres. Estas desigualdades reflectem-se dentro dos países. Persistem profundas desigualdades de desenvolvimento humano entre pessoas ricas e pobres, homens e mulheres, áreas urbanas e rurais, e regiões e grupos diferentes. Estas desigualdades raramente existem isoladas. Criam estruturas de desvantagem que se reforçam mutuamente e acompanham as pessoas ao longo dos ciclos de vida, transmitindo-se de geração para geração.

A desigualdade de rendimentos varia acentuadamente de região para região. Em termos genéricos, a América Latina e a África Subsariana registam níveis muito elevados de desigualdade, enquanto os países da Ásia do Sul e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) registam níveis muito mais baixos. Embora não haja limiares claros, pode dizer-se que os países com coeficientes de Gini acima de 50 estão na categoria de desigualdade elevada (figura 2.1).

São frequentemente citadas provas de países para apoiar a afirmação de que, em média, as desigualdades variam muito pouco no tempo. Esta afirmação é enganadora em aspectos importantes. Embora seja difícil comparar inquéritos diferentes entre países e no tempo, tem havido uma clara tendência nas últimas duas décadas para o aumento da desigualdade dentro dos países. Dos 73 países para os quais existem dados disponíveis, 53 (com mais de 80% da população mundial) têm visto aumentar a desigualdade, enquanto apenas 9 (com 4% da população) têm-na visto diminuir.¹² Isto é verdadeiro tanto para situações de elevado crescimento, como para situações de

Figura 2.1 Desigualdade de rendimentos – países e regiões seleccionados



Fonte: Dados regionais, Dikhanov 2005; dados de países, quadro de indicadores 15.

baixo crescimento (como a China, no primeiro caso, e a Bolívia, no segundo) e para todas as regiões.

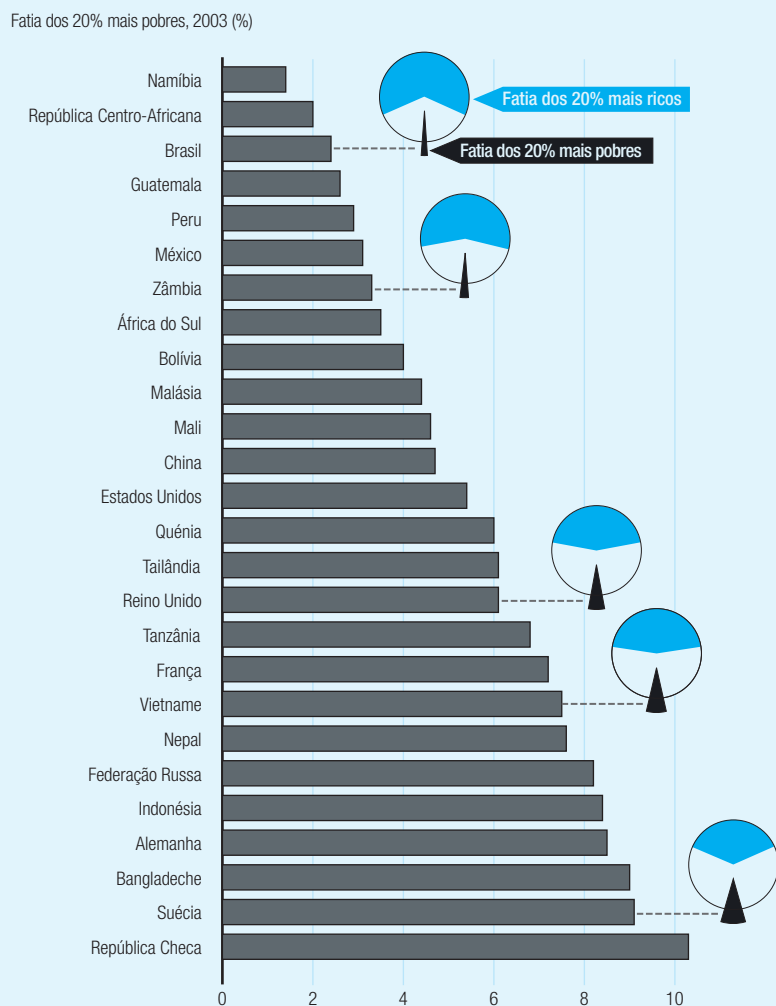
As diferenças no coeficiente de Gini estão relacionadas com as diferenças na parcela da riqueza nacional ganha pelas pessoas mais pobres. Em termos gerais, quanto maior for o coeficiente de Gini, mais baixa é a parcela do rendimento nacional ganha pelos sectores mais pobres da sociedade. Os 20% mais pobres da população dos países de desigualdade baixa como, por exemplo, a Indonésia e o Vietname ganham três a quatro vezes mais rendimento nacional do que os seus congéneres dos países de desigualdade elevada como, por exemplo, a Guatemala e o Peru (figura 2.2). Enquanto os hiatos de rendimento entre países são responsáveis pela parte de leão da desigualdade global, as disparidades de rendimento dentro

de muitos países rivalizam, em escala, com as desigualdades da distribuição global do rendimento. No Brasil, os 10% mais pobres da população são responsáveis por 0,7% do rendimento nacional e os 10% mais ricos, por 46%. As desigualdades na África Subsariana também são muito grandes. Na Zâmbia, por exemplo, o rácio do rendimento dos ricos pelo dos 10% mais pobres é de 42:1.

Os padrões de distribuição têm uma incidência importante na relação entre rendimentos médios e níveis de pobreza. Uma distribuição mais próxima da igualdade pode significar que as pessoas pobres dos países com níveis baixos de desigualdade têm rendimentos mais elevados do que as pessoas pobres dos países com níveis de rendimento médio mais elevados. Isto dá-nos um exemplo claro do modo como a distribuição afecta a pobreza absoluta. Por exemplo, o rendimento médio do Brasil é três vezes mais elevado do que o rendimento médio do Vietname. Mas os 20% mais pobres dos Brasileiros têm um rendimento muito abaixo do rendimento médio do Vietname e comparável com o rendimento dos 20% mais pobres deste país (figura 2.3). Os 20% mais pobres da população do Reino Unido têm um rendimento comparável ao dos 20% mais pobres da República Checa, um país muito menos rico.

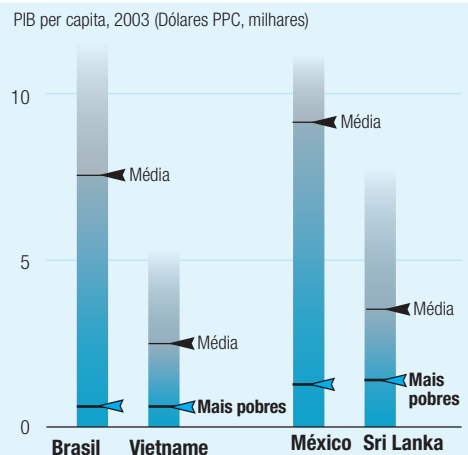
Como estas comparações sugerem, os rendimentos médios ocultam os efeitos dos padrões de distribuição no bem-estar real. O índice do desenvolvimento humano (IDH) também é um indicador

Figura 2.2 Fatias do bolo do rendimento



Fonte: Quadro de Indicadores 15.

Figura 2.3 Como vivem os pobres – o rendimento médio é importante, mas também a desigualdade



Fonte: Calculado com base em dados do PIB per capita (Dólares PPC), do quadro de indicadores 14 e dados da parcela do rendimento dos 20% mais pobres, do quadro de indicadores 15.

médio. Neste sentido, também dá uma imagem do que está a acontecer à pessoa média hipotética dum país e não à pessoa média pobre. Isto pode ser demonstrado através de um exercício simples. Ajustando a componente de rendimento do IDH do rendimento médio para o rendimento médio dos 20% mais pobres e mantendo tudo o resto constante – incluindo os resultados da saúde e educação – o Brasil cai 52 lugares na classificação do IDH (para 115.º) e o México, 55 lugares (para 108.º).

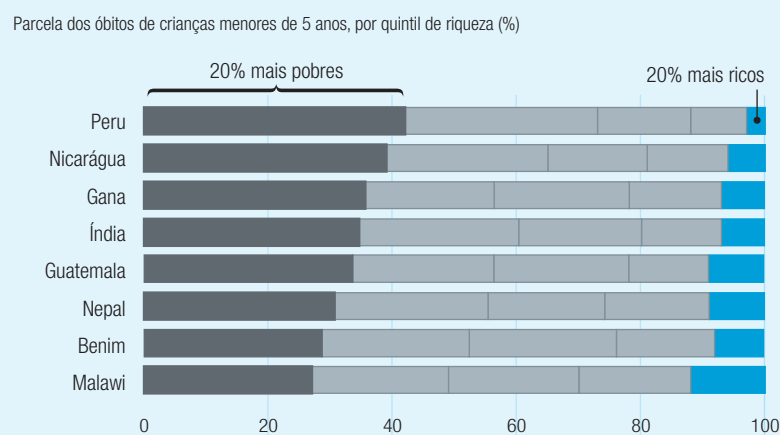
As comparações entre países de baixo rendimento e países de desigualdade elevada são reveladoras noutra aspecto. Destacam como é que, a qualquer nível dado de rendimento médio, uma distribuição mais equitativa pode ser associada a níveis baixos de pobreza. Uma forma de ilustrar isto é considerar o modo como os rendimentos de diferentes partes da distribuição total de um país poderiam mudar se fossem impostos os padrões de distribuição de um país mais igual. Actualmente, os 20% mais pobres da população da Guatemala têm um rendimento médio de 550 dólares por ano, ou 46% abaixo da linha internacional de pobreza de 2 dólares por dia. Se esse grupo ganhasse a mesma parcela do rendimento nacional que os 20% mais pobres do Vietname, os seus rendimentos médios aumentariam para 1.560 dólares, ou 66% acima da linha de 2 dólares por dia.¹³ Claro que se poderia argumentar que este exemplo ignora os efeitos potencialmente negativos da transição para maior equidade na Guatemala sobre o crescimento e, por isso, sobre a dimensão global da economia. Mas o exemplo do Vietname, uma economia dinâmica e de elevado crescimento, com menor desigualdade, sugere que pode

haver benefícios positivos para a Guatemala, que experimentou duas décadas de baixo crescimento.

As desigualdades de rendimento reflectem e afectam desigualdades mais amplas de possibilidades de vida, a começar com a possibilidade de se manter vivo.¹⁴ Na Bolívia e no Peru, as taxas de mortalidade infantil são quatro a cinco vezes mais elevadas nas crianças dos 20% mais pobres da população do que nas crianças dos 20% mais ricos. Com mais nascimentos, os pobres estão mais fortemente sobrerrepresentados na distribuição dos óbitos de crianças (figura 2.4). Esta é uma demonstração perfeita de como a desigualdade priva as pessoas de liberdades e opções substantivas, independentemente dos seus direitos legais e liberdades formais.

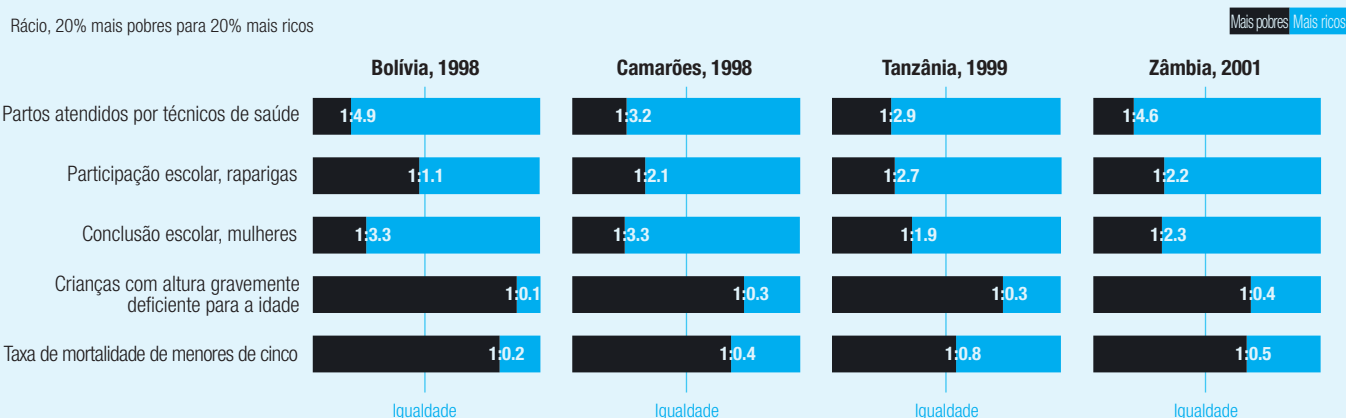
As diferenças baseadas na riqueza são o primeiro elo de um ciclo de desigualdade que acompanha as

Figura 2.4 As crianças dos mais pobres têm mais probabilidade de morrer



Fonte: Calculado com base em dados das taxas de mortalidade de menores de 5 anos e de nascimentos, de Gwatkin e outros, a publicar.

Figura 2.5 O ciclo da desigualdade – do nascimento a adulto jovem, os pobres vivem pior



Fonte: Gwatkin e outros, a publicar.

Caixa 2.1 Desigualdade e saúde nos Estados Unidos

Os Estados Unidos lideram o mundo em matéria de despesa com cuidados de saúde. Numa base *per capita*, os Estados Unidos gastam o dobro da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico em cuidados de saúde, ou 13% do rendimento nacional. Todavia, alguns países que gastam substancialmente menos do que os Estados Unidos têm populações mais saudáveis. Os indicadores norte-americanos de saúde pública estão marcados por profundas desigualdades ligadas ao rendimento, cobertura do seguro de saúde, raça, etnicidade, geografia e – criticamente – ao acesso aos cuidados.

Os indicadores de saúde fundamentais dos EUA estão muito abaixo do que se poderia prever com base na riqueza nacional. As tendências da mortalidade infantil são especialmente preocupantes. Desde 2000, e após meio século de declínio sustentado, as taxas de mortalidade infantil começaram por abrandar e, depois, inverteram-se.

A taxa de mortalidade infantil é actualmente mais elevada nos Estados Unidos do que em muitos outros países industrializados. A Malásia – um país cujo rendimento médio é um quarto do dos Estados Unidos – alcançou a mesma taxa de mortalidade infantil que os Estados Unidos (figura 1). E o Estado indiano de Kerala tem uma taxa de mortalidade infantil urbana inferior à dos afro-americanos de Washington, DC.

Grandes diferenças na saúde entre grupos socioeconómicos explicam em parte os resultados piores na saúde

nos Estados Unidos do que noutros países industrializados. Do berço à cova, a saúde dos cidadãos dos EUA apresenta divergências extremas. Por exemplo, as disparidades raciais e étnicas da saúde são persistentes – resultado de diferenças de cobertura do seguro, rendimento, língua e educação, entre outros factores (figura 2). As mães afro-americanas têm o dobro da probabilidade das mães brancas de dar à luz um bebé com insuficiência de peso. Os filhos delas têm o dobro da probabilidade de morrer antes do seu primeiro aniversário. Diferenças de rendimentos estão estreitamente relacionadas com diferenças na saúde. Um bebé de uma família dos 5% do topo da distribuição de rendimentos dos EUA terá uma duração de vida 25% mais longa do que um rapaz nascido nos 5% da base.

Muitos factores contribuem para as desigualdades na saúde. Um factor importante é a cobertura da provisão de cuidados de saúde. Os Estados Unidos são o único país rico sem sistema universal de seguro de saúde. O sistema misto de seguro privado baseado no empregador e cobertura pública nunca chegou a todos os americanos. Ainda que mais de metade da população tenha cobertura de seguro de saúde através dos seus empregadores e quase todos os

idosos estejam cobertos através do Medicare, mais de um em cada seis americanos não idosos (45 milhões) carecia de seguro de saúde em 2003. Mais de um terço (36%) das famílias que vivem abaixo da linha de pobreza não tem seguro. Os hispano-americanos (34%) têm mais do dobro da probabilidade de não ter seguro do que os americanos brancos (13%), e 21% dos afro-americanos não têm seguro de saúde. A cobertura do seguro de saúde também varia muito entre os 50 Estados, dependendo da percentagem de famílias com baixos rendimentos, da natureza do emprego e da amplitude do programa Medicaid para pessoas de baixos rendimentos em cada Estado.

Mais do que em qualquer outro grande país industrializado, o custo do tratamento é uma barreira importante ao acesso nos Estados Unidos. Mais de 40% dos que não têm seguro não têm um local regular para receber tratamento médico quando estão doentes e mais de um terço afirmam

que eles, ou alguém das suas famílias, passaram o último ano sem os cuidados médicos necessários, incluindo tratamentos recomendados ou medicamentos sujeitos a receita médica, por causa dos custos.

O acesso desigual aos cuidados de saúde tem ligações claras aos resultados da saúde. Os que não têm seguro têm menos probabilidade de ter cuidados ambulatoriais regulares, pelo que têm mais probabilidade de ser hospitalizados por problemas de saúde evitáveis. Uma vez no hospital, recebem menos serviços e têm mais probabilidade de morrer do que pacientes com seguro.

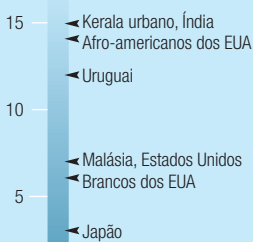
Também recebem menos cuidados preventivos. O Instituto de Medicina calcula que pelo menos 18.000 americanos morrem prematuramente todos os anos apenas porque carecem de seguro de saúde. Nascer numa família que não tenha seguro aumenta a probabilidade de morrer antes de 1 ano da idade em cerca de 50%.

O acesso desigual aos cuidados de saúde tem um efeito poderoso nas desigualdades de saúde ligadas à raça, que só em parte são explicadas pelo seguro e pelas desigualdades de rendimentos. Um estudo conclui que a eliminação do fosso nos cuidados de saúde entre afro-americanos e americanos brancos pouparia quase 85.000 vidas por ano. Para contextualizar este número, basta dizer que os avanços tecnológicos na medicina poupam cerca de 20.000 vidas por ano.

A comparação destaca um paradoxo que está no cerne do sistema de saúde dos EUA. Níveis elevados de despesa com cuidados de saúde pessoais reflectem o estágio avançado da tecnologia e tratamento médico do país. Todavia, as desigualdades sociais, interagindo com desigualdades no financiamento da saúde, limitam o alcance dos progressos da medicina.

Figura 1 Comparação da mortalidade

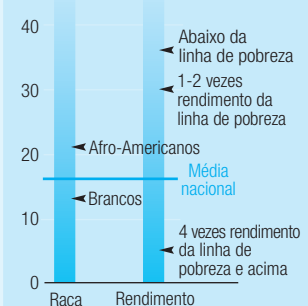
Taxa de mortalidade infantil, 2003 (óbitos por 1.000 nados-vivos)



Fonte: Dados da Índia, IIPS e ORC Macro 2000; dados dos EUA, The Henry Kaiser Family Foundation 2005; dados nacionais, quadro de indicadores 10.

Figura 2 Seguro de saúde, pobreza e raça nos Estados Unidos

Parcela da população sem seguro de saúde (%)



Fonte: The Henry Kaiser Family Foundation 2005.

Fonte: Rowland e Hoffman 2005; Proctor e Dalaker 2003; Munnell, Hatch e Lee 2004; The Henry Kaiser Family Foundation 2005; Deaton 2002.

peçoas ao longo da sua vida. As mulheres de famílias pobres têm menos probabilidade de receber cuidados pré-natais e menos probabilidade de ser assistidas no parto por um técnico de saúde qualificado (figura 2.5). Os seus filhos têm menos probabilidade de sobreviver ou de completar a escola. As crianças que não completam a escola têm mais probabilidade de ter rendimentos mais baixos. Assim, o ciclo da privação transmite-se de geração para geração.

Também nos países ricos as possibilidades básicas de vida estão mal distribuídas. O capítulo 1 destacou o abismo que separa a pessoa média de um país rico da pessoa média de um país pobre, em matéria de possibilidades de vida. Para além desse abismo, alguns grupos carentes do “Primeiro Mundo” têm possibilidades de vida comparáveis à média de países com níveis de rendimento muito mais baixos. As pessoas mais pobres morrem mais novas e estão doentes com mais frequência. Os homens dos 5% do topo da distribuição do rendimento nos Estados Unidos vivem cerca de 25% mais tempo do que os homens dos 5% da base.¹⁵ Entretanto, elevados níveis de despesa com a saúde não conseguiram erradicar grandes disparidades nas taxas de mortalidade infantil baseadas na raça, riqueza e Estado de residência. Essas disparidades limitaram o progresso na redução da mortalidade infantil. A taxa de mortalidade infantil nos Estados Unidos é comparável com a da Malásia – um país com um quarto do rendimento. As taxas de mortalidade infantil são mais elevadas para as crianças afro-americanas de Washington, DC, do que para as crianças de Kerala, Índia. Se forem envolvidos outros factores socio-económicos, as barreiras financeiras à provisão de cuidados de saúde adequados serão um factor explicativo importante (caixa 2.1).

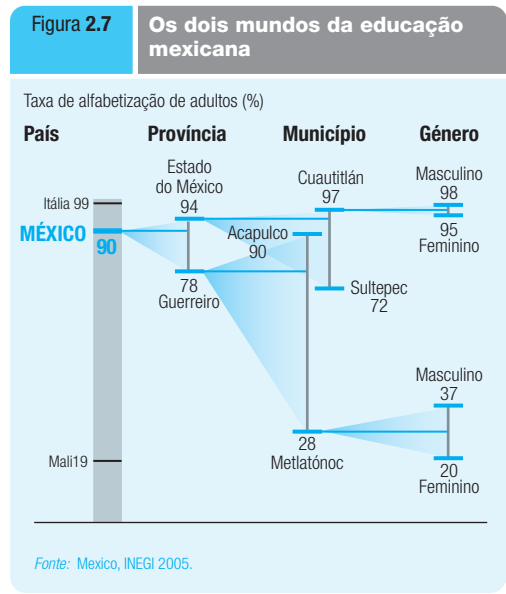
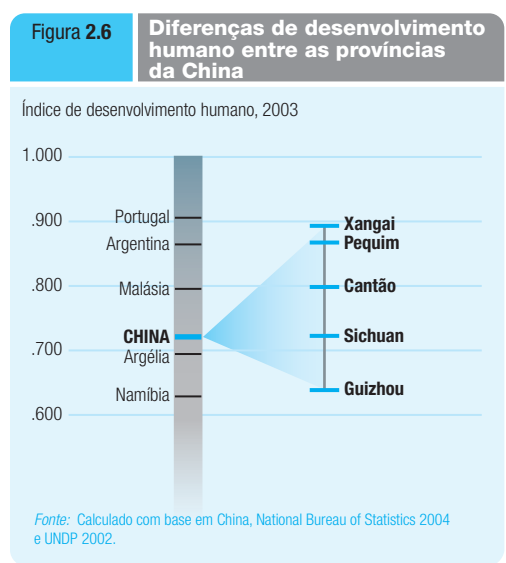
Camadas de desigualdade constroem as opções de vida

As possibilidades de vida em qualquer país são constroangidas por complexas camadas de desigualdade. As disparidades das oportunidades na saúde, educação, rendimento e influência política encontram-se em todos os países, em grandezas diferentes. Desigualdades ligadas à riqueza, género, localização, raça e etnicidade, juntamente com outros indicadores de desvantagem, não funcionam isoladamente. Interação para criar ciclos dinâmicos de desvantagem, que

se reforçam mutuamente e se transmitem de geração para geração. Quebrar esses ciclos é uma das chaves para o progresso acelerado a caminho dos ODM.

Desigualdades regionais

Em muitos países, as disparidades regionais são uma importante fonte de desigualdade. No Brasil, a taxa de mortalidade infantil é de 52 óbitos por 1.000 nados-vivos no Nordeste, mas cai para 20 óbitos no Sudeste. Os 10 municípios com as mais baixas taxas de mortalidade infantil têm uma média de 8 óbitos por 1.000 nados-vivos – um nível comparável ao de alguns países de rendimento elevado. Os 10 piores municípios têm uma taxa de mortalidade de 117 óbitos por 1.000 nados-vivos, que é maior do que em



Bihar, Índia. A despesa per capita com a saúde está inversamente relacionada com a taxa de mortalidade infantil: é duas vezes maior no Sudeste do que no Nordeste.¹⁶

Decompor graficamente os IDH nacionais revela a escala de desigualdade regional dentro dos países. O IDH da China varia de 0,64 em Guizhou para 0,80 em Cantão e 0,89 em Xangai (figura 2.6). Se fossem países, Guizhou classificar-se-ia imediatamente acima da Namíbia e Xangai ao lado de Portugal. O IDH do México varia de 0,71 em Chiapas para 0,72 em Oaxaca e 0,89 na Cidade do México, um intervalo que se estende de El Salvador à República da Coreia. As diferenças de educação são uma explicação. As taxas de analfabetismo variam de 3%

na Cidade do México para mais de 20% em Chiapas e Guerreiro. A figura 2.7 usa uma árvore de desigualdade para investigar desigualdades abaixo do nível estadual, no México. Os municípios mais ricos de Guerreiro, como a estância de Acapulco, têm níveis de alfabetização comparáveis aos dos países de rendimento elevado e hiatos de gênero limitados. Entretanto, nos municípios predominantemente rurais, indígenas e montanhosos, os níveis de alfabetização caem para 28% – metade do nível do Sudão – e 20% para as mulheres. As árvores de desigualdade proporcionam um modo de identificar os padrões complexos de desigualdade que operam abaixo da média nacional.

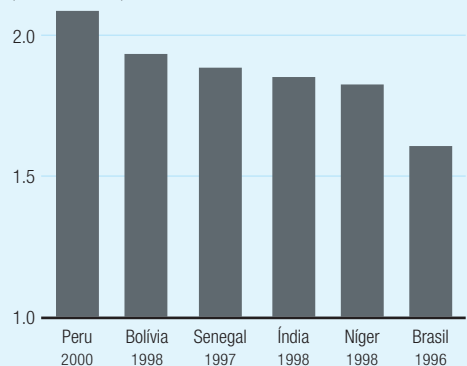
Disparidades rural-urbano

Viver numa área rural é, em muitos países, um marcador de desvantagem. As taxas de pobreza são mais elevadas e o acesso a serviços é menor. No Gana, a incidência da pobreza é de 2% na capital, Acra, mas de 70% na savana rural. A savana rural representa um quinto da população do Gana, mas dois quintos da população que vive na pobreza. Embora esteja a diminuir em Acra, a pobreza tem-se mantido inalterada na savana.¹⁷

A divisão rural-urbano do Gana é igualmente marcada no acesso a serviços básicos. Um em cada cinco residentes rurais tem acesso a água canalizada, contra quatro em cada cinco residentes urbanos. As taxas de mortalidade de crianças com menos de 5 anos são muito mais elevadas nas áreas rurais, re-

Figura 2.8 Crianças rurais enfrentam maior risco de mortalidade

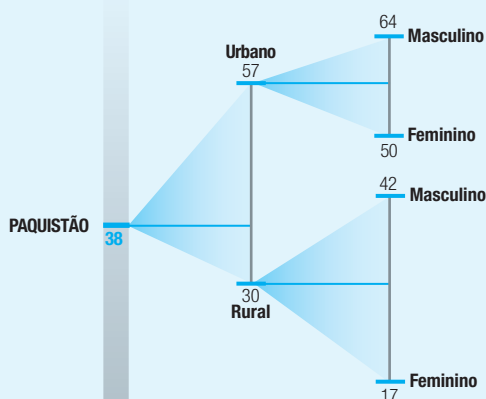
Mortalidade de crianças, taxa rural como um múltiplo da taxa urbana (taxa urbana = 1)



Fonte: Calculado com base em dados da mortalidade de crianças, de Measure DHS 2005.

Figura 2.9 Conclusão escolar no Paquistão

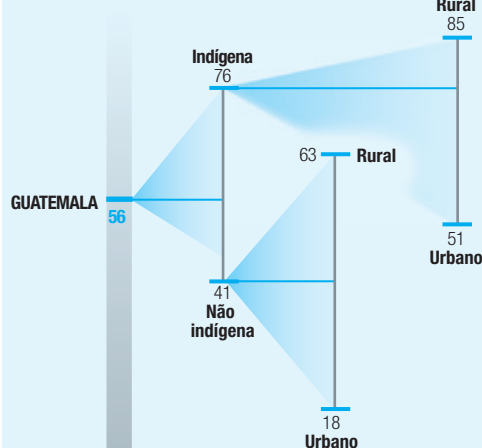
Taxa de conclusão do ensino primário (%)



Fonte: Pakistan Statistics Division 2002.

Figura 2.10 Pobreza na Guatemala – etnicidade e localização

Taxa de privação de rendimento, 2000 (%)



Fonte: World Bank 2003c.

flectindo uma incidência de pobreza mais elevada e uma cobertura de serviços básicos mais limitada. Na Bolívia, as taxas de mortalidade são quase 1,9 vezes mais elevadas entre as crianças rurais do que entre as crianças urbanas (figura 2.8). A divisão rural-urbana amplia as desigualdades de género de forma significativa em muitos países. No Paquistão, o hiato rural-urbano na frequência escolar é de 27 pontos percentuais, mas o hiato entre raparigas rurais e rapazes urbanos é de 47 pontos percentuais (figura 2.9). Em muitos países, a divisão rural-urbano também exacerba as desigualdades entre e dentro de grupos. Os indígenas da Guatemala têm muito mais probabilidade de viver na pobreza, mas os indígenas rurais têm uma incidência de pobreza quase cinco vezes mais do que a média da população não indígena urbana (figura 2.10).

Desigualdade de género

As disparidades de género estão entre as mais profundas e mais penetrantes das desigualdades. Revelam-se de modo especialmente brutal em zonas da Ásia do Sul. Na Índia, a taxa de mortalidade entre crianças de 1 a 5 anos é 50% mais elevada para as raparigas do que para os rapazes. Estas raparigas, privadas de vida porque nasceram com dois cromossomas X, estão entre os 100 milhões de “mulheres em falta” na Ásia do Sul. As taxas de mortalidade mais elevadas entre raparigas e mulheres, do nascimento até cerca dos 30 anos, invertem o equilíbrio demográfico normal dos géneros, apontando para desigualdades estruturais na alimentação, cuidados de saúde e na condição social.

A desigualdade de rendimento reforça resultados de saúde desiguais para as mulheres. Na Indonésia, as taxas de mortalidade materna são quatro vezes mais elevadas entre as mulheres dos 20% mais pobres da população do que entre as mulheres dos 20% mais ricos. As mulheres que morrem durante a gravidez têm o dobro da probabilidade de não ser escolarizadas e menos 50% da probabilidade de ter acesso a água potável.¹⁸ No mundo em desenvolvimento, as mulheres pobres têm menos probabilidade do que as mulheres dos grupos de rendimento mais elevados de ter partos assistidos por técnico qualificado – um indicador chave da mortalidade materna. No Peru e no Iémen, as mulheres dos 20% mais ricos da população têm seis a sete vezes mais probabilidade de ter partos assistidos por técnicos qualificados do

que as mulheres dos 20% mais pobres. As desigualdades baseadas no género, incluindo a mortalidade infantil, estão ligadas a desigualdades mais amplas de possibilidade de vida. No Burkina Faso, as taxas de mortalidade infantil são três vezes mais elevadas nas crianças de mães não instruídas do que nas crianças de mães instruídas.

As disparidades muito visíveis do desenvolvimento humano aqui descritas são o produto de desigualdades estruturais mais profundas, incluindo desigualdades menos visíveis no poder. Dar poder aos pobres é, simultaneamente, um instrumento para reduzir a pobreza e, porque a participação na sociedade é uma dimensão do desenvolvimento humano, um aspecto da redução da pobreza. As pessoas pobres e os grupos desfavorecidos têm, muitas vezes, falta de capacidade de influenciar as instituições controladas por grupos de elite. Mais genericamente, a desvantagem é perpetuada por desigualdades no que pode ser considerado como factores que modelam as capacidades políticas dos pobres: autoconfiança, capacidade de influenciar processos políticos e reconhecimento pelo resto da sociedade.

As desigualdades de poder e as suas consequências não se evidenciam em lugar nenhum mais claramente do que em relação às mulheres. As mulheres experimentam a desigualdade de poder em relação aos homens desde o nível familiar ao político, onde estão universalmente sub-representadas nos órgãos legislativos, órgãos de governo e estruturas políticas locais. As mulheres, especialmente as que têm baixos rendimentos, tendem a ter menos controlo sobre os recursos domésticos, menos acesso à informação e a serviços de saúde e menos controlo sobre o seu tempo. Estes factores estão estreitamente ligados à sua condição nutricional, à qualidade dos cuidados que recebem e à condição nutricional dos seus filhos (caixa 1.3).

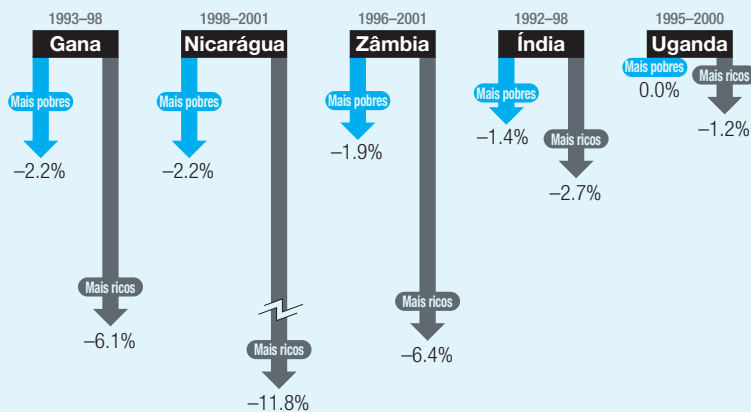
Possibilidades desiguais – desigualdades na saúde e os ODM

As desigualdades nas possibilidades de vida, na escala descrita anteriormente, não são apenas inerentemente injustas. Também são más para os ODM. Profundas desigualdades estão a travar o progresso em muitas áreas. Para demonstrar como as estratégias para reduzir a desigualdade poderiam acelerar o progresso, esta secção analisa a mortalidade de crianças.

Na Índia, a taxa de mortalidade entre crianças de 1 a 5 anos é 50% mais elevada para as raparigas do que para os rapazes

Figura 2.11 Mortalidade de crianças – um hiato cada vez maior entre ricos e pobres

Variação na taxa de mortalidade de menores de cinco, média anual, por quintil de riqueza (%)



Fonte: Calculado com base em dados da mortalidade de menores de cinco, de Gwatkin e outros, a publicar.

Rendimento

Como mostra o capítulo 1, a meta dos ODM de reduzir a mortalidade de crianças em dois terços será falhada por larga margem, nas tendências actuais. Dois factores interrelacionados explicam grande parte do défice. Primeiro, na maioria dos países, os pobres são responsáveis por uma parcela muito maior de óbitos infantis do que seria proporcional com a sua parcela da população. Por outras palavras, os filhos dos pobres estão sobre-representados entre as vítimas da mortalidade de crianças – fortemente em muitos países. No Gana, 36% da mortalidade de crianças ocorre entre os 20% mais pobres da população, enquanto 7% ocorre entre os 20% mais ricos (figura 2.4). Segundo, a taxa de mortalidade de crianças está a cair muito mais lentamente entre os pobres do que a taxa média de declínio na maioria dos países. Os dados por país sugerem que a taxa de mortalidade de crianças entre os 20% mais pobres está a cair a metade da taxa média de declínio, portanto, o hiato da mortalidade entre crianças ricas e pobres está a alargar-se. Na Zâmbia, a mortalidade de crianças entre os 20% mais ricos caiu 6% ao ano na segunda metade da década de 1990 – três vezes mais depressa do que entre os 20% mais pobres (figura 2.11).

Não deveria ser tolerada nenhuma morte de crianças evitável. Mas este padrão actual de progresso também está abaixo do óptimo, na perspectiva da realização da meta dos ODM de uma redução de dois terços. O declínio mais lento está a acontecer precisamente no grupo populacional em que o pro-

gresso acelerado poderia levar às maiores reduções da mortalidade de crianças. Segundo uma estimativa, fechar o hiato nas taxas de mortalidade de crianças entre os 20% mais pobres e a média nacional reduziria os óbitos de crianças em 60%, poupando cerca de 6,3 milhões de vidas por ano. Isto também colocaria o mundo no caminho da realização da meta dos ODM.¹⁹ Este resultado sugere que o fracasso dos governos nacionais e da comunidade internacional em vencer as desigualdades baseadas na riqueza custa a vida de mais de 6 milhões de crianças por ano.

Até se poderia argumentar que esta comparação produz uma avaliação indevidamente conservadora. Utilizando dados do Inquérito Demográfico e de Saúde, calculamos o que aconteceria se a taxa média de mortalidade de crianças caísse para a taxa dos 20% mais ricos. Em relação a muitos países, isso traduzir-se-ia em declínios muito grandes nos óbitos de crianças, reduzindo o total global em mais de metade na Índia e Nicarágua. Em relação à Índia, a redução da mortalidade de crianças diminuiria os óbitos totais em cerca de 1,4 milhões. Em apenas três países – Bangladesh, Índia e Nepal – meio milhão das vidas poupadas seriam de crianças no primeiro mês de vida.

Género

Reduzir a desigualdade de género teria um efeito catalizador na redução dos óbitos de crianças. O efeito seria especialmente acentuado na Ásia do Sul, onde a desigualdade de género está mais profundamente enraizada. Se a Índia fechasse o hiato de género na mortalidade entre raparigas e rapazes de 1 a 5 anos, isso pouparia cerca de 130.000 vidas, reduzindo a sua taxa global de mortalidade de crianças em 5%.²⁰

Vencer desigualdades de género mais amplas teria efeitos ainda mais acentuados por causa dos laços negativos entre privação alimentar materna e mortalidade de crianças. A percentagem de mulheres com falta de peso é quatro vezes mais elevada na Ásia do Sul do que na África Subsariana e as deficiências de nutrientes e vitaminas ligadas ao óbito de crianças são muito maiores. A Ásia do Sul tem níveis mais baixos de pobreza e rendimentos médios mais elevados do que a África Subsariana, mas tem uma taxa de desnutrição de crianças 20% mais elevada. Metade das crianças com falta de peso de todo o mundo vive na Ásia do Sul. Estes défices de desenvolvimento humano estão fortemente associados a desigualdades de género.

Maior equidade de género funcionaria como uma força poderosa para reduzir a mortalidade de crianças. Utilizando dados de países, o Instituto Internacional de Investigação e Política Alimentar estimou que a igualização do acesso de homens e mulheres à educação, alimentação, rendimento e direitos de propriedade, na Ásia do Sul, poderia reduzir a taxa de insuficiência de peso entre as crianças com menos de três anos em 13 pontos percentuais, o que significaria menos 13,4 milhões de crianças subalimentadas vulneráveis à mortalidade precoce. Em relação à África Subariana, a desnutrição de crianças cairia cerca de 3 pontos percentuais, com 1,7 milhões de crianças subalimentadas.²¹ Os caminhos através dos quais a autonomização das mulheres influencia

o bem-estar das crianças incluem maior espaçamento dos partos através de maior controlo da fertilidade, maior utilização de instalações de saúde e melhor conhecimento de intervenções de saúde.

Política pública

Reduzir as desigualdades profundamente enraizadas, baseadas no género, rendimento e região, e que geram taxas desiguais de mortalidade de crianças, exige reformas de grande alcance. Para reduzir a desigualdade, a política pública tem um papel crucial a desempenhar na acção sobre os seus principais factores:

- *Acesso.* Os pobres vivem muitas vezes em áreas escassamente cobertas por serviços básicos de saúde, ou cobertas por instalações que carecem

Caixa 2.2 China – desigualdades crescentes na saúde

Nas últimas quatro décadas, a China registou alguns dos mais rápidos avanços da história do desenvolvimento humano. Durante a década de 1990, o país subiu 14 lugares na classificação do IDH (para 85). A China tem sido a economia com mais rápido crescimento do mundo nas últimas duas décadas, com os rendimentos *per capita* a triplicarem em termos de poder de compra constante. Porém, há indicações preocupantes de que o progresso social começa a ficar para trás do desempenho do crescimento económico, com o abrandamento da taxa de redução dos óbitos de crianças a merecer uma atenção especial.

As desigualdades na saúde parecem estar a contribuir para o problema. As crianças que vivem nas províncias mais pobres e na China rural enfrentam os mais altos riscos de morte. Os níveis de mortalidade de crianças nas áreas urbanas são, em média, cerca de um terço dos níveis das áreas rurais. As taxas de mortalidade de crianças menores de cinco anos variam de 8 por 1.000 nados-vivos em Xangai e Pequim (comparáveis aos Estados Unidos) até 60 na província mais pobre de Guizhou (comparável à Namíbia). O hiato entre províncias ricas e pobres parece estar a alargar-se. O mesmo acontece com o hiato de sobrevivência entre raparigas e rapazes. Pesquisas recentes indicam que as taxas de mortalidade de crianças estão a subir a 0,5% ao ano para as raparigas, enquanto estão a descer a 2,3% ao ano para os rapazes.

As políticas públicas contribuíram para estas desigualdades. Até 1980, a maioria das pessoas pobres da China que viviam em áreas rurais estavam cobertas pelo Sistema Médico Cooperativo. Esse sistema foi desmantelado com as reformas de mercado. Um efeito foi a transferência do peso dos custos de financiamento dos cuidados de saúde da provisão pública para as transferências das famílias. A maioria das pessoas tem, agora, de comprar um seguro de saúde, suportar os custos quando sobem, ou passar sem cuidados de saúde. Hoje, a China gasta 5% do PIB com a saúde, o que é relativamente alto para países com níveis de rendimento comparáveis, mas a despesa pública com a saúde ascende a menos de 2% do PIB. Com efeito, o financiamento da saúde foi privatizado.

A descentralização fiscal reforçou a transição para um sistema baseado no mercado. Os concelhos e distritos mais pobres têm sido

incapazes de juntar receitas suficientes através da tributação, intensificando a pressão sobre os prestadores de serviços de saúde para exigirem o pagamento dos serviços que prestam. Isso inclui a vacinação básica e outros serviços preventivos de saúde. Cobrar por serviços que são bens públicos é economicamente ineficiente e injusto.

A erosão da prestação pública resultou num desencontro entre necessidade e provisão: a despesa *per capita* média com a saúde em áreas urbanas é actualmente 3,5 vezes o nível das áreas rurais. Entre 70% e 80% da população rural não têm cobertura de seguro de saúde. Isto significa que o tratamento episódico de uma doença tem de ser pago pelo próprio, do seu bolso. Os elevados custos dos cuidados de saúde são uma causa de pobreza das famílias e desincentivam a utilização de serviços de saúde. Um estudo encomendado pelo Ministério da Saúde, cobrindo três províncias (Cantão, Shanxi e Sichuan), concluiu que metade dos inquiridos não tinha procurado cuidados de saúde no ano anterior, apesar de ter precisado deles. A principal razão citada foi o custo.

As barreiras do preço podem ser parcialmente responsáveis por um decréscimo da cobertura de vacinação. Durante a década de 1980, a vacinação contra a difteria, tosse convulsa e tétano (DTT3) aumentou de 58% para 97% – uma das taxas de cobertura mais elevadas do mundo em desenvolvimento. Desde então, a cobertura recuou para 90%, de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Há agora o perigo de que a China falhe a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Para a mortalidade de crianças e que o aprofundamento das desigualdades abrande o progresso no sentido dos outros objectivos da saúde. Estas desigualdades radicam num sistema privatizado de financiamento da saúde que parece inadequado para um país com elevados níveis de pobreza. Embora a reforma económica tenha gerado ganhos importantes, os princípios do mercado foram levados longe de mais no sistema de saúde. O próprio governo chinês está a rever actualmente o financiamento dos cuidados de saúde, com vista a reforçar a provisão de serviços às famílias pobres.

Fonte: Lim e outros 2004; Liu, Liu e Meng 1994; Sen 2004.

Mesmo pequenas modificações na distribuição podem reduzir significativamente a pobreza

de medicamentos e pessoal qualificado. O subfinanciamento crônico é parte do problema. Dar cobertura e cuidados de saúde básicos num país de rendimento baixo custa cerca de 30 a 40 dólares per capita. Em grande parte da África, a despesa per capita é inferior a 6 dólares per capita. Nestas condições, mesmo onde existem instalações, é provável que haja falta de medicamentos essenciais.

- *Acessibilidade financeira.* Cobrar os cuidados básicos de saúde aumenta a desigualdade. O pagamento dos cuidados de saúde pode representar uma grande parte do rendimento das pessoas pobres, levando a uma procura reduzida, tratamentos incompletos, ou a um aumento da dívida. No Vietname, uma simples visita ao hospital custa 4% do rendimento mensal das pessoas dos 20% mais pobres da população. Níveis elevados de despesas de saúde familiar não só desincentivam a utilização dos serviços, mas, de acordo com uma estimativa, arrastaram 3 milhões de pessoas do Vietname para a pobreza.²² Na China, a erosão do sistema público de saúde após as reformas económicas do fim da década de 1970 exacerbou as desigualdades de saúde (caixa 2.2). Eliminar taxas de saúde pode aumentar a equidade. Quando o Uganda eliminou taxas em 2001, as visitas às instalações de saúde pública aumentaram 80%, com metade do aumento a verificar-se entre os 20% mais pobres da população. A parcela de famílias que disseram não ter utilizado um serviço de saúde por causa dos elevados custos diminuiu de cerca de 50% em 1999 para 35%

em 2002 – uma redução que foi particularmente acentuada na região mais pobre do país.²³

- *Responsabilização.* Mesmo onde existem serviços públicos de saúde, muitas vezes não são utilizados pelas pessoas pobres. Por exemplo, na Índia, uma grande parte da procura é orientada para fornecedores privados pouco qualificados. Um inquérito num dos distritos mais pobres do Rajastão concluiu que as famílias pobres usavam serviços privados de cuidados de saúde, mesmo quando serviços públicos nominalmente gratuitos estavam disponíveis. Uma razão: mais de metade dos centros de saúde estava fechada durante os períodos em que devia estar aberta. Quando as instalações estão abertas, muitas vezes têm falta de um técnico qualificado no local. Para o conjunto da Índia, resultados de inquérito, com base em visitas inesperadas a clínicas de saúde, mostram que 40% das clínicas não tinham uma pessoa qualificada presente no momento da visita.²⁴ Desenvolver sistemas de saúde mais responsáveis pode melhorar significativamente o acesso e os indicadores de saúde. Por exemplo, em 1987, o Estado brasileiro do Ceará, um dos mais pobres do país, criou um sistema de cuidados de saúde descentralizado e baseado na comunidade, que emprega actualmente mais de 170.000 trabalhadores de saúde. O programa tem sido acompanhado por estratégias para apoiar a monitorização da provisão de serviços de saúde pela comunidade. Em menos de 15 anos, a taxa de mortalidade infantil caiu para um terço do nível de 1987.

O potencial de desenvolvimento humano do crescimento a favor dos pobres

As tendências da desigualdade de rendimento têm uma importante incidência nas dimensões mais amplas do desenvolvimento humano e na privação de rendimentos. Iniciativas no sentido de uma maior equidade distributiva poderiam reduzir acentuadamente a taxa de privação de rendimentos, com vantagens associadas para os ODM e objectivos mais amplos do desenvolvimento humano.

Melhor distribuição pode melhorar o desenvolvimento através de dois caminhos: um estático e outro dinâmico. A qualquer taxa dada de crescimento, quanto maior for a parcela de qualquer incremento na riqueza económica ganha pelos pobres, mais elevado é o rácio da redução da pobreza pelo crescimento – a chamada elasticidade do crescimento da pobreza. Este

é um efeito estático. Os efeitos dinâmicos aparecem quando as alterações na distribuição afectam a taxa de crescimento. A extrema desigualdade pode agir como um travão ao crescimento. Este efeito é especialmente forte na desigualdade de activos. O acesso limitado a activos produtivos, ou a capacidade limitada para impor reivindicações legais, podem restringir a capacidade das pessoas pobres de contrair empréstimos e investir, retardando o crescimento.²⁵ Observações de países sugerem que uma maior equidade distributiva pode acelerar o crescimento e que não há *trade-offs* inerentes entre crescimento e equidade. Assim, uma equidade distributiva melhorada pode gerar um duplo benefício: aumenta o crescimento e a dimensão do bolo económico, permitindo que os pobres obtenham uma fatia maior do bolo.²⁶

Melhorar a distribuição do crescimento

Em países onde os níveis de pobreza e de desigualdade são elevados, mesmo pequenas modificações

na distribuição podem reduzir significativamente a pobreza.

Acelerar a redução da pobreza em cada país

Utilizando dados nacionais do rendimento e despesa das famílias, de vários países, estimámos o impacto potencial na privação de rendimento de uma duplicação da parcela do rendimento nacional dos 20% mais pobres da população, através de uma transferência proveniente dos 20% do topo (ver *Nota técnica 2*). Para países de desigualdade elevada e largas camadas populacionais na pobreza, transferir mesmo uma pequena parcela do rendimento dos 20% do topo poderia elevar grande número de pessoas acima da linha de pobreza. Para o Brasil e México, a transferência de 5% do rendimento dos 20% mais ricos teria os seguintes efeitos:

- No Brasil, cerca de 26 milhões de pessoas seriam elevadas acima da linha de pobreza de 2 dólares por dia, reduzindo a taxa de pobreza de 22% para 7%.

Caixa 2.3 Crescimento progressivo e a favor dos pobres

Toda a gente defende o “crescimento a favor dos pobres”. O conceito, tal como o “crescimento partilhado”, a sua variante mais recente e cada vez mais popular, capta a ideia de que a qualidade do crescimento, bem como a quantidade, são importantes para a redução da pobreza. Mas o conceito significa coisas muito diferentes para pessoas diferentes. O Banco Mundial e as agências internacionais de desenvolvimento preferem uma definição absoluta de crescimento a favor dos pobres. O que importa nesta concepção não é se os rendimentos das pessoas pobres estão a aumentar em relação ao rendimento médio, mas sim a rapidez com que estão a subir. Nesta definição, o crescimento a favor dos pobres pode ser consistente com uma desigualdade crescente, mesmo em países já marcados por desigualdades extremas.

A definição progressiva de crescimento a favor dos pobres adoptada neste Relatório foca a situação relativa dos pobres. Destaca o potencial de pequenas alterações distributivas para produzir ganhos fundamentais para a redução da pobreza.

Serão apenas diferenças semânticas? Ou têm relevância directa para o desenvolvimento humano? As diferenças podem ser exageradas: todas as partes no debate preferem uma redução rápida da pobreza. Por extensão, ninguém defende que níveis baixos de desigualdade sejam implicitamente bons para a redução da pobreza. Se fossem, o Benim, com baixo crescimento e baixa desigualdade (um coeficiente de Gini de cerca de 36 na década de 1990) teria melhor desempenho do que a China. Porém, estão em jogo duas coisas importantes, ambas ligadas ao equilíbrio entre crescimento económico e distribuição.

Fonte: Kakwani, Khandker e Son 2004; Ravallion 2005; DFID 20054b.

A primeira questão é de justiça social. Na definição absoluta, um crescimento distributivamente neutro é a favor dos pobres: qualquer crescimento que aumente o rendimento dos pobres pode considerar-se a favor dos pobres. É difícil enquadrar isto nas ideias básicas de justiça social. Se toda a gente no Brasil partilhasse incrementos do crescimento segundo o padrão actual de distribuição, os 20% mais ricos receberiam 85 cêntimos de cada dólar. Os 20% mais pobres receberiam 3 cêntimos. Como todos melhoram – incluindo os pobres – o crescimento pode ser considerado a favor dos pobres. Mas se se atribuir maior peso ao bem-estar dos pobres, então esse padrão de distribuição não é consistente com princípios básicos de equidade e justiça social.

A segunda questão tem a ver com a conversão do crescimento em redução da pobreza. Se o objectivo central da política é maximizar o impacto do crescimento na redução da pobreza, então a distribuição é importante. Tudo o resto constante, quanto maior for a parcela de qualquer incremento do crescimento capturada pelos pobres, maior é a taxa de redução da pobreza. Aumentar a sua parcela de crescimento adicional pode acelerar a taxa a que a prosperidade crescente reduz a pobreza, elevando ao mesmo tempo a taxa de crescimento global.

A abordagem do crescimento progressivo foca a atenção nas desigualdades estruturais que negam aos pobres e aos grupos marginalizados uma oportunidade de contribuir para o crescimento e nele participar em termos mais equitativos. Coloca a redistribuição, juntamente com o crescimento, no centro da agenda da política para reduzir a pobreza extrema.

Quanto mais pequena for a parcela dos pobres em qualquer incremento do rendimento, menos eficiente é o crescimento como mecanismo de redução da pobreza

- No México, cerca de 12 milhões de pessoas seriam tiradas da pobreza, tal como é definida nacionalmente, reduzindo a taxa de pobreza de 16% para 4%.

É claro que isto é um exercício estático. Ilustra o impacto na pobreza de uma hipotética transferência dos ricos para os pobres. Numa sociedade que atribui maior peso aos ganhos de bem-estar para os pobres do que para os ricos, a transferência talvez fosse considerada como aumento de bem-estar para o conjunto da sociedade, mesmo que alguns perdessem.

Outro caminho para melhorar a distribuição é o crescimento progressivo – um padrão de crescimento em que os rendimentos médios estão a crescer, mas os rendimentos das pessoas pobres estão a crescer ainda mais depressa.

Isto é um processo de soma positiva em que ninguém perde e os pobres ganham proporcionalmente mais. Pode pensar-se no crescimento progressivo como um processo dinâmico em que as pessoas pobres produzem o seu modo de sair da pobreza, aumentando ao mesmo tempo a sua contribuição para a riqueza nacional (caixa 2.3).

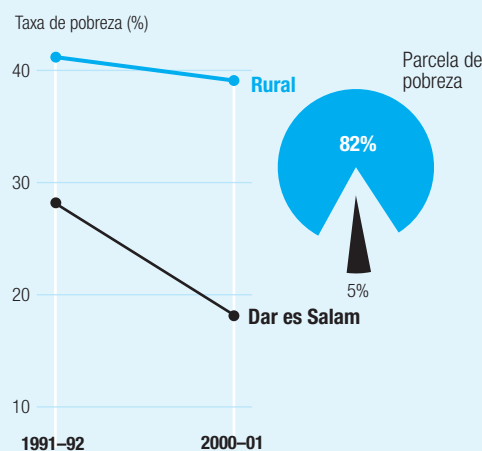
Mesmo um crescimento modestamente progressivo pode ter um forte impacto na pobreza. Mais uma vez, utilizamos modelos de simulação do crescimento com base em dados do inquérito ao rendimento nacional das famílias para demonstrar os efeitos para o Brasil e México. Construímos dois cenários. O primeiro, um cenário neutro em relação à distribuição, assume a continuação das tendências actuais de crescimento, sem alteração da distribuição. Aumentos do rendimento são distribuídos em linha com as parcelas do rendimento existente: se os 20% mais pobres respondem por 1% do rendimento actual, receberiam 1 cêntimo por cada dólar gerado pelo crescimento. O segundo, um cenário de crescimento progressivo, pressupõe que as pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza dupliquem a sua parcela no crescimento futuro. No caso acima mencionado, se os 20% mais pobres representassem a população que vive na pobreza, a sua parcela no crescimento futuro aumentaria de 1 para 2 cêntimos em cada dólar. Considerando o elevado grau de desigualdade, tanto no Brasil como no México, este é um cenário modesto para o crescimento a favor dos pobres. Mesmo assim, os resultados são chocantes. Relativamente ao Brasil, reduz o tempo necessário para a família mediana cruzar a linha de pobreza em

19 anos. Relativamente ao México, reduz o tempo em 15 anos (ver *Nota técnica 2*).

Argumenta-se por vezes que a distribuição tem maior relevância para os países de rendimento médio e desigualdade elevada do que para os países de rendimento baixo e crescimento baixo, que são os que estão mais fora do caminho da realização dos ODM. Isto está correcto no sentido em que, como demonstram as simulações do Brasil e do México, mesmo uma redistribuição modesta pode produzir grandes resultados na redução da pobreza em países de rendimento médio e desigualdade elevada. Mas a distribuição do crescimento também é muito importante para países de rendimento baixo.

A África Subsariana demonstra isso mesmo. Uma consequência da estagnação económica na região tem sido um aumento da taxa de crescimento necessária para atingir o objectivo dos ODM de redução da pobreza para metade. Alguns países – África do Sul, Etiópia, Senegal e Tanzânia, entre outros – precisam de crescer a cerca de 3% *per capita* ao ano para atingir a meta. Contudo, a análise com base em inquéritos às famílias (em países que representam 78% da população da região) sugere que a taxa ponderada de crescimento anual médio necessária para a região atingir os ODM é de 5% *per capita* durante 10 anos.²⁷ Isto numa região onde o crescimento *per capita* anual médio é de 1,6% para o período 2000-2006. Mesmo que a recuperação actual nalguns países seja sustentada, as necessidades de crescimento dos ODM são implausíveis para um grande grupo de países.

Figura 2.12 Tanzânia – redução da pobreza limitada à capital



Fonte: Demombynes e Hoogeveen 2004.

Significa isto que a África Subsariana está destinada a fracassar nos ODM? Não, se a região combinar um aumento mais modesto do crescimento com um padrão melhor de distribuição do rendimento.

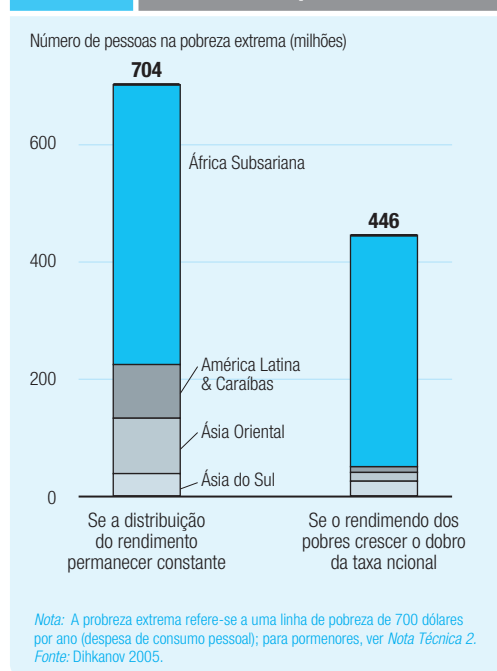
Isto pode ser demonstrado em relação ao Quênia – um país que está inequivocamente fora do caminho da redução da pobreza extrema para metade até 2015. Se o Quênia atingisse uma taxa de crescimento *per capita* de 1% com os padrões actuais de distribuição, não reduziria a pobreza para metade até 2030. Duplicar a parcela dos pobres no crescimento futuro, mesmo à taxa de crescimento *per capita* de 1%, permitiria ao Quênia reduzir a pobreza para metade até 2013, atingindo a meta dos ODM. Por outras palavras, o crescimento a favor dos pobres reduziria o horizonte temporal para a redução da pobreza para metade, em 17 anos. O ponto mais importante aqui, é que a desigualdade extrema pode limitar a redução da pobreza em países de rendimento baixo e em países de rendimento médio, pela mesma razão: quanto mais pequena for a parcela dos pobres em qualquer incremento do rendimento, menos eficiente é o crescimento como mecanismo de redução da pobreza. No Vietname, o rácio entre o crescimento médio do rendimento e redução da pobreza é de aproximadamente 1:1. Para países de desigualdade elevada, como a Bolívia e Zâmbia, o rácio é de cerca de 1:0,5.²⁸ Por outras palavras, é preciso o dobro do crescimento para atingir o mesmo nível de redução da pobreza.

Estes casos demonstram que a qualidade e a composição do crescimento têm tanta importância como a quantidade. À medida que os governos da África Subsariana procuram consolidar a recuperação económica, torna-se cada vez mais urgente dar prioridade à qualidade do crescimento. Com os padrões actuais de crescimento, há o perigo de que a recuperação económica deixe os pobres para trás. Por exemplo, o êxito da Tanzânia no aumento do crescimento global tem tido um impacte insignificante nas taxas de pobreza. Os rendimentos *per capita* médios subiram 1,8% ao ano desde 1995, mas a pobreza tem estado a cair com demasiada lentidão para atingir os ODM. Entre 1991 e 2001, a taxa de pobreza caiu de 39% para 36%, com grandes variações subjacentes. Os níveis de pobreza caíram acentuadamente em Dar es Salaam, mas só marginalmente em áreas rurais (figura 2.12). O problema: as áreas rurais representam 82% da pobreza.

Em grande parte da África, o desafio é, então, não só acelerar o crescimento, mas garantir que as pessoas pobres contribuam para o processo de crescimento, através do aumento da produção e da produtividade, e que obtenham uma parcela maior do que a parcela actual dos incrementos do crescimento. Para a política pública, isto significa muito mais atenção aos pequenos agricultores; às áreas agrícolas marginais, alimentadas pelas chuvas; e aos investimentos públicos para construir os activos dos pobres e as infra-estruturas que os servem.

O papel do sector privado também é crucial para o crescimento a favor dos pobres. As pequenas e médias empresas, em particular, desempenham um papel central – como empregadoras, fornecedores de *inputs* e como ligação aos mercados. As empresas privadas podem contribuir para a redução da pobreza dando poder às pessoas, aumentando as opções e fornecendo uma vasta gama de bens e serviços. No Bangladeche, a GrameenPhone, o maior fornecedor de serviço de telefones celulares do país, opera um programa rural que serve mais de 50 milhões de pessoas, permitindo que as microempresas funcionem mais eficientemente, com a melhoria do acesso à informação de mercado. Noutros locais, a ausência de microempresas pode reduzir a concorrência, fazendo subir os custos dos *inputs* e fazendo

Figura 2.13 Pobreza extrema: dois cenários para 2015



Caixa 2.4 O objectivo da redução da pobreza infantil no Reino Unido

Na maioria dos países desenvolvidos, a pobreza é medida em termos relativos, mais do que em termos absolutos. Isto significa que a referência para medir a pobreza – e a redução da pobreza – é normalmente definida em relação a uma média ou media de rendimento. Assim sendo, quando os governos estabelecem metas para reduzir a pobreza o seu alvo são as mudanças na distribuição, o que envolve limitar o hiato entre os mais pobres no extremo da distribuição do rendimento e a referência em causa.

A experiência no Reino Unido realça alguns dos problemas associados à redução relativa da pobreza. No final da década de 1990, o governo do Reino Unido estabeleceu metas ambiciosas para a redução da incidência de pobreza infantil, colocando assim a questão da distribuição no centro da política governativa. Neste contexto, a pobreza infantil é definida como as condições de vida numa família com um rendimento abaixo dos 60% da mediana, depois de subtraídas as despesas do governo da casa. A política fiscal e o estabelecimento como alvo das transferências para os pobres foram os pontos centrais das medidas que tinham como objectivo atingir a meta. Contudo, a evolução do mercado de trabalho, incluindo do aumento dos rendimentos no topo da redistribuição, exerceu pressão na direcção oposta.

No final dos anos 90, o Reino Unido tinha uma das mais elevadas taxas de pobreza infantil na Europa. Em 1998, cerca de 4,6 milhões de crianças – uma em cada três crianças – viviam abaixo do limiar de pobreza. Estes altos níveis de pobreza – o dobro do que eram em finais dos anos 1970 – foram uma herança da década de 1980, caracterizada por um padrão de crescimento marcadamente em prol da riqueza que deixara para trás os pobres. No fim da década de 1970, os 10% mais ricos da população recebiam 21% do rendimento total disponível. Vinte anos mais tarde, essa percentagem tinha subido para 28%: quase tanto como toda a metade inferior da população. Os rendimentos médios anuais dos 20% mais ricos aumentaram cerca de dez vezes em relação aos dos 20% mais pobres (3,8% em comparação com 0,4%). O coeficiente de Gini do Reino Unido saltou de 25 para 35 em meados dos anos 90 – um dos mais elevados aumentos da desigualdade do mundo.

Duas forças principais estimularam o aumento da desigualdade: alterações subjacentes das remunerações e o impacte de políticas governativas que reduzem os impostos de quem ganha muito ao mesmo tempo que reduz os benefícios dos pobres.

Embora o crescimento da desigualdade tenha parado até ao princípio da década de 1990, a pobreza infantil manteve-se excepcionalmente elevada segundo padrões históricos. Uma de cada quatro crianças ainda vivia abaixo da linha de pobreza durante o boom económico do fim da década de 1990, reflectindo um novo aumento no coeficiente de Gini.

Em 1999, foram anunciadas metas ambiciosas quanto à da pobreza infantil no período de uma geração. O primeiro patamar era reduzir em um quarto, a partir dos níveis de 1998, até 2004-2005 e depois, para metade, por volta de 2010.

A redistribuição fiscal desempenhou um papel central nas estratégias para alcançar a meta. Foram introduzidos grandes aumentos do apoio financeiro às famílias com filhos entre 1999 e 2001. A maioria da despesa adicional foi orientada para benefício e créditos fiscais dos empregados, o que fez aumentar os rendimentos das famílias de trabalhadores que ganhavam pouco mas que tinham filhos. Os benefícios de rendimentos sem ser do trabalho foram também aumentados para as famílias com filhos.

Foram consideráveis os ganhos para as famílias mais pobres. O Instituto de Estudos Fiscais (IFS) calcula que os rendimentos dos 20% mais pobres aumentaram mais de 20% como resultado das reformas entre 1997 e 2004. Embora o governo tenha desvalorizado as com sequências redistributivas, tais consequências foram acentuadas. E as consequências sobre o mercado do trabalho também influenciaram o evoluir da situação para se alcançar as metas. Na medida em que a taxa de desemprego do Reino Unido caiu para mínimos históricos, nos finais da década de 90, a melhoria dos salários no extremo inferior do estrato contribuiu para quedas substanciais da pobreza infantil relativa. Em 2003-2004, viviam na pobreza menos 600.000 crianças do que em 1998.

Todavia, mesmo sendo impressionante tal descida, as perspectivas de alcançar o objectivo continuam a ser incertas. Mais 400.000 crianças terão de ser arrancadas à pobreza, durante o próximo ano, para se atingir a meta de 2004-2005. O objectivo seguinte – reduzir a pobreza infantil para metade até 2010 – revelar-se-á ainda mais difícil de alcançar. Mas por que é que tem sido tão difícil atingir a meta, mesmo com uma acentuada redistribuição fiscal?

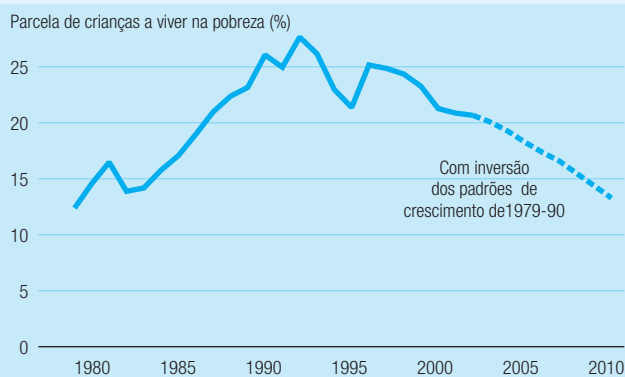
A resposta reside no facto de a política fiscal ter os seus limites. Enquanto as transferências fiscais estão a reduzir a desigualdade desde 1997, os mercados laborais estão a puxar noutra direcção. Os níveis de rendimento estão a crescer abaixo da taxa mediana entre mais ou menos os 15% mais pobres. Entretanto, o nível global de desigualdade permanece de facto imutável desde o seu nível de 1997.

Para além do mercado laboral, a análise do IFS mostra que grande parte do aumento da pobreza infantil no Reino Unido resulta não só do aumento da desigualdade de rendimento mas também da alteração da situação relativa das famílias na distribuição dos rendimentos. Por exemplo, o número de famílias monoparentais e de famílias com os dois pais sem trabalho aumentou acentuadamente, factores fortemente associados à pobreza. Assim, alcançar o objectivo exigirá mais redistribuição, uma alteração dos padrões de trabalho e emprego entre os pais e talvez alterações mais fundamentais da distribuição subjacente das remunerações e dos rendimentos.

A importância de mudar a distribuição dos rendimentos pode ser demonstrada com referência a uma variante do modelo de crescimento a favor dos pobres utilizado noutra parte deste capítulo. Como se fez notar anteriormente, os anos 80 foram uma década favorável aos ricos, com rendimentos no extremo superior do espectro a crescerem muito mais rapidamente do que os que estão no extremo inferior. Numa simulação feita para o *Relatório do Desenvolvimento Humano*, o Instituto de Estudos Fiscais calculou o que aconteceria à pobreza infantil ao longo dos próximos dez anos, se o padrão de distribuição dos anos 80 fosse invertido. Assim, por exemplo, os rendimentos dos 10% mais pobres poderiam crescer a 3,7% ao ano, o crescimento médio alcançado pelos 10% mais ricos entre 1979 e 1990, enquanto se calcula que os 10% mais ricos cresçam a 0,4%, o crescimento médio dos 10% mais pobres entre 1979 e 1990.

A alteração distributiva reduziria a incidência da pobreza infantil de 23% para 17%, por volta de 2010 (ver figura). Embora isto ainda fique aquém do objectivo de 2010, a simulação não tem em consideração o potencial da política fiscal para preencher o hiato. Por outras palavras, se os próximos dez anos fizessem pelos pobres o que os anos 80 fizeram pelos ricos, isso colocaria o Reino Unido a ponto de alcançar os objectivos da luta contra a pobreza infantil.

Pobreza infantil no Reino Unido



Fonte: Goodman 2005.

Fonte: Goodman 2005; Hills 2004.

A evolução da situação no Reino Unido suscitou algumas questões relativas à pobreza que têm carácter distinto das que estão associadas aos ODM, embora apresentem algumas semelhanças marcantes. Talvez de modo extremamente óbvio, a fixação das metas veio trazer para o centro do debate sobre as políticas públicas um problema crucial de desenvolvimento humano. A própria meta indicia uma importante mensagem acerca das prioridades governamentais. As políticas fiscais têm sido elaboradas tendo em vista essa prioridade. Ao mesmo tempo, as mais amplas forças sociais e económicas que configuram os padrões de distribuição dos rendimentos, durante um período de alto crescimento e de baixo desempenho, atrasam a progressão rumo à meta estabelecida. Ironicamente, o êxito económico, em conjunto com os limites da redistribuição discal, podem aumentar, em termos absolutos, os rendimentos dos pobres sem acelerar os progressos no sentido da redução da pobreza infantil.

baixar os preços dos bens vendidos pelas comunidades de áreas pobres ou remotas. Os elevados custos da regulação governamental e o limitado acesso ao crédito estão entre os principais constrangimentos da capacidade das empresas privadas de pequena dimensão para funcionarem como uma força mais dinâmica na redução da pobreza. Em média, iniciar uma empresa na África Subsariana custa 224% do rendimento nacional médio, comparado com 45% na Ásia do Sul e 7% nos países de rendimento elevado.

Acelerar globalmente a redução da pobreza

Até agora, temos olhado apenas para os benefícios potenciais do crescimento a favor dos pobres na aceleração da redução da pobreza, considerando os países separadamente. Utilizando o modelo de distribuição do rendimento global, delineado no capítulo 1, aumentamos proporcionalmente a escala deste exercício. O modelo dá uma aproximação da distribuição global do rendimento ajustado às paridades do poder de compra, para ter em conta as diferenças de preços entre países. Utilizamos o modelo para simular o que aconteceria às tendências globais da pobreza apresentadas na nossa projecção para 2015, se as pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza obtivessem uma parcela do crescimento futuro igual ao dobro da parcela actual – com efeito, estendendo o modelo nacional de crescimento a favor dos pobres

para o nível global. Tal como nos exercícios globais, relativamente aos países com tendências de crescimento positivo, assumimos que a tendência se manterá. Relativamente aos países com tendências de crescimento negativo, utilizamos uma projecção de crescimento positivo, baseada em médias regionais de 2000-2006.

Os resultados da simulação são impressionantes (figura 2.13). A redistribuição a favor dos pobres tem um efeito marginal na distribuição total do rendimento global, mas tem também um efeito assinalável sobre a pobreza. No cenário do crescimento a favor dos pobres, em 2015:

- O número de pessoas que vivem em pobreza extrema cai de 704 milhões para 446 milhões – um declínio de um terço.
- A incidência mundial da pobreza cai de 10% para 6%.
- O caminho do crescimento a favor dos pobres reduz acentuadamente a pobreza em todas as regiões, embora também aumente a parcela da pobreza que a África Subsariana representa – um resultado que demonstra a importância de estimular o crescimento económico e melhorar a distribuição.

Pobreza relativa nos países pobres

Estes exercícios de simulação ocupam-se da pobreza extrema. Os efeitos do crescimento na distribuição dependem da definição de pobreza utilizada. Os efei-

tos da distribuição são mais fortes numa definição relativa de pobreza, pela razão óbvia de que o indicador de pobreza se torna uma função da distribuição. Em última análise, a decisão acerca da medida adequada é um juízo de valor.

A maioria dos países ricos define pobreza em termos relativos. A pobreza infantil é um indicador particularmente sensível para a privação de rendimento nos países ricos. Dá uma perspectiva da dimensão da privação e é também um indicador da desvantagem herdada e da transmissão da pobreza entre gerações. Relativamente a 17 dos 24 países da OCDE, na década de 1990, pesquisas do Fundo das Nações Unidas para a Infância mostram um aumento da pobreza infantil, definida como a vida numa família com um rendimento inferior a

50% da média nacional.²⁹ Isto significa que 40 a 50 milhões de crianças estão a crescer na pobreza, nos países mais ricos do mundo. Dois membros da OCDE – Estados Unidos e México – têm a distinção dúbia de possuírem taxas de pobreza infantil de mais de 20%. O Reino Unido tem tido algum êxito ultimamente na inversão de um aumento rápido da pobreza infantil. A redistribuição através da transferência fiscal tem desempenhado um papel central, sugerindo que a despesa a favor dos pobres pode ser uma força potente para reduzir a pobreza infantil. Mas também demonstra que as forças mais alargadas que moldam a distribuição do rendimento, nomeadamente as desigualdades do mercado de trabalho, são obstáculos difíceis de ultrapassar (caixa 2.4).

Caixa 2.5 Investimento público na transformação social

No final do século XVIII, os grandes pensadores do Iluminismo europeu defendiam programas sociais ambiciosos para reduzir a desigualdade e a vulnerabilidade dos pobres e a sua dependência da providência social – com um papel central da política pública no financiamento dos investimentos necessários para a transformação social. Essas ideias continuam a ser profundamente relevantes.

Em França, Antoine-Nicola de Condorcet estabeleceu um plano corajoso para erradicar toda a desigualdade “que acarrete pobreza, humilhação, ou dependência”. O plano via a educação financiada publicamente, a protecção contra a doença e pensões na velhice como a chave do progresso social. A aplicação prática desta abordagem em Inglaterra foi delineada em *Rights of Man*, de Thomas Paine, que defendia um sistema de seguro universal financiado através da tributação. A sublinhar estas abordagens estava a ideia de que a política pública devia criar uma saída sustentável da pobreza, dotando as pessoas de activos, segurança e oportunidades necessárias para quebrar o ciclo da pobreza.

Transferências fiscais bem projectadas fornecem mais do que ajuda temporária. Fornecem um mecanismo redistributivo, através do qual os investimentos na redução da pobreza podem produzir desenvolvimento humano e retornos económicos muito maiores do que o investimento inicial. Entre as estratégias, contam-se:

- *Transferências de rendimentos para grupos vulneráveis.* As transferências de rendimentos permitem aos decisores políticos aumentar os rendimentos de grupos vulneráveis. O sistema de pensões de velhice da África do Sul é um exemplo. Destinado originalmente à provisão de serviços para a população branca, foi estendido à população negra idosa e a famílias vulneráveis com filhos. Em 2001, os pagamentos foram acima de 80% do orçamento da segurança social. As transferências foram fundamentais para baixar a desigualdade dos rendimentos (o coeficiente de Gini da África do Sul baixou de 67 em 1991 para 59 em 2000). Os pagamentos permitiram que as famílias assegurassem créditos e investissem em actividades produtivas (alugar equipamento,

comprar *inputs* agrícolas melhorados), refutando a ideia de que as transferências sociais afastam a iniciativa privada. As transferências também resultaram em ganhos palpáveis na saúde. Entre as crianças negras com menos de 5 anos, estas transferências levaram a um aumento da altura estimado em cerca de 8 centímetros – equivalente ao crescimento de seis meses.

- *Transferências baseadas no emprego.* As transferências ligadas ao emprego podem dar segurança às famílias vulneráveis durante períodos de extrema tensão – a seguir a uma seca, por exemplo. O Programa de Garantia de Emprego de Madrastra é um dos exemplos mais conhecidos. Desde meados da década de 1970, deu aos trabalhadores rurais e aos pequenos agricultores até 100 dias de emprego pago em programas de obras rurais. As mulheres representam quase metade dos beneficiários. Estender o programa a toda a Índia custaria 0,5 a 1% do rendimento nacional em transferências para 40 milhões de trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Se fosse eficazmente dirigido, isto elevaria a maioria dos beneficiados para cima da linha de pobreza.
- *Transferências baseadas em incentivos.* Os governos podem usar transferências fiscais para promover metas mais alargadas de desenvolvimento humano. No México, o programa Oportunidades visa transferências de rendimentos para famílias de municípios vulneráveis, sendo condição de elegibilidade as crianças frequentarem a escola e visitarem clínicas de saúde. Mais de 5 milhões de famílias estão abrangidas e há provas fortes de melhorias na frequência escolar, nutrição e níveis de rendimento: avaliações recentes sugerem que mais de 60% das transferências chegam a famílias dos 20% mais pobres da população. O programa custa actualmente 0,2% do PIB. O rendimento baixo não é uma barreira à transferência baseada em incentivos. Vários países muito pobres têm utilizado sistemas destes, por exemplo para aumentar a participação das raparigas na escola (ver caixa 1.7 acerca do Bangladesh).

Fonte: Jones 2004; Lund 2002, 2004; ODI 2004; Case e Deaton 1998; Indiatgether.org 2004; Coady, Grosh e Hoddinott 2004; Coady e Parker 2005; México, Secretaria de Desarrollo Social 2005.

Alcançar o crescimento a favor dos pobres

O que emerge dos exercícios de simulação apresentados nas secções anteriores é que as políticas e os padrões de crescimento que melhoram a distribuição podem ser armas poderosas na luta contra a pobreza. Claro que nem todas as políticas para melhorar a distribuição são implicitamente boas para o crescimento – e níveis baixos de desigualdade não são um substituto do crescimento acelerado. Mas os decisores políticos nem sempre são obrigados a estabelecer *trade-offs* – muitas estratégias de redução da desigualdade terão efeitos positivos no crescimento. Isto sugere que aumentar a parcela dos pobres no crescimento deveria constituir uma parte central das estratégias para atingir os ODM e para ampliar os objectivos de desenvolvimento humano (ver caixa 2.3).

Não existe um caminho único para atingir este objectivo. Anular os hiatos na oportunidade educacional é um ponto de partida decisivo. Em quase todos os países, as desigualdades na educação encontram-se entre os mais poderosos condutores das desigualdades de rendimento, saúde e oportunidades, incluindo oportunidades para participar na sociedade e influenciar os processos políticos. A educação tem o potencial para actuar como um igualador de oportunidades e também como uma força para o crescimento económico e a eficiência. Mas este potencial só pode ser libertado através de políticas públicas que removam sistematicamente as barreiras sociais, económicas e culturais, olhando de frente os grupos em desvantagem. Do mesmo modo, as desigualdades profundas na saúde e as crescentes vulnerabilidades associadas ao acesso desigual aos cuidados de saúde estão relacionadas com as profundas desigualdades de oportunidade. Episódios repetidos de saúde precária minam a produtividade, diminuem a possibilidade das crianças usufruírem da educação e prendem as famílias em ciclos de pobreza. Tal como no sector da educação, ultrapassar essas desigualdades na saúde exige investimento público para aumentar a oferta de educação de boa qualidade e medidas para reduzir os obstáculos à procura. Desigualdades de rendimento reflectem a distribuição de activos e de oportunidades e o funcionamento dos mercados. Mas são influenciadas pela tributação e pela despesa dos governos. Em muitos países, as transferências fiscais já estão a estreitar as desigualdades

extremas. No Chile, por exemplo, estão a estreitar o hiato entre os rácios de rendimento dos 20% mais ricos e mais pobres da população, de 20:1 para 10:1. Numa perspectiva de desenvolvimento humano, as transferências fiscais com retornos mais elevados são os investimentos que constroem capacidades e fornecem protecção durante períodos de vulnerabilidade aguda (caixa 2.5).

Uma exigência óbvia para que transferências fiscais significativas aliviem a pobreza é a vontade – e a capacidade – do Estado mobilizar receitas. Em grande parte da América Latina, a aversão à tributação limita esta condição. O México recolhe apenas 13% do PIB em receita fiscal – menos do que o Senegal é capaz de fazer. A capacidade da Índia para redistribuir os benefícios do crescimento mais elevado através do sistema fiscal está igualmente constrangida por uma taxa de imposto sobre o rendimento de apenas 10%. Após duas décadas de crescimento, essa taxa não aumentou.

A transferência fiscal é um mecanismo para aumentar o rendimento dos pobres acima do nível determinado pelo crescimento actual e pelos padrões de distribuição. Mais geralmente, o crescimento a favor dos pobres exige uma concentração do investimento público nos mercados em que as pessoas pobres operam. Em muitos países, o desafio é mudar o enfoque político para os pequenos produtores e para as áreas mais marginais que representam o grosso da pobreza. O problema é que a produção de bens de subsistência e de colheitas de rendimento em áreas pobres é constrangida pelo acesso restrito aos mercados, elevados custos de transporte e acesso restrito ao crédito. Compondendo este problema, as pessoas pobres – especialmente as mulheres pobres – têm falta de activos, direitos legais e poder político necessários para aumentar a produtividade e o rendimento.

O controlo dos activos é decisivo. Afirmam-se, por vezes, que há um *trade-off* potencial na agricultura entre maior equidade através da reforma agrária e maior crescimento. Também aqui os *trade-offs* são mais aparentes do que reais. As reformas redistributivas na agricultura já mostraram resultados na redução da pobreza, levando a grandes progressos em países como a China, Coreia do Sul e Vietname. No Bengala Ocidental, Índia, a produção agrícola e os rendimentos subiram na sequência da reforma do arrendamento e do reconhecimento dos direitos dos pobres à terra. O contraste com o Paquistão é im-

A agenda dos ODM deve ir para além das médias nacionais para enfrentar as desigualdades estruturais

pressionante. O *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano do Paquistão* concluiu que os rendeiros mais pobres pagam 28% do valor da sua produção aos senhorios, enquanto os outros rendeiros pagam 8%.³⁰ As transferências de dinheiro e de colheitas dos rendeiros pobres para os senhorios são uma importante fonte de privação de rendimento. Muitos dos pagamentos são disputados. Todavia, os pobres não utilizam o sistema judicial para apresentar as reclamações. Principal razão: o custo médio de uma disputa é 20% mais elevado do que o rendimento familiar anual médio dos rendeiros mais pobres.

* * *

A mensagem central deste capítulo é que a distribuição deveria ser colocada no centro das estratégias de desenvolvimento humano. A nível nacional, isso implica que os planos para atingir os ODM, incluindo os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza que estabelecem um quadro para a cooperação entre países em desenvolvimento e doadores,

deveriam incluir medidas para corrigir as desigualdades extremas. A agenda dos ODM deve ir para além das médias nacionais para enfrentar as desigualdades estruturais ligadas à saúde, género, localização e activos, que estão a prejudicar o progresso do desenvolvimento humano. Os governos deveriam assumir um compromisso expresso com o objectivo de reduzir a desigualdade e os hiatos nas oportunidades, adicionando-o ao agregado das metas dos ODM.

A nível global, a comunidade internacional precisa de agir de acordo com os compromissos assumidos na Declaração do Milénio para vencer as desigualdades internacionais extremas. A acção internacional não pode compensar a má governação e as más políticas nacionais. Mas pode criar um ambiente facilitador, em que os governos empenhados no desenvolvimento humano possam ter êxito. O resto deste Relatório incide em três pilares da cooperação internacional, que precisam de ser reconstruídos para o desenvolvimento humano: ajuda internacional, comércio e prevenção dos conflitos violentos.

3

AJUDA PARA O SÉCULO XXI

**“A fome é, na realidade,
a pior de todas as armas
de destruição maciça, fazendo
milhões de vítimas todos os
anos. Combater a fome e a
pobreza e promover
o desenvolvimento é o modo
verdadeiramente sustentável
de alcançar a paz mundial...
Não haverá paz sem
desenvolvimento e não haverá
paz nem desenvolvimento
sem justiça social.”**

Presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva ¹

“Esta crescente divisão entre riqueza e pobreza, entre oportunidade e miséria, é um desafio à nossa compaixão e uma fonte de instabilidade.”

Presidente dos EUA

George W. Bush²

A ajuda internacional é uma das armas mais poderosas na guerra contra a pobreza. Hoje, essa arma é subutilizada e mal orientada. Há muito pouca ajuda e muito do que é fornecido tem fraca ligação ao desenvolvimento humano. Estabelecer o sistema internacional de ajuda é uma das prioridades mais urgentes que os governos enfrentam no início da contagem decrescente dos 10 anos até 2015.

Este capítulo estabelece uma agenda para repensar a ajuda internacional, uma agenda que é relevante tanto para os países ricos como para os pobres. Muitas pessoas igualizam a ajuda à caridade – um acto de generosidade de sentido único, dirigido dos países de rendimento elevado para as suas contrapartes de rendimento baixo. Acreditar nisto é um erro. A ajuda deve ser encarada como um investimento e não como uma despesa – e como um investimento na segurança e prosperidade partilhadas. Permitindo que as pessoas e os países pobres ultrapassem as barreiras da saúde, educação e recursos económicos que os mantêm na pobreza, a ajuda pode espalhar os benefícios da integração mundial, expandindo, no processo, a prosperidade partilhada. Também pode ajudar a reduzir a pobreza maciça e a desigualdade, que cada vez mais ameaçam a segurança colectiva da comunidade internacional.

A ajuda nem sempre desempenhou um papel positivo no apoio ao desenvolvimento humano, em parte por causa dos fracassos do lado dos receptores de ajuda e em parte porque os países doadores permitiram que considerações estratégicas se sobrepusessem às preocupações com o desenvolvimento. Mas sejam quais forem as falhas do passado, hoje há novas oportunidades para remodelar a ajuda ao desenvolvimento. Pela primeira vez na história, há um consenso internacional de que o desenvolvimento humano deve ser o principal objectivo da ajuda. Esse consenso foi reforçado em Março de 2002, quando os líderes mundiais, reunidos na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento em Monterrey, México, acordaram em fazer da ajuda

uma das traves mestras de uma nova “parceria global” para a redução da pobreza.

Três anos passados, o resultado é, na melhor das hipóteses, misto. Seria errado subestimar o que foi conseguido. Quando foi assinada a Declaração do Milénio, em 2000, os orçamentos internacionais de ajuda representavam, como sempre, uma parcela baixa do rendimento nacional. A ajuda à África Subsariana, a região mais pobre do mundo, era mais baixa no fim da década de 1990 do que no início. Aliados a estes problemas de quantidade da ajuda, graves problemas de qualidade não estavam a ser equacionados, minando a eficácia da ajuda e impondo enormes custos de transacção aos governos receptores. Hoje, os orçamentos da ajuda têm estado a subir, apesar dos graves problemas de dívida fiscal e pública que muitos países doadores enfrentam, e está em marcha um intenso diálogo com o objectivo de melhorar a qualidade da ajuda.

O crescimento da ajuda tem sido particularmente marcante. A ajuda pública ao desenvolvimento aumentou cerca de 2 mil milhões de dólares entre 2002 e 2004. Os Estados Unidos, os maiores doadores de ajuda do mundo, anunciaram os maiores aumentos nos seus programas nacionais de ajuda desde a década de 1960. Isto é responsável por 8 mil milhões de dólares no aumento da ajuda ao desenvolvimento, reconhecendo, contudo, que o aumento partiu de uma base baixa, medida em termos de ajuda como parcela do rendimento nacional, e que incluiu grandes transferências de ajuda para o Afeganistão e Iraque. Entretanto, países da União Europeia também fixaram objectivos para um aumento faseado da ajuda ao desenvolvimento.

À medida que os países ricos aumentam os fluxos de ajuda, têm de baixar os custos de transacção

Em termos de fixação de objectivos, o debate sobre a qualidade da ajuda conduziu igualmente a resultados impressionantes. Em Março de 2005, os doadores chegaram a acordo sobre um quadro de largo âmbito para aumentar a eficácia da ajuda através de maior ênfase na harmonização, coordenação e apropriação nacional. A “Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda” integra cerca de 50 compromissos para melhorar a qualidade da ajuda, com os progressos a serem monitorizados através de 12 indicadores.

Estes desenvolvimentos são encorajadores. Na altura da Declaração do Milénio, o copo da ajuda estava três quartos vazio. Agora, está meio cheio e a encher. A cimeira de 2005 do Grupo dos Oito (G-8) veio trazer um novo impulso à ajuda ao desenvolvimento, sob a forma de alívio adicional da dívida e de novos compromissos sobre a ajuda. Monitorizar o cumprimento destes compromissos é uma prioridade. Mas mesmo cheio a três quartos, o copo da ajuda não conduz à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no prazo estabelecido, particularmente se os recursos não chegarem no momento certo durante os próximos anos. Tendo subscrito a Declaração do Milénio, da qual saíram os ODM, os governos doadores não alinharam os seus programas de ajuda ao desenvolvimento com as condições necessárias para atingir os objectivos. O indicador mais imediato do desalinhamento é o grande – e crescente – hiato de financiamento. Sem um aumento da ajuda, o défice entre a ajuda necessária para alcançar os ODM e os desembolsos reais ascenderá, em 2010, a mais de 30 mil milhões de dólares. O fracasso em fechar este hiato comprometerá o progresso no sentido da realização dos ODM. Todavia, vários doadores importantes não puseram em prática os planos de despesa necessários, pondo em causa o seu empenhamento nos ODM.

Os resultados na qualidade da ajuda também são mistos. Os países pobres precisam de uma ajuda prestada de modo previsível, sem demasiados condicionais e de forma a minimizar os custos de transacção e maximizar o seu valor. Muito frequentemente, a ajuda obtida é imprevisível, cheia de condições, descoordenada e ligada a compras nos países doadores. Estimamos os custos da ajuda ligada em 2,6 mil milhões de dólares por ano para os países de rendimento baixo – um “imposto” de ajuda ligada de cerca de 8%. Só no caso de África, este imposto custa 1,6 mil milhões de dólares por ano – um enorme desvio de recursos dos investimentos na redução da pobreza.

Nem todos os problemas da ajuda podem ser escritos no lado doador da equação. Muitos países em desenvolvimento têm posto o planeamento para a redução da pobreza e os ODM no centro da política pública. Muito frequentemente, porém, o fracasso em traduzir os compromissos dos ODM em acção efectiva mina a eficácia da ajuda. Fraca governação, corrupção e o fracasso na adopção de políticas que sustentem o crescimento económico reduzem os retornos em desenvolvimento humano dos investimentos na ajuda. Este capítulo foca os doadores, mas reconhece que a ajuda eficaz requer uma parceria que envolva responsabilidades e obrigações partilhadas.

Duas mensagens simples emergem da análise deste capítulo, uma sobre o financiamento e outra sobre as estruturas da ajuda. Primeiro, sem um aumento sustentado da ajuda, os ODM não serão atingidos. O tempo da mudança incremental já passou. Se os países doadores falam a sério sobre o ataque à pobreza global, redução da desigualdade e garantia de um futuro mais seguro e mais próspero para os seus próprios cidadãos, precisam de se fixar firmemente na meta de desembolsar 0,5% do seu rendimento nacional para ajuda até 2010 e 0,7% até 2015. Mais ajuda não é garantia de desenvolvimento – e as preocupações com a capacidade dos países pobres de absorver e empregar eficazmente a ajuda têm de ser levadas a sério. Todavia, mais ajuda é uma condição necessária para o progresso acelerado no sentido dos ODM – e há provas claras de que muitos países podem absorver muito mais ajuda do que estão a receber actualmente.

A segunda mensagem é que mais ajuda desembolsada através das estruturas actuais produzirá resultados menos favoráveis. À medida que os países ricos aumentam os fluxos de ajuda, têm de baixar os custos de transacção que reduzem a eficácia da ajuda. Isso não significa transigir na responsabilidade fiduciária para com os contribuintes. Mas significa pôr termo à ajuda ligada, reduzindo a volatilidade e imprevisibilidade dos fluxos de ajuda e repensando o âmbito da condicionalidade. Mais ajuda só produzirá melhores resultados se for desembolsada através de estruturas de gestão eficientes, que sejam mais responsáveis para os governos dos países em desenvolvimento e para os seus cidadãos.

As razões para o aumento e a melhoria da ajuda são reforçadas pelos enormes – e crescentes – benefícios potenciais. No passado vários factores diminuíram o impacte da ajuda no desenvolvimento humano – políticas

da guerra fria, uso da ajuda para promover objectivos comerciais dos países doadores, ausência de estratégias nacionais eficazes de redução da pobreza, corrupção e má gestão económica, tudo contribuiu. Seria ingénua afirmar que todos estes problemas desapareceram. Contudo, o ambiente da política económica melhorou significativamente, assim como os retornos de desenvolvimento humano da ajuda. Esta é uma ocasião propícia, em que um aumento do ritmo da ajuda poderá transformar as perspectivas para os ODM.

O equilíbrio de responsabilidades e obrigações entre doadores e receptores da ajuda também precisa de atenção. Os países em desenvolvimento que queiram ajuda têm de fixar objectivos ligados aos ODM, que passem pela monitorização orçamental do Fundo Monetário Internacional (FMI) e que obedeçam a condições extensivas. Todavia, os doadores, a outra parte da “nova parceria”, podem, com impunidade, falhar o cumprimento das metas de aumento da quantidade da ajuda (incluindo aquelas que estipularam) e ignorar os princípios vagos que estabeleceram para melhorar a qualidade da ajuda.

Novas abordagens da ajuda são possíveis e realizáveis. O ponto de partida é que doadores e receptores de ajuda concordem com uma avaliação das necessidades financeiras que identifique as condições da ajuda para atingir os ODM. Assim, os doadores têm de prover financiamento previsível e plurianual para cobrir essas condições e os países em desenvolvimento têm de executar as reformas que otimizarão os retornos da ajuda. É indispensável ultrapassar as limitações de capacidade dos países receptores.

A um nível, a ajuda é uma simples transferência de financiamento dos países ricos para os países pobres.

Noutro, é um indicador de algo mais fundamental. As políticas de ajuda dos países ricos reflectem o modo como encaram a globalização, a sua própria segurança e prosperidade e as suas responsabilidades e obrigações para com as pessoas mais vulneráveis do mundo. Em última análise, as políticas de ajuda podem ser vistas como um barómetro para medir a tolerância do mundo rico para com a pobreza maciça no meio da abundância.

Quando perguntaram a Mahatma Gandhi como deviam os políticos julgar os méritos de uma acção, ele respondeu: “Lembre-se do rosto da pessoa mais pobre que já viu e pergunte a si mesmo se o passo em que está a pensar será de alguma utilidade para ela.”³ Faltando 10 anos para a data limite dos ODM, esse conselho deveria ter eco nos debates actuais sobre a ajuda. Declarações de empenhamento nos Objectivos são pouco úteis para as pessoas pobres do mundo, a menos que sejam apoiadas por compromissos financeiros reais e melhorias reais da qualidade da ajuda. Tendo especificado os objectivos na Declaração do Milénio, os países ricos têm agora de desempenhar o seu papel no desembolso dos meios.

A primeira secção deste capítulo expõe resumidamente a questão da ajuda num mundo cada vez mais interdependente. Destaca o papel central que a ajuda pode desempenhar como um investimento em desenvolvimento humano. O capítulo considera, depois, os resultados da quantidade de ajuda e analisa as tendências desde a conferência de Monterrey. A terceira secção vira-se para a qualidade da ajuda, tal como é medida por indicadores de previsibilidade, custos de transacção e ajuda ligada. O capítulo termina com uma análise de questões importantes da governação levantadas pela reforma da ajuda internacional.

Tendo especificado os objectivos na Declaração do Milénio, os países ricos têm de desembolsar os meios

Repensar a questão da ajuda

A arquitectura actual da ajuda, tal como a arquitectura da segurança global, discutida no capítulo 5, foi estabelecida há mais de meio século. Tal como a arquitectura da segurança, também sofreu com as distorções da guerra fria. Passados cinquenta anos, é tempo de fazer perguntas fundamentais acerca do papel da ajuda na abordagem dos desafios do século XXI.

A ajuda como imperativo moral e interesse próprio iluminado

Parte da resposta pode ser dada por um relatório escrito há 175 anos. Durante a década de 1830, os centros industriais sobrepovoados da Grã-Bretanha foram varridos por uma onda de epidemias, levando a um inquérito

governamental dirigido pelo grande reformador social Edwin Chadwick. O seu relatório esclareceu o custo humano da negligência: “As perdas anuais de vidas devido à sujidade e má ventilação são maiores do que as perdas em mortos, ou feridos, em quaisquer guerras em que o país esteve envolvido nos tempos modernos.”⁴ Para além desses custos humanos, o relatório chamou a atenção para a eficiência das poupanças de medidas preventivas: a despesa de tratar a doença e os prejuízos associados à reduzida produtividade do trabalho faziam parecer pequenos os custos de instalar esgotos públicos. Numa era de aversão governamental ao lançamento de impostos para a política pública, foram precisos mais 20 anos e uma série de epidemias que ameaçaram as pessoas ricas e pobres para galvanizar a acção. Mas o relatório de Chadwick estabeleceu o princípio de que o investimento social num bem público era imperativo em termos de moralidade e de economia sensata.

A mesma lógica assinala hoje a ajuda internacional. Doenças infecciosas, ameaças à segurança, armas e drogas ilícitas e problemas ambientais atravessam as fronteiras, separando os países ricos dos pobres tão

depressa como as doenças atravessavam as fronteiras entre áreas ricas e pobres dos principais centros industriais da Grã-Bretanha, na década de 1830. Neste contexto, pode considerar-se a ajuda internacional como um investimento em bens públicos, tal como a redução dos riscos de saúde e de segurança.

Uma prosperidade partilhada e uma vulnerabilidade reduzida dão outra poderosa razão para a ajuda. Episódios de crises têm actuado como poderosos catalisadores do desenvolvimento de sistemas de segurança social nos países industrializados. O Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, respondeu à Grande Depressão da década de 1930 estabelecendo programas governamentais de emprego e transferências de rendimentos, o *New Deal*, provendo milhões de pessoas vulneráveis com emprego e uma fonte de segurança. O *New Deal* criou as condições para a recuperação económica, restabeleceu a coesão social e estabeleceu um princípio que continua a ser fulcral para o desenvolvimento humano: a segurança económica tem de apoiar e reforçar os mercados e a liberdade individual.⁵ Trinta anos depois, em meados da década de 1960, o programa “Grande Sociedade” do Presidente Lyndon B. Johnson declarou uma “guerra incondicional” à pobreza, iniciando um conjunto de legislação destinada a dar poder às pessoas para produzirem o seu modo de saída da privação extrema (caixa 3.1). Em ambos os casos, a protecção social andou de mãos dadas com programas destinados a fazer regressar as pessoas ao trabalho.

Hoje, os países ricos gastam cerca de um quarto da sua riqueza em transferências sociais.⁶ Essas transferências são um investimento para evitar, ou reduzir, o desperdício e a desorganização social associados à privação extrema. A pobreza global também representa um desperdício maciço de potencial humano e uma barreira à prosperidade partilhada. Num mundo fortemente ligado pelos fluxos de comércio e investimento, a pobreza num país diminui o potencial de prosperidade em qualquer outro lugar. Todavia, a comunidade internacional tem falta de um mecanismo credível de segurança social global – uma lacuna que a ajuda ao desenvolvimento poderá preencher.

A ajuda internacional é o ponto em que se cruzam valores morais e interesse próprio iluminado. O imperativo moral por detrás da ajuda reflecte-se em muitos sistemas de pensamento baseados em valores. A maioria das principais religiões exorta os seus seguidores a ajudar os pobres. No Islão, o *zakat*, a obrigação de dar aos que precisam, é um dos cinco pilares da religião. A

Caixa 3.1 A Grande Sociedade

O discurso da Grande Sociedade do Presidente dos Estados Unidos Lindon S. Johnson, em 1964, assinalou uma nova era na legislação social. Também apresentou os princípios que continuam a ter eco nos debates sobre a ajuda.

Subjacente às reformas da Grande Sociedade, estava uma ideia simples: que era necessária a acção pública para dotar as pessoas de competências e activos para escaparem aos ciclos de pobreza. Só o crescimento não era suficiente. As transferências para os pobres eram não só pagamentos de previdência social, mas também um investimento em competências e na segurança contra o risco. Os programas do Governo dariam poder às pessoas, fornecendo uma ajuda e não uma esmola. Como disse o Presidente Johnson: “Não basta abrir as portas da oportunidade. Todos os nossos cidadãos devem ter capacidade para atravessar essas portas.”

O que se seguiu foi uma grande quantidade de legislação – Medicare, Medicaid, Lei da Oportunidade Económica, programas de ensino para grupos de rendimento baixo e formação vocacional – destinada a apoiar a saída e prevenir a entrada na pobreza. Entre 1963 e 1967, os programas federais de subsídios por detrás da legislação duplicaram, atingindo 15 mil milhões de dólares. Os resultados reflectiram-se num período de redução da desigualdade e de mobilidade crescente, para grupos anteriormente excluídos.

A boa ajuda internacional tem uma fundamentação semelhante. Pode dotar os países pobres e as pessoas pobres com activos de educação, competências e saúde necessários para contribuir para o crescimento e produzir o seu meio de sair da pobreza e da dependência. A assistência a economias como o Botswana, República da Coreia e Taiwan, Província da China ajudou-as, nos primeiros estádios do seu desenvolvimento, a escapar à dependência da ajuda e a fazer a transição para maior crescimento económico e redução da pobreza.

Fonte: Burnham 1989; Brown-Collier 1998; Johnson 1964; Advisory Commission on Intergovernmental Relations 1984 (quadro 75).

tradição cristã do jubileu exorta os credores a anular as dívidas. Outros sistemas de valores também enfatizam a protecção das pessoas vulneráveis e a limitação da desigualdade dentro das comunidades. Para a comunidade global, a ajuda representa um mecanismo para exprimir a solidariedade humana e para alargar as oportunidades. Seja motivado pelos direitos humanos, por valores religiosos, ou por sistemas éticos mais amplos, o papel da ajuda na eliminação da pobreza maciça, da fome e das mortes de crianças evitáveis é um imperativo moral.

O interesse próprio iluminado sustenta a fundamentação lógica da segurança para a ajuda. A pobreza não alimenta automaticamente o terrorismo. Nem a desigualdade o faz. Todavia, os líderes políticos dos países ricos reconhecem cada vez mais que o fracasso em enfrentar as injustiças que perpetuam a pobreza maciça numa economia global cada vez mais próspera coloca uma ameaça de segurança. O Presidente Roosevelt, no discurso de posse do seu último mandato, em 1945, resumiu o que via como uma das lições fulcrais da Segunda Guerra Mundial: “Aprendemos que não podemos viver sozinhos, em paz; que o nosso bem-estar está dependente do bem-estar de outras nações distantes.” Essa observação continua a ter uma forte ressonância. As ameaças colocadas por Estados frágeis e propensos ao conflito radicam em parte na pobreza, mas também num sentido de injustiça numa ordem mundial que permite grandes divisões entre ricos e pobres. Como diz a actual Estratégia de Segurança Nacional dos EUA: “Um mundo em que alguns vivem no conforto e na abundância, enquanto metade da raça humana vive com menos de 2 dólares por dia, não é justo nem estável.”⁷

Ajuda e desenvolvimento humano

As controvérsias acerca da eficácia da ajuda prolongam-se desde há várias décadas. Os críticos argumentam que a questão de mais ajuda ao desenvolvimento está minada pelos limites dos benefícios produzidos por elevados montantes gastos com a ajuda durante as últimas quatro décadas, ou mais. Esta afirmação demonstra como o entendimento parcial das provas empíricas pode dar lugar a conclusões erradas.

As afirmações acerca da ineficácia da ajuda baseadas no registo histórico estão em terrenos movediços. Até ao fim da guerra fria, grande parte do que passou como ajuda estava, na melhor das hipóteses, tenuemente ligado aos objectivos do desenvolvimento hu-

mano. Doadores menos interessados no desenvolvimento do que em objectivos geopolíticos mostraram uma tolerância benigna a muitos regimes brutais, corruptos e ineficientes. O Presidente Mobutu Sésé Seko do Zaire e o Presidente Ferdinand Marcos das Filipinas enriqueceram, enquanto os seus cidadãos eram deixados com grandes dívidas. Do Afeganistão à América Central e ao Corno de África, a ajuda fazia parte da rivalidade entre Leste e Oeste.

As motivações para as distorções da ajuda da guerra fria desmoronaram-se com o Muro de Berlim. Contudo, a ajuda não se deslocou, de repente, para objectivos de desenvolvimento humano bem definidos. Grandes quantias de ajuda ainda são gastas em objectivos que não são de desenvolvimento, como a constituição de excedentes agrícolas ou a criação de mercados para empresas de países ricos. Além disso, a “guerra ao terror” corre o risco de trazer um novo conjunto de distorções às decisões de afectação da ajuda: alguns países com um passado dúbio de desenvolvimento humano, na melhor das hipóteses, estão a receber ajuda inesperada. Mesmo assim, pela primeira vez na história, os países doadores têm uma oportunidade de dirigir a sua ajuda para o objectivo central de melhorar a condição humana.

Reduzir os constrangimentos financeiros

Os ODM dão referências para medir o progresso. Porém, como mostra o capítulo 1, nas tendências actuais, a maior parte dos países mais pobres do mundo não alcançará a maioria das metas. Constrangimentos de financiamento, radicados nos baixos rendimentos médios e na pobreza penetrante, limitam a capacidade desses países de alterar estas tendências. A ajuda pode ajudar a reduzir esses constrangimentos provendo aos governos novos recursos de investimento.

Para se ter uma percepção da gravidade do problema do financiamento, consideremos o sector da saúde. A despesa média de saúde nos países de rendimento baixo é de cerca de 11 dólares per capita. Em grande parte da África Subsariana, a média varia entre 3 e 10 dólares. Entretanto, estima-se que o custo da provisão de cuidados básicos de saúde seja de 30 dólares por pessoa. Para um país como o Mali, onde mais de metade da população vive com menos de 1 dólar por dia, custaria mais 26 dólares por pessoa – ou cerca de 10% do PIB – financiar este único objectivo.

Estudos de custos apontam consistentemente para um grande hiato de financiamento dos ODM,

A “guerra ao terror”
corre o risco de trazer
um novo conjunto de
distorções às decisões
de afectação da ajuda

Nas condições certas, a ajuda pode fazer progredir o desenvolvimento humano

mesmo que os governos aumentem a despesa e melhorem a sua eficiência. Um estudo das necessidades de financiamento para o ensino primário universal analisou as implicações financeiras para os países em desenvolvimento se estes orientassem 4% do PIB para a educação, com metade dessa quantia afectada ao sector primário. Para o conjunto dos países em desenvolvimento, o hiato do financiamento seria da ordem de 5 a 7 mil milhões de dólares, com os países de rendimento baixo a responderem por 4 mil milhões.⁸

O crescimento económico nos países em desenvolvimento pode ajudar a aumentar os recursos domésticos disponíveis para o financiamento interno. Para muitos países, contudo, os estrangulamentos de capacidade impedem o crescimento económico. Acesso inadequado a infra-estruturas básicas como água, estradas, electricidade e comunicações limita as oportunidades das famílias, restringe o investimento do sector privado e constrege as receitas do Governo. O défice de financiamento é maior nos países mais pobres. Estimativas do Banco Mundial sugerem que a África Subsariana precisa de duplicar a despesa com as infra-estruturas, em percentagem do PIB, de menos de 5% para mais de 9%. A Comissão para África, patrocinada pelo Reino Unido, estabelece a ajuda adicional necessária em 10 mil milhões de dólares por ano, durante 10 anos.⁹ O fracasso na realização deste investimento perpetuará um círculo vicioso. O subinvestimento nas estradas, portos, electricidade e sistemas de comunicação reduz o crescimento, diminui as oportunidades de participar no comércio e baixa a receita disponível dos governos para futuros investimentos em infra-estruturas.

Decompor as necessidades de financiamento dos ODM como um pacote demonstra mais completamente a importância decisiva do financiamento externo. Estimativas do Projecto Milénio da ONU, com base no trabalho efectuado em cinco países de rendimento baixo, estabeleceram as necessidades de financiamento para alcançar os ODM entre 40 e 50 mil milhões de dólares em 2006, subindo para 70 a 100 mil milhões até 2015.¹⁰ A Tanzânia, mesmo com um razoável desempenho do crescimento e com um aumento da colecta de receitas do governo, está a enfrentar actualmente um défice de financiamento de 35 dólares per capita – valor equivalente a mais de 14% do rendimento médio. Em 2015, o défice será de 85 dólares per capita. Num país com um rendimento per capita anual médio de 100 dólares, este é um hiato muito grande.

Uma maior colecta de receitas provenientes de recursos internos poderia – e deveria – cobrir parte deste hiato. Mas em países marcados por rendimentos médios baixos e níveis de pobreza elevados há limites para o que se pode alcançar. Se a Etiópia duplicasse a parcela do PIB que cobra como receita, ganharia mais 15 dólares per capita – menos de um quarto das necessidades estimadas de financiamento para alcançar os ODM.¹¹ A Etiópia também cobra 15% do rendimento nacional bruto (RNB) como receita – muito mais do que a média para um país com o seu nível de rendimento.

Nada disto diminui a importância do financiamento nacional. Mesmo com uma base de recursos gravemente estrangulada, o desempenho nos países em desenvolvimento varia. Por exemplo, Moçambique mobilizou 4% do PIB para investimento público na saúde, o que é mais do dobro do nível de países como o Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali e (com um rendimento médio muito mais elevado) o Paquistão. Na educação, o Chade gasta, em percentagem do PIB, menos de metade do que a Etiópia. Porém, na maioria das regiões – e muito especialmente na África Subsariana – tem havido uma clara tendência ascendente da despesa de saúde e educação, apoiada parcialmente pela ajuda e alívio da dívida.

A questão óbvia é se a ajuda é um complemento eficaz das receitas domésticas em países incapazes de suportar os custos de financiamento dos ODM. A resposta é sim. Maior ajuda não é uma panaceia para o baixo crescimento, ou para a pobreza. Nem toda a ajuda funciona – e alguma é desperdiçada. Mas, nas condições certas (um aviso importante), a ajuda pode fazer progredir o desenvolvimento humano através de vários canais. Esses canais vão desde os efeitos macroeconómicos – incluindo maior crescimento e produtividade – até à provisão de bens e serviços vitais para a construção das capacidades dos pobres.

Intensificar o crescimento económico

A ajuda permite aos receptores aumentar o consumo e o investimento. Cria oportunidades para elevar progressivamente os padrões de vida, através de maior crescimento ao longo do tempo. Investigações transversais aos países, realizadas no passado, tentaram encontrar uma relação positiva entre ajuda e crescimento.¹² O resultado é reforçado quando são removidas as despesas da ajuda de longo prazo não ligada ao crescimento e da ajuda de emergência – estas, por definição, associadas a países em crise. O Centro para

o Desenvolvimento Global estima que, para cerca de metade dos fluxos de ajuda de que se pode esperar apenas um crescimento de “pouco impacte”, cada dólar de ajuda gera 1,64 dólares de aumento do rendimento.¹³

Provas empíricas dos países confirmam o potencial de fortes efeitos de crescimento. Economias de elevado crescimento da África, como Moçambique, Tanzânia e Uganda, dependem muito da ajuda para sustentar o investimento em infra-estruturas sociais e económicas. Moçambique tem estado a crescer a 8% ao ano desde meados da década de 1990, uma das mais elevadas taxas do mundo em desenvolvimento. Esse crescimento não poderia ter sido sustentado sem as transferências líquidas de ajuda per capita de 54 dólares – fornecendo apoio vital para as infra-estruturas e a balança de pagamentos.¹⁴

Melhorar a prestação de serviços básicos

O subfinanciamento de serviços básicos como a saúde e educação conduz a uma cobertura fraca e a uma provisão de má qualidade. A ajuda desempenha um papel crucial no financiamento dos investimentos na saúde e educação necessários para criar capital humano.

O financiamento da ajuda é um salva-vidas para a provisão de serviços básicos em muitos países. Na Tanzânia, a ajuda externa constitui mais de um terço do orçamento do sector social. Na Zâmbia, sem ajuda, a despesa do sector da saúde cairia de 8 para 3 dólares per capita, com implicações devastadoras na luta contra o VIH/SIDA e outros problemas de saúde pública. No Uganda, a ajuda externa aumentou em 5% do PIB, entre 1997 e 2001, e a despesa per capita na saúde triplicou desde 2000, com cerca de metade do orçamento da saúde financiado por doadores. Vários programas de ajuda têm demonstrado uma redução dos óbitos de crianças. No Egipto, um programa nacional de controlo da diarreia, apoiado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ajudou a reduzir a mortalidade infantil em 82% em cinco anos, evitando 300.000 óbitos de crianças.¹⁵ A ajuda tem um papel central a desempenhar no preenchimento das lacunas da prestação de serviços. Para atingir as metas da saúde e educação dos ODM, em 2015, a África Subsariana precisará de mais um milhão de trabalhadores de saúde e oito países da região precisarão de aumentar o número de professores em um terço ou mais.¹⁶ Sem aumento da ajuda, a expansão nesta escala não é viável.

Frequentemente, as barreiras do custo impedem as pessoas de utilizar serviços básicos, mesmo quando estão disponíveis. A ajuda pode baixar essas barreiras. Na Tanzânia, matricularam-se mais 1,6 milhões de crianças na escola depois de terem diminuído as propinas, em 2003 (Caixa 3.2). No Uganda, a assistência nas clínicas de saúde aumentou 80% quando a partilha de custos na saúde terminou, em 2002, com os pobres a colherem uma grande parte dos benefícios. Nenhuma destas intervenções políticas teria sido possível na ausência do financiamento da ajuda. No Bangladesh, a ajuda tem desempenhado um papel central no financiamento dos programas de refeições escolares, destinados a criar incentivos para os pais mandarem os seus filhos – especialmente as raparigas – para a escola. Estes programas abrangem actualmente mais de 2 milhões de crianças e têm levado a aumentos significativos nas matrículas escolares e a progressos na paridade de género.¹⁷ A ajuda também pode apoiar a construção da procura, melhorando a qualidade da educação. Uma análise recente do apoio do Banco Mundial à educação, no período de 1988 a 2003, concluiu que as matrículas no ensino primário e secundário tinham aumentado 10% e que os resultados dos exames tinham melhorado mais de 60%,¹⁸

Caixa 3.2 Reduzir as barreiras de custo

A incapacidade das pessoas pobres fazerem face aos serviços básicos é um forte condutor da desigualdade – e uma causa de pobreza. A ajuda pode aumentar a procura de serviços básicos baixando os custos.

Na Tanzânia, entre 1999 e 2003, mais 1,6 milhões de crianças foram matriculadas na escola devido ao apoio orçamental à educação financiado pela ajuda. O governo duplicou a despesa de educação per capita e financiou a transição para um sistema de escolaridade primária gratuita.

Seguindo o exemplo da Tanzânia, um dos primeiros actos do novo governo queniano, em 2003, foi instituir a instrução primária gratuita. Num ano, havia mais 1,5 milhões de crianças na escola. O Quênia também criou programas para ajudar as famílias pobres a vencer os constrangimentos de custos, como o fundo para livros escolares e o programa para alimentação escolar. Nenhum destes investimentos teria sido possível sem um aumento da ajuda.

Na saúde, tal como na educação, a ajuda pode reduzir barreiras, provendo os governos com os recursos necessários para reduzir os custos de acesso. Em 2001, no âmbito da sua estratégia nacional de redução da pobreza, o Uganda eliminou as taxas de utilizador na maioria das instalações comuns de saúde. Em 2002/03, o atendimento ambulatorio aumentou em mais de 6 milhões – uma subida de 80% em relação ao nível de 2000. A percentagem de utentes aumentou mais acentuadamente entre as pessoas pobres do que entre os mais abastados.

Fonte: Inyega e Mbugua 2005; Tanzânia, Government of, 2004; World Bank e Republic of Kenya 2004; World Bank 2001.

ganhos nos resultados que estavam associados à melhoria da qualidade das salas de aula, acesso aos manuais escolares e formação dos professores.

Alargar a segurança social

Os países mais pobres do mundo têm a maior necessidade de segurança social e a menor capacidade para a financiar. A maioria dos países de rendimento baixo tem uma provisão de bem-estar excepcionalmente fraca. Uma consequência é que as famílias mais pobres são apanhadas em ciclos de pobreza, com rendimento baixo, má nutrição e vulnerabilidade a choques, que bloqueiam a saída da pobreza.

A ajuda pode ajudar a quebrar o ciclo de pobreza. Porém, a provisão de segurança social é uma área que sofre de subfinanciamento crónico na ajuda. Os programas nesta área têm o potencial de colocar os recursos directamente nas mãos das famílias mais pobres e mais vulneráveis. Esses programas proporcionam uma extensão internacional do princípio de bem-estar social aplicado nos países ricos, incluindo o princípio do aumento da equidade. Com a assistência

dos doadores, um projecto-piloto de transferência de dinheiro, na Zâmbia, visa os 10% mais pobres da população, que não podem alcançar mesmo os padrões nutricionais mais básicos. A transferência – 6 dólares por mês – permite aos beneficiários ter duas refeições por dia, em vez de uma, com grandes benefícios externalizáveis para a alimentação das crianças e os meios de subsistência das famílias (Caixa 3.3).¹⁹ No Vietname, as desigualdades na saúde estão a aumentar, apesar dos fortes resultados do Governo em matéria de desenvolvimento humano. Em resposta, o Governo criou os Fundos de Cuidados de Saúde para os Pobres (HCFP), para prover a segurança social às famílias incapazes de suportar os custos de saúde. Trabalhando estreitamente com os doadores, o Governo desenvolveu estratégias para visar os grupos sociais e as regiões mais pobres, como as Terras Altas Centrais. A ajuda representa menos de 4% do RNB do Vietname, mas mais de um quarto do orçamento dos HCFP.²⁰ Sem o apoio dos doadores, o investimento na equidade na saúde estaria fortemente subfinanciado.

Apoiar a reconstrução

Nos países pobres emergem de conflitos civis, o financiamento da ajuda pode ajudar a criar as condições para a paz e o desenvolvimento humano. Moçambique mostra o que é possível. Mais recentemente, a ajuda tem sido fundamental para o progresso social rápido conseguido em Timor Leste, com a ajuda ao desenvolvimento a representar agora mais de metade do RNB. No Afeganistão, mais de 4 milhões de crianças matricularam-se na escola, como resultado da campanha governamental “Retorno à Escola” e o Governo tem planos ambiciosos para restabelecer o sistema público de saúde. Em ambos os casos, o financiamento dos doadores é um ingrediente decisivo para o êxito, financiando mais de 90% dos orçamentos do sector social no Afeganistão.²¹ Na Serra Leoa e Libéria, o investimento na ajuda de longo prazo é a chave para o futuro, depois dos acordos que puseram termo a duas das mais brutais guerras civis do mundo.

Enfrentar os desafios globais da saúde

Algumas das grandes realizações na saúde pública global só foram possíveis através de iniciativas de ajuda multilateral. Na década de 1970, uma ajuda dirigida de cerca de 100 milhões de dólares, proveniente em grande parte dos Estados Unidos, levou à erradicação da varíola. As poupanças permiti-

Caixa 3.3 Ajuda para a segurança social na Zâmbia

Cerca de metade da população de mais de 10 milhões de pessoas da Zâmbia vive com menos do que o padrão mínimo energético fixado pela linha de pobreza alimentar. A subalimentação ameaça vidas, reduz as oportunidades de auferir rendimentos, mina a educação das crianças e aumenta a vulnerabilidade à saúde precária.

Trabalhando com o Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais da Zâmbia, a Agência para a Cooperação Técnica (GTZ) da Alemanha desenvolveu um programa-piloto de transferência de dinheiro no distrito de Kaloma, no Sul. Cobrindo 143 aldeias e 5 pequenas cidades, o programa visa os 10% de famílias identificadas como as mais destituídas, com base em critérios acordados e administrados através de comissões de previdência social baseadas na comunidade. Dos terços das famílias beneficiárias são chefiadas por mulheres, a maioria delas idosas. Dois terços dos membros das famílias são crianças, 71% delas deixadas órfãs pelo VIH/SIDA.

As transferências ao abrigo do programa ascendem a 6 dólares por mês. O programa-piloto abrange 1.000 famílias. As primeiras avaliações do programa, que começaram em 2004, apontam para algum êxito. A frequência escolar aumentou e as famílias visadas têm estado a receber rendimentos mensais regulares.

Aumentar o esquema de transferências para abranger 200.000 famílias destituídas implicaria um custo anual de 16 milhões de dólares, ou cerca de 4% do total dos fluxos de ajuda para a Zâmbia. O que este esquema demonstra é o potencial desses programas para prover um canal para programas de redistribuição focados na pobreza. Transferências muito pequenas dos países ricos podem gerar ganhos significativos para as famílias pobres de países como a Zâmbia. Porém, o êxito desses esquemas de segurança social depende decisivamente do trabalho conjunto de doadores e governos num horizonte de longo prazo.

Fonte: Goldberg 2005; Development Initiatives 2005a.

das pelas vacinações e tratamentos ultrapassam em muito o investimento inicial. A poliomielite foi eliminada como ameaça no hemisfério ocidental. Na África Ocidental, um programa apoiado por 14 doadores travou a disseminação da cegueira dos rios com um custo de tratamento de cerca de 1 dólar por pessoa. Até agora, foram evitados 60.000 casos de cegueira e 18 milhões de crianças vulneráveis foram protegidas.²² Os doadores investiram mil milhões de dólares através da Aliança Global para as Vacinas e Vacinação desde 2000, prevenindo mais de 600.000 mortes de doenças evitáveis através da vacinação.²³

Numa perspectiva diferente, estas histórias de sucesso multilateral destacam a dimensão do fracasso noutras áreas. Mais de 27 milhões de crianças não beneficiam de vacinação no primeiro ano de vida e 1,4 milhões de crianças continuam a morrer todos os anos de doenças evitáveis pela vacinação. Outro milhão de mortes acontece por causa da malária e, no entanto, a iniciativa mundial para reduzir este número de mortes – a Campanha de Diminuição da Malária – sofre de subfinanciamento crónico, obtendo, por isso, poucos resultados. Como defendeu o Projecto Milénio, esta é uma área em que a ajuda pode produzir “vitórias rápidas”. Por exemplo, uma iniciativa global para garantir que todas as crianças em regiões de malária endémica, na África, recebem gratuitamente uma rede mosquiteira antimalárica, até 2007, seria um caminho de baixo custo para poupar até 60% das vidas ceifadas pela malária. A USAID tem estado profundamente envolvida no desenvolvimento de parcerias público-privadas para enfrentar este desafio. No Gana, Nigéria, Senegal e Zâmbia, uma parceria público-privada,

apoiada através do programa NetMark da USAID, vendeu mais de 600.000 mosquiteiros tratados com insecticida. Porém, estas iniciativas têm ainda de ser aumentadas para um nível comparável ao desafio.

A prevenção através da ajuda é um bom investimento e um imperativo humanitário. À parte o número de vidas humanas perdidas e de doentes, estima-se que a malária reduza o crescimento económico per capita em cerca de 1,3% ao ano nos países afectados. Isto representa uma grande desvantagem para alcançar a meta dos ODM de reduzir a pobreza para metade. Mas o valor médio subestima a dimensão da desvantagem. Os casos de malária estão fortemente concentrados entre os pobres: um estudo estima que os 20% mais pobres da população mundial representam dois terços dos casos de malária.²⁴ Nas comunidades rurais, a época de transmissão da malária coincide frequentemente com a plantação e a colheita, levando a perdas de produção e de rendimento. Os agricultores de subsistência suportam o fardo mais pesado, porque a sua margem de sobrevivência é muito limitada e a sua dependência do trabalho muito crítica. Mesmo breves períodos de doença podem produzir consequências catastróficas para a família. Libertar as famílias do fardo da malária geraria elevados retornos para a redução da pobreza e para o crescimento económico. Reduzir a incidência da malária para metade, em África, custaria cerca de 3 mil milhões de dólares por ano, gerando, ao mesmo tempo, um benefício económico de 47 mil milhões de dólares por ano.²⁵ O benefício é mais do dobro da ajuda total para África Subsariana – e grande parte seria concentrada nas mãos das famílias mais pobres.

A prevenção da doença através da ajuda é um bom investimento e um imperativo humanitário

Financiamento da ajuda – a crónica, os problemas, o desafio

As pessoas deste país estão distantes das zonas agitadas da terra e é difícil para elas compreender as dificuldades e as conseqüentes reacções das pessoas que sofrem há muito, e o efeito dessas reacções nos seus governos, em ligação com os nossos esforços para promover a paz no mundo. A verdade da questão é que as necessidades da Europa excedem tanto a sua actual capacidade de pagar, que ela tem de ter uma ajuda adicional substan-

*cial, ou enfrentar uma deterioração económica, social e política de carácter muito grave.*²⁶

—George C. Marshall

Com estas palavras numa cerimónia de graduação da Universidade de Harvard, em 1947, o Secretário de Estado dos EUA, George C. Marshall, delineou o seu plano para reconstrução da Europa. Nos três

anos seguintes, os Estados Unidos transferiram 13 mil milhões de dólares para a Europa em ajuda – uma quantia equivalente a mais de 1% do PIB dos EUA.²⁷ As transferências foram motivadas em parte por convicção moral, mas também pelo reconhecimento de que a prosperidade e a segurança americanas dependiam, em última análise, da recuperação europeia. O Plano Marshall deu uma visão, apoiada por uma estratégia prática para a acção.

No fim da década de 1960, a Comissão para o Desenvolvimento Internacional, convocada pelo Banco Mundial sob os auspícios de Lester Pearson, antigo primeiro-ministro canadiano, ressuscitou o espírito do Plano Marshall.²⁸ Persuadiu os doadores a fornecer 0,7% do RNB em ajuda ao desenvolvimento, até 1975, afirmando que “A mais completa utilização possível dos recursos mundiais, humanos e físicos, que só pode ser provocada pela cooperação internacional, ajuda não só os países que hoje são economicamente fracos, mas também os que são fortes e ricos.”²⁹ Portanto, a questão da meta era parcialmente moral e parcialmente iluminada pelo interesse próprio.

Quantidade de Ajuda

Esse argumento continua a ter relevância nos debates actuais acerca da ajuda. Daí, também, o princípio central de fixar uma meta com uma data para realização. Sem um calendário, os objectivos correm o risco de ficar como aspirações. Nos 36 anos que decorreram desde o relatório Pearson, não têm faltado com-

promissos com a meta dos 0,7%, mas os países ricos têm falhado habitualmente em apoiar as promessas com actos.

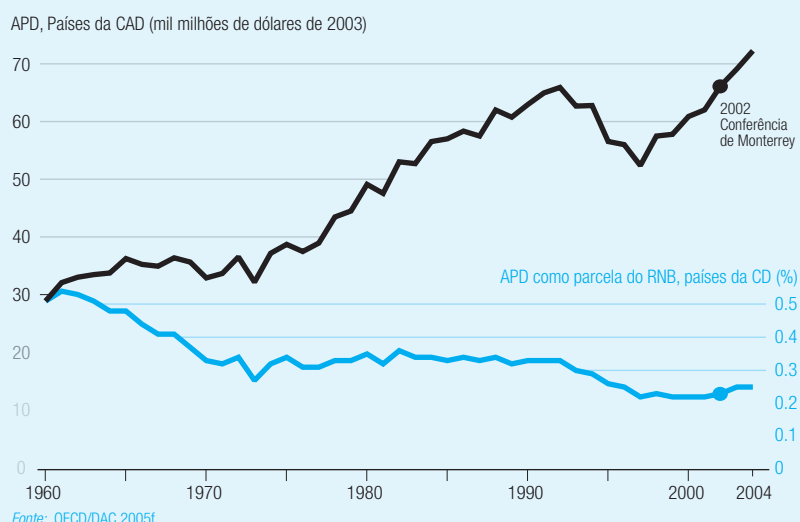
Metas e tendências da ajuda

Tomando como termo de comparação o objectivo de 0,7% defendido pelo relatório Pearson, para não falar dos padrões fixados pelo Plano Marshall, a ajuda internacional em 2005 reflecte um legado de subdesempenho sustentado. A ajuda está a aumentar, mas partindo de uma base baixa – e o financiamento ainda fica aquém do que é necessário para alcançar os ODM e objectivos mais amplos de desenvolvimento humano.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra) de 1992, no Rio de Janeiro, a maioria dos doadores ressuscitou a sua promessa de atingir a meta de 0,7%. Depois, passaram os cinco anos seguintes a reduzir os orçamentos da ajuda, como parcela do rendimento nacional, atingindo o nível mais baixo de sempre, de 0,22%, em 1997. Os fluxos de ajuda estagnaram até 2001, quando se iniciou uma recuperação gradual. O acontecimento chave motivador foi a Conferência da ONU de 2002 sobre Financiamento para o Desenvolvimento, onde os doadores se comprometeram a dar mais – e melhor – ajuda.

Desde então, os compromissos sobre a quantidade de ajuda a libertar têm sido encorajadores, mas parciais. Em 2002, os níveis de ajuda ultrapassaram finalmente a referência de 1999. Estimativas provisórias para 2004, estabelecem a ajuda em 78 mil milhões de dólares, ou cerca de 12 mil milhões mais elevada do que em 2000, em termos reais. A recuperação do volume de ajuda parece menos encorajador quando avaliada em relação a outras referências de generosidade. Em 1990, os doadores concederam 0,33% do seu RNB em ajuda. Desde 2000, esta parcela subiu de 0,22% para 0,25% do RNB, realçando os limites da recuperação da ajuda. Esses limites ficam ainda mais claramente definidos numa perspectiva de longo prazo. A média ponderada da ajuda dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como parcela do RNB, é um terço mais baixa do que no início da década de 1980 e metade do nível da década de 1960 (figura 3.1). Traduzida em recebimentos de ajuda per capita, grande parte da recuperação pós-2000 pode ser vista como um processo de restabelecimento dos cortes. No caso

Figura 3.1 Uma visão longa – tendências da ajuda desde 1960



da África Subsariana, a ajuda per capita caiu de 24 dólares em 1990 para 12 dólares em 1999. Em 2003, ainda estava abaixo do nível de 1990.

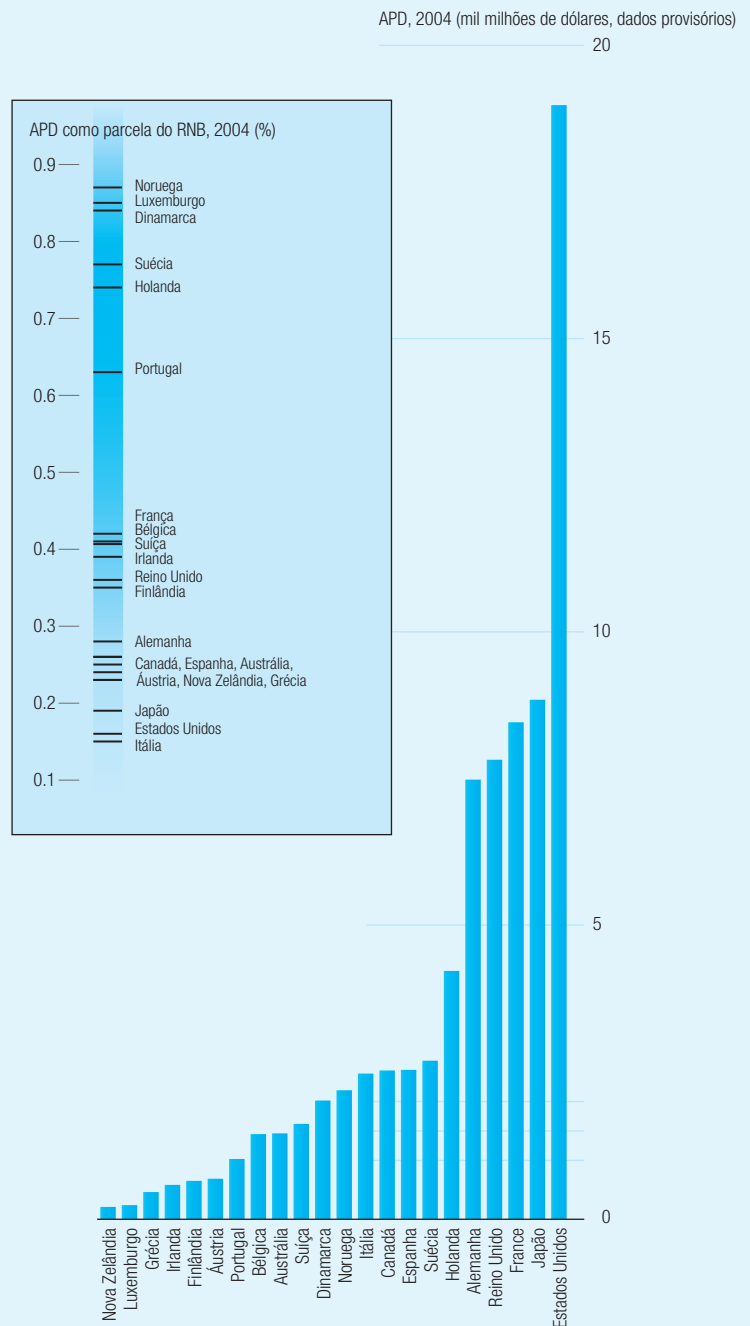
A ajuda ao desenvolvimento passa através de vários canais. A ajuda, hoje, está mais ou menos dividida numa razão de 2:1 entre a ajuda bilateral afectada directamente pelos países e a ajuda multilateral afectada aos mecanismos financeiros concessionais como a Associação Internacional do Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial, bancos regionais de desenvolvimento e mecanismos globais como o Fundo Global para combater a SIDA, a Tuberculose e a Malária. O Grupo dos Sete (G-7) principais países industrializados domina os fluxos internacionais de ajuda, respondendo por três quartos da ajuda total ao desenvolvimento. Este facto dá-lhes uma influência tremenda nas perspectivas de fechamento do hiato de financiamento dos ODM. Em comparação com os padrões da sua riqueza, algumas das maiores economias do mundo estão entre os doadores menos generosos. Só um membro do G7 se encontra entre os dez maiores doadores, quando a ajuda é medida como uma parcela do RNB. Os três últimos lugares da liga de generosidade dos doadores, segundo este indicador, são detidos por países do G7 (figura 3.2).

Em termos financeiros, os Estados Unidos são o maior doador do mundo. Desde 2000, o seu rácio de ajuda para o RNB aumentou a partir de uma base excepcionalmente baixa de 0,10% para 0,16% em 2004. Os Estados Unidos ultrapassaram a Itália, mas continuam a ser os penúltimos na ajuda em percentagem do RNB. O acentuado declínio da ajuda japonesa, que caiu mais 4% em 2004, empurrou o Japão para o antepenúltimo da lista. No outro extremo da classificação, cinco pequenos países – Noruega, Luxemburgo, Dinamarca, Suécia e Holanda – atingiram, ou ultrapassaram consistentemente, o objectivo da ONU.

Está a aparecer uma nova categoria de doadores: as economias em transição da Europa do Leste, que passaram de receptores a doadores de ajuda. As suas contribuições são ainda relativamente pequenas – a República Checa, que dá 0,1% do RNB, é o contribuinte mais generoso. Desde que acedeu ao G-7, o Governo russo emergiu também como um doador e um contribuinte para o alívio da dívida de países de rendimento baixo. O Governo russo está a trabalhar com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para criar uma agência de ajuda (chamada, por agora, RUSAID) e está bastante

determinado em se tornar num actor mais importante na ajuda internacional. Com os rendimentos do petróleo a subir, os Países Árabes estão também a contribuir mais para os fluxos de ajuda, com transferências a atingir cerca de 2,6 mil milhões de dólares em 2003. Contudo, os países G-7 continuam a

Figura 3.2 A liga dos doadores



Fonte: OECD/DAC 2005f.

contribuir para 70% da ajuda pública ao desenvolvimento, um corolário óbvio da sua influência sobre os níveis futuros da ajuda e sobre as perspectivas de financiamento dos ODM.

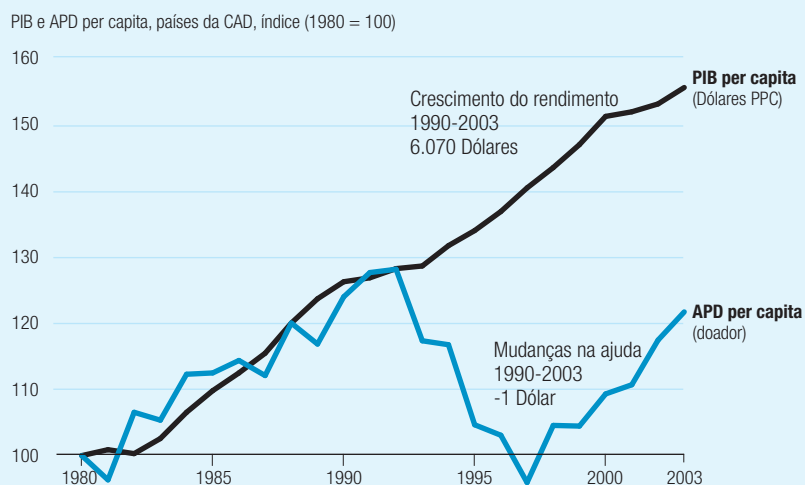
Num prazo mais longo, a prosperidade do mundo rico tem estado inversamente relacionada com a generosidade da ajuda. Desde 1990, o rendimento per capita dos países ricos aumentou em cerca de 6.070 dólares, a preços constantes, enquanto a ajuda caiu 1 dólar per capita (figura 3.3). Os vencedores da globalização ainda não deram prioridade à compensação dos perdedores, nem à disseminação da prosperidade. O investimento em ajuda per capita varia amplamente nos países doadores, desde mais de 200 dólares na Suécia e na Holanda, até 51 nos Estados Unidos e 37 (com tendência para baixar) na Itália (figura 3.4). A preços constantes, quatro dos países do G-7 – Alemanha, França, Itália e Canadá – ainda estão a dar menos hoje do que estavam em 1992. A despesa de ajuda da Itália em 2004 era quase um terço do seu nível de 2003.

Na Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 2002, em Monterrey, os doadores concordaram em empreender colectivamente os “esforços para alcançar” o objectivo de 0,7% – palavras que ficam um pouco aquém de um compromisso (e que significam coisas diferentes para doadores diferentes). Porém, como o relatório Pearson correctamente identificou, grandes promessas sem datas fixadas são de utilidade limitada. Porque o planeamento eficaz da redução da pobreza exige que os recursos sejam previsíveis, os doadores precisam de traduzir

as metas principais de aumento da ajuda em compromissos orçamentais palpáveis. Alguns doadores incorporaram a meta de 0,7% no seu planeamento orçamental. Não tendo em conta os cinco doadores que alcançaram o objectivo, outros seis fixaram agora calendários, com diferentes graus de ambição, para se juntarem a este grupo: a Bélgica até 2010, o Reino Unido e França até 2012-13.³⁰ Outros – nomeadamente o Japão e Estados Unidos – não estabeleceram calendários. Os Estados Unidos estipularam claramente que não vêem a meta de 0,7% como um compromisso orçamental operacional.

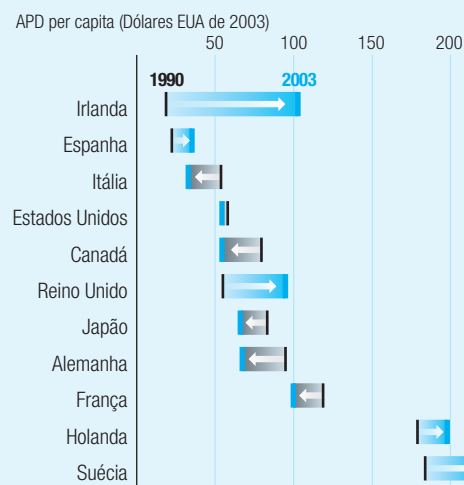
O efeito galvanizador da conferência de Monterrey reflectiu-se no facto de todos os doadores terem prometido aumentar os seus orçamentos de ajuda, apesar de a Nova Zelândia ter esperado até 2005 para estabelecer este compromisso. No caso dos EUA, a Conta do Desafio do Milénio (Millennium Challenge Account/MCA) foi a peça central de um compromisso de aumentar a despesa de ajuda em 50%, ou seja 4 a 5 mil milhões anualmente, até 2006. Com base num compromisso assumido antes de Monterrey de atingir a meta de 0,33% do RNB até 2006, os 15 estados-membros mais ricos da União Europeia concordaram em 2005 com uma meta mínima adicional de 0,51% até 2010, como um passo intermédio para atingirem o compromisso dos 0,7% até 2015. Os 10 membros mais pobres concordaram com uma meta de 0,17% para 2010 e 0,34% até 2015. A decisão da União Europeia marca um passo importante na direcção correcta. Se forem honrados, os

Figura 3.3 Mais ricos mas menos generosos – a riqueza cresce mais depressa do que a ajuda ...



Fonte: Dados da APD, OECD/DAC 2005f; dados do PIB, World Bank 2005f.

Figura 3.4 ...mas os desempenhos variam



Fonte: OECD/DAC 2005f.

compromissos podem mobilizar um adicional de 30 a 40 mil milhões de dólares para ajuda até 2010. Outros compromissos ainda estão em aberto. Por exemplo, o Canadá estabeleceu uma meta de duplicar o seu nível de 2001 até 2010 e de duplicar a ajuda para África até 2008. Mesmo com estes compromissos, a ajuda do Canadá só atingirá 0,33% do RNB por volta de 2010. O Japão comprometeu-se a duplicar a ajuda para África, mas não assumiu qualquer compromisso significativo no que se refere aos níveis da ajuda total em percentagem do RNB.

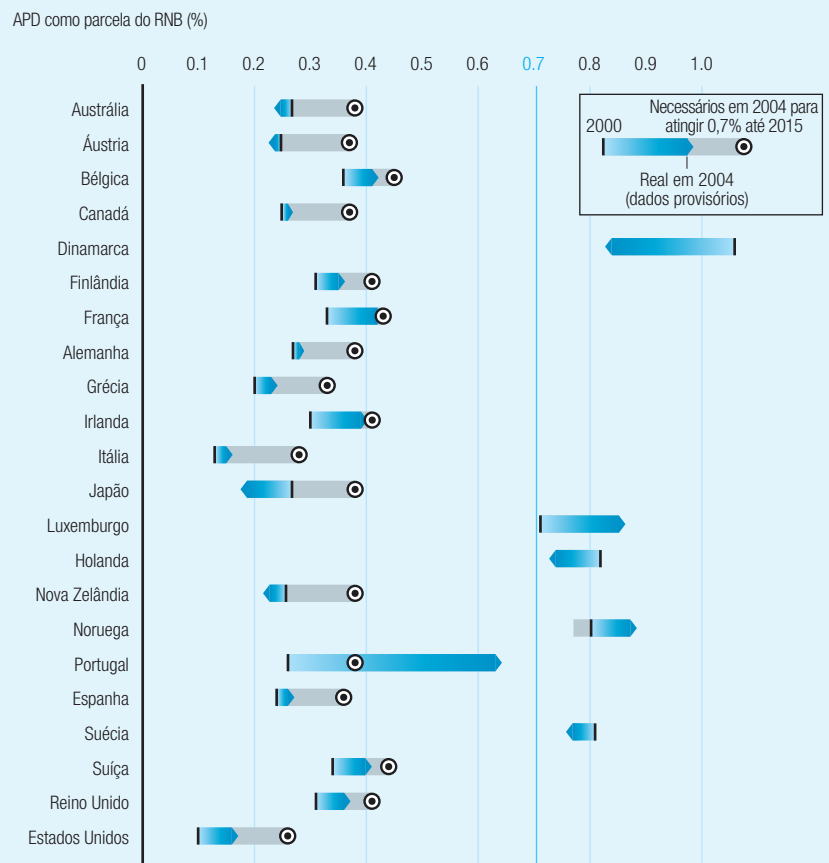
O impacto dessas promessas já é evidente nos aumentos da ajuda, em termos reais, verificados anualmente desde 2002, de 6 mil milhões de dólares (a preços e taxas de câmbio de 2003). A ajuda tornou-se claramente uma prioridade maior de despesa pública. Mas se a tendência para aumentar os orçamentos da ajuda parece agora firmemente estabelecida, não se pode considerar como adquirido que os doadores cumpram integralmente os compromissos de Monterrey. A ajuda da Itália recuou para o seu nível de 2001, uma queda de 30% desde Monterrey. Mais do que duplicar a despesa actual no próximo ano é o desafio para alcançar o compromisso da União Europeia para 2006. A Alemanha congelou a despesa em termos reais em 2004 e enfrenta um desafio considerável para aumentar a ajuda do seu nível actual de 0,28% do RNB para 0,33%, até ao próximo ano. O Japão também reduziu a despesa com a ajuda e terá de encontrar um adicional de mil milhões de dólares, até 2006, se quiser realizar o seu objectivo limitado de manter a ajuda no nível médio de 2001-03.

Ainda que os Estados Unidos tenham aumentado acentuadamente o seu orçamento de ajuda, as dotações no âmbito da Conta do Desafio do Milénio (MCA) ficaram aquém dos pedidos da Administração. Em 2005, o Congresso autorizou 1,5 mil milhões de dólares, contra um pedido de 2,5 mil milhões. Ainda que todos os países com rendimentos per capita inferiores a 1.435 dólares sejam elegíveis, apenas dois donativos tinham sido afectados em meados de 2005. Foi um programa de 110 milhões de dólares para Madagáscar, a serem desembolsados ao longo de quatro anos, e um programa de 215 milhões de dólares para as Honduras, a desembolsar ao longo de cinco anos.³¹

Dado o curto período de tempo decorrido desde a conferência de Monterrey, seria prematuro tirar grandes conclusões da análise de tendência. Muito dependerá da possibilidade de os governos traduzi-

rem as aspirações actuais em difíceis opções orçamentais. Se a realização do objectivo de 0,7% até 2015 fosse utilizada como uma referência, o desempenho actual apareceria a uma luz menos positiva. A figura 3.5 mostra onde estariam os níveis de ajuda hoje, num hipotético mundo em que todos os doadores estabelecessem uma meta de 0,7% do RNB até 2015, assumindo que os seus orçamentos de ajuda têm aumentado com incrementos anuais dos rácios ajuda/RNB iguais desde 2000. Os tamanhos dos hiatos entre os níveis actuais e as metas estilizadas explicam-se por si próprios. Há que admitir que é um exercício artificial, porque nem todos os doadores aceitam a meta de 0,7%. Mesmo assim, fornece um ponto de referência útil. Mesmo para os doadores que se comprometeram com a meta de 0,7%, o hiato entre desempenho e o progresso necessário é amplo. Contudo, a recente cimeira dos líderes do G-8 em Gleneagles, Perthshire, na Escócia, provou que o progresso no preenchimento desses hiatos é possível (caixa 3.4).

Figura 3.5 Progressos pós-Monterrey em direcção à meta da APD



Fonte: Development Initiatives 2005d.

Caixa 3.4 Da cimeira do G-8 para a Assembleia-Geral – acompanhar as palavras com acção

As cimeiras do Grupo dos Oito (G-8) têm uma longa história de promessas grandiosas que são rapidamente quebradas, especialmente aos países mais pobres do mundo. Será diferente depois da cimeira de Julho de 2005 em Gleneagles, Escócia?

O comunicado do G-8 assume alguns compromissos importantes. A promessa de aumentar a ajuda em 50 mil milhões de dólares sobre os níveis de 2004, com metade do aumento destinado à África Subsariana, poderia colmatar uma parte substancial do hiato de financiamento dos ODM. Além disso, os líderes do G-8 assinaram, pela primeira vez, um comunicado que especifica metas concretas, o que pode reduzir o risco de recuos.

Olhando em frente, há três desafios para a ajuda. Primeiro, os líderes do G-8 têm de se comprometer com a sua palavra. Há um perigo real de que pelo menos dois membros da UE – a Alemanha e a Itália – não traduzam os compromissos da cimeira do G-8 em planos de despesa pública. Segundo, alguns países precisam de ir muito mais longe. Mesmo com os aumentos da ajuda, o Japão e os Estados Unidos ainda estarão a gastar em ajuda, em 2010, apenas 0,18% do RNB (o que os coloca no fundo da tabela de ajuda da OCDE) – e o Canadá também tem um desempenho insatisfatório em matéria de ajuda. Terceiro, é importante que uma parte significativa do aumento prometido seja entregue no início e não no prazo de cinco anos.

Para além da ajuda, o comunicado do G-8 acolhe sinais mistos. O compromisso com o ensino primário obrigatório e gratuito, cuidados de saúde básicos gratuitos e “tão próximo quanto possível do acesso universal” e com o tratamento do VIH/SIDA poderiam acelerar o progresso no sentido dos ODM. O mesmo poderia acontecer com a promessa de treinar e equipar 75.000 soldados para operações de manutenção da paz da União Africana, até 2010 (ver Capítulo 5). Quanto ao comércio, pelo contrário, o comunicado do G-8 não impressiona. O compromisso geral de eliminar gradualmente um conjunto limitado de subsídios à exportação agrícola, num quadro temporal não especificado, de pouco conforto servirá aos agricultores de África.

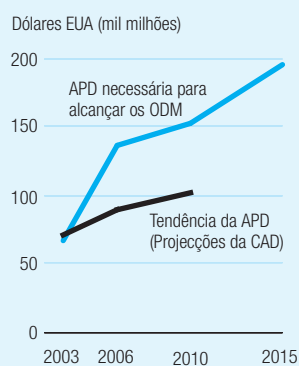
Há dois ingredientes críticos que se juntaram para tornar diferente a cimeira do G-8 em Gleneagles: a liderança política e o impulso político gerado pela campanha mundial e pela opinião pública. Os mesmos ingredientes serão necessários para que a cimeira de Setembro de 2005 da ONU consolide e desenvolva o que foi conseguido.

Fonte: G-8 2005.

A adequação da ajuda actual e dos esforços de alívio da dívida deve ser considerado no contexto próprio. Na perspectiva de um ODM, o que importa é como os actuais compromissos de ajuda se ajustam com as necessidades de financiamento para alcançar as metas. Estimar o financiamento dos hiatos dos ODM é uma ciência inexacta. As estruturas do custo variam amplamente de país para país e há uma interacção dinâmica entre os ODM: por exemplo, o progresso na educação das raparigas pode reduzir os custos da realização do progresso na mortalidade de crianças. O Projecto Milénio da ONU estima que a ajuda total deveria ser quase o dobro até 2006 e, depois, aumentar mais 50% (para 195 mil milhões de dólares) até 2015, para que as metas dos ODM sejam atingidas. Propostas apresentadas num relatório da Comissão para a África patrocinada pelo Reino Unido são amplamente consistentes com esta avaliação.³³ Recomendar uma duplicação, ao longo dos próximos três a cinco anos, dos 25 mil milhões de dólares de ajuda fornecida actualmente à região, com um aumento de mais 25 mil milhões até 2015. As projecções actuais da ajuda ficam muito aquém destes níveis.

Financiar os hiatos. Um dos problemas com a estimação do hiato de financiamento dos ODM é o facto de as metas orçamentais estabelecidas pelos doadores poderem não ser atingidas. Se se agisse – e este continua a ser um grande “se” – de acordo com os compromissos assumidos durante e após a conferência de Monterrey, resultaria em orçamentos de ajuda crescendo para 0,30% do rendimento nacional dos países doadores até 2006, um aumento de 88 mil milhões de dólares (a preços e taxas de câmbio de 2003). Este valor cai 47 mil milhões de dólares abaixo dos 135 mil milhões que, segundo a estimativa do Projecto Milénio da ONU, os países ricos deveriam estar a gastar no próximo ano para manter o mundo a caminho dos ODM (figura 3.6). O hiato de financiamento aumenta para 52 mil milhões de dólares até 2010. Por essa altura, se os países ricos não agirem de acordo com os seus compromissos, os países em desenvolvimento não terão capacidade para investir na saúde, educação e infra-estruturas necessárias para melhorar o bem-estar e apoiar a recuperação da economia, na dimensão necessária para atingir os ODM. De facto, estes números não combinam com a meta da União Europeia de 0,51% em 2010, mas esta meta ainda não está integrada em compromissos

Figura 3.6 O hiato do financiamento dos ODM



Fonte: Dados da APD necessária, UN Millennium Project 2005e; dados da Tendência da APD, OECD/DAC 2005a.

Os fluxos de ajuda não podem ser considerados isoladamente. É o caso muito especial dos países de rendimento baixo que enfrentam dificuldades no serviço da dívida. Em 2003, os 27 países que beneficiaram do alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) transferiram 2,6 mil milhões de dólares para os credores, ou 13% das receitas do governo. Estas transferências têm estado a desviar recursos do investimento em desenvolvimento humano e recuperação económica. Em 2005, quase uma década depois da criação da Iniciativa PPAE, os credores finalmente acordaram num plano para cancelar 10% da dívida multilateral. Isto representa um passo importante na direcção certa. Contudo, o novo acordo sobre a dívida não cobre adequadamente muitos países – incluindo a Nigéria –, para os quais a dívida insustentável continua a ser uma barreira para alcançar os ODM (caixa 3.5).³²

Caixa 3.5 Alívio da dívida – percorrer o quilómetro a mais

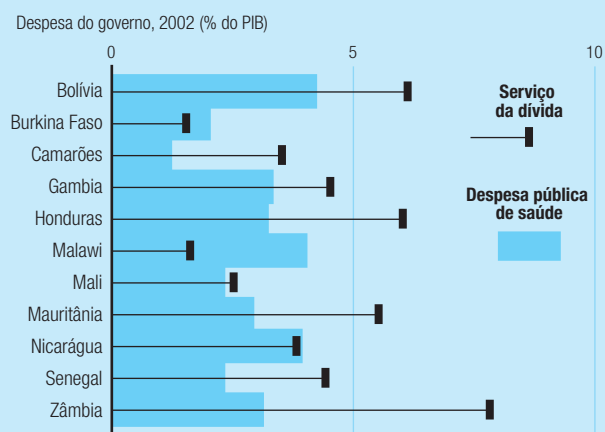
Há 20 anos, Julius Nyerere, então Presidente da Tanzânia, fez aos governos dos países ricos uma pergunta incisiva: “Devemos, realmente, deixar morrer as nossas crianças à fome para pagarmos as nossas dívidas?” Quase uma década depois de se ter julgado que o lançamento da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) remetaria a crise da dívida de África para os livros de história, os credores começaram finalmente a responder a esta pergunta, mas na negativa. Embora alguns pormenores relativos ao alívio da dívida acordados pelos ministros das finanças dos G-8, em Junho de 2005, se mantenham sob a forma de esboço, foram realizados progressos reais. Contudo, algumas questões importantes têm de ser enfrentadas ainda.

Os números das manchetes sobre o perdão da dívida anunciados ao abrigo da Iniciativa PPAE, antes da reunião dos G-8, em 2005, eram impressionantes. No total, 27 países elegíveis para os empréstimos provenientes do mecanismo concessional do Banco Mundial, através da Associação Internacional do Desenvolvimento (AID) – todos em África, excepto 4 – estavam a beneficiar do compromisso de redução do stock da dívida avaliado em 32 mil milhões de dólares (em valor corrente líquido). O prémio do perdão da dívida tem ajudado a fazer progressos no sentido dos ODM. Segundo o Banco Mundial, a despesa pública de saúde, educação e outros investimentos de redução da pobreza aumentou 2% do PIB nos países que beneficiaram do perdão da dívida. As poupanças geradas através da Iniciativa PPAE têm ajudado a financiar a educação primária gratuita no Uganda e na Tanzânia, programas de combate ao VIH/SIDA no Senegal, programas de saúde em Moçambique e de desenvolvimento rural na Etiópia.

As más notícias eram que os números das manchetes sobre a redução do stock da dívida encobriam outras partes do balanço – nomeadamente as colunas relativas ao serviço da dívida e às receitas do governo. Em 2003, os 27 países que beneficiaram do perdão da dívida ainda gastaram 2,8 mil milhões de dólares em reembolsos aos credores. Em média, esse número representa 15% das receitas do governo, subindo para mais de 20% em países como a Bolívia, Zâmbia e Senegal (Figura 1). Para um grupo dos países mais pobres do mundo, estas eram transferências muito grandes, correspondendo a uma média de 3% do seu rendimento nacional.

A conclusão é que os reembolsos da dívida têm estado a desviar recursos de áreas sociais prioritárias, decisivas para o progresso em direcção aos ODM. A Zâmbia, por exemplo, com um dos mais altos níveis de infecção de VIH/SIDA do mundo, tem gasto mais de 2 dólares em reembolsos da dívida por cada dólar que afecta à despesa do sector da saúde (Figura 2). Enquanto os fluxos de ajuda continuam a exceder os pagamentos da dívida (uma importante diferença em relação à crise da dívida da América Latina da década de 1980), elevados níveis do serviço da dívida têm privado os governos PPAE de receitas, tornando-os mais dependentes da ajuda – e os seus orçamentos mais sensíveis aos caprichos das prioridades dos doadores.

Figura 2 Serviço da dívida e despesa pública de saúde



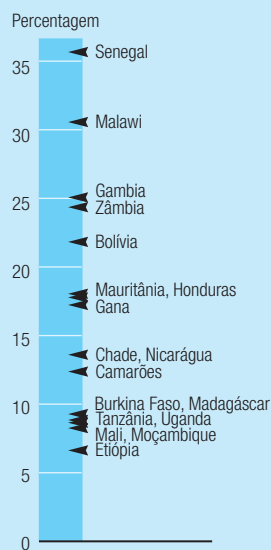
Fonte: Calculado com base em dados do serviço da dívida e despesas públicas de saúde, do quadro de indicadores 20; dados da população, do quadro de indicadores 5; e dados do PIB, do quadro de indicadores 14.

Os desembolsos ficaram abaixo das expectativas no quadro da Iniciativa PPAE por várias razões. Primeiro, o critério principal adoptado para a sustentabilidade da dívida – um limiar do stock da dívida igual a 150% do valor corrente líquido das exportações – atribuiu um peso excessivo aos indicadores das exortações e um peso insuficiente ao impacto da dívida nos orçamentos nacionais e à capacidade de financiar o progresso para os ODM. Segundo, enquanto a maioria dos principais credores bilaterais tem estado a prover 100% do alívio da dívida, os doadores multilaterais como o Banco Mundial, FMI e bancos de desenvolvimento regional não o têm feito, daí que a sua parcela nos pagamentos do serviço da dívida esteja a diminuir. Terceiro, a elegibilidade para o alívio total da dívida tem estado dependente do cumprimento dos programas e condições de empréstimos do FMI. As interrupções destes programas atrasaram o alívio da dívida de um grande grupo de PPAE, incluindo as Honduras, Ruanda e Zâmbia.

O acordo de Junho de 2005 resolverá estes problemas? O acordo providencia 100% de alívio da dívida para 18 países que passaram pelo processo PPAE completo para atingir o “ponto de conclusão”. Também estipula, de modo crucial, que os custos de redução da dívida multilateral devida à AID e ao Fundo de Desenvolvimento da África serão saldados através de finanças adicionais dos credores, evitando desse modo o desvio da ajuda ao desenvolvimento para o alívio da dívida. No caso do FMI, o financiamento do alívio da dívida será gerado através de recursos internos, incluindo possivelmente a venda, ou a reavaliação de parte do stock de ouro do Fundo. Outros 8 países serão elegíveis para a redução da dívida em 100% nos próximos um a dois anos, à medida que atingem o

(continua na pág. seguinte)

Figura 1 Dívida como parcela do rendimento



Fonte: World Bank e IMF 2005b.

ponto de conclusão do PPAE. Este grupo inclui países que estão a iniciar a reconstrução – tais como a República Democrática do Congo e Serra Leoa – e países como os Camarões e Chade, que tiveram programas do FMI interrompidos. Para todos estes países, a nova orientação do alívio da dívida tem o potencial de libertar novos recursos para o desenvolvimento – e é crucial para o financiamento dos ODM que os recursos sejam distribuídos eficientemente para apoiar serviços do sector social e o crescimento de base ampla.

A execução do novo acordo terá de ser monitorizado rigorosamente, para assegurar que as finanças do alívio da dívida são verdadeiramente adicionais. Questões particulares têm sido levantadas sobre o fracasso dos arranjos financeiros para cobrir os custos da redução da dívida do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que serão necessários para pagar parte do financiamento do alívio da dívida da Bolívia, Honduras e Nicarágua. Contudo, o acordo é, inequivocamente, uma boa notícia para os 27 países que actualmente beneficiam do alívio da dívida.

Mais problemática é a questão de como lidar com os países que estão fora deste grupo. O quadro de associados PPAE tem estado a ser fechado na base dos países cobertos em 2004. Ironicamente, isto quer dizer que alguns países elegíveis para os empréstimos AID têm indicadores de dívida que são piores do que os de PPAE que estão a seguir o alívio da dívida PPAE e, ainda, que esses países não são qualificáveis para o alívio da dívida na base de que não estavam na lista de 2004. Por exemplo, Haiti, Quênia e Quirguistão, todos têm rácios do *stock* da dívida para as exportações que excedem 150%,

ainda que não sejam elegíveis para o alívio da dívida. Até agora, os credores individuais têm respondido unilateralmente às anomalias na estrutura do PPAE. Por exemplo, o Reino Unido tem desenvolvido propostas para cancelar a sua parcela dos pagamentos do serviço da dívida de países como a Arménia, Mongólia, Nepal, Sri Lanka e Vietname. Pensando no futuro, o que é necessário é uma estratégia mais coerente para reduzir as obrigações da dívida a um nível consistente com as necessidades de financiamento dos ODM.

A experiência da Nigéria realça outras limitações na estrutura actual do alívio da dívida. Em contraste com os PPAE, a maior parte da dívida da Nigéria – cerca de 80% do total – respeita a credores bilaterais e não tanto ao Banco Mundial ou FMI. Os credores indicaram a riqueza petrolífera da Nigéria como base para a recusa do alívio da dívida. Contudo, apesar de ser o oitavo maior exportador de petróleo do mundo, a Nigéria está classificada no IDH na ordem 158, tem uma das populações mais pobres da África Subsariana e recebe menos de 2 dólares per capita em ajuda – um dos níveis mais baixos da região. A conta do serviço da dívida da Nigéria é de mais de 3 mil milhões de dólares por ano – excedendo a despesa pública de saúde. Além disso, porque menos de metade da dívida externa é que está a ser paga, estão a acumular-se os atrasos. É verdade que os problemas de dívida da Nigéria poderiam ter sido evitados se os governos anteriores não tivessem cedido à má administração económica e à transferência das receitas do petróleo para contas em bancos suíços. Mas isso não constitui razão para penalizar hoje os nigerianos pobres, nem para minar um governo empenhado na reforma.

Fonte: World Bank e IMF 2004 c; Martin e outros 2004.

os orçamentais concretos. Também é importante lembrar que nem toda a ajuda adicional mobilizada desde Monterrey será dirigida especificamente para os hiatos de financiamento dos ODM.

Ajuda real e valores das manchetes

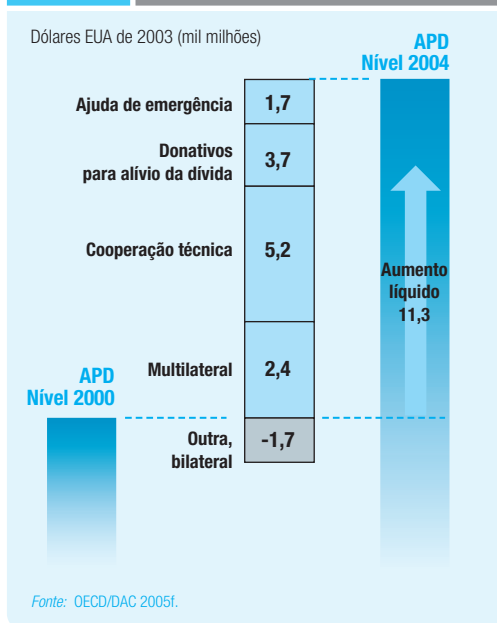
Sem mais nada, os valores dos hiatos de financiamento podem subvalorizar o problema. Fechar os hiatos de financiamento requer dinheiro à vista, mas nem todo o dinheiro contado como ajuda se traduz em transferência de recursos. Este é o caso muito particular de três categorias de ajuda que representaram mais de 90% do aumento de 11,3 mil milhões de dólares em ajuda bilateral, entre 2000 e 2004: alívio da dívida (3,7 mil milhões de dólares), cooperação técnica (5,2 mil milhões de dólares) e ajuda de emergência (1,7 mil milhões de dólares; figura 3.7). Os aumentos nestas áreas geram manchetes que são maiores do que as transferências reais.

Veja-se o caso do alívio da dívida. É uma forma altamente eficaz de ajuda ao desenvolvimento, dá aos governos maior controlo das receitas internas e reduz

a sua dependência da ajuda. O perdão das dívidas que estão actualmente a ser reembolsadas liberta recursos orçamentais que estavam a ser utilizados para outros fins. Porém, as normas de apresentação de contas da OCDE permitem que os governos apresentem a totalidade da redução da dívida como ajuda dada no ano em que ela é cancelada. Isso inflaciona o valor real do alívio da dívida, já que as poupanças financeiras reais para os países receptores chegam sob a forma de redução do serviço da dívida.

Nos casos em que as dívidas não estavam a ser integralmente reembolsadas, o alívio da dívida é, em parte, uma operação contabilística. Grande parte do aumento de 4 mil milhões de dólares da ajuda à República Democrática do Congo, em 2003, cai nesta categoria. A Etiópia recebeu uma redução do *stock* da dívida de 1,3 mil milhões de dólares em 2003, ao abrigo da Iniciativa Países Pobres Altamente Endividados, em troca de uma redução do serviço da dívida de 20 a 40 milhões de dólares por ano. Este não é um argumento contra o alívio da dívida, mas contra práticas contabilistas correntes que dão uma impressão

Figura 3.7 A composição do aumento da ajuda



errada da quantidade de ajuda que os doadores estão a conceder. Estão em perspectiva, para os próximos anos imediatos, grandes operações de redução da dívida para o Iraque e outros países, no quadro da Iniciativa PPAE. É importante que os elevados valores nominais dessas operações não desviem a atenção, quer das poupanças orçamentais relativamente modestas que resultarão, quer da necessidade de ver o alívio da dívida como uma parte do pacote financeiro mais amplo para a realização dos ODM.

Muito do argumento anterior é verdadeiro para a assistência técnica e a ajuda de emergência. A assistência técnica representou 1 em cada 4 dólares de ajuda fornecida em 2003. Muitas vezes, esta assistência desempenha um papel importante no apoio ao desenvolvimento e à construção de capacidade, mas grande parte dela representa despesa nos países doadores – um problema que se combina com a ajuda ligada (a ser discutido mais adiante neste capítulo). A ajuda à educação demonstra o problema. Os maiores hiatos de financiamento são na formação, remuneração e retenção dos professores, construção de salas de aula e provisão de manuais escolares. Todavia, três quartos do apoio dos doadores à educação vêm na forma de assistência técnica. Grande parte é absorvida no pagamento de bolsas de estudo, aconselhamento técnico externo e encargos de consultoria. A qualidade da assistência técnica é muito variável, mas tal como acon-

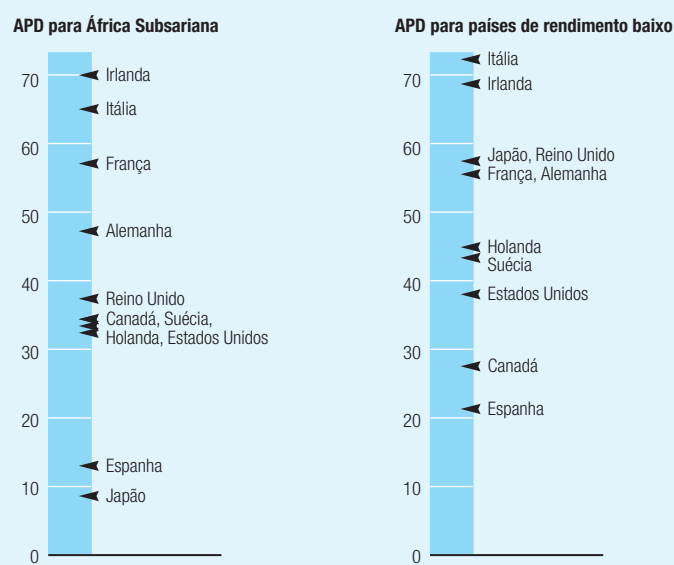
tece com o alívio da dívida, a questão importante no financiamento dos ODM é que os recursos não fluam automaticamente para áreas prioritárias. A ajuda de emergência e a ajuda aos Estados frágeis são uma prioridade, mas são também uma resposta às necessidades de financiamento para além das estimadas para os ODM. O Afeganistão e o Iraque, em conjunto, são responsáveis por 3,2 mil milhões de dólares do aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, entre 2001 e 2003 – e por uma grande fatia do aumento da ajuda dos Estados Unidos. Com efeito, mais de 40% dos 3,8 mil milhões de aumento da ajuda ao desenvolvimento dos Estados Unidos, em 2003, foram reservados para o Iraque. Até a data, a maior parte do aumento na ajuda de emergência tem sido através da mobilização de fundos adicionais, embora isso seja difícil de confirmar na prática. Por exemplo, o Japão combinou o aumento da ajuda para o Afeganistão e Iraque com cortes profundos na ajuda ao desenvolvimento total. Qualquer que seja a posição actual, o desvio da ajuda do financiamento dos ODM para a reconstrução pós-conflito ou objectivos estratégicos mais amplos continua a ser uma ameaça real.³⁴

Selectividade da ajuda

Outra razão porque os valores das manchetes podem subestimar a dimensão do problema do financia-

Figura 3.8 Doadores diferem na ajuda aos países mais pobres

Parcela da APD total, 2003 (%)



Fonte: Calculado com base em dados da APD, de OECD/DAC 2005f.

Como mecanismo internacional mais eficazmente orientado para os países mais pobres, a Associação Internacional do Desenvolvimento (AID) ocupa uma posição central no financiamento dos ODM – 1 dólar dado através da AID tem mais probabilidade de reduzir ao hiato do financiamento dos ODM do que 1 dólar entregue através de qualquer outro canal. Além disso, porque funciona por ciclos orçamentais de três anos, a AID tem menos tendência para a imprevisibilidade associada à ajuda bilateral prestada através de orçamentos anuais.

Em 2005, os doadores atribuíram 34 mil milhões de dólares à AID para o período até 2008 – um aumento de 25% em termos reais. Esta é a maior expansão em duas décadas, embora muito abaixo dos 40% a 50% que a maioria dos governos europeus queria. Se as propostas europeias tivessem sido aprovadas, teriam aumentado a parcela multilateral na ajuda e a parcela de ajuda destinada aos países mais pobres. A AID é a terceira maior fonte de ajuda à África Subsariana (depois da França e dos Estados Unidos) e a principal fonte de ajuda para a educação e a saúde.

Mantêm-se questões importantes acerca do papel futuro da AID no financiamento do desenvolvimento. Cerca de um quinto dos empréstimos da AID são providos em termos de donativos a países vulneráveis aos problemas da dívida. O resto é afectado na forma de empréstimos concessionais: os reembolsos são feitos em quarenta anos e um período de carência de 10 anos. Alguns doadores querem manter este equilíbrio. Outros defendem a transformação da AID numa agência predominantemente baseados em donativos.

Existem perigos em seguir apenas pelo caminho dos donativos. Os doadores provêm actualmente metade do rendimento da AID. Outros 40% vêm de reembolsos de empréstimos passados de países como a China, que elevou o seu estatuto de rendimento baixo para rendimento médio. Passar para um sistema de donativos poderia paralisar este fluxo de pagamentos, reduzindo a base global de recursos. Além disso, alguns países – como o Bangladesh e Índia, por exemplo – estão em situação de utilizar empréstimos suaves, enquanto outros poderiam utilizar a AID para fazer a transição da dependência exclusiva de donativos.

Há outra razão para ter cuidado. Os doadores poderiam neutralizar os efeitos financeiros se concordassem em compensar quaisquer perdas de reembolsos da AID através de compromissos vinculativos de maiores donativos. Porém, nenhum doador o fez até ao momento. Sem tais garantias de maior financiamento de longo prazo, os fluxos da AID tornar-se-iam dependentes de apoio imprevisível dos doadores.

Fonte: Rogerson 2005.

mento dos ODM é que os doadores variam nos seus padrões de afectação da ajuda. Os países de rendimento baixo e a África Subsariana, que enfrentam os maiores hiatos de financiamento, figuram com maior proeminência do que outros nalguns programas de ajuda (figura 3.8). A ajuda desembolsada através de mecanismos multilaterais como a AID e o Fundo Global para Combater a SIDA, a Tuberculose e a Malária é, provavelmente, a ajuda mais fortemente dirigida para os hiatos de financiamento dos ODM – no caso da AID porque a elegibilidade é largamente restringida aos países de rendimento baixo (caixa 2.6). Isto não implica que a ajuda aos países de rendimento médio não seja justificável em termos de desenvolvimento humano. Mas mantém-se a situação em que os doadores variam na parcela da ajuda afec-

tada aos países mais pobres que enfrentam as mais graves limitações financeiras para os ODM.

A selecção pelo doador dos receptores preferidos afecta a distribuição da ajuda. Em 1997, um estudo altamente influente argumentava, com base em provas empíricas da análise transversal da países, que a ajuda só era eficaz em “bons” ambientes de política económica (estabilidade fiscal, inflação baixa, mercados abertos e outros critérios).³⁵ Este estudo levou à nova ortodoxia de que a ajuda deveria ser usada selectivamente para recompensar os reformadores fortes. Porém, estudos subsequentes concluíram que a ajuda também pode ser eficaz em países com um ambiente institucional menos favorável e uma história de reforma económica mais fraca. Esta conclusão não quer dizer que o ambiente de política económica não seja importante: pelo contrário, a gestão macroeconómica eficaz é vital. Mas a evidência não previne suficientemente contra a utilização de listas uniformes de “boas políticas” como base para a afectação de ajuda.

As melhores provas empíricas sugerem que a ajuda pode ser eficaz numa gama diversificada de ambientes – e que planos de condições prévias de política não são úteis.³⁶ Há o perigo desses esquemas dividirem os receptores de ajuda em queridos e órfãos de doadores, com base em provas frágeis da sua capacidade de fazer bom uso da ajuda. De algum modo isso já está a acontecer, com uma sobreconcentração de queridos de doadores na África Subsariana anglófona (e em Moçambique e Etiópia) e com uma representação excessiva de órfãos de doador na África francófona e América Latina.

Pesquisas recentes utilizando o índice de selectividade política do Banco Mundial, uma medida da correlação entre ajuda e qualidade das instituições dos países receptores da ajuda, sugere que os fluxos de ajuda ao desenvolvimento são cada vez mais sensíveis à qualidade das instituições (como definidas no índice).³⁷ Ao mesmo tempo, o enfoque do doador no desempenho institucional é muito mais rígida nos países de rendimento baixo do que nos países de rendimento médio. Mais preocupante é que a ajuda recebida por alguns países de rendimento baixo é cerca de 40% mais abaixo do que a sua capacidade institucional indicaria.³⁸

Nada disto pretende negar a importância óbvia do ambiente de política nacional na determinação da eficácia da ajuda. Países tão diferentes como Bangladesh, Moçambique e Vietname conseguem gerar elevados retornos de desenvolvimento humano

da ajuda porque têm estratégias eficazes de redução da pobreza. Pelo contrário, a corrupção endêmica, fraca governação e má gestão económica diminuem os benefícios potenciais da ajuda. A corrupção mina os esforços de ajuda em dois aspectos. Primeiro, as famílias pobres sofrem desproporcionadamente com as práticas corruptas. Um inquérito feito no Camboja concluiu que a corrupção custava às famílias de rendimento baixo três vezes mais do que o seu rendimento, tal como custava às famílias de rendimento elevado, em parte porque as famílias de rendimento baixo estão mais dependentes dos serviços públicos.³⁹ Segundo, as saídas de fluxos financeiros associadas à corrupção podem ultrapassar o crescimento dos fluxos de ajuda: de acordo com uma estimativa, activos financeiros públicos que excedem o valor da dívida externa da África foram ilegalmente transferidos para contas em bancos estrangeiros.

Os doadores de ajuda podem enfrentar estes problemas de forma muito mais eficaz através de parcerias com governos comprometidos com a transparência e a responsabilidade financeira, e não através da imposição de planos de política.

A ajuda e os ODM: poderão os países ricos financiá-los?

Terão os países ricos os recursos para cumprir o seu compromisso de longo prazo de gastar 0,7% do RNB em ajuda? Esta pergunta tem uma incidência decisiva nas perspectivas de realização dos ODM e nas metas mais amplas de desenvolvimento humano.

Em qualquer democracia, o que os governos consideram como comportável reflecte uma avaliação dos custos e benefícios da despesa pública. Essa avaliação deve ser guiada por julgamentos acerca das prioridades políticas, e mediada através de processos políticos que levam a escolhas sobre os méritos de reivindicações concorrentes. Os orçamentos da ajuda reflectem o modo como os governos e a opinião pública encaram a pobreza mundial e as suas obrigações e interesses em combatê-la.

Custos comportáveis

Avaliado em comparação com a riqueza e os recursos dos países ricos, o custo de realização dos ODM é modesto. Mais de mil milhões de pessoas no mundo têm falta de acesso a água potável e 2,6 mil milhões a saneamento. Vencer estes défices custaria pouco menos

de 7 mil milhões de dólares por ano ao longo da próxima década. Este investimento poderia poupar cerca de 4.000 vidas todos os dias, como resultado de menor exposição a doenças infecciosas. Enfrentaria um problema que rouba aos pobres a sua saúde, mina o desenvolvimento económico e impõe enormes exigências de tempo e trabalho às raparigas e às mulheres. O investimento necessário parece muito dinheiro – e é para os países em desenvolvimento de rendimento baixo. Mas não é mais do que os 7 mil milhões de euros que os Europeus gastam por ano em perfume, ou do que os 8 mil milhões de dólares que os Americanos gastam por ano em cirurgias plásticas correctivas.

Estas comparações não negam o esforço que será requerido para aumentar a ajuda numa escala comparável com a realização dos ODM. Em todos os países do G-7 – excepto o Canadá – os défices fiscais continuam elevados – na verdade, as suas posições fiscais enquanto grupo deterioraram-se (figura 3.9). O défice fiscal dos Estados Unidos (em percentagem do RNB) é actualmente mais elevado do que o de qualquer país industrializado, excepto o Japão. As propostas orçamentais actuais pretendem reduzir este défice para metade até 2009, com uma redução nas despesas não militares para a sua mais baixa percentagem do PIB em mais de 40 anos. Este não é, claramente, um ambiente propício para a expansão dos orçamentos da ajuda. O mesmo é verdade para o Japão, onde o défice fiscal estrutural está projectado para diminuir apenas ligeiramente, até cerca de 6% do PIB em 2006. A médio prazo, os planos orçamentais do Japão pretendem converter o défice em excedente, até 2010 – uma meta que se traduzirá numa intensa pressão para cortes no investimento público.

A posição da União Europeia é pouco mais encorajadora. Apesar de os défices fiscais serem menores na área Euro do que no Japão, ou nos Estados Unidos, a França e a Alemanha têm défices fiscais que excedem os 3% do RNB, enquanto o défice projectado da Itália irá chegar a mais de 4% até 2006. A menor escala dos défices fiscais na União Europeia do que nos Estados Unidos, ou Japão, oculta três outras pressões subjacentes. Os níveis da dívida pública são elevados na zona euro. As pressões fiscais associadas a uma população envelhecida estão a aumentar. E as taxas de desocupação forçaram o desemprego para o topo da agenda política de alguns países. Desde 2003, as taxas de desemprego tem estado estagnadas em mais de 9% na França, Alemanha e Itália. Apesar das reformas do Pacto de Es-

Figura 3.9 Situação fiscal tensa nos países do G-7

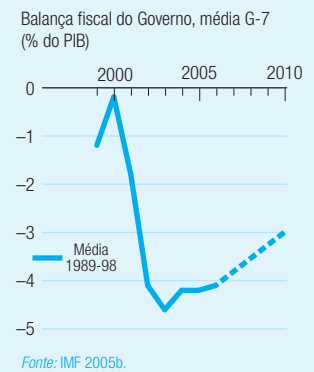
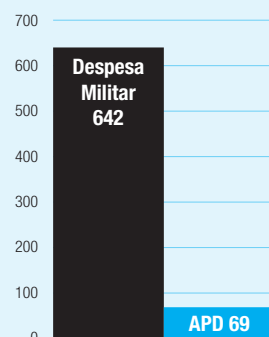


Figura 3.10 Despesa militar versus ajuda ao desenvolvimento

Despesa por doadores da OCDE, 2003 (mil milhões de dólares EUA)



Fonte: Development Initiatives 2005d.

Quadro 3.1 A despesa militar excede a ajuda pública ao desenvolvimento nos países ricos

Parcela da despesa governamental, 2003 (%)

País	APD	Despesa militar
Austrália	1.4	10.7
Áustria	1.1	4.3
Bélgica	2.7	5.7
Canadá	1.2	6.3
Dinamarca	3.1	5.7
Finlândia	1.6	5.4
França	1.7	10.7
Alemanha	1.4	7.3
Grécia	1.4	26.5
Irlanda	2.1	4.6
Itália	0.9	9.8
Japão	1.2	5.7
Luxemburgo	3.9	4.8
Holanda	3.2	6.5
Nova Zelândia	1.2	6.3
Noruega	4.1	8.9
Portugal	1.0	10.0
Espanha	1.3	6.7
Suécia	2.8	6.4
Suiça	3.5	8.5
Reino Unido	1.6	13.3
Estados Unidos	1.0	25.0

Fonte: Calculado com base em dados da APD, de OCDE/DAC 2005f; dados da despesa militar, do quadro de indicadores 20; e dados da despesa governamental, de World Bank 2005f.

tabilidade e Crescimento da União Europeia terem aumentado a flexibilidade, os governos dos membros da UE estão a enfrentar pressões fiscais intensas num contexto de baixo crescimento, elevado desemprego e aumento da pressão sobre a despesa pública. Contra este quadro, a decisão da União Europeia de estabelecer uma meta de 0,51% do RNB foi uma importante declaração de intenção política. Contudo, assegurar que esta meta se traduza em compromissos orçamentais difíceis vai requerer um esforço excepcional.

Embora as pressões fiscais que o G-7 e outros países industrializados doadores enfrentam sejam reais, é importante reconhecer que os orçamentos da ajuda, mesmo a níveis alargados, representam uma fonte de pressão modesta. Para dois dos países do G-7 – Itália e Estados Unidos – a ajuda ao desenvolvimento representa 1% ou menos da despesa pública, muito abaixo da média da OCDE. Em 2004, os orçamentos da ajuda total eram equivalentes a apenas 3% do défice fiscal total, tanto do Japão como dos Estados Unidos, e 5% da Alemanha. Mesmo que todos os países do G-7 aumentassem a sua ajuda para o nível da meta da UE, qualquer impacte prejudicial sobre a sua posi-

ção fiscal seria limitado. Inversamente, o constrangimento da despesa de ajuda terá um efeito igualmente marginal sobre a melhoria dessa posição.

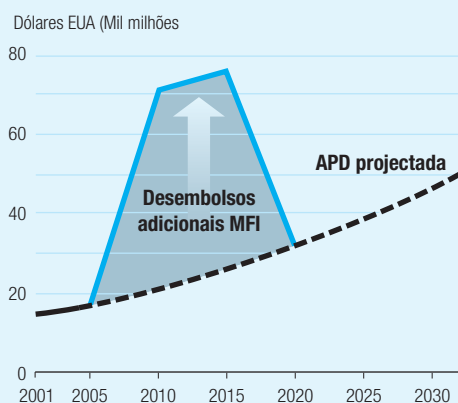
Na prática, o modo como os governos dão prioridade à despesa pública, assim como respondem às pressões fiscais, reflectirá a sua ordenação das prioridades políticas, bem como os critérios de política tributária, o âmbito do investimento público e a reforma económica. Se, como argumentamos neste capítulo, o aumento da ajuda é um imperativo, não só em bases morais e éticas, mas também em termos de interesse próprio iluminado dos países ricos, como se reflecte na prosperidade e segurança futura dos seus cidadãos, então é importante atribuir à ajuda uma prioridade orçamental muito mais elevada.

Despesas militares e níveis de ajuda

As comparações com a despesa militar são instrutivas. Por cada dólar investido na ajuda ao desenvolvimento, outros 10 são gastos em orçamentos militares (figura 3.10). Nenhum país do G-7 tem um rácio de despesa militar para ajuda inferior a 4:1. Este rácio cresce até 13:1 para o Reino Unido e até 25:1 para os Estados Unidos (quadro 3.1). Num mundo em que os países ricos reconhecem cada vez mais que as ameaças à segurança estão ligadas à pobreza global, desigualdade e esperança insuficiente para muitos segmentos da população mundial, este rácio de 10:1 da despesa militar para a despesa com a ajuda não faz sentido. Em qualquer avaliação das ameaças para a vida humana, há uma extraordinária desproporção entre orçamentos militares e necessidades humanas. A quantia que os países ricos gastam actualmente com o VIH/SIDA, uma ameaça à segurança humana que custa 3 milhões de vidas por ano, representa a despesa de três dias em equipamento militar.

As prioridades orçamentais em muitos países ricos não reflectem, nem um compromisso adequado com os ODM, nem uma resposta coerente aos desafios de segurança colocados pela pobreza maciça e pelas profundas desigualdades globais. A discrepância entre orçamentos militares e orçamentos de desenvolvimento coloca a viabilidade financeira dos ODM a uma luz diferente. Se o aumento de 118 mil milhões de dólares na despesa militar, entre 2000 e 2003, tivesse sido afectado à ajuda, a ajuda ao desenvolvimento representaria agora cerca de 0,7% do RNB dos países ricos. Apenas 4 mil milhões de dólares – cerca de 3% do aumento da despesa militar

Figura 3.11 Adiantar ajuda através do Mecanismo de Financiamento Internacional



Fonte: Development Initiatives 2005c.

– é o necessário para financiar intervenções básicas de saúde que poderiam prevenir as mortes em 3 milhões de bebés por ano. Se a guerra contra a pobreza é uma prioridade, é simplesmente inacreditável que os governos atribuam um peso tão pequeno aos orçamentos da ajuda destinados a salvar vidas.

Nada disto diminui as ameaças de segurança muito reais que os governos dos países desenvolvidos têm de enfrentar. Estas ameaças vão desde a proliferação das armas nucleares ao terrorismo internacional. Contudo, podem ser levantadas questões legítimas, como saber se o progresso militar é a resposta mais eficaz. Por exemplo, um tratado abrangente para proibir os ensaios e uma redução rápida das ogivas nucleares em disposição operacional poderia eliminar a necessidade de alguns dos programas extensivos – e dispendiosos – que estão em marcha para a modernização das forças nucleares e o desenvolvimento de novos veículos de lançamento. O investimento de mais capital político no desarmamento negociado e de menos capital financeiro em equipamento militar poderia aumentar a segurança e libertar recursos para o desenvolvimento.

Financiamento inovador

Foram desenvolvidas várias propostas inovadoras para fechar o hiato de financiamento dos ODM. Procuram olhar para além do financiamento público, para os mercados de capitais privados e para novas formas de financiamento.

O Mecanismo de Financiamento Internacional (MFI) proposto pelo Governo do Reino Unido é

Caixa 3.7 O Mecanismo de Financiamento Internacional

A ajuda deve reunir três condições para ter um efeito duradouro na pobreza. Deveria ser sustentada e previsível, suficiente grande para facilitar o investimento simultâneo em sectores que reforcem os impactos de uns sobre os outros, e radicar em planos de desenvolvimento viáveis. Na ausência destas condições, a ajuda é apenas um investimento na redução permanente da pobreza e mais uma compensação ocasional por ser pobre.

A importância da ajuda sustentada e previsível é óbvia. Nenhuma empresa privada responsável embarcaria num projecto para aumentar retornos futuros sem ter um plano plurianual integralmente financiado. O mesmo se aplica aos governos dos países pobres. Se um país, como o Senegal, depende da ajuda para 30% da despesa pública e 74% do investimento público, um fluxo seguro e previsível de ajuda é condição para o investimento a longo prazo. Os países não podem alcançar a educação primária universal abolindo as propinas, construindo escolas e formando professores, a menos que lhes possa ser assegurado o financiamento para manter as escolas e o pagamento dos salários dos professores para lá do primeiro par de anos. E não se pode esperar que os países sustentem os seus investimentos na educação, a menos que também tenham um plano de saúde financiado que evite que os professores morram de VIH/SIDA mais depressa do que são formados, ou um plano financiado para água e saneamento, sem o qual as raparigas abandonam a escola na puberdade – acentuando a importância de investimentos simultâneos em vários sectores.

Mas a lição que os doadores menos têm querido aprender é que a necessidade de mais ajuda é imediata e urgente. Quanto mais tempo adiarem, mais espinhoso será o problema e mais cara a solução. Avançar com a ajuda pode significar poupanças no futuro. A malária custa 12 mil milhões de dólares por ano em produção perdida. Pagar para tratar a malária integralmente custaria uma fracção disso. As taxas de retorno dos investimentos em infra-estruturas podem chegar até 80%, ultrapassando os retornos padrão nos mercados privados de capitais.

O Mecanismo de Financiamento Internacional (IFF) destina-se a satisfazer as três condições para a ajuda eficaz. Através da venda de obrigações do governo nos países ricos, mobilizaria, de uma só vez, os recursos totais para financiar uma corrente segura e previsível de ajuda. Porque o financiamento seria adiantado, poderia prover a massa crítica de investimento necessária num conjunto de sectores.

Poderia o IFF funcionar na prática? Os pormenores de execução estão a ser trabalhados através do Mecanismo de Financiamento Internacional da Vacinação (IFFIm), um programa-piloto desenvolvido pela Aliança Global para as Vacinas e a Vacinação (GAVI). No passado, a eficiência da GAVI foi comprometida por fluxos financeiros flutuantes e incertos. O IFFIm é um mecanismo de financiamento destinado a prover financiamento adiantado seguro para serviços de vacinas e vacinação nos países mais pobres. A GAVI calculou que um investimento acrescido de 4 mil milhões de dólares adiantados ao longo de 10 anos pouparia a vida a mais de 5 milhões de crianças até à data estabelecida, 2015, e evitaria mais 5 milhões de mortes de adultos (principalmente com hepatite B) depois de 2015.

Fonte: Development Initiatives 2005b; GAVI e Vaccine Fund 2005a, b; UK, HM Treasury 2003.

um exemplo. Subjacente ao MFI está uma ideia simples: os governos deveriam utilizar a sua capacidade de influenciar os recursos nos mercados de capitais para prover mais ajuda. O MFI utilizaria as promessas governamentais de aumento da ajuda para apoiar a emissão de obrigações públicas. O rendimento da venda dessas obrigações seria canalizado através de programas de ajuda, com o MFI a recolher os fluxos de ajuda futuros para liquidar as obrigações quando se cencessem.⁴⁰

Há poucas provas fortes para apoiar a afirmação de que os países pobres serão incapazes de usar eficazmente mais ajuda

Um dos pontos fortes do MFI é que adiantaria os recursos financeiros para investimento neste período crítico (figura 3.11). Mesmo que todos os doadores se comprometessem em atingir uma meta de ajuda para RNB de 0,5% até 2010 e 0,7% até 2015, haveria um hiato de financiamento dos ODM no curto prazo até que os novos recursos estivessem disponíveis. Ao abrigo do MFI, as transferências de ajuda poderiam ser aumentadas, com efeito imediato, enquanto os custos orçamentais dos governos seriam diferidos. Este adiantamento permitiria que os governos dos países em desenvolvimento fizessem os investimentos fundamentais em áreas como a saúde, educação e infra-estruturas, enquanto os países industrializados poderiam agir em função dos seus compromissos para com os ODM sem comprometerem a estabilidade fiscal (caixa 3.7).

Outras propostas consideram a possibilidade de obter mais receitas através de mecanismos internacionais de tributação.⁴¹ Na prática, quaisquer impostos internacionais teriam de ser executados pelos governos nacionais, na medida em que são os únicos órgãos soberanos com poderes para gerar receita – e os Estados Unidos, em particular, opõem-se a essa abordagem. O apoio é mais forte na União Europeia. Vários governos estão a avaliar as implicações de um imposto internacional sobre o combustível para a aviação. Mesmo fixado a um nível baixo, esse imposto poderia gerar 9 a 10 mil milhões de dólares por ano.⁴² Outra proposta pede um imposto fixo sobre os bilhetes de passageiros, com a receita reservada para a prevenção e tratamento do VIH/SIDA. Esta proposta foi defendida por um dos países do G-7 (a França) e apoiada por dois outros (a Alemanha e o Reino Unido), com muitos países em desenvolvimento (incluindo o Brasil) apoiando a ideia. Estes e outros países chegaram a um acordo de princípio para introduzir um imposto nacional sobre os bilhetes de avião para financiamento da despesa do desenvolvimento. Outros países defenderam um imposto sobre as transacções monetárias. Com efeito, a Bélgica já aprovou legislação sobre a adopção de um imposto monetário. Vários outros países – incluindo a Noruega e a Finlândia – exploraram a possibilidade de utilizar impostos sobre o carbono como um novo mecanismo de financiamento.

Os defensores do uso de impostos internacionais para mobilizar financiamento para o desenvolvimento afirmam que essa abordagem produziria importantes benefícios para os ODM e não só. Esses impostos, argumenta-se, têm o potencial de combi-

nar o financiamento de bens públicos e da redução da pobreza. O Grupo de Trabalho sobre Novas Contribuições para o Financiamento Internacional, do Governo francês, que produziu um relatório em 2004, argumenta que o fluxo de recursos provenientes de impostos proveria uma corrente de finanças previsíveis, ao mesmo tempo que completaria as abordagens dos mercados de capitais privados, tais como o MFI, preenchendo o espaço desocupado pelo fluxos do MFI à medida que as obrigações são liquidadas.

Poderá ser absorvida mais ajuda?

Uma grande expansão da ajuda só produzirá resultados se os países pobres puderem utilizar eficazmente os fluxos aumentados. Os opositores de um rápido aumento da ajuda argumentam que os países pobres não têm capacidade de absorção – que grandes aumentos nas transferências esmagarão a sua capacidade de utilizar a ajuda eficazmente, criando distorções económicas e minando as perspectivas de crescimento. De facto, a maioria dos problemas é prontamente resolúvel através de uma conjugação de prudência na política interna e de melhoria nas práticas dos doadores. Nenhuma das objecções levantadas enfraquece a defesa de um aumento gradual da ajuda para acelerar o progresso no sentido dos ODM.

Vários temas recorrentes dominam as preocupações dos pessimistas da ajuda. Um é que os países com falta de infra-estruturas sociais e económicas – estradas, enfermeiros, professores – não estão em posição de colher os benefícios de maiores fluxos de ajuda e que os retornos decrescentes do crescimento e desenvolvimento humano se instalarão rapidamente. Outro é que a ajuda traz as suas próprias distorções. A dependência da ajuda, argumenta-se, pode minar os incentivos dos governos para desenvolver sistemas de receitas nacionais, enfraquecendo o desenvolvimento de instituições responsáveis. Também são citadas questões macroeconómicas. Grandes fluxos de divisas podem fazer subir as taxas de câmbio, tornando as exportações não competitivas, encorajando as importações e criando problemas de balança de pagamentos. O problema é conhecido como doença holandesa (*dutch disease*), depois da experiência da Holanda na década de 1960, quando o súbito afluxo de riqueza proveniente da descoberta do gás do mar do Norte fez subir o valor do florim, prejudicando os exportadores de produtos manufacturados e alimentando a inflação.⁴³

Embora cada uma destas três preocupações levante questões importantes, no entanto, os limites da capacidade de absorção podem ser exagerados. O mesmo pode acontecer também com o grau de dependência da ajuda. A África Subsariana é a região do mundo mais dependente de ajuda. A ajuda bilateral representa mais de 10% do RNB para 23 países de África, atingindo mais de 60% em Moçambique. Mas a média regional, em 6,2%, está abaixo do nível do início da década de 1990.

Há poucas provas fortes para apoiar a afirmação de que os países pobres serão incapazes de usar eficazmente mais ajuda. As circunstâncias precisas variam, mas os níveis de dependência da ajuda são um fraco indicador da capacidade dos países aproveitarem a ajuda ao desenvolvimento para a redução da pobreza. Onde a capacidade de absorção é um problema, a resposta adequada é o investimento na construção de capacidade, em combinação com medidas visando a redução dos custos de transacção.

Retornos decrescentes?

Teoricamente, os retornos decrescentes da ajuda têm de começar num certo ponto, de modo que, mesmo com uma boa gestão, os benefícios marginais diminuirão enquanto a ajuda aumenta. Pesquisas transversais de países para 1993-2001, realizadas pelo Centro para o Desenvolvimento Global, indicam que em média a ajuda gera retornos positivos para o crescimento até ao ponto em que atinge os 16% a 18% do RNB.⁴⁴ Outros estudos colocam este valor em 20% a 25%. Mas as provas da análise transversal sobre o desempenho passado são um guia fraco para resultados futuros. À medida que a qualidade da ajuda, a governação e a política económica melhoraram no tempo, pode-se esperar que os benefícios da ajuda cresçam. Além disso, qualquer que seja o limiar médio para os rendimentos decrescentes, alguns países são capazes de absorver eficazmente a ajuda para além desse ponto. Por exemplo, Moçambique é, ao mesmo tempo, um dos países de África com mais forte desempenho em crescimento e um dos países mais dependentes de ajuda do mundo.

Seja como for, muitos países com rácios de ajuda para RNB de 10% a 15% – incluindo o Bangladesh, o Camboja e a Tanzânia – enfrentam um hiato de financiamento para os ODM. Pesquisas pormenorizadas a nível de país, efectuadas pelo Banco Mundial, sugerem que 30 mil milhões de dólares de ajuda adi-

cional poderiam ser utilizados produtivamente em países de rendimento baixo, um número conservador que não tem em conta o âmbito do investimento infra-estrutural.⁴⁵ Uma outra questão é que os rácios ajuda para RNB nos países em desenvolvimento são uma forma limitada de olhar para a dependência. Por exemplo, a Etiópia tem um rácio relativamente elevado, de 19%, mas recebe 19 dólares de ajuda per capita, comparado com uma média de 28 dólares para a África Subsariana e 35 para a Tanzânia.

Efeitos sobre as receitas

Crescimentos rápidos da ajuda aumentarão a parcela dos orçamentos nacionais financiados através da ajuda ao desenvolvimento. Um perigo óbvio é que isto irá institucionalizar a dependência da ajuda, tornando os orçamentos mais vulneráveis à volatilidade dos fluxos de ajuda e alterando das prioridades dos doadores.⁴⁶ Alguns críticos argumentam que grandes fluxos de ajuda enfraquecem os incentivos dos governos para mobilizar impostos internos, minando o desenvolvimento de uma base de receitas sustentável. Provas empíricas de alguns países dão peso a esta preocupação. Por exemplo, o Uganda não tem sido capaz de aumentar o seu rácio de impostos para o PIB, relativamente baixo, apesar de um elevado crescimento. Porém, exemplos contrários sugerem que esses resultados não são inevitáveis. A Etiópia aumentou o rácio nacional de imposto para o PIB, de 11% para 15% desde 1998, mesmo quando as receitas da ajuda aumentaram por um coeficiente de três.

Doença holandesa – e como curá-la

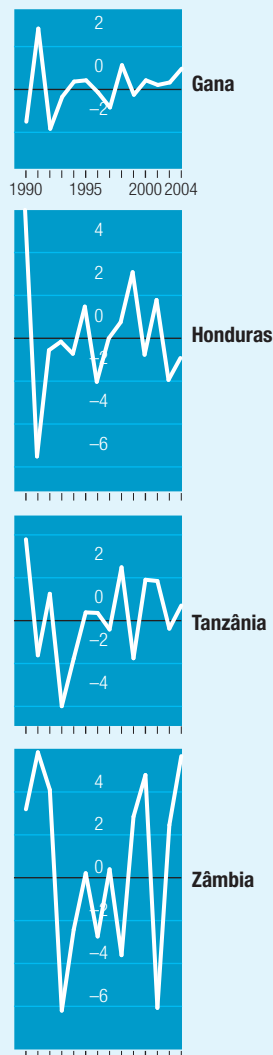
A doença holandesa é uma ameaça que tem de ser levada a sério. Uma rápida apreciação da taxa de câmbio teria consequências devastadoras para a África, tornando mais difícil para os pequenos agricultores e industriais expandir e diversificar as suas exportações, levantando o espectro de maior marginalização no comércio mundial. Na prática, os problemas podem ser evitados.

Os problemas mais graves levantam-se quando os fluxos de ajuda financiam um *boom* do consumo. Se a produção se mantiver constante e a procura crescer, a inflação será inevitável, com preços mais elevados para os bens não transaccionados. Porém, se a ajuda for dirigida para áreas como as infra-estruturas, produção agrícola e investimentos no capital humano, a resposta da oferta pode prover um antídoto para a doença holandesa.⁴⁷ O aumento da produtividade

O planeamento dos ODM deve ser colocado no centro das estruturas da despesa pública

Figura 3.12 Volatilidade da ajuda em acção

Entradas de APD
Variação em relação ao ano anterior (% do RNB)



Fonte: Calculado com base em dados do volume da APD e RNB, de OECD/DAC 2005f.

pode contrariar as pressões inflacionárias e manter a competitividade das exportações. Isto ajuda a explicar porque razão países como a Etiópia, Moçambique e Tanzânia têm sido capazes de absorver mais ajuda, sem efeitos inflacionários em grande escala.

Os próprios governos também podem influenciar os efeitos da ajuda na taxa de câmbio – por exemplo, decidindo se os fluxos de ajuda são usados para aumentar o consumo, para financiar importações, ou para criar reservas de divisas estrangeiras.⁴⁸ Evidências de alguns países confirmam que grandes fluxos de ajuda não causam inevitavelmente a doença holandesa. No Gana, a ajuda líquida aumentou de 3% do PIB em meados da década de 1990 para mais de 7% em 2001-03, enquanto a taxa de câmbio real mudou menos de 1% no segundo período.⁴⁹ Na Etiópia, a ajuda duplicou para 22% do rendimento nacional desde 1998. Também aqui a taxa de câmbio real se manteve estável.⁵⁰ Em ambos os casos, a competitividade das exportações foi mantida através de gestão prudente das reservas. Gana geriu um surto de ajuda em 2001, não através do crescimento da oferta

de moeda doméstica, mas através da venda nos mercados de divisas, para estabilizar a moeda no seguimento de um choque dos termos de troca.

Usar eficazmente a ajuda

Embora os surtos rápidos de ajuda possam produzir resultados abaixo do óptimo, é importante compreender que a capacidade de absorção é um processo dinâmico e não uma entidade fixa. Escassez de professores e de trabalhadores de saúde, infra-estruturas de transportes delapidadas e instituições fracas podem constrianger o uso eficaz da ajuda. As instituições governamentais podem ser desenvolvidas através da criação de capacidade: professores, trabalhadores de saúde e engenheiros podem ser formados; e as infra-estruturas podem ser desenvolvidas. O desafio crítico é estabelecer a sequência desses investimentos através de estratégias nacionais coordenadas. É por isso que o planeamento dos ODM deve ser colocado no centro das estruturas da despesa pública – e é por isso que os doadores devem comprometer-se com apoio previsível e plurianual.

Fraquezas na qualidade e na eficácia da ajuda

Maior ajuda é uma condição necessária para o progresso acelerado no sentido dos ODM. Sem isso, as metas de 2015 falharão por grande margem. Mas aumentar simplesmente os orçamentos sem reformar os hábitos improdutivos dos doadores dará menores resultados. Criar condições para uma ajuda mais eficaz significa tornar a ajuda mais previsível, reduzir a condicionalidade excessiva, aumentar a harmonização dos doadores, acabar com a ajuda ligada e prover mais ajuda como apoio de programas através dos orçamentos dos governos.

Volatilidade e imprevisibilidade da ajuda

O planeamento eficaz da redução da pobreza em países de rendimento baixo exige fluxos que sejam estáveis e previsíveis. A introdução dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, em 1999, tinha o objectivo de fornecer um quadro de apoio

baseado em planos nacionais, que tornassem os fluxos de ajuda mais estáveis e previsíveis. Infelizmente, essas esperanças não se concretizaram.

Fluxos de ajuda previsíveis são particularmente decisivos nos países de rendimento baixo, onde os fluxos de ajuda são grandes em relação às receitas e orçamentos governamentais. No Burkina Faso, mais de 40% da despesa orçamental são financiados através da ajuda ao desenvolvimento. Variações imprevisíveis dos fluxos de ajuda podem minar a gestão orçamental e ameaçar a prestação eficaz de serviços básicos, através da interrupção dos investimentos necessários para abastecer escolas e clínicas de saúde e pagar aos professores e aos trabalhadores da saúde, e através da criação de problemas na balança de pagamentos.

Pesquisas transversais de países mostram que a ajuda é mais volátil do que o RNB, ou as receitas governamentais – em média, 40 vezes mais volátil do que as receitas⁵¹. Pesquisas do FMI comparando a ajuda du-

rante os períodos de 1985-88 e de 2000-03 mostram que a diferença entre a volatilidade da ajuda e da receita governamental aumentou, sugerindo que os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza fizeram pouco para modificar a prática nesta área.⁵² Medida através da variação em relação à tendência, a volatilidade da ajuda duplicou desde 2000, e para alguns países a variação anual é muito grande (figura 3.12). Particularmente preocupante é o facto de os países dependentes da ajuda serem mais vulneráveis à volatilidade da ajuda, e a volatilidade da ajuda é especialmente elevada nesses países. A volatilidade da ajuda em Estados frágeis é duas vezes mais do que a média dos países de rendimento baixo.

A volatilidade poderia ser um problema menor se os receptores de ajuda soubessem que os compromissos dos doadores se traduziriam em reais fluxos financeiros. De facto, as promessas feitas pelos doadores são apenas uma orientação parcial para a transferência da ajuda. Os compromissos podem ser desembolsados ao longo de vários anos, com hiatos entre promessas e transferências, atenuadas ao longo de vários ciclos orçamentais. Mas esta imprevisibilidade pode impedir ainda o planeamento fiscal. As decisões para empreender investimentos, por exemplo, na saúde ou educação criam compromissos fiscais para os anos futuros. Nas piores condições, a imprevisibilidade pode dar lugar a um financiamento que pára e arranca à medida que os governos se ajustam ao cumprimento, ou não cumprimento, das promessas de ajuda.

O hiato entre compromissos de ajuda e desembolsos pode ser considerado como um “choque de ajuda” a que as finanças públicas têm de se adaptar. Medir a dimensão deste choque é difícil, em parte porque a informação dos doadores acerca da despesa real nos países é, por vezes, mais difícil do que compreensível. Utilizando o sistema de registo da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE para fluxos bilaterais e multilaterais no período de 2001-03, procurámos os hiatos entre desembolsos e compromissos de ajuda relativamente a 129 países. Os resultados são chocantes. Há 47 países relativamente aos quais os desembolsos ficaram aquém dos compromissos em mais de 1% do RNB, durante um dos três anos. Em relação a 35 desses países, o défice representou mais de 2% do RNB. Em 2001, os choques de ajuda para o Gana e o Burkina Faso representaram 4% do RNB. Os países ricos esforçar-se-iam para ajustar os seus orçamentos à flutuações nesta escala. No caso do Gana e Burkina Faso o défice representou cerca de um quinto das receitas totais do Governo.

Em países fortemente dependentes da ajuda, os défices de fluxos de ajuda podem ter um impacto fortemente prejudicial em sectores sociais chave. A Zâmbia financia mais de 40% do seu orçamento para a educação através da ajuda. Ao longo de 2000-02, os desembolsos dos doadores ascenderam, consistentemente, a menos de metade dos compromissos assumidos no início do ano orçamental. No caso do Senegal, que dependia da ajuda para um terço da despesa pública de saúde, os desembolsos anuais entre 1998 e 2002 ficaram, em média, 45% aquém dos compromissos. O desembolso lento e parcial parece ter comprometido o financiamento das campanhas nacionais de vacinação.⁵³

A volatilidade e a imprevisibilidade da ajuda poderiam ser parcialmente explicados se reflectissem a reacção dos doadores a choques económicos dos países receptores. Definindo um choque como uma queda dos preços de pelo menos 10%, de um ano para o seguinte, o FMI calcula que os países de rendimento baixo sofrem um choque assim, em média, de três em três anos. Esses choques caem desproporcionalmente sobre países pobres, reduzindo o crescimento económico e as receitas do governo, mas também prejudicam desproporcionalmente os pobres desses países, por exemplo, destruindo os meios de vida dos pequenos agricultores. Contudo, não há provas de que a ajuda compense tais choques económicos. No período de 1975-2003, só um em cinco países atingidos por choques negativos do RNB, de 5% ou mais, puderam contar com mais ajuda.⁵⁴

Os países podem responder de várias maneiras aos défices e à incerteza da ajuda, tendo todas elas implicações adversas no financiamento dos ODM. Podem reduzir a despesa governamental, com implicações adversas para o crescimento económico e o investimento social. Podem manter a despesa contraindo empréstimos e aumentando o défice fiscal, opções com implicações adversas na inflação e na condicionalidade do FMI. E podem usar a ajuda para criar reservas em dinheiro, na previsão de futuros choques de rendimento, uma via que implica níveis mais baixos de despesa pública.⁵⁵ Nenhuma dessas respostas é útil para o planeamento financeiro de longo prazo para a redução da pobreza.

A instabilidade dos seus fluxos é uma razão por que a ajuda não realizou o seu potencial. É difícil para os governos desenvolverem sistemas estáveis de receitas e gestão financeira, ou fazer investimentos de longo prazo em infra-estruturas e serviços bá-

A instabilidade dos seus fluxos é uma razão por que a ajuda não realizou o seu potencial

A condicionalidade dos empréstimos continua a reforçar relações de poder desiguais

sicos, quando têm pouco controlo de uma componente significativa do financiamento nacional. Um das formas mais eficazes de aumentar a capacidade de absorção seria atacar frontalmente o problema da imprevisibilidade dos fluxos de ajuda.

Condicionalidade e apropriação pelo país

Todos os doadores afirmam as virtudes da “apropriação pelo país”, dando aos receptores maior controlo sobre o modo como a ajuda é gasta. No entanto, a maioria liga a ajuda a condições restritivas. A apropriação pelo país é vista como uma condição para a utilização eficaz da ajuda, enquanto a condicionalidade é vista como um mecanismo para influenciar a mudança de política. Em muitos casos, os dois objectivos puxam em sentidos opostos, com a condicionalidade a minar a apropriação pelo país e a aumentar a imprevisibilidade e a volatilidade da ajuda. Uma razão porque o compromisso dos doadores com a apropriação pelo país não conseguiu melhorar a previsibilidade da ajuda é que ela ainda não foi posta em prática.

Desde o fim da década de 1990, tem havido importantes mudanças na administração da condicionalidade. Os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza redigidos pelos governos nacionais criaram um novo quadro para a cooperação. E ajudaram a melhorar a eficiência das condições dos doadores. Por exemplo, as condições dos empréstimos da AID caíram de uma média de 30 por empréstimo, em meados da década de 1990, para 15 em 2003.⁵⁶ As condições dos empréstimos do FMI ao abrigo da sua Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento caiu para uma média de cerca de 13. Porém, há grandes variações de país para país e uma análise recente dos programas do FMI sugere que o número de condições estruturais pode estar a subir outra vez.

Algumas das mudanças produziram resultados substantivos. Mas grande parte do que passa por “eficiência” é simplesmente a reembalagem da condicionalidade, ou a transferência para outros doadores da responsabilidade pela imposição da condicionalidade.⁵⁷ A ajuda ainda vem com um conjunto desconcertante de condições. As condições dos empréstimos ligados aos programas da Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento ainda fixam metas orçamentais pormenorizadas – e metas mais gerais para uma gestão económica mais livre. Fazer negócios com

o Banco Mundial exige o cumprimento de metas fixadas nas suas estratégias de ajuda a países, Créditos de Apoio à Redução da Pobreza e outros acordos de empréstimo. Os doadores bilaterais e o Banco Mundial estão ainda a recuperar as condições de empréstimo abandonadas pelo FMI.⁵⁸ Entretanto, países que procuram o perdão da dívida no âmbito da Iniciativa PPAE têm de cumprir mais um conjunto de metas de despesa e de gestão económica.

Visto da perspectiva dos receptores de ajuda, mesmo a condicionalidade reduzida faz lembrar uma lista de compras muito comprida. Veja-se o caso do Benim. Ao abrigo da sua Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento, o país tem de fornecer ao FMI relatórios trimestrais sobre as despesas de saúde e educação, pormenores dos encargos salariais do Governo e um calendário para privatizar o banco do Estado. A lista (não exaustiva) de acções para o Crédito de Apoio à Redução de Pobreza do Banco Mundial inclui o progresso acelerado na privatização do sector do algodão; progressos palpáveis na privatização de outras empresas públicas, incluindo a criação de “quadros reguladores saudáveis nos sectores liberalizados”; a preparação de uma “estratégia coerente” para o desenvolvimento do sector privado; e uma lista pormenorizada de resultados quantitativos na saúde, educação e água. Em suma, a matriz política inclui mais de 90 acções para monitorizar. Entretanto, para se qualificar para o alívio da dívida, o Benim teve de atingir metas na privatização de uma agência de *marketing* do sector do algodão.⁵⁹

Deixando de lado os méritos dessas prescrições específicas de política, as condições de cada empréstimo, pela sua dimensão específica, âmbito e natureza encadeada, diminuem inevitavelmente a apropriação nacional e aumentam o risco dos países sofrerem cortes da ajuda por não cumprimento. Apenas um quarto dos programas do FMI são concluídos sem interrupção – um facto que ajuda a explicar a volatilidade e a imprevisibilidade da ajuda.⁶⁰

Alguma condicionalidade é inevitável e desejável. Os receptores de ajuda deveriam relatar a despesa pública e as prioridades orçamentais, acima de tudo aos seus próprios cidadãos. As estratégias nacionais de desenvolvimento que estabelecem objectivos claros de redução da pobreza e ligados a planos de financiamento de médio prazo, são um instrumento de transparência. A auditoria eficaz e o escrutínio parlamentar dos orçamentos também são vitais. O problema das actuais abordagens da condicionalidade é

a mistura da macrocondicionalidade com a microgestão. A condicionalidade dos empréstimos continua a reforçar relações de poder desiguais que limitam o progresso real no sentido da apropriação pelo país.

Muitos doadores – pouca coordenação

Os problemas de capacidade criados pela excessiva condicionalidade são exacerbados pelos hábitos de trabalho desarticulados da comunidade de doadores. Muitas vezes, departamentos governamentais gravemente restringidos, nos países receptores, têm de lidar com um grande número de doadores mal coordenados, muitos deles com programas que se sobrepõem e sem quererem trabalhar através de estruturas do Governo. Os elevados custos de transacção que daí resultam diminuem a eficiência da ajuda e corroem a capacidade.

Quando o Plano Marshall foi aplicado na Europa, um único doador estava a interagir com países com forte capacidade financeira, judicial e de administração pública e um grande reservatório de trabalho qualificado, empresários e gestores. As estórias de sucesso da ajuda na Coreia do Sul e em Taiwan, Província da China, seguiram um modelo semelhante de um doador dominante a interagir com fortes estruturas de governação. Os tempos mudaram na relação de ajuda. Dos 23 membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, apenas cinco dão ajuda a menos de 100 países.

O reverso da medalha é que os receptores de ajuda estão a lidar com múltiplos doadores. Em 2002, o número médio de doadores oficiais que operavam em países receptores era de 23, embora o país típico da África Subsariana esteja a lidar com mais de 30 doadores (e várias dezenas de organizações não governamentais internacionais).⁶¹ O Governo etíope recebeu ajuda de 37 doadores em 2003. Cada doador pode ter dezenas de projectos, apoiando várias estratégias sectoriais. A Tanzânia tem actualmente cerca de 650 projectos de doadores operados através de ministérios nacionais ou de governos locais.⁶²

Satisfazer as exigências dos doadores de registo, consulta e avaliação impõe uma enorme carga sobre os mais escassos dos recursos disponíveis nos ministérios dos países em desenvolvimento: pessoas qualificadas. Os programas de ajuda num país típico da África Subsariana geram exigências de milhares de relatórios para múltiplas agências de supervisão, com centenas de missões em visita para monitorizar, avaliar e auditar o de-

sempenho. Os ministérios da área podem ser solicitados a produzir não só relatórios departamentais, mas também dezenas de relatórios sobre projectos individuais.

A duplicação aumenta o problema. Para satisfazer obrigações legais para com os seus accionistas, o FMI e o Banco Mundial conduzem análises anuais extensivas da gestão orçamental, sistemas de finanças públicas e despesa pública. Os governos são solicitados a apresentar contas auditadas segundo padrões internacionais. Mesmo assim, doadores como a União Europeia, Itália, Japão e Estados Unidos pedem relatórios separados para satisfazerem as suas próprias exigências – um arranjo que gera custos de transacção grandes e desnecessários. O trabalho analítico gera outra camada de duplicação. Os doadores conduzem avaliações da pobreza, análises da despesa pública, análises da política fiscal, avaliações de política económica e análises fiduciárias por diferentes doadores, mas geralmente não conhecem estudos sobre o mesmo assunto realizados por outros, ou não querem usá-los. Num caso citado pelo Banco Mundial, cinco doadores que patrocinavam um inquérito à pobreza na Bolívia exigiam, cada um deles, relatórios financeiros e técnicos separados, o que levou o alto funcionário governamental que geria o projecto a gastar mais tempo na elaboração de relatórios do que no próprio inquérito.⁶³

O fardo das exigências dos doadores vai para o topo dos sistemas governativos. As exigências criadas por acções de doadores pouco coordenados geram enormes custos de oportunidade. Atente-se nestes lamentos de Ashraf Ghani, Ministro das Finanças do Afeganistão entre 2002 e 2004:

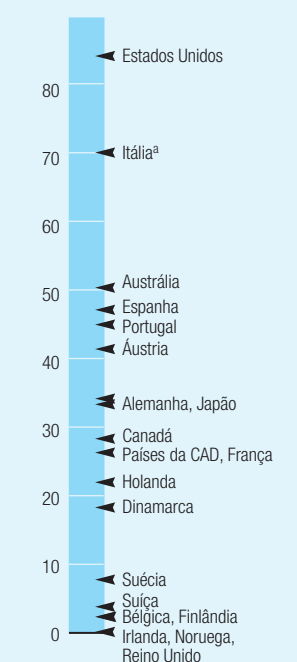
Como Ministro das Finanças, mais de 60% do meu tempo era gasto a gerir os doadores, em termos de receber missões visitantes e representantes para reiterar a política do governo, arranjar fundos... para permitir que os custos recorrentes do Governo fossem cobertos, defender o apoio a programas liderados pelo Governo e canalizados através de sistemas governamentais de financiamento, aquisições e contabilidade, e discutir e negociar projectos... Este tempo poderia, em vez disso, ter sido dedicado a aumentar as receitas internas e a gerir a reforma interna.

O caso da Zâmbia esclarece alguns dos maiores problemas associados à coordenação dos doadores que estão por detrás de programas com apropriação nacional. O apoio para o sector da educação, anteriormente no quadro de um programa de investi-

As exigências criadas por acções de doadores pouco coordenados geram enormes custos de transacção

Figura 3.13 A liga da ajuda ligada

Ajuda ligada aos países menos desenvolvidos
Parcela da APD total, média de 2002-03 (%)



a. Os dados referem-se à média dos rácios de 1999-2001 ratios.
Fonte: OECD/DAC 2004b, 2005e.

mento de quatro anos, está agora a ser canalizado através de uma abordagem sectorial ampla, com 87 milhões de dólares de ajuda transferidos em 2004. Com pelo menos 20 doadores a apoiar a educação, há uma bonificação para a coordenação eficaz.

O resultado tem sido misto. O Governo da Zâmbia tem defendido que o apoio deveria ser canalizado através de fundos reunidos no orçamento global da educação, que representam actualmente cerca de metade do apoio. Contudo, outro terço do apoio é afectado através de fundos destinados a fins especificados pelos doadores, sendo o restante afectado a projectos específicos. Em suma, há 20 linhas de financiamento para quantias que variam entre 12 e 400 milhões de dólares, cada uma delas exigindo relatórios separados. Tem havido pouca discussão sobre a maneira de reduzir o número de doadores, sem baixar o financiamento. Vários doadores chave, que contribuíram para os recursos, ainda não participaram numa missão conjunta. Funcionários superiores do ministério continuam a citar a extensão e a frequência dos relatórios como um problema. Ainda que as novas missões conjuntas estejam a reduzir os custos de transacção para os doadores, nos países em desenvolvimento elas ainda ocupam o pessoal superior durante 2 a 3 semanas de cada vez, desviando energias da gestão efectiva.⁶⁴

A Zâmbia oferece uma perspectiva dos problemas mais amplos associados à harmonização em países que se considera não possuírem um sistema forte de administração pública. Alguns doadores não têm estado disponíveis para passar para arranjos de financiamento em fundo comum, em parte por causa de questões sobre responsabilidade fiduciária. Outros concordaram em contribuir para alguns fundos comuns, mas com exigências de registos extensivos. A relutância dos doadores em relação à harmonização é especialmente marcada em países onde existe a percepção de que os governos não conseguiram desenhar estratégias eficazes para a harmonização. Assim, embora o Senegal seja um dos 13 países que integram um projecto-piloto da OCDE para acelerar a harmonização, há pouca coordenação efectiva mesmo em sectores onde estão estabelecidas abordagens sectoriais alargadas, como na saúde.

Estão a ser feitos sérios esforços para reduzir os custos de transacção. Em Março de 2005, os doadores da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE assinaram a Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda, grande parte da qual trata de medidas para

reduzir os custos de transacção. Programas-piloto para reforçar a harmonização e a coordenação estão a ser aplicados na Tanzânia, Etiópia, Gana e Uganda. Esses programas produziram alguns resultados positivos. Porém, os progressos têm sido desiguais. Alguns custos de transacção diminuíram, mas o progresso tem sido desigual. Funcionários superiores do Governo do Uganda ainda citam os custos de transacção como um problema importante. Com uma média de três missões (algumas com cerca de 35 pessoas) só para o programa de Crédito de Apoio à Redução da Pobreza do Banco Mundial, não é difícil ver porquê. Por todo o lado, a harmonização também prometeu mais do que deu. O Senegal recebeu mais de 50 missões do banco Mundial em 2002 – praticamente uma por semana. Em 2003, a Zâmbia recebeu 120 missões de doadores, excluindo as do Banco Mundial e do FMI. Destas, apenas 12 – e nenhuma envolvendo a UE ou as Nações Unidas – eram missões conjuntas.⁶⁵

Os doadores também estão a tentar reduzir alguns custos de transacção através de iniciativas multilaterais que envolvem maior especialização e de cooperação. Mecanismos como o Fundo Global para Combater a SIDA, a Tuberculose e a Malária, ou a Iniciativa Via Rápida de Educação para Todos permitem aos doadores contribuir com recursos para um fundo comum, distribuir ajuda e delegar o registo num único organismo. Nos últimos anos, vários doadores – incluindo a Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido – anunciaram intenções de aumentar a eficácia dos programas de ajuda concentrando-as num grupo mais pequeno de receptores. Em teoria, isto abre a porta para uma maior especialização e cooperação. Na prática, as listas de prioridade alta de cada doador tendem a concentrar-se no mesmo conjunto de receptores, aumentando o risco de alargar o fosso entre queridos e órfãos dos doadores. Num exemplo de harmonização através de maior especialização, Noruega e Suécia estão a executar um plano na Etiópia, ao abrigo do qual a Suécia canalizará o financiamento da saúde através da Noruega e a Noruega canalizará o financiamento da educação através da Suécia. Contudo, esses arranjos são mais a excepção do que a regra.

A execução da agenda para melhorar a coordenação será difícil se a experiência até à data for o guia. O argumento da eficiência para a defesa de maior especialização e harmonização é evidente. Mas avançar nessa direcção exigirá que os doadores partilhem o controlo dos recursos e aceitem sistemas de registo

geridos por outros – um passo que implica grandes alterações na administração dos programas de ajuda.

Transferência ineficiente de recursos: a ajuda ligada

Nem todo o dólar de ajuda tem o mesmo valor no financiamento da redução da pobreza. Muito do que é relatado como ajuda acaba voltando para os países ricos, uma parte na forma de subsídios de que beneficiam grandes empresas. Talvez a forma mais flagrante de minar a eficiência da ajuda seja a prática de ligar as transferências financeiras à compra de serviços e bens dos países doadores.

Os países receptores perdem com a ajuda ligada em vários aspectos. A ausência de concursos em mercado aberto significa que lhes é negada a oportunidade de obter os mesmos serviços e bens a um preço mais baixo em qualquer outro lugar. A ajuda ligada pode resultar em transferências de qualificações e tecnologias inadequadas. Comparações de preços concluíram que a ajuda ligada reduz o valor da ajuda de 11% a 30% e que a ajuda alimentar ligada é, em média, 40% mais cara do que as transações no mercado aberto.⁶⁶

É desconhecida a extensão total da ajuda ligada porque os doadores apresentam relatórios pouco claros e incompletos. As políticas de compras são frequentemente pouco transparentes e enviesadas a favor de fornecedores do país doador. Dois doadores do G7 – Itália e Estados Unidos – não relatam totalmente à OCDE sobre a ajuda ligada. Outros também relatam numa base incompleta. Os relatórios sobre a ligação da assistência técnica, na sua maior ligada a fornecedores dos países doadores, não são exigidos pela OCDE. Resultado: o estatuto da ligação de entre um terço a metade da ajuda aos países de rendimento baixo é desconhecido. A ligação é uma área em que os doadores poderiam aplicar com utilidade os princípios de abertura e responsabilidade que exigem aos governos receptores. Os contribuintes dos países doadores têm o direito de saber quanta da ajuda que financiam está a ser usada para fins que não o desenvolvimento, ao mesmo tempo que os cidadãos dos países receptores têm interesse em saber quanto perdem como resultado da ligação da ajuda.

Ainda que o montante exacto da ajuda ligada seja desconhecido, os doadores variam claramente no grau em que ligam a sua ajuda (figura 3.13). De acordo com relatórios da OCDE⁶⁷ sobre ajuda ligada aos países menos desenvolvidos, os EUA estão no

topo da lista, com a Itália a pouca distância. Contudo, a ajuda dada ao abrigo da Conta do Desafio do Milénio não é ligada. O rácio de ajuda ligada dos EUA cairá, portanto, à medida que aumenta a despesa baseada nesta fonte. A Alemanha e o Japão também ligam uma parte relativamente grande da sua ajuda.

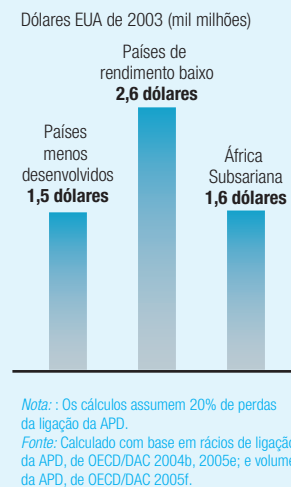
Os custos financeiros implicados são muito elevados. Estimar esses custos é difícil por causa da natureza restrita dos relatórios dos doadores e da exclusão da assistência técnica. Neste relatório, tentámos desenvolver uma aproximação dos custos da ajuda ligada. A taxa de ajuda ligada utilizada é a média da ajuda ligada relatada em 2002 e 2003 pela Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, em relação às transferências para os países menos desenvolvidos.⁶⁸ Foram utilizados os desembolsos brutos de ajuda bilateral em 2003 para estabelecer níveis de ajuda para regiões específicas. A ajuda ligada é, então, descontada à taxa de 20 a 30% do valor nominal, reflectindo estimativas dos custos dessa ajuda em relação aos arranjos no mercado aberto.

Para o conjunto dos países em desenvolvimento, estimamos as perdas totais actuais em 5 a 7 mil milhões de dólares – o suficiente para financiar o ensino primário universal. O conjunto dos países de rendimento baixo perde entre 2,6 e 4,0 mil milhões de dólares, a África Subsariana perde 1,6 a 2,3 mil milhões e os países menos desenvolvidos perdem entre 1,5 e 2,3 mil milhões de dólares (figura 3.14).

Estes valores subestimam os custos reais por uma margem considerável, porque cobrem apenas a ajuda bilateral e excluem a assistência técnica. Os prejuízos de cada país variam de acordo com a estrutura dos seus doadores. Nalguns casos, o valor da ajuda é gravemente comprometido: 14 centavos em cada dólar da ajuda da Itália à Etiópia são gastos em Itália. Actualmente, dois terços da ajuda da Austrália à Papua Nova Guiné, o seu maior receptor de ajuda, são transferidos através de seis empresas australianas.⁶⁹ Algumas formas de ligação da ajuda contrariam abertamente um compromisso sério com os ODM. Em 2002-03, cerca de mil milhões de dólares de ajuda bilateral foram atribuídos na forma de donativos para estudos universitários nos países doadores, excedendo fortemente o apoio da ajuda ao ensino básico em muitos casos.

A ajuda ligada aumenta frequentemente os custos de transacção para os receptores. Alguns doadores aplicam regras de compras restritivas para satisfazer as suas próprias exigências, criando múltiplas

Figura 3.14 O imposto da ajuda – custos da ligação da ajuda



estruturas de compras e enfraquecendo a coordenação. A ajuda ligada tende a enviesar a ajuda para importações intensivas em capital, ou competências técnicas baseadas no doador, em vez de actividades com baixos custos de *input* e capital, tais como programas de desenvolvimento rural que recorrem às competências locais. O enviesamento de alguns doadores para estradas principais de grande dimensão, em vez de estradas secundárias rurais de menor dimensão, é sintomático do problema.

A ajuda ligada levanta preocupações a vários níveis. Obviamente, diminui o valor de um recurso desesperadamente escasso na guerra contra a pobreza. Mais do que isso, a ajuda ligada é incompatível com outros objectivos declarados dos doadores, incluindo o desenvolvimento da apropriação nacional. Muitas das políticas de compras que funcionam através de programas de ajuda ligada sofrem da mesma falta de transparência que os doadores criticam aos países que recebem a sua ajuda. A ajuda ligada representa uma forma de apoio à indústria que a maioria dos doadores censura aos países receptores. E a ajuda ligada é uma forma ineficiente de uso do dinheiro dos

contribuintes. Ainda que a maioria dos contribuintes dos países desenvolvidos seja a favor da contribuição para a luta contra a pobreza global, é menos evidente que avalize o uso de dinheiros públicos para criar mercados para grandes empresas.

Apoio a projectos em vez de apoio a orçamentos nacionais

A ajuda é mais eficaz quando é canalizada através de quadros orçamentais e de despesa, que reflectem prioridades fixadas nas estratégias de redução da pobreza. À medida que os países desenvolvem sistemas de gestão financeira pública mais transparentes e eficientes, aumenta o espaço para construir a apropriação nacional através do apoio a orçamentos nacionais. Contudo, muitos governos receptores queixam-se de que os doadores, em princípio, reconhecem prioridades nacionais, mas, na prática, minam processos governamentais quando orientam a ajuda para projectos individuais – uma abordagem que reduz a eficiência, aumenta os custos de transacção e corrói a capacidade.

Caixa 3.8 Minar a capacidade através da ajuda a projecto – o caso do Afeganistão

Após mais de duas décadas de queda livre do desenvolvimento humano, o Afeganistão iniciou um processo de reconstrução e recuperação. Os desafios são imensos. Tem uma das mais elevadas taxas de mortalidade de crianças (257 óbitos por 1.000 nados-vivos) e três quartos da população rural vive abaixo da linha de pobreza. As perspectivas de recuperação dependem fortemente da ajuda, que responde por mais de 90% da despesa. Mas algumas práticas dos doadores têm obstruído o desenvolvimento da capacidade nacional.

Dois modelos de financiamento e execução da reconstrução foram desenvolvidos no Afeganistão. Num modelo de apoio ao Estado, os doadores canalizariam o seu financiamento para o Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão, administrado conjuntamente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Banco Mundial e Banco Asiático de Desenvolvimento. Daí seria canalizado para o Governo ao abrigo de regras estritas de responsabilização.

Num modelo evitando o Estado, os doadores executariam directamente os seus projectos, ou através de agências da ONU, ou de organizações não governamentais. Os Projectos funcionariam através de organizações paralelas e de regras paralelas de aprovisionamento, gestão financeira e auditoria. Houve pelo menos 2.000 projectos destes, embora muitos mais não tenham sido registados. Mais de 80% do financiamento dos doadores foram para este modelo durante os primeiros dois anos de reconstrução.

Fonte: Lockhart 2004.

A ajuda evitando o Estado colocou vários problemas. Os custos de transacção eram elevados. Os funcionários governamentais dedicaram um tempo considerável a tentar extrair informação dos doadores para descobrir que projectos estavam em curso e que recursos estavam a entrar no país. O pessoal do governo também teve de aprender novas regras e práticas, que diferem de doador para doador, incluindo múltiplos sistemas de informação.

A economia de ajuda a projecto também introduziu distorções no mercado do trabalho. Os funcionários do sector público foram retirados de funções nucleares como professores, médicos, engenheiros e gestores, para manter posições no sistema de ajuda. Os gestores governamentais, ou os engenheiros, podiam receber muitas vezes mais que os seus salários padrão como motoristas ou tradutores no sistema de ajuda. As reservas de capital humano nacional nos sistemas de governação pública, praticamente esgotadas após vinte e três anos de guerra civil, foram ainda mais corroídas.

O novo governo afegão desenvolveu respostas inovadoras para lidar com a comunidade de doadores. Confrontada com a perspectiva de coordenar 30 doadores, cada um a operar em 30 sectores, o governo limitou o envolvimento dos doadores num máximo de três sectores cada. Foram feitas tentativas para alinhar a apresentação de relatórios com o ciclo orçamental afegão e não com os ciclos individuais dos doadores.

A ajuda baseada em projecto reflecte frequentemente as preocupações dos doadores em relação à capacidade governativa, gestão orçamental e sistemas de registo financeiro. A convicção é que o trabalho através de projectos permite contornar os fracassos dos sistemas nacionais de governação. Ironicamente, a ajuda a projectos tem uma história de intensificação dos problemas em todas estas áreas. Em muitos países, os doadores operam centenas de projectos, muitos deles financiados e administrados fora dos sistemas governamentais.

O resultado é que uma grande parcela da despesa pública acontece à margem do orçamento, enfraquecendo a gestão das finanças públicas. Entretanto, unidades de execução de projecto estabelecidas pelos doadores funcionam como um sistema paralelo, atraindo frequentemente os funcionários do governo para as agências dos doadores e estabelecendo um sistema paralelo de regras de compras, gestão financeira e auditoria. A experiência do Afeganistão desde que começou o processo de reconstrução mostra como esta abordagem corrói a capacidade do governo. (Caixa 3.8).

A criação de sistemas fortes de finanças públicas ligados a objectivos de redução da pobreza proporciona aos doadores oportunidades para desviar o apoio dos projectos para o orçamento nacional. Na última década, o Governo do Uganda trabalhou com os doadores para desenvolver um dos mais fortes sistemas orçamentais de África. Desde 1997, as prioridades estabelecidas no Plano de Acção para a Erradicação da Pobreza têm sido reflectidas num quadro de despesa a médio prazo e em afectações orçamentais anuais (ver Capítulo 1). Alguns doadores responderam transferindo ajuda de projectos para o orçamento nacional. A parcela da ajuda fornecida através de apoio orçamental aumentou de 33% para 53%. Isso tornou os orçamentos mais previsíveis: entre 1998 e 2003, o rácio entre

desembolsos e compromissos aumentou de menos de 40% para mais de 85%.⁷⁰ Porém, alguns dos principais doadores – incluindo o Japão e EUA – estão relutantes em desviar os programas de ajuda dos projectos para os orçamentos, mesmo em países como o Uganda.

E mesmo quando os doadores apoiam as estratégias nacionais através de programas de ajuda, esta chega muitas vezes sob formas que limitam a eficácia. Os doadores têm encorajado os receptores de ajuda a desenvolver quadros de financiamento de médio prazo para criar estabilidade e previsibilidade no financiamento da redução da pobreza. Para serem totalmente eficazes, esses quadros precisam de ser apoiados por compromissos plurianuais dos doadores. Todavia, só menos de metade dos doadores que apoiam o orçamento do Bangladesh assumem esses compromissos plurianuais. Um dos principais pontos fortes da Conta do Desafio do Milénio é precisamente o seu quadro para compromissos plurianuais. Por exemplo, ao abrigo da Conta do Desafio do Milénio, os donativos são fornecidos às Honduras através de um quadro orçamental de cinco anos e ao Madagáscar, através de um quadro de quatro anos, para habilitá-los a desenvolver estratégias de financiamento de médio prazo com maior grau de previsibilidade. Alguns doadores que fornecem apoio orçamental ligam esse apoio a projectos específicos, ou reservam esses fundos para programas individuais – uma prática que pode dar lugar a exigências onerosas de registo. A reunião de recursos dos doadores através de programas sectoriais é vista muitas vezes como um primeiro passo para o apoio orçamental. Contudo, os arranjos de fundo comum acarretam, muitas vezes, enormes custos de transacção, à medida que os doadores procuram conservar o controlo sobre elementos específicos do programa. O Senegal tem actualmente 23 grupos sectoriais, com exigências de registo associadas.⁷¹

A retórica da apropriação nacional precisa de ser traduzida em acções

Repensar a governação da ajuda

Na próxima década, a ajuda tem potencial para desempenhar um papel central na realização da ambição estabelecida na Declaração do Milénio. Mas a realização do potencial da ajuda dependerá de

combinação de maior apoio dos doadores com reformas fundamentais na governação da ajuda.

Uma condição imediata para o aumento da eficiência da ajuda é a orçamentação básica. Os países em

Os doadores devem assegurar um fluxo mais estável e seguro de apoio a longo prazo

desenvolvimento têm sido pressionados pelos governos do Norte para adoptar estratégias de redução da pobreza desenhadas nacionalmente, estabelecendo objectivos claros e ligados aos ODM. Porém, os doadores não têm feito nenhum esforço equivalente para assegurar a disponibilidade de ajuda suficiente para colmatar os hiatos de investimento público, nem para assegurar a consistência entre os objectivos dos ODM e o FMI e outras condicionalidades. O resultado, como diz o Projecto Milénio da ONU, é que “a estratégia pública não tem nenhuma ligação directa com os programas actuais de investimento público.” No que se refere aos ODM, os governos doadores desejam os fins, mas evitam os meios.

A solução é os governos do Norte adoptarem uma estratégia de financiamento da ajuda para o período expressamente definido para a realização dos ODM até 2015. A estratégia de financiamento será mais eficaz se for apoiada por uma nova relação entre doadores e receptores de ajuda. A retórica da apropriação nacional precisa de ser traduzida em acções para dar poder aos governos nacionais, coordenar as actividades dos doadores e melhorar a qualidade da ajuda. A “Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda” é um passo na direcção certa, com cerca de 50 compromissos específicos para 2010. O progresso exigirá mudanças fundamentais nas práticas actuais.

Ajuda bilateral – algumas lições de África

A relação de ajuda ainda não é uma parceria de igual responsabilidade. Os países em desenvolvimento fixaram metas baseadas nos ODM e estão a cumprir condições de ajuda pormenorizadas estipuladas pelos doadores. A comunidade de doadores não fixou metas vinculativas sobre a quantidade do financiamento da ajuda e adoptou apenas princípios gerais – e vagos – sobre a qualidade da ajuda. Para que a Declaração do Milénio seja uma parceria genuína, são necessárias novas estruturas para permitir que os dois conjuntos de países possam monitorizar os desempenhos recíprocos.

Os países em desenvolvimento já estão a mostrar liderança por meio do exemplo. Os receptores de ajuda estão a desenvolver estratégias inovadoras para melhorar as práticas dos doadores. Estão a criar estruturas institucionais para melhorar a coordenação e harmonização e reduzir os custos de transacção.

Esta secção recorre a um programa de investigação do PNUD sobre construção de capacidade aos resultados empíricos de uma análise pormenorizada do trabalho de mais de 150 funcionários superiores de 16 países receptores de ajuda que trabalham diariamente com doadores.⁷² A análise dá uma visão das perspectivas e soluções na África Subsariana e outras regiões.⁷³

Concessionalidade

Os receptores de ajuda estimulam os fundos concessionais, porque reduzem os riscos de futuros problemas de dívida. Ao abrigo da Estratégia de Ajuda da Tanzânia, uma estratégia nacional para o desenvolvimento da ajuda, a Tanzânia estabeleceu um elemento de donativo mínimo de 50% para novos empréstimos a contrair pelo Governo. Outros países, entre os quais o Ruanda, Senegal e Uganda, estão a reduzir a sua exposição aos empréstimos da Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento, que são menos concessionais do que os empréstimos da AID, por exemplo. Há uma clara necessidade de mais fundos concessionais para apoiar as estratégias de redução da pobreza.

Coordenação

A presença de grande número de doadores pode inflacionar os custos de transacção, porque cada doador impõe as suas próprias exigências de registo e condições de ajuda. Alguns receptores de ajuda têm tido mais êxito do que outros na pressão sobre os doadores para uma melhor coordenação.

As lições do Botswana são elucidativas. As intervenções dos doadores são enquadradas sob os auspícios de um Plano Nacional de Desenvolvimento. O plano integra ajuda para o desenvolvimento e recursos internos. Para prevenir a proliferação de projectos e as exigências de registo, não é permitida aos ministérios a negociação individual com os doadores. Todos os programas de assistência técnica são concebidos de forma a assegurar que o pessoal local seja formado, o que se traduz numa maior transferência de competências do que nos arranjos mais tradicionais. Botswana restringiu fortemente o espaço para os doadores criarem unidades autónomas de projecto, assim como as estruturas paralelas de informação e aprovisionamento que geram, ajudando a evitar distorções nas estruturas de pagamento do Governo e perdas de funcionários públicos qualificados.

Outros países estão a desenvolver modelos semelhantes de coordenação activa. Exemplos notáveis são a Estratégia de Ajuda da Tanzânia e o Plano de Acção para a Erradicação da Pobreza no Uganda. No Camboja, o Governo está a desenvolver um programa de Harmonização e Simplificação ligado à estratégia nacional de redução da pobreza. Em cada caso, os doadores têm tido um papel de apoio.

Ajuda a programa e apoio orçamental

Para a maioria dos governos, a ajuda dirigida através do orçamento é mais eficiente, mais eficaz para atacar a pobreza e menos geradora de drenagem de capacidade do que a ajuda canalizada para projectos através de unidades especiais nos ministérios da área, ou de outras organizações como as não governamentais. Burkina Faso e Tanzânia melhoraram a coordenação entre departamentos governamentais aprovando uma lei que exige a todos os ministérios da área a submissão dos pedidos de empréstimos e subsídios ao Ministério das Finanças. Os doadores podem reforçar a gestão e a preparação do orçamento nacional relatando toda a ajuda ao ministério adequado e canalizando-a para os programas que integram a estratégia nacional de redução da pobreza.

Alguns países desenvolveram outras estratégias para reduzir os custos de transacção. Na África Subsariana, os governos têm tentado baixar os custos de transacção persuadindo os doadores a reunir os seus recursos em fundos comuns. Onze PPAE criaram programas multidoadores de apoio orçamental, que libertam os fundos reunidos numa base previsível, para apoiar a despesa com a redução da pobreza.

Contudo, estas abordagens de financiamento comum não são isentas de risco. As condições para o desembolso podem reflectir o máximo multiplicador comum entre doadores, reduzindo a flexibilidade e aumentando a possibilidade de interrupção da ajuda – especialmente quando o desembolso exige o acordo unânime de que foram atingidas as metas de desempenho. Um risco é de que todos os doadores suspendam os desembolsos se o país sair do caminho no seu programa com o FMI. Outro é o tempo necessário para negociar os arranjos de fundos comuns. Moçambique precisou de um ano e 19 rascunhos para chegar a um memorando de entendimento de 21 páginas sobre arranjos de fundos comuns com 15 doadores. É claro que os doadores podem fazer mais para evitar essas negociações arrastadas.

Previsibilidade

Os países em desenvolvimento vêem a previsibilidade das promessas plurianuais de ajuda como essenciais para a execução efectiva dos planos de despesa de médio prazo que estão subjacentes às suas estratégias de redução da pobreza. Moçambique e Ruanda relatam as melhorias no seu acesso a fundos plurianuais. A Tanzânia também tem tido algum êxito na pressão sobre os doadores para proverem os recursos no começo e melhorem a previsibilidade do apoio orçamental. Mas há muitos países que estão a ser obrigados a ajustar os orçamentos às flutuações nas transferências dos doadores. Os doadores devem assegurar um fluxo mais estável e seguro de apoio a longo prazo.

Iniciativas multilaterais

Os últimos anos assistiram a um renovado interesse em iniciativas globais de ajuda multilateral. O renascimento do multilateralismo oferece grandes oportunidades ao desenvolvimento humano – e alguns riscos.

Há três boas razões para contar com as abordagens multilaterais da ajuda. A primeira, e mais óbvia, é que nalgumas áreas a comunidade internacional enfrenta problemas e ameaças que são de natureza global: o VIH/SIDA é um caso exemplar. As iniciativas multilaterais podem ajudar a financiar uma gama de bens públicos que de outro modo continuariam indisponíveis. Um exemplo é o uso de fundos multilaterais comuns para criar incentivos à investigação, desenvolvimento e produção de vacinas para o HIV/SIDA, malária e outras doenças, para os quais a procura de mercado é demasiado estrangida pela pobreza para atrair investimentos privados de grande dimensão. Compromissos de compra adiantada pelos governos podem prover as empresas farmacêuticas com uma racionalidade de mercado para desenvolver novos medicamentos – este arranjo já ajudou a financiar inovações em experiências de medicamentos antimaláricos. A segunda é que os quadros multilaterais fornecem aos doadores oportunidades para reunir os seus recursos em fundos comuns e reduzir os custos de transacção; nem todos os doadores precisam de fixar níveis elevados de qualificação em cada um dos sectores que desejam apoiar. A terceira é que os fundos comuns de recursos internacionais proporcionam um mecanismo de conjugação das finanças com as necessidades, ultrapassando assim alguns dos padrões enviesados da distribuição da ajuda bilateral.

O multilateralismo oferece vantagens para a governação da ajuda

Metas sem calendários
vinculativos não são
uma base sólida para
o planeamento da
redução da pobreza

O Fundo Global para combater a SIDA, a Tuberculose e a Malária é um exemplo de iniciativa multilateral que começa a produzir resultados reais na luta contra o VIH/SIDA. Os compromissos atingiram 1,5 mil milhões de dólares em 2004. Para a Iniciativa Fazer Recuar a Malária, uma parceria com mais de 200 membros – incluindo a Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial, Funda das Nações Unidas para a Infância e PNUD – os constrangimentos financeiros e uma fraca coordenação têm prejudicado uma acção eficaz. A situação melhorou um pouco. A luta contra a malária ganhou um novo impulso desde a criação do Fundo Global. Em 2003, cerca de 450 milhões de dólares foram afectados ao combate à malária através do Fundo Global. Contudo, isto fica muito aquém dos 2 a 3 mil milhões de dólares de financiamento adicionais necessários para aumentar as intervenções de forma a reduzir as mortes em 75%, até 2015.

A Iniciativa Via Rápida na educação mostra algumas das forças do multilateralismo – e algumas das suas fraquezas. A Iniciativa Via Rápida nasceu de um compromisso assumido no Fórum Mundial da Educação 2000, em Dakar, para assegurar que “nenhum país seriamente empenhado na educação para todos ficaria frustrado na realização deste objectivo por falta de recursos”. Os governos foram encorajados a elaborar planos para identificar hiatos de financiamento na educação e os doadores comprometeram-se a fechar esses hiatos injectando recursos através de canais bilaterais e multilaterais. Até ao fim de 2004, 13 países tinham elaborado planos nacionais aprovados através do processo da Iniciativa Via Rápida.⁷⁴ O financiamento externo necessário para cobrir os planos está estimado em cerca de 600 milhões de dólares, mas apenas pouco mais de metade desta quantia foi mobilizada.⁷⁵ Os compromissos estão também muito aquém do adicional de 6 a 7 mil milhões de dólares por ano necessários para realizar a meta da educação dos ODM. Alguns dos países que estão mais afastados do caminho para as metas dos ODM da conclusão universal e da equidade de género não recebem fundos adequados. Por exemplo, a África Ocidental francófona recebe muito menos ajuda per capita do que a África Oriental anglófona

Alguns investimentos muito modestos em iniciativas multilaterais geraram elevados retornos. A Aliança Global para as Vacinas e a Vacinação (GAVI), lançada em 2000 para melhorar o acesso a

vacinas insuficientemente usadas, comprometeu-se com pouco mais de mil milhões de dólares em cinco anos, evitando mais de 670.000 mortes em todo o mundo. Todavia, o financiamento tem sido altamente variável e volátil, tornando difícil o planeamento a longo prazo. Até 2005, os níveis de receita ficaram muito aquém da meta anual de 400 milhões de dólares. Cerca de 27 milhões de crianças não são vacinadas no primeiro ano de vida, e as taxas de cobertura baixas ou decrescentes, bem como o custo incomportável de algumas vacinas representam ainda uma ameaça ao progresso para os ODM.

O multilateralismo oferece vantagens para a governação da ajuda. As contribuições para o Fundo Global e para a GAVI não podem ser reservadas, reduzindo os riscos do enviesamento do doador. Embora ambos os fundos tenham padrões de desempenho rigorosos, nada têm a ver com a enorme quantidade de condições exigidas pelos doadores através de outros programas, reduzindo, assim, o risco de serem cortados bens públicos essenciais, por não se atingirem os objectivos. Ambos os fundos fornecem também financiamento plurianual, permitindo uma maior previsibilidade. Mas há o perigo de as iniciativas globais poderem criar distorções próprias. Grandes fluxos financeiros poderiam ser dirigidos para uma única doença, tal como o VIH-SIDA, enquanto outras doenças são negligenciadas, distorcendo os orçamentos da saúde no processo. Outro perigo é de que lidar com secretariados da iniciativa global prenda os receptores a outro conjunto de exigências de informação e a elevados custos de transacção.

Mudar a ajuda

Vivemos num mundo globalizado. A segurança e a prosperidade não podem ser contidas dentro das fronteiras nacionais. No entanto, não temos nenhuma política social global, nenhum mecanismo de previdência social, ou de protecção dos mais pobres. A segurança social e as transferências intrapaíses, em benefício da segurança humana, são uma componente normal das economias domésticas da maior parte dos países de rendimento elevado. Agora, esses princípios e práticas precisam de ser aplicados globalmente.

A ajuda é um recurso único. É o único mecanismo internacional que pode ser orientado para os mais pobres – para assegurar o seu direito a serviços

básicos, para promover a equidade para enfrentar o enorme abismo nos níveis de vida globais e para construir capacidade humana, a base da riqueza e da oportunidade.

Para tornar a ajuda mais eficaz e eficiente, todos os doadores precisam de remodelar a sua abordagem da ajuda:

- Para dar o máximo do seu valor como pedra angular na arquitectura permanente da realização da justiça social.
- Para reconhecer que meias medidas e mudanças incrementais não vencerão a dimensão e a profundidade da pobreza global.
- Para deixar cair as ortodoxias e procedimentos disfuncionais.

Como ponto de partida, a comunidade de doadores tem de deixar de desvalorizar as promessas de ajuda. Durante mais de 35 anos, os doadores têm estado a estabelecer compromissos com metas quantitativas e qualitativas da ajuda. Com algumas excepções, esses objectivos não foram alcançados. Os doadores precisam de reconstruir urgentemente a confiança na fiabilidade dos seus compromissos na ajuda internacional, seguindo a direcção da iniciativa do Mecanismo Internacional de Financiamento nas suas promessas legalmente vinculativas.

Anos de cortes da ajuda resultaram numa cultura que racionaliza os orçamentos de ajuda pequenos e decrescentes atrás de uma falsa lógica. Afirmações sobre a capacidade limitada dos países em desenvolvimento, preocupações com os efeitos económicos do aumento da ajuda e receios expressados publicamente sobre a governação são, muitas vezes, cortinas de fumo atrás dos quais os doadores procuram justificar o injustificável: um legado de indiferença, negligência e incumprimento de promessas do passado. Não se pretende sugerir que as questões levantadas não sejam importantes. Pelo contrário, são demasiado importantes para serem usadas pelos doadores como um pretexto para políticas de ajuda fracas.

Faltando dez anos para se atingir o prazo das metas estabelecidas nos ODM, o sistema internacional de ajuda está numa encruzilhada. Há uma janela de oportunidade para a aplicação das reformas necessárias à concretização do potencial da ajuda, enquanto mecanismo para a realização dos ODM. Entre as reformas fundamentais, encontram-se:

Fixar um calendário – e respeitá-lo

A meta de 0,7% do RNB em ajuda foi fixada em 1970. Só cinco doadores já atingiram esta meta. Outros sete comprometeram-se com um calendário. Metas sem calendários vinculativos não são uma base sólida para o planeamento da redução da pobreza. Todos os doadores da OCDE deviam dar agora o passo seguinte e fixar um calendário para atingir 0,5% até 2010 e a meta de 0,7% até 2015, o mais tardar.

Apoiar os ODM e planos de desenvolvimento humano mais amplos com dinheiro real

Todos os países em desenvolvimento têm sido incitados a adoptar estratégias de desenvolvimento nacional suficientemente corajosas para alcançar as metas dos ODM. Os ODM reflectem as aspirações partilhadas da comunidade internacional. Por isso, os doadores deveriam assegurar que nenhum plano nacional falha por necessidade de financiamento. Maiores fluxos de ajuda deveriam estar ligados explicitamente à realização dos ODM. O financiamento dos doadores deveria estar ligado aos planos nacionais de financiamento, incluindo os quadros de despesa a médio prazo. Isto implica abandonar a elaboração de orçamentos anuais de ajuda e mudar para estratégias de financiamento de 3 a 5 anos, como parte integrante de planos a mais longo prazo para financiar os ODM.

Enfoque na complementaridade

Qualquer estratégia de financiamento deve considerar as grandes somas actualmente incluídas na ajuda e que nunca saem das contas dos governos doadores, ou dos países doadores, em particular o cancelamento do *stock* da dívida e assistência técnica. É necessária uma contabilidade realista para assegurar que os doadores estão a cumprir os seus compromissos de fornecer recursos para a realização dos ODM. O registo da ajuda deveria ser ajustado para assegurar que as declarações públicas não são apenas um exercício contabilístico da OCDE, mas um reflexo das transferências reais de recursos.

Acabar com a ajuda ligada

A ajuda ligada inclui um retorno oculto do contribuinte para empresas do país doador. Esse retorno deveria ser deduzido da ajuda relatada, juntamente com a componente ligada da assistência técnica.

Toda a ajuda ligada deveria ser suprimida progressivamente, entre 2006 e 2008

Toda a ajuda ligada deveria ser suprimida progressivamente, entre 2006 e 2008.

Ligar a ajuda às necessidades

Há boas razões para fornecer ajuda aos países que estão a caminho de alcançar os ODM e não estão a enfrentar um hiato de financiamento. Contudo, os incrementos da ajuda devem ser orientados efectivamente para os países que enfrentam maiores dificuldades, especialmente na África Subariana.

Resolver o problema da dívida

A dívida insustentável continua a ser uma barreira ao financiamento dos ODM num grande grupo de países. A Iniciativa Países Pobres Fortemente Endividados (HIPC) precisa de fazer um perdão mais profundo da dívida a um grupo mais alargado de países. Uma prioridade imediata é identificar os países de rendimento baixo que não são elegíveis para o alívio da dívida no quadro do acordo do G-8, de 2005, mas, contudo, enfrentam problemas no serviço da dívida.

Atacar a desigualdade

As políticas de ajuda deveriam reflectir um compromisso para reduzir as desigualdades nas capacidades humanas e no rendimento. Estas políticas deveriam constituir uma parte explícita das estratégias de redução da pobreza e das estratégias dos doadores. O compromisso para reduzir a desigualdade deveria incluir um forte enfoque nos serviços básicos. Passaram 10 anos desde que a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social fixou a meta de consagrar 20% da ajuda aos serviços sociais básicos. Os doadores devem assegurar que o registo estatístico serve para torná-los responsáveis pela despesa nos serviços básicos – estimado actualmente em 17% – e para dar um salto quantitativo nos recursos que vão para a educação, saúde, água e saneamento e alimentação, através do crescimento ulterior desta parcela no crescimento da ajuda total.

Melhorar a qualidade da ajuda

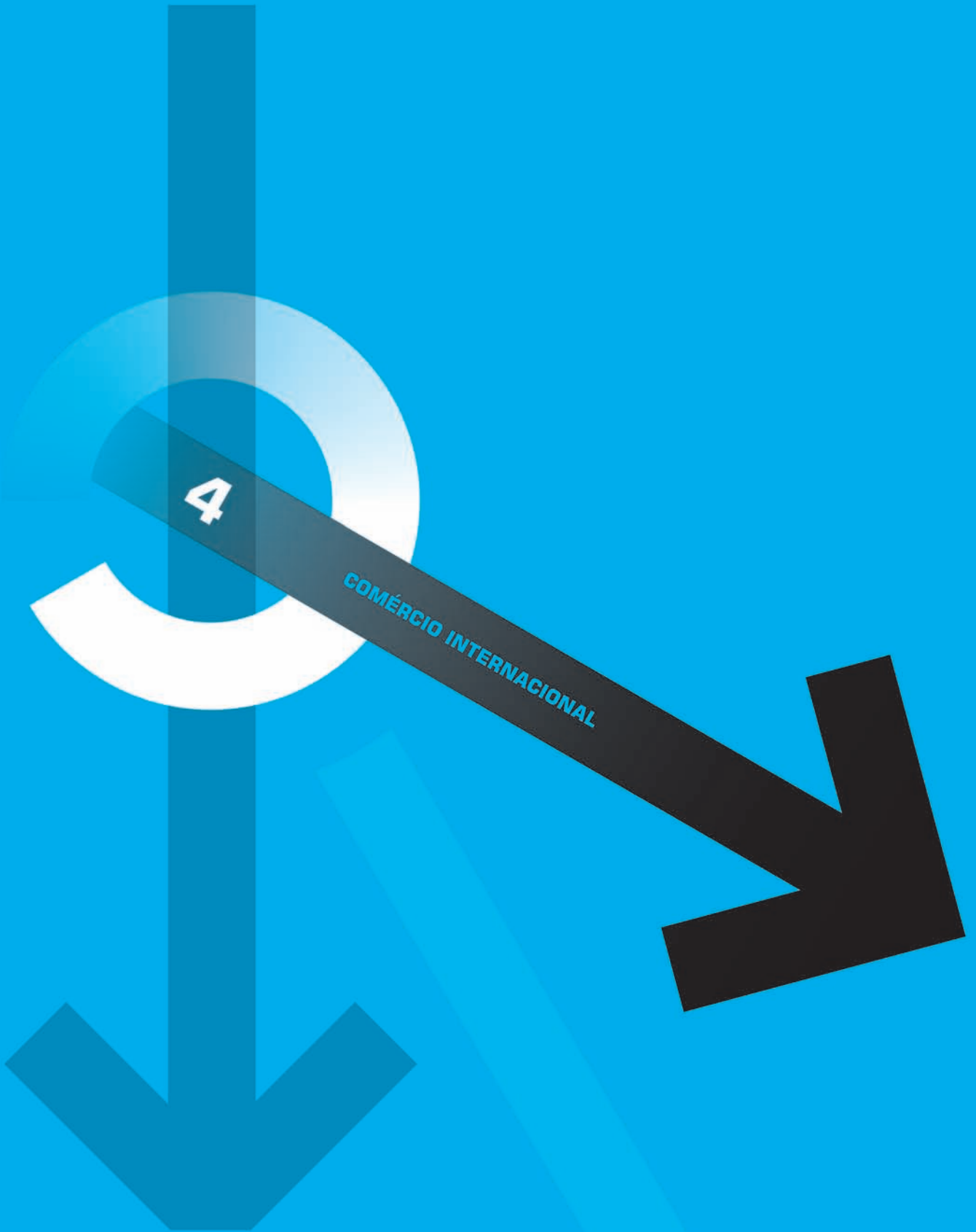
Os doadores têm vindo a pedir melhor coordenação e harmonização da ajuda desde a década de 1980. Em 2005, pela primeira vez, fixaram metas quantitativas para as reformas destinadas a melhorar a qualidade

da ajuda.⁷⁶ Isto é um primeiro passo positivo. Porém, as metas fixadas carecem de ambição. Assegurar a eficácia da ajuda requer mais:

- *Fluxos de ajuda alinhados com as prioridades nacionais.* O objectivo sugerido é assegurar que 85% dos fluxos de ajuda para o sector governamental tenham de ser registados através dos orçamentos nacionais dos países receptores. Isto deveria aumentar para 100%, a fim de assegurar que o registo financeiro público reflecte as despesas e que o financiamento reflecte prioridades nacionais dos ODM.
- *Apoio orçamental.* Os doadores sugeriram uma meta de 25% para a parte da ajuda fornecida como apoio a programas. Isto é muito pouco ambicioso. As condições variam de país para país, mas o objectivo deveria ser a maximização da parte da ajuda dada como apoio a programas, com uma referência de 70% até 2010.
- *Menos missões.* Os doadores deveriam aderir aos modelos de melhores práticas. Também deveriam registar, país a país, o número de missões e de relatórios específicos que exigem.
- *Utilização dos sistemas nacionais de aprovisionamento e de gestão financeira pública.* A não utilização dos sistemas nacionais aumenta os custos de transacção e mina a capacidade nacional. Ainda não foi fixada nenhuma meta. Mas o objectivo deveria ser o uso de sistemas nacionais como primeiro recurso e assegurar que 100% da ajuda passe pelos sistemas nacionais até 2010.
- *Previsibilidade e volatilidade.* Os doadores precisam de assumir compromissos que sejam fiáveis, plurianuais e possam ser usados para cobrir os custos recorrentes necessários para atingir os ODM. No mínimo, deveriam cobrir 90% dos desembolsos, em prazos acordados, e os fundos deveriam ser libertados a tempo.
- *Transparência.* Todos os doadores deveriam dar os passos para tornar as suas transferências de ajuda totalmente transparentes. Os doadores deveriam fornecer, atempadamente, informação transparente e abrangente sobre os fluxos de ajuda, para permitir a responsabilização adequada junto do público e dos parlamentos dos países doadores e receptores.

4

COMÉRCIO INTERNACIONAL



**“A divisão do trabalho
entre as nações é que uns
especializam-se em ganhar
e outros em perder.”**

Eduardo Galeano ¹

Hipocrisia e padrões duplos não são bases fortes para um sistema multilateral baseado em regras

“Até os leões têm os seus historiadores” – diz um provérbio africano – “As histórias de caça glorificarão sempre o caçador.” O mesmo é verdadeiro em relação às histórias sobre o comércio internacional. Para os entusiastas da globalização, a rápida expansão do comércio mundial nas últimas duas décadas tem sido uma perfeita bênção, nomeadamente para os pobres de todo o mundo. A realidade é mais prosaica. Mais comércio proporciona enormes oportunidades para o desenvolvimento humano. Nas condições correctas, tem potencial para reduzir a pobreza, diminuir a desigualdade e vencer a injustiça económica. Para muitos dos países mais pobres do mundo, e para milhões de pessoas pobres, estas condições ainda têm de ser criadas.

É essencial uma melhor cooperação multilateral no comércio para que a comunidade internacional alcance os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e os objectivos mais amplos do desenvolvimento. As regras do comércio internacional e as políticas comerciais nacionais precisam de ser alinhadas com um compromisso para a redução da pobreza. O ponto de partida deveria ser o reconhecimento de que uma maior abertura de comércio, tal como o crescimento económico, não é um fim em si mesmo: é um meio de expandir as capacidades humanas. Indicadores de maior abertura – como crescimento das exportações e rácios do comércio para o PIB crescentes – são importantes, mas não são substitutos do desenvolvimento humano.

O comércio está no cerne da interdependência que une os países. Essa interdependência tem contribuído para alguns progressos visíveis do desenvolvimento humano, permitindo que milhões de pessoas fujam à pobreza e partilhem a prosperidade gerada pela globalização. Todavia, muitos milhões têm ficado para trás. Os custos e benefícios do comércio têm sido desigualmente distribuídos entre e dentro dos países, perpetuando um padrão de globalização que cria prosperidade para alguns, no meio da pobreza maciça e desigualdade crescente para outros.

As regras do jogo estão no centro do problema. Os países desenvolvidos raramente perdem uma

oportunidade de salientar as virtudes dos mercados abertos, dos terrenos nivelados e do comércio livre, especialmente nas suas prescrições para os países pobres. Todavia, os mesmos governos mantêm um conjunto formidável de barreiras proteccionistas contra os países em desenvolvimento. Também gastam milhares de milhões de dólares em subsídios agrícolas. Estas políticas enviesam os benefícios da globalização a favor dos países ricos, ao mesmo tempo que negam a milhões de pessoas dos países em desenvolvimento uma oportunidade de partilharem os benefícios do comércio. Hipocrisia e padrões duplos não são bases fortes para um sistema multilateral baseado em regras e ligado ao desenvolvimento humano.

As negociações da Ronda de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) proporcionam uma oportunidade para alterar as regras do jogo. Até agora, essa oportunidade tem sido perdida. Lançada em 2001, Doha foi classificada como uma “ronda de desenvolvimento”. Os países ricos prometeram medidas práticas para alcançar uma distribuição mais justa dos benefícios da globalização. Quatro anos depois, nada de substancial ainda foi alcançado. As barreiras comerciais permanecem intactas, os subsídios agrícolas têm sido aumentados e os países ricos têm prosseguido, agressivamente, regras sobre investimento, serviços e propriedade intelectual que ameaçam reforçar as desigualdades mundiais. Entretanto, questões de

Os níveis de vida, tanto nos países ricos, como nos pobres, dependem cada vez mais do comércio

interesse vital para muitos dos países em desenvolvimento mais pobres – nomeadamente o prolongado declínio dos preços dos produtos primários – quase não figuram na agenda do comércio internacional.

Cumprir a promessa de uma ronda de desenvolvimento não resolverá todos os problemas de desenvolvimento humano levantados pelo comércio internacional. Mesmo as melhores regras não vencerão as desvantagens sistemáticas ligadas ao rendimento baixo, à pobreza e às desigualdades na educação e saúde. Nem enfrentarão as desigualdades estruturais dentro dos países, que impedem os pobres de obter uma parte justa da prosperidade gerada pelo comércio. Porém, falhar no alinhamento das regras de comércio multilateral com o compromisso do desenvolvimento humano terá graves consequências. No imediato, minará as perspectivas de aceleração do progresso no sentido dos ODM. O fracasso da Ronda de Doha prejudicaria a credibilidade e a legitimidade do próprio sistema de comércio baseado em regras, com graves consequências para o futuro do multilateralismo. Numa altura em que a segurança e

a prosperidade partilhadas dependem cada vez mais do multilateralismo baseado em regras, os custos do fracasso estender-se-ão muito para além do próprio sistema de comércio.

A primeira parte deste capítulo dá uma visão geral dos desenvolvimentos no sistema de comércio internacional com a globalização. Contesta o argumento de que a integração económica através do comércio está a levar à convergência e identifica algumas das condições em que o comércio pode ajudar – ou atrasar – o desenvolvimento humano. A segunda parte analisa o modo como o sistema de comércio actual está estabelecido a favor dos países ricos. A terceira parte trata de temas que estão para além das regras multilaterais que impedem o acesso dos países pobres ao comércio mundial, incluindo a prolongada crise dos mercados de produtos primários e o papel cada vez mais importante dos supermercados como porteiros dos mercados ocidentais. A parte final do capítulo estabelece uma agenda para transformar a actual ronda de negociações comerciais numa verdadeira ronda de desenvolvimento.

Um mundo interdependente

4

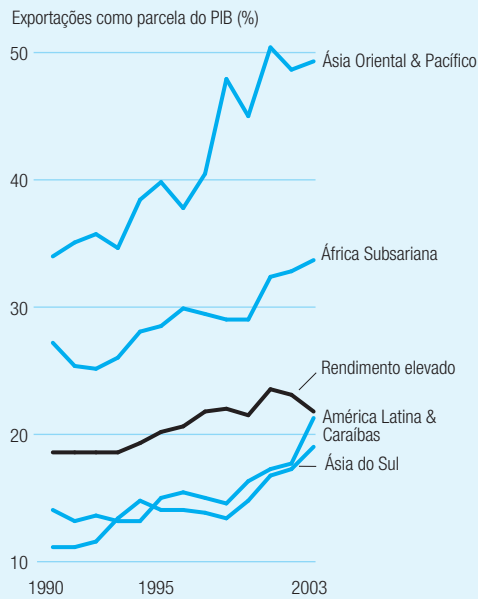
A profunda integração global através do comércio não é uma coisa sem precedentes. No fim do século XIX, os fluxos transfronteiriços de bens, capitais e informação criaram uma poderosa dinâmica para a integração global. Muito mais do que hoje, tanto as pessoas, como os bens e os investimentos atravessavam fronteiras; nas quatro décadas que precederam a Primeira Guerra Mundial, 36 milhões de pessoas deixaram a Europa, ajudando a aliviar a pobreza e a reduzir as desigualdades globais de rendimentos.² O mundo globalizado do princípio do século XX foi estilhaçado pela Primeira Guerra Mundial e pela Grande Depressão. O renascimento da integração global começou a sério há cerca de 25 anos, com o comércio internacional e as finanças a darem o impulso. Desde então, tem havido grandes mudanças nos padrões de comércio, embora a continuidade tenha sido tão importante como a mudança.

Comércio e níveis de vida mundiais

O comércio tem sido um dos motores mais potentes na condução da integração global. Na última década, o valor das exportações mundiais quase duplicou, chegando a 9 biliões de dólares em 2003.³ A produção mundial cresceu mais lentamente, de modo que a parcela das exportações no PIB global e no rendimento da maioria dos países e das regiões tem vindo a crescer (figura 4.1). As exportações representam, actualmente, muito mais de um quarto do rendimento mundial e mais de um terço do rendimento da África Subsariana.

A interdependência é o corolário do crescimento das exportações. Os níveis de vida, tanto nos países ricos, como nos pobres, dependem cada vez mais do comércio. Por detrás da economia complexa, a globalização produz um resultado que é muito é muito fácil de compreender: a prosperidade de qualquer país no sistema de comércio mundial está cada vez mais de-

Figura 4.1 Exportações estão a crescer como parcela do rendimento



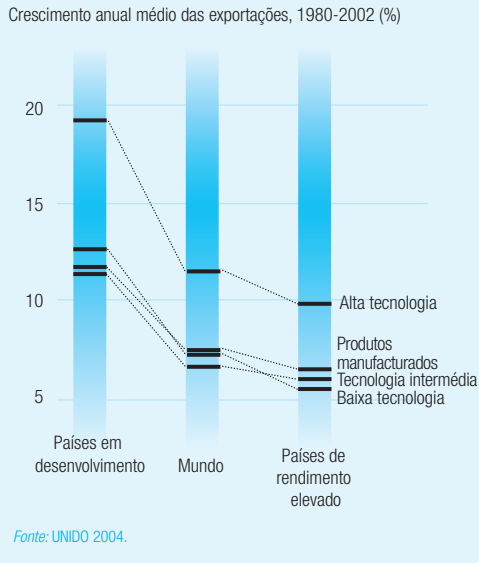
Fonte: World Bank 2005f.

pendente da prosperidade de outros. É verdade que a interdependência é assimétrica: os países em desenvolvimento continuam a ser mais dependentes dos países industrializados como mercados de exportação, do que os países industrializados estão dos países em desenvolvimento. Mas no mundo globalizado do princípio do século XXI, as fortunas de todos os países estão a tornar-se inextricavelmente ligadas.

O aprofundamento da interdependência tem andado a par com uma mudança na estrutura do comércio mundial. As exportações de manufacturas têm sido o catalizador da integração, conduzida pelo comércio de produtos de alta tecnologia (tais como electrónica e equipamento informático) e de produtos de tecnologia intermédia (tais como componentes de automóveis; figura 4.2). O comércio de serviços também tem vindo a aumentar e representa actualmente um quarto do comércio mundial. Entretanto, a parcela da agricultura e produtos primárias no valor do comércio mundial tem revelado um declínio constante, caindo de 15% para 10% do total, desde 1980.⁴ Os padrões de comércio também têm vindo a mudar. Um dos desenvolvimentos mais importantes tem sido o rápido crescimento do comércio entre os países em desenvolvimento.⁵ Mais de 40% das exportações dos países em desenvolvimento destinam-se agora a outros países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento têm vindo a aumentar a sua quota nos mercados mundiais. Colectiva-

Figura 4.2 Crescimento das exportações mundiais de produtos manufacturados



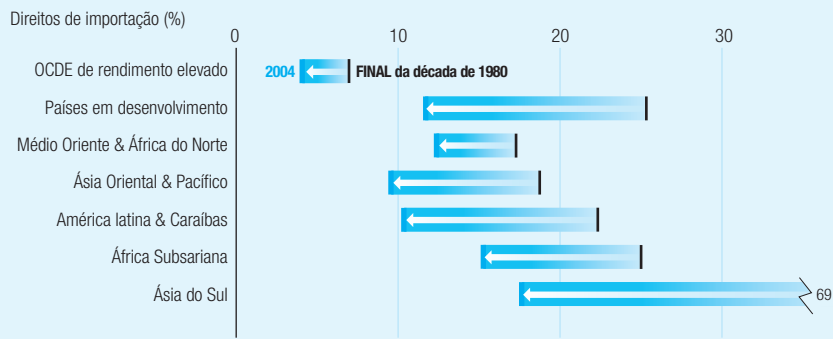
Fonte: UNIDO 2004.

mente, representavam cerca de um quarto das exportações mundiais de produtos manufacturados em 2003, o dobro da quota de 1980. Em termos de valor, os produtos manufacturados representam 80% das exportações dos países em desenvolvimento. O crescimento das exportações dos países em desenvolvimento ultrapassou o crescimento dos países industrializados em todos os sectores tecnológicos – mas de forma mais espectacular na alta tecnologia. Só na agricultura, uma área em que os países em desenvolvimento têm uma óbvia vantagem comparativa, é que os países industrializados evitaram perder quota de mercado – um testemunho do poder do protecção e dos subsídios agrícolas.

A mudança de política e as novas tecnologias juntaram-se para criar condições de crescimento do comércio. As barreiras à importação e as restrições ao investimento estrangeiro têm caído em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. As taxas alfandegárias foram reduzidas, as pautas foram simplificadas e as barreiras não tarifárias diminuíram. A taxa alfandegária média nos países em desenvolvimento caiu de 25% no fim da década de 1980 para 11% hoje, com a maior parte da liberalização a ser conduzida numa base unilateral (figura 4.3).⁶ Ao mesmo tempo, a queda dos preços de transporte, comunicações mais baratas e novas tecnologias de informação abriram novas fronteiras.

Uma das características que definem a globalização contemporânea tem sido o desenvolvimento de sistemas de produção mundiais. Quando, em 1908, o primeiro Modelo T saiu da linha de montagem da Ford,

Figura 4.3 As taxas aduaneiras estão a cair



Fonte: World Bank 2005a.

em Detroit, era um carro verdadeiramente nacional, montado debaixo de um único tecto. Cem anos mais tarde, os Estados Unidos só respondem por cerca de um terço do valor acrescentado nos carros produzidos internamente. Tal como noutros sectores da indústria, a produção de bens que anteriormente era realizada num único local tem sido dividida em partes distintas, com componentes e produtos montados em redes que se estendem por muitos países.⁷

Veja-se a Xbox da Microsoft – uma consola de jogos de alta tecnologia que contém tecnologia de ponta. O fabrico foi deslocalizado para uma empresa de Taiwan. Os processadores Intel são fornecidos por um dos onze locais de produção, incluindo a China, Costa Rica, Filipinas e Malásia. Os processadores gráficos são produzidos por uma empresa norte-americana numa fábrica em Taiwan, Província da China. O disco rígido é montado na China, com componentes produzidos na Irlanda. O DVD-Rom é fabricado na Indonésia. A montagem final foi deslocada recentemente de Guadalajara, México, para a China.⁸

A Xbox é um microcosmo daquilo que está a acontecer com a globalização. Na electrónica de computadores, eixos regionais baseados na Ásia Oriental dominam as redes globais. Tem sido estimado que dois terços das componentes dos computadores comercializados nos Estados Unidos passaram pela cidade chinesa de Dongguan, nalguns casos mais de uma vez.⁹ Os carros nacionais são uma coisa do passado. A General Motors abastece-se de caixas de velocidades montadas no México, de radiadores provenientes de fábricas de Chennai, Índia, e de estofos de fornecedores da Indonésia, que utilizam materiais importados da China.

A fragmentação da produção tem sido acompanhada por mudanças mais amplas. Alguns serviços que anteriormente só podiam ser prestados internamente

já podem ser negociados internacionalmente. Empresas ocidentais já não compram fora apenas serviços de *software*, mas também de gestão de dados, serviços de informação e reclamações de seguros. Um resultado é o crescimento vertiginoso, na Índia, das tecnologias de informação e dos sectores de produção externa para empresas. A investigação, bem como a gestão de dados e a provisão de serviços técnicos, também está a ser deslocalizada para fora da empresa. A General Electric opera actualmente um dos maiores laboratórios de investigação aeroespacial do mundo em Bangalore, na Índia, tendo acompanhado empresas como a Intel e a Texas Instruments na relocação das instalações de investigação.

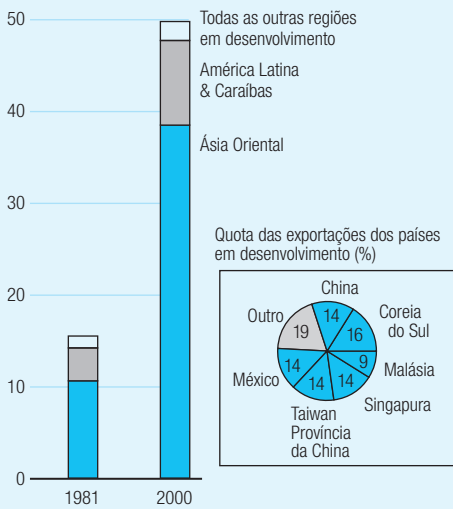
Os limites da convergência

Um dos mitos prevaletentes da globalização é que o aumento do comércio tem sido o catalizador de uma nova era de convergência. A expansão do comércio, afirma-se, está a estreitar o hiato entre países ricos e pobres, com o mundo em desenvolvimento a ganhar com o acesso a novas tecnologias e novos mercados. Tal como a maioria dos mitos, este combina alguns elementos de verdade com uma grande dose de exagero. Alguns países estão a aproximar-se, embora partindo de uma base baixa. Mas a integração bem sucedida é mais a excepção do que a regra – e o comércio é tanto um condutor da desigualdade como da prosperidade global. Para a maior parte dos países, a história da globalização é uma história de divergência e de marginalização.

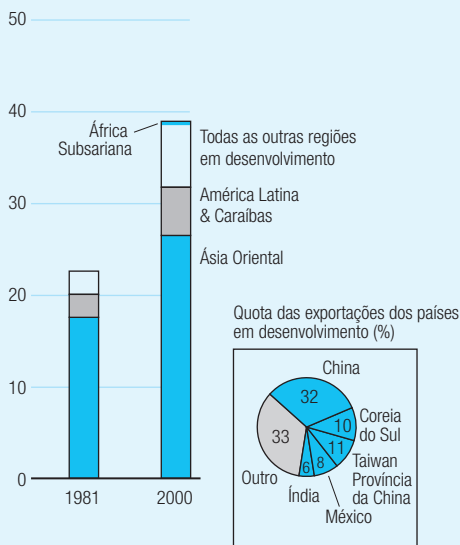
O êxito no comércio mundial depende cada vez mais da entrada nos mercados de produtos manufacturados de mais alto valor acrescentado. A maior parte do crescimento da quota de mercado dos produtos manufacturados no mundo em desenvolvimento pode ser atribuído a uma região – Ásia Oriental – e a um pequeno grupo de países (figura 4.4). Desde 1980, a Ásia Oriental mais do que duplicou a sua quota das exportações mundiais de produtos manufacturados, passando para 18% do total. A China tem duplicado a sua quota do comércio mundial praticamente de cinco em cinco anos. Actualmente, a China oferece um quinto das exportações mundiais de vestuário e um terço dos telemóveis e é o maior exportador mundial de electrodomésticos, brinquedos e electrónica de computadores. O México também tem vindo a aumentar a sua quota do mercado mundial. Contudo, a presença muito visível de um grupo de exportadores

Figura 4.4 O sucesso das exportações está altamente concentrado

Exportações de tecnologia alta e intermédia
Quota das exportações mundiais (%)



Exportações de baixa tecnologia
Quota das exportações mundiais (%)

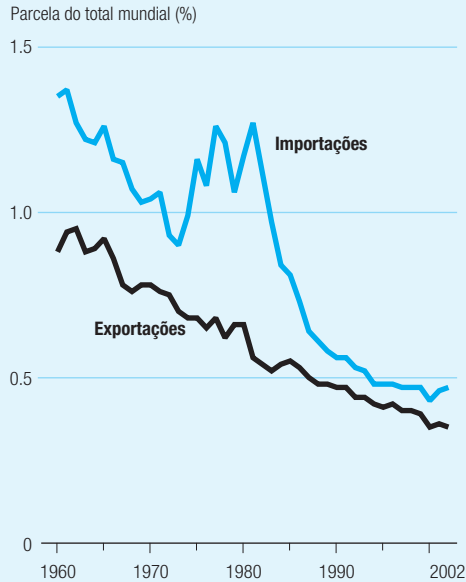


Fonte: Calculado com base em dados de exportações, de UNIDO 2004.

dinâmicos dos países em desenvolvimento pode criar uma impressão enganadora. Apenas sete países em desenvolvimento representam mais de 70% das exportações de baixa tecnologia e 80% das exportações de alta tecnologia.¹⁰

Como estes números sugerem, há limites para a convergência. Grande parte do mundo em desenvolvimento tem uma posição pouco mais do que precária nos mercados de exportação de produtos manufacturados. Excluindo o México, a presença da América Latina nos mercados mundiais de exportação de produtos manu-

Figura 4.5 A quota da África Subariana no comércio mundial está a cair



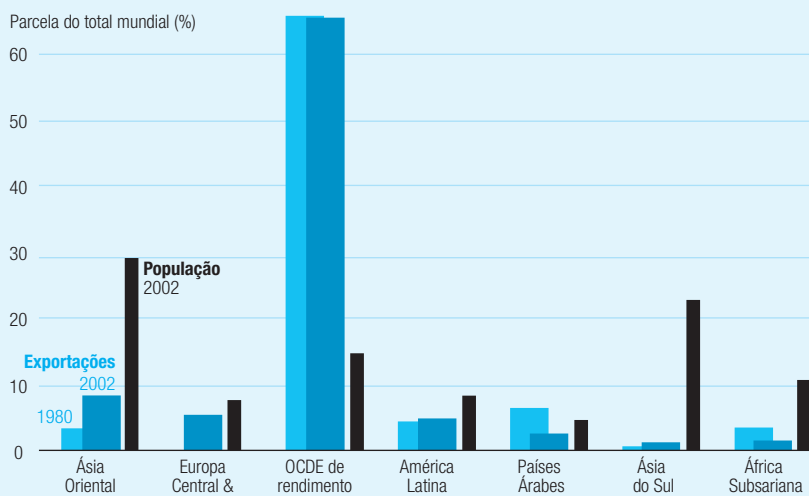
Fonte: World Bank 2005f.

facturados é limitada e está a diminuir, partindo de uma base baixa: o México já representa mais de metade das exportações de produtos manufacturados da região. A quota da Ásia do Sul está a subir a partir de uma base baixa, conduzida pelo crescimento das exportações da Índia. Entretanto, o crescimento do comércio internacional pouco tem feito para abrandar a marginalização da África Subariana. Embora o comércio tenha aumentado como parcela do PIB – de 40% para 55%, desde 1990 – a quota da região (excluindo a África do Sul) nas exportações mundiais caiu para 0,3% (figura 4.5). Hoje, a quota das exportações mundiais da África Subariana, com 689 milhões de habitantes, é menos de metade da quota da Bélgica, com 10 milhões de habitantes.

A África Subariana mostra graficamente como os prejuízos do comércio podem suplantar os benefícios associados com a ajuda e o alívio da dívida. Se a África tivesse hoje a mesma quota das exportações mundiais que tinha em 1980, as suas exportações hoje seriam quase 119 mil milhões de dólares mais elevados (em dólares constantes de 2000). Isto é equivalente a cerca de cinco vezes os fluxos de ajuda e poupanças orçamentais do alívio do serviço da dívida fornecidos pelos países de rendimento elevado em 2002.

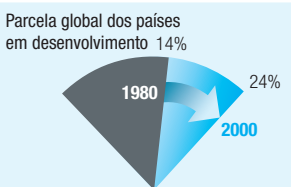
Estes limites à convergência através da integração global são impressionantes. Após mais de duas décadas de rápido crescimento, os países de rendimento elevado, que representam 15% da população mundial,

Figura 4.6 Exportações mundiais: os países ricos continuam a dominar

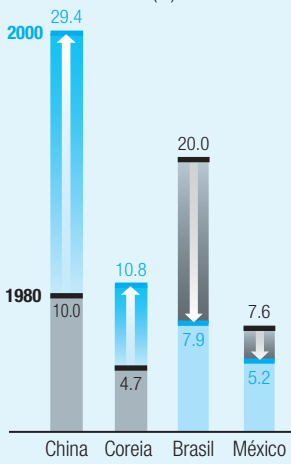


Fonte: Calculado com base em dados de exportações e população, de World Bank 2005f.

Figura 4.7 Valor acrescentado da indústria: variação das parcelas no mundo em desenvolvimento



Parcela global dos países em desenvolvimento 14% em 1980 e 24% em 2000.



Fonte: UNIDO 2004.

4

Comércio internacional

continuam a responder por três quartos das exportações mundiais – um declínio modesto em relação à situação de 1980 (figura 4.6). As provas de convergência são ainda menos impressionantes quando baseadas nas quotas de mercado actuais. A Índia pode ser uma das economias de exportação com mais rápido crescimento do mundo, com as exportações a crescerem a mais de 10% ao ano desde 1990, mas ainda representa apenas 0,7% das exportações mundiais.

As quotas de mercado das exportações mundiais apenas dão apenas uma imagem parcial da extensão da divergência no comércio mundial. A capacidade dos países de converterem o êxito da exportação em rendimentos crescentes – e, assim, em melhorias nos níveis de vida e na redução da pobreza – depende não só do volume da produção e exportação, mas também do valor acrescentado – uma medida da riqueza criada. É o valor acrescentado através da produção industrial que tem maior incidência na distribuição do rendimento mundial e dos benefícios do comércio. Numa perspectiva da distribuição mundial, as más notícias são que o equilíbrio de poderes na indústria mundial quase não mudou após 25 anos de integração global.

Entre 1980 e 2000, o valor acrescentado industrial dos países em desenvolvimento aumentou a mais de 5% ao ano – o dobro da taxa dos países industrializados.¹¹ Mas quase todo o aumento foi registado na Ásia Oriental e os países industrializados ainda representam mais de 70% do valor acrescentado industrial mundial.

Os contrastes entre a Ásia Oriental e a América Latina mostram que crescimento das exportações e su-

cesso das exportações são conceitos muito diferentes. Em valor acrescentado industrial, a América Latina tem estado a perder quota de mercado em relação à Ásia Oriental (figura 4.7). Até o México, o exportador mais dinâmico da América Latina, tem estado a perder quota de mercado em relação à Ásia Oriental e, mais espectacularmente, em relação à China.¹² Explicação: o México é um produtor de baixo valor acrescentado de produtos de alto valor acrescentado e alta tecnologia. Grande parte do crescimento das exportações tem sido construído com a simples montagem e reexportação de produtos importados, em fábricas *maquiladoras* com progresso tecnológico limitado.¹³ A um nível mais baixo de tecnologia, o modelo mexicano de elevado crescimento das exportações e baixo valor acrescentado é característico de um grande grupo de países. Exportadores de vestuário, como o Bangladesh, Honduras e Nicarágua, enquadram-se nesta categoria.

A integração global através do comércio tem sido assinalada por elementos de continuidade e de mudança. A agricultura talvez esteja a diminuir em termos de quota do comércio mundial, mas muitos países pobres continuam fortemente dependentes das exportações agrícolas. Mais de cinquenta países em desenvolvimento dependem da agricultura para pelo menos um quarto dos seus ganhos de exportação. Esses países estão na escada descendente. Estão a exportar produtos que representam uma quota cada vez menor do comércio e rendimento mundiais, com implicações concomitantes na sua posição na distribuição global. A quota regional das exportações agrícolas é mais elevada na América Latina (29%, excluindo o México) e na África Subsariana (16%).

Muitos desses países, especialmente na África Subsariana, dependem de uma gama muito estreita de produtos primários, cujos preços mundiais têm vindo a declinar acentuadamente. Entre 1997 e 2001, o índice combinado de preços de todos os produtos primários caiu 53% em termos reais.¹⁴ Isto significa que os exportadores africanos tiveram que duplicar os volumes de exportação para manter os rendimentos em níveis constantes (ver mais adiante neste capítulo). Não foram só os exportadores dependentes de produtos primários que enfrentaram termos de troca declinantes. O poder de compra das exportações de produtos manufacturados dos países em desenvolvimento caiu 10% desde meados da década de 1990, com as exportações intensivas em trabalho a enfrentarem o maior declínio.¹⁵

Porque é que estas tendências para a convergência e divergência são importantes para o desenvolvimento humano? Uma razão é que o comércio internacional tem uma incidência cada vez mais importante na distribuição do rendimento global. À medida que cresce a quota do comércio no PIB mundial, a quota dos países no comércio mundial afectará fortemente a sua posição na distribuição do rendimento global. Outra razão pela qual as tendências da distribuição são importantes é que o sucesso – e o fracasso – no comércio são cumulativos. As exportações são importantes não só – nem mesmo principalmente – como fonte de rendimento, mas também como meio de financiamento das importações das novas tecnologias necessárias para gerar o crescimento, a produtividade e o emprego e para melhorar os níveis de vida e manter a competitividade nos mercados mundiais. Portanto, a marginalização no comércio pode traduzir-se em marginalização tecnológica, com impactes na distribuição do rendimento global e na pobreza. Evitar a marginalização implica a entrada em mercados mais dinâmicos e de maior valor acrescentado. E isso exige o desenvolvimento de sistemas industriais diversificados, capazes de adaptar novas tecnologias e de acrescentar valor localmente.¹⁶

Comércio e desenvolvimento humano

A ideia de que a participação no comércio aumenta o bem-estar humano é tão velha como a economia moderna. De diferentes perspectivas, Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e Karl Marx defenderam que a especialização através do comércio aumentaria a produtividade, o crescimento económico e os níveis de vida. Muitas das suas perspectivas mantêm-se válidas. Mas os caminhos entre o comércio e o desenvolvimento humano são complexos – e não há arranjos simples para a integração bem sucedida nos mercados globais.

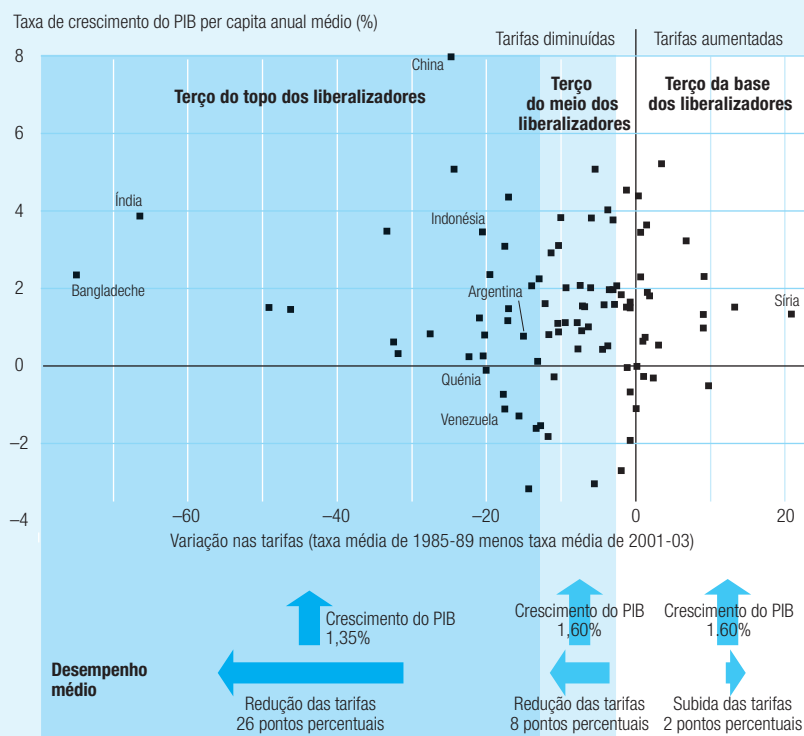
A política comercial representa uma das últimas fronteiras do pensamento clássico sobre desenvolvimento. Noutras áreas, a maioria dos decisores políticos aceita, em princípio, que o crescimento económico e o consumo não são fins em si mesmos, mas meios de fazer progredir o desenvolvimento humano. No comércio, a lógica do desenvolvimento está invertida. O sucesso é tipicamente medido em termos de crescimento das exportações, modificações nos rácios comércio para PIB e velocidade a que estão a cair as barreiras à importação. Como escreveu Dani Rodrik:

«O comércio tornou-se a lente através da qual o desenvolvimento é visto, em vez do contrário.»¹⁷

A ideia de que a abertura ao comércio é inerentemente boa, tanto para o crescimento, como para o desenvolvimento humano, goza hoje de apoio quase universal. Traduzido em termos políticos, esta crença levou a um ênfase nos méritos da rápida liberalização das importações como chave da integração bem sucedida nos mercados globais. Quando países como o Camboja e Vietname aderem à OMC, é-lhes exigido como condição de entrada a execução de profundas reduções nas tarifas sobre a agricultura e indústria, como se isso fosse um teste às suas credenciais de política comercial.

Essas abordagens são injustificadas. As provas que apoiam a afirmação de que a liberalização das importações é automaticamente boa para o crescimento são fracas – quase tão fracas como a afirmação oposta de que o proteccionismo é bom para o crescimento (figura 4.8 e caixa 4.1). Ainda que a liberalização das importações possa favorecer os ganhos na produtividade, se for adequadamente faseada e gradual, no entanto, a liberalização bem sucedida do comércio e o aprofundamento da integração são, muitas vezes, resultados de elevado crescimento sustentado, com os países a baixarem as tarifas à medida que se tornam mais ricos. Isto foi ver-

Figura 4.8 **Baixar tarifas não é uma bola mágica para o crescimento**



Fonte: Samman 2005a.

A ideia de que a abertura é boa para o crescimento e para o desenvolvimento humano está profundamente arraigada. Os governos dos países em desenvolvimento são frequentemente pressionados para liberalizar as importações, nalguns casos como condição para a ajuda ou para empréstimos, e em quase todos os casos como exigência para aderir à OMC. Será que as provas apoiam a prescrição?

Um exercício de investigação muito citado começa por dividir os países em globalizadores e não globalizadores, com base na taxa de crescimento do rácio comércio para PIB.¹ E, então, pergunta que grupo cresce mais depressa. A resposta indica os globalizadores, com um rácio de 3:11 – uma margem enorme. Porque esses países também reduziram as suas taxas aduaneiras mais profundamente, a implicação que se retira é que a liberalização é boa para o crescimento. O mesmo exercício defende que o crescimento é, em média, neutro em relação à distribuição, na medida em que os pobres recebem uma parcela do crescimento na proporção directa dos seus níveis actuais de rendimento. Conclui-se, então, que a abertura é boa para o crescimento e boa para os pobres.

Fazer o mesmo exercício para ver a relação entre liberalização das importações e crescimento revela, contudo, um quadro muito diferente. Comparações transversais entre países mostram que o crescimento económico está positivamente associado ao crescimento das exportações, embora os efeitos funcionem em ambos os sentidos: o crescimento das exportações é tanto uma consequência como uma causa do crescimento mais elevado do rendimento. A relação entre liberalização das importações e crescimento é menos bem definido. Ao contrário do rácio comércio para crescimento, que é um

indicador de resultados económicos, a liberalização das importações é um indicador de política. A figura 4.8, no texto principal, resume os dados da relação entre aquele indicador, medido pela mudança percentual (não ponderada) nas tarifas aduaneiras, e o crescimento de 92 países, no período entre 1985-89 e 2001-03. Reunindo os países em 3 grupos, com base na profundidade dos seus cortes tarifários, não revela nenhum diferencial significativo de crescimento.

O que emerge, isso sim, é a diversidade de resultados, realçando a importância da interacção entre medidas de política comercial e outras variáveis. O Brasil e o Peru apresentam cortes tarifários mais impressionantes do que a China e outros países da Ásia Oriental, mas o seu desempenho no crescimento é consideravelmente menos impressionante. A Índia conjugou profundos cortes tarifários com um melhor desempenho no crescimento, na década de 1990. Porém, o ritmo mais elevado do crescimento precede a liberalização das importações em uma década e as tarifas continuam relativamente altas. Noutros casos – como Quênia e Nicarágua – a abertura rápida do mercado tem sido associada à estagnação ou declínio económico.

Nada disto constitui uma defesa do protecționismo. Não há provas de que tarifas mais elevadas sejam boas para o crescimento. Porém, a diversidade de resultados associada com a liberalização das importações sugere que as ligações ao crescimento são mais complexas do que por vezes se diz. Na prática, a relação entre comércio e crescimento é determinada por um conjunto complexo de factores internos e externos. Provas de análises transversais de países são insuficientes para fundamentar o uso de condições nos empréstimos, ou de regras de comércio mundial para promover a liberalização rápida.

1. Dollar e Kraay 2001a, b.

Fonte: Samman 2005b; Dollar e Kraay 2001a, b.

dade tanto para economias ricas, durante o seu desenvolvimento industrial, como para integradores bem sucedidos no mundo em desenvolvimento: China, Índia, Coreia do Sul e Taiwan, Província da China, começaram a baixar as tarifas progressivamente, depois das reformas que geraram a descolagem económica.

Nada disto diminui os benefícios óbvios da participação no comércio. Ao nível das famílias, as exportações podem proporcionar uma importante fonte de rendimento e de emprego para as pessoas pobres. No Bangladesh, o crescimento das exportações de vestuário desde 1990 criou cerca de 1,8 milhões de empregos, mais de 90% dos quais para mulheres.¹⁸ Os rendimentos crescentes no sector do vestuário reduziram a pobreza e contribuíram para melhorias nos indicadores da saúde e educação. Quando o Vietname liberalizou a comercialização do arroz, deu aos produtores nacionais acesso aos mercados globais, com importantes ganhos para os níveis de vida e os indicadores de desenvolvimento humano.¹⁹ Em ambos os casos, os efeitos de rendimento e emprego de base ampla gerados pelas exportações deram um impulso ao desenvolvimento humano.

Para além das famílias, alguns dos benefícios mais importantes do comércio derivam das importações de bens de capital que são mais baratos do que os disponíveis internamente. As exportações de produtos manufacturados intensivos em trabalho, nas décadas de 1960 e 1970, permitiram à Coreia do Sul e Taiwan, Província da China, importar e adaptar as tecnologias necessárias para diversificar os seus sectores industriais, aumentar a produtividade, e entrar em áreas de maior valor acrescentado do comércio mundial.²⁰ Igualmente, o crescimento das exportações, aliado ao investimento estrangeiro, financiou a importação de tecnologias que têm permitido às empresas chinesas competir com êxito nos mercados locais e internacionais.

Tal como qualquer mudança tecnológica, reestruturação, ou reforma que afecte os mercados nacionais, uma maior abertura do comércio pode dar lugar à desorganização e a custos de ajustamento. A participação no comércio pode produzir derrotados e vencedores. Na perspectiva do desenvolvimento humano, o desafio é tirar partido das novas oportunidades que o comércio proporciona, assegurando ao mesmo tempo

que os benefícios são amplamente distribuídos e que as populações vulneráveis são protegidas dos custos. Os seis elementos discutidos a seguir fazem parte das necessidades fundamentais.

Desenvolver uma política industrial e tecnológica activa

O sucesso nos mercados globais depende cada vez mais do desenvolvimento de capacidades industriais. Numa economia global baseada no conhecimento, o trabalho barato e as exportações de produtos primários, ou de produtos montados simples, são insuficientes para apoiar a subida dos níveis de vida. A subida na cadeia de valor depende da gestão do processo de adaptação e melhoramento das novas tecnologias. Esta é uma área em que o fracasso de mercado é generalizado. Os mercados livres podem não dar os sinais correctos para o investimento em novas tecnologias quando há custos de aprendizagem elevados e imprevisíveis. Além disso, as empresas dos países em desenvolvimento enfrentam desvantagens estruturais, como falta de informação, mercados de capitais fracos e instituições de apoio frágeis.

A maioria dos exemplos de integração bem sucedida nos mercados globais tem envolvido a acção governamental para ultrapassar o fracasso de mercado.²¹ Os governos da Coreia do Sul e Taiwan, Província da China, entre a primeira geração dos “tigres” da Ásia Oriental, criaram incentivos para o desenvolvimento de capacidade tecnológica local através da restrição das importações, encorajamento da engenharia inversa das tecnologias importadas e regulamentação

do investimento estrangeiro. A China seguiu um caminho muito semelhante. Aos investidores estrangeiros dos sectores do automóvel e electrónica, têm sido exigidas transferências de novas tecnologias, formação de trabalhadores domésticos e utilização de componentes locais. As políticas de compras do Governo têm sido utilizadas para criar incentivos. Para se qualificarem para os contratos governamentais, os fabricantes estrangeiros de *software* têm de transferir tecnologias fundamentais para a China, investir uma proporção mínima dos seus rendimentos no país e suportar 50% dos custos de desenvolvimento dos produtos de *software* elegíveis.

Gerir a abertura

Se a abertura, tal como é medida pelo rácio entre comércio e PIB, fosse um indicador de progresso do desenvolvimento humano, a América Latina seria uma estória de sucesso incontestável. A região liderou o mundo na liberalização do comércio. Contudo, os resultados têm sido desanimadores. Após uma década de rendimentos decrescentes, nos anos de 1980, o crescimento económico per capita na segunda metade da década de 1990 foi pouco mais de 1%.²² A maior abertura no México tem sido associada a reduções negligenciáveis da pobreza e níveis elevados de desigualdade. A liberalização rápida das importações na agricultura marginalizou em particular os pobres rurais, devido em parte aos níveis elevados da desigualdade inicial. O contraste com o Vietname é gritante. Partindo de níveis muito mais baixos de rendimento médio, a abertura no Vietname contribuiu para um desenvolvi-

Caixa 4.2 Vietname e México: uma estória de dois globalizadores

Tanto o Vietname como o México estão na primeira divisão dos “novos países em globalização”, medidos segundo os indicadores económicos normais. Medidos segundo os indicadores de desenvolvimento humano, estão em ligas diferentes. Uma participação mais profunda no comércio internacional sustentou rápidos progressos no Vietname. No México, o “êxito” das exportações tem andado lado a lado com limitados progressos no desenvolvimento humano (ver quadro).

Vietname. Desde a introdução das reformas de mercado no fim da década de 1980, o Vietname sustentou taxas de crescimento superiores a 5% ao ano – uma das taxas mais elevadas do mundo. A participação no comércio tem sido decisiva, dando aos produtores acesso a novos mercados e a novas tecnologias. As importações e exportações têm estado a crescer a mais de 20% ao ano desde o princípio da década de 1990, com a parcela das exportações no PIB a duplicar.

O progresso do desenvolvimento humano tem acompanhado estes êxitos comerciais. Durante a década de 1990, os níveis da privação de rendimento caíram de 58% para 28%, a esperança de vida aumentou seis anos e a mortalidade infantil foi reduzida a metade. A desigualdade aumentou, mas partindo de uma base baixa. O coeficiente de Gini aumentou de 35,7 no início da década de 1990 para 37 no fim da década – continuando, contudo, a ser um dos níveis mais baixos do mundo. A classificação actual do IDH do país está 16 lugares acima da sua classificação na riqueza. Os factores que estão por trás do êxito do Vietname incluem:

- *Investimentos anteriores em desenvolvimento humano.* Antes da descolagem económica, o Vietname tinha elevados níveis de privação de rendimento, mas outros indicadores (escolarização, alfabetização e esperança de vida) eram muito mais elevados do que a média dos países ao mesmo nível do rendimento.
- *Crescimento inclusivo de base alargada.* O crescimento das exportações foi conduzido por milhões de pequenos produtores

(continua na pág. seguinte)

Integração mundial e desenvolvimento humano: uns fazem-no melhor do que outros

País	Exportações de bens e serviços (% do PIB)			PIB per capita (Dólares PPC 2002)			Taxa de pobreza extrema (%)				Parcela do rendimento dos 20% mais pobres da população (%)		Coeficiente de Gini	
	1990	2003	Crescimento anual médio 1990–2003 (%)	1990	2003	Crescimento anual médio 1990–2003 (%)	Linha de pobreza extrema nacional ^a (%)		Linha de pobreza extrema internacional (%)		1990	2002	1990	2002
							1990	2002	1990	2002				
Vietname	36,0	59,7	20,2	1.282	2.490	5,9	30,0	15,0	60,0	37,0	..	7,5	35,7 ^b	37,0
México	18,6	28,4	11,4	7.973	9.168	1,4	22,5 ^c	20,3 ^d	15,8	9,9	..	3,1	50,3 ^c	54,6 ^d

.. Não está disponível.

a. As comparações entre países não devem ser feitas, porque as linhas de pobreza nacionais variam consideravelmente.

b. Os dados são de 1993.

c. Os dados são de 1992.

d. Os dados são de 2000.

Fonte: Dados da exportação, quadro de indicadores 16; Dados do PIB per capita, quadro de indicadores 14; Dados da pobreza extrema nacional, México, Secretaría de Desarrollo Social 2005 e UN Viet Nam 2002; Dados da pobreza extrema internacional para o México, World Bank 2005d, para o Viet Nam, UN Viet Nam 2002; dados do rendimento dos 20% mais pobres da população e do coeficiente de Gini, quadro de indicadores 15.

agrícolas. A reforma económica começou com a liberalização dos mercados agrícolas. As restrições às exportações de arroz abrandaram, as restrições à importação de fertilizantes foram levantadas e os direitos de ocupação da terra foram ampliados. A subida dos preços e a queda dos custos dos *inputs* levaram a um aumento rápido do rendimento dos pequenos produtores. Os salários agrícolas, o comércio interno e a procura local subiram.

- *Empenho na equidade.* O Vietname colecta cerca de 16% do PIB na tributação do rendimento – uma parcela elevada para um país de rendimento baixo. Em consequência, o governo pôde distribuir os benefícios do comércio mais amplamente, através da despesa em infra-estruturas sociais e económicas.
- *Liberalização gradual.* Maior crescimento e promoção das exportações antecederam a liberalização das importações. As restrições quantitativas foram reduzidas a partir do meio da década de 1990, mas as tarifas médias mantiveram-se em cerca de 15%. Os mercados de capitais mantiveram-se fechados, isolando o Vietname do impacte da crise financeira da Ásia Oriental.
- *Diversificação do mercado.* No fim da década de 1990, o Vietname dependia quase exclusivamente das exportações de petróleo para o Japão e Singapura. Durante a década de 1990, foram promovidas políticas de diversificação das exportações (os bens manufacturados responderam agora por cerca de um terço do total) e dos mercados de exportação.

México. Na última década, o México sustentou taxas de crescimento das exportações de bens manufacturados de cerca de 26%. O país é agora responsável por cerca de metade de todos os bens manufacturados exportados da América Latina. Além disso, o crescimento das exportações tem-se concentrado em sectores tecnológicos de elevado crescimento e de elevado valor acrescentado, como os automóveis e a electrónica.

Em profundo contraste com esta estória de sucesso das exportações, o crescimento económico *per capita* atingiu uma média de 1% entre 1990 e 2003. Os salários reais estagnaram e o desemprego é mais elevado do que no início da década de 1990. A pobreza extrema foi reduzida só marginalmente, enquanto a desigualdade aumentou. As razões dos fracassos de desenvolvimento humano no México são a imagem invertida dos factores que estão por trás do êxito do Vietname.

- *Grau elevado da desigualdade inicial.* O México tem um dos mais elevados coeficientes de Gini do mundo – e este tem crescido

ligeiramente na última década. Os 10% mais pobres da população representam um quarto da parcela do rendimento nacional dos seus homólogos do Vietname. O papel do governo no desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais para um crescimento de base alargada tem sido estrangido pela fraca tributação do rendimento. O México tem um rendimento médio que é cinco vezes o nível do Vietname, mas o rácio da receita fiscal pelo PIB é mais baixo, de 13%, que é comparável ao Uganda.

- *Liberalização rápida.* Ao abrigo do Acordo Norte-Americano de Comércio Livre (NAFTA), o México tem sido uma das economias mais rapidamente liberalizadas do mundo em desenvolvimento. Nalguns sectores, a liberalização das importações complicou a pobreza. As importações de milho subsidiado provenientes dos Estados Unidos da América aumentaram seis vezes desde que começou a liberalização, em 1994, contribuindo para um declínio de 70% nos rendimentos reais de milhões de produtores de milho do México. O crescimento das exportações agrícolas tem-se concentrado em grandes explorações comerciais irrigadas, enquanto os pequenos agricultores tiveram de se ajustar à concorrência crescente das importações.
- *Política industrial fraca.* Os dados da exportação que apontam para um boom da alta tecnologia são enganadores. Metade das exportações do México tem origem na zona maquiladora do país, onde a produção é dominada pela montagem simples e pela reexportação de componentes importados. A actividade exportadora está associada a um valor acrescentado local limitado e a qualificações baixas e transferência de tecnologia. A dependência em relação a um sector exportador de qualificações e salários baixos deixou o México altamente exposto à concorrência de economias de salários mais baixos, como a China. O emprego caiu em 180.000, só desde 2001.
- *Desequilíbrios de poder nos mercados do trabalho.* Apesar dos aumentos sustentados da produtividade, os salários reais não cresceram com o aumento rápido das exportações, devido em parte à concentração das exportações em sectores de baixo valor acrescentado. Entre os factores que contribuíram para isso estão os fracos direitos de contratação colectiva e as pressões do desemprego. E, por outro lado, a desigualdade salarial ligada à feminização da força de trabalho: em média, os salários das mulheres são 11% mais baixos do que os dos homens.

Fonte: Viet Nam 2004; IMF 2003b; Audley e outros 2003; Oxfam International 2003b.

mento humano acelerado (caixa 4.2). O Vietname teve sucesso, em parte porque o êxito das suas exportações foi baseado em reformas internas que geraram crescimento económico com equidade e, em parte, porque não procurou a maior abertura através da liberalização rápida das importações. Mais importante: o Vietname construiu a integração nos mercados globais sobre bases fortes de desenvolvimento humano.

Estes casos contrastantes sublinham a importância de ver a abertura, em particular a liberalização das importações, como uma parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza, em vez de considerá-la como um empreendimento único. Dito isto, a liberalização das importações pode ter efeitos positivos no crescimento económico e no desenvolvimento humano. Desde 1990, a Índia reduziu as suas tarifas médias de mais de 80% para 20%, permitindo que as empresas obtivessem as importações necessárias para sustentar um processo de crescimento cada vez mais dinâmico. Um dos problemas da Índia é que a liberalização das importações não foi suficientemente longe

nalgumas áreas. As taxas sobre os *inputs* da indústria são muito mais elevadas do que a média mundial, prejudicando a competitividade dos produtos que dependem de *inputs* importados.²³

Atacar a desigualdade

A participação no comércio pode exacerbar a desigualdade à medida que os pobres absorvem os custos de ajustamento da concorrência crescente das importações, enquanto os que têm activos e poder de mercado tiram vantagem das oportunidades proporcionadas pelas exportações.

O rápido crescimento das exportações não é uma panaceia para a pobreza. A vaga de exportações de têxteis e vestuário de Madagáscar, desde o fim da década de 1990, criou um grande número de empregos, mas predominantemente para operários qualificados. Resultado: desigualdade crescente e um impacte modesto na pobreza. Exportações crescentes de frutas e vegetais de elevado valor acrescentado, de países como o Quênia e Zâmbia, têm-se concentrado

Caixa 4.3 Guatemala – os limites do sucesso conduzido pelas exportações

Maiores exportações agrícolas são amplamente consideradas como um caminho para rendimentos rurais mais elevados e menos pobreza. Nalguns casos, é verdade. Mas o padrão de crescimento e distribuição também é importante.

Na última década, a Guatemala sustentou taxas de crescimento das exportações superiores a 8%, com um progresso mínimo no desenvolvimento humano. A posição do país no IDH fica 11 lugares abaixo da sua posição na riqueza económica. Embora a privação de rendimento tenha caído durante a década de 1990 de 62% para 56%, caiu muito menos do que seria previsível com base nos níveis de crescimento. Desde 2000, os níveis de pobreza extrema aumentaram. As extremas disparidades de rendimento também estão a subir: de 1989 para 2002, a parcela de rendimento dos 20% mais pobres da população caiu de 2,7% para 1,7%.

Porquê a fraca ligação entre crescimento das exportações e desenvolvimento humano? Uma razão é que as elevadas desigualdades iniciais excluem as pessoas pobres das oportunidades de mercado e limitam o desenvolvimento humano. Apesar de ser um país de rendimento médio, a Guatemala tem taxas de desnutrição que estão entre as mais elevadas do mundo e um terço da sua população é analfabeta. A desigualdade extrema estende-se à propriedade da terra. Estima-se que 2% da população são proprietários de 72% dos terrenos agrícolas, incluindo as terras mais férteis.

As exportações tradicionais – como o açúcar, carne de vaca e borracha – são dominadas por cerca de 20 a 50 famílias. No outro extremo, os pequenos proprietários constituem 87% dos agricultores, mas detêm apenas 15% da terra e têm acesso limitado ao crédito e às infra-estruturas de comercialização. Mais de metade das famílias rurais não tem terra, ou possuem menos de 1 hectare. As taxas de pobreza neste grupo são superiores a 80%.

Fonte: Krznaric 2005.

Efectivamente, os pequenos proprietários têm sido excluídos do crescimento das exportações em sectores tradicionais como o do açúcar. Embora tenham sido criados postos de trabalho, as condições de emprego são más. Três quartos dos trabalhadores agrícolas recebem menos do que o salário mínimo – uma parcela que aumenta para 82% entre os indígenas.

Os desenvolvimentos do sector não tradicional têm sido mais encorajadores. As exportações de vegetais como a ervilha forrageira aumentaram rapidamente na última década. A produção é dominada por 18.000 a 20.000 agricultores maias nas terras altas, a maioria dos quais trabalha em leiras de menos de 2 hectares.

As produções não tradicionais têm gerado elevados retornos económicos, criado emprego e fornecido oportunidade de diversificação para culturas diferentes do café. Porém, apenas 3% dos agricultores estão envolvidos no sector. Além disso, há provas de que os pequenos agricultores estão a ser empurrados para fora por grandes exportadores ligados aos mercados dos EUA. O fracasso de sucessivos governos guatemaltecos em aumentar a provisão de crédito, a cobertura de seguros e o apoio à comercialização tem limitado o potencial das exportações não tradicionais para funcionarem como força de redução da pobreza.

Não é provável que qualquer estratégia de aumento das exportações na Guatemala venha a produzir benefícios substanciais para o desenvolvimento humano sem reformas estruturais profundas que reduzam as desigualdades e ampliem as oportunidades através da redistribuição da terra e de activos produtivos, do aumento da despesa pública para os pobres e programas dirigidos, projectados para quebrar as barreiras que a população indígena enfrenta. Estas medidas irão, em última análise, exigir uma alteração na distribuição do poder político na Guatemala.

A participação no comércio cria perdedores e vencedores e traz com ela custos de ajustamento

em grandes explorações agrícolas, intensivas em capital, mas com fracas ligações ao resto da economia. Do mesmo modo, no Brasil, o quarto maior exportador agrícola do mundo, grandes fazendas comerciais e empresas agro-industriais dominam os 20 mil milhões de dólares do mercado de exportação: apenas quatro ou menos empresas representam mais de 40% das exportações de soja, sumo de laranja, aves e carne de vaca. A outra face da agricultura brasileira é marcada pela pobreza maciça. Mais de 10 milhões de pessoas das áreas rurais vivem abaixo da linha de pobreza, na sua maior parte pequenos proprietários agrícolas ou trabalhadores sem terra.²⁴ A Guatemala, outra “estória de sucesso” da exportação, é um retardatário em desenvolvimento humano (caixa 4.3).

Maior abertura ao comércio pode exacerbar desigualdades ligadas à educação. Na América Latina, profundas desigualdades nas taxas de conclusão dos ensinos primário e secundário e a conseqüente escassez de trabalhadores qualificados aumentou o valor atribuído ao ensino superior. As diferenças salariais entre pessoas com formação superior e pessoas com níveis mais baixos de escolaridade aumentaram durante a década de 1990: em média, a formação superior na América Latina gera actualmente retornos mais elevados do que nos Estados Unidos, o que aponta para um nível extraordinariamente elevado de desigualdade. Ainda que o comércio possa desempenhar um papel positivo, as políticas para ultrapassar as desigualdades estruturais são de importância capital para converter o sucesso da exportação em desenvolvimento humano.²⁵

Reduzir a vulnerabilidade

A integração nos mercados mundiais cria oportunidades, mas também cria riscos. A participação no comércio cria perdedores e vencedores e traz com ela custos de ajustamento. Ajustamentos mal geridos podem infligir custos elevados de desenvolvimento humano.

Muitos países pobres e pequenos Estados insulares que dependem fortemente do comércio – especialmente do comércio de produtos primários – enfrentam elevados riscos do mercado. Estes riscos estão ligados à vulnerabilidade dos preços e ao potencial da mudança de política dos países importadores para criar choques económicos externos – um problema sentido em anos recentes por exportadores de banana e açúcar para a União Europeia. Exportadores de alguns bens manufacturados também enfrentam uma intensa vulnera-

bilidade. As exportações de vestuário criaram milhões de empregos no Bangladesh e no Nepal. Hoje, a concorrência da China ameaça destruir muitos desses empregos (caixa 4.4). A vulnerabilidade não se limita aos países pobres. Os efeitos das importações provenientes dos países em desenvolvimento nos salários e emprego dos países ricos são muitas vezes exagerados. Mesmo assim, dados dos Estados Unidos mostram que 75% das pessoas que regressaram ao mercado de trabalho, a seguir a uma perda de emprego relacionada com o comércio internacional, receberam salários mais baixos do que antes. Ao contrário dos países pobres, os países ricos têm capacidade para reduzir os custos de ajustamento para os trabalhadores, mas a maioria não consegue fazê-lo. A Lei do Ajustamento do Comércio, dos Estados Unidos, uma das poucas peças legislativas destinadas explicitamente a tratar desta questão, cobre apenas 10% dos trabalhadores afectados.²⁶

Direitos do trabalho fracos, aliados à ausência de apoios para os ajustamentos do mercado de trabalho, exacerbam os problemas de vulnerabilidade. Na América Latina, apenas 40% dos trabalhadores empregados estão protegidos por leis laborais e têm acesso aos benefícios da segurança social.²⁷ As mulheres sofrem desproporcionalmente com a fraqueza dos direitos laborais. Menos de um quarto das mulheres da indústria de frutas do Chile têm contrato, o que as expõe a níveis excessivos de risco e insegurança. Os trabalhadores das zonas de processamento de exportações têm, muitas vezes, direitos mais fracos do que os de fora: em 2003, pelo menos dezasseis países – incluindo o Bangladesh e a Malásia – caíram nesta categoria.²⁸ Direitos do trabalho fracos e discriminação contra mulheres trabalhadoras, especialmente em áreas fundamentais como a liberdade de associação e negociação colectiva, limitam a capacidade dos trabalhadores de negociar salários e condições razoáveis. O que é necessário é uma combinação do reforço dos direitos do trabalho com as instituições e políticas que possa facilitar o ajustamento e a adaptação à mudança. A teoria económica elementar ensina que o comércio pode aumentar o rendimento agregado, mesmo que parte da população possa perder por causa dos ajustamentos. Para maximizar os ganhos de bem-estar resultantes do comércio e reforçar o interesse político da participação no comércio, é importante que os vencedores compensem os perdedores. Esta compensação pode assumir várias formas, incluindo transferências entre países e políticas públicas nacionais para a criar

A eliminação das quotas de têxteis e vestuário mantidas ao abrigo do Acordo Multifibras (AMF) ilustra bem as ameaças ao desenvolvimento humano constituídas pela perda das preferências. Mal tratada como tem sido até aqui, a transição para um mercado mais liberalizado pode pôr em perigo o bem-estar de milhões de pessoas.

Ao abrigo do Acordo sobre Têxteis e Vestuário da OMC, elaborado em 1994, todas as quotas de têxteis e vestuário mantidas pelos países industrializados ao abrigo do AMF foram gradualmente suprimidas. Quando forem retiradas as últimas quotas, o choque no mercado de têxteis e vestuário, de 350 mil milhões de dólares, produzirá vencedores e vencidos. As trabalhadoras empobrecidas, que constituem dois terços do trabalho global neste sector, serão provavelmente as grandes perdedoras.

O AMF deu um forte estímulo ao desenvolvimento de indústrias num grande grupo de países. No Bangladesh, Camboja, Nepal e Sri Lanka, os sectores dos têxteis e vestuário cresceram como resultado de restrições de quotas aos produtores com custos mais baixos, como a China e a Índia. Investidores estrangeiros da China, Coreia do Sul e Taiwan, Província da China, e de outros países vieram tirar proveito do mercado protegido.

Hoje, o sector de pronto-a-vestir no Bangladesh representa mais de três quartos das exportações do país e cerca de 40% do emprego na indústria transformadora. Não contando os 1,8 milhões de trabalhadores directamente empregados pela indústria, principalmente mulheres, outros 10 a 15 milhões de pessoas são indirectamente apoiadas pelas remessas de trabalhadores para o campo e pelo emprego gerado noutros sectores. Os salários ganhos na produção de vestuário para exportação ajudam a manter as crianças na escola e ajuda os parentes do campo a satisfazer os custos da saúde e a manter a alimentação. No Nepal, a indústria emprega 100.000 pessoas e representa 40% das receitas de exportação; no Camboja, estão em jogo 250.000 empregos directos.

A abolição das preferências concedidas ao abrigo do Acordo Multifibras, em 2005, anuncia o início do que poderia ser um processo brutal de reestruturação. As projecções da OMC mostram que as quotas da China e da Índia no mercado dos EUA poderão aumentar para mais de 60% a médio prazo, ou três vezes os níveis actuais. As perspectivas para o Bangladesh são menos encorajadoras. As previsões do FMI apontam para uma redução de 25% das exportações, com perdas de 750 milhões de dólares. Países como o Nepal, Maldivas e Laos são consideravelmente menos competitivos do que o Bangladesh.

Os ajustamentos serão inevitavelmente transmitidos pelos mercados globais às empresas na forma de pressões de preços, afectando os salários e o emprego. No Bangladesh, a dimensão

dos ajustamentos poderia anular alguns dos ganhos de desenvolvimento humano documentados no Capítulo 1, com os salários mais baixos a traduzirem-se em rendimento reduzido para a educação e saúde e numa maior pressão sobre as trabalhadoras para trabalharem mais horas.

Os países industrializados contribuíram directamente para a dimensão dos custos de ajustamento. Por exemplo, em vez de eliminarem as quotas de uma maneira equilibrada ao longo do período de supressão gradual de dez anos, a União Europeia e os Estados Unidos atrasaram a eliminação das quotas, ampliando o choque em 2005.

As estratégias que poderiam ter sido postas em prática para reduzir os custos de ajustamento foram ignoradas. Veja-se o caso do Bangladesh. Quase toda a produção do sector de têxteis e vestuário é exportada para mercados protegidos da União Europeia e dos Estados Unidos. O Bangladesh continua a enfrentar taxas aduaneiras elevadas nas suas outras exportações para os mercados dos EUA, atingindo 30% nalguns produtos. Estas taxas poderiam ter sido reduzidas progressivamente, como parte da supressão gradual, para permitir um espaço de respiração protegido.

A União Europeia foi igualmente negligente. Nominalmente, o Bangladesh beneficia de acesso livre de direitos ao mercado da União Europeia, ao abrigo da Iniciativa Tudo Menos Armas, mas as regras de origem constituem uma barreira. As malhas do Bangladesh podem, em geral, satisfazer as exigências de elegibilidade porque têm uma elevada incorporação de valor acrescentado nacional. Porém, o vestuário tecido, que depende muito de *inputs* importados, tem problemas em satisfazer as exigências de valor acrescentado nacional. Muito mais de metade das exportações do Bangladesh para a União Europeia estão nesta categoria, por isso, menos de metade das exportações do Bangladesh recebe actualmente tratamento de isenção de direitos.

Tendo criado indústrias através do protecção do AMF, a União Europeia e os Estados Unidos correm o risco de perder estas mesmas indústrias através da rápida supressão das quotas. Ironicamente, a resposta de política tem sido a autorização de uma nova onda de protecção *antidumping* contra a China, sob o comando das indústrias de vestuário da Europa e dos Estados Unidos. Confrontado com a perspectiva de mais sanções, o Governo da China também introduziu uma política de tributação às exportações. Na prática, as medidas proteccionistas dirigidas contra a China têm a sua origem nos direitos adquiridos e pressões políticas. Em total contraste com a sensibilidade revelada em relação aos lóbis proteccionistas em casa, os países desenvolvidos falharam em estabelecer as mais rudimentares formas de protecção e de ajuda ao ajustamento dos perdedores da supressão do AMF.

Fonte: Page 2005; UN Millennium Project 2005g; Alexandraki e Lankes 2004; Mlachila e Yang 2004.

as condições de protecção e provisão de oportunidades aos perdedores.

Enfrentar a «maldição dos recursos»

Quando se trata de desenvolvimento humano, algumas actividades de exportação têm resultados melhores do

que outras. A riqueza do petróleo e dos minérios gerada através das exportações pode ser má para o crescimento, má para a democracia e má para o desenvolvimento.

Nos 34 países em desenvolvimento com recursos de petróleo e gás, que representam pelo menos 30% das suas ganhos de exportação, metade da sua população

Para um grupo de autodenominados comerciantes livres, os governos dos países ricos acharam difícil transformar as palavras em ações

conjunta vive com menos de 1 dólar por dia. Dois terços desses países não são democráticos.²⁹ As exportações de petróleo tornaram a Guiné Equatorial numa das economias de crescimento mais rápido do mundo, mas o país também possui o recorde do maior hiato entre a sua riqueza nacional e o índice de desenvolvimento humano (IDH), de 93 lugares. Segundo algumas estimativas, menos de 10% dos 700 milhões de dólares de receitas do petróleo da Guiné Equatorial chegam às contas do Governo. E apesar da sua riqueza em recursos naturais, Angola ocupa o lugar 160 entre os 177 países do IDH. A corrida à exploração das reservas de petróleo do Mar Cáspio levou a uma vaga de investimento estrangeiro no Azerbaijão e Cazaquistão. Entretanto, os indicadores de desenvolvimento humano têm vindo a piorar e as instituições de responsabilização pública sofrem de corrupção sistémica.

A “maldição dos recursos” funciona através do enfraquecimento de instituições, criação de incentivos económicos perversos e criação de condições para o conflito – mas pode ser quebrada com políticas sensatas e com uma governação democrática (ver capítulo 5).

Considerar os custos sociais e ambientais

Se não regulado de forma adequada, o crescimento das exportações pode minar o desenvolvimento

humano através do seu impacte no ambiente. Na década de 1990, o Bangladeche promoveu fortemente o crescimento conduzido pelas exportações de camarão de aquacultura. Hoje, as exportações de camarão ascendem a 1,1% do PIB. Investigações do Programa das Nações Unidas para o Ambiente estimam que a salinização da água, perda de terrenos de pastagem e impactes ambientais mais vastos custaram 20 a 30% do valor das exportações. Os agricultores pobres perderam terrenos de pastagem e suportaram produções mais pequenas.³⁰ No Tajiquistão, o Governo promoveu a produção intensiva de algodão através de empresas estatais. O algodão já é a terceira maior exportação do país. Porém, a incidência de doenças provenientes da água é três a nove vezes mais elevada nas áreas de cultivo de algodão. Razão: o uso mal regulado de produtos químicos tóxicos que se introduzem nas valas de irrigação utilizadas para abastecimento de água.³¹ Como estes casos mostram, os valores do crescimento das exportações não tomam em conta os custos humanos e as externalidades ambientais que enfraquecem as ligações entre comércio e desenvolvimento humano. Considerar estes custos e externalidades é uma das condições principais para que o comércio beneficie o desenvolvimento humano.

4

Regras injustas: como o sistema de comércio favorece os países desenvolvidos

A Ronda de Doha das negociações sobre o comércio multilateral proporciona aos países desenvolvidos uma oportunidade para alinharem as regras de comércio internacional e as políticas domésticas com as suas promessas de desenvolvimento. Seria irrealista esperar que a Ronda de Doha resolvesse completamente esta velha questão – mas seria desastroso para o sistema de comércio multilateral se a realização de progressos tangíveis falhasse.

Há três referências para avaliar o resultado da Ronda de Doha. Primeiro, precisa de produzir regras que ataquem as velhas práticas comerciais injustas e desequilibradas, melhorando o acesso dos países pobres ao mercado. Segundo, precisa de focar, em particular, o co-

mércio agrícola e a redução dos subsídios à agricultura. Terceiro, precisa de visitar os acordos e negociações que limitam o espaço de política disponível para os países em desenvolvimento, que ameaçam directamente o desenvolvimento humano, ou que enviesam os benefícios da integração para os países ricos. As questões levantadas pelas regras da OMC sobre o investimento e a propriedade intelectual e pelas actuais negociações sobre os serviços mostram o problema de diferentes formas.

Acesso aos mercados

Os países em desenvolvimento e as pessoas pobres precisam de ter acesso aos mercados dos países ricos

para poderem beneficiar do comércio e obter ganhos de desenvolvimento humano. Isto foi reconhecido na declaração que lançou a ronda de Doha, que incluiu uma promessa dos países ricos de “reduzir ou, se for adequado, eliminar as tarifas e as barreiras não tarifárias sobre produtos de interesse para a exportação dos países em desenvolvimento”. Para um grupo de autodenominados comerciantes livres, os governos dos países ricos acharam difícil transformar as palavras em acções.

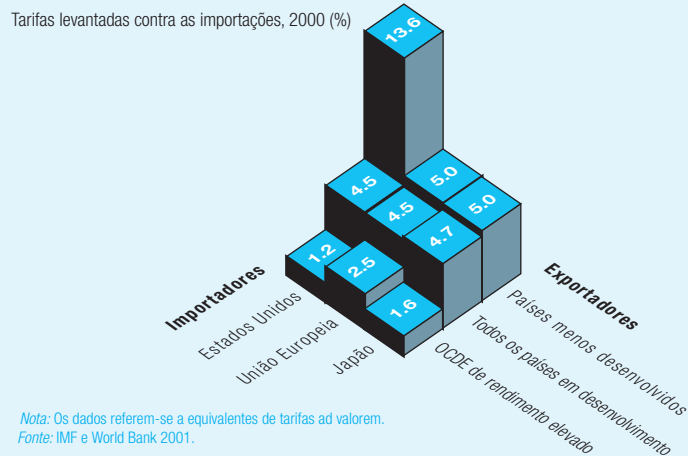
Sistema de gradação perversa

A maior parte dos sistemas de tributação começa por um princípio simples: quanto mais se ganha, mais se paga. O sistema de comércio internacional virou este princípio ao contrário: quando se trata de aceder aos mercados industrializados, quanto mais baixo o rendimento médio de um país, mais elevado é o imposto. Embora os países industrializados apliquem tarifas médias muito baixas no comércio de uns com os outros, reservam algumas das suas barreiras à importação mais altas para os países mais pobres do mundo.

Em média, os países em desenvolvimento de rendimento baixo que exportam para os países de rendimento elevado enfrentam direitos aduaneiros três ou quatro vezes superiores aos das barreiras aplicadas no comércio entre países de rendimento elevado (figura 4.9).³² A média esconde diferenças muito grandes entre países e os direitos aduaneiros muito altos sobre os produtos intensivos em trabalho de grande importância para o emprego nos países em desenvolvimento. Por exemplo, enquanto a média dos direitos aduaneiros sobre importações provenientes dos países em desenvolvimento é de 3,4%, o Japão impõe um direito de 26% ao calçado queniano. A União Europeia tributa as importações de vestuário indiano em 10% e o Canadá aplica direitos de 17% ao vestuário da Malásia.³³

A capacidade de pagar dos parceiros comerciais tem pouca incidência no desenho das pautas aduaneiras dos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento respondem por menos de um terço das importações feitas pelos países desenvolvidos, mas pagam dois terços das receitas de direitos colectadas. Também respondem por dois terços das importações feitas pelos países desenvolvidos sujeitas a direitos superiores a 15%.³⁴ Em termos concretos, isto significa que o Vietname paga 470 milhões de dólares de im-

Figura 4.9 Gradação perversa nos impostos do comércio

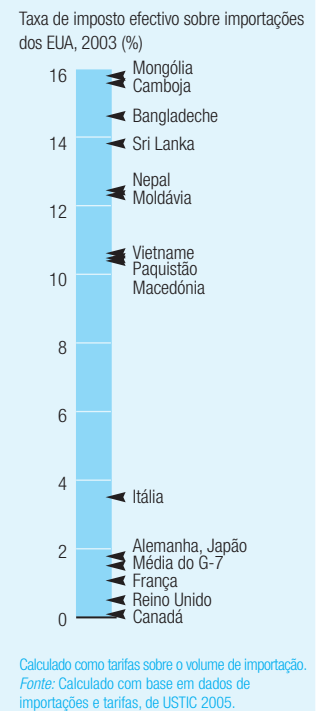


postos sobre os 4,7 mil milhões de dólares de exportações para os Estados Unidos, enquanto o Reino Unido paga praticamente a mesma quantia sobre exportações de 50 mil milhões de dólares.³⁵ A colecta de receitas aduaneiras como parte das importações ilustra claramente a tributação perversa em acção (figura 4.10). Os direitos efectivos das importações dos Estados Unidos para países como o Vietname e o Bangladesh são cerca de dez vezes mais elevados do que para a maioria dos países da União Europeia (figura 4.11).

Os direitos progressivos são uma das formas mais perniciosas de tributação perversa. Os países desenvolvidos aplicam normalmente direitos baixos às matérias-primas primárias, mas taxas rapidamente crescentes aos produtos intermédios ou finais.³⁶ No Japão, os direitos sobre produtos alimentares processados são 7 vezes mais elevados do que sobre produtos primários; no Canadá, são 12 vezes mais elevados. Na União Europeia, os direitos sobem de 0 para 9% sobre a pasta de cacau e para 30% sobre o produto final.

Esta estrutura tarifária impede os países em desenvolvimento de acrescentar valor às suas exportações. Os direitos progressivos são desenhados para transferir valor dos produtores dos países pobres para os processadores agrícolas e os retalhistas dos países ricos – e funcionam. Isto ajuda a explicar a razão porque 90% da semente de cacau mundial é cultivado nos países em desenvolvimento, enquanto apenas 44% do licor de cacau e 29% das exportações de cacau em pó têm origem nesses países. Os direitos progressivos ajudam a confinar países como a Costa do Marfim e Gana à exportação de semente de cacau não processado, fechando-os num mercado de cacau primário volátil e de baixo valor acrescentado. Entretanto, a Alemanha

Figura 4.10 Tributação perversa em operação



Na prática, as regras de origem da União Europeia têm consequências proteccionistas

é o maior exportador mundial de cacau processado e as empresas europeias obtêm o grosso do valor final da produção de cacau de África.

Além de enfrentarem barreiras elevadas nos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento também impõem barreiras comerciais elevadas ao comércio de uns com os outros. Na verdade, até impõem direitos mais elevados às importações provenientes dos outros países em desenvolvimento do que os direitos impostos pelos países desenvolvidos. Por exemplo, os direitos médios sobre os países de rendimento baixo e médio que exportam para a Ásia do Sul são de mais de 20%. Os picos tarifários (direitos de importação superiores a 15%) também são comuns em países em desenvolvimento, subindo para mais de 100% no caso do Bangladesh e da Índia, por exemplo. As exportações dos países menos desenvolvidos para outros países em desenvolvimento enfrentam barreiras tarifárias médias das mais elevadas do comércio mundial. Numa base regional, as tarifas médias mais elevadas são os direitos de importação de 18% da África Subsariana e de 15% na Ásia do Sul. Os direitos elevados explicam em parte a razão porque o comércio intra-regional representa menos de 1% do PIB na Ásia do Sul e 5% na África Subsariana, comparado com os 25% da Ásia Oriental. A liberalização do comércio regional no interior do Mercado Comum da África Oriental e Austral, desde 2000, levou a um acentuado crescimento do valor do comércio, com as importações e as exportações a crescerem de 4,5 mil milhões de dólares em 2002 para 5,3 mil milhões, só em 2003.

Arranjos de comércio preferencial e erosão das preferências

Os arranjos de comércio preferencial dão a alguns países uma protecção contra alguns direitos de importações discriminatórios. A União Europeia concede preferências aos países menos desenvolvidos através da iniciativa Tudo menos Armas – uma provisão de acesso ao mercado sem direitos e sem quotas introduzida em 2001. A Lei do Crescimento e Oportunidade para África (AGOA), dos Estados Unidos, que dá acesso preferencial aos mercados americanos para vários produtos, incluindo têxteis e vestuário, tem impulsionado a exportação de vestuário de alguns países de África. Mais geralmente, porém, os arranjos de preferências sofrem muitas vezes de cobertura limitada de produtos, incerteza quanto à sua duração e complexas exigências de elegibilidade.

Entre as mais onerosas dessas exigências estão as regras de origem, as quais especificam que valor deve ser acrescentado a quaisquer *inputs* usados para produzir exportações com direito às preferências. As regras de origem são muitas vezes aplicadas como barreiras comerciais proteccionistas. Para entrar na União Europeia, os países exportadores têm de acrescentar “a maior parte” do valor aos produtos de exportação. O Canadá fixou a barra no nível mais baixo: os países exportadores têm de acrescentar apenas 25% ao valor dos *inputs* importados.

Por que é que estas diferenças aparentemente misteriosas são importantes? Veja-se a situação de um exportador de vegetais do Uganda que usa embalagens importadas do Quênia. O exportador não seria elegível para o acesso isento de direitos ao abrigo do arranjo da UE Tudo menos Armas, por causa do valor dos elementos importados. De igual modo, um exportador africano de vestuário que quisesse importar tecido da Índia para transformar em peças de vestuário teria problemas com as regras de origem da União Europeia.³⁷ A grande complexidade das regras, aliada a exigências irrealistas de valor acrescentado, mina a capacidade dos países pobres fazerem uso das preferências.

Na prática, as regras de origem da União Europeia têm consequências proteccionistas. Apenas uma pequena parte dos bens elegíveis é importada pela União Europeia numa base de isenção de direitos. Como país menos desenvolvido, o Bangladesh é elegível para o estatuto de isenção de direitos, mas menos de metade das suas exportações entram livres sem direitos.³⁸ De igual modo, só cerca de um terço das exportações elegíveis do Camboja entra na União Europeia livre de direitos.³⁹ O Senegal é nominalmente elegível para o acesso livre, mas paga um direito efectivo de cerca de 10%.⁴⁰

A alteração das regras de origem da Europa poderia abrir novas oportunidades para alguns dos países mais pobres do mundo. Quando, em 2003, o Canadá baixou as suas exigências de elegibilidade respeitantes ao valor acrescentado local, as importações do Bangladesh duplicaram num ano. De igual modo, quando os Estados Unidos eliminaram as suas regras de origem da Lei do Crescimento e Oportunidade para África, em 2001, as importações elegíveis da África Subsariana subiram acentuadamente. Em 2003, as importações aumentaram em valor, de 54 milhões de dólares para 668 milhões. Só no Lesoto foram criados mais de 10.000 empregos.⁴¹ As impor-

tações europeias provenientes da África Subsariana caíram no mesmo período (figura 4.12).

Sejam quais forem os benefícios e as limitações das preferências de comércio existentes, os países em desenvolvimento que delas beneficiam arriscam-se a sofrer com a sua erosão. Quando o comércio é liberalizado, as margens de preferência caem, ou desaparecem totalmente. Ao abrigo do Acordo Multifibras (AMF), alguns países em desenvolvimento – como o Bangladesh, Nepal e Sri Lanka – beneficiaram de acesso protegido a mercados de países industrializados através de um sistema de quotas. A eliminação das quotas através de um acordo de liberalização comercial da OMC expõe esses países à concorrência de fornecedores mais competitivos, como a China e a Índia. A China já está a expandir a quota de mercado, levando a uma onda de apelos à protecção das indústrias de têxteis e vestuário dos EUA e da UE, ostensivamente com base na concorrência desleal. Esses apelos estão deslocados. Não há provas fundamentadas de concorrência desleal. Além disso, se as importações chinesas tiveram um surto desde o fim das quotas do AMF, foram os exportadores dos países em desenvolvimento, e não os produtores dos países industrializados, que suportaram os custos de adaptação (ver caixa 4.4).

Algumas das maiores perdas da liberalização poderão ocorrer na agricultura. Por exemplo, as preferências de comércio da UE significam que países como as Fiji e Maurícias têm quotas para exportações de açúcar pelas quais recebem três vezes o preço corrente no mercado mundial. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima as perdas potenciais do Fiji em 2% do PIB e as das Maurícias em 4%.⁴² Para as Maurícias, isso traduz-se numa redução de um quarto da receita do Governo, ameaçando os orçamentos de sectores sociais vitais.

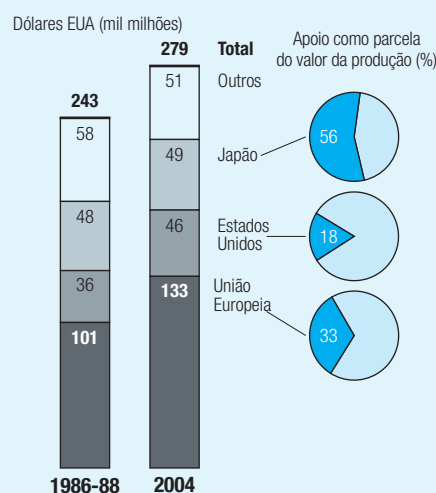
O que estes casos sublinham é que a liberalização do comércio cria ganhadores e perdedores dentro do mundo em desenvolvimento. Os países desenvolvidos estão atrasados na resposta aos desafios colocados pela erosão das preferências, mas se o desenvolvimento humano estivesse no centro das políticas comerciais, já estariam em vigor arranjos de ajuda. Apoio financeiro e outras medidas precisam de ser postas em prática urgentemente para proteger países e pessoas vulneráveis. Em termos mais amplos, o fracasso dos países desenvolvidos em alinhar as suas políticas de importação com um compromisso em relação aos ODM tem limitado a capacidade dos países pobres beneficiarem do comércio.

Comércio agrícola

A agricultura tornou-se no ponto nevrálgico das tensões na Ronda de Doha. Em jogo está uma questão que é fundamental para o desenvolvimento humano e os ODM – as regras que regem o comércio agrícola mundial. Mais de dois terços da população que vive com menos de 1 dólar por dia vivem e trabalham nas áreas rurais, como pequenos proprietários ou como trabalhadores agrícolas. As práticas de comércio injustas minam, sistematicamente, os meios de vida dessas pessoas, prejudicando o progresso no sentido dos ODM.

O problema que está no coração das negociações da Ronda de Doha pode ser resumido em poucas palavras: subsídios dos países ricos. Tendo prometido reduzir o apoio agrícola na última ronda de negociações do comércio mundial – a Ronda do Uruguai – os países mais ricos do mundo aumentaram o nível global dos subsídios aos produtores. Conduzido pelas superpotências mundiais dos subsídios agrícolas, a União Europeia e os Estados Unidos, o apoio dos países desenvolvidos à produção agrícola atinge os 350 mil milhões de dólares por ano. O apoio directo aos produtores pode ser calculado com medidas diferentes. A estimativa do apoio aos produtores produzida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) mede o custo de todas as políticas e transferências que mantêm os preços domésticos acima dos níveis mundiais, em cerca de 279 milhões

Figura 4.11 Grande e cada vez maior: o apoio dos países ricos à agricultura



Fonte: OECD 2005.

Um antigo ministro europeu da Agricultura descreveu a Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC) como parte integrante do “modelo social” da UE. Nos Estados Unidos, a controversa Lei Agrícola de 2002 foi apresentada como um investimento na agricultura familiar. Os factos contam uma história diferente.

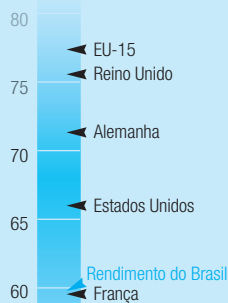
Os subsídios, na Europa e nos Estados Unidos, estão directamente ligados à produção e à dimensão da terra que se possui, com uma consequência esmagadora: quanto maior for, mais recebe. Na União Europeia, mais de três quartos do apoio da PAC vão para os 10% maiores dos receptores de subsídios. Em 2003, seis transformadores de açúcar partilharam um pagamento de 831 milhões de euros. Os Estados Unidos têm um padrão de distribuição ainda mais enviesado. Apenas 40% dos agricultores recebem algum subsídio. Dentro deste grupo, os 5% mais ricos recebem mais de metade, ou seja, cerca de 470.000 dólares cada.

Uma maneira de avaliar a equidade distributiva dos subsídios agrícolas é construir um coeficiente de Gini para o apoio governamental. Medida desta forma, a distribuição de subsídios da UE e dos EUA é mais desigual do que a distribuição do rendimento nos países mais desiguais do mundo, pondo em causa a ideia de que os subsídios desempenham um importante papel de bem-estar (ver figura). O coeficiente de Gini do subsídio para a União Europeia é 77; o coeficiente de Gini do rendimento para o Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, é 60. Estes números subestimam a dimensão regressiva dos subsídios agrícolas. Grande parte do valor final dos subsídios é capitalizada em preços e rendas crescentes da terra, ou convertida em lucros para os fornecedores de inputs. Os agricultores dos Estados Unidos só retêm cerca de 40% do valor dos pagamentos governamentais.

Fonte: Burfisher e Hopkins 2003; Oxfam International 2004a; Environmental Working Group 2005.

Os subsídios são fortemente enviesados para as maiores propriedades agrícolas

Coefficiente de Gini dos subsídios das propriedades, 2001



Fonte: Samman 2005b; dados do Brasil são do quadro de Indicadores 15

de dólares, ou um terço do valor da produção – e aumentando para mais de um meio, no caso do Japão (figura 4.11)⁴³. Este apoio surge sob várias formas, a maior parte das quais tem o efeito de subir os preços, aumentar o produto e impulsionar as exportações. Os direitos sobre as importações, que ascendem a mais de 100% para vários produtos – incluindo o arroz, açúcar e frutas e frutos secos⁴⁴ – mantêm os preços domésticos acima dos níveis mundiais de mercado, ao mesmo tempo que as transferências orçamentais inflacionam os rendimentos. Muitos governos dos países desenvolvidos ficariam com uma fraca impressão de qualquer país em desenvolvimento que contemplasse direitos e subsídios desta dimensão, mas quando se trata da agricultura, os países desenvolvidos conseguem fixar os seus próprios padrões.

Alguns líderes políticos dos países desenvolvidos procuram justificar o apoio agrícola por referência ao desenvolvimento rural e aos interesses de comunidades vulneráveis dos seus países. Há poucas provas para apoiar esta justificação. No mundo real, os ganhadores do ciclo anual de subsídios de vários milhares de milhões de dólares são os grandes agricultores, as grandes empresas com interesses em negócios agrícolas e os proprietários rurais. Pesquisas realizadas para este relatório estimam que a distribuição de subsídios nos países ricos é mais desigual do que a distribuição do rendimento no Brasil (caixa 4.5). Seria difícil desenhar um sistema mais regressivo – ou menos eficaz – de transferência financeira do que o sistema de subsídios agrícolas actualmente existente.

O compromisso financeiro com um pequeno grupo de beneficiários de rendimento extremamente elevado dos países desenvolvidos, pode ser analisado em perspectiva com as necessidades financeiras dos ODM. Os países ricos gastam pouco mais de mil milhões de dólares por ano na ajuda à agricultura dos países em desenvolvimento e pouco menos de mil milhões de dólares por dia a apoiar os seus próprios sistemas agrícolas. Por uma fracção do que os países ricos gastam a subsidiar o excesso de produção de colheitas como o arroz e açúcar, seria possível satisfazer as necessidades de financiamento para atingir os ODM em áreas como a educação, saúde e água. Para piorar as coisas, os subsídios nos países ricos não só desviam recursos, mas também reforçam a pobreza rural nos países pobres. Os países industrializados estão presos num sistema que desperdiça dinheiro em casa e destrói os meios de subsistência no estrangeiro. Quando se trata do comércio agrícola mundial, o êxito do mercado é determinado, não pela vantagem comparativa, mas pelo acesso comparativo aos subsídios – uma área em que os produtores dos países pobres são incapazes de concorrer.

Níveis elevados de apoio agrícola traduzem-se numa produção mais elevada, menos importações e mais exportações do que seria possível de outra maneira. Esse apoio ajuda a explicar porque razão os países industrializados continuam a dominar o comércio agrícola mundial. No fim da década de 1990, os países desenvolvidos representavam dois terços das exportações agrícolas mundiais – a mesma quota de 1980.⁴⁵ As comunidades rurais dos países em desenvolvimento são prejudicadas por vários canais. As exportações subsidiadas eliminam essas comunidades dos mercados globais e locais, fazendo cair os rendimentos recebidos pelos agricultores e os salários auferidos pelos trabalhadores agrícolas. Entretanto, os

produtores à procura de acesso aos mercados dos países industrializados têm de escalar alguns dos mais elevados preços tarifários do comércio mundial.

Estimativas recentes sugerem que os países em desenvolvimento perdem cerca de 24 mil milhões de dólares por ano em rendimentos agrícolas devido ao proteccionismo e aos subsídios nos países desenvolvidos, sem contar com os efeitos dinâmicos e as externalidades.⁴⁶ Cada 1 dólar perdido através de políticas comerciais agrícolas injustas custa mais de um dólar nas comunidades rurais, porque a perda de poder de compra significa menos rendimento para investimento e emprego. As externalidades são muito grandes: pesquisas feitas em África sugerem que por cada dólar de acréscimo no rendimento a economia rural gera outros 3 dólares através dos mercados locais. Isto poderia sugerir que os custos reais para os países em desenvolvimento do apoio agrícola nos países ricos podem ascender a 72 mil milhões de dólares por ano – um montante equivalente à totalidade dos fluxos de ajuda pública em 2003.

A Política Agrícola Comum da UE

Nada demonstra melhor a lógica perversa dos subsídios agrícolas do que a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia – um arranjo que esbanja 51 mil milhões de dólares (43 mil milhões de euros) em apoio aos produtores. A PAC apoia um sector que representa menos de 2% do emprego, mas que absorve mais de 40% do orçamento total da União Europeia. O açúcar é primeiro entre iguais, como um estudo de caso de comportamento irracional da política pública (figura 4.12). Os agricultores e processadores recebem pelo açúcar um valor equivalente a quatro vezes o preço do mercado mundial, gerando um excedente de 4 milhões de toneladas. Esse excedente é depois lançado nos mercados mundiais a preços abaixo do custo, com a ajuda de mais de mil milhões de dólares de subsídios à exportação, pagos a um pequeno grupo de processadores de açúcar. Resultado: a Europa é o segundo maior exportador mundial de um produto em que não tem vantagem comparativa.

Os produtores dos países em desenvolvimento pagam a conta. As exportações subsidiadas de açúcar da UE baixam os preços do mercado mundial em cerca de um terço. Como resultado, os exportadores de açúcar dos países em desenvolvimento, muito mais eficientes, sofrem perdas em divisas estimadas em 494 milhões de dólares para o Brasil, 151 milhões para a África do Sul e 60 milhões para a Tailândia.⁴⁷ Entretanto, Moçambi-

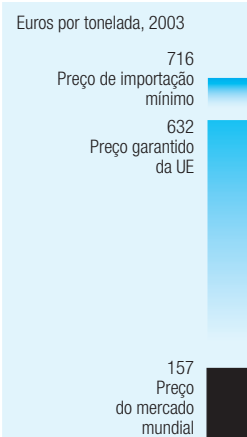
que, um país que está a construir uma indústria açucareira competitiva que emprega grande número de trabalhadores agrícolas, é mantido fora dos mercados da UE por uma quota de importação que lhe permite fornecer uma quantidade equivalente a menos de quatro horas de consumo da UE. Quando se trata de agricultura, há limites distintos para a abertura da UE.

Políticas de algodão e arroz dos EUA

A política do algodão nos Estados Unidos fornece outro exemplo de distorção subsidiada do mercado que afecta negativamente o desenvolvimento humano. Tal como em relação às políticas do açúcar da UE, a dimensão dos subsídios desafia a credibilidade. O Departamento da Agricultura dos EUA estima que os 20.000 agricultores de algodão do país irão receber, em 2005, pagamentos governamentais de 4,7 mil milhões de dólares – um montante equivalente ao valor de mercado da colheita e mais do que a ajuda dos EUA à África Subsariana⁴⁸. Subsídios desta natureza são reminiscências dos sistemas de planeamento estatal que caracterizavam a antiga União Soviética. De relevância mais directa é o efeito dos subsídios nos produtores de algodão dos países pobres.

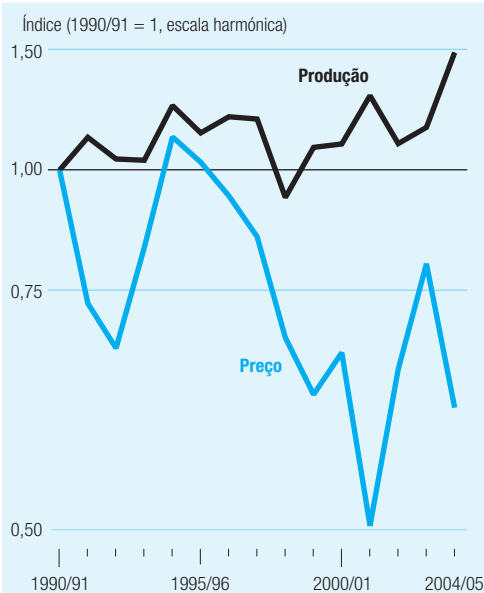
As distorções dos preços causadas pelos subsídios dos EUA têm um impacto directo nesses pequenos produtores. Estes subsídios baixam os preços mundiais

Figura 4.12 Açúcar da UE – como produzir excedentes e inundar os mercados mundiais



Fonte: Oxfam International 2004a.

Figura 4.13 Produção de algodão dos EUA – imune às oscilações dos preços mundiais



Fonte: International Cotton Advisory Committee 2005.

Os 20.000 agricultores de algodão dos Estados Unidos receberão, em 2005, pagamentos governamentais equivalentes ao valor de mercado da colheita e mais do que a ajuda dos EUA à África Subariana

de 9 a 13% e permitem que os produtores dos EUA dominem os mercados mundiais, representando cerca de um terço das exportações mundiais totais. Essas exportações não seriam possíveis sem subsídios. De facto, os elevados níveis de apoio governamental isolam os produtores americanos dos sinais do preço mundial, permitindo-lhes expandir a produção independentemente das condições do mercado. De modo perverso, o aumento dos pagamentos de subsídios, desencadeado quando os preços mundiais caíram, cria incentivos para expandir a produção durante os períodos de preços baixos, enquanto outros países suportam os custos de ajustamento (figura 4.13). Esses custos de ajustamento são muito elevados. Em 2001, quando os preços mundiais do algodão caíram para o seu nível mais baixo em cinquenta anos, as perdas atribuíveis aos subsídios dos EUA foram estimados entre 1 a 3% do PIB para países como o Burkina Faso e o Mali, na África Ocidental – uma região onde cerca de 2 milhões de pequenos agricultores dependem do algodão como a sua principal, e em alguns casos única, fonte de rendimento. Estas perdas afectaram negativamente as famílias pobres, com os rendimentos mais baixos a comprometerem a situação alimentar e os recursos disponíveis para a saúde, educação e investimento na agricultura. Só no Benim, a queda dos preços do algodão em 2001-02 esteve ligada a um aumento da pobreza de 37% para 59%.⁴⁹

Economias inteiras estão a ser desestabilizadas pelas distorções do mercado mundial do algodão, com os países pobres a suportarem a barra. Nos EUA, as exportações de algodão são de relevância marginal. No Burkina Faso, pelo contrário, o algodão representa 50% do valor das exportações e é um esteio da economia nacional. Com o mercado mundial do algodão a caminhar para outra profunda depressão do preço em 2005, o FMI calcula que o agravamento dos termos de troca reduzirá o crescimento económico do Burkina Faso em 2,5% do PIB, reduzindo para metade a taxa de crescimento projectada.⁵⁰ Este resultado tem graves implicações nos esforços para alcançar o objectivo dos ODM de reduzir para metade a privação de rendimentos. Também ameaça desestabilizar a balança de pagamentos, com insuficiente afluência de ajuda para cobrir um défice cada vez maior. O desenvolvimento humano sofrerá em consequência, quer do impacte na pobreza rural, quer da diminuição da capacidade de importar.

Nem todos os problemas dos mercados internacionais do algodão podem ser atribuídos à política agrícola dos EUA. A produção crescente em toda a

parte, especialmente na China, e os fortes subsídios da União Europeia, também contribuem.⁵¹ Porém, como os Estados Unidos são o maior exportador mundial, a sua política tem efeitos particularmente fortes no mercado global.

Não são só os pequenos agricultores envolvidos na produção de colheitas de exportação que sofrem perdas de rendimentos. As políticas de arroz prejudicam os produtores domésticos em muitos países. Entre 2002 e 2003, o arroz produzido nos Estados Unidos com custos de 415 dólares por tonelada foi exportado a 274 dólares por tonelada.⁵² Os exportadores rivais, como a Tailândia e Vietname, têm de se adaptar a esta concorrência desleal. O mesmo acontece com milhões de produtores de arroz que produzem para os seus mercados domésticos. Em países como o Gana e Haiti, produtores de arroz têm sido afastados dos mercados nacionais pelas importações provenientes dos EUA, minando as perspectivas de desenvolvimento de uma economia rural dinâmica. No Gana, os produtores de arroz da parte Norte, mais pobre do país, viram os mercados estreitarem-se com as importações baratas dos EUA. O FMI tem-se oposto ao uso de tarifas para restringir essas importações, na base de que não existem provas de concorrência desleal. Esse juízo não se ajusta com o facto de as transferências do orçamento dos EUA para o arroz terem ascendido, em 2003, a 1,3 mil milhões de dólares, ou quase três quartos do valor de produção.

Reescrever as regras para a economia

A Ronda de Doha proporciona uma oportunidade para eliminar um dos exemplos mais flagrantes de comércio injusto. Os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos podem ter uma história longa e ignóbil. Mas reduzi-los é agora mais urgente do que nunca, porque a redução eliminaria uma barreira à realização dos ODM. Infelizmente, tem havido poucos progressos nesta direcção. Desde que começou a ronda de Doha, os Estados Unidos aprovaram legislação que aumenta os apoios agrícolas em cerca de 7 mil milhões de dólares por ano.⁵³ A nova legislação também reforça os laços entre subsídios e produção, que tinham sido enfraquecidos na legislação anterior.

A última pirueta na longa saga da reforma da PAC também dá poucas razões de optimismo. Ao abrigo de medidas acordadas em 2003, a União Europeia criou um quadro que reestruturará, mas não reduzirá, o apoio global: o orçamento da PAC está preparado para aumentar na próxima década. A União Europeia ar-

Caixa 4.6 Quando é que um subsídio não é um subsídio?

A resposta à pergunta colocada no título é simples: quando os países desenvolvidos o dizem. Um problema que os países em desenvolvimento enfrentam actualmente é que os países industrializados transferiram o apoio para áreas de subsídio que estão mal cobertas pelas regras da OMC – regras elaboradas sob forte influência da UE e dos EUA.

O Acordo sobre a Agricultura da Ronda do Uruguai, amplamente negociado entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, introduziu três categorias de subsídios. Os subsídios da *Caixa Amarela* estão sujeitos a todas as reduções de apoio acordadas na OMC. Os subsídios da *Caixa Verde*, considerados como “não-distorcedores”, são permitidos. No meio, estão os subsídios da *Caixa Azul*, que estão isentos de reduções se os subsídios estiverem ligados ao abandono do cultivo numa dada terra. Estes foram introduzidos por insistência da UE para acolher a reforma da PAC, ao abrigo da qual o abandono do cultivo numa determinada proporção das terras é condição para a elegibilidade dos produtores aos pagamentos directos.

Porque é que estas distinções são importantes? Porque o quadro da OMC aplica, ou não, penalizações ligeiras sobre a forma como os governos dos países desenvolvidos canalizam os subsídios para a agricultura. Em 2001 (último ano para o qual estão disponíveis notificações da OMC), Os Estados Unidos gastaram 50 mil milhões de dólares em pagamentos da *Caixa Verde* – três vezes mais do que gastou em pagamentos da *Caixa Amarela* (ver quadro). Para não ser ultrapassada, a União Europeia gastou 50 mil milhões de dólares em pagamentos da *Caixa Verde* e da *Caixa Azul* – mais do que gastou em pagamentos da *Caixa Amarela*. Em ambos os casos, as superpotências dos subsídios foram capazes de se manter abaixo do má-

ximo estabelecido pela OMC, optando pela reestruturação em vez da redução do apoio total. O resultado final é que, para os objectivos da OMC, muitos dos subsídios que permitem que a Europa exporte cereais e que os Estados Unidos vendam arroz, algodão, milho e outras colheitas nos mercados mundiais, abaixo do custo, não são classificados correntemente como subsídios à exportação, ou distorcedores do comércio. Estão, portanto, potencialmente isentos de qualquer acordo para reduzir esses subsídios.

Alguns países em desenvolvimento já utilizaram painéis de controvérsia da OMC para pôr em causa subsídios específicos. O Brasil pôs em causa, com êxito, a classificação de pagamentos directos de algodão dos EUA como *Caixa Verde*. Brasil, Índia e Tailândia puseram em causa, com êxito, a legalidade dos subsídios de açúcar dos EUA, tendo um painel da OMC decidido que esses subsídios não estavam de acordo com as regras da OMC. Contudo, há um perigo crescente de que um acordo da OMC possa dar espaço suficiente para facilitar o apoio total à agricultura, tal como foi determinado pela estimativa de apoio ao produtor, da OCDE, para manter o apoio à volta dos níveis actuais, ainda que na forma de um novo pacote.

Um resultado como este diminuiria fortemente a credibilidade de qualquer acordo da Ronda de Doha sobre agricultura. Nem todos os subsídios são igualmente distorcedores nos seus efeitos. Porém, a transferência anual de milhares de milhões de dólares para grandes produtores agrícolas tem efeitos claramente distorcedores do mercado, mesmo que os pagamentos sejam nominalmente classificados como não-distorcedores. Esta situação é particularmente evidente nos sectores em que se produzem grandes excedentes para os mercados mundiais. No mínimo, esses pagamentos fornecem uma garantia contra o risco, recursos de capital para investimento e uma fonte de garantia para empréstimos.

Na perspectiva dos produtores de algodão de Burkina Faso, ou dos produtores de arroz do Gana, a classificação legal rigorosa dos subsídios na OMC tem menos relevância imediata do que saber se os subsídios nos países ricos minam os seus meios de vida. O problema com a estrutura actual das regras na agricultura é que ela institucionaliza as práticas de comércio injusto, por trás de uma aparência de legalidade da OMC, enfraquecendo no processo a legitimidade do sistema multilateral baseado em regras. O desenvolvimento de regras da OMC que proíbem a concorrência injusta entre países desenvolvidos e em desenvolvimento deveria ser uma das referências para o julgamento dos resultados de toda a Ronda de Doha.

Subsídios volumosos escapam à regulação da Organização Mundial do Comércio

Dólares EUA, 2001/02 (mil milhões)

	União Europeia	Estados Unidos
Caixa Amarela	44,3	14,4
Caixa Amarela máxima aprovada segundo regras OMC	75,7	19,1
Caixa Azul	26,7	0,0
Caixa Verde	23,3	50,7

Fonte: WTO 2005.

Fonte: US Department of Agriculture, Economic Research Service 2005b; Watkins 2003b.

gumenta que os pagamentos da PAC reformada serão “amigos da OMC” e, por isso, isentos de quaisquer reduções acordadas no quadro da Ronda de Doha. Como é que a reforma da PAC afectará o nível total do apoio, mantendo a política? Uma avaliação da OCDE, com base em projecções que captam o efeito da estrutura dos novos pagamentos, conclui que o apoio ao produtor continuará a ser superior a um terço do valor da produção (com o apoio estimado ao produtor caindo em cerca de 1%), como resultado da reforma.⁵⁴ Porque os pagamentos continuam ligados às produções antigas e

à dimensão do proprietário agrícola, o apoio continuará a beneficiar os agricultores maiores e mais ricos. E ainda que a estrutura de pagamentos mude, o apoio ao preço do mercado continuará a representar 52% do total, ao abrigo da reforma da PAC.

Na própria OMC, estão a aparecer novas ameaças. Em vez de encarar de frente o desafio fundamental de eliminar as distorções do mercado, os países ricos embarcaram num complexo exercício de reembaçamento dos subsídios (Caixa 4.6). O perigo, agora, é de que um acordo na OMC deixe intactas as próprias distorções

que a Ronda de Doha se destinava a eliminar, minando ao mesmo tempo as perspectivas de atingir os ODM.

Reduzir o espaço para políticas de desenvolvimento

A última ronda de negociações do comércio mundial estendeu o âmbito das regras da OMC para novas áreas. Os mecanismos de imposição também foram reforçados. Ao abrigo do novo regime, os membros da OMC têm agora de cumprir todos os acordos na forma de um

pacote – um arranjo conhecido como Compromisso Único. O cumprimento é imposto através de um procedimento de resolução de diferendos. Paralelamente ao reforço das regras multilaterais, tem havido uma proliferação de acordos regionais. Existem agora cerca de 230 acordos regionais de comércio, cobrindo cerca de 40% do comércio mundial. Em quatro áreas, em particular, regras multilaterais mais fortes, ou acordos regionais, terão uma grande incidência no desenvolvimento humano e na distribuição futura dos benefícios provenientes do comércio mundial: política industrial, propriedade intelectual, serviços, tarifas e rendimentos.

Caixa 4.7 O sector dos componentes de automóveis da Índia

Um condutor fundamental do desenvolvimento industrial é a integração das empresas locais em cadeias de oferta globais. O êxito depende decisivamente da política industrial.

A cadeia de oferta mais altamente desenvolvida é a da indústria automóvel. Na última década, empresas da Índia emergiram como uma força poderosa, especialmente no sector das componentes. Empresas indianas – como a Bharat Forge, Brakes India e Sundaram – passaram para áreas de produção de alto valor acrescentado, muitas vezes em parceria com companhias multinacionais. O contraste com a América Latina é patente. Aqui, uma indústria relativamente desenvolvida tem sido empurrada para fora dos mercados interno e regional por empresas automobilísticas estrangeiras que utilizam os seus próprios fornecedores.

Desde o início da década de 1990, uma onda de investidores multinacionais entraram no mercado indiano. A estes investidores era exigida a realização de um elevado nível de incorporação doméstica num período de tempo estipulado (normalmente, 70% em três anos). Para fazer isso, as empresas multinacionais tinham de mudar da importação de componentes para a sua aquisição em empresas locais. Isto criou incentivos para os construtores de automóveis trabalharem estreitamente com os fornecedores, de forma a melhorar os padrões de qualidade. Além disso, o Governo indiano impôs exigências de formação aos investidores multinacionais.

O sucesso das exportações seguiu-se a um período prolongado de protecção do mercado. Altas barreiras à importação criaram um incentivo para os investidores estrangeiros se localizarem na Índia e criarem alianças com firmas locais. Essas barreiras foram reduzidas lentamente, em contraste total com a América Latina. Na Índia, as tarifas sobre carros e peças importados eram, em média, superiores a 30% em meados da década de 1990, enquanto na América Latina eram inferiores a 3%.

A cadeia de oferta de componentes desenvolveu-se rapidamente. O valor da produção aumentou de 2,4 mil milhões de dólares em 1997 para 4,2 mil milhões em 2001. A Índia emergiu também como um exportador significativo. As exportações representam actualmente cerca de 15% da produção do sector, atingindo o valor de 800 milhões de dólares em 2002-2003. Comparações internacionais mostram que as empresas indianas do topo são competitivas mundialmente num amplo conjunto de produtos componentes de automóveis. As empresas locais reduziram significativamente as taxas de defeito e estão a utilizar trabalho qualificado para dominar as novas tecnologias.

Provas empíricas da investigação a nível de empresa, na Índia, sugerem que as alterações nas regras da OMC têm pouca probabilidade de corroer a posição das empresas locais. A maioria dos investidores estrangeiros relata que os fornecedores da Índia são tão eficientes como os concorrentes estrangeiros.

Restrições de incorporação nacional foram utilizadas para estimular o desenvolvimento da indústria de componentes. Políticas deste tipo nem sempre são adequadas, ou bem sucedidas. Mas, neste caso, a indústria nascente foi bem alimentada, contando com a participação das empresas de automóveis internacionais. A questão fundamental noutros casos é saber se as empresas multinacionais se abastecerão localmente, já que as regras da OMC excluem as regras de incorporação local.

Fonte: Sutton 2004; Tewari 2003.

Política Industrial

Um dos desafios mais prementes dos países em desenvolvimento é construir a capacidade para entrar em áreas de maior valor acrescentado do comércio mundial. Por razões explicadas anteriormente, uma política industrial e tecnológica activa é uma necessidade decisiva. As regras actuais restringem gravemente o âmbito da acção governamental nesta área.

Vários acordos da OMC limitam expressamente o espaço de política disponível para os governos. O Acordo sobre Subsídios torna ilegal uma vasta gama de incentivos fiscais e de crédito à exportação. Igualmente, o acordo Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio (TRIM) proíbe instrumentos que as economias bem sucedidas da Ásia Oriental e outras regiões utilizaram anteriormente para maximizar os benefícios do investimento estrangeiro, incluindo exigências de conteúdo local, transferência de tecnologia, emprego local e provisões de investigação e desenvolvimento.

Isto é injustificável. Nem toda a política industrial funcionou. Não há falta de exemplos de políticas que foram capturadas por grupos de interesse especiais, ou que conduziram a elefantes brancos industriais. Ao mesmo tempo, é difícil encontrar exemplos de sectores que concorrem com sucesso nos mercados mundiais sem o envolvimento de um Estado activo. Muitas das medidas de política que sustentaram o desenvolvimento industrial da Ásia Oriental são agora proibidas pelas regras da OMC.⁵⁵ A China fez uma utilização extensiva do conteúdo local e de provisões de transferência de tecnologia, levando à emergência de empresas globalmente competitivas, que subiram rapidamente para áreas de maior valor acrescentado do comércio mundial. A indústria aeronáutica do Brasil, a terceira maior fonte de receitas de exportação do país, foi apoiada através de crédito subsidiado. O sec-

O acordo TRIPS ameaça
alargar a divisão
tecnológica entre países
tecnologicamente ricos e
tecnologicamente pobres

tor de componentes de automóveis da Índia, de rápido crescimento, tem sido apoiado através da regulação dos investidores estrangeiros, incluindo regras de conteúdo local (Caixa 4.7). Na América Latina, onde a indústria de componentes de automóveis respeita rigorosamente as regras propostas pela OMC, as empresas domésticas têm sido quase totalmente deslocalizadas pelas companhias transnacionais estrangeiras.⁵⁶

O objectivo da política industrial deve ser a criação de condições nas quais os países podem adquirir as capacidades tecnológicas necessárias para aumentar a produtividade, maximizar as vantagens do comércio e desenvolver uma vantagem comparativa dinâmica.⁵⁷ Protecção geral e desincentivos ao investimento estrangeiro não são úteis. Para ser bem sucedida, a política industrial precisa de incidir em novos sectores dinâmicos, oferecer protecção limitada às importações e promover actividades que geram investimentos e difusão tecnológica. A interacção transparente entre organismos dos sectores público e privado é vital.

Regras amplas da OMC poderiam promover a transparência e a previsibilidade necessárias para assegurar que as políticas industriais não desencadeiam disputas de comércio, como é cada vez mais o caso entre a União Europeia e os Estados Unidos. Mas o actual regime está totalmente desfasado em relação ao que é necessário para fortalecer os laços entre comércio e desenvolvimento humano. O ponto de partida para a reforma deveria ser o reconhecimento de que o objectivo do multilateralismo não é impor regras comuns, ou um modelo de mercado livre a países com diferentes abordagens e níveis de desenvolvimento. O sistema baseado em regras poderia, então, concentrar-se nos desafios fundamentais do reforço da previsibilidade e da prevenção de conflitos.

Propriedade Intelectual

As regras da propriedade intelectual têm uma incidência importante no desenvolvimento humano. Influenciam os termos em que os países pobres podem adquirir e adaptar as novas tecnologias necessárias para elevar os níveis de vida e ter sucesso no comércio mundial. Também influenciam o acesso aos medicamentos. Quaisquer regras de propriedade intelectual têm de estabelecer um equilíbrio entre dois objectivos: criar incentivos para a inovação através de patentes e de outras medidas, e difundir o mais possível os benefícios da inovação. O acordo Direitos de Propriedade Intelectual Relacionada com o Comércio (TRIPS),

da OMC, juntamente com as variantes “TRIPS plus” dos acordos regionais e bilaterais, estabelece o equilíbrio errado entre os interesses dos detentores da tecnologia e o interesse público mais amplo.

O acordo TRIPS estabelece um regime global para os direitos de propriedade intelectual baseado no nível de protecção provido nos países mais desenvolvidos do mundo, incluindo um período de protecção de patentes de vinte anos. Reduzido ao essencial, o novo regime aumentará o preço das tecnologias patenteadas, criando ganhos para os detentores de patentes e aumentando o custo da transferência de tecnologia. As empresas dos países desenvolvidos representam, actualmente, 96% dos royalties de patentes, ou 71 mil milhões de dólares por ano.⁵⁸

O acordo TRIPS ameaça alargar a divisão tecnológica entre países tecnologicamente ricos e tecnologicamente pobres. A capacidade de copiar tecnologias desenvolvidas em países economicamente mais avançados tem sido historicamente um importante elemento, habilitando os outros países a apanhar os mais avançados. No século XIX, os Estados Unidos copiaram patentes britânicas. Na Ásia Oriental, o Japão, Coreia do Sul, Taiwan (Província da China) e a China melhoraram as tecnologias através da engenharia inversa e da cópia. O espaço para essas estratégias foi agora fechado pelos países do topo da escada da tecnologia. Com a tecnologia cada vez mais importante para a competitividade do comércio internacional, o custo crescente das importações de tecnologia poderia marginalizar ainda mais muitos países em desenvolvimento.

As ameaças ao desenvolvimento humano colocadas pelo acordo TRIPS são especialmente pronunciadas na saúde pública.⁵⁹ Os preços dos medicamentos são fortemente influenciados pelas condições em que os produtos genéricos, produzidos através da engenharia inversa, podem entrar nos mercados e concorrer com produtos de marca, ou patenteados. Por exemplo, quando a versão genérica do fluconazole, um medicamento usado no tratamento do VIH/SIDA, entrou no mercado da Tailândia, os preços caíram para 3% do nível inicial. Regras reforçadas de propriedade intelectual atrasarão a entrada de medicamentos genéricos, fazendo subir os preços. A procura de medicamentos é altamente sensível ao preço nos países pobres, onde as famílias pagam três quartos do custo dos medicamentos. Uma estimativa para a Índia sugere que os custos para as famílias, associados aos preços mais elevados dos medicamentos, subirão cerca de 670 milhões de

Simplificar as restrições aos movimentos temporários do trabalho ofereceria aos países em desenvolvimento ganhos enormes

dólares, quase o dobro da despesa actual com a totalidade dos medicamentos antibacterianos.⁶⁰ Os provedores de saúde pública também terão de se adaptar a custos mais altos. Estimativas do Governo da Costa Rica sugerem que o orçamento farmacêutico teria de aumentar cinco vezes para manter a cobertura universal sem acesso aos medicamentos genéricos.

Receios de que a protecção mais forte das patentes levasse a preços mais altos dos medicamentos motivaram os governos, em 2003, a adoptar a Declaração de Doha sobre Saúde Pública. Em princípio, a Declaração reforça o direito dos países com insuficiente capacidade de produção a utilizar o licenciamento compulsivo para produzir cópias de baixo custo de medicamentos patenteados, – para promover a saúde pública. Estipula que o acordo TRIPS “não deveria impedir os membros de tomar medidas para proteger a saúde pública.”⁶¹

Resta ver se a Declaração será interpretada num espírito que reflecta este compromisso. Na sequência de pressões internacionais, as empresas farmacêuticas baixaram para o nível de custo os preços dos medicamentos usados no tratamento do VIH/SIDA. Este é um desenvolvimento encorajador. O que não é claro é se esta acção enfraquecerá a protecção da propriedade intelectual dos produtos patenteados para tratar problemas de saúde de perfil menos elevado, como a diabetes (que afecta 115 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento) e o cancro da cervical (que afecta 400.000 mulheres nos países em desenvolvimento), ou para prevenir doenças como a pneumonia (a causa de um quarto dos óbitos de crianças em todo o mundo).⁶²

Mesmo que a declaração seja interpretada como se pretendia, os países desenvolvidos estão a exigir provisões “TRIPS plus” em muitos acordos regionais. Estas provisões reforçam explicitamente a protecção concedida às empresas farmacêuticas para além das provisões OMC e circunscrevem o espaço de política dos governos. Na verdade, alguns países em desenvolvimento parecem ter adoptado estratégias de negociação comercial que aceitam uma protecção de patentes mais restritiva em troca de melhor acesso aos mercados.⁶³ Os acordos estabelecidos têm sido desiguais, reflectindo desigualdades de poder negocial (caixa 4.8).

Comércio de serviços

A liberalização do comércio de serviços beneficia potencialmente os países em desenvolvimento. O problema é que os países industrializados concentraram a sua atenção em áreas que ameaçam minar as

perspectivas de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que fracassaram na liberalização de áreas que poderiam gerar ganhos para os países pobres.

O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) estabelece o quadro para regras legalmente vinculativas na OMC. Abrange quatro “modos de oferta”: transfronteiriça (o comércio electrónico e as telecomunicações são exemplos); consumo no estrangeiro (turismo ou provisão de saúde, por exemplo); presença comercial (por exemplo, através do estabelecimento de bancos, companhias de seguros, ou instituições financeiras); e o movimento temporário de pessoas.

Os países ricos concentraram os seus esforços quase exclusivamente na presença comercial. A sua prioridade tem sido o estabelecimento de regras da OMC que impõem o direito dos bancos multinacionais, companhias de seguros e outros provedores de serviços operarem em países em desenvolvimento, em condições equivalentes às aplicadas aos nacionais. Esta estratégia negocial reflecte uma campanha sustentada de pressão dos organismos que representam provedores institucionais de serviços financeiros, para os quais essas regras proporcionariam maiores mercados globais. Os países em desenvolvimento deram prioridade a outras áreas, nomeadamente, a redução de barreiras à deslocação temporária do trabalho.

Os esforços para promover, através da OMC, a liberalização transfronteiriça dos serviços nos países em desenvolvimento estão inteiramente deslocados. Nalguns casos, a liberalização dos serviços pode oferecer benefícios. A má qualidade dos serviços é um constrangimento importante do desenvolvimento humano, do crescimento e do comércio. A presença de empresas estrangeiras na provisão de serviços pode melhorar as infra-estruturas de transportes, reduzir os custos das telecomunicações e melhorar o acesso ao crédito. Porém, a liberalização é melhor gerida através de estruturas nacionais baseadas no planeamento para os ODM e objectivos mais amplos do desenvolvimento humano, e não através de regras comerciais multilaterais. É isto que acontece, especialmente em áreas como a água, saúde e educação. O ponto de partida para qualquer regime da OMC deveria ser uma avaliação completa das implicações das regras no desenvolvimento humano, sector a sector – uma provisão que foi incluída no GATS, mas que tem sido letra morta até agora.

Os países desenvolvidos não têm querido entrar em negociações substantivas sobre o movimento temporário do trabalho, mesmo sabendo que é onde os países em

Os últimos anos marcaram uma viragem acentuada na política comercial dos EUA. Embora a OMC continue a ser uma questão importante, os acordos regionais e bilaterais de comércio livre estão a ser usados para reforçar e ampliar provisões multilaterais. As regras da propriedade intelectual têm presença predominante. Muitas das negociações que estão a ser feitas suscitam preocupações para o desenvolvimento humano.

Os acordos bilaterais com a Jordânia (2000), Vietname (2001), Chile (2003), Marrocos (2004), Austrália (2004) e o acordo regional com seis países do Acordo de Comércio Livre da América Central (CAFTA, 2004) resultaram todos em provisões “TRIPS-plus”. Embora as disposições pormenorizadas variem, três temas são recorrentes:

- *Extensão e expansão da protecção de patentes.* Tal como na OMC, todos os acordos de comércio livre têm uma provisão para protecção de patentes de 20 anos. Sob certas condições, reclamam uma extensão do período de protecção de patentes. No caso do CAFTA, por exemplo, os detentores de patentes podem pedir extensões para compensar qualquer atraso da parte dos organismos reguladores nacionais na concessão da patente. Todos os acordos de comércio livre vão além do TRIPS no reforço da protecção de patentes para plantas e animais.
- *Restrições ao uso de dados clínicos.* Antes de serem concedidas patentes aos medicamentos, as companhias farmacêuticas têm de registar os dados de experiência clínica nos organismos nacionais de registo de medicamentos. O acesso a esses dados é importante para as empresas de genéricos, para lhes permitir a produção de cópias de medicamentos patenteados sem repetirem experiências caras. O acordo TRIPS apenas diz que os governos devem impedir o “uso comercial desleal” dos dados. Pelo contrário, a maioria dos acordos de comércio livre estabelece um período de cinco anos de “exclusividade de mercado”, em linha com as leis dos EUA. Durante esse período, o acesso aos dados das experiências é proibido, atrasando potencialmente a entrada de genéricos no mercado e limitando o âmbito das licenças obrigatórias. Além disso, a exclusividade aplica-se para lá das fronteiras. As restrições aplicadas num país (por exemplo, nos Estados Unidos) têm de ser aplicadas noutra (por exemplo, na Nicarágua) e nas jurisdições de todos os acordos de comércio livre.
- *Restrições ao licenciamento obrigatório e à importação paralela.* Ao abrigo dos TRIPS, os governos podem autorizar licenças obrigatórias para permitir que as empresas de genéricos produzam cópias de baixo custo de medicamentos patenteados, para promover a saúde pública. Também podem importar produtos

patenteados que sejam mais baratos no estrangeiro do que nos mercados nacionais, um arranjo conhecido como importação paralela. Os acordos de comércio livre enfraquecem as duas disposições. Por exemplo, alguns acordos restringem o uso da licença obrigatória a situações de emergência e a casos de comprovado comportamento anticoncorrencial. É provável que o ónus sobre os países pobres em desenvolvimento para “provar” uma emergência, ou um comportamento anticoncorrencial, acabe por limitar o recurso às licenças obrigatórias. De igual modo, embora as TRIPS permitam flexibilidade aos membros da OMC na decisão de autorizar a importação paralela de medicamentos patenteados, a maioria dos acordos de comércio livre permite que os detentores de patentes proíbam isso.

O efeito global dessas disposições será a limitação da capacidade dos governos de fazer pressão sobre os preços das farmacêuticas. O perigo é que margens maiores de lucro para a indústria farmacêutica comprometerão a capacidade dos governos de enfrentar questões de saúde pública.

Alguns países em desenvolvimento têm querido comprometer-se com regras mais fortes de propriedade intelectual, ao mesmo tempo que procuram concessões noutras áreas. O acesso preferencial ao mercado dos EUA é a principal cenoura negocial, especialmente para os produtos agrícolas. Porém, o processo negocial tem produzido alguns resultados desequilibrados.

O CAFTA concede aberturas limitadas do mercado aos seis países em desenvolvimento envolvidos (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana). No caso do açúcar, uma cultura em que estes países têm uma considerável vantagem, as tarifas continuarão a ser superiores a 100% e as importações serão limitadas a uma quota de mercado de 1,7%. Entretanto, os EUA asseguraram grandes aberturas de mercado para o arroz, ganhando quotas imediatas para arroz, isentas de direitos, que aumentam 5% ao ano. Mais de um terço das exportações de arroz dos EUA entrarão agora isentas de direitos, quando anteriormente estiveram sujeitas a direitos de 15 a 60%.

Assim, na melhor das hipóteses, em troca de vantagens de mercado limitadas para a exportação de um produto de colheita produzido principalmente por grandes agricultores comerciais, os países em desenvolvimento do CAFTA concordaram em aceitar regras de propriedade intelectual que podiam comprometer a saúde pública e a inovação tecnológica e expor os produtores nacionais de arroz à concorrência fortemente subsidiada do sector do arroz dos EUA.

Fonte: Tussie 2005; Mayne 2005; US Department of Agriculture, Foreign Agricultural Service 2005.

desenvolvimento podem alcançar os maiores ganhos. Simplificar as restrições aos movimentos temporários do trabalho ofereceria aos países em desenvolvimento a oportunidade de explorar uma das suas áreas de vantagem competitiva mais forte: baixos salários ligados, em muitos casos, a elevadas qualificações. Veja-se o sector de *software* da Índia, que representa 16% das suas exportações e dá emprego a meio milhão de pessoas. Dois terços das exportações vão para os EUA e outro quarto para a Europa. Quase metade destas exportações – avaliadas em mais de 3 mil milhões de dólares em 2002 – é

entregue no local por pessoal especializado.⁶⁴ A entrega depende do acesso ao mercado.

As barreiras ao acesso incluem algumas questões relacionadas com a imigração, juntamente com exigências onerosas para a concessão de vistos.⁶⁵ Os candidatos a importadores de serviços especializados indianos são obrigados a fazer pesquisas prévias nos mercados nacionais de trabalho para provar que não há alternativa disponível de oferta de trabalho. Também têm de satisfazer exigências de paridade salarial. Isto significa que os empregadores têm de pagar o salário prevale-

Seria errado utilizar as negociações de comércio regional para pressionar os governos no sentido de uma rápida liberalização

cente no país de acolhimento (negando as vantagens de custo), enquanto os trabalhadores estrangeiros têm de contribuir para os sistemas de segurança social (para cujos benefícios não têm direito). Aos engenheiros de *software* também é exigido um mínimo de requisitos de experiência (cinco anos no Reino Unido e três anos nos Estados Unidos) e a passagem por pesados procedimentos para obter uma autorização de trabalho. Além disso, há restrições quantitativas em relação ao número de trabalhadores que podem entrar e complexos testes de “necessidades económicas” para ser aprovado.

Os controlos de imigração constituem uma barreira ainda maior à entrada de trabalho não qualificado. As diferenças de salários entre, digamos, um mecânico zambiano, ou um trabalhador agrícola hondurenho, e os trabalhadores da Europa, ou Estados Unidos, são enormes. O diferencial salarial médio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento é de 10:1 – cinco vezes o diferencial entre os preços dos produtos. Segue-se que o acesso temporário ao mercado de trabalho de salário mais elevado proporciona grandes vantagens. Essas vantagens são reduzidas pelas políticas de emigração.

O movimento temporário de trabalho poderia gerar ganhos de bem-estar muito grandes. Um exercício estimou o impacto potencial de uma transferência de trabalhadores qualificados e não qualificados do mundo em desenvolvimento em 157 mil milhões de dólares, equivalente a 3% da população activa dos países industrializados. Embora os países em desenvolvimento fossem os maiores beneficiários, os países industrializados também ganhariam através de maior crescimento e de maior colecta de receitas. Contudo, tal como no comércio, também haveria perdedores nos países desenvolvidos: os trabalhadores não qualificados que concorrem no mesmo sector do mercado de trabalho que os recém-chegados veriam os seus salários cristalizados ou mesmo reduzidos. Essas estimativas não devem ser tomadas como indicativas de resultados exactos: elas apontam meramente para ordens de grandeza. Mas para contextualizar o ganho estimado de bem-estar, um acordo na ronda de Doha que liberalizasse o comércio na agricultura e na indústria em 40% geraria um ganho de bem-estar estimado em apenas 70 mil milhões de dólares.⁶⁶

Taxas e receitas aduaneiras – Acordos de Parceria Económica

As regras de comércio multilateral e regional têm incidência directa nas taxas aduaneiras e noutras

políticas de importação – e nas receitas associadas a elas. Embora os acordos regionais que envolvem os EUA estejam em foco nos debates internacionais, as políticas da UE também são importantes.

Em 2000, a União Europeia concordou em rever o seu sistema de preferências de comércio com os países da África, Caraíbas e Pacífico, substituindo o Acordo de Cotonu por um novo conjunto de Acordos de Parceria Económica com seis regiões ACP cobrindo 76 países. O acordo, a entrar em vigor em 2008, definirá os termos do relacionamento comercial da Europa com alguns dos países mais pobres do mundo. Resta ver se esses termos serão consistentes com um compromisso com o desenvolvimento humano e os ODM.

Ao abrigo das regras da OMC, exige-se que os acordos de comércio regional estendam a liberalização a “substancialmente todo o comércio”. A União Europeia pôs esse compromisso no centro do seu mandato negocial. Para além das reduções de taxas, a União Europeia também planeia que as negociações cubram um conjunto de encargos não tarifários sobre as importações, comércio de serviços e as chamadas questões de Singapura da política de concorrência, simplificação do comércio de investimento e aquisições governamentais. Não existem planos para quaisquer provisões especiais para os países ACP para limitar as vagas de importações. Tomado como um pacote, o mandato de negociação tem potencial para produzir um resultado desequilibrado, que é mau para o desenvolvimento humano.

Vejam-se primeiro as implicações de liberalizar “substancialmente todo o comércio”. Para os países ricos, tem pouca relevância para as receitas governamentais. Na África Subsariana, pelo contrário, as taxas aduaneiras representam cerca de um terço das receitas governamentais, subindo para cerca de metade nos casos do Lesoto e Uganda. Taxas mais baixas não conduzem automaticamente a receitas mais baixas – se as importações crescerem o suficiente para compensar os efeitos das taxas mais baixas dos direitos de importação – mas o potencial para um declínio rápido das receitas é acentuado. Um estudo pormenorizado conclui que três quartos dos países ACP poderiam perder 40% ou mais das receitas fiscais, com mais de um terço a perder 60%.⁶⁷ Um resultado destes teria profundas implicações no financiamento governamental dos serviços básicos e infra-estruturas económicas.

Outros aspectos do mandato também são problemáticos. Durante a ronda de Doha, a tentativa da União Europeia de garantir um acordo da OMC sobre as questões de Singapura contribuiu para a ruptura das negociações, com muitos países em desenvolvimento – especialmente da África Subsariana – a oporem-se ao reforço das regras da OMC nessas áreas. Por razões práticas, as negociações multilaterais sobre as questões de Singapura foram suspensas. Os críticos argumentam agora que a União Europeia está a usar a sua influência negocial sobre os países ACP para contornar a oposição na OMC e desenvolver regras mais fortes através da porta traseira das negociações regionais de comércio. Igualmente, o facto de a União Europeia não permitir regras que melhorem a capacidade dos países ACP de proteger as suas economias contra vagas de importação é problemático – sobretudo no caso dos produtos subsidiados ao abrigo da PAC.

Os termos em que a União Europeia aplicará o seu mandato negocial continuam incertos. Na prática, tem opções. Embora alguns países da União Europeia tenham salientado a natureza vinculativa da exigência da OMC de liberalizar substancialmente todo o comércio, essa regra está aberta à interpretação e é improvável uma disputa na OMC. Seria errado utilizar as negociações de comércio regional para pressionar os governos no sentido de uma rápida liberalização, ainda que muitos países da África Subsariana pudessem beneficiar de taxas mais baixas, especialmente para promover o comércio intra-regional. Dado o impacto potencialmente danoso nos países ACP da abertura ao comércio agrícola subsidiado, a União Europeia também poderia permitir uma flexibilidade muito maior para dar protecção às importações ligadas aos subsídios da PAC.

Milhões de produtores de mercadorias primárias enfrentam uma depressão mais grave do que a da década de 1930

Para além das regras: produtos primários, novos porteiros e criação de capacidade

Não são apenas as regras manipuladas do sistema mundial de comércio que desequilibram a balança do poder contra os países em desenvolvimento. Mudanças estruturais profundas na economia mundial estão a reduzir as oportunidades para as economias vulneráveis garantirem os benefícios do comércio de que precisam para ajudar a pôr em marcha o desenvolvimento humano. Há duas tendências, uma antiga e outra mais recente, que estão a revelar-se particularmente exigentes. A primeira é o declínio dos preços dos produtos primários no longo prazo. A segunda é o poder crescente dos porteiros do mercado que são os supermercados. E, para além destas mudanças seculares na estrutura do comércio mundial, os países pobres, como sempre, são desafiados pelos constrangimentos de capacidade nas suas próprias economias. O que passa actualmente por criação de capacidade fica muito aquém do que é preciso.

A crise dos produtos primários

“Os preços económicos adequados deveriam ser fixados, não ao nível mais baixo possível, mas a um nível

suficiente para dar aos produtores padrões alimentares e outros adequados às condições em que vivem... e é do interesse de todos os produtores que o preço de uma mercadoria não seja empurrado para baixo desse nível, e os consumidores não devem esperar que isso aconteça.”⁶⁸ Já passou meio século desde que o economista britânico John Maynard Keynes fez estes comentários. O seu ponto de vista foi moldado pela recordação da Grande Depressão, quando o colapso dos preços das mercadorias contribuiu para a ruptura do sistema mundial de comércio, provocou desalojamentos sociais maciços e exacerbou as tensões internacionais.

Cinquenta anos depois, milhões de produtores de mercadorias primárias estão presos numa depressão mais grave do que a da década de 1930. Embora a onda de crescimento na China tenha sustentado uma recuperação dos preços de alguns produtos primários, no entanto, preços baixos e instáveis estão a minar o progresso para os ODM num grande número de países. Todavia, a crise dos mercados de produtos primários está claramente ausente da agenda do comércio internacional. Se a comunidade internacional é sincera em

relação à redução da extrema pobreza para metade e à realização dos ODM, este panorama terá de mudar.

A prolongada crise dos mercados do café mostra as consequências devastadoras da crise mais ampla dos mercados de produtos primários. Dos cafés projectados por designers, nos países de rendimento elevado, onde o preço do café e os lucros dos retalhistas são elevados, a crise do café quase não é visível. Todavia, está a destruir os meios de vida de mais de 20 milhões de famílias, para quem a pequena produção de café proporciona uma fonte crucial de rendimento.

Desde há mais de uma década, os produtores de café foram apanhados numa escada descendente de preços, produzindo cada vez mais café numa tentativa desesperada – e contraproducente – de proteger os seus rendimentos. No fim da década de 1980, os países exportadores de café receberam cerca de 12 mil milhões de dólares pelas suas exportações. Em 2003, exportaram mais café, mas receberam menos de metade do rendimento – 5,5 mil milhões de dólares. Entretanto, a economia do café nos países de rendimento elevado tem andado em sentido contrário. Desde 1990, as ven-

das a retalho aumentaram de cerca de 30 mil milhões de dólares para 80 mil milhões.⁶⁹ Os baixos preços mundiais reduziram os custos e elevaram as margens de lucro das cinco empresas de torrefacção de café que representam 50% do comércio mundial – e dos retalhistas. Entretanto, os países exportadores viram a sua parcela da despesa de consumo final cair de um terço para um treze avos.⁷⁰ Vista das quintas dos pequenos produtores de café, a mudança foi ainda mais dramática. Por cada dólar de café arábica de alta qualidade da Tanzânia vendido num café dos EUA, o agricultor recebe agora menos de 1 cêntimo (Caixa 4.9).

Os exportadores dos países em desenvolvimento absorveram enormes choques económicos resultantes da queda dos preços. Nove países da África Subariana e da América Central dependem do café em cerca de um quarto ou mais das receitas da exportação. Em cada um deles, a baixa súbita dos preços minou o crescimento e a geração de receitas decisivas para acelerar o progresso no sentido dos ODM. Porque a maioria dos produtores são pequenos agricultores, a queda dos preços afecta directamente o rendimento da família e o acesso a serviços básicos como a saúde e a educação.⁷¹

A Etiópia é um dos países mais afectados.⁷² O café é a única cultura de rendimento importante do país, fornecendo mais de 60% das divisas e mais de 10% das receitas do Governo. Cerca de um quarto da população está directa ou indirectamente envolvido na produção e comercialização de café. O que acontece nos mercados internacionais do café tem profunda incidência nas perspectivas da Etiópia de alcançar os ODM. Ao contrário dos produtores agrícolas da União Europeia e dos Estados Unidos, os agricultores da Etiópia não têm protecção contra a queda dos preços.

O choque de preços absorvido pelos produtores da Etiópia tem sido enorme. As exportações aumentaram dois terços desde meados da década de 1990, mas as receitas das exportações caíram dramaticamente (figura 4.14). Para além das implicações adversas para a balança de pagamentos e o crescimento económico, receitas mais baixas das exportações traduzem-se em oportunidades reduzidas para o desenvolvimento humano. O café, cultivado juntamente com culturas alimentares de subsistência, é a principal fonte de rendimento das famílias vulneráveis. As vendas de café financiam as despesas com a educação, saúde e outras necessidades vitais das famílias.

Estimar as perdas financeiras sofridas pelas famílias é difícil. As informações sobre a produção a nível

Caixa 4.9 A crise do café

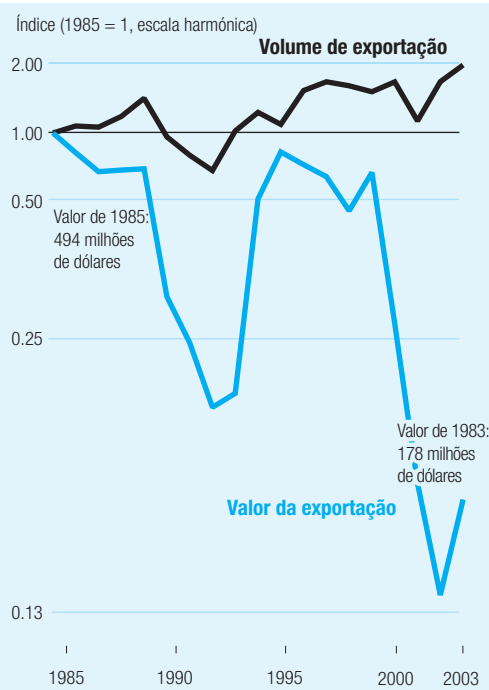
“O rendimento do café é muito importante para esta família. Utilizo-o para pagar as propinas escolares e as contas do médico e para resolver os assuntos da família. Mas agora estou a perder a esperança no café. Desapontou-me muito.”. Estas são palavras de um produtor de café do distrito de Masaka, perto do Lago Vitória, no Uganda Central. Resumem o desespero sentido por milhões de produtores.

Tal como noutros países, o café do Uganda é uma predominantemente uma colheita de pequenos agricultores. É cultivado juntamente com culturas alimentares – como batatas, milho e bananas – para fornecer uma fonte de rendimento familiar. Inquéritos aos produtores de café realizados em 1999 e 2002, cobrindo quatro regiões que representam metade da produção do país, mostram o impacto da queda dos preços. Durante a primeira metade da década de 1990, o aumento dos rendimentos das famílias entre os produtores de café – consequência da desvalorização da moeda, da tributação reduzida dos produtores e de preços mundiais estáveis – foi uma das principais forças que conduziram a redução da pobreza no Uganda. Desde 1997, à medida que os preços mundiais afundavam, os ajustamentos forçados dos agricultores começaram a inverter este progresso:

- *Dívida crescente.* Mais de um terço dos produtores de café declarou que não podia reembolsar um empréstimo devido à queda dos preços.
- *Consumo decrescente.* As famílias declararam que tinham eliminado a carne e o peixe das suas dietas e reduzido o número de refeições. No dia em que o agricultor citado no topo desta caixa foi entrevistado, os seus filhos de 10 e de 12 anos não tinham tomado o pequeno almoço.
- *Investimento decrescente.* As famílias declararam que tinham cortado a despesa com a manutenção da casa e a compra de cabras, uma importante fonte de proteínas.
- *Venda de colheitas alimentares.* As famílias declararam que tinham vendido bens alimentares para pagar os custos da saúde e as propinas escolares.

Fonte: Vargas Hill 2005.

Figura 4.14 Preços e produção de café na Etiópia



Fonte: FAO 2005.

das famílias são incompletas. Para além disso, num mercado com preços extremamente flutuantes, a escolha dos anos de referência tem grande efeito sobre as perdas estimadas. Tomando como ponto de referência o preço de 1 dólar por quilo, de 1998 (um nível que se aproxima da média dos 15 anos anteriores), utilizámos dados a nível das famílias para estimar em quanto é que o preço mais baixo de 0,30 dólares por quilo em 2003 reduziu os rendimentos das famílias produtoras de café. Os dados indicam que a família média vendeu cerca de 300 quilos de café em 2003. A perda de rendimento devida ao declínio do preço totaliza cerca de 200 dólares por família – um enorme prejuízo num país em que mais de um terço da população rural vive com menos de 1 dólar por dia. A nível nacional, o prejuízo para a Etiópia traduz-se em 400 milhões de dó-

lares.⁷³ Isto significa que em cada 2 dólares de ajuda recebida pela Etiópia em 2003, 1 dólar perdeu-se através dos preços mais baixos do café – uma perda que alarga o hiato do financiamento para alcançar os ODM.

A Etiópia não é mais do que um exemplo de um problema muito mais amplo. Na América Central, a queda dos preços produziu efeitos económicos que totalizam uma queda de 1,2% do PIB, sem ter em consideração efeitos multiplicadores. O impacto na pobreza pode ser observada através dos dados das despesas das famílias. Na Nicarágua, a incidência da pobreza extrema entre os produtores de café aumentou cerca de 5%, enquanto diminuiu 16% nas famílias que não produzem café (quadro 4.3). A queda do rendimento das famílias afectou outras áreas do desenvolvimento humano, incluindo a educação, ilustrando mais uma vez como os problemas nos mercados de produtos primários podem minar o progresso no sentido dos ODM numa extensa frente.

Tal como noutros sectores de produtos primários, os problemas que os produtores de café enfrentam são mais fáceis de descrever do que resolver. O excesso de oferta tem sido conduzido por uma intensa concorrência pela quota de mercado, produção crescente e um hiato alargado entre produção e procura, reflectido no aumento dos *stocks*. As práticas comerciais também contribuíram. Por exemplo, as empresas de torrefacção de café desenvolveram técnicas de vaporização limpa que lhes permitem substituir café de baixo valor e baixo preço por cafés de valor mais elevado, a juntar a uma diminuição do preço mundial que inflacionou as suas margens de lucro, ao mesmo tempo que remeteu milhões de produtores para a pobreza.⁷⁴

Na pressa de liberalizar os sistemas de comercialização agrícola, os doadores e os governos têm, algumas vezes, agravado os problemas dos produtores de mercadorias. Ainda que sejam ineficientes e, por vezes, corruptas, as agências estatais também forneceram aos produtores *inputs* como crédito. A perda desses serviços tem, frequentemente, tornado mais difícil a entrada

Quadro 4.1 Variações de bem-estar na Nicarágua – o custo da queda dos preços do café, 1998-2001

Variação percentual

Famílias	Taxa de pobreza	Taxa de pobreza extrema	Escolarização	Consumo per capita
Não produtoras de café	-15,0	-16,0	9,0	9,6
Produtoras de café	2,4	5,0	-7,0	-7,0

Fonte: Baseado em Vakis, Kruger e Mason 2004.

Os supermercados são agora os principais porteiros dos mercados de crescimento mais rápido no comércio de produtos agrícolas

dos pequenos proprietários nos mercados globais, especialmente no que respeita aos produtos de mais alto valor acrescentado. Na Tanzânia, a rápida liberalização da comercialização do café levou ao colapso de cooperativas que tinham mantido a qualidade através da diferenciação de preços. A bonificação do preço do café baixou subsequentemente, de forma muito mais acentuada na Tanzânia do que no Quênia, onde o mercado interno só marginalmente foi liberalizado.⁷⁵ O mesmo processo repetiu-se com o algodão. A rápida liberalização da comercialização na Tanzânia levou ao colapso do *input*, do crédito e da informação de mercado, funções anteriormente desempenhadas por agências estatais, com consequências negativas para a produção e preços de produção. Na África Ocidental, pelo contrário, o envolvimento mais activo do Estado facilitou o aumento da produtividade e manteve uma elevada bonificação do preço pela qualidade.⁷⁶

Não há soluções simples nem soluções universais para a crise que está instalada nos mercados de mercadorias primárias. Nalguns casos, é necessária uma gestão da oferta para restabelecer o equilíbrio do mercado, embora os problemas com os acordos de estilo antigo sobre produtos primários já tenham sido todos ensaiados. Instrumentos de gestão do risco baseados no mercado deram alguma protecção contra a volatilidade dos preços, mas não contra o declínio dos preços – e estender esses instrumentos aos produtores mais pobres é difícil, embora não impossível. A compensação é outra opção, usando a ajuda e o alívio da dívida para amortecer choques sobre a balança de pagamentos. O FMI tem uma Facilidade de Financiamento Compensatória, mas ela provê financiamento em condições que são inoportáveis para a maioria dos países de rendimento baixo em África.

A facilidade Flex da UE, lançada em 2000, é mais prometedora. Provê apoio orçamental na forma de donativos, mas as exigências de elegibilidade são tão restritivas que poucos países se qualificam: os países têm de suportar uma perda de 10% nas receitas totais das exportações e um agravamento comparável do défice orçamental. Como resultado, apenas 12 milhões de dólares por ano, em média, foram desembolsados em 2000-03 e só para seis dos 51 países que se candidataram.⁷⁷

O papel dos porteiros do mercado

Os debates sobre o comércio internacional tendem a convergir para o papel dos governos. Muito menos

atenção tem sido dada às distorções associadas à concentração do poder económico nas mãos dos porteiros dos mercados dos países desenvolvidos. Empresas globais de comércio e retalho desempenham um papel cada vez mais importante no sistema internacional de comércio, ligando milhões de produtores aos consumidores de todo o mundo. Essas empresas contribuem para a riqueza gerada através do comércio internacional. Mas o seu crescente poder de mercado cria uma ameaça aos esforços destinados a reforçar os laços entre comércio e desenvolvimento humano.

Os supermercados são agora os principais porteiros dos mercados da produção agrícola nos países desenvolvidos. O seu crescimento está a transformar os mercados. Vender nos mercados mundiais, em especial nos mercados de colheitas agrícolas de alto valor acrescentado, é vender cada vez mais a um punhado de grandes cadeias de supermercados. Isto tem implicações importantes para a distribuição dos rendimentos do comércio.⁷⁸

As trinta cadeias de supermercados e companhias alimentares do topo representam cerca de um terço das vendas mundiais de mercearias.⁷⁹ Nos países desenvolvidos, a quota de mercado dos maiores operadores está a aumentar rapidamente. A Wal-Mart, actualmente a maior empresa do mundo, representa mais de um terço das vendas da indústria de produtos alimentares dos EUA. No Reino Unido, os cinco maiores supermercados representam 70% ou mais das vendas de mercearias – o dobro da quota do fim da década de 1980. Desenvolvimentos paralelos estão em curso nos países em desenvolvimento. No fim da década de 1980, os supermercados representavam menos de 20% das vendas de produtos alimentares na América Latina. Essa parcela já subiu para 60%. O ritmo de mudança tem sido espantoso: numa década, a América Latina viveu um ritmo de expansão de supermercados que levou cinco décadas na Europa.⁸⁰

A concentração de poder andou a par com o desenvolvimento de sistemas globais de aprovisionamento e oferta. A Wal-Mart faz os seus aprovisionamentos em mais de 65.000 fontes. O Carrefour obtém os seus melões ao Nordeste do Brasil para abastecer as suas lojas de retalho neste país e também para os seus centros de distribuição noutros 21 países. A Royal Ahold adquire maçãs no Chile para distribuir através de um centro no Peru. Empresas como a Tesco, no Reino Unido, compram fruta e vegetais a mais de 200 fornecedores, muitos dos quais nos países em desenvolvimento.⁸¹

Estas tendências são importantes para a distribuição dos benefícios do comércio internacional por três razões interrelacionadas. Primeiro, os supermercados são os porteiros dos mercados de crescimento mais rápido no comércio agrícola mundial e dos mercados com níveis mais elevados de valor acrescentado. A participação bem sucedida nesses mercados tem potencial para gerar grandes ganhos de rendimentos para os pequenos agricultores, especialmente para os que conseguirem diversificar para fora dos mercados de produtos primárias. Segundo, a concentração da informação de poder de aquisição dá aos supermercados uma enorme capacidade de influenciar preços e os termos e condições mais gerais em que os pequenos agricultores dos países em desenvolvimento transacionam com os países ricos. Terceiro, o aparecimento de redes globais de oferta, que cobrem grande número de países, dá aos supermercados a capacidade de modificar a procura através de um grande número de fornecedores, reforçando mais o seu poder no mercado.

O modelo predominante de negócio no sector dos supermercados premia a rapidez da entrega, a alta qualidade e – acima de tudo – a intensa pressão sobre os preços. Como diz um relatório da Oxfam: “Os compradores trabalham numa cultura comercial de objectivos e incentivos de desempenho que os encoraja a pressionar os fornecedores nos preços e prazos de entrega, prestando pouca atenção às repercussões éticas ao longo da cadeia de abastecimento.”⁸² O poder de compra dos supermercados assegura que os ajustamentos aos preços mais baixos sejam transferidos para os produtores. Por exemplo, em 2002, as cadeias de supermercados do Reino Unido envolveram-se numa guerra de preços das bananas, a fruta mais popular no país. Entre 2001 e 2003, os preços ao produtor foram reduzidos em um terço, com impactos devastadores nos pequenos proprietários das Caraíbas e nos trabalhadores das plantações.⁸³

Essas tendências apontam para o perigo dos exportadores de produtos de maior valor acrescentado dos países em desenvolvimento ficarem presos ao tipo de tendências adversas dos termos de troca que os exportadores de mercadorias primárias enfrentaram. Os supermercados também estão a criar barreiras à entrada no mercado que são muito mais difíceis de transpor do que as taxas aduaneiras para os pequenos produtores. Ao mesmo tempo que os preços estão a ser comprimidos, exige-se aos fornecedores que satisfaçam padrões mais elevados do produto,

juntamente com critérios rigorosos de entrega exactamente a tempo. O cumprimento exige uma capacidade financeira e institucional que está para além dos meios dos pequenos proprietários. É o que acontece particularmente quando os supermercados atrasam os pagamentos; a prática comercial normal é pagar 45 a 60 dias depois da entrega.⁸⁴

Com os consumidores ocidentais cada vez mais preocupados com a segurança dos alimentos, os próprios supermercados estão sob pressão para garantir os padrões e a proveniência dos bens que vendem. Mas o custo da monitorização do cumprimento dos padrões sobe com o número e a dispersão geográfica dos produtores. Isso cria um incentivo para contratar com grandes centros de produção e de distribuição. O resultado é que os obstáculos à entrada no mercado são mais elevados precisamente naquelas áreas em que o comércio tem maior potencial para reduzir a pobreza.

A experiência do Quênia realça o problema. Nos últimos quinze anos, o Quênia emergiu como um dos mais dinâmicos exportadores de vegetais frescos para a União Europeia, um raro exemplo de entrada bem sucedida de um país africano em mercados de maior valor acrescentado. Porém, os pequenos proprietários estão a ser deixados para trás. Em 1997, quase três quartos das exportações hortícolas de alto valor acrescentado do Quênia foram feitas por pequenos agricultores. Em 2000, essa parcela tinha caído para 18%.⁸⁵ A maior mudança na indústria tem sido o aumento da importância das fazendas que são propriedade das principais empresas exportadoras, ou que lhes estão alugadas. Um dos factores motivadores por detrás desta mudança é a necessidade de cumprir com os padrões dos supermercados do Reino Unido, especialmente na identificação da origem. Outra é a exigência de fornecer quantidades garantidas, que os supermercados podem alterar com pouca antecedência. Olhando para o futuro, as exigências feitas pelos supermercados podem marginalizar ainda mais os pequenos agricultores, que não podem pagar a electricidade, as estufas e a iluminação artificial necessárias para fornecer um produto uniforme.

O Quênia não é um exemplo isolado. Em todo o mundo há cada vez mais provas de exclusão dos pequenos proprietários. No Brasil, a incapacidade de satisfazer padrões técnicos crescentes exigidos pelos supermercados resultou na expulsão do mercado local de 60.000 pequenos produtores de lacticínios, na se-

O acesso aos mercados é uma condição necessária mas não suficiente para a integração bem sucedida nos mercados internacionais

Invariavelmente, os produtores pobres enfrentam os mais elevados custos de comercialização

gunda metade da década de 1990.⁸⁶ À medida que os supermercados estendem a sua influência, o perigo é que se intensifique a pressão sobre os preços e que aumentem as barreiras do mercado através das exigências de normalização dos produtos.

Falta de capacidade

Os mercados de exportação podem oferecer grandes oportunidades para o desenvolvimento humano. Explorar essas oportunidades exige mais do que mercados abertos. Acima de tudo, exige uma capacidade de responder às aberturas dos mercados – e de lidar com ajustamentos. Muitos países e produtores pobres não têm essa capacidade.

O acesso aos mercados é uma condição necessária mas não suficiente para a integração bem sucedida nos mercados internacionais, como descobriu a África Subsariana. A região enfrenta as barreiras tarifárias mais baixas dos países desenvolvidos, mas isso não tem travado a sua marginalização. Uma razão são os elevados custos de comercialização – um problema ligado a instituições fracas e falta de capacidade das infra-estruturas. Os custos de transporte acrescentam 15 a 20% ao preço das exportações da África Subsariana. Correspondendo a mais do triplo da média mundial, é uma barreira que excede as taxas aduaneiras enfrentadas pelos exportadores africanos.⁸⁷ O relatório da Comissão para a África patrocinada pelo Reino Unido propôs um fundo de 10 a 15 mil milhões de dólares para vencer o défice de infra-estruturas da África, sublinhando tanto a dimensão dos problemas, como o papel decisivo da ajuda na resolução destas preocupações.

Invariavelmente, os produtores pobres enfrentam os mais elevados custos de comercialização. Muitos não têm acesso às estradas, tecnologias, informação de mercado, ou activos produtivos – terra, capital e água – necessários para ter sucesso. No Laos, quase 40% das aldeias estão a mais de 6 quilómetros de uma estrada principal e metade das estradas é inacessível durante a estação das chuvas. Isto torna difícil levar a produção aos mercados e eleva os custos dos *inputs*. Na África Subsariana, a densidade da rede de estradas rurais é de apenas 55 quilómetros por quilómetro quadrado, comparado com mais de 800 na Índia.⁸⁸ A inadequação das estradas rurais faz subir os custos de transacção, reduz os preços à saída da exploração e os retornos do trabalho, e enfraquece os incentivos do mercado. Isto ajuda a explicar por que razão não é invulgar para os pequenos

agricultores da África Subsariana receberem 10% a 20% do preço de exportação dos seus produtos, perdendo-se o restante nos custos de transporte e de mercado.⁸⁹

A um certo nível, as condições prévias do desenvolvimento humano através do comércio não são diferentes das condições do desenvolvimento humano em termos mais gerais. Sem medidas para vencer as carências e desigualdades profundas no acesso à saúde, educação e activos produtivos, a integração em mercados globais trará poucos ganhos. É por isso que a política comercial precisa de ser desenvolvida como parte de uma estratégia integrada de redução da pobreza e de desenvolvimento humano. Deixar isso ao mercado não é uma abordagem adequada.

Algumas das histórias de sucesso no comércio agrícola contêm lições importantes. No Senegal, as exportações de frutas e frutos secos aumentaram mais de 40% desde 1998, sendo os pequenos proprietários a força condutora. Foram criados mais de 10.000 postos de trabalho rurais. A chave do sucesso: uma parceria entre pequenos proprietários, Governo e o projecto autónomo Promoção das Exportações Agrícolas.⁹⁰ O projecto está a desenvolver centros de refrigeração, prover informação de mercado e reabilitar as facilidades de fretes. No Gana, cinco cooperativas de pequenos proprietários criaram uma empresa que tem estado na vanguarda do crescimento das exportações de ananases para a União Europeia e mercados regionais. Inicialmente apoiada pelo Banco Mundial, a empresa trabalha com organismos públicos e fornecedores privados na contratação de serviços técnicos para dar assistência aos agricultores na satisfação dos padrões do produto, obtenção de crédito e exportação.⁹¹ Na Índia, o Conselho das Especiarias provê uma estrutura reguladora e sistemas de comercialização que ligam 2,5 milhões de produtores aos mercados mundiais, dando apoio à comercialização, aos sistemas de gestão das pragas e à manutenção dos padrões de qualidade. Em todos os casos, as parcerias público-privado foram fundamentais para o êxito.⁹²

Assistência técnica à criação de capacidade

Desde o início da Ronda de Doha, os países em desenvolvimento comprometeram-se a aumentar os esforços na construção de capacidades para ultrapassar os constrangimentos que estavam a prejudicar o desenvolvimento das exportações dos países.⁹³ Foi desenvolvido

Caixa 4.10 Os limites da assistência técnica na criação de capacidade relacionada com o comércio

A criação de capacidade é crítica para a integração com êxito dos países em desenvolvimento no comércio mundial. Os países desenvolvidos têm feito disto uma prioridade crescente nos seus programas de ajuda. Mas a assistência técnica para a criação de capacidade sofre de várias insuficiências que minam a sua eficácia. Esta situação é particularmente evidente com as medidas da Assistência Técnica para a Criação de Capacidade Relacionada com o Comércio (TACB).

Prioridades induzidas pelos doadores. Com muita frequência, a TACB é enviesada para as prioridades negociais dos doadores. No início da Ronda de Doha, a agenda negocial da UE dava prioridade à política de concorrência, facilitação do comércio e investimento – os temas de Singapura. A maioria esmagadora dos países em desenvolvimento, especialmente da África e dos países menos desenvolvidos, rejeitou essa agenda. Mesmo assim, em 2001, os temas de Singapura representaram metade da assistência técnica total na política comercial registada pela OMC. Em contrapartida, 1% do apoio político foi orientado para as negociações sobre agricultura – uma área de preocupação vital para os países em desenvolvimento. Nos programas bilaterais, o enviesamento ocorre através da discriminação negativa (os doadores recusam-se a financiar actividades hostis aos seus interesses imediatos) e da discriminação positiva (o apoio é oferecido em áreas prioritárias para os doadores).

Aconselhamento enviesado e restrito. Na maioria das vezes, o aconselhamento da TACB é sobre a maneira de aplicar os acordos da OMC determinados pelos países desenvolvidos, incluindo grande parte da actividade realizada pela OMC ao abrigo do Fundo Fiduciário Global criado em 2001. É prestado pouco

Fonte: Deere 2005.

aconselhamento em áreas que podiam resolver desequilíbrios de poder e melhorar os objectivos de política pública.

Subfinanciamento. Alguns dos programas TACB mais eficazes sofrem de subfinanciamento crónico. Um exemplo disso é o Programa Integrado Conjunto de Assistência Técnica da OMC, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e o Centro de Comércio Internacional. Este programa é muito apreciado, em particular pelos governos africanos. Contudo, o programa é financiado actualmente através de um Fundo Fiduciário Comum de 10 milhões de dólares para 20 países – dificilmente compatível com a dimensão da desvantagem que os governos africanos enfrentam na OMC. O financiamento actual do Quadro Integrado para Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos é inferior a 6 milhões de dólares.

Ligações fracas às estratégias de desenvolvimento. Os esforços dos doadores para tornar a TACB parte integrante da cooperação para o desenvolvimento e do planeamento nacional de redução da pobreza têm ficado muito aquém das expectativas. O Quadro Integrado, para citar um caso evidente, realizou várias avaliações de diagnóstico de alta qualidade dos constrangimentos do lado da oferta, especialmente no que respeita aos pobres. Todavia, não há indícios de que as recomendações tenham sido integradas em Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, a maioria dos quais diz muito pouco acerca da política comercial. Fraca coordenação, mandatos conflitantes e sobrepostos das agências envolvidas e enviesamentos para a assistência técnica em vez do financiamento das infra-estruturas têm enfraquecido ainda mais a eficácia do Quadro Integrado.

Caixa 4.11 À pesca da coerência

Por vezes, a criação de capacidade sofre de incoerência política clara. Um exemplo evidente é dado pela política de pescas da UE no Senegal. Enquanto uma parte da ajuda da UE e da política comercial tem por objectivo apoiar a gestão sustentável dos recursos e equilibrar o crescimento da exportação com as necessidades do mercado local, a outra parte está a minar estes objectivos.

O desenvolvimento de uma indústria de exportação das pescas tem sido apoiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento, que tem financiado cerca de um terço dos custos associados com o cumprimento dos padrões de segurança alimentar da UE. As preferências comerciais da UE protegeram o Senegal da concorrência de baixo preço da Tailândia. Outros doadores da UE, juntamente com o Banco Mundial, estão a apoiar projectos destinados a melhorar a capacidade do Senegal de gerir *stocks* de pesca numa base sustentável. A União Europeia está a gastar 12 milhões de dólares para apoiar a inspecção e a monitorização. O trabalho de diagnóstico dirigido pelo Quadro Integrado para Assistência Técnica Relacionada com o Comércio destacou a importância crítica do desenvolvimento de uma capacidade nacional para monitorizar os *stocks* e controlo do acesso.

Enquanto uma parte da ajuda da UE e da política comercial visa apoiar a gestão sustentável dos recursos e equilibrar o crescimento da exportação com necessidades do mercado local, outra

parte está a minar esses mesmos objectivos. Desde 1979, a União Europeia financiou uma série de acordos para dar aos navios europeus acesso aos *stocks* de peixe do Senegal. O último acordo de “dinheiro por acesso”, uma transferência de 64 milhões de dólares que cobre o período até 2006, faz parte de uma rede mais vasta de acordos através dos quais a União Europeia tem subsidiado o acesso aos *stocks* de peixe de outros países, para compensar o excesso de pesca nas águas da UE.

Após 15 anos de “cooperação” com a União Europeia, o sector das pescas do Senegal está em profunda crise. Os *stocks* foram gravemente esvaziados, perturbando o sector artesanal, fazendo subir os preços do peixe nos mercados locais e pondo em perigo o abastecimento das fábricas de conservas que produzem para exportação. Tal como em acordos anteriores, o actual arranjo não põe limites à captura. E uma vez que não há registos de tonelagem, as autoridades senegalesas são incapazes de monitorizar os *stocks*. Isto contrasta totalmente com a gestão das pescas domésticas da União Europeia, onde são fixados limites para as capturas totais.

O resultado é que a União Europeia está a minar sistematicamente o desenvolvimento dum sistema de gestão dos recursos piscícolas. Tudo isto assenta com dificuldade nos objectivos de coerência política fixados no Tratado de Roma.

Fonte: Brown 2005; Kaczynski e Fluharty 2002; UNEP 2002; Picciotto 2004; CTA 2004; Jensen 2005.

A fachada um-país
um-voto da OMC esconde as
relações de poder desiguais
entre países ricos e pobres

um conjunto extensivo de medidas de ajuda sob a bandeira da Assistência Técnica e Criação de Capacidade Relacionada com o Comércio (TACB). Numa estimativa conservadora, cerca de 2,1 mil milhões de dólares são actualmente orientados para a TACB. 70% destes fundos são para o alívio dos constrangimentos do lado da oferta e o restante foi afectado à construção de capacidade institucional na política comercial.

Muito embora tenham sido alcançados alguns benefícios importantes, a TACB padece dos problemas de ajuda descritos com grande destaque no Capítulo 3. Há uma multiplicidade de iniciativas de assistência técnica, com fraca coordenação, financiamento limitado e, em muitos casos, apropriação limitada por parte dos governos receptores. A assistência técnica é frequentemente concedida de forma aleató-

ria, indiscriminada e isolada. Igualmente prejudicial tem sido o enfoque estreito na execução dos acordos da OMC, muitos dos quais de vantagem duvidosa para os países em desenvolvimento (Caixa 4.10).

A coerência é importante para a construção de capacidade. Com muita frequência, as políticas comerciais minam os próprios objectivos prosseguidos nos programas da TACB. Embora os programas de ajuda da União Europeia e Estados Unidos invistam no desenvolvimento de capacidade para os pequenos proprietários agrícolas, no entanto, a suas políticas comerciais minam os mercados de que dependem os meios de vida dos produtores rurais. Uma ilustração perfeita de incoerência na acção é a política de pescas da UE, que mina activamente uma indústria do Senegal apoiada através de programas de ajuda dos estados-membros da UE (caixa 4.11).

Tornar Doha uma ronda de desenvolvimento

Como se tem defendido ao longo deste capítulo, o reforço dos laços entre comércio e desenvolvimento humano exigirá acção numa ampla frente. A prioridade imediata é considerar a política comercial como uma parte central do planeamento nacional da redução da pobreza – e, depois, assegurar que as regras comerciais multilaterais e regionais apoiam prioridades de desenvolvimento humano.

A ronda de Doha – e a própria OMC – são uma parte importante deste processo mais amplo. Boas regras comerciais não resolverão muitos dos problemas mais prementes que os países em desenvolvimento enfrentam, mas boas regras podem ajudar. E más regras podem infligir graves prejuízos. A próxima reunião ministerial da OMC, em Dezembro de 2005, constituiu uma oportunidade decisiva para se adoptar um quadro negocial que corresponda ao compromisso de uma ronda de desenvolvimento. Também pode armar o cenário para futuras negociações que ponham o desenvolvimento humano – juntamente com uma liberalização progressiva e equilibrada – no centro das preocupações da OMC. Não aproveitar esta oportunidade enfraquecerá – talvez fatalmente – a legitimidade e a credibilidade já afectada da OMC.

Repensar a governação da OMC

Mudanças de regras não acontecem no vazio. São moldadas por instituições e, no caso da OMC e do comércio mundial, por relações de poder. O desafio decisivo para um sistema multilateral é prover um quadro em que as vozes dos membros mais fracos tenham peso.

Em princípio, a OMC é um organismo supremamente democrático. Ao contrário do Banco Mundial ou do FMI, as estruturas de tomada de decisão não reflectem o poder financeiro dos membros. A regra que prevalece é um país, um voto, tendo cada membro direito de veto e sendo as decisões tomadas no que parece ser uma base consensual. Em sentido formal, Benim tem o mesmo voto que os Estados Unidos e Bangladeche o mesmo que a UE.

Na prática, a fachada um-país um-voto esconde relações de poder desiguais que moldam o resultado das negociações da OMC. Alguns países são mais capazes do que outros de influenciar a agenda da OMC. Na Ronda do Uruguai, os países em desenvolvimento, a despeito de estarem em maioria, opuseram-se sem êxito à extensão das regras da OMC para áreas como a pro-

priedade intelectual, investimento e serviços. O acordo sobre agricultura deixou intacta a maioria dos programas de subsídios agrícolas da União Europeia e Estados Unidos, pela simples razão de que foi quase intitulado de acordo bilateral entre as duas partes, introduzido à força no sistema de regras multilaterais. Com efeito, as superpotências económicas do mundo conseguiram moldar as regras de modo a servir as suas políticas nacionais.

Factores institucionais exacerbam as desigualdades entre países. A capacidade de moldar os acordos depende essencialmente da capacidade dos países acompanharem negociações complexas e de âmbito alargado, uma área em que alguns países são claramente mais iguais do que outros. Em 2004, havia 33 países em desenvolvimento – 10 deles africanos – que eram membros, ou estavam em vias de aceder à OMC, mas que não tinham representante permanente. A dimensão média da missão na OMC de um país menos desenvolvido é de dois elementos especializados. No outro extremo, a UE tem 140 elementos para defender as suas posições nas negociações em Genebra. E é sem ter em conta os altos funcionários do comércio nas capitais nacionais, que multiplicariam aquele número várias vezes.⁹⁴ Enquanto alguns países em desenvolvimento – como o Brasil, China e Índia – colocam em campo grandes equipas de negociação e são participantes efectivos nas negociações, a maior parte dos países em desenvolvimento é marginalizada.

Este défice de representação é importante. Nas negociações quotidianas, conta muito o simples peso dos números e o acesso fácil às competências. A capacidade de utilizar o sistema também se reflecte nos procedimentos de diferendos: não há um único país de África que tenha ganho um processo na OMC. Corrigir estes desequilíbrios institucionais é uma exigência para criar uma democracia significativa na OMC.

Como o comércio poderia contribuir para os ODM

Regras de comércio internacional mais justas poderiam dar um forte impulso aos ODM. Gerar esse impulso exigirá maior coerência entre as políticas comerciais dos governos dos países desenvolvidos e as suas políticas e compromissos de desenvolvimento. Regras comerciais injustas e desequilibradas estão a prejudicar os esforços internacionais para atingir os ODM. A Ronda de Doha proporciona uma oportunidade para enfrentar este problema, mas pouco se

conseguiu até agora. O que é preciso é uma abordagem em dois passos para recolocar a ronda nos seus objectivos de desenvolvimento e estabelecer um quadro de desenvolvimento para futuras negociações.

Um pagamento antecipado na ronda de desenvolvimento

A reunião ministerial de Hong Kong, China (RAS), em Dezembro de 2005, proporciona uma última oportunidade para restabelecer a confiança na ronda de Doha. Essa reunião precisa de gerar resultados palpáveis e práticos. Esses resultados deveriam incluir um pagamento antecipado na ronda de desenvolvimento, em três áreas específicas: acesso aos mercados, apoio agrícola e tratamento especial e diferencial para os países em desenvolvimento.

A reunião ministerial de 2005 proporciona uma oportunidade para eliminar algumas das mais flagrantemente restrições do acesso ao mercado que limitam a capacidade dos países pobres beneficiarem do comércio. Da reunião deveria resultar um acordo sobre calendários vinculativos para:

- Eliminar os picos tarifários e diminuir a escalada tarifária, reduzindo as taxas máximas para um nível não superior ao dobro das taxas médias, até 2010.
- Executar a proposta da Comissão para África patrocinada pelo Reino Unido de aplicar acesso livre de direitos e de quotas a todas as exportações da África Subsariana de rendimento baixo e de estender este acesso a todos os países menos desenvolvidos das outras regiões.
- Flexibilizar as regras de origem, adoptando, antes de 2007, a legislação baseada na melhor prática internacional, com o objectivo de reduzir a exigência de valor acrescentado dos produtos elegíveis para 25% do valor de exportação e permitir que os países que recebem preferências se abasteçam de *inputs* em qualquer parte do mundo.

- Estabelecer, em 2006, um fundo de compensação do ajustamento ao comércio, fornecendo 500 milhões de dólares por ano, durante a próxima década, para compensar os países da erosão da preferência.

O progresso na agricultura é fundamental. As políticas dos países desenvolvidos desestabilizam e deprimem os mercados mundiais, minam a posição dos exportadores agrícolas competitivos e aumentam a pobreza rural, inundando os mercados alimentares dos países pobres com exportações subsidiadas. Após quatro anos de negociações, não se conseguiu nada.

Não foi fixado nenhum calendário para eliminar os subsídios à exportação e os países desenvolvidos estão a reestruturar os subsídios para fugirem às punições da OMC. As prioridades imediatas de um calendário de compromissos dos países desenvolvidos deveriam ser as seguintes:

- Proibição vinculativa de todos os subsídios directos às exportações, até 2007.
- Redução dos subsídios totais, até 2010, para um nível não superior a 10% do valor da produção.
- Compensação dos produtores dos países em desenvolvimento mais afectados pelas políticas agrícolas dos países desenvolvidos, nos produtos primários essenciais como o açúcar e o algodão.
- Redução faseada das tarifas de importação através da chamada fórmula suíça, que faz os cortes mais profundos nas tarifas mais elevados, com um tecto de 10%, até 2010.
- Fim das provisões da “Caixa Azul”, que permitem que os países dêem apoio agrícola ilimitado baseado no mercado.

As regras da OMC reconhecem, em princípio, que os países em desenvolvimento não deveriam ter de assumir compromissos incompatíveis com o seu estatuto económico e as necessidades de desenvolvimento. Na prática, a provisão de tratamento especial e diferenciado não proporcionou um quadro para alinhar as obrigações da OMC com um compromisso em relação ao desenvolvimento humano. Isto foi reconhecido na declaração de Doha, que pedia regras “mais precisas, eficazes e operacionais”. Porém, os países em desenvolvimento ficaram sob pressão para liberalizar as importações a uma taxa incompatível com as suas necessidades de desenvolvimento. Se a liberalização de importações pode oferecer vantagens para o desenvolvimento humano, ela deveria ser aplicada de modo sequencial e consistente com as estratégias de redução da pobreza e os ODM, com os quais as regras da OMC deveriam estar alinhadas. A reunião ministerial de 2005 proporciona uma possibilidade de elaborar essas regras para o acesso ao mercado e a agricultura. Para este fim, os países desenvolvidos deveriam concordar em:

- Limitar as exigências recíprocas para o acesso ao mercado de bens não agrícolas, permitindo que os países em desenvolvimento reduzam as tarifas médias através de uma fórmula que assegure um alto grau de flexibilidade.
- Isentar “produtos especiais” da agricultura de qualquer exigência de liberalização e permitir que os países em desenvolvimento apliquem mecanismos de salvaguarda para restringir o acesso ao mercado, quando os níveis de importação ameaçam a segurança alimentar.

- Rever as regras de acesso da OMC para garantir que os novos membros das regiões em desenvolvimento não tenham de cumprir exigências de liberalização inconsistentes com o seu estatuto de desenvolvimento.

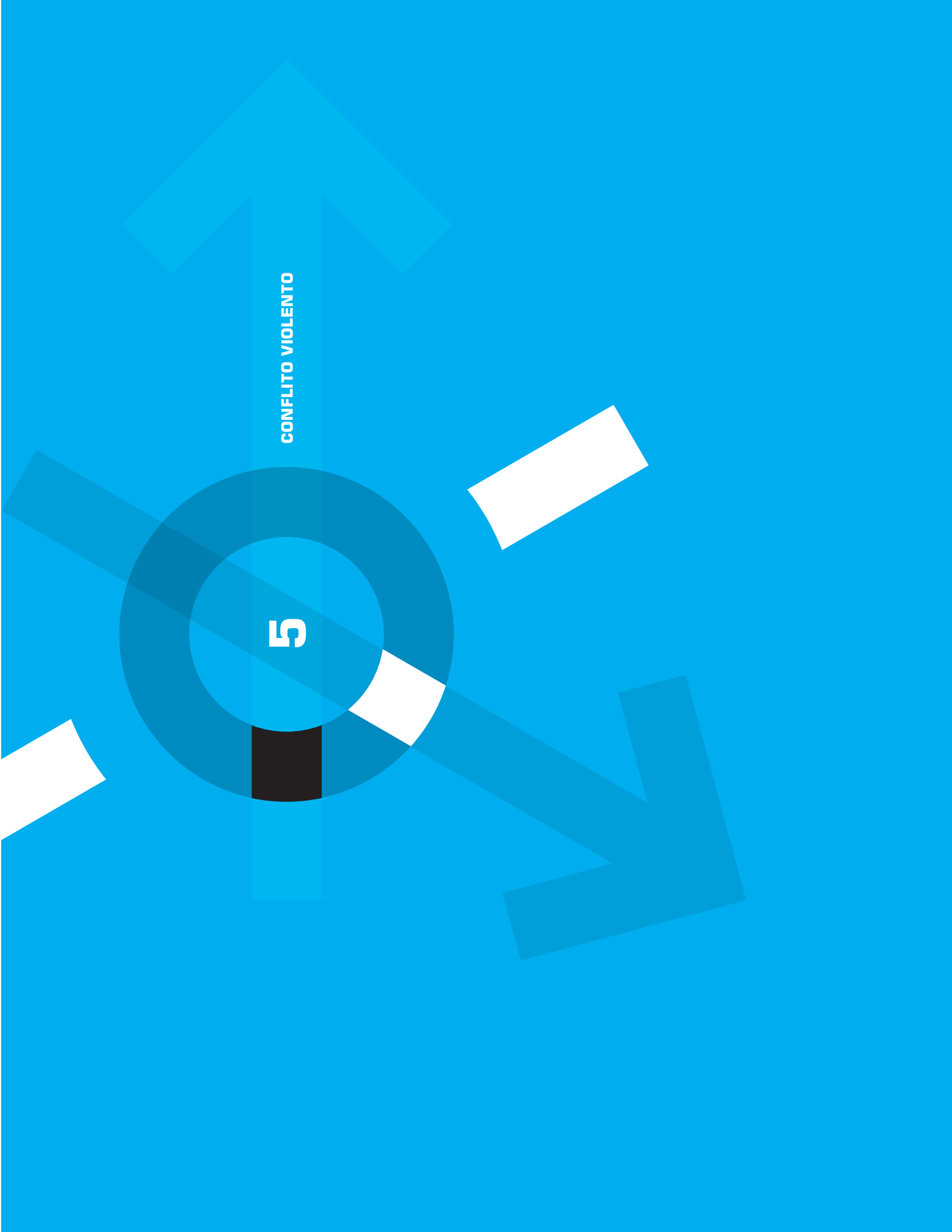
Olhar para o futuro

Seria irrealista esperar que a ronda de Doha, e muito menos a reunião ministerial de 2005, resolvesse todas as tensões entre as regras da OMC e as políticas comerciais dos países desenvolvidos, por um lado, e os ODM e objectivos mais amplas de desenvolvimento humano, por outro. Porém, as reuniões ministeriais são importantes, em parte porque podem assinalar a intenção. No actual contexto, os países desenvolvidos precisam de assinalar a sua intenção de rever acordos e reequilibrar negociações nas seguintes áreas:

- *Política industrial e tecnológica.* Deveria haver um compromisso para flexibilizar os constrangimentos impostos ao desenvolvimento de políticas industriais e tecnológicas activas, através das Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio e outros acordos.
- *Propriedade intelectual.* Provavelmente, o acordo TRIPS não deveria ter sido trazido para a agenda da OMC. Embora a protecção da propriedade intelectual seja importante, no entanto, o actual quadro sofre de um modelo de tamanho único, que não consegue ter em conta as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento. O desafio agora é reforçar as provisões de saúde pública no acordo, aumentar o âmbito da inovação tecnológica e, para os países ricos, agirem de acordo com o compromisso TRIPS de ajudar a financiar a transferência de tecnologia.
- *Serviços.* A liberalização das regras relativas aos movimentos temporários de pessoas, no quadro do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços, daria um grande contributo para se alcançar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do comércio. Os países ricos deveriam pôr em segundo plano a liberalização dos mercados de serviços nos países em desenvolvimento e, em vez disso, dar prioridade a uma liberalização faseada dos seus mercados domésticos de trabalho.
- *Produtos primários.* A crise que os produtores de mercadorias primárias enfrentam tem de ser colocada decididamente no centro da agenda do comércio internacional. Deveria ser desenvolvida uma abordagem integrada, incluindo alívio crescente da dívida, compensação, seguro de risco e, nalguns casos, gestão da oferta.

CONFLITO VIOLENTO

5



“O que começa com o fracasso em manter a dignidade de uma vida acaba frequentemente numa calamidade para toda uma nação.”

Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU ¹

Todas as mortes de civis ligadas a conflitos são uma violação dos direitos humanos. Mas o risco de violação tem grande peso nas pessoas que vivem nos países mais pobres do mundo

Se o desenvolvimento humano tem a ver com o aumento das opções e a promoção dos direitos, o conflito violento é a mais brutal supressão do desenvolvimento humano. O direito à vida e à segurança estão entre os direitos humanos mais básicos. E estão entre os direitos mais ampla e sistematicamente violados. A insegurança ligada ao conflito armado continua a ser um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento humano. É simultaneamente causa e consequência de pobreza maciça. Como diz o Secretário-Geral da ONU, “a humanidade não pode gozar a segurança sem desenvolvimento, nem o desenvolvimento sem segurança, e nenhum deles sem o respeito pelos direitos humanos.”²

Quase quinze anos após o fim da guerra fria, há a percepção de que o nosso mundo está a tornar-se menos seguro. Nos países industrializados, sondagens da opinião pública sugerem que esta percepção está ligada a receios de ameaças terroristas. Essas ameaças são reais. Todavia, também criam uma percepção distorcida da distribuição da insegurança humana. Desde 1998, o terrorismo é responsável por aproximadamente 20.000 mortes em todo o mundo.³ Entretanto, calcula-se que o conflito na República Democrática do Congo tenha causado aproximadamente 4 milhões de óbitos, na sua maioria não por balas, mas por desnutrição e doenças. No Sudão, a tragédia humanitária que prossegue nas regiões do Darfur aparece intermitentemente nas notícias mundiais, mas está a causar vítimas a uma escala que torna insignificantes as ameaças que as pessoas dos países ricos enfrentam. Todas as mortes de civis ligadas a conflitos são uma violação dos direitos humanos. Mas o risco de violação tem grande peso nas pessoas que vivem nos países mais pobres do mundo.

Desde 1900, mais de 3 milhões de pessoas morreram em conflitos armados.⁴ Quase todas as mortes directamente atribuíveis a conflitos vitimaram pessoas de países em desenvolvimento. À parte os custos humanos imediatos, o conflito violento despedaça

sociedades inteiras e podem reduzir os ganhos de desenvolvimento humano construídos ao longo de gerações. O conflito destroça sistemas alimentares, contribui para a fome e a desnutrição e mina o progresso na saúde e na educação. Cerca de 25 milhões de pessoas estão hoje desalojadas internamente por causa de conflitos ou de violações dos direitos humanos.⁵ Nove em cada dez países classificados na cauda do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) viveram conflitos violentos em algum momento da década de 90.

Os conflitos violentos nos países desenvolvidos exigem a atenção dos países ricos. A responsabilidade moral de enfrentar o sofrimento e um interesse partilhado na segurança colectiva fornecem as duas razões mais estimulantes para os países ricos participarem no desenvolvimento de uma estratégia colectiva de segurança para todos. Os direitos violados pelo conflito são direitos humanos universais, que toda a comunidade internacional tem o dever moral e legal de defender. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) dão outra razão para pôr a segurança humana nos países em desenvolvimento no centro da agenda internacional. Poucas coisas no futuro são certas. Mas uma certeza é que prevenir e resolver conflitos e aproveitar oportunidades para a reconstrução pós-conflito aceleraria visivelmente

As estratégias de segurança de hoje sofrem de uma resposta militar sobredesenvolvida em relação às ameaças da segurança colectiva e de uma resposta subdesenvolvida em relação às ameaças da segurança humana

o progresso no sentido dos ODM. Pelo contrário, o fracasso nessas áreas tornará difícil para o mundo alcançar os objectivos que fixou.

Os países ricos têm outra razão para dar prioridade às medidas que resolvem os desafios colocados pelo conflito violento nos países pobres. Essa razão pode resumir-se em poucas palavras: interesse próprio iluminado. Há cem anos, talvez os Estados tivessem a opção de construir a segurança interna investindo em material militar, reforçando as fronteiras e tratando os seus países como ilhas que pudessem ser isoladas do mundo exterior. Essa opção já não existe. No nosso mundo globalizado, nenhum país é uma ilha. O conflito violento cria problemas que viajam sem passaporte e não respeitam fronteiras nacionais, mesmo quando essas fronteiras são defendidas de modo sofisticado. Como o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, do Secretário-Geral da ONU, avisou em 2004, num mundo interdependente, a segurança colectiva não pode desenvolver-se numa base puramente nacional.⁶

A segurança colectiva liga as pessoas dos países ricos directamente às comunidades nos países pobres, onde os conflitos estão a devastar vidas. O tráfico internacional de drogas e as transferências ilícitas de armas fornecem o financiamento e as armas que alimentam conflitos violentos em países como o Afeganistão e o Haiti – e criam profundas ameaças ao bem-estar público dos países ricos. Quando os sistemas de saúde se desmoronam por causa de um conflito violento, tanto os países ricos como os pobres enfrentam uma ameaça acrescida de doenças infecciosas. O colapso dos sistemas de vacinação na África Central e em partes da África Ocidental é um exemplo recente. Quando a violência arranca as pessoas das suas casas, os fluxos de refugiados e deslocados e a exportação do conflito para os vizinhos criam desafios a toda a comunidade internacional. Quando Estados fracos entram em conflito violento, fornecem um habitat natural para grupos terroristas que constituem um risco de segurança para as pessoas dos países ricos, perpetuando ao mesmo tempo a violência nos países pobres. Acima de tudo, quando os países ricos, através da sua indiferença, mostram tolerância para com a pobreza e o conflito violento, põem em causa a esperança de que um mundo interligado possa melhorar a situação de todos, incluindo os pobres, os vulneráveis e os inseguros.

O conflito violento em países pobres é um aspecto da insegurança global. Mas as ameaças à segurança estendem-se não só à guerra, violência civil, terrorismo e crime organizado, mas também à pobreza. As doenças infecciosas, a fome e a degradação ambiental continuam a ser muito mais assassinas do que o conflito armado – e cada um destes assassinos é causa e efeito de conflito violento. Embora não exista nenhuma ligação automática entre pobreza e conflito civil, são mais prováveis os desfechos violentos em sociedades marcadas por uma profunda polarização, fracas instituições e pobreza crónica. As ameaças colocadas pelo terrorismo exigem uma resposta global. O mesmo acontece com a ameaça colocada pela insegurança humana, em sentido mais amplo. Na verdade, a “guerra contra o terror” nunca será ganha, a menos que a segurança humana seja alargada e reforçada. As estratégias de segurança de hoje sofrem de uma resposta militar sobredesenvolvida em relação às ameaças da segurança colectiva e de uma resposta subdesenvolvida em relação às ameaças da segurança humana.

Este Capítulo analisa o desafio ao desenvolvimento humano colocado pelo conflito violento. A primeira parte esboça a mudança em curso na natureza do conflito e examina os custos para o desenvolvimento humano. Mostra como a natureza do conflito tem mudado, juntamente com a sua geografia: guerras entre Estados do passado deram lugar aos conflitos dentro de fronteiras, com os países pobres a aparecerem com mais destaque. A segunda parte analisa alguns dos pontos fracos estruturais que afectam os Estados propensos ao conflito. Vão desde a fraca capacidade de prover serviços básicos até às profundas desigualdades horizontais, passando pela legitimidade contestada. A terceira parte procura saber o que é que os países ricos podem fazer para aumentar a segurança humana. A quarta parte explora as transições da guerra para a paz e segurança e os papéis facilitadores da ajuda e do sector privado. A parte final dá relevo àquilo que a comunidade internacional pode fazer para construir a segurança colectiva. Embora tudo isto seja uma grande agenda, apenas são focadas quatro áreas: ajuda para países propensos ao conflito, intervenções no mercado para desapossar áreas de conflito de financiamento e armas, desenvolvimento da capacidade regional e reconstrução.

O conflito violento no início do século XXI

Há onze anos, o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994* estabeleceu um quadro de análise da segurança, para além da definição estreita de assuntos militares. A segurança humana, defendia o relatório, tem dois aspectos: segurança em relação a ameaças crónicas, como a fome, a doença e a repressão, e protecção contra rupturas súbitas dos padrões da vida quotidiana. O conflito violento mina a segurança humana em ambas as dimensões. Reforça a pobreza e devasta as vidas normais.

As instituições internacionais de segurança de hoje foram criadas como resposta às duas grandes guerras da primeira metade do século XX e às ameaças colocadas pela guerra fria. O mundo de hoje enfrenta novos desafios. A natureza e a geografia do conflito mudaram. Há sessenta anos, uma geração visionária de líderes do pós-guerra procurou resolver as ameaças colocadas pelos conflitos entre Estados. As Nações Unidas foram um produto dos seus esforços. No início do século XXI, a maior parte dos conflitos são dentro de Estados e a maioria das vítimas é civil. Os desafios de hoje não são menos profundos do que os desafios enfrentados há sessenta anos. Todavia, como salientou o Secretário-Geral da ONU Kofi Annan nas suas propostas para reformar as Nações Unidas, a resposta tem sido limitada: “Em matéria de segurança, apesar da sensação acentuada de ameaça que muitos têm, temos falta até de um consenso básico, e a execução, onde quer que ocorra, é muitas vezes contestada.” Os custos para o desenvolvimento humano da falta de uma visão apoiada por uma estratégia prática são imensos, mas insuficientemente apreciados.

Os riscos de segurança deslocaram-se para os países pobres

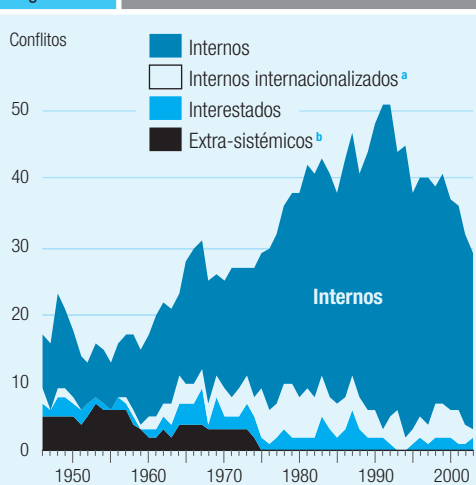
Visto a longo prazo, vivemos num mundo cada vez mais violento. O século que acabou de terminar foi a experiência mais violenta por que a humanidade já passou. Foram mortas quase três vezes mais pessoas em conflitos no século XX, do que no conjunto dos quatro séculos anteriores (Ver quadro 5.1).

As tendências do conflito podem ser interpretadas tanto a uma luz positiva como a uma luz negativa.

A última década do século XX assistiu a uma redução marcada do número de conflitos. De um máximo de 51 conflitos em 1991, apenas 29 prosseguiram em 2003 (figura 5.1). Mas embora o número de conflitos tenha diminuído, as guerras dos últimos 15 anos custaram um número extremamente grande de vidas humanas. O genocídio do Ruanda, em 1994, matou quase 1 milhão de pessoas. A guerra civil na República Democrática do Congo matou 7% da população. No Sudão, uma longa guerra civil de duas décadas entre o Norte e o Sul custou mais de 2 milhões de vidas e deslocou 6 milhões de pessoas. Quando o conflito terminou, irrompeu uma nova crise humanitária patrocinada pelo Estado na região ocidental de Darfur. Hoje, estima-se que 2,3 milhões estejam

As instituições internacionais de segurança de hoje foram criadas como resposta às duas grandes guerras da primeira metade do século XX e às ameaças colocadas pela guerra fria

Figura 5.1 Menos conflitos desde 1991



a. Conflito entre um Estado e grupos internos de oposição, com intervenção de outros Estados.

b. Conflito entre um Estado e um grupo externo, fora do seu território.

Fonte: Calculado com base em dados de conflitos armados, de Strand, Wilhelmisen e Gleditsch 2005.

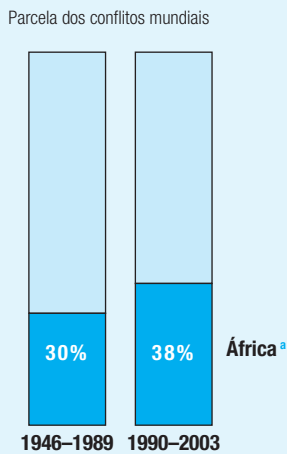
Quadro 5.1 Os custos dos conflitos em vidas humanas crescem constantemente

Período	Mortes relacionadas com conflitos (milhões)	População mundial, meio do século (milhões)	Mortes relacionadas com conflitos em proporção da população mundial (%)
Século dezasseis	1.6	493.3	0.32
Século dezassete	6.1	579.1	1.05
Século dezoito	7.0	757.4	0.92
Século dezanove	19.4	1,172.9	1.65
Século vinte	109.7	2,519.5	4.35

Fonte: Dados de mortes relacionadas com conflitos, Sivard 1991, 1996; dados da população do século vinte, UN 2005d; outros dados da população, interpolações do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseadas em Sykes 2004 (quadro B10).

Figura 5.2

Os riscos de segurança estão a deslocar-se para África



a. Todo o continente e não apenas a África Subsaariana.
 Fonte: Calculado com base em dados de conflitos armados, de Strand, Wilhelmsen e Gleditsch 2005.

desalojados e outros 200.000, ou mais, fugiram para o vizinho Chade. A década de 1990 também assistiu à limpeza étnica no coração da Europa, quando violentos conflitos civis varreram os Balcãs.

O padrão geográfico do conflito mudou com o tempo, com uma clara passagem dos riscos de segurança para os países mais pobres. No período de 1946-1989, os países em desenvolvimento de rendimento baixo foram responsáveis por mais de um terço da totalidade dos conflitos. Entre 1990 e 2003, países de rendimento baixo⁷ representaram mais de metade dos países e territórios que viveram conflitos violentos⁸. Cerca de 40% dos conflitos mundiais são em África (figura 5.2), incluindo alguns dos mais sangrentos da última década e meia. Entretanto, ainda que o número de conflitos esteja a diminuir, as guerras de hoje prolongam-se mais. Como consequência, o seu impacto no desenvolvimento humano é grave.⁹

Custos do conflito em desenvolvimento humano

O conflito violento impõe alguns custos óbvios e imediatos para o desenvolvimento humano. Perda de vidas, ferimentos, invalidez e violação, são todos corolários do conflito. Outros custos são menos visíveis imediatamente e menos fáceis de captar em números. Colapso dos sistemas alimentares, desintegração dos serviços de saúde e de educação e perda de rendimento, são aspectos do conflito que têm implicações negativas no desenvolvimento humano. O mesmo acontece com a tensão psicológica e o trauma. As estatísticas não conseguem, só por si, reflectir a totalidade dos custos – e os dados estão muitas vezes no seu ponto mais baixo nos países que passam por conflitos violentos. Mas o que é claro é que os custos humanos imediatos, considerados enormes, representam uma pequena parte do preço que os países pagam pelo conflito.

O IDH fornece um instrumento para ver os custos dos conflitos a mais longo prazo. A classificação no IDH é afectada por muitos factores diferentes, por isso, é preciso cautela na interpretação da relação entre qualquer resultado do IDH e o estatuto do conflito do país. Mesmo com estes avisos, há uma forte associação entre desenvolvimento humano baixo e conflito violento. Na verdade, o conflito violento é um dos caminhos mais seguros e mais rápidos para o fundo da tabela do IDH – e um dos mais fortes

indicadores para se manter no fundo durante muito tempo. Dos 32 países da secção de desenvolvimento humano baixo do quadro do IDH, 22 viveram situações de conflito em algum momento, desde 1990, e 5 desses países experimentaram inversões no desenvolvimento humano ao longo da década. O impacto letal do conflito violento sobre o desenvolvimento humano é claramente visível pelo seguinte:

- Nove dos 10 países com IDH mais baixo passaram por conflitos em algum momento, durante a década de 1990. Apenas dois deles eram democracias.¹⁰
- Sete dos 10 países do fundo da classificação do PIB *per capita* passaram por conflitos nos últimos anos.
- Cinco de 10 países com mais baixa esperança de vida passaram por conflitos nos últimos quinze anos.
- Nove dos 10 países com as mais elevadas taxas de mortalidade infantil e de mortalidade de crianças sofreram conflitos nos últimos anos.
- Oito dos 10 países com as mais baixas taxas de escolarização primária passaram por conflitos em algum momento, desde 1990.
- Nove dos 18 países cujo IDH caiu na década de 1990 passaram por conflitos, no mesmo período. O rendimento *per capita* e a esperança de vida baixaram em praticamente todos esses países.

Em consequência destes recuos do desenvolvimento humano, os países que sofrem conflitos violentos estão entre o grupo mais distanciado do caminho para atingir os ODM. Apesar das lacunas de dados nos países em conflito, que tornam difícil ligar a incidência do conflito ao desempenho nos ODM, há dados da mortalidade de crianças em quase todos os países. Trinta dos 52 países com taxas de mortalidade de crianças que estagnaram, ou pioraram, viveram conflitos desde 1990. Tal como noutras áreas do desenvolvimento humano, os indicadores de bem-estar das crianças fornecem um barómetro sensível para medir o impacto do conflito no bem-estar humano.

Chocantes como são, os indicadores do IDH para os países em conflito dão uma fotografia estática de um quadro dinâmico. As perdas de bem-estar que reflectem são cumulativas e estendem-se através de diferentes dimensões do bem-estar. No Sudão, o conflito violento não só tem custado vidas, mas também tem criado as condições nas quais as

inversões do desenvolvimento humano são transmitidas de geração para geração. No Sul do Sudão, apenas cerca de uma em cada cinco crianças frequenta a escola, menos de um terço da população não tem saneamento adequado e a taxa de mortalidade materna (763 óbitos por cada 100.000 nascidos-vivos) é das mais elevadas do mundo. O acordo de paz que pôs termo ao prolongado conflito Norte-Sul criou pelo menos a possibilidade de recuperação. Entretanto, na região de Darfur, uma milícia apoiada pelo Governo provocou outra crise de desenvolvimento humano. As taxas de desnutrição estão estimadas em 40%, e 60% das pessoas não têm acesso a água potável. Embora a taxa de mortalidade de crianças no Sudão seja metade da média da África Subsaariana, as mais recentes estimativas sugerem que a taxa de mortalidade no Norte de Darfur é três vezes superior à média e, em Darfur Ocidental, é seis vezes superior. Entretanto, o conflito está a criar as condições para a insegurança alimentar a longo prazo. O desalojamento é tão generalizado e persistente, que se espera que apenas poucas famílias regressem a casa para a estação de plantio de 2005, com o resultado de que o acesso à alimentação e ao rendimento se tornará mais precário.

Como o caso de Darfur demonstra de forma extrema, o conflito violento tira vidas não só através das balas, mas, de modo mais geral, através da erosão da segurança humana. A ruptura dos sistemas alimentares, o colapso dos meios de subsistência e a desintegração de serviços básicos, já de si limitados, cria poderosos efeitos multiplicadores, com as crianças na linha da frente das vítimas. Dos 3 milhões de óbitos no mundo relacionadas com conflitos violentos, desde 1990, cerca de 2 milhões são crianças. Muitos desses óbitos ocorreram na República Democrática do Congo (caixa 5.1). Desde 2002, uma experiência de cessar-fogo reduziu o número de óbitos resultantes directamente de conflito violento. Mas o “excesso da taxa de mortalidade” – número de pessoas que morrem acima da taxa esperada num ano normal – sugere que o efeito multiplicador do conflito violento ainda custa 31.000 vidas por mês. A maioria dessas mortes é atribuível a doenças infecciosas nas crianças (caixa 5.1).

Mesmo deflagrações limitadas de conflitos violentos podem criar uma espiral descendente. Insegurança, perdas de infra-estrutura física, actividade económica reduzida, custos de oportunidade da

despesa militar, perda de activos e vulnerabilidades relacionadas são uma combinação tóxica para o desenvolvimento. O conflito aumenta a pobreza, reduz o crescimento, mina o investimento e destrói a infraestrutura de que depende o progresso do desenvolvimento humano. Encoraja altos níveis de despesa militar, desviando recursos do investimento produtivo. O conflito violento também dissemina a desnutrição e a doença infecciosa através do colapso dos serviços e do aumento do número de refugiados e de desalojados. As secções seguintes analisam alguns dos principais elementos que contribuem para os custos para o desenvolvimento humano.

Crescimento económico reduzido, perda de activos e rendimentos

O conflito violento cria prejuízos que são transmitidos a toda a economia, minando o potencial do crescimento. Com menos activos e menos capacidade de responder aos prejuízos em rendimento e activos, os pobres são especialmente vulneráveis ao impacte económico do conflito.

O Banco Mundial calcula que uma guerra civil dura, em média, sete anos, reduzindo-se todos os anos a taxa de crescimento da economia em 2,2%.¹¹ Poucos países que perdem terreno nesta escala têm uma perspectiva credível de reduzir a pobreza para metade, até 2015. Um estudo coloca o custo médio de um conflito em 54 mil milhões de dólares para um país de rendimento baixo, tendo em conta o risco acrescido de futuro conflito, embora as tentativas de quantificar o impacte possam ser postas em causa no terreno metodológico.¹² O que é claro é que as quantias absolutas são muito elevadas – e minimizam os potenciais benefícios dos fluxos de ajuda. As perdas acumuladas aumentam à medida que o conflito civil se arrasta. Os conflitos prolongados na América Latina tiveram grave impacte no crescimento económico.¹³ Na Colômbia, calcula-se que o conflito armado entre forças governamentais e guerrilheiros rebeldes, desde 1992, tenha cortado 2 pontos percentuais por ano à sua taxa de crescimento.

O conflito violento dá lugar a reacções em cadeia que perpetuam e aumentam os prejuízos económicos. Uma economia em abrandamento e um ambiente de segurança incerto representam poderosos desincentivos ao investimento, nacional e estrangeiro, e um forte incentivo à fuga de capitais: nalguns países, foram registadas transferências de quase 20% da

O conflito violento tira vidas não só através das balas, mas, de modo mais geral, através da erosão da segurança humana

O conflito na parte oriental da República Democrática do Congo recebe pouca atenção dos meios de comunicação. Nem se regista já como grande preocupação de segurança internacional nas telas de radar dos decisores políticos dos países desenvolvidos. Todavia, é o local do mais mortífero conflito desde a Segunda Guerra Mundial.

O conflito ilustra graficamente como o número de baixas directas podem subestimar os custos humanos. A comparação das taxas de mortalidade do período de 1998-2004 com o que teria ocorrido na ausência de conflito violento, mostra um valor de 3,8 milhões de “mortes em excesso”. O conflito mostra outra característica da relação entre conflito violento e desenvolvimento humano: os acordos de paz não trazem a recuperação automática das perdas em bem-estar humano. Apesar das melhorias na situação da segurança, desde que uma tentativa de cessar-fogo entrou em vigor em 2002, a taxa bruta de mortalidade no país continua a ser 67% mais elevada do que antes do conflito e o dobro da média da África Subsariana. Continuam a morrer por mês cerca de 31.000 pessoas em excesso relativamente aos níveis médios da África Subsariana, em consequência de doenças, desnutrição e violência.

Alem do mais, foram deslocadas comunidades inteiras. Desde Março de 2004, o Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários registou 3,4 milhões de congoleses deslocados internamente, numa população de 51,2 milhões. A deslocação e a vulnerabilidade numa escala tão maciça tornam este conflito no pior desastre humanitário do mundo desde 1945.

As famílias pobres têm sido especialmente vulneráveis. Com a deslocação veio a perda de activos, especialmente nas áreas rurais, que são mais vulneráveis ao saque pelas facções armadas. Muitos agricultores têm sido forçados a abandonar as suas terras em busca de rendimentos monetários imediatos, muitas vezes juntando-se à força de trabalho nas explorações mineiras ilegais. A ruptura da agricultura minou os sistemas alimentares e exacerbou a ameaça de desnutrição. A produção agrícola nas províncias do Leste é actualmente um décimo dos seus níveis de antes da guerra. Mesmo onde são cultivados produtos de colheita, ou existem produtos para trocar, a ruptura das ligações de transporte fluvial limitou ainda mais o acesso aos mercados. No conjunto do país, quase três quartos da população – cerca de 35 milhões de pessoas – estão subalimentados.

Fonte: FAO 2004b; IRC 2004; Global IDP Project 2005b; Oxfam GB, Save the Children and Christian Aid 2001; UNICEF 2000, 2001b; UN OCHA 2002, 2004a, b; Oxfam International e outros 2002; UNHCR 2004; WHO 2004a; Human Rights Watch 2004a.

As crianças estão na linha da frente das baixas resultantes do conflito (ver figura). Doenças como o sarampo, tosse convulsa e até a peste bubónica reapareceram como grandes ameaças. Em 2002, a taxa de mortalidade infantil nas províncias do Leste era de 210 óbitos por 1.000 nados-vivos – quase o dobro da média da África Subsariana e mais de 70% acima da média nacional do país. A taxa de mortalidade infantil nas províncias do Leste caiu em 2003/4, mostrando um “prémio de paz” em termos de vidas poupadas e dando uma indicação dos custos do conflito. O conflito também teve o seu preço em matéria de educação. As taxas de escolarização do país caíram de 94% em 1978 para 60% em 2001.

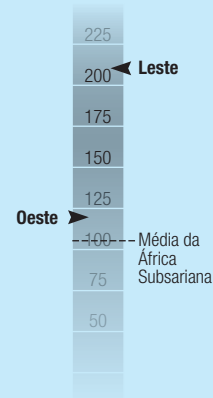
Persiste a insegurança diária. Apesar do Acordo de Paz Total assinado na República Democrática do Congo, em 2003, centenas de milhar de pessoas ainda não conseguiram retomar a sua vida normal. De facto, desde Novembro de 2004, quase 200.000 pessoas fugiram das suas casas nas províncias de Kivu Norte e Sul, procurando segurança nas florestas.

Os custos contínuos do conflito apontam para pontos fracos no acordo de paz. As forças armadas de outros países ainda operam largamente na República Democrática do Congo, juntamente com grupos rebeldes. A região Leste tornou-se uma base militar das Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) – rebeldes hutus ligados ao genocídio de 1994. Também é um íman para forças de Estados vizinhos que procuram explorar a enorme riqueza mineral da região. Desarmar as FDLR, expulsar as forças armadas de Estados estrangeiros e pôr a exploração mineral sob controlo efectivo do Estado são necessidades imediatas para criar verdadeira segurança.

O conflito piora uma situação má

Taxa de mortalidade infantil, 2002
(óbitos por 1.000 nados-vivos)

República Democrática do Congo



Fonte: IRC 2004.

riqueza privada, como consequência da deflagração de conflitos.¹⁴ Juntamente com a queda do investimento, vem a perda de anos de desenvolvimento através da destruição de capital físico. Estradas, pontes e sistemas de energia destruídos representam tanto uma perda de investimento passado, como uma ameaça à recuperação futura. Calcula-se que El Salvador tenha perdido infra-estruturas no valor de 1,6 mil milhões de dólares durante os anos de conflito, com

consequências devastadoras para o desempenho do país em matéria de crescimento.¹⁵

As ligações entre crescimento e conflito violento parecem funcionar em ambas as direcções. Os países pobres são mais propensos ao conflito. Pesquisas econométricas transversais a países concluem que os países com um rendimento *per capita* de 600 dólares têm metade da probabilidade de viver uma guerra civil, do que países com um nível de rendimento *per*

capita de 250 dólares.¹⁶ Isto sugere que a pobreza e o baixo crescimento estão associados ao conflito que, por sua vez, reforça as condições para a pobreza e o baixo crescimento. Para muitos países, a armadilha do conflito faz parte da armadilha da pobreza.

Os custos económicos associados ao conflito não são detidos totalmente dentro das fronteiras nacionais. O efeito mais imediato de uma guerra civil para um país vizinho é o afluxo de refugiados, como os afegãos no Paquistão e no Irão, os congoleses e os burundianos na Tanzânia e os sudaneses no Chade. Mas o impacto mais alargado é o aumento do risco de ser arrastado para o conflito, o conseqüente aumento das despesas militares, o declínio do investimento na região como um todo e a perturbação das rotas de comércio. Um país que confina com uma zona de conflito pode esperar um declínio de cerca de meio ponto percentual na sua própria taxa de crescimento.¹⁷

Além da perda directa de rendimentos e de investimentos, há custos que têm incidência no desenvolvimento humano. A despesa militar aumenta du-

rante as guerras civis, com custos de oportunidade associados. Em média, uma guerra civil resulta no dispêndio de mais 1,8% do PIB com a despesa militar.¹⁸ Trata-se de recursos que podiam ser empregados de modo mais produtivo noutros sectores, como a provisão de serviços sociais e a criação de infra-estruturas económicas.

Para além do nível macro, os custos dos conflitos recaem desproporcionalmente sobre as pessoas pobres e marginalizadas. Receios de conflito violento podem causar a ruptura dos sistemas locais de comércio e isolar as pessoas dos mercados de que dependem os seus meios de subsistência – e por vezes a sua sobrevivência. No Norte do Uganda, o conflito violento levou à ruptura repetida dos mercados de gado, com conseqüências devastadoras para os agricultores que se dedicam à pastorícia – um dos grupos mais pobres do país. A região de Karamoja, no Nordeste do Uganda, que confina com o Sudão e o Quênia, não aparece no mapa padrão dos pontos de conflito da comunicação social. A dimensão do sofrimento causado pelo con-

Um país que confina com uma zona de conflito pode esperar um declínio de cerca de meio ponto percentual na sua própria taxa de crescimento

Caixa 5.2 Impacte da insegurança nos meios de subsistência – um exemplo de Karamoja, Uganda

O conflito violento destrói os meios de subsistência e ceifa vidas. Quando a paz se rompe, o movimento de produtos é muitas vezes rompido, na medida em que os comerciantes abandonam as áreas afectadas, baixando os preços dos produtos transaccionados e diminuindo as receitas dos pobres. As comunidades pastoris da África Oriental estão entre as mais afectadas.

A região de Karamoja, no Nordeste do Uganda, que compreende os distritos de Kotido, Moroto e Nakapiripirit, mostra o que pode acontecer quando o conflito violento e a ruptura do mercado se reforçam mutuamente. As inseguranças económicas tornaram-se crónicas. Fazendo fronteira com o Sudão e o Quênia, Karamoja apresenta um desafio de desenvolvimento único. É uma das regiões mais pobres do Uganda, com alguns dos piores indicadores de desenvolvimento humano. É semiárida e vulnerável à seca, tem acesso limitado aos mercados e está mal servida de serviços sociais.

O conflito em Karamoja tem raízes complexas. A maioria da população é composta por pastores. Os governos coloniais e, até há pouco tempo, os governos pós-coloniais consideravam o modo de vida pastoril dos Karimojong ultrapassado, economicamente improdutivo e ambientalmente destrutivo. Foram feitos esforços para impor o povoamento através da desagregação populacional, impondo fronteiras, restringindo deslocações para áreas de pasto e forçando a intensificação das colheitas.

As conseqüências incluíram maior competição por recursos escassos e o empobrecimento de famílias pastoris. Quando os meios de subsistência se tornaram mais vulneráveis, os assaltos ao gado tornaram-se uma estratégia de sobrevivência. Grandes afluxos de pequenas armas a seguir aos conflitos da Somália e da Etiópia e,

mais recentemente, da região mais ampla dos Grandes Lagos significaram que esses assaltos assumiram formas cada vez mais sangrentas, assim como as represálias.

Hoje, os conflitos por causa do gado e dos pastos mantêm uma espiral de violência entre diferentes clãs de pastores. Essa violência cruza fronteiras. Em Março de 2004, os Dodothes assaltaram o povo queniano Turkana quando estes entraram no seu território para apascentar o gado. Tinham entrado com 58.000 cabeças de gado no território dos Dodothes. Só num incidente de assalto, os Turkanas perderam 2.915 cabeças para os assaltantes.

O banditismo de estrada tornou-se uma característica normal do conflito. Em 2003 e 2004, pelo menos dez camiões de transporte de gado foram vítimas de emboscadas na estrada Kotido-Mbale. Os comerciantes têm agora relutância em abastecer-se nos mercados pastoris da área. Em Março de 2003, as compras foram menos de um décimo do nível de um ano antes.

Os assaltos à mão armada levaram à destruição da infra-estrutura sanitária e educativa. Muitos trabalhadores de saúde e professores abandonaram o trabalho com medo de serem mortos nas escaramuças locais. Em 2003-04, dois trabalhadores da saúde e cinco professores foram mortos nos seus postos de trabalho. Como conseqüência, diminuiu o acesso a serviços sociais.

O fracasso em enfrentar o empobrecimento pastoril encorajou a institucionalização do conflito violento e dos assaltos como parte da pastorícia no Karamoja. O conflito faz parte da vida diária. A forte militarização da região criou uma situação em que a anarquia, a privação da vida e da propriedade e a cedência às armas são o modo de vida corrente.

Fonte: Gray 2000; Nangiro 2005; Odhiambo 2004.

frito violento sugere que deveria figurar. Gerado em parte pela intensa concorrência por recursos, o conflito aumentou a vulnerabilidade à pobreza dos que se dedicam à pastorícia no Karamajong (caixa 5.2).

Não são só os países de rendimento baixo que manifestam uma forte ligação entre conflito violento e desalojamento económico. O conflito também perturba o mercado de trabalho em países de rendimento médio, reduzindo o retorno do mais importante activo dos pobres: o seu trabalho. Nos Territórios Ocupados da Palestina, a ruptura do mercado de trabalho contribuiu para um acentuado aumento da pobreza. O desemprego crescente, o aumento da pobreza e a queda do rendimento andou a par com uma deterioração mais ampla dos indicadores de desenvolvimento humano (caixa 5.3).

A perda de activos pode ter efeitos devastadores, privando as famílias pobres de garantias e de poupanças que dão segurança contra riscos futuros. Os problemas são especialmente pronunciados nas áreas rurais, quando as pessoas perdem o acesso a terra arável, gado, alfaías e sementes, ou quando a infra-estrutura agrícola, como sistemas de irrigação, é destruída. Na região de Bahr-el-Ghazal, no sul do Sudão, 40% das famílias perderam todo o seu gado no conflito de vinte anos.¹⁹ As perdas de trabalho masculino intensificaram as pressões sobre as mulheres que procuravam reconstruir os activos perdidos e manter os rendimentos. O rácio mulher/homem da região aumentou para 2:1.²⁰ As mulheres, enquanto chefes de família, não só têm de tratar dos seus filhos, como têm de arranjar emprego e rendimentos em ambientes altamente inseguros.

Caixa 5.3 Territórios Ocupados da Palestina – o desenvolvimento humano está a ser invertido

Os Territórios Ocupados da Palestina registaram algumas melhorias no desenvolvimento humano durante a década de 1990. Mas a segunda Intifada (insurreição), desde Setembro de 2000, e as incursões militares associadas na Margem Ocidental e em Gaza resultaram numa acentuada deterioração dos níveis e possibilidades de vida.

Um efeito do conflito tem sido uma grande depressão na economia palestiniana. O encerramento das fronteiras separou os trabalhadores dos mercados de trabalho em Israel. Entretanto, pequenas empresas sofreram rupturas de fornecimento de *inputs* e exclusão dos mercados. O efeito tem sido a queda dos salários e a subida do desemprego. As taxas de desemprego subiram de 10% antes de Setembro de 2000 para 30%. Em 2004 o valor subiu para 40%.

Uma força de trabalho instruída e, até 2000, cada vez mais rica conheceu um aumento assinalável da pobreza. A taxa de pobreza mais do que duplicou, de 20% em 1999 para 55% em 2003 (ver quadro).

O conflito causou rupturas em todas as actividades económicas. Considere-se o distrito relativamente próspero de Nablus, na

Cisjordânia. Até Setembro de 2000, a cidade era um entreposto comercial. Como resultado do conflito, tem havido uma presença militar cada vez maior e longos períodos de recolher obrigatório (24 horas de recolher obrigatório durante grande parte da segunda metade de 2002), mais pontos de controlo e estradas com acesso bloqueado. Resultado: encerramento de lojas, trabalhadores a venderem as suas ferramentas e agricultores a venderem a terra.

Restrições de movimentos afectaram também os cuidados de saúde e a educação. Quase metade da população da Palestina não consegue ter acesso a serviços de saúde. Os cuidados maternos caíram acentuadamente em 2002 e a desnutrição crónica das crianças aumentou cerca de 50%, tanto na Cisjordânia como em Gaza. Nos últimos quatro anos, 282 escolas foram danificadas e outras 275 são consideradas na linha directa do confronto.

Maior insegurança está a afectar as oportunidades de trabalho e a prestação de serviços básicos, com consequências negativas e inversão do desenvolvimento humano para a população da Palestina.

Inversão em grande escala do desenvolvimento humano

Percentagem

Indicador	Antes de Setembro de 2000	2001	2002	2003
Taxa de pobreza	20.1	45.7	58.6	55.1
Taxa de desemprego	10.0	26.9	28.9 ^a	30.5
Mulheres que recebem cuidados pré-natais	95.6	..	82.4	..
Mulheres que deram à luz em casa na Cisjordânia	8.2	7.9	14.0	..
Desnutrição crónica em crianças da Cisjordânia	6.7	..	7.9	9.2
Desnutrição crónica em crianças de Gaza	8.7	..	17.5	12.7

.. Não disponível.

a. Os dados são do primeiro trimestre de 2002.

Fonte: UN OCHA 2004b.

Fonte: World Bank e Palestinian Central Bureau of Statistics 2004; UN OCHA 2004b.

Os prejuízos directos para a produção agrícola e a infra-estrutura podem ter consequências devastadoras para os esforços de redução da pobreza. Estima-se que o prejuízo líquido na produção agrícola da violência armada em África tenha sido de 25 mil milhões de dólares, no período de 1970-97, ou três quartos de toda a ajuda no mesmo período.²¹ Na Serra Leoa, onde cerca de 500.000 famílias de agricultores foram deslocados,²² a produção de arroz (a principal cultura alimentar de subsistência) durante a guerra civil de 1991-2000 caiu para 20% dos níveis de antes da guerra.²³

Oportunidades perdidas na educação

A educação é uma das pedras angulares do desenvolvimento humano. Não é apenas um direito básico, mas uma base para o progresso noutras áreas, incluindo saúde, alimentação e o desenvolvimento das instituições e da democracia. O conflito mina essas bases e também contribui para que as condições perpetuem a violência.

O conflito violento destrói a infra-estrutura da educação, reduz o investimento em escolas e professores e impede as crianças de frequentar as aulas. As escolas são muitas vezes alvo de grupos hostis aos governos devido à sua associação à autoridade do Estado. Durante a guerra civil de Moçambique (1976-92), quase metade das escolas primárias foi fechada, ou destruída, até 1989.²⁴ A infra-estrutura da educação também tem sido gravemente danificada nos Territórios Ocupados da Palestina: foram danificadas 282 escolas no período de 2000-04 (ver caixa 5.3). A capacidade dos governos de manter sistemas de educação durante os conflitos ainda é mais corroída por limitações orçamentais, na medida em que os investimentos militares afastam os investimentos sociais. Para países de rendimento baixo, relativamente aos quais existem dados, as despesas de educação foram de 4,2% do PIB para países sem conflito e de 3,4% para países em conflito, desde 1999 – quase menos um quinto.²⁵

O conflito violento também cria barreiras à educação. Os pais têm relutância em mandar os filhos à escola quando há riscos de segurança. Na Colômbia, a taxa de abandono escolar é mais elevada nos concelhos em que estão presentes paramilitares e insurrecto, do que nas outras áreas.²⁶ A insegurança ligada ao conflito violento está fortemente associada à disparidade de género na educação. Mesmo onde o ensino está disponível (nos campos de socorro, por

exemplo), o receio pela insegurança pessoal é a razão fundamental para evitar que as raparigas frequentem a escola. O rácio de raparigas para rapazes matriculados nas escolas primárias era de 0,83 para 18 países de rendimento baixo que tinham estado em conflito, nalgum momento desde 2000, e em relação aos quais havia dados. O mesmo rácio para os países de rendimento baixo sem conflitos era de 0,90.²⁷

A educação dá outro exemplo do modo como o conflito violento cria um ciclo que é difícil de quebrar. Um inquérito aos ex-combatentes da Serra Leoa concluiu que a esmagadora maioria dos que tinham aderido às rebeliões brutais eram jovens que tinham vivido em condições difíceis antes do início da guerra. Com base em entrevistas com 1.000 ex-combatentes, o inquérito concluiu que metade tinha abandonado a escola porque não podia pagar os encargos, ou porque a escola tinha fechado.

Consequências adversas para a saúde pública

Tal como a educação, a saúde é uma determinante importante do desenvolvimento humano. O conflito violento gera óbvios riscos de saúde a curto prazo. A longo prazo, o impacto do conflito violento na saúde ceifa mais vidas do que as balas.

A maioria dos 2 milhões de óbitos de crianças atribuíveis a conflitos entra nesta categoria. De igual modo, o aumento da vulnerabilidade à doença e aos ferimentos cria importantes ameaças para os grupos vulneráveis, especialmente para os refugiados e para as pessoas deslocadas internamente. A desnutrição aguda, as doenças diarreicas, o sarampo, as infeções respiratórias e a malária são citadas, muitas vezes, como razões pelas quais as taxas de mortalidade entre os refugiados tem sido mais de 80 vezes superiores às taxas básicas em certas partes da África.²⁸ Mas mesmo os não deslocados sofrem porque as doenças que se desenvolvem nos campos de refugiados tendem a espalhar-se facilmente por áreas locais. Na Chechénia, descobriu-se que a taxa de tuberculose era de 160 casos por 10.000, comparado com 90 no resto da Federação Russa.²⁹

O conflito violento tem uma história comprovada de ruptura na provisão de serviços básicos de saúde, especialmente às comunidades pobres. Tal como as escolas, as instalações de saúde são, muitas vezes, vistas pelos grupos rebeldes como um alvo militar legítimo. Cerca de metade dos centros de saúde

Tal como as escolas, as instalações de saúde são, muitas vezes, vistas pelos grupos rebeldes como um alvo militar legítimo

Embora toda a comunidade sofra das consequências do conflito violento, as mulheres são especialmente vulneráveis

primários de Moçambique foi saqueada e as áreas circundantes foram minadas durante a guerra civil.³⁰ O pessoal médico também foge com frequência das áreas de conflito. Mesmo as áreas com bons indicadores de saúde antes do início da violência podem experimentar uma deterioração grave. Na Bósnia e Herzegovina, 95% das crianças estavam vacinadas antes de terem rebentado as hostilidades, no princípio da década de 1990. Em 1994, no auge da luta, a taxa de vacinação tinha caído para menos de 35%.³¹ O conflito também pode romper a provisão de bens públicos importantes, necessários para melhorar a saúde na sociedade e para combater doenças debilitantes e mortais. Apesar das tentativas mundiais para erradicar a dracunculose, a cegueira dos rios e a poliomielite, estas doenças instalaram-se nas áreas de conflito mais intenso em África.³²

O conflito armado tem tido um papel na propagação da pandemia do VIH/SIDA. Em 2003, dos 17 países que tinham mais de 100.000 crianças órfãs por causa da SIDA, 13 estavam em conflito, ou à beira de uma emergência.³³ Vários factores podem contribuir para a propagação do VIH durante situações de conflito e muitos desses factores deixam as mulheres particularmente vulneráveis: deslocamento de populações; ruptura de relações; uso da violação como arma; maior coacção ao sexo em troca de dinheiro, comida ou protecção; colapso dos sistemas de saúde, com a consequente interrupção do

acesso à informação e aos fornecimentos que podem ajudar a controlar a exposição ao VIH; e declínio da segurança nas transfusões de sangue.³⁴

Tal como acontece com a educação, o conflito armado resulta muitas vezes em menos recursos disponíveis para cuidados de saúde (figura 5.3). Em 2002, os países com IDH baixo gastaram uma média de 3,7% do seu PIB em despesas militares e 2,4% na saúde.³⁵ Nalguns casos – por exemplo, Burundi e Eritreia – os países afectam uma parcela muito mais elevada às despesas militares do que à educação e saúde no seu conjunto.

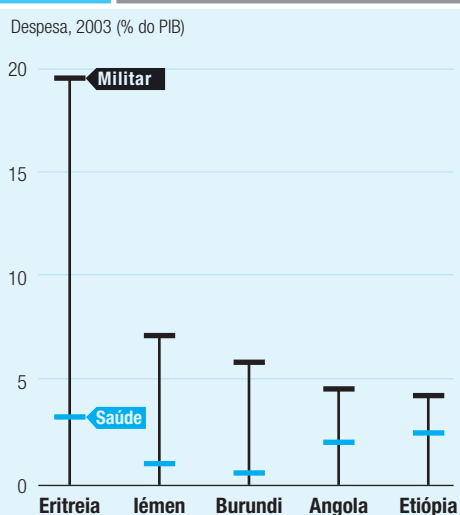
Desalojamento, insegurança e crime

O desalojamento é um corolário quase inevitável do conflito violento. As consequências são, muitas vezes, de longo prazo. Na sequência da perda das casas e dos bens, as pessoas ficam sem meios de subsistência sustentáveis. Mesmo as famílias outrora sem dificuldades não conseguem sustentar-se ou sustentar parentes mais pobres. Para as famílias pobres, a perda de bens traduz-se num risco acrescido de desnutrição e doença.

Em todo o mundo, estima-se que 25 milhões de pessoas estão desalojadas devido a conflitos. Expulsas por grupos armados, ou a fugir para escapar à violência, essas pessoas enfrentam uma grande vulnerabilidade. Os campos que alojam cerca de 1,8 milhões de pessoas, na região de Darfur, tornaram-se um símbolo dos desalojados. Tiradas das suas casas por uma milícia apoiada pelo Estado, as pessoas enfrentam riscos muito mais elevados de desnutrição e doenças infecciosas, do que antes. Na Colômbia, uma prolongada guerra civil levou a um dos maiores desalojamentos desde os causados pela Segunda Guerra Mundial, na Europa. Em 2002, dois milhões de pessoas, de uma população de 43,5 milhões, eram refugiadas ou desalojadas.³⁶ Em relação à dimensão da população, alguns países sofreram níveis de desalojamento ainda piores. Três quartos de milhão de pessoas estavam desalojadas dentro da Guatemala, ou tinham fugido para o México em meados da década de 1980, representando aproximadamente um décimo da população.³⁷ Mais de 600.000 chechenos – metade da população – estão desalojados internamente depois de aproximadamente uma década de conflito.³⁸

Embora toda a comunidade sofra as consequências do conflito violento, as mulheres são especialmente vulneráveis. Muitas delas estão sujeitas a bru-

Figura 5.3 Prioridades da despesa nos países de desenvolvimento humano baixo que viveram conflitos recentemente



Fonte: Quadro de indicadores 20.

talidade da violação, da exploração e do abuso sexual, tanto durante um conflito como depois dele. Nos últimos anos, foram documentadas violações maciças na Bósnia e Herzegovina, Camboja, Libéria, Peru, Somália e Uganda. Durante o conflito na Serra Leoa, mais de 50 por cento das mulheres viveram algum tipo de violência sexual.³⁹ Muitas dessas mulheres continuam a sofrer de graves problemas de saúde física e mental de longo prazo e algumas enfrentam a rejeição da família e da comunidade. Violência e actos de terrorismo perpetrados contra mulheres são, actualmente, estratégias institucionalizadas adoptadas por facções em guerra – incluindo forças governamentais – em muitos países.

Também as crianças são especialmente vulneráveis ao impacto do conflito violento. Não só carregam o fardo do custo humano, mas também correm o risco de um horror especial: o risco de recrutamento como soldados. O Exército de Resistência do Senhor, que opera numa larga faixa de território do Norte do Uganda, é acusado de ter raptado 30.000 crianças. No mundo há cerca de 250.000 crianças soldados.⁴⁰ O rapto é uma estratégia central de recrutamento militar, embora factores que funcionam do lado da oferta também contribuam para esse recrutamento. Em particular a pobreza leva as crianças de famílias pobres para as fileiras de grupos armados. Em países como o Sri Lanka, grupos rebeldes recrutaram jovens das origens mais pobres oferecendo-lhes, ou às famílias, dinheiro ou comida.

Menos visível do que os refugiados ou as crianças soldados, mas não menos importante para o desenvolvimento humano, é a quebra de confiança e das formas tradicionais de mediação que podem ocorrer como resultado de um conflito violento. Quando estas instituições estão enfraquecidas, o crime e a insegurança aumenta invariavelmente, especialmente quando a reconstrução não é suficientemente eficaz para dar emprego, ou quando o Estado é demasiadamente fraco para preservar a lei e a ordem civil. Os civis são muitas vezes vítimas de saque e perseguição, tanto pelas forças do Estado como pelos insurrectos. No período de 1998-2001, houve mais de 100.000 homicídios na Colômbia, uma média de 61 vítimas por 100.000 habitantes por ano. Por comparação, houve cerca de 5,7 homicídios por 100.000 habitantes por ano nos Estados Unidos, no mesmo período.⁴¹ Esta elevada taxa de homicídios reduziu a esperança de vida durante a década de 1990 em 1,5 a 2 anos.⁴²

As famílias pobres carregam muitas vezes o fardo do financiamento dos próprios conflitos que põem em perigo a sua segurança. Tanto os rebeldes como os actores do Estado se financiam saqueando os bens das pessoas vulgares, ou explorando recursos naturais, criando uma economia de guerra que alimenta o conflito. Os que beneficiam têm interesse em se opor aos acordos de paz. A tributação ilegal e a extorsão são muitas vezes o meio preferido para arranjar receitas. No Leste da República Democrática do Congo, as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) lançam impostos ilegais e pilham sistematicamente os mercados locais. O “imposto de guerra” semanal excede o rendimento semanal da maioria dos residentes locais. Os civis também são, por vezes, obrigados a entregar à FDLR uma grande parte dos seus lucros da mineração de coltan, uma das poucas actividades geradoras de rendimento na zona.⁴³ Banditismo, roubo de gado e incapacidade do Estado em prover protecção tornam a insegurança uma realidade diária nas regiões afectadas pelo conflito.

A emergência de mercados negros e economias paralelas que muitas vezes acompanha o conflito violento cria novas oportunidades para os combatentes – e novas fontes de desalojamento económico para a sociedade. Por exemplo, a limitada capacidade do Estado para regular os recursos naturais, juntamente com a corrupção generalizada, torna mais fácil o desenvolvimento de redes informais e ilícitas. Na Serra Leoa, o sector informal dos diamantes foi uma rica fonte de receitas para a rebelde Frente Revolucionária Unida e para o seu patrocinador, Charles Taylor, antigo Presidente da Libéria. Assim, o crime e a insegurança tornaram-se manifestações de conflitos que, originalmente, tiveram traços políticos.

Insegurança entrelaçada

Os custos de desenvolvimento humano associados ao conflito violento suscitam uma forte defesa da prevenção. Uma vez em curso, o conflito violento pode levar a problemas que são difíceis de resolver – e a custos de desenvolvimento humano que são cumulativos e irreversíveis. Quando os pobres perdem activos, a sua capacidade de cobrir os custos de saúde, de manter os filhos na escola e de manter a alimentação fica reduzida, por vezes com consequências fatais. As oportunidades perdidas para a educação transmitem-se entre gerações na forma de analfabetismo e de perspectivas reduzidas de escapar à pobreza.

A emergência de mercados negros e economias paralelas cria novas oportunidades para os combatentes – e novas fontes de desalojamento económico

O colapso da autoridade efectiva nalguns países minou a capacidade de prevenção e resolução de conflitos

Não são só os custos do desenvolvimento humano que fazem da prevenção um imperativo. Os custos institucionais do conflito violento podem ter consequências devastadoras para o desenvolvimento a longo prazo. Quando os conflitos terminam, as estradas e as pontes podem ser rapidamente reconstruídas com apoio externo. Mas o colapso das instituições, a perda

de confiança e o traumatismo infligido às pessoas vulneráveis podem tornar mais provável a repetição do conflito. Enfraquecendo os Estados, o conflito violento pode prender populações inteiras, e populações de Estados vizinhos, em ciclos de violência. Quebrar esses ciclos é um dos maiores desafios do desenvolvimento humano que a comunidade internacional enfrenta.

O Desafio dos Estados propensos ao conflito

Durante grande parte do século XX, o conflito violento foi o produto de uma ruptura das relações entre Estados. Hoje, o conflito violento é principalmente um produto do fracasso dos Estados em evitar, conter e resolver conflitos entre grupos diferentes. Não há dois conflitos iguais. Todavia, os Estados propensos ao conflito têm algumas características comuns.

O conflito violento pode desencadear-se por muitas razões diferentes. Foram feitas tentativas para modelizar cada factor de risco. Na realidade, porém, o que importa são os conjuntos de riscos e os acontecimentos catalíticos. Alguns riscos radicam na pobreza e na desigualdade, embora as ligações não sejam automáticas. Outros podem encontrar-se no fracasso institucional e nas estruturas políticas não democráticas, na ocupação, ou em reivindicações rivais de território. Acontecimentos externos como choques económicos, conflitos regionais e mudanças na sociedade, que criem tensões entre diferentes elites políticas, podem lançar as sociedades em conflito violento.

O colapso da autoridade efectiva nalguns países minou a capacidade de prevenção e resolução de conflitos. Governos sem meios, nem vontade para desempenhar as suas funções nucleares, incluindo o controlo territorial, provisão de serviços básicos, gestão dos recursos públicos e protecção da subsistência das pessoas mais pobres, são uma causa e uma consequência do conflito violento.⁴⁴ Como assinou a Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania do Estado: “Em termos de segurança, é muito mais provável que se chegue a um sistema internacional de coesão e paz através da cooperação de Estados eficientes... do que num ambiente de entidades estatais caóticas, destroçadas, em fragmentação,

ou generalizadamente caóticas.”⁴⁵ Se os Estados caóticos diferem na forma, três das suas características comuns que aumentam o risco de tensões políticas e de pressões económicas resultarem em conflito foram bem resumidas pela Comissão sobre Estados Fracos e Segurança Nacional dos EUA. O hiato de segurança, o hiato de capacidade e o hiato de legitimidade:⁴⁶

- *O hiato de segurança.* A segurança, incluindo a segurança humana no seu sentido mais amplo, é uma base essencial para o desenvolvimento sustentável e a governação eficaz. Prover segurança é uma das funções mais básicas do Estado. Isso implica protecção de abusos sistemáticos dos direitos humanos, de ameaças físicas, de violência e de riscos económicos, sociais e ambientais extremos. Muitos Estados propensos ao conflito não querem, ou não podem prover segurança, criando oportunidades para actores não estatais preencherem o espaço da segurança. Durante os conflitos na Serra Leoa e na Libéria, quase não se viu a capacidade do Governo de prover segurança, a não ser nalguns centros urbanos. No Sudão, o Governo minou activamente a segurança dos africanos negros através do seu apoio às milícias árabes e acções militares directas contra a população civil.
- *O hiato da capacidade.* A autoridade do Estado depende crucialmente da sua capacidade de prover serviços básicos e infra-estruturas. Quando os governos são incapazes de o fazer, ou não querem fazê-lo, a privação, o sofrimento e a exposição a ameaças de epidemias que daí resultam podem criar ressentimentos e aumentar a perda

de confiança pública. Na Libéria, por exemplo, o sector da saúde tem sido essencialmente organizado e pago por organizações não governamentais internacionais desde 1990, e não pelo Ministério da Saúde, nominalmente responsável. Na Serra Leoa, só cerca de um quarto dos nascimentos rurais são registados, revelando o alcance inadequado dos serviços de previdência social. Mais de 90% dos produtos farmacêuticos distribuídos pela farmácia central do Estado não chegam aos beneficiários a que se destinavam.

- *O hiato da legitimidade.* A rivalidade política, social e económica faz parte do processo de desenvolvimento. Embora essas rivalidades assumam formas violentas, depende da capacidade das instituições do Estado a articulação dos interesses e aspirações de diferentes grupos, a arbitragem entre eles e a mediação de conflitos. Tudo isto depende da existência de instituições que são consideradas legítimas e responsáveis, e não apenas canais para a prossecução de interesses privados. Os Estados propensos ao conflito tendem a ter instituições que são disfuncionais, responsáveis por rupturas da autoridade política e com propensão para a violência para reivindicar o controlo dos recursos, das receitas do Estado e do poder do Estado.

A pobreza, a insegurança e o conflito violento reforçam-se sistematicamente entre si. Nem todos os países empobrecidos têm tendência para o conflito – e a prosperidade não remove a ameaça do conflito. Mas interagindo com outros factores, a pobreza pode exacerbar as tensões criadas pelos três hiatos de segurança, capacidade e legitimidade. O Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido lista 46 Estados frágeis, que descreve como tendo governos que não são capazes, nem querem desempenhar funções centrais, como controlar o território, segurança, gestão de recursos públicos e prestação de serviços básicos; 35 desses países estiveram em conflito na década de 1990.⁴⁷ Segundo a estimativa do DFID, esses Estados representam um terço das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia. Tentar apurar se esses países são pobres porque estão em conflito, ou se estão em conflito por serem pobres, é um exercício fútil e em grande medida sem significado. O que é claro é que a pobreza faz parte do ciclo que cria e perpetua o conflito violento – e que o conflito violento responde reforçando a pobreza.

Desigualdades horizontais

Tal como a pobreza maciça não leva automaticamente ao conflito violento, também as ligações entre desigualdade e conflito são complexas e variadas. Desigualdade elevada não é uma marca automática de conflito violento. Se fosse, a América Latina seria uma das regiões mais violentas do mundo. Níveis elevados de desigualdade vertical baseada no rendimento estão associados à desorganização social, incluindo níveis elevados de criminalidade e insegurança pessoal. A desigualdade horizontal entre regiões e grupos coloca ameaças de uma natureza diferente, não menos importantes, porque essas desigualdades podem levar à ideia – justificada ou injustificada – de que o poder do Estado está a ser mal usado para beneficiar um grupo relativamente a outro. Na prática, as desigualdades horizontais e verticais interagem muitas vezes e o factor decisivo pode não ser a escala de desigualdade isoladamente, mas complexas tensões políticas e económicas que têm actuado ao longo de várias gerações.

O conflito no Nepal ilustra o modo como as desigualdades em diferentes dimensões podem criar as condições para o conflito violento.⁴⁸ Em 1996, ano em que começou a actual insurreição, a taxa de pobreza era de 72% nas regiões do Centro Oeste e do Extremo Oeste e 4% no vale de Catmandu. Sobrepondo-se a estas disparidades regionais estão as disparidades nas condições do desenvolvimento humano, com o IDH da casta superior nepalesa mais elevado em cerca de 50% do que o IDH das etnias montanhesas, da etnia Tarai e dos grupos de castas profissionais. E embora os povos indígenas constituíssem 36% da população e os Dalits 15%, em 1999, os povos indígenas detinham apenas 8,42% dos postos nos organismos governamentais e os Dalits apenas 0,17%. A insurreição no Nepal tem as suas raízes mais profundas precisamente nas regiões ocidentais, onde o desenvolvimento ficou para trás do resto do país – e onde grupos marginalizados albergam um profundo sentimento de injustiça em relação ao fracasso das instituições do Estado. Mais de 8.000 pessoas morreram desde 1996.

O Nepal demonstra como as respostas ao conflito violento podem exacerbar as causas subjacentes. Perante uma insurreição generalizada, o Governo respondeu com uma estratégia de campo de batalha para contrariar as actividades dos gueri-

Desigualdades horizontais entre regiões podem levar à ideia de que o poder de Estado beneficia um grupo em relação a outro

Não enfrentar os desafios colocados pelas desigualdades horizontais pode levar ao conflito violento, mesmo em Estados estáveis

lheiros maoistas. Essa estratégia tem sido apoiada pela ajuda militar de alguns países ricos. A retórica da “guerra ao terror” foi usada para justificar a forte resposta militar. Foram registados graves abusos dos direitos humanos em ambos os lados, mas nalgumas partes do país há a ideia de que os actores do Estado são agora parte do problema da segurança.

As estratégias políticas para enfrentar as profundas desigualdades que têm alimentado a insurreição estão menos em evidência. Na realidade, a resposta política ao conflito parece exacerbar as suas causas subjacentes. Citando imperativos superiores de segurança, o Governo real instituiu a monarquia absolutista, minando as instituições democráticas e banindo os principais políticos e os grupos de direitos humanos – e impelindo a Índia e o Reino Unido a suspender a ajuda. Enfraquecer a democracia neste contexto só pode minar as instituições necessárias para resolver o conflito e restabelecer a paz. Mais viável seria uma estratégia que unisse as forças democráticas para lidar com as ameaças muito reais à segurança constituídas pela insurreição e para desenvolver um acordo de paz que incluísse medidas para reduzir as profundas desigualdades que promovem o conflito.

Não enfrentar os desafios colocados pela desigualdade horizontal pode levar ao conflito violento nos Estados mais estáveis, tal como nos frágeis. Até ao final da década de 1990, a Costa do Marfim era um dos Estados mais estáveis da África Ocidental. A legitimidade do Governo sofreu quando as mudanças políticas e o aumento das desigualdades regionais foram considerados desvantajosos por uma parte da elite política. O resultado foi uma erupção de violência política no fim da década de 1990, seguida de uma paz ténue em 2003. Lição: a legitimidade política e a estabilidade são bens frágeis, mais fáceis de perder do que restabelecer (caixa 5.4).

As desigualdades horizontais não existem isoladamente. Interação com processos políticos mais amplos que podem gerar conflito violento. Na Bolívia, recentes surtos de instabilidade política e de violência têm estado ligados a disputas sobre as políticas de gestão da riqueza gerada pelas exportações de minério. Estes conflitos têm sido as pedras de toque para o profundo ressentimento entre a população indígena por causa da partilha desigual dos benefícios do desenvolvimento.

Na Indonésia, o conflito violento em Aceh pode ser atribuído em parte à mesma origem. Os grupos indígenas mobilizaram-se em torno de um programa que reivindica o direito a uma parcela maior da riqueza gerada pelas exportações de minério, ao mesmo tempo ressentidos com as vantagens concedidas aos migrantes de Java, no emprego e na educação.⁴⁹ Em 2000, Aceh estava entre as regiões mais ricas da Indonésia, medida em termos de riqueza, mas estava entre as mais pobres, medido pelo nível de privação de rendimento. Nas duas décadas anteriores a 2002, um período assinalado pela crescente riqueza petrolífera, os níveis de pobreza mais do que duplicaram em Aceh, mas caíram para metade no conjunto da Indonésia. A crescente riqueza mineral criou uma procura de trabalho qualificado nas indústrias de petróleo e gás e em departamentos governamentais, que foi desproporcionalmente preenchida por migrantes de Java. Em 1990 (mais ou menos quando começou o actual conflito), o desemprego urbano entre os acehenses era o dobro do nível dos migrantes javaneses. Ao mesmo tempo, as políticas de migração encorajavam a instalação em Aceh de agricultores de Java, a maioria dos quais tinham leiras maiores do que os agricultores acehenses. A injustiça sentida por causa destas desigualdades horizontais manifestou-se num sentimento antijavanês, a que o movimento separatista continua a apelar.

Os conflitos ligados a níveis elevados de desigualdade horizontal, ou a fracturas entre grupos e regiões, podem ser enfrentados. Uma abordagem possível é restabelecer a confiança política através de um processo de diálogo multiparticipativo. Esta abordagem parte do princípio simples de que o conflito só pode ser resolvido pacificamente – e permanentemente – através da confiança e do diálogo. O modelo multiparticipativo tem sido amplamente utilizado na América Latina, com vários graus de êxito. Na Guatemala, a Assembleia da Sociedade Civil desempenhou um papel crucial na formulação de posições de consenso durante o processo de paz da Guatemala, em 1994, com muitas propostas a fazerem parte dos acordos de paz finais. A Assembleia construiu pontes entre o Governo e a sociedade mais ampla, embora o fracasso do Governo em honrar algumas das suas promessas sobre reforma agrária tenha enfraquecido o resultado. Seja qual for a forma, é improvável que o diálogo multiparticipativo produza resultados se os actores governamentais não responderem eficazmente às desigualdades sociais e

Caixa 5.4 Costa do Marfim – desigualdades horizontais desfazem o “Milagre Africano”

Há dez anos, poucas pessoas considerariam a Costa do Marfim um candidato ao estatuto de Estado frágil. O país parecia ter instituições e estruturas políticas capazes de acomodar os interesses de diferentes grupos e regiões. Hoje, após várias crises de conflito violento, a estabilidade política da Costa do Marfim continua incerta. O que é que correu mal?

A Costa do Marfim tem cinco comunidades etnolinguísticas principais. Os Akans (42,1% da população) e os Krus (11%), concentrados no Sul e no Oeste, são cristãos. Os grupos dos Mandé do Norte (16,5%) e dos Voltaicos (17,6%) vivem maioritariamente no Norte e são predominantemente muçulmanos. O quinto é o dos Mandé do Sul (10%). O país também tem uma grande população de origem estrangeira que, durante a década de 1940, veio do actual Burkina Faso para trabalhar nas plantações de café e de cacau. Muitos desses imigrantes fixaram-se na Costa do Marfim. Em 1998, um quarto da população era de origem estrangeira, apesar de terem nascido na Costa do Marfim.

Após a independência, em 1958, o Presidente Félix Houphouët-Boigny instituiu um Estado de partido único. Mas cultivou cuidadosamente o equilíbrio entre diferentes regiões e grupos étnicos, através de um sistema de quotas para cargos governamentais. Também deu o direito de voto aos imigrantes e introduziu finalmente um sistema multipartidário. Durante os primeiros vinte anos após a independência, a Costa do Marfim conheceu a estabilidade política e um elevado crescimento sustentado – uma realização rara na África Ocidental.

Este relativo sucesso começou a falhar na década de 1980. A queda dos preços do café e do cacau aumentou a vulnerabilidade económica, as desigualdades entre o Norte e o Sul alargaram-se e as tensões entre os locais e os imigrantes económicos das regiões do Sul acentuaram-se. A década de 1990 assistiu à ascensão do nacionalismo costa-marfinense. Os “estrangeiros” deixaram de ter o direito de votar, medida que excluiu líderes políticos do Norte de concorrer às eleições. O grupo étnico do regime que estivesse no poder acabou por ter representações cada vez mais excessivas nas instituições estatais, incluindo as forças armadas.

As desigualdades sociais e económicas alargaram-se, em parte através de pressões económicas e em parte como resultado do uso do poder do Estado para apoiar grupos e regiões favorecidos. No fim da década de 1990, cinco das seis regiões com taxas mais baixas de escolarização primária situavam-se nas áreas do Norte. Medido pelo Índice de Prosperidade Socio-Económica¹, o período de 1994-98 viu os grupos do Sul (os Akans e os Krus) melhorarem a sua situação em relação à média nacional, especialmente a tribo dos Baulés, enquanto os Mandé do Norte e os Voltaicos continuavam muito abaixo da média nacional (ver figura). A posição dos

Mandé do Norte piorou de 1,19 vezes a média nacional em 1994 para 0,93 vezes a média nacional em 1998.

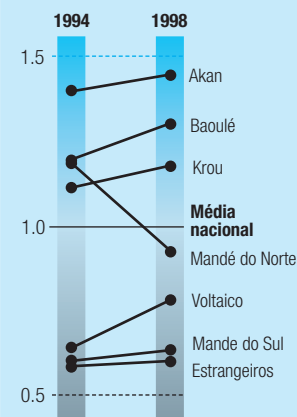
As crescentes desigualdades interagiram com razões de queixa em fermentação ligadas à exclusão política e ao uso do poder do Estado para favorecer certos grupos e regiões. Em Dezembro de 1999, um golpe de Estado levou ao estabelecimento de um Governo dominado pelos militares. Embora tivesse concordado em realizar novas eleições, este Governo também introduziu alterações constitucionais que barraram o exercício de cargos políticos àqueles cuja nacionalidade estivesse “em dúvida”. Desacordos sobre o resultado das eleições de Outubro de 2000 levaram a protestos generalizados e a outra mudança de Governo. O novo Governo continuou a prática de favorecer grupos do Sul, levando, em 2001, a um levantamento liderado pelo Movimento Patriótico da Costa do Marfim, que estendeu o seu controlo a metade do território do país.

Sob forte encorajamento da França e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, os grupos rivais assinaram um acordo de paz em Janeiro de 2003. Mas a execução atrasou-se, com impasse em relação ao desarmamento dos rebeldes, aos critérios de elegibilidade dos candidatos presidenciais e às leis da nacionalidade. A luta política recomeçou há poucos meses, juntamente com um ressentimento cada vez maior contra os soldados franceses de manutenção da paz. O actual Presidente anunciou recentemente que o líder da oposição poderia concorrer às eleições, que se realizarão ainda este ano, mas continuam por resolver questões fundamentais.

A descida da Costa do Marfim à situação de fragilidade do Estado é um produto de forças sociais, económicas e políticas complexas. Porém, o fracasso do Estado em resolver o problema das crescentes desigualdades baseadas na pertença a uma região, ou a um grupo, tem sido um importante factor. Da mesma maneira, o Estado não conseguiu assegurar que fosse visto como reflectindo um equilíbrio justo entre grupos diferentes. Conclusão: as desigualdades económicas horizontais e políticas podem desestabilizar o Estado.

Disparidades étnicas na Costa do Marfim na década de 1990

Índice de Prosperidade Socio-Económica, em relação à média nacional



Fonte: Langer 2005.

1. O Índice de Prosperidade Socio-Económica é baseado em cinco indicadores (propriedade de um frigorífico, propriedade de um carro, acesso a água canalizada, material de revestimento do chão em casa e acesso a instalações sanitárias com autoclismo). Mostra a posição de um grupo em relação à média nacional.

Fonte: Langer 2005.

económicas que conduzem o conflito. Na Bolívia, várias rondas de diálogo entre a sociedade civil e sucessivos governos não conseguiram produzir resultados palpáveis – daí a queda periódica na violência política e no caos (Caixa 5.5).

Gestão dos recursos naturais

Para além de intensificar a desigualdade, a abundância de recursos naturais pode ampliar os hiatos de capacidade que tornam alguns Estados mais pro-

Caixa 5.5 Benefícios e limites do diálogo participativo na prevenção do conflito

Os diálogos com múltiplos participantes nacionais são exercícios inclusivos e participativos que procuram criar confiança entre vários grupos de interesses. Com a ajuda de facilitadores neutros, esses diálogos nacionais permitem que os governos respondam a crises ou que formulem políticas estratégicas de longo prazo. São particularmente úteis quando a confiança nas instituições políticas se corroeu, ou quando os processos democráticos são frágeis.

Mas o diálogo não consegue resolver conflitos, nem reduzir tensões sociais onde os Estados falham na abordagem de profundas desigualdades estruturais que causam a ruptura política. A Bolívia é uma prova viva do problema.

Nos últimos anos, o país experimentou enquadrar estratégias de desenvolvimento com base em diálogos. Em 1997, um diálogo levou ao Plano Geral de Desenvolvimento Económico e Social de 1997-2000, visando a redução da pobreza e centrado na equidade, oportunidade, institucionalismo e dignidade. Em 2000, foi convocado outro diálogo nacional como parte do processo da Estratégia de Redução da Pobreza. Foi dirigido por um secretariado independente, que incluía muitos participantes da sociedade civil. Mas as frustrações aumentaram, porque as políticas resultantes dos diálogos não eram eficazmente executadas. Tem havido um crescente desacordo em relação a questões de política económica: a exploração das reservas de gás natural; a erradicação das plantações de coca em 1998-2001, que custou 59.000 postos de trabalho; e a oposição à privatização de serviços públicos.

Entretanto, persistem desigualdades generalizadas. O rendimento dos 10% mais ricos da população é 90 vezes o dos 10% mais pobres. A terra está desigualmente distribuída – 2 milhões de famílias, na sua maioria indígenas, trabalham 5 milhões de hectares de terra, enquanto menos de 100 famílias possuem 25 milhões de hectares. Em média, os Bolivianos passam cinco anos e meio na escola, mas há uma diferença de sete anos na escolaridade média, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população. As taxas de pobreza, que tinham diminuído para 48,7% em 1999, aumentaram para 61,2% em 2002. Além disso, 88% dos povos indígenas são pobres.

As desigualdades e o descontentamento com as respostas de política resultaram em violentas manifestações em 2003, envolvendo sindicatos de camponeses, federações de operários e até intelectuais da classe média, que forçaram a resignação presidencial. Com protestos cada vez maiores e a ruptura de confiança que reflectem, torna-se mais difícil os governos responderem a reivindicações de modo sustentado.

Fonte: Barnes 2005; ICG 2004a; Justino, Litchfield e Whitehead 2003; Petras 2004.

5 pensos para o conflito. Os Estados propensos ao conflito são muitas vezes desesperadamente pobres, mas extremamente ricos em recursos. A susceptibilidade ao conflito violento parece ser uma característica daquilo a que se tem chamado a “maldição dos recursos”. Mais uma vez, as ligações entre recursos e conflito violento não são automáticas, nem inevitáveis. O Botswana converteu a riqueza dos diamantes em crescimento elevado e desenvolvimento humano rápido, evitando ao mesmo tempo conflitos de grupos sobre a partilha de rendimentos. Porém, isto é mais a excepção do que a regra em grande parte do mundo em desenvolvimento. A combinação de estruturas de governação fracas com recursos que prometem lucros inesperados para quem controla a sua produção e exportação é uma importante causa de conflito violento.

Na era pós-guerra fria, os rendimentos dos recursos naturais substituíram o financiamento das superpotências como alimento da guerra. Entre 1990 e 2002, o mundo viu pelo menos 17 conflitos

em que a riqueza em recursos naturais foi um factor primordial. Os diamantes em Angola e na Serra Leoa, a madeira e os diamantes na Libéria, as gemas no Afeganistão, e o cobre, ouro, cobalto e madeira na República Democrática do Congo estiveram no centro do conflito civil, ou – no caso da República Democrática do Congo – de incursões apoiadas por Estados vizinhos (quadro 5.2). No Camboja, a insurreição dos Khmer Vermelhos foi financiada em grande medida por exportações de madeira.

Como foi discutido no Capítulo 4, os recursos naturais são hoje, em muitos países, uma maldição e não uma bênção. Na esfera do conflito, a patologia da “maldição dos recursos” funciona através de vários canais, impedindo o desenvolvimento de instituições políticas e de economias de mercado capazes de converter riquezas naturais em desenvolvimento humano. Parte da patologia está no desvio da riqueza nacional. Os fluxos financeiros que poderiam ter sido utilizados para apoiar o desenvolvimento humano foram, frequentemente, desviados para o

Quadro 5.2 Recursos naturais têm ajudado a alimentar conflitos em muitos países

País	Duração do conflito	Recursos
Afganistão	1978–2001	Pedras preciosas, ópio
Angola	1975–2002	Petróleo, diamantes
Angola, Cabinda	1975–	Petróleo
Camboja	1978–97	Madeiras, pedras preciosas
Colômbia	1984–	Petróleo, ouro, coca
Congo	1997	Petróleo
Congo, Rep. Dem.	1996–97, 1998–2002	Cobre, coltan, diamantes, ouro, cobalto
Indonésia, Aceh	1975–	Gás natural
Indonésia, Papua Ocidental	1969–	Cobre, ouro
Libéria	1989–96	Madeira, diamantes, ferro, óleo de palma, cacau, café, marijuana, borracha, ouro
Marrocos	1975–	Fosfatos, petróleo
Mianmar	1949–	Madeira, estanho, pedras preciosas, ouro
Papua Nova Guiné	1988–98	Cobre, ouro
Peru	1980–95	Coca
Serra Leoa	1991–2000	Diamantes
Sudão	1983–2005	Petróleo

Fonte: Adaptado de Bannon e Collier 2003.

financiamento de guerras civis, com governos, rebeldes e vários senhores da guerra à procura do controlo do petróleo, metais, minério e madeira. Angola é um forte exemplo. A riqueza das segundas maiores reservas de petróleo de África e das quartas maiores reservas de diamantes do mundo foi utilizada para alimentar uma guerra civil que matou, ou estropeiou, 1 milhão de pessoas entre 1975 e 2002 e deixou mais 4 milhões de desalojados internos. Hoje, Angola está classificada em 160 entre 177 países no IDH, com uma esperança de vida de cerca de 40 anos.

Receitas inesperadas de recursos naturais podem enfraquecer o Estado, a vários níveis. Destacam-se dois incentivos perversos que exacerbam a má governação. Primeiro, a disponibilidade de grandes correntes de rendimento enfraquece os incentivos para os governos desenvolverem sistemas de receitas estáveis através de estruturas fiscais nacionais. Um Estado que se torna menos dependente das receitas fiscais, tornar-se-á menos responsável perante os cidadãos.⁵⁰ Segundo, as rendas dos recursos naturais proporcionam retornos extremamente elevados para a corrupção do Estado – e para os indivíduos e grupos que o controlam. Estruturas fracas de governação proporcionam vastas oportunidades de actividade extra-orçamental e grandes fluxos de rendimento criam nas pessoas com poder o interesse em garantir que essas oportunidades se mantêm intactas. Não há números oficiais das receitas do petróleo na Guiné

Equatorial, mas a estimativa de 710 milhões de dólares do Banco Mundial aponta para uma grande desproporção entre o rendimento declarado e o real. Essas práticas enfraquecem as condições de responsabilidade e transparência, fundamentais para o desenvolvimento da autoridade legítima do Estado.

Para além das fronteiras

Nem todos os conflitos são produtos de fracasso do Estado. Factores externos que são igualmente importantes em muitos casos. Os problemas externos são importados através de fronteiras da segurança humana porosas e são reexportados como novos problemas de segurança para outros Estados.

Estes factores externos assumem várias formas. A fragmentação do Estado afegão foi activamente apoiada através de uma invasão soviética e do recrutamento, por potências externas, de combatentes mujahidin para pôr termo à ocupação soviética. A guerra civil subsequente entre vários grupos de resistência devastou o país e permitiu que os elementos mais impiedosos saíssem vitoriosos. O Governo dos talibã, que havia de pôr o desenvolvimento humano no Afeganistão em queda livre, tirou partido do caos interno que se abateu por influência externa. Na Somália, um processo de militarização, patrocinado primeiro pela União Soviética e depois pelos Estados Unidos, levou a uma guerra com a Etiópia e a uma

Problemas externos, importados através das fronteiras da segurança humana porosas, são reexportados como novos problemas de segurança para outros Estados

Para o conflito violento, como na saúde pública, a primeira regra de sucesso é a seguinte: mais vale prevenir do que remediar

brutal guerra civil entre senhores da guerra rivais, com o controlo de cerca de 500.000 armas.

Seja qual for o equilíbrio entre factores internos e externos nas causas do conflito, as consequências são invariavelmente regionalizadas e internacionalizadas. A limpeza étnica nos Balcãs criou fluxos de refugiados na Europa Ocidental e a violência em Darfur criou refugiados no Chade. Uma vez iniciados, os conflitos podem espalhar-se pelos Estados vizinhos, minando a segurança e criando ciclos transfronteiriços de violência. A guerra regional da África Ocidental, que começou na Libéria em 1989, migrou para a Serra Leoa, voltou à Libéria (onde minou um processo de desarmamento em 1997) e depois mudou-se para a Guiné. Em Setembro de 2002, combatentes da Libéria e da Serra Leoa estiveram envolvidos na luta que irrompeu na Costa do Marfim.

Uma característica da globalização é o estreitamento do espaço económico entre países. Quando os Estados se desmoronam, as ameaças de segurança podem atravessar esse espaço estreito com impu-

nidade. A criação de redes terroristas, a partir dos próprios grupos que tinham sido apoiados pelo Ocidente para expulsar as forças soviéticas, dá um exemplo chocante do efeito bumerangue da guerra por procuração do Afeganistão.

Os Estados propensos ao conflito constituem uma imensa ameaça, não só para os seus próprios cidadãos, mas também para a comunidade internacional. São um terreno natural para senhores da guerra, redes criminosas e grupos extremistas à procura de explorar um vazio de governação. Do Afeganistão à África Ocidental e mais longe, o desmoronamento do Estado abre a porta à criação de paraísos para grupos que constituem ameaças à segurança das populações locais, e à incubação de ameaças transfronteiriças ligadas a fluxos de refugiados, tráfico de armas, economia da droga e doenças. Os Estados frágeis são importantes para lá das suas fronteiras, em parte porque não têm capacidade de controlar eficazmente os seus territórios, que podem tornar-se paraísos seguros para terroristas e organizações criminosas.

A resposta internacional

Em 1945, o Secretário de Estado dos EUA, Edward R. Stettinus, informou o seu governo sobre a conferência de São Francisco que criou a Organização das Nações Unidas. Identificou as duas componentes fundamentais da segurança humana e as suas ligações: “A batalha da paz tem que ser travada em duas frentes. A primeira frente é a frente da segurança em que vitória significa liberdade do medo. A segunda é a frente económica e social, onde a vitória significa liberdade de necessidades. Só a vitória em ambas as frentes pode garantir ao mundo uma paz duradoura.”⁵¹

Sessenta anos depois, essas palavras continuam a ter forte eco para os desafios da segurança colectiva do princípio do século XXI. A vitória em ambas as frentes da segurança humana continua a ser uma condição do êxito, mas a taxa de progresso é desigual. O progresso na frente económica e social tem sido limitado, obstruindo o progresso na frente da segurança. Melhorar os padrões de vida, aumentar as oportuni-

dades em matéria de saúde e educação e construir as instituições necessárias para promover a verdadeira democracia devia ser considerado a primeira linha de defesa. Vencer a pobreza não só poupará milhões de vidas, mas também tornará mais susceptíveis de resolução as tensões económicas e sociais que criam o conflito. Para o conflito violento, tal como em saúde pública, a primeira regra de êxito é a seguinte: mais vale prevenir do que remediar. E o desenvolvimento é a estratégia mais eficaz de prevenção.

O ambiente internacional para desenvolver uma resposta colectiva de segurança eficaz está marcado por oportunidades e ameaças. Novos acordos de paz, por mais frágeis que alguns possam ser, demonstram as vantagens potenciais de desenvolvimento humano de resolver um conflito violento: há cinco anos, poucas pessoas teriam previsto que o Afeganistão, a Libéria ou a Serra Leoa estariam em posição de lançar uma recuperação do desenvolvimento humano. Os governos dos países industrializados estão cada vez

mais conscientes da importância de criar medidas de prevenção de conflitos dentro dos seus programas de assistência ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a resposta militar às ameaças de segurança está superdesenvolvida em relação à resposta mais ampla de desenvolvimento humano. Os ODM deram um novo relevo aos esforços globais de redução da pobreza. Mas como os anteriores capítulos deste Relatório defenderam, o acordo sobre os ODM tem de implicar o empenho financeiro e político sustentado para traduzir metas em resultados práticos.

O modo com o os países desenvolvidos entendem a segurança terá uma importante incidência na eficácia da estratégia das “duas frentes”. A segurança no mundo desenvolvido veio a significar cada vez mais segurança militar contra a ameaça constituída pelo “terrorismo”. Objectivos mais amplos têm sido subordinados a esta meta. Existe, porém, o perigo de a guerra ao terrorismo distorcer as prioridades e dar lugar a estratégias que sejam ineficazes ou contraproducentes. Por exemplo, a “guerra ao terrorismo” não pode justificar a violação brutal dos direitos humanos e das liberdades cívicas, nem respostas militarizadas a problemas de desenvolvimento. Todavia, alguns governos invocaram os imperativos esmagadores dessa guerra para atingirem com impunidade grupos convenientemente rotulados como “terroristas”. Essas transgressões ameaçam enfraquecer as normas e instituições necessárias para garantir a paz. Do ponto de vista de uma concepção mais alargada da segurança humana, há o perigo de a guerra contra o terrorismo poder marginalizar a luta contra a pobreza, as epidemias de saúde e outros desafios, afastando recursos financeiros escassos das causas da insegurança. Aí reside uma ameaça muito real de que orçamentos de assistência, já limitados, poderem ser atribuídos reflectindo o que se considerar um imperativo de objectivos militares e objectivos de política externa.

A segurança humana só pode desenvolver-se inteiramente com liderança nos próprios países em vias de desenvolvimento – não é uma mercadoria que se possa importar. Todavia, a segurança humana também é um dos elementos-chave da “nova parceria” para o desenvolvimento entre países ricos e países pobres. Os países desenvolvidos têm um papel central a desempenhar na eliminação da barreira ao desenvolvimento humano criada pelo conflito violento – e têm uma forte razão para a acção radicada no imperativo moral e no egoísmo.

Melhorar a ajuda

Como se mostrou no Capítulo 3, a ajuda internacional é um dos principais recursos disponíveis para acelerar o progresso na segunda frente identificada pelo Secretario de Estado Stettinus: a guerra contra a pobreza. Mas a ajuda bem projectada também pode resolver alguns dos desafios enfrentados por estados propensos ao conflito.

Reconhecer que os processos de desenvolvimento destinados a melhorar o bem-estar humano podem gerar conflito não intencionalmente é o primeiro passo para a prevenção do conflito. Quando é prestada ajuda em ambientes propensos ao conflito, ela pode exacerbar tensões entre grupos – como aconteceu no Ruanda. A assistência ao desenvolvimento que beneficiava uma pequena parte da população, com exclusão da maioria, contribuiu para a desigualdade, para alimentar o ressentimento, e contribuiu para a violência estrutural.⁵² Se os doadores tivessem tido mais consciência das consequências dos seus actos e estivessem mais disponíveis para se envolver na prevenção do conflito, era possível que tivessem evitado o genocídio daí resultante.

Novas abordagens à ajuda no âmbito da rubrica “desenvolvimento sensível ao conflito” envolvem agora directamente os doadores na avaliação do impacto potencial da assistência ao desenvolvimento em diferentes grupos. Entre 1998 e 2000, irrompeu violência nas ilhas Salomão quando grupos indígenas de Guadalcanal lançaram violentos ataques contra as comunidades de uma ilha vizinha que se instalaram na capital, Honiara. O conflito foi, em grande medida, definido em termos étnicos. Foi concluído um acordo de paz em 2000, mas grupos militantes recusaram-se a desarmar-se. Em 2003, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outros doadores trabalharam com o Conselho Nacional para a Paz e com o Departamento de Unidade Nacional, Reconciliação e Paz, do governo, para explorar, através de um processo de consulta muito alargado e com a participação de múltiplos interesses as razões de queixas e as frustrações que levaram à violência. O próprio processo de consulta pôs em causa a ideia dominante de que o conflito tinha fundamentalmente a ver com identificação étnica. Os participantes identificaram várias razões, especialmente as tensões relativas a direitos sobre a terra, os papéis relativos de estruturas tradicionais e não tradicionais de autoridade, acesso a

Novas abordagens da ajuda para o “desenvolvimento sensível ao conflito” avaliam o impacto da ajuda em grupos diferentes

Se se pretende evitar a ameaça de regresso ao conflito em Estados frágeis, então, a ajuda é um investimento na criação de condições para a paz sustentada

serviços governamentais, falta de oportunidades económicas e uma ruptura dos mecanismos de aplicação da lei. Assim, o processo de consulta põs em causa as convicções muito arraigadas e potencialmente perigosas de que o conflito tinha fundamentalmente a ver com a identidade étnica. Também denunciou o facto de, nalguns casos, acções de apoio dos doadores a serviços governamentais levadas a efeito, sem que as consultas tenham exacerbado inadvertidamente as tensões.⁵³

O financiamento externo pode preencher hiatos de capacidade que tornam os Estados propensos ao conflito. Na medida em que esse financiamento previne o conflito, pode esperar-se que gere retornos muito elevados para o crescimento e o desenvolvimento humano. Todavia, a ajuda a estados frágeis parece ser desproporcionalmente baixa, especialmente quando se descontam os fluxos para o Afeganistão e o Iraque. Com algumas notáveis excepções, os estados frágeis não atraem grandes fluxos de ajuda. Não é uma simples questão de má governação. Pesquisas internacionais feitas pelo Banco Mundial utilizando um modelo de dotação baseado na pobreza e no desempenho sugerem que a ajuda a Estados frágeis podia ser aumentada até 40% com base na qualidade das suas instituições. Outro problema, posto em destaque no Capítulo 3, é o de que a ajuda aos estados frágeis é duas vezes mais volátil do que a ajuda a outros países. Para governos com uma fraca base de receitas, é provável que isto seja altamente desestabilizador e corroa uma capacidade já

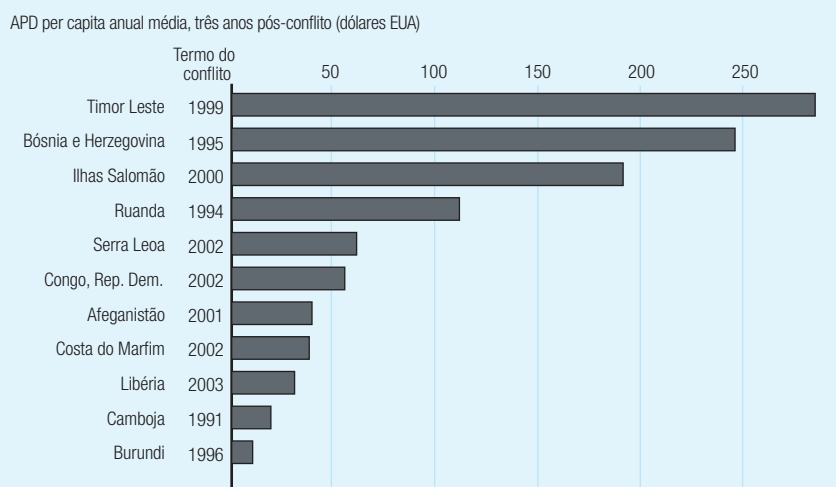
de si fraca. Claro que há imensos desafios que os doadores que quiserem desembolsar ajuda em ambientes pós-conflito enfrentam. Mas é importante que as decisões de dotação sejam tomadas com base em avaliações cuidadosamente ponderadas e transparentes.

A ajuda internacional é particularmente importante no período de reconstrução. O objectivo da reconstrução pós-conflito é evitar voltar às condições de antes da crise e construir as bases de uma paz duradoura. Para evitar a ameaça de regresso ao conflito em Estados frágeis, a ajuda é um investimento na criação de condições de paz sustentada. Utilizando a dotação como base de avaliação, há poucos indícios de que os fluxos de ajuda reflectam uma resposta coerente às necessidades de financiamento da reconstrução. A despesa *per capita* no período de dois anos após a conclusão de um acordo de paz vai de 245 dólares na Bósnia e Herzegovina a 40 dólares no Afeganistão (ver figura 5.4).

As diferenças de desempenho político e de capacidade de absorção explicam, sem dúvida, parte da discrepância – e não existe nenhuma fórmula estabelecida para enquadrar a necessidade com o financiamento. Todavia, parece haver pouca coerência interna num modelo de atribuição de recursos que deixa países como o Burundi, a República Democrática do Congo e a Libéria figuram perto do fim da lista. O Banco Mundial reconheceu este problema na utilização dos fundos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) – uma das principais fontes de recursos para a reconstrução pós-conflito. O financiamento da reconstrução pós-conflito através da AID ascendeu a 45 dólares *per capita* na Bósnia e Herzegovina Entre 1996 e 1999 mas, ainda assim, a menos de 5 dólares *per capita* no Ruanda.⁵⁴ Estas discrepâncias apontam para a necessidade de muito maior transparência nas decisões dos doadores no financiamento da reconstrução pós-conflito.

A sequenciação da ajuda apresenta outro problema. No ciclo típico da ajuda pós-conflito, a ajuda atinge o auge nos primeiros anos após o conflito e, depois, caem acentuadamente. Isto é o contrário do que é preciso. A capacidade de absorver ajuda é principalmente limitada no período imediatamente pós-conflito, enquanto se instalam novas instituições, o que leva a grandes hiatos entre os compromissos e os desembolsos dos doadores. Pesquisas sugerem que o período óptimo para absorver mais ajuda é cerca de seis anos após o acordo de paz, altura em que o interesse dos doadores já passou. O ciclo que acaba de ser descrito ajuda a explicar as

Figura 5.4 Ajuda para a reconstrução pós-conflito – a política acima da necessidade



Nota: Os dados referem-se a médias de três anos, com início no ano em que o conflito terminou, com excepção da República Democrática do Congo, Costa do Marfim e Serra Leoa, cujos dados referem-se a médias de dois anos, e Libéria, com dados referentes a um ano apenas. Fonte: Calculado com base em dados da APD, de OECD/DAC 2005f e dados da população, de UN 2005d.

conclusões da pesquisa do Banco Mundial que indica que em outros Estados pós-conflito a capacidade de absorção da ajuda é quase o dobro da dos países com níveis semelhantes de pobreza.⁵⁵

A pós o conflito, os Estados são sensíveis a alguns dos problemas gerais de ajuda descritos no Capítulo 3. A prioridade imediata em qualquer Estado pós-conflito é desenvolver a capacidade das instituições e a sua responsabilidade perante as populações locais. Quando os doadores optam por trabalhar “fora do orçamento” através de projectos e criar estruturas paralelas de informação, auditoria e fornecimento de bens, minam o desenvolvimento de estruturas institucionais de que depende a paz e a segurança no futuro. O perigo é de que uma má avaliação da parte dos doadores complique o próprio problema que os doadores querem resolver: o enfraquecimento das estruturas do Estado e da capacidade local. O fracasso da coordenação e da coerência é particularmente chocante na Bósnia e Herzegovina. O país recebeu mais ajuda *per capita* do que a Europa durante o

Plano Marshall. Todavia, mais de seis anos após a assinatura dos acordos de paz, o país mantém as crises financeiras.⁵⁶ A um nível de longe mais limitado de desenvolvimento institucional, o Afeganistão também tem enfrentado graves problemas.

Gerir recursos naturais e atacar as armas pequenas

Os países desenvolvidos podiam ser mais activos na solução de dois problemas que geram e sustentam o conflito violento: a má administração das exportações de recursos naturais e a gestão inadequada das importações de pequenas armas.

Quebrar a maldição dos recursos

Os governos nacionais têm que assumir a principal responsabilidade da governação de recursos naturais. Mas a comunidade internacional pode ajudar a agravar as ligações entre recursos naturais e conflito violento. O isolamento dos mercados pode gerar

Contribuição especial

Desafios para a reconstrução pós-conflito: lições do Afeganistão

A forma e a função do Estado têm estado, normalmente, no centro do conflito. O desafio fundamental no início do processo político, finalizado o conflito aberto, é adoptar políticas, procedimentos e intervenções que tornem a paz sustentável, levem a um ambiente de confiança mútua e solidariedade e construam o Estado como poder organizado da sociedade.

Mais especificamente, várias questões devem merecer a atenção crítica:

- **Criar consenso sobre uma estratégia.** No ambiente imediato ao pós-conflito são muitos os actores nacionais e internacionais que entram em cena. Cada um tem uma percepção diferente, uma capacidade diferente e um conjunto diferente de prioridades, reflectindo diferentes mandatos, recursos e interesses. Se cada um desses actores prosseguisse uma estratégia autónoma, o resultado seria o desperdício de recursos, uma crescente desconfiança e o possível reatar do conflito. É, por isso, imperativo para o Governo e para os doadores chegar a acordo sobre as prioridades no quadro de uma estratégia coerente, chegar a acordo sobre a divisão do trabalho e lutar pela criação de modalidades de coordenação e de cooperação.
- **Restabelecer e aumentar a confiança no Estado.** Para que a confiança no Estado seja restabelecida, o enfoque deverá ser sobre a revitalização e a reforma dos processos de governação, dando particular atenção à segurança, administração, primado da lei e serviços básicos. A criação de instituições paralelas ao Estado, seja através da ONU, ou bilaterais, pode minar o enfoque necessário no Estado.
- **Assegurar finanças públicas adequadas.** O restabelecimento das funções do Estado exige que este tenha recursos à sua

disposição. Os fluxos de ajuda são uma parte significativa desses recursos na fase inicial, mas a mobilização do rendimento interno através das actividades que podem gerar maiores recursos deveria estar na vanguarda das atenções. A confiança no Estado exige que se faça do orçamento o instrumento central de política e a arena para determinar prioridades e construir consensos sobre o uso dos recursos para satisfazer as prioridades nacionais. O sistema de ajuda deve tentar ajudar o Governo a adquirir rapidamente a capacidade para um quadro de despesas de médio prazo e a criar mecanismos de responsabilidade, incluindo políticas de aquisição, gestão financeira e auditoria, que resultem na confiança dos doadores e dos cidadãos.

- **Usar a função reguladora do Estado para proteger os residentes e criar confiança.** Para além de outras tarefas óbvias, os actores sociais devem prestar atenção às funções reguladoras do Estado. A concessão de licenças e a regulamentação das actividades do sector privado (para proteger os cidadãos contra danos como o combustível com chumbo, ou os medicamentos fora de prazo) pode ser fundamental para a confiança. Os programas nacionais, dirigidos em particular aos pobres urbanos e rurais, são um instrumento para criar um sentido de cidadania e usar os recursos eficazmente.



Dr. Ashraf Ghani
Antigo Ministro das Finanças
Estado Islâmico do Afeganistão

Poderia ser encorajada uma maior transparência se os governos tornassem a corrupção das empresas transnacionais no estrangeiro um crime no próprio país

o afluxo de dinheiro às áreas em conflito e reduzir os incentivos para controlar os recursos naturais. A certificação pode ser usada para restringir o acesso do consumidor a produtos ilegais informando os potenciais compradores e as autoridades aduaneiras do estatuto legal das mercadorias. No princípio de 2000, os governos do sul da África fizeram esforços para evitar a exportação de diamantes “de conflito” de Angola, Libéria e Serra Leoa. O resultado foi o Processo Kimberley – um esquema ao abrigo do qual os países de importação e de trânsito concordam em não aceitar diamantes em bruto cujo estatuto legal não esteja confirmado por um certificado oficial.

Ainda é demasiadamente cedo para tirar conclusões acerca da eficácia do processo, mas há indicações de que teve algum êxito: já cobre 42 países e quase toda a produção global de diamantes em bruto.⁵⁷ Os Estados Unidos começaram a desenvolver um processo análogo para excluir as importações de produtos de madeira ilegal ao abrigo do seu programa Forest Law Enforcement Governance and Trade. Porém, a actividade generalizada de exportação ilegal de madeira continua a causar grandes prejuízos às receitas do governo, a gerar grandes prejuízos ambientais e a minar os esforços para controlar a corrupção. Calcula-se que actualmente o comércio ilegal de madeira ascenda a 10% do comércio anual de 150 mil milhões de dólares.

Mais transparência é outra prioridade. Os países do Grupo dos Oito (G-8) têm atribuído uma alta prioridade a uma maior revelação de dados e responsabilidade no sector dos minérios. Um exemplo disso é a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas, em que intervêm vários interesses. Isto é promissor porque exige que as companhias de petróleo e gás revelem todos os pagamentos e que os governos revelem o que recebem. A iniciativa é voluntária, contudo carece de linhas de orientação claras para a aplicação. Além disso, o progresso tem sido limitado por causa de incentivos perversos do mercado: qualquer companhia isolada que proponha mais transparência corre o risco de perder para os rivais que não embaracem os governos com obrigações de responsabilidade pública.

As práticas institucionais podem aumentar os problemas da gestão dos recursos naturais. A transparência inadequada pode reforçar a corrupção e enfraquecer a governação. A contrapartida da actividade extra-orçamental dos governos é pagamentos às escondidas feitos pelas companhias a indivíduos-chave que

são considerados guardiães de direitos sobre recursos naturais. Em Angola, mais de trinta multinacionais petrolíferas pagaram ao governo direitos de exploração de petróleo, sem revelarem nem aos Angolanos nem aos seus accionistas quanto pagaram ou a quem. Na região cáspica, os direitos de exploração de petróleo são governados por Acordos de Parceria Multinacional entre governos e investidores estrangeiros. Negociados em segredo, esses acordos têm dado lugar a algumas das maiores investigações de corrupção da história judicial dos EUA. A falta de transparência enfraquece a responsabilidade do governo e pode exacerbar a desconfiança subjacente que alimenta o conflito.

A Comissão África do Reino Unido propôs o desenvolvimento da abordagem da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas, acrescentando-lhe algumas questões jurídicas. Ao abrigo da maioria dos quadros legais actuais, é difícil processar uma companhia transnacional sediada num país por práticas corruptas noutro país. O quadro proposto pela Comissão resolveria este furo da lei. Permitiria que os governos dos países em que as companhias transnacionais estão localizadas accionassem praticar corruptas no estrangeiro. E permitiria que os países em vias de desenvolvimento tivessem acesso mais fácil a processos legais para recuperar os activos roubados. Poderia ser encorajada uma maior transparência se outras economias desenvolvidas seguissem o exemplo dos EUA e reforçassem as leis dos países industrializados para tornar a corrupção das empresas transnacionais no estrangeiro um crime no próprio país. O argumento de que essas medidas vão contra o princípio dos mercados abertos ao investimento é deslocado. Tais medidas não seriam diferentes da revelação de dados financeiros impondo requisitos a todas as companhias cotadas em bolsa nas economias ocidentais. Além disso, seriam coerentes com a Convenção da ONU Contra a Corrupção e as Linhas de Orientação da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento Sobre Empresas Multinacionais.

Controlar as armas pequenas

Uma acção mais eficaz da comunidade internacional para controlar a disseminação de armas é uma necessidade-chave para a segurança humana. A disponibilidade de armas não pode causar conflito. Mas torna mais provável o conflito – e aumenta a probabilidade de os conflitos assumirem formas intensamente mais violentas.

As pequenas armas são as preferidas nos conflitos de hoje. Em média, matam 500.000 pessoas por ano, ou uma pessoa por minuto.⁵⁸ As minas antipessoais matam mais 25.000 pessoas por ano.⁵⁹ Em áreas propensas ao conflito, as armas pequenas são usadas por facções em combate para aterrorizar, matar e deslocar populações vulneráveis. A dispersão de armas por exércitos particulares e milícias alimenta um ciclo de violência. Entretanto, as sociedades a sair de anos de conflito enfrentam a ameaça de uma violência contínua na medida em que a disponibilidade de armas pequenas facilita a violência política e criminal.

Não há estimativas totalmente fiáveis do número total de pequenas armas em circulação. Uma fonte autorizada coloca esse número em 639 milhões.⁶⁰ A produção global de pequenas armas é de 7 a 8 milhões de unidades por ano, cerca de 1 milhão das quais são armas de estilo militar. Os Estados Unidos, a Rússia e a China dominam a produção, mas há pelo menos mais 27 fontes de abastecimento significativas. A nível mundial, estão envolvidas pelo menos 1 249 companhias de 92 países. A economia das pequenas armas faz parte integrante da ameaça à segurança colectiva que os estados frágeis constituem. No Afeganistão, grupos mujaidines anti-soviéticos pagavam armas com receitas provenientes do ópio. No Camboja, na Libéria e na Serra Leoa, as receitas dos diamantes e da madeira financiavam o comércio de pequenas armas.

Na última década, alguns governos avançaram para uma maior transparência no controlo do comércio de pequenas armas. Os governos dos países importadores da África Subsariana têm estado profundamente empenhados. A Moratória sobre a Importação, Exportação e Fabrico de Pequenas Armas e Armas Ligeiras na África Ocidental (1998), estabelecida pela ECOWAS, foi uma das primeiras moratórias regionais do mundo sobre pequenas armas. Proibiu as importações de novas armas sem a aprovação de outros estados membros. Em 2004, 11 governos africanos das regiões dos Grandes Lagos e do Corno de África – duas das áreas com mais conflitos – assinaram um Protocolo para a Prevenção, Controlo e Redução de Pequenas Armas e Armas Ligeiras.

Os países exportadores também aumentaram a cooperação. O Código de Conduta sobre Exportações de Armas da União Europeia proíbe a venda de armas que possam ser utilizadas para repressão interna ou para agressão externa. Os países europeus

também expandiram as suas actividades de partilha de dados através da Organização para Segurança e Cooperação na Europa. Em 2001, os Estados Membros da ONU negociaram um Protocolo vinculativo que proíbe o fabrico e o tráfico ilegal de armas de fogo para complementar a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional. As Melhores Orientações Práticas para Pequenas Armas e Armas Ligeiras do Compromisso de Wassenaar para exportação (2002), aceitou cerca de 33 Estados – a maioria dos fabricantes e exportadores globais de armas – exige que as transferências de armas tenham como objectivo satisfazer o objectivo de minimizar o desvio de recursos humanos e económicos.

Tudo isto são iniciativas importantes. Reflectem uma consciência crescente da escala do problema. Mas os actuais arranjos enfermam de várias insuficiências. Não são juridicamente vinculativos e incidem exclusivamente nas armas ilícitas, e não nas transferências autorizadas pelo Estado. Devidos aos múltiplos fornecedores, os Estados têm acesso a armas provenientes de origens com exigências nada escrupulosas de informação representa um grande furo da lei. Outro problema é que os acordos regionais nem sempre são coerentes entre si ou eficazmente coordenados. Os principais exportadores apertaram as práticas de exportação: agora é mais difícil os governos autorizarem transferências de armas para regimes que não respeitam os direitos humanos básicos. Mesmo neste caso, todavia, a disponibilidade de um governo receptor para subscrever a “guerra ao terrorismo” pode, muitas vezes, ser mais importante do que o exame do seu currículo em matéria de direitos humanos.

Uma vez que a maioria das armas entra legalmente no mercado, os regulamentos do lado da oferta podem ser muito eficazes. Duas fortes barreiras têm obstruído os esforços para sustentar o fluxo de pequenas armas na fonte: a diversidade da oferta e a falta de vontade política, como já mencionado. Considerando a ameaça constituída pelo terrorismo, podia pensar-se que os países industrializados liderariam os esforços para regular o comércio de pequenas armas. Todavia, esse comércio letal continua, na melhor das hipóteses, a ser regulado semanalmente, com consequências devastadoras para o desenvolvimento humano. É necessário um Tratado Internacional Global do Comércio de Armas que estabeleça acordos juridicamente vinculativos sobre a correção territorial

Um tratado internacional
compreensivo do comércio
de armas deveria regular
a intermediação territorial
e extraterritorial de armas
e estabelecer normas
comuns de imposição

Os organismos regionais em África carecem de recursos, logística e capacidade humana para agir de acordo com mandatos tão ambiciosos

e extra-territorial de armas e normas comuns de aplicação. A Conferência das Nações Unidas de Análise das Pequenas Armas de 2006 proporciona uma oportunidade crítica para se chegar a um acordo sobre um TCA para regular as transferências para estados e para travar as transferências ilícitas de armas.

Criar capacidade regional

As guerras civis afectam os países vizinhos quer directamente quer bloqueando o acesso a rotas comerciais e criando condições desfavoráveis para o investimento estrangeiro e nacional. Este facto dá a esses países vizinhos um interesse imediato em minimizar esse impacto. O problema é que os países mais pobres que enfrentam os mais graves desafios de segurança regional carecem de capacidade financeira e institucional para montar uma resposta eficaz. Construir essa capacidade é uma parte vital da construção de um mundo mais seguro.

As organizações regionais podem desempenhar um papel cada vez mais importante na resolução dos desafios da segurança. Isto é verdade para a Europa e para a África Subsariana. A União Europeia, a OSCE e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, todos fizeram intervenções de segurança nos últimos anos. Os organismos regionais estão bem alertas rápidos atempados de crise. Os mecanismos de alerta rápido desenvolvidos em África, como o Mecanismo de Reacção e Alerta Rápido da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, permitiram que organizações regionais acompanhem de perto os desenvolvimentos. As instituições regionais também podem ter um papel de mediador entre as partes de um conflito: a mediação de liderança africana nos Grandes Lagos em 2004 e no Sudão em 2005 são exemplos disso.

Quando rebenta o conflito, os organismos regionais têm o maior interesse em reagir decididamente para o conter. Em Darfur, a União Africana procurou obter um mandato forte para enviar para lá uma força para proteger civis, e para acompanhar um cessar-fogo largamente ignorado. Teria sido essa a mais eficaz reacção internacional. Todavia, em Agosto de 2004, quando o número de mortes ainda atingia um nível muito elevado, havia menos de 300 soldados localmente para guardar um número estimado de 1,5 milhões de darfuris retirados das suas casas por milícias apoiadas pelo governo.

Em meados de 2005, a presença da União Africana aumentou para 3000 soldados – para controlar uma região do tamanho da França. Se os doadores foram além das promessas que tinham feito à força de paz da União Africana, as promessas ainda ficaram aquém das necessidades.⁶¹ Apesar dessas limitações, a União Africana está a pensar em enviar tropas para desarmar grupos rebeldes ruandeses da linha dura no leste da República Democrática do Congo. Também está a pensar em enviar forças para a Somália. O êxito nessas operações exigirá um nível de longe mais elevado de apoio coordenado da comunidade internacional.

O caso de Darfur aponta para um problema mais amplo. Os governos africanos estão a reconhecer as suas responsabilidades na solução das preocupações com a paz e a segurança regionais. Aumentou a intervenção humanitária. Na África Ocidental, a ECOWAS interveio na Libéria (1990), na Serra Leoa (1991-99) e na Guiné-Bissau (1998-99), se bem que com diferentes graus de êxito. Os governos africanos reconheceram que a criação de forças de segurança regional é efectiva é essencial para manter a integridade territorial dos Estados e para ajudar os Estados vizinhos frágeis a prevenir o conflito. Em 2000, o Acto Constitutivo da União Africana deu-lhe o direito de intervir em circunstâncias de “crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”.⁶² Subsequentemente, foi criado um Conselho de Paz e Segurança para a criação da Força Africana de Reserva proposta pela União Africana (FAR).

O problema é que os organismos regionais em África carecem de recursos, logística e capacidade humana para agir de acordo com mandatos tão ambiciosos. No princípio da década de 1990, a Organização de Unidade Africana identificou a antecipação e a prevenção de conflitos como objectivos importantes. Foi criado um Fundo de Paz para esse efeito. O Fundo conseguiu mobilizar apenas 1 milhão de dólares por ano, de 1996 a 2001, com muitos Estados membros a não cumprirem as suas obrigações financeiras.⁶³ Nas intervenções da ECOWAS na Libéria e na Nigéria acabou por cobrir 90% dos custos das operações, que movimentaram mais de 1,2 mil milhões de dólares. O Canadá, a UE, o Japão e os Estados Unidos também contribuíram mas as quantias não foram suficientes⁶⁴. Na ausência de apoio financeiro e logístico, a Tanzânia e o Uganda retiraram-se da missão da Libéria em 1995.

Foram feitos esforços para melhorar as capacidades de intervenção. Em 1996, os Estados Unidos lançaram uma Iniciativa Africana de Reacção a Crises para treinar soldados africanos. Em 2004, tinham sido mais de 10 000 soldados formados. Em Fevereiro de 2004, a União Europeia prometeu 300 milhões de dólares para criar cinco brigadas regionais multinacionais de reserva.⁶⁵

Criar a Força Africana de Reserva proposta pela União Africana exigirá apoio contínuo em matéria de planeamento e logística para que esteja instalada a capacidade planeada de 15.000 soldados na data-objectivo de 2010. O investimento no desenvolvimento da FAR seria uma forte contribuição para o desenvolvimento humano e a segurança colectiva. Se hoje existisse esse organismo, os custos humanos do conflito no Sudão talvez fossem muito menores. Em Abril de 2004, a União Africana, com a União Europeia e os Estados Unidos mediarão um acordo de cessar-fogo entre o governo sudanês e os rebeldes de Darfur. Mas a sua missão de supervisão do cessar-fogo está limitada pela falta de apoio financeiro dos principais países desenvolvidos.⁶⁶

Se as perspectivas são promissoras, confiar nas reacções regionais tem riscos associados. Um risco óbvio é de que as intervenções regionais possam ser comprometidas por Estados com interesse estratégico num rendimento específico. As rivalidades na região dos Grandes Lagos limitam o terreno para envolvimento de forças provenientes dos estados da região, por exemplo. Os organismos regionais de manutenção da paz também enfrentam alguns dos mesmos constrangimentos que reduziram a eficácia das missões de manutenção de paz da ONU. No caso de Darfur, o governo do Sudão quis aceitar uma força de manutenção de paz da União Europeia em parte porque tem um mandato para observar, mais do que para proteger civis.

Desafios à reconstrução

Os acordos de paz são momentos de grande oportunidade – e grande vulnerabilidade. A maioria dos estados frágeis é apanhada em ciclos de paz temporária e retoma do conflito: metade dos países que saem de um conflito voltam a cair na violência daí a cinco anos. Quebrar o ciclo exige acção decisiva para aproveitar as oportunidades que a paz cria, dando segurança, reconstruindo instituições e apoiando a recuperação social e económica.

A segurança é uma prioridade imediata. Na Serra Leoa, o Reino Unido comprometeu-se a dar uma garantia de segurança de 15 a 25 anos “para lá do horizonte”, ajudando a criar as condições para o desenvolvimento de instituições nacionais. O apoio dos doadores é financiar um programa para integrar antigos combatentes numa força de segurança nacional e fornecer reciclagem. Em contrapartida, o acordo de paz na vizinha Libéria continua a ser ténue. O desarmamento foi menos completo. E há partes do país que continuam a ser inseguras. O desafio para a Serra Leoa é passar da segurança à fase seguinte de reconstrução através de uma estratégia nacional de longo prazo para a recuperação económica e para o desenvolvimento de instalações responsáveis. O desafio para a Libéria é criar as condições de segurança para a reconstrução.

Criar uma cobertura eficaz para o desenvolvimento de segurança humana é o primeiro passo na escada da reconstrução. Esse passo exige um empenhamento financeiro – mas é um empenhamento com elevado retorno em termos de vidas poupadas e de ganhos económicos. Uma estimativa coloca o custo da intervenção militar do Reino Unido na Serra Leoa em 397 milhões de dólares por ano durante 10 anos com um retorno estimado de 33 mil milhões de dólares, ou mais 8 vezes o investimento. Para lá da segurança imediata, restabelecer ou reconstruir instituições capazes de supervisionar a paz e o desenvolvimento a longo prazo coloca grandes desafios.

As Nações Unidas assumiram um papel cada vez mais importante na construção ou no reforço das instituições do estado – assumindo o encargo de organizar eleições e de fornecer pessoal de polícia (ver quadro 5.3). Se as administrações transitórias lideradas pelas Nações Unidas – como na Bósnia e Herzegovina – ainda são a excepção, em vez de serem a regra, o desafio da reconstrução é o mesmo: criar estados eficazes que forneçam serviços básicos e criar condições seguras para o desenvolvimento.

Muito tem sido aprendido desde 1990 acerca das condições em que a reconstrução não proporciona um quadro de recuperação. A construção da paz pós-conflito é uma tarefa complexa, que exige envolvimento sustentado. Para ter êxito, tanto tem que resolver as causas subjacentes ao conflito como desenvolver instituições consideradas legítimas em todos os aspectos. Não há esquemas. Porém, a expe-

Quadro 5.3 Operações pós-conflito de construção da paz exercitam os poderes governamentais

Território	Missão	Data	Responsabilidade principal na polícia?	Responsabilidade principal no referendo?	Responsabilidade principal nas eleições?	Poder executivo?	Poder legislativo?	Poder judicial?	Poder negocial?
Congo	Operação das Nações Unidas no Congo	1960–64	De facto, em áreas limitadas			De facto, em áreas limitadas			
Papua Ocidental	Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas	1962–63	Sim		Apenas nas eleições regionais	Sim	Limitado		
Namíbia	Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição	1989–90			Sim				(De facto Conselho da Namíbia)
Saara Ocidental	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara	1991–		Sim					
Camboja	Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja	1992–93	Sim		Sim	Se necessário			
Somália	Operação das Nações Unidas na Somália II	1993–95					Contestado		
Bósnia e Herzegovina	Gabinete do Alto Representante (antes das autoridades de Bona) ^a	1995–97			Sim (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa)				
Bósnia e Herzegovina	Gabinete do Alto Representante (depois das autoridades de Bona) ^a	1997–			Sim (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa)	De facto			
Bósnia e Herzegovina	Missão das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina	1995–2002	De facto						
Eslavónia Ocidental (Croácia)	Autoridade Transitória das Nações Unidas na Eslavónia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental	1996–98	Sim		Sim	Sim			
Timor-Leste	Missão das Nações Unidas em Timor-Leste	1999		Sim					
Serra Leoa	Missão das Nações Unidas na Serra Leoa	1999–	De facto					Limitado (Tribunal especial)	
Kosovo (República Federal da Jugoslávia/Sérvia e Montenegro)	Missão das Nações Unidas no Kosovo	1999–	Sim		Sim (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa)	Sim	Sim	Sim	
Timor-Leste	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste	1999–2002	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	De facto
Afeganistão	Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão	2002–							

Fonte: Chesterman 2005.

riência tem destacado uma causa significativa para o fracasso: falta de clareza estratégica e institucional ou falta de vontade por parte da comunidade internacional em assumir compromissos construção do Estado de longo prazo.⁶⁷

As intervenções internacionais requerem clareza estratégica dos objectivos. Em Timor-Leste, o objectivo reconhecido era a independência. Em contrapartida, o estatuto final do Kosovo continua a ser mais difícil de determinar. O mandato nunca especificou se o Kosovo (Sérvia e Montenegro) se tornaria independente ou ficaria como província autónoma dentro da Sérvia e Montenegro. Resultado: confusão em relação ao papel de cada uma das partes na reconstrução – Kosovares, Sérvios e Montenegrinos e das instituições internacionais. O Relatório de 2000 do Painel sobre Operações de Paz da ONU declarava, com toda a honestidade, que missões com mandatos pouco claros e com recursos inadequados não deveriam sequer ser criadas.⁶⁸

Problemas de coordenação institucional e de coerência política são ampliados nas situações pós-conflito. Os problemas de coordenação levantam-se quando alguns organismos prosseguem objectivos que vão desde a segurança ao desenvolvimento e à assistência humanitária. A nível operacional, a ambiguidade na política a seguir mina as cadeias de autoridade e de comando. Para os actores internacionais, os problemas de coordenação levantam-se entre a administração civil (dirigida pela ONU ou pelo governo nacional) e o pessoal militar com comando independente (por exemplo, a Força Kosovo e a Força Internacional de Assistência ao Afeganistão). Uma

vez que as Nações Unidas não podem fazer a guerra, a melhor maneira de se conseguir uma cadeia de comando única é alinhar o processo político com a assistência ao desenvolvimento. Na década de 1990, chamava-se a isto “criação da paz” mas não foi criada qualquer capacidade institucional adicional para projectar políticas ou a supervisão operacional.

O desafio para a reconstrução pós-conflito pode ser resolvido pela concentração em dois objectivos nucleares:

- garantir a segurança física dos civis e
- dar uma resposta financeira rápida e adequada, e assumir compromissos de longo prazo.

Qualquer intervenção internacional ou regional deve assegurar a salvaguarda e a segurança dos civis. Isso exige que se dê aos pacificadores apoio político e material para proteger populações ameaçadas. Um Inquérito Independente sobre o Ruanda concluiu que tenha ou não um mandato para proteger civis, a simples presença de uma operação de manutenção da paz cria a expectativa de que o faça.⁶⁹

O compromisso financeiro é crítico para se enfrentar o desafio do conflito violento, quer antes de a violência se tornar generalizada quer depois de assinados os acordos de paz. O apoio financeiro oportuno pode ajudar as autoridades a prestarem serviços a que as pessoas dão valor, diminuindo os incentivos para o conflito. O problema é que o financiamento para a reconstrução é fragmentado. Os acordos de paz são normalmente seguidos por surtos de ajuda humanitária que rapidamente desaparecem, deixando grandes hiatos na capacidade do Estado de satisfazer necessidades básicas.

A reconstrução pós-conflito tem dois objectivos essenciais: garantir a segurança física e prover recursos financeiros adequados com os compromissos de longo prazo

Transições da guerra para a paz e da paz para a segurança

Os elevados níveis de ajuda externa não constituem garantia de uma transição suave para a reconstrução, a recuperação económica e uma maior auto-suficiência. Embora alguns países em situação de pós-conflito recebam níveis excepcionalmente elevados de ajuda per capita, muitos são incapazes de converter os dividendos da paz numa saída da dependência da

ajuda. Um tema recorrente parece ser a fragilidade da resposta do sector privado na construção da paz.

Bósnia e Herzegovina são um caso extremo de dependência prolongada da ajuda e de progresso limitado rumo à recuperação económica. Nos dois anos a seguir ao Acordo de Dayton, de 1995, a ajuda per capita atingiu 245 dólares e hoje é de 138 dólares, ainda

O desembolso lento da ajuda pode retardar a recuperação do sector privado

entre os mais elevados do mundo. O forte impulso da ajuda gerou crescimento, mas o investimento do sector privado não descolou. Isto é importante, não só por causa dos níveis elevados de desemprego, mas também por causa do papel crucial do sector privado na direcção de funções financiadas pela ajuda.

O caso da Nicarágua oferece uma outra ilustração do problema. Durante a década de 1980, a guerra civil levou à destruição em larga escala das infra-estruturas económicas e sociais. Em 1990, quando o acordo de paz foi assinado, a inflação estava acima de 13.000%, o défice fiscal era de 20% do PIB e a despesa militar representava 40% do orçamento nacional. Um ano depois, a inflação estava controlada e a despesa militar reduzida para metade. Contudo, a década de 1990 assistiu a uma recuperação económica limitada, com o rendimento per capita a crescer a uma taxa inferior a 1% ao ano. Tal como a Bósnia e Herzegovina, a Nicarágua permanece criticamente dependente da ajuda ao desenvolvimento, com a ajuda per capita a atingir actualmente os 152 dólares.

A combinação de ajuda per capita elevada e estagnação económica constitui um reflexo da fraca resposta dada pelo sector privado. Mas por que é que, em contraste com a Europa do pós-guerra, os grandes fluxos de ajuda não conseguem, muitas vezes, estimular a recuperação dos mercados comerciais?

Parte do problema parece residir no facto da violência deixar um legado de redes comerciais desarticuladas, perda da confiança e de instituições de mercado enfraquecidas. A crónica incerteza prevalente durante as situações de conflito pode prolongar-se pelo período de paz, gerando padrões de investimento inadequados. Por exemplo, os receios de insegurança futura podem gerar uma preferência por investimentos de curto prazo com elevados retornos, em vez dos investimentos de mais longo prazo de que dependem a recuperação sustentada e a criação de empregos. E as perspectivas de uma recuperação de base ampla ressentem-se disso. Assim como a recuperação do sistema fiscal – uma condição essencial para reduzir a dependência da ajuda e para financiar a provisão de serviços básicos.⁷⁰

Mas também podem emergir outras barreiras à recuperação do sector privado. Na Nicarágua, o fraco desempenho do sector privado pode ser parcialmente explicado pela incerteza em relação à estabilidade do Governo – e, por isso, incerteza em relação à direcção futura das políticas de taxas de

juízo, despesa pública e inflação. Além disso, num ambiente de pós-conflito, más políticas e fragilidade das instituições podem ampliar os efeitos da pouca confiança. Na Bósnia e Herzegovina, o fraco ambiente dos negócios reflecte-se num conjunto de indicadores. Por exemplo, o custo do registo de uma empresa é de 52% do rendimento médio, em comparação com os 38% dos países de rendimentos baixos e médios. Do mesmo modo, são necessários, em média, 630 dias para fazer cumprir um contrato – o dobro da média da África Subariana. O sector bancário formal também representa uma parcela do crédito interno proporcionalmente muito mais baixa do que a média dos países de rendimento baixo. Cada um destes factos reflecte uma combinação de baixa confiança, instituições fracas, políticas inadequadas e receios de insegurança futura.

O desembolso lento da ajuda também pode atrasar a recuperação do sector privado. Os países que transitam do conflito para a recuperação enfrentam um conjunto assustador de desafios. A agenda da reconstrução inclui a construção da paz, a segurança da estabilidade política, o restabelecimento das funções básicas da administração pública, a reinstalação dos refugiados e a reconstrução das infra-estruturas sociais e económicas. Grandes fluxos de ajuda trazem consigo um conjunto amplo de actores, incluindo doadores multilaterais, doadores bilaterais e organizações não-governamentais. Entretanto, as estruturas estatais frágeis e a falta de coordenação representam um obstáculo para a recuperação efectiva.

As diferentes componentes de um programa “integrado” de construção da paz terão diferentes fontes de financiamento. Os doadores dão contribuições avaliadas (em percentagem do PIB) para as operações de manutenção da paz e contribuições voluntárias para outros organismos especializados das Nações Unidas, como o PNUD e o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Mas os múltiplos critérios de registo e a falta de harmonização podem atrasar a libertação dos fundos durante o delicado período pós-conflito, dificultando a reconstrução das infra-estruturas necessárias para apoiar o investimento privado.

Estão a ser feitos esforços para enfrentar os problemas da reconstrução, através de um quadro unificado. O PNUD, o Grupo de Desenvolvimento da ONU e o Banco Mundial já elaboraram linhas de orientação para as avaliações das necessidades do período pós-conflito, sustentando a criação de matrizes

de resultados da transição. Equivalentes às estratégias de redução da pobreza em Estados frágeis e em situações de pós-conflito, onde o desenvolvimento das capacidades permanece como a primeira das prioridades, essas matrizes de resultados da transição estão presentemente a ser utilizados em cinco Estados frágeis: República Centro-Africana, Haiti, Libéria, Sudão e Timor-Leste. No Iraque, uma nova abordagem em cachos atribui a cada agência das Nações Unidas a responsabilidade por um único sector. Isto não só localiza as agências nas suas áreas de especialização, como também evita a duplicação de tarefas.

O Relatório do Painel de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças, do Secretário-Geral da ONU, propôs que seja dado mais um passo. Defende a criação de uma comissão intergovernamental para a construção da paz – uma proposta apoiada pelo Relatório do Secretário-Geral, *Uma Liberdade mais Ampla*. Uma vez formada, a comissão relataria, em sequência, ao Conselho de Segurança e ao Conselho Económico e Social. É uma proposta audaciosa. A sua principal vantagem seria o enquadramento de três dimensões importantes das actividades de reconstrução – mandato, agências e operações –, coordenando todas as acções, desde a recolha de fundos

até ao desembolso do financiamento e à revisão regular das metas.

O desafio principal que a comissão terá de enfrentar é a identificação das condições em que a recuperação do sector privado poderá ajudar a reduzir a dependência em relação à ajuda. É improvável que os planos prévios ajudem, pois cada conflito tem a sua origem num contexto diferente e deixa um conjunto diferente de problemas. É preciso explorar novas abordagens, incluindo a utilização das finanças públicas, ou garantias de crédito público, para reduzir o risco e criar incentivos ao investimento privado. É também importante a utilização da ajuda para promover parcerias públicas-privadas na provisão de serviços. Talvez mais importante seja a elaboração de estratégias de reconstrução das instituições e da confiança, de que depende o investimento no sector privado.

Tudo isto exige estratégias sofisticadas e integradas de recuperação pós-conflito. As diferentes fases da recuperação devem ser apoiadas pela ajuda e por políticas de incentivo adequadas. A progressão deveria ser de um enfoque humanitário no período pós-conflito imediato para uma abordagem baseada no encorajamento do investimento privado e partilha dos riscos nas fases posteriores da recuperação.

A segurança colectiva
capta as realidades
fundamentais das ameaças
que os governos enfrentam
quando procuram construir
a segurança humana

Redefinir a segurança e construir a segurança colectiva

Embora os ODM proporcionem um ponto de convergência para o progresso no sentido da ausência de necessidade, o mundo ainda carece de uma agenda coerente para alargar a ausência de medo. Como defendia o relatório do Secretário-Geral sobre a reforma das Nações Unidas, há uma necessidade urgente de redefinir a segurança. Definir a segurança de forma estreita como a ameaça de terrorismo, encoraja as respostas militares, que não ajudam a alcançar a segurança colectiva. O que é necessário é um quadro de segurança que reconheça a pobreza, a ruptura social e o conflito civil como as componentes nucleares da ameaça de segurança global – e o mundo deve dar uma resposta adequada.

Segurança colectiva não é um conceito abstracto. Ela capta as realidades fundamentais das

ameaças que os governos enfrentam quando procuram construir a segurança humana. Tal como defendeu, de forma convincente, o Relatório do Painel de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças, do Secretário-Geral da ONU, as ameaças de hoje não estão confinadas dentro de fronteiras nacionais. Quando os Estados falham e o conflito violento sucede em qualquer um país, as condições para a insegurança são criadas noutros países. Construir a segurança colectiva exige acções numa ampla frente, desde convenções para atacar de frente as ameaças colocadas pelo terrorismo global e armas nucleares até ao progresso na redução da pobreza. O investimento no desenvolvimento equitativo – no crescimento económico, criação de emprego e segurança humana, em sen-

A prevenção do conflito violento deve ser colocada no centro do planeamento da redução da pobreza

tido mais lato – continua a ser a chave da prevenção do conflito.

As propostas seguintes estão entre as principais medidas necessárias para inverter a espiral decrescente de conflito e subdesenvolvimento:

- *Colocar a prevenção do conflito violento no centro do planeamento da redução da pobreza.* Todos os governos, doadores, instituições financeiras e as Nações Unidas deveriam empreender avaliações compreensivas do risco para avaliar o modo como as políticas específicas afectam o conflito. As avaliações deveriam focar os riscos relacionados com conflitos recentes ou em curso e com os riscos potenciais associados à desigualdade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento.
- *Estabelecer um novo acordo sobre ajuda.* Não se justifica que os Estados propensos ao conflito, ou pós-conflito, não recebam ajuda. É mau para a segurança humana nos países envolvidos – e é mau para a segurança mundial. Como parte da necessidade mais ampla de atingir o objectivo da ajuda de 0,7% do RNB, os doadores deveriam comprometer-se com um esforço acrescido de ajuda e maior previsibilidade, através de compromissos de financiamento a longo prazo. Os doadores deveriam ser mais transparentes sobre as condições de afectações da ajuda e sobre as suas razões para reduzir os investimentos em países propensos ao conflito.
- *Restringir os mercados de “recursos de conflito”.* É necessária acção urgente para enfraquecer os laços entre conflito violento e recursos naturais. Um primeiro passo é a criação de um Painel Permanente de Peritos no Conselho de Segurança da ONU para acompanhar essas ligações. O segundo passo é a criação de instrumentos legais e de programas de certificação para obstruir o comércio de recursos de conflito, baseando-se nas iniciativas actuais relativas aos diamantes e madeira. A ausência de critérios claros para definir “recursos de conflito” e restringir a sua venda continua a ser um grande problema. A resolução destes problemas exige o terceiro passo de sanções eficazes. O Relatório do Painel de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças, do Secretário-Geral da ONU, identificou várias medidas para fortalecer os arranjos de sanções.⁷¹ Estes incluem a criação de um cargo superior na

ONU e de uma máquina eficaz para monitorizar o comércio de recursos de conflito e para permitir que o Secretário-Geral faça recomendações concretas sobre sanções e observância ao Conselho de Segurança. O próprio Conselho de Segurança, por seu lado, precisa de mostrar maior decisão na imposição de sanções secundárias a países envolvidos na quebra das sanções.

- *Encorajar a transparência empresarial.* A falta de transparência na contabilização da riqueza dos recursos naturais e na distribuição dos benefícios que geram é, em si mesma, uma importante fonte de conflito violento. Também é, ao mesmo tempo, um sintoma e uma causa de governação fraca. A comunidade internacional podia fazer muito mais para aumentar a transparência dos pagamentos, exigindo padrões mais elevados de registo e dando força jurídica às iniciativas actuais – como a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas. Claro que os governos dos países em desenvolvimento têm de relatar aos seus próprios cidadãos os fluxos de receitas através de canais nacionais transparentes – e muitos, sistematicamente, não o fazem. Mas uma acção internacional mais eficaz também poderia criar os incentivos – e desincentivos – certos para as empresas interagirem com os governos. Como foi proposto pela Comissão para a África patrocinada pelo Reino Unido, um quadro jurídico internacional que facilite a investigação de práticas de corrupção nos países em desenvolvimento por empresas sedeadas em países industrializados poderia aumentar os riscos legais associados às actividades extra-orçamentais e extracontabilísticas.
- *Reduzir o fluxo de armas pequenas.* Os actuais acordos de controlo mencionados neste Capítulo não são suficientes. As armas continuaram a fluir para o Sudão durante a crise de Darfur. Em todo o lado, há um fluxo constante de armas pequenas para áreas marcadas por conflitos violentos e repressão estatal. Alguns dos maiores exportadores de armas que eventualmente ceifam vidas inocentes nos países mais pobres do mundo encontram-se no G-8 e na União Europeia. Muitos desses Estados têm fracos controlos da intermediação de armas, comércio de trânsito e actividades extraterritoriais dos comerciantes de armas e têm fraca imposição das regras actuais. A Confe-

rencia de Análise das Armas Pequenas, de 2006, proporciona uma oportunidade de acordar um tratado completo do comércio de armas, para regular os mercados e cortar os fornecimentos às áreas de conflito violento. O tratado proporcionaria um mecanismo internacional abrangente para impedir a transferência de armas para áreas marcadas por conflitos violentos, abusos dos direitos humanos, ou terrorismo, e criaria um mecanismo legal internacional para prevenir a intermediação de negócios para abastecer essas áreas.

- *Construir capacidade regional.* Uma prioridade imediata é o desenvolvimento, através de apoio financeiro, técnico e logístico, de uma força de reserva da União Africana totalmente operacional. Os doadores deveriam concordar em financiar 70% a 80% do Fundo de Paz da União Africana, a partir de 2005, com os membros da União Africana a aumentarem, ao longo do tempo, a sua própria mobilização de recursos. Além da criação desta capacidade, há necessidade de um maior uso de sistemas de alerta precoce, ligando as actividades de monitorização à acção. Por isso, os actores variarão de região para região, o que exigirá uma parceria global entre organismos como a OCSE, que desenvolveu extensos sistemas de alerta precoce, outros organismos regionais e organizações não governamentais.
- *Financiar a recuperação pós-conflito.* O Relatório do Painel de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças sugeriu a criação de uma comissão internacional de construção da paz para prover um quadro estratégico para uma abordagem integrada da segurança colectiva. No âmbito dessa abordagem, deveria ser criado um fundo global para financiar, numa base previsível, a ajuda imediata pós-conflito e a transição para a reconstrução a longo prazo. O Painel recomen-

dou a criação de um fundo de construção da paz de 250 milhões de dólares. O fundo concederia financiamentos de curto prazo, para permitir que os governos cumprissem as suas funções imediatas, pagando aos funcionários públicos e prestando serviços básicos. Também financiaria a reconstrução a longo prazo. Paralelamente, há quem defenda a expansão da Fundo Pós-Conflito do Banco Mundial. A Comissão para África patrocinada pelo Reino Unido sugeriu um aumento dos actuais 30 milhões de dólares para 60 milhões por ano, faseado em três anos. O alívio da dívida também tem um papel fundamental a desempenhar. Uma característica comum de muitos países pós-conflito – incluindo a República Democrática do Congo, Libéria e Serra Leoa – é um nível elevado de pagamentos em atraso aos organismos multilaterais. Cargas elevadas de serviço da dívida e rupturas nas relações com doadores, devido aos atrasados, sugerem a necessidade da redução acelerada da dívida. Associado ao crescimento do financiamento, os doadores necessitam de criar um ambiente estratégico para a recuperação, comprometendo-se com o longo trajecto da reconstrução.

Não há esquemas para prevenir ou resolver o conflito violento. Porém, sem uma cooperação internacional muito maior – e muito mais eficaz – para atacar as ameaças constituídas pelo conflito violento, a comunidade internacional não pode ter a esperança de proteger direitos humanos básicos, fazer progredir a segurança colectiva e alcançar os ODM. Colocar a ameaça constituída pelo conflito violento no coração da agenda do desenvolvimento é um imperativo, não só para poupar vidas hoje, mas também para poupar os custos futuros da ajuda humanitária, manutenção da paz e reconstrução – e para reduzir as ameaças globais colocadas pelo fracasso do desenvolvimento da segurança humana.

Sem uma cooperação internacional muito mais eficaz, a comunidade internacional não pode proteger direitos humanos básicos, desenvolver a segurança colectiva e alcançar os ODM

Notas

Capítulo 1

- 1 Roosevelt 1937.
- 2 UN 2000a.
- 3 UNDP 1990, p. 61.
- 4 Annan 2005.
- 5 UNESCO 2005.
- 6 Ver UNDP 2003c, para uma discussão mais pormenorizada. Reddy e Pogge 2003.
- 7 Wolfensohn e Bourguignon 2004.
- 8 World Bank 2004c, quadro 1.3.
- 9 Cálculo do GRDH usando dados sobre democracia de CIDCM 2005 e dados sobre população de ONU 2003. Países com um resultado na Polity de 6 ou mais eram considerados democracias.
- 10 UNICEF 2005e, quadro 1.
- 11 GAVI e The Vaccine Fund 2005b.
- 12 UN Millennium Project 2005a.
- 13 Pelletier e outros 1995.
- 14 UNICEF 2005e.
- 15 UNESCO 2005, quadro 3.3.
- 16 UNESCO 2005.
- 17 Mills e Shilcutt 2004.
- 18 Jha e Mills 2002, p.175.
- 19 Calculado com base em dados sobre despesas com a saúde retirados do quadro de indicadores 6.
- 20 World Bank 2005e.
- 21 UNAIDS 2004b.
- 22 UNAIDS 2005a.
- 23 UNAIDS 2005b.
- 24 UN Millennium Project 2005a.
- 25 UN Millennium Project 2005a.
- 26 Cousens, Lawn e Zupan 2005.
- 27 A 1,3% ao ano, comparado com 1,9%.
- 28 Cálculos do GRDH com base em dados sobre mortalidade de crianças com menos de cinco anos, de UN2005b.
- 29 Cousens, Lawn e Zupan 2005.
- 30 Dados retirados de UNICEF (2005c), disponíveis em www.childinfo.org.
- 31 World Bank 2005b.
- 32 Wagstaff e Claeson 2004.
- 33 GAVI e The Vaccine Fund 2005b.
- 34 World Bank 2003e. Este número baseia-se em estimativas dos que receberam a terceira dose da vacina contra a difteria, a tosse convulsa e o tétano (DFPT) – substituto da cobertura normalmente usada.
- 35 van der Gaag 2004.
- 36 WHO e UNICEF 2003.

- 37 UN Millennium Project 2005a.
- 38 Citado em Gillespie e Kadiyala 2005.
- 39 UNICEF 2005e.
- 40 IFPRI 2005.
- 41 Deaton 2004.
- 42 Collier e Dollar 2002b.
- 43 Reddy e Minoiu 2005. O começo de um período de estagnação é definido como um ano em que o rendimento per capita de um país é inferior ao de qualquer período dos dois anos anteriores, e mais elevado do que em qualquer momento dos quatro anos subsequentes.
- 44 World Bank 2005e.
- 45 Miller 2005; IMF 2004a, p.21.
- 46 Para uma perspectiva clara dos diferentes modos de olhar para as desigualdades globais, ver Birdsall 2002a.
- 47 Bourguignon e Morrisson 1999.
- 48 Cálculo do GRDH com base em Kroll e Goldman 2005, Chen e Ravallion 2004, e World Bank 2004e.
- 49 Dikhanov 2005.
- 50 Bhagwati 2004, p. 66.
- 51 King 1963.
- 52 UN Millennium Project 2005e, p. 2.
- 53 Descrição de metodologia.
- 54 Wagstaff e Claeson 2004.
- 55 UN Viet Nam 2002.
- 56 Klump e Bonschab 2004.
- 57 UNDP 2003b.

Capítulo 2

- 1 Walker e Walker 1987.
- 2 Plato 2000.
- 3 Sen 1992.
- 4 Bourguignon, Ferreira e Menéndez 2003.
- 5 Smith [1776] 1976.
- 6 de Ferranti e outros 2003.
- 7 Citado em Kanbur 2005.
- 8 Kanbur 2005.
- 9 *The Economist* 2004b.
- 10 Farmer 2004.
- 11 Smith [1776] 1976.
- 12 Cornia 2004.
- 13 A linha de pobreza de 2 dólares por dia corresponde a 978 dólares em termos de paridade do poder de compra de 1995.
- 14 Com base em Gwatkin e outros.
- 15 Deaton 2002.
- 16 World Bank 2003b.
- 17 McKay e Aryeetey 2004.
- 18 Graham 2004.
- 19 UN Millennium Project 2005h.
- 20 Cálculo do GRDH com base em IIPS e ORC Macro 2000.
- 21 IFPRI 2005.
- 22 Wagstaff e van Doorslaer 2003.
- 23 Deininger e Mpuga 2004.
- 24 Banerjee, Deaton e Duflo 2004.
- 25 Birdsall e Londono 1997.
- 26 Killick 2002a.
- 27 World Bank e IMF 2005a.
- 28 Thurlow e Wobst 2004.
- 29 UNICEF 2005a.
- 30 UNDP 2003d.

Capítulo 3

- 1 Lula da Silva 2004.
- 2 Bush 2002.
- 3 Mahatma Gandhi, como citado em Sethi 1958.
- 4 Citado em 1963. Relatório de Chadwick levou à criação de uma Comissão Real e, finalmente, à Lei da Saúde Pública de 1848.
- 5 Edsforth 2000.
- 6 Lindert 2005.
- 7 The White House 2002.
- 8 Bruns, Mingat e Rakatomalala 2003.
- 9 Commission for Africa 2005.
- 10 UN Millennium Project 2005e.
- 11 Sundberg, Lofgren e Bourguignon 2005.
- 12 Hansen e Tarp 2000; Foster e Keith 2003a, b.
- 13 Clemens, Bhavnani e Radelet 2004.
- 14 Foster e Keith 2003a, b.
- 15 Levine e What Works Working Group 2004.
- 16 Joint Learning Initiative 2004.
- 17 Akhter e del Ninno 2001.
- 18 World Bank 2004b.
- 19 Goldberg 2005.
- 20 Nguyen e Akal 2003; ADB 2004.
- 21 UNDP 2005a.
- 22 Levine e What Works Working Group 2004.
- 23 GAVI e The Vaccine Fund 2005a.
- 24 UN Millennium Project 2005b.
- 25 Mills e Shilcutt 2004.
- 26 Citado em DeLong e Eichengreen 1991.
- 27 DeLong e Eichengreen 1991.
- 28 Commission on International Development 1969.
- 29 Commission on International Development 1969.
- 30 Os outros três são a Irlanda, Espanha e Portugal.

- 31 Millennium Challenge Corporation 2005b.
- 32 World Bank e IMF 2005b.
- 33 Commission for Africa 2005.
- 34 Woods 2005.
- 35 Dollar e Burnside 2000.
- 36 Birdsall, Claessens e Diwan 2003.
- 37 World Bank e IMF 2005a. O índice do Banco Mundial utiliza um exercício de Política Nacional e Avaliação Institucional (CPIA) para classificar os países.
- 38 Dollar e Levin 2004. Provas empíricas recolhidas pelo Banco Mundial sugerem que os países de rendimento baixo com instituições fracas recebem cerca de 40% menos ajuda do que o previsto com base nos seus resultados de Política Nacional e Avaliação Institucional.
- 39 World Bank 2002.
- 40 UK, HM Treasury 2003.
- 41 Ver, por exemplo, Working Group on New International Financial Contributions 2004. Várias propostas alternativas de financiamento são discutidas em Reisen 2004.
- 42 World Bank e IMF 2004a.
- 43 Adam e Bevan 2003.
- 44 Clemens, Bhavnani e Radelet 2004.
- 45 World Bank e IMF 2003.
- 46 IMF 2002.
- 47 Bevan 2005.
- 48 Bevan 2005.
- 49 Berg 2005.
- 50 Sundberg, Lofgren e Bourguignon 2005.
- 51 Vargas Hill 2005.
- 52 Bulir e Hamann 2003.
- 53 Watt 2005.
- 54 Watt 2005.
- 55 Adam 2005.
- 56 World Bank 2005c.
- 57 Martin e Bargawi 2004.
- 58 Killick 2004.
- 59 World Bank 2003a.
- 60 Killick 2004.
- 61 Knack e Rahman 2004.
- 62 World Bank e IMF 2005a.
- 63 Knack e Rahman 2004.
- 64 Knack e Rahman 2004.
- 65 Watt 2005.
- 66 Jepma 1991; Aryeetey, Osei e Quartey 2003. Há uma gama de estimativas dos custos da ajuda condicionada. Um estudo da ajuda baseada num projecto no Gana concluiu que os custos de input podiam ter sido reduzidos em 11-25% descondicinando a ajuda (McKay e Aryeetey 2004). Estudos anteriores abrangendo grupos maiores de países estimularam os custos num nível mais elevado, 15-30%. A OCDE coloca o custo adicional da ajuda condicionada em 50% (OECD/DAC 2004b).
- 67 OECD/DAC 2004b, 2005e.
- 68 No caso da Itália, utilizamos a média para 2001 e 2002 uma vez que o número de 2003 não foi comunicado.
- 69 Aid/Watch 2005.
- 70 Miovic 2004.
- 71 Watt 2005. Sobre os custos maiores de transacção associados aos arranjos de «junção», ver OEDC/DAC 2003b.
- 72 UNDP 2004b.
- 73 Johnson e Martin 2005.
- 74 UN Millennium Project 2005f. Os países eram: Mauritânia, Guiana, Gambia, Honduras, Burkina Faso, Gana, Nicarágua, Niger, Guiné, Vietname, Moçambique e Iémen. O plano da Etiópia também já está a ser aprovado.
- 75 Global Campaign for Education 2005.
- 76 OECD/DAC 2005d.
- Capítulo 4**
- 1 Galeano 1973.
- 2 James 2001.
- 3 WTO 2004b.
- 4 WTO 2004b.
- 5 IMF e World Bank 2001.
- 6 World Bank e IMF 2005a.
- 7 Arndt 1998. Calcula-se que o comércio «intra-produto» represente cerca de um terço do valor do comércio mundial.
- 8 Carey 2002; Intel 2005; Seagate 2003.
- 9 CAFOD 2005.
- 10 UNIDO 2004.
- 11 UNIDO 2002.
- 12 Lall 2004.
- 13 Quando a Malásia exporta televisores a cores, mais de um quarto do valor acrescentado aos componentes importados fica na Malásia. Quando o México exporta produtos de alta tecnologia para automóveis, a quota equivalente é de 3%.
- 14 UNCTAD 2003. O índice de preços combinado deflaciona o valor unitário das mercadorias exportadas dos países desenvolvidos.
- 15 UNCTAD 2004b.
- 16 Lall e Pietroboli 2002.
- 17 Rodrik 2001b.
- 18 Bhattacharya 2003.
- 19 Dollar 2004.
- 20 Evans 2005.
- 21 Ver, por exemplo, Lall 2001.
- 22 Morley 2002.
- 23 Jha 2005.
- 24 Jank e outros 2001; World Bank 2004f.
- 25 Carlson 2001.
- 26 Rosen 2002.
- 27 IADB 2004.
- 28 Oxfam International 2004e.
- 29 Birdsall e Subramaniam 2004.
- 30 UNEP 1999.
- 31 UNDP 2003f.
- 32 Laird 2002; Stevens e Kennan 2002; Ng, Hoekman e Olarreaga 2001.
- 33 Os números estão ponderados em termos de comércio. UNCTAD e World Bank 2005.
- 34 Laird 2002.
- 35 USITC 2005.
- 36 Os dados sobre escalada das pautas são extraídos dos dados do TRAINS (UNCTAD e World Bank 2005). Ver também Cernat, Laird e Turini 2003.
- 37 As regras de origem da UE são explicadas em Oxfam International 2004d.
- 38 Mlachila e Yang 2004.
- 39 Oxfam International 2004d.
- 40 Integrated Framework for Trade-Related Technical Assistance to Least Developed Countries 2003.
- 41 Stevens e Kennan 2004a.
- 42 Alexandraki e Lankes 2004.
- 43 Extraído de OECD 2004.
- 44 Aksoy e Beghin 2004.
- 45 OECD 2000.
- 46 Diao, Diaz-Bonilla e Robinson 2003.
- 47 Oxfam International 2004a.
- 48 US Department of Agriculture, Economic Research Service 2002, quadros 29 e 35.
- 49 Minot e Daniels 2002.
- 50 IMF 2005.
- 51 FAO 2004a.
- 52 Oxfam International 2005a.
- 53 US Department of Agriculture, Economic Research Service 2005a.
- 54 OECD 2004c.
- 55 Lall 2001.
- 56 Oxfam International 2002b.
- 57 Rodrik 2004.
- 58 Maskus 2004.
- 59 Mayne 2005.
- 60 Chaudhuri, Goldberg e Jia 2003.
- 61 Cited in Mayne 2005.
- 62 Mayne 2005.
- 63 Tussie 2005.
- 64 Parikh 2002.
- 65 Parikh 2002.
- 66 Winters 2002.
- 67 Stevens e Kennan 2005b. Ver também Stevens e Kennan 2005a.
- 68 Keynes 1980.
- 69 Osorio 2004.
- 70 Ponte 2001.
- 71 Gibbon 2005.
- 72 O que se segue baseia-se em Vargas-Hill 2005.
- 73 Vargas Hill 2005.
- 74 Gibbon 2005.
- 75 Ponte 2001
- 76 Larsen 2003; Teal e Vigneri 2004.
- 77 Gibbon 2005.
- 78 Lang 2003; ACIAR 2004.
- 79 Esta secção baseia-se em Brown 2005a.
- 80 Reardon e outros 2003.
- 81 Reardon, Timmer e Berdegue 2003.
- 82 Oxfam International 2004e.
- 83 Vorley 2003.
- 84 Reardon, Timmer e Berdegue 2003.
- 85 Jaffee 2003, 2005
- 86 Reardon, Timmer e Berdegue 2003.
- 87 Aschenaki 2004.
- 88 Collier e Gunning 1999
- 89 Diao e Hazell 2003.
- 90 Diao e Hazell 2003.
- 91 Jensen 2005.

- 92 Jaffee 2005.
- 93 Esta secção baseia-se em Deere 2005; Jensen 2005.
- 94 Esta secção baseia-se em Deere 2005.
- Capítulo 5**
- 1 Annan 2002.
- 2 Annan 2005.
- 3 MIPT 2005. No âmbito desta base de dados, o termo terrorismo é definido pela natureza do acto, não pela identidade dos delinquentes ou pela natureza da causa. O terrorismo é violência ou ameaça de violência, geralmente tomando civis como alvos, com o objectivo político expresso de coagir outras pessoas à prática de actos que, de outra maneira, não levariam a cabo, ou de impedir a consumação de actos que gostariam de praticar.
- 4 Os dados referentes a baixas são extraídos de Marshall 2005. O conflito armado é definido, neste Relatório, como sendo o uso da força armada entre duas partes, sendo pelo menos uma delas o governo de um estado, tendo por resultado vinte e cinco mortos, pelo menos, em combate (Stand, Wilhelmsen e Gleditsch 2005).
- 5 Global IDP Project 2005a, p. 10.
- 6 UN 2004b.
- 7 Annan 2005, p. 24.
- 8 Calculado com base em Strand, Whhelmsen e Gleditsch 2005 e Banco Mundial 2005t.
- 9 Fearon e Laitin 2003.
- 10 Dados em Polity IV (CIDCM 2005).
- 11 Collier e outros 2003.
- 12 Collier e Hoeffler 2004a.
- 13 Fuentes 2005a.
- 14 Collier e outros 2003, p. 21.
- 15 Lopez 2003 como citado em Fuentes 2005a.
- 16 Humphreys 2003.
- 17 Collier e outros 2003, p. 35.
- 18 Collier e Hoeffler 2004a.
- 19 Mackenzie e Buchanan-Smith 2005, p. 20.
- 20 Centre for International Cooperation e Security, Department of Peace Studies 2005.
- 21 Centre for International Cooperation e Security, Department of Peace Studies 2005, p. 21.
- 22 Giniifer 2005, p. 17.
- 23 Centre for International Cooperation e Security, Department of Peace Studies 2005, p. 22.
- 24 Boyden e Ryder 1996.
- 25 Cálculos do GRDH com base em Banco Mundial 2004e.
- 26 UNDP 2003a, p.106.
- 27 Cálculos do GRDH.
- 28 Toole e Waldman 1997.
- 29 Global IDP Project 2003.
- 30 Pedersen 2002.
- 31 Mann e outros 1994; Horton 1993.
- 32 Ghobarah, Huth e Russett 2004.
- 33 UNAIDS 2003.
- 34 UNAIDS 2004b, pp.175-78.
- 35 SIPRI 2004. Dados de despesas com a saúde referem-se a 2001.
- 36 Fuentes 2005a e quadro de indicadores 5.
- 37 Fuentes 2005a e quadro de indicadores 5.
- 38 Peimani 2005, p. 19.
- 39 Physicians for Human Rights 2002.
- 40 Otunnu 2005.
- 41 Calculado de FBI, vários anos.
- 42 UNDP 2003a, p.105.
- 43 Human Rights Watch 2004b.
- 44 DFID 2005.
- 45 ICISS 2001, parágrafo 1.34.
- 46 Commission on Weak States e US National Security 2004.
- 47 DFID 2005.
- 48 UNDP 2001.
- 49 Brown 2005.
- 50 Fearon e Laitin 2003.
- 51 Citado em King 1998.
- 52 Uvin 1998.
- 53 McGovern e Choulai 2005.
- 54 World Bank 2005a.
- 55 Collier e Hoeffler 2002.
- 56 Ver, por exemplo, ICG 2001a.
- 57 The Kimberley Process 2004.
- 58 Muggah 2001.
- 59 Muggah e Batchelor 2002.
- 60 Small Arms Survey 2002.
- 61 Em Maio de 2005, promessa assumida uma conferência de doadores para aumentar o apoio para 200 milhões de dólares na sequência de um pedido da União Africana no valor de 350 milhões de dólares (BBC News 2005b).
- 62 African Union 2000, Artigo 4(h). Ver discussão em Cilliers e Sturman 2002.
- 63 Juma e Mengistu 2002, p. 24.
- 64 Juma e Mengistu 2002, p. 30.
- 65 O'Hanlon e Rice 2004.
- 66 Kagwanja 2004.
- 67 Este quadro analítico recorre a Chesterman 2005.
- 68 UN 2000b.
- 69 OECD DAC 2003a, 2004d.
- 70 Addison 2003.
- 71 UN 2004b, pp. 55-56.

Nota Bibliográfica

Capítulo 1 recorre a Ahluwalia e Hussain 2004; Ahmed e del Ninno 2001; Banister e Zhang 2005; Bardhan 2000; BBC News 2005a; Bhagwati 2004; Birdsall 2002a, 2002b; Bourguignon 2000; Bourguignon e Morrison 1999; Carr-Hill 2004; Cassen, Visaria e Dyson 2004; Castro-Leal, Dayton e Mehra 2000; Chen e Ravallion 2004; Chen e Wang 2001; CIDCM 2005; Claeson e outros 2000; Collier e Dollar 2002a; Commission on Macroeconomics and Health 2001; Commission on Social Justice 1993; Corbacho e Schwartz 2002; Cousens, Lawn e Zupan 2005; Das 2001; Datt e Ravallion 2002; Deaton 2003, 2004; Deaton e Drèze 2002; Deaton e Kozel 2004; Demombynes e Hoogeveen 2004; Dev 2002; Devarajan e Reinikka 2003; Dikhanov 2005; Drèze 2004; Drèze e Murthi 2001; Dunning 2003; Egerter e outros 2004; Firebaugh 2003; GAVI e The Vaccine Fund 2005b; Gelb 2004; Gillespie e Kadiyala 2005; Gordillo e outros 2001; Gupta, Whelan e Allendorf 2003; Hausmann, Pritchett e Rodrik 2004; The Henry Kaiser Family Foundation 2005; IMF 2004a; India, Ministry of Statistics and Programme Implementation 2002a, 2002b; Jha e Mills 2002; Johnson e outros 2004; Jones 2004; Joshi 2004; Justino, Litchfield e Niimi 2004; Kabeer 2005; Kakwani 2004; Kasterine 2004; Kijima e Lanjouw 2003; King 1963; Kingdon e outros 2004; Klump e Bonschab 2004; Lim e outros 2004; Lomborg 2004; Luther 1998; Maison, Bailes e Mason 2003; Malyutina e outros 2002; McKay 2002; Men e outros 2003; Milanovic 2001, 2003; Mills e Shilcutt 2004; Morley 2001; ODI 2004; Oxfam International 2004e; Pelletier e outros 1995; Reddy e Minoiu 2005; Reddy e Pogge 2003; Rodrik e Subramanian 2004; Sachs e Brundtland 2001; Sen 1999; Sen e Drèze 1997; Sen, Mujeri e Quazi 2004; Shkolnikov e Cornia 2000; Ssewanyana e outros 2004; Swaziland, Ministry of Agriculture and Co-operatives and Business 2002; Uganda, Ministry of Finance, Planning and Economic Development 2003; UN 2000a, 2003, 2005b, 2005d; UNAIDS 2004a, 2005a; UNDP 1990, 2003b, 2003c; UNESCO 2005; UNESCO Institute of Statistics 2005; UNICEF 2005b, 2005c, 2005d, 2005e; University of California, Berkeley, e Max Planck Institute for Demographic Research 2005; UN Millennium Project 2005a, 2005b, 2005c, 2005d; UN Viet Nam 2002; Visaria 2004a, 2004b; Wade 2005; Wagstaff 2000; Wagstaff e Claeson 2004; Watkins 2000, 2003b; WHO 2004b; WHO e UNICEF 2003; Wolf 2005; Wolfensohn e Bourguignon 2004; World Bank 2003b, 2003d, 2003e, 2005b, 2005e; Yamano e Jayne 2004; Yunus 2004.

Capítulo 2 recorre a Banerjee, Deaton e Duflo 2004; Birdsall e Londono 1997; Bourguignon, Ferreira e Menéndez 2003; Case e Deaton 1998; China, National Bureau of Statistics 2004; Coady e Parker 2005; Coady, Grosh e Hoddinott 2004; Cornia 2004; Deaton 2002; de Ferranti e outros 2003; Deininger e Mpuga 2004; DFID 2004b; Dikhanov 2005; *The Economist* 2004b; Farmer 2004; Fuentes 2005; Goodman 2005; Graham 2004; Gwatkin e outros a seguir referidos; Hills 2004; IFPRI 2005; IIPS e ORC Macro 2000; Indiatgether.org 2004; Kanbur 2005; Killick 2002a; Lim e outros 2004; Lindert e Williamson 2001a; Liu 1996; Liu, Liu e Meng 1994; Lund 2002, 2004; McKay e Aryeetey 2004; Measure DHS 2005; Mexico, INEGI 2005; Mexico, Secretaría de Desarrollo Social 2005; Munnell, Hatch e Lee 2004; Naschold 2002; ODI 2004; Pakistan, Statistics Division 2002; Plato [360 BC] 2000; Proctor e Dalaker 2003; Ravallion 2005; Ravallion e Chen 2004; Rowland e Hoffman 2005; Sen

1992, 2004; Smith [1776] 1976; Thurlow e Wobst 2004; UN 2004a, 2005b; UNDP 2002, 2003d; UNESCO Institute of Statistics 2005; UNICEF 2005a; UN Millennium Project 2005h; Wagstaff e van Doorslaer 2003, Walker e Walker 1987; World Bank 2003b, 2003d.

Capítulo 3 recorre a ActionAid International e Oxfam International 2005; ActionAid International, Eurodad e Oxfam International 2005; Adam 2005; Adam e Bevan 2003; ADB 2004; Adenauer e Vagassky 1998; Advisory Commission on Intergovernmental Relations 1984; Aid/Watch 2005, Aryeetey, Osei e Quartey 2003; Atkinson 2004, 2005; Atkinson 2003; AVERT 2005; Baulch 2004; Benn 2004; Bevan 2005; Beynon 2003; Bird 2002; Bird e Milne 2003; Birdsall 2004; Birdsall e Clemens 2003; Birdsall e Deese 2005; Böhning e Schloeter-Paredes 1994; Brown-Collier 1998; Bruns, Mingat e Rakotomalala 2003; Bulir e Hamann 2001, 2003; Burnham 1989; Bush 2002; Center for Global Development 2004; Clemens, Bhavnani e Radelet 2004; Clemens, Kenny e Moss 2005; Collier 1999; Collier e Dehn 2001; Collier e Dollar 2002a, 2004; Commission for Africa 2005; Commission on International Development 1969; Cordella e Dell'Ariccia 2003; Dalgaard, Hansen e Tarp 2004; de Renzio 2005; de Renzio e outros 2004; DeLong e Eichengreen 1991; Devarajan, Miller e Swanson 2002; Development Initiatives 2005a, 2005b, 2005c, 2005d; DFID, Foreign and Commonwealth Office e UK, HM Treasury 2005; Dollar e Burnside 2000; Dollar e Levin 2004; Dyer 2005; Edsforth 2000; Elbadawi 1999; EORG 2003; Fedelino e Kudina 2003; Foster e Fozzard 2000; Foster e Keith 2003a, 2003b; Working Group on New International Financial Contributions 2004; GAVI e The Vaccine Fund 2005a; Gemmill e McGillivray 1998; Global Campaign for Education 2005; Goldberg 2005; Gupta e outros 2003; Hansen e Tarp 2000; IMF 2001, 2002, 2005b; Inyega e Mbugua 2005; ISMEA 2003; Jepma 1991; Johnson e Martin 2005; Johnson, Martin e Bargawi 2004; Johnson 1964; Joint Learning Initiative 2004; Kattan e Burnett 2004; Kenya, Ministry of Planning and National Development 2003, 2004; Killick 2002b, 2004; Knack e Rahman 2004; Lensink e Morrissey 2000; Levine e What Works Working Group 2004; Lindert 2005; Lockhart 2004; Lula da Silva 2004; Macrae e outros 2004; Martin e Bargawi 2004; Martin e outros 2004; Millennium Challenge Corporation 2005b; Miller 2005; Miovic 2004; Mosley, Hudson e Verschoor 2004; Nguyen e Akal 2003; Nkusu 2004; Nyoni 1998; O'Brien 2004; OECD/DAC 2001c, 2002, 2003b, 2004a, 2004b, 2004c, 2004e, 2005a, 2005b, 2005c, 2005d, 2005e, 2005f, 2005g; Oxfam GB 2004; Oxfam International 2005b; Pallage e Robe 2001; PIPA 2001, 2004; Prati, Sahai e Tresselt 2003; Radelet 2003a, 2003b; Ramcharan 2002; Reisen 2004; Rogerson 2005; Rogerson, Hewitt e Waldenburg 2004; Roodman 2004; Sagasti, Bezanson e Prada 2005; Sandler e Arce 2005; Sanford 2004; Sethi 1958; Shah 2005; Sundberg, Lofgren e Bourguignon 2005; Tanzania 2004; Torvik 2001; UK, HM Treasury 2003; UN 2004b, 2005b; UNDP 2000, 2004b, 2005a; UNICEF 2001a; UN Millennium Project 2005e, 2005f; Vargas Hill 2005; Victora e outros 2003; Watkins 2000; Watt 2005; White e Dijkstra 2003; The White House 2002; Woods 2005; Woods e research team 2004; Woodward 1963; World Bank 1998, 2001, 2002, 2003a, 2004a, 2004b, 2004c, 2005c; World Bank e IMF 2003, 2004a, 2004b, 2004c, 2005a, 2005b, 2005c; World Bank e the Republic of Kenya 2004, Yunker 2004.

Capítulo 4 recorre a ACIAR 2004; Aksoy e Beghin 2004; Alexandraki e Lankes 2004; Amsden 2000; Anderson 2003, 2004; Arndt 1998; Aschenaki 2004; Audley e outros 2003; Baffes e de Gorter 2003; Baldwin 2003; Bannister e Thugge 2001; Barber 2005; Barrientos, McClenaghan e Orton 2001; Barrientos e outros 1999; Beghin e Aksoy 2003; Bhagwati 2002; Bhagwati e Panagariya 1996; Bhattacharya 2003; Binswanger e Lutz 2000; Birdsall e Subramaniam 2004; Birdsall, Claessens e Diwan 2003; Brenton 2003; Brenton e Ikezuki 2004; Brown 2005a, 2005b, 2005c; Burfisher e Hopkins 2003; CAFOD 2005; Carey 2002; Carlson 2001; Cernat, Laird e Turrini 2003; Chanda 1999; Chaudhuri, Goldberg e Jia 2003; Collier e Dollar 2002b; Collier e Gunning 1999; Cornejo 2002; de Córdoba e Vanzetti 2005; Deere 2005; DFID 2003; Diao e Hazell 2003; Diao, Diaz-Bonilla e Robinson 2003; Diao e outros 2005; Dollar 2004; Dollar e Kraay 2001a, 2001b; Dorosh 2002; Drahos 2001; Drahos e Braithwaite 2002; Duncan 2004; Elliott 2000; Environmental Working Group 2005; Evans 2005; FAO 2004a, 2005; Galeano 1973; Ghosh 2005; Gibbon 2005; Gibbon 2003; Gilbert 1996; Gunter 2004; Hausmann e Rodrik 2002; Hocking e McGuire 1999; Hoekman 2002, 2005; Hoekman e Martin 2001; Hoekman, Kostecky e Kostecky 1995; Hoekman, Mattoo e English 2002; Horn, Rodrik e McMillan 2003; IADB 2004; IMF 2003a, 2003b, 2004b, 2005a; IMF e World Bank 2001; Integrated Framework for Trade-Related Technical Assistance to Least Developed Countries 2003; Intel 2005; International Cotton Advisory Committee 2005; Jaffee 2003, 2005; James 2001; Jank e outros 2001; Jensen 2005; Jha 2005; Kaczynski e Fluharty 2002; Kelch e Normile 2004; Keynes 1980; Khor 2001; Kibria 2001; Killick 2001; Krznaric 2005; Laird 2002; Laird, de Córdoba e Vanzetti 2004; Laird, Peters e Vanzetti 2004; Lall 2000, 2001, 2004; Lall e Pietrobelli 2002; Landes 1998; Lang 2003; Lanjouw 2001; Larsen 2003; Lindert e Williamson 2001b; Lustig e Szekeley 1998; Maddison 2001; Mainuddin 2000; Maizels 2000; Martin 2004; Maskus 2000, 2004; Mayne 2005; McCulloch; Winters e Cirera 2002; Minot e Daniels 2002; Mlachila e Yang 2004; Morley 2002; Ng 2001; Ng, Hoekman e Olarreaga 2001; Noguez 2003; OECD 2000, 2001b, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b, 2004d, 2005; Okediji 2004; Olarreaga e Ng 2002; Orden 2003; Osorio 2004; Oxfam International 2002a, 2002b, 2003b, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2005a; Page 2005; Page e Kleen 2004; Parikh 2002; Picciotto 2004; Ponte 2001; Potbury 2000; Reardon e Berdegue 2002; Reardon, Timmer e Berdegue 2003; Reardon e outros 2003; Rodriguez e Rodrik 2000; Rodrik 2000, 2001a, 2001b, 2001c, 2003, 2004; Rogerson e de Renzio 2005; Rosen 2002; Roy 2000, 2001; Samman 2005a, 2005b; Seagate 2003; Sen 1999; Stevens e Kennan 2002, 2004a, 2004b, 2005a, 2005b; Story 2004; Sutton 2004; Tangemann 2003; Teal e Vigneri 2004; Tewari 2003; Tussie 2005; Tussie e Lengyel 2002; Tussie e Quiliconi 2005; UN 2005c; UNCTAD 2000, 2003, 2004a, 2004b; UNCTAD e World Bank 2005; UNDP 2003f; UNEP 1999, 2002; UNIDO 2002, 2004; UN Millennium Project 2005g; US Department of Agriculture 2002, 2005a, 2005b; US Department of Agriculture, Foreign Agricultural Service 2005; USITC 2005; Vakis, Kruger e Mason 2004; Viet Nam 2004; Vorley 2003; Watal 2002; Watkins 2003a; Winters 2002; Winters, McCulloch e McKay 2004; World Bank 2003c, 2004c, 2004d, 2004f; WTO 2004a, 2004b, 2004c, 2005.

Capítulo 5 recorre a Addison 2003; Afghanistan, Ministry of Finance 2005; African Union 2000; Amnesty International, Iansa e Oxfam International 2004; Anderson 1999; Annan 2002, 2005; Ballentine e Nitzschke 2004; Bannon e Collier 2003; Barnes 2005; BBC News 2005b; Berdal e Malone 2000; Boyce 2003; Boyden e Ryder 1996; Brown 2005; Brück, Fitzgerald e Gringsby 2000; Bush 2002; Caplan 2002; CEH 1999; Centre for International Cooperation e Security, Department of Peace Studies 2005; Chesterman 2001, 2005; CIDCM 2005; Cilliers e Sturman 2002; Clark 2003; Collier e Hoeffler 2001, 2002, 2004a, 2004b; Collier e outros 2003; Commission for Africa 2005; Commission on Human Security 2003; Commission on Weak States e US National Security 2004; Conflictsensitivity.org 2004; Cousens 2002; Cragin e Chalk 2003; Daalder e Lindsay 2003; Dallaire 2003; de Waal 1997; DFID 2004a, 2005; Dodge 1990; Doyle 2001; Duffield 1994, 1998; *The Economist* 2004a; FAO 2004b; FBI, vários anos; Fearon e Laitin 2003; Feinstein e Slaughter 2004; Fiszbein, Giovagnoli e Adúriz 2002; Freedman 1993; Frum e Perle 2003; Fuentes 2005a, 2005b; Ghobarah, Huth e Russett 2004; Ginifer 2005; Global IDP Project 2003, 2005a, 2005b; Global Witness 2004; Goldstone 2005; Goodhand e Atkinson 2001; Gray 2000; Hegarty 2003; Hegre e outros 2001; High-Level Forum on the Health MDGs 2004; Holsti 2000; Horton 1993; Human Rights Watch 2004a, 2004b; Humphreys 2003; ICG 2001a, 2001b, 2002, 2003, 2004a, 2004b; ICISS 2001; IRC 2004; Juma e Mengistu 2002; Justino, Litchfield e Whitehead 2003; Kagan 2002; Kagwanja 2004; Kaldor 2001; Kalipeni e Oppong 1998; Keen 1998; The Kimberley Process 2004; King 1998; King e Martin 2001; Klare 2001, 2005; Krug e outros 2002; Langer 2005; Le Billon 2001; Levin e Dollar 2005; Lopez 2003; Mackenzie e Buchanan-Smith 2005; Malan e outros 2003; Mann e outros 1994; Marshall 2005; McGovern e Choulai 2005; Millennium Challenge Corporation 2005a; MIPT 2005; Muggah 2001; Muggah e Batchelor 2002; Mwaura 2005; Mwaura e Schmeidl 2001; Nangiro 2005; Nicaragua 2001; Odhiambo 2004; OECD 2001a; OECD/DAC 1997a, 1997b, 2003a, 2004d; O'Hanlon e Rice 2004; Omitoogun 2003; Østby 2003; Oxfam GB, Save the Children and Christian Aid 2001; Oxfam GB 2003; Oxfam International 2003a; Oxfam International e outros 2002; Partnership Africa Canada 2005; Pedersen 2002; Peimani 2005; Petras 2004; Physicians for Human Rights 2002; Pillay 2002; Ponzio 2005a, 2005b; Prime Minister's Strategy Unit 2005; Reilly 2002; Riascos e Vargas 2004; Rotberg 2004; Rubin e outros 2005; Schenkenberg van Mierop 2004; SIPRI 2004; Sivard 1991, 1996; Small Arms Survey 2002; Sommers 2002; Stewart 2000, 2002, 2005; Stewart e Fitzgerald 2001; Stewart, Brown e Mancini 2005; Stoddard e Harmer 2005; Strand, Wilhelmsen e Gleditsch 2004, 2005; Sykes 2004; Thakur e Schnabel 2001; Toole e Waldman 1997; UK, HM Treasury 2003; ul Haq 1995; UN 1992, 2000b, 2000c, 2004b, 2005a, 2005d; UN News Centre 2004; UNAIDS 2003, 2004b; UNDP 1994, 2001, 2003a, 2003e, 2004a, 2005b, 2005c; UNHCR 2004; UNICEF 2000, 2001b; UN OCHA 2002, 2004a, 2004b; US Department of State 1999, 2004; USITC 2005; Uvin 1998; Waldman 2005; Welsh 2002; White 2005; WHO 2004a; Woods e research team 2004; Woodward 2002; World Bank 2004e, 2005a, 2005f; World Bank e Palestinian Central Bureau of Statistics 2004.

Bibliografia

Investigações encomendadas

Documentos de apoio

Chesterman, Simon. 2005. "State-Building and Human Development." **Development Initiatives. 2005a.** "New Thinking on Aid and Social Insurance." Somerset, Reino Unido.

Estudos conceituais

Barnes, Helen. 2005. "Innovative Measures for Conflict Prevention and Resolution in Latin America: A Comparative Study of Bolivia, Venezuela, and Argentina."
Brown, Oli. 2005a. "Supermarket in Agricultural Trade and Impact of Extractive Industries."
Deere, Carolyn. 2005. "International Trade Technical Assistance and Capacity Building."
Development Initiatives. 2005b. "Aid Data Report." Somerset, Reino Unido.
———. **2005c.** "Fund Profiles: Global Fund, GAVI, Fast Track Initiative, and Roll Back Malaria." Somerset, Reino Unido.
Dikhanov, Yuri. 2005. "Trends in Global Income Distribution 1970–2015."
Dyer, Kate. 2005. "'The Cost of Poverty': Transaction Costs and the Struggle to Make Aid Work in the Education Sector in Tanzania."
Fuentes, Juan Alberto. 2005a. "Violent Conflict and Human Development in Latin America: The Cases of Colombia, El Salvador and Guatemala."
Fuentes, Ricardo. 2005. "Poverty, Pro-Poor Growth and Simulated Inequality Reduction."
Ghosh, Jayati. 2005. "Trade Liberalization in Agriculture: An Examination of Impact and Policy Strategies with Special Reference to India."
Gibbon, Peter. 2005. "The Commodity Question: New Thinking on Old Problems."
Goodman, Alissa. 2005. "The Links between Income Distribution and Poverty Reduction in Britain."
Jensen, Michael Friis. 2005. "Capacity Building for Pro-Poor Trade: Learning from the Limitations in Current Models."
Johnson, Alison, e Matthew Martin. 2005. "Empowering Developing Countries to Lead the Aid Partnership."
Krznicar, Roman. 2005. "The Limits on Pro-poor Agricultural Trade in Guatemala: Land, Labour and Political Power."
Mayne, Ruth. 2005. "Regionalism, Bilateralism, and 'TRIPS Plus' Agreements: The Threat to Developing Countries."
Miller, Calum. 2005. "The Human Development Impact of Economic Crises."
Mwaura, Ciru. 2005. "Kenya and Uganda Pastoral Conflict Case Study."
Nangiro, Simon. 2005. "The Impact of Insecurity on Livelihood and Social Service Provision in Kotido District."
Samman, Emma. 2005a. "Openness and Growth: An Empirical Investigation."
Stoddard, Abby, e Adele Harmer. 2005. "Room to Manoeuvre: Challenges of Linking Humanitarian Action and Post-Conflict Recovery in the New Global Security Environment."

Tussie, Diana. 2005. "More of the Same, or a New Threat? Regionalism versus Multilateralism in World Trade Negotiations."

Tussie, Diana, e Cintia Quiliconi. 2005. "The Current Trade Context."

Vargas Hill, Ruth. 2005. "Assessing Rhetoric and Reality in the Predictability and Volatility of Aid."

Watt, Patrick. 2005. "Transaction Costs in Aid: Case Studies of Sector Wide Approaches in Zambia and Senegal."

Notas desta edição

Barber, Catherine. 2005. "Potential Benefits of Labour Mobility and Mode 4 Negotiations: Rule of Origin and Trade Preferences."
Brown, Graham. 2005. "Horizontal Inequalities, Ethnic Separatism, and Violent Conflict: The Case of Aceh, Indonesia."
Brown, Oli. 2005b. "Policy Incoherence: EU Fisheries Policy in Senegal."
———. **2005c.** "Wealth for the Few, Poverty for the Many: The Resource Curse—Examples of Poor Governance/Corporate Mismanagement Wasting Natural Resource Wealth."
Kabeer, Naila. 2005. "Gender Equality and Human Development: the Instrumental Rationale."
Langer, Arnim. 2005. "Horizontal Inequalities and Violent Conflict. Cote d'Ivoire Country Paper."
McGovern, Kieren, e Bernard Choulai. 2005. "Case Study of Solomon Islands Peace and Conflict-related Development Analysis."
Rowland, Diane, and Catherine Hoffman. 2005. "The Impact of Health Insurance Coverage on Health Disparities in the United States."
Samman, Emma. 2005b. "Gini Coefficients for Subsidy Distribution in Agriculture."

Referências

ACIAR (Australian Centre for International Agricultural Research). 2004. "The Rise of Supermarkets: How Will Smallholder Farmers Fare?" *Linking Farmers with Markets*. [http://www.linkingfarmerswithmarkets.net/index.php?p=3&id=9]. Junho de 2005.
ActionAid International and Oxfam International. 2005. "Millstone or Milestone: What Rich Countries Must Do in Paris to Make and Work for Poor People." Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/debt_aid/downloads/aid_millstone.pdf]. Maio de 2005.
ActionAid International, Eurodad, and Oxfam International. 2005. "EU Heroes and Villains: Which Countries Are Living up to Their Promises on Aid, Trade, and Debt?" Joint NGO Briefing Paper. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/debt_aid/downloads/eu_heroes_villains.pdf]. Março de 2005.
Adam, Christopher. 2005. "Exogenous Inflows and Real Exchange Rates: Theoretical Quirk or Empirical Reality?" Paper presented at the IMF Seminar on Foreign Aid and Macroeconomic Management, 14–15 de Março, Maputo.
Adam, Christopher, and David Bevan. 2003. "Aid, Public Expenditure, and the Dutch Disease." CSAE Working Paper. University of Oxford, Department of Economics, Oxford.
ADB (Asian Development Bank). 2004. "Socialist Republic of Viet Nam, Loan VIE 37115-01: Health Care in the Central Highlands." Manila. [http://www.adb.org/Documents/Profiles/LOAN/37115013.ASP]. Maio de 2005.

- Adenauer, I., e L. Vagassky. 1998.** "Aid and the Real Exchange Rate: Dutch Disease Effects in African Countries." *Intereconomics* 33(4): 177–85.
- Addison, T., ed. 2003.** *From Conflict to Recovery in Africa*. Oxford: Oxford University Press.
- Advisory Commission on Intergovernmental Relations. 1984.** "Significant Features of Fiscal Federalism, 1982-83 Edition." In Marshall Kaplan and Peggy L. Cucitit, eds., *The Great Society and Its Legacy: Twenty Years of U.S. Social Policy*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- Afghanistan, Ministry of Finance. 2005.** "National Budget." Development Budget and External Relations Unit, Kabul. [http://www.af/mof/budget/index.html]. Abril de 2005.
- African Union. 2000.** "Constitutive Act of the African Union." 11 de Julho, Lomé.
- Ahluwalia, Isher, e Zahid Hussain. 2004.** "Development Achievements and Challenges." *Economic and Political Weekly* 39(36): 4013–22.
- Ahmed, Akhter U., e Carlo del Ninno. 2001.** "Food for Education Program in Bangladesh: An Evaluation of Its Impact on Educational Attainment and Food Security." FCND BRIEFS. Discussion Paper 138. International Food Policy Research Institute, Food Consumption and Nutrition Division, Washington, DC. [http://www.ifpri.org/divs/fcnd/dp/papers/fcnbr138.pdf]. Maio de 2005.
- Aid/Watch. 2005.** "Australian Aid: The Boomerang Effect." Erskineville, Australia. [http://www.aidwatch.org.au/assets/aw00669/feb%2016%20boom%20aid%20final.doc]. Maio de 2005.
- Aksoy, Ataman M., e John C. Beghin, eds. 2004.** "Global Agricultural Trade and Developing Countries." Washington, DC: World Bank. [http://siteresources.worldbank.org/INTGAT/Resources/GATfulltext.pdf]. Maio de 2005.
- Alexandraki, Katerina, e Hans Peter Lankes. 2004.** "The Impact of Preference Erosion on Middle-Income Developing Countries." IMF Working Paper WP/04/169. Washington, DC.
- Amnesty International, Iansa, e Oxfam International. 2004.** "The Arms Trade Treaty: Draft Framework Convention on International Arms Transfers." Working draft. [http://www.controlarms.org/the_issues/ATT_0504.pdf]. Abril de 2005.
- Amsden, Alice. 2000.** "Industrialisation under New WTO Law." Paper prepared for the UNCTAD X High Level Round Table on Trade and Development: Directions for the Twenty-First Century, 12-19 de Fevereiro, Banguécoque.
- Anderson, Kym. 2003.** "How Can Agricultural Trade Reform Reduce Poverty?" University of Adelaide, CEPR and School of Economics and Centre for International Economic Studies, Adelaide, Australia. [http://www.tcd.ie/iiis/pdf/YaleSeminar0403rev.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004. "Agriculture, Trade Reform, and Poverty Reduction: Implications for Sub-Saharan Africa." Policy Issues in International Trade and Commodities Study Series 22. United Nations Conference on Trade and Development, Geneva. [http://www.unctad.org/en/docs/itcctab24_en.pdf]. Maio de 2005.
- Anderson, Mary B. 1999.** *Do Not Ham: How Aid Can Support Peace—Or War*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner.
- Annan, Kofi. 2002.** "Strategies for World Peace: The View of the UN Secretary-General." *The Futurist* 36(3): 18–21.
- . 2005. "In Larger Freedom: Towards Development, Security, and Human Rights for All." Relatório do Secretário-Geral da ONU apresentado à Assembleia Geral. Documento A/59/2005. Nova Iorque. [http://www.un.org/largerfreedom/report-largerfreedom.pdf]. Maio de 2005.
- Arndt, S. 1998.** "Super-Specialization and the Gains from Trade." *Contemporary Economic Policy* 16(4): 480–85.
- Aryeetey, Ernest, Barfour Osei, e Peter Quartey. 2003.** "Does Tying Aid Make It More Costly? A Ghanaian Case Study." Center for Global Development and the Global Development Network. Documento apresentado no Workshop on Quantifying the Impact of Rich Countries' Policies on Poor Countries, 23-24 de Outubro, Washington, DC.
- Aschenaki, Bemnet. 2004.** "Transport Costs in Ethiopia: An Impediment to Exports." Background Study for the World Bank's FY04 Country Economic Memorandum for Ethiopia. Washington, DC. [http://siteresources.worldbank.org/INTETHIOPIA/Resources/PREM/Ethiopia-Transport_Cost-Final.pdf]. Maio de 2005.
- Atkinson, A. B. 2004.** "New Sources of Development Finance: Funding the Millennium Development Goals." Policy Brief 10. United Nations University, World Institute for Development Economics Research, Helsinquia.
- , ed. 2005. *New Sources of Development Finance*. New York: Oxford University Press.
- Atkinson, Tony. 2003.** "Innovative Sources for Development Finance—Global Public Economics." Paper presented at the Annual World Bank Conference on Development Economics-Europe, 15–16 de Maio, Paris. [http://wbln0018.worldbank.org/eurvp/web.nsf/Pages/Paper+by+Atkinson/\$File/ATKINSON.PDF]. Outubro de 2005.
- Audley, John J., Demetrios G. Papademetriou, Sandra Polaski, e Scott Vaughan. 2003.** "NAFTA's Promise and Reality: Lessons from Mexico for the Hemisphere." Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC. [http://www.ceip.org/files/pdf/NAFTA_Report_Intro.pdf]. Maio de 2005.
- AVERT. 2005.** "The Origins of AIDS and HIV and the First Cases of AIDS." West Sussex, United Kingdom. [http://www.avert.org/origins.htm]. Março de 2005.
- Baffes, John, and Harry De Gorter. 2003.** "Decoupling Support to Agriculture: An Economic Analysis of Recent Experience." Documento apresentado na Annual World Bank Conference on Development Economics-Europe, 15-16 de Maio, Paris. [http://wbln0018.worldbank.org/eurvp/web.nsf/Pages/Paper+by+De+Gorter/\$File/DE+GORTER.PDF]. Maio de 2005.
- Baldwin, Robert E. 2003.** *Openness and Growth: What's the Empirical Relationship?* NBER Working Paper 9578. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research.
- Ballentine, Karen, e Heiko Nitzschke. 2004.** "The Political Economy of Civil War and Conflict Transformation." Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, Berlin. [http://www.berghof-handbook.net/articles/BHDS3_BallentineNitzschke230305.pdf]. Abril de 2005.
- Banerjee, Abhijit, Angus Deaton, e Esther Duflo. 2004.** "Health Care Delivery in Rural Rajasthan." *Economic and Political Weekly* 39(9): 944–49. [http://www.wss.princeton.edu/~rpd/downloads/banerjee_deaton_healthcare.pdf]. Maio de 2005.
- Banister, Judith, e Xiabo Zhang. 2005.** "China, Economic Development, and Mortality Decline." *World Development* 33(1): 21–41.
- Bannister, Geoffrey J., and Kamau Thugge. 2001.** "International Trade and Poverty Alleviation." *Finance & Development* 38(4): 48–51. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2001/12/banniste.htm]. Maio de 2005.
- Bannon, Ian, and Paul Collier, eds. 2003.** *Natural Resources and Violent Conflict: Options and Actions*. Washington, DC: World Bank.
- Bardhan, Pranab. 2000.** "Social Justice in the Global Economy." International Labour Organization Social Policy Lecture, 1–6 September, Cape Town, South Africa. [http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/sopolec/bardhan/]. Maio de 2005.
- Barrientos, S., A. Bee, A. Matear, e I. Vogel. 1999.** *Women and Agribusiness: Working Miracles in the Chilean Fruit Export Sector*. Basingstoke, United Kingdom: Macmillan.
- Barrientos, S., S. McClenaghan, e L. Orton. 2001.** "Ethical Trade and South African Deciduous Fruit Exports—Addressing Gender Sensitivity." *European Journal of Development Research* 12(1): 140–58.

- Baulch, Bob. 2004.** "Aid Distribution and the MDGs." CPRC Working Paper 48. Chronic Poverty Research Centre, Manchester. [http://www.chronicpoverty.org/pdfs/48%20Bob%20Baulch.pdf]. Maio de 2005.
- BBC News. 2005a.** "India Launches Rural Health Plan." 12 April. [http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/4436603.stm].
- . **2005b.** "Pledges Mount Up for Darfur Force." 26 May. [http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/4581463.stm]. Junho de 2005.
- Beghin, John C., e Ataman Aksoy. 2003.** "Agricultural Trade and the Doha Round: Preliminary Lessons from Commodity Studies." Briefing Paper 03-BP 42. Iowa State University, Center for Agricultural and Rural Development, Ames, Iowa. [http://www.card.iastate.edu/publications/DBS/PDFFiles/03bp42.pdf]. Maio de 2005.
- Benn, Hilary. 2004.** "The Development Challenge in Crisis States: How Development Can Help Deal with State Failure." London School of Economics Public Lecture, 4 de Março, Londres. [http://www.lse.ac.uk/collections/LSEPublicLecturesAndEvents/pdf/20040304Benn.pdf]. Março de 2005.
- Berdal, Mats, e David Malone, eds. 2000.** *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner.
- Berg, Andy. 2005.** "High Aid Inflows Case Study: Ghana." Documento apresentado no International Monetary Fund Seminar on Foreign Aid and Macroeconomic Management, 14-15 de Março, Maputo.
- Bevan, David. 2005.** "An Analytical Overview of Aid Absorption: Recognising and Avoiding Macroeconomic Hazards." Documento apresentado no International Monetary Fund Seminar on Foreign Aid and Macroeconomic Management, 14-15 de Março, Maputo.
- Beynon, Jonathan. 2003.** "Poverty Efficient Aid Allocation—Collier/Dollar Revisited." ESAU Working Paper 2. Overseas Development Institute, Economic and Statistics Analysis Unit, London. [http://www.odi.org.uk/esau/publications/working_papers/esau_wp2.pdf]. Março de 2005.
- Bhagwati, Jagdish. 2002.** *Free Trade Today*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- . **2004.** *In Defense of Globalization*. Oxford: Oxford University Press.
- Bhagwati, Jagdish, e Arvind Panagariya, eds. 1996.** *The Economics of Preferential Trade Agreements*. Washington, DC: American Enterprise Institute Press.
- Bhattacharya, Debapriya. 2003.** "Final Countdown of the MFA: Fallout for the LDCs." Center for Policy Dialogue, Dhaka.
- Binswanger, Hans, and Ernst Lutz. 2000.** "Agricultural Trade Barriers, Trade Negotiations, and the Interests of Developing Countries." Documento apresentado na International Association of Agricultural Economists Meeting, 13-19 de Agosto, Berlim.
- Bird, Graham. 2002.** "The Completion Rate of IMF Programmes: What We Know, Don't Know, and Need to Know." *The World Economy* 25(6): 833–47.
- Bird, Graham, e Alistair Milne. 2003.** "Debt Relief for Low Income Countries: Is It Effective and Efficient?" *The World Economy* 26(1): 43–59.
- Birdsall, Nancy. 2002a.** "Asymmetric Globalization: Global Markets Require Good Global Politics." Working Paper 12. Center for Global Development, Washington, DC. [http://www.cgdev.org/docs/cgd_wp012.pdf]. Maio de 2005.
- . **2002b.** "From Social Policy to an Open-Economy Social Contract in Latin America." Working Paper 21. Center for Global Development, Washington, DC. [http://cgdev.axion-it.net/docs/cgd%20wp021.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004.** "Seven Deadly Sins: Reflections on Donor Failings." Working Paper 50. Center for Global Development, Washington, DC.
- Birdsall, Nancy, e Michael Clemens. 2003.** "From Promise to Performance: How Rich Countries Can Help Poor Countries Help Themselves." CGD Brief 2(1). Center for Global Development, Washington, DC. [http://www.cgdev.org/docs/cgdbrief5.pdf]. Maio de 2005.
- Birdsall, Nancy, e Brian Deese. 2005.** "Delivering on Debt Relief." CGD Brief 1(1). Center for Global Development, Washington, DC. [http://www.cgdev.org/docs/cgdbrief1.pdf]. Maio de 2005.
- Birdsall, Nancy, e J. Londono. 1997.** "Asset Inequality Matters: An Assessment of the World Bank's Approach to Poverty Reduction." *American Economic Review* 87(2): 32–37.
- Birdsall, Nancy, e Arvind Subramaniam. 2004.** "Saving Iraq from Its Oil." *Foreign Affairs* 83(4): 77–89.
- Birdsall, Nancy, Stijn Claessens, e Ishac Diwan. 2003.** "Policy Selectivity Forgone: Debt and Donor Behavior in Africa." *World Bank Economic Review* 17(3): 409–35.
- Böhning, W. R., e M.-L. Schloeter-Paredes. 1994.** *Aid in Place of Migration? Selected Contributions to an ILO-UNHCR Meeting*. Geneva: International Labour Organization.
- Bourguignon, François. 2000.** "Can Redistribution Accelerate Growth and Development?" Paper presented at the Annual World Bank Conference on Development Economics-Europe, 26-28 de Junho, Paris. [http://www.worldbank.org/research/abcde/eu_2000/pdffiles/bourguignon.pdf]. Maio de 2005.
- Bourguignon, François, e Christian Morrisson. 1999.** "The Size Distribution of Income among World Citizens: 1820–1990." Ecole Normale Supérieure, Département et Laboratoire d'Economie, and Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris. [http://are.berkeley.edu/~harrison/globalpoverty/bourguignon.pdf]. Maio de 2005.
- Bourguignon, François, Francisco H. G. Ferreira, e Marta Menéndez. 2003.** "Inequality of Outcomes and Inequality of Opportunities in Brazil." Policy Research Working Paper 3174. World Bank, Washington, DC.
- Boyce, James K. 2003.** "Aid, Conditionality, and War Economies." Working Paper 70. University of Massachusetts, Amherst, Political Economy Research Institute. [http://www.umass.edu/peri/pdfs/WP70.pdf]. Abril de 2005.
- Boyden, Jo, e Paul Ryder. 1996.** "Implementing the Right to Education in Areas of Armed Conflict." Oxford. [http://www.essex.ac.uk/armedcon/story_id/000021.htm]. Maio de 2005.
- Brenton, Paul. 2003.** "Integrating the Least Developed Countries into the World Trading System: The Current Impact of European Union Preferences under Everything But Arms." *Journal of World Trade* 37(3): 623–46.
- Brenton, Paul, e Takaka Ikezuki. 2004.** "The Initial and Potential Impact of Preferential Access to the US Market under the African Growth and Opportunity Act." Policy Research Working Paper 3262. World Bank, Washington, DC.
- Brown-Collier, Elba. 1998.** "Johnson's Great Society: Its Legacy in the 1990s." *Review of Social Economy* 56(3): 259–76.
- Brück, T., V. Fitzgerald, e A. Gringsby. 2000.** "Enhancing the Private Sector Contribution to Post-War Recovery in Poor Countries." QEH Working Paper 45(2). Oxford University, Queen Elizabeth House, Oxford. [http://www.qeh.ox.ac.uk/ftprc.html]. Junho de 2005.
- Bruns, Barbara, Alain Mingat, e Ramaharta Rakotomalala. 2003.** *Achieving Universal Primary Education by 2015: A Chance for Every Child*. Washington, DC: World Bank.
- Bulir, Ales, and Alfonso Javier Hamann. 2001.** "How Volatile and Unpredictable Are Aid Flows, and What Are the Policy Implications?" IMF Working Paper WP/01/167. International Monetary Fund, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2001/wp01167.pdf]. Março de 2005.
- . **2003.** "Aid Volatility: An Empirical Assessment." *IMF Staff Paper* 50(1): 64–89. Washington, DC.
- Burnham, Margaret. 1989.** "Legacy of the 1960s: The Great Society Didn't Fail." *The Nation*, 24 de Julho.
- Burfisher, Mary, e Jeffrey Hopkins. 2003.** "Decoupled Payments: Household Income Transfers in Contemporary U.S." US Department of Agriculture, Economic Research Service, Market and Trade

- Economics Division. Washington, DC. [http://www.ers.usda.gov/publications/aer822/aer822.pdf]. Maio de 2005.
- Bush, George W. 2002.** "President Proposes \$5 Billion Plan to Help Developing Nations." [http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/03/20020314-7.html]. Abril de 2005.
- CAFOD (Catholic Agency for Overseas Development). 2005.** "Working Conditions in PC Supply Chains: Mexico and China." London. [http://www.cafod.org.uk/policy_and_analysis/policy_papers/private_sector/clean_up_your_computer_report/part_iii]. Maio de 2005.
- Caplan, Richard. 2002.** *New Trusteeship? The International Administration of War-Torn Territories*. Oxford: Oxford University Press.
- Carey, David. 2002.** "Xbox: PC Meets Console." *EE Times*. 26 de Março. [http://www.eetimes.com/news/latest/showArticle.jhtml?articleID=18306939]. Maio de 2005.
- Carlson, Beverley A. 2001.** "Education and the Labour Market in Latin America: Why Measurement Is Important and What It Tells Us about Policies, Reforms, and Performance." Economic Commission for Latin America and the Caribbean, Santiago.
- Carr-Hill, R. A. 2004.** "HIV/AIDS, Poverty, and Educational Statistics in Africa: Evidence and Indication." United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Institute for Statistics, Montreal, Canada.
- Case, A., e A. Deaton. 1998.** "Large Cash Transfers to the Elderly in South Africa." *Economic Journal* 108(450): 1330–61.
- Cassen, Robert, Leela Visaria, and Tim Dyson, eds. 2004.** *Twenty-first Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.
- Castro-Leal, F., J. Dayton, e K. Mehra. 2000.** "Public Spending on Health Care in Africa: Do the Poor Benefit?" *Bulletin of the World Health Organization* 78(1): 66–74. [http://www.who.int/docstore/bulletin/pdf/2000/issue1/bu0201.pdf].
- CEH (Comisión de Esclarecimiento Histórico). 1999.** *Guatemala. Memoria del Silencio. Tomo IV. Consecuencias y Efectos de la Violencia*. Guatemala City: United Nations Office for Project Services, Servigráficos S.A.
- Center for Global Development. 2004.** "Why Global Development Matters for the U.S." Rich World, Poor World Brief, 24 de Abril. Washington, DC. [http://www.cgdev.org/docs/rp_why_matters.pdf]. Maio de 2005.
- Centre for International Cooperation and Security, Department of Peace Studies. 2005.** "The Impact of Armed Violence on Poverty and Development: Full Report to the Armed Violence and Poverty Initiative." Documento encomendado pelo UK Department for Investing in Development. University of Bradford, Bradford.
- Cernat, Lucian, Sam Laird, e Alessandro Turrini. 2003.** "Back to Basics: Market Access Issues in the Doha Agenda." United Nations Conference on Trade and Development, Geneva. [http://192.91.247.38/tab/pubs/itcdtabMisc9_en.pdf]. Maio de 2005.
- Chanda, Rupa. 1999.** "Movement of Natural Persons and Trade in Services: Liberalising Temporary Movement of Labour Under the GATS." ICRIER Working Paper 51. Indian Council for Research on International Economic Relations, Nova Deli.
- Chaudhuri, Shubham, Pinelopi K. Goldberg, e Panle Jia. 2003.** *The Effects of Extending Intellectual Property Rights Protection to Developing Countries: A Case Study of the Indian Pharmaceutical Market*. NBER Working Paper 10159. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research. [http://papers.nber.org/papers/w10159.pdf]. Maio de 2005.
- Chen, Shaohua, e Martin Ravallion. 2004.** "How Have the World's Poorest Fared since the Early 1980s?" Policy Research Paper 3341. World Bank, Washington, DC.
- Chen, Shaohua, e Yan Wang. 2001.** "China's Growth and Poverty Reduction: Recent Trends between 1990 and 1999." Policy Research Working Paper 2651. Washington, DC.
- Chesterman, Simon. 2001.** *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*. Oxford: Oxford University Press.
- China, National Bureau of Statistics of. 2004.** "China Statistical Yearbook 2004." Beijing. [http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/yb2004-e/indexeh.htm]. Junho de 2005.
- CIDCM (Center for International Development and Conflict Management). 2005.** *The Polity IV Project 2005: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800–2003*. Database. University of Maryland, College Park.
- Cilliers, Jakkie, e Kathryn Sturman. 2002.** "The Right Intervention: Enforcement Challenges for the African Union." *African Security Review* 11(3): 29–39.
- Claeson, Mariam, Eduard R. Bos, Tazim Mawji, e Indra Pathmanathan. 2000.** "Reducing Child Mortality in India in the New Millennium." *Bulletin of the World Health Organization* 78(10): 1192–99. Genebra. [http://www.scielosp.org/pdf/bwho/v78n10/78n10a05.pdf]. Maio de 2005.
- Clark, Wesley K. 2003.** *Winning Modern Wars: Iraq, Terrorism, and the American Empire*. New York: Public Affairs.
- Clemens, Michael, Rikhil Bhavnani, e Steven Radelet. 2004.** "Counting Chickens When They Hatch: The Short-Term Effect of Aid on Growth." Working Paper 44. Center for Global Development, Washington, DC. [http://econwpa.wustl.edu/eps/if/papers/0407/0407010.pdf]. Maio de 2005.
- Clemens, Michael, Charles Kenny, e Todd Moss. 2005.** "The Trouble with the MDGs: Confronting Expectations of Aid and Development Success." Working Paper 40. Center for Global Development, Washington, DC. [http://econwpa.wustl.edu/eps/dev/papers/0405/0405011.pdf]. Março de 2005.
- Coady, David, e Susan Parker. 2005.** "A Cost-Effectiveness Analysis of Demand and Supply-Side Education Interventions: The Case of PROGRESA in Mexico." IFPRI Discussion Paper 127. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Coady, David, Margaret Grosh, e John Hoddinott. 2004.** *Targeting of Transfers in Developing Countries: Review of Lessons and Experience*. Washington, DC: World Bank.
- Collier, Paul. 1999.** "Aid Dependency: A Critique." *Journal of African Economies* 8(4): 528–45.
- Collier, Paul, e Jan Dehn. 2001.** "Aid, Shocks, and Growth." Policy Research Working Paper 2688. World Bank, Washington, DC. [http://wdsbeta.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IB/2001/11/06/000094946_01102304052049/Rendered/PDF/multi0page.pdf]. Maio de 2005.
- Collier, Paul, e David Dollar. 2002a.** "Aid Allocation and Poverty Reduction." *European Economic Review* 46(8): 1475–1500. [http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIlg&_imagekey=B6V64-44B6VR3-1-32&_cdi=5804&_user=666074&_orig=browse&_c_overDate=09%2F30%2F2002&_sk=999539991&view=c&wchp=dGLbVzz-zSkWA&md5=b0d4b7f87e8527420e35dd45dd046170&ie=/sdarticle.pdf]. Março de 2005.
- . **2002b.** *Globalization, Growth, and Poverty: Building an Inclusive World Economy*. Washington, DC: World Bank and Oxford University Press.
- . **2004.** "Development Effectiveness: What Have We Learnt?" *The Economic Journal* 114(496): F244–F271.
- Collier, Paul, e J. Gunning. 1999.** "Explaining African Economic Performance." *Journal of Economic Literature* 37(1): 64–111.
- Collier, Paul, e Anke Hoeffler. 2001.** "Greed and Grievance in Civil War." World Bank, Washington, DC. [http://www.worldbank.org/research/conflict/papers/greedgrievance_23oct.pdf]. May 2005.
- . **2002.** "Aid, Policy, and Growth in Post-Conflict Societies." Policy Research Working Paper 2902. World Bank, Washington, DC. [http://wdsbeta.worldbank.org/external/default/

- WDSContentServer/IW3P/IB/2002/11/01/000094946_02101904245026/Rendered/PDF/multi0page.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004a.** "The Challenge of Reducing the Global Incidence of Civil War." Paper prepared for the Copenhagen Consensus Project. Oxford. [http://www.copenhagenconsensus.com/Files/Filer/CC/Papers/Conflicts_230404.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004b.** "Conflicts." In Bjørn Lomborg, ed., *Global Crises, Global Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Collier, Paul, V. L. Elliot, Håvard Hegre, Anke Hoefler, Marta Reynal-Querol, e Nicholas Sambanis. 2003.** *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*. Washington, DC: World Bank and Oxford University Press. [http://web.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2003/06/30/000094946_0306190405396/Rendered/PDF/multi0page.pdf]. Maio de 2005.
- Commission for Africa. 2005.** "Our Common Interest: Report of the Commission for Africa." London. [http://www.commissionforafrica.org/english/report/thereport/english/11-03-05_cr_report.pdf]. Maio de 2005.
- Commission on Human Security. 2003.** *Human Security Now: Report of the Commission on Human Security*. New York. [http://www.humansecurity-chs.org/finalreport/FinalReport.pdf]. Maio de 2005.
- Commission on International Development. 1969.** *Partners in Development: Report of the Commission on International Development*. New York: Praeger Publishers.
- Commission on Macroeconomics and Health. 2001.** "Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development." World Health Organization, Geneva. [http://www3.who.int/whosis/cmh/cmh_report/e/pdf/001-004.pdf]. Maio de 2005.
- Commission on Social Justice. 1993.** *The Justice Gap*. London: Institute for Public Policy Research.
- Commission on Weak States and US National Security. 2004.** "On the Brink: Weak States and US National Security." Center for Global Development, Washington, DC. [http://www.cgdev.org/docs/Full_Report.pdf].
- Conflictsensitivity.org. 2004.** "Conflict-Sensitive Approaches to Development, Humanitarian Assistance and Peacebuilding: A Resource Pack." [http://www.conflictsensitivity.org]. Maio de 2005.
- Corbacho, Ana, e Gerd Schwartz. 2002.** "Mexico: Experiences with Pro-Poor Expenditure Policies." IMF Working Paper WP/02/12. International Monetary Fund, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2002/wp0212.pdf]. Maio de 2005.
- Cordella, Tito, e Giovanni Dell'Ariccia. 2003.** "Budget Support versus Project Aid." IMF Working Paper WP/03/88. International Monetary Fund, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp0388.pdf]. Março de 2005.
- Cornejo, Luis Jorge. 2002.** "Rules of Origin and Trade Preferences." In Bernard Hoekman, Aaditya Mattoo, and Philip English, eds., *Development, Trade, and the WTO: A Handbook*. Washington, DC: World Bank.
- Cornia, Giovanni Andrea, ed. 2004.** *Inequality, Growth, and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization*. Oxford: Oxford University Press.
- Cousens, Elizabeth. 2002.** "From Missed Opportunities to Overcompensation: Implementing the Dayton Agreement on Bosnia." In Stephen J. Stedman, D. Rothchild, and Elizabeth Cousens, eds., *Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner.
- Cousens, Simon, Joy E. Lawn, e Jelka Zupan. 2005.** "Four Million Neonatal Deaths: When? Where? Why?" *The Lancet* 365(9462): 891–900.
- Cragin, Kim, e Peter Chalk. 2003.** "Terrorism and Development: Using Social and Economic Development to Inhibit a Resurgence of Terrorism." RAND Corporation, Santa Monica, Calif. [http://www.rand.org/publications/MR/MR1630/MR1630.pdf]. Maio de 2005.
- CTA (Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation ACP-EU). 2004.** "EU Common Fisheries Policy and Its Implications for EU-ACP Relations." [http://agritrade.cta.int/fisheries/cfp/].
- Daalder, Ivo H., and James M. Lindsay. 2003.** *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Dalgaard, Carl-Johan, Henrik Hansen, e Finn Tarp. 2004.** "On the Empirics of Foreign Aid and Growth." *The Economic Journal* 114(496): F191–F216. [http://www.univ-paris12.fr/www/labos/gratice/Hansen%20.pdf]. Março de 2005.
- Dallaire, Lt. Gen. Roméo. 2003.** *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*. New York: Carroll & Graf.
- Das, Gurcharan. 2001.** "India's Growing Middle Class." *The Globalist*. 5 November. [http://www.theglobalist.com/DBWeb/StoryId.aspx?StoryId=2195]. Maio de 2005.
- Datt, Gaurav, e Martin Ravallion. 2002.** "Is India's Economic Growth Leaving the Poor Behind?" Policy Research Working Paper 2846. World Bank, Washington, DC.
- de Córdoba, Santiago Fernandez, e David Vanzetti. 2005.** "Coping with Trade Reforms: Implications of the WTO Industrial Tariff Negotiations for Developing Countries." United Nations Conference on Trade and Development, Geneva.
- de Ferranti, David, Guillermo E. Perry, Francisco H.G. Ferreira, Michael Walton, David Coady, Wendy Cunningham, Leonardo Gasparini, Joyce Jacobsen, Yasuhiko Matsuda, James Robinson, Kenneth Sokoloff, e Quentin Wodon. 2003.** *Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking With History?* Washington, DC: World Bank. [http://wbi018.worldbank.org/LAC/lacinfoclient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/32d7c0bacee5752a85256dba00545d3f/\$FILE/Inequality%20in%20Latin%20America%20-%20complete.pdf]. Maio de 2005.
- de Renzio, Paolo. 2005.** "Can More Aid Be Spent in Africa?" *Opinions* 30. Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/publications/opinions/30_odi_opinions_aid_africa_jan05.pdf]. Maio de 2005.
- de Renzio, Paolo, David Booth, Andrew Rogerson, e Zaza Curran. 2004.** "Incentives for Harmonisation in Aid Agencies: A Report to the DAC Working Party on Aid Effectiveness." Overseas Development Institute, London. [http://www.oecd.org/dataoecd/58/27/34373869.pdf]. Março de 2005.
- de Waal, Alex. 1997.** *Famine Crimes: Politics and the Disaster Relief Industry in Africa*. London: African Rights and the International African Institute.
- Deaton, Angus. 2002.** "Policy Implications of the Gradient of Health and Wealth: An Economist Asks Would Redistributing Income Improve Population Health?" *Health Affairs* 21(2): 13–30.
- . **2003.** "Health, Inequality, and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 41(March): 113–58. [http://www.wcfia.harvard.edu/conferences/socialcapital/Happiness%20Readings/DeatonNew.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004.** "Health in an Age of Globalization." Paper prepared for the Brookings Trade Forum, 13–14 May, Washington, DC. [http://www.wws.princeton.edu/~rpd/downloads/deaton_healthglobalage.pdf]. Maio de 2005.
- Deaton, Angus, e Jean Drèze. 2002.** "Poverty and Inequality in India: A Re-Examination." *Economic and Political Weekly* 37(35): 3729–48.
- Deaton, Angus, and Valerie Kozel. 2004.** "Data and Dogma: The Great Indian Poverty Debate." Princeton University, Research Program in Development Studies, and World Bank, Washington, DC. [http://poverty2.forumone.com/files/15168_deaton_kozel_2004.pdf]. Maio de 2005.
- Deininger, Klaus, e Paul Mpuga. 2004.** "Economic and Welfare Effects of the Abolition of Health User Fees: Evidence from Uganda." Policy Research Working Paper 3276. World Bank, Washington, DC. [http://wdsbeta.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/

- IW3P/IB/2004/05/21/000009486_20040521105433/Rendered/PDF/wps3276health.pdf]. Maio de 2005.
- DeLong, Bradford, e Barry Eichengreen. 1991.** "The Marshall Plan: History's Most Successful Structural Adjustment Program." Centre for Economic Performance, the Anglo-German Foundations, and Landeszentralbank Hamburg. Documento apresentado na Conference on Post-World War II European Reconstruction, 5-7 Setembro. Hamburgo. Alemanha.
- Demombynes, Gabriel, e Johannes Hoogeveen. 2004.** "Growth, Inequality, and Simulated Poverty Paths for Tanzania, 1992-2002." Policy Research Working Paper 3432. World Bank, Washington, DC.
- Dev, Mahendra. 2002.** "Pro-Poor Growth in India: What Do We Know about the Employment Effects of Growth 1980-2000?" Working Paper 161. Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/publications/wp161.pdf]. Maio de 2005.
- Devarajan, Shantayanan, e Ritva Reinikka. 2003.** "Making Services Work for Poor People." *Finance & Development* 40(3): 48-51. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2003/09/pdf/devaraja.pdf]. Maio de 2005.
- Devarajan, Shantayanan, Margaret Miller, e Eric Swanson. 2002.** "Goals for Development: History, Prospects, and Costs." Policy Research Working Paper 2819. World Bank, Washington, DC. [http://econ.worldbank.org/files/13269_wps2819.pdf]. Março de 2005.
- Development Initiatives. 2005d.** Correspondence on official development assistance. Maio. Londres.
- DFID (UK Department for International Development). 2003.** "Standards as Barriers to Trade: Issues for Development." Background Briefing. London. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/tradebrief-standards.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004a.** "Nepal Country Assistance Plan 2004." London. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/capnepal.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004b.** "What Is Pro-poor Growth and Why Do We Need to Know?" Pro-Poor Growth Briefing Note 1. Londres.
- . **2005.** "Why We Need to Work More Effectively in Fragile States." London. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/fragilestates-paper.pdf].
- DFID (UK Department for International Development), Foreign and Commonwealth Office, and UK (United Kingdom), HM Treasury. 2005.** "Partnerships for Poverty Reduction: Rethinking Conditionality." Londres. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/conditionality.pdf]. Maio de 2005.
- Diao, Xinshen, e Peter Hazell. 2003.** "Africa: Exploring Market Opportunities for African Smallholders." 2020 Africa Conference Brief 6. International Food Policy Research Institute, Washington, DC. [http://www.ifpri.org/pubs/ib/ib22.pdf]. Maio de 2005.
- Diao, Xinshen, Eugenio Diaz-Bonilla, e Sherman Robinson. 2003.** "How Much Does It Hurt: The Impact of Agricultural Trade Policies on Developing Countries." International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Diao, Xinshen, Eugenio Diaz-Bonilla, Sherman Robinson, e David Orden. 2005.** "Tell Me Where It Hurts, and I'll Tell You Who to Call: Industrialized Countries' Agricultural Policies and Developing Countries." MTID Discussion Paper 84. International Food Policy Research Institute, Markets, Trade, and Institutions Divisions, Washington, DC. [http://www.ifpri.org/divs/mtid/dp/papers/mtidp84.pdf]. Maio de 2005.
- Dodge, C. P. 1990.** "Health Implications of War in Uganda and Sudan." *Social Science & Medicine* 31(6): 691-98.
- Dollar, David. 2004.** "Reform, Growth and Poverty." In Paul Glewwe, Nisha Agrawal, and David Dollar, eds., *Economic Growth, Poverty and Household Welfare in Vietnam*. Washington, DC: World Bank. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer?WDSID/IB/2004/06/09/000012009_20040609161332/Rendered/PDF/290860rev.pdf]. Maio de 2005.
- Dollar, David, e Craig Burnside. 2000.** "Aid, Policies, and Growth." *American Economic Review* 90(4): 847-68.
- Dollar, David, e Aart Kraay. 2001a.** "Growth Is Good for the Poor." World Bank, Development Research Group, Washington, DC. [http://www.worldbank.org/research/growth/pdffiles/growthgoodforpoor.pdf]. Maio de 2005.
- . **2001b.** "Trade, Growth, and Poverty." World Bank, Development Research Group, Washington, DC. [http://www.worldbank.org/research/growth/pdffiles/Trade5.pdf]. Maio de 2005.
- Dollar, David, e Victoria Levin. 2004.** "The Increasing Selectivity of Aid, 1984-2002." Policy Research Working Paper 3299. World Bank, Washington, DC.
- Dorosh, Paul. 2002.** "Trade Liberalization and Food Security in Bangladesh." ICRIER-ICAR-IFPRI Conference on Economic Reforms and Food Security: The Role of Trade and Technology, 24-25 Abril, Nova Deli.
- Doyle, Michael W. 2001.** "War-Making and Peace-Making: The United Nations' Post-Cold War Record." In Chester A. Crocker, Fen Osler Hampson, and Pamela Aall, eds., *Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflict*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press.
- Drahos, Peter. 2001.** "BITs and BIPs: Bilateralism in Intellectual Property." *Journal of World Intellectual Property* 4(6): 791-808.
- Drahos, Peter, e John Braithwaite. 2002.** *Information Feudalism: Who Owns the Knowledge Economy?* London: Earthscan.
- Drèze, Jean. 2004.** "Bangladesh Shows the Way." *The Hindu*, 17 de Setembro.
- Drèze, Jean, e Mamta Murthi. 2001.** "Fertility, Education, and Development: Evidence from India." *Population and Development Review* 27(1): 33-63.
- Duffield, Mark. 1994.** "The Political Economy of Internal War: Asset Transfer, Complex Emergencies and International Aid." Em Joanna Macrae and Anthony Zwi, eds., *War and Hunger: Rethinking International Responses*. Londres: Zed Press.
- . **1998.** "Aid Policy and Post Modern Conflict: A Critical Review." Occasional Paper 19. University of Birmingham, School of Public Policy, Birmingham, Reino Unido.
- Duncan, Brack. 2004.** "Trade, Aid and Security: Introduction, Background and Conceptual Framework." Second draft. Winnipeg, Canada. [http://www.iisd.org/pdf/2005/security_trade_aid_sec.pdf]. Maio de 2005.
- Dunning, John. 2003.** *Making Globalization Good: The Moral Challenges of Global Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- The Economist. 2004a.** "The Best Use of Aid?" 26 de Abril.
- . **2004b.** "A Question of Justice." 11 de Março.
- Edsforth, Ronald. 2000.** *The New Deal: America's Response to the Great Depression*. Oxford: Blackwell.
- Egarter, Susan, Kristen Marchi, Catherine Cubbin, Paula Braveman, Alina Salganicoff, e Usha R. Ranji. 2004.** "Disparities in Maternal and Infant Health: Are We Making Progress? Lessons from California." The Henry J. Kaiser Family Foundation, Washington, DC. [http://www.kff.org/womenshealth/loader.cfm?url=/commonspot/security/getfile.cfm&PageID=47306]. Maio de 2005.
- Elbadawi, Ibrahim. 1999.** "External Aid: Help or Hindrance to Export Orientation in Africa?" *Journal of African Economies* 8(4): 578-616.
- Elliott, Kimberly Ann. 2000.** "(Mis)Managing Diversity: Worker Rights and US Trade Policy." *International Negotiation* 5: 97-127. [http://www.iie.com/publications/papers/elliott0900.pdf]. Maio de 2005.
- Environmental Working Group. 2005.** *Farm Subsidy Database*. Database. Washington, DC. [http://www.ewg.org/farm/progdetail.php?fips=00000&progcode=total&page=states]. May 2005.
- EORG (The European Opinion Research Group). 2003.** "L'aide aux pays en développement." Eurobarometer 58.2. Commission Européenne, Direction Générale Développement, Bruxelles.

- [http://europa.eu.int/comm/development/body/tmp_docs/EB58.pdf]. Março de 2005.
- Evans, P. 2005.** "Transferable Lessons? Re-examining the Institutional Pre-requisites of East Asian Economic Policies." *Journal of Development Studies* 34(6): 66–86.
- FAO (Food and Agricultural Organization). 2004a.** "Cotton: Impact of Support Policies on Developing Countries—Why Do the Numbers Vary?" FAO Trade Policy Brief on Issues Related to the WTO Negotiations on Agriculture 1. Roma.
- . **2004b.** *The State of Food Insecurity in the World 2004*. Rome. [http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/007/y5650e/y5650e00.htm]. Maio de 2005.
- . **2005.** *FAO Statistical Databases*. Roma. [<http://faostat.fao.org/>]. Junho de 2005.
- Farmer, Paul. 2004.** *Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor*. Berkeley: University of California Press.
- FBI (Federal Bureau of Investigation).** Vários anos. "Uniform Crime Reports." Washington, DC. [<http://www.fbi.gov/ucr/ucr.htm>]. Maio de 2005.
- Fearon, James, e David Laitin. 2003.** "Ethnicity, Insurgency, and Civil War." *American Political Science Review* 97(1): 75–90.
- Fedelino, Annalisa, e Alina Kudina. 2003.** "Fiscal Sustainability in African HIPC Countries: A Policy Dilemma?" IMF Working Paper WP/03/187. International Monetary Fund, Washington, DC. [<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp03187.pdf>]. Março de 2005.
- Feinstein, Lee, e Anne-Marie Slaughter. 2004.** "A Duty to Prevent." *Foreign Affairs* 83(1): 136–50.
- Firebaugh, Glenn. 2003.** *The New Geography of Global Income Inequality*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Fiszbein, Ariel, Paula Inés Giovagnoli, e Isidro Adúriz. 2002.** "Argentina's Crisis and Its Impact on Household Welfare." Working Paper 1/02. World Bank Office for Argentina, Chile, Paraguay and Uruguay, Washington, DC. [[http://wbi018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/5996dfb9847f67d85256736005dc67c/1c506119f270f43a85256d5d00531139/\\$FILE/ESW01-02_bienestar_eng.pdf](http://wbi018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/5996dfb9847f67d85256736005dc67c/1c506119f270f43a85256d5d00531139/$FILE/ESW01-02_bienestar_eng.pdf)]. Maio de 2005.
- Foster, Mick, e Adrian Fozzard. 2000.** "Aid and Public Expenditure: A Guide." Working Paper 141. Overseas Development Institute, Centre for Aid and Public Expenditure, London. [<http://www.odi.org.uk/publications/wp141.pdf>]. Março de 2005.
- Foster, Mick, e Andrew Keith. 2003a.** *The Case for Increased Aid: Final Report to the Department for International Development. Volume 1: Main Report*. Essex, United Kingdom: Mick Foster Economics Ltd. [<http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/caseforaid-vol1.pdf>]. Março de 2005.
- . **2003b.** *The Case for Increased Aid: Final Report to the Department for International Development. Volume 2: Country Case Studies*. Essex, United Kingdom: Mick Foster Economics Ltd. [<http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/caseforaid-vol2.pdf>]. Março de 2005.
- Freedman, Lawrence. 1993.** "Weak States and the West: Warfare Has a Future." *The Economist*, 11 de Setembro.
- Frum, David, e Richard Perle. 2003.** *An End to Evil: How to Win the War on Terror*. New York: Random House.
- Frye, Isobel. 2002.** Statement made on behalf of the Black Sash at the Commission on Human Security public hearings on human security, Global Civil Society Forum of the World Summit on Sustainable Development, 27 de Agosto, Joanesburgo.
- Fuentes, Juan Alberto. 2005b.** Personal communication: "Colombia Budget Analysis." April. Guatemala City.
- G-8 (Group of Eight). 2005.** "G-8 Gleneagle 2005." [<http://www.g8.gov.uk>]. Julho de 2005.
- Galeano, Eduardo. 1973.** *Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent*. New York: Monthly Review Press.
- GAVI (Global Alliance for Vaccines and Immunization) and The Vaccine Fund. 2005a.** "GAVI/The Vaccine Fund—Progress and Achievements." Geneva and Washington, DC. [http://gavi.elca-services.com/resources/FS_Progress___Achievements_en_Jan05.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005b.** "Progress and Challenges 2004." Geneva and Washington, DC. [http://www.vaccinealliance.org/resources/gavi_pandc2004.pdf]. Maio de 2005.
- Gelb, Stephen. 2004.** "Inequality in South Africa: Nature, Causes and Responses." African Development and Poverty Reduction: The Macro-Micro Linkage, 13-15 de Outubro, Somerset West, África do Sul. [http://www.commerce.uct.ac.za/dpru/dpruconference2004/Papers/Gelb_Inequality_in_SouthAfrica.pdf]. Maio de 2005.
- Gemmell, Norman, e Mark McGillivray. 1998.** "Aid and Tax Instability and the Government Budget Constraints in Developing Countries." Research Paper 98/1. CREDIT (Centre for Research in Economic Development and International Trade). University of Nottingham, Nottingham, Reino Unido.
- Ghobarah, Hazem Adam, Paul Huth, e Bruce Russett. 2004.** "The Post-War Public Health Effects of Civil Conflict." *Social Science & Medicine* 59(4): 869–84.
- Gibbon, Peter. 2003.** "Value-chain Governance, Public Regulation and Entry Barriers in the Global Fresh Fruit and Vegetable Chain into the EU." *Development Policy Review* 21(5-6): 615–25.
- Gilbert, Christopher L. 1996.** "International Commodity Agreements: An Obituary." *World Development* 24(1): 1–19.
- Gillespie, Stuart, e Suneetha Kadiyala. 2005.** "HIV/AIDS and Food and Nutrition Security: From Evidence to Action." IFPRI Food Policy Review 7. International Food Policy Research Institute, Washington, DC. [<http://www.ifpri.org/pubs/fpreview/pv07/pv07.pdf>]. Maio de 2005.
- Ginifer, Jeremy. 2005.** "Armed Violence and Poverty in Sierra Leone." Case study for the Armed Violence and Poverty Initiative. University of Bradford, Center for International Cooperation and Security, Bradford, Reino Unido.
- Global Campaign for Education. 2005.** "Universal Primary Education by 2015." Brussels. [<http://www.campaignforeducation.org/>]. Maio de 2005.
- Global IDP Project. 2003.** "Precarious Health Situation Prevailing in Chechnya." Genebra. [<http://www.db.idpproject.org/Sites/IdpProjectDb/IdpSurvey.nsf/wViewCountries/053B0FBFC11AA8D5C1256E01005A0ABF>]. Maio de 2005.
- . **2005a.** *Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2004*. Genebra. [http://www.idpproject.org/publications/2005/Global_overview_%202004_final.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005b.** "War in Darfur Has Displaced Close to Two Million People Since February 2003." Genebra. [<http://www.db.idpproject.org/Sites/IdpProjectDb/IdpSurvey.nsf/wViewCountries/8E0D7B571AC744F2C1256CDE0038F23A>]. Maio de 2005.
- Global Witness. 2004.** "Broken Vows: Exposing the 'Loupe' Holes in the Diamond Industry's Efforts to Prevent the Trade in Conflict Diamonds." Londres. [<http://www.globalwitness.org/reports/download.php/00126.pdf>]. Abril de 2005.
- Goldberg, Jörg. 2005.** "The Pilot Social Cash Transfer Scheme: Kalomo District—Zambia." Third Forum on Human Development, 17–19 January, Paris. [http://hdr.undp.org/docs/events/global_forum/2005/papers/Jorg_Goldberg.pdf]. Maio de 2005.
- Goldstone, Jack. 2005.** "Population and Security: How Demographic Change Can Lead to Violent Conflict." *Journal of International Affairs* 56(1): 283–302.
- Goodhand, Jonathan, e Philippa Atkinson. 2001.** "Conflict and Aid: Enhancing the Peacebuilding Impact of International Engagement: A Synthesis of Findings from Afghanistan, Liberia and Sri Lanka." International Alert, Londres. [<http://www.international-alert.org/pdf/pubdev/Synthrep.pdf>]. Abril de 2005.

- Gordillo, Gustavo, Alain de Janvry, Jean-Philippe Platteau, e Elisabeth Sadoulet, eds. 2001. *Access to Land, Rural Poverty and Public Action*. Oxford: Oxford University Press.
- Graham, Wendy J. 2004. "Exploring the Links between Maternal Death and Poverty." *In Focus* (May) 6–8 [http://www.undp.org/povertycentre/newsletters/infocus3may04eng.pdf].
- Gray, S. J. 2000. "A Memory of Loss: Ecological Politics, Local History, and the Evolution of Karimojong Violence." *Human Organization* 59(4): 401–18.
- Gunter, Bernhard G. 2004. "The Social Dimension of Globalization: A Review of the Literature." *International Labour Review* 143(1–2): 7–43.
- Gupta, Geeta Rao, Daniel Whelan, e Keera Allendorf. 2003. "Integrating Gender Into HIV/AIDS Programmes: A Review Paper." World Health Organization, Geneva. [http://www.who.int/gender/hiv_aids/en/Integrating%5b258KB%5d.pdf]. Maio de 2005.
- Gupta, Sanjeev, Benedict Clements, Alexander Pivovarsky, e Erwin R. Tiongson. 2003. "Foreign Aid and Revenue Response: Does the Composition of Aid Matter?" IMF Working Paper WP/03/176. International Monetary Fund, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp03176.pdf]. Março de 2005.
- Gwatkin, Davidson, Shea Rutstein, Kiersten Johnson, Eldaw Abdalla Suliman, Adam Wagstaff, e Agbessi Amouzou. Forthcoming. *Socioeconomic Differences in Health, Nutrition and Population*. Washington, DC: World Bank.
- Hansen, Henrik, e Finn Tarp. 2000. "Aid Effectiveness Disputed." In F. Tarp and P. Hjertholm, eds., *Foreign Aid and Development: Lessons Learnt and Directions for the Future*. London: Routledge. [http://www.econ.ku.dk/derg/papers/Aid_Effectiveness_Disputed.pdf]. Fevereiro de 2005.
- Hausmann, Ricardo, e Dani Rodrik. 2002. *Economic Development as Self-Discovery*. NBER Working Paper 8952. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research. [http://papers.nber.org/papers/w8952.pdf]. Maio de 2005.
- Hausmann, Ricardo, Lant Pritchett, e Dani Rodrik. 2004. "Growth Accelerations." NBER Working Paper 10566. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research.
- Hegarty, David. 2003. "Peace Interventions in the South Pacific: Lessons from Bougainville and Solomon Islands." Asia-Pacific Center for Security Studies Conference—Island State Security: Oceania at the Crossroads, 15–17 de Julho, Honolulu, Hawaii. [http://rspas.anu.edu.au/papers/conflict/hegarty_interventions.pdf]. Abril de 2005.
- Hegre, Håvard, Tanja Ellingsen, Scott Gates, and Nils Petter Gleditsch. 2001. "Toward a Democratic Civil Peace? Democracy, Political Change, and Civil War, 1816–1992." *American Political Science Review* 95(1): 33–48.
- The Henry Kaiser Family Foundation. 2005. "Child Death Rate per 100,000 Population." [http://www.statehealthfacts.org]. Maio 2005.
- High-Level Forum on the Health MDGs. 2004. "Achieving the Health Millennium Development Goals in Fragile States." Abuja.
- Hills, John. 2004. *Inequality and the State*. Oxford: Oxford University Press.
- Hocking, Brian, and Steven McGuire. 1999. *Trade Politics*. London: Routledge.
- Hoekman, Bernard. 2002. "The WTO: Functions and Basic Principles." In Bernard Hoekman, Aaditya Mattoo, and Philip English, eds., *Development, Trade, and the WTO: A Handbook*. Washington, DC: World Bank.
- . 2005. "Operationalizing the Concept of Policy Space in the WTO: Beyond Special and Differential Treatment of Developing Countries." In Ernst-Ulrich Petersmann, ed., *Reforming the World Trading System Rule-making, Trade Negotiations, and Dispute Settlement*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoekman, Bernard, e Will Martin. 2001. *Developing Countries and the WTO: A Pro-active Agenda*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Hoekman, Bernard, Michael Kostecki, e M. M. Kostecki. 1995. *The Political Economy of the World Trading System: From GATT to WTO*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoekman, Bernard, Aaditya Mattoo, e Philip English, eds. 2002. *Development, Trade and the WTO: A Handbook*. Washington, DC: World Bank.
- Holsti, Kalevi J. 2000. "Political Causes of Humanitarian Emergencies." In Wayne E. Nafziger, Frances Stewart, and Raimo Vayrynen, eds., *War, Hunger, and Displacement: The Origins of Humanitarian Emergencies. Volume 1: Analysis*. Oxford: Oxford University Press.
- Horn, Karen, Dani Rodrik, e Margaret McMillan. 2003. *When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique*. NBER Working Paper 9117. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research. [http://www.nber.org/papers/W9117]. Maio de 2005.
- Horton, R. 1993. "On the Brink of Humanitarian Disaster." *The Lancet* 343(8905): 1053.
- Human Rights Watch. 2004a. "D.R. Congo: Civilians at Risk During Disarmament Operations." Backgrounder. Nova Iorque. [http://www.hrw.org/backgrounder/africa/drc1204/]. Maio de 2005.
- . 2004b. "Human Rights Abuses of Civilians by Armed Groups in Walungu." Backgrounder. Nova Iorque. [http://www.hrw.org/backgrounder/africa/drc1204/2.htm#_Toc92019547]. Maio de 2005.
- Humphreys, Macartan. 2003. "Economics and Violent Conflict." Cambridge, Mass. [http://www.preventconflict.org/portal/economics/Essay.pdf]. Maio de 2005.
- Humphreys, Macartan, e Ashutosh Varshney. 2004. "Violent Conflict and the Millennium Development Goals: Diagnosis and Recommendations." Paper prepared for the meeting of the Millennium Development Goals Poverty Task Force Workshop, June, Bangkok.
- IADB (Inter-American Development Bank). 2004. *Good Jobs Wanted: Labor Markets in Latin America*. Washington, DC.
- ICG (International Crisis Group). 2001a. "Bosnia's Precarious Economy: Still Not Open for Business." ICG Balkans Report 115. Sarajevo. [http://www.crisisgroup.org/library/documents/report_archive/A400375_07082001.pdf]. Abril de 2005.
- . 2001b. "Bosnia: Reshaping the International Machinery." ICG Balkans Report 121. Sarajevo. [http://www.crisisgroup.org/library/documents/report_archive/A400499_29112001-1.pdf]. Maio de 2005.
- . 2002. "Liberia: The Key to Ending Regional Instability." ICG Africa Report 43. Brussels. [http://www.crisisgroup.org/library/documents/report_archive/A400627_24042002.pdf]. Maio de 2005.
- . 2003. "Sierra Leone: The State of Security and Governance." ICG Africa Report 67. Brussels. [http://www.crisisgroup.org/library/documents/report_archive/A401113_02092003.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004a. "Bolivia's Divisions: Too Deep to Heal?" ICG Latin America Report 7. Brussels. [http://www.crisisgroup.org/library/documents/latin_america/07___bolivias_divisions.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004b. "Liberia and Sierra Leone: Rebuilding Failed States." ICG Africa Report 87. Brussels. [http://www.crisisgroup.org/library/documents/africa/west_africa/087_liberia_and_sierra_leone_rebuilding_failed_states.pdf]. Maio de 2005.
- ICISS (International Commission on Intervention and State Sovereignty). 2001. "The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty." Ottawa. [http://www.idrc.org.sg/en/ev-9436-201-1-DO_TOPIC.html]. Abril de 2005.
- IFPRI (International Food Policy Research Institute). 2005. "Women: Still the Key to Food and Nutrition Security." Washington, DC. [http://www.ifpri.org/pubs/ib/ib33.pdf]. Maio de 2005.
- IIPS (International Institute for Population Studies) and ORC Macro. 2000. "National Family Health Survey (NFHS-2)." Mumbai,

- India and Calverton, Md. [http://www.nfhsindia.org/india2.html]. Junho de 2005.
- IMF (International Monetary Fund). 2001.** "Conditionality in Fund-Supported Programs—Policy Issues." Policy Development and Review Department, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/np/pdr/cond/2001/eng/policy/021601.pdf]. Maio de 2005.
- . **2002.** "Aid and Fiscal Management." IMF Conference on Macroeconomics and Poverty, 14-15 de Março, Washington, DC.
- . **2003a.** "Financing of Losses from Preference Erosion, Note on Issues Raised by Developing Countries in the Doha Round." Communication to the WTO WT/TF/COH/14. Washington, DC.
- . **2003b.** "Vietnam, Selected Issues." IMF Country Report 03/381. Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2003/cr03381.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004a.** "Argentina: First Review under the Stand-By Arrangement and Request for Waiver of Nonobservance and Applicability of Performance Criteria." IMF Country Report 04/194. Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2004/cr04194.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004b.** "Fund Support for Trade-Related Balance of Payments Adjustments." Policy Development and Review Department, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/np/pdr/tim/2004/eng/022704.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005a.** "Burkina Faso: Second and Third Reviews under the Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility and Requests for Waiver of Nonobservance of Performance Criteria and Extension of Commitment Period." IMF Country Report 05/95. Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr0595.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005b.** *World Economic Outlook*. Washington, DC.
- IMF (International Monetary Fund) and World Bank. 2001.** "Market Access for Developing Country Exports: Selected Issues." Washington, DC. [http://www.worldbank.org/economics/marketaccess.pdf]. Maio de 2005.
- India, Ministry of Statistics and Programme Implementation. 2002a.** "Selected Socio-Economic Statistics India." New Delhi. [http://mospi.nic.in/cso_rept_pubn.htm]. Maio de 2005.
- . **2002b.** "Women and Men in India." New Delhi. [http://mospi.nic.in/cso_rept_pubn.htm]. Maio de 2005.
- Indiatogether.org. 2004.** "Interview with Jean Drèze, National Advisory Council Member." [http://www.indiatogether.org/2004/sep/pov-nrega.htm]. Maio de 2005.
- Integrated Framework for Trade-Related Technical Assistance to Least Developed Countries. 2003.** "Senegal: Diagnostic Trade Integration Study." Vol 1. Washington, DC. [http://www.integratedframework.org/files/Senegal_dtis_en.pdf]. Maio de 2005.
- Intel. 2005.** "Intel's Worldwide Manufacturing Operations." [http://www.intel.com/pressroom/kits/manufacturing/manufacturing_qa.htm#1]. Maio de 2005.
- International Cotton Advisory Committee. 2005.** Correspondence on cotton prices and production. Abril. Washington, DC.
- Inyega, Hellen Nasimiuyh, e Patricia Nyawira Mbugua. 2005.** "Education Technology in Kenya Today and Tomorrow." In M. Orey, T. Amiel, and J. McClendon, eds., *The World Almanac of Education Technologies*. [http://www.waet.uga.edu/kenya/kenya.htm]. Maio de 2005.
- IRC (International Rescue Committee). 2004.** "Mortality in the Democratic Republic of Congo: Results from a Nationwide Survey." New York. [http://www.theirc.org/pdf/DRC_MortalitySurvey2004_RB_8Dec04.pdf]. Maio de 2005.
- ISMEA (Istituto di Servizi per il Mercato Agricolo Alimentare). 2003.** "Bandi gara Agea: Forniture alimentari ai paesi in via di sviluppo." Fornitura di riso a grana lunga all'Afghanistan: Bando di gara prot. N. 37/DIR del 17/01/2003. [http://www.ismea.it/RPrincipale_n.asp?FT=TRUE&area=4&sottoarea=3&sottoarea2=2]. Maio de 2005.
- Jaffee, Steven. 2003.** "From Challenge to Opportunity: Transforming Kenya's Fresh Vegetable Trade in the Context of Emerging Food Safety and other Standards in Europe." Agriculture and Rural Development Discussion Paper 2. World Bank, Washington, DC. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/01/24/000112742_20050124135734/Rendered/PDF/310100revised0ARD1DP11KE.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005.** "Delivering and Taking the Heat: Indian Spices and Evolving Product and Process Standards." World Bank, Washington, DC. [http://siteresources.worldbank.org/INTRANETTRADE/Resources/Topics/Standards/IndiaSpicesF.pdf]. Maio de 2005.
- James, E. 2001.** *The End of Globalisation: Lessons from the Great Depression*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Jank, Marcos Sawaya, Maristela Franco Paes Leme, André Meloni Nassar, e Paulo Favert Filho. 2001.** "Concentration and Internationalization of Brazilian Agribusiness Exporters." *International Food and Agribusiness Management Review* 2(3/4): 359–74.
- Jepma, Catrinus J. 1991.** "The Tying of Aid." Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.
- Jha, P., e A. Mills. 2002.** "Improving Health Outcomes of the Poor." Report of Working Group 5 of the Commission on Macroeconomics and Health. World Health Organization, Geneva.
- Jha, Veena. 2005.** "Trade Adjustment Study: India." United Nations Conference on Trade and Development, Geneva. [http://192.91.247.38/tab/namameeting/Draft%20with%20Tables-after%20final4.pdf]. Junho de 2005.
- Johnson, Lyndon B. 1964.** "Great Society." University of Michigan commencement speech, 22 de Maio, Ann Arbor. [http://www.cnn.com/SPECIALS/cold.war/episodes/13/documents/lbj/]. Maio de 2005.
- Johnson, Alison, Matthew Martin, e Hannah Bargawi. 2004.** "The Effectiveness of Aid to Africa Since the HIPC Initiative: Issues, Evidence and Possible Areas for Action." Development Finance International, London. [http://www.dri.org.uk/pdfs/DFI_Aid_Effectiveness.pdf]. Março de 2005.
- Johnson, Robert, Steven Woolf, George Fryer, George Rust, and David Satcher. 2004.** "The Health Impact of Resolving Racial Disparities: An Analysis of US Mortality Data." *American Journal of Public Health* 94(12): 2078–81.
- Joint Learning Initiative. 2004.** *Human Resources for Health: Overcoming the Crisis*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. [http://www.globalhealthtrust.org/report/Human_Resources_for_Health.pdf].
- Jones, Gareth Stedman. 2004.** *An End to Poverty? A Historical Debate*. London: Profile Books Ltd.
- Joshi, Vijay. 2004.** "Myth of India's Outsourcing Boom." *Financial Times*, 16 de Novembro.
- Juma, Monica, e Aida Mengistu. 2002.** "The Infrastructure of Peace in Africa: Assessing the Peacebuilding Capacity of African Institutions." International Peace Academy, New York. [http://www.ipacademy.org/Publications/Publications.htm]. Maio de 2005.
- Justino, Patricia, Julie Litchfield, e Joko Niimi. 2004.** "Multidimensional Inequality: An Empirical Application to Brazil." PRUS Working Paper 24. Poverty Research Unit at Sussex, Brighton, United Kingdom. [http://www.sussex.ac.uk/Units/PRU/wps/wp24.pdf]. Maio de 2005.
- Justino, Patricia, Julie Litchfield, e Laurence Whitehead. 2003.** "The Impact of Inequality in Latin America." PRUS Working Paper 21. Poverty Research Unit at Sussex, Brighton, United Kingdom.
- Kaczynski, V. M. e D. L. Fluharty. 2002.** "European Policies in West Africa: Who Benefits from Fisheries Agreements?" *Marine Policy* 26(2): 75–93.

- Kagan, Robert.** 2002. "Power and Weakness." *World Policy Review* 113. [http://www.policyreview.org/JUN02/kagan.html]. Maio de 2005.
- Kagwanja, Peter.** 2004. "Darfur: An African Union Peace-Keeping Crucible?" Center for International Political Studies. Paper presented at "Keeping Peace in Tough Neighborhoods: The Challenges Confronting Peacekeepers in Africa," 14 de Setembro, Pretória. [http://www.up.ac.za/academic/cips/Publications/KTP_Dr_Peter_Kagwanja_ICG.pdf]. Abril de 2005.
- Kakwani, Nanak.** 2004. "Poverty Measurement Matters: An Indian Story." United Nations Development Programme, International Poverty Centre, Brasília.
- Kakwani, Nanak, Shahid Khandker, e Hyun H. Son.** 2004. "Pro-Poor Growth: Concepts and Measurements with Country Case Studies." Working Paper 1. United Nations Development Programme, International Poverty Centre, Brasília.
- Kaldor, Mary.** 2001. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- Kalipeni, E., e J. Oponng.** 1998. "The Refugee Crisis in Africa and Implications for Health and Disease: A Political Ecology Approach." *Social Science & Medicine* 46(12): 1637–53.
- Kanbur, Ravi.** 2005. "Pareto's Revenge." Paper prepared for the Workshop on Ethics, Globalization, and Hunger, Cornell University, Ithaca, NY. [http://www.he.cornell.edu/cfnpp/images/wp182.pdf]. Maio de 2005.
- Kasterine, Alexander.** 2004. "Agriculture, Rural Development and Pro-Poor Growth." UK Department for International Development, Londres.
- Kattan, Raja Bentaouet, and Nicholas Burnett.** 2004. "User Fees in Primary Education." World Bank, Human Development Network, Education Sector, Washington, DC. [http://www1.worldbank.org/education/pdf/EFAcase_userfees.pdf]. Março de 2005.
- Keen, David.** 1998. *The Economic Functions of Violence in Civil Wars*. Adelphi Paper 320. Oxford: Oxford University Press.
- Kelch, David, and Mary Anne Normile.** 2004. "CAP Reform of 2003–2004." Report WRS-04-07. US Department of Agriculture, Washington, DC. [http://www.ers.usda.gov/publications/WRS0407/wrs0407.pdf]. Maio de 2005.
- Kenya, Ministry of Planning and National Development.** 2003. *Millennium Development Goals: Progress Report for Kenya 2003*. Nairobi. [http://www.undp.org/mdg/kenya.pdf]. Março de 2005.
- . 2004. "Investment Programme for the Economic Recovery Strategy for Wealth and Employment Creation: 2003–2007." Poverty Reduction Strategy Paper. World Bank, Washington, DC. [http://povlibrary.worldbank.org/files/cr0511.pdf]. Março de 2005.
- Keynes, John Maynard.** 1980. "The International Control of Raw Material Prices [1946]." In John Maynard Keynes, ed., *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. Vol. 27. Londres: Macmillan.
- Khor, M.** 2001. *Rethinking Globalisation: Critical Issues and Policy Choices*. Londres e Nova Iorque: Zed Press.
- Kibria, N.** 2001. "Becoming the Garment Worker: The Mobilisation of Women into the Garment Factories of Bangladesh." In N. S. Khundker, ed., *Globalisation and Gender: Changing Patterns of Women's Employment in Bangladesh*. Dhaka: University Press.
- Kijima, Yoko, e Peter Lanjouw.** 2003. "Poverty in India During the 1990s: A Regional Perspective." Policy Research Working Paper 3141. World Bank, Washington, DC.
- Killick, Tony.** 2001. "Globalisation and the Rural Poor." *Development Policy Review* 19(2): 155–80.
- . 2002a. "Responding to Inequality." Inequality Briefing Paper 3. Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/pppg/publications/briefings/inequality_briefings/03.pdf]. Maio de 2005.
- . 2002b. "The 'Streamlining' of IMF Conditionality: Aspirations, Reality and Repercussions." Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/iedg/Projects/imf_conditionality.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004. "Politics, Evidence and the New Aid Agenda." *Development Policy Review* 22(1): 5–29.
- The Kimberley Process.** 2004. "Chair's Report to Plenary." Kimberley Process Plenary Meeting, 27–29 October, Gatineau, Canadá. [http://www.kimberleyprocess.com:8080/site/www_docs/plenary_meetings20/chair_report_to_plenary.pdf]. Abril de 2005.
- King, Betty.** 1998. "U.S. Representative to the United Nations Economic and Social Council Statement in the Economic and Social Council on Coordinated Follow-Up to and the Implementation of the Vienna Declaration and Program of Action." USUN Press Release 129(98). 17 July. [http://www.un.int/usa/98_129.htm]. Junho de 2005.
- King, Gary, and Lisa L. Martin.** 2001. "The Human Costs of Military Conflict." Conference on Military Conflict as a Public Health Problem, 29 de Junho, Cambridge, Mass. [http://www.iq.harvard.edu/NewsEvents/Past/PHS/papers/humancosts.pdf]. Abril de 2005.
- King, Martin Luther, Jr.** 1963. "I Have a Dream." Speech, 28 de Agosto, Washington, DC. [http://www.usconstitution.net/dream.html]. Maio de 2005.
- Kingdon, Geeta Gandhi, Robert Cassen, Kirsty McNay, e Leela Visaria.** 2004. "Education and Literacy." In Robert Cassen, Tim Dyson, and Leela Visaria, eds., *Twenty-First Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.
- Klare, Michael T.** 2001. *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*. New York: Metropolitan Books.
- . 2005. "Oil Curse Stalks Africa's New Petro-State." *Financial Times*, 27 de Janeiro.
- Klump, Rainer, e Thomas Benschab.** 2004. "Operationalising Pro-poor Growth: A Country Case Study on Vietnam." Agence Française de Développement, Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH, KfW Entwicklungsbank, UK Department for International Development London, and World Bank. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/oppvietnam]. Maio de 2005.
- Knack, Stephen, e Aminur Rahman.** 2004. "Donor Fragmentation and Bureaucratic Quality in Aid Recipients." Policy Research Working Paper 3186. World Bank, Washington, DC.
- Kroll, Luisa, e Lea Goldman, eds.** 2005. "Special Report: The World's Billionaires." *Forbes.com*. [http://www.forbes.com/worldsrichest].
- Krug, Etienne G., Linda L. Dahlberg, James A. Mercy, Anthony B. Zwi, e Rafael Lozano.** 2002. "World Report on Violence and Health." World Health Organization, Geneva. [http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf]. Maio de 2005.
- Laird, Sam.** 2002. "Market Access Issues and the WTO: An Overview." In Bernard Hoekman, Aaditya Mattoo, and Philip English, eds., *Development, Trade and the WTO*. Washington, DC: World Bank.
- Laird, Sam, Santiago Fernandez de Córdoba, e David Vanzetti.** 2004. "Trick or Treat? Development Opportunities and Challenges in the WTO Negotiations on Industrial Tariffs." University of Nottingham, Centre for Research in Economic Development and International Trade, United Kingdom. [http://www.nottingham.ac.uk/economics/credit/research/papers/cp.04.03.pdf]. Maio de 2005.
- Laird, Sam, Ralf Peters, e David Vanzetti.** 2004. "Southern Discomfort: Agricultural Policies, Trade and Poverty." CREDIT Research Paper 04/02. University of Nottingham, Centre for Research in Economic Development and International Trade, Reino Unido.
- Lall, Sanjaya.** 2000. "The Technological Structure and Performance of Developing Country Manufactured Exports: 1985–1998." QEH Working Paper 44. University of Oxford, Queen Elizabeth House, Oxford. [http://www2.qeh.ox.ac.uk/RePEc/qeh/qehwps/qehwps44.pdf]. Maio de 2005.

- . 2001. *Competitiveness, Technology and Skills*. Cheltenham, United Kingdom: Edward Elgar.
- . 2004. "Reinventing Industrial Strategy: The Role of Government Policy in Building Competitiveness." G-24 Discussion Paper Series 28. United Nations Conference on Trade and Development, Geneva. [http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdpbg2420044_en.pdf]. Maio de 2005.
- Lall, Sanjaya, e Carlo Pietrobelli. 2002.** *Failing to Compete: Technology Development and Technology Systems in Africa*. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar.
- Landes, David S. 1998.** *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*. Londres: Abacus.
- Lang, Tim. 2003.** "Food Industrialization and Food Power: Implications for Food Governance." *Development Policy Review* 21(5-6): 555–568.
- Lanjouw, J. 2001.** "New Pills For Poor People? Empirical Evidence after GATT." *World Development* 29(2): 265–89.
- Larsen, Marianne Nylandsted. 2003.** "Quality Standard-Setting in the Global Cotton Chain and Cotton Sector Reforms in Sub-Saharan Africa." DISS/GI Kongevej Working Paper 03.7. Institute for International Studies, Copenhagen. [http://www.cdr.dk/working_papers/wp-03-7.pdf]. Maio de 2005.
- Le Billon, Philippe. 2001.** "The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts." *Political Geography* 20(5): 561–84.
- Lensink, Robert, e Oliver Morrissey. 2000.** "Aid Instability as a Measure of Uncertainty and the Positive Impact of Aid on Growth." *Journal of Development Studies* 36(3): 31–49.
- Levin, Victoria, e David Dollar. 2005.** "The Forgotten States: Aid Volumes and Volatility in Difficult Partnership Countries (1992–2002)." Summary paper for Development Assistance Committee Learning and Advisory Process on Difficult Partnerships. Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/32/44/34687926.pdf]. Maio de 2005.
- Levine, Ruth, e What Works Working Group. 2004.** *Millions Saved: Proven Successes in Global Health*. Washington, DC: Center for Global Development.
- Lim, Meng-Kin, Hui Yang, Tuohong Zhang, Wen Feng, e Zijun Zhou. 2004.** "Public Perceptions of Private Health Care In Socialist China." *Health Affairs* 23(6): 222–34.
- Lindert, Peter H. 2005.** *Growing Public: Social Spending and Economic Growth since the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lindert, Peter H., e Jeffrey G. Williamson. 2001a.** "Does Globalization Make the World More Unequal." Harvard University, Cambridge, Mass. [http://post.economics.harvard.edu/faculty/jwilliam/papers/GlobalUnequal_10_25.pdf]. Maio de 2005.
- . 2001b. "Globalisation and Inequality: A Long History." Annual World Bank Conference of Development Economics, 25-27 de Junho, Barcelona, Espanha. [http://wbln0018.worldbank.org/eurvp/web.nsf/Pages/Williamson/\$File/WILLIAMSON-FINAL.PDF]. Maio de 2005.
- Liu, A. 1996.** "Welfare Changes in China During the Economic Reforms." Research Paper 26. World Institute for Development Economics Research, Helsinki.
- Liu, G., X. Liu, and Q. Meng. 1994.** "Privatization of the Medical Market in Socialist China: A Historical Approach." *Health Policy* 27(2): 157–74.
- Lockhart, Clare. 2004.** "Case Study on Afghanistan: Five Mental Models of Reconstruction and State-Building." UNDP Draft Paper. United Nations Development Programme, Kabul.
- Lomborg, Bjørn. 2004.** *Global Crises, Global Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lopez, Humberto. 2003.** "The Economic and Social Costs of Armed Conflict in El Salvador." Dissemination Notes 8. World Bank, Conflict Prevention and Reconstruction Unit, Washington, DC.
- Lula da Silva, Luiz Inácio. 2004.** "Address by His Excellency Luiz Inácio Lula da Silva." Shanghai Conference on Scaling Up Poverty, 25-27 de Maio, Xangai. [http://www.worldbank.org/wbi/reducingpoverty/docs/confDocs/Lula%20Speech.pdf]. Maio de 2005.
- Lund, Frances. 2002.** "Crowding in Care, Security and Micro-enterprise Formation: Revisiting the Role of the State in Poverty Reduction and in Development." *Journal of International Development* 14(6): 681–94.
- . 2004. "Informal Workers' Access to Social Security Protection." Background paper prepared for UNRISD, *Gender Equality: Striving for Justice in an Unequal World*. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva.
- Lustig, Nora Claudia, e Miguel Szekely. 1998.** "Economic Trends, Poverty and Inequality in Mexico." POV-103. Inter-American Development Bank, Washington, DC.
- Luther, N. Y. 1998.** "Mother's Tetanus Immunisation Is Associated Not Only with Lower Neonatal Mortality but Also with Lower Early-Childhood Mortality." *National Family Health Survey Bulletin* 10:1–4.
- Mackenzie, Regina Burns, e Margie Buchanan-Smith. 2005.** "Armed Violence and Poverty in Southern Sudan: A Case Study for the Armed Violence and Poverty Initiative." Pact Sudan and University of Bradford, Centre for International Cooperation and Security, Bradford, Reino Unido.
- Macrae, Joanna, Andrew Shepherd, Oliver Morrissey, Adele Harmer, Ed Anderson, Laure-Hélène Piron, Andy McKay, Diana Cammack, e Nambusi Kyegombe. 2004.** "Aid to 'Poorly Performing' Countries: A Critical Review of Debates and Issues." Overseas Development Institute, Londres. [http://www.odl.org.uk/publications/poorly_performing_countries/Aid_to_PPCs.pdf]. Março de 2005.
- Maddison, Angus. 2001.** *Monitoring the World Economy 1820–1922*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Mainuddin, K. 2000.** "Case of the Garment Industry in Dhaka, Bangladesh." Urban Development Papers Background Series 6. World Bank, Washington, DC.
- Maison, J. B., A. T. Bailes, e K. E. Mason. 2003.** "Drought, AIDS and Child Malnutrition in Southern Africa: Preliminary Analysis of Nutritional Data on the Humanitarian Crisis." Tulane University, New Orleans, La.
- Maizels, A. 2000.** "The Manufacturers' Terms of Trade of Developing Countries with the United States, 1981-97." QEH Working Paper 36. Oxford University, Queen Elizabeth House, Oxford.
- Malan, Mark, Sarah Meek, Thusi Thokozani, Jeremy Ginifer, e Patrick Coker. 2003.** *Sierra Leone: Building a Road to Recovery*. Capetown: Institute for Security Studies. [http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No80/Content.html]. Maio de 2005.
- Malyutina, Sofia, Martin Bobak, Svetlana Kurilovitch, Valery Gafarov, Galina Simonova, Yuri Nikitin, e Michael Marmot. 2002.** "Relation between Heavy Binge Drinking and All-Cause and Cardiovascular Mortality in Novosibirsk, Russia: A Prospective Cohort Study." *The Lancet* 360(9344): 1448–54.
- Mann, Jonathan, Ernest Drucker, Daniel Tarantola, e Mary Pat McCabe. 1994.** "Bosnia: The War Against Public Health." *Medicine and Global Survival* 1(3): 130–46.
- Marshall, Monty G. 2005.** "Major Episodes of Political Violence 1946–2004." Center for Systemic Peace, Severn, Md. [http://members.aol.com/cspmgm/warlist.htm]. Maio 2005.
- Martin, Matthew, e Hannah Bargawi. 2004.** "The Role of the IMF in Low-Income Countries." Study for Swedish Ministries of Finance and Foreign Affairs, Estocolmo. [http://www.dri.org.uk/pdfs/DRI_Sweden_IMF_LICs.pdf]. Maio de 2005.
- Martin, Matthew, Alison Johnson, Hannah Bargawi, e Rose-Innes Cleo. 2004.** "Long-Term Debt Sustainability for Africa." Background paper prepared for Commission for Africa (Secretariat), Londres. [http://www.commissionforafrica.org/english/report/background/martin_et_al_background.pdf]. Maio de 2005.

- Martin, Will.** 2004. "Market Access in Agriculture: Beyond the Blender." Trade Note 17. World Bank, Washington, DC.
- Maskus, Keith.** 2000. *Intellectual Property Rights in the Global Economy*. Washington, DC: Institute for International Economics.
- . 2004. "Encouraging International Technology Transfer." Issue Paper 7. International Centre for Trade and Sustainable Development and United Nations Conference on Trade and Development, Geneva.
- McCulloch, Neil, Alan Winters, e Xavier Cirera.** 2002. *Trade Liberalization and Poverty: A Handbook*. London: Centre for Economic Policy Research. [http://www.ids.ac.uk/ids/global/pdfs/tlpov.pdf]. Maio de 2005.
- McKay, Andrew.** 2002. "Defining and Measuring Inequality." ODI Briefing Paper 1. Overseas Development Institute, Londres. [http://www.odi.org.uk/PPPG/publications/briefings/inequality_briefings/01.pdf]. Maio de 2005.
- McKay, Andrew, e Ernest Aryeetey.** 2004. "Operationalising Pro-Poor Growth: A Country Case Study on Ghana." Agence Française de Développement, Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH, KfW Entwicklungsbank, UK Department for International Development London, and World Bank. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/oppghana.pdf]. Maio de 2005.
- Measure DHS.** 2005. "Demographic and Health Surveys." [http://www.measuredhs.com/]. Maio de 2005.
- Men, Tamara, Paul Brennan, Paolo Boffetta, e David Zaridze.** 2003. "Russian Mortality Trends for 1991–2001: Analysis by Cause and Region." *British Medical Journal* 327(7421): 964.
- Mexico, INEGI (Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática).** 2005. *Información estadística*. Database. Mexico City [http://www.inegi.gob.mx/est/default.asp?c=715]. Junho de 2005.
- Mexico, Secretaría de Desarrollo Social.** 2005. "Oportunidades: Información general: Histórico de la cobertura de municipios, localidades y familias beneficiarias." Colonia Juárez, México. [http://www.progresa.gob.mx/informacion_general/mpios_locs_historico.pdf]. Maio de 2005.
- Milanovic, Branko.** 2001. "World Income Inequality in the Second Half of the 20th Century." Paper presented at the Annual World Bank Conference on Development Economics, 10–11 de Maio, Washington, DC.
- . 2003. "The Two Faces of Globalization: Against Globalization As We Know It." *World Development* 31(4): 667–83.
- Millennium Challenge Corporation.** 2005a. "The Millennium Challenge Account." Washington, DC. [http://www.mca.gov/about_us/overview/index.shtml]. Abril de 2005.
- . 2005b. "Millennium Challenge Corporation Board Approves First Compact with Madagascar." Press release, 14 March, Washington, DC. [http://www.mca.gov/public_affairs/press_releases/pr_031405.shtml]. Maio de 2005.
- Mills, Anne, e Sam Shilcutt.** 2004. "Communicable Diseases." In Bjørn Lomborg, ed., *Global Crises, Global Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Minot, N., e L. Daniels.** 2002. "Impact of Global Cotton Markets on Rural Poverty in Benin." MSSD Discussion Paper 48. International Food Policy Research Institute, Markets and Structural Studies Division, Washington, DC. [http://www.ifpri.org/divs/mtid/dp/papers/mssdp48.pdf].
- Miovic, Peter.** 2004. "Poverty Reduction Support Credits in Uganda: Results of a Stocktaking Study." World Bank, Washington, DC.
- MIPT (National Memorial Institute for the Prevention of Terrorism).** 2005. "Terrorism Knowledge Base." Washington, DC. [http://www.tkb.org/IncidentRegionModule.jsp]. Maio de 2005.
- Malachila, Montfort, e Yongzheng Yang.** 2004. "The End of Textile Quotas: A Case Study of the Impact on Bangladesh." IMF Working Paper WP/04/108. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Morley, Samuel.** 2001. *The Income Distribution Problem in Latin America and the Caribbean*. Santiago, Chile: United Nations. [http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloEconomico/7/LCG2127P/lcg21271.pdf]. Maio de 2005.
- . 2002. "Slower Growth and Rising Poverty: Latin America in the New Millennium." International Food Policy Research Institute, Policy Seminar, 24 October, Washington, DC.
- Mosley, Paul, John Hudson, e Arjan Verschoor.** 2004. "Aid, Poverty Reduction and the 'New Conditionality.'" *The Economic Journal* 114(496): F217–F243.
- Muggah, Robert.** 2001. "Globalization and Insecurity: The Direct and Indirect Effects of Small Arms Availability." *IDS Bulletin* 32(2): 70–78. [http://www.ids.ac.uk/ids/news/Archive2001/muggah.pdf]. Abril de 2005.
- Muggah, Robert, e Peter Batchelor.** 2002. "Development Held Hostage: Assessing the Effects of Small Arms Availability." United Nations Development Programme, Bureau of Crisis Prevention and Recovery, New York. [http://www.undp.org/bcpr/smallarms/docs/development_held_hostage.pdf]. Abril 2005.
- Munnell, Alicia H., Robert E. Hatch, e James G. Lee.** 2004. "Why is Life Expectancy So Low in the United States?" Issues in Brief 21. Centre for Retirement Research at Boston College, Chestnut Hill, Mass. [http://www.bc.edu/centers/crr/issues/ib_21.pdf]. Maio de 2005.
- Mwaura, Ciru, e Susanne Schmeidl, eds.** 2001. *Early Warning and Conflict Management in the Horn of Africa*. Asmara: Red Sea Press.
- Naschold, Felix.** 2002. "Why Inequality Matters for Poverty." ODI Inequality Briefing Paper 2. Overseas Development Institute, Londres.
- Ng, Francis.** 2001. "Eliminating Excessive Tariffs on Exports of Least Developed Countries." Policy Research Working Paper 2604. World Bank, Washington, DC.
- Ng, Francis, Bernard Hoekman, e Marcelo Olarreaga.** 2001. "Tariff Peaks in the Quad and Least Developed Country Exports." Discussion Paper DP2747. Centre for Economic Policy Research, London. [www.cepr.org/pubs/dps/DP2747.asp]. Maio de 2005.
- Nguyen, Kim Phuong, e Afsaar Akal.** 2003. "Recent Advances in Social Health Insurance in Vietnam: A comprehensive Review of Recent Health Insurance Regulations." WHO Health Financing Mast Plan Technical Paper Series 1. World Health Organization, Ha Noi.
- Nicaragua, Government of.** 2001. "Strengthened Growth and Poverty Reduction Strategy." Managua, Nicaragua.
- Nkusu, Mwanza.** 2004. "Aid and the Dutch Disease in Low-Income Countries: Informed Diagnoses for Prudent Prognoses." IMF Working Paper WP/04/49. International Monetary Fund, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0449.pdf]. Março de 2005.
- Nogues, Julio.** 2003. "Agricultural Protectionism: Debt Problems and the Doha Round." *Development Outreach* 5(2): 13–15.
- Nyoni, T. S.** 1998. "Foreign Aid and Economic Performance in Tanzania." *World Development* 26(7): 1235–40.
- O'Brien, Maureen.** 2004. "Public Attitudes Towards Development: Knowledge and Attitudes Concerning Poverty in Developing Countries." UK Department for International Development, London. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/omnibus2004.pdf]. Maio de 2005.
- Odhiambo, Michael.** 2004. "Oxfam Karamoja Conflict Study: A Report." Oxfam International, Oxford.
- ODI (Overseas Development Institute).** 2004. "Inequality in Middle Income Countries: Synthesis Paper." Poverty and Public Policy Group, Londres. [http://www.odi.org.uk/PPPG/activities/country_level/mic/workshop/MIC-Ineq-SynthesisPaper.pdf]. Maio de 2005.
- OECD (Organisation for Economic Co-Operation and Development).** 2000. *Agricultural Trade Liberalisation: The Perspective of Emerging and Transition Economies*. Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/49/23/1911073.pdf]. Maio de 2005.

- . **2001a.** *The DAC Guidelines: Helping Prevent Violent Conflict.* Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/15/54/1886146.pdf]. Maio de 2005.
- . **2001b.** "The Development Dimensions of Trade." OECD Policy Brief. Paris.
- . **2001c.** "Untying Aid to the Least Developed Countries." OECD Policy Brief. Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/16/24/2002959.pdf]. Março de 2005.
- . **2003a.** *Agricultural Trade and Poverty: Making Policy Analysis Count.* Paris.
- . **2003b.** "Trade Capacity Building: Critical for Development." OECD Policy Brief. Paris.
- . **2004a.** *Agricultural Policies in OECD Countries: At a Glance—2004 Edition.* Paris.
- . **2004b.** "Agricultural Support: How Is It Measured and What does It Mean?" OECD Policy Brief. Paris.
- . **2004c.** "Analysis of the 2003 CAP Reform." Working Party on Agricultural Policies and Markets, Directorate for Food, Agriculture, and Fisheries, Paris
- . **2004d.** "Impact of Changes in Tariffs on Developing Countries' Government Revenue." OECD Trade Policy Working Paper 18. Paris.
- . **2005.** "Agricultural Policies in OECD Countries: Monitoring and Evaluation 2005. Highlights." Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/33/27/35016763.pdf]. Junho de 2005.
- OECD/DAC (Organisation for Economic Co-Operation and Development/Development Assistance Committee). 1997a.** "Conflict, Peace and Development Co-operation on the Threshold of the 21st Century." Policy Statement. Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/31/41/2755386.pdf]. Maio de 2005.
- . **1997b.** "OECD Development Assistance Committee Guidelines on Conflict, Peace and Development Cooperation." Paris.
- . **2002.** "Canada, DAC Peer Review: Main Findings and Recommendations." Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/46/38/2409572.pdf]. Março de 2005.
- . **2003a.** *A Development Co-operation Lens on Terrorism Prevention: Key Entry Points for Action.* DAC Guidelines and References Series. Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/17/4/16085708.pdf]. Maio de 2005.
- . **2003b.** *Harmonising Donor Practices for Effective Aid Delivery.* DAC Guidelines and Reference Series. Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/0/48/20896122.pdf]. Março de 2005.
- . **2004a.** *The DAC Journal: Development Cooperation Report 2003.* Paris. [http://213.253.134.29/oecd/pdfs/browseit/4304311E.pdf]. Março de 2005.
- . **2004b.** "Implementing the 2001 DAC Recommendations on Untying Official Development Assistance to the Least Developed Countries: 2004 Progress Report." Paris.
- . **2004c.** "The Second High-level Forum on Harmonization and Alignment for Aid Effectiveness." Concept Note. Paris. [http://www.developmentgateway.org/download/244504/Harmonization_-_HLF_IL_concept_note_05-24-04_kh_clean.pdf]. Março de 2005.
- . **2004d.** "Security System Reform and Governance." Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/8/39/31785288.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004e.** *Survey on Harmonisation and Alignment: Measuring Aid Harmonisation and Alignment in 14 Partner Countries.* Preliminary Edition. Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/31/37/33981948.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005a.** "DAC Chair's Summary." UK Department for International Development. Senior Level Forum on Development Effectiveness in Fragile States, 13-14 Janeiro, Londres.
- . **2005b.** *The DAC Journal: Development Cooperation Report 2004.* Paris. [http://213.253.134.29/oecd/pdfs/browseit/4305011E.PDF]. Maio de 2005.
- . **2005c.** "Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 1999–2003." Paris.
- . **2005d.** "Harmonization, Alignment, Results: Report on Progress, Challenges, and Opportunities." OECD-DAC Working Party on Aid Effectiveness. Prepared for the Joint Progress Toward Enhanced Effectiveness High Level Forum, 28 de Fevereiro-2 de Março, Paris.
- . **2005e.** "Implementing the 2001 DAC Recommendation on Untying Official Development Assistance to the Least Developed Countries: 2005 Progress Report." Paris.
- . **2005f.** "International Development Statistics (IDS) Online: Databases on Aid and Other Resource Flows." Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/50/17/5037721.htm]. Março de 2005.
- . **2005g.** "United States: Development Co-operation Review: Main Findings and Recommendations." Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/16/28/1836463.pdf]. Março de 2005.
- O'Hanlon, Michael E., and Susan E. Rice. 2004.** "To Avoid Calamities, Boost African Intervention Force." *Los Angeles Times*, 5 de Abril.
- Okediji, Ruth L. 2004.** "Development in the Information Age: Issues in the Regulation of Intellectual Property Rights, Computer Software and Electronic Commerce." UNCTAD Issue Paper 9. United Nations Conference on Trade and Development, Geneva. [http://www.iprsonline.org/unctadictsd/docs/CS_Okediji.pdf]. Maio de 2005.
- Olarreaga, Marcelo, and Francis Ng. 2002.** "Tariff Peaks and Preferences." In Bernard Hoekman, Aaditya Mattoo, and Philip English, eds., *Development, Trade and the WTO: A Handbook.* Washington, DC: World Bank.
- Omitoogun, Wuyi. 2003.** *Military Expenditure Data in Africa: A Survey of Cameroon, Ethiopia, Ghana, Kenya, Nigeria and Uganda.* Oxford: Oxford University Press.
- Orden, David. 2003.** "US Agricultural Policy: The 2002 Farm Bill and WTO Doha Round Proposal." IFPRI Discussion Paper 109. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Osorio, Nestor. 2004.** "Lessons from the World Coffee Crisis: A Serious Problem for Sustainable Development." International Coffee Organization, Londres. [http://www.ico.org/electdocs/archives/cy2003-04/English/ed/ed1922.pdf]. Maio de 2005.
- Østby, Gudrun. 2003.** "Horizontal Inequalities and Civil War: Do Ethnic Group Inequalities Influence the Risk of Domestic Armed Conflict?" Norwegian University of Science and Technology, Department of Sociology, Trondheim and Political Science and Centre for the Study of Civil War, International Peace Research Institute, Oslo.
- Otunnu, Olara. 2005.** "'Era of Application' Instituting a Compliance and Enforcement Regime for CAAC." United Nations. Statement to the Security Council, Security Council Meeting on Children and Armed Conflict, 23 de Fevereiro, Nova Iorque.
- Oxfam GB. 2003.** "Oxfam GB-Funded Peacebuilding Initiatives in the Arid Districts of Kenya: Lessons and Challenges." Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/pastoralism/downloads/peacebuildingkenyafinal2004.pdf]. Abril de 2005.
- . **2004.** "Programme Impact Report: Oxfam GB's Work With Partners and Allies Around the World." Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/evaluation/downloads/impact_report_2004.pdf]. Março de 2005.
- Oxfam GB, Save the Children, e Christian Aid. 2001.** "No End in Sight: The Human Tragedy of the Conflict in the Democratic Republic of Congo." Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/conflict_disasters/downloads/noend_drc.pdf]. Maio de 2005.
- Oxfam International. 2002a.** "The Great EU Sugar Scam: How Europe's Sugar Regime is Devastating Livelihoods in the Developing World." Oxfam Briefing Paper 27. Oxford.
- . **2002b.** *Rigged Rules and Double Standards: Trade, Globalisation and the Fight Against Poverty.* Oxford. [http://www.maketradeaffair.com/assets/english/report_english.pdf]. Maio de 2005.
- . **2003a.** "Beyond the Headlines: An agenda to Protect Civilians in Neglected Conflicts." Oxford. [http://www.oxfaminternational.org/eng/pdfs/pp030916_headlines.pdf].

- . 2003b. "Dumping Without Borders: How US Agricultural Policies are Destroying the Livelihoods of Mexican Corn Farmers." Oxfam Briefing Paper 50. Oxford. [http://www.oxfam.org/eng/pdfs/pp030827_corn_dumping.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004a. "Dumping On the World: How EU Sugar Policies Hurt Poor Countries." Oxfam Briefing Paper 61. Oxford.
- . 2004b. "Extortion at the Gate: Will Viet Nam Join the WTO on Pro-Development Terms?" Oxfam Briefing Paper 67. Oxford. [http://www.oxfam.org/eng/pdfs/bp67_Viet_%20Nam_041004.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004c. "Spotlight on Subsidies: Cereal Injustice under the CAP in Britain." Oxfam Briefing Paper 55. Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/trade/downloads/bp55_subsidies.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004d. "Stitched Up: How Rich-Country Protectionism in Textiles and Clothing Trade Prevents Poverty Alleviation." Oxfam Briefing Paper 60. Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/trade/downloads/bp60_textiles.pdf]. Maio de 2005.
- . 2004e. *Trading Away Our Rights: Women Working in Global Supply Chains*. Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/trade/downloads/trading_rights.pdf]. Maio de 2005.
- . 2005a. "Kicking Down the Door: How Upcoming WTO Talks Threaten Farmers in Poor Countries." Oxfam Briefing Paper 72. Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/trade/downloads/bp72_rice.pdf]. Junho de 2005.
- . 2005b. *Paying the Price: Why Rich Countries Must Invest Now in a War on Poverty*. Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/debt_aid/downloads/mdgs_price.pdf]. Março de 2005.
- Oxfam International, CARE, Save the Children, IRC (International Rescue Committee), Tearfund, e Christian Aid.** 2002. "The Key to Peace: Unlocking the Human Potential of Sudan." Oxford. [http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/conflict_disasters/downloads/peace_sudan.pdf]. Maio de 2005.
- Page, Sheila.** 2005. "A Preference Erosion Compensation Fund: A New Proposal to Protect Countries from the Negative Effects of Trade Liberalisation." ODI Opinions 35. Overseas Development Institute, Londres. [http://www.odi.org.uk/publications/opinions/35_preference_erosion_jan05.pdf]. Maio de 2005.
- Page, Sheila, and Peter Kleen.** 2004. "Special and Differential Treatment of Developing Countries in the World Trade Organization." Report for the Ministry of Foreign Affairs, Sweden. Londres. [http://www.egdi.gov.se/word/SDT%2016Augstdraft.doc]. Maio de 2005.
- Pakistan, Statistics Division.** 2002. "Pakistan Integrated Household Survey (PIHS) Round IV: 2001–2002." Karachi. [http://www.statpak.gov.pk/depts/fbs/statistics/pihs2000-2001/pihs2001-02_2.pdf]. Junho de 2005.
- Pallage, Stéphane, and Michel A. Robe.** 2001. "Foreign Aid and the Business Cycle." *Review of International Economics* 9(4): 636–67.
- Parikh, Vaibhav.** 2002. "Movement of Natural Persons Under the GATS in Computer and Related Services." Presentation to the Joint WTO–World Bank Symposium on "The Movement of Natural Persons (Mode4) Under the GATS," 11–12 de Abril, Genebra. [http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/symp_apr_02_parikh_e.ppt]. Maio de 2005.
- Partnership Africa Canada.** 2005. "Kimberley Process Monitoring: Good System Marred by Holdouts." *Other Facets* 16(2): 1. [http://www.pacweb.org/e/images/stories/of16_v2.pdf]. Abril de 2005.
- Pedersen, Duncan.** 2002. "Political Violence, Ethnic Conflict, and Contemporary Wars: Broad Implications for Health and Social Well-Being." *Social Science & Medicine* 55(2): 175–90.
- Peimani, Hooman.** 2005. "Armed Violence and Poverty in Chechnya: Mini Case Study for the Armed Violence and Poverty Initiative." University of Bradford, Center for International Cooperation and Security, Bradford, Reino Unido.
- Pelletier, D. L., E. A. Frongillo, D. G. Schroeder, and J. P. Habicht.** 1995. "The Effects of Malnutrition on Child Mortality in Developing Countries." *Bulletin of the World Health Organization* 73(4): 443–48.
- Petras, James.** 2004. "Bolivia: Between Colonization and Revolution." *Canadian Dimension* January/February. [http://www.canadiandimension.mb.ca/v38/v38_1jp.htm]. Maio de 2005.
- Physicians for Human Rights.** 2002. *War-Related Sexual Violence in Sierra Leone: A Population-Based Assessment*. Boston, Mass. [http://www.phrusa.org/research/sierra_leone/]. Junho de 2005.
- Piccio, Robert.** 2004. "Policy Coherence and Development Evaluation—Concepts, Issues and Possible Approaches." Background paper for OECD Workshop: Policy Coherence for Development, 18–19 de Maio, Paris. [http://www.oecd.org/dataoecd/43/35/31659358.pdf]. Maio de 2005.
- Pillay, Rajeev.** 2002. "Halting the Downward Spiral: Returning Countries with Special Development Needs to Sustainable Growth and Development." United Nations Development Programme, Institutional Development Group of the Bureau for Development Statistics, New York.
- PIPA (Program on International Policy Attitudes).** 2001. "Americans on Foreign Aid and World Hunger. A Study of U.S. Public Attitudes." Washington, DC. [http://www.pipa.org/OnlineReports/BFW/toc.html]. Março de 2005.
- . 2004. "Americans on Globalization, Trade and Farm Subsidies." Washington, DC. [http://www.pipa.org/OnlineReports/Globalization/pdf/IntTradeRep_1_22_04.pdf].
- Plato. [360 BC]** 2000. *Laws. Book V*. Translated by Benjamin Jowett. The Classical Library, HTML Edition. [http://www.classicallibrary.org/plato/dialogues/laws/book5.htm]. Maio de 2005.
- Ponte, Stefano.** 2001. "The 'Latte Revolution'? Winners and Losers in the Re-Structuring of the Global Coffee Marketing Chain." CDR Working Paper 01.3. Centre for Development Research, Copenhagen. [http://www.cdr.dk/working_papers/wp-01-3.pdf]. Maio de 2005.
- Ponzo, Richard.** 2005a. "Solomon Islands: The UN and Intervention by Coalitions of the Willing." *International Peacekeeping* 12(2): 173–88.
- . 2005b. Personal communication. Comments on draft chapter. January. Oxford.
- Potbury, T.** 2000. "US and EU Agricultural Support: Who Does it Benefit?" ABARE Current Issues. Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics, Canberra.
- Prati, Alessandro, Ratna Sahai, and Thierry Tresselt.** 2003. "Is There a Case for Sterilizing Foreign Aid Inflows?" Prepared for the International Monetary Fund Research Workshop Macroeconomic Challenges in Low Income Countries, 23–24 Outubro, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/np/res/seminars/2003/lic/pdf/tt.pdf]. Maio de 2005.
- Prime Minister's Strategy Unit.** 2005. "Investing in Prevention: An International Strategy to Manage Risks of Instability and Improve Crisis Response." London. [http://www.strategy.gov.uk/downloads/work_areas/countries_at_risk/cr_report.pdf]. Abril de 2005.
- Proctor, Bernadette, and Joseph Dalaker.** 2003. "Poverty in the United States: 2002." US Census Bureau, Washington, DC. [http://www.census.gov/prod/2003pubs/p60-222.pdf]. Maio 2005.
- Radelet, Steven.** 2003a. *Challenging Foreign Aid: A Policymaker's Guide to the Millennium Challenge Account*. Washington, DC: Center for Global Development.
- . 2003b. "Will the Millennium Challenge Account Be Different?" *The Washington Quarterly* 26(2): 171–87. [http://www.twq.com/03spring/docs/03spring_radelet.pdf]. Março de 2005.
- Ramcharan, Rodney.** 2002. "How Does Conditional Aid (Not) Work?" IMF Working Paper WP/02/183. International Monetary Fund, Washington, DC. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2002/wp02183.pdf]. Março de 2005.

- Ravallion, Martin. 2005.** "Pro-Poor Growth: A Primer." Policy Research Working Paper 3242. World Bank, Development Research Group, Washington, DC.
- Ravallion, Martin, e Shaohua Chen. 2004.** "China's (Uneven) Progress Against Poverty." Policy Research Working Paper 3408. World Bank, Washington, DC. [http://wdsbeta.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2004/10/08/000012009_20041008125921/Rendered/PDF/WPS3408.pdf]. Maio de 2005.
- Reardon, Thomas, e Julio A. Berdegue. 2002.** "The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenges and Opportunities for Development." *Development Policy Review* 20(4): 371–88.
- Reardon, Thomas, C. Peter Timmer, e Julio A. Berdegue. 2003.** "The Rise of Supermarkets and Private Standards in Developing Countries: Illustrations from the Produce Sector and Hypothesized Implications for Trade." Paper presented at the Agricultural Policy Reform and the WTO: Where are We Heading? 23–26 Junho, Capri, Itália.
- Reardon, Thomas, C. Peter Timmer, Christopher B. Berrett, e Julio A. Berdegue. 2003.** "The Rise of Supermarkets in Africa, Asia and Latin America." *American Journal of Agricultural Economics* 85(5): 1140–46.
- Reddy, Sanjay G., e Camelia Minoiu. 2005.** "Real Income Stagnation of Countries, 1960–2001." Columbia University, Nova Iorque. [<http://www.columbia.edu/~cm2036/stagnation.pdf>]. Maio de 2005.
- Reddy, Sanjay G., e Thomas W. Pogge. 2003.** "How Not to Count the Poor." Columbia University, Nova Iorque. [<http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf>]. Maio de 2005.
- Reilly, Benjamin. 2002.** "Post-Conflict Elections: Constraints and Dangers." *International Peacekeeping* 9(2): 118–120.
- Reisen, Helmut. 2004.** "Innovative Approaches to Funding the Millennium Development Goals." Policy Brief 24. Organisation for Economic Co-operation and Development/Development Cooperation Directorate, Paris.
- Riascos, Alvaro, e Juan Vargas. 2004.** "Violence and Growth in Colombia: A Brief Review of the Literature." Webpondo Edición 11. Webpondo. [http://www.webpondo.org/files_ene_mar04/rgc.pdf]. Maio de 2005.
- Rodriguez, Francisco e Dani Rodrik. 2000.** "Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Evidence." University of Maryland, Department of Economics, College Park, Md. and Harvard University, John F. Kennedy School of Government, Cambridge, Mass. [<http://ksghome.harvard.edu/~drodrrik/skeпти1299.pdf>]. Maio de 2005.
- Rodrik, Dani. 2000.** "Comments on 'Trade, Growth, and Poverty,' By D. Dollar and A. Kraay." Harvard University, Cambridge, Mass.
- . **2001a.** "Comments at the Conference on 'Immigration Policy and the Welfare State.'" Immigration Policy and the Welfare State, 23 de Junho, Trieste, Itália.
- . **2001b.** "The Global Governance of Trade as If Development Really Mattered." Paper prepared for United Nations Development Programme, New York. [<http://www.servicesforall.org/html/Governance/Rodrik-Trade%20&%20Development.pdf>]. Maio de 2005.
- . **2001c.** "Trading in Illusions." *Foreign Policy*, March/April.
- . **2003.** *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- . **2004.** "Industrial Policy for the Twenty-First Century." Harvard University, John F. Kennedy School of Government, Cambridge, Mass. [<http://ksghome.harvard.edu/~drodrrik/UNIDOSep.pdf%20>]. Maio de 2005.
- Rodrik, Dani, e Arvind Subramanian. 2004.** *From 'Hindu Growth' to Productivity Surge: The Mystery of the Indian Growth Transition*. NBER Working Paper 10376. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass. [<http://www.imf.org/External/Pubs/FT/staffp/2004/00-00/rodrik.pdf>]. Maio de 2005.
- Rogerson, Andrew. 2005.** "Giving, Forgiving, and Taking Back: Why Continue to Make Soft Loans to Very Poor Countries?" ODI Opinions 29. Overseas Development Institute, Londres. [http://www.odi.org.uk/publications/opinions/29_odi_opinions_soft_loans_jan05.pdf]. Maio de 2005.
- Rogerson, Andrew, e Paolo De Renzio. 2005.** "The Seven Habits of Effective Aid: Best Practices, Challenges and Open Questions." ODI Opinions 36. Overseas Development Institute, Londres. [http://www.odi.org.uk/publications/opinions/36_effective_aid_feb05.pdf]. Maio de 2005.
- Rogerson, Andrew, Adrian Hewitt, e David Waldenburg. 2004.** "The International Aid System 2005–2010: Forces For and Against Change." Working Paper 235. Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/publications/working_papers/wp235.pdf]. Março de 2005.
- Roodman, David. 2004.** "An Index of Donor Performance." Working Paper 42. Center for Global Development, Washington, DC. [http://www.cgdev.org/docs/cgd_wp042.pdf]. Março de 2005.
- Roosevelt, Franklin D. 1937.** "Second Inaugural Address." 20 January, Washington, DC. [<http://www.bartleby.com/124/pres50.html>].
- Rosen, Howard. 2002.** "Congress' Penny-Wise, Pound-Foolish Trade Strategy." CNP PolicyWire. Center for National Policy, Washington, DC. [<http://www.cnponline.org/Issue%20Briefs/PolicyWires/policy0702.htm>]. Maio de 2005.
- Rotberg, Robert I., ed. 2004.** *When States Fail: Cause and Consequences*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Roy, Davesh. 2000.** "Financial Services and the WTO: Liberalisation Commitments of the Developing and Transition Economies." *World Economy* 23(3): 351–86.
- . **2001.** "The African Growth and Opportunity Act: Rules of Origin and the Impact on Market Access." International Monetary Fund, Washington, DC.
- Rubin, Barnett R., Abby Stoddard, Humayun Hamidzada, e Adib Farhadi. 2005.** "Building a New Afghanistan: The Value of Success, the Cost of Failure." Center for International Cooperation, New York University, Nova Iorque. [<http://www.cic.nyu.edu/pdf/Building.pdf>]. Maio de 2005.
- Sachs, Jeffrey, and Gro Harlem Brundtland. 2001.** "Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development." Commission on Macroeconomics and Health, Genebra. [http://www3.who.int/whosis/cmh/cmh_report/e/pdf/001-004.pdf]. Maio de 2005.
- Sagasti, Francisco, Keith Bezanson, e Fernando Prada. 2005.** "The Future of Development Financing: Challenges and Strategic Choices." Global Development Studies Series 1. Expert Group on Development Issues, Estocolmo.
- Sandler, Todd, and Daniel Arce. 2005.** "A Conceptual Framework for Understanding Global and Transnational Goods for Health." Paper WG2: 1. Commission on Macroeconomics and Health, Cambridge, Mass. [http://www.cmhealth.org/docs/wg2_paper1.pdf]. Março de 2005.
- Sanford, Jonathan E. 2004.** "IMF Gold and the World Bank's Unfunded HIPC Initiative." *Development Policy Review* 22(1): 31–40.
- Schenkenberg van Mierop, Edward. 2004.** "The Humanitarian Response in Liberia: Some Observations by the ICVA Coordinator." International Council of Voluntary Agencies, Genebra.
- Seagate. 2003.** "Seagate Lifts Lid on Factory System." 10 December. [<http://www.seagate.com/cda/newsinfo/newsroom/coverage/article/1,1113,1924,00.html>]. Maio de 2005.
- Sen, Amartya. 1992.** *Inequality Re-Examined*. Oxford: Clarendon Press.
- . **1999.** *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- . **2004.** "Passage to China." *The New York Review of Books* 51(19).
- Sen, Amartya, e Jean Drèze. 1997.** *Indian Development: Selected Regional Perspectives*. Oxford: Oxford University Press.

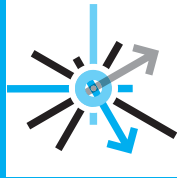
- Sen, Binayak, Mustafa K. Mujeri, e Shahabuddin Quazi. 2004.** "Operationalising Pro-Poor Growth: A Country Case Study on Bangladesh." Agence Française de Développement, Bundesministerium Für Wirtschaftliche Zusammenarbeit, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH, KfW Entwicklungsbank, UK Department for International Development London, and World Bank. [http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/oppbangladesh.pdf]. Maio de 2005.
- Sethi, R. 1958.** *Last Phase of British Sovereignty in India, 1919–1947*. Vol. 2. Delhi, India: S. Chand.
- Shah, Anup. 2005.** "The US and Foreign Aid Assistance." Global Issues. [http://www.globalissues.org/TradeRelated/Debt/USAId.asp]. Março de 2005.
- Shkolnikov, Vladimir, e Giovanni Andrea Cornia. 2000.** "Population Crisis and Rising Mortality in Transitional Russia." In Giovanni Andrea Cornia and Renato Panicià, eds., *Mortality Crisis in Transitional Economies*. Oxford: Oxford University Press.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2004.** "SIPRI Yearbook 2004: Armaments, Disarmament and International Security." Oxford.
- Sivard, Ruth Leger. 1991.** *World Military and Social Expenditures*. Washington, DC: World Priorities.
- . **1996.** *World Military and Social Expenditures*. Washington, DC: World Priorities.
- Small Arms Survey. 2002.** *Small Arms Survey 2002: Counting the Human Cost*. Oxford: Oxford University Press.
- Smith, Adam. [1776] 1976.** *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford: Oxford University Press.
- Sommers, Marc. 2002.** "Children, Education and War: Reaching Education for All (EFA) Objectives in Countries Affected by Conflict." Working Paper 1. World Bank, Conflict Prevention and Reconstruction Unit and Education Team, Human Development Network, Washington, DC. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/10/12/000094946_02091704130527/Rendered/PDF/multi0page.pdf]. Maio de 2005.
- Ssewanyana, N. S., A. J. Okidi, D. Angemi, e V. Barungi. 2004.** "Understanding the Detriments of Income Inequality in Uganda." Paper 223. Centre for the Study of African Economies, Oxford University. [http://www.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1229&context=cxae].
- Stern, Nicholas. 2002.** "Making Trade Work for Poor People." Speech delivered at National Council of Applied Economic Research, 28 de Novembro, Nova Deli.
- Stevens, Christopher, and Jane Kennan. 2002.** "How Far will Doha Reduce Tariff Peaks?" Institute for Development Studies, Brighton.
- . **2004a.** "Making Trade Preferences More Effective." IDS Briefing. Institute for Development Studies, Brighton. [http://www.ids.ac.uk/ids/global/pdfs/CSJKTradePreferences.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004b.** "The Utilisation of EU Preferences to the ACP." World Trade Organization. Paper presented at the Technical Seminar on Tariff Preferences and Their Utilisation, 31 de Março, Genebra.
- . **2005a.** "EU-ACP Economic Partnership Agreements: the Effects of Reciprocity." Institute for Development Studies, Brighton.
- . **2005b.** "Preparing for Economic Partnership Agreements." Institute for Development Studies, Brighton.
- Stewart, Frances. 2002.** "Horizontal Inequalities: A Neglected Dimension of Development." QEH Working Paper 81. Oxford University, Queen Elizabeth House, Oxford. [http://www.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps81.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005.** "Policies towards Horizontal Inequalities in Post-Conflict Reconstruction." CRISE Working Paper 7. Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Queen Elizabeth House, Oxford University. [http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper7.pdf]. Abril de 2005.
- Stewart, Frances, e Valpy Fitzgerald. 2001.** *War and Underdevelopment. Volume I: The Economic and Social Consequences of Conflict*. Oxford: Oxford University Press.
- Stewart, Frances, Graham Brown, e Luca Mancini. 2005.** "Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement." Paper prepared for the International Meeting on Gini and Lorenz in Commemoration of their Centenary Scientific Research, 23-26 de Maio, Siena, Itália.
- Stewart, Patrick. 2000.** "The Donor Community and the Challenge of Postconflict Recovery." In Forman Shepard and Patrick Stewart, eds., *Good Intentions: Pledges of Aid for Postconflict Recovery*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner.
- Story, Alan. 2004.** "Intellectual Property and Computer Software: A Battle of Competing Use and Access Visions for Countries of the South." ICTSD-UNCTAD Issue Paper 10. International Centre for Trade and Sustainable Development and United Nations Conference on Trade and Development, Geneva. [http://www.iprsonline.org/unctadictsd/docs/CS_Story.pdf]. Maio de 2005.
- Strand, Håvard, Lars Wilhelmsen, e Nils Petter Gleditsch. 2004.** *Armed Conflict Data Project 2004: Armed Conflict Database Codebook*. Version 3.0. Oslo: PRIO (International Peace Research Institute).
- . **2005.** "Armed Conflict Data Project 2004: Armed Conflict Database." PRIO (International Peace Research Institute), Oslo. [http://www.prio.no/cwp/armedconflict/current/armedconflicts.xls]. Maio de 2005.
- Sundberg, Mark, Hans Lofgren, and François Bourguignon. 2005.** "Absorptive Capacity and Achieving the MDGs: The Case of Ethiopia." World Bank, Development Economics Department, Washington, DC.
- Sutton, John. 2004.** "The Auto-Component Supply Chain in China and India: A Benchmarking Study." London School of Economics and Political Science, Londres. [http://sticerd.lse.ac.uk/dps/ei/ei34.pdf]. Maio de 2005.
- Swaziland, Ministry of Agriculture and Co-operatives and Business. 2002.** "Impact of HIV/AIDS on Agriculture and the Private Sector in Swaziland." Mbabane. [http://www.sahims.net/doclibrary/Sahims_Documents/Impact%20of%20HIVAIDS%20on%20agriculture%20&%20private%20sector%20in%20Swaziland.pdf]. Maio de 2005.
- Sykes, Michael, ed. 2004.** *Understanding Economic Growth*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Tangermann, Stefan. 2003.** "Cutting Support Can Help Farmers to Prosper." *Financial Times*, 22 de Agosto.
- Tanzania, Government of. 2004.** "Poverty Reduction Strategy: The Third Progress Report 2002/03." Dar es Salaam. [http://www.tanzania.go.tz/pdf/THE%20THIRD%20PRSP%20Progress%20Report%202003.pdf]. Maio de 2005.
- Teal, Francis, and Marcella Vigneri. 2004.** "Production Changes in Ghana Cocoa Farming Households Under Market Reforms." CSAE WPS/2004-16. Centre for the Study of African Economies, Oxford University. [http://www.cxae.ox.ac.uk/workingpapers/pdfs/2004-16text.pdf]. Maio de 2005.
- Tewari, Meenu. 2003.** "Engaging the New Global Interlocutors: Foreign Direct Investment and the Re-Shaping of local productive Capabilities in Tamil Nadu's Automotive Supply Sector." University of North Carolina, Chapel Hill. [http://www.ids.ac.uk/globalvaluechains/publications/AutoLorraine2003-FINAL.pdf]. Maio de 2005.
- Thakur, Ramesh, e Albrecht Schnabel. 2001.** *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*. Tokyo: United Nations University Press.
- Thurlow, James, e Peter Wobst. 2004.** "The Road to Pro-Poor Growth in Zambia." DSGC Discussion Paper 16. International Food Policy Research Institute, Development Strategy and Governance Division,

- Washington, DC. [<http://www.ifpri.org/divs/dsgd/dp/papers/dsgdp16.pdf>]. Maio de 2005.
- Toole, M. J., e R. J. Waldman. 1997.** "The Public Health Aspects of Complex Emergencies and Refugee Situations." *Annual Review of Public Health* 18: 283–312.
- Torvik, Ragnar. 2001.** "Learning By Doing and the Dutch Disease." *European Economic Review* 45(2): 285–306.
- Tussie, Diana, e Miguel Lengyel. 2002.** "Developing Countries: Turning Participation Into Influence." In Bernard Hoekman, Aaditya Mattoo, and Philip English, eds., *Development, Trade and the WTO: A Handbook*. Washington, DC: World Bank.
- Uganda, Ministry of Finance, Planning and Economic Development. 2003.** "Task Force Report on Infant and Maternal Mortality in Uganda." Kampala.
- ul Haq, Mahbub. 1995.** *Reflections on Human Development*. New York: Oxford University Press.
- UK (United Kingdom), HM Treasury. 2003.** "International Finance Facility Proposal. January 2003." Londres. [http://www.hm-treasury.gov.uk/documents/international_issues/international_development/development_iff.cfm]. Abril de 2005.
- UN (United Nations). 1992.** "An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-Keeping." Report of the Secretary-General pursuant to the Statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. New York. [<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>]. Abril de 2005.
- . **2000a.** "Millennium Declaration." A/RES/55/2, 18 de Setembro. Nova Iorque.
- . **2000b.** "Report of the Panel on United Nations Peace Operations: A Far-Reaching Report by an Independent Panel." A/55/305-S/2000/809. Nova Iorque.
- . **2000c.** "Security Council Discusses Exit Strategies for Peacekeeping Operations." Press Release SC/6951. [<http://www.un.org/News/Press/docs/2000/20001115.sc6951.doc.html>]. Maio de 2005.
- . **2003.** *World Population Prospects 1950–2050: The 2002 Revision*. Database. Department of Economics and Social Affairs, Population Division, Nova Iorque.
- . **2004a.** *Millennium Development Goals: China's Progress: 2003*. Office of the United Nations Resident Coordinator, Beijing. [<http://www.undp.org/mdg/chinaMDG.pdf>]. Maio de 2005.
- . **2004b.** *A More Secure World: Our Shared Responsibility*. Report of the UN Secretary-General's High-level Panel on Threats, Challenges and Change. New York: United Nations Department of Information. [<http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>]. Março de 2005.
- . **2005a.** "An Agenda for Peace: Position Paper of the Secretary-General on the occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations." Report of the Secretary-General on the work of the organization. Nova Iorque. [<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>]. Abril de 2005.
- . **2005b.** "Millennium Indicators Database." Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, New York. [http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp]. Março de 2005.
- . **2005c.** "UN Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade)." New York. [<http://unstats.un.org/unsd/comtrade/>]. Junho de 2005.
- . **2005d.** *World Population Prospects 1950–2050: The 2004 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, Nova Iorque.
- UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS). 2003.** "HIV/AIDS and Conflict." Office on AIDS, Security, and Humanitarian Response, Copenhaga. [http://www.unaids.org/NetTools/Misc/DocInfo.aspx?LANG=en&href=http://gva-doc-owl/WEBcontent/Documents/pub/Topics/Security/FS_Conflict_en.pdf]. Abril de 2005.
- . **2004a.** "Care, Women and AIDS." Fact Sheet. Genebra. [http://www.unaids.org/html/pub/una-docs/gcwa_care_02feb04_en.pdf.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004b.** "Report on the Global AIDS Epidemic." Genebra. [http://www.unaids.org/bangkok2004/GAR2004_pdf/UNAIDSGlobalReport2004_en.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005a.** "HIV and AIDS Statistics and Features, End of 2002 and 2004: Asia." Genebra. [http://www.unaids.org/wad2004/EPIupdate2004_html_en/epi04_07_en.htm#TopOfPage]. Maio de 2005.
- . **2005b.** "HIV and AIDS Statistics and Features, End of 2002 and 2004: Eastern Europe and Central Asia." Genebra. [http://www.unaids.org/wad2004/EPIupdate2004_html_en/epi04_08_en.htm#TopOfPage]. Maio de 2005.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2000.** *The Competitiveness Challenge: Transnational Corporations and Industrial Restructuring in Developing Countries*. Genebra.
- . **2003.** "Economic Development in Africa: Trade Performance and Commodity Dependence." Genebra. [http://www.unctad.org/en/docs/gdsafrika20031_en.pdf]. Maio 2005.
- . **2004a.** "The Least Developed Countries Report 2004: Linking International Trade with Poverty Reduction." Genebra. [http://www.unctad.org/en/docs/lcd2004_en.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004b.** "Trade and Development Report 2004: Policy Coherence, Development Strategies and Integration into the World Economy." Genebra. [http://www.unctad.org/en/docs/tdr2004_en.pdf]. Maio de 2005.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) and World Bank. 2005.** *WITS/TRAINS (World Integrated Trade Solution/Trade Analysis and Information System)*. Database. Genebra. [<http://192.91.247.38/tab/WITS.asp>]. Maio de 2005.
- UNDP (United Nations Development Programme). 1990.** *Human Development Report 1990: Concept and Measurement of Human Development*. New York: Oxford University Press.
- . **1994.** *Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security*. New York: Oxford University Press. [<http://hdr.undp.org/reports/global/1994/en/>]. Maio de 2005.
- . **2000.** "Aid Transaction Costs in Viet Nam." Department for International Development, Ha Noi. [<http://www.undp.org.vn/undp/docs/2000/aid/aidtransacte.pdf>]. Março de 2005.
- . **2001.** *Nepal National Human Development Report 2001: Poverty Reduction and Governance*. New York: Oxford University Press.
- . **2002.** *China National Human Development Report 2002—Making Green Development: A Choice*. New York: Oxford University Press.
- . **2003a.** *El conflicto, callejón con salida: Informe Nacional de Desarrollo Humano para Colombia—2003*. Bogotá. [http://www.pnud.org.co/2003/Informe_2003_completo_v2.pdf]. Maio de 2005.
- . **2003b.** "Ghana Millennium Development Goals Report 2003." New York. [http://www.undp.org/mdg/ghana_report.pdf]. Maio de 2005.
- . **2003c.** *Human Development Report 2003: Millennium Development Goals: A Compact among Nations to End Poverty*. New York: Oxford University Press.
- . **2003d.** *Pakistan National Human Development Report 2003: Poverty, Growth, and Governance*. New York: Oxford University Press.
- . **2003e.** "Synthesis of Work Done since the July Workshop on Defining Democratic Dialogue." Regional Bureau for Latin America, Democratic Dialogue Project, Nova Iorque.
- . **2003f.** *Tajikistan National Human Development Report 2003: Tapping the Potential: Improving Water Governance*. New York: Oxford University Press.

- . **2004a.** *Afghanistan National Human Development Report 2004: Security with a Human Face: Challenges and Responsibilities.* New York: Oxford University Press.
- . **2004b.** "Review of Aid Management Systems: Summary and Lessons Learned." New York. [http://www.devoid.org/indexAction.cfm?module=Library&action=GetFile&DocumentID=4201]. Junho de 2005.
- . **2005a.** "Afghanistan's Future Holds Promise and Peril." News Bulletin. 21 Fevereiro. [http://www.undp.org/dpa/pressrelease/releases/2005/february/pr21feb05.html]. Maio de 2005.
- . **2005b.** *Nepal Human Development Report 2004: Empowerment and Poverty Reduction.* New York: Oxford University Press.
- . **2005c.** "UNDP Regional Bureau for Latin America Democratic Dialogue Project." Nova Iorque. [http://www.democraticdialoguenet.org/work/english/]. Abril de 2005.
- UNEP (United Nations Environment Programme). 1999.** "Environmental Impacts of Trade Liberalization and Policies for Sustainable Management of Natural Resources: A Case Study on Bangladesh's Shrimp Farming Industry." UNEP/99/3. Nova Iorque e Genebra. [http://www.unep.ch/etu/etp/acts/capbid/rdone/bangladesh.pdf]. Maio de 2005.
- . **2002.** *Integrated Assessment of Trade Liberalization and Trade-Related Policies: A Country Study on the Fisheries Sector in Senegal.* Nova Iorque e Genebra.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 2005.** *Education for All Global Monitoring Report: Education for All: The Quality Imperative.* Paris. [http://www.unesco.org/education/gmr_download/chapter6.pdf]. Maio de 2005.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute of Statistics. 2005.** Correspondence on gross and net enrolment ratios and children reaching grade 5. Abril. Montreal, Canadá.
- UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2004.** "2003 Global Refugees Trends: Overview of Refugee Populations, New Arrivals, Durable Solutions, Asylum-Seekers, and Other Persons of Concern to UNHCR." Population Data Unit/PGDS, Division of Operational Support, Genebra. [http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/statistics/opendoc.pdf?tbl=STATISTICS&id=40d015fb4]. Maio de 2005.
- UNICEF (United Nations Children's Fund). 2000.** "From Survival to Thrival: Children and Women in the Southern Part of Sudan." Nova Iorque.
- . **2001a.** "Progress since the World Summit for Children: A Statistical Review." Nova Iorque. [http://www.unicef.org/publications/files/pub_wethechildren_stats_en.pdf]. Fevereiro de 2005.
- . **2001b.** *State of the World's Children 2001.* New York.
- . **2005a.** "Child Poverty in Rich Countries 2005: The Proportion of Children Living in Poverty Has Risen in a Majority of the World's Developed Economies." Innocenti Report Card No. 6. Florença. [http://www.unicef-icdc.org/publications/index.html]. Maio de 2005.
- . **2005b.** Correspondence on under-five mortality. Maio. Nova Iorque.
- . **2005c.** "Monitoring the Situation of Children and Women." [www.childinfo.org]. Maio de 2005.
- . **2005d.** "Progress for Children: A Report Card on Gender Parity and Primary Education." Number 2. Nova Iorque.
- . **2005e.** *State of the World's Children 2005.* Nova Iorque. [http://www.unicef.org/sowc05/english/sowc05.pdf]. Maio de 2005.
- UNIDO (United Nations Industrial Development Organization). 2002.** *Industrial Development Report 2002/2003: Competing through Innovation and Learning.* Viena. [http://www.unido.org/userfiles/hartmany/12IDR_full_report.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004.** *Industrial Development Report 2004: Industrialization, Environment, and the Millennium Development Goals in Sub-Saharan Africa: The New Frontier in the Fight Against Poverty.* Viena.
- University of California, Berkeley, and Max Planck Institute for Demographic Research. 2005.** *Human Mortality Database.* Database. Berkeley e Munique. [http://www.mortality.org]. Junho de 2005.
- UN Millennium Project. 2005a.** *Combating AIDS in the Developing World.* Task Force on HIV/AIDS, Malaria, TB, and Access to Essential Medicines, Working Group on HIV/AIDS. London: Earthscan.
- . **2005b.** *Coming to Grips with Malaria in the New Millennium.* Task Force on HIV/AIDS, Malaria, TB, and Access to Essential Medicines, Working Group on Malaria. London: Earthscan.
- . **2005c.** *Halving Hunger: It Can Be Done.* Task Force on Hunger. London: Earthscan.
- . **2005d.** *Health, Dignity, and Development: What Will It Take?* Task Force on Water and Sanitation. London: Earthscan.
- . **2005e.** *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals.* London: Earthscan.
- . **2005f.** *Toward Universal Primary Education: Investments, Incentives, and Institutions.* Task Force on Education and Gender Equality. London: Earthscan.
- . **2005g.** *Trade for Development.* Task Force on Trade. London: Earthscan.
- . **2005h.** *Who's Got the Power? Transforming Health Systems for Women and Children.* Task Force on Child Health and Maternal Health. London: Earthscan.
- UN News Centre. 2004.** "Annan Calls for Overhaul in Security Structure to Better Protect UN Personnel." 11 October. [http://www.un.org/apps/news/storyAr.asp?NewsID=12186&Cr=security&Cr1=]. Maio de 2005.
- UN OCHA (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs). 2002.** "Democratic Republic of the Congo 2002: Consolidated Appeals Process (CAP)." Genebra.
- . **2004a.** "Democratic Republic of the Congo 2004: Consolidated Appeals Process (CAP)." Geneva. [http://ochadms.unog.ch/quickplace/cap/main.nsf/h_index/CAP_2004_DR Congo/\$FILE/CAP_2004_DR Congo_SCREEN.PDF?OpenElement]. Maio de 2005.
- . **2004b.** "Occupied Palestinian Territory 2004: Consolidated Appeals Process (CAP)." Geneva. [http://ochadms.unog.ch/quickplace/cap/main.nsf/h_index/CAP_2004_oPt/\$FILE/CAP_2004_oPt_SCREEN.PDF?OpenElement]. Maio de 2005.
- UN (United Nations) Viet Nam. 2002.** "Vietnam: Bringing the MDGs Closer to the People." Nova Iorque. [http://www.undp.org/mdg/vietnam2002.pdf]. Maio de 2005.
- US Department of Agriculture, Economic Research Service. 2002.** "Agricultural Outlook: Statistical Indicators." [http://www.ers.usda.gov/publications/Agoutlook/AOTables/]. Maio de 2005.
- . **2005a.** "Farm and Commodity Policy: Government Payments and the Farm Sector." Briefing Room. Washington, DC. [http://www.ers.usda.gov/Briefing/FarmPolicy/gov-pay.htm]. Maio de 2005.
- . **2005b.** "WTO: Uruguay Round Agreement on Agriculture." Briefing Room. Washington, DC. [http://www.ers.usda.gov/Briefing/WTO/domesticSupportPillar.htm]. Maio de 2005.
- US Department of Agriculture, Foreign Agricultural Service. 2005.** "United States-Central America-Dominican Republic: Free Trade Agreement." Commodity Fact Sheets. [http://www.fas.usda.gov/info/factsheets/CAFTA/foodgrains.html]. Maio de 2005.
- US Department of State. 1999.** "Patterns of Global Terrorism: 1998." Department of State publication 10610. Office of the Secretary of State, Office of the Coordinator of Counterterrorism, Washington, DC.
- . **2004.** "The Prevention and Combating of Terrorism in Africa." Washington, DC. [http://www.state.gov/s/ct/ris/rm/2004/37230.htm]. Maio de 2005.
- USITC (United States International Trade Commission). 2005.** "Interactive Tariff and Trade Dataweb." Washington, DC. [http://dataweb.usitc.gov/]. Maio de 2005.

- Uvin, Peter. 1998.** *Aiding Conflict: The Development Enterprise in Rwanda*. West Hartford: Kumarian Press.
- Vakis, Renos, Diana Kruger, and Andrew D. Mason. 2004.** "Shocks and Coffee: Lessons from Nicaragua." Social Protection Discussion Paper 30164. World Bank, Washington, DC.
- van der Gaag, Jacques. 2004.** "Alternative Perspectives 2.2." In Bjørn Lomborg, ed., *Global Crises, Global Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Victoria, Cesar G., Adam Wagstaff, Joanna Armstrong Schellenberg, Davidson Gwatkin, Mariam Claeson, and Jean-Pierre Habicht. 2003.** "Applying an Equity Lens to Child Health and Mortality: More of the Same Is Not Enough." *The Lancet* 362(9379): 233–41. [http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MLimg&_imagekey=B6T1B-4938BXH-Y-1&_cdi=4886&_user=666074&_orig=browse&_coverDate=07%2F19%2F2003&_sk=996370620&view=c&wchp=dGLbVtz-zSkWA&md5=112639e83039a42aef6a9ce24009d7fd&ie=/sdatarticle.pdf]. Fevereiro de 2005.
- Viet Nam, Government of. 2004.** "Vietnam: The Comprehensive Poverty Reduction and Growth Strategy." IMF Country Report 04/25. Washington, DC. [<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2004/cr0425.pdf>]. Maio de 2005.
- Visaria, Leela. 2004a.** "The Continuing Fertility Transition." In Tim Dyson, Robert Cassen, and Leela Visaria, eds., *Twenty-First Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.
- . **2004b.** "Mortality Trends and the Health Transition." In Tim Dyson, Robert Cassen, and Leela Visaria, eds., *Twenty-First Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.
- Vorley, Bill. 2003.** "Food, Inc.: Corporate Concentration from Farm to Consumer." UK Food Group, London. [<http://www.ukfg.org.uk/docs/UKFG-Foodinc-Nov03.pdf>]. Junho de 2005.
- Wade, Robert. 2005.** "Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?" *World Development* 32(4): 567–89.
- Wagstaff, Adam. 2000.** "Socioeconomic Inequalities in Child Mortality: Comparisons Across Nine Developing Countries." *Bulletin of the World Health Organization* 78(1): 19–29.
- Wagstaff, Adam, e Mariam Claeson. 2004.** *The Millennium Development Goals for Health: Rising to the Challenges*. Washington, DC: World Bank. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/07/15/000009486_20040715130626/Rendered/PDF/296730PAPER0Mi1ent0goals0for0health.pdf]. Maio de 2005.
- Wagstaff, Adam, e Eddy van Doorslaer. 2003.** "Catastrophe and Impoverishment in Paying for Health Care: With Applications to Vietnam 1993–98." *Health Economics* 12(11): 921–33.
- Waldman, Ronald. 2005.** "Public Health in War." *Harvard International Review* 27(1).
- Walker, A., e C. Walker, eds. 1987.** *The Growing Divide: A Social Audit 1979–1987*. Londres: CPAG Ltd.
- Watal, Jayashree. 2002.** "Implementing the TRIPS Agreement." In Bernard Hoekman, Aaditya Mattoo, and Philip English, eds., *Development, Trade and the WTO*. Washington, DC: World Bank.
- Watkins, Kevin. 2000.** *The Oxfam Education Report*. Oxford: Oxfam International.
- . **2003a.** "Farm Fallacies That Hurt the Poor." *Development Outreach* 5(2):10–12.
- . **2003b.** "Northern Agricultural Policies and World Poverty: Will the Doha 'Development Round' Make a Difference?" Paper presented at the Annual World Bank Conference on Development Economics, World Bank, 15–16 Maio, Paris. [[http://wbln0018.worldbank.org/europ/web.nsf/Pages/Paper+by+Watkins/\\$File/WATKINS.PDF](http://wbln0018.worldbank.org/europ/web.nsf/Pages/Paper+by+Watkins/$File/WATKINS.PDF)]. Maio de 2005.
- Welsh, Jennifer M. 2002.** "From Right to Responsibility: Humanitarian Intervention and International Society." *Global Governance* 8(4): 503–21.
- White, David. 2005.** "Progress Relies on Donors' Pledges." *Financial Times*, 14 de Fevereiro.
- White, Howard, and Geske Dijkstra. 2003.** *Programme Aid and Development: Beyond Conditionality*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- The White House. 2002.** "Expand the Circle of Development by Opening Societies and Building the Infrastructure of Democracy." In *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC. [<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>].
- WHO (World Health Organization). 2004a.** "Retrospective Mortality Survey among the Internally Displaced Population, Greater Darfur, Sudan." Genebra. [<http://www.who.int/disasters/repo/14656.pdf>]. Maio de 2005.
- . **2004b.** *The World Health Report 2004: Changing History*. Genebra. [http://www.who.int/whr/2004/en/report04_en.pdf]. Maio de 2005.
- WHO (World Health Organization) e UNICEF (United Nations Children's Fund). 2003.** *The Africa Malaria Report 2003*. Genebra. [http://www.unicef.org/publications/files/pub_africa_malaria_report_en.pdf]. Maio de 2005.
- Winters, L. Alan. 2002.** "The Economic Implications of Liberalising Mode 4 Trade." Joint WTO-World Bank Symposium on "The Movement of Natural Persons (Mode4) Under the GATS," 11–12 de Abril, Genebra. [http://www.tessproject.com/guide/pubs/mode4/Economic_Implications_of%20Lib_Mode4_Trade.pdf]. Maio de 2005.
- Winters, L. Alan, Neil McCulloch, e Andrew McKay. 2004.** "Trade Liberalization and Poverty: The Evidence So Far." *Journal of Economic Literature* 42(1):72–115.
- Wolf, Martin. 2005.** "Asia's Giants Take Different Routes." *Financial Times*, 22 de Fevereiro.
- Wolfensohn, James, e François Bourguignon. 2004.** "Development and Poverty Reduction: Looking Back, Looking Ahead." Prepared for the 2004 Annual Meetings of the World Bank and IMF. World Bank, Washington, DC. [<http://www.worldbank.org/ambc/lookingbacklookingahead.pdf>]. Maio de 2005.
- Woods, Ngaire. 2005.** "The Shifting Politics of Foreign Aid." *International Affairs* 81(2): 393–409.
- Woods, Ngaire, and research team. 2004.** "Reconciling Effective Aid and Global Security: Implications for the Emerging International Development Architecture." Global Economic Governance Programme, University College, Oxford. [[http://users.ox.ac.uk/~ntwoods/IDAFinalDraft2\(26Nov2004\).pdf](http://users.ox.ac.uk/~ntwoods/IDAFinalDraft2(26Nov2004).pdf)]. Março de 2005.
- Woodward, Llewellyn. 1963.** *The Age of Reform 1815–1870*. Oxford: Oxford University Press.
- Woodward, Susan. 2002.** "Economic Priorities for Successful Peace Implementation." In Stephen John Stedman, Donald Rothchild, and Elizabeth Cousens, eds., *Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements*. Boulder: Lynne Rienner.
- Working Group on New International Financial Contributions, Office of the President of the French Republic. 2004.** "New International Financial Contributions." A report by the working group chaired by Jean-Pierre Landau. Report to Jacques Chirac, President of the French Republic. Paris.
- World Bank. 1998.** *Assessing Aid: What Works, What Doesn't, and Why*. Washington, DC: Oxford University Press.
- . **2001.** "Tanzania: World Bank Approves Primary Education Project." News Release 2002/096/AFR. Washington, DC.
- . **2002.** "Corruption, Poverty, and Inequality." Washington, DC. [<http://www1.worldbank.org/publicsector/anticorrupt/corpov.htm>]. Junho de 2005.
- . **2003a.** "Benin: Second Poverty Reduction Support Credit." Environmental Assessment E1083. Washington, DC.
- . **2003b.** *Brazil: Equitable, Competitive, Sustainable—Contributions for Debate*. Washington, DC.
- . **2003c.** *Poverty in Guatemala*. Washington, DC.

- . **2003d.** *Rural Poverty Alleviation in Brazil: Toward an Integrated Strategy*. Washington, DC.
- . **2003e.** *World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People*. New York: Oxford University Press.
- . **2004a.** *2003 Annual Review of Development Effectiveness: The Effectiveness of Bank Support for Policy Reform*. Washington, DC. [[http://lnweb18.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/3D82DE51D6B462DA85256E69006BD181/\\$file/arde_2003.pdf](http://lnweb18.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/3D82DE51D6B462DA85256E69006BD181/$file/arde_2003.pdf)]. Março de 2005.
- . **2004b.** "Books, Buildings, and Learning Outcomes: An Impact Evaluation of World Bank Support to Basic Education in Ghana." Report 28779. Operations Evaluation Department, Washington, DC. [[http://lnweb18.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/0/928a136deb347b3485256e8a0061bc8d/\\$FILE/report_28779_basic_education.pdf](http://lnweb18.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/0/928a136deb347b3485256e8a0061bc8d/$FILE/report_28779_basic_education.pdf)]. Maio de 2005.
- . **2004c.** *Global Economic Prospects 2005: Trade, Regionalism, and Development*. Washington, DC.
- . **2004d.** "Opportunities and Challenges for Developing High-Value Agricultural Exports in Ethiopia." April draft. Africa Region, Country Department for Ethiopia, Washington, DC.
- . **2004e.** *World Development Indicators 2004*. Washington, DC.
- . **2004f.** *Inequality and Economic Development in Brazil*. Washington, DC.
- . **2005a.** "2004 Annual Review of Development Effectiveness: The Bank's Contributions to Poverty Reduction." Operations Evaluation Department. Washington, DC. [[http://lnweb18.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/24cc3bb1f94ae11c85256808006a0046/efbce22c91b5796685256ff10057bb6c/\\$FILE/2004_ARDE.pdf](http://lnweb18.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/24cc3bb1f94ae11c85256808006a0046/efbce22c91b5796685256ff10057bb6c/$FILE/2004_ARDE.pdf)]. Junho de 2005.
- . **2005b.** "China's Progress towards the Health MDGs." World Bank Rural Health in China: Briefing Note 2. Washington, DC.
- . **2005c.** "Conditionality Review: Conditionality and Policy Based Lending—Trends." Washington, DC.
- . **2005d.** "PovcalNet." [<http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/jsp/index.jsp>]. Junho de 2005.
- . **2005e.** "Russian Federation: Reducing Poverty through Growth and Social Policy Reform." Report 28923-RU. Europe and Central Asia Region, Poverty Reduction and Economic Management Unit, Washington, DC. [http://www-wds.worldbank.org/servert/WDSContentServer/WDS/IB/2005/03/17/000012009_20050317113145/Rendered/PDF/289230RU.pdf]. Maio de 2005.
- . **2005f.** *World Development Indicators 2005 CD-ROM (Single User)*. Washington, DC.
- World Bank and IMF (International Monetary Fund). 2003.** "Supporting Sound Policies with Adequate and Appropriate Financing." DC2003-0016. Background paper for Development Committee (Joint Ministerial Committee of the Boards of Governors of the Bank and the Fund on the Real Resources to Developing Countries, "Item I of the Provision Agenda." Washington, DC. [[http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMINT/Documentation/20127712/DC2003-0016\(E\)-Financing.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMINT/Documentation/20127712/DC2003-0016(E)-Financing.pdf)].
- . **2004a.** "Financing Modalities toward the Millennium Development Goals: Progress Note." DC2004-003. Background paper for Development Committee (Joint Ministerial Committee of the Boards of Governors of the Bank and the Fund on the Real Resources to Developing Countries, "Item I of the Provision Agenda." Washington, DC. [[http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMINT/Documentation/20191435/DC2004-0003\(E\)-FinMod.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMINT/Documentation/20191435/DC2004-0003(E)-FinMod.pdf)]. Maio de 2005.
- . **2004b.** *Global Monitoring Report 2004: Policies and Actions for Achieving the Millennium Development Goals and Related Outcomes*. Washington, DC. [<http://siteresources.worldbank.org/GLOBALMONITORINGEXT/Resources/0821358596.pdf>].
- . **2004c.** "Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative: Status of Implementation." Washington, DC. [<http://www.imf.org/external/NP/hipc/2004/082004.pdf>]. Maio de 2005.
- . **2005a.** *Global Monitoring Report 2005: Millennium Development Goals: From Consensus to Momentum*. Washington, DC. [<http://siteresources.worldbank.org/GLOBALMONITORINGEXT/Resources/complete.pdf>]. Maio de 2005.
- . **2005b.** "Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative—Statistical Update." Washington, DC. [<http://www.imf.org/external/np/hipc/2005/040405.pdf>]. Maio de 2005.
- . **2005c.** "Moving Forward: Financing Modalities Toward the MDGs." DC2005-0008/Add. 1. Background paper for Development Committee (Joint Ministerial Committee of the Boards of Governors of the Bank and the Fund on the Real Resources to Developing Countries, "Item II of the Provision Agenda." Washington, DC. [[http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMINT/Documentation/20449410/DC2005-0008\(E\)-FinMod%20Add1.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMINT/Documentation/20449410/DC2005-0008(E)-FinMod%20Add1.pdf)]. Maio de 2005.
- World Bank and Palestinian Central Bureau of Statistics. 2004.** "Deep Palestinian Poverty in the Midst of Economic Crisis." Working Paper 30751. Washington, DC. [http://www-wds.worldbank.org/servert/WDSContentServer/WDS/IB/2004/11/24/000112742_20041124094109/Rendered/PDF/307510arabic.pdf]. Maio de 2005.
- World Bank and the Republic of Kenya. 2004.** "Kenya Public Expenditure Review 2004: Report on the Structure and Management of Public Funding." Report 29421-KE. Africa Region, Country Department for Kenya, Washington, DC. [http://www-wds.worldbank.org/servert/WDSContentServer/WDS/IB/2005/03/17/000012009_20050317111633/Rendered/PDF/294210KE.pdf]. Maio de 2005.
- WTO (World Trade Organization). 2004a.** "Background Statistical Information with Respect to Trade in Textiles and Clothing." WTO Document G/L/692. Geneva.
- . **2004b.** "International Trade Statistics 2004." Geneva. [http://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/its2004_e/its2004_e.pdf]. Maio de 2005.
- . **2004c.** "Market Access Issues Related to Products of Export Interest Originating from Least Developed Countries: Note by the Secretariat." Washington, DC.
- . **2005.** "Trade Topics: Agriculture Gateway." Geneva. [http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agric_e.htm]. Junho de 2005.
- Yamano, T., and T. S. Jayne. 2004.** "Measuring the Impact of Working Age Adult Mortality on Small-Scale Farm Households in Kenya." *World Development* 32(1): 91–119.
- Yunker, James A. 2004.** "Could a Global Marshall Plan be Successful? An Investigation Using The WEEP Simulation Model." *World Development* 32(7): 1109–37. [http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIimg&_imagekey=B6VC6-4CGM6SP-1-3P&_cdi=5946&_user=666074&_orig=na&_coverDate=07%2F31%2F2004&_sk=999679992&view=c&wchp=dGLbVtz-zSkWA&md5=10d919d5a9c240234cbb00895899fc80&ie=/sarticle.pdf]. Março de 2005.
- Yunus, Muhammad. 2004.** "Grameen Bank, Microcredit and Millennium Development Goals." *Economic and Political Weekly* 39(36): 4077–80.



Indicadores de Desenvolvimento Humano

Guia do leitor	211
Nota do quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano	214

Quadros de indicadores

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

1 Índice de desenvolvimento humano	219
2 Tendências do índice de desenvolvimento humano	223
3 Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento	227
4 Pobreza e privação humanas: Países da OCDE, Europa do Leste e a CEI	230

. . . para viverem uma vida longa e saudável . . .

5 Tendências demográficas	232
6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços	236
7 Água, saneamento e estado da nutrição	240
8 Desigualdades na saúde materna e infantil	244
9 Principais crises e riscos de saúde mundiais	246
10 Sobrevivência: progressos e retrocessos	250

. . . adquirirem conhecimento . . .

11 Compromisso com a educação: despesa pública	254
12 Alfabetização e escolarização	258
13 Tecnologia: difusão e criação	262

. . . terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno . . .

14 Desempenho económico	266
15 Desigualdade no rendimento ou consumo	270
16 Estrutura do comércio	274
17 Responsabilidades dos países ricos: ajuda	278
18 Responsabilidades dos países ricos: alívio da dívida e comércio	279
19 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida	280
20 Prioridades na despesa pública	284
21 Desemprego nos países da OCDE	288

. . . enquanto os preservam para as gerações futuras . . .

22 Energia e ambiente	289
------------------------------	-----

... protegendo a segurança pessoal ...

23	Refugiados e armamentos	293
24	Vítimas da criminalidade	297

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

25	Índice de desenvolvimento ajustado ao género	299
26	Medida de participação segundo o género	303
27	Desigualdade de género na educação	307
28	Desigualdade de género na actividade económica	311
29	Género, trabalho e afectação do tempo	315
30	Participação política das mulheres	316

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

31	Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos	320
32	Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho	324

33	Indicadores básicos para outros países membros da ONU	328
-----------	---	-----

	Nota sobre as estatísticas no <i>Relatório de Desenvolvimento Humano</i>	329
--	--	-----

Notas técnicas

1	Cálculo dos índices de desenvolvimento humano	340
2	Dois lados da moeda da redução da pobreza – porque razão o crescimento e a distribuição têm interesse	347
3	Avaliação do progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	352

	Definições de termos estatísticos	354
	Referências estatísticas	361
	Classificação dos países	363
	Índice dos indicadores	367
	Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores	371

Guia do leitor

Quadros de indicadores de desenvolvimento humano

Os quadros de indicadores do desenvolvimento humano fornecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano. Muitos dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão incorporados nesses quadros (ver *Índice dos indicadores e Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores*). Os dados destes indicadores fornecem uma referência estatística para avaliar o progresso de cada país em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e suas metas.

Os principais quadros estão organizados tematicamente, tal como está descrito pelos títulos corridos no topo de cada quadro. Os quadros incluem dados de 175 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina — todos aqueles para os quais se pode calcular o índice de desenvolvimento humano (IDH). Devido à falta de dados, 16 países membros da ONU não estão incluídos no IDH deste ano. Para esses países, são apresentados indicadores básicos de desenvolvimento humano no quadro 33.

Nos quadros de indicadores, os países e áreas estão ordenados por ordem decrescente dos seus valores do IDH. Para localizar um país nesses quadros, recorre-se à chave dos países na última página do Relatório, que lista os países alfabeticamente e com a respectiva ordem do IDH.

A maior parte dos dados incluídos nos quadros são de 2003, aqueles que foram disponibilizados ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano até 16 de Maio de 2005, a não ser quando indicado de outro modo.

Fontes e definições

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é principalmente um utilizador e não um

produtor de estatísticas. Conta com as agências internacionais de dados, que têm os recursos e os conhecimentos para recolher e compilar dados internacionais sobre indicadores estatísticos específicos. As fontes de todos os dados utilizados na compilação dos quadros de indicadores são apresentadas em pequenas citações no fim de cada quadro. Estas concordam com as referências completas nas *Referências estatísticas*. Quando uma agência fornece dados que reuniu a partir de outra fonte, ambas as fontes são creditadas nas notas dos quadros. Mas quando uma agência se baseou no trabalho de muitos outros contribuintes, apenas essa agência é apresentada como fonte. As notas sobre as fontes também mostram as componentes de dados originais utilizadas em todos os cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, para assegurar que todos os cálculos podem ser facilmente reproduzidos.

Os indicadores para os quais podem ser dadas definições pequenas e significativas estão incluídos nas Definições de termos estatísticos. Todas as outras informações relevantes aparecem nas notas do fim de cada quadro. Para informações técnicas mais pormenorizadas sobre estes indicadores, podem consultar os Websites relevantes das agências de fontes através do Website do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, em <http://hdr.undp.org/statistics/understanding/resources.cfm>.

Inconsistências entre estimativas nacionais e internacionais

Quando compilam as séries de dados internacionais, as agências internacionais de dados aplicam, com frequência, padrões internacionais e procedimentos de harmonização para melhorar a comparabilidade entre países. Quando os dados internacionais se baseiam em estatísticas nacionais, como geralmente acontece, pode ser necessário o ajustamento dos dados nacionais. Quando faltam dados sobre um país, uma agência internacional pode pro-

duzir uma estimativa, se puder utilizar outra informação relevante. E devido às dificuldades de coordenação entre agências nacionais e internacionais, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais recentes. Todos estes factores podem conduzir a inconsistências significativas entre as estimativas nacionais e internacionais (ver *Notas sobre as estatísticas*).

Este Relatório tem revelado, com frequência, estas discrepâncias. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano advoga a melhoria dos dados internacionais e tem um papel activo no apoio aos esforços para melhorar a qualidade dos dados. Quando surgiram inconsistências nos dados, o Gabinete ajudou a articular as autoridades estatísticas nacionais e internacionais para resolverem essas inconsistências. Em muitos casos, isso conduziu a melhores estatísticas no Relatório. O Gabinete está a trabalhar com departamentos nacionais e organismos internacionais para melhorar a consistência dos dados, através da informação e da monitorização mais sistemática da qualidade dos dados.

Comparabilidade no tempo

Por causa das revisões periódicas dos dados e das mudanças de metodologia efectuadas pelas agências internacionais, as estatísticas apresentadas nas diferentes edições do Relatório podem não ser comparáveis. Por isso, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano desaconselha fortemente a construção de análises de tendência baseadas nos dados de diferentes edições.

Do mesmo modo, os valores e posições do IDH não são comparáveis entre edições do Relatório. Para análises de tendência baseadas em metodologia e dados consistentes, indica-se o quadro de indicadores 2 (Tendências do índice de desenvolvimento humano). Os valores e posições do IDH recalculados para 2003, com base em dados comparáveis aos do Relatório deste ano e na cobertura de países, estão disponíveis na página Web do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (<http://hdr.undp.org/statistics>).

Classificações dos países

Os países são classificados de quatro formas: segundo o nível de desenvolvimento humano, o rendimento, os principais agregados mundiais e as regiões (ver *Classificação dos países*). Estas designações não exprimem, necessariamente, nenhum julgamento

sobre o estágio de desenvolvimento de um país ou área particular. O termo país, como é utilizado no texto e nos quadros, refere-se, quando apropriado, a territórios ou áreas.

Classificações de desenvolvimento humano. Todos os países incluídos no IDH são classificados em três grupos, segundo a realização em desenvolvimento humano: desenvolvimento humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800), desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799) e desenvolvimento humano baixo (IDH inferior a 0,500).

Classificações de rendimento. Todos os países são agrupados pelo rendimento, utilizando a classificação do Banco Mundial: rendimento elevado (rendimento nacional bruto per capita igual ou superior a 9.386 dólares, em 2003), rendimento médio (entre 766 e 9.385 dólares) e rendimento baixo (765 dólares ou menos).

Principais classificações do mundo. Os três grupos mundiais são os países em desenvolvimento, *Europa do Leste e a CEI* e *OCDE*. Estes grupos não são mutuamente exclusivos. (A substituição do grupo da OCDE pelo grupo da OCDE de rendimento elevado e a exclusão da Coreia do Sul dariam lugar a grupos mutuamente exclusivos) A classificação mundo representa o universo dos 193 países e áreas cobertos, a não ser quando indicado de outro modo — 191 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina.

Classificações regionais. Os países em desenvolvimento são, adicionalmente, classificados nas seguintes regiões: Países Árabes, Ásia Oriental e Pacífico, América Latina e Caraíbas (incluindo o México), Ásia do Sul, Europa do Sul e África Subsariana. Estas classificações regionais são consistentes com os Escritórios Regionais do PNUD. Uma classificação adicional é a dos *países menos desenvolvidos*, tal como definido pelas Nações Unidas (UN-OHRLLS 2005).

Agregados e taxas de crescimento

Agregado. Os agregados para as classificações descritas acima são apresentados no fim dos quadros, onde tem significado analítico fazê-lo e quando os dados são suficientes. Os agregados que representam

o total da classificação (como a população) são indicados com um *T*. Devido aos arredondamentos, os totais mundiais nem sempre são iguais à soma dos totais dos subgrupos. Todos os outros agregados são médias ponderadas.

Em geral, um agregado só é apresentado numa classificação quando os dados estão disponíveis para metade dos países e representa pelo menos dois terços do peso disponível nessa classificação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não preenche os dados que faltam para efeitos de agregação. Portanto, os agregados para cada classificação apenas representam os países para os quais existem dados disponíveis, referem-se ao ano ou período indicado e respeitam apenas aos dados das fontes primárias listadas, a não ser quando indicado de outro modo. Os agregados não são apresentados quando não existem processos adequados de ponderação.

Os agregados para os índices, taxas de crescimento e indicadores que cobrem mais do que um ponto no tempo são baseados apenas nos países para os quais existem dados para todos os pontos necessários. Quando nenhum agregado é apresentado para um ou mais regiões, os agregados nunca são apresentados para a classificação *mundo*, que apenas se refere ao universo dos 193 países e áreas.

Os agregados deste Relatório não se ajustam aos de outras publicações, devido às diferenças na classificação dos países e na metodologia. Quando indicado, os agregados são calculados pela agência de estatísticas que fornece o próprio indicador.

Taxas de crescimento. As taxas de crescimento para vários anos são expressas como taxas anuais médias de variação. Nos cálculos das taxas pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano são utilizados apenas os pontos inicial e final. As taxas de

crescimento de ano para ano são expressas como variações percentuais anuais.

Notas sobre países

Os dados da China não incluem Hong Kong, China (RAE), Macau, China (RAE) ou Taiwan (província da China), a não ser quando indicado de outro modo. Na maior parte dos casos, os dados da Eritreia anteriores a 1992 estão incluídos nos dados da Etiópia. Os dados da Alemanha referem-se à Alemanha unificada, a não ser quando indicado de outro modo. Os dados da Indonésia incluem Timor-Leste até 1999, a não ser quando indicado de outro modo. Os dados da Jordânia referem-se apenas à Cisjordânia. Os dados económicos da Tanzânia cobrem apenas o continente. Os dados para o Sudão são frequentemente baseados em informação recolhida na parte norte do país. E os dados do Iémen referem-se a este país a partir de 1990, enquanto os dos anos anteriores são dados agregados da antiga República Democrática Popular do Iémen e da antiga República Árabe do Iémen.

Símbolos

Na ausência das expressões anual, *taxa anual* e *taxa de crescimento*, um hífen entre dois anos, tal como em 1995-2000, indica que os dados foram recolhidos durante um dos anos referidos. Uma barra entre dois anos, tal como em 1998/2001, assinala uma média para os anos indicados, a não ser quando indicado de outro modo. São utilizados os seguintes símbolos:

- „ Dados não disponíveis.
- (.) Menos de metade da unidade indicada.
- < Menor que.
- Não aplicável.
- T Total.

Nota do quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano

O índice do desenvolvimento humano (IDH) é um índice composto que mede as realizações médias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior; e um padrão de vida digno, medido pelo PIB per capita em dólares PPC (paridade do poder de compra). O índice é construído a partir de indicadores que estão actualmente disponíveis a nível mundial e utilizando uma metodologia simples e transparente (ver *Nota técnica 1*).

Embora o conceito de desenvolvimento humano seja muito mais amplo do que pode ser medido por qualquer índice composto, no entanto, o IDH oferece uma alternativa poderosa ao rendimento como indicador sumário de bem-estar humano. Fornece um ponto de entrada útil na rica informação sobre diferentes aspectos do desenvolvimento humano que está contida nos quadros de indicadores subsequentes.

A disponibilidade dos dados determina a cobertura IDH dos países

O IDH deste Relatório refere-se a 2003. Cobre 175 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Devido à falta de dados comparáveis, não foi possível incluir 16 países membros da ONU no cálculo do IDH deste ano. Os indicadores básicos do desenvolvimento humano desses países estão apresentados no quadro 33.

Para permitir comparações transversais entre países, o IDH é calculado, na medida do possível, com base nos dados das principais agências estatísticas internacionais que estão disponíveis no momento em que o Relatório é preparado (ver abaixo *Fontes dos dados primários internacionais*). Mas, em relação a vários países, faltam dados de uma ou mais das quatro componentes do IDH.

Em resposta ao desejo dos países de serem incluídos no quadro do IDH, e procurando incluir o máximo possível de países membros da ONU, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano fez esforços especiais para obter estimativas de outras fontes internacionais, regionais ou nacionais, quando faltavam dados das principais agências internacionais em relação a uma, ou duas, das componentes do IDH de um país. Num número muito pequeno de casos, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano produziu algumas estimativas. Essas estimativas, a partir de outras fontes que não as principais agências internacionais, estão claramente documentadas nas notas de rodapé do quadro 1. São de qualidade e fiabilidade variáveis e não são apresentadas noutros quadros de indicadores que mostram dados semelhantes.

Fontes dos dados primários internacionais

Esperança de vida à nascença. As estimativas da esperança de vida à nascença são de *2004 Revision of World Population Prospects* (UN 2005h), a fonte oficial das estimativas e projecções da população da ONU. São preparadas bianualmente pela Divisão da População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, com base em dados dos sistemas de registo de vida, censos da população e inquéritos nacionais.

Na *2004 Revision*, a Divisão da População das Nações Unidas incorporou dados nacionais disponíveis até ao final de 2004. Para avaliar o impacto do HIV/SIDA, as últimas estimativas de prevalência do HIV preparadas pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA foram combinadas com uma série de hipóteses sobre tendências demográficas e de mortalidade das populações infectadas e não infectadas, em cada um dos 60 países para os quais o impacto da doença está formulado explicitamente.

As dinâmicas voláteis das principais doenças infecciosas, como o HIV/SIDA, colocam desafios

sérios às estimativas e projecções da população. A disponibilidade de novas provas empíricas sobre a epidemia do HIV/SIDA e as tendências demográficas requer, muitas vezes, um ajustamento com as estimativas anteriores. Por exemplo, enquanto a estimativa mais recente de prevalência do HIV/SIDA é semelhante às estimativas anteriores para a maior parte dos países, ela é bastante inferior para os Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Quênia, Ruanda, Zâmbia e Zimbabué, e superior para a Guiné Equatorial e Senegal. Estas modificações são, principalmente, um resultado da reavaliação dos dados de entrada e dos métodos de estimação, e menos um reflexo de modificações reais. Do mesmo modo, uma diminuição significativa nas estimativas da esperança de vida de alguns países da África Subsariana (como Botswana, Nigéria e São Tomé e Príncipe) e de muitas economias em transição (como Azerbaijão, Cazaquistão e Federação Russa) são baseadas em dados mais recentes e mais precisos, que implicam níveis mais elevados de mortalidade do que as estimativas anteriores.

As estimativas da esperança de vida publicadas pela Divisão da População das Nações Unidas são, normalmente, médias de cinco anos. Este ano, pela primeira vez, a Divisão da População produziu estimativas e projecções anuais da esperança de vida através de interpolações baseadas nessas médias de cinco anos. As estimativas para 2002 apresentadas no quadro 1 e as que estão subjacentes ao quadro 2 resultam desses dados interpolados (UN 2005c). Para pormenores sobre *2004 Revision of World Population Prospects* (UN 2005h), ver www.un.org/esa/population/unpop.htm.

Taxa de alfabetização de adultos. Os dados sobre a taxa de alfabetização de adultos são coligidos normalmente durante os censos nacionais da população, realizados geralmente em cada 5 ou 10 anos, ou a partir de inquéritos às famílias.

Este relatório utiliza os dados sobre a taxa de alfabetização de adultos da Avaliação de Abril de 2005 do Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO Institute for Statistics 2005a), que combina estimativas nacionais directas com estimativas do UIS. As estimativas nacionais, disponibilizadas através de um trabalho programado da UIS para reunir os dados recentes dos países sobre

alfabetização, foram obtidas de censos ou inquéritos nacionais entre 2000 e 2004 (com excepção de alguns casos referentes a 1995-99). As estimativas do UIS, produzidas em Julho de 2002, basearam-se principalmente em dados nacionais coligidos antes de 1995. Para pormenores sobre estas estimativas da alfabetização, ver www.uis.unesco.org.

Muitos países OCDE de rendimento elevado, tendo atingido níveis elevados de alfabetização, já não recolhem estatísticas de alfabetização nos censos da população nacional, ou nos inquéritos às famílias, e assim não estão incluídos nos dados da UNESCO. No cálculo do IDH, foi aplicado a esses países uma taxa de alfabetização de 99%.

Ao coligir dados da alfabetização, muitos países estimam o número de pessoas alfabetizadas com base em dados fornecidos pelos próprios. Alguns usam dados de realização educacional como substitutos, mas as medidas de frequência escolar e de conclusão de ano podem diferir. Porque as definições e os métodos de recolha dos dados variam de país para país, as estimativas da alfabetização devem ser usadas com cautela.

O UIS, em colaboração com outras agências parceiras, está a seguir activamente um método alternativo de medição da alfabetização, o Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização (LAMP). O LAMP procura ir além das categorias simples e correntes de alfabetizado e analfabeto, fornecendo informação sobre um conjunto de competências de alfabetização.

Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. As taxas de escolarização brutas são produzidas pelo UIS, com base nos dados sobre matrículas coligidos pelos governos nacionais (normalmente de fontes administrativas) e em dados da população de *2002 Revision of World Population Prospects* da Divisão da População das Nações Unidas (UN 2003). Os rácios são calculados dividindo o número de estudantes matriculados em todos os níveis de escolaridade pela população total no grupo etário oficial correspondente a esses níveis. O grupo etário do superior é fixado nos cinco coortes imediatamente a seguir ao fim do último ciclo do secundário em todos os países.

Normalmente, pede-se aos países que comuniquem o número de estudantes matriculados no início do ano lectivo, em cada nível de educação, tal como

é definido pela Classificação Internacional Tipo da Educação (CITED). Em 1997, foi introduzida uma versão revista da CITED, o que levou a algumas alterações na classificação dos programas nacionais de educação. No entanto, essas alterações têm menos impacto na estimativa das taxas de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Para pormenores sobre os dados de matrículas e sobre a CITED, ver www.uis.unesco.org.

Embora projectada como um substituto para a realização educacional, as taxas de escolarização bruta combinada não reflectem a qualidade dos resultados da educação. Mesmo quando usadas para captar o acesso a oportunidades de educação, as taxas de escolarização bruta combinada podem esconder diferenças importantes entre países, por causa de diferenças no conjunto etário correspondente a um nível de educação e na duração dos programas de educação. As taxas de repetição de ano e de abandono também podem distorcer os dados. Indicadores como a duração média de escolaridade de uma população, ou esperança de vida escolar, captam a realização educacional de forma mais adequada e seriam ideais para substituir as taxas de escolarização bruta no IDH. Contudo, esses dados ainda não estão disponíveis com regularidade para um número significativo de países.

Tal como é definido actualmente, a taxa de escolarização bruta combinada não tem em conta os estudantes matriculados noutros países. Os dados correntes de muitos países mais pequenos, onde muitas pessoas prosseguem o ensino superior no estrangeiro, poderiam sub-representar significativamente o acesso real à educação, ou a realização educacional de uma população, e assim levar a um valor menor do IDH.

PIB per capita (Dólares PPC). Para comparar níveis de vida entre países, as estatísticas económicas têm de ser convertidas em termos de paridade do poder de compra (PPC), para eliminar diferenças nos níveis de preços nacionais. Os dados do PIB per capita (Dólares PPC) para o IDH de 164 países são fornecidos pelo Banco Mundial, com base nos dados dos preços dos últimos inquéritos do Programa de Comparações Internacionais (PCI) e no PIB em moeda local, segundo dados das contas nacionais. A última ronda dos inquéritos do PCI cobriu 118 países, para os quais as PPC foram estimadas directamente, por extrapolação dos últimos resultados de

referência. Para os países não incluídos nos inquéritos de referência, as estimativas são feitas através de regressões econométricas. Para os países não cobertos pelo Banco Mundial, são utilizadas as estimativas PPC fornecidas pelas *Penn World Tables* da Universidade da Pensilvânia (Aten, Heston e Summers 2001, 2002).

Num número limitado de casos, em que não estão disponíveis estimativas PPC fiáveis das duas fontes internacionais, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano trabalhou com agências regionais e nacionais para obter uma estimativa PPC de um país. Por exemplo, no caso de Cuba, foi formada uma equipa técnica de peritos nacionais e internacionais para explorar diferentes metodologias para obter uma melhor estimativa PPC. Os resultados deste trabalho reflectir-se-ão em futuros Relatórios.

Embora muitos progressos tenham sido feitos nas últimas décadas, os conjuntos de dados PPC actuais sofrem de várias deficiências, incluindo falta de cobertura universal, de actualidade dos dados e de uniformidade na qualidade dos resultados de diferentes regiões e países. Preencher lacunas na cobertura de países com regressões econométricas exige hipóteses fortes, enquanto a extrapolação no tempo implica que os resultados se tornem mais fracos à medida que aumenta a distância entre o ano do inquérito de referência e o ano corrente.

A importância das PPC na análise económica sublinha a necessidade de melhorar os dados PPC. Foi criada uma nova Ronda do Milénio do PCI, que promete dados PPC muito melhores para a análise da política económica, incluindo a avaliação da pobreza internacional. Para pormenores sobre o PCI e a metodologia PPC, ver o Website do PCI em www.worldbank.org/data/icp.

Comparações no tempo e entre edições do Relatório

O IDH é um instrumento importante para monitorizar tendências de longo prazo no desenvolvimento humano. Para facilitar a análise de tendências entre países, o IDH é calculado em intervalos de cinco anos no período de 1975-2003. Estas estimativas, apresentadas no quadro 2, baseiam-se numa metodologia consistente e em dados de tendências comparáveis, disponíveis quando o Relatório é preparado.

Como as agências internacionais de dados melhoram continuamente as suas séries de dados, in-

cluindo a actualização periódica de dados históricos, as alterações anuais dos valores do IDH e das classificações entre edições do *Relatório do Desenvolvimento Humano* reflectem, geralmente, essas revisões de dados – tanto específicas de um país, como relativas a outros países – e não as verdadeiras mudanças num país. Além disso, as alterações ocasionais na cobertura de países também podem afectar a ordem IDH de um país, mesmo quando é utilizada uma metodologia consistente para calcular o IDH. Como resultado, a ordem de um país pode cair consideravelmente entre dois Relatórios consecutivos, mas quando são usados dados comparáveis revistos para reconstruir o IDH dos últimos anos, a ordem e o valor do IDH podem, realmente, apresentar uma melhoria.

Por essas razões, as análises de tendências do IDH não devem basear-se em dados de edições diferentes do Relatório. O quadro 2 fornece dados de tendências do IDH actualizados com base em dados e metodologia consistentes. Para valores e ordens do IDH recalculados em relação a 2002 (o ano de re-

ferência do IDH no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*), com base em dados e cobertura de países comparáveis com o Relatório deste ano, ver <http://hdr.undp.org/statistics>.

IDH para países de desenvolvimento humano elevado

O IDH deste Relatório está construído para comparar realizações de países em todos os níveis de desenvolvimento humano. Os indicadores utilizados correntemente no IDH produzem diferenças muito pequenas entre os países do topo do IDH e, assim, o topo das classificações do IDH geralmente só reflecte as diferenças muito pequenas nos indicadores subjacentes. Para estes países de rendimento elevado, um índice alternativo – o índice da pobreza humana (apresentado no quadro 4) – pode reflectir melhor a extensão da privação humana que ainda existe entre populações e ajudar a orientar o enfoque das políticas públicas.

Para discussões adicionais sobre o uso e as limitações do IDH e dos indicadores que o compõem, ver <http://hdr.undp.org/statistics>.

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH ^a	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2003	Esperança de vida à nascença (anos) 2003	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2003 ^b	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2002/03 ^c	PIB per capita (PPP US\$) 2003	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól, PPC) menos ordem IDH ^d	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	0,963	79,4	„ ^e	101 ^f	37.670	0,91	0,99	0,99	2
2	Islândia	0,956	80,7	„ ^e	96	31.243	0,93	0,98	0,96	4
3	Austrália	0,955	80,3	„ ^e	116 ^f	29.632	0,92	0,99	0,95	7
4	Luxemburgo	0,949	78,5	„ ^e	88 ^g	62.298 ^h	0,89	0,95	1,00	-3
5	Canadá	0,949	80,0	„ ^e	94 ^{i,j}	30.677	0,92	0,97	0,96	2
6	Suécia	0,949	80,2	„ ^e	114 ^f	26.750	0,92	0,99	0,93	14
7	Suíça	0,947	80,5	„ ^e	90	30.552	0,93	0,96	0,96	1
8	Irlanda	0,946	77,7	„ ^e	93	37.738	0,88	0,97	0,99	-6
9	Bélgica	0,945	78,9	„ ^e	114 ^f	28.335	0,90	0,99	0,94	3
10	Estados Unidos	0,944	77,4	„ ^e	93	37.562	0,87	0,97	0,99	-6
11	Japão	0,943	82,0	„ ^e	84	27.967	0,95	0,94	0,94	2
12	Holanda	0,943	78,4	„ ^e	99	29.371	0,89	0,99	0,95	-1
13	Finlândia	0,941	78,5	„ ^e	108 ^f	27.619	0,89	0,99	0,94	3
14	Dinamarca	0,941	77,2	„ ^e	102 ^f	31.465	0,87	0,99	0,96	-9
15	Reino Unido	0,939	78,4	„ ^e	123 ^{f,i}	27.147	0,89	0,99	0,94	3
16	França	0,938	79,5	„ ^e	92	27.677	0,91	0,97	0,94	-1
17	Áustria	0,936	79,0	„ ^e	89	30.094	0,90	0,96	0,95	-8
18	Itália	0,934	80,1	98,5 ^{e,k,l}	87	27.119	0,92	0,95	0,94	1
19	Nova Zelândia	0,933	79,1	„ ^e	106 ^f	22.582	0,90	0,99	0,90	3
20	Alemanha	0,930	78,7	„ ^e	89	27.756	0,90	0,96	0,94	-6
21	Espanha	0,928	79,5	97,7 ^{e,k,l}	94	22.391	0,91	0,97	0,90	3
22	Hong Kong, China (RAE)	0,916	81,6	93,5 ^{k,l}	74	27.179	0,94	0,87	0,94	-5
23	Israel	0,915	79,7	96,9	91	20.033	0,91	0,95	0,88	2
24	Grécia	0,912	78,3	91,0 ^e	92	19.954	0,89	0,97	0,88	2
25	Singapura	0,907	78,7	92,5	87 ^m	24.481	0,89	0,91	0,92	-4
26	Eslovénia	0,904	76,4	99,7 ^{e,k}	95	19.150	0,86	0,98	0,88	4
27	Portugal	0,904	77,2	92,5 ^{e,k,l}	94	18.126	0,87	0,97	0,87	5
28	Coreia do Sul	0,901	77,0	97,9 ^{e,k,l}	93	17.971	0,87	0,97	0,87	6
29	Chipre	0,891	78,6	96,8	78	18.776 ^l	0,89	0,91	0,87	2
30	Barbados	0,878	75,0	99,7 ^{e,k}	89 ^j	15.720	0,83	0,96	0,84	9
31	República Checa	0,874	75,6	„ ^e	80	16.357	0,84	0,93	0,85	7
32	Malta	0,867	78,4	87,9 ⁿ	79	17.633	0,89	0,85	0,86	3
33	Brunei	0,866	76,4	92,7	74	19.210 ^{l,o}	0,86	0,86	0,88	-4
34	Argentina	0,863	74,5	97,2	95	12.106	0,82	0,96	0,80	12
35	Hungria	0,862	72,7	99,3	89	14.584	0,80	0,96	0,83	5
36	Polónia	0,858	74,3	99,7 ^{e,k,l}	90	11.379	0,82	0,96	0,79	12
37	Chile	0,854	77,9	95,7	81	10.274	0,88	0,91	0,77	17
38	Estónia	0,853	71,3	99,8	92	13.539	0,77	0,97	0,82	4
39	Lituânia	0,852	72,3	99,6	94	11.702	0,79	0,97	0,79	8
40	Catar	0,849	72,8	89,2 ⁿ	82	19.844 ^{l,p}	0,80	0,87	0,88	-13
41	Emiratos Árabes Unidos	0,849	78,0	77,3 ^k	74 ⁱ	22.420 ^{l,q}	0,88	0,76	0,90	-18
42	Eslováquia	0,849	74,0	99,6	75	13.494	0,82	0,91	0,82	1
43	Barém	0,846	74,3	87,7	81	17.479 ^j	0,82	0,86	0,86	-7
44	Kuwait	0,844	76,9	82,9 ^k	74 ⁱ	18.047 ^q	0,87	0,80	0,87	-11
45	Croácia	0,841	75,0	98,1	75	11.080	0,83	0,90	0,79	5
46	Uruguai	0,840	75,4	97,7 ^k	88 ⁱ	8.280	0,84	0,94	0,74	16
47	Costa Rica	0,838	78,2	95,8 ^k	68	9.606 ^q	0,89	0,87	0,76	10
48	Letónia	0,836	71,6	99,7	90	10.270	0,78	0,96	0,77	7
49	São Cristóvão e Nevis	0,834	70,0 ^{j,m,r}	97,8 ^{j,m,r}	89 ⁱ	12.404	0,75	0,95	0,80	-4
50	Baamas	0,832	69,7	95,5 ^{k,l}	77	17.159 ^j	0,75	0,89	0,86	-13
51	Seychelles	0,821	72,7 ^{j,m}	91,9	85	10.232 ^{l,p}	0,80	0,89	0,77	5
52	Cuba	0,817	77,3	96,9 ^k	80	„ ^s	0,87	0,91	0,67	40
53	México	0,814	75,1	90,3	75	9.168	0,83	0,85	0,75	7

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH ^a	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2003	Esperança de vida à nascença (anos) 2003	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2003 ^b	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2002/03 ^c	PIB per capita (PPP US\$) 2003	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól, PPC) menos ordem IDH ^d	
54	Tonga	0,810	72,2	98,9 ⁿ	83 ^l	6.992 ^q	0,79	0,93	0,71	17
55	Bulgária	0,808	72,2	98,2	78	7.731	0,79	0,91	0,73	10
56	Panamá	0,804	74,8	91,9	79	6.854	0,83	0,88	0,71	17
57	Trindade e Tobago	0,801	69,9	98,5 ^k	66 ^l	10.766	0,75	0,88	0,78	-6
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58	Líbia	0,799	73,6	81,7 ^k	96 ^l	„ ^{i,t}	0,81	0,86	0,72	9
59	Macedónia	0,797	73,8	96,1	70	6.794	0,81	0,87	0,70	16
60	Antígua e Barbuda	0,797	73,9 ^{j,m,r}	85,8 ^{j,u}	69 ^{j,m,r}	10.294	0,82	0,80	0,77	-7
61	Malásia	0,796	73,2	88,7	71	9.512	0,80	0,83	0,76	-3
62	Federação Russa	0,795	65,3	99,4	90	9.230	0,67	0,96	0,76	-3
63	Brasil	0,792	70,5	88,4	91	7.790	0,76	0,89	0,73	1
64	Roménia	0,792	71,3	97,3	72	7.277	0,77	0,89	0,72	4
65	Maurícias	0,791	72,2	84,3	71 ⁱ	11.287	0,79	0,80	0,79	-16
66	Granada	0,787	65,3 ^{j,u}	96,0 ^{j,u}	96	7.959	0,67	0,96	0,73	-3
67	Bielorrússia	0,786	68,1	99,6 ^{s,n}	88	6.052	0,72	0,95	0,68	17
68	Bósnia e Herzegovina	0,786	74,2	94,6	67 ^v	5.967	0,82	0,86	0,68	17
69	Colômbia	0,785	72,4	94,2	71	6.702 ^q	0,79	0,86	0,70	8
70	Dominica	0,783	75,6 ^{j,u}	88,0 ^{j,u}	75	5.448	0,84	0,84	0,67	21
71	Omã	0,781	74,1	74,4 ^k	63 ^l	13.584 ^j	0,82	0,71	0,82	-30
72	Albânia	0,780	73,8	98,7	69	4.584	0,81	0,89	0,64	30
73	Tailândia	0,778	70,0	92,6	73 ^l	7.595	0,75	0,86	0,72	-7
74	Samoa (Ocidental)	0,776	70,2	98,7 ^k	71 ⁱ	5.854 ^q	0,75	0,89	0,68	14
75	Venezuela	0,772	72,9	93,0	75 ^l	4.919	0,80	0,87	0,65	22
76	Santa Lúcia	0,772	72,4	90,1	75 ^l	5.709	0,79	0,85	0,68	13
77	Arábia Saudita	0,772	71,8	79,4	57 ⁱ	13.226 ^q	0,78	0,72	0,82	-33
78	Ucrânia	0,766	66,1	99,4	86	5.491	0,69	0,95	0,67	12
79	Peru	0,762	70,0	87,7	87 ^l	5.260	0,75	0,88	0,66	14
80	Cazaquistão	0,761	63,2	99,5 ^{s,n}	85	6.671	0,64	0,94	0,70	-2
81	Libano	0,759	72,0	86,5 ^{k,l}	79 ^l	5.074	0,78	0,84	0,66	14
82	Equador	0,759	74,3	91,0	„ ^w	3.641	0,82	0,86	0,60	30
83	Arménia	0,759	71,5	99,4	72	3.671	0,77	0,90	0,60	28
84	Filipinas	0,758	70,4	92,6	82	4.321	0,76	0,89	0,63	19
85	China	0,755	71,6	90,9	69	5.003 ^x	0,78	0,84	0,65	11
86	Suriname	0,755	69,1	88,0	73 ^l	„ ^y	0,74	0,83	0,70	-7
87	São Vicente e Grenadinas	0,755	71,1	88,1 ^{j,u}	67	6.123	0,77	0,81	0,69	-5
88	Paraguai	0,755	71,0	91,6	73 ^l	4.684 ^q	0,77	0,86	0,64	13
89	Tunísia	0,753	73,3	74,3	74	7.161	0,80	0,74	0,71	-20
90	Jordânia	0,753	71,3	89,9	78	4.320	0,77	0,86	0,63	14
91	Belize	0,753	71,9	76,9	77 ^l	6.950	0,78	0,77	0,71	-19
92	Fidji	0,752	67,8	92,9 ⁿ	73 ^{l,j}	5.880	0,71	0,86	0,68	-5
93	Sri Lanka	0,751	74,0	90,4 ^z	69 ^l	3.778	0,82	0,83	0,61	17
94	Turquia	0,750	68,7	88,3	68 ^l	6.772	0,73	0,82	0,70	-18
95	República Dominicana	0,749	67,2	87,7	76 ^l	6.823 ^q	0,70	0,84	0,70	-21
96	Maldivas	0,745	66,6	97,2 ^k	75 ^l	„ ^{i,y}	0,69	0,90	0,65	2
97	Turquemenistão	0,738	62,4	98,8 ⁿ	„ ^w	5.938	0,62	0,91	0,68	-11
98	Jamaica	0,738	70,8	87,6 ^k	74 ^l	4.104	0,76	0,83	0,62	9
99	Irão	0,736	70,4	77,0	69 ^l	6.995	0,76	0,74	0,71	-29
100	Geórgia	0,732	70,5	100,0 ^{s,z,aa}	71	2.588	0,76	0,90	0,54	21
101	Azerbaijão	0,729	66,9	98,8 ⁿ	69	3.617	0,70	0,89	0,60	12
102	Territórios Ocupados da Palestina	0,729	72,5	91,9	80 ^l	„ ^{ab}	0,79	0,88	0,52	26
103	Argélia	0,722	71,1	69,8	74 ^l	6.107 ^q	0,77	0,71	0,69	-20
104	El Salvador	0,722	70,9	79,7 ^k	68	4.781 ^q	0,76	0,76	0,65	-5
105	Cabo Verde	0,721	70,4	75,7 ^k	73	5.214 ^q	0,76	0,75	0,66	-11
106	Síria	0,721	73,3	82,9	62 ^l	3.576	0,81	0,76	0,60	8

Ordem do IDH ^a	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2003	Esperança de vida à nascença (anos) 2003	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2003 ^b	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2002/03 ^c	PIB per capita (PPP US\$) 2003	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól, PPC) menos ordem IDH ^d	
107	Guiana	0,720	63,1	96,5 ^{i, u}	77 ⁱ	4.230 ^q	0,63	0,90	0,63	-2
108	Vietname	0,704	70,5	90,3 ⁿ	64 ⁱ	2.490	0,76	0,82	0,54	16
109	Quirguistão	0,702	66,8	98,7 ⁿ	82	1.751	0,70	0,93	0,48	33
110	Indonésia	0,697	66,8	87,9 ^k	66	3.361	0,70	0,81	0,59	5
111	Usbequistão	0,694	66,5	99,3 ^{e, k}	76	1.744	0,69	0,91	0,48	32
112	Nicarágua	0,690	69,7	76,7	69	3.262 ^q	0,75	0,74	0,58	4
113	Bolívia	0,687	64,1	86,5	87 ⁱ	2.587	0,65	0,87	0,54	9
114	Mongólia	0,679	64,0	97,8	74	1.850	0,65	0,90	0,49	23
115	Moldávia	0,671	67,7	96,2	62	1.510	0,71	0,85	0,45	33
116	Honduras	0,667	67,8	80,0	62 ^j	2.665 ^q	0,71	0,74	0,55	3
117	Guatemala	0,663	67,3	69,1	61	4.148 ^q	0,70	0,66	0,62	-11
118	Vanuatu	0,659	68,6	74,0 ⁿ	58	2.944 ^q	0,73	0,69	0,56	-1
119	Egipto	0,659	69,8	55,6 ⁿ	74 ⁱ	3.950	0,75	0,62	0,61	-10
120	África do Sul	0,658	48,4	82,4 ⁿ	78 ⁱ	10.346 ^q	0,39	0,81	0,77	-68
121	Guiné Equatorial	0,655	43,3	84,2	65 ⁱ	19.780 ^{i, q}	0,30	0,78	0,88	-93
122	Tajiquistão	0,652	63,6	99,5	76	1.106	0,64	0,91	0,40	36
123	Gabão	0,635	54,5	71,0 ^{aa}	74 ^{i, j}	6.397	0,49	0,72	0,69	-43
124	Marrocos	0,631	69,7	50,7 ^k	58	4.004	0,75	0,53	0,62	-16
125	Namíbia	0,627	48,3	85,0	71 ⁱ	6.180 ^q	0,39	0,80	0,69	-44
126	São Tomé e Príncipe	0,604	63,0	83,1 ^{j, m}	62 ^{i, j}	1.231 ^{i, p}	0,63	0,76	0,42	27
127	Índia	0,602	63,3	61,0 ^z	60	2.892 ^q	0,64	0,61	0,56	-9
128	Ilhas Salomão	0,594	62,3	76,6 ^{j, m}	52	1.753 ^q	0,62	0,68	0,48	13
129	Myanmar	0,578	60,2	89,7	48 ⁱ	„ ^{i, t}	0,59	0,76	0,39	34
130	Camboja	0,571	56,2	73,6	59	2.078 ^q	0,52	0,69	0,51	3
131	Botswana	0,565	36,3	78,9 ^k	70 ⁱ	8.714	0,19	0,76	0,75	-70
132	Comoros	0,547	63,2	56,2 ^k	47 ⁱ	1.714 ^q	0,64	0,53	0,47	13
133	Laos	0,545	54,7	68,7	61	1.759	0,49	0,66	0,48	7
134	Butão	0,536	62,9	47,0 ^{aa}	„ ^w	1.969 ^{i, p}	0,63	0,48	0,50	0
135	Paquistão	0,527	63,0	48,7	35	2.097	0,63	0,44	0,51	-5
136	Nepal	0,526	61,6	48,6	61	1.420	0,61	0,53	0,44	15
137	Papua-Nova Guiné	0,523	55,3	57,3	41 ⁱ	2.619 ^q	0,50	0,52	0,55	-17
138	Gana	0,520	56,8	54,1	46 ⁱ	2.238 ^q	0,53	0,51	0,52	-11
139	Bangladeche	0,520	62,8	41,1 ^k	53	1.770	0,63	0,45	0,48	-1
140	Timor-Leste	0,513	55,5	58,6 ^m	75 ^{j, m}	„ ^{ac}	0,51	0,64	0,39	22
141	Sudão	0,512	56,4	59,0 ^z	38 ⁱ	1.910 ^q	0,52	0,52	0,49	-6
142	Congo	0,512	52,0	82,8 ^k	47	965	0,45	0,71	0,38	23
143	Togo	0,512	54,3	53,0	66	1.696 ^q	0,49	0,57	0,47	3
144	Uganda	0,508	47,3	68,9 ^k	74 ⁱ	1.457 ^q	0,37	0,71	0,45	6
145	Zimbabué	0,505	36,9	90,0 ^k	55 ⁱ	2.443 ^j	0,20	0,78	0,53	-20
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
146	Madagáscar	0,499	55,4	70,6	51	809	0,51	0,64	0,35	24
147	Suazilândia	0,498	32,5	79,2	60 ⁱ	4.726	0,12	0,73	0,64	-47
148	Camarões	0,497	45,8	67,9	55 ⁱ	2.118	0,35	0,64	0,51	-19
149	Lesoto	0,497	36,3	81,4	66 ⁱ	2.561 ^q	0,19	0,76	0,54	-26
150	Djibouti	0,495	52,8	65,5 ^{k, l}	24 ⁱ	2.086 ^q	0,46	0,52	0,51	-18
151	Iémen	0,489	60,6	49,0 ^k	55 ⁱ	889	0,59	0,51	0,36	15
152	Mauritânia	0,477	52,7	51,2	45 ⁱ	1.766 ^q	0,46	0,49	0,48	-13
153	Haiti	0,475	51,6	51,9 ^k	„ ^w	1.742 ^q	0,44	0,50	0,48	-9
154	Quênia	0,474	47,2	73,6	52 ⁱ	1.037	0,37	0,66	0,39	7
155	Gâmbia	0,470	55,7	37,8 ^{k, l}	48 ⁱ	1.859 ^q	0,51	0,41	0,49	-19
156	Guiné	0,466	53,7	41,0 ^{aa}	41 ⁱ	2.097	0,48	0,41	0,51	-26
157	Senegal	0,458	55,7	39,3	40 ⁱ	1.648	0,51	0,39	0,47	-10
158	Nigéria	0,453	43,4	66,8 ^k	64 ⁱ	1.050	0,31	0,66	0,39	2
159	Ruanda	0,450	43,9	64,0	55	1.268 ^q	0,31	0,61	0,42	-7

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH ^a	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH)	Esperança de vida à nascença (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais)	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%)	PIB per capita (PPP US\$)	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól, PPC) menos ordem IDH ^d	
160	Angola	0,445	40,8	66,8	30 ^{h,j}	2.344 ^q	0,26	0,54	0,53	-34
161	Eritreia	0,444	53,8	56,7 ^{k,l}	35 ⁱ	849 ^q	0,48	0,49	0,36	7
162	Benim	0,431	54,0	33,6	55 ⁱ	1.115	0,48	0,41	0,40	-5
163	Costa do Marfim	0,420	45,9	48,1	42 ^{h,j}	1.476	0,35	0,46	0,45	-14
164	Tanzânia	0,418	46,0	69,4	41 ⁱ	621	0,35	0,60	0,30	11
165	Malawi	0,404	39,7	64,1 ⁿ	72 ⁱ	605	0,24	0,67	0,30	11
166	Zâmbia	0,394	37,5	67,9 ⁿ	48 ⁱ	877	0,21	0,61	0,36	1
167	Congo	0,385	43,1	65,3	28 ^{h,j}	697	0,30	0,53	0,32	6
168	Moçambique	0,379	41,9	46,5 ^k	43 ⁱ	1.117 ^q	0,28	0,45	0,40	-12
169	Burundi	0,378	43,6	58,9	35 ⁱ	648 ^q	0,31	0,51	0,31	5
170	Etiópia	0,367	47,6	41,5 ^k	36 ⁱ	711 ^q	0,38	0,40	0,33	1
171	República Centro-Africana	0,355	39,3	48,6	31	1.089 ^q	0,24	0,43	0,40	-12
172	Guiné-Bissau	0,348	44,7	39,6 ^{k,l}	37 ^{h,j}	711 ^q	0,33	0,39	0,33	-1
173	Chade	0,341	43,6	25,5	38 ⁱ	1.210 ^q	0,31	0,30	0,42	-19
174	Mali	0,333	47,9	19,0 ⁿ	32 ⁱ	994	0,38	0,23	0,38	-10
175	Burkina Faso	0,317	47,5	12,8 ⁿ	24 ⁱ	1.174 ^q	0,38	0,16	0,41	-20
176	Serra Leoa	0,298	40,8	29,6	45 ⁱ	548	0,26	0,35	0,28	1
177	Niger	0,281	44,4	14,4	21 ⁱ	835 ^q	0,32	0,17	0,35	-8
	Países em desenvolvimento	0,694	65,0	76,6	63	4.359	0,67	0,72	0,70	„
	Países menos desenvolvidos	0,518	52,2	54,2	45	1.328	0,45	0,50	0,60	„
	Países Árabes	0,679	67,0	64,1	62	5.685	0,70	0,61	0,72	„
	Ásia Oriental e Pacífico	0,768	70,5	90,4	69	5.100	0,76	0,83	0,71	„
	América Latina e Caraíbas	0,797	71,9	89,6	81	7.404	0,78	0,87	0,74	„
	Ásia do Sul	0,628	63,4	58,9	56	2.897	0,64	0,58	0,67	„
	África Subsaariana	0,515	46,1	61,3	50	1.856	0,35	0,56	0,63	„
	Europa Central, do Leste e CEI	0,802	68,1	99,2	83	7.939	0,72	0,94	0,75	„
	OCDE	0,892	77,7	„	89	25.915	0,88	0,95	0,85	„
	OCDE de rendimento elevado	0,911	78,9	„	95	30.181	0,90	0,98	0,86	„
	Desenvolvimento humano elevado	0,895	78,0	„	91	25.665	0,88	0,96	0,85	„
	Desenvolvimento humano médio	0,718	67,2	79,4	66	4.474	0,70	0,75	0,70	„
	Desenvolvimento humano baixo	0,486	46,0	57,5	46	1.046	0,35	0,53	0,58	„
	Rendimento elevado	0,910	78,8	„	94	29.898	0,90	0,97	0,86	„
	Rendimento médio	0,774	70,3	89,6	73	6.104	0,75	0,84	0,73	„
	Rendimento baixo	0,593	58,4	60,8	54	2.168	0,56	0,58	0,64	„
	Mundo	0,741	67,1	„	67	8.229	0,70	0,77	0,75	„

NOTAS

- Os agregados da coluna 7 são baseados nos dados agregados da escolarização bruta calculados pelo Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e nos dados da alfabetização utilizados para calcular o IDH.
- a** A ordenação do IDH é determinada utilizando os valores IDH até à quinta casa decimal.
- b** Os dados referem-se a estimativas nacionais da alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2004, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com cautela. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DO_TOPIC.
- c** Os dados referem-se ao ano escolar de 2002/03, a não ser quando indicado de outro modo. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO.
- d** Um valor positivo indica que a ordem do IDH é mais elevada que a do PIB per capita (dólares PPC); um valor negativo indica o oposto.
- e** Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 99,0%.
- f** Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 100,0%.

- g** Statec 2005. Os dados referem-se aos nacionais matriculados tanto no país como no estrangeiro e, por isso, diferem da definição padrão.
- h** Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 40.000 dólares (PPC).
- i** Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.
- j** Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.
- k** Estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO em Julho de 2002.
- l** UNESCO Institute for Statistics 2003a. As estimativas são baseadas em censos antiquados ou em informações de inquéritos às famílias e devem ser interpretadas com cautela.
- m** Os dados são de fontes nacionais.
- n** Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.
- o** World Bank 2003c.
- p** Aten, Heston e Summers 2002. Os dados diferem da definição padrão.
- q** Estimativa baseada numa regressão.
- r** Os dados são do Secretariado da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais, baseados em fontes nacionais.
- s** Estão em curso esforços para produzir estimativas mais precisas e recentes (Ver Nota para o quadro 1: *Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano*). Utilizou-se uma estimativa provisória de 5.400 dólares PPC.

- t** Aten, Heston e Summers 2001. Os dados diferem da definição padrão.
- u** Os dados são do Secretariado da Comunidade das Caraíbas, baseados em fontes nacionais.
- v** UNDP 2003.
- w** Porque a taxa de escolarização bruta combinada não estava disponível, foram utilizadas as seguintes estimativas do Gabinete do Relatório do desenvolvimento humano: Butão 49%, Equador 75%, Haiti 48% e Turquemenistão 75%.
- x** Estimativas baseadas numa comparação bilateral entre a China e os Estados Unidos (Ren and Kai 1995).
- y** Na ausência de uma estimativa oficial do PIB per capita (dólares PPC), foram utilizadas as seguintes estimativas provisórias do Banco Mundial, sujeitas a revisão futura: Maldivas 4.798 dólares e Suriname 6.552 dólares.
- z** Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado, diferem da definição padrão, ou respeitam apenas a parte do país.
- aa** UNICEF 2004.
- ab** Na ausência de uma estimativa do PIB per capita (dólares PPC), o Gabinete do Relatório do desenvolvimento humano utilizou uma estimativa de 2.302 dólares, calculado usando o valor do PIB em dólares EUA e o rácio médio ponderado entre dólares PPC e dólares EUA nos países árabes.
- ac** Foi utilizada uma estimativa nacional de 1.033 dólares PPC.

- ad** As estimativas são baseadas principalmente em informações do norte do Sudão.

FONTES

- Coluna 1:** calculado com base nos dados das colunas 6-8; para pormenores, ver *Nota técnica 1*; UN 2005c, excepto quando indicado de outro modo.
- Coluna 2:** UNESCO Institute for Statistics 2004a, excepto quando indicado de outro modo.
- Colunas 3 e 4:** UNESCO Institute for Statistics 2005c, excepto quando indicado de outro modo.
- Coluna 5:** World Bank 2005c, excepto quando indicado de outro modo; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do desenvolvimento humano.
- Coluna 6:** calculado com base nos dados da coluna 2.
- Coluna 7:** calculado com base nos dados das colunas 3 e 4.
- Coluna 8:** calculado com base nos dados da coluna 5.
- Coluna 9:** calculado com base nos dados das colunas 1 e 5.

Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1 Noruega	0,868	0,888	0,898	0,912	0,936	0,956	0,963
2 Islândia	0,863	0,886	0,896	0,915	0,919	0,943	0,956
3 Austrália	0,848	0,866	0,879	0,893	0,933	0,960	0,955
4 Luxemburgo	0,840	0,851	0,858	0,884	0,911	0,929	0,949
5 Canadá	0,869	0,886	0,909	0,929	0,934	„	0,949
6 Suécia	0,864	0,874	0,886	0,897	0,929	0,958	0,949
7 Suíça	0,879	0,890	0,896	0,910	0,921	0,940	0,947
8 Irlanda	0,811	0,826	0,845	0,870	0,894	0,929	0,946
9 Bélgica	0,846	0,863	0,878	0,899	0,929	0,949	0,945
10 Estados Unidos	0,867	0,887	0,901	0,916	0,929	0,938	0,944
11 Japão	0,857	0,882	0,895	0,911	0,925	0,936	0,943
12 Holanda	0,867	0,879	0,893	0,908	0,928	0,939	0,943
13 Finlândia	0,841	0,861	0,879	0,901	0,914	0,940	0,941
14 Dinamarca	0,874	0,882	0,890	0,898	0,913	0,932	0,941
15 Reino Unido	0,845	0,854	0,863	0,883	0,921	0,948	0,939
16 França	0,853	0,869	0,881	0,903	0,921	0,932	0,938
17 Áustria	0,843	0,858	0,871	0,894	0,914	0,933	0,936
18 Itália	0,842	0,858	0,866	0,889	0,907	0,921	0,934
19 Nova Zelândia	0,848	0,854	0,868	0,875	0,905	0,924	0,933
20 Alemanha	„	0,861	0,869	0,888	0,913	0,927	0,930
21 Espanha	0,837	0,854	0,868	0,886	0,904	0,918	0,928
22 Hong Kong, China (RAE)	0,761	0,800	0,827	0,862	0,882	„	0,916
23 Israel	0,795	0,819	0,840	0,858	0,880	0,909	0,915
24 Grécia	0,835	0,850	0,864	0,872	0,876	0,895	0,912
25 Singapura	0,725	0,761	0,784	0,822	0,861	„	0,907
26 Eslovénia	„	„	„	„	0,853	0,884	0,904
27 Portugal	0,787	0,802	0,826	0,849	0,878	0,898	0,904
28 Coreia do Sul	0,707	0,741	0,780	0,818	0,855	0,884	0,901
29 Chipre	„	0,793	0,813	0,836	0,858	0,883	0,891
30 Barbados	0,805	0,828	0,839	0,850	0,852	0,877	0,878
31 República Checa	„	„	„	„	0,843	0,857	0,874
32 Malta	0,727	0,764	0,791	0,825	0,852	0,874	0,867
33 Brunei	„	„	„	„	„	„	0,866
34 Argentina	0,784	0,799	0,808	0,810	0,833	0,856	0,863
35 Hungria	0,779	0,795	0,808	0,807	0,812	0,843	0,862
36 Polónia	„	„	„	0,803	0,816	0,845	0,858
37 Chile	0,704	0,739	0,763	0,785	0,816	0,843	0,854
38 Estónia	„	„	„	0,814	0,795	0,833	0,853
39 Lituânia	„	„	„	0,823	0,787	0,828	0,852
40 Catar	„	„	„	„	„	„	0,849
41 Emiratos Árabes Unidos	0,734	0,769	0,787	0,812	0,814	„	0,849
42 Eslováquia	„	„	„	„	„	„	0,849
43 Barém	„	0,747	0,780	0,809	0,826	0,838	0,846
44 Kuwait	0,763	0,777	0,780	„	0,813	0,837	0,844
45 Croácia	„	„	„	0,806	0,799	0,826	0,841
46 Uruguai	0,759	0,780	0,787	0,804	0,817	„	0,840
47 Costa Rica	0,746	0,772	0,776	0,792	0,811	0,832	0,838
48 Letónia	„	0,792	0,805	0,799	0,765	0,812	0,836
49 São Cristóvão e Nevis	„	„	„	„	„	„	0,834
50 Baamas	„	0,809	0,819	0,821	0,810	„	0,832
51 Seychelles	„	„	„	„	„	„	0,821
52 Cuba	„	„	„	„	„	„	0,817
53 México	0,689	0,735	0,755	0,764	0,782	0,809	0,814

Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
54 Tonga	0,810
55 Bulgária	..	0,769	0,789	0,795	0,784	0,795	0,808
56 Panamá	0,710	0,737	0,747	0,749	0,772	0,794	0,804
57 Trindade e Tobago	0,749	0,781	0,788	0,792	0,789	0,800	0,801
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
58 Líbia	0,799
59 Macedónia	0,797
60 Antígua e Barbuda	0,797
61 Malásia	0,615	0,659	0,695	0,721	0,760	0,790	0,796
62 Federação Russa	0,817	0,770	..	0,795
63 Brasil	0,645	0,682	0,698	0,719	0,747	0,783	0,792
64 Roménia	0,772	0,768	0,773	0,792
65 Maurícias	..	0,659	0,690	0,724	0,747	0,776	0,791
66 Granada	0,787
67 Bielorrússia	0,787	0,751	0,774	0,786
68 Bósnia e Herzegovina	0,786
69 Colômbia	0,662	0,691	0,708	0,727	0,752	0,773	0,785
70 Dominica	0,783
71 Omã	0,494	0,547	0,641	0,699	0,738	0,769	0,781
72 Albânia	0,693	0,703	0,702	0,736	0,780
73 Tailândia	0,614	0,652	0,678	0,714	0,749	..	0,778
74 Samoa (Ocidental)	0,723	0,732	0,742	0,763	0,776
75 Venezuela	0,718	0,732	0,740	0,759	0,767	0,772	0,772
76 Santa Lúcia	0,772
77 Arábia Saudita	0,603	0,659	0,673	0,708	0,741	0,762	0,772
78 Ucrânia	0,799	0,747	0,754	0,766
79 Peru	0,643	0,674	0,698	0,707	0,734	..	0,762
80 Cazaquistão	0,767	0,721	0,731	0,761
81 Líbano	0,677	0,727	0,742	0,759
82 Equador	0,630	0,674	0,698	0,715	0,730	..	0,759
83 Arménia	0,737	0,698	0,735	0,759
84 Filipinas	0,654	0,687	0,693	0,720	0,736	..	0,758
85 China	0,525	0,558	0,594	0,627	0,683	..	0,755
86 Suriname	0,755
87 São Vicente e Grenadinas	0,755
88 Paraguai	0,668	0,702	0,709	0,720	0,739	0,753	0,755
89 Tunísia	0,514	0,570	0,622	0,657	0,698	0,738	0,753
90 Jordânia	..	0,641	0,664	0,683	0,708	0,742	0,753
91 Belize	..	0,707	0,717	0,747	0,768	0,779	0,753
92 Fiji	0,663	0,686	0,702	0,724	0,741	..	0,752
93 Sri Lanka	0,607	0,649	0,681	0,705	0,727	..	0,751
94 Turquia	0,587	0,610	0,646	0,678	0,709	..	0,750
95 República Dominicana	0,619	0,650	0,672	0,679	0,700	0,732	0,749
96 Maldivas	0,745
97 Turquemenistão	0,738
98 Jamaica	0,688	0,696	0,699	0,719	0,723	0,730	0,738
99 Irão	0,566	0,570	0,610	0,650	0,694	0,721	0,736
100 Geórgia	0,732
101 Azerbaijão	0,729
102 Territórios Ocupados da Palestina	0,729
103 Argélia	0,506	0,558	0,610	0,649	0,671	..	0,722
104 El Salvador	0,592	0,588	0,609	0,650	0,689	0,715	0,722
105 Cabo Verde	0,625	0,677	..	0,721
106 Síria	0,540	0,587	0,623	0,646	0,672	0,692	0,721

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
107 Guiana	0,678	0,684	0,677	0,683	0,685	0,714	0,720
108 Vietname	„	„	„	0,617	0,660	0,695	0,704
109 Quirguistão	„	„	„	„	„	„	0,702
110 Indonésia	0,468	0,530	0,583	0,625	0,663	0,680	0,697
111 Usbequistão	„	„	„	„	0,679	„	0,694
112 Nicarágua	0,587	0,596	0,604	0,610	0,641	0,659	0,690
113 Bolívia	0,512	0,549	0,580	0,604	0,636	0,672	0,687
114 Mongólia	„	„	0,668	0,673	0,633	0,657	0,679
115 Moldávia	„	„	„	0,739	0,682	0,665	0,671
116 Honduras	0,518	0,569	0,601	0,623	0,640	„	0,667
117 Guatemala	0,512	0,546	0,562	0,586	0,617	0,650	0,663
118 Vanuatu	„	„	„	„	„	„	0,659
119 Egípto	0,439	0,487	0,540	0,579	0,611	„	0,659
120 África do Sul	0,655	0,674	0,702	0,735	0,742	0,696	0,658
121 Guiné Equatorial	„	„	0,483	0,500	0,518	0,641	0,655
122 Tajiquistão	„	„	0,699	0,696	0,629	0,630	0,652
123 Gabão	„	„	„	„	„	„	0,635
124 Marrocos	0,429	0,478	0,515	0,548	0,579	0,610	0,631
125 Namíbia	„	„	„	„	0,693	0,649	0,627
126 São Tomé e Príncipe	„	„	„	„	„	„	0,604
127 Índia	0,412	0,438	0,476	0,513	0,546	0,577	0,602
128 Ilhas Salomão	„	„	„	„	„	„	0,594
129 Myanmar	„	„	„	„	„	„	0,578
130 Camboja	„	„	„	„	0,533	0,541	0,571
131 Botswana	0,503	0,577	0,638	0,681	0,659	0,596	0,565
132 Comoros	„	0,480	0,498	0,504	0,517	0,533	0,547
133 Laos	„	„	0,423	0,450	0,487	0,522	0,545
134 Butão	„	„	„	„	„	„	0,536
135 Paquistão	0,363	0,386	0,419	0,462	0,492	„	0,527
136 Nepal	0,296	0,333	0,376	0,423	0,466	0,499	0,526
137 Papua-Nova Guiné	0,425	0,445	0,467	0,481	0,515	0,529	0,523
138 Gana	0,439	0,468	0,482	0,511	0,531	0,556	0,520
139 Bangladeche	0,345	0,364	0,389	0,419	0,452	0,506	0,520
140 Timor-Leste	„	„	„	„	„	„	0,513
141 Sudão	0,349	0,376	0,396	0,428	0,465	0,500	0,512
142 Congo	0,452	0,499	0,540	0,526	0,531	„	0,512
143 Togo	0,423	0,475	0,474	0,500	0,510	0,519	0,512
144 Uganda	„	„	0,412	0,409	0,412	0,474	0,508
145 Zimbabué	0,546	0,574	0,640	0,637	0,589	0,527	0,505
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
146 Madagáscar	0,400	0,437	0,436	0,446	0,458	„	0,499
147 Suazilândia	0,530	0,562	0,584	0,624	0,603	0,534	0,498
148 Camarões	0,416	0,463	0,505	0,514	0,494	0,500	0,497
149 Lesoto	0,461	0,510	0,534	0,571	0,573	0,520	0,497
150 Djibouti	„	„	„	„	0,477	0,487	0,495
151 Iémen	„	„	„	0,393	0,436	0,470	0,489
152 Mauritânia	0,340	0,363	0,384	0,388	0,424	0,444	0,477
153 Haiti	„	0,449	0,458	0,446	0,450	„	0,475
154 Quênia	0,461	0,509	0,530	0,546	0,524	0,499	0,474
155 Gâmbia	0,284	„	„	„	0,424	0,457	0,470
156 Guiné	„	„	„	„	„	„	0,466
157 Senegal	0,311	0,339	0,375	0,403	0,421	0,444	0,458
158 Nigéria	0,318	0,376	0,386	0,406	0,418	„	0,453
159 Ruanda	0,342	0,388	0,401	0,340	0,335	0,435	0,450

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
160 Angola	0,445
161 Eritreia	0,409	0,428	0,444
162 Benim	0,304	0,336	0,362	0,368	0,395	0,422	0,431
163 Costa do Marfim	0,409	0,441	0,448	0,442	0,427	0,428	0,420
164 Tanzânia	0,435	0,422	0,416	0,418
165 Malawi	0,320	0,351	0,362	0,371	0,412	0,402	0,404
166 Zâmbia	0,468	0,475	0,484	0,462	0,424	0,409	0,394
167 Congo	0,414	0,423	0,431	0,422	0,393	..	0,385
168 Moçambique	..	0,299	0,287	0,311	0,328	0,360	0,379
169 Burundi	0,285	0,311	0,345	0,353	0,324	..	0,378
170 Etiópia	0,291	0,311	0,323	0,352	0,367
171 República Centro-Africana	0,343	0,364	0,386	0,383	0,367	..	0,355
172 Guiné-Bissau	0,255	0,262	0,283	0,313	0,341	0,353	0,348
173 Chade	0,269	0,271	0,311	0,335	0,344	0,359	0,341
174 Mali	0,230	0,256	0,263	0,283	0,307	0,330	0,333
175 Burkina Faso	0,253	0,273	0,297	0,305	0,311	0,328	0,317
176 Serra Leoa	0,298
177 Níger	0,236	0,252	0,242	0,249	0,256	0,271	0,281

NOTAS

Os valores do índice de desenvolvimento humano deste quadro foram calculados utilizando séries de dados e uma metodologia consistentes. Não são exactamente comparáveis com os valores publicados nos *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores. Para discussão pormenorizada ver *Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano.*

FONTES

Colunas 1–6: calculado com base nos dados da esperança de vida à nascença, de UN 2005c; os dados das taxas de alfabetização de adultos são de UNESCO Institute for Statistics 2003a, 2005a; os dados das taxas de escolarização bruta combinada são de UNESCO Institute for Statistics 1999, 2005c; e os dados do PIB per capita (dólares PPC de 2000) e do PIB per capita (dólares PPC) são de World Bank 2005c.

Coluna 7: coluna 1 do quadro de indicadores 1.

Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos ^{a,†} (% da coorte) 2000-05	Taxa de analfabetismo de adultos ^{b,†} (% 15 anos e mais) 2003	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2002	ODM Crianças com peso deficiente para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1995-2003 ^c	ODM População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento ^d
	Ordem	Valor (%)					1 dólar dia 1990-2003 ^c	2 dólares dia 1990-2003 ^c	Linha de pobreza nacional 1990-2002 ^c	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
22	Hong Kong, China (RAE)	..	1,5	6,5 ^{a, f}
25	Singapura	6	6,3	1,8	7,5	0 ^g	14 ^h
28	Coreia do Sul	..	2,7	2,1 ^{a, f}	8	..	<2	<2
29	Chipre	..	2,8	3,2	0
30	Barbados	4	4,5	6,3	0,3 ^e	0	6 ^h
33	Brunei	..	2,8	7,3
34	Argentina	..	5,0	2,8	..	5	3,3	14,3
37	Chile	2	3,7	3,5	4,3	5	1	<2	9,6	17,0
40	Catar	10	7,8	4,7	10,8	0	6
41	Emiratos Árabes Unidos	..	2,2	22,7 ^e	..	14
43	Barém	..	3,8	12,3	..	9
44	Kuwait	..	2,5	17,1 ^e	..	10
46	Uruguai	1	3,6	4,4	2,3 ^e	2	5	<2	3,9	..
47	Costa Rica	3	4,0	3,7	4,2 ^e	3	5	2,0	9,5	22,0
49	São Cristóvão e Nevis	1
50	Baamas	..	13,4	4,5 ^{a, f}	3
51	Seychelles	8,1	13	6 ^h
52	Cuba	5	4,8	3,2	3,1 ^e	9	4
53	México	13	8,4	6,0	9,7	9	8	9,9	26,3	10,1 ^j
54	Tonga	5,0	1,1 ^l	0
56	Panamá	9	7,7	6,8	8,1	9	7	7,2	17,6	37,3
57	Trindade e Tobago	15	8,8	11,6	1,5 ^e	9	7 ^h	12,4	39,0	21,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58	Líbia	33	15,3	4,2	18,3 ^e	28	5
60	Antígua e Barbuda	9	10 ^h
61	Malásia	16	8,9	4,3	11,3	5	12	<2	9,3	15,5 ^j
63	Brasil	20	10,3	10,3	11,6	11	6	8,2	22,4	17,4
65	Maurícias	24	11,4	5,0	15,7	0	15	10,6
66	Granada	5
69	Colômbia	8	7,4	8,3	5,8	8	7	8,2	22,6	64,0
70	Dominica	3	5 ^h
71	Omã	46	21,1	3,9	25,6 ^e	21	24
73	Tailândia	28	12,8	9,9	7,4	15	19 ^h	<2	32,5	13,1
74	Samoa (Occidental)	6,5	1,3 ^e	12
75	Venezuela	14	8,8	8,2	7,0	17	4	15,0	32,0	31,3 ^j
76	Santa Lúcia	12	8,3	5,9	9,9	2	14 ^h
77	Arábia Saudita	32	14,9	5,8	20,6	5 ^g	14
79	Peru	26	12,0	10,3	12,3	19	7	18,1	37,7	49,0
81	Líbano	18	9,6	5,7	13,5 ^{a, f}	0	3
82	Equador	22	10,6	8,6	9,0	14	12	17,7	40,8	35,0
84	Filipinas	35	16,3	7,2	7,4	15	31	14,6	46,4	36,8
85	China	27	12,3	6,9	9,1	23	10	16,6	46,7	4,6
86	Suriname	23	10,9	10,1	12,0	8	13
87	São Vicente e Grenadinas	6,6
88	Paraguai	17	9,4	8,1	8,4	17	5	16,4	33,2	21,8
89	Tunísia	43	18,3	4,7	25,7	18	4	<2	6,6	7,6
90	Jordânia	11	8,1	6,4	10,1	9	4	<2	7,4	11,7
91	Belize	38	16,7	10,6	23,1	9	6 ^h
92	Fidji	49	21,3	7,0	7,1 ^l	53 ^g	8 ^h
93	Sri Lanka	42	18,0	4,3	9,6 ^h	22	29	7,6	50,7	25,0
94	Turquia	19	9,7	8,9	11,7	7	8	<2	10,3	..
95	República Dominicana	25	11,8	14,1	12,3	7	5	<2	<2	28,6
96	Maldivas	37	16,6	11,4	2,8 ^e	16	30

Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos ^{a,†} (% da coorte 2000–05)	Taxa de analfabetismo de adultos ^{b,†} (% 15 anos e mais) 2003	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2002	ODM Crianças com peso deficiente para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1995–2003 ^c	ODM População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento ^d	
	Ordem	Valor (%)					1 dólar dia 1990–2003 ^c	2 dólares dia 1990–2003 ^c	Linha de pobreza nacional 1990–2002 ^c		
98	Jamaica	21	10,5	11,3	12,4 ^e	7	4	<2	13,3	18,7	13
99	Irão	36	16,4	7,2	23,0	7	11	<2	7,3	„	22
102	Territórios Ocupados da Palestina	7	6,5	5,3	8,1	6	4	„	„	„	„
103	Argélia	48	21,3	7,8	30,2	13	6	<2	15,1	12,2	29
104	El Salvador	34	15,9	9,9	20,3 ^e	18	10	31,1	58,0	48,3	-23
105	Cabo Verde	45	18,7	7,6	24,3 ^e	20	14 ^h	„	„	„	„
106	Síria	29	13,8	4,6	17,1	21	7	„	„	„	„
107	Guiana	31	14,8	18,2	1,4 ^{k, l}	17	14	„	„	35,0	„
108	Vietname	47	21,2	9,4	9,7 ⁱ	27	33	„	„	50,9	„
110	Indonésia	41	17,8	11,2	12,1 ^e	22	26	7,5	52,4	27,1	10
112	Nicarágua	40	17,7	10,1	23,3	19	10	45,1	79,9	47,9	-30
113	Bolívia	30	13,9	16,0	13,5	15	8	14,4	34,3	62,7	-5
114	Mongólia	44	18,5	13,3	2,2	38	13	27,0	74,9	36,3	-14
116	Honduras	39	16,9	15,8	20,0	10	17	20,7	44,0	53,0	-12
117	Guatemala	51	22,9	15,9	30,9	5	23	16,0	37,4	56,2	2
118	Vanuatu	52	24,7	8,9	26,0 ⁱ	40	20 ^h	„	„	„	„
119	Egipto	55	30,9	7,8	44,4 ⁱ	2	9	3,1	43,9	16,7	18
120	África do Sul	56	30,9	43,3	17,6 ⁱ	13	12	10,7	34,1	„	12
121	Guiné Equatorial	71	38,1	47,7	15,8	56	19	„	„	„	„
123	Gabão	„	„	32,6	„	13	12	„	„	„	„
124	Marrocos	61	34,5	8,6	49,3 ^e	20	9	<2	14,3	19,0	35
125	Namíbia	60	33,0	45,4	15,0	20	24	34,9	55,8	„	-12
126	São Tomé e Príncipe	„	„	17,1	„	21	13	„	„	„	„
127	Índia	58	31,3	16,6	39,0	14	47	34,7	79,9	28,6	-12
128	Ilhas Salomão	„	„	14,1	„	30	21 ^h	„	„	„	„
129	Myanmar	50	21,9	21,2	10,3	20	35	„	„	„	„
130	Camboja	81	41,3	28,3	26,4	66	45	34,1	77,7	36,1	5
131	Botswana	94	48,4	69,1	21,1 ^e	5	13	23,5	50,1	„	22
132	Comoros	57	31,2	15,5	43,8 ^e	6	25	„	„	„	„
133	Laos	72	38,2	28,0	31,3	57	40	26,3	73,2	38,6	2
134	Butão	„	„	18,0	„	38	19	„	„	„	„
135	Paquistão	68	37,1	16,1	51,3	10	38	13,4	65,6	32,6	18
136	Nepal	74	38,7	17,6	51,4	16	48	37,7	82,5	42,0	-5
137	Papua-Nova Guiné	78	40,5	22,4	42,7	61	35 ^h	„	„	37,5	„
138	Gana	62	35,1	27,7	45,9	21	25	44,8	78,5	39,5	-16
139	Bangladeche	86	44,1	15,9	58,9 ^e	25	48	36,0	82,8	49,8	5
140	Timor-Leste	„	„	25,5	„	48	43	„	„	„	„
141	Sudão	59	32,4	27,0	41,0 ^h	31	17	„	„	„	„
142	Congo	54	30,1	33,6	17,2 ^e	54	14	„	„	„	„
143	Togo	76	39,5	31,0	47,0	49	25	„	„	32,3 ^l	„
144	Uganda	66	36,0	41,6	31,1 ^e	44	23	„	„	55,0	„
145	Zimbabué	89	45,9	65,9	10,0 ^e	17	13	56,1	83,0	34,9	-1
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
146	Madagáscar	63	35,3	27,8	29,4	55	33	61,0	85,1	71,3	-23
147	Suazilândia	97	52,9	74,3	20,8	48	10	„	„	40,0	„
148	Camarões	67	36,2	43,9	32,1	37	21	17,1	50,6	40,2	9
149	Lesoto	91	47,6	67,6	18,6	24	18	36,4	56,1	49,2	9
150	Djibouti	53	29,5	30,6	34,5 ^{e, f}	20	18	„	„	45,1	„
151	Iémen	77	40,3	18,8	51,0 ^e	31	46	15,7	45,2	41,8	19
152	Mauritânia	79	40,5	30,5	48,8	44	32	25,9	63,1	46,3	9
153	Haiti	70	38,0	34,4	48,1 ^e	29	17	„	„	65,0 ^l	„
154	Quênia	64	35,4	44,8	26,4	38	20	22,8	58,3	42,0	2
155	Gâmbia	88	44,7	27,8	62,2 ^{e, f}	18	17	59,3	82,9	64,0	-5
156	Guiné	„	„	30,0	„	49	23	„	„	40,0	„

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidade de nascença de não viver até aos 40 anos ^{a,†} (% da coorte) 2000-05	Taxa de analfabetismo de adultos ^{b,†} (% 15 anos e mais) 2003	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2002	ODM Crianças com peso deficiente para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1995-2003 ^c	ODM População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento ^d
	Ordem	Valor (%)					1 dólar dia 1990-2003 ^c	2 dólares dia 1990-2003 ^c	Linha de pobreza nacional 1990-2002 ^c	
157 Senegal	87	44,2	26,6	60,7	28	23	26,3	67,8	33,4	14
158 Nigéria	75	38,8	46,0	33,2 ^a	40	29	70,2	90,8	34,1	-19
159 Ruanda	69	37,7	45,5	36,0	27	27	51,7	83,7	51,2	-13
160 Angola	83	41,5	48,1	33,2	50	31	„	„	„	„
161 Eritreia	73	38,7	27,6	43,3 ^{a, f}	43	40	„	„	53,0	„
162 Benim	95	48,4	30,0	66,4	32	23	„	„	33,0	„
163 Costa do Marfim	84	41,9	42,3	51,9	16	21	10,8	38,4	36,8	29
164 Tanzânia	65	35,8	44,4	30,6	27	29	19,9	59,7	35,7	5
165 Malawi	85	43,4	56,3	35,9 ⁱ	33	22	41,7	76,1	65,3	0
166 Zâmbia	90	46,4	60,1	32,1 ⁱ	45	28	63,7	87,4	72,9	-6
167 Congo	82	41,4	45,4	34,7	54	31	„	„	„	„
168 Moçambique	96	49,1	50,9	53,5 ^a	58	24	37,9	78,4	69,4	10
169 Burundi	80	40,9	46,3	41,1	21	45	58,4	89,2	„	-10
170 Etiópia	99	55,3	39,5	58,5 ^a	78	47	26,3	80,7	44,2	23
171 República Centro-Africana	92	47,8	56,2	51,4	25	24	66,6	84,0	„	-5
172 Guiné-Bissau	93	48,2	42,9	60,4 ^{a, f}	41	25	„	„	48,7	„
173 Chade	100	58,8	45,2	74,5	66	28	„	„	64,0	„
174 Mali	101	60,3	37,3	81,0 ⁱ	52	33	72,3	90,6	63,8	-2
175 Burkina Faso	102	64,2	38,9	87,2 ⁱ	49	34	44,9	81,0	45,3	11
176 Serra Leoa	98	54,9	47,0	70,4	43	27	57,0	74,5	68,0	4
177 Níger	103	64,4	41,4	85,6	54	40	61,4	85,3	63,0 ^j	4

NOTAS

[†] Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (IPH-1). Para mais pormenores, ver *Nota técnica 1*.
^a Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de não viver até aos 40 anos, vezes 100. São projecções de variação média no período indicado.
^b Os dados referem-se a estimativas nacionais da alfabetização, a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2004, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com cautela. Para mais pormenores ver www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DO_TOPIC.
^c Os dados referem-se ao ano mais recente

^d A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 1 dólar por dia. Todos os países com uma taxa de privação de rendimento inferior a 2% foram classificados na mesma posição. As classificações são baseadas nos países com dados disponíveis para ambos os indicadores. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana, um valor negativo indica o oposto.
^e Estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Julho de 2002.
^f UNESCO Institute for Statistics 2003a. As estimativas são baseadas em censos antiquados ou em informações de inquéritos às famílias e devem

^g UNICEF 2004. Os dados referem-se a 2000.
^h UNICEF 2004. Os dados referem-se a um ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão, ou respeitam apenas a uma parte do país.
ⁱ Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1990.
^j Os dados referem-se a um período diferente do indicado.
^k Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.
^l Os dados são do Secretariado da Comunidade das Caraíbas, baseados em fontes nacionais.

FONTES
Coluna 1: determinado com base nos valores do IPH-1 da coluna 2.
Coluna 2: calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver *Nota técnica 1*.
Coluna 3: UN 2005h.
Coluna 4: calculado com base em dados da alfabetização de adultos, de UNESCO Institute for Statistics 2005a.
Colunas 5 and 6: UN 2005f.
Colunas 7-9: World Bank 2005c.
Coluna 10: calculado com base em dados das colunas 1 e 7.

HPI-1 ranks for 103 Países em desenvolvimento and areas

1 Uruguai	21 Jamaica	42 Sri Lanka	63 Madagáscar	84 Costa do Marfim
2 Chile	22 Equador	43 Tunísia	64 Quénia	85 Malawi
3 Costa Rica	23 Suriname	44 Mongólia	65 Tanzânia	86 Bangladesh
4 Barbados	24 Maurícias	45 Cabo Verde	66 Uganda	87 Senegal
5 Cuba	25 República Dominicana	46 Omã	67 Camarões	88 Gâmbia
6 Singapura	26 Peru	47 Vietname	68 Paquistão	89 Zimbabué
7 Territórios Ocupados da Palestina	27 China	48 Argélia	69 Ruanda	90 Zâmbia
8 Colômbia	28 Tailândia	49 Fiji	70 Haiti	91 Lesoto
9 Panamá	29 Síria	50 Myanmar	71 Guiné Equatorial	92 República Centro-Africana
10 Catar	30 Bolívia	51 Guatemala	72 Laos	93 Guiné-Bissau
11 Jordânia	31 Guiana	52 Vanuatu	73 Eritreia	94 Botswana
12 Santa Lúcia	32 Arábia Saudita	53 Djibouti	74 Nepal	95 Benim
13 México	33 Líbia	54 Congo	75 Nigéria	96 Moçambique
14 Venezuela	34 El Salvador	55 Egipto	76 Togo	97 Suazilândia
15 Trindade e Tobago	35 Filipinas	56 África do Sul	77 Iémen	98 Serra Leoa
16 Malásia	36 Irão	57 Comoros	78 Papua-Nova Guiné	99 Etiópia
17 Paraguai	37 Maldivas	58 Índia	79 Maurítânia	100 Chade
18 Líbano	38 Belize	59 Sudão	80 Burundi	101 Mali
19 Turquia	39 Honduras	60 Namíbia	81 Camboja	102 Burkina Faso
20 Brasil	40 Nicarágua	61 Marrocos	82 Congo	103 Níger
	41 Indonésia	62 Gana	83 Angola	

Pobreza e privação humanas: países da OCDE, Europa do Leste e a CEI

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) ^a		Proba- bilidade à nascença de não viver até aos 60 anos ^{b,†} (% da coorte) 2000–05	Pessoas que são funcio- nalmente analfa- betas ^{c,†} (% idades 16-65) 1994–2003	Desemprego de longo prazo [†] (em % da popu- lação activa) 2003	População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento ^d
	Ordem	Valor (%)				50% do rendimento médio [†] 1999–2000 ^e	11 dólar. dia ^e 1994–95 ^e	4 dólar. dia ^e 1996–99 ^e	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	2	7,0	8,4	7,9	0,3	6,4	4,3	..	-1
2 Islândia	6,8	..	0,4 ^f
3 Austrália	14	12,8	7,7	17,0 ^g	1,4	14,3	17,6	..	-3
4 Luxemburgo	8	11,1	9,7	.. ^h	1,0 ^{i,g}	6,0	0,3	..	6
5 Canadá	9	11,3	8,1	14,6	0,8	12,8	7,4	..	-7
6 Suécia	1	6,5	7,2	7,5 ^g	0,9	6,5	6,3	..	-3
7 Suíça	7	11,0	7,8	15,9	1,1	9,3	-3
8 Irlanda	16	15,2	8,7	22,6 ^g	1,6	12,3	3
9 Bélgica	13	12,4	9,4	18,4 ^{g,i}	3,7	8,0	7
10 Estados Unidos	17	15,4	11,8	20,0	0,7	17,0	13,6	..	-1
11 Japão	12	11,7	7,1	.. ^h	1,8	11,8 ^k	0
12 Holanda	3	8,2	8,7	10,5 ⁱ	1,2	7,3	7,1	..	-2
13 Finlândia	4	8,2	9,7	10,4 ⁱ	2,2	5,4	4,8	..	3
14 Dinamarca	5	8,9	10,4	9,6 ⁱ	1,1	9,2	-4
15 Reino Unido	15	14,8	8,7	21,8 ⁱ	1,2	12,5	15,7	..	1
16 França	10	11,4	9,8	.. ^h	4,2	8,0	9,9	..	4
17 Áustria	9,1	..	1,4	8,0
18 Itália	18	29,9	7,8	47,0	5,1	12,7	3
19 Nova Zelândia	8,9	18,4 ⁱ	0,6
20 Alemanha	6	10,3	8,8	14,4 ⁱ	4,6	8,3	7,3	..	-2
21 Espanha	11	11,6	8,7	.. ^h	4,5	10,1	0
23 Israel	7,7	13,5
24 Grécia	9,2	..	5,4
26 Eslovénia	11,8	8,2	..	<1	..
27 Portugal	10,3	..	2,0
31 República Checa	12,1	..	3,9	4,9	..	<1	..
32 Malta	7,7
35 Hungria	18,3	..	2,5	6,7	..	<1	..
36 Polónia	15,1	..	9,8	8,6	..	10	..
38 Estónia	21,7	12,4	..	18	..
39 Lituânia	20,6	17	..
42 Eslováquia	14,9	..	10,7	7,0	..	8	..
45 Croácia	13,1
48 Letónia	21,5	28	..
55 Bulgária	16,6	22	..

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) ^a		Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos ^{b,†} (% da coorte) 2000–05	Pessoas que são funcionalmente analfabetas ^{c,†} (% idades 16–65) 1994–2003	Desemprego de longo prazo [†] (em % da população activa) 2003	População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento ^d
	Ordem	Valor (%)				50% do rendimento médio [†] 1999–2000 ^e	11 dólar. dia 1994–95 ^e	4 dólar. dia 1996–99 ^e	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
59	Macedónia	..	13,3
62	Federação Russa	..	31,6	18,8	..	53	..
64	Roménia	..	19,0	8,1	..	23	..
67	Bielorrússia	..	26,7
68	Bósnia e Herzegovina	..	13,6
72	Albânia	..	11,4
78	Ucrânia	..	31,0	25	..
80	Cazaquistão	..	32,0	62	..
83	Arménia	..	18,0
97	Turquemenistão	..	32,0
100	Geórgia	..	18,9
101	Azerbaijão	..	24,9
109	Quirguistão	..	26,0	88	..
111	Usbequistão	..	26,3
115	Moldávia	..	25,5	82	..
122	Tajiquistão	..	29,0

NOTAS

Este quadro inclui Israel e Malta, que não são países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico OCDE, mas exclui a Coreia do Sul, México e Turquia, que são membros. Sobre o índice de pobreza humana e indicadores relacionados para estes países, ver quadro 3.

- † Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (IPH-2). Para mais pormenores, ver *Nota técnica 1*.
- a O índice de pobreza humana (IPH-2) é calculado apenas para países OCDE de rendimento elevado seleccionados.
- b Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de não viver até aos 60 anos, vezes 100.
- c Baseado nos resultados do nível 1 da escala da literacia de prosa, do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- d A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 50% do rendimento familiar disponível ajustado médio. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana, um valor negativo indica o contrário.

- e Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- f Os dados referem-se a 2002.
- g Baseados em OCDE e Statistics Canadá 2000.
- h Com o fim de calcular o IPH-2 foi utilizada uma estimativa de 16,4%, a média não ponderada dos países com dados disponíveis.
- i Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução.
- j Os dados referem-se à Flandres.
- k Smeeding 1997.

FONTES

- Coluna 1:** determinado com base nos valores do IPH-2 da coluna 2.
- Coluna 2:** calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver *Nota técnica 1*.
- Coluna 3:** calculado com base em dados de sobrevivência, de UN 2005h.
- Coluna 4:** OCDE and Statistics Canadá 2005, unless otherwise noted.
- Coluna 5:** calculado com base em dados do desemprego jovem de longa duração e da população activa, de OECD 2005d.
- Coluna 6:** LIS 2005.
- Coluna 7:** Smeeding, Rainwater e Burtless 2000.
- Coluna 8:** Milanovic 2002.
- Coluna 9:** calculado com base nos dados das colunas 1 e 6.

Posições IPH-2 para 18 países seleccionados da OCDE

1 Suécia	7 Suíça	13 Bélgica
2 Noruega	8 Luxemburgo	14 Austrália
3 Holanda	9 Canadá	15 Reino Unido
4 Finlândia	10 França	16 Irlanda
5 Dinamarca	11 Espanha	17 Estados Unidos
6 Alemanha	12 Japão	18 Itália

Tendências demográficas

Ordem do IDH	População total (milhões)			Taxa de crescimento anual da população (%)		População urbana (% do total) ^a			População com menos de 15 anos (% do total)		População com 65 anos e mais (% do total)		Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher)		
	1975	2003	2015 ^b	1975–2003	2003–15 ^b	1975	2003 ^b	2015 ^b	2003	2015 ^b	2003	2015 ^b	1970–75 ^c	2000–05 ^c	
	DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
1	Noruega	4,0	4,6	4,8	0,5	0,5	68,2	78,6	86,4	19,9	17,5	13,3	17,5	2,2	1,8
2	Islândia	0,2	0,3	0,3	1,0	0,8	86,6	92,8	94,1	22,5	19,4	10,1	14,0	2,8	2,0
3	Austrália	13,6	19,7	22,2	1,3	1,0	85,9	91,9	94,9	20,3	17,7	10,7	15,5	2,5	1,7
4	Luxemburgo	0,4	0,5	0,5	0,8	1,2	73,7	91,8	94,1	19,0	17,6	11,9	14,3	2,0	1,7
5	Canadá	23,1	31,6	35,1	1,1	0,9	75,6	80,4	84,0	18,2	15,3	11,1	16,2	2,0	1,5
6	Suécia	8,2	9,0	9,3	0,3	0,3	82,7	83,4	84,3	17,9	16,4	15,0	20,4	1,9	1,6
7	Suíça	6,3	7,2	7,3	0,5	0,1	55,7	67,6	68,7	17,0	14,1	13,5	19,8	1,8	1,4
8	Irlanda	3,2	4,0	4,7	0,8	1,3	53,6	59,9	63,6	20,6	20,2	9,3	12,6	3,8	1,9
9	Bélgica	9,8	10,4	10,5	0,2	0,1	94,5	97,2	97,5	17,1	15,5	15,1	19,4	1,9	1,7
10	Estados Unidos	220,2	292,6	325,7	1,0	0,9	73,7	80,1	83,6	21,1	19,7	10,7	14,1	2,0	2,0
11	Japão	111,5	127,7	128,0	0,5	(,)	56,8	65,5	67,7	14,2	13,3	16,0	26,0	2,1	1,3
12	Holanda	13,7	16,1	16,8	0,6	0,3	56,9	65,8	71,4	18,4	16,4	11,9	17,5	2,1	1,7
13	Finlândia	4,7	5,2	5,4	0,4	0,2	58,3	61,0	62,1	17,7	15,8	13,4	20,3	1,6	1,7
14	Dinamarca	5,1	5,4	5,6	0,2	0,2	82,1	85,4	86,8	18,8	17,0	12,8	18,4	2,0	1,8
15	Reino Unido	55,4	59,3	61,4	0,2	0,3	82,7	89,1	90,2	18,4	16,4	13,8	18,1	2,0	1,7
16	França	52,7	60,0	62,3	0,5	0,3	72,9	76,3	79,0	18,3	17,6	14,5	19,0	2,3	1,9
17	Áustria	7,6	8,1	8,3	0,3	0,1	65,3	65,8	67,2	16,0	13,4	14,0	19,6	2,0	1,4
18	Itália	55,4	58,0	57,8	0,2	(,)	65,6	67,4	69,2	14,1	13,2	16,7	23,0	2,3	1,3
19	Nova Zelândia	3,1	3,9	4,3	0,9	0,7	82,8	85,9	87,0	22,0	18,9	10,4	15,0	2,8	2,0
20	Alemanha	78,7	82,6	82,5	0,2	(,)	81,2	88,1	90,0	14,8	12,9	15,0	20,7	1,6	1,3
21	Espanha	35,6	42,1	44,4	0,6	0,4	69,6	76,5	78,1	14,3	15,3	14,5	18,0	2,9	1,3
22	Hong Kong, China (SAR)	4,4	6,9	7,8	1,6	1,0	89,7	100,0	100,0	15,2	12,7	9,8	14,4	2,9	0,9
23	Israel	3,4	6,5	7,8	2,3	1,6	86,6	91,6	92,4	28,0	25,8	8,7	11,5	3,8	2,9
24	Grécia	9,0	11,1	11,2	0,7	0,1	55,3	60,9	65,2	14,6	13,5	15,2	19,3	2,3	1,3
25	Singapura	2,3	4,2	4,8	2,2	1,1	100,0	100,0	100,0	20,7	13,2	6,5	13,3	2,6	1,4
26	Eslovênia	1,7	2,0	1,9	0,4	-0,1	42,4	50,8	52,6	14,5	13,0	12,9	18,1	2,2	1,2
27	Portugal	9,1	10,4	10,8	0,5	0,3	27,7	54,6	60,9	16,0	15,1	14,4	18,9	2,7	1,5
28	Coreia do Sul	35,3	47,5	49,1	1,1	0,3	48,0	80,3	83,0	19,5	13,9	7,0	13,2	4,3	1,2
29	Chipre	0,6	0,8	0,9	1,0	1,1	45,2	69,2	71,6	20,9	17,2	10,0	14,2	2,5	1,6
30	Barbados	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	40,8	51,7	59,1	19,6	16,7	9,0	11,5	2,7	1,5
31	República Checa	10,0	10,2	10,1	0,1	-0,1	63,7	74,3	75,7	15,3	13,4	12,2	18,4	2,2	1,2
32	Malta	0,3	0,4	0,4	1,0	0,4	80,4	91,6	93,7	18,5	15,2	11,1	18,3	2,1	1,5
33	Brunei	0,2	0,4	0,5	2,9	2,0	62,0	76,1	82,8	30,3	25,8	2,4	4,3	5,4	2,5
34	Argentina	26,0	38,0	42,7	1,3	1,0	81,0	90,1	92,2	27,1	23,9	8,7	11,1	3,1	2,4
35	Hungria	10,5	10,2	9,8	-0,1	-0,3	52,8	65,2	70,0	16,2	14,0	13,1	17,5	2,1	1,3
36	Polónia	34,0	38,6	38,1	0,5	-0,1	55,4	61,9	64,0	17,3	14,3	10,9	14,9	2,3	1,3
37	Chile	10,4	16,0	17,9	1,5	1,0	78,4	87,0	90,2	26,1	20,9	6,6	10,5	3,6	2,0
38	Estónia	1,4	1,3	1,3	-0,2	-0,3	67,6	69,5	71,4	16,2	15,7	13,9	17,4	2,2	1,4
39	Lituânia	3,3	3,5	3,3	0,2	-0,4	55,7	66,8	67,5	18,0	13,8	13,0	16,7	2,3	1,3
40	Catar	0,2	0,7	1,0	5,2	2,3	84,8	92,0	93,6	23,1	21,8	0,9	2,0	6,8	3,0
41	Emirados Árabes Unidos	0,5	4,0	5,6	7,2	2,7	83,6	85,1	87,2	22,8	19,8	0,8	1,4	6,4	2,5
42	Eslováquia	4,7	5,4	5,4	0,5	(,)	46,3	57,5	60,8	17,8	14,0	10,1	14,1	2,5	1,2
43	Barém	0,3	0,7	0,9	3,4	1,6	85,8	90,0	91,4	27,7	21,7	2,3	4,4	5,9	2,5
44	Kuwait	1,0	2,5	3,4	3,3	2,4	83,8	96,2	96,9	24,8	23,2	1,1	3,1	6,9	2,4
45	Croácia	4,3	4,5	4,5	0,2	-0,1	45,1	59,0	64,6	16,1	13,9	14,2	18,7	2,0	1,3
46	Uruguai	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,4	92,5	94,4	24,5	22,4	11,5	13,8	3,0	2,3
47	Costa Rica	2,1	4,2	5,0	2,5	1,5	42,5	60,6	66,8	29,7	23,8	4,7	7,4	4,3	2,3
48	Letónia	2,5	2,3	2,2	-0,2	-0,5	65,4	66,3	66,3	15,9	14,1	14,2	18,3	2,0	1,3
49	São Cristóvão e Nevis	(,)	(,)	(,)	-0,2	1,1	35,0	32,2	32,5	,,	,,	,,	,,	,,	,,
50	Baamas	0,2	0,3	0,4	1,8	1,3	73,4	89,4	91,6	28,9	24,7	4,9	8,2	3,4	2,3
51	Seychelles	0,1	0,1	0,1	1,0	0,9	33,3	50,0	53,3	,,	,,	,,	,,	,,	,,
52	Cuba	9,3	11,2	11,4	0,7	0,2	64,2	75,7	78,1	19,9	16,6	8,6	14,4	3,5	1,6
53	México	59,3	104,3	119,1	2,0	1,1	62,8	75,5	78,8	32,1	25,5	4,2	7,1	6,6	2,4

Ordem do IDH	População total (milhões)			Taxa de crescimento anual da população (%)		População urbana (% do total) ^a			População com menos de 15 anos (% do total)		População com 65 anos e mais (% do total)		Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher)	
	1975	2003	2015 ^b	1975–2003	2003–15 ^b	1975	2003 ^b	2015 ^b	2003	2015 ^b	2003	2015 ^b	1970–75 ^c	2000–05 ^c
	54 Tonga	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	24,4	33,5	38,2	36,5	30,7	4,6	6,9	5,5
55 Bulgária	8,7	7,8	7,2	-0,4	-0,8	57,5	69,8	74,0	14,4	13,1	14,3	18,6	2,2	1,2
56 Panamá	1,7	3,1	3,8	2,1	1,6	49,0	57,2	61,7	30,9	27,2	4,8	7,5	4,9	2,7
57 Trindade e Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	63,0	75,4	79,7	22,7	20,2	5,9	9,9	3,5	1,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
58 Líbia	2,4	5,6	7,0	3,0	1,8	60,9	86,2	89,0	30,8	28,9	2,9	5,6	7,6	3,0
59 Macedónia	1,7	2,0	2,1	0,7	0,1	50,6	59,6	62,0	20,6	16,6	8,8	12,9	3,0	1,5
60 Antígua e Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,9	1,2	34,2	37,8	43,4	„	„	„	„	„	„
61 Malásia	12,3	24,4	29,6	2,5	1,6	37,7	63,8	71,0	33,0	27,2	3,5	6,1	5,2	2,9
62 Federação Russa	134,2	144,6	136,7	0,3	-0,5	66,4	73,3	74,3	16,2	16,4	11,5	13,3	2,0	1,3
63 Brasil	108,1	181,4	209,4	1,8	1,2	61,2	83,0	88,4	28,4	25,4	4,9	7,8	4,7	2,3
64 Roménia	21,2	21,9	20,9	0,1	-0,4	42,8	54,6	56,4	16,5	14,4	12,1	15,5	2,6	1,3
65 Maurícias	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	43,3	47,3	25,1	21,3	5,4	8,3	3,2	2,0
66 Granada	0,1	0,1	0,1	0,4	1,3	32,6	40,7	49,5	„	„	„	„	„	„
67 Bielorrússia	9,4	9,9	9,2	0,2	-0,6	50,3	70,9	75,2	16,4	14,5	12,5	13,5	2,3	1,2
68 Bósnia e Herzegovina	3,7	3,9	3,9	0,2	-0,1	31,3	44,4	51,1	17,4	14,0	10,3	16,7	2,6	1,3
69 Colômbia	25,4	44,2	52,1	2,0	1,4	60,0	76,4	81,3	31,8	26,8	4,2	6,5	5,0	2,6
70 Dominica	0,1	0,1	0,1	0,3	0,9	55,3	72,0	76,2	„	„	„	„	„	„
71 Omã	0,9	2,5	3,2	3,6	1,9	19,6	77,6	82,6	35,2	30,6	1,8	3,4	7,2	3,8
72 Albânia	2,4	3,1	3,3	0,9	0,6	32,7	43,8	51,2	28,3	23,1	6,3	9,9	4,7	2,3
73 Tailândia	41,3	63,1	69,1	1,5	0,7	23,8	32,0	36,7	24,5	21,2	5,4	9,3	5,0	1,9
74 Samoa (Ocidental)	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	21,1	22,3	24,7	41,0	34,2	3,7	5,0	5,7	4,4
75 Venezuela	12,7	25,8	31,3	2,5	1,6	75,8	87,6	90,0	32,1	27,8	4,0	6,8	4,9	2,7
76 Santa Lúcia	0,1	0,2	0,2	1,3	0,8	23,6	30,5	36,8	29,9	25,4	6,1	7,3	5,7	2,2
77 Arábia Saudita	7,3	23,3	30,8	4,2	2,3	58,3	87,6	91,1	38,2	32,3	2,1	3,5	7,3	4,1
78 Ucrânia	49,0	47,5	41,8	-0,1	-1,1	58,3	67,3	68,9	16,0	13,5	13,1	16,4	2,2	1,1
79 Peru	15,2	27,2	32,2	2,1	1,4	61,5	73,9	78,0	33,2	27,9	4,1	6,5	6,0	2,9
80 Cazaquistão	14,1	14,9	14,9	0,2	(.)	52,2	55,9	58,2	24,8	21,3	6,6	8,0	3,5	2,0
81 Líbano	2,7	3,5	4,0	1,0	1,0	67,0	87,5	90,1	29,5	24,4	5,9	7,7	4,8	2,3
82 Equador	6,9	12,9	15,1	2,2	1,4	42,4	61,8	67,6	33,2	28,1	4,6	7,3	6,0	2,8
83 Arménia	2,8	3,0	3,0	0,3	-0,2	63,0	64,5	64,2	22,8	17,4	9,6	11,0	3,0	1,3
84 Filipinas	42,0	80,2	96,8	2,3	1,6	35,6	61,0	69,2	36,1	30,0	3,0	4,9	6,0	3,2
85 China	927,8 ^d	1.300,0 ^d	1.393,0 ^d	1,2 ^d	0,6 ^d	17,4	38,6	49,5	22,7	18,5	5,9	9,6	4,9	1,7
86 Suriname	0,4	0,4	0,5	0,7	0,5	49,5	76,0	81,6	30,9	26,7	5,1	7,2	5,3	2,6
87 São Vicente e Grenadinas	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4	27,0	58,2	68,6	30,5	26,5	5,5	7,1	5,5	2,3
88 Paraguai	2,7	5,9	7,6	2,8	2,2	39,0	57,2	64,3	38,4	33,9	3,0	4,3	5,7	3,9
89 Tunísia	5,7	9,9	11,1	2,0	1,0	49,9	63,7	68,1	27,5	21,9	5,0	6,8	6,2	2,0
90 Jordânia	1,9	5,4	7,0	3,7	2,1	57,8	79,1	81,1	38,0	31,7	2,3	4,0	7,8	3,5
91 Belize	0,1	0,3	0,3	2,4	1,8	50,2	48,4	51,8	37,9	31,2	3,5	4,7	6,3	3,2
92 Fiji	0,6	0,8	0,9	1,3	0,7	36,7	51,7	60,1	32,3	27,6	2,9	5,4	4,2	2,9
93 Sri Lanka	14,0	20,4	22,3	1,3	0,7	22,0	21,1	22,5	24,8	21,4	5,8	9,3	4,1	2,0
94 Turquia	41,2	71,3	82,6	2,0	1,2	41,6	66,3	71,9	29,7	25,8	4,3	6,2	5,3	2,5
95 República Dominicana	5,1	8,6	10,1	1,9	1,3	45,7	59,3	64,6	33,6	29,5	3,2	5,3	5,6	2,7
96 Maldivas	0,1	0,3	0,4	2,9	2,4	18,1	28,8	35,2	42,0	35,7	2,7	3,3	7,0	4,3
97 Turquemenistão	2,5	4,7	5,5	2,2	1,3	47,6	45,4	50,0	33,5	27,0	3,8	4,4	6,2	2,8
98 Jamaica	2,0	2,6	2,7	1,0	0,4	44,1	52,2	54,2	32,1	26,7	6,6	8,2	5,0	2,4
99 Irão	33,3	68,2	79,9	2,6	1,3	45,8	66,6	73,9	31,0	25,6	3,7	4,9	6,4	2,1
100 Geórgia	4,9	4,6	4,2	-0,3	-0,7	49,5	52,0	51,6	20,0	15,8	11,5	14,4	2,6	1,5
101 Azerbaijão	5,7	8,3	9,1	1,3	0,7	51,5	50,1	51,3	27,9	21,2	5,5	6,7	4,3	1,9
102 Territórios Ocupados da Palestina	1,3	3,5	5,0	3,6	3,0	59,6	71,1	75,6	46,0	41,6	2,7	3,0	7,7	5,6
103 Argélia	16,0	31,9	38,1	2,5	1,5	40,3	58,8	65,3	31,2	26,7	3,6	5,0	7,4	2,5
104 El Salvador	4,1	6,6	8,0	1,7	1,6	41,5	59,4	64,2	34,7	29,8	4,4	6,2	6,1	2,9
105 Cabo Verde	0,3	0,5	0,6	2,0	2,2	21,4	55,9	64,8	40,7	35,6	3,7	3,3	7,0	3,8
106 Síria	7,5	18,1	23,8	3,1	2,3	45,1	50,2	52,4	38,0	33,2	2,5	3,6	7,5	3,5

Tendências demográficas

Ordem do IDH	População total (milhões)			Taxa de crescimento anual da população (%)		População urbana (% do total) ^a			População com menos de 15 anos (% do total)		População com 65 anos e mais (% do total)		Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher)		
	1975	2003	2015 ^b	1975–2003	2003–15 ^b	1975	2003 ^b	2015 ^b	2003	2015 ^b	2003	2015 ^b	1970–75 ^c	2000–05 ^c	
	107	Guiana	0,7	0,7	0,7	0,1	-0,1	30,0	37,6	44,2	29,8	24,8	4,4	6,6	4,9
108	Vietname	48,0	82,0	95,0	1,9	1,2	18,9	25,8	32,4	31,1	25,0	4,6	5,6	6,7	2,3
109	Quirguistão	3,3	5,1	5,9	1,6	1,1	37,9	34,0	35,4	32,8	27,5	5,0	5,5	4,7	2,7
110	Indonésia	134,4	217,4	246,8	1,7	1,1	19,3	45,5	57,8	29,0	25,2	4,2	6,4	5,2	2,4
111	Usbequistão	14,0	25,8	30,7	2,2	1,4	39,1	36,7	37,0	34,8	28,3	3,8	4,4	6,3	2,7
112	Nicarágua	2,6	5,3	6,6	2,5	1,9	48,9	57,3	62,8	40,2	33,4	2,7	3,9	6,8	3,3
113	Bolívia	4,8	8,8	10,9	2,2	1,7	41,3	63,4	69,0	38,8	33,5	3,6	5,2	6,5	4,0
114	Mongólia	1,4	2,6	3,0	2,1	1,2	48,7	56,8	59,5	32,2	26,3	3,1	4,1	7,3	2,4
115	Moldávia	3,8	4,2	4,1	0,3	-0,2	35,8	46,1	50,0	20,0	15,2	8,4	10,9	2,6	1,2
116	Honduras	3,0	6,9	8,8	3,0	2,0	32,1	45,6	51,3	40,3	33,8	3,1	4,5	7,1	3,7
117	Guatemala	6,2	12,0	15,9	2,4	2,3	36,7	46,3	51,9	43,6	39,7	3,5	4,7	6,2	4,6
118	Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,5	1,8	15,7	22,9	28,6	40,8	35,5	2,6	4,0	6,1	4,2
119	Egipto	39,3	71,3	88,2	2,1	1,8	43,5	42,2	44,9	34,3	31,4	3,8	5,5	5,7	3,3
120	África do Sul	25,9	46,9	47,9	2,1	0,2	48,0	56,9	62,7	32,9	30,2	3,2	6,1	5,5	2,8
121	Guiné Equatorial	0,2	0,5	0,6	2,7	2,2	27,1	48,0	58,2	44,2	45,6	3,2	3,8	5,7	5,9
122	Tajiquistão	3,4	6,4	7,6	2,2	1,5	35,5	24,8	24,4	40,4	33,0	3,0	3,5	6,8	3,8
123	Gabão	0,6	1,3	1,6	2,9	1,5	40,0	83,7	89,1	40,9	35,5	3,8	4,4	5,3	4,0
124	Marrocos	17,3	30,6	36,2	2,0	1,4	37,8	57,4	64,8	31,9	28,4	3,9	5,2	6,9	2,8
125	Namíbia	0,9	2,0	2,2	2,9	1,0	20,6	32,4	39,8	42,6	34,7	2,8	4,2	6,6	4,0
126	São Tomé e Príncipe	0,1	0,1	0,2	2,1	2,1	27,3	37,8	40,3	40,1	36,4	3,5	3,4	6,5	4,1
127	Índia	620,7	1.070,8	1.260,4	1,9	1,4	21,3	28,3	32,2	32,9	28,0	4,1	6,2	5,4	3,1
128	Ilhas Salomão	0,2	0,5	0,6	3,1	2,3	9,1	16,5	20,9	41,3	36,4	1,8	2,8	7,2	4,3
129	Myanmar	30,1	49,5	55,0	1,8	0,9	23,9	29,5	37,6	30,8	23,6	4,0	6,4	5,8	2,5
130	Cambodja	7,1	13,5	17,1	2,3	1,9	10,3	18,6	26,1	38,3	34,1	2,8	4,4	5,5	4,1
131	Botswana	0,9	1,8	1,7	2,5	-0,4	12,8	51,6	57,5	38,2	34,7	2,6	4,8	6,8	3,2
132	Comoros	0,3	0,8	1,0	3,1	2,5	21,2	35,0	43,0	42,4	38,5	2,1	3,1	7,1	4,9
133	Laos	3,0	5,7	7,3	2,2	2,1	11,1	20,7	27,4	41,7	37,1	2,9	3,7	6,2	4,8
134	Butão	1,2	2,1	2,7	2,1	2,2	3,5	8,5	12,6	39,5	34,7	3,6	5,1	5,9	4,4
135	Paquistão	68,3	151,8	193,4	2,9	2,0	26,4	34,1	39,5	39,5	34,1	3,0	4,2	6,6	4,3
136	Nepal	13,5	26,1	32,7	2,3	1,9	5,0	15,0	20,5	39,9	33,9	2,9	4,2	5,8	3,7
137	Papua-Nova Guiné	2,9	5,7	7,0	2,4	1,8	11,9	13,2	14,5	41,0	34,0	1,8	2,7	6,1	4,1
138	Gana	10,2	21,2	26,6	2,6	1,9	30,1	45,4	51,1	39,9	35,2	2,8	4,3	6,7	4,4
139	Bangladeche	73,2	136,6	168,2	2,2	1,7	9,9	24,3	29,6	36,3	31,4	2,8	4,2	6,2	3,2
140	Timor-Leste	0,7	0,8	1,5	0,7	4,9	8,9	7,7	9,5	42,5	46,7	2,2	3,0	6,2	7,8
141	Sudão	17,1	34,9	44,0	2,6	1,9	18,9	38,9	49,3	39,7	35,6	2,8	4,3	6,7	4,4
142	Congo	1,5	3,8	5,4	3,2	3,1	34,8	53,5	59,3	46,9	47,4	2,4	2,7	6,3	6,3
143	Togo	2,4	5,8	7,8	3,1	2,5	16,3	35,2	43,3	43,9	40,2	2,5	3,4	7,1	5,4
144	Uganda	10,8	26,9	41,9	3,3	3,7	8,3	12,3	14,2	50,4	50,8	2,1	2,2	7,1	7,1
145	Zimbabué	6,2	12,9	13,8	2,6	0,6	19,6	35,0	41,4	41,0	36,6	2,9	4,1	7,7	3,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO															
146	Madagáscar	7,9	17,6	23,8	2,9	2,5	16,4	26,6	30,7	44,4	40,7	2,5	3,3	6,7	5,4
147	Suazilândia	0,5	1,0	1,0	2,4	-0,3	14,0	23,6	27,0	42,1	37,2	2,7	4,6	6,9	4,0
148	Camarões	7,6	15,7	19,0	2,6	1,6	26,9	51,4	59,9	41,9	37,2	2,9	3,9	6,3	4,6
149	Lesoto	1,1	1,8	1,7	1,6	-0,3	10,8	18,0	21,0	39,3	36,6	4,2	5,8	5,7	3,6
150	Djibouti	0,2	0,8	0,9	4,4	1,6	61,6	83,6	87,6	42,1	37,3	2,2	3,4	7,2	5,1
151	Iémen	7,0	19,7	28,5	3,7	3,1	14,8	25,7	31,3	47,1	43,4	1,8	2,4	8,5	6,2
152	Mauritânia	1,4	2,9	4,0	2,5	2,7	20,3	61,7	73,9	43,1	41,7	2,7	3,4	6,5	5,8
153	Haiti	4,9	8,3	9,8	1,9	1,4	21,7	37,5	45,5	38,6	34,9	3,2	4,5	5,8	4,0
154	Quênia	13,5	32,7	44,2	3,2	2,5	12,9	39,3	51,8	43,1	42,6	2,3	2,8	8,0	5,0
155	Gâmbia	0,6	1,4	1,9	3,4	2,3	17,0	26,2	27,8	40,6	36,8	2,9	4,4	6,5	4,7
156	Guiné	4,2	9,0	11,9	2,7	2,3	16,3	34,9	44,2	43,9	42,0	2,8	3,9	6,9	5,9
157	Senegal	5,3	11,1	14,5	2,7	2,2	34,2	49,6	57,9	43,4	38,8	2,5	3,4	7,0	5,0
158	Nigéria	58,9	125,9	160,9	2,7	2,0	23,4	46,6	55,5	44,7	41,3	2,4	3,2	6,9	5,8
159	Ruanda	4,4	8,8	11,3	2,5	2,1	4,0	18,5	40,5	44,9	41,6	1,9	2,6	8,3	5,7

Ordem do IDH	População total (milhões)			Taxa de crescimento anual da população (%)		População urbana (% do total) ^a			População com menos de 15 anos (% do total)		População com 65 anos e mais (% do total)		Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher)		
	1975	2003	2015 ^b	1975–2003	2003–15 ^b	1975	2003 ^b	2015 ^b	2003	2015 ^b	2003	2015 ^b	1970–75 ^c	2000–05 ^c	
	160	Angola	6,8	15,0	20,9	2,8	2,8	17,4	35,7	44,9	46,7	45,5	2,0	2,4	7,2
161	Eritreia	2,1	4,1	5,8	2,4	3,0	12,7	20,0	26,5	44,9	42,6	1,9	2,6	6,5	5,5
162	Benim	3,2	7,9	11,2	3,2	2,9	21,9	44,6	53,5	44,8	42,0	2,2	3,0	7,1	5,9
163	Costa do Marfim	6,6	17,6	21,6	3,5	1,7	32,1	44,9	51,0	42,4	38,2	2,4	3,7	7,4	5,1
164	Tanzânia	16,0	36,9	45,6	3,0	1,8	10,1	35,4	46,8	43,2	38,9	2,5	3,7	6,8	5,0
165	Malawi	5,2	12,3	16,0	3,1	2,2	7,7	16,3	22,2	47,1	44,9	2,4	3,2	7,4	6,1
166	Zâmbia	5,2	11,3	13,8	2,8	1,7	34,8	35,9	40,8	46,1	43,7	2,4	3,2	7,8	5,7
167	Congo	23,9	54,2	78,0	2,9	3,0	29,5	31,8	39,7	47,1	48,0	2,2	2,6	6,5	6,7
168	Moçambique	10,6	19,1	23,5	2,1	1,8	8,7	35,6	48,5	44,1	41,6	2,7	3,6	6,6	5,5
169	Burundi	3,7	7,0	10,6	2,3	3,4	3,2	10,0	14,6	46,2	46,4	2,3	2,5	6,8	6,8
170	Etiópia	34,1	73,8	97,2	2,8	2,3	9,5	15,7	19,8	45,0	41,7	2,3	3,2	6,8	5,9
171	República Centro-Africana	2,1	3,9	4,6	2,3	1,4	33,7	42,7	50,3	43,2	40,6	3,3	4,0	5,7	5,0
172	Guiné-Bissau	0,7	1,5	2,1	3,0	3,0	16,0	34,0	43,5	47,2	48,0	2,5	2,8	7,1	7,1
173	Chade	4,2	9,1	12,8	2,8	2,8	15,6	25,0	31,1	47,1	47,7	2,5	2,7	6,7	6,7
174	Mali	6,2	12,7	18,1	2,6	2,9	16,2	32,3	40,9	48,3	46,7	2,2	2,4	7,6	6,9
175	Burkina Faso	5,9	12,4	17,7	2,6	2,9	6,3	17,8	23,2	47,7	45,7	2,3	2,6	7,8	6,7
176	Serra Leoa	2,9	5,1	6,9	2,0	2,5	21,4	38,8	47,6	42,8	42,8	2,6	3,3	6,5	6,5
177	Níger	5,3	13,1	19,3	3,2	3,3	10,6	22,2	29,7	49,0	47,9	1,6	2,0	8,1	7,9
Países em desenvolvimento		2 967,1 T	5 022,4 T	5 885,6 T	1,9	1,3	26,4	42,0	48,6	31,6	28,0	4,3	6,5	5,5	2,9
Países menos desenvolvidos		355,2 T	723,2 T	950,1 T	2,5	2,3	14,8	26,7	33,5	42,2	39,5	2,6	3,5	6,6	5,0
Países menos desenvolvidos		144,6 T	303,9 T	386,0 T	2,7	2,0	41,7	54,7	59,1	36,3	32,5	3,1	4,4	6,7	3,7
Ásia Oriental e Pacífico		1 310,4 T	1 928,1 T	2 108,9 T	1,4	0,7	20,4	41,0	51,0	24,9	20,7	5,4	8,7	5,0	1,9
América Latina e Caraíbas		318,4 T	540,7 T	628,3 T	1,9	1,3	61,1	76,7	80,9	30,8	26,5	4,9	7,5	5,1	2,5
Ásia do Sul		838,7 T	1 503,4 T	1 801,4 T	2,1	1,5	21,3	29,8	34,2	34,1	29,3	3,8	5,7	5,6	3,2
África Subsariana		313,1 T	674,2 T	877,4 T	2,7	2,2	21,0	35,6	42,4	44,0	42,0	2,5	3,3	6,8	5,5
Europa Central, do Leste e CEI		366,6 T	406,3 T	396,8 T	0,4	-0,2	56,8	62,9	63,8	19,1	17,3	10,6	12,9	2,5	1,5
OCDE		925,7 T	1 157,3 T	1 233,6 T	0,8	0,5	67,2	75,9	78,9	19,8	17,8	11,6	16,1	2,6	1,8
OCDE de rendimento elevado		765,9 T	917,4 T	968,5 T	0,6	0,5	69,9	77,5	80,4	17,9	16,4	13,0	18,0	2,2	1,6
Desenvolvimento humano elevado		972,2 T	1 211,5 T	1 289,2 T	0,8	0,5	68,7	77,2	80,1	19,6	17,6	11,7	16,2	2,5	1,7
Desenvolvimento humano médio		2 678,2 T	4 205,8 T	4 753,6 T	1,6	1,0	27,9	42,2	48,6	29,2	25,3	4,9	7,2	5,0	2,5
Desenvolvimento humano baixo		359,5 T	788,7 T	1 038,5 T	2,8	2,3	18,2	34,0	41,7	44,9	42,6	2,4	3,1	7,0	5,8
Rendimento elevado		781,8 T	948,3 T	1 005,6 T	0,7	0,5	70,1	78,0	80,8	18,0	16,5	12,8	17,7	2,2	1,7
Rendimento médio		1 849,6 T	2 748,6 T	3 028,6 T	1,4	0,8	34,8	52,9	60,7	25,9	22,3	5,8	8,6	4,5	2,1
Rendimento baixo		1 44,9 T	2 614,5 T	3 182,5 T	2,1	1,6	20,7	30,2	35,7	37,2	33,3	3,4	4,9	6,0	3,9
Mundo		4 073,7 T ^e	6 313,8 T ^e	7 219,4 T ^e	1,6	1,1	37,2	48,3	53,5	28,9	25,9	6,0	8,4	4,5	2,6

NOTAS

- a Como os dados são baseados em definições nacionais do que são cidades e áreas metropolitanas, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.
- b Os dados referem-se a projecções de variações médias.
- c Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.
- d As estimativas da população incluem Taiwan, província da China.
- e Os dados referem-se à população mundial total, de acordo com UN 2005h. A população total dos 177 países incluídos nos principais quadros de indicadores foi estimada em 4.068,1 milhões em 1975, 6.305,6 milhões em 2003 e foi projectada em 7.210,3 em 2015.

FONTES

- Colunas 1-3, 13 e 14: UN 2005h.
- Colunas 4 e 5: calculado com base nas colunas 1 e 2.
- Colunas 6-8: UN 2004.
- Colunas 9 e 10: calculado com base nos dados da população com menos de 15 anos e da população total, de UN 2005h.
- Colunas 11 e 12: calculado com base nos dados da população com idade igual ou superior a 65 anos e da população total, de UN 2005h.

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Crianças com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1994–2003 ^b	Taxa de prevalência de contra-ceptivos ^a (%) 1995–2003 ^b	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995–2003 ^b	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990–2004 ^b	
	Pública (% do PIB)	Privada (% do PIB)	Per capita (Dól. PPC)	Contra a tuberculose (%)	Contra o sarampo (%)					
	2002	2002	2002	2003	2003					
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	8,0	1,6	3.409	„	84	„	74	100 ^c	356
2	Islândia	8,3	1,6	2.802	„	93	„	„	„	347
3	Austrália	6,5	3,0	2.699	„	93	„	76	100	249
4	Luxemburgo	5,3	0,9	3.066	„	91	„	„	100 ^c	255
5	Canadá	6,7	2,9	2.931	„	95	„	75	98	209
6	Suécia	7,8	1,4	2.512	16 ^d	94	„	78	100 ^c	305
7	Suíça	6,5	4,7	3.446	„	82	„	82	„	352
8	Irlanda	5,5	1,8	2.367	90	78	„	„	100	237
9	Bélgica	6,5	2,6	2.515	„	75	„	78	100 ^c	418
10	Estados Unidos	6,6	8,0	5.274	„	93	„	76	99	549
11	Japão	6,5	1,4	2.133	„	99	„	56	100	201
12	Holanda	5,8	3,0	2.564	„	96	„	79	100	329
13	Finlândia	5,5	1,8	1.943	98	97	„	77	100 ^c	311
14	Dinamarca	7,3	1,5	2.583	„	96	„	78	100 ^c	366
15	Reino Unido	6,4	1,3	2.160	„	80	„	84 ^e	99	166
16	França	7,4	2,3	2.736	85	86	„	75	99 ^c	329
17	Áustria	5,4	2,3	2.220	„	79	„	51	100 ^c	324
18	Itália	6,4	2,1	2.166	„	83	„	60	„	606
19	Nova Zelândia	6,6	1,9	1.857	„	85	„	75	100	223
20	Alemanha	8,6	2,3	2.817	„	92	„	75	100 ^c	362
21	Espanha	5,4	2,2	1.640	„	97	„	81	„	320
22	Hong Kong, China (SAR)	„	„	„	„	„	„	86	„	„
23	Israel	6,0	3,1	1.890	„	95	„	68	99 ^c	391
24	Grécia	5,0	4,5	1.814	88	88	„	„	„	440
25	Singapura	1,3	3,0	1.105	97	88	„	62	100	140
26	Eslovénia	6,2	2,1	1.547	98	94	„	74	100 ^c	219
27	Portugal	6,6	2,7	1.702	81	96	„	66	100	324
28	Coreia do Sul	2,6	2,4	982	87	96	„	81	100	181
29	Chipre	2,9	4,1	883	„	86	„	„	100 ^c	298
30	Barbados	4,7	2,2	1.018	„	90	„	55	91	121
31	República Checa	6,4	0,6	1.118	98	99	„	72	99	343
32	Malta	7,0	2,7	965	„	90	„	„	98 ^c	293
33	Brunei	2,7	0,8	653	99	99	„	„	99	101
34	Argentina	4,5	4,4	956	99	97	„	„	99	301
35	Hungria	5,5	2,3	1.078	99	99	„	77	„	316
36	Polónia	4,4	1,7	657	94	97	„	49	99 ^c	220
37	Chile	2,6	3,2	642	94	99	„	„	100	109
38	Estónia	3,9	1,2	604	99	95	„	70	„	316
39	Lituânia	4,3	1,6	549	99	98	„	47	„	403
40	Catar	2,4	0,7	894	99	93	„	43	98	221
41	Emirados Árabes Unidos	2,3	0,8	750	98	94	„	28	96	202
42	Eslováquia	5,3	0,6	723	98	99	„	74	„	325
43	Barém	3,2	1,2	792	„	100	„	62	98	160
44	Kuwait	2,9	0,9	552	„	97	„	50	98	153
45	Croácia	5,9	1,4	630	98	95	„	„	100	237
46	Uruguai	2,9	7,1	805	99	95	„	„	100	365
47	Costa Rica	6,1	3,2	743	87	89	„	80	98	173
48	Letónia	3,3	1,8	477	99	99	„	48	100	291
49	São Cristóvão e Nevis	3,4	2,1	667	99	98	„	41	99	118
50	Baamas	3,4	3,5	1.074	„	90	„	62	99 ^c	106
51	Seychelles	3,9	1,3	557	99	99	„	„	„	132
52	Cuba	6,5	1,0	236	99	99	„	73	100	591
53	México	2,7	3,4	550	99	96	„	68	86	171

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Crianças com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1994–2003 ^b	Taxa de prevalência de contraceptivos ^a (%) 1995–2003 ^b	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995–2003 ^b	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990–2004 ^b
	Pública (% do PIB)	Privada (% do PIB)	Per capita (Dól. PPC)	Contra a tuberculose (%) 2003	Contra o sarampo (%) 2003				
	2002	2002	2002	2003	2003	1994–2003 ^b	1995–2003 ^b	1995–2003 ^b	1990–2004 ^b
54 Tonga	5,1	1,8	292	99	99	„	„	92	34
55 Bulgária	4,0	3,4	499	98	96	„	42	„	338
56 Panamá	6,4	2,5	576	87	83	„	58	90	168
57 Trindade e Tobago	1,4	2,3	428	„	88	31	38	96	79
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
58 Líbia	1,6	1,7	222	99	91	„	45	94	129
59 Macedónia	„	„	„	„	96	„	„	„	„
60 Antígua e Barbuda	3,3	1,5	527	„	99	„	53	100	17
61 Malásia	2,0	1,8	349	99	92	„	55	97	70
62 Federação Russa	3,5	2,7	535	97	96	„	73	99	417
63 Brasil	3,6	4,3	611	99	99	28	77	88	206
64 Roménia	4,2	2,1	469	99	97	„	64	98	189
65 Maurícias	2,2	0,7	317	92	94	„	75	99	85
66 Granada	4,0	1,7	465	„	99	„	54	99	50
67 Bielorrússia	4,7	1,7	583	99	99	„	50	100	450
68 Bósnia e Herzegovina	4,6	4,6	322	94	84	23	48	100	134
69 Colômbia	6,7	1,4	536	96	92	44	77	86	135
70 Dominica	4,6	1,8	310	99	99	42	50	100	49
71 Omã	2,8	0,6	379	98	98	„	24	95	126
72 Albânia	2,4	3,7	302	95	93	51	75	94	139
73 Tailândia	3,1	1,3	321	99	94	„	72	99	30
74 Samoa (Ocidental)	4,7	1,5	238	73	99	„	„	100	70
75 Venezuela	2,3	2,6	272	91	82	51	49	94	194
76 Santa Lúcia	3,4	1,6	306	95	90	„	47	100	518
77 Arábia Saudita	3,3	1,0	534	94	96	„	32	91	140
78 Ucrânia	3,3	1,4	210	98	99	„	68	100	297
79 Peru	2,2	2,2	226	94	95	46	69	59	117
80 Cazaquistão	1,9	1,6	261	99	99	22	66	99	330
81 Líbano	3,5	8,0	697	„	96	„	61	89	325
82 Equador	1,7	3,1	197	99	99	„	66	69	148
83 Arménia	1,3	4,5	232	92	94	48	61	97	353
84 Filipinas	1,1	1,8	153	91	80	37	49	60	116
85 China	2,0	3,8	261	93	84	„	84	97	164
86 Suriname	3,6	5,0	385	„	71	43	42	85	45
87 São Vicente e Grenadinas	3,9	2,0	340	87	94	„	58	100	88
88 Paraguai	3,2	5,2	343	70	91	„	73	71	117
89 Tunísia	2,9	2,9	415	93	90	„	63	90	70
90 Jordânia	4,3	5,0	418	67	96	„	56	100	205
91 Belize	2,5	2,7	300	99	96	„	47	83	105
92 Fidji	2,7	1,5	240	99	91	„	41	100	34
93 Sri Lanka	1,8	1,9	131	99	99	„	70	97	43
94 Turquia	4,3	2,2	420	89	75	19	64	81	124
95 República Dominicana	2,2	3,9	295	90	79	53	70	99	188
96 Maldivas	5,1	0,7	307	98	96	„	42	70	78
97 Turquemenistão	3,0	1,3	182	99	97	„	62	97	317
98 Jamaica	3,4	2,6	234	88	78	21	66	95	85
99 Irão	2,9	3,1	432	99	99	„	73	90	105
100 Geórgia	1,0	2,8	123	87	73	„	41	96	391
101 Azerbaijão	0,8	2,9	120	99	98	40	55	84	354
102 Territórios Ocupados da Palestina	„	„	„	99	„	„	„	97	84
103 Argélia	3,2	1,1	182	98	84	„	64	92	85
104 El Salvador	3,6	4,4	372	90	99	„	67	69	124
105 Cabo Verde	3,8	1,2	193	78	68	„	53	89	17
106 Síria	2,3	2,8	109	99	98	„	40	76 ^c	140

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Crianças com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1994–2003 ^b	Taxa de prevalência de contraceptivos ^a (%) 1995–2003 ^b	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995–2003 ^b	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990–2004 ^b	
	Pública (% do PIB)	Privada (% do PIB)	Per capita (Dól. PPC) 2002	Contra a tuberculose (%) 2003	Contra o sarampo (%) 2003					
	2002	2002	2002	2003	2003					
107	Guiana	4,3	1,3	227	95	89	40	37	86	48
108	Vietname	1,5	3,7	148	98	93	24	79	85	53
109	Quirguistão	2,2	2,1	117	99	99	16	60	98	268
110	Indonésia	1,2	2,0	110	82	72	61	60	68	16
111	Usbequistão	2,5	3,0	143	98	99	33	68	96	289
112	Nicarágua	3,9	4,0	206	94	93	49	69	67	164
113	Bolívia	4,2	2,8	179	94	64	59	53	65	73
114	Mongólia	4,6	2,0	128	98	98	66	67	99	267
115	Moldávia	4,1	2,9	151	98	96	52	62	99	269
116	Honduras	3,2	3,0	156	91	95	„	62	56	83
117	Guatemala	2,3	2,5	199	97	75	22	43	41	90
118	Vanuatu	2,8	1,0	121	63	48	„	„	89	11
119	Egipto	1,8	3,1	192	98	98	29	60	69	212
120	África do Sul	3,5	5,2	689	97	83	37	56	84	69
121	Guiné Equatorial	1,3	0,5	139	73	51	36	„	65	25
122	Tajiquistão	0,9	2,4	47	99	89	29	34	71	218
123	Gabão	1,8	2,5	248	89	55	44	33	86	29
124	Marrocos	1,5	3,1	186	92	90	„	50	40	48
125	Namíbia	4,7	2,0	331	92	70	39	29	78	30
126	São Tomé e Príncipe	9,7	1,4	108	99	87	44	29	79	47
127	Índia	1,3	4,8	96	81	67	22	48 ^f	43	51
128	Ilhas Salomão	4,5	0,3	83	76	78	„	„	85	13
129	Myanmar	0,4	1,8	30	79	75	48	37	56	30
130	Cambodja	2,1	9,9	192	76	65	„	24	32	16
131	Botswana	3,7	2,3	387	99	90	7	40	94	29
132	Comoros	1,7	1,2	27	75	63	31	26	62	7
133	Laos	1,5	1,4	49	65	42	37	32	19	59
134	Butão	4,1	0,4	76	93	88	„	19	24	5
135	Paquistão	1,1	2,1	62	82	61	33 ^c	28	23	66
136	Nepal	1,4	3,8	64	91	75	43	39	11	5
137	Papua-Nova Guiné	3,8	0,5	136	60	49	„	26	53	5
138	Gana	2,3	3,3	73	92	80	24	25	44	9
139	Bangladeche	0,8	2,3	54	95	77	35	58	14	23
140	Timor-Leste	6,2	3,5	195	80	60	„	10	24	„
141	Sudão	1,0	3,9	58	53	57	38	10	86 ^c	16
142	Congo	1,5	0,7	25	60	50	„	„	„	25
143	Togo	1,1	9,4	163	84	58	25	26	49	6
144	Uganda	2,1	5,3	77	96	82	29	23	39	5
145	Zimbabué	4,4	4,1	152	92	80	80	54	73	6
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
146	Madagáscar	1,2	0,9	18	72	55	47	27	46	9
147	Suazilândia	3,6	2,4	309	97	94	24	28	70	18
148	Camarões	1,2	3,4	68	82	61	33	19	60	7
149	Lesoto	5,3	0,9	119	83	70	29	30	60	5
150	Djibouti	3,3	3,0	78	63	66	„	„	61	13
151	Iémen	1,0	2,7	58	67	66	23 ^c	21	22	22
152	Mauritânia	2,9	1,0	54	84	71	„	8	57	14
153	Haiti	3,0	4,6	83	71	53	41	27	24	25
154	Quênia	2,2	2,7	70	87	72	15	39	41	13
155	Gâmbia	3,3	4,0	83	99	90	38	10	55	4
156	Guiné	0,9	4,9	105	78	52	29	6	35	9
157	Senegal	2,3	2,8	62	77	60	33	11	58	8
158	Nigéria	1,2	3,5	43	48	35	28	13	35	27
159	Ruanda	3,1	2,4	48	88	90	16	13	31	2

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Crianças com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1994–2003 ^b	Taxa de prevalência de contraceptivos ^a (%) 1995–2003 ^b	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995–2003 ^b	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990–2004 ^b
	Pública (% do PIB)	Privada (% do PIB)	Per capita (Dól. PPC) 2002	Contra a tuberculose (%) 2003	Contra o sarampo (%) 2003				
	2002	2002	2002	2003	2003	1994–2003 ^b	1995–2003 ^b	1995–2003 ^b	1990–2004 ^b
160 Angola	2,1	2,9	92	62	62	32	6	45	8
161 Eritreia	3,2	1,9	36	91	84	„	8	28	3
162 Benim	2,1	2,6	44	99	83	42	19	66	6
163 Costa do Marfim	1,4	4,8	107	66	56	34	15	63	9
164 Tanzânia	2,7	2,2	31	91	97	38	25	36	2
165 Malawi	4,0	5,8	48	91	77	51	31	61	1
166 Zâmbia	3,1	2,7	51	94	84	24	34	43	7
167 Congo	1,2	2,9	15	68	54	17	31	61	7
168 Moçambique	4,1	1,7	50	87	77	33	6	48	2
169 Burundi	0,6	2,4	16	84	75	16	16	25	5
170 Etiópia	2,6	3,1	21	76	52	38	8	6	3
171 República Centro-Africana	1,6	2,3	50	70	35	47	28	44	4
172 Guiné-Bissau	3,0	3,3	38	84	61	23	8	35	17
173 Chade	2,7	3,8	47	72	61	50	8	16	3
174 Mali	2,3	2,2	33	63	68	45	8	41	4
175 Burkina Faso	2,0	2,3	38	83	76	„	14	31	4
176 Serra Leoa	1,7	1,2	27	87	73	39	4	42	7
177 Níger	2,0	2,0	27	64	64	43	14	16	3
Países em desenvolvimento	„	„	„	85	75	„	„	59	„
Países menos desenvolvidos	„	„	„	79	67	„	„	34	„
Países menos desenvolvidos	„	„	„	86	84	„	„	70	„
Ásia Oriental e Pacífico	„	„	„	91	82	„	„	86	„
América Latina e Caraíbas	„	„	„	96	93	„	„	82	„
Ásia do Sul	„	„	„	83	68	„	„	38	„
África Subsariana	„	„	„	75	62	„	„	41	„
Europa Central, do Leste e CEI	„	„	„	97	97	„	„	97	„
OCDE	„	„	„	„	91	„	„	95	„
OCDE de rendimento elevado	„	„	„	„	92	„	„	99	„
Desenvolvimento humano elevado	„	„	„	„	93	„	„	97	„
Desenvolvimento humano médio	„	„	„	89	79	„	„	68	„
Desenvolvimento humano baixo	„	„	„	75	61	„	„	35	„
Rendimento elevado	„	„	„	„	92	„	„	99	„
Rendimento médio	„	„	„	95	89	„	„	88	„
Rendimento baixo	„	„	„	79	66	„	„	42	„
Mundo	„	„	„	85 ^g	77 ^g	„	„	62 ^g	„

NOTAS

- a** Os dados referem-se normalmente a mulheres casadas com 15-49 anos; o conjunto real de idades coberto pode variar entre países.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- c** Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.
- d** Apenas crianças de risco elevado.
- e** Exclui a Irlanda do Norte.
- f** Exclui o estado de Tripura.
- g** Os dados referem-se aos agregados mundiais, de UNICEF 2004.

FONTES

- Colunas 1–3:** WHO 2005a.
- Colunas 4 e 6:** UNICEF 2004.
- Colunas 5 e 8:** UN 2005f, baseado num trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para as Crianças e da Organização Mundial da Saúde.
- Coluna 7:** UN 2005e.
- Coluna 9:** WHO 2005b.

Água, saneamento e estado da nutrição

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% do total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com insu- ficiência de peso (%)	
	1990	2002	1990	2002	1990/92 ^a	2000/02 ^a	1995–2003 ^b	1995–2003 ^b	1998–2003 ^b	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	100	100	5
2	Islândia	100	100	4
3	Austrália	100	100	100	100	7
4	Luxemburgo	100	100	8
5	Canadá	100	100	100	100	6
6	Suécia	100	100	100	100	4
7	Suíça	100	100	100	100	6
8	Irlanda	6
9	Bélgica	8 ^c
10	Estados Unidos	100	100	100	100	1 ^d	2 ^c	8
11	Japão	100	100	100	100	8
12	Holanda	100	100	100	100
13	Finlândia	100	100	100	100	4
14	Dinamarca	100	100	5
15	Reino Unido	8
16	França	7
17	Áustria	100	100	100	100	7
18	Itália	6
19	Nova Zelândia	97	6
20	Alemanha	100	100	7
21	Espanha	6 ^c
22	Hong Kong, China (RAE)
23	Israel	100	100	8
24	Grécia	8
25	Singapura	14 ^d	11 ^c	8
26	Eslovênia	3	6
27	Portugal	8
28	Coreia do Sul	92	2	2	4
29	Chipre	100	100	100	100
30	Barbados	100	99	100	100	6 ^d	7 ^c	10 ^c
31	República Checa	2	1 ^d	2 ^c	7
32	Malta	100	100	6
33	Brunei	10
34	Argentina	82	..	94	..	2	2	5	12	7
35	Hungria	..	95	99	99	..	1	2 ^d	3 ^c	9
36	Polónia	1	6
37	Chile	85	92	90	95	8	4	1	2	5
38	Estónia	5	4
39	Lituânia	1	4
40	Catar	100	100	100	100	6	8	10
41	Emiratos Árabes Unidos	100	100	4	2	14	17	15 ^c
42	Eslováquia	100	100	100	100	..	5	7
43	Barém	9	10	8
44	Kuwait	23	5	10	24	7
45	Croácia	7	1	1	6
46	Uruguai	..	94	..	98	6	4	5	8	8
47	Costa Rica	..	92	..	97	6	4	5	6	7
48	Letónia	4	5
49	São Cristóvão e Nevis	96	96	99	99	9
50	Baamas	100	100	..	97	7
51	Seychelles	87	6 ^d	5 ^c	..
52	Cuba	98	98	..	91	8	3	4	5	6
53	México	66	77	80	91	5	5	8	18	9

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% do total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com insu- ficiência de peso (%)
	1990	2002	1990	2002	1990/92 ^a	2000/02 ^a	1995–2003 ^b	1995–2003 ^b	1998–2003 ^b
54 Tonga	97	97	100	100	0
55 Bulgária	100	100	100	100	..	11	10
56 Panamá	..	72	..	91	21	26	7	14	10 ^c
57 Trindade e Tobago	100	100	92	91	13	12	7 ^d	5 ^c	23
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
58 Líbia	97	97	71	72	1	1	5	15	7 ^c
59 Macedónia	11	6	7	5
60 Antígua e Barbuda	..	95	..	91	10 ^d	7 ^c	8
61 Malásia	96	95	3	2	12	..	10
62 Federação Russa	87	87	94	96	..	4	3	13	6
63 Brasil	70	75	83	89	12	9	6	11	10 ^c
64 Roménia	..	51	..	57	..	1	6 ^d	8 ^c	9
65 Maurícias	99	99	100	100	6	6	15	10	13
66 Granada	97	97	..	95	9
67 Bielorrússia	100	100	..	2	5
68 Bósnia e Herzegovina	..	93	98	98	..	8	4	10	4
69 Colômbia	82	86	92	92	17	13	7	14	9
70 Dominica	..	83	..	97	5 ^d	6 ^c	10
71 Omã	83	89	77	79	24	23	8
72 Albânia	..	89	97	97	..	6	14	32	3
73 Tailândia	80	99	81	85	28	20	19 ^d	16 ^c	9
74 Samoa (Ocidental)	98	100	91	88	4 ^c
75 Venezuela	..	68	..	83	11	17	4	13 ^c	7
76 Santa Lúcia	..	89	98	98	14 ^d	11 ^c	8
77 Arábia Saudita	90	..	4	3	14	20	11 ^c
78 Ucrânia	99	99	..	98	..	3	3	15	5
79 Peru	52	62	74	81	42	13	7	25	11 ^c
80 Cazaquistão	72	72	86	86	..	13	4	10	8
81 Líbano	..	98	100	100	3	3	3	12	6
82 Equador	56	72	69	86	8	4	12	26	16
83 Arménia	..	84	..	92	..	34	3	13	7
84 Filipinas	54	73	87	85	26	22	31	31	20
85 China	23	44	70	77	16	11	10	14	6
86 Suriname	..	93	..	92	13	11	13	10	13
87 São Vicente e Grenadinas	10
88 Paraguai	58	78	62	83	18	14	5	..	9 ^c
89 Tunísia	75	80	77	82	1	1	4	12	7
90 Jordânia	..	93	98	91	4	7	4	9	10 ^c
91 Belize	..	47	..	91	6 ^d	..	6
92 Fiji	98	98	8 ^d	3 ^c	10
93 Sri Lanka	70	91	68	78	28	22	29	14	22
94 Turquia	84	83	81	93	2	3	8	16	16
95 República Dominicana	48	57	86	93	27	25	5	9	11
96 Maldivas	..	58	99	84	30	25	22
97 Turquemenistão	..	62	..	71	..	9	12	22	6
98 Jamaica	75	80	92	93	14	10	4	5	9
99 Irão	83	84	91	93	4	4	11	15	7 ^c
100 Geórgia	..	83	..	76	..	27	3	12	6
101 Azerbaijão	..	55	66	77	..	15	7	13	11
102 Territórios Ocupados da Palestina	..	76	..	94	4	9	9
103 Argélia	88	92	95	87	5	5	6	18	7
104 El Salvador	51	63	67	82	12	11	10	19	13
105 Cabo Verde	..	42	..	80	14 ^d	16 ^c	13
106 Síria	76	77	79	79	5	4	7	18	6

Água, saneamento e estado da nutrição

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% do total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com insu- ficiência de peso (%)	
	1990	2002	1990	2002	1990/92 ^a	2000/02 ^a	1995–2003 ^b	1995–2003 ^b	1998–2003 ^b	
107	Guiana	..	70	..	83	21	9	14	11	12
108	Vietname	22	41	72	73	31	19	33	36	9
109	Quirguistão	..	60	..	76	..	6	11	25	7 ^c
110	Indonésia	46	52	71	78	9	6	26	..	9
111	Usbequistão	58	57	89	89	..	26	8	21	7
112	Nicarágua	47	66	69	81	30	27	10	20	12
113	Bolívia	33	45	72	85	28	21	8	27	9
114	Mongólia	..	59	62	62	34	28	13	25	8
115	Moldávia	..	68	..	92	..	11	3	10	5
116	Honduras	49	68	83	90	23	22	17	29	14
117	Guatemala	50	61	77	95	16	24	23	49	13
118	Vanuatu	60	60	20 ^d	19 ^c	6
119	Egipto	54	68	94	98	4	3	9	16	12
120	África do Sul	63	67	83	87	12	25	15
121	Guiné Equatorial	..	53	..	44	19	39	13
122	Tajiquistão	..	53	..	58	..	61	..	36	15
123	Gabão	..	36	..	87	10	6	12	21	14
124	Marrocos	57	61	75	80	6	7	9	24	11 ^c
125	Namíbia	24	30	58	80	35	22	24	24	14
126	São Tomé e Príncipe	..	24	..	79	13	29	..
127	Índia	12	30	68	86	25	21	47	46	30
128	Ilhas Salomão	..	31	..	70	21 ^d	27 ^c	13 ^c
129	Myanmar	21	73	48	80	10	6	35	34	15
130	Camboja	..	16	..	34	43	33	45	45	11
131	Botswana	38	41	93	95	23	32	13	23	10
132	Comoros	23	23	89	94	25	42	25
133	Laos	..	24	..	43	29	22	40	41	14
134	Butão	..	70	..	62	19	40	15
135	Paquistão	38	54	83	90	24	20	38	37	19 ^c
136	Nepal	12	27	69	84	20	17	48	51	21
137	Papua-Nova Guiné	45	45	39	39	35 ^d	..	11 ^c
138	Gana	43	58	54	79	37	13	25	26	11
139	Bangladeche	23	48	71	75	35	30	48	45	30
140	Timor-Leste	..	33	..	52	43	47	10
141	Sudão	33	34	64	69	32	27	17	..	31
142	Congo	..	9	..	46	54	37	14	19	..
143	Togo	37	34	49	51	33	26	25	22	15
144	Uganda	43	41	44	56	24	19	23	39	12
145	Zimbabué	49	57	77	83	45	44	13	27	11
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
146	Madagáscar	12	33	40	45	35	37	33	49	14
147	Suazilândia	..	52	..	52	14	19	10	30	9
148	Camarões	21	48	50	63	33	25	21	35	11
149	Lesoto	37	37	..	76	17	12	18	46	14
150	Djibouti	48	50	78	80	18	26	..
151	Iémen	21	30	69	69	34	36	46	53	32 ^c
152	Mauritânia	28	42	41	56	15	10	32	35	..
153	Haiti	15	34	53	71	65	47	17	23	21
154	Quênia	42	48	45	62	44	33	20	31	11
155	Gâmbia	..	53	..	82	22	27	17	19	17
156	Guiné	17	13	42	51	39	26	23	26	12
157	Senegal	35	52	66	72	23	24	23	25	18
158	Nigéria	39	38	49	60	13	9	29	38 ^c	14
159	Ruanda	37	41	58	73	44	37	27	41	9

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% do total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com insu- ficiência de peso (%)
	1990	2002	1990	2002	1990/92 ^a	2000/02 ^a	1995–2003 ^b	1995–2003 ^b	1998–2003 ^b
160 Angola	30	30	32	50	58	40	31	45	12
161 Eritreia	8	9	40	57	..	73	40	38	21 ^c
162 Benim	11	32	60	68	20	15	23	31	16
163 Costa do Marfim	31	40	69	84	18	14	21	25	17
164 Tanzânia	47	46	38	73	37	44	29	44	13
165 Malawi	36	46	41	67	50	33	22	45	16
166 Zâmbia	41	45	50	55	48	49	28	47	12
167 Congo	18	29	43	46	32	71	31	38	12
168 Moçambique	..	27	..	42	66	47	24	41	14 ^c
169 Burundi	44	36	69	79	48	68	45	57	16
170 Etiópia	4	6	25	22	..	46	47	52	15
171 República Centro-Africana	23	27	48	75	50	43	24	39	14
172 Guiné-Bissau	..	34	..	59	25	30	22
173 Chade	6	8	20	34	58	34	28	29	17 ^c
174 Mali	36	45	34	48	29	29	33	38	23
175 Burkina Faso	13	12	39	51	21	19	34	37	19
176 Serra Leoa	..	39	..	57	46	50	27	34	..
177 Níger	7	12	40	46	41	34	40	40	17
Países em desenvolvimento	33	48	70	79	19	16
Países menos desenvolvidos	23	35	51	61	34	33
Países Árabes	61	66	83	84	10	9
Ásia Oriental e Pacífico	30	49	71	78
América Latina e Caraíbas	68	75	81	89	13	10
Ásia do Sul	20	37	71	86	25	21
África Subsariana	32	36	48	58	32	30
Europa Central, do Leste e CEI	..	82
OCDE	96	98
OCDE de rendimento elevado	100
Desenvolvimento humano elevado
Desenvolvimento humano médio	36	51	74	83	19	15
Desenvolvimento humano baixo	27	32	44	55	32	32
Rendimento elevado
Rendimento médio	48	61	77	83
Rendimento baixo	20	35	64	77	27	24
Mundo	43	58 ^e	75	83 ^e

NOTAS

- a** Os dados referem-se à média para os anos indicados.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- c** Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.
- d** Os dados são de UNICEF 2004. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.
- e** Os dados referem-se aos agregados mundiais de UNICEF 2004.

FONTES

Colunas 1, 4 e 7: UN 2005f, baseado num trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).
Colunas 5 e 6: UN 2005f, baseado em estimativas de FAO 2005.
Colunas 8 e 9: UNICEF 2004, baseado num trabalho conjunto da UNICEF e da OMS.

Desigualdades na saúde materna e infantil

Ordem do IDH	Ano do inquérito	Partos assistidos por técnicos de saúde (%)		Crianças de um ano vacinadas ^a (%)		Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)		Taxa de mortalidade infantil ^b (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de 5 anos ^b (por 1.000 nados-vivos)		
		20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
63	Brasil	1996	71,6	98,6	56,6	73,8	16,8	2,0	83,2	28,6	98,9	33,3
69	Colômbia	1995	60,6	98,1	57,7	77,3	16,7	4,5	40,8	16,2	52,1	23,6
72	Albânia	2000	93,3	100,0	66,2	68,0	15,7	7,9	52,3	27,3	60,9	29,6
79	Peru	2000	13,0	87,5	57,9	81,1	29,4	4,2	63,5	13,9	92,6	17,6
80	Cazaquistão	1999	99,2	98,5	68,7	62,3 ^c	13,2	3,7	67,6	42,3	81,9	44,8
84	Filipinas	1998	21,2	91,9	59,8	86,5	„	„	48,8	20,9	79,8	29,2
88	Paraguai	1990	41,2	98,1	20,2	53,0	16,7	3,0	42,9	15,7	57,2	20,1
90	Jordânia	1997	91,2	99,3	21,3	17,1	10,5	4,5	35,4	23,4	42,1	25,2
94	Turquia	1998	53,4	98,2	27,7	69,7	14,8	3,2	68,3	29,8	85,0	32,6
95	República Dominicana	1996	88,9	97,8	34,4	46,5	14,2	1,7	66,7	23,4	89,9	26,6
97	Turquemenistão	2000	96,8	98,3	85,0	77,5	16,9	11,4	89,3	58,4	105,5	69,8
108	Vietname	2000	58,1	99,7	44,3	92,3	„	„	39,3	13,8	52,9	15,8
109	Quirguistão	1997	96,0	100,0	69,3	73,1	27,9	11,6	83,3	45,8	96,4	49,3
110	Indonésia	1997	21,3	89,2	42,9	72,1	„	„	78,1	23,3	109,0	29,2
111	Usbequistão	1996	91,7	100,0	80,9	77,5	19,5	16,0	54,4	45,9	70,3	50,4
112	Nicarágua	2001	77,5	99,3	63,6	71,0	22,4	4,1	49,6	16,3	64,3	19,2
113	Bolívia	1998	19,8	97,9	21,8	30,6	25,4	3,9	106,5	25,5	146,5	32,0
117	Guatemala	1998	8,8	91,9	66,3	56,0	30,0	7,2	58,0	39,2	77,6	39,3
119	Egipto	2000	31,4	94,2	91,2	92,0	16,4	7,9	75,6	29,6	97,9	33,7
120	África do Sul	1998	67,8	98,1	51,3	70,2	„	„	61,6	17,0	87,4	21,9
123	Gabão	2000	67,2	97,1	5,5	23,5	20,7	8,8	57,0	35,9	93,1	55,4
124	Marrocos	1992	5,1	77,9	53,7	95,2	23,3	6,6	79,7	35,1	111,6	39,2
125	Namíbia	2000	55,4	97,1	59,5	68,2	18,4	9,1	35,8	22,7	55,4	31,4
127	Índia	1998	16,4	84,4	21,3	63,8	25,0	17,4	96,5	38,1	141,3	45,5
130	Cambodja	2000	14,7	81,2	28,6	67,7	26,9	13,5	109,7	50,3	154,8	63,6
132	Comoros	1996	26,2	84,8	39,8	82,0	23,4	17,8	87,2	64,6	128,9	86,6 ^c
135	Paquistão	1990	4,6	55,2	22,5	54,7	25,2	16,8	88,7	62,5	124,5	73,8
136	Nepal	2001	3,6	45,1	54,2	81,6	32,7	24,6	85,5	53,2	129,9	67,7
138	Gana	1998	17,9	86,1	49,6	79,3	20,3	9,1	72,7	26,0	138,8	52,2
139	Bangladeche	1999	3,5	42,1	50,3	74,9	„	„	92,9	57,9	139,7	72,4
143	Togo	1998	25,1	91,2	22,2	52,0	19,0	10,1	84,1	65,8	167,7	97,0
144	Uganda	2000	19,7	77,3	26,5	42,6	25,1	18,0	105,7	60,2	191,8	106,4
145	Zimbabué	1999	56,7	93,5	63,9	64,1	19,2	13,1	59,1	44,3	99,5	62,2

Ordem do IDH	Ano do inquérito	Partos assistidos por técnicos de saúde (%)		Crianças de um ano vacinadas ^a (%)		Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)		Taxa de mortalidade infantil ^b (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de 5 anos ^b (por 1.000 nados-vivos)		
		20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
146	Madagáscar	1997	29,6	88,5	22,0	66,0	24,7	25,2	119,1	57,5	195,0	101,4
148	Camarões	1991	32,0	94,7	27,4	63,5	18,9	7,9	103,9	51,2	200,7	81,7
151	Iémen	1997	6,8	49,7	7,8	55,7	26,4	22,0	108,5	60,0	163,1	73,0
152	Mauritânia	2000	14,7	92,8	15,6	45,3	18,1	14,7	60,8	62,3	98,1	78,5
153	Haiti	2000	4,1	70,0	25,4	42,3	18,2	5,1	99,5	97,2	163,9	108,7
154	Quênia	1998	23,2	79,6	48,1	59,9	26,7	10,5	95,8	40,2	136,2	60,7
156	Guiné	1999	12,1	81,5	17,2	51,8	18,8	11,6	118,9	70,2	229,9	133,0
157	Senegal	1997	20,3	86,2	„	„	„	„	84,5	44,9	181,0	69,6
158	Nigéria	1990	12,2	70,0	13,9	58,1	22,2	19,2	102,2	68,6	239,6	119,8
159	Ruanda	2000	17,3	59,6	71,3	78,8	27,0	15,7	138,7	87,9	246,4	154,1
161	Eritreia	1995	5,0	74,3	25,0	83,8	22,7	14,6	74,0	67,5	152,2	103,5
162	Benim	1996	34,4	97,5	37,8	73,6	17,0	12,1	119,4	63,3	208,3	110,1
164	Tanzânia	1999	28,9	82,8	53,1	78,4	28,5	16,3	114,8	91,9	160,0	135,2
165	Malawi	2000	43,0	83,0	65,4	81,4	25,8	22,6	131,5	86,4	230,8	149,0
166	Zâmbia	2001	19,7	91,1	63,9	80,0	26,9	19,5	115,2	56,7	191,7	92,4
168	Moçambique	1997	18,1	82,1	19,7	85,3	22,4	14,4	187,7	94,7	277,5	144,6
170	Etiópia	2000	0,9	25,3	7,0	33,5	25,7	23,3	92,8	95,1	159,2	147,1
173	Chade	1996	2,6	47,4	4,0	23,0	23,0	18,4	79,8	89,3	170,6	172,0
174	Mali	2001	8,1	81,9	19,5	56,0	19,7	12,2	137,2	89,9	247,8	148,1
175	Burkina Faso	1998	17,9	75,0	21,4	52,1	20,9	15,0	106,2	76,7	239,2	154,5
177	Niger	1998	4,2	62,8	4,6	50,9	21,2	20,9	131,1	85,8	281,8	183,7

NOTAS

Este quadro apresenta dados para os países em desenvolvimento baseados nos Inquéritos Demográficos e de Saúde realizados desde 1995. Os quintis são definidos pelo estatuto socioeconómico em termos de activos ou riqueza, em vez de rendimento ou consumo. Para pormenores, ver Gwatkin e outros, a publicar.

- a** Inclui vacinação contra tuberculose (BCG), sarampo e difteria, tosse convulsa e tétano (DTT).
- b** Baseado em nascimentos nos 10 anos que precedem o inquérito.
- c** Grande erro de amostragem devido ao pequeno número de casos.

FONTE

Todas as columnas: Gwatkin e outros, a publicar.

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b (% 15-24 anos)		ODM Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas) 2000	ODM Crianças menores de 5 anos		ODM Casos de tuberculose			ODM Prevalência de fumadores ^e (% de adultos)	
		Mulheres 1998- 2003 ^h	Homens 1998- 2003 ^h		Com mosquitos tratados com insecticida (%) 1999-2003 ^h	Com febre e tratadas com anti- maláricos (%) 1999-2003 ^h	Por 100.000 pessoas ^d 2003	Detecta- dos com TODB ^e (%) 2003	Curados com TODB ^f (%) 2003	Prevalência de fumadores ^e (% de adultos)	
										Mulheres 2000-02 ^h	Homens 2000-02 ^h
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1 Noruega	0,1 [0,0-0,2]	5	46	80	32	31
2 Islândia	0,2 [0,1-0,3]	3	28	100	23	25
3 Austrália	0,1 [0,1-0,2]	6	9	78	18	21
4 Luxemburgo	0,2 [0,1-0,4]	10	126
5 Canadá	0,3 [0,2-0,5]	4	76	81	20	24
6 Suécia	0,1 [0,0-0,2]	4	62	73	20	17
7 Suíça	0,4 [0,2-0,6]	7	0	..	24	27
8 Irlanda	0,1 [0,0-0,3]	12	0
9 Bélgica	0,2 [0,1-0,3]	12	57	69	20	28
10 Estados Unidos	0,6 [0,3-1,1]	3	89	70	21	26
11 Japão	<0,1 [<0,2]	42	40	76	12	47
12 Holanda	0,2 [0,1-0,4]	6	50	68	25	32
13 Finlândia	<0,1 [<0,2]	10	0	..	20	27
14 Dinamarca	0,2 [0,1-0,3]	6	75	77	29	32
15 Reino Unido	0,1 [0,1-0,2]	12	26	28
16 França	0,4 [0,2-0,7]	12	0	..	21	33
17 Áustria	0,3 [0,1-0,4]	12
18 Itália	0,5 [0,2-0,8]	6	79	79	22	31
19 Nova Zelândia	<0,1 [<0,2]	11	57	60	25	25
20 Alemanha	0,1 [0,1-0,2]	7	55	69	31	39
21 Espanha	0,7 [0,3-1,1]	27	0	..	25	39
22 Hong Kong, China (RAE)	0,1 [<0,2]	79	58	79	4	25
23 Israel	0,1 [0,1-0,2]	8	55	81	22	39
24 Grécia	0,2 [0,1-0,3]	22	0	..	29	47
25 Singapura	0,2 [0,1-0,5]	42	44	87	4	24
26 Eslovênia	<0,1 [<0,2]	22	70	85	20	28
27 Portugal	0,4 [0,2-0,7]	37	87	82
28 Coreia do Sul	<0,1 [<0,2]	9	118	23	83
29 Chipre	4	91	75
30 Barbados	1,5 [0,4-5,4]	14
31 República Checa	0,1 [<0,2]	12	63	73	22	36
32 Malta	0,2 [0,1-0,3]	6	19	60
33 Brunei	<0,1 [<0,2]	61	138	84
34 Argentina	0,7 [0,3-1,1]	1	55	65	58
35 Hungria	0,1 [0,0-0,2]	33	41	55
36 Polónia	0,1 [0,0-0,2]	34	56	86
37 Chile	0,3 [0,2-0,5]	17	115	86	34	44
38 Estónia	1,1 [0,4-2,1]	53	69	67	20	44
39 Lituânia	0,1 [<0,2]	73	85	72	16	51
40 Catar	72	57	75
41 Emiratos Árabes Unidos	26	32	79
42 Eslováquia	<0,1 [<0,2]	29	34	85
43 Barém	0,2 [0,1-0,3]	52	49	88	3	17
44 Kuwait	31	67	55
45 Croácia	<0,1 [<0,2]	68	0	..	27	34
46 Uruguai	0,3 [0,2-0,5]	33	80	82
47 Costa Rica	0,6 [0,3-1,0]	42	18	117	85	10	29
48 Letónia	0,6 [0,3-1,0]	78	83	76
49 São Cristóvão e Nevis	16	..	0
50 Baamas	3,0 [1,8-4,9]	52	52	59
51 Seychelles	65	40	45
52 Cuba	0,1 [<0,2]	13	93	92
53 México	0,3 [0,1-0,4]	8	45	81	84

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b (% 15-24 anos)		ODM Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas) 2000	ODM Crianças menores de 5 anos		ODM Casos de tuberculose			ODM Prevalência de fumadores ^g (% de adultos)	
		Mulheres 1998-2003 ^h	Homens 1998-2003 ^h		Com mosquiteiros tratados com inseticida (%) 1999-2003 ^h	Com febre e tratadas com anti-maláricos (%) 1999-2003 ^h	Por 100.000 pessoas ^d 2003	Detectados com TODB ^e (%) 2003	Curados com TODB ^f (%) 2003	Mulheres 2000-02 ^h	Homens 2000-02 ^h
54 Tonga	44	80	83
55 Bulgária	<0,1 [<0,2]	47	81	86
56 Panamá	0,9 [0,5-1,5]	36	52	92	73
57 Trindade e Tobago	3,2 [1,2-8,3]	1	13
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
58 Líbia	0,3 [0,1-0,6]	2	21	147	61
59 Macedónia	<0,1 [<0,2]	37	49	79
60 Antígua e Barbuda	10	45	100
61 Malásia	0,4 [0,2-0,7]	57	135	69	76
62 Federação Russa	1,1 [0,6-1,9]	1	157	9	67
63 Brasil	0,7 [0,3-1,1]	344	91	18	75	27	35
64 Roménia	<0,1 [<0,2]	194	38	76
65 Maurícias	1	136	28	92
66 Granada	8
67 Bielorrússia	0,5 [0,2-0,8]	59	44	..	9	53
68 Bósnia e Herzegovina	<0,1 [<0,2]	63	48	95
69 Colômbia	0,7 [0,4-1,2]	29	..	250	1	..	80	7	84
70 Dominica	23
71 Omã	0,1 [0,0-0,2]	27	12	81	92
72 Albânia	33	29	90	18	60
73 Tailândia	1,5 [0,8-2,8]	130	203	72	74	2	39
74 Samoa (Ocidental)	44	51	84
75 Venezuela	0,7 [0,4-1,2]	94	52	80	82
76 Santa Lúcia	22	71	25
77 Arábia Saudita	32	57	38	76	8	19
78 Ucrânia	1,4 [0,7-2,3]	133	10	57
79 Peru	0,5 [0,3-0,9]	19	..	258	231	81	92
80 Cazaquistão	0,2 [0,1-0,3]	32	65	(.)	152	86	78
81 Líbano	0,1 [0,0-0,2]	13	67	91
82 Equador	0,3 [0,1-0,5]	728	209	37	84
83 Arménia	0,1 [0,1-0,2]	..	44	4	89	43	79	3	68
84 Philippines	<0,1 [<0,2]	15	458	68	88	8	51
85 China	0,1 [0,1-0,2]	1	245	43	93
86 Suriname	1,7 [0,5-5,8]	2.954	3	..	102
87 São Vicente e Grenadinas	40	38
88 Paraguai	0,5 [0,2-0,8]	124	105	18	92
89 Tunísia	<0,1 [<0,2]	1	24	91	92
90 Jordânia	3	5	89	89
91 Belize	2,4 [0,8-6,9]	657	56	98	85
92 Fiji	0,1 [0,0-0,2]	38	63	85
93 Sri Lanka	<0,1 [<0,2]	1.110	89	70	81	2	26
94 Turquia	<0,1 [<0,2]	17	40
95 República Dominicana	1,7 [0,9-3,0]	29	52	6	123	65	78
96 Maldivas	39	106	95	15	37
97 Turquemenistão	<0,1 [<0,2]	1	83	49	77
98 Jamaica	1,2 [0,6-2,2]	9	90	49
99 Irão	0,1 [0,0-0,2]	27	36	59	85	2	22
100 Geórgia	0,2 [0,1-0,4]	5	95	52	65
101 Azerbaijão	<0,1 [<0,2]	19	1	1	109	28	84
102 Territórios Ocupados da Palestina	37	4	100
103 Argélia	0,1 [<0,2]	2 ¹	53	113	89
104 El Salvador	0,7 [0,3-1,1]	11	78	53	88	15	42
105 Cabo Verde	328
106 Síria	<0,1 [<0,2]	(.)	52	45	87

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b (% 15-24 anos)		ODM Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas) 2000	ODM Crianças menores de 5 anos		ODM Casos de tuberculose			ODM Prevalência de fumadores ^g (% de adultos)		
		Mulheres 1998-2003 ^h	Homens 1998-2003 ^h		Com mosquitos tratados com inseticida (%) 1999-2003 ^h	Com febre e tratadas com anti-maláricos (%) 1999-2003 ^h	Por 100.000 pessoas ^d 2003	Detectados com TODB ^e (%) 2003	Curados com TODB ^f (%) 2003	Mulheres 2000-02 ^h	Homens 2000-02 ^h	
107	Guiana	2,5 [0,8-7,7]	3.074	6	3	178	31	85
108	Vietname	0,4 [0,2-0,8]	95	16	7	238	86	92
109	Quirguistão	0,1 <0,2]	(.)	140	57	82
110	Indonésia	0,1 [0,0-0,2]	920	0	1	674	33	86	3	69
111	Usbequistão	0,1 [0,0-0,2]	..	50	1	156	20	80
112	Nicarágua	0,2 [0,1-0,3]	17	..	402	..	2	78	91	82
113	Bolívia	0,1 [0,0-0,2]	378	301	71	84
114	Mongólia	<0,1 <0,2]	237	68	87	26	68
115	Moldávia	0,2 [0,1-0,3]	177	39	61
116	Honduras	1,8 [1,0-3,2]	541	102	78	87
117	Guatemala	1,1 [0,6-1,8]	386	1	..	104	44	84
118	Vanuatu	71	70	79
119	Egipto	<0,1 <0,2]	(.)	36	56	88	18	40
120	África do Sul	21,5 [18,5-24,9]	20	..	143	341	118	68	12	44
121	Guiné Equatorial	1	49	351
122	Tajiquistão	<0,1 <0,2]	303	2	69	267	..	79
123	Gabão	8,1 [4,1-15,3]	33	48	2.148 ^j	242	93	47
124	Marrocos	0,1 [0,0-0,2]	(.)	105	83	89	2	35
125	Namíbia	21,3 [18,2-24,7]	48	69	1.502	3	..	477	86	62
126	São Tomé e Príncipe	23	61	256
127	Índia	[0,4-1,3]	51	59	7	287	47	87
128	Ilhas Salomão	15.172	60	107	90
129	Myanmar	1,2 [0,6-2,2]	224	183	73	81	22	43
130	Camboja	2,6 [1,5-4,4]	476	742	60	92
131	Botswana	37,3 [35,5-39,1]	75	88	48.704	342	68	71
132	Comoros	1.930	9	63	103	37	96
133	Laos	0,1 <0,2]	759	327	47	78
134	Butão	285	194	32	86
135	Paquistão	0,1 [0,0-0,2]	58	358	17	77
136	Nepal	0,3 [0,2-0,5]	33	316	60	86	24	40
137	Papua-Nova Guiné	0,6 [0,3-1,0]	1.688	527	15	53
138	Gana	3,1 [1,9-5,0]	33	52	15.344	5	61	369	40	60
139	Bangladeche	<0,2]	40	490	33	84	21	48
140	Timor-Leste	8	47	753	53	81
141	Sudão	2,3 [0,7-7,2]	13.934	0	50	355	34	78
142	Congo	4,9 [2,1-11,0]	5.880	489	57	71
143	Togo	4,1 [2,7-6,4]	22	41	7.701 ^j	2	60	673	17	68
144	Uganda	4,1 [2,8-6,6]	44	62	46	0	..	621	44	60
145	Zimbabué	24,6 [21,7-27,8]	42	69	5.410	500	42	67
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
146	Madagáscar	1,7 [0,8-2,7]	0	61	325	77	74
147	Suazilândia	38,8 [37,2-40,4]	2.835	0	26	683	35	47
148	Camarões	6,9 [4,8-9,8]	16	31	2.900 ^j	1	66	221	86	70
149	Lesoto	28,9 [26,3-31,7]	0 ⁱ	390	70	52
150	Djibouti	715 ^j	988	53	82
151	Iémen	0,1 [0,0-0,2]	15.160 ⁱ	151	43	82
152	Mauritânia	0,6 [0,3-1,1]	11.150 ⁱ	664
153	Haiti	5,6 [2,5-11,9]	19	30	15 ⁱ	..	12	386	46	78
154	Quênia	6,7 [4,7-9,6]	25	47	545	5	27	821	46	79	32	67
155	Gâmbia	1,2 [0,3-4,2]	17.340 ^j	15	55	337	70	74
156	Guiné	3,2 [1,2-8,2]	17	32	75.386	394	51	72
157	Senegal	0,8 [0,4-1,7]	11.925	2	36	429	59	66
158	Nigéria	5,4 [3,6-8,0]	24	46	30	1	34	518	18	79
159	Ruanda	5,1 [3,4-7,6]	23	55	6.510	5	13	628	27	58

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b (% 15-24 anos)		ODM Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas) 2000	ODM Crianças menores de 5 anos		ODM Casos de tuberculose			ODM Prevalência de fumadores ^g (% de adultos)	
		Mulheres 1998-2003 ^h	Homens 1998-2003 ^h		Com mosquitos tratados com insecticida (%) 1999-2003 ^h	Com febre e tratadas com anti-maláricos (%) 1999-2003 ^h	Por 100.000 pessoas ^d 2003	Detectados com TODB ^e (%) 2003	Curados com TODB ^f (%) 2003	Mulheres 2000-02 ^h	Homens 2000-02 ^h
160 Angola	3,9 [1,6-9,4]	8.773	2	63	256	118	74
161 Eritreia	2,7 [0,9-7,3]	3.479	4	4	431	18	82
162 Benim	1,9 [1,1-3,3]	19	34	10.697 ^k	7	60	141	94	80
163 Costa do Marfim	7,0 [4,9-10,0]	25	56	12.152	1	58	618	39	67
164 Tanzânia	8,8 [6,4-11,9]	21	31	1.207 ^j	2	53	476	43	80
165 Malawi	14,2 [11,3-17,7]	32	38	25.948	3	27	469	35	72
166 Zâmbia	16,5 [13,5-20,0]	33	42	34.204	7	52	508	65	83
167 Congo	4,2 [1,7-9,9]	2.960 ⁱ	1	45	537	63	78
168 Moçambique	12,2 [9,4-15,7]	29	33	18.115	557	45	78
169 Burundi	6,0 [4,1-8,8]	48.098	1	31	519	30	79
170 Etiópia	4,4 [2,8-6,7]	17	30	3	507	36	76
171 República Centro-Africana	13,5 [8,3-21,2]	2	69	493	6
172 Guiné-Bissau	2.421 ⁱ	7	58	300	55	48
173 Chade	4,8 [3,1-7,2]	197 ⁱ	1	32	439	11	72
174 Mali	1,9 [0,6-5,9]	14	30	4.008 ⁱ	8	38	582	18	50
175 Burkina Faso	4,2 [2,7-6,5]	41	55	619	7	50	303	18	64
176 Serra Leoa	2	61	794	33	81
177 Níger	1,2 [0,7-2,3]	7	30	1.693 ⁱ	6	48	272	54
Países em desenvolvimento	1,3[1,1-1,4]	289
Países menos desenvolvidos	3,2[2,9-3,8]	452
Países Árabes	0,3[0,2-0,9]	128
Ásia Oriental e Pacífico	0,2[0,2-0,3]	298
América Latina e Caraíbas	0,7[0,6-0,9]	90
Ásia do Sul	0,7[0,3-1,1]	306
África Subsariana	7,3[6,8-8,2]	487
Europa Central, do Leste e CEI	0,7[0,4-1,0]	122
OCDE	0,3[0,2-0,4]	23
OCDE de rendimento elevado	0,4[0,2-0,5]	18
Desenvolvimento humano elevado	0,3[0,2-0,4]	24
Desenvolvimento humano médio	0,8[0,7-1,0]	264
Desenvolvimento humano baixo	5,6[5,1-6,6]	485
Rendimento elevado	0,3[0,2-0,5]	19
Rendimento médio	0,7[0,6-0,7]	215
Rendimento baixo	2,0[1,8-2,4]	362
Mundo	1,1[1,0-1,3]	240

NOTAS

- a** Os dados referem-se a estimativas do ponto e intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA). As estimativas do intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos. Os agregados regionais referem-se a 2004.
- b** Devido às limitações de dados, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. Os dados para alguns países podem respeitar apenas a parte do país, ou diferir da definição padrão.
- c** Os dados referem-se aos casos de malária relatados à Organização Mundial da Saúde (OMS) e podem representar apenas uma fracção do número real de um país.
- d** Os dados referem-se à prevalência de todas as formas de tuberculose.
- e** WHO 2003. Calculado dividindo os novos casos de tuberculose com análise positiva detectados com base no tratamento observado directamente (TOD), detecção de casos de tratamento breve (TODB) e tratamento estratégico, pela incidência anual estimada de novos casos de análise positiva. Os valores podem exceder 100% devido à intensa detecção de casos numa área com uma acumulação de casos crónicos, sobregistro

(contagem dupla, por exemplo), sobrediagnóstico ou subestimação da incidência.

- f** Os dados referem-se à percentagem dos novos casos de análise positiva registados para tratamento sob a detecção de casos TODB e tratamento estratégico em 2001, que foram tratados com sucesso.
- g** O intervalo de idades varia entre países, mas na maior parte é de 18 anos e mais velhos, ou 15 anos e mais velhos.
- h** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- i** Os dados referem-se a 1999.
- j** Os dados referem-se a 1998.
- k** Os dados referem-se a 1997.

FONTES

- Coluna 1:** UNAIDS 2005; agregados calculados pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA) para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
- Colunas 2 e 3:** UN 2005f, baseado em dados de um trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), UNAIDS e Organização Mundial Saúde (OMS).
- Colunas 4-9:** UN 2005f, baseado em dados da UNICEF e da OMS.
- Colunas 10 e 11:** World Bank 2005c, baseado em dados da OMS e do Sistema de Informação Online da National Tobacco.

Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança devida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a (% do coorte)		ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	
	1970-75 ^d	2000-05 ^d	1970	2003	1970	2003	Feminino 2000-05 ^d	Masculino 2000-05 ^d	Declarada ^b 1985-2003 ^e	Ajustada ^c 2000
	DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	74,4	79,3	13	3	15	4	90,6	84,7	6	16
2 Islândia	74,3	80,6	13	3	14	4	91,4	87,4	..	0
3 Austrália	71,7	80,2	17	6	20	6	91,5	85,7	..	8
4 Luxemburgo	70,7	78,4	19	5	26	5	89,9	82,6	0	28
5 Canadá	73,2	79,9	19	5	23	6	90,7	85,0	..	6
6 Suécia	74,7	80,1	11	3	15	3	91,5	86,4	5	2
7 Suíça	73,8	80,5	15	4	18	5	91,9	85,4	5	7
8 Irlanda	71,3	77,7	20	6	27	6	89,7	83,1	6	5
9 Bélgica	71,4	78,8	21	4	29	5	90,4	82,5	..	10
10 Estados Unidos	71,5	77,3	20	7	26	8	86,7	79,1	8	17
11 Japão	73,3	81,9	14	3	21	4	93,3	85,7	8	10
12 Holanda	74,0	78,3	13	5	15	5	89,7	83,5	7	16
13 Finlândia	70,7	78,4	13	4	16	5	91,2	80,9	6	6
14 Dinamarca	73,6	77,1	14	3	19	4	87,0	81,0	10	5
15 Reino Unido	72,0	78,3	18	5	23	6	89,4	83,6	7	13
16 França	72,4	79,4	18	4	24	5	91,2	80,9	10	17
17 Áustria	70,6	78,9	26	4	33	5	91,0	82,4	..	4
18 Itália	72,1	80,0	30	4	33	4	92,2	84,6	7	5
19 Nova Zelândia	71,7	79,0	17	5	20	6	89,1	84,1	15	7
20 Alemanha	71,0	78,7	22	4	26	5	90,5	82,3	8	8
21 Espanha	72,9	79,5	27	4	34	4	92,8	82,1	6	4
22 Hong Kong, China (RAE)	72,0	81,5	93,7	86,4
23 Israel	71,6	79,7	24	5	27	6	91,5	85,5	5	17
24 Grécia	72,3	78,2	38	4	54	5	91,5	82,0	1	9
25 Singapura	69,5	78,6	22	3	27	3	90,7	84,5	6	30
26 Eslovénia	69,8	76,3	25	4	29	4	88,9	76,1	17	17
27 Portugal	68,0	77,2	53	4	62	5	90,2	79,8	8	5
28 Coreia do Sul	62,6	76,9	43	5	54	5	90,2	76,9	20	20
29 Chipre	71,4	78,5	29	4	33	5	91,6	84,3	0	47
30 Barbados	69,4	74,9	40	11	54	13	86,7	74,8	0	95
31 República Checa	70,1	75,5	21	4	24	4	88,2	75,2	3	9
32 Malta	70,7	78,3	25	5	32	6	90,3	85,4	..	21
33 Brunei	68,3	76,3	58	5	78	6	87,9	84,7	0	37
34 Argentina	67,1	74,3	59	17	71	20	84,9	72,1	46	82
35 Hungria	69,3	72,6	36	7	39	8	83,7	64,7	5	16
36 Polónia	70,5	74,3	32	6	36	7	87,0	69,7	4	13
37 Chile	63,4	77,9	78	8	98	9	88,5	79,1	17	31
38 Estónia	70,5	71,2	21	8	26	9	83,9	57,2	46	63
39 Lituânia	71,3	72,2	23	8	28	11	85,2	60,5	13	13
40 Catar	62,1	72,7	45	11	65	15	81,2	74,0	10	7
41 Emiratos Árabes Unidos	62,2	77,9	61	7	83	8	90,2	85,0	3	54
42 Eslováquia	70,0	74,0	25	7	29	8	86,8	69,3	16	3
43 Barém	63,3	74,2	55	12	75	15	84,6	78,9	46	28
44 Kuwait	67,0	76,8	49	8	59	9	87,9	82,7	5	5
45 Croácia	69,6	74,9	34	6	42	7	88,1	73,2	2	8
46 Uruguai	68,7	75,3	48	12	57	14	85,9	73,3	26	27
47 Costa Rica	67,9	78,1	62	8	83	10	88,4	81,2	29	43
48 Letónia	70,1	71,4	21	10	26	12	81,9	60,1	25	42
49 São Cristóvão e Nevis	19	..	22	250	..
50 Baamas	66,5	69,5	38	11	49	14	73,6	61,4	..	60
51 Seychelles	11	..	15
52 Cuba	70,7	77,2	34	6	43	8	86,2	80,0	34	33
53 México	62,4	74,9	79	23	110	28	84,0	75,2	63	83

Ordem do IDH	Esperança devida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a (% do coorte)		ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	
	1970-75 ^d	2000-05 ^d	1970	2003	1970	2003	Feminino 2000-05 ^d	Masculino 2000-05 ^d	Declarada ^b 1985-2003 ^e	Ajustada ^c 2000
	54 Tonga	65,6	72,1	..	15	..	19	78,2	73,4	..
55 Bulgária	71,0	72,1	28	14	32	15	84,5	68,2	15	32
56 Panamá	66,2	74,7	46	18	68	24	85,1	76,3	70	160
57 Trindade e Tobago	65,9	69,9	49	17	57	20	76,1	64,5	45	160
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58 Líbia	52,8	73,4	105	13	160	16	82,5	74,6	77	97
59 Macedónia	67,5	73,7	85	10	120	11	84,6	75,4	11	23
60 Antígua e Barbuda	11	..	12	65	..
61 Malásia	63,0	73,0	46	7	63	7	83,5	73,4	50	41
62 Federação Russa	69,7	65,4	29	16	36	21	76,3	44,7	37	67
63 Brasil	59,5	70,3	95	33	135	35	77,7	62,7	75	260
64 Roménia	69,2	71,3	46	18	57	20	82,9	65,3	34	49
65 Maurícias	62,9	72,1	64	16	86	18	80,9	66,9	21	24
66 Granada	18	..	23	1	..
67 Bielorrússia	71,5	68,1	22	13	27	17	79,3	50,6	18	35
68 Bósnia e Herzegovina	67,5	74,1	60	14	82	17	85,2	74,2	10	31
69 Colômbia	61,6	72,2	69	18	108	21	81,0	71,0	78	130
70 Dominica	12	..	14	67	..
71 Omã	52,1	74,0	126	10	200	12	84,2	78,8	23	87
72 Albânia	67,7	73,7	68	18	82	21	87,6	80,0	20	55
73 Tailândia	61,0	69,7	74	23	102	26	80,3	64,5	36	44
74 Samoa (Ocidental)	56,1	70,0	106	19	160	24	78,4	65,5	..	130
75 Venezuela	65,7	72,8	47	18	61	21	82,8	71,7	60	96
76 Santa Lúcia	65,3	72,3	..	16	..	18	77,0	71,3	35	..
77 Arábia Saudita	53,9	71,6	118	22	185	26	81,2	73,4	..	23
78 Ucrânia	70,1	66,1	22	15	27	20	76,4	46,6	22	35
79 Peru	55,5	69,8	115	26	178	34	77,1	68,1	190	410
80 Cazaquistão	63,2	63,2	..	63	..	73	71,9	48,0	50	210
81 Líbano	66,4	71,9	45	27	54	31	81,7	73,0	100	150
82 Equador	58,8	74,2	87	24	140	27	82,6	72,7	80	130
83 Arménia	70,8	71,4	..	30	..	33	81,7	66,4	22	55
84 Filipinas	58,1	70,2	60	27	90	36	78,6	70,1	170	200
85 China	63,2	71,5	85	30	120	37	81,3	74,2	50	56
86 Suriname	64,0	69,0	..	30	..	39	77,3	63,1	150	110
87 São Vicente e Grenadinas	61,6	71,0	..	23	..	27	81,3	70,3	93	..
88 Paraguai	65,9	70,9	57	25	76	29	79,8	71,3	180	170
89 Tunísia	55,6	73,1	135	19	201	24	84,9	75,7	69	120
90 Jordânia	56,5	71,2	77	23	107	28	77,7	71,6	41	41
91 Belize	67,6	71,9	56	33	77	39	80,9	71,7	140	140
92 Fidji	60,6	67,8	50	16	61	20	72,2	62,0	38	75
93 Sri Lanka	63,1	73,9	65	13	100	15	85,6	76,1	92	92
94 Turquia	57,0	68,6	150	33	201	39	77,9	67,3	130	70
95 República Dominicana	59,7	67,1	91	29	128	35	75,1	60,8	180	150
96 Maldivas	51,4	66,3	157	55	255	72	67,5	67,8	140	110
97 Turquemenistão	59,2	62,4	..	79	..	102	69,8	52,1	9	31
98 Jamaica	69,0	70,7	49	17	64	20	73,4	67,9	110	87
99 Irão	55,2	70,2	122	33	191	39	79,2	71,7	37	76
100 Geórgia	68,2	70,5	36	41	46	45	83,0	66,3	67	32
101 Azerbaijão	65,6	66,9	..	75	..	91	76,0	60,3	25	94
102 Territórios Ocupados da Palestina	56,6	72,4	..	22	..	24	81,4	75,0	..	100
103 Argélia	54,5	71,0	143	35	234	41	78,4	75,2	140	140
104 El Salvador	58,2	70,7	111	32	162	36	77,7	67,3	170	150
105 Cabo Verde	57,5	70,2	..	26	..	35	79,8	67,7	76	150
106 Síria	57,4	73,2	90	16	129	18	83,2	76,3	65	160

Ordem do IDH	Esperança devida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a (% do coorte)		ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	
	1970-75 ^d	2000-05 ^d	1970	2003	1970	2003	Feminino 2000-05 ^d	Masculino 2000-05 ^d	Declarada ^b 1985-2003 ^e	Ajustada ^c 2000
	107	60,0	62,9	81	52	101	69	65,7	54,2	190
108	50,3	70,4	55	19	87	23	78,4	71,0	95	130
109	61,2	66,8	111	59	146	68	76,0	58,6	44	110
110	49,2	66,5	104	31	172	41	72,1	63,8	310	230
111	63,6	66,5	..	57	..	69	72,9	59,9	34	24
112	55,2	69,5	113	30	165	38	74,9	66,1	97	230
113	46,7	63,9	147	53	243	66	68,0	60,0	390	420
114	53,8	63,9	..	56	..	68	67,6	57,9	110	110
115	64,8	67,5	46	26	61	32	74,3	56,5	44	36
116	53,9	67,6	116	32	170	41	70,1	63,5	110	110
117	53,7	67,1	115	35	168	47	73,5	59,7	150	240
118	54,0	68,4	107	31	160	38	75,2	67,6	68	130
119	52,1	69,6	157	33	235	39	79,3	69,3	84	84
120	53,7	49,0	..	53	..	66	38,1	28,9	150	230
121	40,5	43,5	165	97	281	146	33,0	30,6	..	880
122	60,9	63,5	78	92	111	118	69,4	59,3	45	100
123	48,7	54,6	..	60	..	91	48,9	45,6	520	420
124	52,9	69,5	119	36	184	39	78,9	70,3	230	220
125	53,9	48,6	104	48	155	65	36,7	31,6	270	300
126	56,5	62,9	..	75	..	118	68,6	63,1	100	..
127	50,3	63,1	127	63	202	87	67,4	59,2	540	540
128	55,6	62,2	71	19	99	22	62,0	59,0	550	130
129	49,2	60,1	122	76	179	107	63,5	52,7	230	360
130	40,3	56,0	..	97	..	140	61,5	45,0	440	450
131	56,1	36,6	99	82	142	112	16,5	13,1	330	100
132	48,9	63,0	159	54	215	73	66,5	57,8	520	480
133	40,4	54,5	145	82	218	91	53,1	47,8	530	650
134	41,5	62,7	156	70	267	85	65,3	60,2	260	420
135	51,9	62,9	120	81	181	103	65,6	62,7	530	500
136	44,0	61,4	165	61	250	82	61,0	57,9	540	740
137	44,7	55,1	106	69	147	93	46,6	41,5	370	300
138	49,9	56,7	111	59	186	95	52,9	50,4	210	540
139	45,2	62,6	145	46	239	69	63,7	59,3	380	380
140	40,0	55,2	..	87	..	124	52,7	47,3	..	660
141	45,1	56,3	104	63	172	93	55,4	49,6	550	590
142	54,9	51,9	100	81	160	108	43,5	38,6	..	510
143	49,8	54,2	128	78	216	140	53,8	45,2	480	570
144	51,1	46,8	100	81	170	140	34,4	32,9	510	880
145	55,6	37,2	86	78	138	126	15,5	15,7	700	1.100
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
146	44,9	55,3	109	78	180	126	54,1	48,7	490	550
147	49,6	33,0	132	105	196	153	12,0	9,3	230	370
148	45,7	45,8	127	95	215	166	36,1	33,1	430	730
149	49,8	36,7	128	63	190	84	18,6	11,6	..	550
150	44,4	52,7	160	97	241	138	48,1	42,9	74	730
151	39,9	60,3	202	82	303	113	61,0	54,9	350	570
152	43,4	52,5	150	120	250	183	50,7	44,5	750	1.000
153	48,5	51,5	148	76	221	118	41,3	38,2	520	680
154	53,6	47,0	96	79	156	123	31,8	35,0	590	1.000
155	38,0	55,5	183	90	319	123	54,3	48,7	730	540
156	39,3	53,6	197	104	345	160	52,6	49,1	530	740
157	40,1	55,6	164	78	279	137	54,6	49,4	560	690
158	42,8	43,3	140	98	265	198	33,2	31,6	..	800
159	44,6	43,6	124	118	209	203	35,5	29,6	1.100	1.400

Ordem do IDH	Esperança devida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a (% do coorte)		ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	
	1970-75 ^d	2000-05 ^d	1970	2003	1970	2003	Feminino	Masculino	Declarada ^b	Ajustada ^c
							2000-05 ^d	2000-05 ^d	1985-2003 ^e	2000
160 Angola	37,9	40,7	180	154	300	260	33,0	27,8	„	1.700
161 Eritreia	44,3	53,5	„	45	„	85	45,5	35,9	1.000	630
162 Benim	47,0	53,8	149	91	252	154	52,9	48,4	500	850
163 Costa do Marfim	49,8	46,0	158	117	239	192	38,5	34,8	600	690
164 Tanzânia	49,5	46,0	129	104	218	165	35,8	33,4	530	1.500
165 Malawi	41,8	39,6	189	112	330	178	24,5	23,2	1.100	1.800
166 Zâmbia	50,2	37,4	109	102	181	182	18,5	20,0	730	750
167 Congo	46,0	43,1	148	129	245	205	34,4	30,8	950	990
168 Moçambique	40,7	41,9	163	109	278	158	30,5	26,7	1.100	1.000
169 Burundi	44,1	43,5	138	114	233	190	33,1	29,7	„	1.000
170 Etiópia	43,5	47,6	160	112	239	169	40,7	36,6	870	850
171 República Centro-Africana	43,5	39,4	149	115	248	180	24,5	21,9	1.100	1.100
172 Guiné-Bissau	36,5	44,6	„	126	„	204	38,8	33,2	910	1.100
173 Chade	40,6	43,6	„	117	„	200	35,1	31,2	830	1.100
174 Mali	38,0	47,8	225	122	400	220	44,8	40,8	580	1.200
175 Burkina Faso	43,8	47,4	163	107	290	207	41,7	37,9	480	1.000
176 Serra Leoa	35,4	40,6	206	166	363	284	36,2	30,7	1.800	2.000
177 Níger	38,4	44,3	197	154	330	262	40,2	37,8	590	1.600
Países em desenvolvimento	55,6	64,9	109	60	167	88	69,6	62,3	„	„
Países menos desenvolvidos	44,5	52,0	151	99	244	156	47,9	43,5	„	„
Países Árabes	52,1	66,9	129	48	197	61	73,3	66,3	„	„
Ásia Oriental e Pacífico	60,5	70,4	84	31	122	39	79,2	71,3	„	„
América Latina e Caraíbas	61,1	71,7	86	27	123	32	79,7	68,2	„	„
Ásia do Sul	50,1	63,2	130	66	206	91	67,1	60,0	„	„
África Subsariana	45,8	46,1	143	105	243	179	37,0	33,8	„	„
Europa Central, do Leste e CEI	69,0	68,1	34	20	42	24	78,8	55,4	„	„
OCDE	70,3	77,6	40	11	53	13	88,4	79,6	„	„
OCDE de rendimento elevado	71,6	78,8	22	5	28	6	89,9	81,8	„	„
Desenvolvimento humano elevado	70,7	77,9	32	9	42	10	88,9	80,0	„	„
Desenvolvimento humano médio	57,6	67,0	102	46	155	61	73,7	64,6	„	„
Desenvolvimento humano baixo	44,1	46,0	150	108	254	183	37,5	34,6	„	„
Rendimento elevado	71,6	78,8	22	5	28	6	89,9	81,8	„	„
Rendimento médio	62,0	70,1	86	29	125	36	79,0	68,7	„	„
Rendimento baixo	48,8	58,2	130	80	209	124	58,3	52,4	„	„
Mundo	59,9	67,0	96	54	147	80	73,1	64,5	„	„

NOTAS

- a** Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de viver até aos 65 anos, vezes 100.
- b** Dados declarados pelas autoridades nacionais.
- c** Dados ajustados com base nas revisões realizadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a População, para considerar os problemas bem documentados de sub-registo e má classificação.
- d** Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.
- e** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

FONTES

Colunas 1, 2, 7 e 8: UN 2005h.
 Colunas 3-6 e 10: UNICEF 2005f, baseados em dados de um trabalho conjunto da UNICEF e da OMS.
 Coluna 9: UNICEF 2004.

Compromisso com a educação: despesa pública

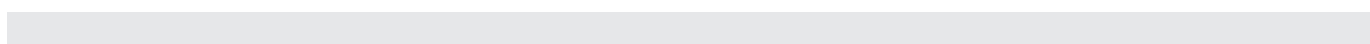
Ordem do IDH	Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível ^a (% de todos os níveis)					
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	7,0	7,6	14,6	16,2	39,5	36,5	24,7	33,0 ^c	15,2	27,5
2 Islândia	5,4	6,0 ^c	„	„	59,5	38,4 ^d	25,6	39,1 ^c	14,9	17,8 ^c
3 Austrália	4,9	4,9	14,8	13,3	2,2	35,0	57,4	38,8	32,0	24,2
4 Luxemburgo	3,1	„	10,4	„	„	„	„	„	„	„
5 Canadá	6,5	5,2	14,2	12,7	„	„	62,2	„	28,6	36,2
6 Suécia	7,1	7,7	13,8	12,8	47,7	34,8	19,6	36,4	13,2	28,3
7 Suíça	4,9	5,8 ^c	18,7	15,1	49,9	34,7	25,1	38,2 ^c	19,7	24,2 ^c
8 Irlanda	4,8	5,5	10,2	13,5	37,8	32,6	40,1	34,4	20,4	27,6
9 Bélgica	5,0	6,3	„	„	23,3	31,6	42,9	44,5	16,5	21,7
10 Estados Unidos	5,1	5,7	12,3	17,1	„	39,5	„	35,3	„	25,2
11 Japão	„	3,6	„	10,5	„	38,2	„	39,8	„	14,9
12 Holanda	5,7	5,1	14,8	10,7	21,5	35,5	37,7	39,2	32,1	25,2
13 Finlândia	5,5	6,4	11,9	12,7	27,9	27,0	39,4	40,6	23,9	32,5
14 Dinamarca	„	8,5	„	15,4	„	31,1	„	34,3	„	32,0
15 Reino Unido	4,8	5,3	„	11,5	29,7	32,2	43,8	47,1	19,6	20,6
16 França	5,3	5,6	„	11,4	27,3	31,3	40,7	49,7	13,8	17,7
17 Áustria	5,3	5,7	7,6	11,1	23,7	27,6	46,6	45,7	19,1	22,6
18 Itália	3,1	4,7	„	10,3	33,0	34,4	63,2	46,1	„	18,5
19 Nova Zelândia	6,1	6,7	„	15,1	30,5	28,6	25,3	40,5	37,4	24,9
20 Alemanha	„	4,6	„	9,5	„	22,8	„	49,0	„	24,5
21 Espanha	4,2	4,5	9,4	11,3	29,3	35,8	45,0	41,4	15,4	22,8
22 Hong Kong, China (RAE)	2,8	4,4	17,4	23,3	26,6	25,1	38,8	32,8	30,8	32,6
23 Israel	6,3	7,5	11,3	„	43,0	46,3	31,3	29,8	16,2	16,7
24 Grécia	2,4	4,0	„	„	34,1	27,5	45,1	34,1	19,5	32,4
25 Singapura	3,1	„	18,2	„	29,6	„	36,5	„	29,3	„
26 Eslovénia	„	6,1	„	„	„	„	„	„	„	„
27 Portugal	4,0	5,8	„	12,7	44,6	36,9	32,5	42,2	16,3	17,2
28 Coreia do Sul	3,3	4,2	22,4	15,5	44,4	35,2	34,1	43,4	7,4	8,1
29 Chipre	3,5	6,3	11,3	„	38,5	35,3	50,3	50,0	3,8	14,4
30 Barbados	7,8	7,6	22,2	17,3	37,5	33,7	37,6	35,0	19,2	28,6
31 República Checa	„	4,4	„	9,6	„	25,8	„	50,8	„	20,0
32 Malta	4,3	„	8,3	„	25,1	„	44,7	„	14,6	„
33 Brunei	3,9	9,1	„	9,1 ^c	24,1	„	26,1	„	9,5	„
34 Argentina	„	4,0	„	13,8	3,4	43,3	44,9	39,2	46,7	17,5
35 Hungria	5,8	5,5	7,8	14,1	55,4	30,9	23,9	38,6	15,2	22,8
36 Polónia	„	5,6	„	12,8	42,8	41,6	17,5	37,9	22,0	19,5
37 Chile	2,5	4,2	10,4	18,7	60,1	50,7	17,3	35,3	20,3	14,0
38 Estónia	„	5,7	„	„	„	33,2	„	40,9	„	19,7
39 Lituânia	4,6	5,9	13,8	„	„	„	„	„	„	„
40 Catar	3,5	„	„	„	„	„	„	„	„	„
41 Emiratos Árabes Unidos	1,8	1,6 ^c	14,6	22,5 ^c	„	45,6	„	50,4 ^c	„	2,4 ^c
42 Eslováquia	5,1	4,4	„	7,5	„	24,4	„	53,2	„	20,2
43 Barém	4,1	„	14,6	„	„	„	45,8	„	„	„
44 Kuwait	4,8	„	3,4	„	53,4	„	13,6	„	16,0	„
45 Croácia	7,2	4,5	„	10,0	„	32,3	„	46,7 ^c	„	19,1
46 Uruguai	2,7	2,6	15,9	9,6	37,5	44,1	30,3	34,4	22,6	21,5
47 Costa Rica	4,4	5,1	20,8	22,4	„	49,3	„	31,9	„	18,8
48 Letónia	3,8	5,8	10,8	„	11,2	30,2	56,3	52,9	11,6	15,4
49 São Cristóvão e Nevis	2,6	7,6	„	19,0	„	28,5	„	31,5	„	21,2
50 Baamas	4,0	„	17,8	„	„	„	„	„	„	„
51 Seychelles	7,8	5,2	14,8	„	28,2	42,5	40,7	26,1 ^c	9,5	17,4
52 Cuba	8,9	18,7	12,3	18,7	25,7	43,0	39,0	36,8	14,4	17,5
53 México	3,6	5,3	12,8	24,3	32,3	49,1	29,6	28,7	16,5	19,6

Ordem do IDH	Despesa pública de educação por nível ^a									
	Despesa pública de educação				(% de todos os níveis)					
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b
54 Tonga	..	4,9 ^c	..	13,2 ^c	..	49,2 ^d	..	28,9 ^c
55 Bulgária	5,2	3,5	70,7	37,2	..	46,7	13,9	15,8
56 Panamá	4,7	4,5	20,9	7,7	37,0	34,2	23,3	29,2	21,3	28,1
57 Trindade e Tobago	3,7	4,3 ^c	11,6	13,4	42,5	..	36,8	..	11,9	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58 Líbia
59 Macedónia	..	3,5	61,0	..	24,0	..	15,0
60 Antígua e Barbuda	..	3,8	30,7	..	35,2	..	6,7
61 Malásia	5,1	8,1	18,3	20,3	34,3	32,0	34,4	33,5	19,9	33,3
62 Federação Russa	3,5	3,8	..	11,5
63 Brasil	..	4,2	..	12,0	..	38,3	..	40,1	..	21,6
64 Roménia	2,8	3,5	7,3	..	52,1	..	22,1	..	9,6	..
65 Maurícias	3,8	4,7	11,8	13,3	37,7	32,0	36,4	38,3	16,6	15,6
66 Granada	5,1	5,1	13,2	12,9	64,1	42,1	31,7	35,8	0,0	9,8
67 Bielorrússia	4,8	6,0 ^c	57,7	..	16,2	..	14,4	..
68 Bósnia e Herzegovina
69 Colômbia	2,4	5,2	15,4	15,6	39,3	42,1	30,9	29,4	20,7	13,3
70 Dominica
71 Omã	3,1	4,6 ^c	11,1	..	54,1	35,9	37,0	47,4 ^c	7,4	9,2 ^c
72 Albânia	5,9
73 Tailândia	3,5	5,2	20,0	28,3	56,2	42,3	21,6	20,5	14,6	21,7
74 Samoa (Occidental)	3,2	4,8 ^c	10,7	14,6 ^c	52,6	43,0	25,2	23,8 ^c	0,0	33,2 ^c
75 Venezuela	3,0	..	12,0	..	23,5	..	4,5	..	40,7	..
76 Santa Lúcia	..	7,7 ^c	48,2	59,5 ^d	23,3	..	12,8	..
77 Arábia Saudita	5,8	..	17,8	..	78,8	21,2	..
78 Ucrânia	5,1	5,4	19,7	20,3	54,9	20,0	15,0	31,4 ^c	15,1	34,0
79 Peru	2,8	3,0	..	17,1	..	42,6	..	27,7	..	14,6
80 Cazaquistão	3,2	3,0	17,6	22,9	..	56,0 ^c	..	13,1
81 Líbano	..	2,7	..	12,3	28,5
82 Equador	4,3	1,0 ^c	17,2	8,0 ^c	34,4	41,1	34,2	36,1 ^c	18,3	5,2
83 Arménia	7,0	3,2 ^c	20,5	21,7	..	43,4 ^c	..	29,8 ^c
84 Filipinas	2,9	3,1	10,1	17,8	..	57,6	..	22,2	..	14,0
85 China	2,3	..	12,8
86 Suriname	6,4	60,5	..	14,5	..	8,8	..
87 São Vicente e Grenadinas	..	10,0	..	20,3
88 Paraguai	1,1	4,4	9,1	11,4	..	55,1	22,6	28,3	25,8	16,5
89 Tunísia	6,0	6,4	13,5	18,2	39,8	32,9	36,4	44,4 ^c	18,5	22,8
90 Jordânia	8,1	..	17,1	62,4	..	35,1	..
91 Belize	4,6	5,2	18,5	18,1	61,0	50,9	20,2	26,3	8,1	19,6
92 Fidji	4,7	5,6 ^c	..	19,4 ^c	..	35,0 ^d	..	48,9 ^c	..	16,0 ^c
93 Sri Lanka	2,7	..	8,1	84,3	..	13,4	..
94 Turquia	2,2	3,7	58,1	37,7	29,4	30,1 ^c	..	32,2
95 República Dominicana	..	2,3	..	12,4	..	46,3	..	18,9 ^c	..	10,9
96 Maldivas	3,8	..	10,0
97 Turquemenistão	4,3	..	21,0
98 Jamaica	4,5	6,1	12,8	12,3	37,4	36,8	33,2	33,8	21,1	19,2
99 Irão	4,1	4,9	22,4	17,7	33,2	25,1	39,2	36,0	13,6	17,1
100 Geórgia	..	2,2	..	11,8
101 Azerbaijão	7,7	3,2	23,5	20,7	..	25,9	..	53,7 ^c	..	5,8
102 Territórios Ocupados da Palestina
103 Argélia	5,3	..	21,1
104 El Salvador	1,9	2,9	16,6	20,0	..	61,0	..	23,6 ^c	..	6,6
105 Cabo Verde	..	7,9	..	17,0	..	43,8 ^d	..	29,8	..	17,5
106 Síria	4,0	..	17,3	..	38,5	..	28,2	..	21,3	..

Compromisso com a educação: despesa pública

Despesa pública de educação por nível^a
(% de todos os níveis)

Ordem do IDH	Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível ^a (% de todos os níveis)						
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior		
	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	
107	Guiana	3,4	8,4	4,4	18,4	„	54,7	„	23,5	„	4,9
108	Vietname	2,0	„	7,5	„	„	„	„	„	„	„
109	Quirguistão	8,4	3,1 ^c	22,5	18,6	8,5	23,0	57,9	48,0 ^c	10,0	18,0 ^c
110	Indonésia	1,0	1,2	„	9,0 ^c	„	37,1	„	39,3	„	23,6
111	Usbequistão	9,5	„	20,4	„	„	„	„	„	„	„
112	Nicarágua	3,4	3,1	9,7	15,0	„	50,3	„	12,0	„	37,7
113	Bolívia	2,3	6,3	„	19,7	„	46,9	„	23,4	„	25,1
114	Mongólia	12,3	9,0	17,6	„	13,9	53,8	48,8	26,4	14,5	15,5
115	Moldávia	5,6	4,9	17,2	21,4	„	37,3	„	52,0 ^c	„	10,7
116	Honduras	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
117	Guatemala	1,4	„	11,8	„	31,1	„	12,9	„	21,2	„
118	Vanuatu	4,7	11,0 ^c	19,2	28,1 ^c	59,8	27,9	26,6	57,5 ^c	3,4	10,5 ^c
119	Egipto	3,9	„	„	„	„	„	„	„	„	„
120	África do Sul	5,9	5,3 ^c	„	18,5	75,6	47,8	„	31,3 ^c	21,5	14,6 ^c
121	Guiné Equatorial	„	0,6	„	1,6	„	34,4	„	18,1 ^c	„	34,9
122	Tajiquistão	„	2,8	24,7	17,8	6,9	30,8	57,0	47,7 ^c	9,1	12,1
123	Gabão	„	3,9 ^c	„	„	„	„	„	„	„	„
124	Marrocos	5,3	6,5	26,1	26,4	34,8	39,8	48,9	43,5	16,2	16,3
125	Namíbia	7,9	7,2	„	„	„	65,4	„	24,5	„	8,7
126	São Tomé e Príncipe	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
127	Índia	3,7	4,1	12,2	12,7	38,9	38,4	27,0	40,1	14,9	20,3
128	Ilhas Salomão	„	3,4 ^c	„	„	„	„	„	„	„	„
129	Myanmar	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
130	Camboja	„	1,8	„	15,3	„	65,6	„	„	„	„
131	Botswana	6,2	2,2	17,0	25,6	„	53,2 ^d	„	23,8	„	18,6
132	Comoros	„	3,9	„	24,1	42,4	45,7	28,2	40,1 ^c	17,3	7,7 ^c
133	Laos	„	2,8 ^c	„	11,0 ^c	„	47,0	„	19,0	„	12,6
134	Butão	„	5,2	„	12,9	„	„	„	„	„	„
135	Paquistão	2,6	1,8 ^c	7,4	7,8 ^c	„	„	„	„	„	„
136	Nepal	2,0	3,4	8,5	14,9	48,2	61,5	15,7	22,1	23,3	10,3
137	Papua-Nova Guiné	„	2,3 ^c	„	17,5 ^c	„	71,4	„	24,3 ^c	„	4,3 ^c
138	Gana	3,2	„	24,3	„	29,2	„	34,3	„	11,0	„
139	Bangladeche	1,5	2,4	10,3	15,5	45,6	45,4 ^d	42,2	45,5	8,7	9,1
140	Timor-Leste	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
141	Sudão	6,0	„	2,8	„	„	„	„	„	„	„
142	Congo	5,0	3,2 ^c	14,4	12,6	„	36,1	„	30,2 ^c	„	25,5 ^c
143	Togo	5,5	2,6	26,4	13,6	30,4	44,8	25,8	27,1 ^c	29,0	19,4
144	Uganda	1,5	„	11,5	„	„	„	„	„	„	„
145	Zimbabué	7,7	4,7 ^c	„	„	54,1	54,9	28,6	28,6 ^c	12,3	16,6 ^c
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
146	Madagáscar	2,1	2,9 ^c	„	„	49,1	42,1	35,6	29,0 ^c	„	12,2 ^c
147	Suazilândia	5,8	7,1	19,5	„	31,2	31,8	24,5	41,1 ^c	26,0	25,5
148	Camarões	3,2	3,8	19,6	17,3	70,5	„	„	„	29,5	„
149	Lesoto	6,2	10,4 ^c	12,2	18,4	„	53,2 ^d	„	23,8 ^c	„	18,6 ^c
150	Djibouti	3,5	„	10,5	„	58,0	„	21,7	„	11,5	„
151	Iémen	„	9,5 ^c	„	32,8	„	„	„	„	„	„
152	Mauritânia	„	„	„	„	33,3	„	37,7	„	24,9	„
153	Haiti	1,5	„	20,0	„	53,1	„	19,0	„	9,1	„
154	Quênia	6,7	7,0	17,0	22,1	50,3	„	18,8	„	21,6	„
155	Gâmbia	3,8	2,8	14,6	8,9	41,6	54,7 ^d	21,2	21,1 ^c	17,8	14,0 ^c
156	Guiné	„	1,8 ^c	„	25,6 ^c	„	52,1 ^d	„	„	„	„
157	Senegal	3,9	3,6	26,9	„	43,9	„	25,7	„	24,0	„
158	Nigéria	0,9	„	„	„	„	„	„	„	„	„
159	Ruanda	„	2,8 ^c	„	„	„	48,2 ^d	„	16,7 ^c	„	34,7 ^c



Ordem do IDH	Despesa pública de educação por nível ^a									
	Despesa pública de educação				(% de todos os níveis)					
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b	1990	2000-02 ^b
160 Angola	3,9	2,8 ^c	10,7	„	96,3	„	„	„	3,7	„
161 Eritreia	„	4,1	„	„	„	26,0	„	35,4	„	14,9
162 Benim	„	3,3 ^c	„	„	„	57,4	„	25,5 ^c	„	16,4 ^c
163 Costa do Marfim	„	4,6 ^c	„	21,5	„	42,2	„	32,5 ^c	„	25,1 ^c
164 Tanzânia	2,8	„	11,4	„	„	„	„	„	„	„
165 Malawi	3,2	6,0	11,1	„	44,7	54,9 ^d	13,1	21,1	20,2	18,3
166 Zâmbia	2,4	2,0 ^c	8,7	„	„	54,8 ^d	„	25,8	„	19,4
167 Congo	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
168 Moçambique	3,1	„	12,0	„	49,8	„	15,7	„	9,9	„
169 Burundi	3,4	3,9	16,7	21,8	46,8	43,1	29,1	32,0	22,0	24,9
170 Etiópia	3,4	4,6 ^c	9,4	13,8	53,9	„	28,1	„	12,1	„
171 República Centro-Africana	2,2	„	„	„	„	„	„	„	„	„
172 Guiné-Bissau	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
173 Chade	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
174 Mali	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
175 Burkina Faso	2,4	„	„	„	„	„	„	„	„	„
176 Serra Leoa	„	3,7	„	„	„	„	„	„	„	„
177 Níger	3,2	2,3 ^c	18,6	„	„	51,5	„	24,4 ^c	„	16,2 ^c

NOTAS

Devido a limitações nos dados e a mudanças na metodologia, as comparações da despesa de educação, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver www.uis.unesco.org.

- a** As despesas por nível podem não somar 100%, devido aos arredondamentos, ou à omissão das categorias 'despesas na educação pós-secundária' e 'despesas não afectadas por nível'.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- c** Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, onde não existem estimativas nacionais disponíveis.
- d** Os dados referem-se apenas a despesa do ensino primário.

FONTES

Colunas 1-5 e 7-10: UNESCO Institute for Statistics 2005b.
Coluna 6: calculado com base em dados da despesa pública de educação nos níveis pré-primário e primário, de UNESCO Institute for Statistics 2005b.

Alfabetização e escolarização

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		Taxa de alfabetização de jovens ^a		Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano (em % estudantes do 1.º ano)		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (% do total do superior) 1998-2003 ^e	
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)					
	1990	2003	1990	2003	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2001/02 ^d		
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	100	100	88	96	100	100	18
2	Islândia	100	100	..	86	..	100	17
3	Austrália	99	97	79	88 ^f	24
4	Luxemburgo	81	90	..	80	..	99 ^g	18
5	Canadá	98	100 ^{f, g}	89	98 ^{f, g}	20 ^h
6	Suécia	100	100	85	100	100	..	27
7	Suíça	84	99	80	87	80	..	25
8	Irlanda	90	96	80	83	100	99	25 ^h
9	Bélgica	96	100	87	97	19
10	Estados Unidos	97	92	85	88
11	Japão	100	100	97	101 ^f	100	..	20
12	Holanda	95	99	84	89	..	100	16
13	Finlândia	98	100	93	95	100	100	38
14	Dinamarca	98	100	87	96	94	100 ⁱ	20
15	Reino Unido	98	100	81	95	21 ^h
16	França	100	99	..	94	96	98 ⁱ	..
17	Áustria	88	90	..	89	25
18	Itália	97,7	..	99,8	..	100	100	..	91	..	96 ^g	24
19	Nova Zelândia	100	100 ^f	85	93	92	..	19
20	Alemanha	84	83	..	88	29
21	Espanha	96,3	..	99,6	..	100	100	..	96	31
22	Hong Kong, China (RAE)	98,2	98 ^j	..	74 ^f	100	100	30 ^h
23	Israel	91,4	96,9	98,7	99,6	92	99	..	89	..	85	31
24	Grécia	94,9	91,0	99,5	99,5	95	99	83	86	100	..	30
25	Singapura	88,8	92,5	99,0	99,5	96
26	Eslovénia	99,6	99,7 ^k	99,8	99,8 ^k	100	93	..	93	22
27	Portugal	87,2	..	99,5	..	100	100	..	85	29
28	Coreia do Sul	99,8	..	100	100 ^l	86	88 ^l	99	100	41
29	Chipre	94,3	96,8	99,7	99,8	87	96	69	93	100	99	17
30	Barbados	99,4	99,7 ^k	99,8	99,8 ^k	80	100	..	90	..	99	..
31	República Checa	87	87	..	91	..	98	31
32	Malta	88,4	87,9 ^m	97,5	96,0 ^m	97	96	78	87	99	99	13
33	Brunei	85,5	92,7	97,9	98,9	90	93 ^g	8
34	Argentina	95,7	97,2	98,2	98,9	94	81	..	92	15 ^h
35	Hungria	99,1	99,3	99,7	99,5	91	91	75	94	98	..	21
36	Polónia	99,6	..	99,8	..	97	98	76	83	98	99	20
37	Chile	94,0	95,7	98,1	99,0	88	85 ^l	55	81 ^l	..	99 ⁿ	31
38	Estónia	99,8	99,8	99,8	99,8	99	95	..	88	..	98	22
39	Lituânia	99,3	99,6	99,8	99,7	..	91	..	94	26
40	Catar	77,0	89,2 ^m	90,3	98,6 ^m	89	95	70	82 ^f	64	..	16
41	Emiratos Árabes Unidos	71,0	77,3 ^k	84,7	91,4 ^k	99	83	58	71	80	93	..
42	Eslováquia	..	99,6	..	99,6	..	86	..	88	27
43	Barém	82,1	87,7	95,6	99,3	99	90	85	87	89	99	21
44	Kuwait	76,7	82,9 ^k	87,5	93,1 ^k	49	83	..	77 ^{f, o}
45	Croácia	96,9	98,1	99,6	99,6	74	89	57	87	24
46	Uruguai	96,5	97,7 ^k	98,7	99,1 ^k	92	90	..	73	94	93	..
47	Costa Rica	93,9	95,8 ^k	97,4	98,4 ^k	87	90	37	53	82	92	26
48	Letónia	99,8	99,7	99,8	99,7	92	86	..	88	17
49	São Cristóvão e Nevis	100	..	95
50	Baamas	96,5	..	90	86 ^f	..	76 ^f	..	75	..
51	Seychelles	..	91,9	..	99,1	..	100	..	100	..	99	..
52	Cuba	95,1	96,9 ^k	99,3	99,8 ^k	92	94	69	86	92	98	..
53	México	87,3	90,3	95,2	97,6	99	99	45	63	80	93	31

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		ODM Taxa de alfabetização de jovens ^a		ODM Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b,c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano (em % estudantes do 1.º ano)		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (% do total do superior) 1998–2003 ^e
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)		(em % estudantes do 1.º ano)		
	1990	2003	1990	2003	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2001/02 ^d	
54 Tonga	..	98,9 ^m	..	99,3 ^m	92	100 ^o	83	72 ^{f,o}	90
55 Bulgária	97,2	98,2	99,4	98,2	86	90	63	88	91	..	27
56 Panamá	89,0	91,9	95,3	96,1	92	100	50	63 ^f	..	90	22
57 Trindade e Tobago	96,8	98,5 ^k	99,6	99,8 ^k	91	91	..	72 ^f	..	71 ^g	35
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
58 Líbia	68,1	81,7 ^k	91,0	97,0 ^k	96	31
59 Macedónia	..	96,1	..	98,7	94	91	..	81 ^{f,o}	27
60 Antígua e Barbuda
61 Malásia	80,7	88,7	94,8	97,2	94	93	..	70	98	87	40
62 Federação Russa	99,2	99,4	99,8	99,7	99	90 ^f
63 Brasil	82,0	88,4	91,8	96,6	86	97	15	75
64 Roménia	97,1	97,3	99,3	97,8	81	89	..	81	27
65 Maurícias	79,8	84,3	91,1	94,5	95	97	..	74 ^f	98	99	25
66 Granada	84 ^{f,g}	..	104 ^f	..	79	..
67 Bielorrússia	99,5	99,6 ^m	99,8	99,8 ^m	86	94	..	85
68 Bósnia e Herzegovina	..	94,6	..	99,6
69 Colômbia	88,4	94,2	94,9	97,6	68	87	..	55 ^f	62	69	32
70 Dominica	81	..	92 ^f	..	84	..
71 Omã	54,7	74,4 ^k	85,6	98,5 ^k	69	72	..	69	97	98	..
72 Albânia	77,0	98,7	94,8	99,4	95	95	..	77	11
73 Tailândia	92,4	92,6	98,1	98,0	76	85 ^l	94 ⁱ	..
74 Samoa (Ocidental)	98,0	98,7 ^k	99,0	99,5 ^k	..	98 ^f	..	62 ^f	..	94 ^g	14
75 Venezuela	88,9	93,0	96,0	97,2	88	91	19	59	86	84	..
76 Santa Lúcia	..	90,1	..	95,4	95	99	..	76 ^f	..	97 ^g	..
77 Arábia Saudita	66,2	79,4	85,4	95,9	59	54	31	53 ^f	83	91	17
78 Ucrânia	99,4	99,4	99,8	99,8	80	84	..	85	98	..	27
79 Peru	85,5	87,7	94,5	96,8	88	100	..	69	..	84	..
80 Cazaquistão	98,8	99,5 ^m	99,8	99,8 ^m	88	92	..	87
81 Líbano	92,1	..	78	91	92	28
82 Equador	87,6	91,0	95,5	96,4	98	100	..	50	..	74	..
83 Arménia	97,5	99,4	99,5	99,8	..	94	..	83	7 ^h
84 Filipinas	91,7	92,6	97,3	95,1	96	94	..	59	..	76	25
85 China	78,3	90,9	95,3	98,9	97	86	99	..
86 Suriname	..	88,0	..	93,5	78	97 ^f	..	64 ^f	19
87 São Vicente e Grenadinas	90	..	58	..	88	..
88 Paraguai	90,3	91,6	95,6	96,3	93	89	26	51	70	70	..
89 Tunísia	59,1	74,3	84,1	94,3	94	97	..	65	87	96	31 ^h
90 Jordânia	81,5	89,9	96,7	99,1	94	92	..	80	..	97	30
91 Belize	89,1	76,9	96,0	84,2	94	99	31	69 ^f	67	81 ^p	..
92 Fiji	88,6	92,9 ^m	97,8	99,3 ^m	100	100 ^{f,o}	..	76 ^{f,o}	..	88 ^g	..
93 Sri Lanka	88,7	90,4 ^q	95,1	95,6 ^q	90	94	98 ⁿ	..
94 Turquia	77,9	88,3	92,7	96,6	89	86	42	..	98	..	21 ^h
95 República Dominicana	79,4	87,7	87,5	94,0	58	96	..	36 ^f	..	69	..
96 Maldivas	94,8	97,2 ^k	98,1	99,2 ^k	87	92	..	51 ^f
97 Turquemenistão	..	98,8 ^m	..	99,8 ^m
98 Jamaica	82,2	87,6 ^k	91,2	94,5 ^k	96	95	64	75 ^f	..	90	..
99 Irão	63,2	77,0	86,3	..	92	86	90	95	..
100 Geórgia	97	89	..	61	28
101 Azerbaijão	..	98,8 ^m	..	99,9 ^m	100	80	..	76
102 Territórios Ocupados da Palestina	..	91,9	..	98,7	..	91	..	84	19
103 Argélia	52,9	69,8	77,3	90,1	93	95	54	67 ^f	95	97	..
104 El Salvador	72,4	79,7 ^k	83,8	88,9 ^k	73	90	..	49 ^f	..	69	22
105 Cabo Verde	63,8	75,7 ^k	81,5	89,1 ^k	94	99	..	58	..	88	..
106 Síria	64,8	82,9	79,9	95,2	92	98	43	43	96	91	..

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		ODM Taxa de alfabetização de jovens ^a		ODM Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano (em % estudantes do 1.º ano)		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (% do total do superior) 1998–2003 ^e	
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)					
	1990	2003	1990	2003	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2001/02 ^d		
107	Guiana	97,2	„	99,8	„	89	99 ^f	67	76 ^{f, g}	93	77 ^p	„
108	Vietname	90,4	90,3 ^m	94,1	„	90	94 ^{f, o}	„	65 ^{f, o}	„	87	20
109	Quirguistão	„	98,7 ^m	„	99,7 ^m	92	89	„	„	„	„	16
110	Indonésia	79,5	87,9 ^k	95,0	98,0 ^k	97	92	39	54	84	89	„
111	Usbequistão	98,7	99,3 ^k	99,6	99,7 ^k	78	„	„	„	„	„	„
112	Nicarágua	62,7	76,7	68,2	86,2	72	86	„	39	46	65	„
113	Bolívia	78,1	86,5	92,6	97,3	91	95	29	71 ^f	„	84	„
114	Mongólia	97,8	97,8	98,9	97,7	90	79	„	77	„	„	26
115	Moldávia	97,5	96,2	99,8	98,7	89	79	„	69	„	„	„
116	Honduras	68,1	80,0	79,7	88,9	90	87 ^{f, o}	„	„	„	„	„
117	Guatemala	61,0	69,1	73,4	82,2	64	87	„	30	„	65	19 ^h
118	Vanuatu	„	74,0 ^m	„	„	71	94 ^f	„	28 ^o	„	72 ^p	„
119	Egipto	47,1	55,6 ^m	61,3	73,2 ^m	84	91 ^f	„	81 ^{f, o}	„	98	„
120	África do Sul	81,2	82,4 ^m	88,5	93,9 ^m	88	89	„	66 ^f	75	65 ^p	17
121	Guiné Equatorial	73,3	84,2	92,7	93,8	91	85 ^o	„	26 ^{f, p}	„	29 ^g	„
122	Tajiquistão	98,2	99,5	99,8	99,8	77	94 ⁱ	„	83 ^f	„	„	18
123	Gabão	„	„	„	„	86	78 ^{f, g}	„	„	„	69	„
124	Marrocos	38,7	50,7 ^k	55,3	69,5 ^k	57	90	„	36 ^f	75	81	19
125	Namíbia	74,9	85,0	87,4	92,3	83	78	„	44	„	95	8
126	São Tomé e Príncipe	„	„	„	„	„	97 ^{f, o}	„	29 ^{f, o}	„	61 ^g	„
127	Índia	49,3	61,0 ^q	64,3	76,4 ^l	„	87	„	„	„	84	20 ^h
128	Ilhas Salomão	„	„	„	„	83	„	„	„	85	„	„
129	Myanmar	80,7	89,7	88,2	94,4	98	84	„	35	„	65	42
130	Camboja	62,0	73,6	73,5	83,4	67	93	„	24 ^f	„	61	17
131	Botswana	68,1	78,9 ^k	83,3	89,1 ^k	85	81 ^f	29	54 ^f	97	88	19
132	Comoros	53,8	56,2 ^k	56,7	59,0 ^k	57	55 ^{f, p}	„	„	„	72 ^p	11
133	Laos	56,5	68,7	70,1	78,5	63	85	„	35	„	64	8 ^h
134	Butão	„	„	„	„	„	„	„	„	„	91 ^g	„
135	Paquistão	35,4	48,7	47,4	64,5	35	59 ^{f, g}	„	„	„	„	„
136	Nepal	30,4	48,6	46,6	70,1	81	71 ^{f, g}	„	„	„	65	„
137	Papua-Nova Guiné	56,6	57,3	68,6	66,7	66	73 ^{f, o}	„	24 ^{f, o}	59	51 ^g	„
138	Gana	58,5	54,1	81,8	„	52	59 ^l	„	36 ^{f, l}	80	63	26
139	Bangladeche	34,2	41,1 ^k	42,0	49,7 ^k	71	84	19	45	„	54	13
140	Timor-Leste	„	„	„	„	„	„	„	20 ^{f, g}	„	„	„
141	Sudão	45,8	59,0 ^q	65,0	74,6 ^q	43	46 ^{f, p}	„	„	94	84	„
142	Congo	67,1	82,8 ^k	92,5	97,8 ^k	79	54	„	„	63	66	11 ^h
143	Togo	44,2	53,0	63,5	74,0	75	91	18	27 ^{f, p}	51	69	8
144	Uganda	56,1	68,9 ^k	70,1	80,2 ^k	53	„	„	17 ^f	„	64	8
145	Zimbabué	80,7	90,0 ^k	93,9	97,6 ^k	86	79 ^l	„	34 ^l	„	„	„
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
146	Madagáscar	58,0	70,6	72,2	70,1	65	79	„	12 ^{f, i}	22	53	20
147	Suazilândia	71,6	79,2	85,1	88,1	77	75	„	32 ^f	76	73	11
148	Camarões	57,9	67,9	81,1	„	74	„	„	„	„	64	„
149	Lesoto	78,0	81,4	87,2	„	73	86	„	23 ^f	71	73	6 ^h
150	Djibouti	„	„	73,2	„	31	36 ^l	„	21 ^{f, l}	87	80	22
151	Iémen	32,7	49,0 ^k	50,0	67,9 ^k	52	72	„	35 ^{f, p}	„	76	„
152	Mauritânia	34,8	51,2	45,8	61,3	35	68	„	16 ^f	75	61	10
153	Haiti	39,7	51,9 ^k	54,8	66,2 ^k	22	„	„	„	„	„	„
154	Quênia	70,8	73,6	89,8	80,3	74	67	„	25 ^f	„	59	29
155	Gâmbia	„	„	42,2	„	48	79 ^f	„	33 ^f	„	„	„
156	Guiné	„	„	„	„	25	66	„	21 ^f	59	„	„
157	Senegal	28,4	39,3	40,1	49,1	47	58 ^f	„	„	85	80	„
158	Nigéria	48,7	66,8 ^k	73,6	88,6 ^k	60	67 ^f	„	29	„	„	„
159	Ruanda	53,3	64,0	72,7	76,5	67	87	7	„	60	47	„

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		ODM Taxa de alfabetização de jovens ^a		ODM Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano (em % estudantes do 1.º ano)		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (% do total do superior) 1998–2003 ^q
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)				
	1990	2003	1990	2003	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2002/03 ^d	1990/91	2001/02 ^d	
160 Angola	..	66,8	..	71,4	58	61 ^{f, i}	18
161 Eritreia	60,9	..	16	45	..	22	..	86	17
162 Benim	26,4	33,6	40,4	44,4	45	58 ^{f, p}	..	20 ^{f, g}	55	68	25
163 Costa do Marfim	38,5	48,1	52,6	59,8	46	61 ^j	..	21 ^{f, o}	73	69 ⁱ	..
164 Tanzânia	62,9	69,4	83,1	78,4	50	82 ^f	79	88	22
165 Malawi	51,8	64,1 ^m	63,2	76,3 ^m	50	29 ^f	64	44	33
166 Zâmbia	68,2	67,9 ^m	81,2	69,4 ^m	79	68	..	23 ^f	..	81 ^p	30
167 Congo	47,5	65,3	68,9	68,7	54	55
168 Moçambique	33,5	46,5 ^k	48,8	62,8 ^k	45	55	..	12	33	49	..
169 Burundi	37,0	58,9	51,6	72,3	53	57	..	9 ^f	62	68	10 ^h
170 Etiópia	28,6	41,5 ^k	43,0	57,4 ^k	23	51 ^l	..	18 ^{f, l}	..	62	19
171 República Centro-Africana	33,2	48,6	52,1	58,5	53	24	..	15
172 Guiné-Bissau	44,1	..	38	45 ^p	..	9 ^{f, p}	..	38 ⁱ	..
173 Chade	27,7	25,5	48,0	37,3	36	63 ^f	..	10 ^f	53	60 ^g	..
174 Mali	18,8	19,0 ^m	27,6	24,2 ^m	20	45	5	..	73	75	..
175 Burkina Faso	..	12,8 ^m	..	19,4 ^m	26	36	..	9	70	66	..
176 Serra Leoa	..	29,6	..	38,2	41	8
177 Níger	11,4	14,4	17,0	19,8	24	38	6	6	62	69	..
Países em desenvolvimento	67,0	76,6	81,1	85,2
Países menos desenvolvidos	44,2	54,2	57,2	64,2
Países Árabes	50,8	64,1	68,4	81,3
Ásia Oriental e Pacífico	79,7	90,4	95,0	98,0
América Latina e Caraíbas	85,1	89,6	92,7	95,9
Ásia do Sul	47,7	58,9	61,7	72,2
África Subsariana	51,1	61,3	68,5	73,7
Europa Central, do Leste e CEI	98,7	99,2	99,7	99,5
OCDE
OCDE de rendimento elevado
Desenvolvimento humano elevado
Desenvolvimento humano médio	70,6	79,4	83,2	87,5
Desenvolvimento humano baixo	45,1	57,5	63,7	70,1
Rendimento elevado
Rendimento médio	81,2	89,6	93,6	96,8
Rendimento baixo	50,2	60,8	64,4	73,0
Mundo

NOTAS

- a** Os dados para 1990 referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, baseados em dados anteriores a 1990; os dados para 2003 referem-se a estimativas nacionais da alfabetização, a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2004, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com cautela. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DO_TOPIC.
- b** A taxa de escolarização líquida é o rácio entre as crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados.
- c** As taxas de escolarização são baseadas na nova Classificação Internacional Tipo da Educação, adoptada em 1997 (UNESCO 1997), e por isso podem não ser exactamente comparáveis com as dos anos anteriores.
- d** Os dados sobre as taxas de escolarização líquida referem-se ao ano escolar de 2002/03 e os

- dados sobre as crianças que atingem o 5º ano são do ano de 2001/02, a não ser quando indicado de outro modo. Os dados para alguns países podem corresponder a estimativas nacionais, ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver www.uis.unesco.org. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.
- e** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- f** Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior.
- g** Os dados referem-se ao ano escolar de 2000/01.
- h** Os valores devem ser tratados com precaução, porque o número relatado de alunos matriculados na categoria "desconhecido ou não especificado" representa mais de 10% do total das matrículas.
- i** Os dados referem-se ao ano escolar de 1998/99.
- j** Estimativas nacionais.
- k** Estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO, em Julho de 2002.
- l** Os dados referem-se ao ano escolar de 2003/04.
- m** Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.
- n** Os dados referem-se ao ano escolar de 2002/03.
- o** Os dados referem-se ao ano escolar de 2001/02.
- p** Os dados referem-se ao ano escolar de 1999/2000.

- q** Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão, ou respeitam apenas a uma parte do país.
- r** Os dados referem-se ao ano escolar de 2004/05.

FONTES

- Colunas 1 e 3:** UNESCO Institute for Statistics 2003a.
- Colunas 2 e 4:** UNESCO Institute for Statistics 2005a.
- Colunas 5-10:** UNESCO Institute for Statistics 2005c.
- Coluna 11:** UNESCO Institute for Statistics 2005d.

Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM		ODM		ODM		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas)	Receitas de royalties e direitos (Dól. EUA por pessoa)	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB)	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas)	
	Linhas principais de telefone ^a		Assinantes de telemóveis ^a		Utilizadores de Internet						
	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)					
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002	2003	1997-2002 ^b	1990-2003 ^b	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1	Noruega	502	713	46	909	7	346	0	42,9	1,7	4.442
2	Islândia	510	660	39	966	0	675	7	0,0	3,1	6.592
3	Austrália	456	542	11	719	6	567	85	20,1	1,5	3.446
4	Luxemburgo	481	797	2	1.194	0	377	234	267,3	1,7	3.757
5	Canadá	565	651	22	419	4	..	40	81,5	1,9	3.487
6	Suécia	681	..	54	980	6	..	317	261,8	4,3	5.171
7	Suíça	574	727	18	843	6	398	279	..	2,6	3.594
8	Irlanda	281	491	7	880	0	317	110	52,4	1,1	2.315
9	Bélgica	393	489	4	793	(,)	386	72	..	2,2	3.180
10	Estados Unidos	547	624	21	546	8	556	302	167,2	2,7	4.526
11	Japão	441	472	7	679	(,)	483	852	96,3	3,1	5.085
12	Holanda	464	614	5	768	3	522	186	116,8	1,9	2.826
13	Finlândia	534	492	52	910	4	534	35	96,5	3,5	7.431
14	Dinamarca	567	669	29	883	1	541	90	..	2,5	4.822
15	Reino Unido	441	..	19	912	1	..	88	173,0	1,9	2.691
16	França	495	566	5	696	1	366	183	66,3	2,3	3.134
17	Áustria	418	481	10	879	1	462	196	19,2	2,2	2.346
18	Itália	388	484	5	1.018	(,)	337	22	9,1	1,1	1.156
19	Nova Zelândia	434	448	16	648	0	526	70	30,0	1,2	2.593
20	Alemanha	441	657	4	785	1	473	274	51,7	2,5	3.222
21	Espanha	316	429	1	916	(,)	239	29	13,2	1,0	2.036
22	Hong Kong, China (RAE)	450	559	24	1.079	0	472	3	..	0,6	1.568
23	Israel	343	458	3	961	1	..	35	64,7	5,1	1.570
24	Grécia	389	454	0	902	0	150	30	1,7	0,6	1.357
25	Singapura	346	450	17	852	0	509	58	47,3	2,2	4.352
26	Eslovénia	211	407	0	871	0	401	123	5,4	1,5	2.364
27	Portugal	243	411	1	898	0	..	3	3,5	0,9	1.745
28	Coreia do Sul	306	538	2	701	(,)	610	633	27,8	2,5	2.979
29	Chipre	419	572	5	744	0	337	1	19,9	0,3	569
30	Barbados	281	497	0	519	0	371	0	3,2
31	República Checa	158	360	0	965	0	308	24	4,9	1,2	1.467
32	Malta	360	521	0	725	0	..	45	(,)
33	Brunei	136	..	7	..	0	282
34	Argentina	93	..	(,)	..	0	0,9	0,4	715
35	Hungria	96	349	(,)	769	0	232	21	30,8	1,0	1.473
36	Polónia	86	307	0	451	0	232	22	0,7	0,6	1.469
37	Chile	66	221	1	511	0	272	..	2,9	0,5	419
38	Estónia	204	341	0	777	0	444	8	3,5	0,7	2.253
39	Lituânia	212	239	0	630	0	202	15	0,1	0,7	1.824
40	Catar	220	261	9	533	0	199
41	Emiratos Árabes Unidos	224	281	19	736	0	275	0
42	Eslováquia	135	241	0	684	0	256	13	9,2	0,6	1.707
43	Barém	191	268	10	638	0	216
44	Kuwait	188	196	12	572	0	228	..	0,0 ^c	0,2	73
45	Croácia	172	..	(,)	584	0	232	20	7,8	1,1	1.920
46	Uruguai	134	..	0	..	0	..	1	0,0 ^c	0,2	370
47	Costa Rica	101	278	0	181	0	288	0	0,1	0,4	533
48	Letónia	234	285	0	526	0	404	0	1,9	0,4	1.476
49	São Cristóvão e Nevis	237	..	0	..	0	0,0 ^c
50	Baamas	274	415	8	367	0	265	..	0,0
51	Seychelles	124	256	0	595	0	..	0	..	0,1	452
52	Cuba	31	64	0	3	0	9	0	..	0,5	538
53	México	65	160	1	295	0	120	1	0,8	0,4	259

Ordem do IDH	ODM Linhas principais de telefone ^a (por 1.000 pessoas)		ODM Assinantes de telemóveis ^a (por 1.000 pessoas)		ODM Utilizadores de Internet (por 1.000 pessoas)		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas)	Receitas de royalties e direitos (Dól. EUA por pessoa)	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB)	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas)
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002	2003	1997–2002 ^b	1990–2003 ^b
54 Tonga	46	..	0	..	0
55 Bulgária	242	380	0	466	0	206	16	0,6	0,5	1.158
56 Panamá	93	122	0	268	0	62	..	0,0 ^c	0,4	95
57 Trindade e Tobago	141	..	0	399	0	..	0	..	0,1	347
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58 Líbia	48	136	0	23	0	29	361
59 Macedónia	148	252	0	372	0	60	13	1,1	0,3	500
60 Antígua e Barbuda	253	..	0	..	0	..	0	0,0 ^c
61 Malásia	89	182	5	442	0	344	..	0,8	0,7	294
62 Federação Russa	140	253	0	249	0	..	105	1,2	1,2	3.415
63 Brasil	65	223	(,)	264	0	..	4	0,6	1,0	324
64 Roménia	102	199	0	324	0	184	26	0,1 ^c	0,4	910
65 Maurícias	52	285	2	267	0	123	..	0,0 ^c	0,3	..
66 Granada	177	290	2	376	0	169	0	0,0 ^c
67 Bielorrússia	154	311	0	113	0	141	54	0,1	0,6	1.870
68 Bósnia e Herzegovina	..	245	0	274	0	..	0
69 Colômbia	69	179	0	141	0	53	(,)	0,1	0,1	81
70 Dominica	164	..	0	..	0	..	0	0,0 ^c
71 Omã	60	88	2	228	0	..	0
72 Albânia	13	83	0	358	0	10	0	1,7
73 Tailândia	24	105	1	394	0	111	..	0,1	0,2	289
74 Samoa (Occidental)	26	73	0	58	0
75 Venezuela	76	111	(,)	273	0	60	..	0,0 ^c	0,4	222
76 Santa Lúcia	129	..	0	..	0	..	0	481
77 Arábia Saudita	77	155	1	321	0	67	(,)	0,0 ^c
78 Ucrânia	136	233	0	136	0	..	0	0,3	1,2	1.749
79 Peru	26	67	(,)	106	0	104	..	0,1	0,1	225
80 Cazaquistão	80	141	0	..	0	..	0	(,)	0,3	744
81 Líbano	155	200	0	234	0	143
82 Equador	48	122	0	189	0	46	(,)	0,0 ^c	0,1	84
83 Arménia	157	148	0	30	0	37	42	..	0,3	1.606
84 Filipinas	10	41	0	270	0	..	0	(,)
85 China	6	209	(,)	215	0	63	5	0,1	1,2	633
86 Suriname	92	152	0	320	0	44
87 São Vicente e Grenadinas	124	273	0	529	0	..	0	0,0 ^c	0,2	179
88 Paraguai	27	46	0	299	0	20	..	35,1	0,1	83
89 Tunísia	37	118	(,)	197	0	64	0	1,8	0,6	1.013
90 Jordânia	72	114	(,)	242	0	81	1.977
91 Belize	92	113	0	205	0	..	0	0,0 ^c
92 Fidji	58	124	0	133	0	67
93 Sri Lanka	7	49	(,)	73	0	13	0	197
94 Turquia	121	268	1	394	0	85	1	0,0 ^c	0,7	345
95 República Dominicana	48	115	(,)	272	0	102	..	0,0 ^c
96 Maldivas	29	..	0	..	0	20,7
97 Turquemenistão	60	77	0	..	0	..	0
98 Jamaica	45	..	0	680	0	..	1	4,6
99 Irão	40	220	0	51	0	72	484
100 Geórgia	99	134	0	145	0	24	27	1,2	0,3	2.317
101 Azerbaijão	86	114	0	128	0	..	0	..	0,3	1.248
102 Territórios Ocupados da Palestina	..	87	0	133	0	40
103 Argélia	32	69	(,)	45	0	..	(,)
104 El Salvador	24	113	0	173	0	83	..	(,)	(,)	47
105 Cabo Verde	24	156	0	116	0	44	..	0,2	(,)	131
106 Síria	41	..	0	68	0	35	0	..	0,2	29

Ordem do IDH	ODM		ODM		ODM		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas)	Receitas de royalties e direitos (Dól. EUA por pessoa)	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB)	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas)	
	Linhas principais de telefone ^a		Assinantes de telemóveis ^a		Utilizadores de Internet						
	1990	2003	1990	2003	1990	2003					
107	Guiana	20	..	0	..	0	..	41,9	
108	Vietname	1	54	0	34	0	43	0	
109	Quirguistão	72	76	0	27	0	38	10	0,4	0,2	413
110	Indonésia	6	39	(.)	87	0	38	0
111	Usbequistão	69	67	0	13	0	19	17
112	Nicarágua	13	37	0	85	0	..	0	0,0 ^c	0,1	73
113	Bolívia	28	72	0	152	0	0,2	0,3	118
114	Mongólia	32	56	0	130	0	58	31	..	0,3	710
115	Moldávia	106	219	0	132	0	80	48	0,3	..	171
116	Honduras	17	49	0	55	0	40	1	0,0 ^c	0,1	74
117	Guatemala	21	77	(.)	165	0	0,0 ^c
118	Vanuatu	18	31	0	38	0	36
119	Egipto	30	127	(.)	84	0	44	2	1,8	0,2	..
120	África do Sul	93	..	(.)	364	0	..	0	1,1	0,7	192
121	Guiné Equatorial	4	18	0	76	0
122	Tajiquistão	45	37	0	7	0	1	3	0,1
123	Gabão	22	29	0	224	0	26
124	Marrocos	16	40	(.)	244	0	33	0	0,9
125	Namíbia	39	66	0	116	0	34	..	0,0
126	São Tomé e Príncipe	19	46	0	32	0	99
127	Índia	6	46	0	25	0	17	0	(.) ^c	0,8	120
128	Ilhas Salomão	15	13	0	3	0	5
129	Myanmar	2	7	0	1	0	1	..	0,0 ^c
130	Camboja	(.)	3	0	35	0	2
131	Botswana	21	75	0	297	0	..	0	0,3 ^c
132	Comoros	8	17	0	3	0	6
133	Laos	2	12	0	20	0	3
134	Butão	4	34	0	11	0	20
135	Paquistão	8	27	(.)	18	0	0,1	0,2	88
136	Nepal	3	16	0	2	0	0,7	62
137	Papua-Nova Guiné	8	..	0	..	0	..	0
138	Gana	3	13	0	36	0	..	0	0,0 ^c
139	Bangladeche	2	5	0	10	0	2	..	(.)
140	Timor-Leste	0	..	0
141	Sudão	3	27	0	20	0	9	0
142	Congo	7	2	0	94	0	4	29
143	Togo	3	12	0	44	0	42	..	0,0 ^c
144	Uganda	2	2	0	30	0	5	0	0,2	0,8	25
145	Zimbabué	13	..	0	..	0	..	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
146	Madagáscar	3	4	0	17	0	4	(.)	0,1	0,1	15
147	Suazilândia	17	44	0	84	0	26	0	0,1 ^c
148	Camarões	3	..	0	66	0
149	Lesoto	7	16	0	47	0	14	0	5,9 ^c	..	42
150	Djibouti	11	15	0	34	0	10
151	Iémen	11	..	0	35	0
152	Mauritânia	3	14	0	127	0	4
153	Haiti	7	17	0	38	0	18	..	0,0 ^c
154	Quênia	8	10	0	50	0	..	0	0,4
155	Gâmbia	7	..	0	..	0	..	0
156	Guiné	2	3	0	14	0	5	..	(.) ^c	..	286
157	Senegal	6	22	0	56	0	22	..	(.) ^c
158	Nigéria	3	7	0	26	0	6
159	Ruanda	2	..	0	16	0	0,0 ^c

Ordem do IDH	ODM Linhas principais de telefone ^a (por 1.000 pessoas)		ODM Assinantes de telemóveis ^a (por 1.000 pessoas)		ODM Utilizadores de Internet (por 1.000 pessoas)		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas)	Receitas de royalties e direitos (Dól. EUA por pessoa)	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB)	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas)
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002	2003	1997–2002 ^b	1990–2003 ^b
160 Angola	8	7	0	„	0	„	„	„	„	„
161 Eritreia	„	9	0	0	0	7	„	„	„	„
162 Benim	3	9	0	34	0	10	„	„	„	„
163 Costa do Marfim	6	14	0	77	0	14	„	0,0 ^c	„	„
164 Tanzânia	3	4	0	25	0	7	0	0,0 ^c	„	„
165 Malawi	3	8	0	13	0	3	0	0,0 ^c	„	„
166 Zâmbia	8	8	0	22	0	6	0	„	(,)	47
167 Congo	1	„	0	19	0	„	„	„	„	„
168 Moçambique	3	„	0	23	0	„	0	0,8	„	„
169 Burundi	1	3	0	9	0	2	„	0,0 ^c	„	„
170 Etiópia	3	6	0	1	0	1	„	0,0 ^c	„	„
171 República Centro-Africana	2	„	0	10	0	1	„	„	„	47
172 Guiné-Bissau	6	8	0	1	0	15	„	„	„	„
173 Chade	1	„	0	8	0	„	„	„	„	„
174 Mali	1	„	0	23	0	„	„	(,) ^c	„	„
175 Burkina Faso	2	5	0	19	0	4	„	„	0,2	17
176 Serra Leoa	3	„	0	„	0	„	0	(,)	„	„
177 Níger	1	„	0	6	0	„	„	„	„	„
Países em desenvolvimento	29	113	(,)	134	(,)	53	„	0,6	0,9	400
Países menos desenvolvidos	3	8	0	16	0	4	„	„	„	„
Países Árabes	79	94	4	118	0	49	„	„	„	„
Ásia Oriental e Pacífico	18	172	(,)	212	(,)	80	„	„	1,5	706
América Latina e Caraíbas	89	165	(,)	239	0	„	2	1,0	0,6	293
Ásia do Sul	7	47	(,)	24	0	18	„	„	0,7	135
África Subsariana	5	9	(,)	54	0	„	„	„	„	„
Europa Central, do Leste e CEI	120	232	(,)	287	0	„	48	2,0	1,0	2.213
OCDE	365	494	7	644	3	403	248	80,6	2,5	3.046
OCDE de rendimento elevado	439	567	9	705	3	480	310	101,3	2,6	3.676
Desenvolvimento humano elevado	289	495	6	652	2	414	250	79,2	2,5	3.004
Desenvolvimento humano médio	22	123	(,)	138	0	46	7	0,3	0,8	521
Desenvolvimento humano baixo	3	8	0	25	0	„	„	„	„	„
Rendimento elevado	420	562	9	710	3	477	302	100,1	2,5	3.630
Rendimento médio	46	180	(,)	224	0	77	10	0,6	0,7	760
Rendimento baixo	6	32	(,)	24	0	14	„	„	„	„
Mundo	81	184	1	226	1	120	62	17,9	2,4	1.146

NOTAS

- a** Linhas principais de telefones e assinantes de telemóveis formam, em conjunto, um indicador do 8º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio; ver Índice dos Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- c** Os dados referem-se a 2002.

FONTES

Colunas 1-6: ITU 2005.
Coluna 7: calculado com base em dados de patentes concedidas a residentes, de WIPO 2004, e em dados da população, de UN 2005h.
Coluna 8: calculado com base em dados de receitas de royalties e licenças, de World Bank 2005c, baseado em dados do Fundo Monetário Internacional, e em dados da população, de UN 2003.
Colunas 9 e 10: World Bank 2005c, baseado em dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Desempenho económico

Ordem do IDH	PIB		PIB per capita		Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado em 1975-2003 (dól. PPC)	Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
	Mil milhões de dólares	Mil milhões de dól. PPC	Dól. EUA	Dól. PPC	1975-2003	1990-2003			1990-2003	2002-03
	2003	2003	2003	2003	1975-2003	1990-2003	1990-2003	2002-03		
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	220,9	171,9	48.412	37.670	2,8	2,9	37.911	2001	2,3	2,5
2 Islândia	10,5	9,0	36.377	31.243	1,7	2,1	31.243	2003	3,2	2,1
3 Austrália	522,4	589,1	26.275	29.632	1,9	2,6	29.632	2003	2,4	2,8
4 Luxemburgo	26,5	27,9	59.143	62.298	3,9	3,6	62.298	2003	2,0	2,0
5 Canadá	856,5	970,3	27.079	30.677	1,6	2,3	30.677	2003	1,8	2,8
6 Suécia	301,6	239,6	33.676	26.750	1,6	2,0	26.750	2003	1,7	1,9
7 Suíça	320,1	224,6	43.553	30.552	1,0	0,5	31.098	2001	1,3	0,6
8 Irlanda	153,7	150,7	38.487	37.738	4,5	6,7	37.738	2003	2,7	3,5
9 Bélgica	301,9	294,0	29.096	28.335	1,9	1,8	28.335	2003	1,9	1,6
10 Estados Unidos	10.948,5	10.923,4 ^a	37.648	37.562	2,0	2,1	37.562	2003	2,6	2,3
11 Japão	4.300,9	3.567,8	33.713	27.967	2,4	1,0	27.967	2003	0,4	-0,3
12 Holanda	511,5	476,5	31.532	29.371	1,8	2,1	29.568	2002	2,6	2,1
13 Finlândia	161,9	144,0	31.058	27.619	2,0	2,5	27.619	2003	1,6	0,9
14 Dinamarca	211,9	169,5	39.332	31.465	1,6	1,9	31.471	2002	2,2	2,1
15 Reino Unido	1.794,9	1.610,6	30.253	27.147	2,1	2,5	27.147	2003	2,7	2,9
16 França	1.757,6	1.654,0	29.410	27.677	1,7	1,6	27.677	2003	1,6	2,1
17 Áustria	253,1	243,5	31.289	30.094	2,1	1,8	30.094	2003	2,1	1,4
18 Itália	1.468,3	1.563,3	25.471	27.119	2,0	1,5	27.119	2003	3,3	2,7
19 Nova Zelândia	79,6	90,5	19.847	22.582	1,0	2,1	22.582	2003	1,9	1,8
20 Alemanha	2.403,2	2.291,0	29.115	27.756	2,0	1,3	27.769	2001	1,8	1,0
21 Espanha	838,7	920,3	20.404	22.391	2,2	2,4	22.391	2003	3,5	3,0
22 Hong Kong. China (RAE)	156,7	185,3	22.987	27.179	4,3	2,1	27.294	2000	3,5	-2,6
23 Israel	110,2	134,0	16.481	20.033	1,9	1,6	21.822	2000	7,7	0,7
24 Grécia	172,2	220,2	15.608	19.954	1,0	2,1	19.954	2003	7,2	3,5
25 Singapura	91,3	104,0	21.492	24.481	4,9	3,5	24.870	2000	1,3	0,5
26 Eslovénia	27,7	38,2	13.909	19.150	„	3,1	19.150 ^b	2003	10,3	5,6
27 Portugal	147,9	189,3	14.161	18.126	2,8	2,2	18.597	2001	4,0	3,3
28 Coreia do Sul	605,3	861,0	12.634	17.971	6,1	4,6	17.971	2003	4,5	3,6
29 Chipre	11,4	14,3 ^c	14.786	18.776 ^c	4,6	3,2	18.776 ^b	2001	3,4	4,1
30 Barbados	2,6	4,3	9.708	15.720	1,2	1,4	16.220	2000	2,3	1,6
31 República Checa	89,7	166,9	8.794	16.357	„	1,5	16.357 ^b	2003	6,1	0,1
32 Malta	4,9	7,0	12.157	17.633	4,3	3,3	18.908	2000	2,8	0,5
33 Brunei	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
34 Argentina	129,6	445,2	3.524	12.106	0,4	1,3	13.757	1998	7,2	13,4
35 Hungria	82,7	147,7	8.169	14.584	1,1	2,6	14.584	2003	16,9	4,6
36 Polónia	209,6	434,6	5.487	11.379	„	4,2	11.379 ^b	2003	19,1	0,7
37 Chile	72,4	162,1	4.591	10.274	4,0	4,1	10.274	2003	7,2	2,8
38 Estónia	9,1	18,3	6.713	13.539	0,4 ^b	3,3	13.539 ^b	2003	14,8	1,3
39 Lituânia	18,2	40,4	5.274	11.702	„	0,5	12.075 ^b	1990	19,3	-1,2
40 Catar	„ ^d	„	„ ^d	„	„	„	„	„	2,5	2,3
41 Emiratos Árabes Unidos	„ ^d	„	„ ^d	„	-3,3 ^b	-2,1 ^b	49.432 ^{b,e}	1975	„	„
42 Eslováquia	32,5	72,7	6.033	13.494	0,5 ^b	2,4	13.494 ^b	2003	8,1	8,6
43 Barém	„ ^d	12,2 ^d	„ ^d	17.479 ^d	1,1 ^b	1,5 ^b	17.479 ^b	2002	0,7	„
44 Kuwait	41,7	43,2 ^e	17.421	18.047 ^e	-1,2 ^b	-2,3 ^b	29.760 ^{b,e}	1975	1,9	1,0
45 Croácia	28,8	49,2	6.479	11.080	„	2,1	11.080 ^b	2003	52,8	0,1
46 Uruguai	11,2	28,0	3.308	8.280	1,2	0,9	9.858	1998	25,5	19,4
47 Costa Rica	17,4	38,5 ^e	4.352	9.606 ^e	1,3	2,6	9.836 ^e	1999	14,1	9,4
48 Letónia	11,1	23,8	4.771	10.270	(,)	2,2	10.482 ^b	1989	19,0	2,9
49 São Cristóvão e Nevis	0,3	0,6	7.397	12.404	5,1 ^b	3,1	12.413 ^b	2002	3,2	2,2
50 Baamas	5,3	5,4 ^d	16.571	17.159 ^d	1,3 ^b	0,3 ^b	18.260 ^b	1989	2,0	3,0
51 Seychelles	0,7	„	8.610	„	2,9	2,2	„	„	2,4	3,3
52 Cuba	„	„	„	„	„	3,5 ^b	„	„	„	„
53 México	626,1	937,8	6.121	9.168	0,9	1,4	9.442	2000	16,7	4,5

Ordem do IDH	PIB		PIB per capita		PIB per capita			Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor	
	Mil milhões de dólares	Mil milhões de dólar PPC	PIB per capita		Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado em 1975-2003 (dól. PPC)		Variação média anual do índice de preços no consumidor	
			Dól. EUA	Dól. PPC	1975-2003	1990-2003			1990-2003	2002-03
54 Tonga	0,2	0,7 ^e	1.603	6.992 ^e	1,8 ^b	2,0	6.992 ^{b,e}	2003	4,3	11,6
55 Bulgária	19,9	60,5	2.539	7.731	0,3 ^b	0,6	7.968 ^b	1988	83,8	2,2
56 Panamá	12,9	20,5	4.319	6.854	1,0	2,4	6.854	2003	1,1	1,4
57 Trindade e Tobago	10,5	14,1	8.007	10.766	(.)	3,2	10.766	2003	5,2	3,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58 Líbia	„ ^d	„	„ ^d	„	„	„	„	„	3,5	„
59 Macedónia	4,7	13,9	2.277	6.794	„	-0,7	8.115 ^b	1990	7,1	1,1
60 Antígua e Barbuda	0,8	0,8	9.629	10.294	3,8 ^b	1,6	10.469 ^b	1999	„	„
61 Malásia	103,7	235,7	4.187	9.512	3,9	3,4	9.512	2003	3,1	1,1
62 Federação Russa	432,9	1.323,8	3.018	9.230	-2,1 ^b	-1,5	11.269 ^b	1989	66,6	13,7
63 Brasil	492,3	1.375,7	2.788	7.790	0,8	1,2	7.918	2002	114,0	14,7
64 Roménia	57,0	158,2	2.619	7.277	-0,8 ^b	0,6	7.277 ^b	2003	78,7	15,3
65 Maurícias	5,2	13,8	4.274	11.287	4,6 ^b	4,0	11.287 ^b	2003	6,5	3,9
66 Granada	0,4	0,8	4.199	7.959	3,2 ^b	2,4	7.977 ^b	2000	2,0	„
67 Bielorrússia	17,5	59,8	1.770	6.052	„	0,9	6.052 ^b	2003	185,8	28,4
68 Bósnia e Herzegovina	7,0	24,7	1.684	5.967	„	11,9 ^b	„ ^b	„	„	„
69 Colômbia	78,7	298,8 ^e	1.764	6.702 ^e	1,4	0,4	6.852 ^e	1997	17,0	7,1
70 Dominica	0,3	0,4	3.639	5.448	3,2 ^b	1,2	6.278 ^b	2000	1,6	1,6
71 Omã	„ ^d	34,5 ^d	„ ^d	13.584 ^d	2,2 ^b	0,9 ^b	13.965 ^b	2001	0,2	-0,4
72 Albânia	6,1	14,5	1.933	4.584	0,3 ^b	5,1	4.584 ^b	2003	19,2	0,5
73 Tailândia	143,0	471,0	2.305	7.595	5,1	2,8	7.595	2003	4,1	1,8
74 Samoa (Ocidental)	0,3	1,0 ^e	1.505	5.854 ^e	0,8 ^b	2,4	5.978 ^{b,e}	1986	3,6	0,1
75 Venezuela	85,4	126,3	3.326	4.919	-1,1	-1,5	8.038	1977	41,1	31,1
76 Santa Lúcia	0,7	0,9	4.314	5.709	3,6 ^b	0,3	5.996 ^b	1999	2,5	0,9
77 Arábia Saudita	214,7	298,0 ^e	9.532	13.226 ^e	-2,4	-0,6	24.461 ^e	1977	0,5	0,6
78 Ucrânia	49,5	265,5	1.024	5.491	-5,7 ^b	-4,7	9.755 ^b	1989	85,8	5,2
79 Peru	60,6	142,8	2.231	5.260	-0,5	2,1	5.845	1981	18,5	2,3
80 Cazaquistão	29,7	99,3	2.000	6.671	„	0,4	6.671 ^b	2003	38,8	6,4
81 Líbano	19,0	22,8	4.224	5.074	3,4 ^b	2,9	5.074 ^b	2003	„	„
82 Equador	27,2	47,4	2.091	3.641	0,1	0,1	3.763	1988	37,7	7,9
83 Arménia	2,8	11,2	918	3.671	„	2,8	3.671 ^b	2003	36,9	4,8
84 Filipinas	80,6	352,2	989	4.321	0,3	1,2	4.539	1982	7,3	3,0
85 China	1.417,0	6.445,9 ^f	1.100	5.003 ^f	8,2	8,5	5.003 ^f	2003	6,0	1,2
86 Suriname	1,2	„	2.635	„	-0,6	0,9	„	„	67,7	23,0
87 São Vicente e Grenadinas	0,4	0,7	3.403	6.123	3,4	1,8	6.123	2003	1,9	0,3
88 Paraguai	6,0	26,4 ^e	1.069	4.684 ^e	0,6	-0,6	5.380 ^e	1981	11,8	14,2
89 Tunísia	25,0	70,9	2.530	7.161	2,1	3,1	7.161	2003	3,9	2,7
90 Jordânia	9,9	22,9	1.858	4.320	0,3	0,9	5.195	1987	3,0	2,3
91 Belize	1,0	1,9	3.612	6.950	3,1	2,2	6.950	2003	1,7	2,6
92 Fidji	2,0	4,9	2.438	5.880	0,7	1,8	5.880	2003	3,1	4,2
93 Sri Lanka	18,2	72,7	948	3.778	3,4	3,3	3.778	2003	9,7	6,3
94 Turquia	240,4	478,9	3.399	6.772	1,8	1,3	6.772	2003	72,4	25,3
95 República Dominicana	16,5	59,6 ^e	1.893	6.823 ^e	2,0	4,0	6.823 ^e	2003	8,7	27,4
96 Maldivas	0,7	„	2.441	„	„	4,7 ^b	„	„	5,0	-2,9
97 Turquemenistão	6,2	28,9	1.275	5.938	-3,0 ^b	-1,3	6.589 ^b	1988	„	„
98 Jamaica	8,1	10,8	3.083	4.104	0,4	(.)	4.125	1991	18,3	10,3
99 Irão	137,1	464,4	2.066	6.995	-0,3	2,1	8.443	1976	22,8	16,5
100 Geórgia	4,0	13,3	778	2.588	-4,9	-2,7	7.065 ^b	1985	17,7	„
101 Azerbaijão	7,1	29,8	867	3.617	„	-2,6	3.617 ^b	2003	109,1	„
102 Territórios Ocupados da Palestina	3,5	„	1.026	„	„	-6,0 ^b	„	„	„	„
103 Argélia	66,5	194,4 ^e	2.090	6.107 ^e	-0,1	0,6	6.319 ^e	1985	12,7	2,6
104 El Salvador	14,9	31,2 ^e	2.277	4.781 ^e	0,2	2,1	5.456 ^e	1978	6,6	2,1
105 Cabo Verde	0,8	2,4 ^e	1.698	5.214 ^e	3,0 ^b	3,3	5.214 ^{b,e}	2003	4,8	„
106 Síria	21,5	62,2	1.237	3.576	0,9	1,4	3.696	1998	4,9	„

Ordem do IDH	PIB		PIB per capita		PIB per capita			Variação média anual do índice de preços no consumidor			
	Mil milhões de dólares	Mil milhões de dólar. PPC	Dól. EUA	Dól. PPC	Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado em 1975-2003 (dól. PPC)	Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)		
	2003	2003	2003	2003	1975-2003	1990-2003			1990-2003	2002-03	
107	Guiana	0,7	3,3 ^e	965	4.230 ^e	0,7	3,6	4.482 ^e	1997	5,8	„
108	Vietname	39,2	202,5	482	2.490	5,0 ^b	5,9	2.490 ^b	2003	2,8	3,1
109	Quirguistão	1,9	8,8	378	1.751	-3,1 ^b	-2,4	2.586 ^b	1990	16,5	3,5
110	Indonésia	208,3	721,5	970	3.361	4,1	2,0	3.493	1997	13,9	6,6
111	Usbequistão	9,9	44,6	389	1.744	-1,2 ^b	-0,5	1.744 ^b	2003	„	„
112	Nicarágua	4,1	17,9 ^e	745	3.262 ^e	-2,8	0,9	7.602 ^e	1977	22,3	5,1
113	Bolívia	7,9	22,8	892	2.587	-0,3	1,3	2.690	1977	7,0	3,3
114	Mongólia	1,3	4,6	514	1.850	-2,0 ^b	-2,5	2.888 ^b	1988	29,5	5,1
115	Moldávia	2,0	6,4	463	1.510	-5,1 ^b	-5,7	3.974 ^b	1990	17,8	11,7
116	Honduras	7,0	18,6 ^e	1.001	2.665 ^e	0,1	0,2	2.876 ^e	1979	16,4	7,7
117	Guatemala	24,7	51,0 ^e	2.009	4.148 ^e	0,2	1,1	4.255 ^e	1980	9,1	5,5
118	Vanuatu	0,3	0,6 ^e	1.348	2.944 ^e	0,2 ^b	-0,3	3.935 ^{b,e}	1984	2,7	3,0
119	Egipto	82,4	266,9	1.220	3.950	2,7	2,5	3.950	2003	7,0	4,5
120	África do Sul	159,9	474,1 ^e	3.489	10.346 ^e	-0,6	0,1	12.663 ^e	1981	8,0	5,9
121	Guiné Equatorial	2,9	9,3 ^c	5.900	19.780 ^{c,e}	11,2 ^b	16,8	19.780 ^{b,e}	2001	„	„
122	Tajiquistão	1,6	7,0	246	1.106	-8,1 ^b	-6,5	2.790 ^b	1988	„	„
123	Gabão	6,1	8,6	4.505	6.397	-1,5	-0,4	11.767	1976	4,6	„
124	Marrocos	43,7	120,6	1.452	4.004	1,3	1,0	4.004	2003	3,1	1,2
125	Namíbia	4,3	12,4 ^e	2.120	6.180 ^e	-0,1 ^b	0,9	8.462 ^{b,e}	1980	9,4	7,2
126	São Tomé e Príncipe	0,1	„	378	„	-0,5 ^b	-0,2	„	„	„	„
127	Índia	600,6	3.078,2 ^e	564	2.892 ^e	3,3	4,0	2.892 ^e	2003	7,9	3,8
128	Ilhas Salomão	0,3	0,8 ^e	553	1.753 ^e	1,4	-2,5	2.713 ^e	1996	9,9	10,0
129	Myanmar	„	„	„	„	1,8 ^b	5,7 ^b	„	„	25,9	36,6
130	Camboja	4,2	27,9 ^e	315	2.078 ^e	„	4,0 ^b	2.078 ^{b,e}	2003	4,3	1,2
131	Botswana	7,5	15,0	4.372	8.714	5,1	2,7	9.182	2002	9,6	9,2
132	Comoros	0,3	1,0 ^e	538	1.714 ^e	-1,0 ^b	-1,3	2.177 ^{b,e}	1985	„	„
133	Laos	2,1	10,0	375	1.759	3,3 ^b	3,7	1.759 ^b	2003	29,7	15,5
134	Butão	0,7	„	797	„	4,0 ^b	3,6	„	„	7,7	1,6
135	Paquistão	82,3	311,3	555	2.097	2,5	1,1	2.097	2003	8,1	2,9
136	Nepal	5,9	35,0	237	1.420	2,1	2,2	1.444	2001	7,4	5,7
137	Papua-Nova Guiné	3,2	14,4 ^e	578	2.619 ^e	0,4	0,2	2.900 ^e	1994	10,3	14,7
138	Gana	7,6	46,3 ^e	369	2.238 ^e	0,4	1,8	2.238 ^e	2003	27,0	26,7
139	Bangladeche	51,9	244,4	376	1.770	1,9	3,1	1.770	2003	5,0	5,7
140	Timor-Leste	0,3	„	389	„	„	„	„	„	„	„
141	Sudão	17,8	64,1 ^e	530	1.910 ^e	1,1	3,3	1.910 ^e	2003	63,6	„
142	Congo	3,6	3,6	949	965	-0,1	-1,4	1.318	1996	7,3	-0,8
143	Togo	1,8	8,2 ^e	362	1.696 ^e	-0,8	0,4	2.227 ^e	1980	6,6	-1,0
144	Uganda	6,3	36,8 ^e	249	1.457 ^e	2,6 ^b	3,9	1.457 ^{b,e}	2003	7,9	7,8
145	Zimbabué	„ ^d	31,4 ^c	„ ^d	2.443 ^c	(,) ^b	-0,8 ^b	3.112 ^b	1998	36,1	„
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
146	Madagáscar	5,5	13,7	324	809	-1,6	-0,9	1.274	1975	15,8	-1,2
147	Suazilândia	1,8	5,2	1.669	4.726	1,8	0,2	4.777	1998	9,2	7,3
148	Camarões	12,5	34,1	776	2.118	-0,5	0,2	2.865	1986	5,5	„
149	Lesoto	1,1	4,6 ^e	635	2.561 ^e	3,1	2,3	2.561 ^e	2003	9,0	6,7
150	Djibouti	0,6	1,5 ^e	886	2.086 ^e	-4,2 ^b	-3,3	„ ^{b,e}	„	„	„
151	Iémen	10,8	17,0	565	889	„	2,4	889 ^b	2003	20,8	10,8
152	Mauritânia	1,1	5,0 ^e	384	1.766 ^e	0,4	1,6	1.827 ^e	1976	5,6	5,2
153	Haiti	2,9	14,7 ^e	346	1.742 ^e	-2,3	-2,8	3.309 ^e	1980	19,7	39,3
154	Quênia	14,4	33,1	450	1.037	0,2	-0,6	1.204	1990	12,6	9,8
155	Gâmbia	0,4	2,6 ^e	278	1.859 ^e	-0,2	-0,1	2.108 ^e	1986	4,0	„
156	Guiné	3,6	16,6	459	2.097	1,4 ^b	1,6	2.122 ^b	2002	„	„
157	Senegal	6,5	16,9	634	1.648	(,)	1,3	1.669	1976	4,3	(,)
158	Nigéria	58,4	143,3	428	1.050	-0,5	(,)	1.086	1977	26,0	14,0
159	Ruanda	1,6	10,6 ^e	195	1.268 ^e	-0,5	0,7	1.446 ^e	1983	12,3	6,9

Ordem do IDH	PIB per capita								Variação média anual do índice de preços no consumidor	
	PIB		PIB per capita		Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado em 1975-2003 (dól. PPC)	Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
	Mil milhões de dólares	Mil milhões de dólar. PPC	Dól. EUA	Dól. PPC	1975-2003	1990-2003			1990-2003	2002-03
160 Angola	13,2	31,7 ^e	975	2.344 ^e	-1,1 ^b	0,4	2.910 ^{b,e}	1992	500,8	98,2
161 Eritreia	0,8	3,7 ^e	171	849 ^e	,,	1,0 ^b	999 ^{b,e}	1998	,,	,,
162 Benim	3,5	7,5	517	1.115	0,7	2,2	1.115	2003	6,5	1,5
163 Costa do Marfim	13,7	24,8	816	1.476	-1,9	-0,4	2.726	1978	6,0	3,3
164 Tanzânia	10,3	22,3	287	621	0,8 ^b	1,0	621 ^b	2003	16,2	3,5
165 Malawi	1,7	6,6	156	605	0,2	0,9	653	1979	31,0	9,6
166 Zâmbia	4,3	9,1	417	877	-1,9	-0,9	1.496	1976	48,4	,,
167 Congo	5,7	,,	107	,,	-4,9	-6,3	2.452	1975	0,0	,,
168 Moçambique	4,3	21,0 ^e	230	1.117 ^e	2,3 ^b	4,6	1.117 ^{b,e}	2003	24,8	13,4
169 Burundi	0,6	4,7 ^e	83	648 ^e	-0,9	-3,5	952 ^e	1991	14,6	16,0
170 Etiópia	6,7	48,8 ^e	97	711 ^e	0,1 ^b	2,0	752 ^{b,e}	2002	4,0	17,8
171 República Centro-Africana	1,2	4,2 ^e	309	1.089 ^e	-1,5	-0,4	1.707 ^e	1977	4,4	3,1
172 Guiné-Bissau	0,2	1,1 ^e	160	711 ^e	-0,4	-2,4	1.091 ^e	1997	24,6	-3,5
173 Chade	2,6	10,4 ^e	304	1.210 ^e	0,1	(,)	1.210 ^e	2003	7,2	-1,9
174 Mali	4,3	11,6	371	994	(,)	2,4	995 ^b	2002	4,3	-1,3
175 Burkina Faso	4,2	14,2 ^e	345	1.174 ^e	1,2	1,7	1.174 ^e	2003	4,6	2,0
176 Serra Leoa	0,8	2,9	149	548	-3,3	-5,3	1.139	1982	22,4	7,6
177 Níger	2,7	9,8 ^e	232	835 ^e	-1,8	-0,6	1.383 ^e	1979	5,0	-1,6
Países em desenvolvimento	6.981,9 T	21.525,4 T	1.414	4.359	2,3	2,9	,,	,,	,,	,,
Países menos desenvolvidos	221,4 T	895,1 T	329	1.328	0,7	2,0	,,	,,	,,	,,
Países Árabes	773,4 T	1.683,6 T	2.611	5.685	0,2	1,0	,,	,,	,,	,,
Ásia Oriental e Pacífico	2.893,6 T	9.762,2 T	1.512	5.100	6,0	5,6	,,	,,	,,	,,
América Latina e Caraíbas	1.745,9 T	3.947,0 T	3.275	7.404	0,6	1,1	,,	,,	,,	,,
Ásia do Sul	902,2 T	4.235,9 T	617	2.897	2,6	3,5	,,	,,	,,	,,
África Subsariana	418,5 T	1.227,4 T	633	1.856	-0,7	0,1	,,	,,	,,	,,
Europa Central, do Leste e CEI	1.189,9 T	3.203,5 T	2.949	7.939	,,	0,3	,,	,,	,,	,,
OCDE	29.650,5 T	29.840,6 T	25.750	25.915	2,0	1,8	,,	,,	,,	,,
OCDE de rendimento elevado	28.369,5 T	27.601,9 T	31.020	30.181	2,2	1,9	,,	,,	,,	,,
Desenvolvimento humano elevado	30.341,0 T	30.941,3 T	25.167	25.665	2,2	1,8	,,	,,	,,	,,
Desenvolvimento humano médio	5.414,8 T	19.581,1 T	1.237	4.474	1,7	2,4	,,	,,	,,	,,
Desenvolvimento humano baixo	202,2 T	590,4 T	358	1.046	2,0 ^g	2,8 ^g	,,	,,	,,	,,
Rendimento elevado	29.052,4 T	28.396,0 T	30.589	29.898	2,0	1,8	,,	,,	,,	,,
Rendimento médio	6.021,9 T	18.244,6 T	2.015	6.104	2,0	2,5	,,	,,	,,	,,
Rendimento baixo	1.103,0 T	4.948,9 T	483	2.168	-0,8 ^g	0,1 ^g	,,	,,	,,	,,
Mundo	36.058,3 T	51.150,6 T	5.801	8.229	1,4	1,4	,,	,,	,,	,,

NOTAS

- a Em teoria, o valor do PIB dos Estados Unidos da América em dólares PPC deveria ser igual ao seu valor em dólares EUA, mas problemas práticos que se levantam no cálculo do PIB em dólares PPC impedem isso.
- b Os dados referem-se a um período mais curto do que o indicado.
- c Os dados referem-se a 2001.
- d Os dados referem-se a 2002.
- e As estimativas são baseadas em regressões.
- f As estimativas são baseadas numa comparação bilateral entre a China e os Estados Unidos (Ruen e Kai 1995).
- g A taxa de crescimento da Índia é responsável pela maior parte da diferença nas taxas de crescimento anual médio dos países de rendimento baixo e de desenvolvimento humano baixo.

FONTES

- Colunas 1 e 2: World Bank 2005c; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
- Colunas 3 e 4: calculado com base em dados do PIB e da população, de World Bank 2005c; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
- Colunas 5 e 6: World Bank 2005a; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando o método dos mínimos quadrados.
- Colunas 7 e 8: baseado em séries temporais do PIB per capita em dólares PPC, de World Bank 2005c.
- Colunas 9 e 10: calculado com base em dados do índice de preços no consumidor, de World Bank 2005c.

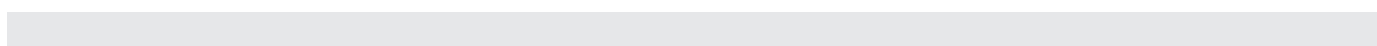
Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parcela do rendimento ou consumo (%)				10% mais ricos para 10% mais pobres ^a	20% mais ricos para 20% mais pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos				
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1	Noruega	2000 ^c	3,9	9,6	37,2	23,4	6,1	3,9	25,8
2	Islândia	"	"	"	"	"	"	"	"
3	Austrália	1994 ^c	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
4	Luxemburgo	"	"	"	"	"	"	"	"
5	Canadá	1998 ^c	2,5	7,0	40,4	25,0	10,1	5,8	33,1
6	Suécia	2000 ^c	3,6	9,1	36,6	22,2	6,2	4,0	25,0
7	Suíça	1992 ^c	2,6	6,9	40,3	25,2	9,9	5,8	33,1
8	Irlanda	1996 ^c	2,8	7,1	43,3	27,6	9,7	6,1	35,9
9	Bélgica	1996 ^c	2,9	8,3	37,3	22,6	7,8	4,5	25,0
10	Estados Unidos	2000 ^c	1,9	5,4	45,8	29,9	15,9	8,4	40,8
11	Japão	1993 ^c	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
12	Holanda	1999 ^c	2,5	7,6	38,7	22,9	9,2	5,1	30,9
13	Finlândia	2000 ^c	4,0	9,6	36,7	22,6	5,6	3,8	26,9
14	Dinamarca	1997 ^c	2,6	8,3	35,8	21,3	8,1	4,3	24,7
15	Reino Unido	1999 ^c	2,1	6,1	44,0	28,5	13,8	7,2	36,0
16	França	1995 ^c	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
17	Áustria	1997 ^c	3,1	8,1	38,5	23,5	7,6	4,7	30,0
18	Itália	2000 ^c	2,3	6,5	42,0	26,8	11,6	6,5	36,0
19	Nova Zelândia	1997 ^c	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
20	Alemanha	2000 ^c	3,2	8,5	36,9	22,1	6,9	4,3	28,3
21	Espanha	1990 ^c	2,8	7,5	40,3	25,2	9,0	5,4	32,5
22	Hong Kong, China (RAE)	1996 ^c	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
23	Israel	1997 ^c	2,4	6,9	44,3	28,2	11,7	6,4	35,5
24	Grécia	1998 ^c	2,9	7,1	43,6	28,5	10,0	6,2	35,4
25	Singapura	1998 ^c	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
26	Eslovénia	1998 ^c	3,6	9,1	35,7	21,4	5,9	3,9	28,4
27	Portugal	1997 ^c	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
28	Coreia do Sul	1998 ^c	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
29	Chipre	"	"	"	"	"	"	"	"
30	Barbados	"	"	"	"	"	"	"	"
31	República Checa	1996 ^c	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
32	Malta	"	"	"	"	"	"	"	"
33	Brunei	"	"	"	"	"	"	"	"
34	Argentina	2001	1,0	3,1	56,4	38,9	39,1	18,1	52,2
35	Hungria	2002 ^e	4,0	9,5	36,5	22,2	5,5	3,8	26,9
36	Polónia	2002 ^e	3,1	7,6	41,9	26,7	8,6	5,5	34,1
37	Chile	2000 ^c	1,2	3,3	62,2	47,0	40,6	18,7	57,1
38	Estónia	2000 ^c	1,9	6,1	44,0	28,5	14,9	7,2	37,2
39	Lituânia	2000 ^e	3,2	7,9	40,0	24,9	7,9	5,1	31,9
40	Catar	"	"	"	"	"	"	"	"
41	Emiratos Árabes Unidos	"	"	"	"	"	"	"	"
42	Eslováquia	1996 ^c	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
43	Barém	"	"	"	"	"	"	"	"
44	Kuwait	"	"	"	"	"	"	"	"
45	Croácia	2001 ^e	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
46	Uruguai	2000	1,8	4,8	50,1	33,5	18,9	10,4	44,6
47	Costa Rica	2000 ^c	1,4	4,2	51,5	34,8	25,1	12,3	46,5
48	Letónia	1998 ^c	2,8	7,3	41,1	26,1	9,2	5,6	33,6
49	São Cristóvão e Nevis	"	"	"	"	"	"	"	"
50	Baamas	"	"	"	"	"	"	"	"
51	Seychelles	"	"	"	"	"	"	"	"
52	Cuba	"	"	"	"	"	"	"	"
53	México	2000 ^e	1,0	3,1	59,1	43,1	45,0	19,3	54,6

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parcela do rendimento ou consumo (%)				10% mais ricos para 10% mais pobres ^a	20% mais ricos para 20% mais pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos				
54	Tonga	"	"	"	"	"	"	"	
55	Bulgária	2001 ^c	2,4	6,7	38,9	23,7	9,9	5,8	31,9
56	Panamá	2000 ^c	0,7	2,4	60,3	43,3	62,3	24,7	56,4
57	Trindade e Tobago	1992 ^c	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	8,3	40,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
58	Líbia	"	"	"	"	"	"	"	"
59	Macedónia	1998 ^a	3,3	8,4	36,7	22,1	6,8	4,4	28,2
60	Antígua e Barbuda	"	"	"	"	"	"	"	"
61	Malásia	1997 ^c	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
62	Federação Russa	2002 ^e	3,3	8,2	39,3	23,8	7,1	4,8	31,0
63	Brasil	2001 ^c	0,7	2,4	63,2	46,9	68,0	26,4	59,3
64	Roménia	2002 ^a	3,2	7,9	41,0	26,1	8,1	5,2	30,3
65	Maurícias	"	"	"	"	"	"	"	"
66	Granada	"	"	"	"	"	"	"	"
67	Bielorrússia	2000 ^a	3,5	8,4	39,1	24,1	6,9	4,6	30,4
68	Bósnia e Herzegovina	2001 ^e	3,9	9,5	35,8	21,4	5,4	3,8	26,2
69	Colômbia	1999 ^c	0,8	2,7	61,8	46,5	57,8	22,9	57,6
70	Dominica	"	"	"	"	"	"	"	"
71	Omã	"	"	"	"	"	"	"	"
72	Albânia	2002 ^a	3,8	9,1	37,4	22,4	5,9	4,1	28,2
73	Tailândia	2000 ^a	2,5	6,1	50,0	33,8	13,4	8,3	43,2
74	Samoa (Ocidental)	"	"	"	"	"	"	"	"
75	Venezuela	1998 ^c	0,6	3,0	53,4	36,3	62,9	17,9	49,1
76	Santa Lúcia	"	"	"	"	"	"	"	"
77	Arábia Saudita	"	"	"	"	"	"	"	"
78	Ucrânia	1999 ^a	3,7	8,8	37,8	23,2	6,4	4,3	29,0
79	Peru	2000 ^c	0,7	2,9	53,2	37,2	49,9	18,4	49,8
80	Cazaquistão	2003 ^a	3,2	7,8	40,0	24,4	7,5	5,1	32,3
81	Líbano	"	"	"	"	"	"	"	"
82	Equador	1998 ^a	0,9	3,3	58,0	41,6	44,9	17,3	43,7
83	Arménia	1998 ^a	2,6	6,7	45,1	29,7	11,5	6,8	37,9
84	Filipinas	2000 ^a	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
85	China	2001 ^e	1,8	4,7	50,0	33,1	18,4	10,7	44,7
86	Suriname	"	"	"	"	"	"	"	"
87	São Vicente e Grenadinas	"	"	"	"	"	"	"	"
88	Paraguai	2002 ^c	0,6	2,2	61,3	45,4	73,4	27,8	57,8
89	Tunísia	2000 ^a	2,3	6,0	47,3	31,5	13,4	7,9	39,8
90	Jordânia	1997 ^a	3,3	7,6	44,4	29,8	9,1	5,9	36,4
91	Belize	"	"	"	"	"	"	"	"
92	Fidji	"	"	"	"	"	"	"	"
93	Sri Lanka	1999 ^a	3,4	8,3	42,2	27,8	8,1	5,1	33,2
94	Turquia	2000 ^a	2,3	6,1	46,7	30,7	13,3	7,7	40,0
95	República Dominicana	1998 ^c	2,1	5,1	53,3	37,9	17,7	10,5	47,4
96	Maldivas	"	"	"	"	"	"	"	"
97	Turquemenistão	1998 ^a	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
98	Jamaica	2000 ^a	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
99	Irão	1998 ^a	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
100	Geórgia	2001 ^e	2,3	6,4	43,6	27,9	12,0	6,8	36,9
101	Azerbaijão	2001 ^e	3,1	7,4	44,5	29,5	9,7	6,0	36,5
102	Territórios Ocupados da Palestina	"	"	"	"	"	"	"	"
103	Argélia	1995 ^a	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
104	El Salvador	2000 ^c	0,9	2,9	57,1	40,6	47,4	19,8	53,2
105	Cabo Verde	"	"	"	"	"	"	"	"
106	Síria	"	"	"	"	"	"	"	"

Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parcela do rendimento ou consumo (%)				10% mais ricos para 10% mais pobres ^a	20% mais ricos para 20% mais pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos				
107	Guiana	"	"	"	"	"	"	"	
108	Vietname	2002 ^e	3,2	7,5	45,4	29,9	9,4	6,0	37,0
109	Quirguistão	2002 ^e	3,2	7,7	43,0	27,9	8,6	5,5	34,8
110	Indonésia	2002 ^e	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	34,3
111	Usbequistão	2000 ^e	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
112	Nicarágua	2001 ^e	2,2	5,6	49,3	33,8	15,5	8,8	43,1
113	Bolívia	1999 ^e	1,3	4,0	49,1	32,0	24,6	12,3	44,7
114	Mongólia	1998 ^e	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	30,3
115	Moldávia	2002 ^e	2,7	6,8	44,1	28,4	10,3	6,5	36,9
116	Honduras	1999 ^c	0,9	2,7	58,9	42,2	49,1	21,5	55,0
117	Guatemala	2000 ^c	0,9	2,6	64,1	48,3	55,1	24,4	59,9
118	Vanuatu	"	"	"	"	"	"	"	"
119	Egipto	1999 ^e	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
120	África do Sul	2000 ^e	1,4	3,5	62,2	44,7	33,1	17,9	57,8
121	Guiné Equatorial	"	"	"	"	"	"	"	"
122	Tajiquistão	2003 ^e	3,3	7,9	40,8	25,6	7,8	5,2	32,6
123	Gabão	"	"	"	"	"	"	"	"
124	Marrocos	1998 ^e	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
125	Namíbia	1993 ^c	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	70,7
126	São Tomé e Príncipe	"	"	"	"	"	"	"	"
127	Índia	1999 ^e	3,9	8,9	43,3	28,5	7,3	4,9	32,5
128	Ilhas Salomão	"	"	"	"	"	"	"	"
129	Myanmar	"	"	"	"	"	"	"	"
130	Camboja	1997 ^e	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
131	Botswana	1993 ^e	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
132	Comoros	"	"	"	"	"	"	"	"
133	Laos	1997 ^e	3,2	7,6	45,0	30,6	9,7	6,0	37,0
134	Butão	"	"	"	"	"	"	"	"
135	Paquistão	1998 ^e	3,7	8,8	42,3	28,3	7,6	4,8	33,0
136	Nepal	1995 ^e	3,2	7,6	44,8	29,8	9,3	5,9	36,7
137	Papua-Nova Guiné	1996 ^e	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
138	Gana	1998 ^e	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	40,8
139	Bangladeche	2000 ^e	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
140	Timor-Leste	"	"	"	"	"	"	"	"
141	Sudão	"	"	"	"	"	"	"	"
142	Congo	"	"	"	"	"	"	"	"
143	Togo	"	"	"	"	"	"	"	"
144	Uganda	1999 ^e	2,3	5,9	49,7	34,9	14,9	8,4	43,0
145	Zimbabué	1995 ^e	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	56,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
146	Madagáscar	2001 ^e	1,9	4,9	53,5	36,6	19,2	11,0	47,5
147	Suazilândia	1994 ^c	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
148	Camarões	2001 ^e	2,3	5,6	50,9	35,4	15,7	9,1	44,6
149	Lesoto	1995 ^e	0,5	1,5	66,5	48,3	105,0	44,2	63,2
150	Djibouti	"	"	"	"	"	"	"	"
151	Iémen	1998 ^e	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
152	Mauritânia	2000 ^e	2,5	6,2	45,7	29,5	12,0	7,4	39,0
153	Haiti	"	"	"	"	"	"	"	"
154	Quênia	1997 ^e	2,5	6,0	49,1	33,9	13,6	8,2	42,5
155	Gâmbia	1998 ^e	1,8	4,8	53,4	37,0	20,2	11,2	47,5
156	Guiné	1994 ^e	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
157	Senegal	1995 ^e	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
158	Nigéria	1996 ^e	1,6	4,4	55,7	40,8	24,9	12,8	50,6
159	Ruanda	1983 ^e	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9



Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parcela do rendimento ou consumo (%)				10% mais ricos para 10% mais pobres ^a	20% mais ricos para 20% mais pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos				
160	Angola	"	"	"	"	"	"	"	
161	Eritreia	"	"	"	"	"	"	"	
162	Benim	"	"	"	"	"	"	"	
163	Costa do Marfim	2002 ^e	2,0	5,2	50,7	34,0	16,6	9,7	44,6
164	Tanzânia	1993 ^e	2,8	6,8	45,5	30,1	10,8	6,7	38,2
165	Malawi	1997 ^e	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
166	Zâmbia	1998 ^e	1,0	3,3	56,6	41,0	41,8	17,2	52,6
167	Congo	"	"	"	"	"	"	"	"
168	Moçambique	1996 ^e	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
169	Burundi	1998 ^e	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	33,3
170	Etiópia	1999 ^e	3,9	9,1	39,4	25,5	6,6	4,3	30,0
171	República Centro-Africana	1993 ^e	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
172	Guiné-Bissau	1993 ^e	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
173	Chade	"	"	"	"	"	"	"	"
174	Mali	1994 ^e	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
175	Burkina Faso	1998 ^e	1,8	4,5	60,7	46,3	26,2	13,6	48,2
176	Serra Leoa	1989 ^e	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9
177	Níger	1995 ^e	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5

NOTAS

Como os inquéritos familiares subjacentes diferem no método e no tipo de dados recolhidos, os dados sobre distribuição não são exactamente comparáveis entre países.

- a** Os dados mostram o rácio entre a parte do rendimento ou consumo do grupo mais rico e a do grupo mais pobre. Devido aos arredondamentos, os resultados podem diferir dos rácios calculados com as parcelas do rendimento, ou consumo das colunas 2-5.
- b** Um valor igual a 0 representa a igualdade perfeita e um valor de 100 a desigualdade perfeita.
- c** Inquérito baseado no rendimento.
- d** Os dados referem-se apenas a zonas urbanas.
- e** Inquérito baseado no consumo.

FONTES

Colunas 1-5 e 8: World Bank 2005b.
Coluna 6: calculado com base nos dados das colunas 2 e 5.
Coluna 7: calculado com base nos dados das colunas 3 e 4.

Estrutura do comércio

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980=100) ^a	
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	34	28	40	41	67	74	33	21	12	19	71
2	Islândia	33	39	34	35	91	85	8	15	10	6	..
3	Austrália	17	22 ^b	17	20 ^b	73	61	24	30	8	14	87
4	Luxemburgo	100	123	104	140	..	13	..	84	..	12	..
5	Canadá	26	37 ^b	26	42 ^b	36	33	59	61	14	14	88
6	Suécia	29	37	30	44	16	13	83	81	13	15	110
7	Suíça	34	37 ^b	36	44 ^b	6	7	94	93	12	22	..
8	Irlanda	52	75 ^b	57	94 ^b	26	9	70	86	41	34	99
9	Bélgica	69	80	71	82	..	17	..	80	..	8	105
10	Estados Unidos	11	14 ^b	10	10 ^b	22	16	74	80	33	31	119
11	Japão	9	10	10	12	3	3	96	93	24	24	145
12	Holanda	51	58 ^b	54	63 ^b	37	29	59	71	16	31	103
13	Finlândia	24	30	23	37	17	15	83	84	8	24	117
14	Dinamarca	31	37	36	43	35	30	60	66	15	20	110
15	Reino Unido	27	28	24	25	19	16	79	78	24	26	99
16	França	22	25	21	26	23	17	77	81	16	19	..
17	Áustria	38	50	40	52	12	13	88	78	8	13	..
18	Itália	20	25	20	25	11	11	88	87	8	8	126
19	Nova Zelândia	27	31 ^b	27	32 ^b	75	67	23	29	4	10	111
20	Alemanha	25	32	25	36	10	9	89	84	11	16	117
21	Espanha	20	30	16	28	24	21	75	77	6	7	132
22	Hong Kong, China (RAE)	124	161	132	170	4	6	95	93	..	13	100
23	Israel	45	44	35	37	13	7	87	93	10	18	112
24	Grécia	28	28	18	20	46	40	54	58	2	12	71
25	Singapura	27	12	72	85	40	59	77
26	Eslovénia	..	60	..	60	..	10	..	90	..	6	..
27	Portugal	39	38 ^b	33	30 ^b	19	14	80	86	4	9	..
28	Coreia do Sul	29	36	28	38	6	7	94	93	18	32	116
29	Chipre	57	..	52	..	45	51	55	49	6	5	..
30	Barbados	52	55 ^b	49	52 ^b	55	46	43	52	..	14	..
31	República Checa	43	65	45	63	..	10	..	90	..	13	..
32	Malta	99	89 ^b	85	88 ^b	4	4 ^c	96	96 ^c	45	62 ^c	..
33	Brunei	100	94	(.)	6	..	(.)	..
34	Argentina	5	14	10	25	71	72	29	27	..	9	74
35	Hungria	29	68 ^b	31	65 ^b	35	11	63	87	..	26	89
36	Polónia	22	26	29	21	36	17	59	81	..	3	317
37	Chile	31	33	35	36	87	81	11	16	5	3	52
38	Estónia	..	83	..	75	..	26	..	74	..	13	..
39	Lituânia	61	60	52	54	..	37	..	63	..	5	..
40	Catar	84	89 ^b	16	10 ^b	..	(.) ^b	..
41	Emiratos Árabes Unidos	40	..	65	..	54	96 ^c	46	4 ^c	..	2 ^c	..
42	Eslováquia	36	80	27	78	..	12	..	88	..	4	..
43	Barém	95	65 ^b	116	81 ^b	91	91	9	9	..	(.)	..
44	Kuwait	58	40 ^b	45	48 ^b	94	93 ^c	6	7 ^c	3	1 ^c	..
45	Croácia	..	57	..	47	..	28	..	72	..	12	..
46	Uruguai	18	23	24	26	61	66	39	34	..	2	118
47	Costa Rica	41	49	35	47	66	34	27	66	..	45	124
48	Letónia	49	57	48	47	..	40	..	60	..	4	..
49	São Cristóvão e Nevis	83	56	52	37	..	27 ^c	..	73 ^c	..	(.) ^c	..
50	Baamas	37 ^c	..	1 ^c	..
51	Seychelles	67	77	62	77	(.)	5 ^b
52	Cuba	90 ^c	..	10 ^c	..	29 ^c	..
53	México	20	30	19	28	56	18	43	81	8	21	30

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980=100) ^a
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002
54 Tonga	65	58 ^c	34	13 ^c	21
55 Bulgária	37	63	33	53	..	29	..	66	..	4	..
56 Panamá	79	58	87	59	78	89	21	11	..	1	85
57 Trindade e Tobago	29	41	45	50	73	67 ^b	27	33 ^b	..	2 ^b	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
58 Líbia	31	36 ^b	40	48 ^b	95	..	5
59 Macedónia	36	53	26	35	..	28	..	72	..	1	..
60 Antígua e Barbuda	87	68 ^b	89	60 ^b
61 Malásia	72	93	75	114	46	22	54	77	38	58	..
62 Federação Russa	18	21	18	32	..	65	..	21	..	19	..
63 Brasil	7	13	8	17	47	47	52	52	7	12	145
64 Roménia	26	39	17	33	26	17	73	83	2	4	..
65 Maurícias	71	57	64	60	34	26	66	74	1	5	94
66 Granada	63	57 ^b	42	47 ^b	..	82	20	18	..	1	..
67 Bielorrússia	44	70	46	66	..	35	..	62	..	4	..
68 Bósnia e Herzegovina	..	59	..	25
69 Colômbia	15	22	21	21	74	64	25	36	..	7	71
70 Dominica	81	62	55	54	32	60	..	7	..
71 Omã	31	35 ^b	53	57 ^b	94	85	5	14	2	2	..
72 Albânia	23	42	15	19	..	16	..	84	..	1	..
73 Tailândia	42	59	34	66	36	22	63	75	21	30	69
74 Samoa (Occidental)	19	4	81	..	(.)	..
75 Venezuela	20	15	39	31	90	87	10	13	4	4	37
76 Santa Lúcia	84	69	73	56	..	76 ^b	28	26	..	8	..
77 Arábia Saudita	32	24	41	47	93	90 ^b	7	10 ^b	..	(.) ^b	..
78 Ucrânia	29	48	28	53	..	32 ^b	..	67 ^b	..	5 ^b	..
79 Peru	14	18	16	18	82	78	18	22	..	2	50
80 Cazaquistão	..	44	..	50	..	82	..	18	..	9	..
81 Líbano	100	39	18	13	..	31	..	68	..	2	..
82 Equador	32	29	33	24	98	88	2	12	(.)	6	36
83 Arménia	46	50	35	32	..	38	..	62	..	1	..
84 Filipinas	33	51	28	48	31	10	38	90	..	74	85
85 China	14	32	18	34	27	9	72	91	..	27	..
86 Suriname	44	45 ^b	42	21 ^b	26	..	74	7 ^b	..	(.) ^c	..
87 São Vicente e Grenadinas	77	65	66	47	..	91 ^b	..	10	..	(.) ^b	..
88 Paraguai	39	47	33	32	..	86	10	14	(.)	6	175
89 Tunísia	51	47	44	43	31	19	69	81	2	4	85
90 Jordânia	93	70	62	45	..	31	51	69	1	2	129
91 Belize	60	67	62	54	15	1 ^b	..	(.) ^b	..
92 Fidji	67	66 ^c	62	73 ^c	63	55	36	44	12	1	..
93 Sri Lanka	38	42	29	36	42	25 ^b	54	74 ^b	1	1 ^b	..
94 Turquia	18	31	13	28	32	15	68	84	1	2	94
95 República Dominicana	44	54	34	52	..	60 ^c	..	34 ^c	..	1 ^c	57
96 Maldivas	64	66	24	85	32
97 Turquemenistão	..	42 ^c	..	41 ^c
98 Jamaica	52	59	48	41	31	36 ^b	69	64 ^b	..	(.) ^b	..
99 Irão	24	23	22	25	..	92	..	8	..	2	..
100 Geórgia	46	46	40	32	..	69	..	31	..	24	..
101 Azerbaijão	39	67	44	43	..	93	..	6	..	5	..
102 Territórios Ocupados da Palestina	..	49	..	10
103 Argélia	25	24	23	39	97	98	3	2	..	2	31
104 El Salvador	31	43	19	27	62	43	38	57	..	5	123
105 Cabo Verde	44	68	13	32	96 ^c	..	1 ^c	100
106 Síria	28	33	28	40	64	89	36	11	..	1	..

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980=100) ^a	
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002	
107	Guiana	80	106 ^b	63	93 ^b	..	75	..	24	..	1	..
108	Vietname	45	68	36	60	..	49 ^b	..	50 ^b	..	2 ^b	..
109	Quirguistão	50	42	29	38	..	60	..	39	..	2	..
110	Indonésia	24	26	25	31	65	48	35	52	1	14	..
111	Usbequistão	48	30	29	37
112	Nicarágua	46	51	25	24	92	87	8	13	..	4	71
113	Bolívia	24	25	23	24	95	83	5	17	..	8	47
114	Mongólia	53	80	24	68	..	62	..	38	..	(.)	..
115	Moldávia	51	88	49	54	..	68	..	32	..	3	..
116	Honduras	40	54	36	36	91	79 ^b	9	21 ^b	..	(.) ^b	81
117	Guatemala	25	28	21	16	76	60	24	40	..	7	86
118	Vanuatu	77	..	49	13	..	20
119	Egipto	33	24	20	22	57	63	42	31	..	(.)	53
120	África do Sul	19	26	24	28	..	42	..	58	..	5	86
121	Guiné Equatorial	70	..	32
122	Tajiquistão	35	79	28	60
123	Gabão	31	41	46	62	58
124	Marrocos	32	36	26	32	48	31	52	69	..	11	106
125	Namíbia	67	47	52	39	..	58	..	41	..	3	..
126	São Tomé e Príncipe	72	83	14	38
127	Índia	9	16	7	14	28	22	71	77	2	5	131
128	Ilhas Salomão	73	33 ^b	47	31 ^b
129	Myanmar	5	..	3
130	Camboja	13	71	6	62	..	99	..	1
131	Botswana	50	34	55	44	..	9 ^c	..	91 ^c	..	(.) ^c	106
132	Comoros	35	25	14	13	109
133	Laos	25	25	11	25
134	Butão	32	43 ^b	28	22 ^b
135	Paquistão	23	20	16	20	21	15	79	85	(.)	1	88
136	Nepal	22	29	11	17	83
137	Papua-Nova Guiné	49	..	41	..	89	94	10	6	..	39	..
138	Gana	26	52	17	40	..	84 ^c	..	16 ^c	..	3 ^c	58
139	Bangladeche	14	20	6	14	..	10	77	89	(.)	(.)	..
140	Timor-Leste
141	Sudão	..	12	..	16	..	97 ^b	..	3 ^b	..	7 ^b	91
142	Congo	46	53	54	78	51
143	Togo	45	47	33	34	89	42	9	58	..	1	87
144	Uganda	19	26	7	12	..	91	..	9	..	8	..
145	Zimbabué	23	22 ^b	23	24 ^b	68	62 ^b	31	38 ^b	2	3 ^b	115
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
146	Madagáscar	28	32	17	21	85	61	14	38	8	(.)	108
147	Suazilândia	76	94	77	84	..	23 ^b	..	76 ^b	..	1 ^b	100
148	Camarões	17	25	20	26	91	93	9	7	3	2	108
149	Lesoto	122	95	17	41	76
150	Djibouti	44	..	8
151	Iémen	20	36	14	31
152	Mauritânia	61	75	46	34	..	79	..	21	124
153	Haiti	20	37 ^b	18	13 ^b	15	..	85	..	14	..	50
154	Quênia	31	29	26	25	71	76	29	24	4	4	101
155	Gâmbia	72	45	60	41	55
156	Guiné	31	25	31	22	..	75 ^b	..	25 ^b	..	(.) ^b	..
157	Senegal	30	40	25	28	77	64	23	34	..	9	96
158	Nigéria	29	41	43	50	28
159	Ruanda	14	28	6	9	..	90	..	10	..	25	133

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980=100) ^a
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002
160 Angola	21	67	39	71	100	..	(.)
161 Eritreia	..	99	..	14
162 Benim	26	27	14	14	..	92 ^b	..	8 ^b	..	2 ^b	126
163 Costa do Marfim	27	34	32	47	..	78	..	20	..	8	103
164 Tanzânia	37	27	13	18	..	82	..	18	..	2	..
165 Malawi	33	41	24	27	95	88	5	12	(.)	1	64
166 Zâmbia	37	28	36	21	..	86 ^b	..	14 ^b	..	2 ^b	79
167 Congo	29	22 ^b	30	19 ^b	10	104
168 Moçambique	36	39	8	23	..	91 ^c	..	8 ^c	..	3 ^c	..
169 Burundi	28	18	8	7	2 ^b	..	22 ^b	58
170 Etiópia	12	37	8	17	..	89	..	11	..	(.)	..
171 República Centro-Africana	28	31	15	24	..	51 ^b	..	37	..	(.)	78
172 Guiné-Bissau	37	44	10	30	86
173 Chade	28	53	13	21	141
174 Mali	34	31	17	26	..	59 ^c	2	40 ^c	..	8 ^c	95
175 Burkina Faso	24	23	11	9	..	82 ^b	..	17 ^b	..	2 ^b	220
176 Serra Leoa	24	49	22	22	7 ^b	..	31 ^b	225
177 Níger	22	25	15	16	..	91	..	8	..	3	..
Países em desenvolvimento	24	33	25	35	..	29	58	73	..	21	..
Países menos desenvolvidos	22	30	13	22
Países Árabes	38	30 ^b	38	36 ^b	81	86 ^b	16	20 ^b	..	2	..
Ásia Oriental e Pacífico	32	48	33	52	..	13	75	86	..	29	..
América Latina e Caraíbas	15	21	17	24	65	44	36	55	7	14	..
Ásia do Sul	13	18	11	17	..	43	71	61	..	3	..
África Subsariana	26	33	27	33
Europa Central, do Leste e CEI	26	37	27	37	..	36	..	58	..	13	..
OCDE	18	22 ^b	17	21 ^b	20	16	76	79	18	18	..
OCDE de rendimento elevado	18	21 ^b	17	21 ^b	19	16	78	79	18	18	..
Desenvolvimento humano elevado	19	23 ^b	18	22 ^b	21	18	76	79	18	17	..
Desenvolvimento humano médio	20	28	20	31	..	36	51	63	..	21	..
Desenvolvimento humano baixo	29	37	27	34
Rendimento elevado	19	22 ^b	18	22 ^b	20	17	78	80	18	18	..
Rendimento médio	21	30	22	33	..	34	48	65	..	21	..
Rendimento baixo	17	24	13	21	..	40 ^b	..	60 ^b	..	4	..
Mundo	19	24 ^b	19	24 ^b	..	22	72	77	18	18	..

NOTAS

a O rácio entre o índice do preço de exportação e o índice do preço de importação é medido em relação ao ano base de 1980. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações subiu em relação ao preço das importações.

b Os dados referem-se a 2002.

c Os dados referem-se a 2001.

FONTES

Colunas 1-10: World Bank 2005c; baseado em dados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento.
Coluna 11: calculado com base em dados dos termos de troca, de World Bank 2005c.

Responsabilidades dos países ricos: ajuda

Ordem do IDH	ODM Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsada			APD per capita do país doador (dólares EUA 2002)		ODM APD para os países menos desenvolvidos ^b (% do total)		ODM APD para serviços sociais básicos ^c (% do total afectável por sector)		ODM APD bilateral não ligada (% do total)	
	Total ^a (milhões de dól. EUA)	Em % do RNB		1990	2003	1990	2003	1996/97 ^e	2002/03 ^e	1990	2003
		1990 ^d	2003								
	2003	1990 ^d	2003	1990	2003	1990	2003	1996/97 ^e	2002/03 ^e	1990	2003
1 Noruega	2.042	1,17	0,92	314	388	44	39	12,9	20,2	61	100
3 Austrália	1.219	0,34	0,25	49	50	18	21	7,5	18,1	33	67
4 Luxemburgo	194	0,21	0,81	73	354	39	34	„	„	„	„
5 Canadá	2.031	0,44	0,24	80	55	30	31	5,7	27,8	47	53
6 Suécia	2.400	0,91	0,79	184	218	39	34	10,5	17,0	87	94
7 Suíça	1.299	0,32	0,39	119	154	43	31	8,6	14,3	78	96
8 Irlanda	504	0,16	0,39	19	103	37	53	0,5	30,6	„	100
9 Bélgica	1.853	0,46	0,60	88	145	41	59	11,3	19,4	„	99
10 Estados Unidos	16.254	0,21	0,15	58	55	19	28	22,7	23,4	„	„
11 Japão	8.880	0,31	0,20	83	66	19	22	3,0	5,0	89	96
12 Holanda	3.981	0,92	0,80	179	199	33	32	12,4	19,9	56	„
13 Finlândia	558	0,65	0,35	131	89	38	33	6,5	13,4	32	86
14 Dinamarca	1.748	0,94	0,84	227	265	39	38	9,6	14,3	„	71
15 Reino Unido	6.282	0,27	0,34	55	95	32	36	23,5	28,9	„	100
16 França	7.253	0,60	0,41	119	100	32	41	„	10,3	64	93
17 Áustria	505	0,11	0,20	21	51	63	33	5,0	7,1	32	51
18 Itália	2.433	0,31	0,17	54	34	41	45	7,2	20,0	22	„
19 Nova Zelândia	165	0,23	0,23	27	32	19	27	„	14,8	100	81
20 Alemanha	6.784	0,42	0,28	96	68	28	37	9,8	11,5	62	95
21 Espanha	1.961	0,20	0,23	23	37	20	17	13,9	12,4	„	56
24 Grécia	362	„	0,21	„	26	„	15	16,9	18,4	„	94
27 Portugal	320	0,24	0,22	18	25	70	64	6,4	2,9	„	94
CAD	69.029 T	0,33	0,25	72	70	29	33	9	17	73	92

NOTAS

O quadro apresenta dados dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

- a Algumas regiões e países não membros da CAD também fornecem APD. De acordo com OECD 2005e, a APD líquida desembolsada em 2002 pela República Checa, Hungria, Islândia, Israel, Coreia do Sul, Kuwait, Polónia, Arábia Saudita, Eslováquia, Turquia, Emiratos Árabes Unidos e outros pequenos doadores, incluindo Estónia, Letónia e Lituânia, totalizou 3.278 milhões de dólares. A China também fornece ajuda, mas não revela o montante.
- b Inclui fluxos multilaterais imputados, que têm em conta as contribuições através de organizações multilaterais. Estas são calculadas utilizando a distribuição geográfica dos desembolsos para o ano indicado.
- c Os dados referem-se à parcela da APD para afectação sectorial; incluem cooperação técnica e custos administrativos.
- d Os dados de cada país (mas não a média da CAD) incluem o perdão das responsabilidades não-APD.
- e Os dados referem-se à média, para os anos indicados.

FONTE

Todas as colunas: OECD 2005c; os agregados foram calculados pela OCDE para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Responsabilidades dos países ricos: alívio da dívida e comércio

Ordem do IDH	Alívio da dívida		Comércio			
	Compromissos bilaterais com o <i>trust fund</i> PPAE ^a (milhões de dólar. EUA)	Perdão da dívida bilateral bruta (milhões de dólar. EUA)	Importações de bens			
			Dos países em desenvolvimento		Dos países menos desenvolvidos	
			Total (milhões de dólar. EUA)	Parte das importações totais (%)	Total (milhões de dólar. EUA)	Parte das importações totais (%)
2004	1990–2003	2003	2003	2003	2003	
1 Noruega	127	237	5.260	13	81	0,2
3 Austrália	14	83	34.143	40	148	0,2
4 Luxemburgo	4	„	298	2	6	„
5 Canadá	165	1.567	46.012	19	770	0,3
6 Suécia	109	286	7.556	9	169	0,2
7 Suíça	93	340	8.142	8	118	0,1
8 Irlanda	25	„	8.833	16	136	0,3
9 Bélgica	64	1.468	29.066	12	2.181	0,9
10 Estados Unidos	750	10.882	641.803	49	11.525	0,9
11 Japão	256	4.331	237.583	62	1.584	0,4
12 Holanda	242	2.170	50.887	24	657	0,3
13 Finlândia	51	156	4.899	12	157	0,4
14 Dinamarca	80	377	6.815	12	168	0,3
15 Reino Unido	436	2.574	79.488	20	1.587	0,4
16 França	258	15.878	64.258	18	2.598	0,7
17 Áustria	50	709	7.997	9	179	0,2
18 Itália	217	2.334	55.504	19	1.400	0,5
19 Nova Zelândia	2	„	5.675	31	29	0,2
20 Alemanha	350	7.371	98.247	16	2.761	0,5
21 Espanha	165	1.208	45.009	21	1.647	0,8
24 Grécia	17	„	9.835	22	180	0,4
27 Portugal	24	476	5.943	13	234	0,5

Quadro 18b Apoio da OCDE para agricultura doméstica

(% do PIB)

	ODM	
	1990	2003 ^a
Austrália	0,8	0,3
Canadá	1,7	0,9
República Checa	„	1,5
União Europeia ^b	2,2	1,3
Hungria	„	2,4
Islândia	4,6	1,9
Japão	1,7	1,3
Coreia do Sul	8,7	3,9
México	2,9	1,1
Nova Zelândia	0,5	0,4
Noruega	3,2	1,5
Polónia	„	0,7
Eslováquia	„	1,5
Suíça	3,3	2,0
Turquia	4,3	4,4
Estados Unidos	1,2	0,9
OCDE	1,8	1,2

a. Dados provisórios.

b. Não existem dados disponíveis para os países membros da União Europeia, individualmente. Os países membros em 2003 eram a Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia. Áustria, Finlândia e Suécia entraram em 1995 e, por isso, não estão incluídos nos dados para 1990.

Fonte: OECD 2005a; agregados calculados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico para o Gabinete do Relatório do desenvolvimento Humano.

NOTAS

Este quadro apresenta dados dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

- a. A Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) é um mecanismo para o alívio da dívida, supervisionado conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Os credores bilaterais e multilaterais têm proporcionado o alívio da dívida através deste mecanismo desde 1996. Inclui compromissos através da União Europeia.

FONTES

Coluna 1: IMF e IDA 2004.

Coluna 2: calculado com base em dados sobre o cancelamento da dívida, de OECD 2005f.

Colunas 3-6: calculado com base em dados de UN 2005a.

Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida ^a (desembolsos líquidos)						ODM Serviço da dívida total					
	Total (Milhões dól. EUA)	Per capita (Dól. EUA)	Em % do PIB		Entradas líquidas de investimento directo estrangeiro ^b (% do PIB)		Outros fluxos privados ^{b,c} (% do PIB)		Em % do PIB		Em % das exportações de bens, serviços e rendimento líquido do exterior	
			1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003
	2003	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
22 Hong Kong, China (RAE)	5,0	0,7	0,1	(,)	„	8,6	„	„	„	„	„	„
23 Israel	440,0	65,8	2,6	0,4	0,3	3,3	„	„	„	„	„	„
25 Singapura	7,1	1,7	(,)	(,)	15,1	12,5	„	„	„	„	„	„
26 Eslovénia	65,9	33,6	„	0,2	„	1,2	„	„	„	„	„	„
28 Coreia do Sul	-457,7	-9,6	(,)	-0,1	0,3	0,5	„	„	„	„	„	„
29 Chipre	18,7	24,2	0,7	0,2	2,3	9,0	„	„	„	„	„	„
30 Barbados	19,9	73,4	0,2	0,8	6,5	2,2	-0,8	3,1	8,2	3,2	14,6	5,6
31 República Checa	263,3	25,8	(,)	0,3	0,0	2,8	„	3,2	„	6,1	„	3,0
32 Malta	10,1	25,3	0,2	0,2	„	„	„	„	„	„	„	„
33 Brunei	0,5	1,3	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
34 Argentina	109,4	2,9	0,1	0,1	1,3	0,8	-1,5	0,1	4,4	10,8	34,7	34,7
35 Hungria	248,4	24,5	0,2	0,3	0,9	3,0	-1,4	3,2	12,8	18,3	33,4	6,8
36 Polónia	1.191,5	31,2	2,2	0,6	0,2	2,0	(,)	1,4	1,6	9,1	4,4	6,5
37 Chile	75,6	4,8	0,3	0,1	2,2	4,1	5,1	1,2	9,1	11,7	18,1	5,5
38 Estónia	84,5	62,6	„	0,9	0,0	9,8	„	14,1	„	13,4	„	0,9
39 Lituânia	372,0	107,7	„	2,0	0,0	1,0	„	-1,8	„	36,4	„	11,3
40 Catar	2,0	3,2	(,)	„	„	„	„	„	„	„	„	„
41 Emiratos Árabes Unidos	5,2	1,3	(,)	„	„	„	„	„	„	„	„	„
42 Eslováquia	159,9	29,7	(,)	0,5	0,0	1,8	„	2,9	„	10,7	„	6,9
43 Barém	37,5	52,7	3,2	„	„	„	„	„	„	„	„	„
44 Kuwait	4,4	1,9	(,)	(,)	0,0	-0,2	„	„	„	„	„	„
45 Croácia	120,6	27,1	„	0,4	0,0	6,9	„	20,9	„	11,8	„	7,9
46 Uruguai	16,8	5,0	0,6	0,1	0,0	2,5	-2,1	-2,1	10,6	7,8	35,2	23,1
47 Costa Rica	28,3	7,1	4,0	0,2	2,8	3,3	-2,5	1,5	8,8	4,8	22,0	8,9
48 Letónia	113,7	49,0	„	1,0	0,0	2,7	„	2,4	„	8,4	„	4,0
49 São Cristóvão e Nevis	(,)	-0,2	5,1	(,)	30,7	15,2	-0,3	12,0	1,9	12,6	3,4	34,9
50 Baamas	3,9	12,3	0,1	0,1	-0,6	2,8	„	„	„	„	„	„
51 Seychelles	9,2	110,1	9,8	1,3	5,5	8,1	-1,7	-5,1	5,9	11,0	7,8	13,6
52 Cuba	70,0	6,2	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
53 México	103,2	1,0	0,1	(,)	1,0	1,7	2,7	-0,2	4,3	6,5	18,3	11,3
54 Tonga	27,5	269,2	26,3	16,9	0,2	1,7	-0,1	0,0	1,7	2,3	3,5	5,8 ^d
55 Bulgária	414,4	53,0	0,1	2,1	0,0	7,1	„	1,2	„	5,8	18,6	7,6
56 Panamá	30,5	10,2	1,9	0,2	2,6	6,1	-0,1	2,2	6,5	7,4	4,1	9,2
57 Trindade e Tobago	-2,3	-1,8	0,4	(,)	2,2	5,9	-3,5	0,0	8,9	2,4	15,6	3,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
58 Líbia	10,0	1,8	0,1	„	„	„	„	„	„	„	„	„
59 Macedónia	233,5	114,0	„	5,0	0,0	2,0	„	-0,1	„	5,2	„	8,7
60 Antígua e Barbuda	5,0	64,1	1,2	0,7	„	„	„	„	„	„	„	„
61 Malásia	109,1	4,4	1,1	0,1	5,3	2,4	-4,2	-0,3	9,8	9,1	10,6	4,7
62 Federação Russa	1.254,8	8,8	(,)	0,3	0,0	1,8	„	1,8	„	4,4	„	8,3
63 Brasil	296,0	1,7	(,)	0,1	0,2	2,1	-0,1	0,7	1,8	11,5	18,5	38,6
64 Roménia	601,2	27,1	0,6	1,1	0,0	3,2	(,)	3,6	(,)	6,4	0,0	10,4
65 Maurícias	-15,1	-12,4	3,7	-0,3	1,7	1,2	1,9	0,5	6,5	4,5	7,3	4,7
66 Granada	11,7	111,9	6,3	2,7	5,8	0,0	0,0	0,9	1,5	7,0	3,1	17,5
67 Bielorrússia	31,9	3,2	„	0,2	0,0	1,0	„	-0,3	„	1,4	„	1,7
68 Bósnia e Herzegovina	538,8	130,1	„	7,7	„	5,5	„	0,3	„	2,6	„	6,4
69 Colômbia	802,1	18,1	0,2	1,0	1,2	2,2	-0,4	-3,7	9,7	10,7	34,5	34,6
70 Dominica	10,9	153,8	11,9	4,2	7,7	0,0	-0,3	-0,3	3,5	6,5	6,0	13,4
71 Omã	44,5	17,1	0,6	„	1,4	„	-3,8	-5,5	7,0	8,6 ^d	12,0	5,3
72 Albânia	342,3	108,0	0,5	5,6	0,0	2,9	„	(,)	„	0,9	0,9	3,6
73 Tailândia	-966,3	-15,6	0,9	-0,7	2,9	1,4	2,3	-0,6	6,2	10,5	11,4	8,0
74 Samoa (Occidental)	33,0	185,6	23,7	12,3	3,3	-0,1	0,0	0,0	2,7	4,9	10,6	„
75 Venezuela	82,2	3,2	0,2	0,1	0,9	3,0	-1,2	1,2	10,3	10,4	„	„

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida ^a (desembolsos líquidos)						ODM Serviço da dívida total					
	Total (Milhões dól. EUA)	Per capita (Dól. EUA)	Em % do PIB		Entradas líquidas de inves- timento directo estrangeiro ^b (% do PIB)		Outros fluxos privados ^{b, c} (% do PIB)		Em % do PIB		Em % das expor- tações de bens, serviços e rendimento líquido do exterior	
			1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003
76 Santa Lúcia	14,8	92,3	3,1	2,1	11,3	4,6	-0,2	1,3	1,6	4,7	2,1	7,4
77 Arábia Saudita	21,9	1,0	(,)	(,)	"	"	"	"	"	"	"	"
78 Ucrânia	322,9	6,7	0,4	0,7	0,0	2,9	"	0,3	"	7,4	"	5,5
79 Peru	500,2	18,4	1,5	0,8	0,2	2,3	0,1	2,0	1,8	4,2	7,3	20,8
80 Cazaquistão	268,4	18,0	"	0,9	0,0	7,0	"	12,1	"	17,8	"	3,0
81 Líbano	228,3	50,8	8,9	1,2	0,2	1,9	0,2	0,2	3,5	17,1	3,2	81,5
82 Equador	176,2	13,5	1,6	0,6	1,2	5,7	0,6	2,2	10,5	8,9	31,0	19,7
83 Arménia	247,4	81,0	"	8,8	0,0	4,3	"	-0,2	"	3,4	"	8,7
84 Filipinas	737,2	9,1	2,9	0,9	1,2	0,4	0,2	1,3	8,1	12,8	25,6	13,8
85 China	1.324,6	1,0	0,6	0,1	1,0	3,8	1,3	0,4	2,0	2,6	10,6	2,8
86 Suriname	10,9	24,9	15,5	0,9	"	"	"	"	"	"	"	"
87 São Vicente e Grenadinas	6,3	58,0	7,8	1,7	3,9	10,1	0,0	5,5	2,2	3,9	3,1	6,7 ^d
88 Paraguai	50,7	9,0	1,1	0,8	1,5	1,5	-0,2	0,5	6,2	5,1	11,5	6,6
89 Tunísia	305,5	30,9	3,2	1,2	0,6	2,2	-1,6	3,1	11,6	6,4	25,6	13,7
90 Jordânia	1.234,3	232,5	22,1	12,5	0,9	3,8	5,3	-5,4	15,6	11,7	22,1	22,6
91 Belize	12,1	46,5	7,4	1,2	4,2	4,0	1,4	18,0	4,9	13,6	7,0	24,9
92 Fidji	51,1	61,2	3,7	2,5	6,8	1,0	-1,2	-0,1	7,8	1,4	9,0	"
93 Sri Lanka	671,9	35,0	9,1	3,7	0,5	1,3	0,1	(,)	4,8	3,3	14,8	7,8
94 Turquia	165,8	2,4	0,8	0,1	0,5	0,6	0,8	0,5	4,9	11,7	29,9	20,3
95 República Dominicana	69,0	7,9	1,4	0,4	1,9	1,9	(,)	4,9	3,3	5,6	10,7	7,4
96 Maldivas	18,0	61,3	9,8	2,5	2,6	1,9	0,5	1,4	4,1	3,0	4,0	3,5
97 Turquemenistão	27,2	5,6	"	0,4	0,0	1,6	"	"	"	"	"	5,7
98 Jamaica	3,4	1,3	5,9	(,)	3,0	8,8	-1,0	-2,6	14,4	10,1	27,0	21,4
99 Irão	133,1	2,0	0,1	0,1	-0,3	0,1	(,)	0,8	0,5	1,2	1,3	3,6
100 Geórgia	219,8	42,9	"	5,5	0,0	8,5	"	-0,4	"	4,5	"	10,0
101 Azerbaijão	296,7	36,0	"	4,2	0,0	46,0	"	-0,7	"	3,4	"	6,0
102 Territórios Ocupados da Palestina	971,6	288,6	"	28,1	"	"	"	"	"	"	"	"
103 Argélia	232,2	7,3	0,2	0,3	(,)	1,0	-0,7	-0,1	14,2	6,5	63,7	"
104 El Salvador	191,8	29,4	7,2	1,3	(,)	0,6	0,1	2,1	4,3	3,7	18,2	11,7
105 Cabo Verde	143,7	305,7	31,8	18,0	0,1	1,9	(,)	0,2	1,7	2,7	8,9	7,2
106 Síria	160,3	9,2	5,6	0,7	0,6	0,7	-0,1	(,)	9,7	1,6	20,3	3,0
107 Guiana	86,6	112,6	42,6	11,7	2,0	3,5	-4,1	-0,2	74,5	7,8	"	9,5 ^{e, f}
108 Vietname	1.768,6	21,8	2,9	4,5	2,8	3,7	0,0	-0,7	2,7	2,1	"	3,3
109 Quirguistão	197,7	39,1	"	10,4	0,0	2,4	"	-3,0	"	7,1	"	7,7
110 Indonésia	1.743,5	8,1	1,5	0,8	1,0	-0,3	1,6	-1,5	8,7	8,9	25,6	12,8
111 Usbequistão	194,4	7,6	"	2,0	0,0	0,7	"	0,1	"	8,2	"	19,6
112 Nicarágua	833,2	152,1	32,9	20,4	0,0	4,9	2,0	0,7	1,6	5,0	2,4	11,7 ^{e, f}
113 Bolívia	929,7	103,5	11,2	11,8	0,6	2,1	-0,5	1,6	7,9	5,4	33,5	20,1 ^{e, f}
114 Mongólia	247,1	99,7	"	19,4	"	10,3	"	(,)	"	22,6	0,3	4,4
115 Moldávia	116,6	27,5	"	5,9	0,0	3,0	"	1,3	"	8,1	"	6,6
116 Honduras	389,0	55,8	14,7	5,6	1,4	2,8	1,0	-0,8	12,8	5,9	33,0	9,5 ^{e, g}
117 Guatemala	247,0	20,1	2,6	1,0	0,6	0,5	-0,1	-0,2	2,8	1,9	11,6	9,8
118 Vanuatu	32,4	154,4	33,0	11,4	8,7	6,7	-0,1	0,0	1,6	0,7	1,6	1,2
119 Egipto	893,8	13,2	12,6	1,1	1,7	0,3	-0,2	-0,7	7,1	3,4	"	"
120 África do Sul	624,9	13,8	"	0,4	-0,1	0,5	"	2,1	"	2,7	0,0	4,3
121 Guiné Equatorial	21,3	43,1	46,0	0,7	8,4	49,1	0,0	0,0	3,9	0,3	11,5	"
122 Tajiquistão	144,1	22,9	"	9,3	0,0	2,0	"	-1,6	"	5,7	"	7,7
123 Gabão	-10,7	-8,0	2,2	-0,2	1,2	0,9	0,5	-1,2	3,0	6,2	4,8	"
124 Marrocos	522,8	17,4	4,1	1,2	0,6	5,2	1,2	0,3	6,9	9,8	27,9	25,7
125 Namíbia	146,1	72,5	5,2	3,4	"	"	"	"	"	"	"	"
126 São Tomé e Príncipe	37,7	239,9	95,0	63,3	0,0	16,8	-0,2	0,0	4,9	11,1	28,7	24,6 ^{e, g}
127 Índia	942,2	0,9	0,4	0,2	0,1	0,7	0,5	1,1	2,6	3,4	29,3	18,1
128 Ilhas Salomão	60,2	131,8	21,7	23,8	4,9	-0,8	-1,5	-1,0	5,5	3,7	11,3	"
129 Myanmar	125,8	2,6	"	"	"	"	"	"	"	"	18,3	3,8 ^{e, h}

Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida ^a (desembolsos líquidos)								ODM Serviço da dívida total				
	Total (Milhões dól. EUA)	Per capita (Dól. EUA)	Em % do PIB		Entradas líquidas de inves- timento directo estrangeiro ^b (% do PIB)		Outros fluxos privados ^{b,c} (% do PIB)		Em % do PIB		Em % das expor- tações de bens, serviços e rendimento líquido do exterior		
			1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	
	2003	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	
130	Camboja	508,0	37,9	3,7	12,0	0,0	2,1	0,0	0,0	2,7	0,6	„	0,9
131	Botswana	30,1	17,5	3,9	0,4	2,5	1,1	-0,5	(.)	2,8	0,7	4,3	1,3
132	Comoros	24,5	40,8	17,3	7,6	0,2	0,3	0,0	0,0	0,4	0,8	2,5	„ ^{e,h}
133	Laos	298,6	52,8	17,4	14,1	0,7	0,9	0,0	0,0	1,1	2,3	8,6	10,3 ^{e,h}
134	Butão	77,0	88,1	16,5	11,1	0,6	(.)	-0,9	0,0	1,8	1,0	5,3	4,7 ^d
135	Paquistão	1.068,4	7,2	2,8	1,3	0,6	0,6	-0,2	-0,5	4,8	3,7	22,9	16,8
136	Nepal	466,7	18,9	11,7	8,0	0,0	0,3	-0,4	(.)	1,9	1,9	15,2	10,0
137	Papua-Nova Guiné	220,8	40,1	12,8	6,9	4,8	3,2	1,5	-3,1	17,2	9,3	18,4	7,3
138	Gana	906,7	44,4	9,6	11,9	0,3	1,8	-0,3	-4,0	6,2	6,3	36,3	5,2 ^{e,f}
139	Bangladeche	1.393,4	10,1	7,0	2,7	(.)	0,2	0,2	(.)	2,5	1,3	34,8	8,3
140	Timor-Leste	150,8	186,1	„	44,2	„	„	„	„	„	„	„	„
141	Sudão	621,3	18,5	6,2	3,5	0,0	7,6	0,0	0,0	0,4	0,2	4,8	1,3 ^{e,h}
142	Congo	69,8	18,6	7,8	2,0	0,8	5,6	-3,6	0,0	19,0	1,7	32,2	3,8 ^{e,h}
143	Togo	44,8	9,2	16,0	2,5	1,1	1,1	0,3	0,0	5,3	0,9	11,5	1,9 ^{e,h}
144	Uganda	959,4	38,0	15,5	15,2	0,0	3,1	0,4	0,1	3,4	1,3	78,6	7,8 ^{e,f}
145	Zimbabué	186,4	14,2	3,9	„	-0,1	„	1,1	-0,3	5,4	0,6 ^d	19,4	„
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
146	Madagáscar	539,5	31,9	12,9	9,9	0,7	0,2	-0,5	(.)	7,2	1,3	44,4	4,7 ^{e,f}
147	Suazilândia	27,1	24,5	6,3	1,5	3,5	2,4	-0,5	0,0	5,4	1,5	5,6	1,6
148	Camarões	883,9	55,0	4,0	7,1	-1,0	1,7	-0,1	-0,5	4,6	3,6	13,1	8,7 ^{e,g}
149	Lesoto	79,0	44,1	23,0	6,9	2,8	3,7	(.)	-0,5	3,8	5,9	4,2	8,9
150	Djibouti	77,8	110,4	46,4	12,5	(.)	1,8	-0,1	0,0	3,6	2,5	„	„
151	Iémen	243,1	12,7	8,4	2,2	-2,7	-0,8	3,3	0,0	3,5	1,6	7,1	4,0
152	Mauritânia	242,7	90,1	23,3	22,2	0,7	19,6	-0,1	0,3	14,3	5,0	28,8	15,7 ^{e,f}
153	Haiti	199,8	23,7	5,9	6,8	0,0	0,3	0,0	0,0	1,2	1,8	9,0	10,8
154	Quênia	483,5	15,2	13,9	3,4	0,7	0,6	0,8	0,8	9,2	4,0	28,6	14,5
155	Gâmbia	59,8	42,1	31,3	15,1	0,0	15,2	-2,4	0,0	11,9	5,0	21,8	14,0 ^{e,g}
156	Guiné	237,5	30,0	10,4	6,5	0,6	2,2	-0,7	0,0	6,0	3,6	19,6	10,7 ^{e,g}
157	Senegal	449,6	44,7	14,4	6,9	1,0	1,2	-0,2	(.)	5,7	3,8	18,3	23,4 ^{e,f}
158	Nigéria	317,6	2,3	0,9	0,5	2,1	2,1	-0,4	-0,4	11,7	2,8	22,3	„
159	Ruanda	331,6	40,2	11,3	20,3	0,3	0,3	-0,1	0,0	0,8	1,3	10,7	10,0 ^{e,g}
160	Angola	498,7	36,9	2,6	3,8	-3,3	10,7	5,6	3,7	3,2	10,1	7,1	14,8
161	Eritreia	307,3	70,0	„	40,9	„	2,9	„	0,0	„	1,6	„	13,0
162	Benim	293,7	43,7	14,5	8,5	3,4	1,5	(.)	0,0	2,1	1,7	9,2	6,3 ^{e,f}
163	Costa do Marfim	252,1	15,0	6,4	1,8	0,4	1,3	0,1	-0,8	11,7	4,2	„	„ ^{e,g}
164	Tanzânia	1.669,3	46,5	27,5	16,2	0,0	2,4	0,1	0,2	4,2	0,9	31,3	5,8 ^{e,f}
165	Malawi	497,9	45,4	26,8	29,1	1,2	1,3	0,1	0,0	7,1	2,1	28,0	23,1 ^{e,g}
166	Zâmbia	560,1	53,8	14,6	12,9	6,2	2,3	-0,3	-0,2	6,2	9,0	14,6	14,1 ^{e,g}
167	Congo	5.381,0	101,2	9,6	94,9	-0,2	2,8	-0,1	0,5	3,7	2,6	„	8,9 ^{e,g}
168	Moçambique	1.032,8	55,0	40,7	23,9	0,4	7,8	1,0	-0,5	3,2	2,0	17,3	3,9 ^{e,f}
169	Burundi	224,2	31,1	23,3	37,6	0,1	(.)	-0,5	1,3	3,7	4,9	41,7	63,6 ^{e,h}
170	Etiópia	1.504,4	21,9	11,8	22,6	0,1	0,9	-0,7	-0,1	2,7	1,4	37,6	7,3 ^{e,f}
171	República Centro-Africana	49,9	12,9	16,8	4,2	(.)	0,3	(.)	0,0	2,0	0,1	12,5	„ ^{e,h}
172	Guiné-Bissau	145,2	97,5	52,7	60,8	0,8	0,9	(.)	0,0	3,4	6,4	22,1	9,4 ^{e,g}
173	Chade	246,9	28,8	18,0	9,5	0,5	32,1	(.)	0,0	0,7	1,8	3,8	5,4 ^{e,g}
174	Mali	527,6	45,3	19,9	12,2	0,2	3,0	(.)	0,0	2,8	1,8	14,7	5,8 ^{d,e,f}
175	Burkina Faso	451,1	37,3	10,6	10,8	(.)	0,3	(.)	(.)	1,1	1,2	7,8	12,5 ^{e,f}
176	Serra Leoa	297,4	55,7	9,4	37,5	5,0	0,4	0,6	-0,1	3,3	3,2	10,1	10,9 ^{e,g}
177	Niger	453,3	38,5	16,0	16,6	1,6	1,1	0,4	-0,3	4,0	1,2	6,6	6,4 ^{e,f}

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida ^a (desembolsos líquidos)						ODM Serviço da dívida total					
	Total (Milhões dól. EUA)	Per capita (Dól. EUA)	Em % do PIB		Entradas líquidas de inves- timento directo estrangeiro ^b (% do PIB)		Outros fluxos privados ^{b, c} (% do PIB)		Em % do PIB		Em % das expor- tações de bens, serviços e rendimento líquido do exterior	
			1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003
Países em desenvolvimento	65.401,3 T	9,7	2,7	3,0	0,9	2,3	0,4	0,3	3,5	4,7	21,9	17,6
Países menos desenvolvidos	23.457,4 T	33,4	13,0	18,7	0,1	3,6	0,4	0,2	2,8	2,1	16,2	7,5
Países Árabes	8.320,3 T	27,5	6,8	1,6	0,5	1,7	-0,1	-0,1	4,1	2,5	„	15,5
Ásia Oriental e Pacífico	7.231,9 T	3,4	1,0	0,5	1,7	3,1	0,6	0,1	3,0	3,2	17,9	10,5
América Latina e Caraíbas	6.090,4 T	9,9	1,3	0,8	0,8	2,1	0,5	0,3	4,0	8,6	23,7	30,7
Ásia do Sul	6.623,8 T	4,3	1,6	0,7	(,)	0,6	0,3	0,8	2,6	2,9	19,5	13,5
África Subsariana	22.691,8 T	32,9	12,0	18,6	0,4	2,2	0,3	0,7	3,8	2,9	„	9,6
Europa Central, do Leste e CEI	4.885,9 T	24,0	„	„	(,)	2,9	(,)	2,6	0,5	7,7	13,5	17,3
OCDE	269,0 T	„	„	„	1,0	1,4	„	„	„	„	„	„
OCDE de rendimento elevado	„ T	„	„	„	1,0	1,4	„	„	„	„	„	„
Desenvolvimento humano elevado	646,1 T	„	„	„	1,0	1,5	„	„	„	„	„	„
Desenvolvimento humano médio	27.342,9 T	6,5	1,6	0,9	0,5	2,2	0,3	0,6	2,9	5,3	21,3	16,2
Desenvolvimento humano baixo	18.565,3 T	27,9	11,7	18,7	0,5	2,8	0,4	0,1	6,4	3,3	20,6	10,2
Rendimento elevado	37,5 T	„	„	„	1,0	1,5	„	„	„	„	„	„
Rendimento médio	18.969,6 T	8,4	1,2	0,4	0,6	2,4	0,4	0,7	3,1	6,4	20,8	17,9
Rendimento baixo	32.128,3 T	13,7	4,6	6,1	0,3	1,5	0,4	0,5	3,6	3,1	24,9	13,5
Mundo	69.783,7 T	10,9	„	„	0,9	1,6	„	„	„	„	„	„

NOTAS

Este quadro apresenta dados para países incluídos nas Partes I e II da lista de beneficiários de ajuda da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (OECD 2005e). O denominador utilizado convencionalmente para comparar a ajuda pública ao desenvolvimento e o serviço da dívida total com a dimensão da economia é o RNB e não o PIB (ver *Definições de termos estatísticos*). Contudo, o PIB é utilizado aqui para permitir comparações ao longo do quadro. Com poucas excepções, os denominadores produzem resultados semelhantes.

- a** As receitas da APD são os fluxos APD totais líquidos dos países da CAD, bem como da República Checa, Hungria, Islândia, Israel, Coreia do Sul, Kuwait, Polónia, Arábia Saudita, Eslováquia, Turquia, Emiratos Árabes Unidos e outros pequenos doadores, incluindo Estónia, Letónia e Lituânia, e as principais concessões das organizações multilaterais.
- b** Um valor negativo indica que a saída de capitais do país excede a entrada.
- c** Outros fluxos privados compreendem fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida, fluxos de carteira criadores de dívida e empréstimos bancários e relacionados com o comércio. Ver as definições de termos estatísticos.

d Os dados referem-se a 2002.

e Países incluídos na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE).

f Ponto de conclusão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE.

g Ponto de decisão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE.

h Pontos de decisão e de conclusão ainda não alcançados no quadro da Iniciativa PPAE.

FONTES

Coluna 1: OECD 2005f; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Colunas 2-4: OECD 2005f.

Colunas 5 e 6: World Bank 2005c; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Colunas 7 e 8: calculado com base em dados do investimento de carteira (títulos e acções), dos empréstimos bancários e relacionados com o comércio e em dados do PIB, de World Bank 2005c.

Colunas 9 e 10: calculado com base em dados do serviço da dívida total e do PIB, de World Bank 2005c.

Colunas 11 e 12: UN 2005f, com base num trabalho conjunto do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação (% do PIB)		Despesa pública de saúde (% do PIB)		Despesa militar ^a (% do PIB)		Serviço da dívida total ^b (% do PIB)	
	1990 ^c	2000-02 ^d	1990	2002	1990	2003	1990	2003
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1 Noruega	7,0	7,6	8,0	8,0	2,9	2,0	„	„
2 Islândia	5,4	6,0 ^e	8,3	8,3	0,0	0,0	„	„
3 Austrália	4,9	4,9	6,5	6,5	2,1	1,9	„	„
4 Luxemburgo	3,1	„	5,3	5,3	0,9	0,9	„	„
5 Canadá	6,5	5,2	6,7	6,7	2,0	1,2	„	„
6 Suécia	7,1	7,7	7,8	7,8	2,6	1,8	„	„
7 Suíça	4,9	5,8 ^e	6,5	6,5	1,8	1,0	„	„
8 Irlanda	4,8	5,5	5,5	5,5	1,2	0,7	„	„
9 Bélgica	5,0	6,3	6,5	6,5	2,4	1,3	„	„
10 Estados Unidos	5,1	5,7	6,6	6,6	5,3	3,8	„	„
11 Japão	„	3,6	6,5	6,5	0,9	1,0	„	„
12 Holanda	5,7	5,1	5,8	5,8	2,5	1,6	„	„
13 Finlândia	5,5	6,4	5,5	5,5	1,6	1,2	„	„
14 Dinamarca	„	8,5	7,3	7,3	2,0	1,5	„	„
15 Reino Unido	4,8	5,3	6,4	6,4	4,0	2,8	„	„
16 França	5,3	5,6	7,4	7,4	3,5	2,6	„	„
17 Áustria	5,3	5,7	5,4	5,4	1,0	0,8	„	„
18 Itália	3,1	4,7	6,4	6,4	2,1	1,9	„	„
19 Nova Zelândia	6,1	6,7	6,6	6,6	1,9	1,1	„	„
20 Alemanha	„	4,6	8,6	8,6	2,8 ^f	1,4	„	„
21 Espanha	4,2	4,5	5,4	5,4	1,8	1,2	„	„
22 Hong Kong, China (RAE)	2,8	4,4	„	„	„	„	„	„
23 Israel	6,3	7,5	6,0	6,0	12,4	9,1	„	„
24 Grécia	2,4	4,0	5,0	5,0	4,7	4,1	„	„
25 Singapura	3,1	„	1,3	1,3	4,9	5,2	„	„
26 Eslovénia	„	6,1	6,2	6,2	„	1,5	„	„
27 Portugal	4,0	5,8	6,6	6,6	2,7	2,1	„	„
28 Coreia do Sul	3,3	4,2	2,6	2,6	3,7	2,5	„	„
29 Chipre	3,5	6,3	2,9	2,9	5,0	1,5	„	„
30 Barbados	7,8	7,6	4,7	4,7	„	„	8,2	3,2
31 República Checa	„	4,4	6,4	6,4	„	2,2	„	6,1
32 Malta	4,3	„	7,0	7,0	0,9	0,8	„	„
33 Brunei	3,9	„	2,7	2,7	„	„	„	„
34 Argentina	„	4,0	4,5	4,5	1,2	1,2	4,4	10,8
35 Hungria	5,8	5,5	5,5	5,5	2,8	1,8	12,8	18,3
36 Polónia	„	5,6	4,4	4,4	2,7	2,0	1,6	9,1
37 Chile	2,5	4,2	2,6	2,6	4,3	3,5	9,1	11,7
38 Estónia	„	5,7	3,9	3,9	„	1,9	„	13,4
39 Lituânia	4,6	5,9	4,3	4,3	„	1,6	„	36,4
40 Catar	3,5	„	2,4	2,4	„	„	„	„
41 Emiratos Árabes Unidos	1,8	1,6 ^e	2,3	2,3	6,2	3,1	„	„
42 Eslováquia	5,1	4,4	5,3	5,3	„	1,9	„	10,7
43 Barém	4,1	„	3,2	3,2	5,1	5,1	„	„
44 Kuwait	4,8	„	2,9	2,9	48,5	9,0	„	„
45 Croácia	7,2	4,5	5,9	5,9	„	2,1	„	11,8
46 Uruguai	2,7	2,6	2,9	2,9	2,5	1,6	10,6	7,8
47 Costa Rica	4,4	5,1	6,1	6,1	0,0	0,0	8,8	4,8
48 Letónia	3,8	5,8	3,3	3,3	„	1,7	„	8,4
49 São Cristóvão e Nevis	2,6	7,6	3,4	3,4	„	„	1,9	12,6
50 Baamas	4,0	„	3,4	3,4	„	„	„	„
51 Seychelles	7,8	5,2	3,9	3,9	4,0	1,7	5,9	11,0
52 Cuba	8,9	9,0	6,5	6,5	„	„	„	„
53 México	3,6	5,3	2,7	2,7	0,5	0,5	4,3	6,5

Ordem do IDH	Despesa pública de educação (% do PIB)		Despesa pública de saúde (% do PIB)		Despesa militar ^a (% do PIB)		Serviço da dívida total ^b (% do PIB)	
	1990 ^c	2000-02 ^d	1990	2002	1990	2003	1990	2003
54 Tonga	..	4,9 ^e	5,1	5,1	1,7	2,3
55 Bulgária	5,2	3,5	4,4	4,4	3,5	2,6	..	5,8
56 Panamá	4,7	4,5	6,4	6,4	1,3	..	6,5	7,4
57 Trindade e Tobago	3,7	4,3 ^e	1,4	1,4	8,9	2,4
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
58 Líbia	1,6	1,6	..	2,0
59 Macedónia	..	3,5	5,8	5,8	..	2,5	..	5,2
60 Antígua e Barbuda	..	3,8	3,3	3,3
61 Malásia	5,1	8,1	2,0	2,0	2,6	2,8	9,8	9,1
62 Federação Russa	3,5	3,8	3,5	3,5	12,3	4,3	..	4,4
63 Brasil	..	4,2	3,6	3,6	2,5	1,6	1,8	11,5
64 Roménia	2,8	3,5	4,2	4,2	4,6	2,4	(,)	6,4
65 Maurícias	3,8	4,7	2,2	2,2	0,3	0,2	6,5	4,5
66 Granada	5,1	5,1	4,0	4,0	1,5	7,0
67 Bielorrússia	4,8	6,0 ^e	4,7	4,7	..	1,3	..	1,4
68 Bósnia e Herzegovina	4,6	4,6	..	2,9	..	2,6
69 Colômbia	2,4	5,2	6,7	6,7	2,2	4,4	9,7	10,7
70 Dominicana	4,6	4,6	3,5	6,5
71 Omã	3,1	4,6 ^e	2,8	2,8	16,5	12,2	7,0	0,0
72 Albânia	5,9	..	2,4	2,4	5,9	1,2	..	0,9
73 Tailândia	3,5	5,2	3,1	3,1	2,6	1,3	6,2	10,5
74 Samoa (Ocidental)	3,2	4,8 ^e	4,7	4,7	2,7	4,9
75 Venezuela	3,0	..	2,3	2,3	..	1,3	10,3	10,4
76 Santa Lúcia	..	7,7 ^e	3,4	3,4	1,6	4,7
77 Arábia Saudita	5,8	..	3,3	3,3	12,8	8,7
78 Ucrânia	5,1	5,4	3,3	3,3	..	2,9	..	7,4
79 Peru	2,8	3,0	2,2	2,2	0,1	1,3	1,8	4,2
80 Cazaquistão	3,2	3,0	1,9	1,9	..	1,1	..	17,8
81 Líbano	..	2,7	3,5	3,5	7,6	4,3	3,5	17,1
82 Equador	4,3	1,0 ^e	1,7	1,7	1,9	2,4	10,5	8,9
83 Arménia	7,0	3,2 ^e	1,3	1,3	..	2,7	..	3,4
84 Filipinas	2,9	3,1	1,1	1,1	1,4	0,9	8,1	12,8
85 China	2,3	..	2,0	2,0	2,7	2,3	2,0	2,6
86 Suriname	6,4	..	5,2	5,2
87 São Vicente e Grenadinas	..	10,0	3,9	3,9	2,2	3,9
88 Paraguai	1,1	4,4	3,2	3,2	1,0	0,9	6,2	5,1
89 Tunísia	6,0	6,4	2,9	2,9	2,0	1,6	11,6	6,4
90 Jordânia	8,1	..	4,3	4,3	9,9	8,9	15,6	11,7
91 Belize	4,6	5,2	2,5	2,5	1,2	..	4,9	13,6
92 Fiji	4,7	5,6 ^e	2,7	2,7	2,3	1,6	7,8	1,4
93 Sri Lanka	2,7	..	1,8	1,8	2,1	2,7	4,8	3,3
94 Turquia	2,2	3,7	4,3	4,3	3,5	4,9	4,9	11,7
95 República Dominicana	..	2,3	2,2	2,2	3,3	5,6
96 Maldivas	3,8	..	4,0	4,0 ^g	4,1	3,0
97 Turquemenistão	4,3	..	3,0	3,0
98 Jamaica	4,5	6,1	3,4	3,4	14,4	10,1
99 Irão	4,1	4,9	2,9	2,9	2,9	3,8	0,5	1,2
100 Geórgia	..	2,2	1,0	1,0	..	1,1	..	4,5
101 Azerbaijão	7,7	3,2	0,8	0,8	..	1,9	..	3,4
102 Territórios Ocupados da Palestina
103 Argélia	5,3	..	3,2	3,2	1,5	3,3	14,2	6,5
104 El Salvador	1,9	2,9	3,6	3,6	2,7	0,7	4,3	3,7
105 Cabo Verde	..	7,9	3,8	3,8	..	0,7	1,7	2,7
106 Síria	4,0	..	2,3	2,3	6,9	7,1	9,7	1,6

Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação (% do PIB)		Despesa pública de saúde (% do PIB)		Despesa militar ^a (% do PIB)		Serviço da dívida total ^b (% do PIB)		
	1990 ^c	2000-02 ^d	1990	2002	1990	2003	1990	2003	
107	Guiana	3,4	8,4	4,3	4,3	0,9	„	74,5	7,8
108	Vietname	2,0	„	1,5	1,5	7,9	„	2,7	2,1
109	Quirguistão	8,4	3,1 ^e	2,2	2,2	„	2,9	„	7,1
110	Indonésia	1,0	1,2	1,2	1,2	1,8	1,5	8,7	8,9
111	Usbequistão	9,5	„	2,5	2,5	„	0,5	„	8,2
112	Nicarágua	3,4	3,1	3,9	3,9	10,6	0,9	1,6	5,0
113	Bolívia	2,3	6,3	4,2	4,2	2,4	1,7	7,9	5,4
114	Mongólia	12,3	9,0	4,6	4,6	5,7	„	„	22,6
115	Moldávia	5,6	4,9	4,1	4,1	„	0,4	„	8,1
116	Honduras	„	„	3,2	3,2	„	0,4	12,8	5,9
117	Guatemala	1,4	„	2,3	2,3	1,5	0,5	2,8	1,9
118	Vanuatu	4,7	11,0 ^e	2,8	2,8	„	„	1,6	0,7
119	Egipto	3,9	„	1,8	1,8	3,9	2,6	7,1	3,4
120	África do Sul	5,9	5,3 ^e	3,5	3,5	3,8	1,6	„	2,7
121	Guiné Equatorial	„	0,6	1,3	1,3	„	„	3,9	0,3
122	Tajiquistão	„	2,8	0,9	0,9	„	2,2	„	5,7
123	Gabão	„	3,9 ^e	1,8	1,8	„	„	3,0	6,2
124	Marrocos	5,3	6,5	1,5	1,5	4,1	4,2	6,9	9,8
125	Namíbia	7,9	7,2	4,7	4,7	„	2,8	„	„
126	São Tomé e Príncipe	„	„	9,7	9,7	„	„	4,9	11,1
127	Índia	3,7	4,1	1,3	1,3	2,7	2,1	2,6	3,4
128	Ilhas Salomão	„	3,4 ^e	4,5	4,5	„	„	5,5	3,7
129	Myanmar	„	„	0,4	0,4	3,4	„	0,0	0,0
130	Camboja	„	1,8	2,1	2,1	3,1	2,5	2,7	0,6
131	Botswana	6,2	2,2	3,7	3,7	4,1	4,1	2,8	0,7
132	Comoros	„	3,9	1,7	1,7	„	„	0,4	0,8
133	Laos	„	2,8 ^e	1,5	1,5	„	„	1,1	2,3
134	Butão	„	5,2	4,1	4,1	„	„	1,8	1,0
135	Paquistão	2,6	1,8 ^e	1,1	1,1	5,8	4,4	4,8	3,7
136	Nepal	2,0	3,4	1,4	1,4	0,9	1,6	1,9	1,9
137	Papua-Nova Guiné	„	2,3 ^e	3,8	3,8	2,1	0,6	17,2	9,3
138	Gana	3,2	„	2,3	2,3	0,4	0,7	6,2	6,3
139	Bangladeche	1,5	2,4	0,8	0,8	1,0	1,2	2,5	1,3
140	Timor-Leste	„	„	6,2	6,2	„	„	„	„
141	Sudão	6,0	„	1,0	1,0	3,6	2,4	0,4	0,2
142	Congo	5,0	3,2 ^e	1,5	1,5	„	1,4	19,0	1,7
143	Togo	5,5	2,6	5,1	5,1	3,1	1,6	5,3	0,9
144	Uganda	1,5	„	2,1	2,1	3,0	2,3	3,4	1,3
145	Zimbabué	7,7	4,7 ^e	4,4	4,4	4,5	2,1	5,4	0,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
146	Madagáscar	2,1	2,9 ^e	1,2	1,2	1,2	„	7,2	1,3
147	Suazilândia	5,8	7,1	3,6	3,6	2,1	„	5,4	1,5
148	Camarões	3,2	3,8	1,2	1,2	1,5	1,5	4,6	3,6
149	Lesoto	6,2	10,4 ^e	5,3	5,3	4,5	2,6	3,8	5,9
150	Djibouti	3,5	„	3,3	3,3	6,3	„	3,6	2,5
151	Iémen	„	9,5 ^e	1,0	1,0	7,9	7,1	3,5	1,6
152	Mauritânia	„	„	2,9	2,9	3,8	1,6	14,3	5,0
153	Haiti	1,5	„	3,0	3,0	„	„	1,2	1,8
154	Quênia	6,7	7,0	2,2	2,2	2,9	1,7	9,2	4,0
155	Gâmbia	3,8	2,8	3,3	3,3	1,1	0,5	11,9	5,0
156	Guiné	„	1,8 ^e	0,9	0,9	„	„	6,0	3,6
157	Senegal	3,9	3,6	2,3	2,3	2,0	1,5	5,7	3,8
158	Nigéria	0,9	„	1,2	1,2	0,9	1,2	11,7	2,8
159	Ruanda	„	2,8 ^e	3,1	3,1	3,7	2,8	0,8	1,3

Ordem do IDH	Despesa pública de educação (% do PIB)		Despesa pública de saúde (% do PIB)		Despesa militar ^a (% do PIB)		Serviço da dívida total ^b (% do PIB)	
	1990 ^c	2000-02 ^d	1990	2002	1990	2003	1990	2003
160 Angola	3,9	2,8 ^e	2,1	2,1	5,8	4,7	3,2	10,1
161 Eritreia	„	4,1	3,2	3,2	„	19,4	„	1,6
162 Benim	„	3,3 ^e	2,1	2,1	1,8	„	2,1	1,7
163 Costa do Marfim	„	4,6 ^e	1,4	1,4	1,3	1,5	11,7	4,2
164 Tanzânia	2,8	„	2,7	2,7	„	2,1	4,2	0,9
165 Malawi	3,2	6,0	4,0	4,0	1,3	„	7,1	2,1
166 Zâmbia	2,4	2,0 ^e	3,1	3,1	3,7	„	6,2	9,0
167 Congo	„	„	1,1	1,1 ^g	„	„	3,7	2,6
168 Moçambique	3,1	„	4,1	4,1	5,9	1,3	3,2	2,0
169 Burundi	3,4	3,9	0,6	0,6	3,4	5,9	3,7	4,9
170 Etiópia	3,4	4,6 ^e	2,6	2,6	8,5	4,3	2,7	1,4
171 República Centro-Africana	2,2	„	1,6	1,6	„	1,3	2,0	0,1
172 Guiné-Bissau	„	„	3,0	3,0	„	„	3,4	6,4
173 Chade	„	„	2,7	2,7	„	1,5	0,7	1,8
174 Mali	„	„	2,3	2,3	2,1	1,9	2,8	1,8
175 Burkina Faso	2,4	„	2,0	2,0	3,0	1,3	1,1	1,2
176 Serra Leoa	„	3,7	1,7	1,7	1,4	1,7	3,3	3,2
177 Níger	3,2	2,3 ^e	2,0	2,0	„	„	4,0	1,2

NOTAS

- a** Devido a várias limitações nos dados, as comparações da despesa militar, no tempo e entre países, deve ser feito com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver SIPRI 2004.
- b** Para os agregados, ver quadro 19.
- c** Os dados podem não ser comparáveis entre países, devido a diferenças nos métodos de recolha de dados.
- d** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
- e** Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, quando não existem dados nacionais disponíveis.
- f** Os dados referem-se à República Federal da Alemanha antes da reunificação.
- g** Os dados diferem ligeiramente dos valores apresentados no Quadro 6, de WHO 2005a.

FONTES

- Coluna 1:** calculado com base em dados do PIB e da despesa pública, de UNESCO Institute for Statistics 2005b.
- Coluna 2:** UNESCO Institute for Statistics 2005b.
- Colunas 3 e 4:** World Bank 2005c.
- Colunas 5 e 6:** SIPRI 2005a.
- Colunas 7 e 8:** calculado com base em dados do PIB e do serviço da dívida total, de World Bank 2005c.

Desemprego nos países da OCDE

Ordem do IDH	Pessoas desem- pregadas (milhares)	Unemployment rate			ODM Taxa de desemprego jovem		Desemprego de longa duração (% do desemprego total)		
		Total (% da população activa)	Média anual (% da população activa)	Feminina (% da taxa masculina)	Total (% da população activa com 15-24 anos) ^a	Feminina (% da taxa masculina)	Mulheres	Homens	
									2003
		2003	2003	1993-2003	2003	2003	2003	2003	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1	Noruega	106,7	4,5	4,3	81	11,7	84	5,4	7,1
2	Islândia	5,5	3,4	3,5	82 ^b	7,2 ^b	46 ^b	13,3 ^b	9,5 ^b
3	Austrália	607,4	6,0	7,7	104	11,6	92	17,0	27,1
4	Luxemburgo	7,6	3,8	3,0	188 ^b	7,0 ^b	168	26,5 ^{b, c}	28,6 ^{b, c}
5	Canadá	1.302,2	7,6	8,6	91	13,8	76	8,4	11,4
6	Suécia	217,0	4,9	6,3	83	13,8	86	15,3	19,6
7	Suíça	174,9	4,0	3,4	117	8,6	104	32,6	21,6
8	Irlanda	88,0	4,6	8,5	81	7,6	75	26,0	40,9
9	Bélgica	361,7	7,9	8,5	107	19,0	87	48,2	44,8
10	Estados Unidos	8.776,6	6,0	5,3	90	12,4	86	11,0	12,5
11	Japão	3.504,0	5,3	4,0	89	10,1	75	24,6	38,9
12	Holanda	353,8	4,1	4,8	105	7,8	98	28,1	30,1
13	Finlândia	234,4	9,1	12,2	97	21,6	99	21,4	27,7
14	Dinamarca	161,6	5,6	5,8	113	9,8	84	17,9	21,8
15	Reino Unido	1.485,5	5,0	7,0	75	11,5	72	17,1	26,5
16	França	2.648,2	9,7	10,7	126	20,8	110	42,8	43,1
17	Áustria	244,9	5,7	5,4	96	6,5	97	23,9	25,0
18	Itália	2.096,5	8,8	10,7	172	26,3	134	58,9	57,5
19	Nova Zelândia	94,8	4,6	6,5	113	10,2	103	11,0	15,5
20	Alemanha	3.838,0	9,1	8,1	92	10,6	69	52,3	48,3
21	Espanha	2.127,4	11,3	14,5	195	22,7	140	43,9	34,3
24	Grécia	417,1	9,5	10,2	238	25,1	191	61,0	49,2
27	Portugal	342,3	6,3	5,7	132	14,6	134	32,7	31,2
28	Coreia do Sul	776,7	3,4	3,6	86	9,6	75	0,3	0,7
31	República Checa	399,1	7,8	6,3	162	17,6	113	51,9	47,4
35	Hungria	244,5	5,9	8,3	91	13,4	94	42,2	42,2
36	Polónia	3.328,5	19,6	14,9	108	43,0	105	50,8	48,6
42	Eslováquia	459,3	17,5	15,3 ^d	102	33,1	92	62,1	60,2
53	México	1.033,6	2,5	3,1	106	5,3	126	0,8	1,1
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
94	Turquia	2.494,0	10,3	7,9	94	20,5	88	30,9	22,1
OCDE ^e		37.931,6 T	6,9	6,8	105	13,6	94	31,9	30,2

NOTAS

- a** O intervalo de idades para a população activa jovem pode ser de 16-24 anos em alguns países.
b Os dados referem-se a 2002.
c Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução.
d Os dados referem-se à taxa média anual em 1994-2003.
e Os agregados para o grupo de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico são de OECD 2005b, d.

FONTES

- Colunas 1, 2 e 5**: OECD 2005b.
Colunas 3, 4 e 6: calculado com base em dados das taxas de desemprego masculino e feminino, de OECD 2005b.
Colunas 7 e 8: OECD 2005d.

Energia e ambiente

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia)		Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólar, PPC 2000 por kg de equiv. petróleo)		ODM Emissões de dióxido de carbono			Ratificação dos tratados ambientais ^a			
	2002	1980	2002	1980	2002	Per capita (tons. métricas)		Parcela do total mundial (%)	Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Convenção sobre a Diversidade Biológica	
						1980	2002						
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
1	Noruega	..	22.400 ^b	26.640 ^b	4,6	6,1	10,6	12,2	0,2	●	●	●	●
2	Islândia	0,0	13.838	29.247	3,1	2,4	8,2	7,7	(,)	○	●	●	●
3	Austrália	9,5	6.599	11.299	3,7	4,8	13,9	18,3	1,5	●	○	●	●
4	Luxemburgo	..	10.879	10.547	2,3	6,3	29,1	21,1	(,)	●	●	●	●
5	Canadá	4,6	14.243	18.541	2,5	3,6	17,2	16,5	1,9	○	●	●	●
6	Suécia	19,4	11.700	16.996	3,6	4,4	8,6	5,8	0,2	●	●	●	●
7	Suíça	7,7 ^c	5.878 ^c	8.483 ^c	7,6	7,8	6,5	5,7	0,2	●	●	●	●
8	Irlanda	1,1	3.106	6.560	4,1	9,1	7,7	11,0	0,2	●	●	●	●
9	Bélgica	1,0	5.177	8.749	4,0	4,8	13,3	6,8	0,4	●	●	●	●
10	Estados Unidos	3,6	10.336	13.456	2,8	4,4	20,0	20,1	24,4	●	○	○	○
11	Japão	0,2	4.944	8.612	5,7	6,4	7,9	9,4	5,2	●	●	●	●
12	Holanda	..	4.560	6.958	4,0	5,8	10,9	9,4	0,6	●	●	●	●
13	Finlândia	6,2	8.372	16.694	3,2	3,7	11,9	12,0	0,2	●	●	●	●
14	Dinamarca	12,7	5.059	6.925	5,3	8,1	12,3	8,9	0,2	●	●	●	●
15	Reino Unido	0,5	5.022	6.614	4,5	6,6	10,5	9,2	2,5	●	●	●	●
16	França	4,7 ^d	4.633 ^d	8.123 ^d	5,0	5,8	9,0	6,2	1,6 ^d	●	●	●	●
17	Áustria	3,7	4.988	7.845	6,0	7,5	6,9	7,8	0,3	●	●	●	●
18	Itália	1,7 ^e	3.364 ^e	5.840 ^e	7,0	8,5	6,6	7,5	1,9 ^e	●	●	●	●
19	Nova Zelândia	2,2	7.270	10.301	5,1	4,6	5,6	8,7	0,1	●	●	●	●
20	Alemanha	6.989	3,9	6,2	..	9,8	3,4	●	●	●	●
21	Espanha	0,6	2.906	6.154	6,8	6,5	5,3	7,3	1,2	●	●	●	●
22	Hong Kong, China (RAE)	..	2.449	6.237	11,1	10,6	3,2	5,2	0,1	●	●	●	●
23	Israel	0,0	3.187	6.698	6,1	6,0	5,6	11,0	0,3	●	●	●	●
24	Grécia	4,1	2.413	5.247	8,4	6,8	5,4	8,5	0,4	●	●	●	●
25	Singapura	0,2	2.836	7.961	3,9	3,8	12,5	13,8	0,3	●	●	●	●
26	Eslovénia	7,3	..	6.791	..	5,1	..	7,8	0,1	●	●	●	●
27	Portugal	..	1.750	4.647	9,6	6,9	2,8	6,0	0,3	●	●	●	●
28	Coreia do Sul	..	1.051	7.058	4,2	3,9	3,3	9,4	1,9	○	●	●	●
29	Chipre	0,0	1.692	5.323	4,9	..	5,2	8,3	(,)	●	●	●	●
30	Barbados	6,3	1.333	3.193	2,7	4,6	(,)	●	●	●	●
31	República Checa	2,4	..	6.368	..	3,7	..	11,2	0,5	●	●	●	●
32	Malta	..	1.627	4.939	6,5	7,6	3,1	7,5	(,)	●	●	●	●
33	Brunei	0,0	2.430	8.903	35,6	17,7	(,)	●	●	●	●
34	Argentina	3,2	1.413	2.383	7,7	6,9	3,8	3,5	0,6	○	●	●	●
35	Hungria	3,2	2.920	3.972	3,5	5,3	7,7	5,6	0,2	●	●	●	●
36	Polónia	5,5	3.419	3.549	..	4,4	12,8	7,7	1,3	●	●	●	●
37	Chile	12,5	1.054	2.918	5,3	6,0	2,5	3,6	0,3	○	●	●	●
38	Estónia	17,7	..	5.767	..	3,6	..	11,8	0,1	●	●	●	●
39	Lituânia	13,9	..	3.239	..	4,0	..	3,6	0,1	●	●	●	●
40	Catar	0,0	10.616	17.489	56,3	53,1	0,2	●	●	●	●
41	Emiratos Árabes Unidos	..	6.204	14.215	7,5	..	35,8	25,1	0,3	●	●	●	●
42	Eslováquia	1,6	..	5.256	..	3,6	..	6,8	0,2	●	●	●	●
43	Barém	..	4.784	10.830	1,6	1,7	22,6	30,6	0,1	●	●	●	●
44	Kuwait	0,0	6.849	16.544	1,8	1,7	19,7	24,6	0,2	●	●	●	●
45	Croácia	5,4	..	3.558	..	5,3	..	4,7	0,1	●	●	○	●
46	Uruguai	35,4	1.163	2.456	8,5	10,0	2,0	1,2	(,)	○	●	●	●
47	Costa Rica	24,9	964	1.765	10,2	9,4	1,1	1,4	(,)	○	●	●	●
48	Letónia	47,4	..	2.703	33,3	4,9	..	2,7	(,)	●	●	●	●
49	São Cristóvão e Nevis	2.619	1,2	2,8	(,)	●	●	●	●
50	Baamas	..	4.062	6.084	38,1	6,7	(,)	●	●	●	●
51	Seychelles	..	794	2.704	1,5	6,8	(,)	●	●	●	●
52	Cuba	33,8	1.029	1.395	3,2	2,1	0,1	●	●	●	●
53	México	8,0	999	2.280	5,4	5,6	4,2	3,7	1,8	●	●	●	●

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional		ODM			ODM			Ratificação dos tratados ambientais ^a				
	(% das necessidades totais de energia)		PIB por unidade de energia utilizada			Emissões de dióxido de carbono			Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Convenção sobre a Diversidade Biológica	
	2002	1980	2002	1980	2002	Per capita	Parcela do total mundial	2000					
54	Tonga	..	109	340	0,4	1,1	(.)	●	●	●	●
55	Bulgária	6,2	4.371	4.624	1,6	2,9	8,5	5,3	0,2	●	●	●	●
56	Panamá	17,8	930	1.654	7,2	5,9	1,8	2,0	(.)	●	●	●	●
57	Trindade e Tobago	0,4	1.900	4.422	2,7	1,3	15,4	31,9	0,1	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
58	Líbia	0,9	1.588	3.915	8,9	9,1	0,2	●	●	●	●
59	Macedónia	8,9	...	3.363	5,1	(.)	●	●	●	●
60	Antígua e Barbuda	..	984	1.438	2,2	4,7	(.)	●	●	●	●
61	Malásia	1,5	740	3.234	4,6	4,1	2,0	6,3	0,6	●	●	●	●
62	Federação Russa	2,9	...	6.062	..	1,9	..	9,9	6,2	●	●	●	●
63	Brasil	26,7	1.145	2.183	7,4	6,8	1,5	1,8	1,3	●	●	●	●
64	Roménia	11,8	3.061	2.385	..	3,8	8,7	4,0	0,4	●	●	●	●
65	Maurícias	..	482	1.631	0,6	2,6	(.)	●	●	●	●
66	Granada	0,0	281	1.913	0,5	2,3	(.)	●	●	●	●
67	Bielorrússia	5,5	...	3.326	..	2,1	..	6,0	0,3	●	●	●	●
68	Bósnia e Herzegovina	7,7	...	2.527	..	5,3	..	4,8	0,1	●	●	●	●
69	Colômbia	16,0	726	1.019	7,2	9,8	1,4	1,3	0,3	●	●	●	●
70	Dominica	..	149	1.197	0,5	1,5	(.)	●	●	●	●
71	Omã	0,0	847	5.219	8,2	3,0	5,0	12,1	0,1	●	●	●	●
72	Albânia	5,1	1.204	1.844	..	6,7	1,8	0,8	(.)	●	●	●	●
73	Tailândia	13,6	340	1.860	5,1	5,0	0,9	3,7	0,9	●	●	●	●
74	Samoa (Ocidental)	..	252	597	0,6	0,8	(.)	●	●	●	●
75	Venezuela	2,8	2.379	3.484	2,9	2,4	5,8	4,3	0,7	●	●	●	●
76	Santa Lúcia	..	504	1.698	0,9	2,4	(.)	●	●	●	●
77	Arábia Saudita	..	1.969	6.620	6,8	2,1	14,9	15,0	1,6	●	●	●	●
78	Ucrânia	1,0	...	3.525	..	1,8	..	6,4	1,5	●	●	●	●
79	Peru	20,6	579	907	8,0	10,7	1,4	1,0	0,1	●	●	●	●
80	Cazaquistão	0,2	...	4.030	..	1,8	..	9,9	0,5	●	○	●	●
81	Libano	0,5	1.056	2.834	..	3,8	2,3	4,7	0,1	●	●	●	●
82	Equador	17,5	423	943	5,2	4,8	1,7	2,0	0,1	●	●	●	●
83	Arménia	0,0	...	1.554	..	4,8	..	1,0	(.)	●	●	●	●
84	Filipinas	12,8	373	610	9,8	7,6	0,8	0,9	0,3	○	●	●	●
85	China	5,3	307	1.484	1,2	4,6	1,5	2,7	12,1	○	●	●	●
86	Suriname	3,3	4.442	4.447	6,7	5,1	(.)	●	●	●	●
87	São Vicente e Grenadinas	..	276	1.000	0,4	1,6	(.)	●	●	●	●
88	Paraguai	45,7	233	1.129	7,2	6,3	0,5	0,7	(.)	●	●	●	●
89	Tunísia	7,8	434	1.205	6,9	7,7	1,5	2,3	0,1	●	●	●	●
90	Jordânia	1,4	366	1.585	5,5	3,9	2,1	3,2	0,1	●	●	●	●
91	Belize	..	370	713	1,3	3,1	(.)	●	●	●	●
92	Fidji	..	489	625	1,2	1,6	(.)	●	●	●	●
93	Sri Lanka	41,6	113	366	5,5	8,0	0,2	0,5	(.)	●	●	●	●
94	Turquia	10,5	554	1.904	5,6	5,7	1,7	3,0	1,0	●	●	●	●
95	República Dominicana	7,2	582	1.326	6,3	6,8	1,1	2,5	0,1	●	●	●	●
96	Maldivas	0,0	25	448	0,3	3,4	(.)	●	●	●	●
97	Turquemenistão	2.126	..	1,4	..	9,1	0,2	●	●	●	●
98	Jamaica	6,5	834	2.640	3,0	2,5	4,0	4,1	(.)	○	●	●	●
99	Irão	0,1	570	2.075	4,9	3,1	3,0	5,3	1,4	●	●	●	●
100	Geórgia	25,2	...	1.508	6,4	4,4	..	0,7	(.)	●	●	●	●
101	Azerbaijão	0,0	...	2.579	..	2,2	..	3,4	0,1	●	●	●	●
102	Territórios Ocupados da Palestina	●	●	●	●
103	Argélia	6,0	381	881	8,5	5,6	3,5	2,9	0,4	●	●	●	●
104	El Salvador	32,8	336	665	7,7	7,1	0,5	1,0	(.)	●	●	●	●
105	Cabo Verde	..	55	99	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●
106	Síria	0,0	433	1.570	4,5	3,2	2,2	2,8	0,2	●	●	●	●

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia)		Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólar. PPC 2000 por kg de equiv. petróleo)		ODM Emissões de dióxido de carbono			Ratificação dos tratados ambientais ^a			
	2002	1980	2002	1980	2002	Per capita (tons. métricas)		Parcela do total mundial (%)	Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Convenção sobre a Diversidade Biológica	
						1980	2002						
107	Guiana	42,5	545	1.195	2,3	2,2	(,)	●	●	●	●
108	Vietname	25,3	78	392	..	4,2	0,3	0,8	0,3	●	●	●	●
109	Quirguistão	0,0	..	2.252	..	3,1	..	1,0	(,)	●	●	●	●
110	Indonésia	17,6	94	463	3,9	4,1	0,6	1,4	1,2	●	●	●	●
111	Usbequistão	0,0	..	2.008	..	0,8	..	4,8	0,5	●	●	●	●
112	Nicarágua	47,9	363	496	8,7	5,7	0,7	0,7	(,)	●	●	●	●
113	Bolívia	..	292	485	5,4	4,8	0,8	1,2	(,)	●	●	●	●
114	Mongólia	2,1	1.119	1.318	4,1	3,3	(,)	●	●	●	●
115	Moldávia	2,2	..	1.314	..	2,0	..	1,6	(,)	●	●	●	●
116	Honduras	52,8	259	696	5,0	5,0	0,6	0,9	(,)	○	●	●	●
117	Guatemala	58,6	245	660	7,1	6,4	0,6	0,9	(,)	●	●	●	●
118	Vanuatu	..	171	208	0,5	0,4	(,)	●	●	●	●
119	Egipto	9,2	433	1.287	5,9	4,6	1,0	2,1	0,6	●	●	●	●
120	África do Sul	11,8 ^f	3.181 ^f	4.715 ^f	4,8	3,9	7,2	7,4	1,4	●	●	●	●
121	Guiné Equatorial	57,1	83	54	0,3	0,4	(,)	●	●	●	●
122	Tajiquistão	2.559	..	1,8	..	0,7	(,)	●	●	●	●
123	Gabão	..	766	1.226	3,5	5,1	8,9	2,6	(,)	●	●	●	●
124	Marrocos	2,2	254	560	11,4	10,1	0,8	1,4	0,2	○	●	●	●
125	Namíbia	.. ^g	.. ^g	.. ^g	..	10,2	..	1,1	(,)	●	●	●	●
126	São Tomé e Príncipe	..	96	115	0,4	0,6	(,)	●	●	●	●
127	Índia	20,0	173	569	3,3	5,0	0,5	1,2	4,7	●	●	●	●
128	Ilhas Salomão	..	93	69	0,4	0,4	(,)	●	●	●	●
129	Myanmar	74,1	44	135	0,1	0,2	(,)	○	●	●	●
130	Camboja	92,3	15	10	(,)	(,)	(,)	●	●	●	●
131	Botswana	.. ^g	.. ^g	.. ^g	0,9	2,3	(,)	●	●	●	●
132	Comoros	..	26	25	0,1	0,1	(,)	●	●	●	●
133	Laos	77,3	68	133	0,1	0,2	(,)	●	●	●	●
134	Butão	87,8	17	236	(,)	0,2	(,)	●	●	●	●
135	Paquistão	..	176	469	3,5	4,3	0,4	0,7	0,5	○	●	●	●
136	Nepal	..	17	62	2,6	3,8	(,)	0,2	(,)	○	●	●	●
137	Papua-Nova Guiné	61,9	406	249	0,6	0,4	(,)	●	●	●	●
138	Gana	82,5	450	416	4,9	5,0	0,2	0,4	(,)	●	●	●	●
139	Bangladeche	61,6	30	119	11,1	10,5	0,1	0,3	0,1	●	●	●	●
140	Timor-Leste	●	●	●	●
141	Sudão	73,7	47	89	2,5	3,6	0,2	0,3	(,)	●	●	●	●
142	Congo	72,2	98	210	1,6	3,7	0,2	0,6	(,)	○	●	●	●
143	Togo	83,3	74	120	7,4	4,9	0,2	0,3	(,)	●	●	●	●
144	Uganda	93,4	28	61	0,1	0,1	(,)	●	●	●	●
145	Zimbabué	66,2	1.020	981	2,7	..	1,3	1,0	0,1	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
146	Madagáscar	81,5	49	42	0,2	0,1	(,)	●	●	●	●
147	Suazilândia	.. ^g	.. ^g	.. ^g	0,8	0,9	(,)	●	●	●	●
148	Camarões	66,9	168	207	5,4	4,7	0,4	0,2	(,)	●	●	●	●
149	Lesoto	.. ^g	.. ^g	.. ^g	●	●	●	●
150	Djibouti	..	416	296	0,9	0,5	(,)	●	●	●	●
151	Iémen	2,3	..	159	..	3,8	..	0,7	(,)	●	●	●	●
152	Mauritânia	..	60	58	0,4	1,1	(,)	●	●	●	●
153	Haiti	45,5	58	73	8,0	6,6	0,1	0,2	(,)	○	●	●	●
154	Quênia	64,9	109	155	1,8	2,0	0,4	0,2	(,)	●	●	●	●
155	Gâmbia	63,6	70	96	0,2	0,2	(,)	●	●	●	●
156	Guiné	87,8	85	95	0,2	0,1	(,)	○	●	●	●
157	Senegal	72,1	115	141	3,9	4,8	0,6	0,4	(,)	●	●	●	●
158	Nigéria	46,4	108	148	1,4	1,3	1,0	0,4	0,2	●	●	●	●
159	Ruanda	90,4	32	23	0,1	0,1	(,)	●	●	●	●

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional		Consumo de electricidade per capita		ODM		Emissões de dióxido de carbono			Ratificação dos tratados ambientais ^a			
	(% das necessidades totais de energia)		(kilowatt-hora)		PIB por unidade de energia utilizada (dólar, PPC 2000 por kg de equiv. petróleo)		Per capita (tons. métricas)		Parcela do total mundial (%)	Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Convenção sobre a Diversidade Biológica
	2002	1980	2002	1980	2002	1980	2002	2000					
160 Angola	32,0	214	135	..	3,2	0,7	0,5	(.)		●		●	
161 Eritreia	75,0	..	66	0,2	(.)	●	●		●	
162 Benim	72,7	37	92	2,1	3,0	0,1	0,3	(.)	●	●	●	●	
163 Costa do Marfim	72,7	220	197	4,9	3,7	0,7	0,4	(.)		●		●	
164 Tanzânia	82,6	41	83	..	1,4	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●	
165 Malawi	85,0	66	80	0,1	0,1	(.)	○	●	●	●	
166 Zâmbia	87,3	1.125	603	1,4	1,3	0,6	0,2	(.)	●	●	○	●	
167 Congo	94,9	161	91	6,1	2,2	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●	
168 Moçambique	80,3	364	378	1,0	2,3	0,3	0,1	(.)	●	●	●	●	
169 Burundi	95,6	12	25	(.)	(.)	(.)		●	●	●	
170 Etiópia	93,3	..	32	..	2,4	(.)	0,1	(.)	●	●	●	●	
171 República Centro-Africana	83,3	29	28	(.)	0,1	(.)	○	●		●	
172 Guiné-Bissau	50,0	18	41	0,2	0,2	(.)		●		●	
173 Chade	97,2	10	12	(.)	(.)	(.)	○	●		●	
174 Mali	85,0	15	33	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●	
175 Burkina Faso	89,4	16	32	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●	
176 Serra Leoa	91,2	62	54	0,2	0,1	(.)		●		●	
177 Níger	85,3	39	40	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●	
Países em desenvolvimento	24,5	388	1.155	3,7	4,6	1,3	2,0	36,9	
Países menos desenvolvidos	75,9	83	106	..	4,0	0,1	0,2	0,4	
Países Árabes	18,0	626	1.946	5,8	3,5	3,1	4,1	4,5	
Ásia Oriental e Pacífico	11,0	329	1.439	2,1	4,6	1,4	2,6	17,6	
América Latina e Caraíbas	19,8	1.019	1.927	6,3	6,1	2,4	2,4	5,6	
Ásia do Sul	24,5	171	566	3,8	4,8	0,5	1,2	6,3	
África Subsariana	70,6	434	536	3,3	2,7	1,0	0,8	1,9	
Europa Central, do Leste e CEI	4,1	3.284	3.328	..	2,4	10,1	5,9	12,2	
OCDE	4,1	5.761	8.615	3,9	5,1	11,0	11,2	51,0	
OCDE de rendimento elevado	3,0	6.698	10.262	3,8	5,2	12,2	13,0	46,2	
Desenvolvimento humano elevado	4,5	5.676	8.586	3,8	5,2	10,9	11,2	53,0	
Desenvolvimento humano médio	17,0	368	1.121	3,5	4,1	1,2	2,0	39,0	
Desenvolvimento humano baixo	71,1	135	133	3,3	4,1	0,4	0,2	0,5	
Rendimento elevado	2,9	6.616	10.198	3,9	5,1	12,1	13,0	47,8	
Rendimento médio	9,2	623	1.653	3,7	4,1	2,1	2,9	38,9	
Rendimento baixo	42,2	174	399	2,3	2,0	0,5	0,8	7,3	
Mundo	7,6 ^h	1.573	2.465	3,8	4,6	3,4	3,6	100,0 ⁱ	

● Ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou sucessão.
○ Assinatura.

NOTAS

a A informação é de 15 de Abril de 2005. O Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança foi assinado em Cartagena, em 2000; a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, em Nova Iorque, em 1992; o Protocolo de Quioto para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, em Quioto, em 1997; e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, no Rio de Janeiro, em 1992.
b Inclui as ilhas de Svalbard e Jan Mayen.
c Inclui Listenstaine.
d Inclui o Mónaco.
e Inclui São Marino.
f Os dados referem-se à União Aduaneira Sul-Africana, que inclui o Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

g Incluído nos dados da África do Sul.
h Os dados referem-se ao agregado mundial, de UN 2005d.
i Os dados referem-se ao agregado mundial, de CDIAC 2005. Os dados referem-se às emissões totais de dióxido de carbono, incluindo as dos países não apresentados nos principais quadros de indicadores, assim como as emissões não incluídas nos totais nacionais, tais como as provenientes de condutas de combustível e da oxidação de produtos hidrocarbonetos não combustíveis.

FONTES

Coluna 1: calculado com base em dados do consumo de combustível tradicional e das necessidades totais de energia, de UN 2005f.
Colunas 2 e 3: UN 2005b.
Colunas 4 e 5: World Bank 2005c, baseado nos dados da Agência Internacional de Energia; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
Colunas 6 e 7: UN 2005f, baseado nos dados do Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono.
Coluna 8: CDIAC 2005.
Colunas 9-12: UN 2005g.

Refugiados e armamentos

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente ^a (milhares) 2004 ^e	Refugiados		Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)				Forças armadas totais		
		Por país de asilo (milhares) 2004 ^e	Por país de origem ^c (milhares) 2004 ^e	Importações (Milhões de dólares)		Exportações		Milhares 2003	Índice (1985=100) 2003	
				1994	2004	Milhões de dólares 2004	Parcela ^d (%) 2000-04			
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	46	(.)	99	1	51	(.)	27	72	
2	Islândia	(.)	(.)	0	(.)	
3	Austrália	56	(.)	263	334	52	(.)	52	74	
4	Luxemburgo	1	..	0	0	1	129	
5	Canadá	133	(.)	333	340	543	2	52	63	
6	Suécia	112	(.)	258	13	260	2	28	42	
7	Suíça	50	(.)	113	125	154	(.)	27	137	
8	Irlanda	6	(.)	48	25	10	76	
9	Bélgica	13	(.)	52	12	0	(.)	41	45	
10	Estados Unidos	453	(.)	625	533	5.453	31	1.434	67	
11	Japão	2	(.)	585	195	0	(.)	240	99	
12	Holanda	141	(.)	143	183	211	1	53	50	
13	Finlândia	11	(.)	174	57	17	(.)	27	74	
14	Dinamarca	70	(.)	66	194	6	(.)	21	72	
15	Reino Unido	277	(.)	538	171	985	5	208	62	
16	França	131	(.)	6	89	2.122	8	259	56	
17	Áustria	16	(.)	36	46	1	(.)	35	64	
18	Itália	12	(.)	146	317	261	1	194	50	
19	Nova Zelândia	6	(.)	16	42	1	(.)	9	69	
20	Alemanha	960	1	285	60	
21	Espanha	6	(.)	636	261	75	1	151	47	
22	Hong Kong, China (RAE)	2	(.)	
23	Israel	150-300 ^f	4	1	793	724	283	1	168	118
24	Grécia	3	(.)	1.215	1.434	0	(.)	171	85	
25	Singapura	(.)	(.)	117	456	70	(.)	73	132	
26	Eslovênia	2	1	11	14	7	..	
27	Portugal	(.)	(.)	433	59	0	(.)	45	62	
28	Coreia do Sul	(.)	(.)	668	737	50	(.)	688	115	
29	Chipre	210	(.)	46	0	0	(.)	10	100	
30	Barbados	..	(.)	1	60	
31	República Checa	2	7	0	18	0	(.)	45	22	
32	Malta	(.)	(.)	0	0	10	(.)	2	263	
33	Brunei	..	(.)	0	0	7	171	
34	Argentina	3	1	177	129	0	(.)	71	66	
35	Hungria	7	3	4	15	0	(.)	32	30	
36	Polónia	2	15	8	256	86	(.)	142	44	
37	Chile	(.)	2	113	43	0	(.)	78	77	
38	Estónia	(.)	1	15	5	0	(.)	5	..	
39	Lituânia	(.)	2	0	31	0	(.)	14	..	
40	Catar	(.)	(.)	10	0	0	(.)	12	207	
41	Emiratos Árabes Unidos	(.)	(.)	554	1.246	3	(.)	51	117	
42	Eslováquia	(.)	1	30	0	0	(.)	20	..	
43	Barém	0	(.)	7	10	0	(.)	11	400	
44	Kuwait	2	1	37	0	0	(.)	16	129	
45	Croácia	10	4	230	57	8	(.)	21	..	
46	Uruguai	(.)	(.)	8	0	0	(.)	24	75	
47	Costa Rica	14	(.)	0	0	
48	Letónia	(.)	3	12	14	0	(.)	5	..	
49	São Cristóvão e Nevis	..	(.)	
50	Baamas	..	(.)	0	0	1	180	
51	Seychelles	..	(.)	0	0	1	42	
52	Cuba	1	16	0	0	49	30	
53	México	10-12	6	2	120	265	..	193	149	

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente ^a (milhares) 2004 ^e	Refugiados		Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)				Forças armadas totais		
		Por país de asilo (milhares) 2004 ^e	Por país de origem ^c (milhares) 2004 ^e	Importações (Milhões de dólares)		Exportações		Milhares 2003	Índice (1985=100) 2003	
				1994	2004	Milhões de dólares 2004	Parcela ^d (%) 2000-04			
54	Tonga	(.)	0	0
55	Bulgária	..	4	3	0	12	0	(.)	51	34
56	Panamá	..	1	(.)	0	0
57	Trindade e Tobago	(.)	0	0	3	129
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58	Líbia	..	12	2	0	74	0	(.)	76	104
59	Macedónia	2	(.)	6	27	0	29	(.)	11	..
60	Antígua e Barbuda	(.)	(.)	200
61	Malásia	..	(.)	(.)	375	277	0	(.)	110	100
62	Federação Russa	339 ^f	10	96	40	0	6.197	32	1.212	23
63	Brasil	..	3	(.)	226	38	100	(.)	303	110
64	Roménia	..	2	8	25	276	0	(.)	97	51
65	Maurícias	..	0	(.)	0	0
66	Granada	(.)
67	Bielorrússia	..	1	8	0	0	50	1	73	..
68	Bósnia e Herzegovina	309	23	300	3	0	0	(.)	25	..
69	Colômbia	1.575-3.410 ^g	(.)	38	39	17	207	313
70	Dominica	(.)
71	Omã	(.)	168	123	0	(.)	42	143
72	Albânia	..	(.)	10	0	6	22	53
73	Tailândia	..	119	(.)	627	105	5	(.)	307	130
74	Samoa (Ocidental)	0
75	Venezuela	..	(.)	1	1	12	1	(.)	82	168
76	Santa Lúcia	(.)
77	Arábia Saudita	..	241	(.)	982	838	0	(.)	200	319
78	Ucrânia	..	3	94	0	29	452	3	273	..
79	Peru	60	1	6	133	14	5	(.)	80	63
80	Cazaquistão	..	16	7	0	27	5	(.)	66	..
81	Líbano	50-600	3	25	12	0	0	(.)	72	414
82	Equador	..	6	1	0	22	47	109
83	Arménia	8	239	13	310	68	45	..
84	Filipinas	60	(.)	(.)	71	59	106	92
85	China	..	299	132	142	2.238	125	2	2.255	58
86	Suriname	..	0	(.)	0	0	2	90
87	São Vicente e Grenadinas	(.)
88	Paraguai	..	(.)	(.)	0	4	10	70
89	Tunísia	..	(.)	3	32	0	35	100
90	Jordânia	..	1	1	5	132	72	(.)	101	143
91	Belize	..	1	(.)	0	0	1	183
92	Fidji	1	4	0	4	130
93	Sri Lanka	352	(.)	122	53	6	151	699
94	Turquia	230-1.000+	2	186	1.215	418	18	(.)	515	82
95	República Dominicana	(.)	0	21	25	110
96	Maldivas	(.)	0	0
97	Turquemenistão	..	14	1	0	20	26	..
98	Jamaica	(.)	0	0	3	133
99	Irão	..	985	132	389	283	1	(.)	540	89
100	Geórgia	240	4	12	0	0	20	(.)	18	..
101	Azerbaijão	575	(.)	253	25	0	67	..
102	Territórios Ocupados da Palestina	21-50 ^h	0	428	5	0
103	Argélia	1.000 ⁱ	169	12	156	282	128	75
104	El Salvador	..	(.)	6	0	0	0	(.)	16	37
105	Cabo Verde	(.)	0	0	1	16
106	Síria	305	4	20	44	0	0	(.)	297	74

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente ^a (milhares) 2004 ^e	Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)						Forças armadas totais		
		Refugiados		Exportações				Milhares 2003	Índice (1985=100) 2003	
		Por país de asilo (milhares) 2004 ^e	Por país de origem ^c (milhares) 2004 ^e	Importações (Milhões de dólares)		Milhões de dólares 2004	Parcela ^d (%) 2000-04			
				1994	2004					
107	Guiana	(.)	0	0	2	24
108	Vietname	..	15	363	0	247	484	47
109	Quirguistão	..	6	3	0	5	0	(.)	13	..
110	Indonésia	600	(.)	13	559	85	50	(.)	302	109
111	Usbequistão	3	45	7	0	0	170	1	52	..
112	Nicarágua	..	(.)	4	0	0	0	(.)	14	22
113	Bolívia	..	1	(.)	7	1	32	114
114	Mongólia	..	0	(.)	9	26
115	Moldávia	..	(.)	11	2	0	0	(.)	7	..
116	Honduras	..	(.)	1	0	0	12	72
117	Guatemala	242	1	7	3	0	29	92
118	Vanuatu
119	Egipto	..	89	6	1.944	398	0	(.)	450	101
120	África do Sul	..	27	(.)	19	8	35	(.)	56	52
121	Guiné Equatorial	1	0	0	1	59
122	Tajiquistão	..	3	59	24	0	8	..
123	Gabão	..	14	(.)	0	0	5	196
124	Marrocos	..	2	1	131	0	196	132
125	Namíbia	..	20	1	3	53	9	..
126	São Tomé e Príncipe	..	0	(.)
127	Índia	600	165	14	565	2.375	22	(.)	1.325	105
128	Ilhas Salomão	(.)	0	0
129	Myanmar	526 ^f	0	147	3	65	378	203
130	Camboja	..	(.)	31	71	0	0	(.)	124	355
131	Botswana	..	3	(.)	0	10	9	225
132	Comoros	..	0	(.)
133	Laos	..	0	10	0	0	29	54
134	Butão	104	0	0
135	Paquistão	30 ^f	1.124	24	755	344	10	(.)	619	128
136	Nepal	100-150	124	1	0	32	72	288
137	Papua-Nova Guiné	..	7	(.)	1	0
138	Gana	..	44	16	10	27	7	46
139	Bangladeche	500	20	6	50	26	126	137
140	Timor-Leste	..	(.)	(.)
141	Sudão	6.000	138	606	0	270	105	185
142	Congo	100	91	29	0	0	10	115
143	Togo	..	12	11	3	0	9	236
144	Uganda	1.400 ^f	231	35	0	19	50	250
145	Zimbabué	150	13	7	0	0	29	71
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
146	Madagáscar	..	0	(.)	0	0	14	64
147	Suazilândia	..	1	(.)	0	0
148	Camarões	..	59	6	0	0	23	316
149	Lesoto	..	0	(.)	0	1	2	100
150	Djibouti	..	27	1	0	0	10	327
151	Iémen	..	62	2	4	309	67	104
152	Mauritânia	..	(.)	31	27	0	16	185
153	Haiti	8
154	Quênia	360	238	3	12	0	24	176
155	Gâmbia	..	7	1	0	0	1	160
156	Guiné	82	184	4	0	0	10	98
157	Senegal	64	21	8	1	0	14	135
158	Nigéria	200	9	24	73	10	0	(.)	79	84
159	Ruanda	..	37	75	0	0	51	981

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente ^a (milhares) 2004 ^e	Refugiados		Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)				Forças armadas totais		
		Por país de asilo (milhares) 2004 ^e	Por país de origem ^c (milhares) 2004 ^e	Importações (Milhões de dólares)		Exportações		Milhares 2003	Índice (1985=100) 2003	
				1994	2004	Milhões de dólares 2004	Parcela ^d (%) 2000-04			
160	Angola	40-340 ^f	13	324	96	5	0	(,)	108	219
161	Eritreia	59	4	124	16	382	0	(,)	202	„
162	Benim	„	5	(,)	0	0	„	„	5	102
163	Costa do Marfim	500	76	34	0	14	„	„	17	129
164	Tanzânia	„	650	1	2	0	„	„	27	67
165	Malawi	„	3	(,)	1	0	0	(,)	5	100
166	Zâmbia	„	227	(,)	0	0	0	(,)	18	112
167	Congo	2.330	234	453	0	0	„	„	65	135
168	Moçambique	„	(,)	(,)	0	0	„	„	10	65
169	Burundi	170	41	532	0	0	„	„	51	971
170	Etiópia	132	130	63	0	162	„	„	183	84
171	República Centro-Africana	„	45	35	0	0	„	„	3	113
172	Guiné-Bissau	„	8	1	0	0	„	„	7	84
173	Chade	„	146	52	8	0	„	„	30	248
174	Mali	„	10	(,)	0	0	„	„	7	151
175	Burkina Faso	„	(,)	1	0	0	„	„	11	270
176	Serra Leoa	„	61	71	1	0	„	„	13	419
177	Niger	„	(,)	1	0	0	„	„	5	241
	Países em desenvolvimento	„	6.484 T	„	„	„	„	„	12.670 T	81
	Países menos desenvolvidos	„	2.476 T	„	„	„	„	„	1.933 T	165
	Países Árabes	„	883 T	„	„	„	„	„	1.866 T	69
	Ásia Oriental e Pacífico	„	444 T	„	„	„	„	„	4.874 T	65
	América Latina e Caraíbas	„	38 T	„	„	„	„	„	1.282 T	95
	Ásia do Sul	„	2.417 T	„	„	„	„	„	2.923 T	115
	África Subsaariana	„	2.698 T	„	„	„	„	„	1.200 T	142
	Europa Central, do Leste e CEI	„	678 T	„	„	„	„	„	2.352 T	36
	OCDE	„	2.524 T	„	„	„	„	„	5.002 T	69
	OCDE de rendimento elevado	„	2.505 T	„	„	„	„	„	4.055 T	69
	Desenvolvimento humano elevado	„	2.560 T	„	„	„	„	„	5.165 T	69
	Desenvolvimento humano médio	„	4.353 T	„	„	„	„	„	12.215 T	71
	Desenvolvimento humano baixo	„	2.299 T	„	„	„	„	„	1.076 T	154
	Rendimento elevado	„	2.516 T	„	„	„	„	„	4.412 T	72
	Rendimento médio	„	2.812 T	„	„	„	„	„	10.614 T	65
	Rendimento baixo	„	4.344 T	„	„	„	„	„	4.640 T	92
	Mundo	25.300 ^j	9.672 T	„	19.501 T ^k	19.162 T ^k	19.156 T ^k	„	18.560 T	67

NOTAS

- a** Refere-se a estimativas mantidas pelo Global IDP Project, baseadas em várias fontes. As estimativas estão associadas a níveis elevados de incerteza.
- b** Os dados são de 16 de Fevereiro de 2005 e constituem indicadores de tendências, que são indicadores apenas do volume das transferências internacionais de armas e não do seu valor financeiro actual. Os relatórios de transferências de armas publicados fornecem informação parcial, porque nem todas as transferências estão totalmente relatadas. As estimativas apresentadas são conservadoras e podem subavaliar as transferências reais de armas convencionais.
- c** O país de origem de muitos refugiados não está disponível, ou relatado. Estes dados podem, portanto, estar subestimados.
- d** Calculado utilizando os totais de 2000-2004 para todos os países e actores não estatais com exportações das principais armas convencionais, como definido em SIPRI 2005b.

- e** Os dados referem-se ao final de 2004, a não ser quando indicado de outro modo.
- f** As estimativas excluem certas partes do país, ou alguns grupos de pessoas deslocadas internamente.
- g** As estimativas mais baixas são acumuladas desde 1994. Os valores mais elevados são acumulados desde 1985.
- h** As estimativas mais baixas apenas incluem pessoas deslocadas internamente, expulsas principalmente por demolições de habitação desde 2000. Os valores mais elevados são cumulativos desde 1967.
- i** Valores acumulados desde 1992.
- j** Agregados fornecidos pelo Global IDP Project.
- k** Os dados referem-se ao agregado mundial de SIPRI 2005c e incluem todos os países e actores não estatais com transferências das principais armas convencionais, tal como definido nessa publicação.

FONTES

- Coluna 1:** Global IDP Project 2005.
- Colunas 2 e 3:** UNHCR 2005.
- Colunas 4-6:** SIPRI 2005c.
- Coluna 7:** calculado com base em dados sobre transferências de armas, de SIPRI 2005c.
- Coluna 8:** IISS 2004.
- Coluna 9:** calculado com base em dados sobre as forças armadas, de IISS 2004.

Vítimas da criminalidade

Pessoas vítimas de crimes^a

(em % da população total)

	Ano ^b	Crimes totais ^c	Crimes de propriedade ^d	Roubo	Assalto sexual ^e	Assalto	Suborno (corrupção) ^f
NACIONAL							
Austrália	1999	30,1	13,9	1,2	1,0	2,4	0,3
Áustria	1995	18,8	3,1	0,2	1,2	0,8	0,7
Bélgica	1999	21,4	7,7	1,0	0,3	1,2	0,3
Canadá	1999	23,8	10,4	0,9	0,8	2,3	0,4
Dinamarca	1999	23,0	7,6	0,7	0,4	1,4	0,3
Inglaterra e Gales	1999	26,4	12,2	1,2	0,9	2,8	0,1
Finlândia	1999	19,1	4,4	0,6	1,1	2,1	0,2
França	1999	21,4	8,7	1,1	0,7	1,4	1,3
Itália	1991	24,6	12,7	1,3	0,6	0,2	„
Japão	1999	15,2	3,4	0,1	0,1	0,1	(.)
Malta	1996	23,1	10,9	0,4	0,1	1,1	4,0
Holanda	1999	25,2	7,4	0,8	0,8	1,0	0,4
Nova Zelândia	1991	29,4	14,8	0,7	1,3	2,4	„
Irlanda do Norte	1999	15,0	6,2	0,1	0,1	2,1	0,2
Polónia	1999	22,7	9,0	1,8	0,2	1,1	5,1
Portugal	1999	15,5	7,5	1,1	0,2	0,4	1,4
Escócia	1999	23,2	7,6	0,7	0,3	3,0	„
Eslovénia	2000	21,2	7,7	1,1	0,8	1,1	2,1
Suécia	1999	24,7	8,4	0,9	1,1	1,2	0,1
Suíça	1999	18,2	4,5	0,7	0,6	1,0	0,2 ^g
Estados Unidos	1999	21,1	10,0	0,6	0,4	1,2	0,2
CIDADE PRINCIPAL							
Assunção (Paraguai)	1995	34,4	16,7	6,3	1,7	0,9	13,3
Bacu (Azerbaijão)	1999	8,3	2,4	1,6	0,0	0,4	20,8
Pequim (China)	1991	19,0	2,2	0,5	0,6	0,6	„
Bishkek (Quirguistão)	1995	27,8	11,3	1,6	2,2	2,1	19,3
Bogotá (Colômbia)	1996	54,6	27,0	11,5	4,8	2,5	19,5
Bratislava (Eslováquia)	1996	36,0	20,8	1,2	0,4	0,5	13,5
Bucareste (Roménia)	1999	25,4	10,8	1,8	0,4	0,6	19,2
Budapeste (Hungria)	1999	32,1	15,6	1,8	0,9	0,8	9,8
Buenos Aires (Argentina)	1995	61,1	30,8	6,4	6,4	2,3	30,2
Cairo (Egipto)	1991	28,7	12,1	2,2	1,8	1,1	„
Dar-es-Salam (Tanzânia)	1991	„	23,1	8,2	6,1	1,7	„
Gaborone (Botswana)	1996	31,7	19,7	2,0	0,7	3,2	2,8
Jakarta (Indonésia)	1995	20,9	9,4	0,7	1,3	0,5	29,9
Joanesburgo (África do Sul)	1995	38,0	18,3	4,7	2,7	4,6	6,9
Kampala (Uganda)	1995	40,9	20,6	2,3	5,1	1,7	19,5
Kiev (Ucrânia)	1999	29,1	8,9	2,5	1,2	1,5	16,2
La Paz (Bolívia)	1995	39,8	18,1	5,8	1,5	2,0	24,4
Manila (Filipinas)	1995	10,6	3,3	1,5	0,1	0,1	4,3
Maputo (Moçambique)	2001	40,6	29,3	7,6	2,2	3,2	30,5
Minsk (Bielorrússia)	1999	23,6	11,1	1,4	1,4	1,3	20,6
Moscovo (Federação Russa)	1999	26,3	10,9	2,4	1,2	1,1	16,6
Bombaim (Índia)	1995	31,8	6,7	1,3	3,5	0,8	22,9
Nova Deli (Índia)	1995	30,5	6,1	1,0	1,7	0,8	21,0
Praga (República Checa)	1999	34,1	21,6	0,5	0,9	1,1	5,7
Riga (Letónia)	1999	26,5	9,4	2,8	0,5	1,9	14,3
Rio de Janeiro (Brasil)	1995	44,0	14,7	12,2	7,5	3,4	17,1
São José (Costa Rica)	1995	40,4	21,7	8,9	3,5	1,7	9,2
Skopje (Macedónia)	1995	21,1	9,4	1,1	0,3	0,7	7,4
Sófia (Bulgária)	1999	27,2	16,1	1,5	0,1	0,6	16,4
Talin (Estónia)	1999	41,2	22,5	6,3	3,3	3,7	9,3
Tbilisi (Geórgia)	1999	23,6	11,1	1,8	0,4	0,9	16,6

Pessoas vítimas de crimes ^a

(em % da população total)

	Ano ^b	Crimes totais ^c	Crimes de propriedade ^d	Roubo	Assalto sexual ^e	Assalto	Suborno (corrupção) ^f
Tirana (Albânia)	1999	31,7	11,2	2,9	1,2	0,7	59,1
Tunes (Tunísia)	1991	37,5	20,1	5,4	1,5	0,4	„
Ulan-Bator (Mongólia)	1999	41,8	20,0	4,5	1,4	2,1	21,3
Vilnius (Lituânia)	1999	31,0	17,8	3,2	2,0	1,4	22,9
Zagreb (Croácia)	1999	14,3	4,4	0,5	0,8	0,5	9,5

NOTAS

- a** Os dados referem-se à vitimação, como vem relatado no Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade.
- b** Os inquéritos foram realizados em 1992, 1995, 1996-97 e 2000-01. Os dados referem-se ao ano anterior ao do inquérito.
- c** Os dados referem-se às pessoas vitimadas por um ou mais dos 11 crimes registados no inquérito: roubo, assalto de casas, tentativa de assalto, roubo de carros, vandalismo de carros, roubo de bicicletas, assalto sexual, roubo com carro, roubo de propriedade pessoal, assalto e ameaça, e roubo de motocicletas ou bicicletas motorizadas.
- d** Inclui roubo de carros, roubo com carros, assalto de casas com entrada e tentativa de assalto.
- e** Os dados referem-se apenas à população feminina.
- f** Os dados referem-se a pessoas a quem foram pedidas, ou que se espera que paguem, um suborno por um funcionário do Estado.
- g** Os dados referem-se a 1995.

FONTE

Todas as colunas: UNODC 2004.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos)		Taxa de alfabetização de adultos ^a (% 15 anos e mais)		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior ^b (%)		Rendimento auferido estimado ^c (dólares PPC)		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
												2003
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	1	0,960	81,9	76,8	„ ^e	„ ^e	106	97	32.272	43.148	0
2	Islândia	3	0,953	82,6	78,7	„ ^e	„ ^e	102	91	25.411	36.908	-1
3	Austrália	2	0,954	82,8	77,7	„ ^e	„ ^e	117	114	24.827	34.446	1
4	Luxemburgo	7	0,944	81,5	75,2	„ ^e	„ ^e	89 ^f	88 ^f	34.890	89.883 ^g	-3
5	Canadá	5	0,946	82,4	77,4	„ ^e	„ ^e	96 ^{h,i}	92 ^{h,i}	23.922	37.572	0
6	Suécia	4	0,947	82,4	77,9	„ ^e	„ ^e	124	105	21.842	31.722	2
7	Suíça	6	0,946	83,2	77,6	„ ^e	„ ^e	88	92	28.972	32.149	1
8	Irlanda	11	0,939	80,3	75,1	„ ^e	„ ^e	97	89	22.125	53.549	-3
9	Bélgica	9	0,941	82,0	75,7	„ ^e	„ ^e	119	110	19.951	37.019	0
10	Estados Unidos	8	0,942	80,0	74,6	„ ^e	„ ^e	97	89	29.017	46.456	2
11	Japão	14	0,937	85,4	78,4	„ ^e	„ ^e	83	85	17.795	38.612	-3
12	Holanda	12	0,939	81,1	75,7	„ ^e	„ ^e	99	99	20.512	38.389	0
13	Finlândia	10	0,940	81,7	75,1	„ ^e	„ ^e	112	103	23.211	32.250	3
14	Dinamarca	13	0,938	79,4	74,8	„ ^e	„ ^e	106	97	26.587	36.430	1
15	Reino Unido	15	0,937	80,6	76,0	„ ^e	„ ^e	133 ^h	113 ^h	20.790	33.713	0
16	França	16	0,935	83,0	75,9	„ ^e	„ ^e	94	90	20.642	35.123	0
17	Áustria	19	0,926	81,8	76,0	„ ^e	„ ^e	90	88	15.878	45.174	-2
18	Itália	18	0,928	83,1	76,9	„ ^e	„ ^e	89	85	17.176	37.670	0
19	Nova Zelândia	17	0,929	81,3	76,8	„ ^e	„ ^e	104	94	18.379	26.960	2
20	Alemanha	20	0,926	81,5	75,7	„ ^e	„ ^e	88	90	19.534	36.258	0
21	Espanha	21	0,922	83,2	75,9	„ ^e	„ ^e	96	91	13.854	31.322	0
22	Hong Kong, China (RAE)	22	0,912	84,6	78,7	89,6	96,9	73	74	19.593	35.037	0
23	Israel	23	0,911	81,7	77,6	95,6	98,3	93	89	14.159	25.969	0
24	Grécia	24	0,907	80,9	75,6	88,3 ^e	94,0 ^e	93	91	12.531	27.591	0
25	Singapura	„	„	80,6	76,7	88,6	96,6	„	„	16.489	32.089	„
26	Eslovénia	25	0,901	80,0	72,7	99,6 ^e	99,7 ^e	99	92	14.751	23.779	0
27	Portugal	26	0,900	80,6	73,9	„ ^e	„ ^e	97	90	12.853	23.829	0
28	Coreia do Sul	27	0,896	80,6	73,3	„ ^e	„ ^e	87	100	11.698	24.167	0
29	Chipre	28	0,884	81,1	76,1	95,1	98,6	79	78	11.864	25.260	0
30	Barbados	29	0,876	78,5	71,4	99,7 ^e	99,7 ^e	94 ⁱ	84 ⁱ	11.976	19.687	0
31	República Checa	30	0,872	78,7	72,3	„	„	81	80	12.843	20.051	0
32	Malta	32	0,858	80,8	75,9	89,2 ^l	86,4 ^l	80	78	9.893	25.525	-1
33	Brunei	„	„	79,0	74,3	90,2	95,2	75	72	„	„	„
34	Argentina	34	0,854	78,2	70,7	97,2	97,2	99	91	6.635	17.800	-2
35	Hungria	31	0,860	76,8	68,6	99,3 ^e	99,4 ^e	92	87	11.287	18.183	2
36	Polónia	33	0,856	78,4	70,3	99,7 ^e	99,8 ^e	93	88	8.769	14.147	1
37	Chile	38	0,846	80,9	74,8	95,6	95,8	81	82	5.753	14.872	-3
38	Estónia	35	0,852	77,0	65,6	99,8 ^e	99,8 ^e	99	87	10.745	16.750	1
39	Lituânia	36	0,851	77,8	66,6	99,6 ^e	99,6 ^e	98	90	9.595	14.064	1
40	Catar	„	„	76,0	71,2	„	0,0	84	80	„	„	„
41	Emiratos Árabes Unidos	„	„	80,8	76,4	80,7 ^k	75,6 ^k	79 ^h	69 ^h	„	„	„
42	Eslováquia	37	0,847	77,9	70,1	99,6 ^e	99,7 ^e	76	74	10.681	16.463	1
43	Barém	41	0,837	75,9	73,1	83,0	92,5	85	77	7.685	24.909	-2
44	Kuwait	39	0,843	79,5	75,2	81,0 ^k	84,7 ^k	85 ^h	75 ^h	8.448	24.204	1
45	Croácia	40	0,837	78,4	71,4	97,1	99,3 ^e	76	74	8.047	14.351	1
46	Uruguai	42	0,836	79,0	71,7	98,1 ^k	97,3 ^k	93 ^h	83 ^h	5.763	10.950	0
47	Costa Rica	44	0,829	80,6	75,9	95,9 ^k	95,7 ^k	69	67	5.236	14.000	-1
48	Letónia	43	0,834	77,0	65,8	99,7 ^e	99,8 ^e	95	84	8.050	12.886	1
49	São Cristóvão e Nevis	„	„	„	„	„	„	94 ^h	83 ^h	„	„	„
50	Baamas	„	„	73,0	66,5	96,3	94,6	„	„	13.357	20.723	„
51	Seychelles	„	„	„	„	92,3	91,4	85	85	„	„	„
52	Cuba	„	„	79,2	75,5	96,8 ^k	97,0 ^k	81	79	„	„	„
53	México	46	0,804	77,5	72,6	88,7	92,0	76	74	5.068	13.506	-1

Índice de desenvolvimento ajustado ao gênero

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao gênero (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2003		Taxa de alfabetização de adultos ^a (% 15 anos e mais) 2003		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior ^b (%) 2002/03		Rendimento auferido estimado ^c (dólares PPC) 2003		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
54	Tonga	73,5	71,0	99,0 ^j	98,8 ^j	84 ^h	82 ^h
55	Bulgária	45	0,807	75,6	68,9	97,7	98,7	78	77	6.212	9.334	1
56	Panamá	47	0,800	77,4	72,3	91,2	92,5	82	76	4.597	9.069	0
57	Trindade e Tobago	48	0,796	73,0	66,9	97,9 ^k	99,0 ^k	67 ^h	64 ^h	6.792	14.807	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
58	Líbia	76,2	71,6	70,7 ^k	91,8 ^k	100 ^h	93 ^h
59	Macedônia	49	0,794	76,3	71,3	94,1	98,2	71	69	4.861	8.725	0
60	Antígua e Barbuda
61	Malásia	50	0,791	75,6	70,9	85,4	92,0	73	68	6.075	12.869	0
62	Federação Russa	72,1	59,0	99,2 ^e	99,7 ^e	7.302	11.429	..
63	Brasil	52	0,786	74,6	66,6	88,6	88,3	93	89	4.704	10.963	-1
64	Roménia	51	0,789	75,0	67,8	96,3	98,4	73	70	5.391	9.261	1
65	Maurícias	54	0,781	75,7	68,8	80,5	88,2	71 ^h	71 ^h	6.084	16.606	-1
66	Granada	96	96
67	Bielorrússia	53	0,785	74,0	62,4	99,4 ^{e,j}	99,8 ^{e,j}	91	86	4.842	7.418	1
68	Bósnia e Herzegovina	76,8	71,4	91,1	98,4	3.759	8.229	..
69	Colômbia	55	0,780	75,4	69,3	94,6	93,7	72	69	4.557	8.892	0
70	Dominica	78	73
71	Omã	60	0,759	75,7	72,8	65,4 ^k	82,0 ^k	63 ^h	63 ^h	4.013	21.614	-4
72	Albânia	56	0,776	76,7	71,0	98,3	99,2 ^e	70	68	3.266	5.836	1
73	Tailândia	57	0,774	73,8	66,3	90,5	94,9	72 ^h	72 ^h	5.784	9.452	1
74	Samoa (Ocidental)	73,7	67,2	98,4 ^k	98,9 ^k	72 ^h	70 ^h
75	Venezuela	58	0,765	75,9	70,0	92,7	93,3	76 ^h	73 ^h	2.890	6.929	1
76	Santa Lúcia	73,9	70,9	90,6	89,5	78 ^h	72 ^h
77	Arábia Saudita	65	0,749	73,9	70,1	69,3	87,1	57 ^h	58 ^h	4.440	20.717	-5
78	Ucrânia	59	0,763	72,5	60,1	99,2 ^e	99,7 ^e	87	84	3.891	7.329	2
79	Peru	67	0,745	72,6	67,5	82,1	93,5	88 ^h	87 ^h	2.231	8.256	-5
80	Cazaquistão	61	0,759	69,0	57,8	99,3 ^{e,j}	99,8 ^{e,j}	87	83	5.221	8.217	2
81	Libano	68	0,745	74,2	69,8	81,0	92,4	80 ^h	77 ^h	2.430	7.789	-4
82	Equador	77,3	71,4	89,7	92,3	1.696	5.569	..
83	Arménia	62	0,756	74,7	68,0	99,2 ^e	99,7 ^e	74	69	3.026	4.352	3
84	Filipinas	63	0,755	72,5	68,3	92,7	92,5	83	80	3.213	5.409	3
85	China	64	0,754	73,5	69,9	86,5	95,1	68	70	3.961	5.976	3
86	Suriname	72,6	65,9	84,1	92,3	78 ^h	69 ^h
87	São Vicente e Grenadinas	73,9	68,3	68	65
88	Paraguai	72	0,742	73,2	68,7	90,2	93,1	74 ^h	73 ^h	2.316	7.000	-4
89	Tunísia	69	0,743	75,4	71,2	65,3	83,4	76	73	3.840	10.420	0
90	Jordânia	73	0,740	72,9	69,9	84,7	95,1	79	77	2.004	6.491	-3
91	Belize	76	0,734	74,5	69,5	77,1	76,7	78 ^h	76 ^h	2.695	11.143	-5
92	Fidji	71	0,742	70,1	65,7	91,4 ^j	94,5 ^j	73 ^{h,i}	73 ^{h,i}	3.146	8.525	1
93	Sri Lanka	66	0,747	76,8	71,5	88,6 ^j	92,2 ^j	69 ^h	67 ^h	2.579	5.009	7
94	Turquia	70	0,742	71,1	66,5	81,1	95,7	62 ^h	74 ^h	4.276	9.286	4
95	República Dominicana	74	0,739	71,0	63,9	87,3	88,0	81 ^h	71 ^h	3.608	9.949	1
96	Maldivas	66,1	67,1	97,2 ^k	97,3 ^k	75 ^h	74 ^h
97	Turquemenistão	66,8	58,3	98,3 ^j	99,3 ^{e,j}	4.603	7.305	..
98	Jamaica	75	0,736	72,5	69,0	91,4 ^k	83,8 ^k	77 ^h	71 ^h	3.279	4.944	1
99	Irão	78	0,719	71,9	69,0	70,4	83,5	65 ^h	72 ^h	3.094	10.856	-1
100	Geórgia	74,3	66,6	71	70	1.566	3.715	..
101	Azerbaijão	77	0,725	70,5	63,2	98,2 ^j	99,5 ^{e,j}	68	71	2.683	4.591	1
102	Territórios Ocupados da Palestina	74,0	70,9	87,4	96,3	81 ^h	78 ^h
103	Argélia	82	0,706	72,4	69,8	60,1	79,5	72 ^h	76 ^h	2.896	9.244	-3
104	El Salvador	80	0,715	73,9	67,8	77,1 ^k	82,4 ^k	67	68	2.939	6.689	0
105	Cabo Verde	81	0,714	73,2	67,0	68,0 ^k	85,4 ^k	73	73	3.392	7.136	0
106	Síria	84	0,702	75,1	71,6	74,2	91,0	60 ^h	65 ^h	1.584	5.534	-2

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao gênero (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos)		Taxa de alfabetização de adultos ^a (% 15 anos e mais)		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior ^b (%)		Rendimento auferido estimado ^c (dólares PPC)		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
107	Guiana	79	0,716	66,1	60,0	98,2	99,0	78 ^h	77 ^h	2.426	6.152	4
108	Vietname	83	0,702	72,6	68,6	86,9 ^j	93,9 ^j	61 ^h	67 ^h	2.026	2.964	1
109	Quirguistão	85	0,700	71,1	62,7	98,1 ^j	99,3 ^{e,j}	83	81	1.388	2.128	0
110	Indonésia	87	0,691	68,8	64,9	83,4 ^k	92,5 ^k	65	67	2.289	4.434	-1
111	Usbequistão	86	0,692	69,8	63,4	98,9 ^k	99,6 ^k	74	77	1.385	2.099	1
112	Nicarágua	88	0,683	72,1	67,3	76,6	76,8	71	68	2.018	4.512	0
113	Bolívia	89	0,679	66,2	62,0	80,4	92,9	84 ^h	90 ^h	1.615	3.573	0
114	Mongólia	90	0,677	66,1	62,1	97,5	98,0	80	69	1.478	2.227	0
115	Moldávia	91	0,668	71,3	63,9	95,0	97,5	64	60	1.200	1.850	0
116	Honduras	69,9	65,8	80,2	79,8	1.447	3.877	..
117	Guatemala	94	0,649	71,0	63,6	63,3	75,4	59	63	2.073	6.197	-2
118	Vanuatu	70,6	66,9	58	59
119	Egipto	72,1	67,7	43,6 ^l	67,2 ^l	1.614	6.203	..
120	África do Sul	92	0,652	50,2	46,8	80,9 ^l	84,1 ^l	78 ^h	78 ^h	6.505	14.326	1
121	Guiné Equatorial	95	0,641	43,9	42,6	76,4	92,1	60 ^h	71 ^h	10.771	27.053	-1
122	Tajiquistão	93	0,650	66,3	61,0	99,3 ^e	99,7 ^e	69	82	854	1.367	2
123	Gabão	55,2	53,7	70 ^{h,i}	74 ^{h,i}	4.765	8.054	..
124	Marrocos	97	0,616	71,9	67,5	38,3 ^k	63,3 ^k	54	62	2.299	5.699	-1
125	Namíbia	96	0,621	49,0	47,6	83,5	86,8	72 ^h	70 ^h	4.201	8.234	1
126	São Tomé e Príncipe	64,0	62,0	59 ^{h,i}	64 ^{h,i}
127	Índia	98	0,586	65,0	61,8	47,8	73,4	56	64	1.569	4.130	0
128	Ilhas Salomão	63,0	61,6	1.391	2.107	..
129	Myanmar	63,1	57,5	86,2	93,7	49 ^h	48 ^h
130	Camboja	99	0,567	59,8	52,4	64,1	84,7	54	64	1.807	2.368	0
131	Botswana	100	0,559	36,7	35,9	81,5 ^k	76,1 ^k	71 ^h	70 ^h	6.617	10.816	0
132	Comoros	101	0,541	65,4	61,1	49,1 ^k	63,5 ^k	42 ^h	51 ^h	1.216	2.206	0
133	Laos	102	0,540	55,9	53,4	60,9	77,0	55	67	1.391	2.129	0
134	Butão	64,2	61,7	14	16
135	Paquistão	107	0,508	63,2	62,8	35,2	61,7	31	43	1.050	3.082	-4
136	Nepal	106	0,511	62,0	61,2	34,9	62,7	55	66	949	1.868	-2
137	Papua-Nova Guiné	103	0,518	56,0	54,9	50,9	63,4	37 ^h	44 ^h	1.896	3.305	2
138	Gana	104	0,517	57,3	56,3	45,7	62,9	43 ^h	48 ^h	1.915	2.567	2
139	Bangladeche	105	0,514	63,7	62,1	31,4 ^k	50,3 ^k	54	52	1.245	2.289	2
140	Timor-Leste	56,6	54,5
141	Sudão	110	0,495	57,9	54,9	49,9 ^l	69,2 ^l	35 ^h	41 ^h	918	2.890	-2
142	Congo	108	0,507	53,2	50,7	77,1 ^k	88,9 ^k	44	52	689	1.238	1
143	Togo	112	0,491	56,3	52,4	38,3	68,5	52	76	1.092	2.318	-2
144	Uganda	109	0,502	47,6	46,9	59,2 ^k	78,8 ^k	72 ^h	75 ^h	1.169	1.751	2
145	Zimbabué	111	0,493	36,5	37,3	86,3 ^k	93,8 ^k	51 ^h	54 ^h	1.751	3.042	1
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
146	Madagáscar	116	0,483	56,8	54,1	65,2	76,4	40	41	603	1.017	-3
147	Suazilândia	115	0,485	32,9	32,1	78,1	80,4	58 ^h	61 ^h	2.669	6.927	-1
148	Camarões	113	0,487	46,5	45,1	59,8	77,0	50 ^h	60 ^h	1.310	2.940	2
149	Lesoto	114	0,487	37,7	34,6	90,3	73,7	67 ^h	65 ^h	1.480	3.759	2
150	Djibouti	54,0	51,6	23 ^h	31 ^h
151	Iémen	121	0,448	61,9	59,3	28,5 ^k	69,5 ^k	41 ^h	69 ^h	413	1.349	-4
152	Mauritânia	118	0,471	54,3	51,1	43,4	59,5	43 ^h	47 ^h	1.269	2.284	0
153	Haiti	52,4	50,8	50,0 ^k	53,8 ^k	1.250	2.247	..
154	Quênia	117	0,472	46,3	48,1	70,2	77,7	50 ^h	53 ^h	1.001	1.078	2
155	Gâmbia	119	0,464	57,1	54,3	30,9	45,0	45 ^h	50 ^h	1.391	2.339	1
156	Guiné	54,1	53,4	34 ^h	49 ^h	1.692	2.503	..
157	Senegal	120	0,449	56,9	54,5	29,2	51,1	37 ^h	43 ^h	1.175	2.131	1
158	Nigéria	123	0,439	43,6	43,1	59,4 ^k	74,4 ^k	57 ^h	71 ^h	614	1.495	-1
159	Ruanda	122	0,447	45,6	42,1	58,8	70,5	53	58	985	1.583	1

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2003		Taxa de alfabetização de adultos ^a (% 15 anos e mais) 2003		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior ^b (%) 2002/03		Rendimento auferido estimado ^c (dólares PPC) 2003		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	1	0,960	81,9	76,8	„ ^e	„ ^e	106	97	32.272	43.148	0
2	Islândia	3	0,953	82,6	78,7	„ ^e	„ ^e	102	91	25.411	36.908	-1
3	Austrália	2	0,954	82,8	77,7	„ ^e	„ ^e	117	114	24.827	34.446	1
4	Luxemburgo	7	0,944	81,5	75,2	„ ^e	„ ^e	89 ^f	88 ^f	34.890	89.883 ^g	-3
5	Canadá	5	0,946	82,4	77,4	„ ^e	„ ^e	96 ^{h,i}	92 ^{h,i}	23.922	37.572	0
6	Suécia	4	0,947	82,4	77,9	„ ^e	„ ^e	124	105	21.842	31.722	2
7	Suíça	6	0,946	83,2	77,6	„ ^e	„ ^e	88	92	28.972	32.149	1
8	Irlanda	11	0,939	80,3	75,1	„ ^e	„ ^e	97	89	22.125	53.549	-3
9	Bélgica	9	0,941	82,0	75,7	„ ^e	„ ^e	119	110	19.951	37.019	0
10	Estados Unidos	8	0,942	80,0	74,6	„ ^e	„ ^e	97	89	29.017	46.456	2
11	Japão	14	0,937	85,4	78,4	„ ^e	„ ^e	83	85	17.795	38.612	-3
12	Holanda	12	0,939	81,1	75,7	„ ^e	„ ^e	99	99	20.512	38.389	0
13	Finlândia	10	0,940	81,7	75,1	„ ^e	„ ^e	112	103	23.211	32.250	3
14	Dinamarca	13	0,938	79,4	74,8	„ ^e	„ ^e	106	97	26.587	36.430	1
15	Reino Unido	15	0,937	80,6	76,0	„ ^e	„ ^e	133 ^h	113 ^h	20.790	33.713	0
16	França	16	0,935	83,0	75,9	„ ^e	„ ^e	94	90	20.642	35.123	0
17	Áustria	19	0,926	81,8	76,0	„ ^e	„ ^e	90	88	15.878	45.174	-2

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas nacionais da alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2004, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com cautela. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DO_TOPIC.

b Os dados referem-se ao ano escolar de 2002/03. Os dados de alguns países podem referir-se a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para pormenores, ver www.uis.unesco.org. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.

c Devido à falta de dados sobre o rendimento desagregado por sexos, os rendimentos auferidos femininos e masculinos foram estimados, de forma grosseira, com base nos dados do rácio entre salários não agrícolas femininos e masculinos, das parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, da população total feminina e masculina e do PIB per capita (dólares PPC) (ver *Nota técnica 1*). As estimativas são baseadas nos dados do último ano disponível durante 1991-2003, a não ser quando indicado de outro modo.

d As posições do IDH utilizadas nesta coluna são as recalculadas para o universo dos 140 países com valores IDG. Um valor positivo indica que a ordenação do IDG é melhor do que a do IDH e um valor negativo o contrário.

e Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 99,0%.

f Stated 2005.

g Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 40.000 dólares (PPC).

h Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior.

i Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.

j Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.

k Estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO em Julho de 2002.

l Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado, diferem da definição padrão, ou respeitam apenas a parte do país.

FONTES

Coluna 1: determinado com base nos valores do IDG da coluna 2.

Coluna 2: calculado com base nos dados das colunas 3-10; para pormenores, ver *Nota técnica 1*.

Colunas 3 e 4: UN 2005c, a não ser quando indicado de outro modo.

Colunas 5 e 6: UNESCO Institute for Statistics 2005a, a não ser quando indicado de outro modo.

Colunas 7 e 8: UNESCO Institute for Statistics 2005c.

Colunas 9 e 10: calculado com base em dados do PIB per capita (dólares PPC) e da população, de World Bank 2005c; dados sobre salários, de ILO 2005b; dados sobre a população economicamente activa, de ILO 2002; excepto quando indicado de outro modo.

Coluna 11: determinado com base nas posições IDH recalculadas e nas posições IDG da coluna 1.

Posições IDG para 144 países

1 Noruega	29 Barbados	57 Tailândia	85 Quirguistão	113 Camarões
2 Austrália	30 República Checa	58 Venezuela	86 Usbequistão	114 Lesoto
3 Islândia	31 Hungria	59 Ucrânia	87 Indonésia	115 Suazilândia
4 Sweden	32 Malta	60 Omã	88 Nicarágua	116 Madagáscar
5 Canadá	33 Polónia	61 Cazaquistão	89 Bolívia	117 Quênia
6 Suíça	34 Argentina	62 Arménia	90 Mongólia	118 Mauritânia
7 Luxemburgo	35 Estónia	63 Filipinas	91 Moldávia	119 Gâmbia
8 Estados Unidos	36 Lituânia	64 China	92 África do Sul	120 Senegal
9 Bélgica	37 Eslováquia	65 Arábia Saudita	93 Tajiquistão	121 Iémen
10 Finlândia	38 Chile	66 Sri Lanka	94 Guatemala	122 Ruanda
11 Irlanda	39 Kuwait	67 Peru	95 Guiné Equatorial	123 Nigéria
12 Holanda	40 Croácia	68 Líbano	96 Namíbia	124 Angola
13 Dinamarca	41 Barém	69 Tunísia	97 Marrocos	125 Eritreia
14 Japão	42 Uruguai	70 Turquia	98 Índia	126 Benim
15 Reino Unido	43 Letónia	71 Fiji	99 Camboja	127 Tanzânia
16 França	44 Costa Rica	72 Paraguai	100 Botswana	128 Costa do Marfim
17 Nova Zelândia	45 Bulgária	73 Jordânia	101 Comoros	129 Malawi
18 Itália	46 México	74 República Dominicana	102 Laos	130 Zâmbia
19 Áustria	47 Panamá	75 Jamaica	103 Papua-Nova Guiné	131 Congo
20 Alemanha	48 Trindade e Tobago	76 Belize	104 Gana	132 Burundi
21 Espanha	49 Macedónia	77 Azerbaijão	105 Bangladeche	133 Moçambique
22 Hong Kong, China (RAE)	50 Malásia	78 Irão	106 Nepal	134 Etiópia
23 Israel	51 Roménia	79 Guiana	107 Paquistão	135 Guiné-Bissau
24 Grécia	52 Brasil	80 El Salvador	108 Congo	136 Mali
25 Eslovénia	53 Bielorrússia	81 Cabo Verde	109 Uganda	137 Chade
26 Portugal	54 Maurícias	82 Argélia	110 Sudão	138 Burkina Faso
27 Coreia do Sul	55 Colômbia	83 Vietname	111 Zimbabué	139 Serra Leoa
28 Chipre	56 Albânia	84 Síria	112 Togo	140 Níger

Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c	
	Ordem	Valor					
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1	Noruega	1	0,928	38,2	30	50	0,75
2	Islândia	4	0,834	30,2	29	55	0,69
3	Austrália	7	0,826	28,3 ^d	36	55	0,72
4	Luxemburgo	„	„	23,3	„	„	0,39
5	Canadá	10	0,807	24,7	35	54	0,64
6	Suécia	3	0,852	45,3	30	51	0,69
7	Suíça	11	0,795	24,8	28	45	0,90
8	Irlanda	16	0,724	14,2	29	50	0,41
9	Bélgica	6	0,828	35,7	31	48	0,54
10	Estados Unidos	12	0,793	14,8	46	55	0,62
11	Japão	43	0,534	9,3	10	46	0,46
12	Holanda	8	0,814	34,2	26	48	0,53
13	Finlândia	5	0,833	37,5	28	53	0,72
14	Dinamarca	2	0,860	36,9	26	51	0,73
15	Reino Unido	18	0,716	17,9	33	45	0,62
16	França	„	„	13,9	„	„	0,59
17	Áustria	13	0,779	32,2	27	49	0,35
18	Itália	37	0,589	10,4	21	45	0,46
19	Nova Zelândia	14	0,769	28,3	36	52	0,68
20	Alemanha	9	0,813	31,3	36	50	0,54
21	Espanha	15	0,745	30,5	30	47	0,44
22	Hong Kong, China (RAE)	„	„	„	26	39	0,56
23	Israel	24	0,622	15,0	29	54	0,55
24	Grécia	36	0,594	14,0	26	48	0,45
25	Singapura	22	0,654	16,0	26	45	0,51
26	Eslovénia	30	0,603	12,2	33	56	0,62
27	Portugal	21	0,656	20,0	32	52	0,54
28	Coreia do Sul	59	0,479	13,0	6	39	0,48
29	Chipre	39	0,571	16,1	18	47	0,47
30	Barbados	25	0,615	17,6	45	71	0,61
31	República Checa	34	0,595	15,7	26	52	0,64
32	Malta	58	0,486	9,2	18	39	0,39
33	Brunei	„	„	— ^e	„	„	„
34	Argentina	20	0,665	33,6	25	55	0,37
35	Hungria	44	0,528	9,1	34	61	0,62
36	Polónia	27	0,612	20,7	34	61	0,62
37	Chile	61	0,475	10,1	24	52	0,39
38	Estónia	35	0,595	18,8	35	69	0,64
39	Lituânia	26	0,614	22,0	39	70	0,68
40	Catar	„	„	— ^e	„	„	„
41	Emiratos Árabes Unidos	„	„	0,0	8	25	„
42	Eslováquia	33	0,597	16,7	35	61	0,65
43	Barém	68	0,393	7,5 ^f	10	19	0,31
44	Kuwait	„	„	0,0 ^g	„	„	0,35
45	Croácia	32	0,599	21,7	26	52	0,56
46	Uruguai	50	0,504	10,8	35	53	0,53
47	Costa Rica	19	0,668	35,1	29	40	0,37
48	Letónia	28	0,606	21,0	40	64	0,62
49	São Cristóvão e Nevis	„	„	0,0	„	„	„
50	Baamas	17	0,719	26,8	40	51	0,64
51	Seychelles	„	„	29,4	„	„	„
52	Cuba	„	„	36,0	„	„	„
53	México	38	0,583	23,7	25	40	0,38

Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c
	Ordem	Valor				
54 Tonga	0,0
55 Bulgária	29	0,604	26,3	30	34	0,67
56 Panamá	40	0,563	16,7	40	50	0,51
57 Trindade e Tobago	23	0,650	25,4	38	54	0,46
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO						
58 Líbia
59 Macedónia	41	0,555	19,2	27	51	0,56
60 Antígua e Barbuda	13,9
61 Malásia	51	0,502	13,1	23	40	0,47
62 Federação Russa	60	0,477	8,0	39	64	0,64
63 Brasil	9,1	..	62	0,43
64 Roménia	56	0,488	10,9	31	57	0,58
65 Maurícias	5,7	0,37
66 Granada	32,1
67 Bielorrússia	30,1	0,65
68 Bósnia e Herzegovina	12,3	0,46
69 Colômbia	52	0,500	10,8	38	50	0,51
70 Dominica	19,4
71 Omã	7,8	0,19
72 Albânia	6,4	0,56
73 Tailândia	63	0,452	8,1	26	52	0,61
74 Samoa (Ocidental)	6,1
75 Venezuela	64	0,441	9,7	27	61	0,42
76 Santa Lúcia	20,7
77 Arábia Saudita	78	0,253	0,0	31	6	0,21
78 Ucrânia	66	0,417	5,3	39	63	0,53
79 Peru	48	0,511	18,3	23	47	0,27
80 Cazaquistão	9,5	0,64
81 Líbano	2,3	0,31
82 Equador	55	0,490	16,0	26	40	0,30
83 Arménia	5,3	0,70
84 Filipinas	46	0,526	15,4	58	62	0,59
85 China	20,2	0,66
86 Suriname	19,6	28	51	..
87 São Vicente e Grenadinas	22,7
88 Paraguai	65	0,427	9,6	23	54	0,33
89 Tunísia	22,8	0,37
90 Jordânia	7,9	0,31
91 Belize	57	0,486	11,9	31	52	0,24
92 Fiji	70	0,381	9,7	51	9	0,37
93 Sri Lanka	72	0,370	4,9	21	46	0,51
94 Turquia	76	0,285	4,4	6	30	0,46
95 República Dominicana	45	0,527	15,4	31	49	0,36
96 Maldivas	4,8	15	40	..
97 Turquemenistão	16,0	0,63
98 Jamaica	13,6	0,66
99 Irão	75	0,316	4,1	13	33	0,28
100 Geórgia	67	0,416	9,4	28	63	0,42
101 Azerbaijão	10,5	0,58
102 Territórios Ocupados da Palestina	12	34	..
103 Argélia	5,3	0,31
104 El Salvador	62	0,467	10,7	32	44	0,44
105 Cabo Verde	11,1	0,48
106 Síria	12,0	0,29

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o gênero (MPG)		Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c	
	Ordem	Valor					
107	Guiana	..	30,8	0,39	
108	Vietname	..	27,3	0,68	
109	Quirguistão	0,65	
110	Indonésia	..	11,3	0,52	
111	Usbequistão	..	16,4	0,66	
112	Nicarágua	..	20,7	0,45	
113	Bolívia	47	0,525	17,8	36	40	0,45
114	Mongólia	69	0,388	6,7	30	66	0,66
115	Moldávia	53	0,494	15,8	40	66	0,65
116	Honduras	74	0,356	5,5	22	36	0,37
117	Guatemala	8,2	0,33
118	Vanuatu	3,8
119	Egipto	77	0,274	4,3	9	31	0,26
120	África do Sul	32,8 ^h	0,45
121	Guiné Equatorial	18,0	0,40
122	Tajiquistão	0,62
123	Gabão	11,9	0,59
124	Marrocos	6,4	0,40
125	Namíbia	31	0,603	25,5	30	55	0,51
126	São Tomé e Príncipe	9,1
127	Índia	9,3	0,38
128	Ilhas Salomão	0,0	0,66
129	Myanmar ⁱ
130	Camboja	73	0,364	10,9	14	33	0,76
131	Botswana	49	0,505	11,1	31	53	0,61
132	Comoros	3,0	0,55
133	Laos	22,9	0,65
134	Butão	8,7
135	Paquistão	71	0,379	20,6	2	26	0,34
136	Nepal	6,4	0,51
137	Papua-Nova Guiné	0,9	0,57
138	Gana	10,9	0,75
139	Bangladeche	79	0,218	2,0	8	25	0,54
140	Timor-Leste	25,3 ^j
141	Sudão	9,7	0,32
142	Congo	10,6	0,56
143	Togo	6,2	0,47
144	Uganda	23,9	0,67
145	Zimbabué	10,0	0,58
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
146	Madagáscar	8,4	0,59
147	Suazilândia	54	0,492	16,8	24	61	0,39
148	Camarões	8,9	0,45
149	Lesoto	17,0	0,39
150	Djibouti	10,8
151	Iémen	80	0,123	0,3	4	15	0,31
152	Mauritânia	4,4	0,56
153	Haiti	9,1	0,56
154	Quênia	7,1	0,93
155	Gâmbia	13,2	0,59
156	Guiné	19,3	0,68
157	Senegal	19,2	0,55
158	Nigéria	5,8	0,41
159	Ruanda	45,3	0,62

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c	
	Ordem	Valor					
160	Angola	..	15,0	0,62	
161	Eritreia	..	22,0	0,51	
162	Benim	..	7,2	0,69	
163	Costa do Marfim	..	8,5	0,37	
164	Tanzânia	42	0,538	21,4	49	32	0,71
165	Malawi	..	14,0	0,68	
166	Zâmbia	..	12,7	0,56	
167	Congo	..	10,2	0,55	
168	Moçambique	..	34,8	0,68	
169	Burundi	..	18,5	0,72	
170	Etiópia	..	7,8	0,52	
171	República Centro-Africana	..	— ^k	0,61	
172	Guiné-Bissau	..	14,0	0,49	
173	Chade	..	6,5	0,59	
174	Mali	..	10,2	0,60	
175	Burkina Faso	..	11,7	0,73	
176	Serra Leoa	..	14,5	0,42	
177	Niger	..	12,4	0,57	

NOTAS

- a Os dados são de 1 de Março de 2005. Onde existem câmaras alta e baixa, os dados referem-se à média ponderada da parcela dos assentos das mulheres em ambas as câmaras.
- b Os dados referem-se ao último ano disponível durante o período de 1992-2003. As estimativas para os países que aplicaram a recente Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88) não são exactamente comparáveis com as dos países que utilizam a classificação anterior (CITO-68).
- c Calculado com base em dados das colunas 9 e 10 do quadro 25. As estimativas são baseadas nos dados do último ano disponível durante o período de 1991-2003.
- d Os valores reflectem a composição do Senado até 1 de Julho de 2005.
- e Brunei e Catar não têm actualmente um parlamento. As eleições para um novo parlamento no Catar, de acordo com a constituição de 2004,

estão planeadas para ter lugar no final de 2005, ou começo de 2006.

- f As mulheres tiveram direito de voto no referendo de 14-15 de Fevereiro de 2001, que aprovou a Carta de Acção Nacional. Subsequentemente, as mulheres exerceram plenamente os seus direitos políticos, como votantes e como candidatas, nas eleições nacionais de 2002.
- g Em 16 de Maio de 2005, o parlamento aprovou uma lei que concede às mulheres o direito de votar e de candidatar às eleições.
- h Não incluem os 36 delegados rotativos especiais da câmara alta, designados numa base *ad hoc*. As percentagens apresentadas foram, portanto, calculadas com base nos assentos da câmara baixa e nos 54 lugares permanentes da câmara alta.
- i O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado, nem autorizado a reunir, e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio.
- j O objectivo das eleições realizadas em 30 de Agosto de 2001 foi a eleição dos membros da Assembleia Constituinte de Timor-Leste.

A Assembleia transformou-se em Parlamento Nacional em 20 de Maio de 2002, data em que o país se tornou independente, sem novas eleições.

- k O parlamento foi suspenso em 15 de Março de 2003. Os resultados das eleições de Maio de 2005 ainda não estão disponíveis.

FONTES

- Coluna 1: determinado com base nos valores MPG da coluna 2.
- Coluna 2: calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver *Nota técnica 1*.
- Coluna 3: calculado com base em dados dos assentos parlamentares, de IPU 2005b, d.
- Colunas 4 e 5: calculado com base em dados das ocupações, de ILO 2005b.
- Coluna 6: calculado com base nos dados das colunas 9 e 10 do quadro 25.

Posições MPG para 80 países

1 Noruega	17 Baamas	33 Eslováquia	49 Botswana	65 Paraguai
2 Dinamarca	18 Reino Unido	34 República	50 Uruguai	66 Ucrânia
3 Suécia	19 Costa Rica	35 Estónia	51 Malásia	67 Geórgia
4 Islândia	20 Argentina	36 Grécia	52 Colômbia	68 Barém
5 Finlândia	21 Portugal	37 Itália	53 Moldávi	69 Mongólia
6 Bélgica	22 Singapura	38 México	54 Suazilândia	70 Fiji
7 Austrália	23 Trindade e Tobago	39 Chipre	55 Equador	71 Paquistão
8 Holanda	24 Israel	40 Panamá	56 Roménia	72 Sri Lanka
9 Alemanha	25 Barbados	41 Macedónia	57 Belize	73 Camboja
10 Canadá	26 Lituânia	42 Tanzânia	58 Malta	74 Honduras
11 Suíça	27 Polónia	43 Japão	59 Coreia do Sul	75 Irão
12 Estados Unidos	28 Letónia	44 Hungria	60 Federação Russa	76 Turquia
13 Áustria	29 Bulgária	45 República Dominicana	61 Chile	77 Egipto
14 Nova Zelândia	30 Eslovénia	46 Filipinas	62 El Salvador	78 Arábia Saudita
15 Espanha	31 Namíbia	47 Bolívia	63 Tailândia	79 Bangladeche
16 Irlanda	32 Croácia	48 Peru	64 Venezuela	80 Iémen

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		Escolarização primária líquida ^{b, c}		Escolarização secundária líquida ^{b, c}		Escolarização superior bruta ^{c, d}			
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e		
	2003	2003	2003	2003	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03		
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	100	1,00	97	1,01	99	1,55
2	Islândia	99	0,99	88	1,05	81	1,81
3	Austrália	97	1,01	89 ^f	1,02 ^f	82	1,23
4	Luxemburgo	91	1,01	83	1,07	13	1,17
5	Canadá	100 ^{f, g}	1,00 ^{f, g}	98 ^{f, g}	1,00 ^{f, g}	66 ^{f, h}	1,34 ^{f, h}
6	Suécia	99	0,99	100	1,01	102	1,55
7	Suíça	99	0,99	84	0,95	44	0,83
8	Irlanda	97	1,02	87	1,08	59	1,32
9	Bélgica	100	1,00	98	1,01	66	1,19
10	Estados Unidos	93	1,01	89	1,01	96	1,37
11	Japão	100	1,00	101 ^{f, i}	1,01 ^{f, i}	47	0,88
12	Holanda	99	0,99	89	1,01	61	1,09
13	Finlândia	100	1,00	95	1,01	96	1,20
14	Dinamarca	100	1,00	98	1,04	79	1,43
15	Reino Unido	100	1,00	97	1,03	72	1,27
16	França	99	1,00	95	1,02	63	1,28
17	Áustria	91	1,02	89	0,99	53	1,20
18	Itália	99	0,99	92	1,01	65	1,34
19	Nova Zelândia	99 ^f	0,99 ^f	94	1,03	90	1,53
20	Alemanha	84	1,02	88	1,00	51	1,00
21	Espanha	99	0,99	98	1,04	67	1,19
22	Hong Kong, China (RAE)	97 ^j	0,99 ^j	75 ^f	1,04 ^f	31	0,99
23	Israel	95,6	97	99,4	100	..	99	1,00	89	1,00	66	1,33
24	Grécia	88,3	94	99,5	100	..	99	1,00	87	1,02	78	1,10
25	Singapura	88,6	92	99,6	100
26	Eslovénia	99,6 ^k	100 ^k	99,8 ^k	100 ^k	..	93	0,99	94	1,01	79	1,35
27	Portugal	99	0,99	89	1,11	64	1,35
28	Coreia do Sul	100 ^l	1,00 ^l	88 ^l	1,00 ^l	64 ^l	0,61 ^l
29	Chipre	95,1	96	99,8	100	..	96	1,00	94	1,03	33	1,03
30	Barbados	99,7 ^k	100 ^k	99,8 ^k	100 ^k	..	100	1,00	90	1,00	55 ^g	2,47 ^g
31	República Checa	87	1,00	92	1,03	37	1,07
32	Malta	89,2 ^m	103 ^m	97,8 ^m	104 ^m	..	96	0,99	88	1,02	35	1,40
33	Brunei	90,2	95	98,9	100	17	1,76
34	Argentina	97,2	100	99,1	100	84	1,06	72	1,49
35	Hungria	99,3	100	99,6	100	..	90	0,99	94	1,00	59	1,37
36	Polónia	98	1,00	83	0,99	71	1,42
37	Chile	95,6	100	99,2	100	..	84 ^l	0,99 ^l	81 ^l	1,01 ^l	44 ^l	0,94 ^l
38	Estónia	99,8	100	99,8	100	..	94	0,99	90	1,04	83	1,66
39	Lituânia	99,6	100	99,7	100	..	91	1,00	94	1,01	88	1,56
40	Catar	94	1,00	85 ^f	1,06 ^f	32	2,71
41	Emiratos Árabes Unidos	80,7 ^k	107 ^k	95,0 ^k	108 ^k	..	82	0,98	72	1,03	53 ^f	2,55 ^f
42	Eslováquia	99,6	100	99,7	100	..	86	1,01	88	1,01	36	1,17
43	Barém	83,0	90	99,3	100	..	91	1,02	90	1,08	44	1,89
44	Kuwait	81,0 ^k	96 ^k	93,9 ^k	102 ^k	..	84	1,02	79 ^{f, h}	1,05 ^{f, h}	32 ^{f, n}	2,58 ^{f, n}
45	Croácia	97,1	98	99,7	100	..	89	0,99	87	1,02	43	1,18
46	Uruguaí	98,1 ^k	101 ^k	99,4 ^k	101 ^k	..	91	1,00	77	1,10	50 ^f	1,95 ^f
47	Costa Rica	95,9 ^k	100 ^k	98,7 ^k	101 ^k	..	91	1,02	55	1,09	21	1,16
48	Letónia	99,7	100	99,8	100	..	85	0,99	88	1,01	91	1,66
49	São Cristóvão e Nevis	100 ⁿ	1,06 ⁿ
50	Baamas	88 ^f	1,03 ^f	77 ^f	1,04 ^f
51	Seychelles	92,3	101	99,4	101	..	99	0,99	100	1,00
52	Cuba	96,8 ^k	100 ^k	99,8 ^k	100 ^k	..	93	0,99	86	1,00	39	1,34
53	México	88,7	96	97,3	99	..	100	1,01	64	1,04	22	0,97

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		Escolarização primária líquida ^{b, c}		Escolarização secundária líquida ^{b, c}		Escolarização superior bruta ^{c, d}	
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e
	2003	2003	2003	2003	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03
54 Tonga	99,0 ^m	100 ^m	99,4 ^m	100 ^m	100 ^h	1,00 ^h	77 ^{f, h}	1,14 ^{f, h}	4 ^{f, h}	1,40 ^{f, h}
55 Bulgária	97,7	99	98,1	100	90	0,99	86	0,98	42	1,18
56 Panamá	91,2	99	95,6	99	99	0,99	66 ^f	1,11 ^f	55	1,69
57 Trindade e Tobago	97,9 ^k	99 ^k	99,8 ^k	100 ^k	90	0,99	75 ^f	1,08 ^f	11	1,59
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
58 Líbia	70,7 ^k	77 ^k	94,0 ^k	94 ^k	„	„	„	„	61 ^f	1,09 ^f
59 Macedónia	94,1	96	98,5	99	91	1,00	80 ^{f, h}	0,97 ^{f, h}	32	1,34
60 Antígua e Barbuda	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
61 Malásia	85,4	93	97,3	100	93	1,00	74	1,11	33	1,28
62 Federação Russa	99,2	100	99,8	100	90 ^f	1,02 ^f	„	„	79 ^f	1,31 ^f
63 Brasil	88,6	100	97,7	102	91 ^g	0,93 ^g	78	1,08	23	1,32
64 Roménia	96,3	98	97,8	100	88	0,99	82	1,03	39	1,24
65 Maurícias	80,5	91	95,4	102	98	1,02	74 ^f	1,00 ^f	18	1,41
66 Granada	„	„	„	„	80 ^{f, g}	0,90 ^{f, g}	„	„	„	„
67 Bielorrússia	99,4 ^m	100 ^m	99,8 ^m	100 ^m	94 ^f	0,99 ^f	86 ^f	1,04 ^f	72	1,39
68 Bósnia e Herzegovina	91,1	93	99,7	100	„	„	„	„	„	„
69 Colômbia	94,6	101	98,4	102	87 ^f	0,99 ^f	58 ^f	1,10 ^f	25	1,09
70 Dominica	„	„	„	„	79	0,95	98 ^f	1,14 ^f	„	„
71 Omã	65,4 ^k	80 ^k	97,3 ^k	98 ^k	72	1,01	70	1,01	10 ^{f, h}	1,67 ^{f, h}
72 Albânia	98,3	99	99,5	100	94	0,98	78	1,02	21	1,78
73 Tailândia	90,5	95	97,8	100	84 ^l	0,97 ^l	„	„	42 ^l	1,17 ^l
74 Samoa (Ocidental)	98,4 ^k	99 ^k	99,5 ^k	100 ^k	96 ^f	0,98 ^f	65 ^f	1,11 ^f	6 ^{f, h}	0,90 ^{f, h}
75 Venezuela	92,7	99	98,1	102	91	1,01	64	1,16	42 ^l	1,08 ^l
76 Santa Lúcia	90,6	101	95,9	101	100	1,01	85 ^f	1,25 ^f	„	„
77 Arábia Saudita	69,3	80	93,7	96	54	0,99	52 ^f	0,96 ^f	30	1,47
78 Ucrânia	99,2	99	99,8	100	84 ^f	1,00 ^f	85 ^f	1,01 ^f	67 ^l	1,19 ^l
79 Peru	82,1	88	95,7	98	100	1,00	68	0,97	33 ^l	1,07 ^f
80 Cazaquistão	99,3 ^m	100 ^m	99,9 ^m	100 ^m	91	0,99	87	1,00	51	1,31
81 Líbano	„	„	„	„	90	0,99	„	„	48	1,19
82 Equador	89,7	97	96,5	100	100	1,01	51	1,03	„	„
83 Arménia	99,2	99	99,9	100	93	0,98	85	1,03	31	1,26
84 Filipinas	92,7	100	95,7	101	95	1,02	65	1,19	34	1,28
85 China	86,5	91	98,5	99	„	„	„	„	14	0,84
86 Suriname	84,1	91	92,1	97	98 ^f	1,02 ^f	74 ^f	1,38 ^f	15 ^h	1,69 ^h
87 São Vicente e Grenadinas	„	„	„	„	90	0,99	61	1,09	„	„
88 Paraguai	90,2	97	96,5	100	89	1,00	53	1,06	31 ^f	1,39 ^f
89 Tunísia	65,3	78	92,2	96	97	1,00	68	1,11	30	1,28
90 Jordânia	84,7	89	98,9	100	93	1,02	81	1,03	37	1,10
91 Belize	77,1	101	84,5	101	100	1,02	71 ^f	1,05 ^f	3 ^l	1,91 ^l
92 Fiji	91,4 ^m	97 ^m	99,4 ^m	100 ^m	100 ^{f, h}	1,00 ^{f, h}	79 ^{f, h}	1,07 ^{f, h}	„	„
93 Sri Lanka	88,6 ^o	96 ^o	96,0 ^o	101 ^o	„	„	„	„	„	„
94 Turquia	81,1	85	94,8	96	84	0,94	„	„	24	0,76
95 República Dominicana	87,3	99	95,0	102	94 ^f	0,95 ^f	41 ^f	1,34 ^f	43	1,67
96 Maldivas	97,2 ^k	100 ^k	99,2 ^k	100 ^k	93	1,00	55 ^f	1,15 ^f	„	„
97 Turquemenistão	98,3 ^m	99 ^m	99,8 ^m	100 ^m	„	„	„	„	„	„
98 Jamaica	91,4 ^k	109 ^k	97,8 ^k	107 ^k	95	1,00	77 ^f	1,04 ^f	25 ^l	2,36 ^l
99 Irão	70,4	84	„	„	85	0,97	„	„	22	1,07
100 Geórgia	„	„	„	„	88	0,98	61	0,98	38	0,98
101 Azerbaijão	98,2 ^m	99 ^m	99,9 ^m	100 ^m	79	0,97	75	0,98	14	0,78
102 Territórios Ocupados da Palestina	87,4	91	98,6	100	91	1,00	86	1,05	35	1,04
103 Argélia	60,1	76	86,1	92	94	0,97	69 ^f	1,05 ^f	„	„
104 El Salvador	77,1 ^k	94 ^k	88,1 ^k	98 ^k	90	1,00	49 ^f	1,02 ^f	19	1,21
105 Cabo Verde	68,0 ^k	80 ^k	86,3 ^k	94 ^k	98	0,98	61	1,11	5	1,09
106 Síria	74,2	82	93,0	96	96	0,96	41	0,93	„	„

Ordem do IDH	ODM										
	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		Escolarização primária líquida ^{b, c}		Escolarização secundária líquida ^{b, c}		Escolarização superior bruta ^{c, d}		
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	
2003	2003	2003	2003	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03		
107	Guiana	98 ^f	0,98 ^f	78 ^{f, g}	1,04 ^{f, g}	7 ^f	1,58 ^f
108	Vietname	86,9 ^m	93 ^m	92 ^{f, g}	0,94 ^{f, g}	9 ^f	0,76 ^f
109	Quirguistão	98,1 ^m	99 ^m	99,7 ^m	100 ^m	88	0,96	46	1,19
110	Indonésia	83,4 ^k	90 ^k	97,6 ^k	99 ^k	92	0,98	54	0,99	15	0,80
111	Usbequistão	98,9 ^k	99 ^k	99,6 ^k	100 ^k	14	0,80
112	Nicarágua	76,6	100	88,8	106	85	1,00	42	1,18	19	1,10
113	Bolívia	80,4	87	96,1	98	95	1,00	71 ^f	0,98 ^f	22 ^{f, n}	0,55 ^{f, n}
114	Mongólia	97,5	100	98,4	101	80	1,03	83	1,16	47	1,69
115	Moldávia	95,0	98	99,1	101	79	0,99	70	1,04	34	1,32
116	Honduras	80,2	101	90,9	105	88 ^{f, h}	1,02 ^{f, h}	17 ^{f, h}	1,31 ^{f, h}
117	Guatemala	63,3	84	78,4	91	86	0,97	29	0,95	8	0,78
118	Vanuatu	95 ^f	1,02 ^f	28 ^h	1,01 ^h
119	Egipto	43,6 ^m	65 ^m	66,9 ^m	85 ^m	90 ^f	0,96 ^f	79 ^{f, h}	0,95 ^{f, h}
120	África do Sul	80,9 ^m	96 ^m	94,3 ^m	101 ^m	89	1,01	68 ^f	1,09 ^f	16	1,15
121	Guiné Equatorial	76,4	83	93,7	100	78 ^h	0,85 ^h	19 ^{f, i}	0,58 ^{f, i}	2 ⁱ	0,43 ⁱ
122	Tajiquistão	99,3	100	99,8	100	91 ⁿ	0,94 ⁿ	76 ^f	0,85 ^f	8	0,34
123	Gabão	78 ^{f, g}	0,99 ^{f, g}	5 ⁿ	0,54 ⁿ
124	Marrocos	38,3 ^k	61 ^k	61,3 ^k	79 ^k	87	0,94	33 ^f	0,86 ^f	10	0,84
125	Namíbia	83,5	96	93,5	103	81	1,07	50	1,29	7	0,89
126	São Tomé e Príncipe	94 ^{f, h}	0,94 ^{f, h}	26 ^{f, h}	0,83 ^{f, h}	1 ^{f, h}	0,56 ^{f, h}
127	Índia	47,8	65	67,7	80	85	0,94	10	0,68
128	Ilhas Salomão
129	Myanmar	86,2	92	93,2	98	85	1,01	34	0,94	15 ^{f, g}	1,75 ^{f, g}
130	Camboja	64,1	76	78,9	90	91	0,95	19 ^f	0,64 ^f	2 ^f	0,40 ^f
131	Botswana	81,5 ^k	107 ^k	92,8 ^k	109 ^k	83 ^f	1,04 ^f	57 ^f	1,15 ^f	4 ^f	0,75 ^f
132	Comoros	49,1 ^k	77 ^k	52,2 ^k	79 ^k	50 ^{f, i}	0,84 ^{f, i}	2	0,77
133	Laos	60,9	79	74,7	90	82	0,93	32	0,83	4	0,57
134	Butão
135	Paquistão	35,2	57	53,9	72	50 ^{f, g}	0,74 ^{f, g}	2	0,81
136	Nepal	34,9	56	60,1	75	66 ^{f, g}	0,88 ^{f, g}	3	0,34
137	Papua-Nova Guiné	50,9	80	64,1	93	69 ^{f, h}	0,90 ^{f, h}	21 ^{f, h}	0,79 ^{f, h}	1 ⁿ	0,54 ⁿ
138	Gana	45,7	73	53 ⁱ	0,81 ⁱ	33 ^{f, i}	0,85 ^{f, i}	2 ⁱ	0,46 ⁱ
139	Bangladeche	31,4 ^k	62 ^k	41,1 ^k	71 ^k	86	1,04	47	1,11	4	0,50
140	Timor-Leste	15 ^{h, j}	1,58 ^{h, j}
141	Sudão	49,9 ^o	72 ^o	69,2 ^o	85 ^o	42 ^{f, i}	0,83 ^{f, i}	6 ^{f, i}	0,92 ^{f, i}
142	Congo	77,1 ^k	87 ^k	97,3 ^k	99 ^k	53	0,96	1 ^f	0,14 ^f
143	Togo	38,3	56	63,3	76	83	0,84	17 ^{f, i}	0,48 ^{f, i}	1 ⁱ	0,20 ⁱ
144	Uganda	59,2 ^k	75 ^k	74,0 ^k	86 ^k	16 ^f	0,90 ^f	2 ^f	0,52 ^f
145	Zimbabué	86,3 ^k	92 ^k	96,2 ^k	97 ^k	80 ⁱ	1,02 ⁱ	33 ⁱ	0,93 ⁱ	3 ^{f, i}	0,63 ^{f, i}
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
146	Madagáscar	65,2	85	68,1	94	79	1,00	12 ^{f, n}	1,03 ^{f, n}	2	0,83
147	Suazilândia	78,1	97	89,4	103	75	1,00	36 ^f	1,21 ^f	5 ^f	1,16 ^f
148	Camarões	59,8	78	4 ^f	0,63 ^f
149	Lesoto	90,3	123	89	1,07	27 ^f	1,53 ^f	4	1,48
150	Djibouti	32 ⁱ	0,80 ⁱ	17 ^{f, i}	0,69 ^{f, i}	2 ⁱ	0,81 ⁱ
151	Iémen	28,5 ^k	41 ^k	50,9 ^k	60 ^k	59	0,71	21 ^{f, i}	0,46 ^{f, i}	5 ^{f, i}	0,28 ^{f, i}
152	Mauritânia	43,4	73	55,5	82	67	0,97	14 ^f	0,77 ^f	2 ^f	0,27 ^f
153	Haiti	50,0 ^k	93 ^k	66,5 ^k	101 ^k
154	Quênia	70,2	90	80,7	101	66	1,00	24 ^f	0,98 ^f	2 ^{f, h}	0,53 ^{f, h}
155	Gâmbia	78 ^f	0,99 ^f	27 ^f	0,68 ^f	1 ⁿ	0,29 ⁿ
156	Guiné	58	0,80	13 ^f	0,48 ^f
157	Senegal	29,2	57	41,0	70	54 ^f	0,89 ^f
158	Nigéria	59,4 ^k	80 ^k	86,5 ^k	95 ^k	60 ^f	0,82 ^f	26	0,80	7 ^f	0,69 ^f
159	Ruanda	58,8	84	75,9	98	88	1,04	2	0,46

Ordem do IDH	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		Escolarização primária líquida ^{b, c}		Escolarização secundária líquida ^{b, c}		Escolarização superior bruta ^{c, d}		
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino para masculino ^e	
	2003	2003	2003	2003	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	
160	Angola	53,8	66	62,6	76	57 ^{f, n}	0,86 ^{f, n}	„	„	1 ^j	0,65 ^j
161	Eritreia	„	„	„	„	42	0,86	18	0,74	(,) ^f	0,15 ^f
162	Benim	22,6	49	32,5	56	47 ^{f, i}	0,69 ^{f, i}	13 ^{f, g}	0,48 ^{f, g}	1 ^j	0,24 ^j
163	Costa do Marfim	38,2	64	51,5	74	54 ^j	0,81 ^j	15 ^{f, h}	0,57 ^{f, h}	4 ⁿ	0,36 ⁿ
164	Tanzânia	62,2	80	76,2	94	81 ^p	0,98 ^p	„	„	1	0,44
165	Malawi	54,0 ^m	72 ^m	70,7 ^m	86 ^m	„	„	26 ^f	0,81 ^f	(,)	0,41
166	Zâmbia	59,7 ^m	78 ^m	66,1 ^m	91 ^m	68	0,98	21 ^f	0,83 ^f	2 ^{f, g}	0,46 ^{f, g}
167	Congo	51,9	65	61,1	80	„	„	„	„	„	„
168	Moçambique	31,4 ^k	50 ^k	49,2 ^k	64 ^k	53	0,91	10	0,70	(,) ^{f, i}	0,73 ^{f, i}
169	Burundi	51,9	78	69,5	92	52	0,84	8 ^f	0,78 ^f	1 ^f	0,45 ^f
170	Etiópia	33,8 ^k	69 ^k	51,8 ^k	82 ^k	47 ^l	0,85 ^l	13 ^{f, j}	0,57 ^{f, j}	1 ^j	0,33 ^j
171	República Centro-Africana	33,5	52	46,8	67	„	„	„	„	1 ^j	0,19 ^j
172	Guiné-Bissau	„	„	„	„	38 ^l	0,71 ^l	6 ^{f, i}	0,55 ^{f, i}	(,) ^j	0,18 ^j
173	Chade	12,7	31	23,1	42	51 ^f	0,68 ^f	4 ^{f, g}	0,31 ^{f, g}	(,) ^j	0,17 ^j
174	Mali	11,9 ^m	44 ^m	16,9 ^m	52 ^m	39	0,77	„	„	„	„
175	Burkina Faso	8,1 ^m	44 ^m	14,0 ^m	55 ^m	31	0,73	7	0,67	1 ^f	0,34 ^f
176	Serra Leoa	20,5	52	29,9	64	„	„	„	„	1 ^{f, h}	0,40 ^{f, h}
177	Níger	9,4	48	14,2	54	31	0,69	5	0,67	1 ^{f, h}	0,34 ^{f, h}
	Países em desenvolvimento	69,6	84	81,2	92	„	„	„	„	„	„
	Países menos desenvolvidos	44,6	70	56,8	81	„	„	„	„	„	„
	Países Árabes	53,1	71	75,8	87	„	„	„	„	„	„
	Ásia Oriental e Pacífico	86,2	91	97,5	99	„	„	„	„	„	„
	América Latina e Caraíbas	88,9	98	96,3	101	„	„	„	„	„	„
	Ásia do Sul	46,6	66	63,3	79	„	„	„	„	„	„
	África Subsaariana	52,6	76	67,9	88	„	„	„	„	„	„
	Europa Central, do Leste e CEI	98,6	99	99,6	100	„	„	„	„	„	„
	OCDE	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
	OCDE de rendimento elevado	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
	Desenvolvimento humano elevado	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
	Desenvolvimento humano médio	73,3	86	84,1	93	„	„	„	„	„	„
	Desenvolvimento humano baixo	47,9	73	63,6	86	„	„	„	„	„	„
	Rendimento elevado	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
	Rendimento médio	86,2	93	96,3	99	„	„	„	„	„	„
	Rendimento baixo	49,9	70	65,4	82	„	„	„	„	„	„
	Mundo	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„

NOTAS

- a Os dados referem-se a estimativas nacionais da alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2004, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com cautela. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DO_TOPIC.
- b A taxa de escolarização líquida é o rácio entre o número de crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados.
- c Dos dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais, ou do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para pormenores, ver www.uis.unesco.org. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.
- d A escolarização superior é calculada, geralmente, como uma taxa bruta.
- e Calculado como o rácio entre as taxas de escolarização feminina e masculina.

- f Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior.
- g Os dados referem-se ao ano escolar de 2000/01.
- h Os dados referem-se ao ano escolar de 2001/02.
- i Os dados referem-se ao ano escolar de 1999/2000.
- j Estimativas nacionais.
- k Estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO em Julho de 2002.
- l Os dados referem-se ao ano escolar de 2003/04.
- m Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.
- n Os dados referem-se ao ano escolar de 1998/99.
- o Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado, diferem da definição padrão, ou respeitam apenas a parte do país.
- p Os dados referem-se ao ano escolar de 2004/05.

FONTES

- Colunas 1 e 3: UNESCO Institute for Statistics 2005a.
- Colunas 2 e 4: calculado com base em dados das taxas de alfabetização de adultos, de UNESCO Institute for Statistics 2005a.
- Colunas 5, 7 e 9: UNESCO Institute for Statistics 2005c.
- Colunas 6, 8 e 10: calculado com base em dados das taxas de escolarização líquida, de UNESCO Institute for Statistics 2005c.

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH	Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
	Taxa (%) 2003	Índice (1990=100) 2003	Em % da taxa masc. 2003	Agricultura		Indústria		Serviços		Mulher 2003 ^a	Homem 2003 ^a
				Mulher 1995– 2002 ^a	Homem 1995– 2002 ^a	Mulher 1995– 2002 ^a	Homem 1995– 2002 ^a	Mulher 1995– 2002 ^a	Homem 1995– 2002 ^a		
	DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	60,3	111	86	2	6	9	33	88	58	63	38
2 Islândia	66,7	101	83	3	12	10	33	85	54	50	50
3 Austrália	56,7	109	79	3	6	10	30	87	64	58	42
4 Luxemburgo	38,3	104	58
5 Canadá	60,7	105	83	2	4	11	33	87	64	65	35
6 Suécia	62,8	102	90	1	3	11	36	88	61	50	50
7 Suíça	51,1	104	67	3	5	13	36	84	59	59	41
8 Irlanda	38,3	119	54	2	11	14	39	83	50	53	47
9 Bélgica	40,3	107	67	1	3	10	36	82	58	85	15
10 Estados Unidos	59,6	107	83	1	3	12	32	87	65	63	37
11 Japão	51,2	104	68	5	5	21	37	73	57	81	19
12 Holanda	46,0	107	68	2	4	9	31	86	64	80	20
13 Finlândia	56,8	98	87	4	7	14	40	82	53	42	58
14 Dinamarca	61,8	100	85	2	5	14	36	85	59
15 Reino Unido	53,5	106	76	1	2	11	36	88	62	68	32
16 França	49,3	108	78	1	2	13	34	86	64
17 Áustria	44,2	103	66	6	5	14	43	80	52	67	33
18 Itália	39,0	108	60	5	6	20	39	75	55	54	46
19 Nova Zelândia	58,4	111	81	6	12	12	32	82	56	61	39
20 Alemanha	48,0	101	71	2	3	18	44	80	52	78	22
21 Espanha	38,5	114	58	5	8	15	42	81	51	63	37
22 Hong Kong, China (RAE)	51,2	105	66	(,)	(,)	10	27	90	73	87	13
23 Israel	49,5	116	69	1	3	12	34	86	62	76	24
24 Grécia	38,7	109	60	18	15	12	30	70	56	69	31
25 Singapura	50,0	99	64	(,)	(,)	18	31	81	69	76	24
26 Eslovénia	54,3	97	81	10	10	29	46	61	43	62	38
27 Portugal	51,8	105	72	14	12	23	44	63	44	70	30
28 Coreia do Sul	54,4	113	71	12	9	19	34	70	57	88	12
29 Chipre	49,3	103	63	4	5	13	31	83	58	84	16
30 Barbados	62,6	108	80	4	5	10	29	63	49
31 República Checa	61,3	100	83	3	6	28	50	68	44	86	14
32 Malta	26,5	114	38	1	3	21	36	78	61
33 Brunei	51,0	113	64
34 Argentina	37,2	127	48	(,)	1	12	30	87	69	59	41
35 Hungria	48,7	102	72	4	9	26	42	71	49	70	30
36 Polónia	57,0	99	81	19	19	18	40	63	40	58	42
37 Chile	39,0	122	50	5	18	13	29	83	53
38 Estónia	60,1	94	82	4	10	23	42	73	48	50	50
39 Lituânia	57,3	96	80	12	20	21	34	67	45	59	41
40 Catar	42,6	129	47
41 Emiratos Árabes Unidos	32,1	110	38	(,)	9	14	36	86	55
42 Eslováquia	62,6	99	84	4	8	26	48	71	44	75	25
43 Barém	34,5	121	40
44 Kuwait	36,2	96	49
45 Croácia	49,0	102	74	15	16	21	37	63	47	73	27
46 Uruguai	48,9	110	68	2	6	14	32	85	62	74	25
47 Costa Rica	37,9	114	47	4	22	15	27	80	51	43	57
48 Letónia	59,0	94	80	12	18	16	35	72	47	50	50
49 São Cristóvão e Nevis
50 Baamas	67,1	104	84	1	6	5	24	93	69
51 Seychelles
52 Cuba	51,5	122	67
53 México	40,6	120	49	6	24	22	28	72	48	49	51

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH	Emprego por actividade económica (%)										Contribuição de trabalhadores familiares (%)				
	Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Agricultura						Indústria		Serviços		Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
	Taxa (%)	Índice (1990=100)	Em % da taxa masc.	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
	2003	2003	2003	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a
54	Tonga
55	Bulgária	55,8	93	85
56	Panamá	44,3	114	56	6	29	10	20	85	51	36	64
57	Trindade e Tobago	45,3	116	60	3	11	13	36	84	53	75	25
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO															
58	Líbia	25,9	126	35
59	Macedónia	50,1	104	73	61	39
60	Antígua e Barbuda
61	Malásia	49,2	110	62	14	21	29	34	57	45
62	Federação Russa	59,1	98	83	8	15	23	36	69	49	42	58
63	Brasil	43,7	98	52	16	24	10	27	74	49
64	Roménia	50,3	97	76	45	40	22	30	33	30	71	29
65	Maurícias	38,7	112	49	13	15	43	39	45	46
66	Granada	10	17	12	32	77	46
67	Bielorrússia	59,0	97	82
68	Bósnia e Herzegovina	43,1	99	60
69	Colômbia	49,3	116	62	7	33	17	19	76	48	58	42
70	Dominica	14	31	10	24	72	40
71	Omã	20,3	160	27
72	Albânia	60,2	104	74
73	Tailândia	72,9	97	85	48	50	17	20	35	30	66	34
74	Samoa (Occidental)
75	Venezuela	44,2	117	55	2	15	12	28	86	57
76	Santa Lúcia	16	27	14	24	71	49
77	Arábia Saudita	22,4	150	29
78	Ucrânia	55,3	98	80	17	22	22	39	55	33	60	40
79	Peru	35,6	121	45	6	11	10	24	84	65	66	34
80	Cazaquistão	61,2	101	82
81	Líbano	30,7	126	40
82	Equador	33,7	121	40	4	10	16	30	79	60	64	36
83	Arménia	62,3	99	89
84	Filipinas	50,1	107	62	25	45	12	18	63	37
85	China	72,4	98	86
86	Suriname	37,6	126	50	2	8	1	22	97	64
87	São Vicente e Grenadinas
88	Paraguai	37,5	111	44	20	39	10	21	69	40
89	Tunísia	37,7	115	48
90	Jordânia	28,1	165	36
91	Belize	27,7	116	33	6	37	12	19	81	44	32	68
92	Fidji	39,5	149	49
93	Sri Lanka	43,5	108	56	49	38	22	23	27	37	56	44
94	Turquia	51,2	117	63	56	24	15	28	29	48	68	32
95	República Dominicana	41,2	121	49	2	21	17	26	81	53	23	77
96	Maldivas	65,4	101	80	5	18	24	16	39	55	57	43
97	Turquemenistão	62,7	105	82
98	Jamaica	67,3	101	86	10	30	9	26	81	45	66	34
99	Irão	30,5	141	39	46	54
100	Geórgia	55,7	100	79	53	53	6	12	41	35	57	43
101	Azerbaijão	55,2	107	76	43	37	7	14	50	49
102	Territórios Ocupados da Palestina	9,6	153	14	26	9	11	32	62	58	46	54
103	Argélia	31,6	165	41
104	El Salvador	47,6	128	56	4	34	22	25	74	42	39	61
105	Cabo Verde	46,9	110	54
106	Síria	29,5	125	38

Ordem do IDH	Emprego por actividade económica (%)										Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
	Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)		
	Taxa (%)	Índice (1990=100)	Em % da taxa masc.	Agricultura		Indústria		Serviços		Mulher	Homem	
	2003	2003	2003	Mulher 1995-2002 ^a	Homem 1995-2002 ^a	Mulher 1995-2002 ^a	Homem 1995-2002 ^a	Mulher 1995-2002 ^a	Homem 1995-2002 ^a	2003 ^a	1995-2003 ^a	
107	Guiana	41,9	117	51
108	Vietname	73,3	96	91
109	Quirguistão	61,4	105	85	53	52	8	14	38	34
110	Indonésia	56,3	112	69	43	43	16	19	41	38
111	Usbequistão	63,0	107	86
112	Nicarágua	48,5	120	58
113	Bolívia	48,6	107	58	3	6	14	39	82	55	63	37
114	Mongólia	73,9	103	88	70	30
115	Moldávia	60,2	98	84	50	52	10	18	40	31	70	30
116	Honduras	41,6	123	49	9	50	25	21	67	30	40	60
117	Guatemala	37,7	134	44	18	50	23	18	56	27
118	Vanuatu
119	Egipto	36,0	119	46	39	27	7	25	54	48	33	67
120	África do Sul	47,3	102	59	9	12	14	33	75	50
121	Guiné Equatorial	45,8	101	52
122	Tajiquistão	58,9	113	81
123	Gabão	63,2	101	77
124	Marrocos	41,9	108	53	6	6	40	32	54	63	19	81
125	Namíbia	53,7	101	68	29	33	7	17	63	49
126	São Tomé e Príncipe
127	Índia	42,5	105	50
128	Ilhas Salomão	80,8	97	92
129	Myanmar	65,8	99	75
130	Camboja	80,1	98	97	64	36
131	Botswana	62,4	95	76	17	22	14	26	67	51	45	55
132	Comoros	62,3	99	73
133	Laos	74,6	101	85
134	Butão	57,1	100	65
135	Paquistão	36,7	129	44	73	44	9	20	18	36	33	67
136	Nepal	56,9	101	67
137	Papua-Nova Guiné	67,6	100	79
138	Gana	79,8	98	98
139	Bangladeche	66,5	101	76	77	53	9	11	12	30	81	19
140	Timor-Leste	73,1	96	86
141	Sudão	35,7	116	42
142	Congo	58,4	100	71
143	Togo	53,5	101	62
144	Uganda	79,1	98	88
145	Zimbabué	64,9	97	78
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
146	Madagáscar	68,9	99	78
147	Suazilândia	42,1	107	52
148	Camarões	49,7	105	59
149	Lesoto	47,7	103	56
150	Djibouti
151	Iémen	30,9	110	37	88	43	3	14	9	43	26	74
152	Mauritânia	63,1	97	74
153	Haiti	55,6	97	70	37	63	6	15	57	23
154	Quênia	74,7	100	85	16	20	10	23	75	57
155	Gâmbia	69,8	101	78
156	Guiné	77,0	97	89
157	Senegal	61,8	101	72
158	Nigéria	47,8	102	56	2	4	11	30	87	67
159	Ruanda	82,3	98	88

Ordem do IDH	Emprego por actividade económica (%)									Contribuição de trabalhadores familiares (%)		
	Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Agricultura			Indústria		Serviços		Mulher 1995-2003 ^a	Homem 1995-2003 ^a
	Taxa (%)	Índice (1990=100)	Em % da taxa masc.	Mulher 1995-2002 ^a	Homem 1995-2002 ^a	Mulher 1995-2002 ^a	Homem 1995-2002 ^a	Mulher 1995-2002 ^a	Homem 1995-2002 ^a			
	2003	2003	2003									
160 Angola	72,5	98	82	
161 Eritreia	74,5	98	87	
162 Benim	73,1	96	90	
163 Costa do Marfim	44,0	102	51	
164 Tanzânia	81,4	97	93	
165 Malawi	77,5	97	90	
166 Zâmbia	63,9	98	74	
167 Congo	60,3	97	72	
168 Moçambique	82,6	99	92	
169 Burundi	81,7	98	89	
170 Etiópia	57,2	98	67	
171 República Centro-Africana	67,1	96	78	
172 Guiné-Bissau	57,0	100	63	
173 Chade	67,4	102	77	
174 Mali	69,6	97	79	
175 Burkina Faso	74,6	97	85	
176 Serra Leoa	45,2	107	55	
177 Níger	69,3	99	75	
Países em desenvolvimento	56,0	102	67	
Países menos desenvolvidos	64,3	100	74	
Países Árabes	33,3	119	42	
Ásia Oriental e Pacífico	68,9	100	83	
América Latina e Caraíbas	42,7	110	52	
Ásia do Sul	44,1	107	52	
África Subsariana	62,3	99	73	
Europa Central, do Leste e CEI	57,5	99	81	
OCDE	51,8	107	72	
OCDE de rendimento elevado	52,8	107	75	
Desenvolvimento humano elevado	51,1	106	71	
Desenvolvimento humano médio	56,4	101	68	
Desenvolvimento humano baixo	61,3	99	71	
Rendimento elevado	52,5	107	74	
Rendimento médio	59,5	102	73	
Rendimento baixo	51,2	103	61	
Mundo	55,6	103	69	

NOTAS

Devido a limitações nos dados, as comparações de estatísticas do trabalho, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver ILO 2002, 2003, 2005b. As parcelas percentuais do emprego por actividade económica podem não somar 100, devido aos arredondamentos ou à omissão de actividades não classificadas.

^a Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

FONTES

Colunas 1-3: calculado com base em dados da população economicamente activa e da população total, de ILO 2002.

Colunas 4-9: ILO 2003.

Colunas 10 e 11: calculado com base em dados dos trabalhadores que contribuem para a família, de ILO 2005b.

Género, trabalho e afectação do tempo

Ordem do IDH	Ano	Tempo de trabalho total (minutos por dia)		Tempo de trabalho feminino (% do masc.)	Afectação do tempo (%)					
		Mulheres	Homens		Tempo de trabalho total		Tempo gasto por mulheres		Tempo gasto por mulheres	
					Actividades mercantis	Actividades não mercantis	Actividades mercantis	Actividades não mercantis	Actividades mercantis	Actividades não mercantis
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO SELECIONADOS										
ÁREAS URBANAS										
Colômbia	1983	399	356	112	49	51	24	76	77	23
Indonésia	1992	398	366	109	60	40	35	65	86	14
Quênia	1986	590	572	103	46	54	41	59	79	21
Nepal	1978	579	554	105	58	42	25	75	67	33
Venezuela	1983	440	416	106	59	41	30	70	87	13
Média^a		481	453	107	54	46	31	69	79	21
ÁREAS RURAIS										
Bangladeche	1990	545	496	110	52	48	35	65	70	30
Guatemala	1977	678	579	117	59	41	37	63	84	16
Quênia	1988	676	500	135	56	44	42	58	76	24
Nepal	1978	641	547	117	56	44	46	54	67	33
Terras altas	1978	692	586	118	59	41	52	48	66	34
Montanhas	1978	649	534	122	56	44	48	52	65	35
Encostas rurais	1978	583	520	112	52	48	37	63	70	30
Filipinas	1975-77	546	452	121	73	27	29	71	84	16
Média^a		617	515	120	59	41	38	62	76	24
NACIONAL^b										
Índia	2000	457	391	117	61	39	35	65	92	8
Mongólia	2000	545	501	109	61	39	49	51	75	25
África do Sul	2000	332	273	122	51	49	35	65	70	30
Média^a		445	388	116	58	42	40	60	79	21
PAÍSES DA OCDE SELECIONADOS^c										
Austrália	1997	435	418	104	46	54	30	70	62	38
Áustria ^d	1992	438	393	111	49	51	31	69	71	29
Canadá	1998	420	429	98	53	47	41	59	65	35
Dinamarca ^d	1987	449	458	98	68	32	58	42	79	21
Finlândia ^d	1987-88	430	410	105	51	49	39	61	64	36
França	1999	391	363	108	46	54	33	67	60	40
Alemanha ^d	1991-92	440	441	100	44	56	30	70	61	39
Hungria	1999	432	445	97	51	49	41	59	60	40
Israel ^d	1991-92	375	377	99	51	49	29	71	74	26
Itália ^d	1988-89	470	367	128	45	55	22	78	77	23
Japão	1996	393	363	108	66	34	43	57	93	7
Coreia do Sul	1999	431	373	116	64	36	45	55	88	12
Letónia	1996	535	481	111	46	54	35	65	58	42
Holanda	1995	308	315	98	48	52	27	73	69	31
Nova Zelândia	1999	420	417	101	46	54	32	68	60	40
Noruega ^d	1990-91	445	412	108	50	50	38	62	64	36
Reino Unido ^d	1985	413	411	100	51	49	37	63	68	32
Estados Unidos ^d	1985	453	428	106	50	50	37	63	63	37
Média^e		423	403	105	52	48	37	64	69	31

NOTAS

Os dados são estimativas baseadas em inquéritos sobre o uso do tempo disponíveis a tempo para publicação. Os dados sobre o uso do tempo também estão a ser recolhidos noutros países, tais como o Benim, Chade, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Laos, Mali, México, Marrocos, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Omã, Filipinas, Tailândia e Vietname. As actividades mercantis referem-se às actividades de produção orientadas para o mercado, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993; os inquéritos anteriores a 1993 não

são exactamente comparáveis com os dos anos posteriores.

- a** Refere-se à média não ponderada das áreas, ou países indicados em cima.
- b** As classificações das actividades mercantis e não mercantis não são baseadas exactamente no Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, pelo que as comparações entre áreas e países devem ser feitas com cautela.
- c** Inclui Israel e Letónia, embora não sejam países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

d Goldshmidt-Clermont e Aligisakis 1995.

e Refere-se à média não ponderada para a selecção de países da OCDE indicada acima (excluindo Israel e Letónia).

FONTES

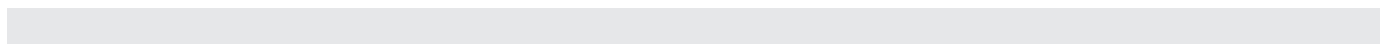
Colunas 1-10: para áreas urbanas e rurais de países em desenvolvimento seleccionados, Harvey 1995; para estudos nacionais de países em desenvolvimento seleccionados, UN 2002; para países da OCDE e Letónia, Harvey 2001, excepto quando indicado de outro modo.

Participação política das mulheres

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	ODM			
	De votar	De se candidatar às eleições			Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) ^c		Câmara alta ou senado	
					Câmara baixa ou única	2005		2005
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1	Noruega	1907	1907, 1913	1911 N	44,4	36	38,2	..
2	Islândia	1915, 1920	1915, 1920	1922 E	27,3	21	30,2	..
3	Austrália	1902, 1962	1902, 1962	1943 E	20,0	6	24,7	35,5
4	Luxemburgo	1919	1919	1919 E	14,3	13	23,3	..
5	Canadá	1917, 1960	1920, 1960	1921 E	23,1	13	21,1	37,1
6	Suécia	1862, 1921	1907, 1921	1921 E	52,4	38	45,3	..
7	Suíça	1971	1971	1971 E	14,3	14	25,0	23,9
8	Irlanda	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	21,4	8	13,3	16,7
9	Bélgica	1919, 1948	1921, 1948	1921 N	21,4	9	34,7	38,0
10	Estados Unidos	1920, 1965	1788 ^d	1917 E	14,3	7	15,0	14,0
11	Japão	1945, 1947	1945, 1947	1946 E	12,5	1	7,1	13,6
12	Holanda	1919	1917	1918 E	36,0	21	36,7	29,3
13	Finlândia	1906	1906	1907 E	47,1	32	37,5	..
14	Dinamarca	1915	1915	1918 E	33,3	31	36,9	..
15	Reino Unido	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	28,6	6	18,1	17,8
16	França	1944	1944	1945 E	17,6	7	12,2	16,9
17	Áustria	1918	1918	1919 E	35,3	12	33,9	27,4
18	Itália	1945	1945	1946 E	8,3	13	11,5	8,1
19	Nova Zelândia	1893	1919	1933 E	23,1	14	28,3	..
20	Alemanha	1918	1918	1919 E	46,2	0	32,8	18,8
21	Espanha	1931	1931	1931 E	50,0	15	36,0	23,2
22	Hong Kong, China (RAE)
23	Israel	1948	1948	1949 E	16,7	7	15,0	..
24	Grécia	1949, 1952	1949, 1952	1952 E	5,6	7	14,0	..
25	Singapura	1947	1947	1963 E	0	5	16,0	..
26	Eslovénia	1945	1945	1992 E ^e	6,3	0	12,2	..
27	Portugal	1931, 1976	1931, 1976	1934 E	16,7	8	19,1	..
28	Coreia do Sul	1948	1948	1948 E	5,6	2	13,0	..
29	Chipre	1960	1960	1963 E	0	2	16,1	..
30	Barbados	1950	1950	1966 N	29,4	4	13,3	23,8
31	República Checa	1920	1920	1992 E ^e	11,1	0	17,0	12,3
32	Malta	1947	1947	1966 E	15,4	3	9,2	..
33	Brunei	—	—	—	9,1 ^f	.. ^f
34	Argentina	1947	1947	1951 E	8,3	6	33,7	33,3
35	Hungria	1918	1918	1920 E	11,8	21	9,1	..
36	Polónia	1918	1918	1919 E	5,9	14	20,2	23,0
37	Chile	1931, 1949	1931, 1949	1951 E	16,7	0	12,5	4,2
38	Estónia	1918	1918	1919 E	15,4	0	18,8	..
39	Lituânia	1921	1921	1920 N	15,4	0	22,0	..
40	Catar	—	—	—	7,7 ^f	.. ^f
41	Emiratos Árabes Unidos	—	—	—	5,6	0	0,0	..
42	Eslováquia	1920	1920	1992 E ^e	0	0	16,7	..
43	Barém	1973 ^g	1973 ^g	2002 N	8,7	0	0,0	15,0
44	Kuwait	—	—	—	0	0	0,0 ^h	.. ^h
45	Croácia	1945	1945	1992 E ^e	33,3	0	21,7	..
46	Uruguai	1932	1932	1942 E	0	6	12,1	9,7
47	Costa Rica	1949	1949	1953 E	25,0	11	35,1	..
48	Letónia	1918	1918	..	23,5	0	21,0	..
49	São Cristóvão e Nevis	1951	1951	1984 E	0	7	0,0	..
50	Baamas	1961, 1964	1961, 1964	1977 N	26,7	4	20,0	43,8
51	Seychelles	1948	1948	1976 E+N	12,5	16	29,4	..
52	Cuba	1934	1934	1940 E	16,2	34	36,0	..
53	México	1947	1953	1952 N	9,4	12	24,2	21,9

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) ^c		
	De votar	De se candidatar às eleições			Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado
					1990	2005	2005
54	Tonga	0	0,0	..
55	Bulgária	1944	1944	1945 E	23,8	21	26,3
56	Panamá	1941, 1946	1941, 1946	1946 E	14,3	8	16,7
57	Trindade e Tobago	1946	1946	1962 E+N	18,2	17	19,4
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
58	Líbia	1964	1964
59	Macedónia	1946	1946	1990 E ^e	16,7	0	19,2
60	Antígua e Barbuda	1951	1951	1984 N	15,4	0	10,5
61	Malásia	1957	1957	1959 E	9,1	5	9,1
62	Federação Russa	1918	1918	1993 E ^e	0	0	9,8
63	Brasil	1934	1934	1933 E	11,4	5	8,6
64	Roménia	1929, 1946	1929, 1946	1946 E	12,5	34	11,1
65	Maurícias	1956	1956	1976 E	8,0	7	5,7
66	Granada	1951	1951	1976 E+N	40,0	0	26,7
67	Bielorrússia	1919	1919	1990 E ^e	10,0	0	29,4
68	Bósnia e Herzegovina	1946	1946	1990 E ^e	11,1	0	16,7
69	Colômbia	1954	1954	1954 N	35,7	5	12,0
70	Dominica	1951	1951	1980 E	0	10	19,4
71	Omã	1994, 2003	1994, 2003	..	10,0	0	2,4
72	Albânia	1920	1920	1945 E	5,3	29	6,4
73	Tailândia	1932	1932	1948 N	7,7	3	10,6
74	Samoa (Ocidental)	1948, 1990	1948, 1990	1976 N	7,7	0	6,1
75	Venezuela	1946	1946	1948 E	13,6	10	9,7
76	Santa Lúcia	1951	1951	1979 N	8,3	0	11,1
77	Arábia Saudita	—	—	—	0	0	0,0
78	Ucrânia	1919	1919	1990 E ^e	5,6	0	5,3
79	Peru	1955	1955	1956 E	11,8	6	18,3
80	Cazaquistão	1924	1924	1990 E ^e	17,6	0	10,4
81	Líbano	1952	1952	1991 N	6,9	0	2,3
82	Equador	1929, 1967	1929, 1967	1956 E	14,3	5	16,0
83	Arménia	1921	1921	1990 E ^e	0	36	5,3
84	Filipinas	1937	1937	1941 E	25,0	9	15,3
85	China	1949	1949	1954 E	6,3	21	20,2
86	Suriname	1948	1948	1975 E	11,8	8	19,6
87	São Vicente e Grenadinas	1951	1951	1979 E	20,0	10	22,7
88	Paraguai	1961	1961	1963 E	30,8	6	10,0
89	Tunísia	1957, 1959	1957, 1959	1959 E	7,1	4	22,8
90	Jordânia	1974	1974	1989 N	10,7	0	5,5
91	Belize	1954	1954	1984 E+N	6,3	0	6,7
92	Fidji	1963	1963	1970 N	9,1	0	8,5
93	Sri Lanka	1931	1931	1947 E	10,3	5	4,9
94	Turquia	1930, 1934	1930, 1934	1935 N	4,3	1	4,4
95	República Dominicana	1942	1942	1942 E	14,3	8	17,3
96	Maldivas	1932	1932	1979 E	11,8	6	12,0
97	Turquemenistão	1927	1927	1990 E ^e	9,5	26	..
98	Jamaica	1944	1944	1944 E	17,6	5	11,7
99	Irão	1963	1963	1963 E+N	6,7	2	4,1
100	Geórgia	1918, 1921	1918, 1921	1992 E ^e	22,2	0	9,4
101	Azerbaijão	1921	1921	1990 E ^e	15,0	0	10,5
102	Territórios Ocupados da Palestina
103	Argélia	1962	1962	1962 N	10,5	2	6,2
104	El Salvador	1939	1961	1961 E	35,3	12	10,7
105	Cabo Verde	1975	1975	1975 E	18,8	12	11,1
106	Síria	1949, 1953	1953	1973 E	6,3	9	12,0

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	ODM			
	De votar	De se candidatar às eleições			Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) ^c		Câmara alta ou senado 2005	
					Câmara baixa ou única			
				2005	1990	2005		
107	Guiana	1953	1945	1968 E	22,2	37	30,8	„
108	Vietname	1946	1946	1976 E	11,5	18	27,3	„
109	Quirguistão	1918	1918	1990 E ^e	12,5	0	3,2	„
110	Indonésia	1945	1945	1950 N	10,8	12	11,3	„
111	Usbequistão	1938	1938	1990 E ^e	3,6	0	17,5	15,0
112	Nicarágua	1955	1955	1972 E	14,3	15	20,7	„
113	Bolívia	1938, 1952	1938, 1952	1966 E	6,7	9	19,2	11,1
114	Mongólia	1924	1924	1951 E	5,9	25	6,7	„
115	Moldávia	1978	1978	1990 E	11,1	0	15,8	„
116	Honduras	1955	1955	1957 E	14,3	10	5,5	„
117	Guatemala	1946, 1985	1946, 1965	1956 E	25,0	7	8,2	„
118	Vanuatu	1975, 1980	1975, 1980	1987 E	8,3	4	3,8	„
119	Egipto	1956	1956	1957 E	5,9	4	2,9	6,8
120	África do Sul	1930, 1994	1930, 1994	1933 E	41,4	3	32,8	33,3 ^l
121	Guiné Equatorial	1963	1963	1968 E	4,5	13	18,0	„
122	Tajiquistão	1924	1924	1990 E ^e	3,1	0	„	11,8
123	Gabão	1956	1956	1961 E	11,8	13	9,2	15,4
124	Marrocos	1963	1963	1993 E	5,9	0	10,8	1,1
125	Namíbia	1989	1989	1989 E	19,0	7	25,0	26,9
126	São Tomé e Príncipe	1975	1975	1975 E	14,3	12	9,1	„
127	Índia	1950	1950	1952 E	3,4	5	8,3	11,6
128	Ilhas Salomão	1974	1974	1993 E	0	0	0,0	„
129	Myanmar	1935	1946	1947 E	„	„	„ ^j	„ ^j
130	Camboja	1955	1955	1958 E	7,1	0	9,8	13,1
131	Botswana	1965	1965	1979 E	26,7	5	11,1	„
132	Comoros	1956	1956	1993 E	„	0	3,0	„
133	Laos	1958	1958	1958 E	0	6	22,9	„
134	Butão	1953	1953	1975 E	0	2	8,7	„
135	Paquistão	1947	1947	1973 E ^e	5,6	10	21,3	18,0
136	Nepal	1951	1951	1952 N	7,4	6	5,9	8,3
137	Papua-Nova Guiné	1964	1963	1977 E	„	0	0,9	„
138	Gana	1954	1954	1960	11,8	0	10,9	„
139	Bangladeche	1972	1972	1973 E	8,3	10	2,0	„
140	Timor-Leste	„	„	„	22,2	0	25,3 ^k	„
141	Sudão	1964	1964	1964 E	2,6	0	9,7	„
142	Congo	1961	1961	1963 E	14,7	14	8,5	15,0
143	Togo	1945	1945	1961 E	20,0	5	6,2	„
144	Uganda	1962	1962	1962 N	23,4	12	23,9	„
145	Zimbabué	1919, 1957	1919, 1978	1980 E+N	14,7	11	10,0	„
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
146	Madagáscar	1959	1959	1965 E	5,9	7	6,9	11,1
147	Suazilândia	1968	1968	1972 E+N	13,3	4	10,8	30,0
148	Camarões	1946	1946	1960 E	11,1	14	8,9	„
149	Lesoto	1965	1965	1965 N	27,8	0	11,7	36,4
150	Djibouti	1946	1986	2003 E	5,3	0	10,8	„
151	Iémen	1967, 1970	1967, 1970	1990 E ^e	2,9	4	0,3	„
152	Mauritânia	1961	1961	1975 E	9,1	0	3,7	5,4
153	Haiti	1950	1957	1961 E	25,0	0	3,6	25,9
154	Quênia	1919, 1963	1919, 1963	1969 E+N	10,3	1	7,1	„
155	Gâmbia	1960	1960	1982 E	20,0	8	13,2	„
156	Guiné	1958	1958	1963 E	15,4	0	19,3	„
157	Senegal	1945	1945	1963 E	20,6	13	19,2	„
158	Nigéria	1958	1958	„	10,0	0	6,4	3,7
159	Ruanda	1961	1961	1981	35,7	17	48,8	34,6



Ordem do IDH	ODM							
	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) ^c			
	De votar	De se candidatar às eleições			Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado	
			2005	1990	2005	2005		
160	Angola	1975	1975	1980 E	5,7	15	15,0	„
161	Eritreia	1955	1955	1994 E	17,6	0	22,0	„
162	Benim	1956	1956	1979 E	19,0	3	7,2	„
163	Costa do Marfim	1952	1952	1965 E	17,1	6	8,5	„
164	Tanzânia	1959	1959	„	15,4	0	21,4	„
165	Malawi	1961	1961	1964 E	14,3	10	14,0	„
166	Zâmbia	1962	1962	1964 E+N	25,0	7	12,7	„
167	Congo	1967	1970	1970 E	12,5	5	12,0	2,5
168	Moçambique	1975	1975	1977 E	13,0	16	34,8	„
169	Burundi	1961	1961	1982 E	10,7	0	18,4	18,9
170	Etiópia	1955	1955	1957 E	5,9	0	7,7	8,3
171	República Centro-Africana	1986	1986	1987 E	10,0	4	„ ⁱ	„ ⁱ
172	Guiné-Bissau	1977	1977	1972 N	37,5	20	14,0	„
173	Chade	1958	1958	1962 E	11,5	0	6,5	„
174	Mali	1956	1956	1959 E	18,5	0	10,2	„
175	Burkina Faso	1958	1958	1978 E	14,8	0	11,7	„
176	Serra Leoa	1961	1961	„	13,0	0	14,5	„
177	Níger	1948	1948	1989 E	23,1	5	12,4	„

NOTAS

- a** Os dados referem-se ao ano em que foi reconhecido o direito de votar, ou de candidatar às eleições, numa base universal e igual. Onde são apresentados dois anos, o primeiro refere-se ao primeiro reconhecimento parcial do direito de votar, ou de candidatar às eleições.
- b** Os dados são de 1 de Janeiro de 2005. O total inclui vice-primeiros-ministros e ministros. Os primeiros-ministros também estão incluídos quando detêm pastas ministeriais. Vice-presidentes e directores de departamentos ou agências de nível ministerial também estão incluídos quando exercem uma função ministerial na estrutura governamental.
- c** Os dados são de 1 de Março de 2005. A percentagem foi calculada tomando como referência o número total de assentos então ocupados no parlamento.
- d** Não há informação disponível sobre o ano em que as mulheres receberam o direito de candidatar às eleições. Contudo, a constituição não menciona a condição sexual em relação a este direito.
- e** Refere-se ao ano em que foram eleitas mulheres para o sistema parlamentar corrente.
- f** Brunei e Catar não têm actualmente um parlamento. As eleições para um novo parlamento

- no Catar, de acordo com a constituição de 2004, estão planeadas para ter lugar no final de 2005, ou começo de 2006.
- g** De acordo com a constituição em vigor (1973), todos os cidadãos são iguais perante a lei; contudo, as mulheres não puderam exercer os seus direitos eleitorais nas primeiras eleições legislativas realizadas em 1973. A primeira legislatura foi dissolvida por decreto do Emir, em 26 de Agosto de 1975. As mulheres tiveram direito de voto no referendo de 14-15 de Fevereiro de 2001, que aprovou a Carta de Acção Nacional. Subsequentemente, as mulheres exerceram plenamente os seus direitos políticos, como votantes e como candidatas, nas eleições nacionais de 2002.
- h** Em 16 de Maio de 2005, o parlamento aprovou uma lei que concede às mulheres o direito de votar e de candidatar às eleições.
- i** Os dados sobre a distribuição dos assentos não incluem os 36 delegados rotativos especiais, designados numa base ad hoc; as percentagens apresentadas foram, portanto, calculadas com base nos 54 lugares permanentes.

- j** O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado nem autorizado a reunir e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio.
- k** O objectivo das eleições realizadas em 30 de Agosto de 2001 foi a eleição dos membros da Assembleia Constituinte de Timor-Leste. A Assembleia transformou-se em Parlamento Nacional em 20 de Maio de 2002, data em que o país se tornou independente, sem novas eleições.
- l** O parlamento foi suspenso em 15 de Março de 2003. Os resultados das eleições de Maio de 2005 ainda não estão disponíveis.

FONTES

- Colunas 1-3:** IPU 1995.
- Coluna 4:** IPU 2005a.
- Coluna 5:** UN 2005f.
- Colunas 6 e 7:** IPU 2005d.

Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1	•	•	•	•	•	•	•
2	•	•	•	•	•	•	•
3	•	•	•	•	•	•	•
4	•	•	•	•	•	•	•
5	•	•	•	•	•	•	•
6	•	•	•	•	•	•	•
7	•	•	•	•	•	•	•
8	•	•	•	•	•	•	•
9	•	•	•	•	•	•	•
10	•	•	•	○	○	•	○
11		•	•	•	•	•	•
12	•	•	•				
13	•	•	•	•	•	•	•
14	•	•	•	•	•	•	•
15	•	•	•	•	•	•	•
16	•	•	•	•	•	•	•
17	•	•	•	•	•	•	•
18	•	•	•	•	•	•	•
19	•	•	•	•	•	•	•
20	•	•	•	•	•	•	•
21	•	•	•	•	•	•	•
23	•	•	•	•	•	•	•
24	•	•	•	•	•	•	•
25	•				•		•
26	•	•	•	•	•	•	•
27	•	•	•	•	•	•	•
28	•	•	•	•	•	•	•
29	•	•	•	•	•	•	•
30	•	•	•	•	•		•
31	•	•	•	•	•	•	•
32		•	•	•	•	•	•
33							•
34	•	•	•	•	•	•	•
35	•	•	•	•	•	•	•
36	•	•	•	•	•	•	•
37	•	•	•	•	•	•	•
38	•	•	•	•	•	•	•
39	•	•	•	•	•	•	•
40		•	•			•	•
41		•	•		•		•
42	•	•	•	•	•	•	•
43	•	•	•		•	•	•
44	•	•	•	•	•	•	•
45	•	•	•	•	•	•	•
46	•	•	•	•	•	•	•
47	•	•	•	•	•	•	•
48	•	•	•	•	•	•	•
49					•		•
50	•	•	•		•		•
51	•	•	•	•	•	•	•
52	•	•	•	•	•	•	•
53	•	•	•	•	•	•	•
54	•	•	•				•

Indicadores de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
55	Bulgária	●	●	●	●	●	●
56	Panamá	●	●	●	●	●	●
57	Trindade e Tobago	●	●	●	●		●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
58	Líbia	●	●	●	●	●	●
59	Macedónia	●	●	●	●	●	●
60	Antígua e Barbuda	●	●	●	●	●	●
61	Malásia	●			●		●
62	Federação Russa	●	●	●	●	●	●
63	Brasil	●	●	●	●	●	●
64	Roménia	●	●	●	●	●	●
65	Maurícias		●	●	●	●	●
66	Granada		○	○	●		●
67	Bielorrússia	●	●	●	●	●	●
68	Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●
69	Colômbia	●	●	●	●	●	●
70	Dominica			●	●		●
71	Omã		●	●			●
72	Albânia	●	●	●	●	●	●
73	Tailândia		●	●	●		●
74	Samoa (Ocidental)				●		●
75	Venezuela	●	●	●	●	●	●
76	Santa Lúcia		●	●	●		●
77	Arábia Saudita	●	●	●	●	●	●
78	Ucrânia	●	●	●	●	●	●
79	Peru	●	●	●	●	●	●
80	Cazaquistão	●	●	●	○	●	●
81	Líbano	●	●	●	●	●	●
82	Equador	●	●	●	●	●	●
83	Arménia	●	●	●	●	●	●
84	Filipinas	●	●	●	●	●	●
85	China	●	●	●	●	●	●
86	Suriname		●	●	●		●
87	São Vicente e Grenadinas	●	●	●	●	●	●
88	Paraguai	●	●	●	●	●	●
89	Tunísia	●	●	●	●	●	●
90	Jordânia	●	●	●	●	●	●
91	Belize	●	●	●	○	●	●
92	Fidji	●	●	●	●		●
93	Sri Lanka	●	●	●	●	●	●
94	Turquia	●	●	●	●	●	●
95	República Dominicana	○	●	●	●	●	●
96	Maldivas	●	●	●	●	●	●
97	Turquemenistão		●	●	●	●	●
98	Jamaica	●	●	●	●		●
99	Irão	●	●	●	●		●
100	Geórgia	●	●	●	●	●	●
101	Azerbaijão	●	●	●	●	●	●
103	Argélia	●	●	●	●	●	●
104	El Salvador	●	●	●	●	●	●
105	Cabo Verde		●	●	●	●	●
106	Síria	●	●	●	●	●	●
107	Guiana		●	●	●	●	●
108	Vietname	●	●	●	●		●

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
109	●	●	●	●	●	●	●
110		●	●		●	●	●
111	●	●	●	●	●	●	●
112	●	●	●	●	●	●	●
113	○	●	●	●	●	●	●
114	●	●	●	●	●	●	●
115	●	●	●	●	●	●	●
116	●	●	●	●	●	●	●
117	●	●	●	●	●	●	●
118					●		●
119	●	●	●	●	●	●	●
120	●	●	●	○	●	●	●
121		●	●	●	●	●	●
122		●	●	●	●	●	●
123	●	●	●	●	●	●	●
124	●	●	●	●	●	●	●
125	●	●	●	●	●	●	●
126		○	○	○	●	○	●
127	●	●	●	●	●	●	●
128		●	●	●	●		●
129	●				●		●
130	●	●	●	●	●	●	●
131		●	●		●	●	●
132	●	●	●		●	●	●
133	●	●	●	○	●		●
134		○	○		●		●
135	●	●	●	○	●		●
136	●	●	●	●	●	●	●
137	●	●	●		●		●
138	●	●	●	●	●	●	●
139	●	●	●	●	●	●	●
140		●	●	●	●	●	●
141	●	●	●	●		●	●
142		●	●	●	●	●	●
143	●	●	●	●	●	●	●
144	●	●	●	●	●	●	●
145	●	●	●	●	●		●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
146		●	●	●	●	○	●
147		●	●	●	●	●	●
148		●	●	●	●	●	●
149	●	●	●	●	●	●	●
150				●	●	●	●
151	●	●	●	●	●	●	●
152		●	●	●	●	●	●
153	●	●	●		●		●
154		●	●	●	●	●	●
155	●	●	●	●	●	●	●
156	●	●	●	●	●	●	●
157	●	●	●	●	●	●	●
158		●	●	●	●	●	●
159	●	●	●	●	●		●
160				●	●		●
161		●	●	●	●		●

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
162 Benim		●	●	●	●	●	●
163 Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	●
164 Tanzânia	●	●	●	●	●		●
165 Malawi		●	●	●	●	●	●
166 Zâmbia		●	●	●	●	●	●
167 Congo	●	●	●	●	●	●	●
168 Moçambique	●	●	●		●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●
170 Etiópia	●	●	●	●	●	●	●
171 República Centro-Africana		●	●	●	●		●
172 Guiné-Bissau		○	○	●	●	●	●
173 Chade		●	●	●	●	●	●
174 Mali	●	●	●	●	●	●	●
175 Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●
176 Serra Leoa		●	●	●	●	●	●
177 Níger		●	●	●	●	●	●
OUTROS^a							
Afganistão	●	●	●	●	●	●	●
Andorra		○	○		●	○	●
Iraque	●	●	●	●	●		●
Quiribáti					●		●
Coreia do Norte	●			●	●		●
Libéria	●	●	●	●	●	●	●
Listenstaine	●	●	●	●	●	●	●
Ilhas Marshall							●
Micronésia					●		●
Mónaco	●	●	●	●	●	●	●
Nauru		○	○			○	●
Palau							●
São Marinho		●	●	●	●	○	●
Somália		●	●	●		●	○
Tuvalu					●		●
Sérvia e Montenegro	●	●	●	●	●	●	●
Total de Estados participantes^b	136	170	170	151	180	146	192
Assinaturas ainda não seguidas de ratificação	2	6	6	7	1	5	2

- Ratificação, adesão ou sucessão.
- Assinatura ainda não seguida de ratificação.

NOTAS

O quadro inclui países que assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos. A informação é de 1 de Maio de 2005.

- a** Estes são os países ou áreas que, para além dos 177 países ou áreas incluídos nos principais quadros de indicadores, assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos.
- b** Refere-se a ratificação, adesão ou sucessão.

FONTE

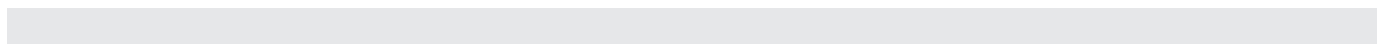
Todas as columnas: UN 2005g.

Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1	•	•	•	•	•	•	•	•
2	•	•	•	•	•	•	•	•
3	•	•	•	•	•	•	•	•
4	•	•	•	•	•	•	•	•
5	•	•	•	•	•	•	•	•
6	•	•	•	•	•	•	•	•
7	•	•	•	•	•	•	•	•
8	•	•	•	•	•	•	•	•
9	•	•	•	•	•	•	•	•
10				•				•
11	•	•	•		•		•	•
12	•	•	•	•	•		•	•
13	•	•	•	•	•	•	•	•
14	•	•	•	•	•	•	•	•
15	•	•	•	•	•	•	•	•
16	•	•	•	•	•	•	•	•
17	•	•	•	•	•	•	•	•
18	•	•	•	•	•	•	•	•
19		•	•	•	•	•		•
20	•	•	•	•	•		•	•
21	•	•	•	•	•	•	•	•
23	•	•	•	•	•	•	•	
24	•	•	•	•	•	•	•	•
25		•	•	▼	•			•
26	•	•	•	•	•	•	•	•
27	•	•	•	•	•	•	•	•
28					•	•	•	•
29	•	•	•	•	•	•	•	•
30	•	•	•	•	•	•	•	•
31	•	•	•	•	•	•		•
32	•	•	•	•	•	•	•	•
33								
34	•	•	•	•	•	•	•	•
35	•	•	•	•	•	•	•	•
36	•	•	•	•	•	•	•	•
37	•	•	•	•	•	•	•	•
38	•	•	•	•	•			•
39	•	•	•	•	•	•	•	•
40			•			•		•
41			•	•	•	•	•	•
42	•	•	•	•	•	•	•	•
43			•	•		•		•
44	•		•	•		•	•	•
45	•	•	•	•	•	•	•	•
46	•	•	•	•	•	•	•	•
47	•	•	•	•	•	•	•	•
48	•	•		•	•	•		•
49	•	•	•	•	•	•		•
50	•	•	•	•	•	•	•	•
51	•	•	•	•	•	•	•	•
52	•	•	•	•	•	•	•	•
53	•		•	•	•	•		•
54								

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h
55	Bulgária	•	•	•	•	•	•	•
56	Panamá	•	•	•	•	•	•	•
57	Trindade e Tobago	•	•	•	•	•	•	•
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
58	Líbia	•	•	•	•	•	•	•
59	Macedónia	•	•	•	•	•	•	•
60	Antígua e Barbuda	•	•	•	•	•	•	•
61	Malásia		•	•	♦	•	•	•
62	Federação Russa	•	•	•	•	•	•	•
63	Brasil		•	•	•	•	•	•
64	Roménia	•	•	•	•	•	•	•
65	Maurícias		•	•	•	•	•	•
66	Granada	•	•	•	•	•	•	•
67	Bielorrússia	•	•	•	•	•	•	•
68	Bósnia e Herzegovina	•	•	•	•	•	•	•
69	Colômbia	•	•	•	•	•	•	•
70	Dominica	•	•	•	•	•	•	•
71	Omã			•				•
72	Albânia	•	•	•	•	•	•	•
73	Tailândia			•	•	•	•	•
74	Samoa (Ocidental)							
75	Venezuela	•	•	•	•	•	•	
76	Santa Lúcia	•	•	•	•	•		•
77	Arábia Saudita			•	•	•		•
78	Ucrânia	•	•	•	•	•	•	•
79	Peru	•	•	•	•	•	•	•
80	Cazaquistão	•	•	•	•	•	•	•
81	Líbano		•	•	•	•	•	•
82	Equador	•	•	•	•	•	•	•
83	Arménia		•	•	•	•		
84	Filipinas	•	•		•	•	•	•
85	China				•		•	•
86	Suriname	•	•	•	•			
87	São Vicente e Grenadinas	•	•	•	•	•		•
88	Paraguai	•	•	•	•	•	•	•
89	Tunísia	•	•	•	•	•	•	•
90	Jordânia		•	•	•	•	•	•
91	Belize	•	•	•	•	•	•	•
92	Fidji	•	•	•	•	•	•	•
93	Sri Lanka	•	•	•	•	•	•	•
94	Turquia	•	•	•	•	•	•	•
95	República Dominicana	•	•	•	•	•	•	•
96	Maldivas							
97	Turquemenistão	•	•	•	•	•		
98	Jamaica	•	•	•	•	•	•	•
99	Irão			•	•	•		•
100	Geórgia	•	•	•	•	•	•	•
101	Azerbaijão	•	•	•	•	•	•	•
103	Argélia	•	•	•	•	•	•	•
104	El Salvador			•	•	•	•	•
105	Cabo Verde	•	•	•	•	•	•	•
106	Síria	•	•	•	•	•	•	•
107	Guiana	•	•	•	•	•	•	•
108	Vietname				•	•	•	•

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h
109	•	•	•	•	•	•	•	•
110	•	•	•	•	•	•	•	•
111		•	•	•	•	•		
112	•	•	•	•	•	•	•	•
113	•	•		•	•	•	•	•
114	•	•			•	•	•	•
115	•	•	•	•	•	•	•	•
116	•	•	•	•	•	•	•	•
117	•	•	•	•	•	•	•	•
118								
119	•	•	•	•	•	•	•	•
120	•	•	•	•	•	•	•	•
121	•	•	•	•	•	•	•	•
122	•	•	•	•	•	•	•	•
123	•	•	•	•	•	•		•
124		•	•	•	•	•	•	•
125	•	•	•	•		•	•	•
126	•	•			•	•		
127			•	•	•	•		
128			•					
129	•		•					
130	•	•	•	•	•	•	•	
131	•	•	•	•	•	•	•	•
132	•	•	•	•	•	•	•	•
133			•					
134								
135	•	•	•	•	•	•		•
136		•	•		•	•	•	•
137	•	•	•	•	•	•	•	•
138	•	•	•	•	•	•		•
139	•	•	•	•	•	•		•
140								
141		•	•	•	•	•	•	•
142	•	•	•	•	•	•	•	•
143	•	•	•	•	•	•	•	•
144		•	•	•			•	•
145	•	•	•	•	•	•	•	•
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
146	•	•	•		•	•	•	•
147	•	•	•	•	•	•	•	•
148	•	•	•	•	•	•	•	•
149	•	•	•	•	•	•	•	•
150	•	•	•	•	•	•	•	•
151	•	•	•	•	•	•	•	•
152	•	•	•	•	•	•	•	•
153	•	•	•	•	•	•		
154		•	•	•	•	•	•	•
155	•	•	•	•	•	•	•	•
156	•	•	•	•	•	•	•	•
157	•	•	•	•	•	•	•	•
158	•	•	•	•	•	•	•	•
159	•	•	•	•	•	•	•	•
160	•	•	•	•	•	•	•	•
161	•	•	•	•	•	•	•	



Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h
162 Benim	●	●	●	●	●	●	●	●
163 Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	●	●
164 Tanzânia	●	●	●	●	●	●	●	●
165 Malawi	●	●	●	●	●	●	●	●
166 Zâmbia	●	●	●	●	●	●	●	●
167 Congo	●	●	●	●	●	●	●	●
168 Moçambique	●	●	●	●	●	●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●	●
170 Etiópia	●	●	●	●	●	●	●	●
171 República Centro-Africana	●	●	●	●	●	●	●	●
172 Guiné-Bissau		●	●	●	●	●		
173 Chade	●	●	●	●	●	●		●
174 Mali	●	●	●	●	●	●	●	●
175 Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●	●
176 Serra Leoa	●	●	●	●	●	●		
177 Níger	●	●	●	●	●	●	●	●
OUTROSⁱ								
Afganistão				●	●	●		
Iraque		●	●	●	●	●	●	●
Quiribáti	●	●	●	●				
Libéria	●	●	●	●		●		●
São Marinho	●	●	●	●	●	●	●	●
Sérvia e Montenegro	●	●	●	●	●	●	●	●
Somália			●	●		●		
Ratificações totais	142	154	164	160	161	161	135	152

- Convenção ratificada.
- ▼ Ratificação denunciada.

NOTAS

O quadro inclui países membros das Nações Unidas. A informação é de 1 de Maio de 2005.

- a** Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Protecção do Direito Sindical (1948).
- b** Convenção sobre o Direito de Organização e de Negociação Colectiva (1949).
- c** Convenção sobre o Trabalho Forçado (1930).
- d** Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957).
- e** Convenção sobre Igualdade de Remuneração (1951).
- f** Convenção sobre a Discriminação no Emprego e na Profissão (1958).
- g** Convenção sobre a Idade Mínima (1973).
- h** Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999).
- i** Países não incluídos no índice de desenvolvimento humano que ratificaram pelo menos uma convenção sobre direitos do trabalho.

FONTE

Todas as colunas: ILO 2005a.

Indicadores básicos para outros países membros da ONU

Componentes do índice de desenvolvimento humano

	Esperança de vida à nascença (anos) 2000–05 ^b	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2003 ^c	Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2002/03 ^d	PIB per capita (dólares PPC) 2003	População total (milhares) 2003	Taxa de fertilidade total (births per woman) 2000–05 ^b	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2003	ODM Taxa de escolarização primária líquida (%) 2002/03 ^c	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM Pessoas subalimentadas (% da população total) 2000/02 ^e	ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2002
Afganistão	46,0	„	39,4	„	27	7,5	257	„	„	„	13
Andorra	„	„	65,9	„	(,)	„	7	89	„	„	100
Iraque	58,8	„	63,0	„	27	4,8	125	91 ^{f, g}	<0,1 [$<0,2$]	„	81
Quiribáti	„	„	84,9	„	(,)	„	66	„	„	„	64
Coreia do Norte	63,0	„	„	„	22	2,0	55	„	„	36	100
Libéria	42,5	55,9	61,2	„	3	6,8	235	70 ^h	5,9 [2,7–12,4]	46	62
Listenstaine	„	„	„	„	(,)	„	11	„	„	„	„
Ilhas Marshall	„	„	74,3	„	(,)	„	61	84 ⁱ	„	„	85
Micronésia	67,6	„	„	„	(,)	4,4	23	„	„	„	94
Mónaco	„	„	„	„	(,)	„	4	„	„	„	„
Nauru	„	„	55,1	„	(,)	„	30	81 ^{g, j}	„	„	„
Palau	„	„	90,1	„	(,)	„	28	97 ^{g, i}	„	„	84
São Marinho	„	„	„	„	(,)	„	5	„	„	„	„
Sérvia e Montenegro	73,2	96,4	74,4	„	11	1,7	11	96 ^f	0,2 [0,1–0,4]	11	„
Somália	46,2	„	„	„	8	6,4	225	„	„	„	29
Tuvalu	„	„	68,7	„	(,)	„	51	„	„	„	93

NOTAS

O quadro apresenta dados para países membros da ONU não incluídos nos principais quadros de indicadores.

- a Os dados referem-se a estimativas do ponto e intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA). As estimativas do intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos. Os agregados regionais referem-se a 2004.
- b Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.

c Os dados referem-se a estimativas nacionais da alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2004. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com cautela.

d Os dados sobre taxas de escolarização líquida referem-se ao ano escolar de 2002/03, a não ser quando indicado de outro modo. Para pormenores, ver www.uis.unesco.org.

e Os dados referem-se à média dos anos indicados.

f Os dados referem-se ao ano escolar de 2000/01.

g Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sujeitas a revisão futura.

h Os dados referem-se ao ano escolar de 1999/2000.

i Os dados referem-se ao ano escolar de 2001/02.

j Os dados referem-se ao ano escolar de 1998/99.

FONTES

Coluna 1: UN 2005c.

Coluna 2: UNESCO Institute for Statistics 2005a.

Colunas 3 e 8: UNESCO Institute for Statistics 2005b.

Coluna 4: World Bank 2005c.

Colunas 5 e 6: UN 2005h.

Coluna 7: UNICEF 2004.

Coluna 9: UNAIDS 2005.

Coluna 10: FAO 2004.

Coluna 11: UN 2005f.

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* apresenta habitualmente dois tipos de informações estatísticas: as estatísticas dos quadros de indicadores do desenvolvimento humano, que fornecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano, e as provas estatísticas na análise temática dos capítulos. Esta nota descreve os princípios que guiam a selecção, uso e apresentação dessas estatísticas e os esforços do Gabinete do *Relatório do Desenvolvimento Humano* para atingir um padrão elevado de rigor estatístico no Relatório e para promover o uso e o desenvolvimento inovador de melhores estatísticas de desenvolvimento humano.

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano como utilizador de estatísticas

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é fundamentalmente um utilizador e não um produtor de estatísticas. Depende de agências nacionais e internacionais de dados, que têm os recursos e as competências para recolher e compilar dados sobre indicadores estatísticos específicos.

Quadros de indicadores do desenvolvimento humano e índice de desenvolvimento humano

Com o objectivo de permitir comparações entre países e no tempo, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utiliza, na medida do possível, séries de dados internacionais produzidas por agências de dados internacionais, ou outras instituições especializadas, na preparação dos quadros de indicadores de desenvolvimento humano (caixa 1).

Apesar de progressos significativos nos anos recentes, existem ainda muitas lacunas nos dados, mesmo em algumas áreas muito básicas do desenvolvimento humano. Embora defenda o aperfeiçoamento dos dados do desenvolvimento humano, como

princípio – e por razões práticas – o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não colige dados provenientes directamente dos países, nem faz estimativas para preencher essas lacunas nos dados.

A única excepção é o índice do desenvolvimento humano (IDH). O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano esforça-se por incluir no IDH tantos países membros da ONU quantos possíveis. Para que um país seja incluído, é ideal que os dados para todas as quatro componentes do índice estejam disponíveis nas principais agências internacionais (ver *Nota do quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano*). Mas, para um número significativo de países, faltam dados relativamente a uma ou mais dessas componentes. Em resposta ao desejo dos países de serem incluídos no IDH, o Gabinete do *Relatório do Desenvolvimento Humano* faz todos os esforços, nestes casos, para identificar outras estimativas razoáveis, trabalhando com agências internacionais de dados, Comissões Regionais das Nações Unidas, departamentos estatísticos nacionais e os escritórios nacionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em alguns casos, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano estimou as componentes que faltavam, em consulta com os departamentos nacionais ou regionais de estatística, ou com outros especialistas.

Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

A Divisão de Estatística das Nações Unidas mantém a Base de Indicadores do Milénio (<http://millenniumindicators.un.org>), base mundial compilada a partir de séries de dados internacionais fornecidas pelas agências internacionais responsáveis. A base de dados constitui o suporte estatístico para o relatório anual apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas à Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o progresso mundial e regional no sentido dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e suas

Com a partilha generosa de dados, as seguintes organizações tornaram possível ao *Relatório do Desenvolvimento Humano* publicar as importantes estatísticas de desenvolvimento humano que aparecem nos quadros de indicadores.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) Esta organização da ONU fornece dados sobre refugiados através da sua publicação *Statistical Yearbook* e outras publicações estatísticas *on-line*.

Banco Mundial O Banco Mundial produz e compila dados sobre tendências económicas, bem como um vasto conjunto de outros indicadores. O seu *World Development Indicators* é a fonte primária para vários indicadores no Relatório.

Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono (CDIAC) O CDIAC, um centro de dados e análise do Departamento de Energia dos Estados Unidos, concentra-se no efeito de estufa e na alteração do clima mundial. É a fonte de dados sobre emissões de dióxido de carbono.

Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) A CNUCED fornece estatísticas económicas e de comércio através de um conjunto de publicações, incluindo o *World Investment Report*. É a fonte original dos dados sobre fluxos de investimento que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano recebe de outras agências.

Divisão da População das Nações Unidas (UNPOP) Este gabinete especializado das Nações Unidas produz dados internacionais sobre tendências da população. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se em *World Population Prospects* e *World Urbanization Prospects*, duas das principais publicações da UNPOP, e nas suas outras publicações e bases de dados, para as estimativas e projecções demográficas.

Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD) A UNSD fornece um amplo conjunto de produtos e serviços estatísticos. Muitos dos dados de contas nacionais fornecidos ao Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano por outras agências tem origem na UNSD. O Relatório deste ano também apresenta dados da UNSD sobre comércio e energia e apoia-se na Base de Indicadores do Milénio, mantido pela UNSD, como a fonte de dados para os indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estudo do Rendimento do Luxemburgo (LIS) Um projecto cooperativo de investigação com 25 países membros, o LIS concentra-se nos temas da pobreza e da política. É a fonte das estimativas de privação de rendimento para muitos países da OCDE.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) A UNICEF acompanha o bem-estar das crianças e fornece uma ampla série de dados. O seu *State of the World's Children* é uma fonte importante de dados para o Relatório.

Fundo Monetário Internacional (FMI) O FMI possui um extenso programa de desenvolvimento e compilação de estatísticas sobre transacções financeiras internacionais e balança de pagamentos. Grande parte dos dados financeiros fornecidos ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano por outras agências é proveniente do FMI.

Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) Esta organização da ONU realiza investigações comparativas internacionais para apoiar o combate contra as drogas ilícitas e o crime internacional. Fornece dados sobre vítimas da criminalidade provenientes dos Inquéritos sobre Vítimas da Criminalidade Internacional.

Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) Um centro independente de investigação, informação e debate sobre problemas de conflitos, o IISS mantém uma extensa base de dados militar. Os dados sobre as forças armadas são da sua publicação *The Military Balance*.

Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz do Luxemburgo (SPIRI) O SPIRI desenvolve investigação sobre a paz e a segurança internacionais. O *SPIRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security* é a fonte de dados publicada sobre despesa militar e transferência de armas.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) O Instituto de Estatística desta agência especializada da ONU é a fonte de dados sobre assuntos relacionados com a educação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano apoia-se em dados das publicações estatísticas da UNESCO, bem como em dados recebidos directamente do seu Instituto de Estatística.

Organização Internacional do trabalho (OIT) A OIT mantém um programa extensivo de publicações estatísticas, sendo o *Yearbook of Labour Statistics* e o *Key Indicators of the Labour Market* as suas colecções mais compreensivas de dados sobre o mercado do trabalho. A OIT é a fonte de dados sobre salários, emprego e ocupações e de informação sobre o estatuto de ratificação das convenções dos direitos do trabalho.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) Como agência especializada da ONU, a WIPO promove a protecção dos direitos de propriedade intelectual em todo o mundo, através de diferentes formas de trabalho cooperativo. É a fonte de dados relacionados com as patentes.

Organização Mundial da Saúde (OMS) Esta agência especializada mantém um largo número de séries estatísticas sobre temas de saúde, a fonte para os indicadores relacionados com a saúde, neste Relatório.

Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) A FAO reúne, analisa e difunde informação e dados sobre a alimentação e a agricultura. É a fonte de dados sobre indicadores de insegurança alimentar.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) A OCDE publica dados sobre uma variedade de tendências sociais e económicas dos seus países membros e sobre fluxos de ajuda. O Relatório deste ano apresenta dados da OCDE sobre ajuda, energia, emprego e educação.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA) Este programa conjunto da ONU monitoriza a propagação do VIH/SIDA e fornece actualizações regulares. O *Report on the Global VIH/AIDS Epidemic*, uma publicação conjunta da UNUSIDA e da Organização Mundial da Saúde, é a fonte primária de dados sobre VIH/SIDA.

Projecto Global IDP O Projecto Global IDP do Conselho Norueguês para os Refugiados mantém uma base de dados em linha de informação e análise sobre os deslocamentos internos induzidos por conflitos em todo o mundo. A base de dados é considerada pelas Nações Unidas como a fonte de informação autorizada sobre pessoas deslocadas internamente e é apresentada no Relatório deste ano pela primeira vez.

Tratados Multilaterais das Nações Unidas Depositados junto do Secretário-Geral (Secção de Tratados das Nações Unidas) O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano colige informação sobre o estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos e tratados ambientais, apoiado na base de dados que este gabinete da ONU mantém.

União Internacional das Telecomunicações (UIT) Esta agência especializada da ONU mantém uma colecção extensiva de estatísticas sobre informação e comunicações. Os dados sobre tendências nas telecomunicações provêm da sua base de dados *World Telecommunications Indicators*.

União Inter-Parlamentar (UIP) Esta organização fornece dados sobre tendências na participação política e estruturas da democracia. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se na UIP para os dados relativos a eleições e para a informação sobre a representação política das mulheres.

metas. Mas também se alimenta de outros relatórios internacionais que fornecem dados para os indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de vários países, tais como este Relatório e o World Development Indicators, publicação anual do Banco Mundial.

O Relatório deste ano integra muitos dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores de desenvolvimento humano (ver *índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no quadro de indicadores*). Os dados para estes indicadores fornecem uma base estatística para avaliações do progresso e perspectivas de cada país quanto à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e suas metas, bem como os benefícios potenciais da realização dos ODM até 2015 (ver Capítulo 1).

Dados para a análise temática

As provas estatísticas utilizadas na análise temática do Relatório são, frequentemente, extraídas dos quadros de indicadores. Mas também se utiliza um conjunto amplo de outras fontes, incluindo documentos comissionados, documentos governamentais, relatórios nacionais de desenvolvimento humano, relatórios de organizações não governamentais, artigos de revista e outras publicações académicas. As estatísticas oficiais são, normalmente, prioritárias. Mas, devido à natureza inovadora dos assuntos

discutidos, podem não existir estatísticas oficiais relevantes e, por isso, têm de ser utilizadas fontes não oficiais de informação. No entanto, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano está empenhado em apoiar-se nos dados compilados através da investigação académica e científica e em assegurar a imparcialidade das fontes de informação e da sua utilização na análise.

Este ano, o Relatório recorre a um amplo conjunto de fontes nacionais e internacionais de dados para abordar os temas da desigualdade do rendimento e dimensões não económicas do desenvolvimento humano, da ajuda, comércio e conflitos e das suas relações com os objectivos amplos do desenvolvimento humano e com os objectivos específicos dos ODM.

Sempre que nas caixas ou quadros do texto se utiliza informação de outras fontes, que não a dos quadros de indicadores do Relatório, é indicada a fonte e é feita uma citação completa na bibliografia. Além disso, uma nota resumida para cada capítulo descreve as suas principais fontes e as notas finais indicam as fontes da informação estatística que não é extraída dos quadros de indicadores.

Atingir padrões elevados de qualidade estatística

Mesmo sendo limitado o seu papel directo na produção de dados internacionais, o Gabinete do Re-

latório do Desenvolvimento Humano reconhece plenamente a sua responsabilidade positiva na divulgação, através do seu relatório, de estatísticas internacionais produzidas por outras agências de dados. Em particular, reconhece que o perfil elevado do seu relatório impõe um cuidado especial de informação e responsabilidade na selecção, uso e apresentação das estatísticas.

Para atingir o mais elevado padrão de rigor e profissionalismo no trabalho estatístico do Relatório, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano tem procurado, ao longo dos últimos anos, estabelecer e reforçar um conjunto de procedimentos de garantia de qualidade. Para além de criar uma capacidade estatística interna mais forte e de estabelecer um sistema de produção reduzido e eficiente, estes procedimentos incluem um Painel de Aconselhamento Estatístico, um processo de exame estatístico pelos pares e a continuação da colaboração estreita com outras agências de dados regionais e internacionais.

Desde 2000, o Relatório tem beneficiado grandemente da orientação e aconselhamento intelectual e técnico do Painel de Aconselhamento Estatístico, incluindo os principais estatísticos e economistas do desenvolvimento. O painel reúne-se, habitualmente, duas vezes por ano, nas fases inicial e final da produção do Relatório, para discutir temas relacionados com os princípios orientadores do trabalho estatístico do Relatório e temas técnicos específicos sobre as fontes de dados, métodos de análise, ou apresentação de dados relacionados com o conteúdo temático do Relatório. Ocasionalmente, forma-se um pequeno grupo de trabalho para ajudar a atacar uma questão particular e aconselhar a equipa do Relatório. Os membros do painel cumprem, habitualmente, um mandato de dois anos.

A produção anual do Relatório inclui um exame estatístico pelos pares, com colaboradores dos principais departamentos internacionais, regionais e nacionais de estatística. Estes revisores são responsáveis pelo exame de uma versão prévia do Relatório, da relevância estatística e consistência, incluindo a sua própria interpretação. Esse exame é realizado em separado, mas concorrentemente pelos pares, para o conteúdo substantivo do Relatório. O exame estatístico dos pares tem contribuído significativamente para a melhoria contínua da qualidade estatística do Relatório ao longo dos anos. Contudo, a responsabi-

lidade pelo conteúdo final continua a ser da equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

Através de colaborações estreitas com agências de dados regionais e internacionais especializadas e participando activamente em fóruns estatísticos regionais e internacionais, incluindo a Comissão Estatística das Nações Unidas, a Comissão de Coordenação das Actividades Estatísticas e outras conferências estatísticas regionais e grupos de trabalho interagências sobre medição, a equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano* esforça-se continuamente para se manter informado e responsável na selecção e utilização de estatísticas no Relatório.

Outros mecanismos também têm sido utilizados para guiar e monitorizar o trabalho estatístico do Relatório. Por exemplo, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano aconselha-se regularmente com os Estados membros através de sessões informais de consulta com o Conselho Executivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Fundo das Nações Unidas para a População. Estas consultas concentram-se nos princípios e práticas estatísticos do Relatório, bem como nas estratégias propostas para tratar questões estatísticas específicas, tais como as inconsistências entre dados nacionais e internacionais, que têm largas implicações sobre a credibilidade do Relatório e os impactes das políticas. As reacções frequentes de governos nacionais e outros utilizadores do Relatório têm sido outros meios importantes de segurança da qualidade.

Promover o uso inovador das estatísticas

O Relatório tem estado, desde a sua apresentação, na vanguarda da promoção do desenvolvimento e uso inovador das estatísticas de desenvolvimento humano para avaliar as realizações dos países e para facilitar os debates políticos sobre temas críticos do desenvolvimento humano. Uma das suas contribuições importantes é o IDH e outros índices compósitos do desenvolvimento humano. Desde que foi publicado pela primeira vez, o IDH ganhou um amplo reconhecimento como instrumento poderoso de defesa e monitorização do desenvolvimento humano. Tem sido explorado e ampliado, quer no próprio Relatório, quer nos outros relatórios nacionais e regionais de desenvolvimento humano. Este ano, o Relatório explora duas novas formas distintas de usar o IDH:

O índice do desenvolvimento humano (IDH) é uma medida resumo de três dimensões do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; ser instruído, medido pela alfabetização e pela escolarização; e ter um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC). Este ano, o Relatório explora duas novas formas de utilizar o IDH. A primeira analisa as contribuições relativas das diferentes componentes do IDH para o progresso do IDH. A segunda tenta incorporar a desigualdade, focando a diferença entre os mais pobres e a população no seu todo, nos resultados do IDH.

Saúde, educação e rendimento – nem sempre andam em conjunto. Ao mesmo tempo que fornece um quadro resumo, dando uma visão mais próxima das suas componentes, o IDH revela também diferenças marcantes entre países. Considere-se o Bangladesh, China e Uganda, três países que atingiram ganhos consideráveis no desenvolvimento humano desde 1990, mas partindo de diferentes pontos. Todos os três aumentaram os seus resultados de IDH em cerca de 20% desde 1990. Um olhar sobre as melhorias nas variáveis que estão por detrás do IDH mostra os percursos divergentes que estes países fizeram para lá chegar.

O quadro 1 mostra melhorias na esperança de vida, alfabetização, escolaridade e rendimento nos três países, expressas em relação aos seus níveis de 1990. O rendimento da China aumentou em cerca de 200% ao longo de todo o período – enquanto os ganhos de rendimento no Bangladesh e Uganda foram muito mais baixos. Bangladesh melhorou a sua esperança de vida em cerca de 10%, enquanto a do Uganda se manteve estagnada e a da China aumentou em menos de 10%. Bangladesh e Uganda aumentaram significativamente os seus níveis de escolaridade e de alfabetização, contribuindo grandemente para a sua subida na ordem do IDH, enquanto o crescimento da China foi mais modesto.

Estas comparações dão uma indicação da magnitude de diferentes condutores do progresso do IDH em diferentes países, mas não dão um quadro completo. Devido aos diferentes pontos de partida nas componentes do IDH, o seu progresso terá

Quadro 1 Melhorias nos componentes do IDH para Bangladesh, China e Uganda, de 1990 a 2003

Índice (1990 = 100)

País	Ano	Esperança de vida	Alfabetização de adultos	Escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita (dólares PPC)
Bangladesh	2003	115	120	153	143
China	2003	106	116	129	296
Uganda	2003	102	123	193	157

Fonte: Human Development Report Office 2005.

diferentes impactes em diferentes países. Além disso, grande parte dos indicadores do IDH tem um limite máximo de valores atingíveis – a taxa de alfabetização não pode exceder 100%. Por esta razão, países com baixos níveis de desenvolvimento humano têm mais probabilidade de apresentar grande percentagem de ganhos.

Desigualdade e IDH. Pela sua concepção, o IDH atende às realizações médias – em si mesmo, não diz nada sobre a distribuição do desenvolvimento humano num país. Tentar incorporar um elemento de distribuição no IDH é um desafio, devido a questões metodológicas difíceis e à falta de dados, relacionadas particularmente com os indicadores de saúde e educação no IDH.

Uma abordagem mais simples, explorada no Relatório deste ano, é considerar a situação das pessoas que vivem na base da escada da distribuição. Inquéritos sobre o rendimento e consumo das famílias mostram diferenças desconcertantes entre os 20% mais pobres e a média da população. Ajustar o IDH apenas em função do rendimento e descontar as desigualdades na esperança de vida e na educação não capta toda a escala da desigualdade. Mesmo assim, os resultados são tremendos.

Considere-se o Brasil, com a ordem 63 na classificação global do IDH. Os 20% mais pobres da população do Brasil, mesmo na hipótese extremamente otimista de que as suas realizações na saúde e educação reflectem a média global, situavam-se na posição 115 – 52 lugares abaixo da média do país (quadro 2). De facto, a situação dos 20% mais pobres do Brasil é comparável à de países como a Guatemala, Honduras e Mongólia. Entre outros países com as maiores diferenças nas posições do IDH para os mais pobres, estão o México, Chile e Argentina – países de elevada desigualdade. Mas mesmo para os com maior igualdade, países altamente desenvolvidos como a Suécia, a diferença é grande – lá, os 20% mais pobres tinham a posição 25, em comparação com a posição 6 para a média da população.

Quadro 2 Diferenças entre os 20% mais pobres e a média nacional nas posições do IDH de países seleccionados

País	Ordem IDH		
	População total	20% mais pobres	Diferença
México	53	108	55
Brasil	63	115	52
Chile	36	85	49
Argentina	34	78	44
Tailândia	72	108	36
Federação Russa	62	95	33
Bielorrússia	66	98	32
China	85	115	30
Estados Unidos	10	31	21
Suécia	6	25	19

para observar as contribuições relativas dos seus diferentes componentes no progresso do IDH e para incorporar a desigualdade, através do enfoque na diferença entre os mais pobres e a população no seu conjunto, num dado país (quadro 2).

Contudo, para ser inovador e eficaz no uso de estatísticas para avaliar o progresso e melhorar as discussões políticas, tanto a equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano* como os seus leitores precisam entender e interpretar as estatísticas adequadamente. As mensagens percebidas associadas com as estatísticas apresentadas no Relatório serão enganadoras, a não ser que a utilidade e as limitações das medidas e estatísticas escolhidas sejam reconhecidas adequadamente.

Por exemplo, as medidas de pobreza relativa, tais como a proporção de pessoas com rendimento

disponível inferior a 50% do rendimento disponível nacional ajustado (uma componente do índice de pobreza humana dos países de rendimento elevado seleccionados), são normalmente utilizados para avaliar a pobreza nos países de rendimento elevado. Estas medidas constituem a abordagem mais informativa para as comparações entre países relativas a um ponto no tempo. Mas quando os países passam por um crescimento rápido – como aconteceu com a Irlanda durante a década de 1990 – as medidas de pobreza relativa, em si mesmas, podem ser enganadoras (caixa 3).

Ao mesmo tempo que promove o uso inovador das estatísticas, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano continua a fazer esforços para aumentar o entendimento do público e encorajar interpretações próprias das estatísticas apresentadas no

Caixa 3 Duas estórias sobre a pobreza irlandesa

Para assegurar a comparabilidade entre países de rendimento elevado, grande parte das bases de dados comparativas, tais como o Estudo do Rendimento do Luxemburgo (www.lisproject.org), mede a pobreza numa base relativa. Em vez de uma linha de pobreza absoluta (por exemplo, a linha internacional de pobreza de 1 dólar por dia dos países em desenvolvimento), as medidas de pobreza relativa definem a taxa de pobreza como a proporção de pessoas com rendimento disponível inferior a 50% ou 60% do rendimento disponível nacional médio ajustado. Para as comparações entre países num ponto do tempo, esta é a abordagem mais informativa. Mas quando os países passam por um crescimento rápido – como aconteceu com a Irlanda no final da década de 1990 – as medidas de pobreza relativa, em si mesmas, podem ser enganadoras.

Com base nos 50% e 60% das medidas de rendimento médio, o quadro apresenta duas séries temporais diferentes de estimativas da pobreza para a Irlanda – relativa e ancorada – para 1994-2000. A linha de pobreza relativa muda anualmente, de acordo com o rendimento anual médio de um país. A linha de pobreza ancorada mantém a linha de pobreza anual inicial, ajustando-a para cada ano subsequente de acordo apenas com variações nos preços de consumo.

De acordo com a linha de pobreza relativa de 60% do rendimento anual médio, a medida preferida pela União Europeia, a pobreza na Irlanda cresceu 11,3% entre 1994 e 2000 (ver quadro). Mas se estabelecermos a linha de pobreza em 60% do rendimento médio de 1994 e ajustarmos a linha de pobreza apenas pela mudança nos preços de consumo dos anos seguintes – a abordagem da linha de pobreza ancorada – a pobreza na Irlanda cai para 55,9% durante o mesmo período. Padrões semelhantes são evidentes para os 50% da linha de rendimento médio – uma medida preferida pela maior parte dos analistas internacionais da pobreza e utilizada no índice de pobreza humana deste Relatório. De acordo com o quadro, uma taxa de pobreza de 11,9% em 1994 aumenta para 16,5% em 2000 numa base relativa, enquanto cai em mais de três quartos, para apenas 3,5%,

Fonte: Nolan, Munzi e Smeeding 2005.

ao utilizar a abordagem ancorada. Os dois conjuntos diferentes de linhas de pobreza – relativa e ancorada – contam duas estórias diferentes sobre as tendências da pobreza na Irlanda.

É claro que, quando as condições económicas mudam rapidamente, as tendências na pobreza relativa nem sempre apresentam um quadro completo sobre o modo como a mudança económica afecta a vida das pessoas. As tendências da pobreza relativa sugerem que nem todos os rendimentos na Irlanda cresceram à mesma taxa e que os rendimentos baixos cresceram a uma taxa mais lenta do que os rendimentos mais elevados (ou a pobreza relativa teria também caído). Mas, mesmo assim, os rendimentos mais baixos cresceram o suficiente para reduzir a pobreza ancorada em cerca de metade. Em particular, as transferências sociais cresceram substancialmente em termos reais, pelo que os pensionistas, por exemplo, viram os seus níveis de vida melhorar claramente, embora ainda ficassem atrás dos rendimentos de crescimento rápido resultantes do emprego e dos lucros. Ainda que tal represente um “crescimento económico a favor dos pobres”, continua a ser discutível. Mas ambos os lados da estória da pobreza têm de ser reconhecidos.

Diferenças entre as linhas de pobreza relativa e ancorada na Irlanda

Ano	50% do rendimento médio		60% do rendimento médio	
	Linha de pobreza relativa	Linha de pobreza ancorada	Linha de pobreza relativa	Linha de pobreza ancorada
1994	11,9	11,9	20,4	20,4
1995	12,9	11,1	20,8	19,2
1996	12,3	8,5	21,8	16,6
2000	16,5	3,5	22,7	9,0
Mudança percentual, 1994-2000	38,7	-70,6	11,3	-55,9

Relatório. Além de outras actividades de divulgação, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano oferece discussões sobre um amplo conjunto de temas de medição e fornece ligações extensivas à informação técnica das bases de dados das principais agências internacionais, através dos seus *websites* de estatísticas (<http://hdr.undp.org/statistics/understanding/resources.cfm>).

Através de discussões de política sobre temas críticos emergentes do desenvolvimento humano, o Relatório revela e defende a necessidade de desenvolver medidas inovadoras e de recolher novos dados em áreas específicas. Como este ano assinala o Ano Internacional do Microcrédito 2005, o Relatório

realça a importância do acesso dos pobres a serviços financeiros adequados para ajudar a retirar as suas famílias e comunidades da pobreza e chama a atenção para a necessidade urgente de recolher melhores dados para a avaliação das necessidades e do impacto da microfinança (caixa 4).

Defender melhores estatísticas de desenvolvimento humano

Embora o Relatório deste ano apresente os melhores dados actualmente disponíveis para a medição do desenvolvimento humano, subsistem muitos problemas e lacunas.

Caixa 4

Medindo o acesso financeiro

A investigação económica apoia a visão geral de que o acesso a serviços de um sector financeiro profundo e eficiente contribui decisivamente para o crescimento económico. A população pobre pode beneficiar particularmente com estes serviços, tais como empréstimos, depósitos de poupança, seguros e sistemas de pagamento. Provas anedóticas sugerem que os serviços financeiros estão a atingir mais pessoas pobres e que, em consequência, a riqueza cresce não só para os receptores como também para as suas comunidades. Contudo, continuam a ser escassos, e por vezes mesmo inúteis, os dados rigorosos sobre quem recebe que tipo de serviços e qual a eficácia desses serviços, e sobre as fontes de financiamento desses serviços: estimativas sobre clientes da microfinança em todo o mundo variam de 70 a 750 milhões. Precisamos de melhores dados para compreender como a microfinança pode atingir o seu potencial e contribuir eficazmente para o desenvolvimento humano.

O sector privado de provisão da microfinança necessita desta informação para canalizar os seus investimentos. Os decisores políticos e reguladores a nível nacional e as agências bilaterais e multilaterais de doadores precisam de saber se, e até que ponto, os pobres têm acesso a serviços financeiros, para poderem medir a eficácia das suas próprias actividades e compreenderem que mudanças são necessárias na regulação ou na reforma estrutural.

A convergência das necessidades de informação entre interesses públicos e privados motivou um conjunto de instituições a ponderar a melhor forma de avançar. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) deram mais atenção à microfinança nos seus processos de Avaliação do Sector Financeiro. O Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) tem feito progressos na recolha de dados sobre o acesso ao financiamento na África do Sul. Em Outubro de 2004, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Capital (UNCDF), o Banco Mundial e o FMI reuniram economistas e estatísticos de topo para estudar o modo de obter melhores dados.

A África Ocidental mostra o que pode ser realizado neste sentido. Desde 1993, o Banco Central da África Ocidental reuniu estatísticas pormenorizadas sobre instituições que oferecem serviços de microfinança em sete países da região. Como resultado, o Banco sabe que o número de instituições que ofereceram serviços de microfinança desde 1994 até 2004 aumentaram seis vezes e que o número de pontos de serviço aumentou de 1.000 para 3.000 distribuidores. Além disso, o Banco sabe que estes serviços atingem mais de 12% da população economicamente activa da África Ocidental e que o valor dos depósitos aumentou 13 vezes desde 1994. Existem também algumas provas de que as áreas em que a microfinança cresceu registaram um crescimento económico particularmente forte – um sinal encorajador, embora o impacto da microfinança necessite claramente de ser melhor analisado.

O Ano Internacional do Microcrédito 2005 fornece uma oportunidade única para compreender e tratar a escassez de informação crítica no acesso das pessoas pobres e de rendimento baixo a serviços financeiros inclusivos, e para determinar o modo como estes serviços podem ser eficazmente providos no futuro.

Fonte: Fischer, Banny e Barrineau 2005.

Lacunas nos dados

As lacunas existentes nos quadros de indicadores demonstram a necessidade urgente de melhorias na disponibilidade de estatísticas de desenvolvimento humano relevantes, fidedignas e oportunas. Um exemplo perfeito das lacunas nos dados é o grande número de países excluído do IDH. A intenção é incluir todos os países membros das Nações Unidas, bem como Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Mas devido à falta de dados fiáveis, 16 países membros das Nações Unidas estão excluídos do IDH e, portanto, dos principais quadros de indicadores (os indicadores fundamentais que estão disponíveis para estes países são apresentados no quadro 33). Do mesmo modo, o índice de pobreza humana cobre apenas 103 países em desenvolvimento e 18 países OCDE de rendimento elevado, o índice de desenvolvimento ajustado ao género, 140 países, e a medida de participação segundo o género, 80 países. Para um número significativo de países, os dados para as componentes destes índices não são fiáveis e estão desactualizados e, nalguns ca-

sos, têm de ser estimados (para a definição e metodologia dos índices, ver *Nota técnica 1*).

As lacunas de dados na Base de Indicadores do Milénio (<http://millenniumindicators.un.org>), que se baseiam em estatísticas nacionais compiladas ou estimados por agências internacionais de dados, também são reveladoras. Apesar de melhorias consideráveis nos anos recentes, muitos países continuam a não ter dados de 1990-2003 para a maioria dos indicadores ODM e poucos têm dados de tendências para esse período (quadro 1). Os dados para alguns indicadores, como as taxas de mortalidade materna (caixa 5), são particularmente difíceis de obter.

Discrepâncias entre estimativas nacionais e internacionais

Inconsistências entre dados nacionais e internacionais têm sido reveladas frequentemente através do Relatório e mais visivelmente através do IDH. Muitas vezes, é discutida uma lacuna numa série de dados internacionais e é exigida a disponibilidade de uma estimativa nacional, mas, mais frequentemente, é contestada a exactidão da estimativa internacional e é proposta uma estimativa nacional diferente. Essas inconsistências questionam, frequentemente, a exactidão e a fiabilidade dos dados apresentados no Relatório, desafiando a credibilidade das suas estatísticas e os impactes das políticas.

Algumas das diferenças entre dados nacionais e internacionais são inevitáveis. Podem resultar dos processos de harmonização internacional, em que os dados nacionais – inconsistentes com padrões e definições internacionais, ou de fraca qualidade por outras razões – precisam ser ajustados. Quando faltam dados para um país, as agências internacionais podem produzir estimativas, se for possível utilizar outra informação relevante. Nalguns casos, o indicador internacional, como o PIB per capita em paridades de poder de compra, é produzido principalmente para comparações internacionais e não é directamente comparável com outras estatísticas nacionais relacionadas.

Noutros casos, contudo, podem ocorrer inconsistências de dados por causa da falta de coordenação – quer entre agências nacionais e internacionais de dados, quer entre várias agências governamentais num sistema estatístico nacional – e podem ser evitadas. Algumas vezes, as estatísticas nacionais mais recentes não são disponibilizadas a tempo à agência

Quadro 1 Grandes lacunas de dados permanecem mesmo nos indicadores básicos do desenvolvimento humano: países com falta de dados, 1990-2003

Indicador	Países sem dados de tendência	Países sem quaisquer dados
Crianças com peso deficiente para a idade	115	35
Taxa de escolarização primária líquida	40	9
Crianças que atingem o 5.º ano	114	53
Alfabetização jovem	57	29
Partos assistidos por técnicos de saúde	162	9
Parcela feminina do emprego salarial não agrícola	68	15
Prevalência de VIH entre mulheres grávidas com 15-24 anos nas principais áreas urbanas	162	139
População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, rural	59	15
População que vive com menos de 1 dólar por dia	93	67

Nota: Os dados referem-se aos países em desenvolvimento e países da Europa Central e do Leste e a Comunidade de Países Independentes. Um país é definido como tendo dados de tendência quando estão disponíveis pelos menos dois pontos de dados – um em 1990-96 e outro em 1997-2003 – e os dois pontos têm pelos menos três anos de distância.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseado em UN 2005f.

A mortalidade materna colhe cerca de meio milhão de vidas em cada ano e muitos mais milhões de mulheres têm pouca saúde por causa de complicações na gravidez. O mundo está fora do caminho para o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir a mortalidade materna em dois terços, mas é difícil dizer com exactidão a que distância está, porque os rácios de mortalidade materna são, como se sabe, difíceis de medir com rigor.

Os dados reportados nacionalmente sobre as mortes maternas sofrem frequentemente de sub-registo e de má classificação. Apenas um terço da população mundial vive em países que mantêm estatísticas compreensivas sobre vidas e mortes humanas – registo vital – a forma mais eficaz de medir a mortalidade adulta (incluindo a materna). Mesmo em países com bom registo vital, as mortes maternas, incluindo as mortes devidas a causas obstétricas directas e a condições agravadas por gravidez e parto, podem ser difíceis de identificar com precisão e são frequentemente sub-registadas. Além disso, muitas mortes maternas em países em desenvolvimento, especialmente naqueles com taxas de mortalidade materna elevadas, ocorrem fora dos serviços de saúde e continuam completamente sub-registadas.

Na falta de sistemas de registo vital fortes, medir a mortalidade materna – dado que ela é relativamente rara – requer inquéritos às famílias extensos e caros ou censos regulares. Mesmo quando técnicas de estimação indirectas (tais como o método de irmandade) são utilizadas nos inquéritos (como os Inquéritos Demográficos e de Saúde), as estimativas resultantes sobre as taxas de mortalidade materna estão inevitavelmente associadas com grandes erros padrão, referem-se tipicamente a um período anterior e não são adequadas para avaliar impactes de curto prazo das políticas.

Num esforço para tratar as lacunas e a fraca comparabilidade dos dados nacionais, a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) desenvolveram estimativas internacionais usando uma metodologia que ajusta os dados reportados pelos países para explicar as más classificações e os sub-registos, enquanto desenvolvem estimativas baseadas em modelos para países sem dados recentes de qualidade aceitável. Estas estimativas modeladas – utilizadas neste Relatório e noutros relatórios importantes de monitorização mundial – assentam em dados mais amplamente disponíveis sobre a fertilidade e a cobertura de técnicos de saúde no parto, para prever a mortalidade materna.

Até agora, três conjuntos de estimativas internacionais foram produzidos separadamente para 1990, 1995 e 2000. Por causa de grandes intervalos de incerteza e de falta de comparabilidade devida a mudanças na metodologia, estas estimativas só podem ser usadas para indicar o alcance do problema e oferecem pouca compreensão sobre as tendências ao longo do tempo.

A maioria das mortes maternas – cerca de três quartos – devem-se a complicações obstétricas que podem ser tratadas com sucesso se houver tecnologia disponível. Em conformidade, os indicadores de processo – tais como a proporção de nascimentos assistidos por técnicos de saúde e a cobertura de cuidados obstétricos de emergência – são crescentemente utilizados como substitutos para avaliar tendências da mortalidade materna e para dirigir políticas e programas de saúde pública para melhorar a saúde materna.

Fonte: Baseado em Abou-Zahr, 2005; UN Millennium Project 2005; UNICEF, WHO e UNFPA 1997; WHO 2005.

internacional relevante, apesar do seu empenho activo na recolha de dados. Outras vezes, quando existem num país múltiplas fontes de um determinado indicador, os dados submetidos por uma agência governamental não são coordenados através do departamento estatístico nacional central e podem ser contestados pelo governo uma vez publicados nas séries internacionais. Ocasionalmente, os erros entram lentamente na compilação das séries de dados internacionais.

Embora a responsabilidade primeira pelo tratamento das inconsistências seja dos produtores internacionais de dados e dos seus equivalentes nacionais e regionais, todos os utilizadores de dados internacionais devem apoiar os seus esforços. O Gabinete

do Relatório do Desenvolvimento Humano tem um papel particularmente importante, dado o perfil elevado do Relatório. Nos anos recentes, tem-se empenhado em ser mais pró-activo na identificação prévia de problemas potenciais, diminuindo a possibilidade de conflitos potenciais através de intervenções oportunas com governos e agências internacionais, e participando em discussões públicas mais visíveis sobre os problemas e possíveis soluções.

Em particular, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano reconhece o papel único do Relatório:

- Na defesa de melhoramentos nas medidas do desenvolvimento humano e nos dados, através

O governo do Catar comunicou que alguns dados apresentados em *Relatórios do Desenvolvimento Humano* recentes eram inconsistentes com os dados oficiais publicados pelo Catar, conduzindo a disparidades num conjunto de índices. Algumas das estatísticas empregues nos *Relatórios do Desenvolvimento Humano* estavam desactualizadas e outras reportadas como inexistentes existiam de facto. Os quadros de indicadores do desenvolvimento humano preparados pelo Conselho de Planeamento estavam, em alguns casos, em discordância com os que apareciam no Relatório.

O Conselho de Planeamento do Catar pediu um parecer ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano e, desde então, tem sido mantida uma comunicação e cooperação activa, incluindo uma visita de consultoria de um membro sénior do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano ao Catar, em Dezembro de 2004.

Dado que o Relatório de Desenvolvimento Humano se baseia em séries estatísticas publicadas por outras agências internacionais de dados, o Conselho de Planeamento iniciou um contacto directo com 22 agências internacionais para assegurar que as estatísticas sobre o Catar são reportadas de forma correcta e compreensiva. Isto conduziu, por sua vez, a uma cooperação mais activa entre o organismo de estatística do Catar e as principais organizações de estatística das Nações Unidas.

O Catar iniciou um processo activo de cooperação entre os utilizadores e os produtores de estatísticas, tendo em vista um fluxo de informação mais regular e correcto. O país realizou um simpósio em Maio de 2004, em que participaram representantes dos organismos de estatística de um conjunto de agências da Nações Unidas. Foi formulada uma estratégia para uma cooperação mais activa entre utilizadores e produtores e para uma informação mais atempada e correcta. Desde então, a estratégia tem sido rigorosamente executada e têm sido realizadas melhorias substanciais. Em Maio de 2005, realizou-se um simpósio de acompanhamento.

Fonte: Aboona 2005.

O uso acrescido de estatísticas de qualidade conduz a melhorias nas decisões políticas e nos resultados do desenvolvimento. Esta transição para a tomada de decisão política baseada em provas pode ser atingida através da execução de uma estratégia de construção de capacidade estatística que esteja plenamente integrada em processos de política nacionais, como as estratégias de redução da pobreza e a monitorização do progresso no sentido dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE) ajuda a atingir este objectivo. Uma ENDE converte as prioridades estatísticas num programa de trabalho pormenorizado e flexível, construído com base no sistema estatístico existente e em processos contínuos de melhoramento, tal como o Sistema Geral de Divulgação de Dados do Fundo Monetário Internacional e os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas.

Uma boa estratégia – suportada por empenho político e financiamento adequado – pode aumentar a contribuição de um sistema de estatística nacional. Pode ajudar os países a quebrar um círculo vicioso de subfinanciamento e de subdesempenho. O apoio da comunidade de desenvolvimento internacional é, contudo, crucial. Os países que mais necessitam de melhores estatísticas são os menos capazes de as conseguir. O Fundo Fiduciário para a Construção de Capacidade Estatística, do Banco Mundial, é uma fonte importante de financiamento concessional para ajudar os países a desenhar uma ENDE. O Banco Mundial lançou também um novo programa – STATCAP – para ajudar os países a aceder a empréstimos e créditos de apoio à execução de uma ENDE.

O Plano de Acção de Marraquexe para a Estatística (MAPS), de 2004, recomenda que todos os países de rendimento baixo preparem uma ENDE até 2006 e comecem a executá-la até ao ano seguinte, de forma a ter dados de elevada qualidade produzidos localmente para a importante revisão dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em 2010. É um objectivo ambicioso mas atingível. A Parceria para o Desenvolvimento Estatístico no século XXI (PARIS 21) trabalha através de apoio, desenvolvendo documentação e guias de orientação metodológica e facilitando programas regionais com organizações regionais parceiras. Ajudar os países a atingir esta meta é o principal objectivo da PARIS 21 no seu programa de trabalho para 2004-06. As guias orientações das ENDE e plano de trabalho da PARIS 21 podem ser vistas no Website da PARIS 21, em www.paris21.org.

Fonte: William 2005.

do Relatório, incluindo a necessidade dos países adoptarem padrões e definições internacionalmente reconhecidos nas áreas básicas das estatísticas e das agências internacionais serem mais transparentes e acessíveis nas suas metodologias e processos.

- Na identificação de problemas potenciais e na coordenação entre agências de dados nacionais e internacionais para resolver as diferenças.
- No melhoramento da divulgação das suas estatísticas para aumentar o entendimento público dos princípios e processos estatísticos e para aumentar a consciência dos governos em relação às suas próprias responsabilidades.

O Gabinete reconhece explicitamente o papel dos escritórios nacionais do PNUD – como parceiros na divulgação do Relatório e na coordenação com os governos. Através deles, podemos melhorar a capacidade nacional na gestão da informação estatística, em particular, através de uma melhor comunicação e coordenação entre agências nacionais e internacionais para reduzir as discrepâncias de dados.

Desde o ano passado, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano tem dado passos importantes para desenvolver melhores materiais de divulgação, estabelecer um novo Website estatístico e dar formação às agências nacionais do PNUD e especialistas nacionais. Embora continue a trabalhar estreitamente com as agências internacionais de dados, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano também iniciou contactos mais directos com departamentos estatísticos nacionais e outras agências governamentais. Entretanto, muitos governos têm reconhecido progressivamente as implica-

ções das inconsistências de dados nas discussões e debates de política nacional, bem como o seu próprio papel na redução dessas inconsistências. Cada vez mais governos, como o Catar (caixa 6), estão a trabalhar para melhorar a coordenação com as agências internacionais relevantes e entre as agências governamentais dentro do sistema estatístico nacional.

Para uma capacidade estatística mais forte

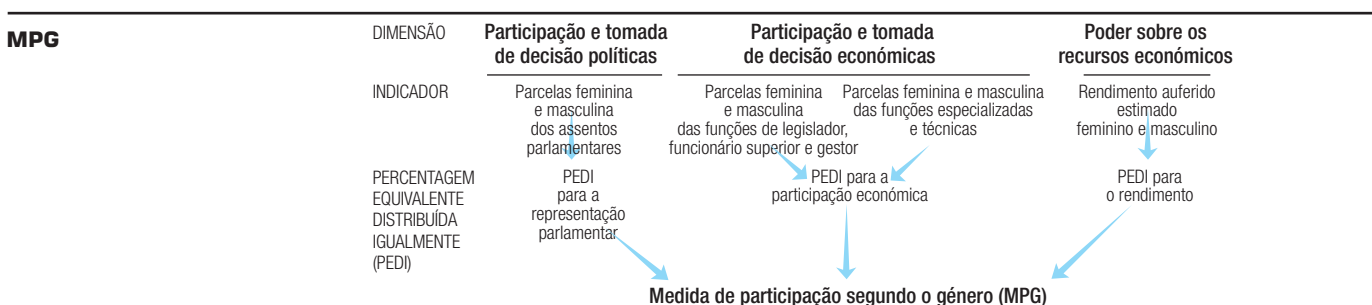
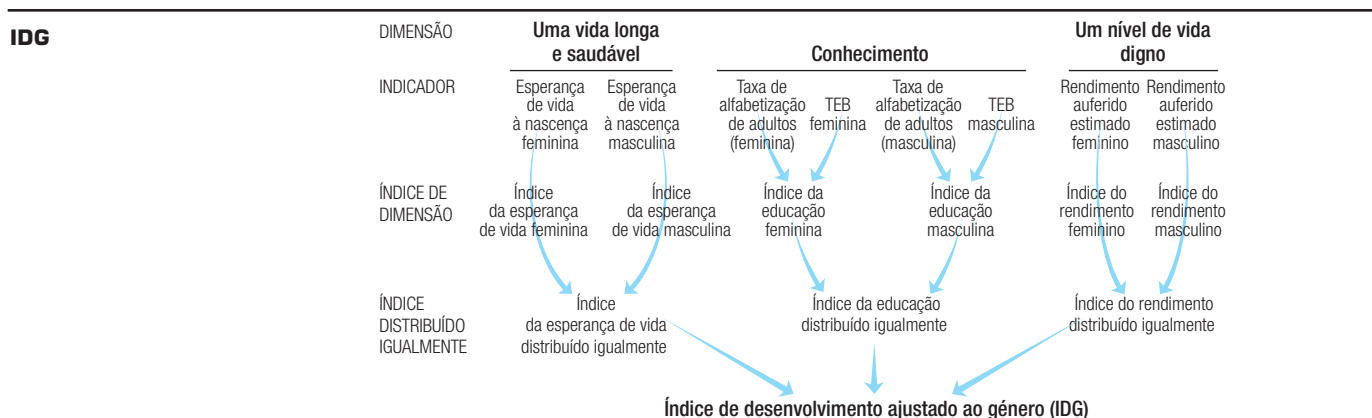
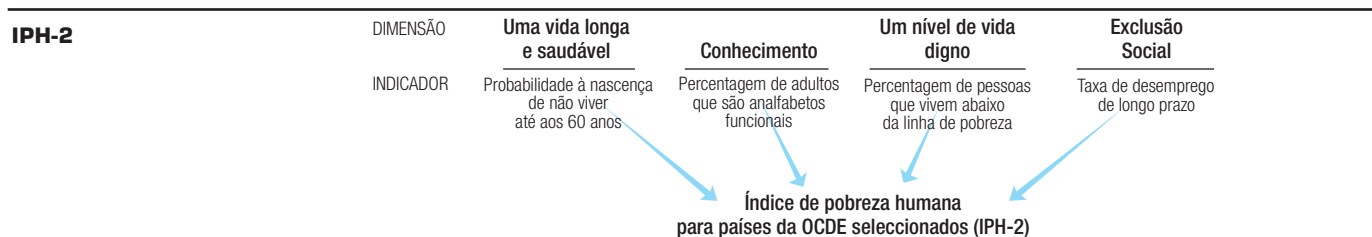
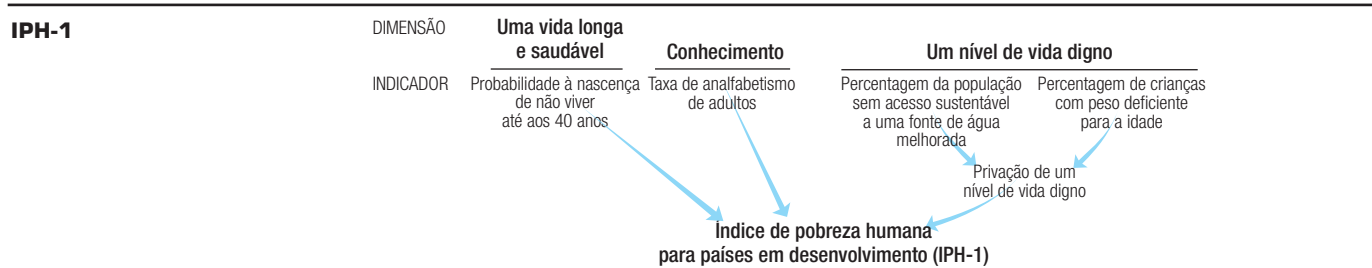
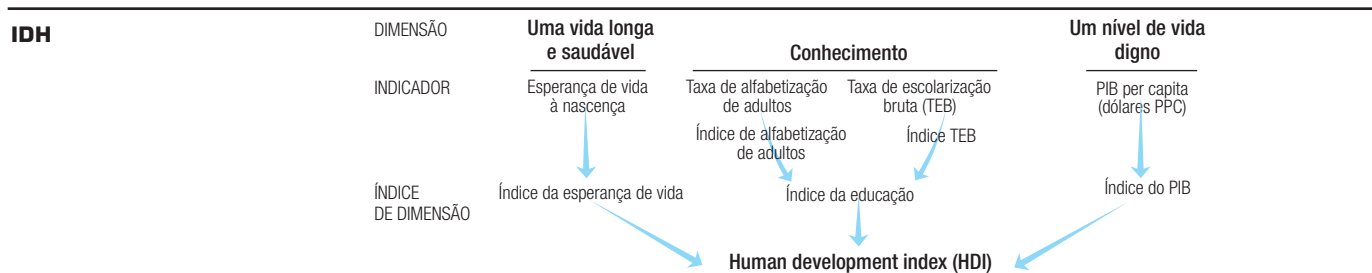
Uma parte essencial da solução para as enormes lacunas e deficiências na informação estatística é a construção de uma capacidade estatística sustentável nos países, um esforço que requer empenho financeiro e político, tanto ao nível nacional, como internacional. O impulso gerado pelo processo dos ODM mobilizou toda a comunidade estatística internacional e estão em curso muitas iniciativas, incluindo o desenvolvimento de estratégias nacionais para o aperfeiçoamento das estatísticas recomendado pelo Plano de Acção de Marraquexe para a Estatística (<http://unsstats.un.org/unsd/statcom/doc04/marrakech.pdf>) e apoiado pela Parceria para o Desenvolvimento Estatístico no Século XXI (caixa 7).

As agências estatísticas internacionais deveriam continuar a ter uma parte activa no desenvolvimento estatístico, melhorando, promovendo e executando padrões, métodos e estruturas internacionalmente reconhecidos para as actividades estatísticas, ao mesmo tempo que reforçam a sua própria capacidade estatística para enfrentar a procura crescente de melhores estatísticas internacionais para monitorizar o desenvolvimento humano.

NOTA TÉCNICA 1

Cálculo dos índices de desenvolvimento humano

Os diagramas seguintes resumem o modo como são construídos os cinco índices de desenvolvimento humano utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, realçando as suas semelhanças e diferenças. O texto das páginas seguintes fornece uma explicação pormenorizada.

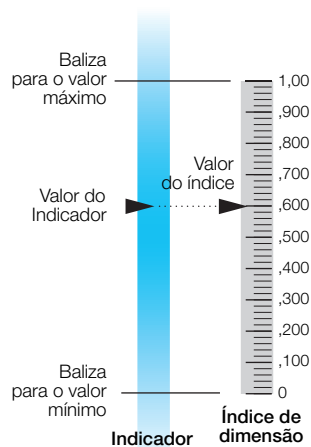


O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH é uma medida resumo do desenvolvimento humano. Mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço).
- Um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC).

Antes de calcular o próprio IDH, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes indicadores de dimensão – índices de esperança de vida, educação e PIB – são escolhidos valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário.



O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH é, então, calculado como uma média simples dos índices de dimensão. A caixa à direita ilustra o cálculo do IDH para um país amostra.

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (dólares PPC)	40.000	100

Cálculo do IDH

Esta ilustração do cálculo do IDH utiliza dados para a África do Sul.

1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice da esperança de vida mede a realização relativa de um país na esperança de vida à nascença. Para a África do Sul, com um valor observado de 48,4 anos em 2003, o índice da esperança de vida é 0,391.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{48,4 - 25}{85 - 25} = 0,391$$

2. Cálculo do índice da educação

O índice da educação mede a realização relativa de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Depois, estes dois índices são combinados para criar o índice da educação, atribuindo uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. Para a África do Sul, com uma taxa de alfabetização de adultos de 82,4% em 2003 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 78% no ano escolar de 2002-03, o índice da educação é 0,809.

$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{82,4 - 0}{100 - 0} = 0,824$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{78 - 0}{100 - 0} = 0,780$$

$$\begin{aligned} \text{Índice da educação} &= 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice de escolarização bruta}) \\ &= 2/3 (0,824) + 1/3 (0,780) = 0,809 \end{aligned}$$

3. Cálculo do Índice do PIB

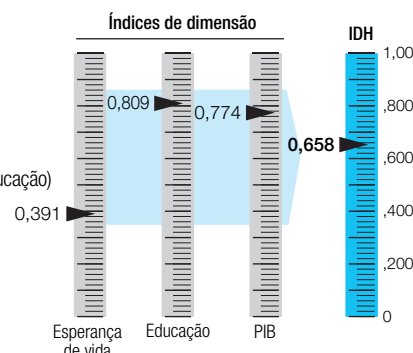
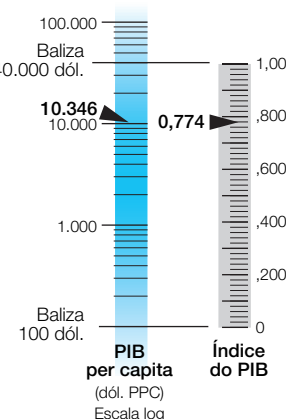
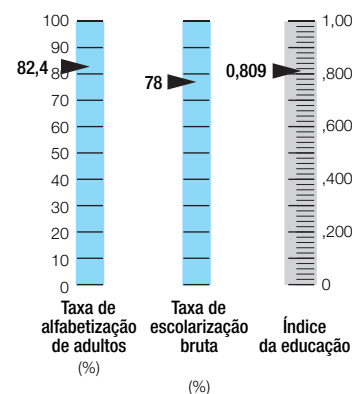
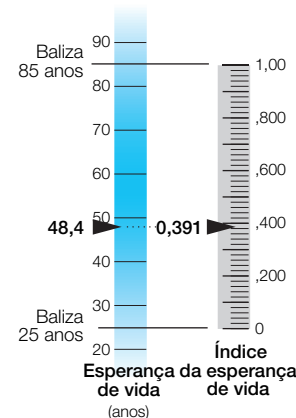
O índice do PIB é calculado utilizando o PIB per capita ajustado (dólares PPC). No IDH, o rendimento entra como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento. O rendimento é ajustado porque, para alcançar um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Por isso, utiliza-se o logaritmo do rendimento. Para a África do Sul, com um PIB per capita de 10.346 dólares PPC em 2003, o índice do PIB é 0,774.

$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(10.346) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,774$$

4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, a determinação do IDH é muito fácil. É uma média simples dos três índices de dimensão.

$$\begin{aligned} \text{IDH} &= 1/3 (\text{índice da esperança de vida}) + 1/3 (\text{índice da educação}) \\ &+ 1/3 (\text{índice do PIB}) \\ &= 1/3 (0,391) + 1/3 (0,809) + 1/3 (0,774) = 0,658 \end{aligned}$$



O índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH-1 mede *privações* em três dimensões básicas do desenvolvimento humano captadas no IDH:

- Uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Conhecimento – exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno – falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O cálculo do IPH-1 é mais directo que o cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

Originalmente, a medida da privação de um nível de vida digno também incluía um indicador de acesso aos serviços de saúde. Mas porque faltam dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde para os anos recentes, a privação de um nível de vida digno é medida, no Relatório deste ano, por dois e não por três indicadores – a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O índice de pobreza humana para países da OCDE seleccionados (IPH-2)

O IPH-2 mede privações nas mesmas dimensões que o IPH-1 e também capta a exclusão social. Reflecte, assim, privações em quatro dimensões.

- Uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Conhecimento – exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela percentagem de adultos (idades entre 16-65 anos) que são funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno – medido pela percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% do rendimento disponível familiar ajustado médio).
- Exclusão social – medida pela taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

Cálculo do IPH-1

1. 1. Medida da privação de um nível de vida digno

A privação de um nível de vida digno é medida através de uma média não ponderada de dois indicadores.

$$\begin{aligned} \text{Média não ponderada} &= 1/2 (\text{população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada}) \\ &+ 1/2 (\text{crianças com peso deficiente para a idade}) \end{aligned}$$

Exemplo de cálculo: Angola

População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 50%

Crianças com peso deficiente para a idade = 31%

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (50) + 1/2 (31) = 40,5\%$$

2. 2. Cálculo do IPH-1

A fórmula para o cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{IPH-1} = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)

P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos

P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Angola

$P_1 = 48,1\%$

$P_2 = 33,2\%$

$P_3 = 40,5\%$

$$\text{IPH-1} = [1/3 (48,1^3 + 33,2^3 + 40,5^3)]^{1/3} = 41,5$$

Cálculo do IPH-2

A fórmula para o cálculo do IPH-2 é a seguinte:

$$\text{IPH-2} = [1/4 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)

P_2 = Adultos que são funcionalmente analfabetos

P_3 = População abaixo da linha de privação de rendimento (50% do rendimento disponível familiar ajustado médio)

P_4 = Taxa de desemprego de longo prazo (duração de 12 meses ou mais)

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Estados Unidos

$P_1 = 11,8\%$

$P_2 = 20,0\%$

$P_3 = 17,0\%$

$P_4 = 0,7\%$

$$\text{IPH-2} = [1/4 (11,8^3 + 20,0^3 + 17,0^3 + 0,7^3)]^{1/3} = 15,4$$

Por que razão $\alpha = 3$ no cálculo do IPH-1 e IPH-2

O valor de α tem um impacto importante sobre o valor do IPH. Se $\alpha = 1$, o IPH é a média das suas dimensões. Quando α cresce, dá-se maior peso à dimensão em que a privação é maior. Assim, à medida que α cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que a privação é máxima (para Angola, o exemplo utilizado para calcular o IPH-1, seria de 48%, igual à probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos).

Neste Relatório, o valor 3 é utilizado para dar um peso adicional, mas não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática dos IPH, ver "Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective", de Sudhir Anand e Amartya Sen, e a nota técnica no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

O índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IDG ajusta a realização média para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
- Um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (dólares PPC).

O cálculo do IDG envolve três passos. Primeiro, os índices feminino e masculino de cada dimensão são calculados, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices feminino e masculino de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de realização entre homens e mulheres. O índice resultante, identificado por índice distribuído igualmente, é calculado de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice distribuído igualmente} = \left[\left(\frac{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-\epsilon})}{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-\epsilon})} \right)^{1/\epsilon} + 1 \right]^{-\epsilon}$$

ϵ mede a aversão à desigualdade. No IDG $\epsilon = 2$. Assim, a equação geral transforma-se em:

$$\text{Índice distribuído igualmente} = \left[\left(\frac{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})}{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})} \right)^1 + 1 \right]^{-1}$$

o que dá a média harmónica dos índices feminino e masculino.

Terceiro, o IDG é calculado através da combinação dos três índices distribuídos igualmente numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDG

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,5
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (dól. PPC)	40.000	100

Nota: Os valores máximo e mínimo (balizas) para a esperança de vida são cinco anos mais elevados para as mulheres, para tomar em consideração o facto de, em média, viverem mais anos.

Cálculo do IDG

A ilustração do cálculo do IDG usa dados para o Brasil.

1. 1. Cálculo do índice da esperança de vida distribuído igualmente

O primeiro passo é o cálculo dos índices separados para as realizações feminina e masculina na esperança de vida, utilizando a fórmula geral dos índices de dimensão.

FEMININO	MASCULINO	
Esperança de vida à nascença: 74,6 anos		Esperança de vida à nascença: 66,6 anos
Índice da esperança de vida = $\frac{74,6 - 27,5}{87,5 - 27,5} = 0,785$		Índice da esperança de vida = $\frac{66,6 - 22,5}{82,5 - 22,5} = 0,735$

A seguir, os índices feminino e masculino são combinados para criar o índice da esperança de vida distribuído igualmente, utilizando a fórmula geral dos índices distribuídos igualmente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,493
Índice da esperança de vida: 0,785	Índice da esperança de vida: 0,735
Índice da esperança de vida distribuído igualmente = $\left[\left(\frac{0,507 (0,785^{-1})}{0,493 (0,735^{-1})} \right)^1 + 1 \right]^{-1} = 0,760$	

2. 2. Cálculo do índice da educação distribuído igualmente

Primeiro, os índices para a taxa de alfabetização de adultos e para a taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior são calculados separadamente para mulheres e homens. O cálculo destes índices é directo, porque os indicadores utilizados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININO	MASCULINO
Taxa de alfabetização de adultos: 88,6%	Taxa de alfabetização de adultos: 88,3%
Índice de alfabetização de adultos: 0,886	Índice de alfabetização de adultos: 0,883
Taxa de escolarização bruta: 92,7%	Taxa de escolarização bruta: 88,5%
Índice de escolarização bruta: 0,927	Índice de escolarização bruta: 0,885

Segundo, o índice da educação, que dá uma ponderação de dois terços ao índice de alfabetização de adultos e de um terço ao índice de escolarização bruta, é calculado separadamente para mulheres e homens.

$$\begin{aligned} \text{Índice da educação} &= 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice de escolarização bruta}) \\ \text{Índice da educação feminina} &= 2/3 (0,886) + 1/3 (0,927) = 0,899 \\ \text{Índice da educação masculina} &= 2/3 (0,883) + 1/3 (0,885) = 0,884 \end{aligned}$$

Finalmente, os índices da educação feminina e masculina são combinados para criar o índice da educação distribuído igualmente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,493
Índice da educação: 0,899	Índice da educação: 0,884
Índice da educação distribuído igualmente = $\left[\left(\frac{0,507 (0,899^{-1})}{0,493 (0,884^{-1})} \right)^1 + 1 \right]^{-1} = 0,892$	

3. 3. Cálculo do índice do rendimento distribuído igualmente

Primeiro, são estimados os rendimentos auferidos (dólares PPC) feminino e masculino (para pormenores sobre o cálculo, ver a adenda a esta nota técnica). Depois, o índice do rendimento é calculado para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado considerando o logaritmo do rendimento auferido estimado (dólares PPC):

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(\text{valor actual}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

FEMININO	MASCULINO
Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 4.704	Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 10.963
Índice rendimento = $\frac{\log(4.704) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,643$	Índice rendimento = $\frac{\log(10.963) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,784$

O cálculo do IDG continua na página seguinte

Cálculo do IDG (continuação)

Segundo, os índices do rendimento feminino e masculino são combinados para criar o índice do rendimento distribuído igualmente:

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,493
Índice do rendimento: 0,643	Índice do rendimento: 0,784

$$\text{Índice do rendimento distribuído igualmente} = \{[0,507 (0,643^{-1})] + [0,493 (0,784^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0,706}$$

4. 4. Cálculo do IDG

O cálculo do IDG é directo. É simplesmente a média não ponderada dos três índices componentes – o índice da esperança de vida distribuído igualmente, o índice da educação distribuído igualmente e o índice do rendimento distribuído igualmente.

$$\begin{aligned} \text{IDG} &= 1/3 (\text{índice da esperança de vida}) + 1/3 (\text{índice da educação}) + 1/3 (\text{índice do rendimento}) \\ &= 1/3 (0,760) + 1/3 (0,892) + 1/3 (0,706) = \mathbf{0,786} \end{aligned}$$

Por que razão $\epsilon = 2$ no cálculo do IDG

O valor de ϵ é a dimensão da penalização pela desigualdade de género. Quanto maior o valor, mais fortemente a sociedade é penalizada pela existência de desigualdades.

Se $\epsilon = 0$, a desigualdade de género não é penalizada (neste caso, o IDG teria o mesmo valor que o IDH). À medida que ϵ cresce para infinito, dá-se cada vez mais peso ao grupo com menor realização.

O valor 2 é utilizado no cálculo do IDG (tal como no MPG). Este valor penaliza moderadamente a desigualdade de género na realização.

Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IDG, ver “Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement”, de Sudhir Anand e Amartya Sen; “UNDP’s Gender-Related Indices: A Critical Review”, de Kalpana Bardhan e Stephan Klasen; e as notas técnicas do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995* e do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

A medida de participação segundo o género (MPG)

A MPG, centrada mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, capta a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Participação política e poder de tomada de decisão, medidos pelas parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares.
- Participação económica e poder de tomada de decisão, medidos por dois indicadores – as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas.
- Poder sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (dólares PPC).

Para cada uma destas três dimensões, é calculada uma percentagem equivalente distribuída igualmente (PEDI), como uma média ponderada pela população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$PEDI = \left\{ \left[\frac{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon})}{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon})} \right]^{1/\epsilon} + \left[\frac{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon})}{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon})} \right]^{1/\epsilon} \right\}^{-1}$$

ε mede a aversão à desigualdade. Na MPG (tal como no IDG) ε = 2, o que penaliza moderadamente a desigualdade. A fórmula passa a ser:

$$PEDI = \left\{ \left[\frac{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})}{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})} \right]^{-1} + \left[\frac{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})}{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})} \right]^{-1} \right\}^{-1}$$

Para a participação política e económica e a tomada de decisão, a PEDI é, então, indexada dividindo-a por 50. A razão desta indexação: numa sociedade ideal, que igualiza o poder dos dois sexos, as variáveis MPG são iguais a 50% – ou seja, a parcela das mulheres seria igual à dos homens para cada variável.

A PEDI, de acordo com a fórmula acima, não é definida onde o valor de um índice masculino ou feminino é zero. Contudo, o limite da PEDI é zero quando o índice tende para zero. Portanto, o valor da PEDI é fixado em zero nestes casos.

Finalmente, a MPG é calculada como uma média simples das três PEDI indexadas.

Cálculo da MPG

A ilustração do cálculo da MPG usa dados para a Dinamarca.

1. 1. Cálculo da PEDI da representação parlamentar

A PEDI da representação parlamentar mede o poder relativo das mulheres em termos da sua participação política. A PEDI é calculada utilizando as parcelas feminina e masculina da população e as parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares, de acordo com a fórmula geral.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,505	Parcela da população: 0,495
Parcela parlamentar: 36,9%	Parcela parlamentar: 63,1%

$$PEDI \text{ da representação parlamentar} = \left\{ \left[\frac{0,505 (36,9^{-1})}{0,495 (63,1^{-1})} \right]^{-1} + \left[\frac{0,495 (63,1^{-1})}{0,505 (36,9^{-1})} \right]^{-1} \right\}^{-1} = 46,42$$

Esta PEDI inicial é, então, indexada a um valor ideal de 50%.

$$PEDI \text{ indexada da representação parlamentar} = \frac{46,42}{50} = 0,928$$

2. 2. Cálculo da PEDI da participação económica

Utilizando a fórmula geral, calcula-se uma PEDI para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e uma outra para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas. A média simples das duas medidas dá a PEDI da participação económica.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,505	Parcela da população: 0,495
Parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor: 26,2%	parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor: 73,8%
Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 51,0%	Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 49,0%

$$PEDI \text{ das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \left\{ \left[\frac{0,505 (26,2^{-1})}{0,495 (73,8^{-1})} \right]^{-1} + \left[\frac{0,495 (73,8^{-1})}{0,505 (26,2^{-1})} \right]^{-1} \right\}^{-1} = 38,48$$

$$PEDI \text{ indexada das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \frac{38,48}{50} = 0,770$$

$$PEDI \text{ das funções especializadas e técnicas} = \left\{ \left[\frac{0,505 (51,0^{-1})}{0,495 (49,0^{-1})} \right]^{-1} + \left[\frac{0,495 (49,0^{-1})}{0,505 (51,0^{-1})} \right]^{-1} \right\}^{-1} = 49,99$$

$$PEDI \text{ indexada das funções especializadas e técnicas} = \frac{49,99}{50} = 1,00$$

As duas PEDI indexadas são médias para calcular a PEDI da participação económica:

$$PEDI \text{ da participação económica} = \frac{0,770 + 1,00}{2} = 0,885$$

3. 3. Cálculo da PEDI do rendimento

O rendimento auferido (dólares PPC) é estimado separadamente para mulheres e homens e, depois, indexado às balizas, tanto para o IDH como para o IDG. No entanto, para a MPG, o rendimento indexado é baseado em valores não ajustados e não no logaritmo do rendimento auferido estimado. (Para pormenores sobre a estimação do rendimento auferido por homens e mulheres, ver a adenda a esta nota técnica).

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,505	Parcela da população: 0,495
Rendimento auferido estimado (dól. PPC): 26.587	Rendimento auferido estimado (dól. PPC): 36.430
Índice do rendimento = $\frac{26.519 - 100}{40.000 - 100}$	Índice do rendimento = $\frac{36.390 - 100}{40.000 - 100} = 0,910$

Os índices feminino e masculino são, então, combinados para determinar o índice distribuído igualmente:

$$PEDI \text{ do rendimento} = \left\{ \left[\frac{0,505 (0,663^{-1})}{0,495 (0,910^{-1})} \right]^{-1} + \left[\frac{0,495 (0,910^{-1})}{0,505 (0,663^{-1})} \right]^{-1} \right\}^{-1} = 0,766$$

4. 4. Cálculo da MPG

Uma vez calculada a PEDI para as três dimensões da MPG, a determinação desta é directa. É uma média simples dos três índices PEDI.

$$MPG = \frac{0,928 + 0,885 + 0,766}{3} = 0,859$$

ADENDA À NOTA TÉCNICA 1

Rendimento auferido feminino e masculino

Apesar da importância dos dados do rendimento desagregados por género, não estão disponíveis medidas directas. Por isso, foram produzidas, para este Relatório, estimativas brutas dos rendimentos auferidos por mulheres e homens.

O rendimento pode ser visto de duas formas: como um recurso para o consumo e como ganhos dos indivíduos. Como medida de uso, é difícil a sua desagregação entre homens e mulheres, porque os recursos são partilhados dentro da unidade familiar. Pelo contrário, os ganhos são separáveis porque os diferentes membros da família são remunerados separadamente.

A medida do rendimento utilizada no IDG e na MPG indica a capacidade do indivíduo para obter rendimentos. É utilizada no IDG para captar as disparidades entre homens e mulheres no controlo dos recursos e, na MPG, para captar a independência económica das mulheres. (Para questões conceptuais e metodológicas relacionadas com esta abordagem, ver “Gender Inequality in Human Development”, de Sudhir Anand e Amartya Sen, e o capítulo 3 e notas técnicas 1 e 2 do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*; ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica.)

Os rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC) são estimados utilizando os dados seguintes:

- Rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino.
- Parcelas masculina e feminina da população economicamente activa.
- População feminina e masculina total.
- PIB per capita (dólares PPC).

Símbolos

W_f/W_m = rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino
 EA_f = parcela feminina da população economicamente activa
 EA_m = parcela masculina da população economicamente activa
 S_f = parcela feminina da remuneração salarial
 Y = PIB total (dólares PPC)
 N_f = população feminina total
 N_m = população masculina total
 Y_f = rendimento auferido feminino estimado (dól. PPC)
 Y_m = rendimento auferido masculino estimado (dól. PPC)

Nota

Devido aos arredondamentos, os cálculos com base em dados, nesta nota técnica, podem produzir resultados diferentes dos apresentados nos quadros de indicadores.

Estimativa dos rendimentos auferidos feminino e masculino

Esta ilustração da estimação dos rendimentos auferidos, feminino e masculino, usa dados de 2003 para a Suíça.

1. 1. Cálculo do PIB total (dólares PPC)

O PIB total (dólares PPC) é calculado multiplicando a população total pelo PIB per capita (dólares PPC).

População total: 7.350 (milhares)
 PIB per capita (dólares PPC): 30.550
 PIB total (dólares PPC) = 7.350 (30.550) = 224.542.500 (milhares)

2. 2. Cálculo da parcela feminina da remuneração salarial

Como os dados sobre salários nas áreas rurais e no sector informal são raros, o Relatório utilizou salários não agrícolas e assumiu que o rácio entre salários femininos e salários masculinos no sector não agrícola é aplicável ao resto da economia. A parcela feminina da remuneração salarial é calculada utilizando o rácio entre salário não agrícola feminino e salário não agrícola masculino e as parcelas percentuais feminina e masculina da população economicamente activa. Onde os dados sobre o rácio salarial não estão disponíveis, é utilizado um valor de 75%.

Rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino (W_f/W_m) = 1,324
 Parcela percentual feminina da população economicamente activa (EA_f) = 40,8%
 Parcela percentual masculina da população economicamente activa (EA_m) = 59,2%

$$\text{Parcela feminina da remuneração salarial } (S_f) = \frac{W_f/W_m (EA_f)}{[W_f/W_m (EA_f)] + EA_m} = \frac{1,324 (40,8)}{[1,324 (40,8)] + 59,2} = 0,477$$

3. 3. Cálculo dos rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC)

É necessário assumir a hipótese de que a parcela feminina da remuneração salarial é igual à parcela feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (S_f) = 0,477
 PIB total (dólares PPC) (Y) = 224.542.500 (milhares)
 População feminina (N_f) = 3.699 (milhares)

$$\text{Rendimento auferido feminino estimado (dólares PPC) } (Y_f) = \frac{S_f (Y)}{N_f} = \frac{0,477 (224.542.500)}{3.699} = 28.972$$

População masculina (N_m) = 3.651 (milhares)

$$\text{Rend. auferido masculino estimado (dól. PPC) } (Y_m) = \frac{Y - S_f (Y)}{N_m} = \frac{224.542.500 - [0,477 (224.542.500)]}{3.651} = 32.149$$

Leituras seleccionadas

Anand, Sudhir, e Amartya Sen. 1994. “Human Development Index: Methodology and Measurement.” Occasional Paper 12. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. (*IDH*)

———. 1995. “Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement.” Occasional Paper 19. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. (*IDG, MPG*)

———. 1997. “Concepts of Human Development and Poverty: A Multi-dimensional Perspective.” In United Nations Development Programme, *Human Development*

Report 1997 Papers: Poverty and Human Development. New York. (*IPH-1, IPH-2*)

Bardhan, Kalpana, e Stephan Klasen. 1999. “UNDP’s Gender-Related Indices: A Critical Review.” *World Development* 27 (6): 985–1010. (*IDG, MPG*)

United Nations Development Programme. 1995. *Human Development Report 1995*. New York: Oxford University Press. Notas técnicas 1 e 2 e capítulo 3. (*IDG, MPG*)

———. 1997. *Human Development Report 1997*. New York: Oxford University Press. Nota técnica 1 e capítulo 1. (*IPH-1, IPH-2*)

———. 1999. *Human Development Report 1999*. New York: Oxford University Press. Nota técnica. (*IDH, IDG*)

NOTA TÉCNICA 2

Dois lados da moeda da redução da pobreza – por que razão o crescimento e a distribuição são importantes

Este ano, o *Relatório do Desenvolvimento Humano* apresenta novos dados e simulações sobre o rendimento, explorando a relação entre crescimento económico, redistribuição e privação de rendimento. O Capítulo 1 concentra-se no nível internacional, observando a distribuição global e explorando as implicações dos diferentes padrões de crescimento na redução da pobreza. O Capítulo baseia-se num modelo de distribuição do rendimento global preparado para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* (Dikhanov 2005). O modelo é utilizado para explorar o modo como diferentes cenários de crescimento e distribuição até 2015 podem relacionar-se com a pobreza. As projecções das tendências de crescimento e a linha de pobreza de 1 dólar por dia são utilizadas para determinar a quantidade de pessoas a menos que estariam a viver na pobreza, com um padrão de crescimento a favor dos pobres e com o rendimento dos pobres a crescer ao dobro da taxa média. O Capítulo 2 passa do nível global para o nível nacional. São utilizados inquéritos às despesas das famílias para representar padrões de distribuição do rendimento para três países. Partindo da distribuição prevalente, desenvolve-se uma projecção prospectiva para ver o impacto na pobreza de padrões de crescimento a favor dos pobres, com o rendimento dos pobres – definidos como a população que vive abaixo da linha de pobreza nacional – a aumentar ao dobro da média nacional.

Os exercícios de cenário ilustram os benefícios potenciais de grande escala para a redução da pobreza, provenientes de pequenas alterações na distribuição a favor dos pobres. Porém, as simulações utilizadas são exercícios estilizados. Lançam alguma luz sobre o modo como a interacção do crescimento económico com diferentes padrões de crescimento pode influenciar as perspectivas de redução da pobreza. Por definição, as simulações não ajudam a identificar as estratégias específicas que podem alcançar os padrões óptimos de distribuição do crescimento para maximizar a velocidade da redução da pobreza. Isso não signi-

fica que as simulações dos Capítulos 1 e 2 não tenham implicações na política. Como demonstra o exercício de modelização global do Capítulo 1, criar as condições em que as pessoas pobres do mundo capturam uma parcela maior do crescimento futuro criaria um ambiente favorável à redução acelerada da pobreza. O mesmo se aplica a nível nacional. Como as simulações de crescimento a favor dos pobres aqui demonstram, ganhos modestos na parcela de rendimento dos pobres podem encurtar o horizonte temporal para reduzir a pobreza para metade. Uma das mensagens centrais que emerge para os decisores políticos é que a distribuição é importante, quer para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, quer para os esforços mais amplos de redução da pobreza.

Distribuição mundial do rendimento

O modelo de distribuição do rendimento global usado no Capítulo 1 dá uma estimativa da distribuição do rendimento global para 1970-2000. Estas estimativas são completadas com dois cenários prospectivos para 2015. O primeiro cenário analisa a pobreza em 2015 através de uma projecção do crescimento distributivamente neutro – isto é, com a distribuição do rendimento nacional a manter-se constante ao longo do tempo. O segundo cenário assume que o rendimento dos pobres cresce o dobro da taxa média, até 2015. Os cenários baseiam-se em tendências para 1990-2002 do crescimento do PIB e de projecções populacionais da ONU para 2015. As simulações realçam o impacto de diferentes modelos de crescimento sobre a desigualdade do rendimento e sobre a privação de rendimento. Adicionalmente, o modelo analisa as dimensões da transferência de rendimentos que seria necessária para eliminar a pobreza de 1 dólar por dia.

Dados e questões metodológicas

Dikhanov (2005) apresenta um modelo de contabilidade da desigualdade mundial. Dá-nos uma aproxima-

mação da desigualdade do rendimento global, que é mais estreito do que um modelo de contabilidade da riqueza porque não tem em conta a propriedade dos activos produtivos, propriedade que pode ser vista como uma fonte primária de poder económico e uma determinante da desigualdade de rendimentos. Nem tem em conta o valor nacional dos bens e serviços não mercantis fornecidos pelos governos.

Com efeito, a contabilidade da desigualdade mundial tenta captar a desigualdade de rendimento entre todos os indivíduos do mundo. O exercício envolve a combinação da distribuição do rendimento dentro dos países e a comparação entre países. O rendimento global é tomado como a soma das despesas de consumo pessoal registadas, bem como das estimadas e imputadas, a partir dos dados das contas nacionais de todos os países da base de dados do Banco Mundial. Assim, os dados utilizados para determinar os rendimentos médios de cada país são os das contas nacionais e não os dados dos inquéritos às famílias. Os dados das contas nacionais são mais adequados para comparações no tempo. No entanto, esses dados são incompletos porque não incluem a economia informal e certas categorias do rendimento. Isto permite aumentar a escala dos exercícios de contabilidade nacional para chegar a um rendimento global, utilizando uma metodologia consistente entre países. A despesa de consumo pessoal difere da medida padrão de PIB ou RNB, na medida em que exclui algumas informações contabilísticas nacionais, como as poupanças das empresas e dos governos. O exercício actual utiliza uma interpolação polinomial para ajustar uma distribuição contínua a partir da informação fornecida pelos dados subjacentes.

A aplicação da informação distributiva dos inquéritos ao rendimento e consumo aos rendimentos médios permite uma aproximação, em moeda nacional, ao rendimento de cada indivíduo. Para comparações internacionais, estes rendimentos têm de ser convertidos na mesma moeda. Porque as taxas de câmbio não têm em conta as diferenças de preços entre países, a comparação internacional exige ajustamentos. O modelo converte em dólares internacionais os valores em moeda local da despesa de consumo pessoal, utilizando as paridades de poder de compra (PPP) de 1999. A metodologia das PPP colige informação sobre preços através do Programa de Comparações Internacionais, que examina o preço de um cabaz de bens em mais de 100 países. Nos últimos anos, desenvolveu-se um im-

portante debate sobre a utilização dos ajustamentos PPP, especificamente em relação à linha de pobreza de 1 dólar por dia. Não se revisita aqui este debate. Os leitores interessados devem ver a lista de leituras no fim desta nota.

Alguns países não têm a informação das contas nacionais necessária para subir do nível nacional para o nível global. Para obter totais globais, foram utilizados processos de preenchimento dos hiatos envolvendo imputação. As técnicas estão pormenorizadas nas notas técnicas de *World Development Indicators 2001* (World Bank 2001). Os procedimentos de imputação são aplicados a um grupo relativamente pequeno de países, sendo os dados de mais de 80 por cento da despesa de consumo pessoal global e da população obtidos a partir da contabilidade nacional padrão.

A contabilidade da desigualdade mundial torna possível extrair vários subagregados regionais da distribuição global, bem como a parcela do rendimento global contabilizada ao nível de cada percentil, independentemente do país em que os indivíduos vivem. Isto é, o modelo cria um mundo hipotético em que todas as pessoas podem ser alinhadas numa distribuição singular, independentemente do local onde vivem. A forma e a decomposição regional da distribuição são expostas no Capítulo 1.

Simulações e resultados

O debate acerca da globalização e desigualdade gerou muito calor. Chegou-se a conclusões polarizadas, quer em relação à tendência, quer à caracterização. Estudos em que se empregaram diferentes técnicas e fontes de dados chegaram a conclusões divergentes sobre a tendência de aumento ou diminuição da desigualdade do rendimento global e sobre o papel exacto desempenhado pela globalização. A contabilidade da desigualdade mundial não resolve o debate sobre a desigualdade global, embora ponha em causa afirmações de que a globalização tem sido acompanhada por uma convergência do rendimento (como afirmam alguns apoiantes da integração global) ou por uma divergência rápida (como afirmam outros). O modelo utilizado no Capítulo 1 conclui que a desigualdade global, tal como é medida pelo coeficiente de Gini, mudou pouco, passando de 67 em 1970 para 68 em 2000. Esta variação é, provavelmente, mais pequena do que a margem de erro introduzida pelos dados e, por isso, insignificante.

Como se indicou anteriormente, a simulação de 2015 compara dois caminhos de crescimento diferentes para o período de 2002-15. Ambas as simulações utilizam uma projecção de crescimento semelhante. Para os países com crescimento positivo, as tendências para 1990-2002 são projectadas para 2015. Para países e regiões com crescimento negativo, assume-se um crescimento futuro positivo com base nas médias regionais para o período de 2000-06, tal como está estabelecido em *Global Economics Prospects 2005* (World Bank 2005).

Na primeira simulação, o modelo assume que a distribuição dentro de cada país se mantém constante – isto é, os incrementos do crescimento são repartidos para reflectir a distribuição actual. O segundo assume que o rendimento das pessoas abaixo de um nível anual de 700 dólares (2000 dólares PPC), uma quantia praticamente equivalente à linha de pobreza de 1 dólar por dia, pode crescer ao dobro da taxa da população no seu conjunto. A taxa de crescimento do rendimento do resto da população pode ser ajustada em baixa para manter a taxa média de crescimento do rendimento igual à da primeira simulação. Esta simulação de crescimento a favor dos pobres resulta em menos 253 milhões de pessoas a viver na pobreza, em 2015. Porém, grande parte da redução concentra-se na Ásia Oriental e na Ásia do Sul, e não na África Subsariana, reflectindo as tendências de crescimento médio mais elevado nas duas primeiras regiões. Conclusão: o crescimento e a distribuição têm muita importância na definição das perspectivas de redução da pobreza.

Distribuição do rendimento nacional e redução da pobreza

Em qualquer país, a taxa à qual decresce a pobreza é principalmente uma função de duas variáveis: a taxa de crescimento económico e a parcela de crescimento dos pobres. Há variações complexas dentro desta interacção, por exemplo, na profundidade da pobreza, a distância medida em termos de rendimento a partir da linha de pobreza. O efeito global do crescimento na incidência da pobreza será determinado pela distribuição abaixo da linha de pobreza, assim como a distribuição entre pessoas pobres e não pobres. Se houver uma grande concentração de pobreza imediatamente abaixo da linha, os aumentos do rendimento deste grupo terão grande impacto na incidência

da pobreza. Porém, grandes aumentos relativos do rendimento dos grupos que estão mais longe da linha de pobreza produzem apenas pequenas reduções na incidência da pobreza. Também temos de ter em mente que qualquer limiar de pobreza é, de certo modo, uma construção artificial, que fornece um indicador parcial para medir os processos dinâmicos associados à pobreza.

Exercícios e resultados

No Capítulo 2, são construídas curvas de densidade de kernel para a distribuição do rendimento no Brasil, Quênia e México. Estes dados da distribuição são usados em dois exercícios. O primeiro considera o efeito de uma transferência hipotética do topo para a base da distribuição. É um exercício estilizado, mas chama a atenção para uma característica central dos países com grandes concentrações de pobreza num extremo da distribuição e de riqueza no outro extremo: pequenas transferências reduziriam substancialmente a pobreza. O segundo exercício desenvolve uma simulação da distribuição do rendimento global. Usa os dados da distribuição do rendimento nacional como base para uma simulação que examina o efeito de dois cenários diferentes do crescimento na redução da pobreza. A projecção de taxas de crescimento tendencial prospectivas estimula o impacto na incidência da pobreza do crescimento distributivamente neutro (mantendo constantes os padrões actuais de distribuição) e do crescimento a favor dos pobres (em que o rendimento da população abaixo da linha de pobreza cresce o dobro da taxa nacional).

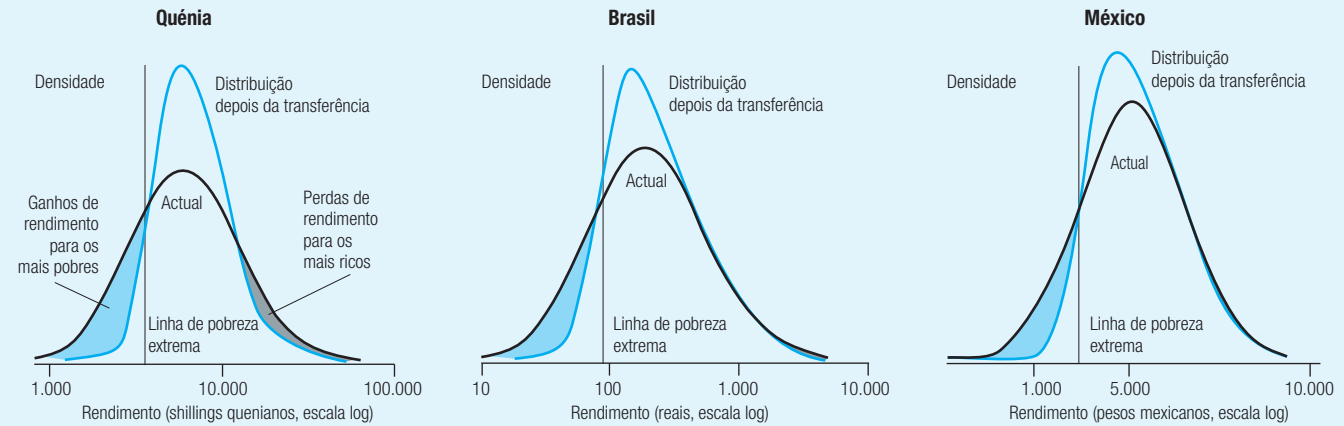
Redistribuição estática

Num exercício simples, considera-se o efeito da duplicação da parcela do rendimento total de todas as pessoas abaixo da linha de pobreza, com um ajustamento entre os 20% do topo da distribuição. Para fins práticos, isto pode ser pensado como uma transferência única hipotética. A figura 1 ilustra o impacto. A linha preta mostra o padrão pré-redistributivo e a linha verde, o padrão pós-redistributivo. A redistribuição empurra o fundo da base da distribuição para cima e para a direita. Em relação ao Quênia e, menos espectacularmente, em relação ao Brasil e México, a família pobre média é trazida para cima da linha de pobreza. A figura mostra que uma duplicação do ren-

Figura 1

A duplicação do rendimento dos pobres absorveria uma pequena transferência dos ricos

Distribuição do rendimento antes e depois da hipotética transferência de riqueza



Nota: A área abaixo de cada curva representa 100% de pessoas. A distribuição estimada reflecte uma transferência proporcional ao rendimento proveniente dos 20% mais ricos, suficientemente grande para duplicar o rendimento dos que estão abaixo da linha de pobreza. A dimensão da transferência recebida é inversamente proporcional ao rendimento abaixo da linha de pobreza.
Fonte: Fuentes 2005.

Quadro 1 O crescimento a favor dos pobres permite melhores resultados

	Quênia 1997	Brasil 2002	México 2002
<i>Duplicação da parcela do rendimento das pessoas pobres: transferência estática do quintil mais rico</i>			
Declínio da taxa de pobreza	23% a 4%	22% a 7%	16% a 4%
Pessoas fora da pobreza (milhões)	5	26	12
Transferência como parcela do rendimento total das famílias (%)	7,00	2,91	2,57
Transferência como parcela do rendimento do quintil mais rico (%)	14,2	4,6	4,7
<i>Ano em que a família média sai da pobreza, segundo diferentes padrões de crescimento</i>			
Simulação 1 (nenhuma modificação na distribuição)	2030	2041	2032
Simulação 2 (crescimento a favor dos pobres)	2013	2022	2017

Nota: Os dados das simulações nacionais foram calculados a partir dos inquéritos às famílias, que são a base para as estimativas da pobreza dos próprios governos e que também sustentam a avaliação do Banco Mundial da pobreza de 1 dólar por dia.
Fonte: Fuentes 2005.

dimento dos pobres teria um grande efeito no número de pessoas na pobreza e um impacto relativamente pequeno no rendimento dos mais ricos.

Crescimento dinâmico a favor dos pobres

Num modelo dinâmico, o padrão de distribuição muda ao longo do tempo. Aqui, a simulação compara o horizonte temporal para a família pobre média atravessar a linha de pobreza, num cenário de crescimento distributivamente neutro e num cenário de crescimento a favor dos pobres. Em ambos os cenários, assume-se que as taxas médias de crescimento per capita seguem a tendência observada entre 1990 e 2002 – um período escolhido para reflectir dois ciclos económicos completos.

O quadro 1 resume os principais resultados de ambas as simulações. Tanto para o Brasil como para

o México, a transferência estática necessária para duplicar o rendimento abaixo da linha de pobreza é equivalente a menos do que 5% do rendimento do quintil da população mais rica. A incidência da pobreza cai acentuadamente em ambos os países: de 22% para 7% no Brasil e de 16% para 4% no México. No Quênia, disparidades menos extremas da riqueza e uma incidência mais elevada da pobreza significam que os rendimentos do quintil mais rico teriam de cair muito mais para financiar a transferência, mas a incidência global de pobreza ainda cai de 23% para 4%. Em relação aos três países, o cenário de crescimento a favor dos pobres reduz o horizonte temporal para elevar a família média acima da linha de pobreza. O horizonte temporal cai em 15 anos para o Brasil, 19 para o México e 17 para o Quênia.

Os cálculos para os dois cenários baseiam-se na formulação que segue. Na simulação distributivamente neutro, a taxa de crescimento observada é imputada a cada percentil, de modo que:

$$Y_{it+1} = Y_{it} * e^{g_i} \text{ para cada percentil } i.$$

A simulação do crescimento a favor dos pobres assume uma taxa de crescimento para o número de pessoas pobres igual ao dobro da taxa média de crescimento observada em 1990-2002, mantendo-se a taxa de crescimento constante, de modo que:¹

$$Y_{jt+1} = Y_{jt} * e^{2g_j} \text{ para cada percentil } j.$$

O percentil j inclui os que estão abaixo da linha de pobreza no tempo inicial t_0 .

$$Y_{it+1} = Y_{it} * e^{g^j} \text{ para cada percentil } i.$$

O percentil i inclui os que estão acima da linha de pobreza no tempo inicial t_0 .

A taxa de crescimento g^j é o dobro da taxa de crescimento observada em 1990-2002. A taxa de crescimento g^i é tal que a taxa de crescimento global da economia se mantém constante ao longo do tempo. Dado que o peso relativo de cada percentil muda todos os anos, g^i no tempo t é ligeiramente mais elevado do que g^i no tempo $t + 1$.

Os dados são para o rendimento per capita médio das famílias em 100 percentis. O indicador de bem-estar é o rendimento per capita das famílias depois dos impostos. Foram usadas estimativas da pobreza internacional para o Brasil e Quênia, e cálculos nacionais da incidência da pobreza para o México. As simulações utilizaram as taxas de crescimento per capita de 1990-2002, tal como estão registadas no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*, para compreender dois ciclos económicos completos para o Brasil e México.² Para o Quênia, uma vez que as taxas de crescimento observadas são negativas, assumiu-se uma taxa de crescimento optimista, ainda que plausível, de 1 por cento.

Notas

1 Estas hipóteses têm duas implicações. Primeiro, a desigualdade cairá todos os dias. Segundo, para que a taxa de crescimento global

se mantenha constante, a taxa de crescimento para os que estão acima da linha de pobreza será menor em cada ano, à medida que decresce a parcela do rendimento das pessoas pobres.

- 2 Apesar da presença de crises financeiras no Brasil e no México durante esse período, as taxas de crescimento usadas são representativas do crescimento de longo prazo. As taxas de crescimento para 1970-2002 são mais baixas em ambos os países. A diferença no horizonte temporal entre os padrões de crescimento não muda significativamente quando se usam diferentes taxas de crescimento.

Fontes e leituras seleccionadas

- Chen, Shaohua, and Martin Ravallion. 2004. "How Have the World's Poorest Fared since the Early 1980s?" Policy Research Paper 3341. Washington, DC: World Bank.
- Cornia, Giovanni Andrea, ed. 2004. *Inequality, Growth, and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization*. Oxford: Oxford University Press.
- Deaton, Angus. 2003a. "How to Monitor Poverty for the Millennium Development Goals." *Journal of Human Development* 4(3): 353-78.
- . 2003b. *Measuring Poverty in a Growing World*. NBER Working Paper: 9822. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research.
- Dikhanov, Yuri. 2005. "Trends in Global Income Distribution 1970-2015." Nota de apoio para *Human Development Report 2005*. New York.
- Fuentes, Ricardo. 2005. "Poverty, Pro-Poor Growth and Simulated Inequality Reduction." Nota de apoio para *Human Development Report 2005*. New York.
- Kakwani, Nanak. 2004. "Poverty Measurement Matters: An Indian Story." Brasília: United Nations Development Programme, International Poverty Centre, Brasília.
- Reddy, Sanjay G., and Thomas W. Pogge. 2003. "How Not to Count the Poor." Columbia University, New York. [<http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf>]. May 2005.
- World Bank. 2001. *World Development Indicators 2001*. Washington, DC: World Bank.
- . 2005. *Global Economic Prospects 2005*. Washington, DC: World Bank.

NOTA TÉCNICA 3

Avaliação do progresso no sentido dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Avaliação do progresso no sentido dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano avalia a progresso no sentido dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e procura quantificar os benefícios da realização dos ODM até 2015. Para cada país, o exercício tenta responder a duas questões distintas de cada ODM:

- Se o ODM fosse atingido até 2015, quantas pessoas menos sofreriam de privação humana, do que se o progresso continuasse a acompanhar as tendências da década de 1990?
- Se o progresso continuasse a acompanhar as tendências da década de 1990, quando é que o ODM seria atingido?

O Relatório faz estas avaliações para cinco indicadores ODM que têm dados de tendência razoavelmente seguros e disponíveis por países (quadro 1).

Cálculo do progresso no sentido de cada objectivo

O progresso no sentido de cada objectivo é avaliado comparando o progresso anual actual, se as tendências actuais prevalecerem até 2015, com o progresso anual necessário para atingir a meta, assumindo a hipótese de progresso linear.

A taxa anual média de progresso é calculada utilizando a fórmula geral:

$$\alpha_0 = \frac{(x_{t_1} - x_{t_0}) / x_{t_0}}{t_1 - t_0},$$

onde x_{t_1} e x_{t_0} são os valores do indicador para 1990, ou para o ano mais próximo de 1990 que tenha dados disponíveis; t_1 é o ano mais recente para o qual existem dados disponíveis, geralmente 2003; e t_0 é 1990, ou o ano mais próximo de 1990 que tenha

dados disponíveis. Para taxas de fome e mortalidade de menores de cinco anos, para os quais o valor mais desejável é 0, aplica-se a fórmula sem modificação.

Para a taxa de escolarização primária líquida, igualdade de género na educação (rácio das raparigas para os rapazes) e a percentagem da população com acesso a água potável e saneamento, para os quais o valor mais desejável é 100%, o progresso é expresso como “redução de carência”, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\alpha_1 = \frac{(x_{t_1} - x_{t_0}) / (100 - x_{t_0})}{t_1 - t_0}.$$

Cálculo do custo humano da não realização dos ODM

A taxa anual média de progresso é, então, utilizada para calcular o valor do indicador em 2015, segundo as tendências actuais:

$$x_{t_{ODM}} = x_{t_0} + [\alpha_i(t_{ODM} - t_0)],$$

onde, t_{ODM} representa 2015, o ano meta para atingir os ODM e i pode ter o valor de 0 ou 1 dependendo do indicador.

O rácio é, então, multiplicado pelo valor do seu denominador, w , listado no quadro 1, tal como projectado pela Divisão da População da ONU, para chegar ao número total de pessoas destituídas, $p_{t_{ODM}}$, em 2015:

$$p_{t_{ODM}} = x_{t_{ODM}} w_{t_{ODM}}.$$

O número de pessoas destituídas se os ODM forem atingidos, $\hat{p}_{t_{ODM}}$, também é calculado para cada país como o rácio necessário para atingir os ODM, determinado pelo indicador ODM (x^*), multiplicado pelo seu denominador:

$$\hat{p}_{iODM} = x * w_{iODM}$$

A carência, a diferença entre a realização dos ODM e o progresso de acordo com as tendências actuais, é calculada adicionando as diferenças entre estes dois valores para todos os países que não estão encaminhados para atingir os ODM:

Carência = $\sum (p_{iODM} - \hat{p}_{iODM}) [p_{iODM} > \hat{p}_{iODM}]$
 Onde $[p_{iODM} > \hat{p}_{iODM}]$ é igual a 1 se for verdade e a 0 se for falso.

Cálculo do ano em que os ODM serão realizados nas tendências actuais

O nível necessário para atingir cada ODM é determinado pelo próprio ODM. Por exemplo, a meta para o

ODM 4 estabelece a redução em dois terços da taxa de mortalidade de menores de cinco anos. O nível em que o ODM é realizado é, portanto, estabelecido ao nível inicial multiplicado pelo coeficiente β . Para a mortalidade de crianças, este coeficiente é estabelecido em $\frac{1}{3}$. Para a fome, é estabelecido em $\frac{1}{2}$, tal como determinado pela meta ODM. O ano em que um país atingirá o ODM, \tilde{t} , é, então, determinado pela fórmula:

$$\tilde{t} = t_0 + \frac{\beta x_{t_0}}{\alpha}$$

Quadro 1 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio avaliados

Meta	Variável (indicador)	Agência fonte	Ano de referência		Denominador usado para o cálculo das contas (w)
			t ₀	t ₁	
Objectivo 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome					
Meta 1. Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia	Pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia (dólares PPC 1993) (%) ^a	Banco Mundial	1990	2000	População total
Meta 2. Reduzir para metade a percentagem de pessoas que sofre de fome	Pessoas subalimentadas (%)	FAO	1990–92	1999–2001	População total
Objectivo 2. Alcançar o ensino primário universal					
Meta 3. Assegurar que as crianças em toda a parte concluirão um curso completo de ensino primário	Taxa de escolarização primária líquida (%)	Instituto de Estatística da UNESCO	1990/91	2002/03	Crianças em idade escolar da primária
Objectivo 3. Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres					
Meta 4. Eliminar a disparidade de género em todos os níveis de ensino	Rácio das raparigas para os rapazes no ensino primário (%)	Instituto de Estatística da UNESCO	1990/91	2002/03	Raparigas em idade escolar da primária
Objectivo 4. Reduzir a mortalidade de crianças					
Meta 5. Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)	UNICEF e OMS	1990	2003	Nascimentos
Objectivo 7. Assegurar a sustentabilidade ambiental					
Meta 10. Reduzir para metade a percentagem de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento	Pessoas com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)	UNICEF e OMS	1990	2003	População total
	Pessoas com acesso a saneamento melhorado (%)	UNICEF e OMS	1990	2003	População total

a. Apenas avaliação dos custos humanos, sem análise temporal.

Definições de termos estatísticos

Actividades de mercado Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir empregos em estabelecimentos e a produção primária, venda de serviços e outras produções de bens que não são realizados em estabelecimentos. Ver *actividades não mercantis e tempo de trabalho total*.

Actividades não mercantis Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir manutenção familiar (limpeza, lavagem de roupa e a preparação de refeições e arrumação), administração e compras para a própria família; cuidado de crianças, doentes, idosos e deficientes da própria família; e serviços para a comunidade. Ver *actividades de mercado e tempo de trabalho total*.

Agricultura, apoio doméstico Valor monetário anual de todas as transferências brutas provenientes de contribuintes fiscais e consumidores que resultam de políticas de apoio à agricultura, menos as receitas orçamentais associadas, independentemente dos seus objectivos e impactes sobre a produção e rendimento agrícolas, ou sobre o consumo de produtos agrícolas.

Ajuda pública Donativos ou empréstimos que obedecem aos mesmos padrões da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), excepto que os seus beneficiários não são qualificados como beneficiários de APD. Estes países estão identificados na Parte II da lista de países beneficiários da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que inclui os países mais avançados da Europa Central e do Leste, da antiga União Soviética e certos países e territórios em desenvolvimento avançados.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) bilateral não ligada APD de um país para outro, em relação à qual os bens e serviços associados podem ser procurados, total e livremente, em quase todos os países.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) desembolsada líquida Desembolso de empréstimos feitos em termos concessionais (líquidos de reembolsos) e donativos das agências oficiais dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), das organizações multilaterais e de países não membros da CAD, para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios da Parte I da lista da CAD dos beneficiários da ajuda. Inclui empréstimos com um elemento de concessão de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para os países menos desenvolvidos Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD) desembolsada líquida* e as *classificações* para os países menos desenvolvidos.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para serviços sociais básicos APD dirigida para os serviços sociais básicos, que incluem educação básica (educação infantil, ensino primário e qualificações de vida básicas para jovens e adultos), saúde básica (incluindo cuidados básicos de saúde, infra-estruturas básicas de saúde, nutrição básica, controlo de doenças contagiosas, educação sanitária e desenvolvimento da saúde pessoal) e políticas e programas de população e saúde reprodutiva (política populacional e gestão administrativa, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, controlo de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo VIH/SIDA, e desenvolvimento pessoal para a saúde populacional e reprodutiva). A ajuda para abastecimento de água e saneamento só é incluída se tiver um enfoque sobre a pobreza.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) per capita do país doador Ajuda pública ao desenvolvimento concedida por um determinado país dividida pela sua população total. Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD) desembolsada líquida*.

Alívio da dívida, compromisso no quadro da iniciativa PPAE Perdão de empréstimos como componente da ajuda pública ao desenvolvimento, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). A iniciativa é um mecanismo para alívio da dívida, supervisionado conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Os credores bilaterais e multilaterais proporcionaram o alívio da dívida, através deste quadro e desde 1996, aos 42 países mais pobres e mais altamente endividados.

Altura deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui raquitismo moderado e grave, definido como mais de dois desvios padrões abaixo da altura mediana, por idade da população de referência.

Analfabetismo funcional (população sem qualificações de literacia) A proporção da população adulta (16-65 anos) com resultados ao nível 1 da escala de literacia de prosa do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. A maior parte das tarefas, a este nível, requer que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima da informação dada na directiva.

Armas convencionais, transferência Refere-se à transferência voluntária, pelo fornecedor, de armas com objectivo militar e destinadas às forças armadas, paramilitares, ou agências de informação de outro país (exclui, portanto, as armas capturadas ou obtidas através de desertores). Inclui as principais armas convencionais ou sistemas, em seis categorias: navios, aeronaves, mísseis, artilharia, veículos blindados e sistemas

de direcção e radar (excluem-se camiões, serviços, munições, armas pequenas, artigos de apoio, componentes e tecnologia componente, ou artilharia naval com menos de 100 milímetros de calibre).

Assentos no parlamento ocupados por mulheres Referem-se aos lugares ocupados por mulheres numa câmara baixa ou única e numa câmara alta ou senado, onde for relevante.

Consumo de combustível tradicional Consumo estimado de lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais.

Contraceptivos, taxa de prevalência Percentagem de mulheres casadas (incluindo em união), entre 15 e 49 anos, que utilizam, ou cujos maridos utilizam, qualquer forma de contracepção, quer moderna, quer tradicional.

Crianças com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada Percentagem de crianças (0-4 anos) com diarreia nas duas últimas semanas anteriores ao inquérito, que são tratadas com terapia de reidratação oral (soluções de reidratação oral ou líquidos caseiros recomendados) e que recebem líquidos e alimentação continuada.

Crianças que atingem o 5.º ano Percentagem das crianças que, tendo começado o ensino primário, eventualmente atingirão o 5.º ano (4.º ano, se a duração do ensino primário for de quatro anos). As estimativas baseiam-se no método do coorte reconstruído, que utiliza dados sobre matrículas e repetentes para dois anos consecutivos.

Criminalidade, pessoas vítimas da Percentagem da população que entende que foi vítima de certo tipo de crime no ano anterior, baseado nas respostas ao Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade.

Desemprego Refere-se a todas as pessoas acima de uma idade definida que não têm emprego remunerado, nem são trabalhadores independentes, mas que se encontram disponíveis para trabalhar e deram os passos necessários para encontrar emprego remunerado, ou para trabalharem como independentes.

Desemprego de longo prazo Desemprego com duração de 12 meses ou mais. Ver *desemprego*.

Despesa de educação, pública Inclui as despesas de capital (gastos na construção, manutenção, principais reparações e compra de equipamento pesado ou veículos) e despesas correntes (gastos em bens e serviços que são consumidos durante o ano corrente e que devem ser renovados no ano seguinte). Cobrem as despesas como os salários e benefícios dos funcionários, serviços contratados ou adquiridos, livros e materiais de ensino, serviços sociais, mobiliário e equipamento, reparações menores, combustíveis, seguros, rendas, telecomunicações e viagens. Ver *educação, níveis*.

Despesa de saúde, privada Despesa directa das famílias (reembolsável), seguros privados, gastos das organizações não lucrativas que servem as famílias e pagamentos directos de serviços pelas empresas privadas. Em conjunto com a despesa pública de saúde, soma a despesa de saúde total. Ver *despesa de saúde, pública e despesa de saúde per capita (dólares PPC)*.

Despesa de saúde, pública Despesa corrente e de capital dos orçamentos da administração (central e local), empréstimos externos e donativos (incluindo os donativos de agências internacionais e organizações não governamentais), e fundos sociais (ou obrigatórios) de seguros de saúde. Em conjunto com a despesa privada de saúde, soma a despesa de saúde total. Ver *despesa de saúde, privada e despesa de saúde per capita (dólares PPC)*.

Despesa de saúde per capita (dólares PPC) Soma das despesas pública e privada de saúde (em dólares PPC), dividida pela população. A despesa de saúde inclui a provisão dos serviços de saúde (preventivos e curativos), actividades de planeamento familiar, actividades de nutrição e ajuda de emergência indicada para a saúde, mas exclui a provisão de água e saneamento. Ver *despesa de saúde, privada; despesa de saúde, pública; e PPC (paridade do poder de compra)*.

Despesa militar Todas as despesas do Ministério da Defesa e outros ministérios no recrutamento e formação do pessoal militar, assim como na construção e compra de materiais militares e equipamento. A ajuda militar está incluída nas despesas do país doador.

Educação, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver *Nota técnica 1*.

Educação, níveis A educação é classificada em primária, secundária e superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITED). *Ensino pré-primário* (CITED, nível 0): é dispensado em escolas como jardins-de-infância, escolas maternas e infantis e destina-se às crianças que não têm idade suficiente para se matricularem no primeiro nível. *Ensino primário* (CITED, nível 1): fornece os elementos básicos da educação, em escolas como as elementares ou primárias. *Ensino secundário* (CITED, níveis 2 e 3): é baseado, pelo menos, em quatro anos de instrução prévia no primeiro nível e ministra a instrução geral ou especializada, ou ambas, dispensada em instituições como escolas intermédias, secundárias, liceus, escolas de formação de professores a este nível e escolas técnicas e profissionais. *Ensino superior* (CITED, níveis 5-7): refere-se à educação em instituições como universidades, escolas superiores de educação ou escolas profissionais superiores – exigindo como condição mínima de admissão a conclusão, com sucesso, da educação do 2.º nível, ou a prova de aquisição de um nível equivalente de conhecimentos.

Electricidade, consumo per capita Refere-se à produção bruta, em termos per capita, que inclui o consumo de estações auxiliares e quaisquer perdas nos transformadores considerados partes integrantes das estações. Também inclui a produção total de energia eléctrica pelas estações de bombeamento, sem dedução da energia eléctrica consumida pelas bombas.

Emissões de dióxido de carbono Emissões de dióxido de carbono de origem humana, provenientes da combustão de combustíveis fósseis, combustão fulgurante e produção de cimento. As emissões são calculadas a partir de dados do consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, da combustão fulgurante da gasolina e da produção de cimento.

Emprego feminino por actividade económica Emprego feminino na indústria, agricultura ou serviços, segundo a definição do sistema de Classificação Internacional Tipo da Indústria (CITI) (revisões 2 e 3). *Indústria* refere-se às actividades de mineração, extracção de pedras, manufactura, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Agricultura* refere-se às actividades agrícolas, de caça, silvicultura e pesca. *Serviços* referem-se ao comércio por grosso e a retalho; restaurantes e hotéis; transportes, armazenagem e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços comerciais; e aos serviços pessoais, sociais e comunitários.

Emprego salarial em sectores não agrícolas, percentagem do total das empregadas não agrícolas Parcela das mulheres no emprego não agrícola pago. Pessoas no emprego não agrícola pago são as que, durante um período de tempo especificado (por exemplo, uma semana), executaram algum trabalho para um ordenado, ou salário em dinheiro ou género, assim como pessoas que, tendo já trabalhado no seu emprego actual, estiveram temporariamente sem trabalhar, devido a doença ou acidente, férias ou desocupação, greve de trabalhadores ou patronal, licença para estudo ou formação, licença de parto ou paternal, diminuição da actividade económica, desorganização ou suspensão temporária do trabalho (mau tempo, interrupção mecânica ou eléctrica, escassez de matérias-primas ou combustível) e outras causas, e ainda as pessoas que têm uma ligação formal ao seu trabalho, de acordo com um ou mais dos seguintes critérios: o recebimento continuado de um ordenado ou salário; uma segurança de regresso ao trabalho após o fim da contingência ou acordo estabelecido até à data do regresso; ou uma ausência de curta duração do trabalho. Emprego não agrícola refere-se ao emprego na indústria ou serviços, tal como definido pelo sistema de Classificação Tipo da Indústria (revisões 2 e 3). *Indústria* refere-se às actividades de mineração, extracção de pedras, manufactura, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Serviços* referem-se ao comércio por grosso e a retalho; restaurantes e hotéis; transportes, armazenagem e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços comerciais; e aos serviços pessoais, sociais e comunitários.

Energia utilizada, PIB por unidade Rácio entre o PIB (em dólares PPC de 2000) e a energia comercial utilizada, medido em quilogramas de equivalente petróleo. Este rácio fornece uma medida da eficiência da energia, mostrando estimativas comparáveis e consistentes do PIB real entre países relativamente aos inputs físicos (unidades de utilização de energia). Ver *PIB (produto interno bruto)* e *PPC (paridade do poder de compra)*.

Escolarização, taxa bruta Número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível. A taxa de escolarização bruta pode ser maior do que 100%, devido à repetência de grau e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para o grau de ensino. Ver *educação, níveis*.

Escolarização, taxa líquida Número de estudantes matriculados num nível de educação, que tem a idade escolar oficial para esse nível, em percentagem da população que tem idade escolar oficial para esse nível. Ver *educação, níveis*.

Esperança de vida à nascença Número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida.

Esperança de vida, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver *Nota técnica 1*.

Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia A parcela dos estudantes do ensino superior inscritos em ciências naturais; engenharia; matemática e ciências de computadores; arquitectura e planeamento urbano; transportes e comunicações; programas de comércio, artesanato e indústria; agricultura, silvicultura e pesca. Ver *educação, níveis*.

Exportações de alta tecnologia Exportações de produtos com uma alta intensidade de investigação e desenvolvimento. Incluem produtos de alta tecnologia, tais como equipamentos aeroespaciais, computadores, produtos farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas eléctricas.

Exportações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Exportações de bens manufacturados Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de produtos químicos, produtos manufacturados básicos, máquinas e material de transporte e outros produtos manufacturados diversos.

Exportações de bens primários Definido segundo a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de bens alimentares, matérias-primas agrícolas, combustíveis, minérios e metais.

Fluxos privados, outros Uma categoria que combina fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida (a soma de capitais do país, receitas de depósitos e compras directas de acções por investidores estrangeiros), fluxos de carteira criadores de dívida (obrigações emitidas compradas por investidores estrangeiros) e empréstimos bancários e relacionados com o comércio (empréstimos de bancos comerciais e outros créditos comerciais).

Fontes de água melhorada, população com acesso sustentável A proporção da população com acesso razoável a qualquer um dos tipos seguintes de abastecimento de água potável: água canalizada, torneira pública, poço com bomba, depósito protegido, nascente protegida e água da chuva. Acesso razoável é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e dia, a partir de uma fonte localizada no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador.

Fontes de água melhorada, população sem acesso sustentável Calculado como 100 menos a percentagem da população com acesso a uma fonte de água melhorada. Fontes não

melhoradas incluem vendedores, água engarrafada, camiões cisterna e poços e nascentes não protegidas. Ver *fontes de água melhorada, população com acesso sustentável*.

Forças armadas, total Forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, de comando, administrativas e de apoio. Incluem forças paramilitares como a polícia, guarda alfandegária e de fronteira, quando têm formação em métodos militares.

Fumadores, prevalência Percentagem de homens e mulheres que fumam cigarros.

Fundo fiduciário PPAE, compromissos bilaterais Uma obrigação firme assumida por um doador público em fornecer assistência específica ao fundo fiduciário PPAE. Os compromissos bilaterais são fixados no montante total das transferências previstas, sem considerar o tempo requerido para completar a conclusão dos desembolsos.

Importação de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Índice composto que mede a realização média nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – ajustado para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de desenvolvimento humano (IDH) Uma medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de Gini Mede a extensão até à qual a distribuição do rendimento (ou consumo) entre indivíduos e famílias, num país, se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz relaciona percentagens acumuladas do rendimento total recebido com quantidades acumuladas de beneficiários, partindo dos indivíduos ou famílias mais pobres. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como uma percentagem da área máxima debaixo da linha. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita.

Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de pobreza humana (IPH-2) para países seleccionados da OCDE Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e nível

de vida – e que ainda capta a exclusão social. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de preços no consumidor, variação média anual Reflecte variações de custo para o consumidor médio quando este adquire um cabaz de bens e serviços, variações que podem ser fixas ou variar em intervalos determinados.

Insuficiência de peso, crianças nascidas com Percentagem de crianças que nascem com um peso inferior a 2.500 gramas.

Investigação e desenvolvimento, despesas Despesas corrente e de capital (incluindo despesas gerais) na actividade criativa e sistemática destinadas a aumentar o stock de conhecimento. Incluem as investigações fundamental e aplicada e os trabalhos de desenvolvimento experimental que conduzem a novos inventos, produtos ou processos.

Investigadores em I&D Pessoas formadas para trabalhar em qualquer área científica, que estão integradas em actividades especializadas de investigação e desenvolvimento (I&D). Muitas dessas actividades requerem a conclusão do ensino superior.

Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos Fluxos líquidos de investimento para adquirir uma posição de gestão permanente (10% ou mais de acções com poder de voto) numa empresa que opera numa economia distinta da do investidor. É a soma das acções, reinvestimento de ganhos, outros capitais de longo prazo e capitais de curto prazo.

Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo legisladoras, funcionárias públicas superiores, chefes tradicionais e chefes de aldeia, funcionárias superiores de organizações de interesse particular, gestoras de empresas, directoras e directoras executivas, gestoras de departamentos de produção e operações e de outros departamentos e gestoras gerais.

Linha de privação de rendimento, população abaixo Percentagem da população que vive abaixo de uma determinada linha de pobreza:

- 1 dólar por dia – a preços internacionais de 1985 (equivalente a 1,08 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 2 dólares por dia – a preços internacionais de 1985 (equivalente a 2,15 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustados à paridade do poder de compra.
- 4 dólares por dia – a preços internacionais de 1990, ajustados à paridade do poder de compra.
- 11 dólares por dia (por pessoa numa família de três) – a preços internacionais de 1994, ajustados à paridade do poder de compra.
- Linha de pobreza nacional – a linha de pobreza considerada pelas autoridades como apropriada para o país. As estimativas nacionais são baseadas nas estimativas de subgrupos ponderados pela população, dos inquéritos às famílias.
- 50% do rendimento médio – 50% do rendimento disponível familiar ajustado médio. Ver PPC (paridade do poder de compra).

Linhas principais de telefone Linhas telefónicas que ligam os equipamentos dos consumidores à rede pública de distribuição de telefone.

Malária, casos Número total de casos de malária relatados à Organização Mundial da Saúde pelos países em que a malária é endémica. Muitos países relatam apenas casos confirmados laboratorialmente, mas muitos outros da África Subariana também relatam casos diagnosticados clinicamente.

Malária, prevenção (crianças menores de cinco) Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormem em mosquiteiros tratados com insecticida.

Malária, tratamento (crianças menores de cinco com febre) Percentagem de crianças menores de cinco anos que estavam doentes com febre nas duas semanas anteriores ao inquérito e que receberam medicamentos antimaláricos.

Médicos Inclui os diplomados de uma faculdade ou escola de medicina que trabalham em qualquer campo médico (incluindo o ensino, investigação e administração).

Medida de participação segundo o género (MPG) Índice composto que mede a desigualdade de género em três dimensões básicas do poder – participação e tomada de decisão económica, participação e tomada de decisão política e poder sobre os recursos económicos. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Mortalidade de menores de cinco, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e os cinco anos exactos de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade infantil, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano exacto de idade, expresso por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, rácio ajustado Rácio de mortalidade materna ajustado para responder aos problemas bem documentados de sub-registo e de má classificação das mortes maternas, assim como as estimativas para países que não têm dados. Ver *mortalidade materna, taxa*.

Mortalidade materna, taxa declarada A taxa de mortalidade materna declarada pelas autoridades nacionais. Ver *mortalidade materna, taxa*.

Mortalidade materna, taxa Número anual de óbitos de mulheres por causas relacionadas com a gravidez, por 100.000 nados-vivos.

Mulheres no governo ao nível ministerial Inclui vice-primas-ministras e ministras. Primeiras-ministras também estão incluídas quando exercem pastas ministeriais. Vice-presidentes e directoras de departamentos ou agências de nível ministerial também estão incluídas quando exercem uma função ministerial na estrutura governamental.

Partos assistidos por técnicos de saúde Percentagem de partos assistidos por técnicos (incluindo médicos, enfermeiras ou parteiras) preparados para fornecer os cuidados necessários, supervisão e conselhos às mulheres durante a gravidez, parto e período pós-parto, para poderem conduzir o parto, elas próprias, e cuidar dos recém-nascidos.

Patentes concedidas a residentes Referem-se aos documentos emitidos por um gabinete público, que descrevem uma invenção e criam uma situação legal, em que a invenção patenteada pode ser explorada normalmente (produzida, utilizada, vendida ou importada) apenas pelo patenteado, ou com sua autorização. A protecção das invenções é limitada, geralmente, até 20 anos da data de apresentação do pedido de concessão da patente.

Perdão da dívida bilateral bruta Perdão, com o apoio de fundos públicos dos países doadores, de dívidas bilaterais dos países em desenvolvimento detidas por credores públicos ou privados. Compensa as entradas de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), sem deduzir o valor do capital. Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD) desembolsada líquida*.

Peso deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui deficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrões abaixo do peso médio, por idade da população de referência e deficiência de peso grave, esta definida como mais de três desvios padrões abaixo do peso médio.

Pessoas deslocadas internamente Pessoas ou grupo de pessoas que foram forçados ou obrigados a fugir, ou deixar as suas casas ou locais de residência habitual, em particular, como consequência, ou com o fim de evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos e de desastres naturais ou causados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira nacional internacionalmente reconhecida.

Pessoas subalimentadas Pessoas cujo consumo alimentar é cronicamente insuficiente para obter os requisitos energéticos mínimos.

PIB (Dólares EUA) PIB convertido em dólares utilizando a taxa de câmbio oficial média publicada pelo Fundo Monetário Internacional. Utiliza-se um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente grande, da taxa efectivamente utilizada nas transacções de divisas e de produtos de comércio. Ver *PIB (produto interno bruto)*.

PIB (produto interno bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto. É calculado sem incluir as deduções para a depreciação do capital físico, ou para o esgotamento e destruição dos recursos naturais. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados.

PIB, índice do Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. É baseado no PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

PIB per capita (dólares EUA) PIB (Dólares EUA) dividido pela população média do ano. Ver *PIB (Dólares EUA)*.

PIB per capita (dólares PPC) Ver *PIB (produto interno bruto)* e *PPC (paridade do poder de compra)*.

PIB per capita, taxa de crescimento anual Taxa de crescimento anual (mínimos quadrados) calculada a partir do PIB per capita em preços constantes e em unidades monetárias locais.

População activa (força de trabalho) Todos os empregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram num emprego remunerado, com uma ocupação, auto-empregados, ou com um trabalho mas sem uma ocupação) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram sem trabalho, disponíveis normalmente para trabalhar e à procura de trabalho).

População total Refere-se à população de facto, que inclui toda a população presente numa dada região e num dado tempo.

População urbana População a meio do ano em áreas classificadas como urbanas, de acordo com o critério utilizado por cada país, tal como relatado às Nações Unidas. Ver *população total*.

População, taxa de crescimento anual Refere-se à taxa de crescimento exponencial anual médio no período indicado. Ver *população total*.

PPAE, ponto de conclusão A data em que um país incluído na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) completa, com sucesso, as reformas estruturais fundamentais acordadas no ponto de decisão PPAE, incluindo o desenvolvimento e execução de uma estratégia de redução da pobreza. O país recebe, então, o volume do seu alívio da dívida sob a iniciativa PPAE, sem novas condicionantes de política.

PPAE, ponto de decisão A data em que um país pobre altamente endividado, com um percurso reconhecido de bom desempenho no quadro de programas de ajustamento apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, se compromete, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados, a empreender reformas adicionais e a desenvolver e executar uma estratégia de redução da pobreza.

PPC (paridade de poder de compra) Uma taxa de câmbio que toma em consideração as diferenças de preços entre países, permitindo comparações internacionais do produto e rendimentos reais. À taxa dólares PPC (como se usa neste Relatório), 1 dólar PPC tem o mesmo poder de compra na economia doméstica que 1 dólar EUA tem nos Estados Unidos.

Probabilidade à nascença de não viver até uma idade específica Calculada como 1 menos a probabilidade de viver até uma idade específica para uma dada coorte. Ver *probabilidade à nascença de viver até uma idade específica*.

Probabilidade à nascença de viver até uma idade específica Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões prevalentes das taxas de mortalidade específicas.

Projeção da variação média Projeções da população pela Divisão da População das Nações Unidas assumindo a trajectória média da fertilidade e níveis normais de mortalidade

e migração internacional. Esta assunção implica tendências projectadas dos níveis da fertilidade, mortalidade e migração internacional que dependem das características demográficas específicas e das políticas relevantes de cada país ou grupo de países. Adicionalmente, inclui-se na projecção o impacto do VIH/SIDA, para os países altamente afectados com a epidemia de VIH/SIDA. A Divisão de População das Nações Unidas também publica projecções com variações baixas e elevadas. Para mais informações, ver <http://esa.un.org/unpp/assumptions.html>.

Refugiados Pessoas que fugiram do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social e que não podem ou não querem regressar. *País de asilo* é o país onde um refugiado preencheu um pedido de asilo, mas ainda não recebeu uma decisão ou, diferentemente, se registou como estando à procura de asilo. *País de origem* refere-se à nacionalidade do requerente, ou país de que é cidadão.

Rendimento auferido estimado (dólares PPC) Cálculo grosseiro, com base no rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino, parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, populações feminina e masculina totais e PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o processo de estimação, ver *Nota técnica 1*.

Rendimento auferido estimado, rácio feminino-masculino Rácio entre o rendimento auferido estimado feminino e o rendimento auferido estimado masculino. Ver *rendimento auferido estimado (dólares PPC)*.

Rendimento ou consumo, parcelas As parcelas de rendimento ou consumo de que beneficiam os subgrupos da população indicados por decís e quintis, baseados em inquéritos nacionais às famílias que cobrem vários anos. Os inquéritos sobre o consumo produzem resultados que mostram níveis mais baixos de desigualdade entre pobres e ricos do que os inquéritos sobre o rendimento, porque as pessoas pobres consomem, normalmente, a maior parte do seu rendimento. Porque os dados são provenientes de inquéritos que cobrem anos diferentes e utilizam metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.

RNB (rendimento nacional bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto mais as receitas líquidas do rendimento primário (rendimento dos empregados e da propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares EUA correntes, utilizando o método *Atlas do Banco Mundial*.

Royalties e direitos de licenças Receitas que os residentes recebem de não residentes pela utilização autorizada de activos intangíveis, não produzidos, não financeiros e direitos de propriedade (tais como patentes, marcas registadas, *copyrights*, *franchising*, e processos industriais) e pelo uso, através de acordos de concessão de licença, de originais produzidos e protótipos (tais como filmes e manuscritos). Os dados são baseados na balança de pagamentos.

Saneamento melhorado, população com acesso Percentagem da população com acesso a instalações aperfeiçoadas de descarga das excreções, tais como a ligação a um sistema de esgotos ou a um reservatório séptico, uma retrete com autoclismo, uma retrete simples com fossa, ou uma retrete com fossa aperfeiçoada e arejada. Um sistema de descarga das excreções é considerado aperfeiçoado se é privado ou partilhado (mas não público) e se separa, higienicamente, as excreções do contacto humano.

Serviço da dívida, total Soma dos principais reembolsos e juros pagos correntemente em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com uma maturidade de mais de um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional.

Taxa de actividade económica, feminina A parcela da população feminina com idade de 15 anos ou mais que oferece, ou está disponível para oferecer, trabalho para a produção de bens e serviços económicos.

Taxa de alfabetização de adultos Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Taxa de alfabetização de jovens Percentagem da população com idade entre 15 e 24 anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Taxa de analfabetismo de adultos Calculado como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos. Ver *taxa de alfabetização de adultos*.

Taxa de desemprego O desemprego dividido pela população activa (os que estão empregados mais os que estão desempregados).

Taxa de desemprego jovem Refere-se ao desemprego entre os 15 (ou 16) e os 24 anos, dependendo das definições nacionais. Ver *desemprego*.

Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinamentos primário, secundário e superior Número de estudantes matriculados nos níveis de ensino primário, secundário e superior, independentemente da idade, em percentagem da população com a idade escolar oficial para os três níveis. Ver *educação, níveis e escolarização, taxa bruta*.

Taxa de fertilidade total Número de filhos que cada mulher teria se tivesse de viver no fim da sua idade fértil e se desse à luz, em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade prevalentes na idade específica.

Telemóveis, assinantes (também referidos como assinantes de celulares móveis) Pessoas que assinam um serviço automático de telefone móvel público, que fornece acesso à rede pública de distribuição de telefone através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais.

Tempo de trabalho total Tempo gasto em actividades mercantis e não mercantis, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993. Ver *actividades de mercado e actividades não mercantis*.

Termos de troca Rácio entre o índice de preços das exportações e o índice de preços das importações, medido em relação a

um ano base. Um valor superior a 100 significa que os preços das exportações subiram em relação aos preços das importações.

Trabalhador familiar, contribuição Definido, de acordo com a Classificação Internacional segundo o Estatuto no Emprego (CIEE), de 1993, como uma pessoa que trabalha, sem remuneração, numa empresa económica dirigida por um familiar que vive na mesma casa.

Trabalhadoras especializadas e técnicas Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo profissionais de medicina, matemática e ciências de engenharia (e especializações associadas); ciências da vida e profissionais de saúde (e especializações associadas), profissionais do ensino (e especializações associadas) e outras profissionais e especializações associadas.

Tratados ambientais, ratificação Depois de assinar um tratado, um país deve ratificá-lo, geralmente com a aprovação do seu parlamento. Este processo não só implica uma declaração de interesse indicada pela assinatura, mas também a transformação dos princípios e obrigações do tratado em lei nacional.

Tuberculose, casos Número total de casos de tuberculose notificados à Organização Mundial da Saúde. Um caso de tuberculose é definido como um paciente a quem a tuberculose foi confirmada bacteriologicamente, ou diagnosticada por um clínico.

Tuberculose, casos curados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose curados com base em tratamento observado directamente, detecção de casos de tratamento breve (TODB) e de tratamento estratégico.

Tuberculose, casos detectados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose (diagnosticados num dado período) detectados com base em tratamento observado directamente, detecção de casos de tratamento breve (TODB) e de tratamento estratégico.

Uso de preservativo na última relação sexual de elevado risco Mulheres e homens que dizem ter usado um preservativo na última vez em que tiveram relações sexuais com um parceiro extraconjugal, ou não coabitante, no universo dos que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses com este tipo de parceiros.

Utilizadores de Internet Pessoas com acesso à ampla rede mundial.

VIH/SIDA, prevalência A percentagem de pessoas com idade entre 15 e 49 anos que está infectada com VIH.

VIH/SIDA, prevalência, mulheres grávidas entre 15 e 24 anos que recebem cuidados pré-natais em clínicas da capital Percentagem de amostras de sangue tiradas de mulheres com testes positivos de VIH, durante uma observação controlada de rotina em clínicas pré-natais seleccionadas. Os dados são valores médios de todas as clínicas pré-natais das cidades especificadas, provenientes dos relatórios de observação nacionais e das bases de dados dos escritórios de recenseamento.

Vacinação, crianças de um ano totalmente vacinadas contra o sarampo e a tuberculose Crianças de um ano injectadas com um antigénio, ou um soro contendo anticorpos específicos contra o sarampo ou tuberculose.

Referências estatísticas

- Aten, Bettina, Alan Heston, and Robert Summers.** 2001. Correspondence on data from the Penn World Table 6.0. March. Philadelphia, Penn.
- . 2002. "Penn World Tables 6.1." University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Philadelphia. [http://pwt.econ.upenn.edu/]. Consultado em Março de 2005.
- Aboona, Yuhanna.** 2005. "Qatar's Approach towards Data Inconsistencies." Nota de apoio preparado para *Human Development Report 2005*. Março. Doha.
- Abou-Zahr, Carla.** 2005. "Measuring Maternal Mortality." Nota de apoio preparado para *Human Development Report 2005*. Abril. Genebra.
- CDIAC (Carbon Dioxide Information Analysis Center).** 2005. Data on carbon dioxide emissions. [http://cdiac.esd.ornl.gov/trends/emis/em_cont.htm]. Consultado em Abril de 2005.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations).** 2005. *The State of Food Insecurity in the World 2004*. Roma.
- Fischer, Stanley, Charles Konan Banny, and Christina Barrineau.** 2005. "Measuring Financial Access." Nota de apoio preparado para *Human Development Report 2005*. Abril. Nova Iorque.
- Global IDP Project.** 2005. Internally displaced people estimates. [www.idpproject.org/statistics.htm]. Consultado em Março de 2005.
- Goldshmidt-Clermont, Luisella, and Elisabetta Pagnossin Aligisakis.** 1995. "Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries." Documento de apoio para *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, Nova Iorque.
- Gwatkin, Davidson, Shea Rutstein, Kiersten Johnson, Eldaw Abdalla Suliman, Adam Wagstaff, and Agbessi Amouzou.** Forthcoming. *Socioeconomic Differences in Health, Nutrition, and Population*. Second edition. Washington, D.C.: World Bank.
- Harvey, Andrew S.** 1995. "Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use." Documento de apoio para *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, Nova Iorque.
- . 2001. "National Time Use Data on Market and Non-Market Work by Both Women and Men." Documento de apoio para *Human Development Report 2001*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, Nova Iorque.
- Human Development Report Office.** 2005. "New Applications of the Human Development Index." Nota de apoio preparado para *Human Development Report 2005*. Maio. Nova Iorque.
- IISS (International Institute for Strategic Studies).** 2004. *The Military Balance 2004–2005*. Oxford, U.K.: Oxford University Press.
- ILO (International Labour Organization).** 2002. *Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1950–2010*, 4th ed., rev. 2. Database. Genebra.
- . 2003. *Key Indicators of the Labour Market*. Third edition. Genebra. [http://kilm.ilo.org/kilm/]. Consultado em Março de 2005.
- . 2005a. *Database on International Labour Standards (ILOLEX)*. Genebra. [www.ilo.org/ilolex/english/docs/declworld.htm]. Consultado em Maio de 2005.
- . 2005b. *Laboursta Database*. Genebra. [http://laborsta.ilo.org]. Consultado em Março de 2005.
- IMF (International Monetary Fund) and IDA (International Development Association).** 2004. "Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative—Status of Implementation." Agosto. Washington, D.C.
- IPU (Inter-Parliamentary Union).** 1995. *Women in Parliaments 1945–1995: A World Statistical Survey*. Genebra.
- . 2005a. Correspondence on women in government at ministerial level. Março. Genebra.
- . 2005b. Correspondence on women in national parliaments. Março. Genebra.
- . 2005c. Correspondence on year women received the right to vote and to stand for election and year first woman was elected or appointed to parliament. Março. Genebra.
- . 2005d. *Parline Database and World Classification of Women in National Parliaments*. Genebra. [www.ipu.org]. Consultado em Março de 2005.
- ITU (International Telecommunication Union).** 2005. *World Telecommunication Indicators Database*. 8th edition. [www.itu.int/ITU-D/ict/publications/world/world.html]. Consultado em Março de 2005.
- LIS (Luxembourg Income Study).** 2005. "Relative Poverty Rates for the Total Population, Children and the Elderly." Luxembourg. [www.lisproject.org/keyfigures/povertytable.htm]. Consultado em Março de 2005.
- Milanovic, Branko.** 2002. Correspondence on income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy. March. World Bank, Washington, D.C.
- Nolan, Brian, Teresa Munzi, and Timothy M. Smeeding.** 2005. "Two Views of Irish Poverty Trends." Nota de apoio preparado para *Human Development Report 2005*. Março. Dublin.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), Development Assistance Committee.** 2005a. Correspondence on agricultural support estimates. Março. Paris.
- . 2005b. Correspondence on employment rates. Março. Genebra.
- . 2005c. Correspondence on official development assistance disbursed. Março. Paris.
- . 2005d. Correspondence on youth and long-term unemployment rates. Março. Genebra.
- . 2005e. *DAC Journal: Development Cooperation 2004 Report* 6(1). Paris.
- . 2005f. *DAC Online*. Database. Paris.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) and Statistics Canada.** 2000. *Literacy in the Information Age: Final Report on the International Adult Literacy Survey*. Paris.
- . 2005. *Learning a Living by Earning Skills: First Results of the Adult Literacy and Life Skills Survey*. Paris.
- Ruoen, Ren, and Chen Kai.** 1995. "China's GDP in U.S. Dollars Based on Purchasing Power Parity." Policy Research Working Paper 1415. World Bank, Washington, D.C.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute).** 2004. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security*. Oxford, U.K.: Oxford University Press.
- . 2005a. Correspondence on military expenditure data. Março. Estocolmo.

- . **2005b.** Correspondence on weapons transfers data. Março. Estocolmo.
- . **2005c.** *SIPRI Arms Transfers Database*. Março. Estocolmo.
- Smeeding, Timothy M.** 1997. "Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study." In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Smeeding, Timothy M., Lee Rainwater, and Gary Burtless.** 2000. "United States Poverty in a Cross-National Context." In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Stateg.** 2005. Correspondence on gross enrolment ratio for Luxembourg. Maio. Luxemburgo.
- UN (United Nations).** 2002. Correspondence on time use surveys. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. Fevereiro. Nova Iorque.
- . **2003.** *World Population Prospects 1950–2050: The 2002 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Nova Iorque.
- . **2004.** *World Urbanization Prospects: The 2003 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Nova Iorque.
- . **2005a.** *Comtrade*. Database. Department of Social and Economic Affairs, Statistics Division. Nova Iorque.
- . **2005b.** Correspondence on energy consumption. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. Março. Nova Iorque.
- . **2005c.** Correspondence on life expectancy at birth. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. Março. Nova Iorque.
- . **2005d.** Correspondence on traditional fuel use. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. Março. Nova Iorque.
- . **2005e.** *Database on Contraceptive Use*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Nova Iorque.
- . **2005f.** Millennium Indicators Database. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. New York. [http://millenniumindicators.un.org]. Consultado em Abril de 2005.
- . **2005g.** "Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General." New York. [http://untreaty.un.org]. Consultado em Abril de 2005.
- . **2005h.** *World Population Prospects 1950–2050: The 2004 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Nova Iorque.
- UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS).** 2005. Correspondence on HIV prevalence. Março. Genebra.
- UNDP (United Nations Development Programme).** 2003. *Bosnia and Herzegovina Human Development Report 2003*. Sarajevo.
- UNESCO (United National Educational, Scientific and Cultural Organization).** 1997. "International Standard Classification of Education 1997." Paris. [www.uis.unesco.org/ev_en.php?ID=3813_201&ID2=DO_TOPIC]. Consultado em Março de 2005.
- UNESCO (United National Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics.** 1999. *Statistical Yearbook*. Montreal.
- . **2003a.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.
- . **2003b.** Correspondence on gross and net enrolment ratios and children reaching grade 5. Março. Montreal.
- . **2005a.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.
- . **2005b.** Correspondence on education expenditure. Março. Montreal.
- . **2005c.** Correspondence on gross and net enrolment ratios and children reaching grade 5. Março. Montreal.
- . **2005d.** Correspondence on students in math science and engineering. Abril. Montreal.
- UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees).** 2005. Correspondence on refugees by country of asylum and by country of origin. Abril. Genebra.
- UNICEF (United Nations Children's Fund).** 2004. *State of the World's Children 2005*. New York: Oxford University Press.
- UNICEF (United Nations Children's Fund), WHO (World Health Organization), and UNFPA (United Nations Population Fund).** 1997. *Guidelines for Monitoring the Availability and Use of Obstetric Services*. Nova Iorque.
- UN Millennium Project.** 2005. *Who's Got the Power? Transforming Health Systems for Women and Children*. Task Force on Child Health and Maternal Health. Londres: Earthscan.
- UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime).** 2004. Correspondence on data on crime victims. Março. Viena.
- UN-OHRLS (United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States).** 2005. "List of Least Developed Countries." New York. [www.un.org/special-rep/ohrls/lcd/list.htm]. Consultado em Maio de 2005.
- WHO (World Health Organization).** 2003. *Global Tuberculosis Control: WHO Report 2003*. Geneva. [www.who.int/gtb/publications/globrep/]. Consultado em Março de 2005.
- . **2005a.** Correspondence on health expenditure. Março. Genebra.
- . **2005b.** Correspondence on human resources for health. Março. Genebra.
- . **2005c.** *World Health Report 2005: Make Every Mother and Child Count*. Genebra.
- William, Tony.** 2005. "National Strategies for the Development of Statistics." Background note prepared for *Human Development Report 2005*. Março. Paris.
- WIPO (World Intellectual Property Organization).** 2004. *Intellectual Property Statistics*. Publication B. Genebra.
- World Bank.** 2003. *World Development Indicators 2003*. CD-ROM. Washington, D.C.
- . **2005a.** Correspondence on GDP per capita annual growth rates. Março. Washington, D.C.
- . **2005b.** Correspondence on income distribution data. Abril. Washington, D.C.
- . **2005c.** *World Development Indicators 2005*. CD-ROM. Washington, D.C.

Classificação dos países

Países nos agregados do desenvolvimento humano ^a

Desenvolvimento humano elevado (IDH 0,800 e acima)		Desenvolvimento humano médio (IDH 0,500-0,799)		Desenvolvimento humano baixo (IDH abaixo de 0,500)	
Alemanha	Seychelles	África do Sul	Maurícias	Angola	
Argentina	Singapura	Albânia	Mianmar	Benim	
Austrália	Suécia	Antigua e Barbuda	Moldávia	Burkina Faso	
Áustria	Suíça	Arábia Saudita	Mongólia	Burundi	
Baamas	Tonga	Argélia	Namíbia	Camarões	
Barbados	Trindade e Tobago	Arménia	Nepal	Chade	
Barém	Uruguai	Azerbaijão	Nicarágua	Congo, Rep. Dem.	
Bélgica	(57 países ou áreas)	Bangladeche	Omã	Costa do Marfim	
Brunei		Belize	Papua Nova Guiné	Djibuti	
Bulgária		Bielorrússia	Paquistão	Eritreia	
Canadá		Bolívia	Paraguai	Etiópia	
Catar		Bósnia e Herzegovina	Peru	Gâmbia	
Chile		Botswana	Quirguistão	Guiné	
Chipre		Brasil	República Dominicana	Guiné-Bissau	
Coreia do Sul		Butão	Roménia	Haiti	
Costa Rica		Cabo Verde	Samoa Ocidental	Iémen	
Croácia		Camboja	Santa Lúcia	Lesoto	
Cuba		Cazaquistão	São Tomé e Príncipe	Madagáscar	
Dinamarca		China	São Vicente e Granadinas	Malawi	
Emiratos Árabes Unidos		Colômbia	Síria	Mali	
Eslováquia		Comores	Sri Lanka	Mauritânia	
Eslovénia		Congo	Sudão	Moçambique	
Espanha		Dominica	Suriname	Níger	
Estados Unidos		Egipto	Tailândia	Nigéria	
Estónia		El Salvador	Tajiquistão	Quénia	
Finlândia		Equador	Territórios Ocupados da Palestina	República Centro-Africana	
França		Federação Russa	Timor-Leste	Ruanda	
Grécia		Fidji	Togo	Senegal	
Holanda		Filipinas	Tunísia	Serra Leoa	
Hong Kong, China (RAE)		Gabão	Turquemenistão	Suazilândia	
Hungria		Gana	Turquia	Tanzânia	
Irlanda		Geórgia	Ucrânia	Zâmbia	
Islândia		Granada	Usbequistão	(32 países ou áreas)	
Israel		Guatemala	Vanuatu		
Itália		Guiana	Venezuela		
Japão		Guiné Equatorial	Vietname		
Kuwait		Honduras	Zimbabué		
Letónia		Ilhas Salomão	(88 países ou áreas)		
Lituânia		Índia			
Luxemburgo		Indonésia			
Malta		Irão			
México		Jamaica			
Noruega		Jordânia			
Nova Zelândia		Laos			
Panamá		Líbano			
Polónia		Líbia			
Portugal		Macedónia			
Reino Unido		Malásia			
República Checa		Maldivas			
São Cristóvão e Nevis		Marrocos			

^a Exclui os seguintes países membros das Nações Unidas para os quais não é possível calcular o IDH: Afeganistão, Andorra, Iraque, Quiribáti, Coreia do Norte, Libéria, Listenstaine, Ilhas Marshall, Micronésia, Mónaco, Nauru, Palau, São Marinho, Sérvia e Montenegro, Somália, e Tuvalu.

Países nos grupos de rendimento ^a

Rendimento elevado

(RNB per capita de 9,386 dólares ou mais em 2002)

Alemanha
Andorra
Austrália
Áustria
Baamas
Barém
Bélgica
Brunei
Canadá
Catar
Chipre
Coreia do Sul
Dinamarca
Emiratos Árabes Unidos
Eslovénia
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Holanda
Hong Kong, China (RAE)
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Kuwait
Luxemburgo
Malta
Mónaco
Noruega
Nova Zelândia
Portugal
Reino Unido
São Marinho
Singapura
Suécia
Suíça

(39 países ou áreas)

Rendimento médio

(RNB per capita de 766-9,385 dólares em 2002)

África do Sul
Albânia
Antígua e Barbuda
Arábia Saudita
Argélia
Argentina
Arménia
Azerbaijão
Barbados
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botswana
Brasil
Bulgária
Cabo Verde
Cazaquistão
Chile
China
Colômbia
Costa Rica
Croácia
Cuba
Djibuti
Dominica
Egipto
El Salvador
Equador
Eslováquia
Estónia
Federação Russa
Fidji
Filipinas
Gabão
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Honduras
Hungria
Ilhas Marianas do Norte
Ilhas Marshall
Indonésia
Irão
Iraque
Jamaica
Jordânia
Letónia
Libano

Líbia
Lituânia
Macedónia
Malásia
Maldivas
Marrocos
Maurícias
México
Micronésia
Namíbia
Omã
Palau
Panamá
Paraguai
Peru
Polónia
Quiribáti
República Checa
República Dominicana
Roménia
Samoa Ocidental
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Vicente e Granadinas
Sérvia e Montenegro
Seychelles
Síria
Sri Lanka
Suazilândia
Suriname
Tailândia
Territórios Ocupados da Palestina
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Uruguai
Vanuatu
Venezuela

(91 países ou áreas)

Rendimento baixo

(RNB per capita de 765 dólares ou menos em 2002)

Afganistão
Angola
Bangladeche
Benim
Burkina Faso
Burundi
Butão
Camarões
Camboja
Chade
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Coreia do Norte
Costa do Marfim
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Índia
Laos
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Mianmar
Moçambique
Moldávia
Mongólia
Nepal
Nicarágua
Niger
Nigéria
Papua Nova Guiné
Paquistão
Quênia
Quirguistão
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa

Somália
Sudão
Tajiquistão
Tanzânia
Timor-Leste
Togo
Uganda
Usbequistão
Vietname
Zâmbia
Zimbabué

(61 países ou áreas)

^a Classificação do Banco Mundial (com efeito desde 1 de Julho de 2004) baseada no rendimento nacional bruto (RNB) per capita. Exclui Nauru e Tuvalu, devido a falta de dados.

Países nos principais grupos mundiais

Países em desenvolvimento

Afeganistão	Granada
África do Sul	Guatemala
Angola	Guiana
Antígua e Barbuda	Guiné
Arábia Saudita	Guiné Equatorial
Argélia	Guiné-Bissau
Argentina	Haiti
Baamas	Honduras
Bangladeche	Hong Kong, China (RAE)
Barbados	Iémen
Barém	Ilhas Marshall
Belize	Ilhas Salomão
Benim	Índia
Bolívia	Indonésia
Botswana	Irão
Brasil	Iraque
Brunei	Jamaica
Burkina Faso	Jordânia
Burundi	Kuwait
Butão	Laos
Cabo Verde	Lesoto
Camarões	Libano
Camboja	Libéria
Catar	Líbia
Chade	Madagáscar
Chile	Malásia
China	Malawi
Chipre	Maldivas
Colômbia	Mali
Comores	Marrocos
Congo	Maurícias
Congo, Rep. Dem.	Mauritânia
Coreia do Norte	México
Coreia do Sul	Mianmar
Costa do Marfim	Micronésia
Costa Rica	Moçambique
Cuba	Mongólia
Djibuti	Namíbia
Dominica	Nauru
Egipto	Nepal
El Salvador	Nicarágua
Emiratos Árabes Unidos	Níger
Equador	Nigéria
Eritreia	Omã
Etiópia	Palau
Fidji	Panamá
Filipinas	Papua Nova Guiné
Gabão	Paquistão
Gâmbia	Paraguai
Gana	Peru

Quênia
Quiribáti
República Centro-Africana
República Dominicana
Ruanda
Samoa Ocidental
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Tomé e Príncipe
São Vicente e Granadinas
Senegal
Serra Leoa
Seychelles
Singapura
Síria
Somália
Sri Lanka
Suazilândia
Sudão
Suriname
Tailândia
Tanzânia
Territórios Ocupados da Palestina
Timor-Leste
Togo
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquia
Tuvalu
Uganda
Uruguai
Vanuatu
Venezuela
Vietname
Zâmbia
Zimbabué
(137 países ou áreas)

Países menos desenvolvidos ^a

AAfeganistão
Angola
Bangladeche
Benim
Burkina Faso
Burundi
Butão
Cabo Verde

Camboja
Chade
Comores
Congo, Rep. Dem.
Djibuti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Laos
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Maldivas
Mali
Mauritânia
Moçambique
Myanmar
Nepal
Níger
Quiribáti
República Centro-Africana
Ruanda
Samoa Ocidental
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tanzânia
Timor Leste
Togo
Tuvalu
Uganda
Vanuatu
Zâmbia
(50 países ou áreas)

Europa Central e do Leste e a Comunidade de Estados Independentes (CEI)

Albânia
Arménia
Azerbaijão
Bielorrússia
Bósnia e Herzegovina
Bulgária
Cazaquistão
Croácia
Eslováquia
Eslovénia
Estónia
Federação Russa
Geórgia
Hungria
Letónia
Lituânia
Macedónia
Moldávia
Polónia
Quirguistão
República Checa
Roménia
Sérvia e Montenegro
Tajiquistão
Turquemenistão
Ucrânia
Usbequistão
(27 países ou áreas)

OCDE

Alemanha
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Coreia do Sul
Dinamarca
Eslováquia
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Holanda
Hungria
Irlanda

Islândia
Itália
Japão
Luxemburgo
México
Noruega
Nova Zelândia
Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
Suécia
Suíça
Turquia
(30 países ou áreas)

Países OCDE de rendimento elevado ^b

Alemanha
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Coreia do Sul
Dinamarca
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Holanda
Irlanda
Islândia
Itália
Japão
Luxemburgo
Noruega
Nova Zelândia
Portugal
Reino Unido
Suécia
Suíça
(24 países ou áreas)

^a Classificação das Nações Unidas baseada em UN-OHRLS 2005.

^b Exclui a República Checa, Hungria, México, Polónia, Eslováquia e Turquia.

Países em desenvolvimento nos grupos regionais

Países Árabes

Arábia Saudita
Argélia
Barém
Catar
Djibuti
Egipto
Emiratos Árabes Unidos
Iémen
Iraque
Jordânia
Kuwait
Líbano
Líbia
Marrocos
Omã
Síria
Somália
Sudão
Territórios Ocupados da Palestina
Tunísia
(20 países ou áreas)

Ásia Oriental e Pacífico

Brunei
Camboja
Coreia do Norte
Coreia do Sul
China
Fidji
Filipinas
Hong Kong, China (RAE)
Ilhas Marshall
Ilhas Salomão
Indonésia
Laos
Malásia
Mianmar
Micronésia
Mongólia
Nauru
Palau
Papua Nova Guiné
Quiribáti
Samoa Ocidental
Singapura
Tailândia
Timor-Leste
Tonga
Tuvalu
Vanuatu
Vietname
(28 países ou áreas)

Ásia do Sul

Afeganistão
Bangladeche
Butão
Índia
Irão
Maldivas
Nepal
Paquistão
Sri Lanka
(9 países ou áreas)

América Latina e Caraíbas

Antigua e Barbuda
Argentina
Baamas
Barbados
Belize
Bolívia
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Dominica
El Salvador
Equador
Granada
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Jamaica
México
Nicarágua
Panamá
Paraguai
Peru
República Dominicana
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Vicente e Granadinas
Suriname
Trindade e Tobago
Uruguai
Venezuela
(33 países ou áreas)

Europa do Sul

Chipre
Turquia
(2 países ou áreas)

África Subariana

África do Sul
Angola
Benim
Botswana
Burkina Faso
Burundi
Cabo Verde
Camarões
Chade
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Eritreia
Etiópia
Gabão
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Maurícias
Mauritânia
Moçambique
Namíbia
Níger
Nigéria
Quênia
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Seychelles
Suazilândia
Tanzânia
Togo
Uganda
Zâmbia
Zimbabué
(45 países ou áreas)

Índice dos indicadores

Quadro de indicadores	Indicador	Quadro de indicadores	Indicador
	A		
	Água, fonte melhorada	18	total
			provenientes de países menos desenvolvidos
3	população sem acesso sustentável	18	parcela das importações totais
33	população com acesso sustentável	18	total
18	Agricultura doméstica, apoio dos países da OCDE	14	termos de troca
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) desembolsada, líquida	22	Consumo de combustível tradicional
17	em % do RNB	6	Contraceptivos, prevalência
17	per capita do país doador	12	Crianças que atingem o 5.º ano
17	para serviços básicos		Criminalidade, pessoas vitimadas
17	aos países menos desenvolvidos	24	assalto
17	total	24	suborno (corrupção)
17	bilateral não ligada	24	crime de propriedade
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos)	24	roubo
19	em % do PIB	24	assalto sexual
19	per capita	24	total
19	total		
1, 12, 33	Alfabetização de adultos, taxa		D
25, 27	feminina	21	Desemprego
27	feminina em % da masculina	4	Desemprego, longo prazo
25	masculina	21	homens
23	imports, total	21	mulheres
12	Alfabetização de jovens, taxa	21	Desemprego, taxa
27	feminina	21	total
27	feminina em % da masculina	21	média anual
7, 8	Altura deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos	21	feminino em % do masculino
3	Analfabetismo de adultos, taxa		jovem
4	Analfabetismo funcional, pessoas	21	total
	Armas convencionais, transferências	21	feminino em % da masculino
	exportações	32	Direitos fundamentais do trabalho, estatuto das convenções
23	quota		Dívida, alívio
23	total	18	compromissos bilaterais com o Fundo Fiduciário PPAE
23	importações, total	18	perdão da dívida bilateral bruta
			Dívida, serviço total
		19	em % da exportação de bens e serviços e rendimento líquido do exterior
		19	em % do PIB
	C		
12	Ciências, matemática e engenharia, estudantes do superior em Comércio		E
	bens importados pelos países desenvolvidos		Educação, despesa pública
	provenientes de países em desenvolvimento		em % do PIB
18	parcela das importações totais	11, 20	

Quadro de indicadores	Indicador
11	em % da despesa pública total
11	pré-primária e primária
11	secundária
11	superior
1	Educação, índice
22	Electricidade, consumo per capita
	Emissões de dióxido de carbono
22	per capita
22	parcela do total mundial
	Emprego por actividade económica
	agricultura
28	homens
28	mulheres
	indústria
28	homens
28	mulheres
	serviços
28	homens
28	mulheres
21	Energia utilizada, PIB por unidade de
1, 33	Escolarização, taxa bruta
	combinada primário, secundário e superior
25	feminina
25	masculina
	superior
27	taxa feminina
27	rácio feminino para masculino
	Escolarização, taxa líquida
12, 33	primária
27	taxa feminina
27	rácio feminino para masculino
12	secundária
27	taxa feminina
27	rácio feminino para masculino
1	Esperança de vida, índice
1, 10, 33	Esperança de vida à nascença
25	feminina
25	masculina
	Exportações
16	alta tecnologia
16	de bens e serviços
16	manufacturadas
16	primárias

F

5, 33	Fertilidade total, taxa
19	Fluxos privados, outros
	Forças armadas

Quadro de indicadores	Indicador
33	índice
33	total
	Fumadores, prevalência
9	homens
9	mulheres

I

26	Importações de bens e serviços
25	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)
1	Índice de desenvolvimento humano (IDH)
2	tendências
3	Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento
4	Índice de pobreza humana (IPH-2) para países da OCDE seleccionados
14	Índice de preços no consumidor, variação média anual
31	Instrumentos internacionais de direitos humanos, estatuto dos principais
7	Insuficiência de peso, crianças nascidas com
13	Internet, utilizadores
	Investigação e desenvolvimento (I&D)
13	despesas
13	investigadores em
9	Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos de

M

	Malária
9	casos
	prevenção, crianças menores de cinco com mosquiteiros
9	tratados com insecticida
	tratamento, crianças menores de cinco com febre tratada com
9	medicamentos antimaláricos
6	Médicos
26	Medida de participação segundo o género (MPG)
20	Militar, despesa
8, 10, 33	Mortalidade de menores de cinco anos, taxa
8, 10	Mortalidade infantil, taxa
	Mortalidade materna, taxa
10	ajustada
10	declarada
	Mulheres, participação económica e política
26	legisladoras, funcionárias superiores e gestoras
26	trabalhadoras especializadas e técnicas
26	assentos no parlamento ocupados por mulheres
30	câmara baixa ou única
30	câmara alta ou senado
3	mulheres no governo ao nível ministerial
30	ano da primeira mulher eleita ou nomeada para o parlamento

Quadro de indicadores	Indicador
30	ano em que as mulheres receberam o direito de candidatar às eleições
30	ano em que as mulheres receberam o direito de votar
P	
6, 8	Partos assistidos por técnicos de saúde
13	Patentes concedidas aos residentes
3, 7	Peso deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos
23	Pessoas deslocadas internamente
7, 33	Pessoas subalimentadas
1	PIB, índice
	PIB per capita
14	taxa de crescimento anual
14	em dólares EUA
1, 14, 33	em dólares PPC
14	valor mais elevado em 1975-2002
14	ano do valor mais elevado
	PIB, total
14	em mil milhões de dólares PPC
14	em mil milhões de dólares EUA
	População
5	com 65 anos e mais
5	taxa de crescimento anual
5, 33	total
5	menores de 15 anos
5	urbana
	Preservativos, taxa de utilização, última relação sexual de risco
9	homens
9	mulheres
R	
	Refugiados
23	por país de asilo
23	por país de origem
6	Reidratação oral e alimentação continuada, crianças com diarreia que recebem
	Rendimento auferido, estimado
25	feminino
25	masculino
26	rácio feminino para masculino
	Rendimento ou consumo, parcela
15	10% mais pobres
15	20% mais pobres
15	10% mais ricos
15	20% mais ricos
	Rendimento, medidas de desigualdade
15	índice de Gini
15	rácio do rendimento, 10% mais ricos para 10% mais pobres

Quadro de indicadores	Indicador
15	rácio do rendimento, 20% mais ricos para 20% mais pobres
	Rendimento, privação
3	população que vive com menos de 1 dólar por dia
3	população que vive com menos de 2 dólares por dia
4	população que vive com menos de 4 dólares por dia
4	população que vive com menos de 11 dólares por dia
4	população que vive com menos de 50% do rendimento médio
3	população que vive abaixo da linha de pobreza nacional
13	Royalties e direitos de licenças, receitas
S	
7	Saneamento melhorado, população com acesso
	Saúde, despesa
6	per capita
6	privada
6, 20	pública
	Sobrevivência
3	probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos
4	probabilidade à nascença de não viver até as 60 anos
	probabilidade à nascença de viver até as 65 anos
10	feminino
10	masculino
T	
28	Taxa de actividade económica feminina
28	em % da taxa masculina
28	índice
13	Telefones, linhas principais
13	Telemóveis, assinantes
	Tempo de trabalho
	homens
29	actividades de mercado
29	actividades não mercantis
29	total
	total
29	actividades de mercado
29	actividades não mercantis
	mulheres
29	em % dos homens
29	actividades de mercado
29	actividades não mercantis
29	total
	Trabalhadores familiares, contribuição
28	homens
28	mulheres
22	Tratados ambientais, ratificação de
	Tuberculose, casos
9	curados com TDOB

Quadro de indicadores	Indicador
9	detectados com TDOB
9	total

V

8	Vacinadas, crianças de um ano totalmente
6	contra o sarampo

Quadro de indicadores	Indicador
6	contra a tuberculose
9, 33	VIH, prevalência

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores para medir o progresso	Quadro de indicadores
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome		
Meta 1 Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia	1. Proporção da população abaixo de 1 dólar (PPC) por dia 2. Rácio do hiato da pobreza (incidência × profundidade da pobreza) 3. Parcela do quintil mais pobre no consumo nacional	3 15
Meta 2 Reduzir para metade, entre 1999 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome	4. Prevalência de crianças com peso deficiente, menores de cinco anos 5. Proporção de pessoas abaixo de um nível mínimo de consumo de energia dietética	3, 7 7 ^a , 33 ^a
Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal		
Meta 3 Assegurar, até 2015, que as crianças em todo o mundo, rapazes e raparigas, poderão completar um ciclo completo de ensino primário	6. Taxa de escolarização líquida no ensino primário 7. Proporção de alunos que começam o 1.º ano e atingem o 5.º ano 8. Taxa de alfabetização dos 15 aos 24 anos	12, 33 12 12
Objectivo 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres		
Meta 4 Eliminar as disparidades de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015	9. Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e superior 10. Rácio entre mulheres e homens alfabetizadas de 15 a 24 anos 11. Proporção de mulheres assalariadas no sector não agrícola ^b 12. Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais	27 ^c 27 ^d 30
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade de crianças		
Meta 5 Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos	13. Taxa de mortalidade de menores de cinco anos 14. Taxa de mortalidade infantil 15. Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo	10, 33 10 6
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna		
Meta 6 Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna	16. Taxa de mortalidade materna 17. Percentagem de partos atendidos por técnicos de saúde qualificados	10 6
Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças		
Meta 7 Parar e começar a inverter, até 2015, a propagação do VIH/SIDA	18. Prevalência de VIH entre mulheres grávidas de 15 a 24 anos ^e 19. Taxa de utilização de preservativos sobre a taxa de prevalência de contraceptivos 19a. Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco 19b. Percentagem dos indivíduos de 15 a 24 anos com conhecimento correcto e compreensivo do VIH/SIDA 20. Rácio entre a frequência escolar de órfãos e a frequência escolar de não órfãos, de 10 a 14 anos	9
Meta 8 Parar e começar a inverter, até 2015, a incidência da malária e outras doenças principais	21. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à malária 22. 22. Proporção da população em áreas de risco de malária que usa medidas eficazes de prevenção e tratamento da malária 23. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à tuberculose 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados sob tratamento observado directamente, casos de tratamento breve (TODB)	9 ^f 9 ^g 9 ^h 9
Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental		
Meta 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais	25. Proporção de área terrestre coberta por florestas 26. Rácio entre a área protegida para manter a diversidade biológica e a superfície terrestre 27. Uso de energia (kg de equivalente petróleo) por 1 dólar de PIB (PPC) 28. Emissões de dióxido de carbono per capita e consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. PDO) 29. Proporção da população que usa combustíveis sólidos	22 ⁱ 22 ^j
Meta 10 Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento	30. Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, urbano e rural 31. Proporção da população urbana com acesso a saneamento melhorado, urbano e rural	7 ^k , 33 ^k 7 ^l

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores

(continuação)

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores para medir o progresso	Quadro de indicadores
Meta 11 Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados	32. Proporção de famílias com acesso à ocupação segura da habitação	
Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento		
Meta 12 Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso para a boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza – tanto nacional como internacionalmente	<i>Ajuda pública ao desenvolvimento</i> 33. APD líquida, total e para os países menos desenvolvidos, em percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) dos doadores da OCDE/CAD 34. Proporção da APD bilateral total, atribuível sectorialmente, dos doadores da OCDE/CAD, para serviços sociais básicos (ensino básico, cuidados de saúde primários, nutrição, água potável e saneamento)	17 ⁿ 17
Meta 13 Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos Inclui: acesso livre de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; programa aumentado de alívio da dívida dos PPAE e cancelamento da dívida bilateral pública; e uma APD mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza	35. Proporção da APD bilateral, não ligada, dos doadores da OCDE/CAD 36. APD recebida nos países interiores, em proporção dos seus rendimentos nacionais brutos 37. APD recebida nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, em proporção dos seus rendimentos nacionais brutos	17
Meta 14 Atender às necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento	<i>Acesso ao mercado</i> 38. Proporção do total das importações de países desenvolvidos (em valor e excluindo armas) provenientes de países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, admitidos livres de direitos 39. Tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas, têxteis e vestuário provenientes dos países em desenvolvimento	
Meta 15 Tratar os problemas da dívida dos países em desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo	40. Apoio agrícola estimado nos países OCDE em proporção dos seus produtos internos brutos 41. Proporção da APD fornecida para ajudar a construir a capacidade comercial <i>Sustentabilidade da dívida</i> 42. Número de países que alcançaram os seus pontos de decisão PPAE e número dos que alcançaram os seus pontos de conclusão PPAE (cumulativo) 43. Alívio da dívida comprometido no quadro da Iniciativa da Dívida PPAE ^m 44. Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços	18 19
Meta 16 Desenvolver e executar, em cooperação com os países em desenvolvimento, estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo	45. Taxa de desemprego de jovens de 15 a 24 anos, por sexo e total	21 ^o
Meta 17 Prover o acesso, em cooperação com empresas farmacêuticas, a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento	46. Proporção da população com acesso sustentável aos medicamentos essenciais a preços comportáveis	
Meta 18 Tornar acessíveis, em cooperação com o sector privado, os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação	47. Linhas telefónicas e assinantes de telemóveis por 100 pessoas 48a. Computadores pessoais em uso por 100 pessoas 48b. 49. Utilizadores de Internet por 100 pessoas	13 ^p 13

a Os quadros 7 e 33 apresentam este indicador como pessoas subalimentadas em percentagem da população total.

b O quadro 28 inclui dados do emprego feminino por actividade económica.

c O quadro apresenta a taxa de escolarização feminina (líquida ou crescimento) em percentagem da taxa masculina dos níveis de ensino primário, secundário e superior, separadamente.

d O quadro apresenta os dados da taxa de alfabetização feminina jovem em percentagem da taxa masculina.

e Os quadros 9 e 33 apresentam a prevalência de VIH entre pessoas dos 15 aos 49 anos.

f O quadro inclui dados de casos de malária por 100.000 pessoas.

g O quadro inclui dados de crianças menores de cinco anos com mosquiteiros tratados com insecticida e de crianças menores de cinco anos com febre tratados com medicamentos antimaláricos.

h O quadro inclui dados de casos de tuberculose por 100.000 pessoas.

i O quadro apresenta este indicador como PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC de 2000 por kg de equivalente petróleo).

j O quadro inclui dados de emissões de dióxido de carbono per capita.

k Os quadros 7 e 33 incluem dados combinados das populações urbana e rural com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada.

l O quadro inclui dados combinados das populações urbana e rural com acesso sustentável a saneamento melhorado.

m O quadro 18 inclui dados sobre o alívio da dívida bilateral garantido pelo Fundo Fiduciário PPAE e do perdão da dívida bilateral bruta.

n O quadro inclui dados da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para países menos desenvolvidos em percentagem da APD total.

o O quadro inclui dados da taxa de desemprego dos 15 aos 24 anos como taxa total masculina e feminina em percentagem da taxa masculina, apenas para os países da OCDE.

p O quadro apresenta as linhas telefónicas e os assinantes de telemóveis separadamente.